Maria José Fernandes | Pedro Camões | Susana Jorge

ANUÁRIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES 2025



Ficha Técnica

Título
Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2025

Autores
Maria José da Silva Fernandes
Pedro Jorge Sobral Camões
Susana Jorge

Colaboradores
Ana Teixeira e Ana Rita Abreu, Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade do IPCA

Edição
Ordem dos Contabilistas Certificados, novembro 2026

Capa e paginação
Ana Cardoso, Sara Brás e Duarte Camacho, Ordem dos Contabilistas Certificados

ISBN: 978-989-53217-6-6

Depósito Legal: 228599/05

Índice de abreviaturas

ATU – Apoio Transitório de Urgência
CCF – Conselho de Coordenação Financeira
CRP – Constituição da República Portuguesa
DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais
Dim – Dimensão
EBITDA – Earnings Before Interest, Taxes,Depreciation and Amortization
EEL – Entidades Empresariais Locais
FAM – Fundo de Apoio Municipal
FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro
IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis
IMT – Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis
INE – Instituto Nacional de Estatística
IUC – Imposto Único de Circulação
LCPA – Leis dos Compromissos e Pagamentos em Atraso
LFL – Lei das Finanças Locais
M€ – Milhões de euros
MLP – Médio e Longo Prazo
NCP – Norma de Contabilidade Pública
NCRF – Norma Contabilística de Relato Financeiro
PAEF – Programa de Assistência Económica e Financeira
PAEL – Programa de Apoio à Economia Local
PAM – Programa de Ajustamento Municipal
PIB – Produto Interno Bruto
PMP – Prazo Médio de Pagamentos
POC – Plano Oficial de Contabilidade
POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais
PPTH – Programa Pagar a Tempo e Horas
PREDE – Programa de Regularização Extraordinária das Dívidas do Estado
RAA – Região Autónoma dos Açores
RAM – Região Autónoma da Madeira
RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais
SEE – Setor Empresarial do Estado
SEL – Setor Empresarial Local
SMs – Serviços Municipalizados
SNC – Sistema de Normalização Contabilística
SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas
SPA – Setor Público Administrativo

Agradecimentos

Para a publicação do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, publicação de carácter anual, editada desde 2005, muito tem contribuído a colaboração e apoio de um conjunto de individualidades e entidades, que de diversas formas se têm associado a este projeto, e a quem os autores entendem manifestar publicamente o seu reconhecimento e agradecimento, nomeadamente:

- À Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados, Paula Franco;
- À Presidente do Tribunal de Contas, Filipa Urbano Calvão;
- À Diretora-Geral do Tribunal de Contas, Maria da Conceição Albuquerque Cardoso Reis Ventura;
- À Auditora-Coordenadora do Tribunal de Contas, Ana Teresa Santos;
- Aos Presidentes e Responsáveis Financeiros das Câmaras Municipais, Serviços Municipalizados e Empresas Municipais que enviaram as contas para o Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) do IPCA;
- Aos colaboradores do Departamento de Comunicação e Imagem da OCC.

Um especial agradecimento ao Juiz conselheiro José F. F. Tavares, que ao longo dos 20 anos de anuário sempre foi um apoio fundamental, quer na qualidade de Diretor-Geral do Tribunal de Contas, quer, nos últimos 4 anos, na qualidade de Presidente do Tribunal de Contas. Muito do sucesso deste trabalho se deve ao seu empenho e reconhecimento de que a transparência das contas públicas é um dos pilares do regime democrático e as questões da accountability são transversais e decisivas na eficaz gestão dos dinheiros públicos. Muito obrigada.

Não podemos ainda deixar de prestar o devido reconhecimento àquele que foi o principal mentor e impulsionador do Anuário ao longo de 16 anos de existência: o Professor Doutor João Carvalho! Tendo desenvolvido toda a sua carreira de investigação ligada à contabilidade pública, em particular à contabilidade e finanças locais, é inegável o contributo que deu para a evolução desta área no contexto português. A criação deste projeto em 2002/2003, deu origem ao desenvolvimento e publicação de uma obra de referência na área da contabilidade autárquica, sendo por muitos utilizada, quer ao nível académico e da investigação, quer no contexto das políticas públicas e locais. O grupo de trabalho envolvido no projeto entendeu dar continuidade à sua Obra, como era seu desejo, e em reconhecimento ao seu trabalho, mas o Professor Doutor João Carvalho foi, é e será sempre o criador, o rosto deste Anuário, e a ele se deve o seu enorme sucesso.

Cumpre-nos também deixar os agradecimentos devidos à Ordem dos Contabilistas Certificados, cujo papel tem sido fundamental em todo este processo, e que permitiu a continuidade deste projeto, que consideramos de grande relevância para a evolução da investigação da Contabilidade Pública em geral e da Contabilidade das Autarquias Locais em especial.

A coordenadora do Anuário Financeiro
Maria José Fernandes

Índice

CAPÍTULO 1: O SETOR LOCAL E OS MUNICÍPIOS PORTUGUESES	**21**
1.1. Setor local	21
1.2. Freguesias	21
1.3. Municípios	22
1.4. Caracterização geral e importância financeira dos municípios portugueses no contexto europeu	26
1.5. Grupos municipais	29
1.6. Independência financeira	30
CAPÍTULO 2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS MUNICÍPIOS	**41**
2.1. Introdução	41
2.2 Receitas Municipais	42
2.2.1. Execução global do Orçamento da Receita	43
2.2.2. Estrutura e Evolução da Receita Municipal	54
2.2.2.1. Estrutura e evolução da receita municipal, por capítulo económico	54
2.2.2.2. Estrutura e evolução da receita municipal cobrada, por grandes grupos económicos de receita	56
2.2.2.3. Estrutura das receitas cobradas por grupos de municípios, em termos nacionais	60
2.2.3. Estrutura e evolução das transferências recebidas pelos municípios	62
2.2.4. Evolução das principais componentes da receita fiscal	64
2.2.4.1. Evolução das componentes dos impostos diretos	69
2.2.4.1.1. IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS: análise do impacto da sua variação por grupos de municípios e repercussões decorrentes da aplicação de taxas mais reduzidas	73
2.2.4.1.2. IMT – IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÕES DE IMÓVEIS	83
2.2.4.1.3. IUC (IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO) E DERRAMA	89
2.2.4.2. Receitas cobradas com Taxas, Multas e outras Penalidades	93
2.2.4.2.1. Receita cobrada com Taxa Municipal Turística de Dormidas	96
2.2.5. Receita da venda de bens e serviços correntes e da venda de bens de investimento	98
2.2.5.1. Receita cobrada da venda de bens de investimento	98
2.2.5.2. Venda de bens e serviços correntes	102
2.2.6. Receita cobrada de passivos financeiros (empréstimos obtidos)	105
2.3. Despesas municipais	114
2.3.1. Classificação económica das despesas	114
2.3.2. Execução global do orçamento da despesa	115
2.3.3. Estrutura e evolução da despesa por classificação económica	123
2.3.4. Caracterização das despesas por natureza económica	135
Despesas com pessoal	135
Aquisição de bens e serviços correntes	142
Investimento direto: aquisição de bens de capital	146
Transferências e subsídios	150
Investimento total: aquisição de bens de capital e transferências de capital	154
Amortização de empréstimos: passivos financeiros	157
Juros e outros encargos financeiros	162

2.4. Situação orçamental global	168
2.4.1. Comparação da receita cobrada com a despesa realizada e paga	168
2.4.2. Equilíbrio orçamental	178
2.4.3. Saldos orçamentais	182
CAPÍTULO 3. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS	**189**
3.1. Introdução	189
3.2. Fiabilidade do Balanço e da Demonstração dos Resultados Económicos	190
3.3. Ativo	191
3.4. Fundos Próprios (Património Líquido) e Rendimentos Diferidos	206
3.5. Passivo	209
3.5.1. Composição e estrutura do Passivo	209
3.5.2. Passivo exigível	211
3.5.3. Passivo eventualmente exigível dos municípios – Provisões (para riscos e encargos)	228
3.5.4. Análise do Endividamento	231
3.5.4.1. Cálculo do limite da dívida total ao abrigo do disposto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013	231
3.5.4.2. Indicadores de alerta para o risco de incumprimento do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013	233
3.5.5. Prazo Médio de Pagamentos	239
3.6. Gastos, Rendimentos e Resultados	245
3.6.1. Estrutura e evolução dos gastos	246
3.6.2. Estrutura e evolução dos rendimentos	249
3.6.3. Estrutura dos resultados económicos	252
3.6.4. EBITDA	260
CAPÍTULO 4. O SETOR EMPRESARIAL LOCAL	**267**
4.1. Setor Empresarial Local	269
4.1.1. Introdução	269
4.1.2. Grandes agregados do balanço das entidades do SEL	271
4.1.2.1. Estrutura e evolução do Ativo não corrente	273
4.1.2.2. Estrutura e evolução do Ativo Corrente	278
4.1.2.3. Estrutura e evolução do Capital próprio	283
4.1.2.4. Estrutura e evolução do Passivo	285
4.1.3. Rendimentos, Gastos e Resultados das entidades do SEL	294
4.1.3.1. Evolução dos rendimentos e ganhos e dos gastos e perdas	294
4.1.3.2. Resultados económicos das Entidades Empresariais Locais	296
4.1.4. Dissolução de empresas do SEL – aplicação do artigo 62º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto	299
4.2. Serviços Municipalizados (SM´s)	301
4.2.1. Estrutura do Ativo	303
4.2.2. Estrutura do Património Líquido	308
4.2.3. Estrutura do Passivo	309
4.2.4. Rendimentos, Gastos e Resultados dos Serviços Municipalizados	314
4.2.4.1. Gastos	315
4.2.4.2. Rendimentos	316
4.2.4.3. Resultados económicos	317

CAPÍTULO 5. RANKING GLOBAL	**321**
5.0 Enquadramento e Metodologia	321
5.1 Indicadores do Ranking Global	321
5.1.1 Índice Liquidez	323
5.1.2 Razão entre o EBITDA e os Rendimentos Operacionais	324
5.1.3 Peso do Passivo exigível no Ativo	325
5.1.4 Passivo por habitante	326
5.1.5 Grau de cobertura das despesas: despesa comprometida / receita liquidada líquida	327
5.1.6 Prazo Médio de Pagamentos	329
5.1.7 Grau de execução do saldo efetivo, na ótica dos compromissos	330
5.1.8 Índice de Dívida Total	331
5.1.9 Índice de Superavit	332
5.1.10 Impostos diretos por habitante	334
5.1.11 Ranking Global dos municípios	335
CAPÍTULO 6. RESUMO E CONCLUSÕES	**345**
6.1. Independência Financeira das autarquias.	345
6.1.1. Enquadramento internacional.	345
6.1.2. Independência Financeira.	346
6.2. Orçamento e execução orçamental	346
6.2.1. Receita	346
6.2.2. Despesa	348
6.2.3. Equilíbrio Orçamental	350
6.2.4. Saldos orçamentais	351
6.3 Informação patrimonial e Resultados económicos dos Municípios em 2025	351
6.3.1 Ativo e Património	351
6.3.2. Dívidas e Passivo	352
6.3.3. Prazos de Pagamento	353
6.4. Gastos /Rendimentos	353
6.4.1. Gastos	353
6.4.2. Rendimentos	354
6.5. Resultados / EBITDA	354
6.6. Ranking global	355
6.7. Setor Empresarial Local (SEL)	355
6.8. Serviços Municipalizados	357
ANEXO I. DADOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS DOS MUNICÍPIOS, EMPRESAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS, 2025	359
ANEXO II. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA POR MUNICÍPIO (por ordem alfabética)*	373

Índice de figuras, gráficos, quadros e *rankings*

FIGURAS

Figura 1 – Distribuição dos municípios por dimensão, medida pelo número de habitantes 25
Figura 2 – Municípios com melhor eficiência financeira 344

GRÁFICOS

Gráfico 1.1 – Municípios portugueses por dimensão e região NUTS II em 2025 24
Gráfico 1.2 – Distribuição funcional das despesas locais 28
Gráfico 1.3 – Evolução da independência financeira dos 308 municípios 30
Gráfico 1.4 – Evolução da independência financeira dos municípios da Região Autónoma dos Açores 31
Gráfico 1.5 – Evolução da independência financeira dos municípios da Região Autónoma da Madeira 31
Gráfico 1.6 – Evolução da independência financeira dos municípios de grande dimensão 32
Gráfico 1.7 – Evolução da independência financeira dos municípios de média dimensão 33
Gráfico 1.8 – Evolução da independência financeira dos municípios de pequena dimensão 33
Gráfico 1.9 – Evolução da independência financeira dos municípios entre 2015 e 2025 34
Gráfico 2.1 – Evolução das Receitas 44
Gráfico 2.2 – Evolução das Receitas dos Municípios da Região Autónoma dos Açores 45
Gráfico 2.3 – Evolução das Receitas dos Municípios da Região Autónoma da Madeira 46
Gráfico 2.4 – Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita entre 2015 e 2025 57
Gráfico 2.5 – Estrutura da receita cobrada de 2015 a 2025 58
Gráfico 2.6 – Volume de cobrança das diferentes componentes da receita dos municípios da Região Autónoma dos Açores entre 2015 e 2025 59
Gráfico 2.7 – Volume de cobrança das diferentes componentes da receita dos municípios da Região Autónoma da Madeira entre 2015 e 2025 59
Gráfico 2.8 – Evolução das principais transferências recebidas pelos municípios 63
Gráfico 2.9 – Evolução da cobrança dos impostos diretos entre 2015 e 2025 70
Gráfico 2.10 – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos nos municípios da Região Autónoma dos Açores entre 2015 e 2025 71
Gráfico 2.11 – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos nos municípios da Região Autónoma da Madeira entre 2015 e 2025 72
Gráfico 2.12 – Evolução da despesa municipal nas diferentes fases entre 2015 e 2025 117
Gráfico 2.13 – Taxas de execução da despesa entre 2015 e 2025 118
Gráfico 2.14 – Evolução da despesa municipal nas diferentes fases nos municípios da Região Autónoma dos Açores entre 2015 e 2025 119
Gráfico 2.15 – Taxas de execução da despesa dos municípios da Região Autónoma dos Açores entre 2015 e 2025 120
Gráfico 2.16 – Evolução da despesa municipal nas diferentes fases nos municípios da Região Autónoma da Madeira entre 2015 e 2025 121
Gráfico 2.17 – Taxas de execução da despesa dos municípios da Região Autónoma da Madeira entre 2015 e 2025 122
Gráfico 2.18 – Estrutura da despesa paga de 2015 a 2025 135
Gráfico 2.19 – Evolução da receita liquidada e cobrada, da despesa comprometida, das obrigações e da despesa paga entre 2015 e 2025 170
Gráfico 2.20 – Evolução da receita liquidada e cobrada, da despesa comprometida, das obrigações e da despesa paga nos municípios dos Açores entre 2015 e 2025 170
Gráfico 2.21 – Evolução da receita liquidada e cobrada, da despesa comprometida, das obrigações e da despesa paga nos municípios da Madeira entre 2015 e 2025 171
Gráfico 2.22 – Estrutura da receita liquidada e cobrada e da despesa realizada e paga em 2025 171
Gráfico 2.23 – Estrutura da receita liquidada e cobrada e da despesa realizada e paga nos municípios dos Açores em 2025 172
Gráfico 2.24 – Estrutura da receita liquidada e cobrada e da despesa realizada e paga nos municípios da Madeira em 2025 172
Gráfico 2.25 – Evolução do saldo global ou efetivo na ótica dos compromissos, a nível nacional 186

Gráfico 2.26 – Evolução do saldo global ou efetivo na ótica dos compromissos nos municípios dos Açores 186
Gráfico 2.27 – Evolução do saldo global ou efetivo na ótica dos compromissos nos municípios da Madeira 187
Gráfico 3.1 – Estrutura do Ativo em 2025 194
Gráfico 3.2 – Valor das componentes de Ativos Fixos Tangíveis: Bens de Domínio Público – 2020–2025 196
Gráfico 3.3 – Evolução do valor das componentes do agregado: Outros Ativos Fixos Tangíveis 197
Gráfico 3.4 – Evolução do Passivo Exigível 2014–2025 213
Gráfico 3.5 – Número de Municípios com PMP inferior a 30 dias, entre 30 e 90 dias e superior a 90 dias 240
Gráfico 3.6 – Evolução dos Gastos de 2020 a 2025 – SNC-AP 247
Gráfico 3.7 – Estrutura dos Gastos de 2020 a 2025 – SNC-AP 248
Gráfico 3.8 – Evolução dos Rendimentos de 2020 a 2025 – SNC-AP 250
Gráfico 3.9– Estrutura dos Rendimentos de 2020 a 2025 – SNC-AP 251
Gráfico 3.10 – Evolução dos resultados 254
Gráfico 4.1 – Evolução dos grandes agregados do balanço do SEL (131 entidades) 272
Gráfico 4.2 – Estrutura do Ativo – 2020 a 2025(131 entidades) 274
Gráfico 4.3 – Estrutura do Capital próprio entre 2020 e 2025 (131 empresas) 284
Gráfico 4.4 – Estrutura do Passivo – 2020 a 2025 (131 empresas) 286
Gráfico 4.5 – Tipologia dos Serviços Municipalizados 303
Gráfico 4.6 – Estrutura do Ativo dos Serviços Municipalizados 305
Gráfico 4.7 – Comparação da dívida e do Ativo Circulante entre Serviços Municipalizados e Municípios que os tutelam 312
Gráfico 4.8 – Estrutura dos Gastos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios que os tutelam – 2025 315
Gráfico 4.9 – Estrutura dos Rendimentos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios que os tutelam – 2025 316

QUADROS

Quadro 1.1 – Caracterização das regiões NUTS II em 2025, segundo a dimensão dos municípios 24
Quadro 1.2 – Caracterização dos municípios portugueses em perspetiva comparada 26
Quadro 1.3 – Evolução dos indicadores de população, despesa, receita, investimento e dívida de Portugal entre 2023 e 2024 27
Quadro 1.4 – Número de serviços municipalizados e de entidades do setor empresarial local em 2025 29
Quadro 1.5 – Independência financeira em 2025 35
Quadro 1.6 – Outros indicadores relevantes para os municípios 35
Quadro 1.7 – Independência financeira dos municípios da Região Autónoma dos Açores em 2025: receitas próprias/receitas totais 39
Quadro 1.8 – Independência financeira dos municípios da Região Autónoma da Madeira em 2025: receitas próprias/receitas totais 40
Quadro 1.9 – Independência financeira por distrito e Região Autónoma em 2025: receitas próprias/receitas totais 40
Quadro 2.1 – Classificação económica da receita orçamental municipal (DL 26/2002) 42
Quadro 2.2 – Mapa de Demonstração da Execução Orçamental da Receita do SNC-AP – Classificação das receitas 42
Quadro 2.3 – Previsão e Execução da Receita 43
Quadro 2.4 – Variação da Receita (valores absolutos) 43
Quadro 2.5 – Taxas de Variação da Receita 43
Quadro 2.6 – Grau de execução da receita cobrada em 2025 pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores 47
Quadro 2.7 – Grau de execução da receita cobrada em 2025 pelos Municípios da Região Autónoma da Madeira 47
Quadro 2.8 – Volume da receita cobrada por distrito e Região Autónoma em 2025 52

Quadro 2.9 – Montante de Receita Cobrada por natureza económica	54
Quadro 2.10 – Estrutura da Receita Cobrada, por natureza económica: peso de cada componente em relação à receita total	54
Quadro 2.11 – Variação da Receita cobrada, por natureza económica, entre 2015 e 2025 – valores absolutos	55
Quadro 2.12 – Taxa de Variação da Receita cobrada, por natureza económica, entre 2015 e 2025	55
Quadro 2.13 – Evolução das principais receitas cobradas entre 2015 e 2025	56
Quadro 2.14 – Evolução do peso das principais receitas na receita total entre 2015 e 2025	57
Quadro 2.15 – Estrutura das Receitas Cobradas no ano de 2025 por grupo de municípios	60
Quadro 2.16 – Grau de execução dos diferentes tipos de receita (prevista, liquidada e cobrada), por natureza, em 2025	62
Quadro 2.17 – Principais transferências recebidas pelos municípios	62
Quadro 2.18 – Variação das principais transferências recebidas pelos municípios	63
Quadro 2.19 – Valor das componentes da receita fiscal cobrada entre 2015 e 2025	64
Quadro 2.20 – Grau de execução da receita fiscal em 2025	64
Quadro 2.21 – Valor das componentes dos impostos diretos entre 2015 e 2025	69
Quadro 2.22 – Valor das componentes dos impostos diretos, por grupo de municípios	69
Quadro 2.23 – Peso de cada componente dos impostos diretos, por grupo de municípios	69
Quadro 2.24 – Municípios com redução da taxa de IMI e que apresentaram diminuição do montante cobrado em 2025	73
Quadro 2.25 – Municípios com redução da taxa de IMI e que apresentaram acréscimo do montante total cobrado em 2025	74
Quadro 2.26 – Municípios com maior diferença entre o IMI cobrado e o IMI a cobrar se fosse aplicada a taxa máxima de 0,45%	75
Quadro 2.27 – IMI cobrado por distrito e Região Autónoma	82
Quadro 2.28 – IMT cobrado por Distrito	88
Quadro 2.29 – Número de municípios com descida de IMI e IMT	89
Quadro 2.30 – Impacto da Taxa Municipal Turística nas receitas cobradas em 2024 e 2025	97
Quadro 2.31 – Municípios que utilizaram, em 2025, empréstimos ao abrigo do Fundo de Apoio Municipal (FAM)	106
Quadro 2.32 – Comparação entre o recurso a novos empréstimos e a amortização do capital em dívida em 2025	109
Quadro 2.33 – Comparação entre o volume de novos empréstimos e as amortizações do capital em dívida nos municípios dos Açores	110
Quadro 2.34 – Comparação entre o volume de novos empréstimos e as amortizações do capital em dívida nos municípios da Madeira	110
Quadro 2.35 – Classificação económica da despesa municipal	114
Quadro 2.36 – Mapa de demonstração da execução orçamental da despesa do SNC-AP – Classificação das despesas	114
Quadro 2.37 – Despesa orçada, comprometida, realizada e paga e respetivos graus de execução	115
Quadro 2.38 – Variação da despesa orçada, comprometida, realizada e paga	115
Quadro 2.39 – Taxas de variação da despesa orçada, comprometida, realizada e paga	116
Quadro 2.40 – Graus de execução da despesa do conjunto dos municípios dos Açores	120
Quadro 2.41 – Graus de execução da despesa do conjunto dos municípios da Madeira	121
Quadro 2.42 – Despesa comprometida por componente económica	123
Quadro 2.43 – Obrigações do exercício por componente económica entre 2020 e 2025	124
Quadro 2.44 – Taxas de variação das obrigações por componente económica entre 2020 e 2025	124
Quadro 2.45 – Estrutura das obrigações por natureza económica entre 2020 e 2025	125
Quadro 2.46 – Despesa paga por componente económica	125
Quadro 2.47 – Taxas de variação da despesa paga por componente económica	126
Quadro 2.48 – Estrutura da despesa paga por natureza económica	126

Quadro 2.49 – Peso da despesa paga nos compromissos assumidos, por natureza económica	127
Quadro 2.50 – Peso da despesa paga nas obrigações constituídas, por natureza económica, entre 2020 e 2025	127
Quadro 2.51 – Relação entre obrigações, compromissos e pagamentos em 2025	128
Quadro 2.52 – Comparação entre receita e despesa	168
Quadro 2.53 – Indicadores da despesa e da receita	173
Quadro 2.54 – Indicadores da despesa e da receita com base nos compromissos, nas obrigações e nas liquidações	174
Quadro 2.55 – Equilíbrio orçamental	178
Quadro 2.56 – Saldos na ótica de caixa: recebimentos e pagamentos	183
Quadro 2.57 – Saldos na ótica dos compromissos: liquidações e compromissos	184
Quadro 2.58 – Saldos de 2025 na ótica dos compromissos, por distrito e Região Autónoma	185
Quadro 3.1 – Informação financeira, patrimonial e económica	190
Quadro 3.2– Componentes do Ativo do Balanço – POCAL 2015–2019	191
Quadro 3.3 – Componentes do Ativo do Balanço – SNC-AP 2020–2025	193
Quadro 3.4 – Componentes do Ativo Fixo Tangível – SNC-AP 2020–2025	195
Quadro 3.5 – Composição do Imobilizado corpóreo – POCAL 2015–2019	198
Quadro 3.6 – Composição das Dívidas a Receber – POCAL 2015–2019	201
Quadro 3.7 – Composição das Dívidas a Receber – SNC-AP 2020–2025	201
Quadro 3.8 – Meios financeiros líquidos	204
Quadro 3.9 – Composição dos Fundos Próprios – POCAL 2015–2019	207
Quadro 3.10 – Composição do Património Líquido – SNC-AP 2020–2025	207
Quadro 3.11 – Componentes do Passivo do Balanço – SNC-AP 2020–2025	210
Quadro 3.12 – Componentes do Passivo Exigível – 2015–2025	211
Quadro 3.13 – Variação em valor absoluto das componentes do Passivo Exigível	212
Quadro 3.14 – Taxas de variação das componentes do Passivo Exigível	212
Quadro 3.15 – Municípios que recorreram a Empréstimos do Fundo de Apoio Municipal (FAM)	214
Quadro 3.16 – Empréstimos do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)	215
Quadro 3.17 – Componentes da Dívida a pagar entre 2015 e 2025	216
Quadro 3.18 – Componentes do Passivo eventualmente exigível	229
Quadro 3.19 – Municípios com valor em provisões superior a 5 milhões de euros	230
Quadro 3.20 – Limite à divida total (à data de dezembro de 2024)	232
Quadro 3.21 – Indicadores de sinalização de alerta precoce de saneamento financeiro e de recuperação financeira	233
Quadro 3.22 – Outros Indicadores de sinalização de alerta precoce e de recuperação financeira	233
Quadro 3.23 – Variação do PMP de 2015 a 2025	241
Quadro 3.24 – Gastos, rendimentos e resultados – 2020–2025	245
Quadro 3.25 – Evolução dos gastos no período de 2015 a 2019 – POCAL	246
Quadro 3.26 – Evolução dos proveitos durante o período de 2015 a 2019 – POCAL	249
Quadro 3.27 – Evolução dos resultados económicos no período de 2015 a 2025	252
Quadro 3.28 – Informação de gastos com pessoal e resultados, por dimensão dos municípios, em 2025	254
Quadro 3.29 – Evolução do indicador EBITDA	260
Quadro 4.1 – Entidades sem informação financeira disponível em 2025	270

Quadro 4.2 – Entidades liquidadas em 2025	270
Quadro 4.3 – Número de Entidades do SEL, número das dissolvidas e número de fusões, entre 2020 e 2025	270
Quadro 4.4 – Ativo, Passivo e Capital Próprio das 141 entidades do SEL em 2025 e sua comparação com valores homólogos das 308 autarquias	273
Quadro 4.5 – Evolução do Ativo não corrente das 131 entidades empresariais analisadas	274
Quadro 4.6 – Entidades que apresentam valores superiores a 50 milhões de euros em ativos fixos tangíveis no ano de 2025	276
Quadro 4.7 – Entidades que apresentam valores superiores a 1 milhão de euros em Ativos intangíveis em 2025	277
Quadro 4.8 – Entidades com participações financeiras – MEP (Método de Equivalência Patrimonial) em 2025	277
Quadro 4.9 – Entidades com valores inscritos na rubrica Acionistas/Sócios entre 2020 e 2025	278
Quadro 4.10 – Evolução do Ativo corrente das entidades empresariais	279
Quadro 4.11 – Entidades empresariais com variações positivas superiores a 1 milhão de euros em Caixa e depósitos bancários em 2025	280
Quadro 4.12 – Entidades empresariais com variações positivas superiores a 500 mil euros em Clientes, Contribuintes e Utentes em 2025	281
Quadro 4.13 – Entidades empresariais com variações positivas superiores a 1 milhão de euros em Outras Contas a Receber em 2025	282
Quadro 4.14 – Evolução do Capital próprio	284
Quadro 4.15 – Estrutura e variação do Passivo entre 2020 e 2025	286
Quadro 4.16 – Passivo não corrente (médio e longo prazo) das entidades empresariais entre 2020 e 2025	287
Quadro 4.17 – Entidades com diminuição de valor em Financiamentos obtidos de MLP em 2025	288
Quadro 4.18 – Evolução do Passivo corrente das entidades empresariais	290
Quadro 4.19 – Entidades com diminuição no item Financiamentos obtidos do Passivo corrente entre 2024 e 2025	291
Quadro 4.20 – Desagregação dos rendimentos e gastos das entidades empresariais pelas suas diferentes componentes (131 entidades)	295
Quadro 4.21 – Total dos rendimentos e gastos antes de impostos (131 entidades)	295
Quadro 4.22 – Evolução da situação económica das Entidades Empresariais Locais (131 entidades)	296
Quadro 4.23 – Entidades em processo de liquidação	299
Quadro 4.24 – Número de Entidades do SEL em incumprimento do n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012	300
Quadro 4.25 – Entidades em incumprimento relativamente a mais do que uma das alíneas do n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012	300
Quadro 4.26 – Entidades cujas Vendas e Prestações de Serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios (alínea a)	301
Quadro 4.27 – Entidades cujo peso dos Subsídios à Exploração foi superior a 50% das suas Receitas, nos últimos três anos (alínea b)	301
Quadro 4.28 – Entidades com Resultado Operacional antes de depreciações negativo nos últimos três anos (alínea c)	301
Quadro 4.29- Entidades com Resultado Líquido do período negativo nos últimos três anos (alínea d)	301
Quadro 4.30 – Mapa dos SM´s e respetivas competências	302
Quadro 4.31 – Serviços Municipalizados com atividade iniciada e cessada entre 2015 e 2025	302
Quadro 4.32- Estrutura do Ativo dos Serviços Municipalizados e dos municípios a que correspondem – 2025	304
Quadro 4.33 – Estrutura das dívidas a receber dos Serviços Municipalizados e dos municípios que os tutelam – 2025	307
Quadro 4.34 – Componentes do Património Líquido dos Serviços Municipalizados e dos municípios que os tutelam – 2025	308
Quadro 4.35 – Componentes do Passivo dos Serviços Municipalizados e dos municípios que os tutelam – 2025	310
Quadro 4.36 – Passivo Exigível dos Serviços Municipalizados	313
Quadro 4.37 – Gastos, Rendimentos e Resultados dos Serviços Municipalizados e dos Municípios que os tutelam – 2025	314
Quadro 4.38 – Informação sobre estrutura económica dos SM's – 2025	318
Quadro 4.39 – Evolução da situação económica dos Serviços Municipalizados	318
Quadro 4.40 – Serviços Municipalizados com Resultados económicos positivos – 2025	319
Quadro 4.41 – Serviços Municipalizados com Resultados económicos negativos – 2025	319

Quadro 5.1 – Indicadores selecionados para ranking global da situação financeira dos municípios	322
Quadro 5.2 – Municípios por intervalos no Prazo Médio de Pagamentos	329
Quadro 5.3 – Distribuição do número de municípios por intervalos de pontuação obtida para o Ranking Global	335
Quadro 5.4 – Distribuição dos municípios, por Distrito e Regiões, integrados na lista dos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima	339
RANKINGS	
R1 – Municípios com maior independência financeira em 2025: receitas próprias/receitas totais	37
R2 – Municípios com menor independência financeira em 2025: receitas próprias/receitas totais	38
R3 – Municípios com maior volume da receita cobrada em 2025	49
R4 – Volume da receita cobrada pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores em 2025	50
R5 – Volume de receita cobrada pelos Municípios da Região Autónoma da Madeira, em 2025	51
R6 – Municípios com menor volume da receita cobrada em 2025	53
R7 – Municípios que, em 2025, apresentaram maior peso de receitas provenientes de receita fiscal, no total da receita cobrada	65
R8 – Peso das receitas provenientes de receita fiscal no total da receita cobrada pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores	67
R9 – Peso das receitas provenientes de receita fiscal no total da receita cobrada pelos Municípios da Região Autónoma da Madeira	67
R10 – Municípios com maior volume de receita fiscal em 2025	68
R11 – Municípios com maior receita cobrada de IMI em 2025	76
R12 – Receita cobrada de IMI dos Municípios da Região Autónoma dos Açores em 2025	77
R13 – Receita cobrada de IMI dos Municípios da Região Autónoma da Madeira em 2025	77
R14 – Municípios com maior diminuição da coleta de IMI em 2025	79
R15 – Municípios com maior aumento da coleta de IMI em 2025	80
R16 – Municípios com menor receita cobrada de IMI em 2025	81
R17 – Municípios com maior receita cobrada de IMT em 2025 e respetivo peso na receita total	83
R18 – Receita de IMT cobrada pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores em 2025 e respetivo peso na receita total	85
R19 – Receita de IMT cobrada pelos Municípios da Região Autónoma da Madeira em 2025 e respetivo peso na receita total	85
R20 – Municípios com menor receita cobrada de IMT em 2025 e respetivo peso na receita total	87
R21 – Municípios com maior receita de Derrama cobrada em 2025	90
R22 – Municípios com maior receita de IUC cobrada em 2025	91
R23 – Municípios com menor receita de IUC cobrada em 2025	92
R24 – Municípios com maior receita de taxas, multas e outras penalidades cobrada em 2025	94
R25 – Municípios com menor receita de taxas, multas e outras penalidades cobrada em 2025	95
R26 – Municípios com maior volume de receita cobrada na venda de bens de investimento em 2025	99
R27 – Volume da receita cobrada na venda de bens de investimento em 2025 pelos municípios dos Açores	100
R28 – Volume da receita cobrada na venda de bens de investimento em 2025 pelos municípios da Madeira	101
R29 – Municípios com maior volume de receita de venda de bens e serviços correntes em 2025	102
R30 – Volume de receita da venda de bens e serviços correntes em 2025 pelos municípios dos Açores	104
R31 – Volume de receita da venda de bens e serviços correntes em 2025 pelos municípios da Madeira	105
R32 – Municípios com maior volume de passivos financeiros (contratação de empréstimos bancários) em 2025	107
R33 – Volume de passivos financeiros registado em 2025 pelos municípios dos Açores	108
R34 – Volume de passivos financeiros registado em 2025 pelos municípios da Madeira	109
R35 – Municípios com maior diferença positiva entre amortização de empréstimos e novos empréstimos	111

R36 – Municípios com maior diferença negativa entre as amortizações e os novos empréstimos 112
R37 – Municípios com maior volume de despesa paga em 2025 131
R38 – Municípios com menor volume de despesa paga em 2025 133
R39 – Despesa paga por distrito e Região Autónoma em 2025 134
R40 – Municípios com maior peso das despesas com pessoal na despesa total paga em 2025 136
R41 – Municípios com menor peso das despesas com pessoal na despesa total paga em 2025 137
R42 – Peso das despesas com pessoal na despesa total paga nos municípios da Região Autónoma dos Açores 138
R43 – Peso das despesas com pessoal na despesa total paga nos municípios da Região Autónoma da Madeira 139
R44 – Municípios com maior volume de despesas com pessoal pagas em 2025 140
R45 – Municípios com menor volume de despesas com pessoal pagas em 2025 141
R46 – Volume de despesas com pessoal pagas em 2025, por distrito e Região Autónoma 142
R47 – Municípios com maior volume de pagamentos na aquisição de bens e serviços correntes em 2025 143
R48 – Municípios com menor volume de pagamentos na aquisição de bens e serviços correntes em 2025 145
R49 – Volume de pagamentos na aquisição de bens e serviços correntes em 2025, por distrito e Região Autónoma 146
R50 – Municípios com maior volume de investimento pago em 2025 147
R51 – Municípios com menor volume de investimento pago em 2025 148
R52 – Volume de investimento direto pago em 2025, por distrito e Região Autónoma 149
R53 – Municípios com maior volume de transferências correntes, transferências de capital e subsídios pagos em 2025 151
R54 – Municípios com menor volume de transferências correntes, transferências de capital e subsídios pagos em 2025 153
R55 – Municípios com maior volume de investimento total pago entre 2014 e 2025 155
R56 – Investimento total pago por distrito e Região Autónoma entre 2014 e 2025 156
R57 – Municípios com maior volume de amortizações de empréstimos pagas em 2025 158
R58 – Amortizações de passivos financeiros pagas pelos municípios da Região Autónoma dos Açores em 2025 159
R59 – Amortizações de passivos financeiros pagas pelos municípios da Região Autónoma da Madeira em 2025 160
R60 – Municípios com menor volume de amortizações de empréstimos pagas em 2025 161
R61 – Municípios com maior volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2025 163
R62 – Municípios com menor volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2025 164
R63 – Municípios com maior volume acumulado de juros pagos entre 2014 e 2025 e estimativa do custo por habitante 166
R64 – Municípios com menor volume acumulado de juros pagos entre 2014 e 2025 e estimativa do custo por habitante 167
R65 – Municípios com maior diferença negativa entre a execução da receita liquidada e a execução dos compromissos em 2025 175
R66 – Diferença entre a execução da receita liquidada e a execução dos compromissos nos municípios dos Açores 176
R67 – Diferença entre a execução da receita liquidada e a execução dos compromissos nos municípios da Madeira 176
R68 – Municípios com maior diferença positiva entre a execução da receita liquidada e a execução dos compromissos em 2025 177
R69 – Municípios com maior equilíbrio orçamental em 2025 179
R70 – Municípios com menor equilíbrio orçamental positivo em 2025 180
R71 – Municípios em desequilíbrio orçamental inferior a 5% da receita corrente, nos termos dos artigos 40.º e 83.º do RFALEI 181
R72 – Municípios com saldo corrente deduzido das amortizações médias negativo e igual ou superior a 5% da receita corrente 182
R73 – Municípios com maior valor de Ativos Fixos Tangíveis – 2025 199
R74 – Municípios com maior valor de Participações Financeiras – 2025 200
R75 – Municípios com maior valor de dívidas a receber – 2025 203
R76 – Municípios com maior volume de meios financeiros líquidos reais – 2025 205

R77 – Municípios com menor valor no Passivo Exigível referenciados pelo ano de 2025	217
R78 – Municípios com maior valor no Passivo Exigível referenciados pelo ano de 2025	219
R79 – Passivo Exigível dos municípios da Região Autónoma dos Açores, ordenados pelo valor de 2025	220
R80 – Passivo Exigível dos municípios da R.A. da Madeira ordenados pelo valor do ano de 2025	221
R81 – Passivo Exigível dos Distritos e Regiões Autónomas, ordenados pelo valor de 2025	222
R82 – Municípios com maior aumento do Passivo Exigível – 2025	224
R83 – Municípios com maior diminuição do Passivo Exigível – 2025	225
R84 – Variação do Passivo Exigível dos municípios da Região Autónoma dos Açores em 2025	226
R85 – Variação do Passivo Exigível dos municípios da Região Autónoma da Madeira em 2025	226
R86 – Variação do Passivo Exigível dos Distritos e Regiões Autónomas – 2025	228
R87 – Municípios com melhor índice de dívida total (em dezembro de 2024)	236
R88 – Municípios com índice de dívida total superior a 1,5 da média da receita corrente dos três anos anteriores (em dezembro de 2024)	237
R89 – Índice de dívida total dos municípios da Região Autónoma dos Açores (em dezembro de 2024)	237
R90 – Índice de dívida total dos municípios da Região Autónoma da Madeira (em dezembro de 2024)	238
R91 – Média do Índice de dívida total dos Distritos e Regiões Autónomas	238
R92 – Municípios com menor Prazo Médio de Pagamentos	242
R93 – Municípios com maior Prazo Médio de Pagamentos	244
R94 – Municípios com maiores resultados económicos líquidos em 2025	256
R95 – Municípios com menores resultados económicos líquidos em 2025	258
R96 – Resultados económicos líquidos em 2025 por Distrito e Regiões	259
R97 – Municípios com melhor EBITDA em 2025	261
R98 – Municípios com pior EBITDA em 2025	263
R99 – EBITDA em 2025 por Distritos e Regiões Autónomas	264
R100 – Entidades do SEL com menor Passivo Exigível em 2025	292
R101 – Entidades do SEL com maior Passivo Exigível em 2025	293
R102 – Entidades com melhor resultado económico em 2025	297
R103 – Entidades com mais fraco Resultado Económico em 2025	298
R104 – 20 municípios com melhor índice de liquidez	323
R105 – 20 municípios com melhor Resultado Operacional	324
R106 – 20 municípios com menor Peso do Passivo Exigível no Ativo	325
R107 – 20 municípios com menor Passivo por habitante	326
R108 – 20 municípios com melhor grau de cobertura das despesas	328
R109 – 20 municípios com maior grau de execução do saldo efetivo, na ótica dos compromissos	330
R110 – 20 municípios com menor índice de dívida total do município	331
R111 – 20 municípios com melhor Grau de execução da despesa relativamente aos compromissos assumidos	333
R112 – 20 municípios com maior índice de impostos por habitante	334
R113 – Ranking Global dos municípios de grande dimensão na lista dos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima	337
R114 – Ranking Global dos municípios de média dimensão na lista dos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima	337
R115 – Ranking Global dos municípios de pequena dimensão integrados na lista dos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima	338
R116 – Municípios do Distrito de Aveiro incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima	340
R117 – Municípios do Distrito de Beja incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima	340

R118 – Municípios do Distrito de Braga incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima	340
R119 – Municípios do Distrito de Bragança incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima	340
R120 – Municípios do Distrito de Castelo Branco incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima	340
R121 – Municípios do Distrito de Coimbra incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima	340
R122 – Municípios do Distrito de Évora incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima	341
R123 – Municípios do Distrito de Faro incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima	341
R124 – Municípios do Distrito de Guarda incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima	341
R125 – Municípios do Distrito de Leiria incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima	341
R126 – Municípios do Distrito de Lisboa incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima	342
R127 – Municípios do Distrito de Portalegre incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima	342
R128 – Municípios do Distrito de Porto incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima	342
R129 – Municípios do Distrito de Santarém incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima	342
R130 – Municípios do Distrito de Setúbal incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima	342
R131 – Municípios do Distrito de Viana do Castelo incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima	343
R132 – Municípios do Distrito de Vila Real incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima	343
R133 – Municípios do Distrito de Viseu incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima	343
R134 – Municípios da Região Autónoma dos Açores incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima	343
R135 – Municípios da Região Autónoma da Madeira incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima	343

Introdução

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses agora publicado apresenta uma análise económica e financeira das contas dos 308 municípios relativas ao exercício económico de 2025, incluindo ainda uma análise detalhada do setor empresarial local.

Com esta publicação concretiza-se o vigésimo segundo anuário financeiro dos Municípios Portugueses, completando o período de 2003 a 2025, envolvendo três mandatos dos órgãos eleitos.

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2025 é da responsabilidade do Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) da Universidade Politécnica do Cávado e do Ave (UPCA), coordenado por Maria José Fernandes, membro do CICF, tendo ainda como autores, Pedro Camões, da Universidade de Aveiro e Susana Jorge da Universidade de Coimbra e membro do Centro de Investigação em Ciência Política (CICP) da Universidade do Minho.

Este vigésimo segundo Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses analisa as contas individuais da totalidade dos municípios Portugueses (308), de 141 empresas municipais (de um total de 162) e dos 26 serviços municipalizados em atividade em 2025. Assim, o estudo analisa todos os municípios portugueses, uma amostra de 87% das empresas municipais e 100% dos serviços municipalizados.

Tendo-se aplicado aos municípios o Plano Oficial de Contabilidade Pública das Autarquias Locais (POCAL) até dezembro de 2019, este é o sexto Anuário em que a análise das contas individuais dos municípios e dos serviços municipalizados é apresentada em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). O SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, entrou em vigor em 01/01/2020 nas autarquias locais e altera de forma significativa a contabilidade financeira e respetivos mapas, aproximando-se do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aplicado às empresas. Em termos da análise realizada no Anuário, o seu impacto foi menor na análise da execução orçamental, permitindo a comparação com dados de anos anteriores apresentados com base no POCAL, e maior na análise da situação financeira, apresentada no capítulo 3.

Os dados foram obtidos através da consulta dos websites das entidades referidas, onde, nos termos da lei, estas devem disponibilizar os documentos de prestação de contas. Foram também disponibilizados pelo Tribunal de contas, que há vários anos colabora nesta publicação e cujo apoio tem sido fundamental, e alguns documentos de prestação de contas foram ainda enviados diretamente para nós pelos municípios e serviços municipalizados.

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses encontra-se organizado em seis capítulos:

- NO CAPÍTULO 1 apresenta-se o setor local, seguindo-se a caracterização geral dos municípios portugueses, sua tipologia, e efetua-se uma análise comparada do peso dos municípios portugueses com vários países da União Europeia. Neste capítulo é ainda apresentada a análise da independência financeira dos 308 municípios.
- NO CAPÍTULO 2 procede-se à análise da execução orçamental, apresentando-se um conjunto de rankings sobre a execução da despesa e da receita, estabelecendo-se comparações com os anos anteriores.

- No CAPÍTULO 3 procede-se à análise da situação económico financeira dos municípios, este ano apresentada pela sexta vez em conformidade com o SNC-AP. Em termos de análise comparativa com exercícios anteriores, considerando que a maioria dos municípios não fez a reexpressão da informação financeira de 2019 em base SNC-AP, a comparação dos valores de 2020 a 2025 com os de exercícios anteriores é apresentada através de uma mera conversão dos saldos para contas e rubricas das demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP. São também apresentados alguns rankings, estabelecendo-se comparações com o posicionamento em anos anteriores e analisado o limite à dívida total dos municípios, nos termos da legislação em vigor.
- No CAPÍTULO 4 procede-se à análise da situação económico financeira das empresas do setor empresarial local e dos serviços municipalizados, estabelecendo-se comparações com os anos de 2020 a 2025, sendo também analisado o impacto da aplicação do artigo 62º da Lei 50/2012, de 31 de agosto ao período em análise.
- No CAPÍTULO 5 é apresentado um ranking dos municípios melhor posicionados no ano de 2025, considerando a perspetiva da gestão acumulada, tendo sido utilizados 10 indicadores que resultaram na apresentação do Ranking Global.
- No CAPÍTULO 6 apresentam-se as principais conclusões do desempenho financeiro e orçamental dos municípios e do setor empresarial local para o exercício económico de 2025.

O presente documento termina com uma secção composta por dois anexos:

- ANEXO I – Dados económicos e financeiros dos Municípios, Empresas Municipais e Serviços Municipalizados, 2025.
- ANEXO II – Evolução da situação financeira por município (entre 2006 e 2025). Este anexo apresenta um gráfico por cada município considerando diversas variáveis, nomeadamente: orçamento corrigido, despesas comprometidas, receitas cobradas líquidas, dívidas a pagar totais e Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento.

CAPÍTULO 1.
O SETOR LOCAL E OS MUNICÍPIOS PORTUGUESES

1.1. Setor local

O setor público português produz, presta e disponibiliza bens e serviços aos cidadãos e encontra-se organizado em vários subsetores, com diferentes enquadramentos jurídico-institucionais. A sua principal componente é o Setor Público Administrativo (SPA), correspondente ao Estado em sentido lato, que assegura funções como a redistribuição do rendimento, a afetação de recursos e a estabilização macroeconómica através da provisão de bens e serviços públicos.

A organização democrática do Estado português compreende a existência de autarquias locais, cuja autonomia é reconhecida pela Constituição da República Portuguesa (CRP). O artigo 6.º consagra os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública. Nos termos do artigo 235.º, as autarquias locais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos e visam a prossecução dos interesses próprios das respetivas populações.

Nos termos do artigo 236.º da CRP, as autarquias locais do continente são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas; as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira compreendem freguesias e municípios. O regime jurídico das autarquias locais, incluindo as respetivas atribuições e as competências dos seus órgãos, encontra-se estabelecido na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Embora previstas na CRP, as regiões administrativas do continente ainda não foram instituídas em concreto. O poder local continental assenta, por isso, nas freguesias e nos municípios, sem prejuízo de outras formas de organização territorial autárquica previstas na lei.

A autonomia local é igualmente reconhecida pela Carta Europeia de Autonomia Local, que estabelece o direito e a capacidade efetiva de as autarquias regulamentarem e gerirem, nos termos da lei e sob sua responsabilidade, uma parte importante dos assuntos públicos, no interesse das respetivas populações. As autarquias desempenham, assim, um papel fundamental na gestão dos recursos públicos e no desenvolvimento das comunidades.

1.2. Freguesias

A freguesia é a autarquia local que, no território municipal, prossegue os interesses próprios da população residente na respetiva circunscrição. A reorganização administrativa prevista na Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, e concretizada pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, reduziu o número de freguesias para 3 091. Posteriormente, a Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, estabeleceu um novo regime de criação, modificação e extinção de freguesias, e a Lei n.º 25-A/2025, de 13 de março, repôs freguesias anteriormente agregadas, com efeitos após a instalação dos órgãos eleitos nas eleições autárquicas de 2025.

Portugal conta atualmente com 3 258 freguesias: 3 049 no continente, 155 na Região Autónoma dos Açores e 54 na Região Autónoma da Madeira. Nos termos do artigo 7.º, n.º 2, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as freguesias dispõem de atribuições nos seguintes domínios:

- Equipamento rural e urbano;
- Abastecimento público;
- Educação;
- Cultura, tempos livres e desporto;
- Cuidados primários de saúde;
- Ação social;
- Proteção civil;
- Ambiente e salubridade;
- Desenvolvimento;
- Ordenamento rural e urbano;
- Proteção da comunidade.

Nos termos do artigo 5.º do anexo I à mesma lei, os órgãos representativos da freguesia são a assembleia de freguesia e a junta de freguesia.

A assembleia de freguesia é o órgão deliberativo. Compete-lhe, entre outras funções, acompanhar e fiscalizar a atividade da junta de freguesia, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento e apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e os documentos de prestação de contas (artigo 9.º).

A junta de freguesia é o órgão executivo. Compete-lhe, entre outras funções, executar as deliberações da assembleia de freguesia, elaborar e submeter a aprovação as opções do plano e a proposta de orçamento, executar estes documentos depois de aprovados e elaborar os documentos de prestação de contas (artigo 16.º).

1.3. Municípios

Portugal tem 308 municípios. Em 2024, a população média foi de 36 675 habitantes por município. As atribuições das autarquias locais e as competências dos respetivos órgãos encontram-se enquadradas, designadamente, pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Esta lei atribui aos municípios responsabilidades em áreas como a educação, a saúde, o urbanismo e os transportes. A autonomia administrativa e financeira permite-lhes gerir recursos e executar políticas públicas no âmbito das respetivas competências, através de órgãos representativos eleitos e num quadro de proximidade às populações.

Nos termos do artigo 23.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os municípios dispõem de atribuições nos seguintes domínios:

- Equipamento rural e urbano;
- Energia;
- Transportes e comunicações;
- Educação;
- Património, cultura e ciência;
- Tempos livres e desporto;
- Saúde;
- Ação social;
- Habitação;
- Proteção civil;
- Ambiente e saneamento básico;
- Defesa do consumidor;
- Promoção do desenvolvimento;
- Ordenamento do território e urbanismo;
- Polícia municipal;
- Cooperação externa.

A concretização destas atribuições obedece, entre outros, ao princípio da subsidiariedade (artigo 4.º), segundo o qual as funções de interesse local devem ser prosseguidas pelo nível de administração mais próximo da população que se mostre mais adequado. Este princípio enquadra a transferência de atribuições e competências da administração central para os municípios.

A lei prevê dois órgãos representativos do município: a assembleia municipal e a câmara municipal.

A assembleia municipal é o órgão deliberativo do município. Compete-lhe, entre outras funções, acompanhar e fiscalizar a atividade da câmara municipal, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento e apreciar o inventário e os documentos de prestação de contas (artigo 25.º).

A câmara municipal é o órgão executivo do município. Para além de executar as deliberações da assembleia municipal, compete-lhe elaborar e executar as opções do plano e o orçamento e submeter à assembleia municipal os documentos de prestação de contas (artigo 33.º). A câmara municipal é constituída pelo presidente e pelos vereadores, em número determinado em função do número de eleitores do município.

A atividade empresarial local é regulada pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e pode ser desenvolvida através de serviços municipalizados ou intermunicipalizados e de empresas locais. Os serviços municipalizados integram a estrutura organizacional do município, embora disponham de organização autónoma; as empresas locais são sociedades comerciais nas quais as entidades públicas participantes exercem influência dominante.

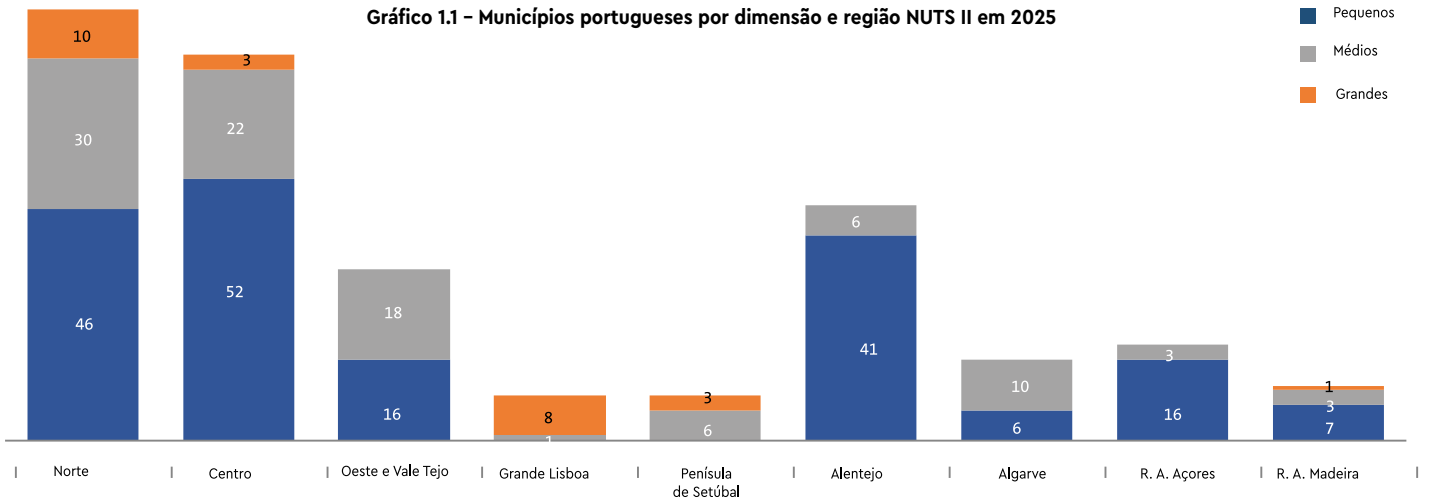
Existem em Portugal 308 municípios: 278 no continente e 30 nas Regiões Autónomas, dos quais 19 nos Açores e 11 na Madeira. Para efeitos de análise, e seguindo o critério demográfico utilizado nas edições anteriores, os municípios são agrupados em três categorias:

- Municípios pequenos — população inferior ou igual a 20 000 habitantes;
- Municípios médios — população superior a 20 000 habitantes e inferior ou igual a 100 000 habitantes;
- Municípios grandes — população superior a 100 000 habitantes.

Com base na população publicada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a distribuição dos municípios por dimensão em 2025 era a seguinte:

Pequenos ≤ 20 000	Médios > 20 000 e ≤ 100 000	Grandes > 100 000
184 municípios	99 municípios	25 municípios
Corvo (434 habitantes)		Lisboa (658 236 habitantes)

Gráfico 1.1 – Municípios portugueses por dimensão e região NUTS II em 2025



Quadro 1.1 – Caracterização das regiões NUTS II em 2025, segundo a dimensão dos municípios

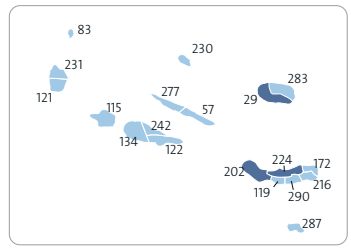
Percentagem	Norte	Centro	Oeste e Vale do Tejo	Grande Lisboa	Península de Setúbal	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Pequenos	53%	68%	47%	0%	0%	87%	38%	84%	64%
Médios	35%	29%	53%	11%	67%	13%	63%	16%	27%
Grandes	12%	4%	0%	89%	33%	0%	0%	0%	9%

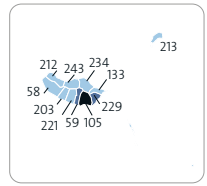
A análise conjunta do Gráfico 1.1 e do Quadro 1.1 mostra que os municípios de pequena dimensão apresentam maior peso no Alentejo, no Centro e nas Regiões Autónomas. Representam 64% dos municípios da Madeira (7 em 11), 84% dos Açores (16 em 19), 87% do Alentejo (41 em 47) e 68% do Centro (52 em 77). Na Grande Lisboa não existem municípios de pequena dimensão e os de média dimensão representam 11% do total regional (1 em 9).

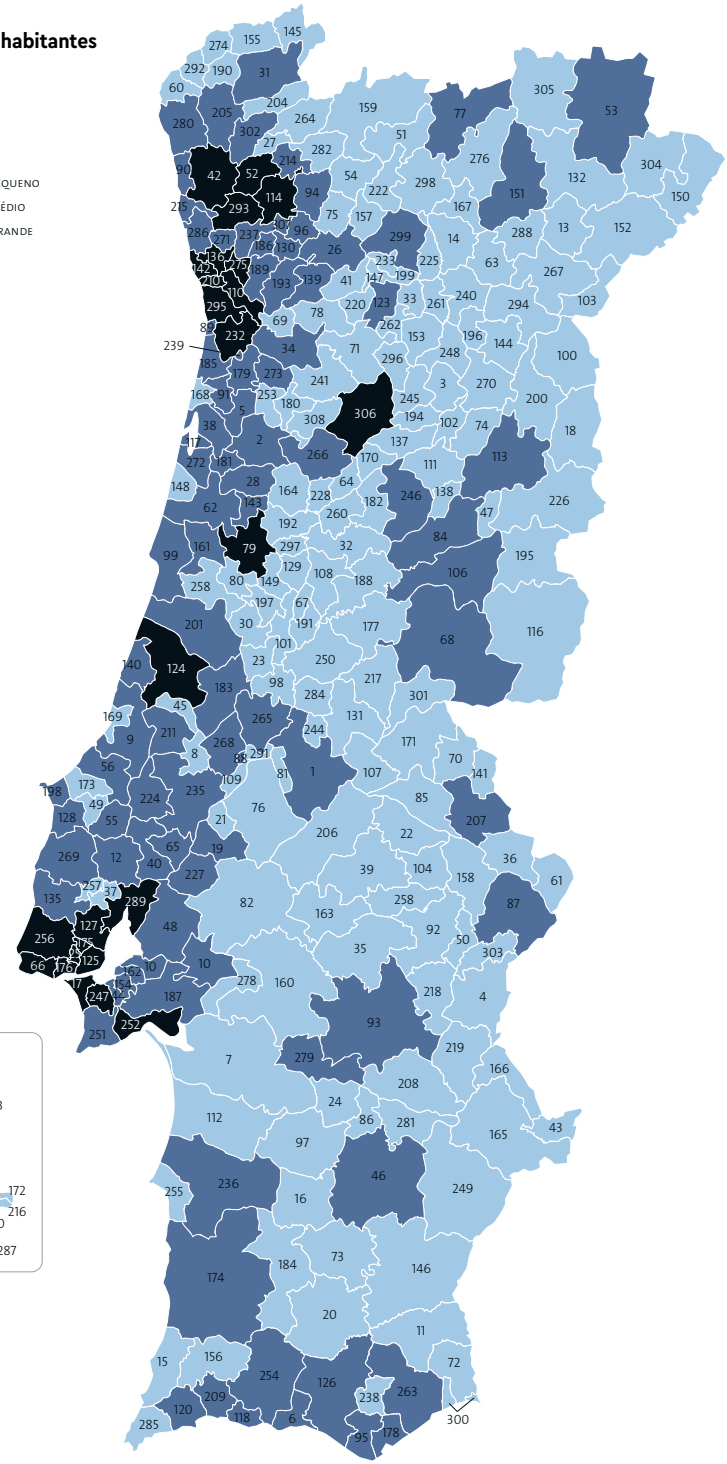
Figura 1 – Distribuição dos municípios por dimensão, medida pelo número de habitantes

1 Abrantes
2 Águeda
3 Aguiar da Beira
4 Alandroal
5 Albergaria-a-Velha
6 Albufeira
7 Alcácer do Sal
8 Alcanena
9 Alcobaça
10 Alcochete
11 Alcoutim
12 Alenquer
13 Alfândega da Fé
14 Alijó
15 Aljezur
16 Aljustrel
17 Almada
18 Almeida
19 Almeirim
20 Almodôvar
21 Alpiarça
22 Alter do Chão
23 Alvaiázere
24 Alvito
25 Amadora
26 Amarante
27 Amares
28 Anadia
29 Angra do Heroísmo
30 Ansião
31 Arcos de Valdevez
32 Arganil
33 Armamar
34 Arouca
35 Arraiolos
36 Arronches
37 Arruda dos Vinhos
38 Aveiro
39 Avis
40 Azambuja
41 Baião
42 Barcelos
43 Barrancos
44 Barreiro
45 Batalha
46 Beja
47 Belmonte
48 Benavente
49 Bombarral
50 Borba
51 Boticas
52 Braga
53 Bragança
54 Cabeceiras de Basto
55 Cadaval
56 Caldas da Rainha
57 Calheta (R. A. A.)
58 Calheta (R. A. M.)
59 Câmara de Lobos
60 Caminha
61 Campo Maior
62 Cantanhede
63 Carrazeda de Ansiães
64 Carregal do Sal
65 Cartaxo
66 Cascais
67 Castanheira de Pêra
68 Castelo Branco
69 Castelo de Paiva
70 Castelo de Vide
71 Castro Daire
72 Castro Marim
73 Castro Verde
74 Celorico da Beira
75 Celorico de Basto
76 Chamusca
77 Chaves
78 Cinfães
79 Coimbra
80 Condeixa-a-Nova
81 Constância
82 Coruche
83 Corvo
84 Covilhã
85 Crato
86 Cuba
87 Elvas
88 Entroncamento
89 Espinho
90 Esposende
91 Estarreja
92 Estremoz
93 Évora
94 Fafe
95 Faro
96 Felgueiras
97 Ferreira do Alentejo
98 Ferreira do Zêzere
99 Figueira da Foz
100 Figueira de Castelo Rodrigo
101 Figueiró dos Vinhos
102 Fornos de Algodres
103 Freixo de Espada à Cinta
104 Fronteira
105 Funchal
106 Fundão
107 Gavião
108 Góis
109 Golegã
110 Gondomar
111 Gouveia
112 Grândola
113 Guarda
114 Guimarães
115 Horta
116 Idanha-a-Nova
117 Ílhavo
118 Lagoa (Algarve)
119 Lagoa (R.A.A)
120 Lagos
121 Lajes das Flores
122 Lajes do Pico
123 Lamego
124 Leiria
125 Lisboa
126 Loulé
127 Loures
128 Lourinhã
129 Lousã
130 Lousada
131 Mação
132 Macedo de Cavaleiros
133 Machico
134 Madalena
135 Mafra
136 Maia
137 Mangualde
138 Manteigas
139 Marco de Canaveses
140 Marinha Grande
141 Marvão
142 Matosinhos
143 Mealhada
144 Meda
145 Melgaço
146 Mértola
147 Mesão Frio
148 Mira
149 Miranda do Corvo
150 Miranda do Douro
151 Mirandela
152 Mogadouro
153 Moimenta da Beira
154 Moita
155 Monção
156 Monchique
157 Mondim de Basto
158 Monforte
159 Montalegre
160 Montemor-o-Novo
161 Montemor-o-Velho
162 Montijo
163 Mora
164 Mortágua
165 Moura
166 Mourão
167 Murça
168 Murtosa
169 Nazaré
170 Nelas
171 Nisa
172 Nordeste
173 Óbidos
174 Odemira
175 Odivelas
176 Oeiras
177 Oleiros
178 Olhão
179 Oliveira de Azeméis
180 Oliveira de Frades
181 Oliveira do Bairro
182 Oliveira do Hospital
183 Ourém
184 Ourique
185 Ovar
186 Paços de Ferreira
187 Palmela
188 Pampilhosa da Serra
189 Paredes
190 Paredes de Coura
191 Pedrógão Grande
192 Penacova
193 Penafiel
194 Penalva do Castelo
195 Penamacor
196 Penedono
197 Penela
198 Peniche
199 Peso da Régua
200 Pinhel
201 Pombal
202 Ponta Delgada
203 Ponta do Sol
204 Ponte da Barca
205 Ponte de Lima
206 Ponte de Sor
207 Portalegre
208 Portel
209 Portimão
210 Porto
211 Porto de Mós
212 Porto Moniz
213 Porto Santo
214 Póvoa de Lanhoso
215 Póvoa de Varzim
216 Povoação
217 Proença-a-Nova
218 Redondo
219 Reguengos de Monsaraz
220 Resende
221 Ribeira Brava
222 Ribeira de Pena
223 Ribeira Grande
224 Rio Maior
225 Sabrosa
226 Sabugal
227 Salvaterra de Magos
228 Santa Comba Dão
229 Santa Cruz
230 Santa Cruz da Graciosa
231 Santa Cruz das Flores
232 Santa Maria da Feira
233 Santa Marta de Penaguião
234 Santana
235 Santarém
236 Santiago do Cacém
237 Santo Tirso
238 São Brás de Alportel
239 São João da Madeira
240 São João da Pesqueira
241 São Pedro do Sul
242 São Roque do Pico
243 São Vicente
244 Sardoal
245 Sátão
246 Seia
247 Seixal
248 Sernancelhe
249 Serpa
250 Sertã
251 Sesimbra
252 Setúbal
253 Sever do Vouga
254 Silves
255 Sines
256 Sintra
257 Sobral de Monte Agraço
258 Soure
259 Sousel
260 Tábua
261 Tabuaço
262 Tarouca
263 Tavira
264 Terras de Bouro
265 Tomar
266 Tondela
267 Torre de Moncorvo
268 Torres Novas
269 Torres Vedras
270 Trancoso
271 Trofa
272 Vagos
273 Vale de Cambra
274 Valença
275 Valongo
276 Valpaços
277 Velas
278 Vendas Novas
279 Viana do Alentejo
280 Viana do Castelo
281 Vidigueira
282 Vieira do Minho
283 Praia da Vitória
284 Vila de Rei
285 Vila do Bispo
286 Vila do Conde
287 Vila do Porto
288 Vila Flor
289 Vila Franca de Xira
290 Vila Franca do Campo
291 Vila Nova da Barquinha
292 Vila Nova de Cerveira
293 Vila Nova de Famalicão
294 Vila Nova de Foz Côa
295 Vila Nova de Gaia
296 Vila Nova de Paiva
297 Vila Nova de Poiares
298 Vila Pouca de Aguiar
299 Vila Real
300 Vila Real de Santo António
301 Vila Velha de Ródão
302 Vila Verde
303 Vila Viçosa
304 Vimioso
305 Vinhais
306 Viseu
307 Vizela
308 Vouzela









1.4. Caracterização geral e importância financeira dos municípios portugueses no contexto europeu

Como mostra o Quadro 1.2, a dimensão populacional média dos municípios portugueses é superior à da maioria dos países considerados. Em 2024, Portugal tinha aproximadamente 11,3 milhões de habitantes e 308 municípios, correspondendo a 36 675 habitantes por município, acima da média simples apresentada no quadro, de cerca de 32,8 mil habitantes. O valor português aproxima-se do da Suécia e supera o da Grécia; é ultrapassado por seis países, entre os quais a Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido.[1]

Quadro 1.2 – Caracterização dos municípios portugueses em perspetiva comparada[2]

País	População (2024) (2024)	N.º de municípios	População média por município	Peso da despesa dos municípios na despesa pública (%) (2024)	Peso do investimento dos municípios no investimento público total (%) (2024)	Peso da receita dos municípios na receita pública (%) (2024)	Peso da dívida dos municípios no PIB (%) (2024)	Peso da dívida dos municípios na dívida global das administrações públicas (%) (2024)
Alemanha	83 516 599	10 749	7 770	19,1%	34,7%	19,2%	4,9%	8,2%
Áustria	9 174 908	2 092	4 386	17,3%	28,8%	17,7%	5,5%	6,9%
Bélgica	11 794 601	565	20 875	13,3%	27,2%	14,1%	4,7%	4,7%
Dinamarca	5 972 420	98	60 943	65,8%	43,2%	60,7%	12,0%	32,9%
Eslovénia	2 126 324	212	10 030	18,9%	35,6%	18,4%	2,6%	3,9%
Espanha	48 821 936	8 132	6 004	13,4%	25,6%	15,5%	3,2%	3,1%
Estónia	1 372 341	78	17 594	23,7%	20,8%	23,4%	4,7%	15,0%
Finlândia	5 619 914	308	18 246	41,0%	56,7%	42,5%	17,7%	21,6%
França	68 745 188	34 875	1 971	19,8%	53,8%	20,8%	9,6%	8,7%
Grécia	10 374 048	332	31 247	8,4%	33,4%	8,1%	1,2%	0,7%
Hungria	9 562 069	3 155	3 031	12,3%	17,2%	12,5%	1,8%	2,3%
Irlanda	5 380 313	31	173 558	11,0%	36,2%	8,2%	2,3%	6,1%
Itália	58 957 352	7 894	7 469	28,4%	54,9%	30,6%	7,9%	5,5%
Letónia	1 869 569	42	44 514	24,7%	22,6%	26,1%	7,1%	13,3%
Lituânia	2 888 277	60	48 138	25,2%	28,3%	25,9%	1,3%	3,4%
Luxemburgo	677 010	100	6 770	11,7%	39,4%	11,6%	2,6%	8,4%
Países Baixos	17 993 486	342	52 613	29,7%	50,0%	29,6%	8,1%	17,6%
Polónia	37 563 071	2 479	15 153	29,5%	40,6%	34,9%	5,1%	7,8%
Portugal	11 295 785	308	36 675	15,6%	39,8%	15,6%	4,3%	4,5%
República Checa	10 886 531	6 258	1 740	28,0%	43,2%	31,2%	2,9%	6,1%
República Eslovaca	5 422 069	2 927	1 852	16,9%	28,1%	18,9%	2,7%	4,2%
Suécia	10 553 341	290	36 391	51,1%	48,8%	50,9%	20,3%	38,1%
Outros países da OCDE, não pertencentes à UE								
Noruega	5 572 273	357	15 609	32,5%	37,3%	24,2%	16,4%	29,2%
Reino Unido	69 281 437	359	192 985	20,6%	24,4%	22,4%	9,1%	10,1%
Suíça	9 006 644	2 110	4 269	21,9%	31,0%	21,5%	7,7%	19,3%
União Europeia (UE) (27 países)	451 474 283	85 702	5 268	22,9%	42,3%	24,0%	6,6%	7,9%
Média	**20 177 100**	**3 366**	**32 793**	**24,0%**	**36,1%**	**24,2%**	**6,6%**	**11,3%**

Fonte: OCDE — dados relativos a 2024

[1] A comparação deve considerar que vários países dispõem de níveis regionais com maior dimensão territorial e competências próprias, o que condiciona a delimitação das funções atribuídas aos municípios.

[2] Entre os países apresentados, Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha e Suíça dispõem de níveis regionais de governo.

Quadro 1.3 – Evolução dos indicadores de população, despesa, receita, investimento e dívida de Portugal entre 2023 e 2024[3]

Indicadores	2023	2024	Variação 2023-2024
População	10 701 128	11 295 785	594 657
N.º de municípios	308	308	0
População média por município	34 744	36 675	1 931
Peso da despesa dos municípios na despesa pública (%)	15,4%	15,6%	+0,2 $$
Peso do investimento dos municípios no investimento público total (%)	44,2%	39,8%	−4,4 $$
Peso da receita dos municípios na receita pública (%)	14,8%	15,6%	+0,8 $$
Peso da dívida dos municípios no PIB (%)	4,9%	4,3%	−0,6 $$
Peso da dívida dos municípios na dívida global das administrações públicas (%)	4,7%	4,5%	−0,2 $$

Em 2024, os municípios portugueses representaram 15,6% da despesa pública nacional, mais 0,2 pp do que em 2023; 39,8% do investimento público, menos 4,4 pp; e 15,6% da receita pública, mais 0,8 pp. A dívida municipal correspondeu a 4,3% do PIB, menos 0,6 pp, e a 4,5% da dívida global das administrações públicas, menos 0,2 pp.

A comparação internacional deve atender às diferenças de organização territorial e de competências. Na Alemanha, com 83,5 milhões de habitantes e 10 749 municípios, o nível municipal representou 19,1% da despesa pública e 34,7% do investimento público, e a dívida municipal correspondeu a 4,9% do PIB. Na Finlândia, com 5,6 milhões de habitantes e 308 municípios, os valores foram, respetivamente, 41,0%, 56,7% e 17,7%.

Os indicadores do Quadro 1.2 evidenciam diferenças relevantes no peso financeiro do nível municipal, associadas, entre outros fatores, aos modelos de organização territorial, ao grau de descentralização e às competências atribuídas às administrações locais. Em Portugal, o peso da despesa e da receita municipais é inferior ao observado em muitos dos países comparados, embora o investimento municipal represente uma parcela relevante do investimento público.[4]

A despesa municipal portuguesa correspondeu a 15,6% da despesa pública, abaixo quer do valor agregado da União Europeia (22,9%), quer da média simples dos países do quadro (24,0%). No investimento público, Portugal apresentou 39,8%, acima da média simples de 36,1%, mas abaixo do agregado da União Europeia, de 42,3%. A receita municipal representou 15,6% da receita pública, também abaixo do valor da União Europeia (24,0%) e da média simples (24,2%).[5]

Relativamente aos dois indicadores de dívida apresentados nas últimas colunas do Quadro 1.2, destaca-se o seguinte:

- A dívida municipal portuguesa representou 4,3% do PIB em 2024. Este valor foi inferior ao da Dinamarca (12,0%), da Finlândia (17,7%) e da Noruega (16,4%), mas superior ao da Hungria (1,8%), de Espanha (3,2%) e da Grécia (1,2%). Ficou também abaixo do valor agregado da União Europeia, de 6,6%. A leitura deste indicador deve considerar as diferenças entre países na repartição de competências e no modelo de financiamento local;

[3] Dados relativos a 2023 e 2024, de acordo com as fontes indicadas no Quadro 1.2.

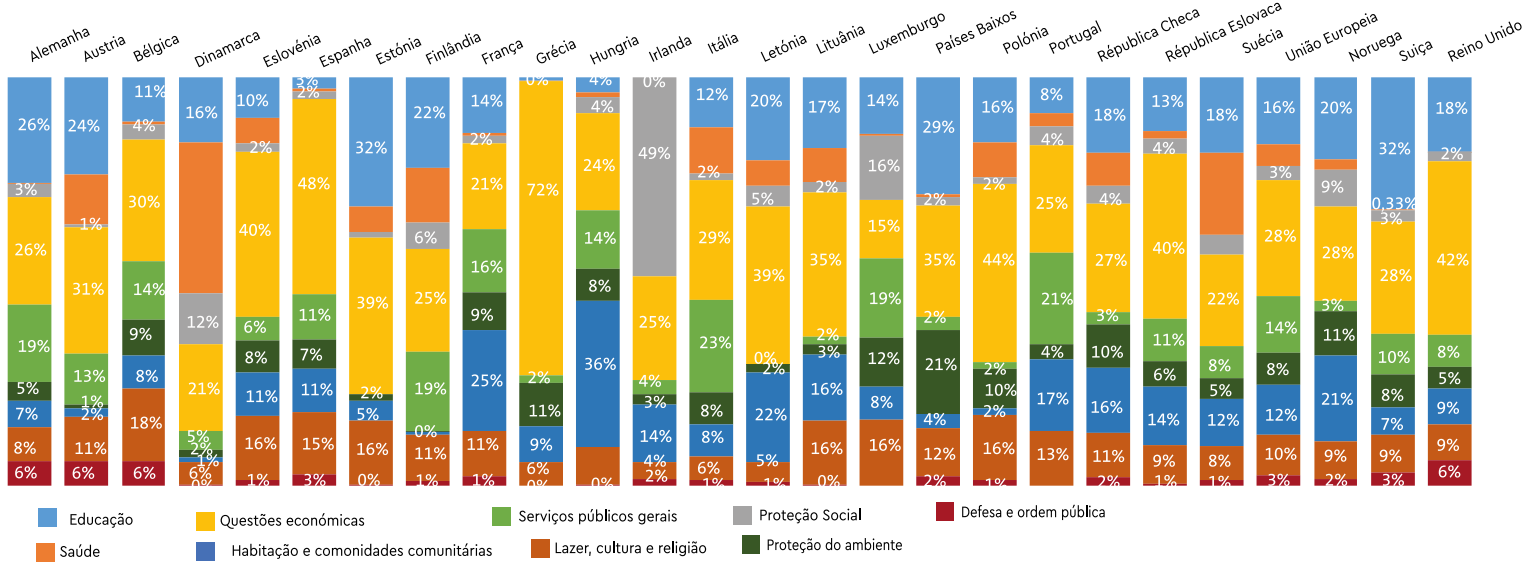
[4] As diferenças entre países refletem a respetiva organização territorial e a repartição de competências e recursos. Por esse motivo, os indicadores de despesa, investimento e dívida não devem ser interpretados isoladamente.

[5] A comparabilidade é condicionada pelo facto de muitos países europeus disporem de níveis regionais de administração, com dimensão e competências que não encontram correspondência direta na organização territorial portuguesa.

- **A dívida municipal representou 4,5% da dívida global das administrações públicas portuguesas. O valor foi inferior ao da Finlândia (21,6%), dos Países Baixos (17,6%), da Suíça (19,3%), da Dinamarca (32,9%), da Estónia (15,0%), da Letónia (13,3%), da Suécia (38,1%) e da Noruega (29,2%), bem como ao agregado da União Europeia (7,9%). Também este indicador deve ser interpretado à luz da organização institucional e das responsabilidades atribuídas ao nível local.**
- Em síntese, os dois indicadores mostram que a dívida municipal tem um peso relativamente reduzido em Portugal no contexto dos países comparados. Por si só, contudo, estes rácios não permitem distinguir o efeito da gestão financeira do efeito resultante do grau de descentralização e da repartição de competências e recursos entre níveis de administração.

O Gráfico 1.2 apresenta a distribuição funcional das despesas locais no mesmo conjunto de países, permitindo identificar as áreas com maior peso na atividade das administrações locais.

Gráfico 1.2 – Distribuição funcional das despesas locais



Fonte: OCDE, Local government expenditure by area — dados relativos a 2024

A distribuição funcional das despesas locais permite comparar o peso relativo das diferentes áreas de intervenção:

Distribuição das despesas por funções em 2024:

- Educação: em Portugal, esta função representou 8,4% da despesa local, face a 28,5% nos Países Baixos e 10,8% na Bélgica. As diferenças refletem, designadamente, a distinta repartição de competências educativas entre níveis de administração;

- Saúde: em Portugal, esta função representou 3,0% da despesa local. O peso foi bastante superior na Dinamarca (37,1%), na Suécia (20,1%), na Finlândia (13,5%) e em Itália (11,3%), países onde o nível local assume responsabilidades mais amplas nesta área;
- Proteção social: o peso em Portugal foi de 4,5%, comparando com 48,6% na Irlanda, 12,3% na Dinamarca e 15,7% no Luxemburgo;
- Assuntos económicos: Portugal destinou 24,8% da despesa local a esta função, valor próximo do da Irlanda (25,4%) e superior ao de França (21,0%). Os pesos foram mais elevados na Grécia (72,0%), em Espanha (47,7%), na Polónia (43,7%) e na República Eslovaca (40,3%);
- Serviços públicos gerais: esta função representou 21,3% da despesa local em Portugal, valor próximo dos registados em Itália (22,7%), na Finlândia e no Luxemburgo (19,4% em ambos os casos) e na Alemanha (19,0%).

A estrutura funcional da despesa local portuguesa evidencia pesos relativamente reduzidos na educação, na saúde e na proteção social face a vários dos países comparados. Estas diferenças devem ser interpretadas considerando a repartição nacional de competências e não apenas como opções de despesa dos municípios.

1.5. Grupos municipais

Nas últimas duas décadas ocorreram várias alterações na organização da prestação de serviços públicos locais. A Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, foi posteriormente revogada e substituída pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. Nos termos desta última, a atividade empresarial local é desenvolvida através de serviços municipalizados ou intermunicipalizados e de empresas locais. O Quadro 1.4 apresenta o número de municípios que, em 2025, dispunham destas estruturas ou participavam nelas.

Quadro 1.4 – Número de serviços municipalizados e de entidades do setor empresarial local em 2025

	Total	N.º de municípios com:												
		Serviços municipalizados*		Empresas municipais							Empresas intermunicipais			
		0 SM	1 SM	0 EM	1 EM	2 EM	3 EM	4 EM	5 EM	6 EM	0 EIM	1 EIM	2 EIM	3 EIM
Municípios pequenos	184	180	4	158	21	4	1	0	0	0	96	74	14	0
Municípios médios	99	84	15	63	27	7	1	1	0	0	51	41	7	0
Municípios grandes	25	13	12	6	4	9	2	1	1	2	14	9	2	0
Total de municípios	308	277	31	227	52	20	4	2	1	2	161	124	23	0
Total de empresas e serviços municipalizados	188		26		132							30		

* Existem três serviços intermunicipalizados: um pertencente aos municípios de Loures e Odivelas; outro aos municípios de Oeiras e Amadora; e outro aos municípios de Celorico da Beira, Guarda, Manteigas e Sabugal.

O Quadro 1.4 mostra que 52 municípios detinham uma empresa municipal e 29 detinham duas ou mais; cinco municípios detinham pelo menos quatro. Participavam em empresas intermunicipais 147 municípios: 124 numa empresa e 23 em duas.

Dos 308 municípios, 227 não detinham empresas municipais — 158 pequenos, 63 médios e seis grandes —, 161 não participavam em empresas intermunicipais — 96 pequenos, 51 médios e catorze grandes — e 277 não dispunham de serviços municipalizados — 180 pequenos, 84 médios e treze grandes.

O artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece a apresentação de contas consolidadas pelos municípios, entidades intermunicipais e entidades associativas municipais que detenham ou controlem entidades integradas no respetivo perímetro de consolidação. Para este efeito, o grupo autárquico compreende a entidade consolidante e as entidades por ela controladas, direta ou indiretamente.[6]

1.6. Independência financeira[7]

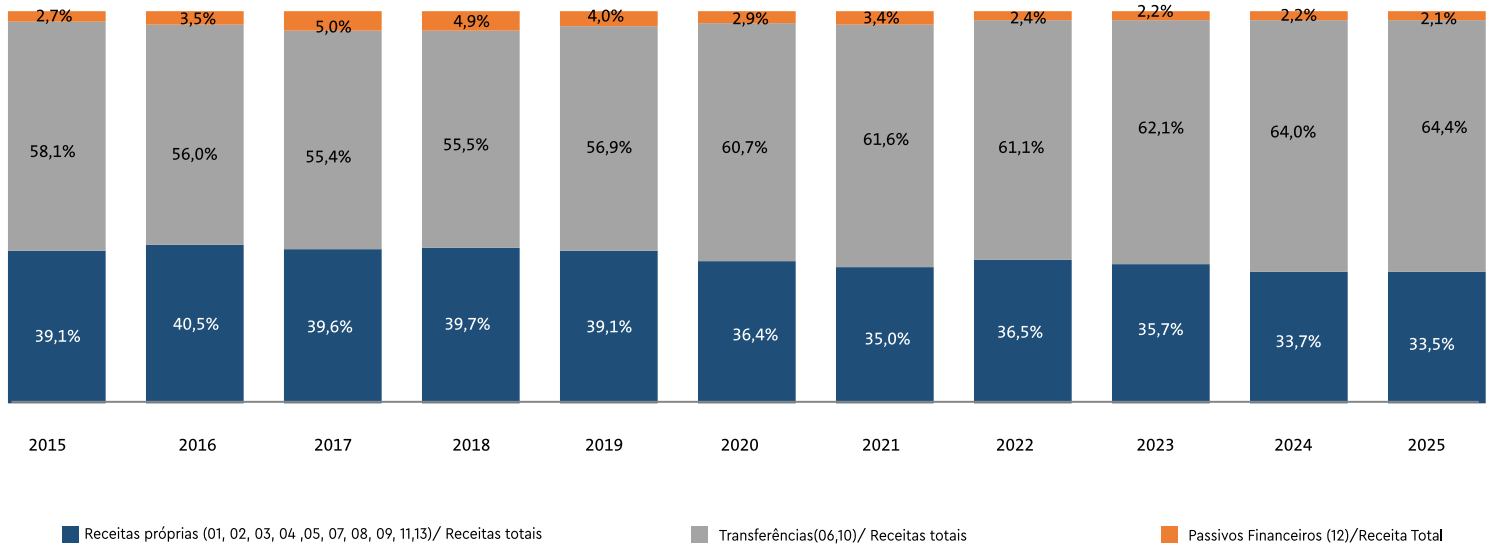
O Anuário mantém a análise do rácio entre receitas próprias e receitas totais como medida da independência financeira dos municípios. Para efeitos desta publicação, considera-se que existe independência financeira quando as receitas próprias representam pelo menos 50% das receitas totais.

Para analisar a evolução do indicador, apresentam-se, para o período de 2015 a 2025 e por grupos de municípios, os pesos das receitas próprias, das transferências e dos passivos financeiros nas receitas totais, considerando os valores cobrados.

O Gráfico 1.3 apresenta a média do índice de independência financeira calculado individualmente para os 308 municípios.

Em 2025, o índice médio de independência financeira diminuiu 0,2 pp, para 33,5%.

Gráfico 1.3 – Evolução da independência financeira dos 308 municípios



[6] À data da elaboração deste Anuário, não estava disponível informação consolidada suficientemente consistente para uma análise autónoma das contas dos grupos autárquicos.

[7] Definição da exclusiva responsabilidade dos autores deste Anuário.

Nos municípios das Regiões Autónomas, a independência financeira apresenta valores relativamente baixos, sobretudo nos municípios de pequena dimensão. Em 2025, a média foi de 24,5% nos Açores, menos 1,8 pp do que em 2024, e de 42,3% na Madeira, mais 0,2 pp. As transferências representaram, em média, 73,4% e 54,7% das receitas totais, respetivamente. Entre 2015 e 2025, o índice diminuiu 0,4 pp nos Açores e aumentou 5,8 pp na Madeira. No mesmo período, o peso dos passivos financeiros aumentou 0,7 pp nos Açores e 2,3 pp na Madeira. Em 2025, esse peso foi de 2,1% e 3,0%, respetivamente.

Gráfico 1.4 – Evolução da independência financeira dos municípios da Região Autónoma dos Açores

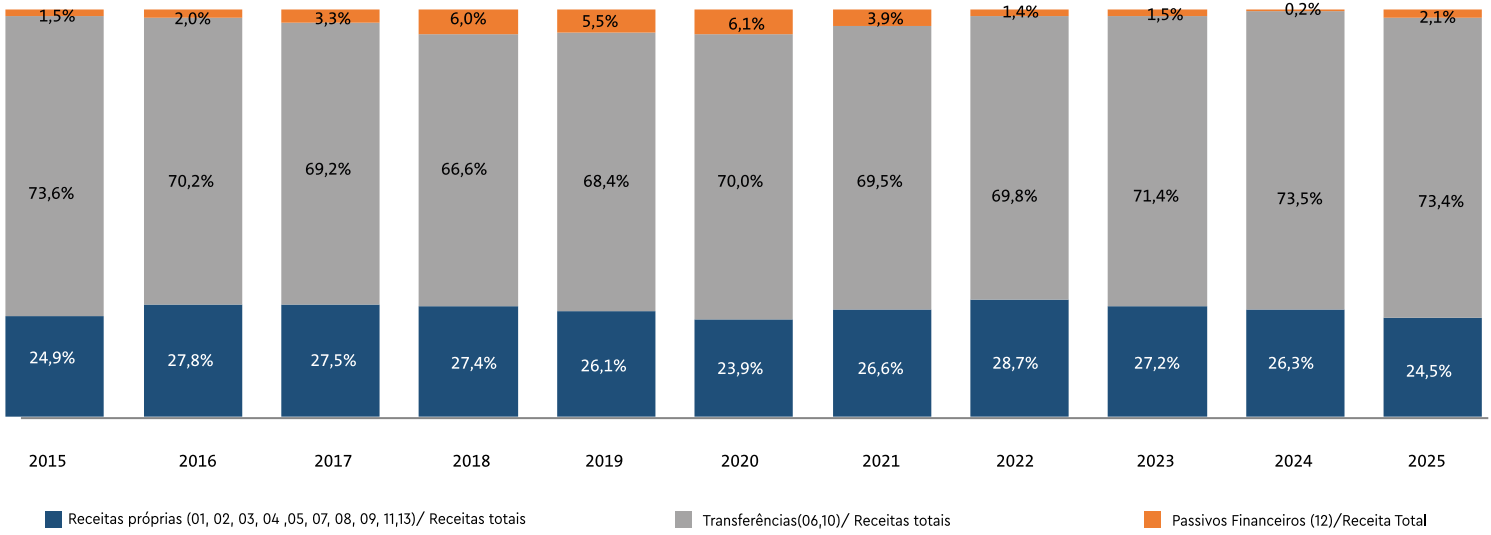
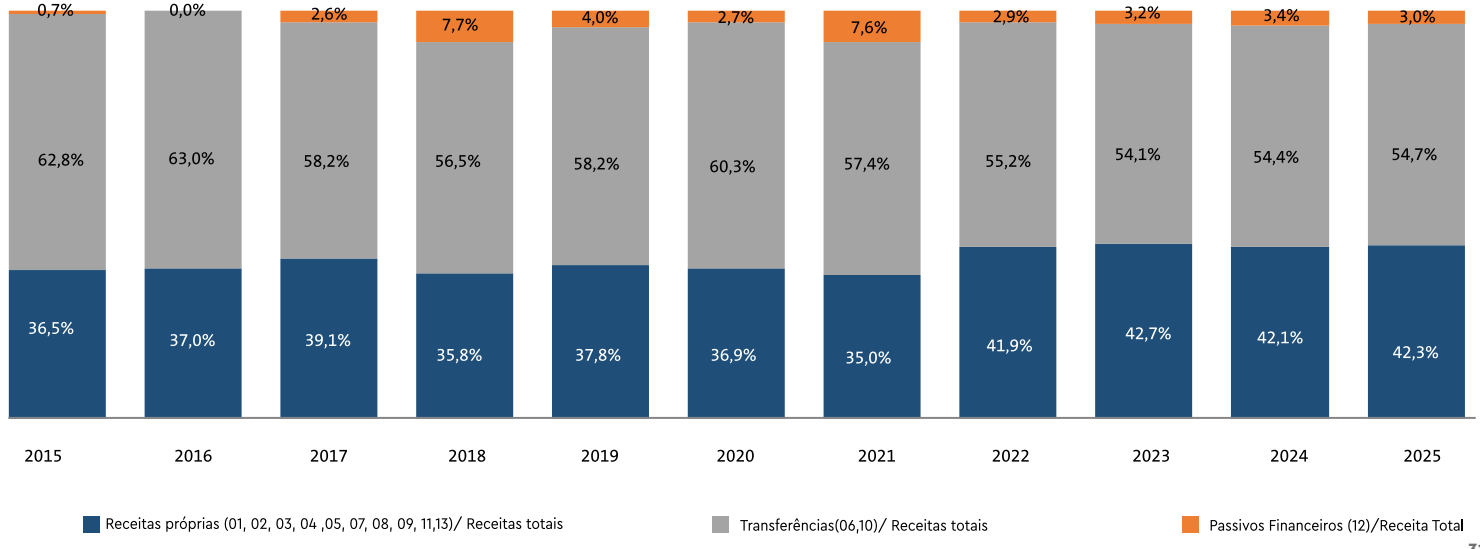


Gráfico 1.5 – Evolução da independência financeira dos municípios da Região Autónoma da Madeira

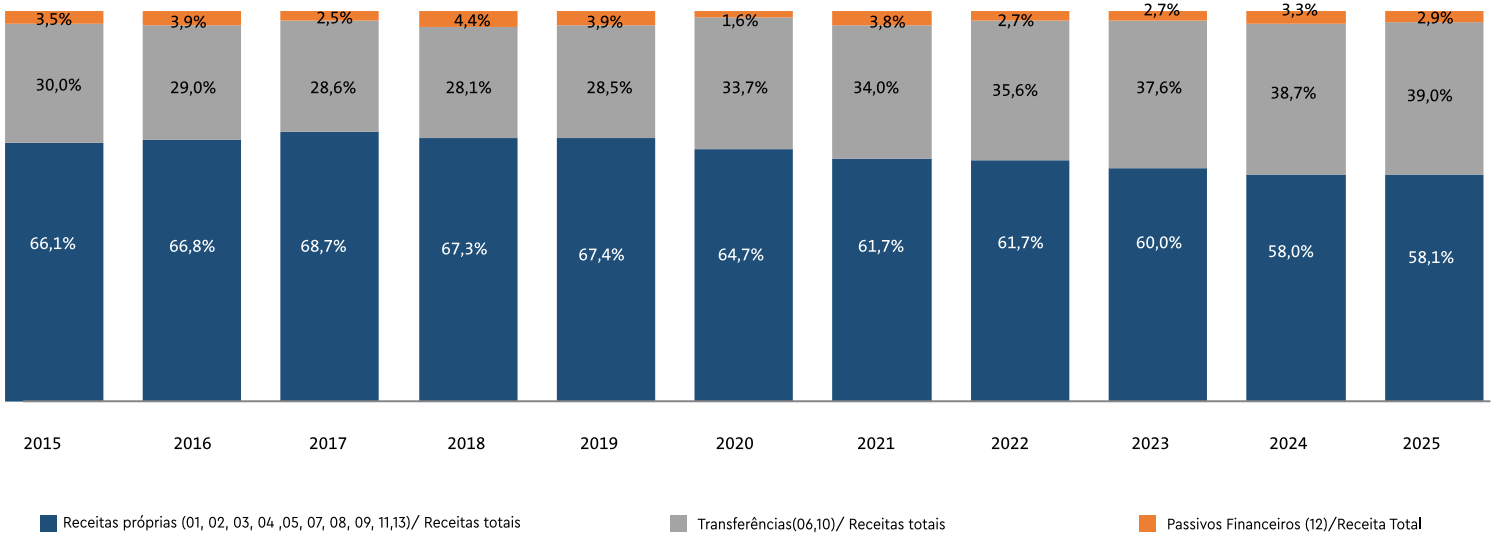


Nos municípios de grande dimensão, as receitas próprias continuaram a apresentar o maior peso relativo. Em 2025, representaram, em média, 58,1% das receitas totais, mais 0,1 pp do que em 2024. O peso das transferências aumentou 0,3 pp, para 39,0%, e o dos passivos financeiros diminuiu 0,4 pp, para 2,9%.

Nos municípios de média dimensão, as transferências representaram, em média, 53,3% das receitas totais, mais 0,1 pp do que em 2024, enquanto as receitas próprias representaram 44,2%, menos 0,8 pp. O peso dos passivos financeiros aumentou 0,7 pp, para 2,4%.

Nos municípios de pequena dimensão, as transferências constituíram a principal fonte de receita e representaram, em média, 73,8% das receitas totais, mais 0,6 pp do que em 2024. As receitas próprias corresponderam a 24,4%, mantendo-se praticamente estáveis (+0,1 pp com base nos valores não arredondados), e os passivos financeiros a 1,8%, menos 0,6 pp.[8]

Gráfico 1.6 – Evolução da independência financeira dos municípios de grande dimensão



[8] Na perspetiva dos autores, a revisão do financiamento local deverá assegurar a adequação das receitas às competências transferidas, ponderando o reforço da participação nos impostos do Estado, a suficiência do financiamento da descentralização, a correção de assimetrias territoriais e dos custos da insularidade e a criação de instrumentos financeiros associados à transição climática.

- Reforço da Participação nos Impostos Estatais.
- Aumento do IRS: Elevar gradualmente a participação dos municípios no IRS dos atuais 5% até um limite de 10%.
- Partilha de IRC e IVA: Alargar a distribuição de fatias destes impostos para que o dinamismo económico local reverta a favor das autarquias.
- Financiamento mais justo para a Descentralização
- Adequação de verbas: Reformular o Fundo de Financiamento da Descentralização. As verbas atuais têm-se manifestado insuficientes para cobrir os custos reais com a manutenção de escolas, centros de saúde e respostas de ação social;
- Reforçar a Coesão Territorial e a Correção de Assimetrias
- Os critérios demográficos e socioeconómicos exigem a alteração das fórmulas de distribuição do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF). É necessário valorizar critérios que protejam concelhos do interior, com baixa densidade populacional ou em acentuado envelhecimento populacional bem como compensar a dispersão geográfica;
- Os custos da insularidade também deveriam ser repensados e majoradas as transferências para os municípios das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira para compensar, também, a dispersão geográfica;
- A Transição Verde obriga a novas fontes de receita: criar mecanismos financeiros indexados à mobilidade elétrica e à transição climática, prevenindo a perda futura de receitas tradicionais, torna-se um fator essencialmente no repensar do financiamento dos municípios e associações de municípios.

Gráfico 1.7 – Evolução da independência financeira dos municípios de média dimensão

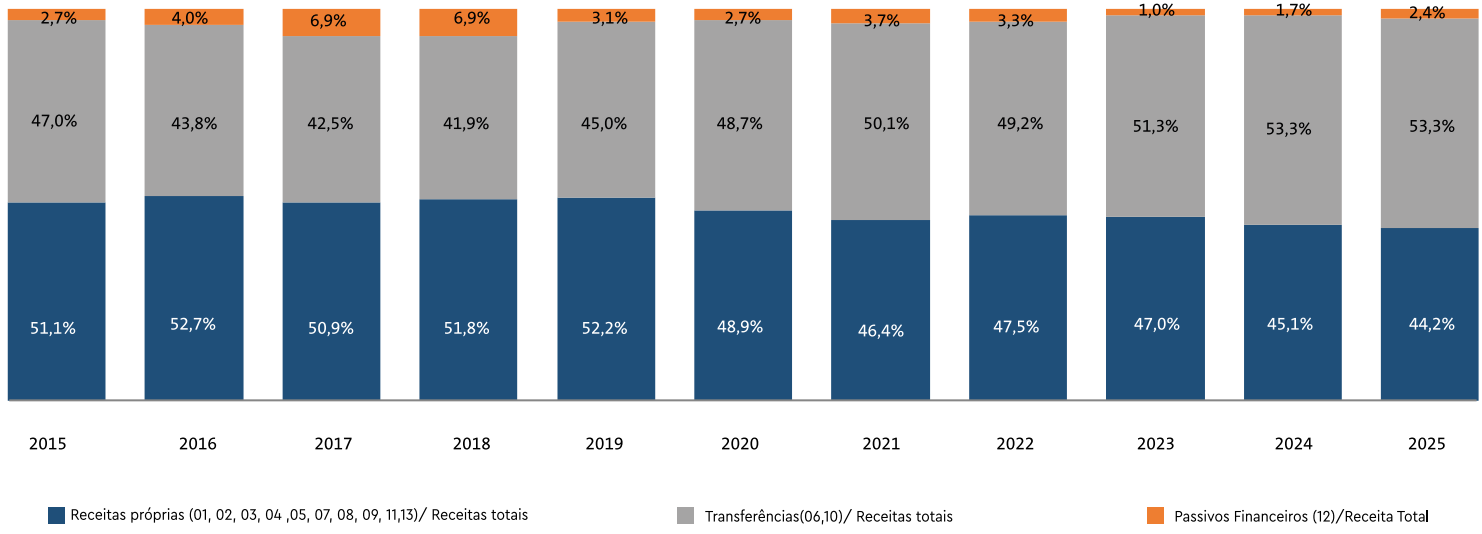
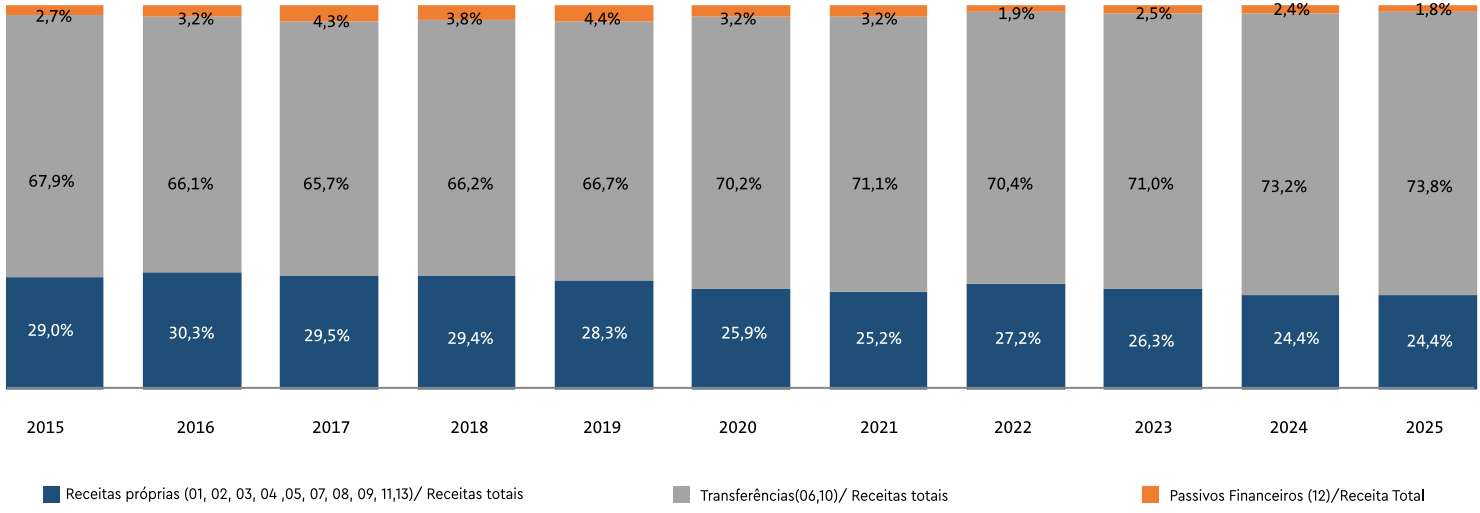


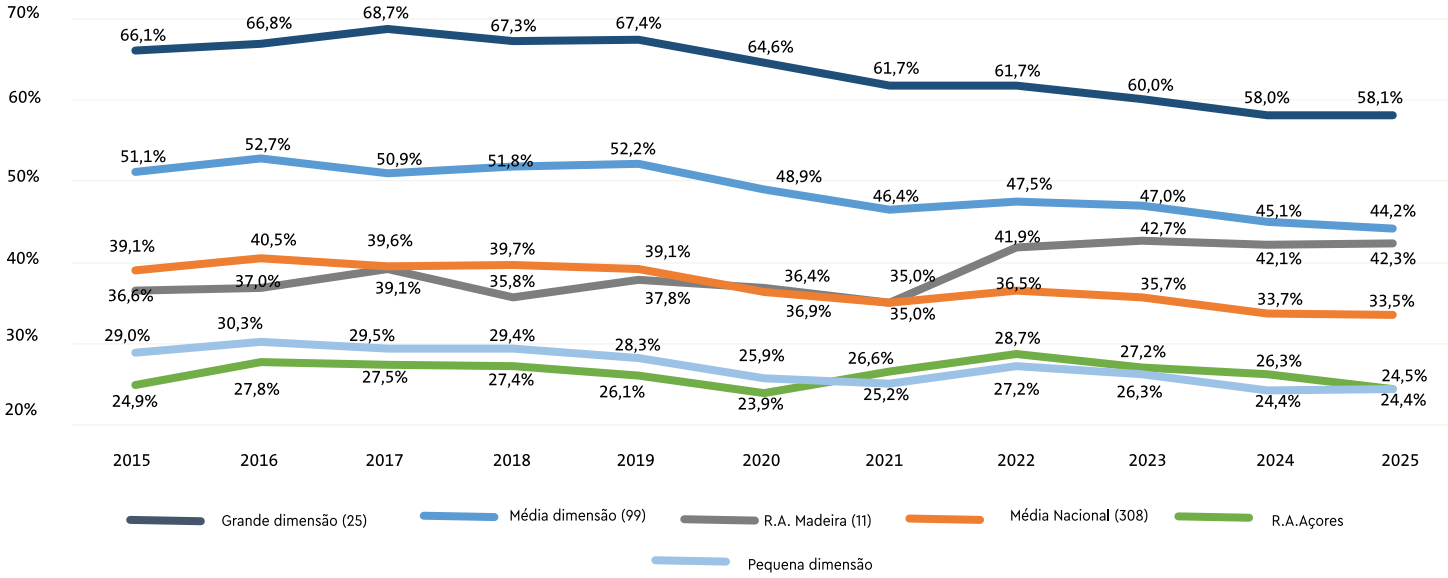
Gráfico 1.8 – Evolução da independência financeira dos municípios de pequena dimensão



O Gráfico 1.9 compara a evolução da independência financeira entre 2015 e 2025. A média nacional atingiu o máximo do período em 2016 (40,5%) e desceu para 33,5% em 2025. O indicador diminuiu também, em termos globais, nos grupos de grande, média e pequena dimensão. Nas Regiões Autónomas, os Açores apresentaram oscilações e a Madeira registou um aumento global face a 2015. A evolução das receitas próprias deve ser lida em conjunto com os pesos das transferências e dos passivos financeiros.

Em 2025, o índice médio diminuiu 0,2 pp no conjunto dos municípios, 1,8 pp nos Açores e 0,8 pp nos municípios de média dimensão. Aumentou 0,1 pp nos municípios de grande dimensão, 0,1 pp nos de pequena dimensão e 0,2 pp na Madeira.

Gráfico 1.9 – Evolução da independência financeira dos municípios entre 2015 e 2025



O Quadro 1.5 apresenta a amplitude dos níveis de independência financeira em 2025, por grupo de municípios, bem como os pesos das transferências e dos passivos financeiros.

Quadro 1.5 – Independência financeira em 2025

		Pequenos	Médios	Grandes	Total
N.º de municípios		**184**	**99**	**25**	**308**
Receitas próprias (01, 02, 04, 05, 07, 08, 09, 11 e 13)/receitas totais, sem reposições e saldo da gerência anterior	**Média dos 308 municípios**	**24,4%**	**44,2%**	**58,1%**	**33,5%**
	Mínimo	2,4%	21,6%	35,2%	2,4%
		Corvo	Arcos de Valdevez	Barcelos	
	Máximo	73,9%	84,6%	79,7%	84,6%
		Óbidos	Loulé	Funchal	
Transferências (06 e 10)/receitas totais, sem reposições e saldo da gerência anterior	**Média dos 308 municípios**	73,8%	53,3%	39,0%	64,4%
	Mínimo	26,1%	15,0%	17,9%	15,0%
		Óbidos	Loulé	Lisboa	
	Máximo	94,2%	78,4%	64,8%	94,2%
		Corvo	Arcos de Valdevez	Barcelos	
Passivos financeiros (12)/receitas totais, sem reposições e saldo da gerência anterior	**Média dos 308 municípios**	**1,8%**	**2,4%**	**2,9%**	**2,1%**
	Mínimo	0%	0%	0%	0%
		98 municípios	42 municípios	10 municípios	
	Máximo	16,9%	12,9%	18,8%	18,8%
		Armamar	Azambuja	Seixal	

O Quadro 1.6 apresenta a evolução, entre 2015 e 2025, de indicadores relativos à independência financeira dos municípios e à dependência de empréstimos bancários e de transferências.

Quadro 1.6 – Outros indicadores relevantes para os municípios

	Dimensão	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25			
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
N.º de municípios com receitas próprias iguais ou superiores a 50% das receitas totais	Pequenos	14	16	17	16	14	12	14	13	13	9	9
	Médios	38	48	41	43	41	36	31	33	32	32	33
	Grandes	22	23	23	23	22	22	22	23	23	20	19
	Total	**74**	**87**	**81**	**82**	**77**	**70**	**67**	**69**	**68**	**61**	**61**
N.º de municípios com receitas próprias inferiores a 20% das receitas totais	Pequenos	35	28	35	32	35	63	64	53	62	74	78
	Médios	0	0	1	2	0	0	0	1	0	0	0
	Grandes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	**35**	**28**	**36**	**34**	**35**	**63**	**64**	**54**	**62**	**74**	**78**
N.º de municípios que não recorreram a empréstimos bancários	Pequenos	130	124	105	113	94	86	92	105	105	106	98
	Médios	59	57	51	48	49	41	43	43	47	48	42
	Grandes	10	10	11	12	14	14	11	10	12	11	10
	Total	**199**	**191**	**167**	**173**	**157**	**141**	**146**	**158**	**164**	**165**	**150**
N.º de municípios em que as transferências foram superiores a 80% da receita total	Pequenos	27	21	22	22	21	41	51	42	46	57	60
	Médios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Grandes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	**27**	**21**	**22**	**22**	**21**	**41**	**51**	**42**	**46**	**57**	**60**

Da análise do Quadro 1.6 conclui-se que, em 2025:

- 61 municípios, o mesmo número de 2024, apresentaram um índice de independência financeira igual ou superior a 50%: 19 de grande dimensão, 33 de média dimensão e nove de pequena dimensão;
- 78 municípios, mais quatro do que em 2024, apresentaram receitas próprias inferiores a 20% das receitas totais; todos eram de pequena dimensão;
- Em 60 municípios, mais três do que em 2024, as transferências representaram mais de 80% das receitas totais; todos eram de pequena dimensão;
- 150 municípios não recorreram a empréstimos bancários, menos quinze do que em 2024: 98 de pequena dimensão, 42 de média dimensão e dez de grande dimensão.

O *Ranking* R1 apresenta os 35 municípios com maior independência financeira em 2025 e o valor do indicador nos dez anos anteriores. Nestes municípios, as receitas próprias — com destaque para impostos e taxas — assumem maior peso, enquanto as transferências e os passivos financeiros têm menor expressão relativa.

A comparação com os *rankings* da receita apresentados no capítulo 2 mostra que o *Ranking* R1 integra sobretudo municípios de média e grande dimensão e municípios onde as receitas fiscais, designadamente o IMI e o IMT, têm maior peso na receita total.

R1 – Municípios com maior independência financeira em 2025: receitas próprias/receitas totais

	Município	Dim.	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25			
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Loulé	M	80,2%	78,5%	84,2%	85,5%	85,6%	88,1%	85,6%	87,7%	80,7%	82,2%	84,6%
2	Lagos	M	84,1%	86,9%	86,6%	88,1%	88,9%	82,0%	81,8%	85,0%	80,8%	78,6%	82,6%
3	Lagoa (Algarve)	M	88,2%	88,7%	87,0%	90,4%	90,8%	87,2%	88,5%	82,8%	81,0%	80,1%	80,8%
4	Funchal	G	78,2%	77,0%	77,5%	61,1%	69,9%	69,7%	73,0%	70,3%	76,6%	80,6%	79,7%
5	Albufeira	M	89,5%	88,2%	90,9%	89,7%	90,5%	85,8%	87,3%	84,6%	84,4%	79,5%	79,2%
6	Porto	G	75,9%	84,5%	82,1%	82,3%	84,9%	75,9%	70,0%	76,7%	79,9%	79,0%	76,2%
7	Lisboa	G	87,2%	91,7%	93,7%	92,1%	91,7%	88,2%	82,3%	80,5%	84,3%	78,6%	74,6%
8	Óbidos	P	64,1%	67,6%	66,6%	67,9%	64,9%	63,3%	65,9%	76,6%	79,9%	77,4%	73,9%
9	Cascais	G	86,4%	84,7%	82,0%	84,8%	84,2%	81,1%	82,8%	84,5%	78,2%	77,3%	73,4%
10	Grândola	P	59,3%	54,2%	71,4%	64,9%	61,0%	59,6%	72,8%	80,4%	76,4%	69,3%	72,6%
11	Sines	P	45,9%	55,6%	57,9%	64,8%	55,5%	54,7%	58,0%	68,6%	64,0%	60,3%	72,0%
12	Oeiras	G	79,5%	77,3%	76,8%	78,5%	80,6%	77,2%	77,7%	74,8%	66,5%	65,9%	72,0%
13	Sesimbra	M	80,8%	80,1%	81,8%	82,9%	81,1%	76,7%	78,8%	75,5%	75,3%	70,0%	71,1%
14	Castro Marim	P	62,6%	68,1%	66,6%	60,2%	58,8%	64,5%	67,2%	66,0%	68,5%	63,5%	71,1%
15	Sintra	G	68,0%	68,5%	69,2%	68,9%	67,8%	60,5%	61,1%	63,7%	67,8%	74,0%	71,0%
16	Portimão	M	82,7%	49,2%	33,1%	84,0%	82,9%	77,9%	74,7%	77,0%	78,7%	74,0%	70,0%
17	Palmela	M	78,7%	76,4%	77,6%	75,7%	74,2%	70,2%	69,8%	69,1%	68,6%	63,4%	69,3%
18	Almada	G	71,9%	76,2%	73,6%	76,7%	77,7%	74,7%	81,3%	71,4%	68,0%	64,8%	69,0%
19	Tavira	M	66,1%	71,8%	71,6%	74,3%	72,2%	67,7%	69,2%	68,9%	67,7%	67,6%	68,9%
20	Montijo	M	65,0%	66,4%	68,6%	72,7%	71,6%	63,5%	66,3%	67,3%	68,5%	68,0%	68,0%
21	Silves	M	64,9%	68,6%	59,5%	67,0%	68,0%	55,5%	65,4%	67,2%	65,9%	62,8%	65,8%
22	Vila do Bispo	P	65,8%	65,7%	70,1%	73,5%	71,0%	70,5%	73,0%	70,6%	73,1%	71,8%	65,5%
23	Alcochete	M	76,6%	78,0%	76,0%	78,2%	73,9%	72,1%	69,7%	67,0%	64,3%	68,3%	65,1%
24	Aveiro	M	71,6%	78,8%	34,4%	67,0%	74,0%	72,5%	66,4%	63,1%	65,2%	65,4%	64,9%
25	Lourinhã	M	53,4%	61,2%	47,7%	65,6%	67,8%	60,5%	60,2%	63,1%	61,0%	59,8%	64,1%
26	Vila Real de Sto. António	M	81,1%	69,2%	61,3%	81,8%	79,4%	83,2%	83,2%	63,3%	73,2%	72,2%	63,3%
27	Ílhavo	M	62,5%	62,1%	70,2%	58,1%	65,7%	63,5%	53,4%	62,9%	64,0%	50,9%	61,7%
28	Santa Cruz	M	60,6%	67,1%	66,6%	48,7%	68,0%	63,3%	49,6%	65,4%	66,4%	64,4%	61,3%
29	Vila Nova de Gaia	G	64,3%	54,0%	70,0%	64,6%	70,0%	66,5%	65,5%	56,3%	59,1%	58,9%	61,2%
30	Maia	G	60,1%	76,7%	74,7%	72,1%	72,6%	66,6%	69,5%	64,7%	63,5%	56,4%	61,0%
31	Mafra	M	72,9%	76,4%	72,0%	73,3%	56,1%	69,7%	72,7%	74,7%	70,5%	62,3%	60,0%
32	Faro	M	71,5%	73,3%	52,8%	73,4%	71,4%	66,1%	62,9%	63,0%	64,5%	59,0%	59,5%
33	Porto Santo	P	64,0%	53,9%	55,2%	66,9%	42,7%	58,9%	54,2%	58,1%	60,2%	65,3%	58,8%
34	Vila Franca de Xira	G	68,9%	66,6%	62,3%	71,2%	64,3%	59,2%	55,7%	60,9%	58,9%	51,0%	58,0%
35	Peniche	M	59,0%	60,6%	60,8%	61,0%	57,4%	56,4%	44,8%	49,5%	55,6%	52,5%	57,6%

- Em 2025, Loulé manteve a primeira posição no *Ranking* R1, com um índice de independência financeira de 84,6%, mais 2,4 pp do que em 2024.
- Lagos ocupou a segunda posição, com 82,6%, mais 4,0 pp do que em 2024, e Lagoa (Algarve) a terceira, com 80,8%, mais 0,7 pp. Outros doze municípios apresentaram um índice superior a 70%.

O *Ranking* R2 apresenta os 35 municípios com menor independência financeira e, por isso, com menor peso das receitas próprias e maior dependência relativa das transferências. Todos são de pequena dimensão. Quando existem, os passivos financeiros podem ter um peso relevante na estrutura da receita, embora os montantes absolutos sejam geralmente reduzidos. O Corvo manteve o índice mais baixo, 2,4%, mais 0,1 pp do que em 2024.

R2 – Municípios com menor independência financeira em 2025: receitas próprias/receitas totais

	Município	Dim.	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25			
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Corvo	P	2,6%	4,1%	6,7%	3,5%	3,1%	3,3%	3,3%	3,1%	4,1%	2,3%	2,4%
2	Pampilhosa da Serra	P	10,2%	10,7%	11,5%	9,2%	7,4%	6,6%	5,3%	6,8%	4,9%	7,4%	5,1%
3	Barrancos	P	8,7%	11,6%	10,5%	10,3%	10,4%	7,9%	7,1%	7,6%	7,6%	7,1%	6,1%
4	Lajes das Flores	P	9,6%	8,9%	8,8%	12,9%	6,7%	7,8%	7,9%	9,2%	9,3%	11,9%	9,0%
5	Sardoal	P	24,9%	24,2%	21,1%	20,0%	16,9%	11,6%	10,2%	11,6%	11,4%	8,8%	9,1%
6	Freixo de Espada à Cinta	P	16,5%	17,9%	16,7%	17,3%	7,8%	11,2%	11,7%	12,7%	12,9%	5,4%	9,3%
7	Penedono	P	17,0%	15,4%	18,4%	21,1%	15,1%	14,7%	11,1%	12,6%	12,7%	12,3%	9,5%
8	Mértola	P	18,3%	17,4%	16,6%	18,0%	14,3%	18,1%	14,5%	18,1%	11,0%	12,8%	10,4%
9	Vimioso	P	14,4%	17,0%	15,5%	16,7%	12,7%	12,3%	13,1%	11,6%	11,4%	10,6%	10,5%
10	Arronches	P	13,7%	17,5%	15,0%	13,3%	16,9%	16,6%	14,7%	14,8%	11,8%	13,0%	10,8%
11	Santa Cruz das Flores	P	8,6%	11,0%	10,6%	12,6%	14,9%	9,0%	9,2%	11,0%	13,0%	13,1%	10,9%
12	Vinhais	P	15,4%	16,4%	14,7%	16,0%	15,2%	13,0%	11,8%	13,7%	13,9%	10,6%	11,1%
13	Murça	P	18,5%	20,2%	18,5%	19,1%	21,8%	14,5%	11,5%	12,1%	11,5%	11,4%	11,2%
14	Castanheira de Pera	P	32,3%	33,2%	26,4%	24,2%	21,0%	16,8%	17,7%	17,7%	16,1%	15,6%	11,3%
15	Carrazeda de Ansiães	P	16,9%	18,7%	23,0%	19,6%	18,3%	13,4%	18,4%	11,9%	14,4%	12,9%	12,8%
16	Manteigas	P	18,6%	21,1%	23,9%	21,4%	16,3%	23,2%	18,4%	15,9%	17,8%	21,0%	12,8%
17	Mesão Frio	P	24,8%	25,6%	14,0%	22,6%	20,3%	12,5%	10,6%	14,6%	11,8%	12,3%	12,9%
18	Calheta (R.A.A.)	P	18,6%	21,9%	21,6%	20,6%	19,7%	17,3%	15,6%	18,3%	13,0%	14,1%	13,2%
19	Marvão	P	24,3%	27,9%	25,5%	22,5%	23,1%	20,3%	19,6%	16,4%	15,0%	14,2%	13,6%
20	Nisa	P	22,5%	21,5%	22,0%	23,2%	22,8%	22,8%	19,4%	19,4%	18,9%	15,2%	13,7%
21	Vila de Rei	P	16,7%	16,0%	16,5%	16,7%	14,6%	14,2%	16,9%	16,5%	18,9%	15,0%	13,7%
22	Mação	P	27,1%	23,9%	23,0%	20,1%	27,6%	19,1%	14,1%	16,7%	17,6%	16,0%	14,0%
23	Torre de Moncorvo	P	24,0%	26,9%	16,8%	23,2%	22,4%	14,9%	13,1%	16,4%	13,3%	14,0%	14,4%
24	Cinfães	P	14,3%	27,9%	21,2%	18,2%	20,9%	19,4%	18,4%	18,9%	18,4%	15,7%	14,5%
25	Alvito	P	18,7%	20,6%	20,1%	27,9%	19,1%	17,2%	12,9%	17,9%	12,2%	14,6%	14,5%
26	Figueira de Castelo Rodrigo	P	23,1%	19,4%	19,7%	15,8%	15,0%	17,6%	13,6%	19,4%	17,2%	16,1%	14,7%
27	Castelo de Vide	P	22,1%	22,7%	20,9%	20,5%	21,6%	17,4%	13,9%	16,4%	19,2%	14,2%	15,1%
28	Alter do Chão	P	22,3%	25,4%	22,3%	23,0%	23,6%	23,3%	20,9%	20,3%	16,1%	16,2%	15,4%
29	Nordeste	P	14,4%	16,8%	16,4%	5,8%	18,2%	13,2%	12,8%	15,7%	12,4%	12,4%	15,4%
30	Góis	P	23,5%	28,4%	23,2%	23,4%	22,1%	18,8%	16,8%	17,8%	16,5%	14,5%	15,4%
31	Gavião	P	21,6%	24,1%	19,9%	22,7%	20,1%	14,4%	16,0%	14,7%	11,3%	15,5%	15,5%
32	Monforte	P	13,8%	17,0%	14,6%	14,8%	22,9%	13,7%	8,8%	18,4%	14,0%	14,5%	15,5%
33	Aguiar da Beira	P	25,2%	18,5%	23,6%	23,3%	23,8%	19,9%	18,0%	22,5%	21,5%	18,8%	15,6%
34	Avis	P	20,3%	20,4%	18,9%	20,5%	21,6%	17,6%	17,3%	18,6%	15,8%	15,5%	15,6%
35	Celorico de Basto	P	29,1%	20,6%	21,4%	27,5%	28,4%	27,7%	21,1%	24,7%	23,1%	17,2%	15,7%

Nos Açores, todos os municípios apresentaram um índice inferior a 50%. Ponta Delgada manteve a primeira posição regional, com 45,8%, menos 9,1 pp do que em 2024.

Quadro 1.7 – Independência financeira dos municípios da Região Autónoma dos Açores em 2025: receitas próprias/receitas totais

	Município	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25			
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Ponta Delgada	M	50,2%	53,4%	57,8%	55,6%	54,6%	52,1%	55,3%	58,8%	57,3%	54,9%	45,8%
2	Lagoa (R.A.A.)	P	45,2%	49,1%	49,1%	49,8%	47,4%	42,1%	36,9%	47,4%	39,8%	39,2%	43,8%
3	Horta	P	35,1%	40,6%	37,6%	40,6%	33,7%	36,9%	33,4%	35,1%	29,4%	32,7%	38,4%
4	Ribeira Grande	M	37,2%	39,3%	41,5%	40,5%	43,0%	36,4%	36,1%	41,9%	39,8%	40,8%	37,5%
5	Angra do Heroísmo	M	28,9%	37,4%	36,0%	38,7%	38,1%	39,4%	50,1%	48,7%	47,7%	37,4%	31,0%
6	Vila Franca do Campo	P	35,5%	42,2%	42,1%	41,8%	14,9%	19,5%	33,7%	37,7%	35,4%	35,6%	30,5%
7	Povoação	P	26,7%	29,2%	28,1%	31,0%	30,0%	25,1%	23,1%	33,5%	30,6%	31,3%	28,2%
8	Madalena	P	21,6%	24,8%	26,6%	23,1%	24,9%	21,7%	22,0%	27,6%	26,7%	27,0%	28,2%
9	Vila do Porto	P	26,2%	30,7%	26,7%	26,3%	27,7%	25,7%	25,1%	30,6%	27,3%	26,9%	25,7%
10	Praia da Vitória	P	25,6%	26,1%	24,0%	28,3%	25,5%	18,7%	18,0%	22,8%	28,6%	25,5%	23,6%
11	Santa Cruz da Graciosa	P	23,2%	23,4%	22,9%	22,1%	22,4%	21,1%	23,6%	25,7%	22,2%	20,3%	22,4%
12	Velas	P	22,8%	26,7%	23,3%	22,9%	26,4%	23,2%	48,6%	30,7%	36,8%	29,5%	20,9%
13	Lajes do Pico	P	21,7%	21,3%	20,9%	22,9%	21,5%	23,1%	27,8%	22,2%	19,5%	20,9%	19,6%
14	São Roque do Pico	P	19,6%	21,5%	22,0%	21,0%	22,9%	19,3%	22,4%	25,9%	23,2%	23,2%	19,5%
15	Nordeste	P	14,4%	16,8%	16,4%	5,8%	18,2%	13,2%	12,8%	15,7%	12,4%	12,4%	15,4%
16	Calheta (R.A.A.)	P	18,6%	21,9%	21,6%	20,6%	19,7%	17,3%	15,6%	18,3%	13,0%	14,1%	13,2%
17	Santa Cruz das Flores	P	8,6%	11,0%	10,6%	12,6%	14,9%	9,0%	9,2%	11,0%	13,0%	13,1%	10,9%
18	Lajes das Flores	P	9,6%	8,9%	8,8%	12,9%	6,7%	7,8%	7,9%	9,2%	9,3%	11,9%	9,0%
19	Corvo	P	2,6%	4,1%	6,7%	3,5%	3,1%	3,3%	3,3%	3,1%	4,1%	2,3%	2,4%

Na Madeira, o Funchal manteve a primeira posição, com 79,7%, menos 0,9 pp do que em 2024. Santa Cruz apresentou 61,3%, menos 3,1 pp, e Porto Santo 58,8%, menos 6,5 pp. Foram os únicos três municípios da região com um índice superior a 50%.

Quadro 1.8 – Independência financeira dos municípios da Região Autónoma da Madeira em 2025: receitas próprias/receitas totais

	Município	Dim.	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25			
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Funchal	G	78,2%	77,0%	77,5%	61,1%	69,9%	69,7%	73,0%	70,3%	76,6%	80,6%	79,7%
2	Santa Cruz	M	60,6%	67,1%	66,6%	48,7%	68,0%	63,3%	49,6%	65,4%	66,4%	64,4%	61,3%
3	Porto Santo	P	64,0%	53,9%	55,2%	66,9%	42,7%	58,9%	54,2%	58,1%	60,2%	65,3%	58,8%
4	Calheta (R.A.M.)	P	27,3%	31,9%	36,9%	37,0%	38,3%	35,3%	37,4%	42,1%	50,4%	47,1%	48,0%
5	Ponta do Sol	P	27,1%	32,9%	36,9%	39,1%	39,6%	36,5%	37,5%	40,5%	43,2%	35,3%	39,9%
6	Câmara de Lobos	M	30,1%	29,5%	23,7%	23,7%	28,4%	28,1%	30,1%	31,0%	30,8%	32,9%	35,5%
7	Porto Moniz	P	21,9%	23,2%	29,4%	28,0%	29,1%	18,6%	23,3%	33,4%	41,4%	36,2%	34,8%
8	Ribeira Brava	P	29,6%	26,4%	34,2%	19,9%	32,5%	19,8%	24,3%	34,0%	23,0%	29,2%	33,5%
9	Machico	M	32,7%	33,4%	34,9%	36,1%	33,3%	41,7%	29,3%	34,7%	36,8%	34,9%	31,4%
10	São Vicente	P	16,5%	19,0%	16,4%	18,1%	17,9%	19,7%	12,5%	34,8%	23,6%	20,8%	21,7%
11	Santana	P	13,4%	12,3%	18,6%	15,0%	16,3%	14,4%	14,2%	16,9%	17,7%	16,8%	20,9%

O Quadro 1.9 apresenta o índice de independência financeira por distrito e Região Autónoma. Em 2025, Faro manteve a primeira posição, com 61,5%, o mesmo valor de 2024. Setúbal (59,8%) e Lisboa (57,9%) foram os outros distritos com índices superiores a 50%.

Quadro 1.9 – Independência financeira por distrito e Região Autónoma em 2025: receitas próprias/receitas totais

	Município 2015	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25			
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Faro	63,9%	62,9%	60,3%	67,2%	66,4%	64,2%	64,8%	65,0%	64,0%	61,5%	61,5%
2	Setúbal	65,2%	62,6%	67,3%	65,8%	63,3%	62,3%	63,9%	63,3%	61,7%	58,4%	59,8%
3	Lisboa	63,6%	65,0%	64,3%	66,9%	66,0%	61,5%	60,7%	61,2%	59,0%	56,9%	57,9%
4	Porto	50,6%	53,2%	49,9%	48,7%	52,5%	49,8%	45,8%	46,4%	47,2%	45,0%	43,8%
5	Madeira	36,5%	37,0%	39,1%	35,8%	37,8%	36,9%	35,0%	41,9%	42,7%	42,1%	42,3%
6	Leiria	48,0%	50,0%	49,7%	47,9%	45,8%	43,4%	40,8%	42,6%	43,5%	40,7%	40,3%
7	Aveiro	49,0%	50,2%	46,0%	49,3%	47,7%	43,9%	41,4%	44,7%	44,0%	41,3%	39,6%
8	Braga	38,7%	42,0%	41,4%	40,7%	39,5%	37,6%	36,0%	38,5%	36,4%	33,9%	34,6%
9	Santarém	37,9%	39,2%	38,2%	38,5%	38,3%	34,3%	33,0%	34,6%	33,0%	30,9%	30,9%
10	Coimbra	40,5%	40,7%	41,7%	39,0%	39,8%	34,2%	30,3%	31,8%	30,5%	29,3%	29,9%
11	Viana do Castelo	36,9%	41,6%	38,2%	36,0%	35,6%	29,5%	28,0%	30,7%	31,2%	28,8%	28,9%
12	Évora	31,6%	30,7%	32,0%	32,6%	29,9%	29,6%	29,4%	29,6%	30,2%	26,2%	27,0%
13	Castelo Branco	29,0%	30,4%	29,4%	26,4%	26,6%	27,2%	26,8%	27,9%	27,3%	25,0%	24,6%
14	Açores	24,9%	27,8%	27,5%	27,4%	26,1%	23,9%	26,6%	28,7%	27,2%	26,3%	24,5%
15	Viseu	29,1%	32,2%	30,5%	30,4%	29,5%	28,4%	26,2%	27,1%	25,8%	24,3%	23,8%
16	Vila Real	30,4%	31,5%	28,7%	29,3%	30,0%	25,7%	23,0%	24,5%	24,3%	22,9%	21,7%
17	Guarda	27,4%	26,3%	25,9%	24,5%	26,3%	24,4%	21,1%	22,2%	23,1%	20,4%	20,3%
18	Beja	25,5%	26,7%	25,9%	28,2%	25,5%	22,3%	21,7%	23,8%	21,5%	21,4%	20,2%
19	Bragança	23,5%	25,2%	26,1%	25,6%	23,7%	20,5%	19,2%	20,7%	18,6%	18,4%	19,0%
20	Portalegre	24,8%	27,3%	25,1%	25,9%	25,3%	21,9%	20,3%	21,4%	19,2%	18,2%	17,9%

CAPÍTULO 2.
ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS MUNICÍPIOS

2.1. Introdução

No presente capítulo pretende-se evidenciar a execução orçamental dos municípios, apresentando referenciais financeiros reportados a 2025 para o universo de 308 municípios portugueses.[9]

São analisadas as componentes orçamentais da receita e da despesa municipal, com destaque para as de maior peso na respetiva estrutura. Para o efeito, apresenta-se a sua evolução no período de 2015 a 2025.

Este anuário mantém, no essencial, a metodologia adotada nos últimos anos, pelo que em relação à receita se analisam: a previsão orçamental, a liquidação, a cobrança e os saldos orçamentais.[10]

Relativamente à despesa, os factos financeiros objeto de análise e de comparação são as despesas previstas[11] (corrigidas no final do exercício), os compromissos assumidos (no exercício e para exercícios futuros), as obrigações constituídas, os pagamentos efetuados e os compromissos assumidos por pagar.

Os montantes são examinados globalmente, considerando o universo dos 308 municípios, por natureza económica, tanto no que respeita à receita como à despesa, com especial atenção para a respetiva estrutura e evolução, quer em termos absolutos quer em termos relativos.

Sempre que possível, é prestada informação organizada por agrupamentos de municípios de acordo com a sua dimensão, mantendo-se os critérios de subdivisão dos municípios em grupos de grande, média e pequena dimensão. Sempre que a situação o justifique, apresenta-se informação discriminada por conjunto de municípios, hierarquizados de acordo com critérios apresentados e/ou indicadores aferidos para análise. Quando possível, apresenta-se, também, a informação financeira agregada por distritos e Regiões Autónomas.[12] [13] [14]

Com as referidas listagens hierarquizadas de municípios (*rankings*), relativas a rácios ou indicadores da receita e da despesa, pretende-se facilitar a compreensão de diversas problemáticas do setor municipal relacionadas com a gestão orçamental, com base em elementos concretos e quantificáveis.

---

[9] A informação orçamental apresentada neste capítulo agrega apenas a atividade financeira desenvolvida pela estrutura administrativa dos municípios em sentido estrito, sem inclusão da atividade financeira do sector empresarial local ou de outras entidades com participação municipal. Num capítulo autónomo, Capítulo 4, e no anexo I, constará a informação económico-financeira considerada mais relevante que relaciona os municípios com as suas participadas.
[2] Corresponde à receita liquidada, reportando-se ao momento da constituição do direito a cobrar ou a receber (por regra através de uma nota de liquidação ou de cobrança).
[11] Também correntemente referidas como despesas orçadas.
[12] Conforme classificados no Capítulo 1 do presente Anuário.
[13] Pela segunda vez, com este anuário.
[14] Estas, já diferenciadas há muitos anuários atrás.

2.2 Receitas Municipais

De acordo com os documentos de prestação de contas dos municípios, a inscrição orçamental e o registo contabilístico da receita municipal obedeceram, na generalidade, ao classificador económico aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro. A receita foi agregada, de acordo com a sua natureza económica, em receitas correntes, receitas de capital e outras receitas. Em cada um destes grupos, a receita foi classificada por capítulos, conforme se apresenta no Quadro 2.1.[15]

Quadro 2.1 – Classificação económica da receita orçamental municipal (DL 26/2002)

Receitas correntes	Receitas de capital	Outras receitas
01- Impostos diretos	09- Venda de bens de investimento	15- Reposições não abatidas nos pagamentos
02- Impostos indiretos	10- Transferências de capital	16- Saldo da gerência anterior
04- Taxas, multas e outras penalidades	11- Ativos Financeiros	
05- Rendimentos de propriedade	12- Passivos Financeiros	
06- Transferências correntes	13- Outras receitas de capital	
07- Venda de bens e serviços correntes		
08- Outras receitas correntes		

A aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) às autarquias permitiu normalizar as rubricas das demonstrações orçamentais, à semelhança do que sucede nas demonstrações financeiras. No Quadro 2.2 apresentam-se as rubricas normalizadas constantes do orçamento e do plano orçamental plurianual.

Estas rubricas correspondem ao classificador económico das receitas publicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, que continua a servir de referência à classificação das receitas e das despesas nos mapas de demonstração da execução orçamental.

Quadro 2.2 – Mapa de Demonstração da Execução Orçamental da Receita do SNC-AP – Classificação das receitas

Receitas correntes	Receitas de capital	Outras receitas
R1 Receita fiscal	R8 Venda de bens de investimento	R14 Saldo da gerência anterior – operações orçamentais
R11 Impostos diretos	R9 Transferências de Capital	
R12 Impostos indiretos	R91 Administrações Públicas	
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde (Não aplicável aos municípios)	R911 Administração Central – Estado	
R3 Taxas, multas e outras penalidades	R912 Administração Central – Outras entidades	
R4 Rendimentos de propriedade	R913 Segurança Social	
R5 Transferências Correntes	R914 Administração Regional	
R51 Administrações Públicas	R915 Administração Local	
R511 Administração Central – Estado	R92 Exterior – UE	
R512 Administração Central – Outras entidades	R93 Outras	
R513 Segurança Social	R10 Outras receitas de capital	
R514 Administração Regional	R11 Reposição não abatidas aos pagamentos	
R515 Administração Local	R12 Ativos financeiros	
R52 Exterior – EU	R13 Passivos financeiros	
R53 Outras		
R6 Venda de bens e serviços		
R7 Outras receitas correntes		

[15] Com a atualização efetuada em setembro de 2019 resultante da transferência de competências operada pela Lei N.º 50/2018.

2.2.1. Execução global do Orçamento da Receita

No Quadro 2.3 apresentam-se os montantes globais de receita prevista, liquidada e cobrada pelo conjunto dos municípios entre 2015 e 2025. A evolução das diferentes componentes orçamentais é analisada ao longo destes onze anos, identificados, sempre que possível, por mandatos municipais.[16]

Quadro 2.3 – Previsão e Execução da Receita[17]

Unidade: milhões de euros

Receitas	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25			
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Receitas previstas corrigidas[18] (a)	8 784,0	8 802,2	9 276,5	9 486,9	10 017,5	9 993,3	11 134,3	11 804,7	12 994,2	14 671,9	17 019,1
Receitas liquidadas[19] (b)	7 535,0	7 799,4	8 389,0	8 711,1	9 181,4	8 855,7	9 898,2	10 927,2	11 841,9	13 184,1	15 048,4
Receitas por cobrar no início do ano (c)	858,2	809,2	834,7	738,4	693,6	736,1	792,7	743,9	778,0	822,1	855,7
Receitas cobradas líquidas[20] (d)	7 518,4	7 738,0	8 311,5	8 539,6	9 041,1	8 773,1	9 918,8	10 866,6	11 767,1	13 125,5	14 974,0
Diferença entre receita prevista e receita cobrada (a-d)	1 265,5	1 064,2	965,0	947,3	976,4	1 220,2	1 215,5	938,1	1 227,1	1 546,4	2 045,2
Diferença entre receita prevista e a receita liquidada (a-b)	1 249,0	1 002,8	887,5	775,8	836,1	1 137,5	1 236,2	877,5	1 152,3	1 487,8	1 970,8
Receita por cobrar no final do ano (b+c)-d	874,8	870,6	912,2	909,9	833,9	818,8	772,0	804,4	852,8	880,7	930,1
Receitas cobradas/(receitas liquidadas + receitas por cobrar no início do ano (d/(b+c))	89,6%	89,9%	90,1%	90,4%	91,6%	91,5%	92,8%	93,1%	93,2%	93,7%	94,2%
Receitas liquidadas/Receitas previstas (b/a)	85,8%	88,6%	90,4%	91,8%	91,7%	88,6%	88,9%	92,6%	91,1%	89,9%	88,4%
Grau de execução da receita cobrada (d/a)	**85,6%**	**87,9%**	**89,6%**	**90,0%**	**90,3%**	**87,8%**	**89,1%**	**92,1%**	**90,6%**	**89,5%**	**88,0%**

Nos Quadros 2.4 e 2.5 apresentam-se as variações das receitas acima referidas.

Quadro 2.4 – Variação da Receita (valores absolutos)

Unidade: milhões de euros

Variação das Receitas	15–16	16–17	17–18	18–19	19–20	20–21	21–22	22–23	23–24	24–25
Variação da Receita prevista corrigida de alterações e revisões orçamentais	18,2	474,3	210,4	530,6	−24,3	1 141,1	670,3	1 189,5	1 677,7	2 347,2
Variação da Receita liquidada[21]	264,4	589,6	322,1	470,3	−325,7	1 042,5	1 029,0	914,7	1 342,2	1 864,3
Variação da Receita cobrada	219,6	573,5	228,1	501,5	−268,0	1 145,8	947,7	900,5	1 358,4	1 848,4

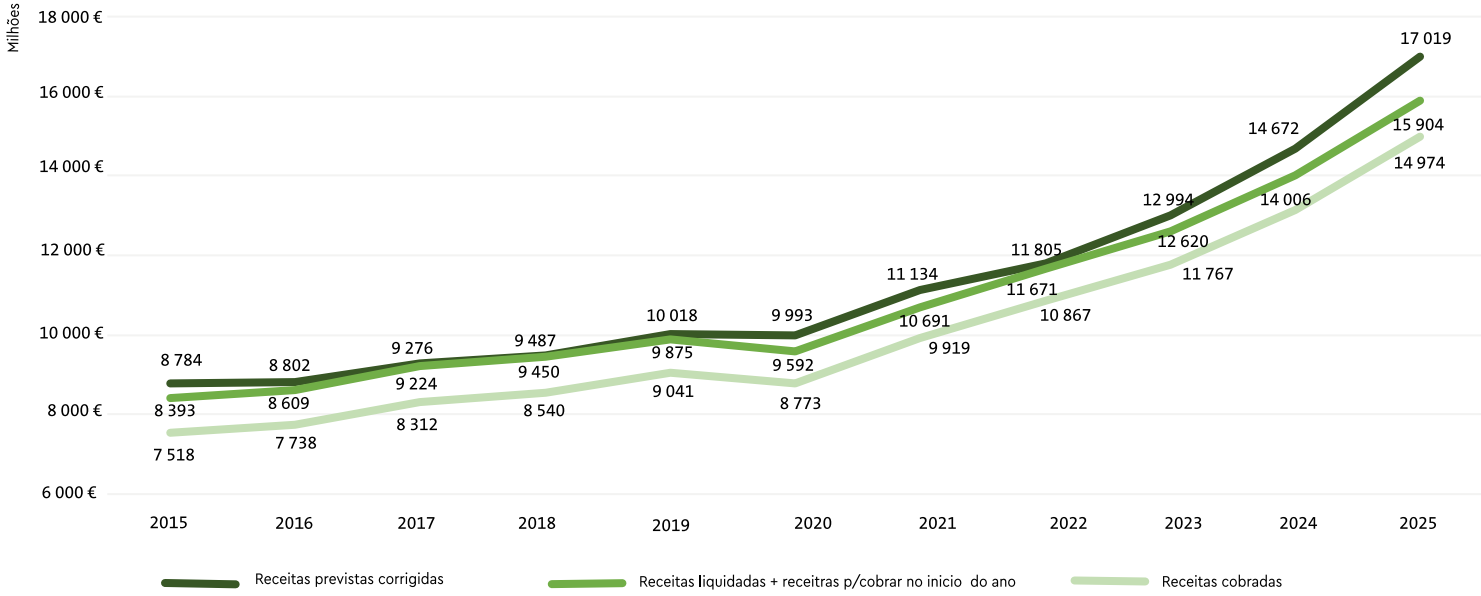
Quadro 2.5 – Taxas de Variação da Receita

Taxas de Variação das Receitas	15–16	16–17	17–18	18–19	19–20	20–21	21–22	22–23	23–24	24–25
Variação da Receita prevista corrigida[22]	0,2%	5,4%	2,3%	5,6%	−0,2%	11,4%	6,0%	10,1%	12,9%	16,0%
Variação da Receitas liquidadas	3,5%	7,6%	3,8%	5,4%	−3,5%	11,8%	10,4%	8,4%	11,3%	14,1%
Variação da Receitas cobradas	2,9%	7,4%	2,7%	5,9%	−3,0%	13,1%	9,6%	8,3%	11,5%	14,1%

O Gráfico 2.1 complementa a informação dos Quadros 2.3 a 2.5 e permite uma melhor perceção da evolução da receita prevista, liquidada e cobrada entre 2015 e 2025.

[16] Sendo que, em relação ao mandato 2014/2017, apenas os se apresentam os dados entre 2015 e 2017 face à manutenção do critério de se apresentar no Anuário, os dados dos 10 anos que antecederam o exercício em análise.
[17] Os valores apresentados neste quadro, para a receita prevista, liquidada e cobrada, não incluem o saldo da gerência anterior, mas apenas os verificados no próprio exercício. Essa informação será incluída aquando da comparação da receita obtida com a despesa assumida ou paga.
[18] Montantes de receita prevista englobando todas as alterações ou revisões orçamentais realizadas no ano económico.
[19] Montantes deduzidos das liquidações anuladas.
[20] Corresponde ao montante de receita cobrada bruta, deduzida dos reembolsos e das restituições efetuadas no respetivo ano económico.
[21] Deduzidas das anulações de liquidações.
[22] Corrigida das alterações e revisões orçamentais efetuadas ao longo do ano económico em apreço.

Gráfico 2.1 – Evolução das Receitas[23]



Da observação dos quadros e do gráfico anteriores conclui-se que, em 2025 e considerando a globalidade dos municípios, o comportamento da receita melhorou significativamente, destacando-se o seguinte:

- O montante global da receita liquidada em 2025 foi de 15 048,4 milhões de euros, mais 1 864,3 milhões de euros (+14,1%) do que em 2024;
- A receita cobrada cresceu igualmente 14,1% (mais 1 848,4 milhões de euros do que em 2024), atingindo 14 974,0 milhões de euros;
- Em 2025, o grau de execução da receita cobrada foi de 88,0%, menos 1,5 pp do que em 2024. Desde 2015, este rácio tem permanecido acima de 85%, o que indicia maior rigor na elaboração dos orçamentos e um afastamento de previsões de receita excessivamente elevadas. O valor máximo do período ocorreu em 2022, quando a receita cobrada correspondeu a 92,1% da receita prevista;[24]
- Em 2025, manteve-se também elevado o grau de execução da receita liquidada: 88,4% da receita prevista corrigida, menos 1,4 pp do que em 2024 e mais 2,6 pp do que em 2015. O valor máximo dos últimos onze anos ocorreu igualmente em 2022, quando a receita liquidada representou 92,6% da receita prevista;[25]
- Em 2025, a diferença entre a receita prevista corrigida e a receita liquidada foi de 1 970,8 milhões de euros, mais 482,9 milhões de euros (+32,5%) do que em 2024. Em 2015, esta diferença foi de 1 249,0 milhões de euros e ficou abaixo de mil milhões de euros entre 2017 e 2019,

[23] Não incluem o saldo da gerência anterior.
[24] Peso da receita cobrada líquida na receita prevista corrigida de alterações e revisões orçamentais.
[25] Razão entre a receita liquidada e a receita prevista. O nível crescente deste indicador revela um maior controlo orçamental exercido pelos municípios e um melhor cumprimento das regras orçamentais de previsão das receitas, pois, de outra forma, não seria possível reduzir tão drasticamente a diferença entre os três níveis de receita: prevista, liquidada e cobrada. A diminuição drástica de excedente orçamental da receita prevista sobre a efetivamente liquidada, protagoniza um novo período de vida na gestão financeira municipal, verificada já no ano anterior a 2015 e mais acentuadamente depois de 2017, traduzido numa maior atenção dada à sustentabilidade financeira e um maior esforço de redução de um dos principais fatores indutores do desequilíbrio da mesma – a inflação do orçamento, pese embora 0 valor da receita prevista e não liquidada tenha aumentado significativamente em 2024 (+29,1%) e em 2025 (+34,4%) .

bem como em 2022. Assim, o desfasamento entre previsão e liquidação variou consideravelmente entre 2015 e 2025 e aumentou 721,8 milhões de euros (+57,8%) face a 2015;[26]

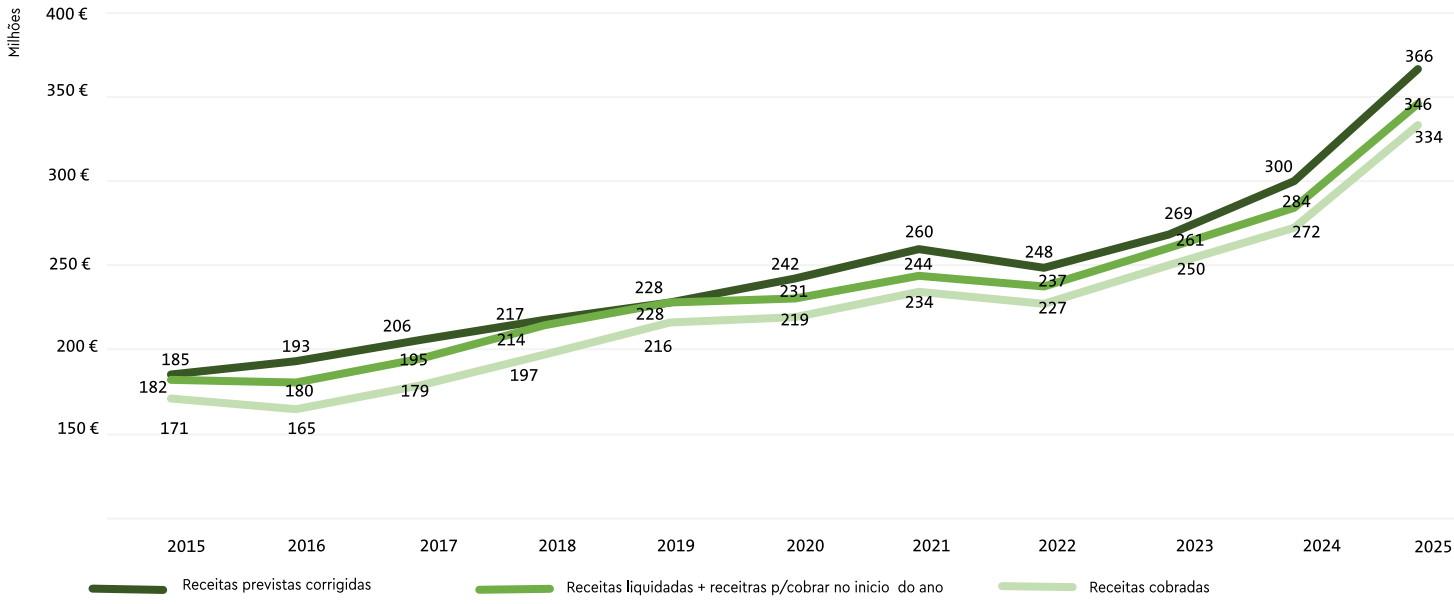
- Em 2025, ao aumento de 16,0% da receita prevista corrigida (+2 347,2 milhões de euros), face a 2024, correspondeu um acréscimo de 14,1% da receita cobrada (+1 848,4 milhões de euros), como referido anteriormente.

Comparando os valores de 2015 e 2025 para o conjunto dos 308 municípios, destaca-se o seguinte:

- **A receita cobrada aumentou significativamente no período, em 99,2%, o que corresponde a mais 7 455,5 milhões de euros;**
- **A receita prevista aumentou 8 235,2 milhões de euros (+93,8%) entre 2015 e 2025. Este crescimento reflete, sobretudo, o ajustamento das previsões à evolução das liquidações e ao aumento continuado da receita cobrada;**
- Apesar do referido, a diferença entre a receita prevista e a receita cobrada aumentou de 1 265,5 milhões de euros, em 2015, para 2 045,2 milhões de euros, em 2025, ou seja, cresceu 779,7 milhões de euros (+61,6%). Embora este diferencial tenha diminuído em alguns anos, voltou a aumentar a partir de 2023, designadamente 26,0% em 2024 e 32,3% (+498,8 milhões de euros) em 2025.[27]

Os Gráficos 2.2 e 2.3 mostram a evolução da receita prevista, liquidada e cobrada entre 2015 e 2025 nas Regiões Autónomas, permitindo comparar estes indicadores com os valores nacionais.

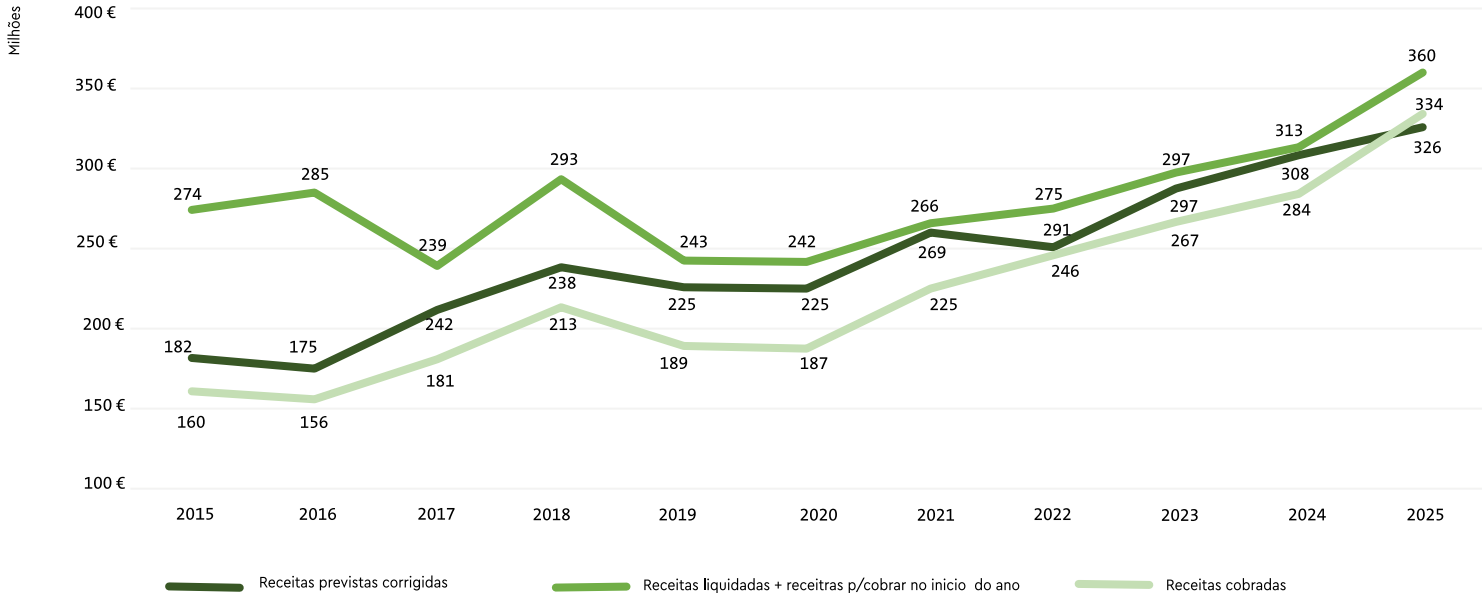
Gráfico 2.2 – Evolução das Receitas dos Municípios da Região Autónoma dos Açores



[26] Situação associada ao encerramento de quadros comunitários e início do PRR.

[27] O aumento **da diferença entre a receita orçada e a receita cobrada** será, em grande parte, justificado pela necessidade de os municípios finalizarem o Programa Comunitário 20/20, iniciarem o Programa homólogo 20/30 e desenvolverem ações inscritas no PRR, tendo, por isso, que orçamentar receita de previsíveis tranches a receber destes projetos, face à necessidade de realização física e financeira dos mesmos, as quais, eventualmente, acabaram por não se concretizarem. As autarquias ainda não sentiram necessidade de justificar, em sede de Relatório e Contas, as razões objetivas deste diferencial, situação que seria desejável o fizessem, possibilitando-nos uma análise mais particular e mais substantiva da situação

Gráfico 2.3 – Evolução das Receitas dos Municípios da Região Autónoma da Madeira



O Gráfico 2.2 evidencia o esforço de ajustamento da previsão das receitas dos municípios da Região Autónoma dos Açores à sua capacidade efetiva de liquidação e cobrança. Em alguns anos, reduziu-se a diferença entre a receita prevista e a receita liquidada, ao mesmo tempo que aumentou a receita cobrada. Em 2022, a diminuição da receita cobrada foi acompanhada por reduções da receita prevista e da receita liquidada. A partir de 2023, as três componentes retomaram o crescimento; em 2025, a receita cobrada aumentou 22,5%, em linha com o acréscimo de 22,3% da receita prevista.[28]

O Gráfico 2.3 revela, para a Região Autónoma da Madeira, uma evolução irregular da previsão das receitas. Em 2025, pela primeira vez no período analisado, a receita cobrada superou a receita prevista em 2,6% (8,6 milhões de euros). Observa-se ainda um desfasamento persistente entre a receita liquidada acrescida dos valores por cobrar no início do ano e as receitas prevista e cobrada. Desde 2021, a receita cobrada tem crescido continuamente, tendo aumentado 17,6% (+49,9 milhões de euros) em 2025.[29]

O Quadro 2.6 apresenta o grau de execução da receita dos municípios açorianos, permitindo concluir que:

- **Na Região Autónoma dos Açores, oito dos dezanove municípios — menos quatro do que em 2024 — apresentaram, em 2025, um grau de execução da receita cobrada superior a 90%. O grau médio de execução na Região foi de 91,0%, mais 3,0 pp do que a média nacional (88,0%). Três municípios apresentaram um grau de execução inferior a 80%: Horta, Corvo e Nordeste;**

[28] Revelando uma preocupação de não inflacionamento orçamental
[29] Situação única a nível nacional para a qual não se encontrou justificação.

- Dos oito municípios acima referidos, três apresentaram um grau de execução da receita superior a 100%: Ponta Delgada, Ribeira Grande e Vila do Porto.

Quadro 2.6 – Grau de execução da receita cobrada em 2025 pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores

	Município	Dim.	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25			
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Ponta Delgada	M	93,9%	91,5%	101,5%	95,7%	100,5%	99,8%	101,3%	108,8%	100,4%	94,9%	104,4%
2	Ribeira Grande	M	102,3%	92,7%	101,4%	103,5%	102,3%	98,2%	100,3%	100,7%	102,4%	97,7%	102,7%
3	Vila do Porto	P	69,9%	42,0%	57,6%	62,4%	85,8%	78,0%	93,8%	74,5%	90,4%	88,0%	101,8%
4	Santa Cruz da Graciosa	P	89,6%	83,1%	92,5%	88,7%	90,2%	88,2%	89,8%	98,3%	88,0%	103,8%	98,8%
5	Lajes das Flores	P	85,5%	85,4%	89,8%	96,2%	90,3%	83,2%	83,7%	84,0%	92,4%	99,6%	97,0%
6	Lagoa (R.A.A.)	P	93,9%	95,6%	94,9%	97,8%	93,2%	86,6%	98,0%	98,0%	91,9%	94,8%	93,8%
7	Lajes do Pico	P	83,5%	76,2%	77,3%	74,7%	76,5%	70,8%	82,3%	86,1%	91,4%	95,0%	93,4%
8	Madalena	P	78,1%	76,4%	62,3%	76,3%	72,0%	74,4%	73,3%	72,4%	78,2%	73,4%	90,6%
9	Povoação	P	81,1%	94,4%	95,0%	88,0%	92,3%	82,2%	85,4%	91,3%	96,5%	94,8%	88,5%
10	São Roque do Pico	P	97,5%	92,7%	71,0%	97,0%	96,6%	98,5%	95,2%	95,1%	98,5%	86,9%	88,5%
11	Velas	P	104,8%	96,1%	79,9%	99,0%	98,1%	95,6%	92,6%	95,1%	106,5%	107,1%	87,5%
12	Calheta (R.A.A.)	P	101,6%	106,1%	87,5%	98,5%	92,5%	86,3%	90,2%	88,5%	96,0%	87,5%	87,3%
13	Santa Cruz das Flores	P	89,5%	83,9%	87,6%	90,5%	87,6%	90,9%	93,8%	87,8%	97,9%	94,8%	85,4%
14	Angra do Heroísmo	M	96,0%	90,4%	87,5%	98,3%	97,4%	93,0%	104,6%	101,3%	92,3%	81,8%	84,5%
15	Praia da Vitória	P	91,7%	86,6%	85,6%	80,6%	87,9%	86,9%	71,1%	64,6%	84,7%	94,8%	83,9%
16	Vila Franca do Campo	P	101,1%	98,6%	92,9%	98,0%	102,9%	98,1%	77,3%	86,8%	81,6%	92,3%	81,2%
17	Horta	P	82,6%	71,3%	74,1%	71,6%	88,9%	78,3%	80,2%	88,7%	87,2%	83,4%	76,2%
18	Corvo	P	83,8%	74,5%	74,1%	74,5%	93,8%	87,2%	90,2%	87,8%	107,9%	68,1%	75,1%
19	Nordeste	P	99,7%	95,1%	79,4%	100,1%	101,0%	92,5%	74,1%	79,1%	86,0%	96,8%	71,4%
Grau execução Receita – Açores			**92,2%**	**85,6%**	**86,9%**	**90,6%**	**94,6%**	**90,4%**	**90,1%**	**91,5%**	**93,1%**	**90,9%**	**91,0%**
Grau execução Receita – Nacional			85,6%	87,9%	89,6%	90,0%	90,3%	87,8%	89,1%	92,1%	90,6%	89,5%	88,0%

Relativamente aos municípios da Região Autónoma da Madeira, apresenta-se, de seguida, o Quadro 2.7, com o grau de execução das receitas.

Quadro 2.7 – Grau de execução da receita cobrada em 2025 pelos Municípios da Região Autónoma da Madeira

	Município	Dim.	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25			
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Porto Moniz	P	99,8%	84,4%	71,7%	71,7%	81,1%	75,9%	83,3%	104,2%	93,5%	93,8%	113,4%
2	Santana	P	102,4%	89,0%	86,7%	93,3%	97,7%	97,8%	100,7%	104,8%	103,4%	103,7%	108,7%
3	Câmara de Lobos	M	82,6%	79,0%	88,3%	85,1%	83,7%	89,0%	85,6%	90,1%	86,3%	92,2%	108,0%
4	Funchal	G	88,4%	93,9%	79,4%	85,7%	80,7%	80,0%	82,6%	99,9%	95,3%	96,8%	107,8%
5	Santa Cruz	M	74,9%	95,0%	100,0%	101,7%	73,0%	79,6%	95,6%	105,7%	89,7%	90,6%	104,2%
6	Porto Santo	P	106,0%	96,0%	94,9%	101,4%	92,8%	98,0%	114,6%	99,5%	117,1%	76,4%	97,8%
7	Ponta do Sol	P	93,5%	80,4%	78,0%	100,1%	103,2%	99,4%	105,2%	108,6%	91,8%	88,0%	96,6%
8	Calheta (R.A.M.)	P	98,4%	63,9%	99,3%	106,4%	103,4%	72,0%	78,8%	96,5%	86,9%	78,7%	96,2%
9	Ribeira Brava	P	83,9%	90,3%	69,7%	76,1%	85,2%	85,9%	86,1%	86,6%	88,3%	94,2%	93,3%
10	Machico	M	92,4%	96,7%	101,3%	103,9%	100,2%	96,5%	88,9%	98,1%	94,6%	83,8%	93,0%
11	São Vicente	P	94,1%	94,5%	96,2%	89,5%	88,6%	86,3%	83,4%	74,8%	85,9%	86,7%	79,3%
Grau execução Receita – Madeira			**88,2%**	**89,2%**	**85,2%**	**89,6%**	**84,0%**	**83,2%**	**86,6%**	**98,0%**	**92,9%**	**92,1%**	**102,6%**
Grau execução Receita – Nacional			85,6%	87,9%	89,6%	90,0%	90,3%	87,8%	89,1%	92,1%	90,6%	89,5%	88,0%

Da observação do Quadro 2.7 destaca-se o seguinte:

- **Em 2025, o grau médio de execução do orçamento da receita dos municípios da Região Autónoma da Madeira (RAM) foi de 102,6%, mais 10,5 pp do que em 2024 e 14,6 pp acima da média nacional;**
- Apenas São Vicente apresentou um grau de execução inferior a 90%: 79,3%, menos 7,4 pp do que no ano anterior;
- Cinco municípios apresentaram graus de execução da receita superiores a 100%: Porto Moniz, Santana, Câmara de Lobos, Funchal e Santa Cruz.[30]

Antes da análise da estrutura da receita por componente orçamental, importa atender à grande disparidade dos montantes cobrados pelos municípios, em especial à diferença entre Lisboa e os restantes. O *Ranking* R3 apresenta, por isso, os 35 municípios com maior volume de receita cobrada em 2025 e a evolução desde 2015. A lista inclui todos os municípios de grande dimensão.[31]

Relativamente ao ano de 2025, o *Ranking* R3 permite observar que:

- A amplitude entre a receita do primeiro e a do trigésimo quinto município foi de 1 173,6 milhões de euros. Lagos, na 35.ª posição, arrecadou apenas 7,0% da receita cobrada por Lisboa. A população residente em Lagos representa cerca de 6% da população residente em Lisboa;
- A diferença entre a receita cobrada pelo primeiro município do *Ranking* R3 (Lisboa) e pelo segundo (Sintra) foi de 804,5 milhões de euros; em 2024, a diferença homóloga entre os mesmos municípios tinha sido de 614,8 milhões de euros. Em 2025, a receita cobrada por Sintra correspondeu a 36,2% da arrecadada por Lisboa e aumentou 1,7% (+7,7 milhões de euros) face ao ano anterior. De acordo com as últimas estimativas anuais da população residente publicadas pelo INE, a população de Sintra corresponde a cerca de 68% da população de Lisboa;
- A receita cobrada por Lisboa aumentou 18,6% (+197,5 milhões de euros) em 2025, depois de ter crescido 11,5% (+110,1 milhões de euros) em 2024 e apenas 1,0% (+9,6 milhões de euros) em 2023. Em 2025, Lisboa arrecadou 8,4% da receita cobrada pela totalidade dos municípios;
- O Porto manteve a terceira posição do *ranking* e atingiu, em 2025, o valor mais elevado dos últimos onze anos: 432,5 milhões de euros, mais 85,2 milhões de euros (+24,5%) do que no ano anterior. A receita cobrada pelo Porto correspondeu a 34,3% da de Lisboa, enquanto a sua população residente corresponde a cerca de 42% da população residente em Lisboa;[32]
- Dos 35 municípios com maior volume de receita, apenas Barcelos e Viseu apresentaram uma diminuição da receita cobrada em 2025: respetivamente, 2,9% (-3,6 milhões de euros) e 8,6% (-9,2 milhões de euros);
- Alguns municípios deste *ranking* apresentaram aumentos significativos da receita cobrada, designadamente Seixal (+39,6%), Santa Maria da Feira (+28,1%), Vila do Conde (+27,4%), Porto (+24,5%), Amadora (+24,1%) e Mafra (+23,7%).

[30] Este o único município que tinha apresentado em 2024 uma execução da receita superior a 100%.
[31] Conforme listagem publicada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) a 22 de junho de 2026, da população residente em Portugal em 2025, com correções das estimativas publicadas dos anos anteriores, o número de municípios de grande dimensão aumentou de 24 para 25 em 2022, considerando a população residente apurado pelos censos de 2021, com a entrada do município de Viseu, mantendo-se os mesmos 25 municípios desde então.
[32] De acordo com o último senso disponível pelo INE

R3 – Municípios com maior volume da receita cobrada[33] em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25				Δ 24–25%
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
1	Lisboa	G	710 672 378	659 639 515	817 137 507	805 585 216	1 044 337 884	734 327 955	823 847 909	944 470 135	954 069 001	1 064 185 585	1 261 653 650	18,6%
2	Sintra	G	155 295 805	158 331 191	168 112 165	173 164 829	188 183 676	199 432 466	212 133 674	240 041 502	280 624 107	449 399 752	457 144 854	1,7%
3	Porto	G	169 516 522	223 596 824	214 065 558	225 199 501	251 214 697	230 492 640	267 098 878	268 711 476	308 623 626	347 261 577	432 496 215	24,5%
4	Cascais	G	149 473 597	160 779 651	215 120 348	219 372 109	214 251 456	210 492 183	254 309 901	290 783 343	350 940 873	335 721 788	404 179 736	20,4%
5	Oeiras	G	119 639 044	127 621 156	151 246 286	148 588 244	159 490 556	169 445 960	172 277 224	190 791 876	215 766 574	261 135 432	283 956 114	8,7%
6	Vila Nova de Gaia	G	123 231 383	162 967 720	131 585 597	147 466 624	145 634 010	145 157 405	172 981 150	201 095 896	210 460 501	233 311 912	275 918 880	18,3%
7	Loures	G	104 619 446	104 996 997	114 221 872	112 255 836	122 014 658	118 099 347	147 155 173	165 055 967	199 943 905	223 228 784	255 220 985	14,3%
8	Matosinhos	G	108 244 567	121 813 021	127 347 319	113 818 670	117 222 557	118 422 119	147 561 630	141 489 131	167 184 847	184 186 887	225 946 595	22,7%
9	Seixal	G	81 133 474	119 995 532	92 609 459	126 113 295	123 628 789	97 638 497	145 533 894	139 820 294	147 373 984	156 919 604	219 105 652	39,6%
10	Braga	G	85 646 061	84 357 269	90 343 199	99 253 851	109 961 437	109 809 570	118 193 735	131 035 020	150 620 390	185 569 954	217 785 885	17,4%
11	Loulé	M	105 481 768	112 091 586	109 341 104	103 711 923	112 587 204	109 773 980	139 252 927	161 774 360	169 524 200	179 569 739	205 269 283	14,3%
12	Almada	G	83 085 546	81 532 714	87 748 867	96 876 284	102 445 465	93 299 909	131 970 456	144 360 350	135 716 485	157 378 542	180 064 211	14,4%
13	Coimbra	G	77 996 805	87 200 186	83 992 826	81 612 065	80 986 000	84 869 813	115 445 000	118 210 635	154 850 785	144 179 271	171 384 240	18,9%
14	Vila N. de Famalicão	G	71 680 267	88 620 604	86 468 808	89 113 004	93 032 311	97 152 705	111 245 808	113 263 687	122 829 610	149 028 829	161 838 236	8,6%
15	Guimarães	G	86 156 289	84 355 525	85 196 727	83 311 414	87 775 779	94 759 199	117 241 099	107 302 103	120 945 640	136 666 109	161 335 217	18,1%
16	Amadora	G	76 357 139	78 728 326	84 280 082	88 161 710	93 216 486	93 061 125	92 047 304	103 557 983	107 677 820	121 427 207	150 728 741	24,1%
17	Vila Franca de Xira	G	54 441 425	57 632 774	68 493 648	65 603 844	76 051 838	77 063 356	82 471 230	99 798 942	99 559 635	131 026 280	146 437 850	11,8%
18	Funchal	G	70 363 786	73 141 379	76 665 052	102 376 008	87 117 372	77 422 584	102 381 191	116 539 148	126 178 770	130 607 324	146 287 237	12,0%
19	Maia	G	74 488 712	66 584 618	66 299 132	73 980 309	73 465 126	79 942 229	80 549 646	96 551 214	106 106 083	134 300 864	145 085 226	8,0%
20	Setúbal	G	81 429 935	83 277 495	81 115 194	88 766 607	91 740 783	94 506 887	101 464 207	120 605 433	125 903 854	129 011 504	144 608 832	12,1%
21	Mafra	M	56 340 133	57 506 913	62 145 533	66 637 727	88 272 781	70 878 210	74 649 387	92 180 017	94 688 678	115 398 411	142 805 432	23,7%
22	Leiria	G	64 474 204	69 461 292	68 089 790	78 455 407	71 314 515	72 410 529	86 499 217	96 932 125	105 929 586	114 673 442	137 291 265	19,7%
23	Gondomar	G	63 815 799	65 472 443	68 638 720	73 151 072	106 669 468	84 916 072	93 422 431	101 784 202	104 635 921	119 081 027	136 325 756	14,5%
24	Odivelas	G	65 748 421	64 396 095	72 240 739	78 148 019	80 160 475	83 873 501	94 303 547	107 685 531	107 536 014	118 550 267	134 234 779	13,2%
25	Albufeira	M	87 033 773	78 340 890	83 313 575	75 343 902	78 992 032	64 812 482	75 084 098	97 472 689	102 431 232	103 900 525	127 112 245	22,3%
26	Santa M.da Feira	G	58 896 465	59 289 187	62 703 329	60 720 680	66 248 052	70 704 267	74 507 860	91 452 022	93 147 380	97 116 133	124 378 072	28,1%
27	Barcelos	G	54 261 876	52 688 127	52 846 643	56 289 476	59 926 542	62 335 162	76 521 041	82 487 545	89 714 792	124 785 427	121 165 327	–2,9%
28	Viana do Castelo	M	61 076 345	55 354 154	63 932 864	64 295 931	70 159 731	70 272 640	76 135 567	80 804 845	79 244 616	95 134 018	113 025 471	18,8%
29	Aveiro	M	52 805 662	54 039 391	116 014 516	79 110 073	65 996 237	65 109 787	73 076 825	85 321 122	90 475 065	100 729 467	105 909 617	5,1%
30	Vila do Conde	M	46 416 134	47 548 567	73 965 754	48 134 052	51 272 786	55 768 192	55 994 422	63 413 153	72 721 654	79 075 913	100 711 036	27,4%
31	Viseu	G	48 166 438	48 675 168	50 555 032	51 458 048	55 805 160	64 128 368	71 687 208	74 667 688	84 065 100	107 055 156	97 851 084	–8,6%
32	Póvoa de Varzim	M	43 152 323	41 554 588	45 288 430	49 882 063	55 584 578	54 514 231	59 564 372	60 792 363	65 993 058	77 097 012	94 665 617	22,8%
33	Valongo	M	31 903 575	33 210 410	33 440 112	61 381 177	44 728 034	50 102 602	57 162 120	64 823 477	67 569 234	87 575 594	93 706 375	7,0%
34	Portimão	M	51 033 342	82 670 958	139 994 530	59 267 914	56 315 102	57 081 533	61 745 631	78 349 167	91 472 933	75 589 119	89 640 831	18,6%
35	Lagos	M	46 629 202	47 898 042	51 315 666	54 208 131	58 871 228	52 506 627	59 542 647	77 231 574	73 322 495	75 518 967	88 010 865	16,5%

Seguindo a metodologia adotada nos anuários anteriores, apresentam-se, por ordem decrescente da receita cobrada em 2025, os municípios das Regiões Autónomas e os respetivos valores desde 2015.

[33] Não inclui saldos de gerências anteriores.

R4 – Volume da receita cobrada[34] pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25				Δ 24–25 %
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
1	Ponta Delgada	M	33 108 780	31 749 454	38 271 620	36 659 871	42 630 291	40 657 401	44 158 855	45 794 546	43 883 003	50 312 494	75 105 232	49,3%
2	Angra do Heroísmo	M	19 404 607	17 186 013	17 018 154	20 463 303	19 372 559	22 468 509	28 991 310	29 355 627	32 131 786	41 556 694	51 829 548	24,7%
3	Ribeira Grande	M	20 382 617	19 996 674	20 274 843	21 583 409	21 975 936	24 555 633	25 184 474	23 668 652	27 310 297	27 792 187	34 152 284	22,9%
4	Lagoa (R.A.A.)	P	9 918 050	9 924 215	10 314 151	10 957 961	11 772 985	12 688 477	14 634 287	13 542 246	15 479 672	19 129 012	19 496 697	1,9%
5	Praia da Vitória	P	11 523 037	12 068 128	14 405 784	13 364 334	14 836 028	17 785 397	19 053 358	16 775 168	17 897 862	15 908 761	19 151 367	20,4%
6	Horta	P	10 433 501	9 975 866	10 945 522	11 036 392	12 030 698	11 818 940	12 985 863	13 184 317	15 664 346	15 754 062	19 054 833	21,0%
7	Vila Franca do Campo	P	9 211 891	8 050 211	8 497 704	9 080 313	29 153 008	22 846 035	11 945 039	12 000 671	14 396 802	15 082 944	16 812 238	11,5%
8	Povoação	P	5 978 985	6 034 548	6 208 177	6 927 614	7 121 699	7 172 867	7 935 797	8 963 972	8 921 541	9 327 019	10 973 809	17,7%
9	Lajes do Pico	P	5 628 008	5 296 504	5 393 586	5 392 617	6 330 048	6 186 651	7 450 686	7 202 080	8 456 802	8 150 154	10 944 979	34,3%
10	Madalena	P	6 870 391	7 248 784	7 301 001	8 817 788	7 881 490	8 530 037	9 256 508	8 029 925	8 523 972	9 187 021	10 537 639	14,7%
11	Vila do Porto	P	5 422 055	5 606 820	5 374 060	5 877 538	6 323 947	7 021 189	8 320 296	7 157 704	8 288 272	8 787 086	10 335 423	17,6%
12	Nordeste	P	5 159 304	5 289 012	5 388 742	15 794 216	6 305 942	6 293 909	6 682 894	6 526 452	8 599 767	10 410 835	9 642 447	–7,4%
13	Velas	P	6 030 869	6 090 414	7 276 052	7 210 911	6 186 679	6 347 876	11 185 124	10 430 417	10 217 992	9 405 400	8 969 093	–4,6%
14	São Roque do Pico	P	4 493 405	4 537 790	4 573 710	5 406 039	4 587 819	5 551 049	5 468 542	5 778 295	6 458 161	6 691 074	8 839 691	32,1%
15	Calheta (R.A.A.)	P	5 525 414	4 607 713	4 714 417	5 166 487	4 983 421	5 137 406	5 818 173	5 063 877	8 058 770	7 138 533	8 420 934	18,0%
16	Sta. Cruz da Graciosa	P	3 868 861	3 891 615	4 592 947	4 925 900	5 031 542	4 817 476	5 230 079	4 735 257	5 519 822	6 382 637	6 669 575	4,5%
17	Lajes das Flores	P	2 995 512	2 980 556	3 050 748	3 264 878	4 078 597	3 741 272	3 945 400	3 826 642	4 258 150	4 661 725	4 922 249	5,6%
18	Santa Cruz das Flores	P	2 963 327	2 687 459	3 353 792	3 052 025	3 287 319	3 562 040	3 811 696	3 274 403	3 479 673	4 115 126	4 494 363	9,2%
19	Corvo	P	1 937 375	1 833 187	2 000 462	1 948 036	2 114 771	1 872 247	2 152 948	1 982 773	2 383 630	2 447 129	3 152 341	28,8%
Total Açores			**170 855 989**	**165 054 962**	**178 955 473**	**196 929 630**	**216 004 779**	**219 054 411**	**234 211 330**	**227 293 025**	**249 930 320**	**272 239 892**	**333 504 741**	**22,5%**
Açores/Total Nacional (%)			2,27%	2,13%	2,15%	2,31%	2,39%	2,50%	2,36%	2,09%	2,12%	2,07%	2,23%	7,4%

Da análise do *Ranking* R4, relativamente a 2025, conclui-se que:

- A receita global dos municípios dos Açores aumentou 61,3 milhões de euros (+22,5%) em 2025, mantendo a tendência de crescimento retomada em 2023. O total de 333,5 milhões de euros foi o mais elevado do período de 2015 a 2025;
- Dos dezassete municípios da Região Autónoma dos Açores que aumentaram a receita em 2025, quatro registaram crescimentos superiores a 25%: Ponta Delgada (+49,3%), Lajes do Pico (+34,3%), São Roque do Pico (+32,1%) e Corvo (+28,8%);
- Apenas dois dos dezanove municípios açorianos diminuíram a receita: Nordeste (-7,4%) e Velas (-4,6%);
- A receita dos municípios da Região Autónoma dos Açores representou cerca de 2,23% da receita total municipal nacional.

[34] Não inclui saldo das gerências anteriores.

O *ranking* seguinte apresenta a evolução da receita total dos municípios da Região Autónoma da Madeira entre 2015 e 2025.

R5 – Volume de receita cobrada[35] pelos Municípios da Região Autónoma da Madeira, em 2025

Unidades: euros

	Município	Dim	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25				Δ 24–25 %
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
1	Funchal	G	70 363 786	73 141 379	76 665 052	102 376 008	87 117 372	77 422 584	102 381 191	116 539 148	126 178 770	130 607 324	146 287 237	12,0%
2	Santa Cruz	M	20 236 621	19 056 181	25 534 188	33 379 323	21 836 093	25 346 988	29 631 066	27 744 106	31 894 523	35 383 040	42 258 147	19,4%
3	Câmara de Lobos	M	12 772 572	11 411 363	20 548 032	15 352 022	17 886 996	16 594 927	16 038 023	19 636 940	20 480 297	21 638 012	24 467 043	13,1%
4	Calheta (R.A.M.)	P	11 812 304	9 656 879	11 682 316	10 837 751	11 165 578	10 999 090	13 903 395	19 334 615	17 992 683	17 449 357	24 322 125	39,4%
5	Machico	M	9 442 406	9 152 818	9 640 308	9 861 271	10 137 736	12 523 424	13 894 554	14 102 246	13 888 123	16 628 471	22 512 337	35,4%
6	Ribeira Brava	P	6 764 956	7 021 408	7 907 274	10 623 474	9 390 831	11 651 281	12 139 866	10 394 291	15 574 990	13 395 523	14 431 045	7,7%
7	Ponta do Sol	P	7 058 393	6 118 376	6 296 308	6 842 908	6 776 002	6 843 079	7 896 743	8 439 022	9 270 420	11 248 778	13 499 253	20,0%
8	São Vicente	P	6 081 231	5 353 158	5 889 263	6 601 439	6 005 872	7 400 842	9 162 984	8 989 342	7 783 832	12 128 640	13 471 699	11,1%
9	Santana	P	6 278 542	6 119 752	6 760 780	7 141 533	7 366 746	7 483 434	8 178 878	7 990 880	8 438 252	9 956 700	11 760 587	18,1%
10	Porto Moniz	P	4 849 741	4 811 824	5 341 443	5 316 452	5 770 541	5 934 659	6 415 841	7 260 075	8 845 075	8 942 892	11 304 218	26,4%
11	Porto Santo	P	4 785 945	4 345 608	4 296 364	5 116 315	5 843 735	5 068 144	5 518 154	5 399 470	6 257 018	6 812 399	9 850 007	44,6%
Total Madeira			**160 446 496**	**156 188 746**	**180 561 326**	**213 448 496**	**189 297 503**	**187 268 452**	**225 160 694**	**245 830 136**	**266 603 983**	**284 191 136**	**334 163 697**	**17,6%**
Madeira/Total Nacional (%)			2,13%	2,02%	2,17%	2,50%	2,09%	2,13%	2,27%	2,26%	2,27%	2,17%	2,23%	3,1%

Relativamente ao ano económico de 2025, o *Ranking* R5 permite concluir que:

- A receita global cobrada pelos municípios da Região Autónoma da Madeira aumentou 17,6% (+49,9 milhões de euros) face a 2024, mantendo a tendência de crescimento contínuo observada desde 2021;
- O montante global de 334,2 milhões de euros cobrado em 2025 pelos municípios madeirenses foi o mais elevado desde 2015, superando o valor desse ano em 173,7 milhões de euros (+108,3%);
- Cinco dos onze municípios deram os maiores contributos para o aumento global da receita da Região Autónoma da Madeira: Funchal (+15,7 milhões de euros; +12,0%), Santa Cruz (+6,9 milhões de euros; +19,4%), Calheta (+6,9 milhões de euros; +39,4%), Machico (+5,9 milhões de euros; +35,4%) e Porto Santo (+3,1 milhões de euros; +44,6%);
- A receita dos municípios da Região Autónoma da Madeira representou cerca de 2,23% da receita total municipal nacional e cresceu 108,3% (+173,7 milhões de euros) face a 2015.

[35] Não inclui saldo das gerências anteriores.

O Quadro 2.8 mostra a evolução da receita cobrada por distrito e Região Autónoma nos últimos onze anos e o respetivo peso na receita municipal total.

Quadro 2.8 – Volume da receita cobrada por distrito e Região Autónoma em 2025[36]

Unidades: euros

Distrito/ Região	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25				Peso
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
1 Lisboa	1 635 364 682	1 606 706 560	1 898 976 447	1 907 430 644	2 227 265 392	1 915 845 718	2 137 502 174	2 428 853 869	2 616 414 334	3 044 872 545	3 493 818 105	23,3%
2 Porto	957 935 248	1 055 165 672	1 096 588 378	1 156 188 720	1 165 357 310	1 162 206 488	1 341 610 101	1 457 044 499	1 599 470 505	1 788 510 076	2 137 582 571	14,3%
3 Setúbal	511 954 807	572 195 530	559 644 211	627 470 830	657 289 080	628 821 212	788 559 688	870 748 594	886 939 122	944 341 709	1 120 915 639	7,5%
4 Braga	478 397 322	491 072 163	488 433 202	506 744 587	541 097 456	566 265 750	645 617 570	671 909 243	752 356 426	896 940 575	995 619 042	6,6%
5 Faro	524 072 642	571 159 590	653 774 037	557 959 440	585 107 447	569 180 798	638 056 543	794 372 339	843 884 213	853 685 927	994 808 417	6,6%
6 Aveiro	429 885 065	422 443 770	501 356 478	460 705 987	481 112 942	499 890 264	542 547 310	591 600 458	649 747 023	724 919 367	819 634 118	5,5%
7 Santarém	329 412 930	330 879 744	378 063 410	358 361 190	355 835 943	376 550 298	406 850 485	453 365 460	481 239 397	552 530 962	611 422 289	4,1%
8 Coimbra	295 387 279	309 622 040	305 113 452	339 248 256	342 000 540	334 308 121	391 442 728	420 022 277	471 537 684	511 056 558	578 873 698	3,9%
9 Leiria	305 560 628	300 026 574	309 405 616	332 566 307	344 992 378	330 378 152	386 588 345	429 312 765	444 126 983	494 215 877	572 960 533	3,8%
10 Viseu	316 118 208	301 981 743	310 397 254	327 516 778	346 485 902	350 684 216	394 026 246	413 632 844	477 143 556	518 528 201	572 399 621	3,8%
11 Vila Real	202 772 610	196 999 365	203 830 271	212 054 446	219 381 609	247 665 009	260 535 369	274 734 558	298 267 054	325 838 611	357 184 565	2,4%
12 Viana do Castelo	211 809 294	199 808 383	213 537 970	220 718 253	237 608 977	231 494 225	253 578 092	271 148 738	285 808 754	325 740 833	355 231 332	2,4%
13 Madeira	160 446 496	156 188 746	180 561 326	213 448 496	189 297 503	187 268 452	225 160 694	245 830 136	266 603 983	284 191 136	334 163 697	2,2%
14 Açores	170 855 989	165 054 962	178 955 473	196 929 630	216 004 779	219 054 411	234 211 330	227 293 025	249 930 320	272 239 892	333 504 741	2,2%
15 Beja	167 556 269	173 109 306	176 107 495	176 463 465	186 571 755	199 492 055	221 463 773	237 863 651	268 122 654	287 269 953	314 135 054	2,1%
16 Castelo Branco	166 121 819	173 300 723	175 792 323	223 028 158	212 900 085	207 029 621	224 275 584	221 733 167	252 279 708	271 087 899	312 087 823	2,1%
17 Guarda	172 874 087	189 020 847	198 952 969	234 934 985	189 769 682	198 038 271	218 238 528	245 479 617	238 511 076	284 417 384	282 395 244	1,9%
18 Bragança	176 269 413	172 692 477	164 747 596	165 646 232	182 872 793	188 695 955	211 179 694	210 913 396	246 400 407	262 447 985	271 536 787	1,8%
19 Évora	165 091 390	212 383 766	174 640 721	180 429 251	213 226 814	197 246 398	206 238 132	219 027 455	239 589 822	262 092 389	270 799 122	1,8%
20 Portalegre	140 553 136	138 186 814	142 650 951	141 755 840	146 900 711	162 942 561	191 159 785	181 697 919	198 729 484	220 593 053	244 886 246	1,6%
Total Nacional	7 518 439 313	7 737 998 774	8 311 529 580	8 539 601 496	9 041 079 097	8 773 057 974	9 918 842 170	10 866 584 010	11 767 102 506	13 125 520 933	14 973 958 646	100%

Da observação do Quadro 2.8 conclui-se que:

- O distrito de Lisboa apresentou o maior volume e o maior peso da receita: 3,5 mil milhões de euros, correspondentes a 23,3% da receita total. Em 2025, a receita deste distrito aumentou 14,7% (+448,9 milhões de euros);
- Além de Lisboa, apenas o distrito do Porto representou mais de 10% da receita municipal total, com um peso de 14,3% e um valor de 2,1 mil milhões de euros. Quatro outros distritos apresentaram pesos superiores a 5%, embora inferiores a 10%: Setúbal, Braga, Faro e Aveiro;
- O distrito de Portalegre apresentou o menor peso na receita municipal total (1,6%). Os seus municípios arrecadaram, em conjunto, 244,9 milhões de euros, o equivalente a 7,0% da receita do distrito de Lisboa;
- Cinco distritos apresentaram taxas de crescimento da receita municipal superiores a 15% e inferiores a 20%: Porto (+19,5%), Setúbal (+18,7%), Faro (+16,5%), Leiria (+15,9%) e Castelo Branco (+15,1%);
- As duas Regiões Autónomas também registaram crescimentos relevantes da receita global: 22,5% nos Açores e 17,6% na Madeira;
- O distrito da Guarda foi o único a apresentar uma diminuição da receita global: -2,1 milhões de euros (-0,7%), para 282,4 milhões de euros.

[36] Não inclui saldo das gerências anteriores.

O *Ranking* R6 apresenta os 35 municípios com menor volume de receita cobrada em 2025 e os respetivos montantes desde 2015. Destes dados destaca-se o seguinte:

- Todos os municípios deste *ranking* são de pequena dimensão. O Corvo, que apresentou a menor receita, arrecadou 3,2 milhões de euros, o equivalente a apenas 0,2% da receita de Lisboa. Ainda assim, a sua receita aumentou 28,8% (+705,2 milhares de euros) face ao ano anterior;
- Sete destes 35 municípios diminuíram a receita cobrada em 2025: Freixo de Espada à Cinta (-47,2%; -10,0 milhões de euros), Nordeste (-7,4%; -768,4 milhares de euros), Velas (-4,6%; -436,3 milhares de euros), Manteigas (-4,4%; -433,6 milhares de euros), Sousel (-2,4%; -253,1 milhares de euros), Pedrógão Grande (-1,0%; -98,4 milhares de euros) e Gavião (-0,3%; -30,8 milhares de euros);
- As maiores subidas percentuais entre os 35 municípios do *ranking* registaram-se em Porto Santo (+44,6%; +3,0 milhões de euros), Castanheira de Pera (+43,5%; +3,2 milhões de euros), Lajes do Pico (+34,3%; +2,8 milhões de euros), São Roque do Pico (+32,1%; +2,1 milhões de euros), Corvo (+28,8%; +705,2 milhares de euros) e Penedono (+28,1%; +2,1 milhões de euros).

R6 – Municípios com menor volume da receita cobrada[37] em 2025

Unidades: euros

	Município	Dim.	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25				Δ
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	24-25 %
1	Corvo	P	1 937 375	1 833 187	2 000 462	1 948 036	2 114 771	1 872 247	2 152 948	1 982 773	2 383 630	2 447 129	3 152 341	28,8%
2	Santa Cruz das Flores	P	2 963 327	2 687 459	3 353 792	3 052 025	3 287 319	3 562 040	3 811 696	3 274 403	3 479 673	4 115 126	4 494 363	9,2%
3	Lajes das Flores	P	2 995 512	2 980 556	3 050 748	3 264 878	4 078 597	3 741 272	3 945 400	3 826 642	4 258 150	4 661 725	4 922 249	5,6%
4	Santa Cruz da Graciosa	P	3 868 861	3 891 615	4 592 947	4 925 900	5 031 542	4 817 476	5 230 079	4 735 257	5 519 822	6 382 637	6 669 575	4,5%
5	Barrancos	P	3 760 321	3 954 952	4 055 636	3 833 793	4 219 660	4 412 844	5 099 067	5 957 939	6 109 753	6 463 639	7 467 908	15,5%
6	Calheta (R.A.A.)	P	5 525 414	4 607 713	4 714 417	5 166 487	4 983 421	5 137 406	5 818 173	5 063 877	8 058 770	7 138 533	8 420 934	18,0%
7	Fronteira	P	4 744 481	5 284 370	5 886 891	4 969 959	5 544 565	6 142 840	6 338 525	6 842 294	7 714 798	8 208 207	8 481 092	3,3%
8	Alvito	P	4 466 326	4 989 585	4 755 699	5 710 052	4 973 623	6 040 554	7 089 751	5 641 390	8 114 636	7 911 292	8 816 434	11,4%
9	São Roque do Pico	P	4 493 405	4 537 790	4 573 710	5 406 039	4 587 819	5 551 049	5 468 542	5 778 295	6 458 161	6 691 074	8 839 691	32,1%
10	Castelo de Vide	P	5 744 243	5 784 022	5 962 253	6 186 725	6 007 881	7 430 940	9 772 176	7 697 004	7 317 864	8 729 554	8 860 855	1,5%
11	Velas	P	6 030 869	6 090 414	7 276 052	7 210 911	6 186 679	6 347 876	11 185 124	10 430 417	10 217 992	9 405 400	8 969 093	-4,6%
12	Gavião	P	5 961 609	6 323 343	6 239 723	7 387 112	6 568 812	8 289 156	8 453 323	8 452 657	11 407 698	9 190 693	9 159 905	-0,3%
13	Pedrógão Grande	P	5 538 342	5 391 036	5 907 553	6 883 828	7 869 267	6 893 142	7 674 136	7 110 071	6 855 429	9 425 751	9 327 301	-1,0%
14	Manteigas	P	8 053 996	5 450 233	5 293 698	5 296 038	7 267 271	6 179 138	6 260 928	7 702 393	7 874 221	9 776 026	9 342 469	-4,4%
15	Mourão	P	5 329 835	5 438 367	5 636 392	5 883 650	10 415 387	7 438 733	7 017 647	6 581 998	8 381 983	9 261 266	9 438 752	1,9%
16	Mesão Frio	P	5 204 366	4 991 318	7 992 644	5 280 048	5 892 392	6 501 310	7 673 585	6 864 600	7 865 184	7 906 245	9 618 953	21,7%
17	Nordeste	P	5 159 304	5 289 012	5 388 742	15 794 216	6 305 942	6 293 909	6 682 894	6 526 452	8 599 767	10 410 835	9 642 447	-7,4%
18	Penedono	P	5 310 597	5 602 792	5 651 348	5 679 832	5 957 561	6 234 587	6 564 976	7 728 966	7 877 091	7 540 513	9 658 883	28,1%
19	Monforte	P	5 672 819	6 085 968	6 751 539	7 070 784	6 727 849	8 998 037	11 551 602	8 859 931	10 027 115	9 022 996	9 796 439	8,6%
20	Porto Santo	P	4 785 945	4 345 608	4 296 364	5 116 315	5 843 735	5 068 144	5 518 154	5 399 470	6 257 018	6 812 399	9 850 007	44,6%
21	Arronches	P	6 569 663	6 016 893	5 814 133	6 022 907	6 072 875	6 227 280	7 903 162	6 549 006	7 244 107	8 661 745	9 911 936	14,4%
22	Marvão	P	4 907 469	5 598 729	5 961 141	5 463 731	6 021 129	5 936 552	7 318 674	8 680 816	8 620 396	8 736 950	10 126 286	15,9%
23	Sousel	P	8 238 707	6 762 854	6 806 804	7 997 917	8 879 736	7 657 083	9 482 366	9 007 334	9 600 886	10 389 052	10 135 974	-2,4%
24	Vila do Porto	P	5 422 055	5 606 820	5 374 060	5 877 538	6 323 947	7 021 189	8 320 296	7 157 704	8 288 272	8 787 086	10 335 423	17,6%
25	Constância	P	5 345 900	5 739 846	6 403 905	6 420 983	6 084 413	6 083 658	6 981 155	7 737 230	7 490 133	8 627 833	10 393 825	20,5%
26	Madalena	P	6 870 391	7 248 784	7 301 001	8 817 788	7 881 490	8 530 037	9 256 508	8 029 925	8 523 972	9 187 021	10 537 639	14,7%
27	Castanheira de Pera	P	4 565 782	4 789 443	5 010 359	5 221 571	5 835 779	5 681 539	5 459 710	5 725 939	6 297 754	7 394 325	10 613 038	43,5%
28	Cuba	P	5 815 323	5 676 279	6 285 334	5 944 485	5 748 499	6 946 120	8 530 504	7 814 782	8 475 524	8 947 196	10 722 812	19,8%
29	Lajes do Pico	P	5 628 008	5 296 504	5 393 586	5 392 617	6 330 048	6 186 651	7 450 686	7 202 080	8 456 802	8 150 154	10 944 979	34,3%
30	Fornos de Algodres	P	5 757 730	5 798 113	33 484 665	7 030 624	6 439 177	6 860 556	7 727 397	7 780 115	9 362 161	10 423 792	10 951 132	5,1%
31	Povoação	P	5 978 985	6 034 548	6 208 177	6 927 614	7 121 699	7 172 867	7 935 797	8 963 972	8 921 541	9 327 019	10 973 809	17,7%
32	Mora	P	7 861 765	6 960 440	7 827 514	7 097 927	7 197 799	7 801 269	8 332 919	8 105 376	9 687 320	10 748 895	11 072 627	3,0%
33	Vila Nova da Barquinha	P	7 283 469	6 963 659	6 315 394	7 902 437	8 180 231	7 405 210	7 342 275	7 618 350	8 724 733	9 617 382	11 173 719	16,2%
34	Freixo de Espada à Cinta	P	7 427 040	7 322 275	6 502 369	6 961 812	14 427 651	7 913 862	8 279 094	8 008 222	9 457 882	21 259 240	11 226 224	-47,2%
35	Góis	P	7 405 030	7 317 092	8 416 745	8 159 787	9 159 932	8 304 950	7 844 941	7 558 627	9 129 303	10 110 111	11 275 560	11,5%

[37] Não inclui saldos de gerências anteriores.

2.2.2. Estrutura e Evolução da Receita Municipal

2.2.2.1. Estrutura e evolução da receita municipal, por capítulo económico

Neste ponto pretende-se observar o comportamento das diferentes rubricas orçamentais, por natureza económica, tendo em atenção o seu peso no cômputo total da receita autárquica, as taxas de variação mais significativas e os pontos de inflexão dos valores das receitas mais relevantes.

Nos Quadros 2.9 a 2.12 apresentam-se os montantes de receita cobrada e as respetivas variações no mesmo período.

Quadro 2.9 – Montante de Receita Cobrada por natureza económica

Unidade: milhões de euros

Receitas	Mandato 14–17				Mandato 18–21				Mandato 22–25		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Receita Fiscal (impostos)	2 687,6	2 782,9	3 030,1	3 250,1	3 308,0	3 144,7	3 450,6	3 891,9	3 992,7	4 073,8	4 761,7
Taxas, multas e outras penalidades	188,7	212,0	299,0	220,1	261,6	301,9	356,0	447,4	522,7	582,7	760,9
Rendimentos de propriedade	253,5	295,0	274,0	255,0	282,9	281,4	280,6	291,4	316,5	344,3	350,8
Transferências correntes	2 501,8	2 551,5	2 593,9	2 644,0	2 724,3	3 043,7	3 346,2	3 845,9	4 127,3	4 720,5	5 116,8
Vendas de bens e serviços	809,6	861,1	885,4	911,4	948,1	782,6	810,7	944,1	1 060,0	1 117,1	1 183,4
Outras receitas correntes	75,1	73,3	71,9	73,1	80,3	62,5	67,7	76,3	74,6	82,1	78,2
Total Receitas Correntes	6 516,4	6 775,9	7 154,5	7 353,7	7 605,2	7 616,9	8 311,8	9 496,9	10 093,9	10 920,5	12 251,9
Venda de bens duradouros	108,4	67,5	93,6	98,2	311,6	67,0	73,3	57,5	64,7	97,8	79,0
Transferências de capital	585,8	426,1	461,8	514,9	711,5	825,3	1 066,8	903,6	1 195,1	1 469,8	1 971,5
Ativos financeiros	11,5	26,0	8,2	4,1	5,2	6,6	40,1	19,4	46,4	196,3	173,7
Passivos financeiros	263,7	388,3	556,7	538,2	382,6	225,1	393,2	353,9	303,6	372,9	415,3
Outras receitas de capital	22,5	48,6	28,2	24,4	16,8	19,0	17,6	19,7	31,4	25,4	30,6
Total Receitas de Capital	991,9	956,4	1 148,5	1 179,8	1 427,7	1 143,1	1 591,0	1 354,2	1 641,3	2 162,2	2 670,1
Reposições não abatidas aos pagamentos	10,1	5,7	8,5	6,0	8,2	13,1	16,1	15,4	31,9	42,8	52,0
Receita total	**7 518,4**	**7 738,0**	**8 311,5**	**8 539,6**	**9 041,1**	**8 773,1**	**9 918,8**	**10 866,6**	**11 767,1**	**13 125,5**	**14 974,0**
Receita total efetiva	**7 243,2**	**7 323,7**	**7 746,7**	**7 997,3**	**8 653,3**	**8 541,3**	**9 485,5**	**10 493,2**	**11 417,1**	**12 556,3**	**14 385,0**
Receita total efetiva-municípios dos Açores	167,0	159,9	172,9	180,6	191,8	219,1	217,9	221,9	244,1	269,6	321,9
Receita total efetiva-municípios da Madeira	158,9	155,9	173,4	176,7	178,8	187,3	207,7	232,9	248,0	268,2	326,8

Quadro 2.10 – Estrutura da Receita Cobrada, por natureza económica: peso de cada componente em relação à receita total

Receitas	Mandato 14–17				Mandato 18–21				Mandato 22–25		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Receita Fiscal (impostos)	35,7%	36,0%	36,5%	38,1%	36,6%	35,8%	34,8%	35,8%	33,9%	31,0%	31,8%
Taxas, multas e outras penalidades	2,5%	2,7%	3,6%	2,6%	2,9%	3,4%	3,6%	4,1%	4,4%	4,4%	5,1%
Rendimentos de propriedade	3,4%	3,8%	3,3%	3,0%	3,1%	3,2%	2,8%	2,7%	2,7%	2,6%	2,3%
Transferências correntes	33,3%	33,0%	31,2%	31,0%	30,1%	34,7%	33,7%	35,4%	35,1%	36,0%	34,2%
Vendas de bens e serviços	10,8%	11,1%	10,7%	10,7%	10,5%	8,9%	8,2%	8,7%	9,0%	8,5%	7,9%
Outras receitas correntes	1,0%	0,9%	0,9%	0,9%	0,9%	0,7%	0,7%	0,7%	0,6%	0,6%	0,5%
Total Receitas Correntes	86,7%	87,6%	86,1%	86,1%	84,1%	86,8%	83,8%	87,4%	85,8%	83,2%	81,8%
Venda de bens duradouros	1,4%	0,9%	1,1%	1,2%	3,4%	0,8%	0,7%	0,5%	0,5%	0,7%	0,5%
Transferências de capital	7,8%	5,5%	5,6%	6,0%	7,9%	9,4%	10,8%	8,3%	10,2%	11,2%	13,2%
Ativos financeiros	0,2%	0,3%	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%	0,4%	0,2%	0,4%	1,5%	1,2%
Passivos financeiros	3,5%	5,0%	6,7%	6,3%	4,2%	2,6%	4,0%	3,3%	2,6%	2,8%	2,8%
Outras receitas de capital	0,3%	0,6%	0,3%	0,3%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%	0,2%	0,2%
Total Receitas de Capital	13,2%	12,4%	13,8%	13,8%	15,8%	13,0%	16,0%	12,5%	13,9%	16,5%	17,8%
Reposições não abatidas aos pagamentos	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,1%	0,3%	0,3%	0,3%
Receita total	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Receita total efetiva	**96,3%**	**94,6%**	**93,2%**	**93,6%**	**95,7%**	**97,4%**	**95,6%**	**96,6%**	**97,0%**	**95,7%**	**96,1%**

Quadro 2.11 – Variação da Receita cobrada, por natureza económica, entre 2015 e 2025 – valores absolutos

Unidade: milhões de euros

Receita	Variação da receita em milhões de euros									
	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20	20-21	21-22	22-23	23-24	24-25
Receita Fiscal (impostos)	95,3	247,2	220,0	57,8	-163,2	305,8	441,3	100,8	81,1	687,9
Taxas, multas e outras penalidades	23,3	87,0	-79,0	41,5	40,4	54,0	91,4	75,3	60,0	178,2
Rendimentos de propriedade	41,5	-20,9	-19,1	28,0	-1,5	-0,8	10,8	25,1	27,8	6,5
Transferências correntes	49,8	42,4	50,1	80,3	319,4	302,5	499,7	281,4	593,1	396,4
Vendas de bens e serviços	51,4	24,4	26,0	36,6	-165,5	28,2	133,4	115,9	57,1	66,3
Outras receitas correntes	-1,9	-1,4	1,2	7,2	-17,8	5,2	8,6	-1,7	7,5	-3,9
Total Receitas Correntes	259,4	378,6	199,2	251,5	11,7	694,9	1 185,2	596,9	826,6	1 331,4
Venda de bens duradouros	-40,9	26,1	4,7	213,4	-244,6	6,3	-15,8	7,2	33,1	-18,8
Transferências de capital	-159,7	35,7	53,1	196,6	113,8	241,4	-163,1	291,5	274,6	501,8
Ativos financeiros	14,4	-17,8	-4,1	1,1	1,4	33,4	-20,6	26,9	149,9	-22,6
Passivos financeiros	124,6	168,4	-18,5	-155,6	-157,4	168,1	-39,3	-50,3	69,3	42,3
Outras receitas de capital	26,1	-20,4	-3,8	-7,6	2,1	-1,4	2,1	11,7	-6,0	5,2
Total Receitas de Capital	-35,5	192,0	31,4	247,9	-284,6	447,9	-236,8	287,1	520,9	507,9
Reposições não abatidas aos pagamentos	-4,4	2,9	-2,5	2,2	4,9	3,0	-0,7	16,5	10,9	9,2
Receita total	**219,6**	**573,5**	**228,1**	**501,5**	**-268,0**	**1 145,8**	**947,7**	**900,5**	**1 358,4**	**1 848,4**
Receita total efetiva	**80,5**	**422,9**	**250,6**	**656,0**	**-112,0**	**944,3**	**1 007,7**	**923,9**	**1 139,2**	**1 828,7**

Quadro 2.12 – Taxa de Variação da Receita cobrada, por natureza económica, entre 2015 e 2025

Receita	Variação da receita em %									
	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20	20-21	21-22	22-23	23-24	24-25
Receita Fiscal (impostos)	3,5%	8,9%	7,3%	1,8%	-4,9%	9,7%	12,8%	2,6%	2,0%	16,9%
Taxas, multas e outras penalidades	12,3%	41,0%	-26,4%	18,9%	15,4%	17,9%	25,7%	16,8%	11,5%	30,6%
Rendimentos de propriedade	16,4%	-7,1%	-7,0%	11,0%	-0,5%	-0,3%	3,9%	8,6%	8,8%	1,9%
Transferências correntes	2,0%	1,7%	1,9%	3,0%	11,7%	9,9%	14,9%	7,3%	14,4%	8,4%
Vendas de bens e serviços	6,4%	2,8%	2,9%	4,0%	-17,5%	3,6%	16,4%	12,3%	5,4%	5,9%
Outras receitas correntes	-2,5%	-1,8%	1,6%	9,9%	-22,2%	8,4%	12,7%	-2,3%	10,1%	-4,8%
Total Receitas Correntes	4,0%	5,6%	2,8%	3,4%	0,2%	9,1%	14,3%	6,3%	8,2%	12,2%
Venda de bens duradouros	-37,8%	38,7%	5,0%	217,2%	-78,5%	9,4%	-21,6%	12,5%	51,1%	-19,2%
Transferências de capital	-27,3%	8,4%	11,5%	38,2%	16,0%	29,3%	-15,3%	32,3%	23,0%	34,1%
Ativos financeiros	125,3%	-68,4%	-49,4%	25,6%	27,6%	502,9%	-51,5%	138,5%	323,3%	-11,5%
Passivos financeiros	47,3%	43,4%	-3,3%	-28,9%	-41,1%	74,7%	-10,0%	-14,2%	22,8%	11,4%
Outras receitas de capital	116,3%	-41,9%	-13,4%	-31,1%	12,8%	-7,1%	12,0%	59,4%	-19,2%	20,3%
Total Receitas de Capital	-3,6%	20,1%	2,7%	21,0%	-19,9%	39,2%	-14,9%	21,2%	31,7%	23,5%
Reposições não abatidas aos pagamentos	-43,6%	50,2%	-29,4%	35,8%	59,6%	23,0%	-4,1%	107,1%	34,0%	21,5%
Receita total	**2,9%**	**7,4%**	**2,7%**	**5,9%**	**-3,0%**	**13,1%**	**9,6%**	**8,3%**	**11,5%**	**14,1%**
Receita total efetiva	**1,1%**	**5,8%**	**3,2%**	**8,2%**	**-1,3%**	**11,1%**	**10,6%**	**8,8%**	**10,0%**	**14,6%**

Da observação dos quadros anteriores conclui-se, relativamente a 2025, que:

- A receita cobrada totalizou 14 974,0 milhões de euros, mais 1 848,4 milhões de euros (+14,1%) do que no ano anterior. Para este crescimento contribuíram sobretudo as transferências correntes, com mais 396,4 milhões de euros (+8,4%), as transferências de capital, com mais 501,8 milhões de euros (+34,1%), e o conjunto dos impostos e das taxas, multas e outras penalidades, com mais 866,1 milhões de euros (+18,6%);
- A receita corrente cobrada aumentou 1 331,4 milhões de euros (+12,2%), totalizando 12 251,9 milhões de euros. A receita de capital totalizou 2 670,1 milhões de euros e cresceu 23,5% (+507,9 milhões de euros), sobretudo devido ao aumento das transferências de capital;

- As receitas fiscais, que em 2023 passaram, pela primeira vez, de primeira para segunda maior componente da receita municipal, mantiveram essa posição em 2025, com um peso de 31,8% na receita total (+0,8 pp face a 2024). As transferências correntes continuaram a ocupar o primeiro lugar, com um peso de 34,2% (-1,8 pp face a 2024). Em conjunto, estas duas componentes representaram 66,0% da receita total e 80,6% da receita corrente; por sua vez, a receita corrente correspondeu a 81,8% da receita total;[38]
- Os passivos financeiros (empréstimos obtidos) representaram 2,8% da receita total, peso idêntico ao do ano anterior. Em termos absolutos, aumentaram 42,3 milhões de euros (+11,4%) e totalizaram 415,3 milhões de euros em 2025;
- **A venda de bens e serviços aumentou 5,9% (+66,3 milhões de euros) em 2025, totalizando 1 183,4 milhões de euros. Esta rubrica representou 7,9% da receita total e 9,7% da receita corrente. A sua expressão nas contas municipais é condicionada pelo facto de muitos serviços serem prestados por empresas municipais ou concessionárias;**
- A receita efetiva cresceu 14,6%, mais 0,5 pp do que a receita total, apesar do aumento dos passivos financeiros. O acréscimo absoluto foi de 1 828,7 milhões de euros. O montante de receita efetiva registado em 2025, 14 385,0 milhões de euros, foi o mais elevado dos últimos onze anos e representou 96,1% da receita total municipal;[39]
- Entre 2015 e 2025, a receita total dos municípios aumentou 99,2% (+7 455,5 milhões de euros) e a receita efetiva cresceu 98,6% (+7 141,8 milhões de euros).

2.2.2.2. Estrutura e evolução da receita municipal cobrada, por grandes grupos económicos de receita

A análise agregada das componentes económicas permite compreender melhor o comportamento das receitas, conforme se apresenta nos quadros seguintes.

O Quadro 2.13 apresenta a evolução das receitas correntes e de capital agregadas por natureza económica, e o Quadro 2.14 mostra a respetiva estrutura.

Quadro 2.13 – Evolução das principais receitas cobradas entre 2015 e 2025

Unidade: milhões de euros

Receitas	Mandato 14–17				Mandato 18–21				Mandato 22–25			Δ 24–25 %
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Impostos e taxas	2 876,4	2 995,0	3 329,2	3 470,2	3 569,6	3 446,7	3 806,6	4 339,3	4 515,4	4 656,5	5 522,6	18,6%
Transferências Totais	3 087,6	2 977,7	3 055,7	3 158,9	3 435,8	3 869,0	4 413,0	4 749,5	5 322,5	6 190,2	7 088,4	14,5%
Passivos Financeiros	263,7	388,3	556,7	538,2	382,6	225,1	393,2	353,9	303,6	372,9	415,3	11,4%
Outras Receitas	1 290,7	1 377,1	1 369,9	1 372,3	1 653,1	1 232,2	1 306,1	1 423,9	1 625,6	1 905,8	1 947,7	2,2%
Total	**7 518,4**	**7 738,0**	**8 311,5**	**8 539,6**	**9 041,1**	**8 773,1**	**9 918,8**	**10 866,6**	**11 767,1**	**13 125,5**	**14 974,0**	**14,1%**

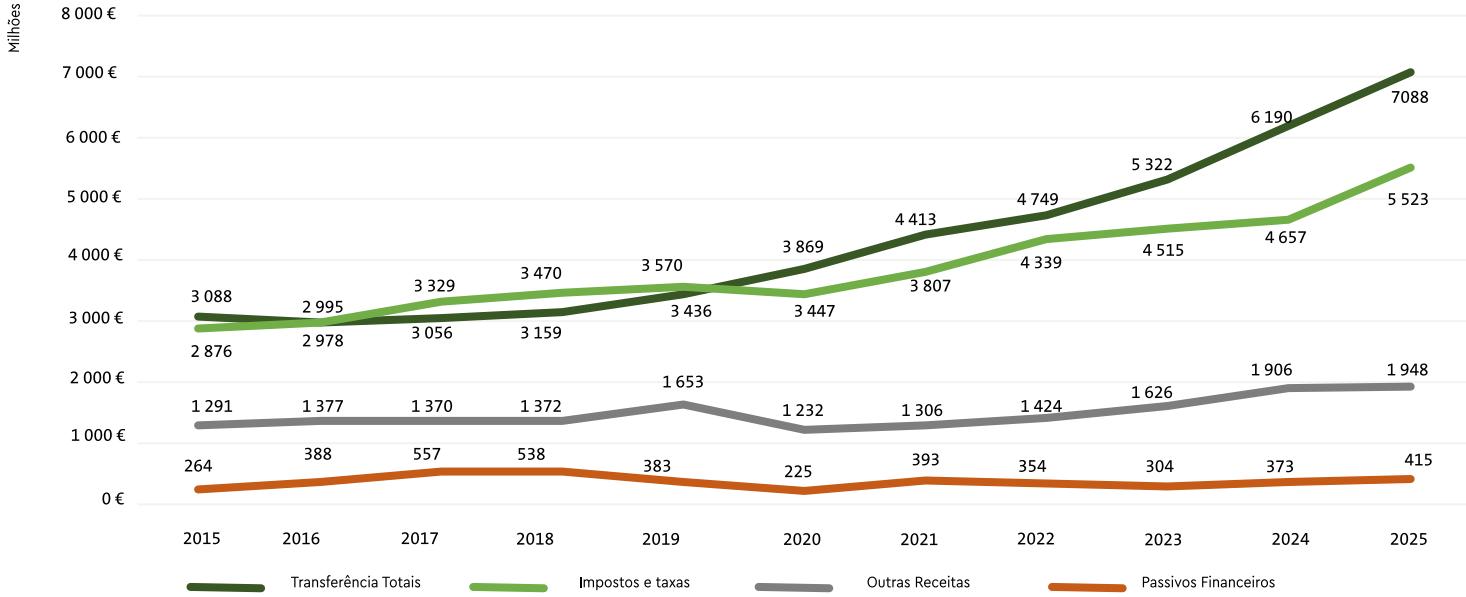
[38] Pela terceira vez neste anuário se exclui das receitas fiscais o valor proveniente da aplicação de taxas, multas e outras penalidades, entendendo-se adotar o conceito de receita fiscal implícito na classificação das receitas adotado no Mapa de Demonstração da Execução Orçamental da Receita do SNC-AP. Efetivamente nesta classificação apenas são classificada como R1Receita Fiscal, os Impostos Diretos e Impostos Indiretos ficando de fora deste grupo e constituindo um grupo à parte , um R3, o conjunto das Taxas, multas e outras penalidades.

[39] Receita total deduzida de ativos financeiros e de passivos financeiros.

Quadro 2.14 – Evolução do peso das principais receitas na receita total entre 2015 e 2025

Receitas	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25				Δ 24-25 %
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Impostos e taxas	38,3%	38,7%	40,1%	40,6%	39,5%	39,3%	38,4%	39,9%	38,4%	35,5%	36,9%	4,0%
Transferências Totais	41,1%	38,5%	36,8%	37,0%	38,0%	44,1%	44,5%	43,7%	45,2%	47,2%	47,3%	0,4%
Passivos Financeiros	3,5%	5,0%	6,7%	6,3%	4,2%	2,6%	4,0%	3,3%	2,6%	2,8%	2,8%	-2,4%
Outras Receitas	17,2%	17,8%	16,5%	16,1%	18,3%	14,0%	13,2%	13,1%	13,8%	14,5%	13,0%	-10,4%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	-

Gráfico 2.4 – Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita entre 2015 e 2025

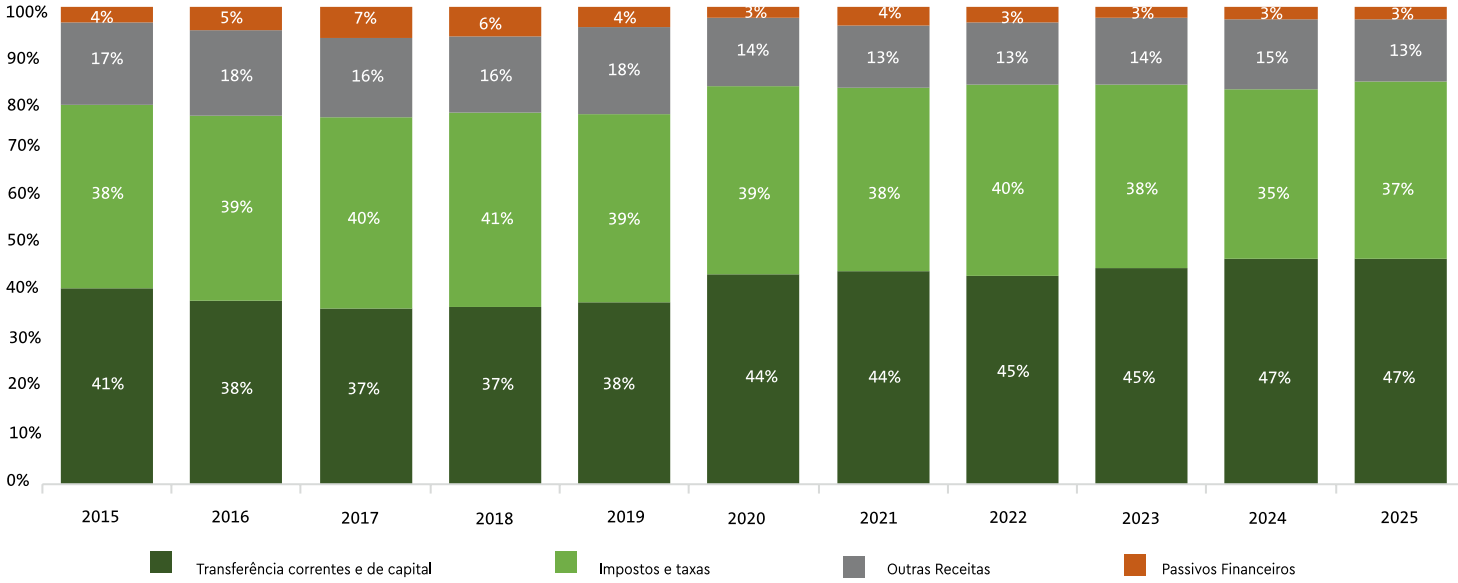


Da observação dos Quadros 2.13 e 2.14 e dos Gráficos 2.4 e 2.5 conclui-se ainda, relativamente a 2025:

- O total das transferências correntes e de capital superou o valor dos impostos e das taxas, multas e outras penalidades em 1 565,8 milhões de euros (+28,4%), situação que se mantém desde 2020;
- No período entre 2016 e 2019, a relação entre estes dois agregados de receita apresentou-se de forma inversa, tendo o valor dos impostos e taxas superado o valor total das transferências;
- **Os impostos e as taxas, multas e outras penalidades apresentaram um crescimento contínuo, interrompido apenas em 2020, ano em que diminuíram 3,4%, para 3 446,7 milhões de euros. O crescimento foi retomado em 2021 e, em 2025, este agregado atingiu o valor máximo do período, 5 522,6 milhões de euros, mais 866,1 milhões de euros (+18,6%) do que no ano anterior;**

- **Consideradas separadamente, em 2025, as receitas fiscais aumentaram 16,9% (+687,9 milhões de euros) e as taxas, multas e outras penalidades cresceram 30,6% (+178,2 milhões de euros). Como se verá adiante, a receita da taxa municipal turística, incluída nesta última rubrica, aumentou 96,4% (+91,6 milhões de euros);**
- **Os passivos financeiros totalizaram 415,3 milhões de euros, mais 11,4% (+42,3 milhões de euros) do que em 2024. Entre 2015 e 2025, aumentaram 57,5% (+151,6 milhões de euros), num contexto de necessidades de financiamento municipal associadas, designadamente, à execução de investimentos cofinanciados por fundos comunitários e pelo PRR.**[40] [41] [42]
- Entre 2015 e 2025, o total das transferências aumentou 129,6% (+4 000,8 milhões de euros), enquanto o conjunto dos impostos e das taxas, multas e outras penalidades cresceu 92,0% (+2 646,2 milhões de euros).

Gráfico 2.5 – Estrutura da receita cobrada de 2015 a 2025



[40] Em relação ao Programa 2020, conforme "Lista de Operações Aprovadas Portugal 2020 – Relatório Final", o valor total aprovado para 304 municípios foi de 3 254,4 milhões de euros distribuídos pelo Fundo de Coesão (366,7 milhões de euros), FEDER (2 780 milhões de euros) e FSE- Fundo Social Europeu (107,7 milhões de euros).

[41] Em relação a este Programa, conforme "Lista de Operações Aprovadas Portugal 2030 reportada a 31 de julho de 2026", até à data o valor aprovado para 294 municípios foi de 1 562,5 milhões de euros, distribuídos pelas seguintes medida: FC (Fundo de Coesão) com 71,3 milhões de euros; FEAMPA (Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura) com 11,2 milhões de euros; FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) com 1 296,2 milhões de euros; FSE com 157,3 milhões de euros e FTJ (Fundo para a Transição Justa) com 26,5 milhões de euros.

[42] Quanto ao PRR, conforme lista de beneficiários publicada em https://transparencia.gov.pt/, em 24 de agosto de 2026, o volume financeiro aprovado para 298 municípios era de 4 519 milhões de euros, dos quais 2 254 milhões de euros foram já pagos aos municípios.

Gráfico 2.6 – Volume de cobrança das diferentes componentes da receita dos municípios da Região Autónoma dos Açores entre 2015 e 2025

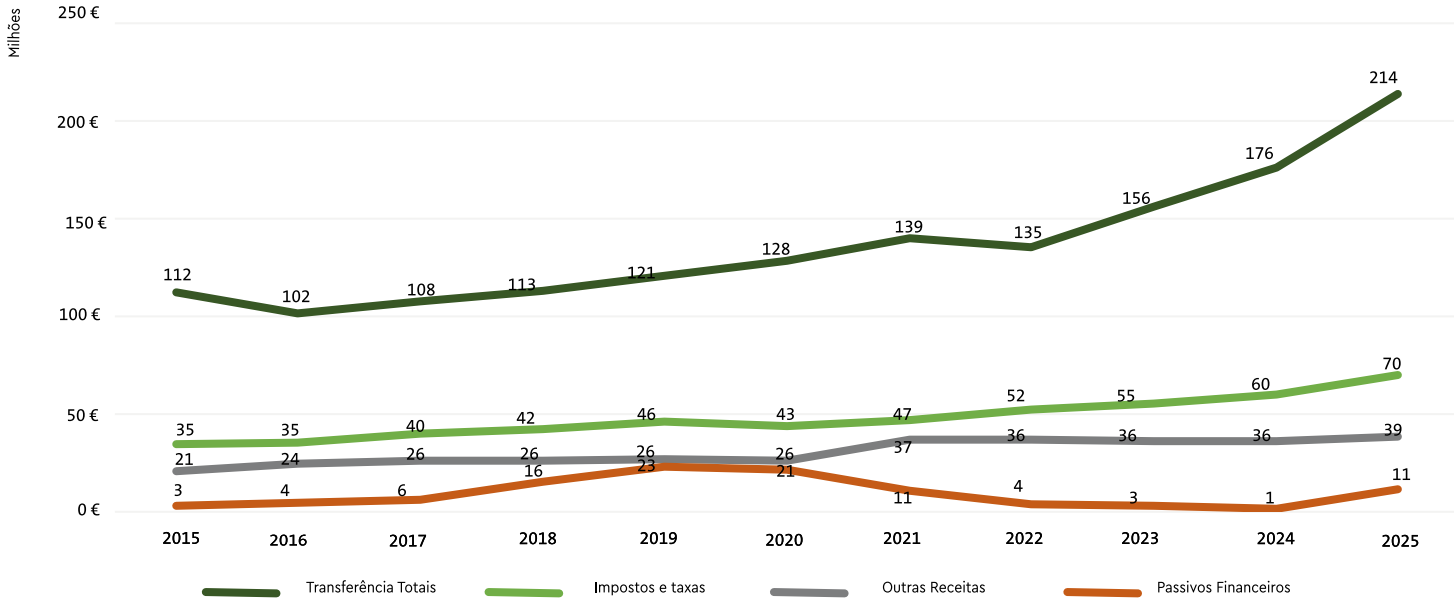
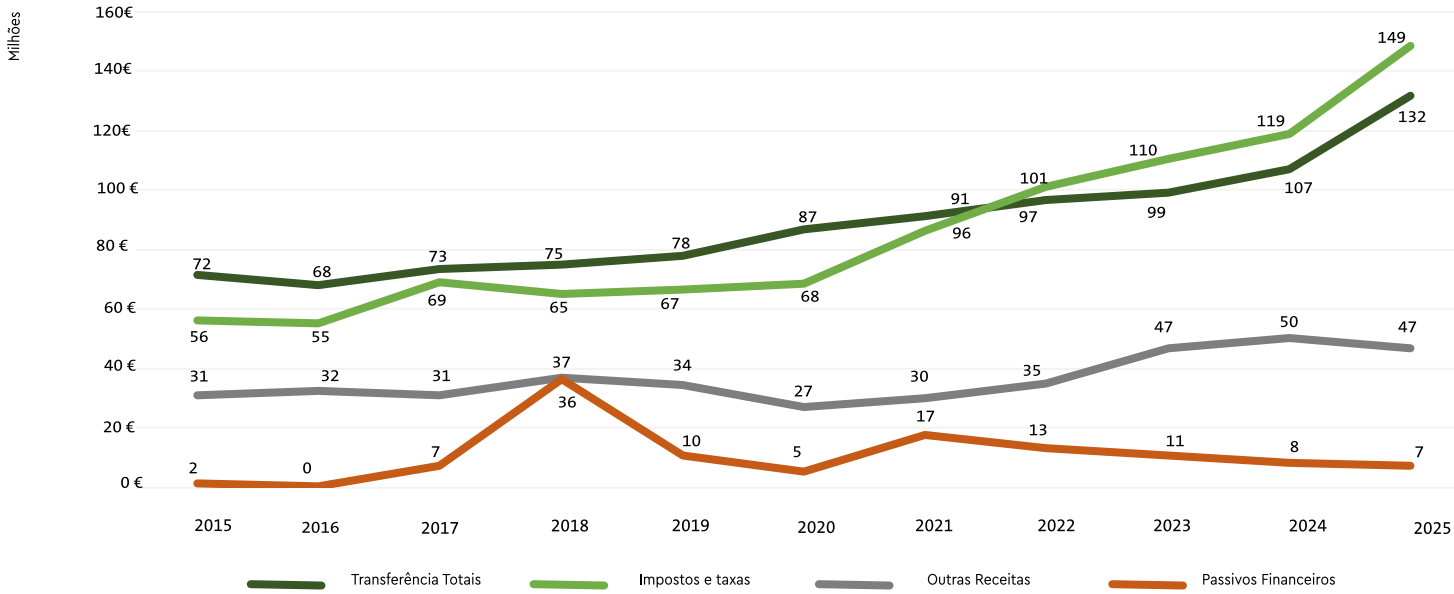


Gráfico 2.7 – Volume de cobrança das diferentes componentes da receita dos municípios da Região Autónoma da Madeira entre 2015 e 2025



Os Gráficos 2.6 e 2.7 mostram a evolução das componentes da receita das Regiões Autónomas, permitindo constatar a diferença de comportamento dos diferentes grupos de receita entre as duas regiões.

Da observação destes gráficos conclui-se que:

- As transferências do Orçamento do Estado aumentaram 38,1 milhões de euros (+21,7%) nos municípios açorianos, uma taxa superior em 9,2 pp à do ano anterior. Nos municípios madeirenses, aumentaram 24,4 milhões de euros (+22,8%), mais 14,7 pp do que em 2024;
- As receitas fiscais aumentaram 10,4 milhões de euros (+17,4%) na Região Autónoma dos Açores, taxa superior em 9,1 pp à do ano anterior, e 29,6 milhões de euros (+24,9%) na Região Autónoma da Madeira, mais 17,0 pp do que em 2024. Nesta última Região, a receita fiscal superou, pela quarta vez nos últimos onze anos, o volume das transferências, em 12,9%;
- Os empréstimos bancários, que vinham a diminuir continuamente desde 2019 na Região Autónoma dos Açores, aumentaram 9,7 milhões de euros (+736,0%) em 2025. Na Região Autónoma da Madeira, mantiveram a tendência de diminuição, recuando 691,5 milhares de euros (-8,6%), embora a queda tenha sido menos acentuada do que em 2024.

2.2.2.3. Estrutura das receitas cobradas por grupos de municípios, em termos nacionais

O Quadro 2.15 apresenta, por grupo de municípios, o valor de cada rubrica económica e o respetivo peso na receita total cobrada, permitindo avaliar a importância de cada rubrica em cada grupo.

Quadro 2.15 – Estrutura das Receitas Cobradas no ano de 2025 por grupo de municípios

Unidade: milhões de euros

Receitas	Pequenos		Médios		Grandes		Todos os municípios	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso
Nº de municípios	184	–	99	–	25	–	308	–
Receita Fiscal (impostos)	439,9	13,6%	1 689,4	30,5%	2 632,3	42,5%	4 761,7	31,8%
Taxas, multas e outras penalidades	60,9	1,9%	233,7	4,2%	466,3	7,5%	760,9	5,1%
Rendimentos de propriedade	83,4	2,6%	129,2	2,3%	138,2	2,2%	350,8	2,3%
Transferências correntes	1 695,8	52,3%	1 969,6	35,5%	1 451,5	23,4%	5 116,8	34,2%
Vendas de bens e serviços	239,8	7,4%	516,5	9,3%	427,1	6,9%	1 183,4	7,9%
Outras receitas correntes	18,5	0,6%	24,8	0,4%	34,8	0,6%	78,2	0,5%
Total de Receitas Correntes	2 538,3	78,3%	4 563,3	82,4%	5 150,3	83,2%	12 251,9	81,8%
Venda de bens de investimento	12,7	0,4%	42,5	0,8%	23,7	0,4%	79,0	0,5%
Transferências de capital	624,1	19,3%	768,8	13,9%	578,6	9,3%	1 971,5	13,2%
Ativos financeiros	3,0	0,1%	17,5	0,3%	153,2	2,5%	173,7	1,2%
Passivos financeiros	57,4	1,8%	134,1	2,4%	223,8	3,6%	415,3	2,8%
Outras receitas de capital	1,9	0,1%	4,9	0,1%	23,8	0,4%	30,6	0,2%
Total de Receitas de Capital	699,1	21,6%	967,8	17,5%	1 003,2	16,2%	2 670,1	17,8%
Reposições não abatidas aos pagamentos	3,1	0,1%	9,9	0,2%	39,0	0,6%	52,0	0,3%
Total de Receitas	**3 240,5**	**100%**	**5 541,0**	**100%**	**6 192,4**	**100%**	**14 974,0**	**100%**
% do Total da Receita Autárquica	21,6%	–	37,0%	–	41,4%	–	100%	–
Total das Receitas Efetivas	3 180,1	98,1%	5 389,5	97,3%	5 815,4	93,9%	14 385,0	96,1%

Da análise do Quadro 2.15, relativamente à receita municipal de 2025, conclui-se que:

- As transferências correntes e de capital constituíram a principal fonte de receita dos municípios de pequena e de média dimensão, representando, respetivamente, 71,6% e 49,4% da receita de cada grupo. Nos municípios de pequena dimensão, os impostos e as taxas, multas e outras penalidades representaram apenas 15,5% da receita total; nos municípios de média dimensão, o peso foi de 34,7%;
- Tanto nos municípios de pequena como nos de média dimensão, os passivos financeiros representaram uma fração reduzida da receita total: respetivamente, 1,8% e 2,4%;
- Nos municípios de grande dimensão, pelo contrário, os impostos e as taxas, multas e outras penalidades representaram 50,0% da receita total (3 098,7 milhões de euros), enquanto as transferências corresponderam a 32,8% (2 030,0 milhões de euros);
- **A comparação destes agregados evidencia a diferença de autonomia financeira entre os municípios de pequena e de grande dimensão. Nos primeiros, as transferências representaram 71,6% da receita total e os impostos e as taxas, multas e outras penalidades apenas 15,5%; nos segundos, os pesos foram de 32,8% e 50,0%, respetivamente;**
- Nos municípios de média dimensão, o peso das transferências (49,4%) aproximou-se mais do peso conjunto dos impostos e das taxas, multas e outras penalidades (34,7%).

Dos dados apresentados conclui-se ainda que:

- Os 25 municípios de grande dimensão arrecadaram 41,4% da receita municipal total e 40,4% da receita efetiva, enquanto a respetiva população residente representava cerca de 46% da população total;
- Os 99 municípios de média dimensão arrecadaram 37,0% da receita municipal total e 37,5% da receita efetiva, enquanto a respetiva população residente representava cerca de 40% da população total;
- Os 184 municípios de pequena dimensão arrecadaram 21,6% da receita municipal total e 22,1% da receita efetiva, enquanto a respetiva população residente representava cerca de 14% da população total.

Apresenta-se, de seguida, o Quadro 2.16, com os graus de execução dos diferentes tipos de receita, por natureza económica.

Quadro 2.16 – Grau de execução dos diferentes tipos de receita (prevista, liquidada e cobrada), por natureza, em 2025

Unidade: milhões de euros

Receitas	Receita prevista corrigida 2025		Receita liquidada líquida 2025		Receita cobrada 2025		Graus de execução 2025		
	Valor (a)	%	Valor (b)	%	Valor (c)	%	Peso (b)/(a)	Peso (c)/(b)	Peso (c)/(a)
Receita Fiscal (impostos)	4 271,8	25,1%	4 794,1	31,9%	4 761,7	31,8%	112,2%	99,3%	111,5%
Taxas, multas e outras penalidades	721,4	4,2%	783,3	5,2%	760,9	5,1%	108,6%	97,1%	105,5%
Rendimentos de propriedade	373,0	2,2%	348,5	2,3%	350,8	2,3%	93,4%	100,7%	94,1%
Transferências correntes	5 252,0	30,9%	5 111,5	34,0%	5 116,8	34,2%	97,3%	100,1%	97,4%
Vendas de bens e serviços	1 225,3	7,2%	1 195,5	7,9%	1 183,4	7,9%	97,6%	99,0%	96,6%
Outras receitas correntes	231,4	1,4%	81,3	0,5%	78,2	0,5%	35,1%	96,1%	33,8%
Total Receitas Correntes	12 074,8	70,9%	12 314,2	81,8%	12 251,9	81,8%	102,0%	99,5%	101,5%
Venda de bens duradouros	100,6	0,6%	81,0	0,5%	79,0	0,5%	80,5%	97,5%	78,5%
Transferências de capital	3 686,8	21,7%	1 979,3	13,2%	1 971,5	13,2%	53,7%	99,6%	53,5%
+Ativos financeiros	178,2	1,0%	174,0	1,2%	173,7	1,2%	97,7%	99,8%	97,5%
Passivos financeiros	837,3	4,9%	414,9	2,8%	415,3	2,8%	49,6%	100,1%	49,6%
Outras receitas de capital	120,9	0,7%	32,1	0,2%	30,6	0,2%	26,5%	95,3%	25,3%
Total Receitas de Capital	4 923,8	28,9%	2 681,4	17,8%	2 670,1	17,8%	54,5%	99,6%	54,2%
Reposições não abatidas aos pagamentos	20,5	0,1%	52,7	0,4%	52,0	0,3%	257,6%	98,6%	254,0%
Receita total	**17 019,1**	**100,0%**	**15 048,4**	**100,0%**	**14 974,0**	**100,0%**	**88,4%**	**99,5%**	**88,0%**
Receita total efetiva	**16 003,6**	**94,0%**	**14 459,4**	**96,1%**	**14 385,0**	**96,1%**	**90,4%**	**99,5%**	**89,9%**
Receita total efetiva-municípios dos Açores	366,5	2,2%	334,2	2,2%	321,9	2,1%	91,2%	96,3%	87,8%
Receita total efetiva-municípios da Madeira	325,6	1,9%	331,0	2,2%	326,8	2,2%	101,7%	98,7%	100,4%

2.2.3. Estrutura e evolução das transferências recebidas pelos municípios

As transferências são constituídas sobretudo por verbas do Orçamento do Estado (OE) e por fundos comunitários. Importa, por isso, desagregar estas duas componentes e analisar a sua evolução e as respetivas taxas de variação.

O Quadro 2.17 apresenta a evolução das transferências do Orçamento do Estado e dos fundos comunitários entre 2015 e 2025; o Quadro 2.18 mostra as respetivas variações.[43]

Quadro 2.17 – Principais transferências recebidas pelos municípios

Unidade: milhões de euros

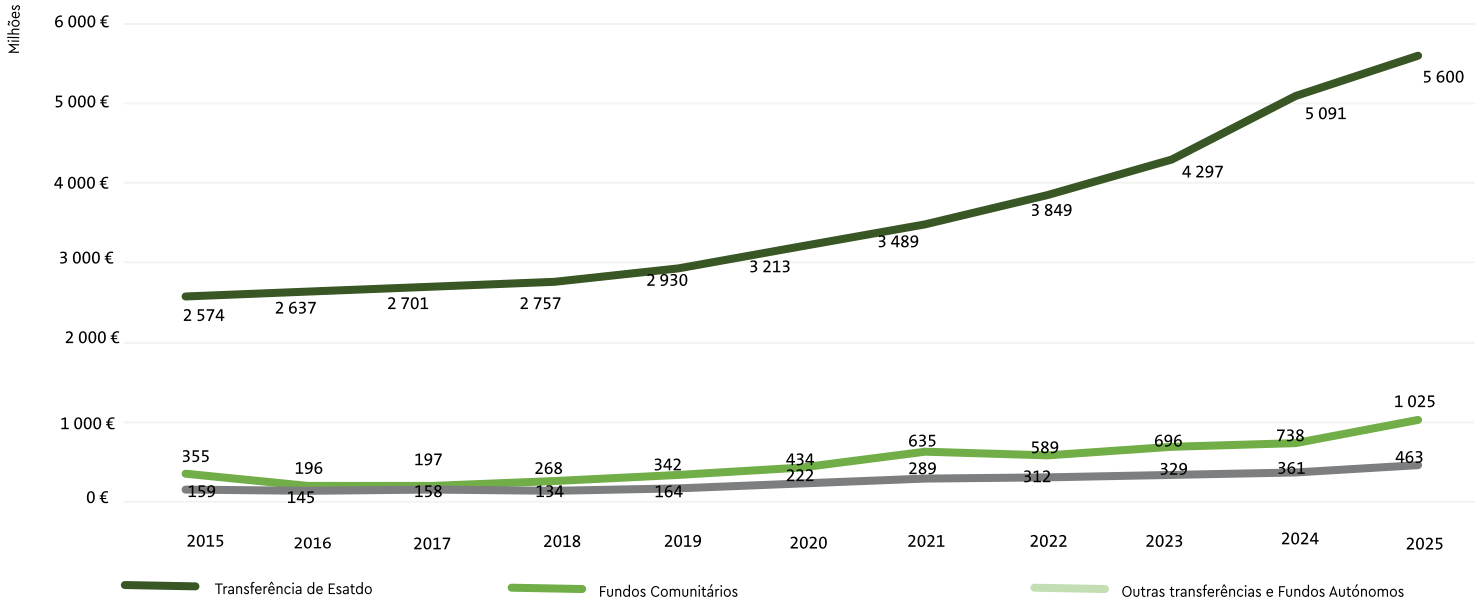
Transferências Totais	Montantes Recebidos (milhões de euros)										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Transferências do Estado	2 574,2	2 637,0	2 700,6	2 757,5	2 929,5	3 213,0	3 489,3	3 848,6	4 297,5	5 090,9	5 600,3
Fundos Comunitários	354,6	195,9	197,5	267,6	342,5	434,0	634,5	588,5	695,9	738,2	1 025,4
Fundos Autónomos	58,0	56,6	56,7	64,3	94,7	140,2	174,9	219,1	212,3	213,9	268,9
Outras transferências	100,8	88,1	101,0	69,5	69,1	81,8	114,2	93,3	116,9	147,2	193,9
Total Transferências	**3 087,6**	**2 977,7**	**3 055,7**	**3 158,9**	**3 435,8**	**3 869,0**	**4 413,0**	**4 749,5**	**5 322,5**	**6 190,2**	**7 088,4**

[43] Anota-se que em 2025 encerrou o Programa 20/20 e já se tinha iniciado o Programa 20/30 e o PRR

Quadro 2.18 – Variação das principais transferências recebidas pelos municípios

Transferências totais	Variação da receita em milhões de euros									
	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20	20-21	21-22	22-23	23-24	24-25
Transferências do Estado	62,9	63,5	56,9	172,0	283,4	276,4	359,3	448,9	793,4	509,4
Fundos Comunitários	-158,7	1,6	70,1	74,9	91,6	200,5	-46,0	107,4	42,3	287,2
Fundos Autónomos	-1,4	0,1	7,6	30,4	45,5	34,6	44,3	-6,9	1,7	54,9
Outras transferências	-12,7	12,9	-31,4	-0,4	12,7	32,4	-21,0	23,6	30,4	46,6
Total Transferências	**-109,9**	**78,1**	**103,2**	**276,9**	**433,2**	**543,9**	**336,5**	**573,0**	**867,8**	**898,1**
Transferências totais	**Taxa de variação da receita**									
	15-16	**16-17**	**17-18**	**18-19**	**19-20**	**20-21**	**21-22**	**22-23**	**23-24**	**24-25**
Transferências do Estado	2,4%	2,4%	2,1%	6,2%	9,7%	8,6%	10,3%	11,7%	18,5%	10,0%
Fundos Comunitários	-44,8%	0,8%	35,5%	28,0%	26,7%	46,2%	-7,3%	18,2%	6,1%	38,9%
Fundos Autónomos	-2,4%	0,2%	13,4%	47,3%	48,1%	24,7%	25,3%	-3,1%	0,8%	25,7%
Outras transferências	-12,6%	14,6%	-31,1%	-0,6%	18,4%	39,6%	-18,4%	25,3%	26,0%	31,7%
Total Transferências	**-3,6%**	**2,6%**	**3,4%**	**8,8%**	**12,6%**	**14,1%**	**7,6%**	**12,1%**	**16,3%**	**14,5%**

Gráfico 2.8 – Evolução das principais transferências recebidas pelos municípios



Da análise dos Quadros 2.17 e 2.18 e do Gráfico 2.8, para os últimos onze anos, conclui-se que:

- As transferências do Orçamento do Estado (OE) aumentaram continuamente desde 2015, com maior intensidade em 2024. Em 2025, cresceram 10,0% (+509,4 milhões de euros), totalizando 5 600,3 milhões de euros;
- As transferências provenientes de fundos comunitários atingiram o valor mais elevado do período em 2025: 1 025,4 milhões de euros, mais 287,2 milhões de euros (+38,9%) do que em 2024;[44]

[44] Como referido em pontos anteriores deste capitulo, este acréscimo está associado à finalização do Programa Comunitário 20/20, realização do Programa 20/30 e inicio do PRR .

- As restantes transferências — provenientes de fundos autónomos e de outras entidades — aumentaram, em conjunto, 28,1% (+101,6 milhões de euros) em 2025, totalizando 462,7 milhões de euros. Entre 2015 e 2025, os fundos autónomos cresceram 363,2% e as outras transferências aumentaram 93,1%.[45]

2.2.4. Evolução das principais componentes da receita fiscal

Em 2025, a receita fiscal manteve-se como a segunda maior categoria de receita no conjunto dos municípios, sendo, em alguns casos, a principal. Importa, por isso, analisar a evolução das suas componentes, com particular destaque para os impostos diretos e, entre estes, para o IMI e o IMT.[46] [47]

O Quadro 2.19 apresenta a evolução da receita fiscal, desagregada em impostos diretos e indiretos. O Quadro 2.20 compara, para 2025, os montantes previstos e cobrados nestas duas rubricas.[48] [49]

Quadro 2.19 – Valor das componentes da receita fiscal cobrada entre 2015 e 2025

Unidade: milhões de euros

Receita Fiscal	Mandato 14–17				Mandato 18–21				Mandato 22–25			Δ
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	24–25 %
Impostos diretos	2 566,0	2 664,1	2 897,9	3 100,3	3 142,1	3 103,8	3 414,4	3 872,1	3 974,1	4 052,0	4 749,4	17,2%
Impostos indiretos	121,6	118,8	132,3	149,8	165,9	41,0	36,2	19,8	18,7	21,8	12,3	−43,6%
Total	**2 687,6**	**2 782,9**	**3 030,1**	**3 250,1**	**3 308,0**	**3 144,7**	**3 450,6**	**3 891,9**	**3 992,7**	**4 073,8**	**4 761,7**	**16,9%**

Quadro 2.20 – Grau de execução da receita fiscal em 2025

Unidade: milhões de euros

Receita fiscal	Receita prevista	Receita cobrada	Diferença	Grau de execução
Impostos diretos	4 257,8	4 749,4	491,6	111,5%
Impostos indiretos	14,0	12,3	−1,7	87,7%
Total	**4 271,8**	**4 761,7**	**489,9**	**111,5%**

Os valores apresentados merecem os seguintes comentários:

- Em 2025, a receita fiscal aumentou 16,9% (+687,9 milhões de euros), totalizando 4 761,7 milhões de euros, e apresentou um grau de execução orçamental de 111,5%, ou seja, ficou 489,9 milhões de euros acima do previsto. Este resultado deveu-se essencialmente aos impostos diretos, cuja coleta atingiu 4 749,4 milhões de euros, mais 697,4 milhões de euros (+17,2%) do que em 2024. Os impostos diretos apresentaram igualmente um grau de execução de 111,5%, superando a previsão em 491,6 milhões de euros, e representaram 99,7% da receita fiscal;[50]
- Os impostos indiretos totalizaram 12,3 milhões de euros em 2025 e diminuíram 43,6% (-9,5 milhões de euros). Dado o seu reduzido peso — 0,3% da receita fiscal cobrada —, esta diminuição não alterou a evolução global positiva da receita fiscal. O respetivo grau de execução foi de 87,7%, ficando a cobrança 1,7 milhões de euros abaixo do previsto;

[45] O crescimento destas rubricas orçamentais autárquicas está associado à crescente transferência de competências do poder central para o poder autárquico.
[46] Não são considerados neste grupo de receita, o valor das taxas, multas e outras penalidades, face à classificação da receita adotada no Mapa de Demonstração da Execução Orçamental da Receita do SNC-AP.
[47] No grupo dos municípios e grane dimensão
[48] Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Único de Circulação (IUC), Impostos Municipal sobra a Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT), Derrama, Impostos abolidos e Impostos diretos diversos.
[49] Impostos indiretos específicos das autarquias locais são taxas e licenças aplicadas a empresas e outras entidades coletivas. Trata-se de taxas como: relativas a mercados e feiras, loteamentos e licenças de obras, ocupação da via pública, publicidade, saneamento, utilização da rede viária municipal ou arrendamento urbano, entre outros.
[50] Excluindo a rubrica de Taxas, multas e outras penalidades.

- A receita fiscal representou, em média, 31,8% da receita municipal total, embora o seu peso variasse significativamente com a dimensão dos municípios. Em 2025, correspondeu a 13,6% da receita total dos municípios de pequena dimensão, 30,5% nos de média dimensão e 42,5% nos de grande dimensão. Estas diferenças traduzem graus distintos de autonomia e sustentabilidade financeira;

O *Ranking* R7 hierarquiza os 35 municípios com maior peso da receita fiscal na receita total cobrada em 2025.

R7 – Municípios que, em 2025, apresentaram maior peso de receitas provenientes de receita fiscal, no total da receita cobrada

	Município	Dim	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25			
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Loulé	M	64,1%	62,1%	62,5%	65,5%	64,6%	69,1%	70,0%	72,1%	64,1%	65,0%	67,0%
2	Cascais	G	75,0%	73,3%	65,1%	67,2%	67,8%	61,0%	65,4%	69,4%	58,5%	59,4%	60,9%
3	Grândola	P	39,4%	35,6%	55,0%	49,3%	46,7%	47,5%	61,1%	69,7%	65,6%	54,2%	60,4%
4	Lagos	M	53,8%	55,5%	56,2%	58,5%	61,1%	57,3%	59,1%	63,5%	57,4%	52,0%	56,2%
5	Oeiras	G	62,0%	58,3%	60,6%	65,7%	62,7%	55,8%	56,0%	60,3%	51,8%	43,4%	55,7%
6	Portimão	M	64,1%	41,0%	27,7%	72,3%	69,1%	63,3%	62,7%	67,9%	71,6%	58,7%	54,6%
7	Tavira	M	50,3%	54,6%	54,7%	60,8%	58,0%	48,6%	54,2%	56,0%	51,5%	51,5%	54,2%
8	Óbidos	P	39,3%	36,8%	39,1%	44,9%	41,1%	40,1%	47,9%	56,0%	58,5%	56,0%	53,2%
9	Castro Marim	P	34,5%	38,8%	34,6%	33,7%	34,3%	37,5%	44,7%	41,7%	45,6%	43,3%	51,6%
10	Vila Nova de Gaia	G	53,9%	41,9%	57,5%	55,4%	60,9%	57,6%	54,8%	48,7%	46,4%	47,1%	51,1%
11	Lisboa	G	51,5%	57,3%	56,4%	59,1%	42,5%	61,5%	58,8%	55,3%	57,2%	52,1%	48,6%
12	Porto	G	56,1%	50,7%	55,2%	63,6%	62,6%	53,6%	51,2%	54,1%	52,2%	50,5%	46,8%
13	Lagoa (Algarve)	M	54,5%	52,2%	49,3%	55,4%	53,7%	53,7%	53,1%	53,6%	52,0%	45,9%	46,7%
14	Faro	M	56,1%	60,2%	41,9%	63,1%	62,2%	56,5%	51,5%	50,3%	52,6%	47,0%	46,4%
15	Montijo	M	47,6%	48,6%	49,1%	59,4%	53,9%	44,1%	44,7%	45,0%	43,1%	44,1%	46,2%
16	Caldas da Rainha	M	42,4%	46,8%	45,5%	52,5%	51,9%	45,6%	42,6%	46,9%	47,0%	45,1%	45,9%
17	Maia	G	50,5%	65,1%	62,0%	62,4%	61,0%	56,4%	57,1%	53,8%	50,4%	42,2%	45,9%
18	Palmela	M	52,7%	49,6%	48,4%	51,1%	51,1%	48,2%	40,7%	47,7%	44,8%	41,0%	45,8%
19	Almada	G	52,1%	54,8%	55,0%	57,4%	61,2%	59,0%	47,5%	48,0%	48,8%	44,7%	44,8%
20	Albufeira	M	59,2%	49,9%	52,3%	53,4%	54,7%	52,1%	57,4%	58,1%	53,1%	52,5%	44,3%
21	Sesimbra	M	43,7%	42,5%	45,1%	47,1%	44,9%	44,7%	48,6%	46,4%	45,4%	40,7%	44,0%
22	Nazaré	P	26,3%	50,5%	48,2%	30,4%	20,5%	48,7%	47,3%	52,1%	51,2%	51,1%	43,5%
23	Porto Santo	P	60,2%	48,4%	47,3%	61,3%	40,3%	56,8%	42,7%	48,0%	49,0%	54,4%	43,0%
24	Aveiro	M	50,5%	61,2%	26,3%	49,2%	52,2%	46,6%	45,7%	43,2%	42,1%	38,6%	42,9%
25	Ílhavo	M	43,9%	44,6%	49,8%	43,2%	49,2%	45,3%	38,9%	47,1%	45,3%	33,7%	42,6%
26	Torres Vedras	M	36,0%	43,4%	48,1%	47,5%	45,5%	44,3%	40,2%	42,1%	42,4%	39,2%	42,5%
27	Vila do Bispo	P	34,9%	29,7%	34,9%	46,5%	38,1%	44,6%	49,0%	46,0%	50,4%	46,1%	42,3%
28	Setúbal	G	50,4%	49,7%	53,1%	45,4%	47,4%	44,2%	45,1%	40,3%	36,0%	38,8%	42,1%
29	Alcochete	M	45,7%	41,9%	42,8%	51,4%	45,8%	49,1%	47,9%	48,0%	40,8%	45,6%	41,8%
30	Odivelas	G	48,0%	48,5%	48,0%	51,8%	51,0%	47,6%	45,8%	44,9%	42,8%	40,4%	41,4%
31	Amadora	G	44,9%	41,4%	42,0%	42,9%	43,1%	42,8%	41,4%	46,3%	38,2%	40,9%	41,0%
32	Benavente	M	46,7%	48,1%	48,4%	44,7%	48,7%	44,3%	43,0%	43,6%	47,7%	43,2%	40,6%
33	Mafra	M	47,2%	49,0%	50,1%	51,9%	41,0%	49,8%	53,4%	48,8%	47,1%	41,1%	40,0%
34	Coimbra	G	54,1%	54,5%	61,3%	55,6%	59,3%	52,4%	41,4%	44,8%	35,3%	38,6%	39,6%
35	Leiria	G	48,4%	46,8%	50,2%	52,6%	48,4%	44,3%	39,9%	38,8%	40,8%	39,7%	38,9%
	Peso médio dos 308 Municípios		**35,7%**	**36,0%**	**36,5%**	**38,1%**	**36,6%**	**35,8%**	**34,8%**	**35,8%**	**33,9%**	**31,0%**	**31,8%**

Da análise do *Ranking* R7 conclui-se que:

- Dez dos 35 municípios deste *ranking* apresentaram um peso da receita fiscal superior a 50%. Em todos os restantes municípios portugueses, o peso ficou abaixo desse limiar. As médias por grupo foram de 13,6% nos municípios de pequena dimensão, 30,5% nos de média dimensão e 42,5% nos de grande dimensão. Todos os municípios do *ranking* superaram a média nacional de 31,8%;

- Loulé surge na primeira posição do *ranking*, em resultado do aumento de 18,0% da receita fiscal, associado sobretudo ao crescimento do IMT (+19,1 milhões de euros; +22,8%). O peso do IMT na receita total do município passou de 24,5% em 2015 para 50,0% em 2025. No mesmo ano, o IMI representou 15,2% da receita total de Loulé e aumentou 5,8% (+1,7 milhões de euros);
- Outros nove municípios apresentaram um peso da receita fiscal superior a 50%: Cascais (60,9%), Grândola (60,4%), Lagos (56,2%), Oeiras (55,7%), Portimão (54,6%), Tavira (54,2%), Óbidos (53,2%), Castro Marim (51,6%) e Vila Nova de Gaia (51,1%). Três destes municípios são de pequena dimensão: Grândola, Óbidos e Castro Marim;
- Catorze municípios deste *ranking* reduziram o peso da receita fiscal. As diminuições mais expressivas ocorreram em Porto Santo (-11,4 pp), Albufeira (-8,2 pp), Nazaré (-7,6 pp) e Portimão (-4,1 pp);
- Vinte e um dos 35 municípios aumentaram o peso da receita fiscal na receita total. Os acréscimos mais expressivos ocorreram em Oeiras (+12,3 pp), Ílhavo (+8,9 pp), Castro Marim (+8,3 pp) e Grândola (+6,2 pp).

Os quadros seguintes mostram o peso da receita fiscal na receita municipal das Regiões Autónomas. O *Ranking* R8 refere-se aos municípios dos Açores e o *Ranking* R9 aos da Madeira.

Da informação relativa a 2025 destaca-se o seguinte:

- Nos Açores, a receita municipal dependeu, em geral, pouco das receitas fiscais. Ponta Delgada constituiu a principal exceção até 2024, ano em que estas receitas representaram 40,3% da receita total, acima da média nacional de 31,0%. Em 2025, o peso diminuiu para 29,7%, menos 10,6 pp do que no ano anterior;
- Além de Ponta Delgada, apenas Lagoa (22,9%) e Horta (20,3%) apresentaram um peso da receita fiscal superior a 20%. Ribeira Grande registou 18,4%. Nos restantes municípios açorianos, o peso ficou abaixo da média regional de 17,6%;
- Na Região Autónoma da Madeira, o peso médio da receita fiscal foi de 30,9% em 2025, menos 0,9 pp do que a média nacional. Destacaram-se Porto Santo (43,0%), Funchal (38,4%) e Santa Cruz (36,4%). Nos restantes municípios madeirenses, o peso da receita fiscal ficou abaixo das médias nacional e regional.

R8 – Peso das receitas provenientes de receita fiscal no total da receita cobrada pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores

	Município	Dim	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25			
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Ponta Delgada	M	36,7%	36,1%	37,0%	39,5%	38,0%	38,6%	35,5%	38,9%	42,3%	40,3%	29,7%
2	Lagoa (R.A.A.)	P	18,3%	21,6%	23,4%	24,5%	22,1%	21,8%	18,4%	24,4%	19,4%	20,5%	22,9%
3	Horta	P	19,8%	23,4%	21,4%	24,7%	20,9%	24,3%	22,0%	22,4%	19,6%	22,2%	20,3%
4	Ribeira Grande	M	16,2%	15,2%	15,3%	18,5%	19,2%	16,3%	15,7%	18,8%	18,7%	19,5%	18,4%
5	Praia da Vitória	P	19,6%	17,5%	16,2%	18,3%	20,0%	14,7%	13,9%	16,5%	21,0%	18,7%	17,1%
6	Vila Franca do Campo	P	20,0%	24,8%	24,8%	24,3%	8,9%	9,4%	18,6%	20,8%	20,3%	18,8%	15,6%
7	Madalena	P	11,2%	13,1%	13,1%	13,8%	14,2%	14,2%	12,7%	14,7%	14,3%	14,1%	12,7%
8	Povoação	P	11,3%	12,2%	13,2%	13,4%	12,4%	13,1%	10,1%	13,5%	13,2%	13,2%	12,6%
9	Santa Cruz da Graciosa	P	13,9%	12,8%	14,4%	13,0%	13,1%	12,8%	12,4%	13,1%	11,3%	8,7%	12,6%
10	Angra do Heroísmo	M	18,7%	24,3%	26,1%	26,0%	28,2%	18,4%	19,9%	21,5%	19,7%	14,7%	12,2%
11	Nordeste	P	12,7%	12,1%	14,7%	5,1%	12,2%	11,7%	11,5%	13,6%	10,5%	10,8%	12,2%
12	São Roque do Pico	P	10,3%	9,7%	10,0%	10,2%	10,8%	11,8%	11,8%	15,1%	12,9%	12,8%	10,7%
13	Vila do Porto	P	12,4%	11,3%	11,7%	11,1%	11,6%	8,6%	9,2%	11,8%	11,2%	10,2%	9,8%
14	Lajes do Pico	P	8,1%	8,0%	7,7%	8,5%	10,9%	7,7%	7,3%	7,6%	7,3%	7,6%	9,3%
15	Velas	P	10,0%	8,3%	7,4%	7,8%	8,6%	8,2%	5,0%	6,2%	6,5%	7,3%	9,1%
16	Santa Cruz das Flores	P	6,5%	6,9%	6,6%	7,5%	7,2%	5,4%	5,8%	6,6%	7,8%	9,4%	7,1%
17	Lajes das Flores	P	5,3%	5,1%	4,5%	5,0%	3,9%	5,0%	4,2%	5,8%	5,9%	5,3%	6,0%
18	Calheta (R.A.A.)	P	10,3%	10,4%	10,1%	9,5%	9,0%	7,3%	6,3%	6,6%	5,7%	5,7%	5,2%
19	Corvo	P	1,2%	1,3%	4,0%	1,4%	1,2%	1,3%	1,4%	1,6%	2,1%	1,0%	1,0%
	Peso – municípios dos Açores		**19,2%**	**20,0%**	**20,7%**	**20,6%**	**20,0%**	**18,6%**	**18,2%**	**21,0%**	**20,3%**	**19,6%**	**17,6%**
	Peso – 308 Municípios		35,7%	36,0%	36,5%	38,1%	36,6%	35,8%	34,8%	35,8%	33,9%	31,0%	31,8%

R9 – Peso das receitas provenientes de receita fiscal no total da receita cobrada pelos Municípios da Região Autónoma da Madeira

	Município	Dim	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25			
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Porto Santo	P	60,2%	48,4%	47,3%	61,3%	40,3%	56,8%	42,7%	48,0%	49,0%	54,4%	43,0%
2	Funchal	G	44,0%	42,3%	44,6%	31,9%	38,6%	42,3%	49,1%	39,3%	40,7%	40,1%	38,4%
3	Santa Cruz	M	36,4%	41,1%	44,8%	33,8%	44,4%	38,5%	28,3%	37,9%	36,5%	35,3%	36,4%
4	Calheta (R.A.M.)	P	15,1%	16,5%	22,7%	22,5%	23,9%	24,0%	27,7%	32,5%	39,1%	32,9%	30,8%
5	Câmara de Lobos	M	24,0%	23,8%	19,1%	19,5%	24,0%	19,1%	20,1%	21,2%	21,1%	23,6%	23,2%
6	Ponta do Sol	P	13,2%	16,3%	20,7%	24,8%	24,0%	23,0%	20,9%	22,8%	23,6%	19,9%	22,1%
7	Ribeira Brava	P	19,5%	17,2%	25,8%	13,2%	24,5%	12,6%	14,9%	22,1%	13,5%	17,4%	19,9%
8	Machico	M	22,3%	23,7%	24,8%	27,2%	24,5%	19,7%	21,0%	23,6%	25,2%	23,3%	19,7%
9	Porto Moniz	P	6,6%	6,0%	14,6%	11,5%	10,4%	12,0%	11,1%	10,5%	15,8%	8,7%	12,7%
10	Santana	P	11,2%	9,7%	16,1%	12,8%	13,4%	8,9%	9,1%	11,2%	12,0%	10,5%	11,3%
11	São Vicente	P	11,3%	12,4%	10,8%	10,6%	11,6%	9,6%	8,8%	11,9%	16,0%	13,4%	10,2%
	Peso – municípios dos Madeira		**32,5%**	**32,7%**	**34,6%**	**28,3%**	**32,4%**	**31,4%**	**34,1%**	**32,4%**	**33,3%**	**32,1%**	**30,9%**
	Peso – 308 Municípios		35,7%	36,0%	36,5%	38,1%	36,6%	35,8%	34,8%	35,8%	33,9%	31,0%	31,8%

O *Ranking* R10 hierarquiza os 35 municípios com maior volume de receita fiscal em 2025.

R10 – Municípios com maior volume de receita fiscal em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25			
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Lisboa	G	365 899 273	378 025 970	460 644 326	476 127 016	443 859 992	451 590 202	484 535 692	521 858 194	546 083 248	554 130 769	613 068 162
2	Cascais	G	112 171 993	117 841 633	139 964 611	147 383 866	145 364 594	128 471 273	166 308 269	201 813 704	205 288 607	199 484 108	246 172 679
3	Porto	G	95 123 904	113 288 049	118 125 056	143 116 620	157 382 289	123 562 346	136 645 120	145 248 759	160 953 346	175 409 544	202 228 391
4	Oeiras	G	74 208 852	74 465 711	91 640 419	97 577 983	99 958 927	94 624 765	96 419 264	115 129 534	111 864 667	113 333 322	158 098 068
5	Sintra	G	89 908 006	89 530 136	95 030 155	101 001 117	102 649 159	100 510 908	108 451 154	123 117 426	118 064 181	129 679 631	150 329 192
6	Vila Nova de Gaia	G	66 395 775	68 296 808	75 650 944	81 623 486	88 717 696	83 626 715	94 785 060	97 879 083	97 691 197	109 998 814	140 889 004
7	Loulé	M	67 569 300	69 641 548	68 332 423	67 911 314	72 776 090	75 906 275	97 436 572	116 598 504	108 722 087	116 633 393	137 606 023
8	Loures	G	48 957 944	51 699 876	56 289 361	60 225 256	65 734 671	57 885 440	64 280 425	70 315 204	77 783 184	78 507 771	86 775 144
9	Matosinhos	G	52 410 184	50 339 584	55 361 947	58 703 843	63 394 113	55 166 983	59 107 234	60 457 587	70 068 457	69 230 572	85 910 306
10	Almada	G	43 255 731	44 692 085	48 289 531	55 573 339	62 648 865	55 087 375	62 648 930	69 363 293	66 173 912	70 416 727	80 583 527
11	Braga	G	37 813 954	41 216 680	45 242 595	48 926 316	51 646 757	50 482 218	53 949 723	55 807 947	61 251 378	62 994 264	74 752 322
12	Seixal	G	49 913 856	46 469 718	48 209 456	51 082 976	57 399 164	46 498 343	56 068 481	56 398 359	58 702 748	59 994 750	74 129 647
13	Coimbra	G	42 183 221	47 487 911	51 489 720	45 378 288	48 026 310	44 430 075	47 823 017	52 903 799	54 650 873	55 724 354	67 923 495
14	Maia	G	37 593 461	43 338 189	41 117 591	46 174 745	44 824 276	45 049 917	46 013 415	51 930 004	53 445 012	56 673 001	66 523 272
15	Amadora	G	34 293 468	32 590 397	35 377 215	37 848 087	40 192 703	39 805 214	38 125 938	47 969 152	41 146 101	49 702 893	61 805 259
16	Setúbal	G	41 074 369	41 425 174	43 101 214	40 284 195	43 485 360	41 774 373	45 760 820	48 631 002	45 367 771	50 066 816	60 943 796
17	Mafra	M	26 569 479	28 159 441	31 129 448	34 561 110	36 189 425	35 318 525	39 879 713	44 964 256	44 614 777	47 440 493	57 132 037
18	Albufeira	M	51 540 275	39 119 426	43 603 318	40 234 646	43 180 071	33 744 918	43 107 243	56 636 282	54 428 083	54 512 823	56 265 991
19	Funchal	G	30 995 098	30 913 133	34 227 701	32 658 788	33 665 431	32 713 943	50 262 972	45 814 469	51 331 272	52 380 030	56 178 052
20	Odivelas	G	31 535 086	31 262 932	34 651 205	40 484 961	40 877 421	39 937 492	43 198 259	48 404 034	46 011 017	47 927 751	55 595 703
21	Leiria	G	31 227 962	32 518 993	34 192 588	41 265 018	34 547 291	32 063 829	34 498 344	37 617 121	43 175 508	45 549 099	53 372 981
22	Vila Franca de Xira	G	24 562 703	25 676 677	29 740 652	34 362 348	35 435 478	32 435 589	32 386 164	43 935 962	39 562 327	39 744 886	52 041 669
23	Lagos	M	25 091 352	26 569 308	28 821 907	31 710 132	35 987 256	30 064 624	35 165 221	49 058 425	42 120 949	39 279 485	49 497 156
24	Portimão	M	32 690 985	33 869 340	38 760 039	42 860 719	38 931 009	36 157 918	38 738 711	53 214 213	65 464 551	44 376 924	48 951 858
25	Vila Nova de Famalicão	G	21 839 332	28 655 382	30 981 729	30 633 241	32 635 836	31 095 718	32 456 560	36 752 351	38 851 385	43 446 645	47 692 468
26	Guimarães	G	30 942 488	34 174 303	34 299 746	35 073 636	36 818 036	33 427 350	36 623 762	38 754 919	40 446 020	43 461 695	46 784 494
27	Aveiro	M	26 673 248	33 068 119	30 566 064	38 959 150	34 419 614	30 315 006	33 361 279	36 870 728	38 127 557	38 892 858	45 451 360
28	Santa Maria da Feira	G	24 954 906	26 795 171	28 547 204	29 724 004	30 291 220	30 634 005	33 785 154	35 287 221	36 191 680	36 780 938	44 876 076
29	Gondomar	G	21 592 521	23 351 833	24 887 832	29 367 034	31 511 059	33 477 998	32 656 725	34 377 719	33 613 440	36 324 214	42 940 604
30	Palmela	M	21 546 475	20 124 684	20 285 920	23 703 984	25 357 166	24 190 004	25 654 286	32 431 752	29 423 806	28 118 278	38 999 315
31	Faro	M	21 260 310	23 536 594	22 310 458	26 038 401	25 501 183	25 365 111	25 455 459	31 402 342	32 042 293	32 070 781	37 853 399
32	Torres Vedras	M	19 468 403	20 676 730	21 724 677	23 030 599	24 657 309	25 405 571	27 174 411	27 710 508	29 674 530	30 159 005	35 974 982
33	Sesimbra	M	17 786 490	18 207 608	20 345 972	22 425 345	22 638 636	22 723 349	27 775 718	30 864 771	29 320 507	30 323 587	35 912 425
34	Viseu	G	19 971 082	20 674 054	23 247 474	22 956 945	26 116 588	25 800 105	26 442 708	27 055 707	27 206 638	29 211 016	34 077 621
35	Vila do Conde	M	23 230 523	23 283 120	23 922 076	23 174 080	24 919 193	25 365 651	23 187 406	26 185 750	27 477 806	29 306 225	33 897 490

Em 2025, apenas sete municípios arrecadaram mais de 100 milhões de euros de receita fiscal. Lisboa destacou-se com 613,1 milhões de euros, mais 10,6% do que em 2024. A lista inclui 24 dos 25 municípios de grande dimensão, ficando de fora Barcelos. A diferença entre o primeiro e o último município do *ranking* foi de 579,2 milhões de euros. Cascais, na segunda posição, arrecadou 246,2 milhões de euros, o equivalente a 40,2% da coleta de Lisboa, e registou um crescimento de 23,4%. Vila do Conde, na 35.ª posição, arrecadou 33,9 milhões de euros, ou 5,5% do valor de Lisboa.

2.2.4.1. Evolução das componentes dos impostos diretos

Atendendo ao peso que os impostos diretos têm assumido no total das receitas autárquicas, apresenta-se, no Quadro 2.21, a evolução da cobrança de cada uma das suas componentes entre 2015 e 2025.

Quadro 2.21 – Valor das componentes dos impostos diretos entre 2015 e 2025

Unidade: milhões de euros

Impostos diretos	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25				Δ 24–25 %
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis)	1 533,2	1 487,9	1 456,2	1 509,9	1 489,0	1 497,2	1 480,3	1 488,3	1 504,3	1 500,3	1 588,7	5,9%
IUC (Imposto Único de Circulação)	240,6	244,5	260,5	276,3	287,2	283,7	291,0	311,1	334,3	341,3	356,6	4,5%
IMT (Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis)	583,0	655,5	853,4	1 003,9	1 010,4	974,6	1 344,9	1 696,5	1 714,4	1 728,5	2 307,5	33,5%
Derrama	208,4	275,0	323,9	308,4	354,1	346,8	297,5	375,3	420,5	481,3	495,6	3,0%
Impostos abolidos	0,8	0,8	3,5	1,4	1,1	1,0	0,2	0,6	0,3	0,2	0,5	163,2%
Impostos diretos diversos	0,1	0,3	0,4	0,3	0,2	0,5	0,5	0,3	0,3	0,3	0,4	27,7%
Total Impostos diretos (a)	**2 566,0**	**2 664,1**	**2 897,9**	**3 100,3**	**3 142,1**	**3 103,8**	**3 414,4**	**3 872,1**	**3 974,1**	**4 052,0**	**4 749,4**	**17,2%**
IMT/ IMI	38,0%	44,1%	58,6%	66,5%	67,9%	65,1%	90,9%	114,0%	114,0%	115,2%	145,2%	26,1%
IMI / Total Impostos Diretos	59,7%	55,9%	50,2%	48,7%	47,4%	48,2%	43,4%	38,4%	37,9%	37,0%	33,5%	–9,7%
IMT / Total Impostos Diretos	22,7%	24,6%	29,5%	32,4%	32,2%	31,4%	39,4%	43,8%	43,1%	42,7%	48,6%	13,9%
(IUC + Derrama + outros) / Total Impostos Diretos	17,5%	19,5%	20,3%	18,9%	20,5%	20,4%	17,3%	17,8%	19,0%	20,3%	18,0%	–11,6%
Total Impostos indiretos (b)	121,6	118,8	132,3	149,8	165,9	41,0	36,2	19,8	18,7	21,8	12,3	–43,6%
Total Impostos (c = a+b)	**2 687,6**	**2 782,9**	**3 030,1**	**3 250,1**	**3 308,0**	**3 144,7**	**3 450,6**	**3 891,9**	**3 992,7**	**4 073,8**	**4 761,7**	**16,9%**
IMI / Total de Impostos	57,0%	53,5%	48,1%	46,5%	45,0%	47,6%	42,9%	38,2%	37,7%	36,8%	33,4%	–9,4%
IMT / Total de Impostos	21,7%	23,6%	28,2%	30,9%	30,5%	31,0%	39,0%	43,6%	42,9%	42,4%	48,5%	14,2%

Quadro 2.22 – Valor das componentes dos impostos diretos, por grupo de municípios

Unidade: milhões de euros

	Pequenos	Médios	Grandes	Total Geral
IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis)	175,98	635,64	777,10	1 588,73
IUC (Imposto Único de Circulação)	48,25	142,77	165,58	356,60
IMT (Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis)	182,27	783,33	1 341,91	2 307,50
Derrama	29,15	120,29	346,20	495,64
Impostos abolidos	0,02	0,22	0,22	0,46
Impostos diretos diversos	0,25	0,05	0,14	0,45
Impostos Diretos – cobrados	**435,93**	**1 682,30**	**2 631,15**	**4 749,38**

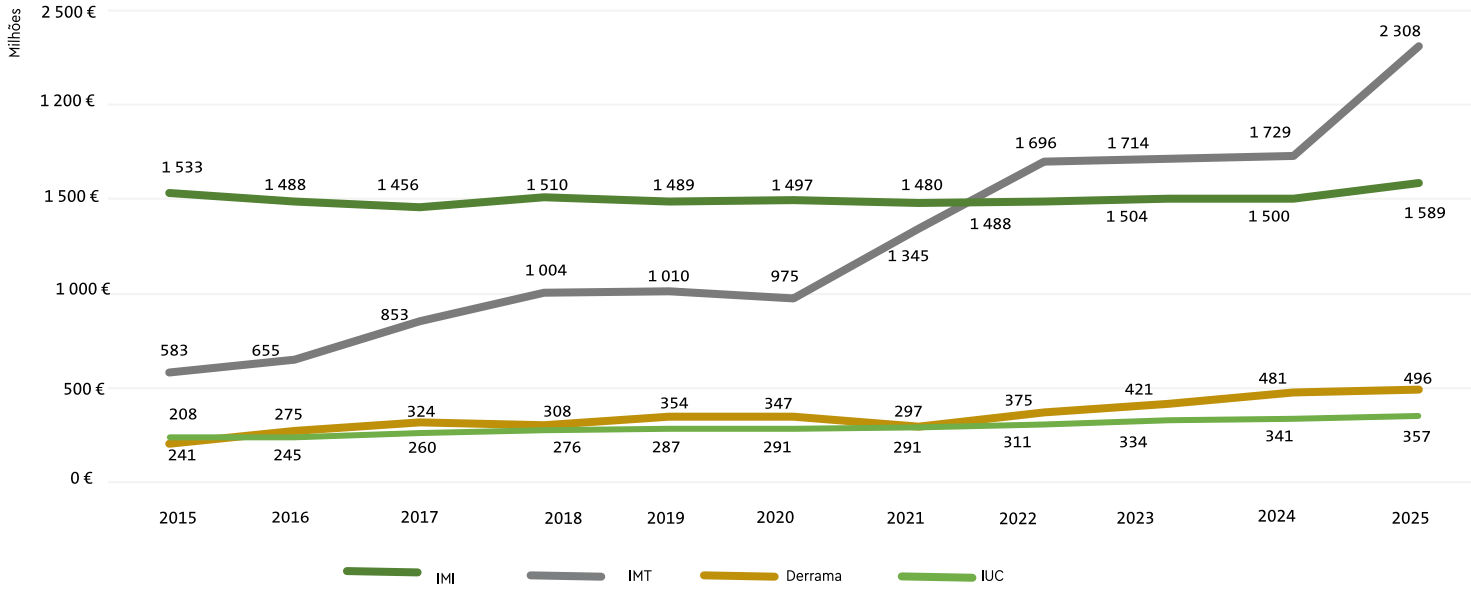
Quadro 2.23 – Peso de cada componente dos impostos diretos, por grupo de municípios

	Pequenos	Médios	Grandes	Total Geral
IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis)	40,4%	37,8%	29,5%	33,5%
IUC (Imposto Único de Circulação)	11,1%	8,5%	6,3%	7,5%
IMT (Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis)	41,8%	46,6%	51,0%	48,6%
Derrama	6,7%	7,2%	13,2%	10,4%
Impostos abolidos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Impostos diretos diversos	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%
Impostos Diretos – cobrados	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

A informação prestada no Quadro 2.21 está refletida no Gráfico 2.9 com vista a permitir uma melhor perceção da evolução das principais componentes da receita fiscal. A leitura conjugada do quadro e do gráfico permite concluir:

- **Em 2025, a receita de IMI aumentou 5,9%, para 1 588,7 milhões de euros, mais 88,4 milhões de euros do que em 2024. Entre 2016 e 2024, os montantes cobrados ficaram sempre abaixo do valor de 2015; apenas em 2025 a coleta superou esse valor, em 55,6 milhões de euros (+3,6%). O IMI representou 33,5% dos impostos diretos e manteve-se como a segunda maior componente, atrás do IMT;**
- **O IMT foi a rubrica da receita fiscal com maior valor arrecadado em 2025. O seu crescimento acentuado desde 2017 prosseguiu em 2018 e 2019, com acréscimos de 17,6% e 0,6%, respetivamente, ultrapassando então mil milhões de euros. Em 2020, diminuiu 35,8 milhões de euros (-3,5%), ficando abaixo desse limiar. A partir de 2021, retomou o crescimento. Em 2025, atingiu 2 307,5 milhões de euros, mais 579,0 milhões de euros (+33,5%) do que em 2024, e representou 48,6% dos impostos diretos;[51] [52]**
- **O IMT, cuja extinção chegou a estar prevista, manteve em 2025 um valor superior ao do IMI em 718,8 milhões de euros (+45,2%);[53]**
- O IUC aumentou 4,5% (+15,3 milhões de euros) em 2025, atingindo 356,6 milhões de euros. A taxa de crescimento foi superior em 2,4 pp à de 2024, e o imposto representou 7,5% dos impostos diretos municipais;
- Após o aumento de 32,0% da derrama em 2016 (+66,6 milhões de euros), a receita oscilou ligeiramente entre 2017 e 2022 e cresceu nos três anos seguintes. Em 2025, aumentou 3,0% (+14,3 milhões de euros), atingindo 495,6 milhões de euros e representando 10,4% dos impostos diretos. Entre 2015 e 2025, a derrama cresceu 137,8% (+287,2 milhões de euros).

Gráfico 2.9 – Evolução da cobrança dos impostos diretos entre 2015 e 2025



[51] Neste ano verificou-se um reforço extraordinário da tendência para o crescimento desta receita, já manifestada em 2014, em +30,2%, +198 milhões de euros.
[52] Como se pode verificar em 2021 com um acréscimo de +38% e em 2022 com o aumento + 26,1%, contribuindo, neste ano, para 43,8% do valor total coletado de impostos diretos.
[53] Anota-se que em 2014 o IMT representava, apenas, 33,2% do valor do IMI.

Da observação dos Quadros 2.22 e 2.23 conclui-se que, em 2025:

- **Nos municípios de pequena e de média dimensão, o valor do IMI foi, pela primeira vez, inferior ao do IMT, sendo a diferença mais acentuada no grupo dos municípios de média dimensão;**
- Nos municípios de grande dimensão, o IMT superou o IMI em 564,8 milhões de euros (+72,7%);
- A derrama representou 6,7% dos impostos diretos nos municípios de pequena dimensão, 7,2% nos municípios de média dimensão e 13,2% nos municípios de grande dimensão. No conjunto dos municípios, o respetivo peso foi de 10,4%;
- Nos municípios de grande dimensão, a derrama superou o IUC em 180,6 milhões de euros (+109,1%). Nos municípios de pequena e de média dimensão, pelo contrário, o IUC teve maior peso do que a derrama no total dos impostos diretos.

Os Gráficos 2.10 e 2.11 mostram a evolução das diferentes componentes da receita fiscal dos municípios das Regiões Autónomas entre 2015 e 2025.

Gráfico 2.10 – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos nos municípios da Região Autónoma dos Açores entre 2015 e 2025

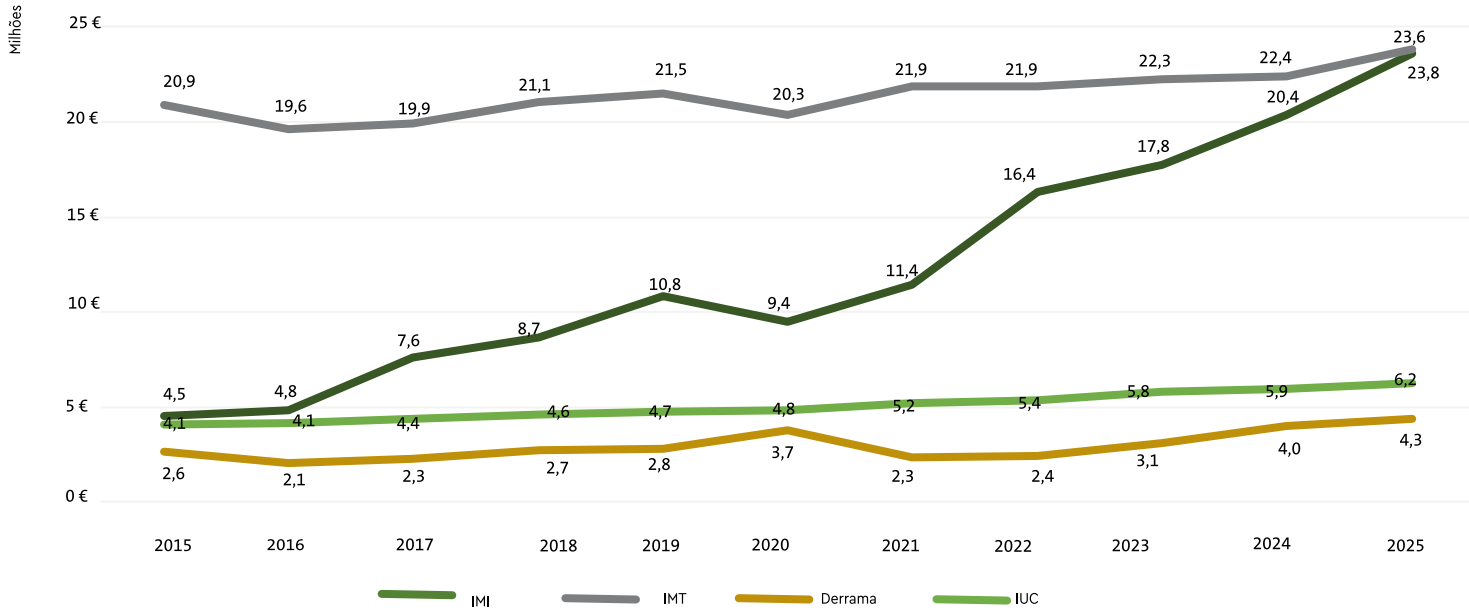
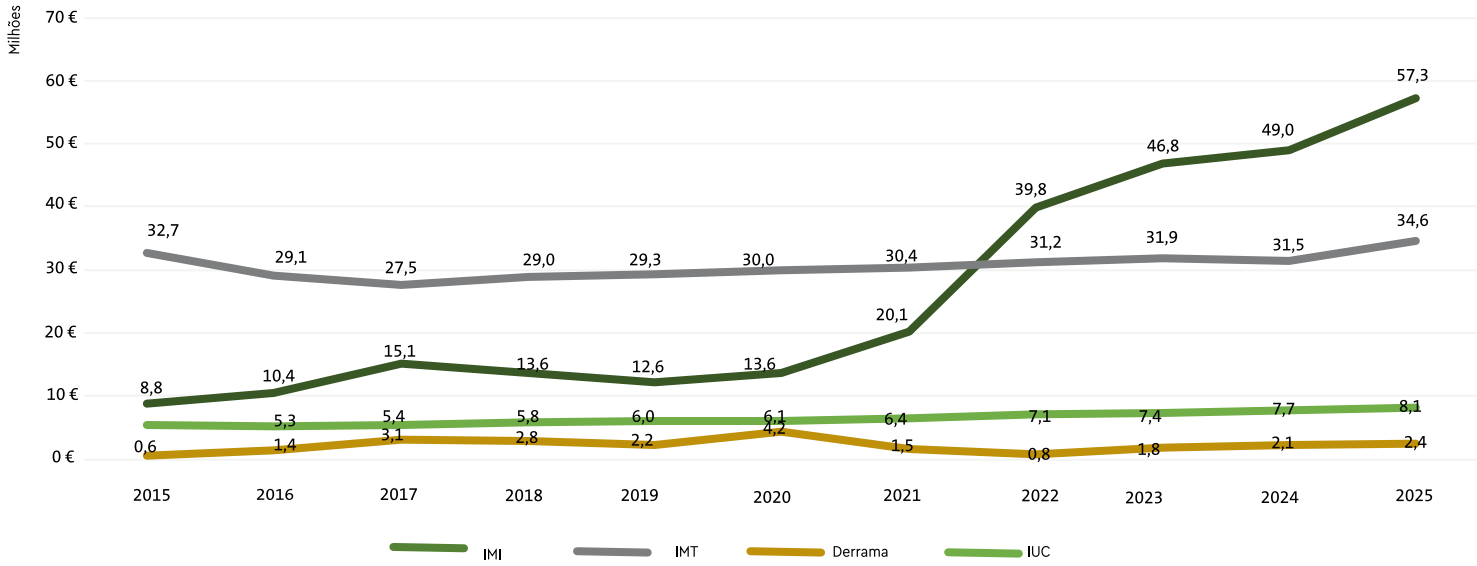


Gráfico 2.11 – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos nos municípios da Região Autónoma da Madeira entre 2015 e 2025



Da observação dos Gráficos 2.10 e 2.11 conclui-se, relativamente a 2025, que:

- Entre 2015 e 2022, a receita de IMI na Região Autónoma dos Açores apresentou uma evolução irregular. A partir de 2023, cresceu continuamente e, em 2025, aumentou 6,1% (+1,4 milhões de euros), atingindo 23,8 milhões de euros, o valor mais elevado dos últimos onze anos. Embora o IMI se tenha mantido acima do IMT, a diferença foi de apenas 217,0 milhares de euros, representando o IMT 99,1% do IMI;
- Na Região Autónoma da Madeira, a receita de IMI diminuiu 1,2 milhões de euros (-3,7%) entre 2015 e 2024. Esta evolução inverteu-se em 2025, quando o IMI aumentou 9,9% (+3,1 milhões de euros), para 34,6 milhões de euros, valor superior em 1,9 milhões de euros (+5,8%) ao de 2015. Desde 2022, o montante de IMT supera o de IMI nesta Região;
- Na Região Autónoma dos Açores, a receita de IMT cresceu continuamente desde 2015, exceto em 2020, quando diminuiu 1,4 milhões de euros (-12,7%). O crescimento foi retomado em 2021 e culminou, em 2025, numa coleta de 23,6 milhões de euros, mais 3,2 milhões de euros (+15,7%) do que em 2024. Entre 2015 e 2025, o IMT aumentou 19,1 milhões de euros (+425,6%);
- Na Região Autónoma da Madeira, a receita de IMT cresceu 547,6% (+48,4 milhões de euros) entre 2015 e 2025, sobretudo a partir de 2020. Desde 2022, o IMT supera o IMI; em 2025, a diferença foi de 22,7 milhões de euros, correspondendo o IMT a 165,6% do IMI. Nesse ano, o IMT aumentou 8,3 milhões de euros (+17,0%), totalizou 57,3 milhões de euros e representou 55,9% dos impostos diretos arrecadados na Região;
- **A derrama foi o imposto direto com menor valor de coleta nas duas Regiões Autónomas, representando, em 2025, 2,3% dos impostos diretos na Madeira e 7,5% nos Açores. Na Madeira, atingiu o valor máximo em 2020, com 4,2 milhões de euros, e diminuiu nos anos seguintes. Desde 2023, retomou o crescimento e, em 2025, aumentou 12,3%, para 2,4 milhões de euros;**[54]

[54] Representando 7,9% do total dos impostos diretos cobrados na Região da Madeira

Nos Açores, a derrama apresentou uma evolução igualmente irregular e atingiu o valor máximo em 2025: 4,3 milhões de euros, mais 329,5 milhares de euros (+8,2%) do que em 2024;

- O IUC apresentou uma tendência geral de crescimento em ambas as Regiões Autónomas, com valores mais elevados na Madeira. Nesta Região, totalizou 8,1 milhões de euros em 2025, mais 393,6 milhares de euros (+5,1%) do que em 2024, e representou 7,9% dos impostos diretos. Entre 2015 e 2025, aumentou 2,8 milhões de euros (+51,3%);
- **Nos Açores, o IUC aumentou 316,3 milhares de euros (+5,3%) em 2025, atingindo 6,2 milhões de euros e representando 10,8% dos impostos diretos. Entre 2015 e 2025, cresceu 2,2 milhões de euros (+53,0%).**

Os pontos anteriores analisaram as componentes dos impostos diretos. Nos subpontos seguintes, apresentam-se os impactos mais relevantes da sua evolução em diferentes grupos de municípios.

2.2.4.1.1. IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS: análise do impacto da sua variação por grupos de municípios e repercussões decorrentes da aplicação de taxas mais reduzidas

Relacionando as decisões dos municípios sobre a taxa de IMI aplicável em 2025 com a variação do montante cobrado, constata-se que:

- Nenhum município aumentou a taxa de IMI aplicável às cobranças de 2025;
- Dos 263 municípios que não reduziram a taxa de IMI aplicável às cobranças de 2025, 22 apresentaram uma diminuição do montante global cobrado;
- Quarenta e cinco municípios reduziram a taxa de IMI aplicável às cobranças de 2025; destes, dez apresentaram uma diminuição do montante total cobrado, conforme o Quadro 2.24;
- Os restantes 35 municípios que reduziram a taxa de IMI registaram, ainda assim, um aumento da coleta em 2025, conforme o Quadro 2.25.

O Quadro 2.24 apresenta os dez municípios que reduziram a taxa de IMI e registaram uma diminuição da receita deste imposto em 2025. As reduções da taxa variaram entre 0,010 e 0,060 pontos percentuais. A informação disponível nos relatórios de gestão não permitiu determinar o impacto da diminuição da receita na atividade municipal.

Quadro 2.24 – Municípios com redução da taxa de IMI e que apresentaram diminuição do montante cobrado em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	IMI cobrado			Taxa de IMI (prédios urbanos)		
			2024	2025	Variação 24-25 (%)	2023	2024	Variação 23-24
1	Vila Nova de Poiares	P	1 027 433	978 481	-4,8%	0,450%	0,390%	**-0,060%**
2	Vila Real de Santo António	M	9 004 097	8 886 065	-1,3%	0,500%	0,450%	**-0,050%**
3	Almada	G	30 799 708	29 293 949	-4,9%	0,350%	0,300%	**-0,050%**
4	Celorico da Beira	P	755 738	742 066	-1,8%	0,400%	0,350%	**-0,050%**
5	Portalegre	M	2 908 886	2 695 819	-7,3%	0,340%	0,300%	**-0,040%**
6	Mourão	P	267 214	246 769	-7,7%	0,350%	0,325%	**-0,025%**
7	Coruche	P	1 524 559	1 514 673	-0,6%	0,320%	0,300%	**-0,020%**
8	Caminha	P	3 704 580	3 604 880	-2,7%	0,410%	0,400%	**-0,010%**
9	Seia	M	2 429 071	2 389 987	-1,6%	0,350%	0,340%	**-0,010%**
10	Sobral de Monte Agraço	P	1 289 644	1 214 901	-5,8%	0,370%	0,360%	**-0,010%**

O Quadro 2.25 apresenta os 35 municípios que reduziram a taxa de IMI e, ainda assim, registaram um aumento da receita deste imposto em 2025.[55]

Quadro 2.25 – Municípios com redução da taxa de IMI e que apresentaram acréscimo do montante total cobrado em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	IMI cobrado			Taxa de IMI (prédios urbanos)		
			2024	2025	Variação 24–25 (%)	2023	2024	Variação 23–24
1	Elvas	M	2 332 732	2 409 159	3,3%	0,400%	0,350%	**–0,050%**
2	Vizela	M	2 500 572	2 568 291	2,7%	0,375%	0,350%	**–0,025%**
3	Trofa	M	5 828 747	5 844 506	0,3%	0,410%	0,390%	**–0,020%**
4	Alijó	P	875 500	897 708	2,5%	0,350%	0,330%	**–0,020%**
5	Faro	M	10 166 246	10 510 859	3,4%	0,320%	0,300%	**–0,020%**
6	Vidigueira	P	362 560	365 502	0,8%	0,320%	0,300%	**–0,020%**
7	Alcanena	P	1 902 843	1 945 674	2,3%	0,385%	0,375%	**–0,010%**
8	Alcochete	M	3 522 197	3 746 625	6,4%	0,350%	0,340%	**–0,010%**
9	Castro Marim	P	3 045 964	3 927 726	28,9%	0,400%	0,390%	**–0,010%**
10	Golegã	P	638 185	643 294	0,8%	0,350%	0,340%	**–0,010%**
11	Odivelas	G	20 768 986	21 408 221	3,1%	0,350%	0,340%	**–0,010%**
12	Ovar	M	8 085 910	8 426 147	4,2%	0,350%	0,340%	**–0,010%**
13	Santiago do Cacém	M	3 528 401	3 580 416	1,5%	0,320%	0,310%	**–0,010%**
14	Sousel	P	434 213	452 885	4,3%	0,370%	0,360%	**–0,010%**
15	Alpiarça	P	870 555	904 331	3,9%	0,380%	0,370%	**–0,010%**
16	Borba	P	572 094	589 955	3,1%	0,360%	0,350%	**–0,010%**
17	Cascais	G	49 250 488	51 877 657	5,3%	0,340%	0,330%	**–0,010%**
18	Espinho	M	4 174 678	4 252 433	1,9%	0,380%	0,370%	**–0,010%**
19	Évora	M	5 801 046	5 975 274	3,0%	0,380%	0,370%	**–0,010%**
20	Ílhavo	M	6 691 207	7 076 068	5,8%	0,310%	0,300%	**–0,010%**
21	Montijo	M	7 468 013	7 718 711	3,4%	0,330%	0,320%	**–0,010%**
22	Oliveira do Hospital	M	1 903 873	1 969 041	3,4%	0,330%	0,320%	**–0,010%**
23	Palmela	M	10 064 108	10 408 639	3,4%	0,310%	0,300%	**–0,010%**
24	Portimão	M	20 290 094	21 030 771	3,7%	0,390%	0,380%	**–0,010%**
25	Valongo	M	10 412 352	10 427 875	0,1%	0,360%	0,350%	**–0,010%**
26	Fornos de Algodres	P	519 324	543 942	4,7%	0,420%	0,410%	**–0,010%**
27	Gondomar	G	17 164 406	18 110 348	5,5%	0,370%	0,361%	**–0,008%**
28	Arruda dos Vinhos	P	1 793 326	1 882 277	5,0%	0,370%	0,365%	**–0,005%**
29	Cadaval	P	1 531 934	1 625 271	6,1%	0,355%	0,350%	**–0,005%**
30	Maia	G	21 401 747	22 584 287	5,5%	0,355%	0,350%	**–0,005%**
31	Seixal	G	24 542 189	26 162 971	6,6%	0,335%	0,330%	**–0,005%**
32	Matosinhos	G	26 283 007	27 510 397	4,7%	0,375%	0,370%	**–0,005%**
33	Vila Nova de Famalicão	G	15 897 831	16 892 121	6,3%	0,340%	0,335%	**–0,005%**
34	Santarém	M	7 990 934	8 085 217	1,2%	0,370%	0,368%	**–0,002%**
35	Loures	G	30 373 376	32 091 357	5,7%	0,363%	0,362%	**–0,001%**

Para avaliar o impacto potencial da redução das taxas de IMI, o Quadro 2.26 apresenta a diferença entre o valor efetivamente cobrado e o valor estimado que resultaria da aplicação da taxa máxima de 0,45%.

O quadro permite identificar, para cada município, a diferença estimada de receita e o correspondente valor médio por residente.[56]

[55] Também neste caso, não foi possível recolher qualquer informação no Relatório de Gestão sobre eventual impacto do custo ou benefício resultante desta redução de taxa.

[56] Esta poupança traduz um valor estatístico meramente indicativo pois não está referenciada apenas ao número de proprietários pagadores de IMI, mas ao total de população residente, incluindo não proprietários de imóveis e, por isso, não sujeitos a IMI. Por outro lado, não foi possível ver refletido nos respetivos relatórios de Relatório de Gestão a avaliação do impacto da redução da taxa deste imposto direto na atividade dos municípios.

Quadro 2.26 – Municípios com maior diferença entre o IMI cobrado e o IMI a cobrar se fosse aplicada a taxa máxima de 0,45%[57]

Unidade: euros

	Município	Dim.	Taxa aplicada (2024)	IMI cobrado c/ taxa aplicada	IMI cobrado se aplicada taxa 0,45%	Diferença (perda para o município)	Nº de habitantes (INE 2025)	Poupança por cidadão*
1	Lisboa	G	0,30%	143 133 765 €	214 700 647 €	71 566 882 €	658 236	109 €
2	Sintra	G	0,30%	46 916 488 €	70 374 732 €	23 458 244 €	449 956	52 €
3	Cascais	G	0,33%	51 877 657 €	70 742 259 €	18 864 602 €	242 619	78 €
4	Porto	G	0,32%	47 605 139 €	66 118 249 €	18 513 110 €	273 476	68 €
5	Oeiras	G	0,30%	32 534 174 €	48 801 261 €	16 267 087 €	188 056	87 €
6	Loulé	M	0,30%	31 217 070 €	46 825 605 €	15 608 535 €	94 447	165 €
7	Almada	G	0,30%	29 293 949 €	43 940 923 €	14 646 974 €	202 896	72 €
8	Coimbra	G	0,30%	27 602 723 €	41 404 085 €	13 801 362 €	156 359	88 €
9	Vila Nova de Gaia	G	0,36%	44 480 053 €	55 600 067 €	11 120 013 €	323 202	34 €
10	Albufeira	M	0,30%	21 023 960 €	31 535 940 €	10 511 980 €	63 375	166 €
11	Leiria	G	0,30%	19 502 508 €	29 253 762 €	9 751 254 €	145 861	67 €
12	Braga	G	0,33%	26 775 754 €	36 512 392 €	9 736 638 €	212 635	46 €
13	Funchal	G	0,30%	19 034 247 €	28 551 371 €	9 517 124 €	113 443	84 €
14	Seixal	G	0,33%	26 162 971 €	35 676 779 €	9 513 808 €	198 254	48 €
15	Amadora	G	0,30%	18 647 411 €	27 971 117 €	9 323 706 €	205 517	45 €
16	Vila Franca de Xira	G	0,30%	17 592 629 €	26 388 944 €	8 796 315 €	152 007	58 €
17	Guimarães	G	0,32%	19 955 393 €	28 062 271 €	8 106 878 €	165 554	49 €
18	Loures	G	0,36%	32 091 357 €	39 892 571 €	7 801 214 €	236 988	33 €
19	Viseu	G	0,30%	15 170 712 €	22 756 068 €	7 585 356 €	109 166	69 €
20	Odivelas	G	0,34%	21 408 221 €	28 334 410 €	6 926 189 €	185 736	37 €
21	Maia	G	0,35%	22 584 287 €	29 036 940 €	6 452 653 €	142 129	45 €
22	Lagos	M	0,30%	12 218 062 €	18 327 093 €	6 109 031 €	40 729	150 €
23	Matosinhos	G	0,37%	27 510 397 €	33 458 591 €	5 948 194 €	181 930	33 €
24	Vila do Conde	M	0,30%	11 808 400 €	17 712 600 €	5 904 200 €	86 245	68 €
25	Vila Nova de Famalicão	G	0,34%	16 892 121 €	22 690 909 €	5 798 788 €	143 801	40 €
26	Póvoa de Varzim	M	0,30%	10 928 714 €	16 393 071 €	5 464 357 €	72 364	76 €
27	Faro	M	0,30%	10 510 859 €	15 766 289 €	5 255 430 €	80 256	65 €
28	Aveiro	M	0,35%	18 341 308 €	23 581 681 €	5 240 374 €	91 397	57 €
29	Palmela	M	0,30%	10 408 639 €	15 612 958 €	5 204 319 €	77 044	68 €
30	Setúbal	G	0,37%	22 013 536 €	26 773 219 €	4 759 683 €	141 266	34 €
31	Gondomar	G	0,36%	18 110 348 €	22 548 457 €	4 438 109 €	170 597	26 €
32	Santa Maria da Feira	G	0,37%	18 993 990 €	23 417 248 €	4 423 258 €	142 676	31 €
33	Ponta Delgada	M	0,30%	8 533 244 €	12 799 866 €	4 266 622 €	71 695	60 €
34	Silves	M	0,30%	8 439 720 €	12 659 580 €	4 219 860 €	45 884	92 €
35	Barcelos	G	0,33%	11 211 257 €	15 288 078 €	4 076 821 €	122 487	33 €

* Este valor é meramente indicativo e deve ser interpretado com prudência. Nem todos os residentes são sujeitos passivos de IMI; por isso, o montante não corresponde a uma poupança individual generalizável. Pode também representar um custo de oportunidade coletivo, na medida em que reduz os recursos disponíveis para a prestação municipal de bens e serviços públicos.

Atendendo ao peso do IMI nas receitas municipais, o *Ranking* R11 apresenta os 35 municípios com maior volume desta receita em 2025 e o respetivo peso na receita total. Nesse ano, o IMI representou, em média, 10,6% da receita municipal total, e 276 municípios aumentaram a respetiva coleta.

[57] Considerada toda a população residente e não só os proprietários de imóveis

R11 – Municípios com maior receita cobrada de IMI em 2025

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25				IMI / Rec. total
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
1 Lisboa	G	115 934 000	114 082 470	117 964 910	122 142 480	123 062 580	124 645 533	124 251 807	128 142 073	129 426 856	137 597 902	143 133 765	11,3%
2 Cascais	G	51 206 707	50 350 728	49 900 144	51 528 032	50 778 344	49 925 315	49 111 924	50 159 232	49 520 153	49 250 488	51 877 657	12,8%
3 Porto	G	43 740 075	43 965 030	40 046 978	42 372 886	40 675 816	41 441 710	40 981 753	41 572 072	42 669 030	44 052 881	47 605 139	11,0%
4 Sintra	G	52 882 244	49 471 491	46 838 347	47 025 584	46 487 787	47 089 015	42 879 929	43 462 397	43 955 866	44 191 005	46 916 488	10,3%
5 Vila Nova de Gaia	G	43 861 125	43 307 581	43 773 455	45 672 960	44 974 213	42 962 023	42 138 648	41 644 566	42 526 806	41 210 303	44 480 053	16,1%
6 Oeiras	G	32 016 641	31 892 724	30 981 893	31 288 384	31 180 155	31 132 469	29 596 779	29 760 166	30 125 533	29 699 954	32 534 174	11,5%
7 Loures	G	28 856 260	28 322 809	28 382 946	29 668 433	29 477 117	29 683 770	29 501 772	29 734 506	30 031 415	30 373 376	32 091 357	12,6%
8 Loulé	M	35 033 212	34 201 269	27 210 519	28 896 228	28 421 181	28 463 190	28 218 949	28 686 309	29 487 596	29 513 318	31 217 070	15,2%
9 Almada	G	30 965 540	30 177 894	29 387 980	30 613 403	30 688 466	30 876 150	31 155 588	31 427 713	29 428 315	30 799 708	29 293 949	16,3%
10 Coimbra	G	27 594 885	27 994 287	28 054 565	27 603 358	25 304 797	25 339 918	25 340 313	25 607 404	25 876 560	25 498 123	27 602 723	16,1%
11 Matosinhos	G	29 395 815	29 577 790	28 586 142	28 380 944	26 455 924	24 949 252	23 425 761	23 690 872	25 985 020	26 283 007	27 510 397	12,2%
12 Braga	G	22 046 011	21 956 281	22 617 931	23 854 805	24 210 263	24 849 176	24 600 938	24 305 312	24 887 094	24 741 998	26 775 754	12,3%
13 Seixal	G	27 210 264	26 771 110	26 136 636	27 357 664	26 786 753	26 386 025	25 865 694	24 185 363	24 547 397	24 542 189	26 162 971	11,9%
14 Maia	G	21 255 304	21 313 443	21 039 491	21 895 457	21 910 027	21 654 610	21 716 529	21 678 421	20 952 826	21 401 747	22 584 287	15,6%
15 Setúbal	G	25 288 844	25 538 648	24 056 013	24 182 970	23 551 671	23 598 053	23 365 587	21 285 994	21 435 406	20 721 652	22 013 536	15,2%
16 Odivelas	G	20 057 927	19 411 934	19 498 757	20 527 651	20 585 006	20 839 413	20 601 817	20 869 817	20 474 002	20 768 986	21 408 221	15,9%
17 Mafra	M	19 331 890	19 010 904	17 628 124	18 810 687	18 831 251	19 090 441	19 194 561	19 883 087	19 779 249	19 829 046	21 254 003	14,9%
18 Portimão	M	24 149 499	24 316 747	23 223 226	23 180 997	23 441 530	23 025 572	22 291 507	20 999 790	21 908 920	20 290 094	21 030 771	23,5%
19 Albufeira	M	30 078 750	22 498 979	18 422 930	19 916 141	18 726 443	18 592 087	18 824 102	18 955 689	19 462 235	19 477 592	21 023 960	16,5%
20 Guimarães	G	19 505 172	19 462 597	18 608 934	19 358 992	19 153 256	19 522 866	18 556 027	19 044 639	19 197 608	18 630 551	19 955 393	12,4%
21 Leiria	G	19 705 079	19 335 588	19 445 528	20 771 563	16 959 644	17 013 306	17 251 712	17 506 590	17 948 360	17 713 754	19 502 508	14,2%
22 Funchal	G	17 928 257	16 531 684	15 136 464	16 077 230	16 286 554	16 523 813	16 740 115	17 140 654	17 265 077	17 602 145	19 034 247	13,0%
23 Santa Maria da Feira	G	16 860 431	16 882 116	16 895 465	17 974 831	16 309 749	17 241 761	17 076 079	17 387 937	17 608 926	17 551 699	18 993 990	15,3%
24 Amadora	G	22 308 794	19 369 133	18 909 221	19 157 084	18 610 423	18 419 750	17 622 807	17 758 257	17 394 043	17 764 917	18 647 411	12,4%
25 Aveiro	M	17 546 028	21 301 080	19 468 494	20 605 279	18 335 582	18 440 831	18 455 662	19 058 477	19 163 674	16 983 352	18 341 308	17,3%
26 Gondomar	G	14 253 724	14 290 736	14 149 586	17 501 303	17 649 305	17 927 648	18 037 845	17 800 087	17 611 396	17 164 406	18 110 348	13,3%
27 Vila Franca de Xira	G	14 443 811	14 524 970	14 867 382	15 529 635	15 940 896	16 147 831	16 396 309	16 529 883	16 813 116	16 499 585	17 592 629	12,0%
28 V. Nova de Famalicão	G	14 488 695	14 284 462	15 236 655	15 117 777	15 058 368	15 517 947	15 372 246	16 030 718	15 612 542	15 897 831	16 892 121	10,4%
29 Viseu	G	12 777 084	12 558 576	12 834 970	13 330 139	13 392 915	13 615 006	13 592 566	13 829 947	14 148 103	14 094 331	15 170 712	15,5%
30 Sesimbra	M	12 967 250	13 161 459	13 784 499	13 625 388	13 575 355	13 575 969	13 688 109	13 914 789	14 269 739	14 141 480	14 908 651	18,3%
31 Figueira da Foz	M	12 476 859	12 086 006	11 994 428	12 615 042	12 622 526	12 791 150	13 059 962	13 142 811	13 388 102	13 351 478	14 202 649	17,9%
32 Viana do Castelo	M	11 675 371	11 333 334	11 644 702	11 987 653	11 986 460	12 358 645	12 171 258	12 609 473	12 528 576	12 186 615	13 566 572	12,0%
33 Torres Vedras	M	13 390 864	12 797 059	12 864 985	13 440 150	12 816 845	13 489 724	12 023 929	12 123 455	12 742 797	12 615 617	13 261 666	15,7%
34 Lagos	M	13 657 097	12 808 637	12 674 676	12 595 765	12 520 846	12 700 735	12 204 032	11 686 683	11 519 250	11 286 351	12 218 062	13,9%
35 Vila do Conde	M	15 671 515	14 318 173	13 815 824	13 293 599	12 518 221	11 787 235	11 196 420	10 694 949	10 795 002	10 895 663	11 808 400	11,7%
Total 308 municípios		**1 533 173 843**	**1 487 946 582**	**1 456 156 291**	**1 509 900 805**	**1 488 978 069**	**1 497 206 773**	**1 480 259 151**	**1 488 333 149**	**1 504 283 239**	**1 500 328 954**	**1 588 727 219**	**10,6%**

Da análise do *Ranking* R11, relativo aos 35 municípios com maior receita de IMI em 2025, conclui-se que:

- Com exceção de Sintra e Vila Nova de Famalicão, os restantes 33 municípios apresentaram um peso do IMI na receita total superior à média nacional de 10,6%;
- Lisboa foi o município que mais IMI arrecadou em termos absolutos, com 143,1 milhões de euros. A receita aumentou 4,0% (+5,5 milhões de euros) e representou 11,3% da receita total municipal, mais 0,7 pp do que a média nacional;
- Cascais manteve a segunda posição, com 51,9 milhões de euros, o equivalente a 36,2% do valor cobrado por Lisboa. O IMI representou 12,8% da sua receita total e aumentou 5,3% (+2,6 milhões de euros) face ao ano anterior;
- O Porto ocupou a terceira posição, com 47,6 milhões de euros, correspondentes a 33,3% do valor cobrado por Lisboa. A receita de IMI aumentou 8,1% (+3,6 milhões de euros);

- Vila do Conde, na 35.ª posição, arrecadou 11,8 milhões de euros, apenas 8,2% do valor cobrado por Lisboa;
- Em Portimão, o IMI representou 23,5% da receita total, constituindo uma parcela particularmente relevante. Nos restantes 34 municípios do *ranking*, o peso ficou abaixo de 20%; ainda assim, atingiu 18,3% em Sesimbra, 17,9% na Figueira da Foz e 17,3% em Aveiro.

Os *Rankings* R12 e R13 ilustram a variação da coleta do IMI nos municípios das respetivas Regiões Autónomas entre 2015 e 2025.

R12 – Receita cobrada de IMI dos Municípios da Região Autónoma dos Açores em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25				IMI / Rec. total
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
1	Ponta Delgada	M	7 094 669	6 740 522	6 937 149	7 410 995	7 433 234	7 511 214	7 567 900	7 713 968	7 869 433	8 098 465	8 533 244	11,4%
2	Angra do Heroísmo	M	2 438 505	2 278 614	2 439 762	2 550 568	2 756 208	1 493 384	2 906 153	2 555 518	2 615 656	2 608 716	2 795 211	5,4%
3	Ribeira Grande	M	1 933 246	1 793 762	1 819 971	1 953 488	1 975 732	2 004 881	2 015 681	2 085 375	2 098 087	2 088 830	2 268 928	6,6%
4	Praia da Vitória	P	1 457 394	1 340 158	1 374 656	1 486 778	1 479 138	1 534 693	1 557 161	1 557 252	1 663 079	1 587 302	1 690 155	8,8%
5	Lagoa (R.A.A.)	P	1 259 824	1 230 135	1 233 362	1 290 405	1 307 183	1 334 274	1 357 319	1 397 913	1 444 440	1 498 652	1 590 420	8,2%
6	Vila Franca do Campo	P	1 425 647	1 431 658	1 350 451	1 349 550	1 399 265	1 489 721	1 389 143	1 439 138	1 377 369	1 352 307	1 455 687	8,7%
7	Horta	P	1 272 170	1 205 932	1 190 333	1 262 687	1 248 869	1 281 754	1 289 810	1 282 989	1 295 502	1 276 230	1 357 602	7,1%
8	Madalena	P	530 653	491 690	509 775	541 572	568 140	575 575	584 376	591 078	608 478	646 092	627 626	6,0%
9	Povoação	P	494 323	470 879	474 234	495 096	489 543	507 869	462 029	510 339	527 428	520 130	546 659	5,0%
10	Nordeste	P	509 569	494 915	445 701	458 820	443 126	447 802	448 358	458 171	437 840	455 916	477 841	5,0%
11	Vila do Porto	P	454 294	393 978	391 487	407 135	427 654	361 950	450 506	459 530	460 825	453 834	468 988	4,5%
12	Sta. Cruz da Graciosa	P	402 611	348 841	357 853	368 669	370 733	371 951	375 575	382 217	386 659	371 393	394 914	5,9%
13	São Roque do Pico	P	314 037	282 757	295 928	329 530	318 823	332 081	347 490	343 239	362 443	360 393	379 122	4,3%
14	Velas	P	323 169	282 487	289 737	311 910	317 597	319 562	319 064	333 019	331 076	323 529	352 040	3,9%
15	Lajes do Pico	P	348 496	277 780	287 307	302 760	396 799	304 349	306 882	311 763	314 701	311 733	333 410	3,0%
16	Calheta (R.A.A.)	P	420 284	346 709	320 615	330 074	300 312	222 129	222 058	218 030	219 095	208 421	232 549	2,8%
17	Santa Cruz das Flores	P	130 928	119 721	127 074	126 961	132 068	131 704	136 786	133 905	136 508	139 474	157 036	3,5%
18	Lajes das Flores	P	100 822	75 891	89 536	94 821	96 818	99 440	101 516	104 107	115 236	108 596	121 645	2,5%
19	Corvo	P	16 367	13 203	14 098	15 422	15 780	15 439	15 811	15 633	17 037	14 825	16 678	0,5%
IMI Total (Açores)			**20 927 009**	**19 619 632**	**19 949 031**	**21 087 241**	**21 477 022**	**20 339 770**	**21 853 619**	**21 893 185**	**22 280 893**	**22 424 836**	**23 799 752**	**7,1%**
(%) IMI Açores / IMI total			**1,36%**	**1,32%**	**1,37%**	**1,40%**	**1,44%**	**1,36%**	**1,48%**	**1,47%**	**1,48%**	**1,49%**	**1,50%**	**--**

R13 – Receita cobrada de IMI dos Municípios da Região Autónoma da Madeira em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25				IMI / Rec. total
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
1	Funchal	G	17 928 257	16 531 684	15 136 464	16 077 230	16 286 554	16 523 813	16 740 115	17 140 654	17 265 077	17 602 145	19 034 247	13,0%
2	Santa Cruz	M	4 558 287	4 240 488	4 253 864	4 662 472	4 601 879	4 690 568	4 745 824	4 904 101	5 023 859	4 898 388	5 401 608	12,8%
3	Câmara de Lobos	M	2 223 324	1 921 174	1 853 042	1 488 315	1 905 534	2 061 699	1 992 485	2 016 414	2 085 326	2 030 255	2 174 485	8,9%
4	Machico	M	1 688 938	1 568 355	1 622 785	1 759 181	1 701 562	1 710 206	1 738 370	1 933 961	1 901 185	1 856 538	1 978 496	8,8%
5	Porto Santo	P	2 395 552	1 545 436	1 410 013	1 474 824	1 347 630	1 391 856	1 484 651	1 471 283	1 460 220	1 454 390	1 692 588	17,2%
6	Calheta (R.A.M.)	P	1 021 061	908 083	866 934	959 912	962 587	1 004 782	1 057 172	1 113 680	1 215 103	1 217 933	1 348 273	5,5%
7	Ribeira Brava	P	872 029	760 315	728 211	782 645	788 112	804 135	818 672	820 101	847 518	818 822	899 520	6,2%
8	Ponta do Sol	P	700 794	566 663	576 102	622 539	615 216	632 994	652 602	654 017	668 566	649 081	721 089	5,3%
9	São Vicente	P	486 038	424 814	434 163	449 651	460 421	470 160	481 382	487 254	513 922	515 331	533 802	4,0%
10	Santana	P	537 129	423 624	400 308	424 038	413 248	421 699	415 329	431 084	438 324	433 248	455 969	3,9%
11	Porto Moniz	P	260 799	232 261	237 528	255 490	249 843	250 590	264 130	209 563	447 608	-20 935	336 237	3,0%
IMI Total (Madeira)			**32 672 208**	**29 122 897**	**27 519 415**	**28 956 297**	**29 332 587**	**29 962 501**	**30 390 732**	**31 182 112**	**31 866 708**	**31 455 196**	**34 576 316**	**10,3%**
(%) IMI Madeira / IMI total			**2,13%**	**1,96%**	**1,89%**	**1,92%**	**1,97%**	**2,00%**	**2,05%**	**2,10%**	**2,12%**	**2,10%**	**2,17%**	**--**

Relativamente à coleta de IMI nos municípios das Regiões Autónomas, em 2025, destaca-se o seguinte:

- Ponta Delgada continuou a ser o município açoriano em que o IMI apresentou maior peso na receita total (11,4%), acima da média nacional (10,6%) e da média regional (7,1%). No Corvo, o peso foi de apenas 0,5%. Além de Ponta Delgada, Praia da Vitória (8,8%), Vila Franca do Campo (8,7%) e Lagoa (8,2%) superaram a média regional;
- Com exceção da Madalena, onde o IMI diminuiu 2,9%, todos os municípios açorianos aumentaram esta receita em 2025. Em onze municípios, a taxa de crescimento superou a média regional de 6,1%. No conjunto da Região, o IMI aumentou 1,4 milhões de euros;
- Todos os municípios da Região Autónoma da Madeira aumentaram a coleta de IMI. No conjunto da Região, esta receita cresceu 9,9% (+3,1 milhões de euros), para 34,6 milhões de euros;
- Na Região Autónoma da Madeira, o IMI representou, em média, 10,3% da receita total, menos 0,3 pp do que a média nacional. O peso superou as médias regional e nacional no Funchal (13,0%) e em Santa Cruz (12,8%);
- **A coleta de IMI na Região Autónoma da Madeira (34,6 milhões de euros) superou a da Região Autónoma dos Açores (23,8 milhões de euros) em 10,8 milhões de euros (+45,3%).**

Apresenta-se, de seguida, o *Ranking* R14, com os 32 municípios que registaram uma diminuição da coleta de IMI em 2025, apesar de esta receita ter aumentado 5,9% (+88,4 milhões de euros) no conjunto dos municípios.

Como mostra o Quadro 2.29, o número de municípios com diminuição da coleta de IMI caiu de 197, em 2024, para 32, em 2025, o que corresponde a uma redução de 165 municípios (-83,8%).[58]

[58] Em 2024, ao invés o número de municípios com descida do valor do IMI tinha crescido +137,3%, isto é tinha aumentado em 114 municípios.

R14 – Municípios com maior diminuição da coleta de IMI em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25				Δ 24–25
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
1	Penafiel	M	4 978 957	5 038 298	5 167 337	5 574 828	5 638 385	5 892 102	6 034 998	6 085 707	6 247 203	6 446 411	4 906 724	–1 539 687
2	Almada	G	30 965 540	30 177 894	29 387 980	30 613 403	30 688 466	30 876 150	31 155 588	31 427 713	29 428 315	30 799 708	29 293 949	–1 505 759
3	Benavente	M	4 612 991	4 454 805	4 464 941	4 436 585	4 333 031	4 557 836	4 330 273	4 326 313	4 585 024	5 245 512	4 477 335	–768 178
4	Beja	M	3 617 701	3 608 065	3 472 130	3 434 703	3 415 833	3 353 365	3 354 743	3 230 002	3 105 794	3 064 506	2 642 522	–421 984
5	Melgaço	P	1 034 000	1 337 135	1 068 184	697 423	888 331	1 005 774	1 062 120	1 045 620	1 542 040	1 505 834	1 197 242	–308 591
6	Vila Pouca de Aguiar	P	1 263 926	886 455	893 890	928 859	370 337	894 725	907 297	910 984	856 459	1 539 513	1 309 076	–230 437
7	Portalegre	M	3 232 870	3 224 009	3 176 153	3 443 988	3 342 884	3 362 164	3 405 319	3 359 000	3 168 669	2 908 886	2 695 819	–213 067
8	Montalegre	P	1 053 653	813 592	764 187	583 752	445 392	770 126	790 973	815 382	839 177	1 178 752	979 206	–199 545
9	Pampilhosa da Serra	P	391 567	332 547	336 361	350 282	309 060	342 204	357 205	357 203	327 850	618 721	427 066	–191 654
10	Trancoso	P	773 397	789 535	720 318	669 497	639 222	776 154	754 680	752 942	781 998	985 238	862 183	–123 056
11	Vila Real de Sto. António	M	7 636 981	7 832 052	7 326 001	7 399 055	8 233 064	8 560 720	8 817 993	8 873 949	8 627 581	9 004 097	8 886 065	–118 032
12	Caminha	P	2 884 677	2 685 619	2 682 615	2 863 149	3 636 837	3 825 793	3 858 009	3 888 454	3 966 439	3 704 580	3 604 880	–99 700
13	Sobral de Monte Agraço	P	1 071 179	1 028 969	1 034 326	1 090 474	1 038 609	1 130 746	1 152 409	1 162 595	1 152 137	1 289 644	1 214 901	–74 743
14	Mondim de Basto	P	510 425	453 710	504 982	460 283	472 943	499 566	510 656	507 769	506 417	639 087	565 505	–73 582
15	Resende	P	1 137 257	1 048 304	979 924	1 043 938	1 033 794	1 049 622	961 790	964 748	966 412	1 051 670	983 800	–67 870
16	Redondo	P	818 665	562 888	488 576	475 061	442 500	423 402	386 526	410 474	403 782	404 081	338 021	–66 060
17	Vila Nova de Poiares	P	1 078 997	1 030 206	1 042 708	1 088 177	948 769	976 419	1 008 731	1 007 712	1 034 442	1 027 433	978 481	–48 952
18	Aljezur	P	1 745 856	1 713 550	1 550 469	1 641 798	1 599 312	1 580 501	1 622 923	1 414 358	1 438 430	1 575 214	1 531 423	–43 792
19	Penela	P	559 926	493 879	507 157	536 315	548 162	566 622	580 524	546 902	560 129	693 571	652 149	–41 423
20	Seia	M	3 078 615	2 882 074	2 736 030	2 844 509	2 675 513	2 511 851	2 427 591	2 386 564	2 352 823	2 429 071	2 389 987	–39 084
21	Boticas	P	457 735	402 079	377 866	399 040	383 188	415 398	417 198	431 716	549 285	519 911	492 420	–27 491
22	Alcoutim	P	254 804	166 047	176 374	186 030	192 462	191 679	193 734	197 079	198 592	207 212	181 900	–25 312
23	Mourão	P	227 990	311 721	195 575	211 421	300 093	279 718	259 739	241 060	353 477	267 214	246 769	–20 445
24	Madalena	P	530 653	491 690	509 775	541 572	568 140	575 575	584 376	591 078	608 478	646 092	627 626	–18 466
25	Oleiros	P	391 189	621 931	312 208	153 401	331 459	368 243	291 670	475 983	379 990	442 700	425 686	–17 014
26	Tarouca	P	646 661	564 503	592 262	614 257	664 298	660 410	700 205	717 873	692 477	792 220	776 972	–15 248
27	Macedo de Cavaleiros	P	1 420 261	1 396 407	1 275 793	1 289 123	1 249 888	1 216 807	1 343 476	1 356 393	1 376 093	1 458 489	1 444 537	–13 952
28	Celorico da Beira	P	957 133	1 063 844	925 972	566 620	721 437	754 770	758 397	774 014	944 657	755 738	742 066	–13 672
29	Baião	P	802 926	714 678	861 877	773 996	796 831	811 275	869 541	872 983	919 399	1 023 510	1 011 299	–12 211
30	Coruche	P	1 592 290	1 481 130	1 516 022	1 542 690	1 516 369	1 572 506	1 528 480	1 556 214	1 551 787	1 524 559	1 514 673	–9 886
31	Ferreira do Alentejo	P	651 193	633 571	627 635	608 324	609 656	629 972	641 129	627 208	625 556	624 028	617 588	–6 440
32	Miranda do Corvo	P	819 749	720 936	734 149	774 833	744 798	779 009	798 312	812 572	824 815	893 606	888 904	–4 702

O *Ranking* R14 confirma a evolução já descrita e permite destacar, em 2025, o seguinte:

- As maiores diminuições em termos absolutos ocorreram em Penafiel (-1,5 milhões de euros; -23,9%), Almada (-1,5 milhões de euros; -4,9%), Benavente (-768,2 milhares de euros; -14,6%) e Beja (-422,0 milhares de euros; -13,8%);
- Onze municípios do *ranking* apresentaram diminuições da receita de IMI superiores a 10%. Em três casos, a redução excedeu 20%: Penafiel (-23,9%), Melgaço (-20,5%) e Pampilhosa da Serra (-31,0%).

O *Ranking* R15 hierarquiza os 35 municípios com maior aumento da receita de IMI em 2025. Da sua análise destaca-se que:

- **Em 2025, 276 municípios aumentaram a coleta de IMI. Em termos absolutos, destacaram-se Lisboa (+5,5 milhões de euros; +4,0%), Porto (+3,6 milhões de euros; +8,1%), Vila Nova de Gaia (+3,3 milhões de euros; +7,9%), Oeiras (+2,8 milhões de euros; +9,5%), Sintra (+2,7 milhões de euros; +6,2%), Cascais (+2,6 milhões de euros; +5,3%), Coimbra (+2,1 milhões de euros; +8,3%) e Braga (+2,0 milhões de euros; +8,2%);**

Embora vários acréscimos absolutos apresentados neste *ranking* sejam reduzidos, destaca-se Castro Marim, onde a receita de IMI cresceu 28,9%.

R15 – Municípios com maior aumento da coleta de IMI em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25				Δ 24–25
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
1	Lisboa	G	115 934 000	114 082 470	117 964 910	122 142 480	123 062 580	124 645 533	124 251 807	128 142 073	129 426 856	137 597 902	143 133 765	5 535 862
2	Porto	G	43 740 075	43 965 030	40 046 978	42 372 886	40 675 816	41 441 710	40 981 753	41 572 072	42 669 030	44 052 881	47 605 139	3 552 258
3	Vila Nova de Gaia	G	43 861 125	43 307 581	43 773 455	45 672 960	44 974 213	42 962 023	42 138 648	41 644 566	42 526 806	41 210 303	44 480 053	3 269 750
4	Oeiras	G	32 016 641	31 892 724	30 981 893	31 288 384	31 180 155	31 132 469	29 596 779	29 760 166	30 125 533	29 699 954	32 534 174	2 834 220
5	Sintra	G	52 882 244	49 471 491	46 838 347	47 025 584	46 487 787	47 089 015	42 879 929	43 462 397	43 955 866	44 191 005	46 916 488	2 725 483
6	Cascais	G	51 206 707	50 350 728	49 900 144	51 528 032	50 778 344	49 925 315	49 111 924	50 159 232	49 520 153	49 250 488	51 877 657	2 627 168
7	Coimbra	G	27 594 885	27 994 287	28 054 565	27 603 358	25 304 797	25 339 918	25 340 313	25 607 404	25 876 560	25 498 123	27 602 723	2 104 600
8	Braga	G	22 046 011	21 956 281	22 617 931	23 854 805	24 210 263	24 849 176	24 600 938	24 305 312	24 887 094	24 741 998	26 775 754	2 033 755
9	Leiria	G	19 705 079	19 335 588	19 445 528	20 771 563	16 959 644	17 013 306	17 251 712	17 506 590	17 948 360	17 713 754	19 502 508	1 788 754
10	Loures	G	28 856 260	28 322 809	28 382 946	29 668 433	29 477 117	29 683 770	29 501 772	29 734 506	30 031 415	30 373 376	32 091 357	1 717 981
11	Loulé	M	35 033 212	34 201 269	27 210 519	28 896 228	28 421 181	28 463 190	28 218 949	28 686 309	29 487 596	29 513 318	31 217 070	1 703 752
12	Seixal	G	27 210 264	26 771 110	26 136 636	27 357 664	26 786 753	26 386 025	25 865 694	24 185 363	24 547 397	24 542 189	26 162 971	1 620 782
13	Albufeira	M	30 078 750	22 498 979	18 422 930	19 916 141	18 726 443	18 592 087	18 824 102	18 955 689	19 462 235	19 477 592	21 023 960	1 546 368
14	Santa Maria da Feira	G	16 860 431	16 882 116	16 895 465	17 974 831	16 309 749	17 241 761	17 076 079	17 387 937	17 608 926	17 551 699	18 993 990	1 442 290
15	Funchal	G	17 928 257	16 531 684	15 136 464	16 077 230	16 286 554	16 523 813	16 740 115	17 140 654	17 265 077	17 602 145	19 034 247	1 432 102
16	Mafra	M	19 331 890	19 010 904	17 628 124	18 810 687	18 831 251	19 090 441	19 194 561	19 883 087	19 779 249	19 829 046	21 254 003	1 424 957
17	Viana do Castelo	M	11 675 371	11 333 334	11 644 702	11 987 653	11 986 460	12 358 645	12 171 258	12 609 473	12 528 576	12 186 615	13 566 572	1 379 957
18	Aveiro	M	17 546 028	21 301 080	19 468 494	20 605 279	18 335 582	18 440 831	18 455 662	19 058 477	19 163 674	16 983 352	18 341 308	1 357 955
19	Guimarães	G	19 505 172	19 462 597	18 608 934	19 358 992	19 153 256	19 522 866	18 556 027	19 044 639	19 197 608	18 630 551	19 955 393	1 324 842
20	Setúbal	G	25 288 844	25 538 648	24 056 013	24 182 970	23 551 671	23 598 053	23 365 587	21 285 994	21 435 406	20 721 652	22 013 536	1 291 884
21	Matosinhos	G	29 395 815	29 577 790	28 586 142	28 380 944	26 455 924	24 949 252	23 425 761	23 690 872	25 985 020	26 283 007	27 510 397	1 227 390
22	Maia	G	21 255 304	21 313 443	21 039 491	21 895 457	21 910 027	21 654 610	21 716 529	21 678 421	20 952 826	21 401 747	22 584 287	1 182 540
23	Vila Franca de Xira	G	14 443 811	14 524 970	14 867 382	15 529 635	15 940 896	16 147 831	16 396 309	16 529 883	16 813 116	16 499 585	17 592 629	1 093 044
24	Viseu	G	12 777 084	12 558 576	12 834 970	13 330 139	13 392 915	13 615 006	13 592 566	13 829 947	14 148 103	14 094 331	15 170 712	1 076 381
25	V. Nova de Famalicão	G	14 488 695	14 284 462	15 236 655	15 117 777	15 058 368	15 517 947	15 372 246	16 030 718	15 612 542	15 897 831	16 892 121	994 290
26	Gondomar	G	14 253 724	14 290 736	14 149 586	17 501 303	17 649 305	17 927 648	18 037 845	17 800 087	17 611 396	17 164 406	18 110 348	945 942
27	Póvoa de Varzim	M	8 977 429	8 945 561	8 944 622	9 453 763	9 403 192	9 753 949	9 855 801	9 882 688	10 054 055	9 988 831	10 928 714	939 884
28	Lagos	M	13 657 097	12 808 637	12 674 676	12 595 765	12 520 846	12 700 735	12 204 032	11 686 683	11 519 250	11 286 351	12 218 062	931 712
29	Vila do Conde	M	15 671 515	14 318 173	13 815 824	13 293 599	12 518 221	11 787 235	11 196 420	10 694 949	10 795 002	10 895 663	11 808 400	912 737
30	Amadora	G	22 308 794	19 369 133	18 909 221	19 157 084	18 610 423	18 419 750	17 622 807	17 758 257	17 394 043	17 764 917	18 647 411	882 494
31	Castro Marim	P	2 939 158	3 186 118	2 662 420	1 645 255	3 055 540	3 702 446	3 455 355	3 369 978	3 190 625	3 045 964	3 927 726	881 762
32	Figueira da Foz	M	12 476 859	12 086 006	11 994 428	12 615 042	12 622 526	12 791 150	13 059 962	13 142 811	13 388 102	13 351 478	14 202 649	851 171
33	Barcelos	G	9 220 428	8 621 503	8 748 177	9 487 206	9 693 040	10 094 911	10 395 263	10 260 362	10 346 264	10 400 254	11 211 257	811 003
34	Sesimbra	M	12 967 250	13 161 459	13 784 499	13 625 388	13 575 355	13 575 969	13 688 109	13 914 789	14 269 739	14 141 480	14 908 651	767 171
35	Ourém	M	6 422 449	6 131 949	6 254 786	6 496 963	6 442 277	6 675 652	6 497 514	6 430 489	6 752 295	6 516 771	7 269 031	752 261

O *Ranking* R16 apresenta os 35 municípios com menor receita de IMI em 2025. Da sua análise conclui-se que:

- Todos os municípios do *ranking* são de pequena dimensão e, em geral, apresentam valores reduzidos de IMI. O Corvo manteve a menor coleta, equivalente a apenas 0,5% da respetiva receita total; ainda assim, o valor aumentou 12,5% (+1,8 milhares de euros) em 2025;
- Para além destes 35 municípios com uma receita de IMI bastante inferior a meio milhão de euros, registaram-se mais 25 municípios nesta situação e outros 53 municípios com receita de IMI entre 0,5 milhões de euros e 1 milhão de euros.

R16 – Municípios com menor receita cobrada de IMI em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25				IMI / Rec. total
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
1	Corvo	P	16 367	13 203	14 098	15 422	15 780	15 439	15 811	15 633	17 037	14 825	16 678	0,5%
2	Barrancos	P	108 138	98 045	96 979	98 515	102 228	103 652	103 685	104 080	106 139	102 400	114 054	1,5%
3	Lajes das Flores	P	100 822	75 891	89 536	94 821	96 818	99 440	101 516	104 107	115 236	108 596	121 645	2,5%
4	Santa Cruz das Flores	P	130 928	119 721	127 074	126 961	132 068	131 704	136 786	133 905	136 508	139 474	157 036	3,5%
5	Alcoutim	P	254 804	166 047	176 374	186 030	192 462	191 679	193 734	197 079	198 592	207 212	181 900	1,3%
6	Arronches	P	185 411	164 246	176 379	181 819	181 801	178 925	181 978	182 373	185 053	183 075	195 311	2,0%
7	Alvito	P	200 168	195 235	188 531	198 214	197 059	195 870	190 599	190 277	192 052	190 606	200 049	2,3%
8	Penedono	P	266 013	236 044	152 224	155 840	166 183	169 766	174 278	170 281	192 332	169 743	200 515	2,1%
9	Calheta (R.A.A.)	P	420 284	346 709	320 615	330 074	300 312	222 129	222 058	218 030	219 095	208 421	232 549	2,8%
10	Mesão Frio	P	272 570	218 167	211 923	225 570	225 430	219 879	230 059	234 873	231 897	239 441	243 398	2,5%
11	Mourão	P	227 990	311 721	195 575	211 421	300 093	279 718	259 739	241 060	353 477	267 214	246 769	2,6%
12	Fronteira	P	241 907	222 776	228 731	238 037	229 068	238 112	237 730	253 761	245 270	249 980	257 041	3,0%
13	Freixo de Espada à Cinta	P	387 402	358 696	347 315	351 833	350 252	248 064	259 348	262 919	250 596	248 333	268 780	2,4%
14	Monforte	P	230 712	221 610	203 531	202 496	241 411	247 313	252 548	257 254	260 578	257 445	270 089	2,8%
15	Castanheira de Pera	P	421 894	586 587	376 252	265 846	290 852	298 526	308 132	294 678	303 354	260 902	280 145	2,6%
16	Marvão	P	301 021	279 666	287 737	296 691	296 460	297 878	293 286	302 483	297 141	296 150	315 215	3,1%
17	Cuba	P	262 717	241 833	254 134	311 699	305 961	289 225	288 725	289 284	292 239	295 842	317 781	3,0%
18	Avis	P	279 456	242 483	261 122	268 816	269 226	292 737	307 978	297 575	295 251	298 748	318 172	2,1%
19	Manteigas	P	292 530	267 649	275 589	286 788	290 633	293 777	299 234	297 929	297 837	290 943	320 924	3,4%
20	Sardoal	P	316 093	275 444	287 954	294 509	291 162	291 450	295 500	295 491	305 723	303 679	328 484	2,9%
21	Crato	P	300 465	269 122	279 756	290 169	289 011	295 385	301 094	306 261	305 528	312 925	332 070	2,8%
22	Vila de Rei	P	303 771	277 420	286 671	265 977	273 970	275 984	274 463	277 263	307 900	303 034	333 332	2,6%
23	Lajes do Pico	P	348 496	277 780	287 307	302 760	396 799	304 349	306 882	311 763	314 701	311 733	333 410	3,0%
24	Porto Moniz	P	260 799	232 261	237 528	255 490	249 843	250 590	264 130	209 563	447 608	−20 935	336 237	3,0%
25	Gavião	P	296 161	285 927	286 184	304 701	298 046	302 785	308 214	306 228	310 876	320 600	336 887	3,7%
26	Constância	P	378 424	334 997	373 209	358 886	362 415	368 556	366 459	386 603	313 058	311 868	337 855	3,3%
27	Redondo	P	818 665	562 888	488 576	475 061	442 500	423 402	386 526	410 474	403 782	404 081	338 021	2,7%
28	Alter do Chão	P	298 038	278 062	292 434	318 372	310 377	316 199	319 663	322 618	327 630	326 750	344 038	2,8%
29	Velas	P	323 169	282 487	289 737	311 910	317 597	319 562	319 064	333 019	331 076	323 529	352 040	3,9%
30	Mora	P	353 653	321 338	335 084	338 690	342 775	324 231	327 320	336 754	337 612	347 589	354 210	3,2%
31	Vidigueira	P	439 107	358 642	353 562	362 816	338 681	348 568	352 558	354 842	354 858	362 560	365 502	3,1%
32	Castelo de Vide	P	342 364	320 646	335 026	339 178	335 863	336 801	340 354	337 597	342 809	339 813	366 998	4,1%
33	São Roque do Pico	P	314 037	282 757	295 928	329 530	318 823	332 081	347 490	343 239	362 443	360 393	379 122	4,3%
34	Santa Cruz da Graciosa	P	402 611	348 841	357 853	368 669	370 733	371 951	375 575	382 217	386 659	371 393	394 914	5,9%
35	Sta. Marta de Penaguião	P	349 196	296 579	301 342	339 567	329 827	339 986	356 997	359 734	370 358	383 801	395 454	3,5%

O Quadro 2.27 apresenta a receita de IMI por distrito e Região Autónoma entre 2015 e 2025, bem como a respetiva variação em 2025. Da sua análise conclui-se que:

- **Os distritos de Lisboa e do Porto concentraram as maiores parcelas da coleta nacional de IMI, com pesos de 26,3% e 15,2%, respetivamente. Seguiram-se Faro (9,3%) e Setúbal (9,1%). Os menores pesos registaram-se em Beja (0,8%), Bragança (0,8%) e Portalegre (0,7%). Nos restantes distritos e Regiões, o peso variou entre 6,3%, em Braga, e 1,0%, em Évora;**
- A coleta de IMI aumentou 5,9% (+88,4 milhões de euros) no conjunto dos municípios e cresceu em todos os distritos e Regiões Autónomas. As taxas mais elevadas registaram-se na Região Autónoma da Madeira (+9,9%) e nos distritos de Leiria (+9,5%), Castelo Branco (+8,3%) e Braga (+8,1%).

Quadro 2.27 – IMI cobrado por distrito e Região Autónoma

Unidade: euros

Distrito		Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25				Δ 24-25 %	Peso no total nacional
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025		
1	Lisboa	387 935 339	375 966 120	374 444 566	386 687 302	385 226 283	388 453 389	379 242 914	386 360 602	388 707 424	396 911 715	418 257 037	5,4%	26,3%
2	Porto	233 514 978	231 504 994	224 837 336	236 445 831	231 165 452	228 277 592	224 363 240	224 905 796	229 228 512	228 582 230	241 468 672	5,6%	15,2%
3	Faro	164 679 681	154 733 575	140 223 112	144 473 887	143 724 435	144 176 268	141 968 457	140 829 419	142 929 029	139 514 977	148 190 224	6,2%	9,3%
4	Setúbal	149 743 790	149 187 733	145 581 877	150 342 888	147 280 694	146 829 261	146 287 771	142 568 391	140 230 228	139 308 579	143 811 464	3,2%	9,1%
5	Braga	87 436 470	85 797 257	85 650 919	89 733 427	89 937 508	92 576 356	91 675 831	92 200 507	93 789 348	92 870 899	100 360 187	8,1%	6,3%
6	Aveiro	93 773 377	95 587 518	94 310 165	98 193 899	93 690 221	94 505 872	93 260 079	94 843 673	95 455 340	92 613 226	99 134 131	7,0%	6,2%
7	Leiria	66 199 468	63 619 050	63 726 876	66 009 571	61 867 341	62 289 868	62 929 388	63 542 346	64 326 542	64 154 657	70 266 605	9,5%	4,4%
8	Coimbra	63 582 295	62 440 225	62 164 613	63 256 188	60 829 236	61 366 714	61 758 896	62 237 387	63 198 426	63 642 322	67 644 679	6,3%	4,3%
9	Santarém	54 005 683	51 694 005	50 899 861	53 774 318	52 453 037	53 361 615	53 047 503	53 114 778	53 667 287	53 326 524	55 427 638	3,9%	3,5%
10	Viseu	38 511 048	37 254 143	35 959 100	36 259 286	37 126 431	37 636 236	37 630 359	37 763 108	40 476 924	38 299 471	41 274 515	7,8%	2,6%
11	Madeira	32 672 208	29 122 897	27 519 415	28 956 297	29 332 587	29 962 501	30 390 732	31 182 112	31 866 708	31 455 196	34 576 316	9,9%	2,2%
12	Viana do Castelo	27 107 690	25 566 645	26 353 454	26 651 619	27 901 508	28 999 417	29 033 580	29 725 978	30 694 652	29 718 478	32 004 810	7,7%	2,0%
13	Açores	20 927 009	19 619 632	19 949 031	21 087 241	21 477 022	20 339 770	21 853 619	21 893 185	22 280 893	22 424 836	23 799 752	6,1%	1,5%
14	Castelo Branco	20 403 874	19 657 066	19 854 475	20 497 072	20 769 052	21 197 289	20 842 795	21 205 098	20 514 468	20 439 699	22 129 223	8,3%	1,4%
15	Vila Real	19 385 685	17 382 306	17 832 291	18 218 881	17 333 867	18 598 854	18 276 708	18 503 471	18 926 264	20 018 345	20 651 719	3,2%	1,3%
16	Guarda	19 093 844	17 566 692	16 914 754	16 763 996	17 080 236	17 274 051	16 645 509	16 610 820	17 180 185	17 394 141	18 164 828	4,4%	1,1%
17	Évora	16 712 215	16 147 744	15 207 436	16 198 022	15 999 374	15 602 229	15 409 095	15 340 432	15 186 316	14 754 261	15 404 886	4,4%	1,0%
18	Bragança	13 297 074	12 330 727	11 917 530	12 431 147	12 182 291	11 954 093	12 085 752	12 024 665	12 270 781	12 046 689	12 970 967	7,7%	0,8%
19	Beja	12 983 576	12 101 615	12 092 439	12 439 882	12 326 677	12 442 929	12 206 372	12 077 149	12 141 660	11 899 602	12 025 374	1,1%	0,8%
20	Portalegre	11 208 538	10 666 638	10 717 041	11 480 050	11 274 817	11 362 470	11 350 551	11 404 232	11 212 253	10 953 105	11 164 193	1,9%	0,7%
Total Nacional		**1 533 173 843**	**1 487 946 582**	**1 456 156 291**	**1 509 900 805**	**1 488 978 069**	**1 497 206 773**	**1 480 259 151**	**1 488 333 149**	**1 504 283 239**	**1 500 328 954**	**1 588 727 219**	**5,9%**	**100%**

2.2.4.1.2. IMT – IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÕES DE IMÓVEIS

Em 2025, a receita de IMT aumentou 33,5% a nível nacional, o que corresponde a um acréscimo de 579,0 milhões de euros. O montante arrecadado pelos 308 municípios foi de 2 307,5 milhões de euros, representando 48,6% dos impostos diretos e 15,4% da receita municipal total.

Para muitos municípios, sobretudo os de grande dimensão, o IMT tornou-se uma das fontes de receita mais relevantes. Em 2025, representou, em média, 51,0% dos impostos diretos nos municípios de grande dimensão, 46,6% nos de média dimensão e 41,8% nos de pequena dimensão.

Atendendo à relevância do IMT na receita municipal, apresentam-se, de seguida, quadros e *rankings* com informação sobre a sua evolução.

R17 – Municípios com maior receita cobrada de IMT em 2025 e respetivo peso na receita total

Unidade: euros

	Município Município	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25				IMT / Rec. total
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
1	Lisboa	G	174 508 596	177 906 151	224 560 754	255 005 664	204 128 056	210 831 866	264 065 290	281 090 062	305 377 684	275 482 028	313 344 804	24,8%
2	Cascais	G	40 987 996	43 905 818	66 769 814	73 526 539	68 282 236	64 056 286	103 727 733	134 867 797	136 772 180	130 139 690	172 827 872	42,8%
3	Porto	G	26 145 320	34 330 079	44 331 643	61 616 809	66 211 236	54 445 210	69 385 097	73 212 272	86 643 083	92 181 149	116 898 210	27,0%
4	Loulé	M	25 804 936	29 601 467	36 899 315	35 556 082	40 811 645	44 143 553	66 166 148	84 766 168	75 787 890	83 549 475	102 607 998	50,0%
5	Oeiras	G	12 443 476	13 225 749	27 768 547	32 890 545	33 492 141	29 187 012	37 969 463	54 222 629	48 068 727	50 157 498	86 367 117	30,4%
6	Vila Nova de Gaia	G	9 205 187	10 590 596	16 145 671	18 653 251	23 880 209	24 441 778	36 928 249	39 042 179	35 909 906	47 329 681	73 726 104	26,7%
7	Sintra	G	14 289 693	15 580 918	23 302 856	27 890 553	27 650 121	30 366 082	42 116 304	54 025 844	45 824 420	55 366 008	73 171 141	16,0%
8	Almada	G	6 265 744	6 841 665	10 605 457	15 568 932	22 321 510	17 790 376	25 655 548	31 045 823	29 504 636	32 278 911	43 735 291	24,3%
9	Matosinhos	G	6 639 469	8 687 251	12 355 369	13 874 070	17 953 148	17 852 000	23 911 610	24 731 855	29 967 881	28 157 764	41 119 025	18,2%
10	Seixal	G	4 315 472	6 129 445	7 735 400	9 481 307	15 982 404	12 922 300	24 106 557	24 767 148	26 519 431	28 003 641	40 067 436	18,3%
11	Loures	G	8 021 707	9 063 339	14 426 980	15 588 264	19 575 540	15 894 235	23 709 470	27 462 661	29 971 199	29 016 272	37 672 099	14,8%
12	Lagos	M	9 028 693	11 071 491	13 353 063	16 173 962	19 878 859	15 782 416	21 862 634	36 183 835	29 320 943	26 681 487	35 898 915	40,8%
13	Funchal	G	6 448 338	6 897 034	11 214 879	8 092 668	8 108 024	8 040 282	11 863 885	25 486 769	30 729 529	31 324 095	33 544 309	22,9%
14	Albufeira	M	17 808 068	12 676 285	20 415 844	15 627 392	20 839 423	12 845 187	21 922 409	34 457 059	31 152 202	27 272 850	33 208 138	26,1%
15	Amadora	G	5 046 829	5 474 104	7 984 073	9 528 017	11 344 028	11 827 251	11 321 622	20 331 047	13 003 588	18 591 332	30 580 097	20,3%
16	Coimbra	G	6 201 261	9 143 480	8 570 188	9 608 929	11 513 669	11 634 116	15 200 938	18 206 189	20 522 327	20 582 780	30 301 822	17,7%
17	Mafra	M	3 115 582	4 294 397	8 130 952	9 995 639	10 414 084	12 208 377	16 423 589	20 370 648	19 500 869	21 837 857	29 498 484	20,7%
18	Braga	G	6 101 040	8 162 521	10 774 503	10 795 970	12 592 594	13 420 389	17 193 824	17 751 519	21 152 880	21 223 887	29 332 136	13,5%
19	Setúbal	G	8 872 922	7 592 020	7 894 785	6 623 703	9 806 821	11 001 663	16 162 491	17 941 606	13 387 369	19 256 813	28 380 360	19,6%
20	Maia	G	4 711 048	8 903 318	6 455 134	9 971 598	8 794 765	10 578 356	13 021 500	16 705 879	15 704 966	18 889 916	27 947 099	19,3%
21	Odivelas	G	5 516 979	5 765 878	8 460 826	12 339 319	12 487 853	13 588 539	16 885 101	21 325 252	18 770 566	19 927 831	26 891 453	20,0%
22	Grândola	P	3 499 610	3 172 112	10 837 979	8 692 475	8 236 639	9 103 830	17 527 221	32 898 224	28 207 074	19 375 862	25 409 345	50,7%
23	Vila Franca de Xira	G	4 103 762	4 643 662	7 824 721	12 116 852	10 369 540	9 568 472	10 018 961	19 954 877	14 788 625	13 803 711	24 663 089	16,8%
24	Portimão	M	5 495 571	6 326 172	11 488 029	15 050 683	10 612 673	9 856 869	13 622 068	28 856 073	38 806 300	19 330 042	24 020 865	26,8%
25	Leiria	G	4 057 815	4 601 070	5 597 042	9 644 153	6 650 542	5 949 039	8 544 930	10 793 341	14 200 703	15 524 881	21 949 452	16,0%
26	Palmela	M	2 728 342	3 450 915	4 080 116	5 930 123	6 844 682	6 642 231	9 154 529	15 429 890	11 479 062	11 519 467	21 948 244	25,8%
27	Faro	M	3 287 791	4 734 842	4 952 796	7 990 566	8 011 784	7 021 817	10 845 909	16 024 917	14 699 392	15 560 429	21 472 790	26,3%
28	Lagoa (Algarve)	M	8 313 366	7 575 091	8 029 010	11 016 416	10 263 263	8 832 626	11 746 148	19 028 530	21 400 909	16 824 549	19 182 118	29,3%
29	Aveiro	M	3 034 417	5 169 004	3 815 821	8 233 033	7 164 127	5 531 933	9 035 905	9 666 258	10 267 099	13 282 176	18 657 532	17,6%
30	Sesimbra	M	3 135 047	3 347 320	4 673 521	6 833 643	6 930 378	6 905 389	12 030 623	14 681 488	12 519 107	13 505 877	18 198 667	22,3%
31	V. Nova de Famalicão	G	3 375 620	4 141 385	4 429 282	4 636 828	5 826 824	6 024 302	7 958 737	10 147 486	11 294 761	15 476 833	18 076 387	11,2%
32	Gondomar	G	2 115 266	2 584 835	3 782 688	3 673 187	4 746 727	6 711 049	8 662 935	10 350 215	9 074 062	11 621 210	17 733 196	13,0%
33	Tavira	M	4 311 076	6 336 831	6 565 671	8 771 784	8 306 177	6 100 695	9 273 427	14 447 718	14 507 054	13 837 993	17 552 514	37,0%
34	Montijo	M	1 293 835	2 005 547	2 265 464	5 659 418	6 209 720	4 416 942	7 599 836	11 975 645	9 558 559	13 193 589	16 568 804	27,2%
35	Guimarães	G	3 725 203	5 674 782	6 078 214	6 041 628	6 869 724	5 793 092	9 519 083	9 507 205	10 347 908	13 779 068	16 043 521	9,9%
	Total 308 municípios		**582 994 666**	**655 463 007**	**853 443 796**	**1 003 927 900**	**1 010 412 471**	**974 614 546**	**1 344 937 559**	**1 696 457 809**	**1 714 362 260**	**1 728 510 302**	**2 307 502 624**	**15,4%**

Da observação do *Ranking* R17, que apresenta os 35 municípios com maior receita de IMT em 2025, conclui-se que:

- Embora o *ranking* reúna os municípios com maior volume de IMT, o peso desta receita na receita total variou consideravelmente: entre 50,7%, em Grândola, e 9,9%, em Guimarães. No conjunto dos municípios, o peso médio do IMT foi de 15,4% em 2025, face a 7,8% em 2015 e 13,2% em 2024;
- Todos os 35 municípios do *ranking* aumentaram a receita de IMT. Em seis casos, o crescimento superou 50%: Palmela (+90,5%), Vila Franca de Xira (+78,7%), Oeiras (+72,2%), Amadora (+64,5%), Vila Nova de Gaia (+55,8%) e Gondomar (+52,6%);
- Lisboa arrecadou 13,6% do IMT cobrado a nível nacional. Depois da diminuição de 9,8% (-30,0 milhões de euros) registada em 2024, a receita municipal de IMT aumentou 13,7% em 2025 e representou 24,8% da receita total do município. O IMT cobrado por Lisboa superou o IMI em 170,2 milhões de euros (+118,9%);
- Cascais foi o segundo município que mais IMT cobrou, com um valor equivalente a 55,2% do registado por Lisboa. Em 2025, o IMT representou 42,8% da receita total de Cascais e aumentou 32,8% (+42,7 milhões de euros);
- O Porto manteve a terceira posição, com 116,9 milhões de euros, o equivalente a 37,3% do valor cobrado por Lisboa. O IMT representou 27,0% da receita total do município e aumentou 26,8% (+24,7 milhões de euros);
- Loulé manteve a quarta posição, com uma receita de IMT equivalente a 50,0% da receita total municipal e um crescimento de 22,8% (+19,1 milhões de euros).

Os *Rankings* R18 e R19 mostram a evolução do IMT nas Regiões Autónomas. Em 2025, esta receita cresceu mais na Madeira, tanto em termos absolutos (+8,3 milhões de euros) como relativos (+17,0%), do que nos Açores (+3,2 milhões de euros; +15,7%). O IMT dos Açores correspondeu a 1,02% do total nacional deste imposto e a 7,1% da receita total da Região. Na Madeira, correspondeu a 2,48% do IMT nacional e a 17,1% da receita total regional.

R18 – Receita de IMT cobrada pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores em 2025 e respetivo peso na receita total

Unidade: euros

	Municípios	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25				IMT / Rec. total
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
1	Ponta Delgada	M	1 597 912	1 691 510	3 685 400	3 586 817	4 905 296	4 302 433	5 027 667	7 041 835	7 137 766	8 053 136	9 391 136	12,5%
2	Ribeira Grande	M	691 590	599 889	629 987	1 100 988	1 360 767	1 103 478	1 219 204	1 555 335	2 130 310	2 387 685	2 965 773	8,7%
3	Angra do Heroísmo	M	487 541	591 401	612 066	884 673	941 543	895 420	1 034 453	1 813 380	1 563 800	2 428 831	2 328 071	4,5%
4	Lagoa (R.A.A.)	P	266 197	389 172	543 392	679 951	626 097	652 621	918 118	1 439 576	1 042 089	1 890 847	2 270 213	11,6%
5	Horta	P	190 294	244 985	253 702	399 171	332 074	465 764	603 801	701 599	553 797	872 550	1 066 367	5,6%
6	Praia da Vitória	P	232 369	214 325	374 149	366 421	807 324	428 230	564 750	674 875	1 493 269	712 339	907 754	4,7%
7	Vila Franca do Campo	P	188 141	179 647	343 367	329 844	676 460	412 768	606 728	694 653	1 230 415	1 105 862	711 634	4,2%
8	Povoação	P	86 798	163 104	232 661	290 392	271 426	269 255	170 882	552 057	467 323	513 199	660 158	6,0%
9	Lajes do Pico	P	39 950	69 547	52 030	69 460	59 316	81 195	145 445	132 052	191 456	193 018	568 196	5,2%
10	Madalena	P	111 899	140 776	118 527	264 690	167 096	254 531	380 316	423 660	421 557	466 371	517 934	4,9%
11	São Roque do Pico	P	65 219	74 800	75 081	131 111	81 067	115 855	169 404	425 425	353 004	375 274	435 525	4,9%
12	Nordeste	P	84 308	79 724	166 054	118 012	117 589	82 772	107 498	185 814	222 418	411 602	423 381	4,4%
13	Vila do Porto	P	98 255	119 533	107 872	97 062	146 468	103 202	167 188	236 817	301 978	278 525	366 393	3,5%
14	Santa Cruz da Graciosa	P	42 398	60 581	43 643	56 248	79 614	38 098	60 888	134 958	130 499	72 166	323 835	4,9%
15	Velas	P	180 126	115 481	139 225	131 862	91 901	76 715	107 797	182 960	187 700	222 370	300 108	3,3%
16	Lajes das Flores	P	29 385	45 673	18 511	38 036	30 614	56 385	29 939	80 254	98 807	95 714	130 362	2,6%
17	Calheta (R.A.A.)	P	73 897	36 321	77 485	69 757	68 538	89 975	63 197	40 221	147 517	106 473	107 277	1,3%
18	Santa Cruz das Flores	P	20 364	23 889	50 786	56 651	58 704	17 251	34 414	28 038	80 126	190 892	102 495	2,3%
19	Corvo	P	298	3 775	61 173	4 342	1 297	930	5 557	7 628	24 972	1 948	6 148	0,2%
IMT Total (Açores)			**4 486 941**	**4 844 133**	**7 585 111**	**8 675 489**	**10 823 193**	**9 446 877**	**11 417 246**	**16 351 137**	**17 778 803**	**20 378 800**	**23 582 758**	**7,1%**
(%) IMT Açores / IMT total			**0,77%**	**0,74%**	**0,89%**	**0,86%**	**1,07%**	**0,97%**	**0,85%**	**0,96%**	**1,04%**	**1,18%**	**1,02%**	**–**

R19 – Receita de IMT cobrada pelos Municípios da Região Autónoma da Madeira em 2025 e respetivo peso na receita total

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25				IMT / Rec. total
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
1	Funchal	G	6 448 338	6 897 034	11 214 879	8 092 668	8 108 024	8 040 282	11 863 885	25 486 769	30 729 529	31 324 095	33 544 309	22,9%
2	Santa Cruz	M	967 851	1 647 432	1 647 231	2 081 140	952 642	2 010 356	2 270 370	3 863 437	3 764 224	4 399 371	6 497 504	15,4%
3	Calheta (R.A.M.)	P	492 778	440 284	631 341	860 742	935 076	855 754	1 994 845	3 989 916	4 907 243	3 525 148	5 120 262	21,1%
4	Câmara de Lobos	M	271 258	226 446	335 759	814 555	441 907	477 956	587 830	1 478 779	1 494 766	2 291 659	2 678 636	10,9%
5	Porto Santo	P	240 656	306 096	309 430	294 806	320 947	700 491	677 418	867 612	1 191 716	1 798 590	2 012 862	20,4%
6	Ponta do Sol	P	68 833	234 734	235 236	309 276	485 879	404 112	789 257	1 051 888	1 272 428	1 331 095	1 979 368	14,7%
7	Machico	M	0	209 363	352 994	507 614	346 832	333 884	728 491	905 097	966 435	1 399 031	1 791 632	8,0%
8	Ribeira Brava	P	215 983	220 969	149 212	368 006	301 123	395 407	699 927	1 171 046	925 827	1 153 131	1 595 721	11,1%
9	Porto Moniz	P	17 666	19 092	43 038	43 347	36 167	143 982	131 933	228 141	587 523	433 868	710 224	6,3%
10	Santana	P	33 434	40 222	51 953	58 233	139 500	102 165	180 957	311 130	404 964	422 669	673 181	5,7%
11	São Vicente	P	84 844	126 695	82 446	125 098	106 684	123 860	212 177	439 686	567 044	875 133	652 470	4,8%
IMT Total (Madeira)			**8 841 641**	**10 368 368**	**15 053 520**	**13 555 484**	**12 174 779**	**13 588 251**	**20 137 090**	**39 793 500**	**46 811 698**	**48 953 790**	**57 256 168**	**17,1%**
(%) IMT Madeira / IMT total			**1,52%**	**1,58%**	**1,76%**	**1,35%**	**1,20%**	**1,39%**	**1,50%**	**2,35%**	**2,73%**	**2,83%**	**2,48%**	**–**

Da observação dos *Rankings* R18 e R19, relativos à evolução do IMT nas Regiões Autónomas, conclui-se ainda que:

- Nos Açores, três municípios diminuíram a receita de IMT: Angra do Heroísmo (-4,1%; -100,8 milhares de euros), Vila Franca do Campo (-35,6%; -394,2 milhares de euros) e Santa Cruz das Flores (-46,3%; -88,4 milhares de euros). Entre os restantes, seis apresentaram taxas de crescimento superiores a 30%: Santa Cruz da Graciosa (+348,7%; +251,7 milhares de euros), Corvo (+215,7%; +4,2 milhares de euros), Lajes do Pico (+194,4%; +375,2 milhares de euros), Lajes das Flores (+36,2%; +34,6 milhares de euros), Velas (+35,0%; +77,7 milhares de euros) e Vila do Porto (+31,5%; +87,9 milhares de euros). No conjunto da Região, o IMT aumentou 15,7% (+3,2 milhões de euros), totalizando 23,6 milhões de euros;
- **Na Madeira, apenas São Vicente apresentou uma diminuição da receita de IMT (-25,4%; -222,7 milhares de euros). Destacaram-se os acréscimos de Porto Moniz (+63,7%; +276,4 milhares de euros), Santana (+59,3%; +250,5 milhares de euros), Ponta do Sol (+48,7%; +648,3 milhares de euros), Santa Cruz (+47,7%; +2,1 milhões de euros) e Calheta (+45,2%; +1,6 milhões de euros). No conjunto da Região, o IMT cresceu 17,0% (+8,3 milhões de euros), totalizando 57,3 milhões de euros.**

Retomando a análise do IMT a nível nacional, o *Ranking* R20 apresenta os 35 municípios com menor receita em 2025:

- Todos os 35 municípios deste *ranking* são de pequena dimensão. Mértola, que não registou receita de IMT em 2024, arrecadou 109,3 milhares de euros em 2025;
- O Corvo arrecadou o menor valor de IMT, apenas 6,1 milhares de euros. Ainda assim, esta receita aumentou 215,7% (+4,2 milhares de euros) face a 2024;
- Onze municípios do *ranking* diminuíram a receita de IMT. Em quatro casos, a redução superou 30%: Gavião (-73,2%), Freixo de Espada à Cinta (-55,2%), Santa Cruz das Flores (-46,3%) e Aguiar da Beira (-32,0%);
- Além do Corvo, cinco municípios deste *ranking* apresentaram crescimentos superiores a 50%: Fronteira (+103,5%), Pampilhosa da Serra (+102,8%), Fornos de Algodres (+81,5%), Vila de Rei (+56,4%) e Góis (+53,8%).

R20 – Municípios com menor receita cobrada de IMT em 2025 e respetivo peso na receita total

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25				IMT / Rec. total
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
1	Corvo	P	298	3 775	61 173	4 342	1 297	930	5 557	7 628	24 972	1 948	6 148	0,2%
2	Barrancos	P	6 684	6 509	15 420	8 738	55 200	6 714	9 465	24 369	33 064	22 432	20 726	0,3%
3	Penedono	P	30 879	44 423	24 171	45 918	51 828	59 614	52 892	59 928	46 281	52 309	50 301	0,5%
4	Manteigas	P	38 160	23 195	66 096	26 603	32 546	33 094	42 013	58 652	54 001	76 308	59 862	0,6%
5	Vimioso	P	73 389	44 231	70 389	80 184	59 361	46 338	89 916	79 663	77 743	58 858	85 224	0,6%
6	Freixo de Espada à Cinta	P	57 307	101 489	43 088	54 572	99 118	71 079	58 846	105 312	177 928	196 045	87 788	0,8%
7	Oleiros	P	62 633	41 973	35 706	53 554	68 998	76 097	70 409	138 128	96 721	99 753	95 743	0,6%
8	Santa Cruz das Flores	P	20 364	23 889	50 786	56 651	58 704	17 251	34 414	28 038	80 126	190 892	102 495	2,3%
9	Calheta (R.A.A.)	P	73 897	36 321	77 485	69 757	68 538	89 975	63 197	40 221	147 517	106 473	107 277	1,3%
10	Mértola	P	79 168	90 808	130 887	219 650	109 320	920 812	353 864	291 435	161 949	0	109 294	0,4%
11	Boticas	P	42 931	44 553	84 688	35 823	54 581	76 462	147 788	167 556	125 249	81 623	113 615	0,7%
12	Vinhais	P	40 225	56 563	39 751	95 707	56 345	64 526	81 904	50 867	76 444	78 418	114 648	0,6%
13	Gavião	P	49 800	80 892	39 040	418 150	50 453	53 214	104 380	92 055	366 245	432 195	115 887	1,3%
14	Sardoal	P	33 782	26 472	28 586	26 414	57 890	37 358	79 715	222 063	111 363	108 262	118 870	1,0%
15	Fornos de Algodres	P	82 850	66 294	40 394	41 767	61 136	53 336	72 967	143 580	131 653	66 788	121 216	1,1%
16	Murça	P	33 122	51 443	46 449	48 140	149 303	39 829	81 771	90 332	90 009	141 367	124 716	1,0%
17	Castanheira de Pera	P	46 115	41 821	38 396	49 192	60 478	38 962	71 880	80 771	87 047	92 789	127 863	1,2%
18	Vila de Rei	P	42 027	47 575	28 517	46 215	65 283	43 205	56 916	95 456	171 781	81 974	128 245	1,0%
19	Sernancelhe	P	34 849	65 290	85 594	77 441	74 800	81 780	75 641	161 515	153 932	126 579	129 000	0,9%
20	Arronches	P	94 773	182 263	60 026	8 194	180 888	42 962	112 728	91 734	73 621	117 240	129 927	1,3%
21	Lajes das Flores	P	29 385	45 673	18 511	38 036	30 614	56 385	29 939	80 254	98 807	95 714	130 362	2,6%
22	Miranda do Douro	P	52 258	78 777	86 616	48 136	92 991	59 124	165 068	113 616	114 881	154 321	134 869	0,7%
23	Alfândega da Fé	P	72 364	77 273	55 249	71 329	108 014	70 843	96 213	122 787	103 980	122 124	138 201	0,9%
24	Ribeira de Pena	P	70 357	73 737	98 593	167 858	193 313	248 130	82 334	197 612	109 258	135 979	138 913	0,6%
25	Aguiar da Beira	P	60 637	56 974	62 772	72 434	91 607	104 110	51 664	173 009	160 032	205 720	139 922	1,0%
26	Castelo de Vide	P	40 199	142 973	66 056	102 721	61 708	110 242	180 058	148 047	462 561	137 112	159 405	1,8%
27	Pampilhosa da Serra	P	34 460	41 012	40 482	32 155	48 493	42 645	46 038	153 734	50 896	82 652	167 587	0,9%
28	Almeida	P	52 233	104 189	78 300	76 900	115 902	85 842	106 593	91 898	137 799	133 167	173 614	1,0%
29	Góis	P	64 612	54 056	84 674	58 087	105 357	59 027	104 641	143 485	132 638	117 932	181 375	1,6%
30	Alcoutim	P	54 086	63 281	198 832	383 905	107 093	88 634	0	220 609	205 656	147 297	185 079	1,3%
31	Penalva do Castelo	P	84 134	84 978	99 556	80 011	100 870	108 401	134 456	200 575	183 516	227 426	188 540	1,3%
32	Alvito	P	80 773	286 270	186 350	828 531	142 542	238 327	142 030	184 976	122 609	140 153	189 237	2,1%
33	Fronteira	P	44 215	75 657	115 088	37 316	29 891	65 255	94 724	217 227	254 868	94 752	192 791	2,3%
34	Mondim de Basto	P	114 627	68 054	75 290	84 053	130 441	50 736	112 262	228 059	138 970	145 304	193 539	1,2%
35	Tabuaço	P	77 690	76 088	123 630	103 700	221 919	115 344	145 767	152 394	206 263	169 809	196 322	1,6%

Da observação do Quadro 2.28, que apresenta a receita de IMT por distrito e Região Autónoma, destaca-se o seguinte:

- Quatro distritos — Lisboa, Porto, Faro e Setúbal — concentraram 75,8% da coleta nacional de IMT em 2025. Lisboa arrecadou 36,3% do total, com 836,8 milhões de euros, mais 196,9 milhões de euros (+30,8%) do que em 2024;
- O distrito do Porto manteve a segunda posição, com 361,7 milhões de euros, correspondentes a 15,7% da coleta nacional e a 43,2% do valor do distrito de Lisboa; a receita aumentou 42,4%. Seguiu-se Faro, com 311,6 milhões de euros (13,5% do total nacional e 37,2% do valor de Lisboa), mais 26,4% do que em 2024. Setúbal ocupou a quarta posição, com 239,5 milhões de euros (10,4% do total nacional e 28,6% do valor de Lisboa), registando um crescimento de 47,7%;
- Em 2025, todos os distritos e Regiões Autónomas aumentaram a receita de IMT. Em sete distritos, a taxa de crescimento superou a média nacional de 33,5%. Vila Real apresentou o maior crescimento relativo (+118,4%), embora o montante arrecadado tenha sido de apenas 10,3 milhões de euros.

Quadro 2.28 – IMT cobrado por Distrito

Unidade: euros

Distrito/ Regiões		Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25				Δ 24–25 %	Peso No total Nacional
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025		
1	Lisboa	274 392 039	286 945 146	400 391 679	465 995 563	418 033 589	410 830 492	546 384 496	659 313 723	655 826 545	639 919 982	836 808 402	30,8%	36,3%
2	Porto	65 220 150	84 593 083	105 505 170	134 393 911	151 217 017	148 038 238	192 718 223	212 608 967	228 334 357	253 931 165	361 697 002	42,4%	15,7%
3	Faro	85 349 320	94 257 836	119 042 155	131 690 516	141 097 197	128 794 753	187 863 572	281 699 780	276 131 557	246 557 018	311 576 270	26,4%	13,5%
4	Setúbal	36 437 858	38 273 283	55 983 101	70 162 980	87 180 655	81 656 952	133 427 202	179 024 689	159 694 783	162 160 358	239 533 889	47,7%	10,4%
5	Braga	21 290 449	25 651 823	30 965 515	33 012 006	36 591 968	37 818 423	52 101 534	58 286 942	63 679 302	76 464 105	97 940 469	28,1%	4,2%
6	Aveiro	15 599 774	19 505 936	19 903 529	27 588 235	30 310 058	26 935 170	38 637 140	45 839 865	47 653 473	54 756 122	79 557 688	45,3%	3,4%
7	Leiria	15 479 296	17 642 272	20 202 075	28 679 181	25 422 393	25 060 916	37 105 713	50 695 165	56 468 558	60 146 485	78 986 950	31,3%	3,4%
8	Madeira	8 841 641	10 368 368	15 053 520	13 555 484	12 174 779	13 588 251	20 137 090	39 793 500	46 811 698	48 953 790	57 256 168	17,0%	2,5%
9	Coimbra	11 350 847	14 926 542	16 127 825	16 447 659	20 176 603	19 650 001	25 951 750	33 327 536	36 131 935	38 161 782	52 118 771	36,6%	2,3%
10	Santarém	9 638 139	11 434 214	13 594 968	16 902 932	15 240 102	16 508 079	23 483 691	32 899 049	31 421 587	32 604 199	50 033 250	53,5%	2,2%
11	Viseu	7 442 568	7 736 014	9 690 264	9 062 385	11 869 265	11 008 598	14 537 249	15 837 881	15 753 213	17 599 685	23 859 471	35,6%	1,0%
12	Açores	4 486 941	4 844 133	7 585 111	8 675 489	10 823 193	9 446 877	11 417 246	16 351 137	17 778 803	20 378 800	23 582 758	15,7%	1,0%
13	Viana do Castelo	5 428 449	6 255 966	7 164 118	8 471 371	10 625 381	8 643 776	11 925 053	17 062 380	17 373 513	19 237 899	23 045 939	19,8%	1,0%
14	Évora	4 819 011	7 384 837	7 813 452	10 363 544	9 580 379	9 181 517	13 908 438	14 781 448	18 558 503	13 855 035	16 074 455	16,0%	0,7%
15	Castelo Branco	3 361 598	5 833 287	4 647 830	4 686 482	7 145 278	7 826 528	7 325 263	8 255 173	10 509 633	11 283 264	13 352 567	18,3%	0,6%
16	Beja	3 856 530	7 587 115	8 149 758	9 807 651	7 478 858	6 811 133	11 210 028	11 382 236	11 069 493	11 167 816	13 215 032	18,3%	0,6%
17	Vila Real	3 603 493	4 172 960	3 671 086	4 925 279	5 574 326	3 691 287	3 933 467	5 434 400	4 943 723	4 705 321	10 275 213	118,4%	0,4%
18	Portalegre	2 477 651	2 690 728	3 090 424	4 154 154	3 024 602	3 133 508	5 491 864	5 295 413	5 999 389	5 382 185	6 878 975	27,8%	0,3%
19	Bragança	1 928 668	2 152 557	2 372 936	2 662 039	3 236 893	2 688 033	3 508 247	4 331 997	4 106 106	5 805 147	6 228 451	7,3%	0,3%
20	Guarda	1 990 243	3 206 909	2 489 281	2 691 038	3 609 934	3 302 015	3 870 291	4 236 525	6 116 091	5 440 146	5 480 904	0,7%	0,2%
Total Nacional		**582 994 666**	**655 463 007**	**853 443 796**	**1 003 927 900**	**1 010 412 471**	**974 614 546**	**1 344 937 559**	**1 696 457 809**	**1 714 362 260**	**1 728 510 302**	**2 307 502 624**	**33,5%**	**100%**

O Quadro 2.29 mostra, para cada ano entre 2015 e 2025, o número de municípios que diminuíram a receita de IMI, de IMT ou de ambos os impostos.

Quadro 2.29 – Número de municípios com descida de IMI e IMT

	Número de municípios										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Com diminuição do IMI	44	265	135	56	185	80	111	103	83	197	32
Com diminuição do IMT	121	93	99	93	118	149	45	59	135	140	51
Com diminuição conjugada do IMI e IMT	16	78	48	14	72	45	14	19	43	90	3

Da análise do Quadro 2.29, relativamente a 2025, constata-se que:

- O número de municípios que diminuíram a receita de IMI caiu de 197, em 2024, para 32, em 2025, ou seja, menos 165 municípios (-83,8%). Em contrapartida, 276 municípios aumentaram esta receita;
- Apenas 51 municípios diminuíram a receita de IMT, menos 89 do que em 2024 (-63,6%);
- **O número de municípios que diminuíram simultaneamente as receitas de IMI e de IMT caiu de 90 para três – Mourão, Oleiros e Penela –, uma redução de 87 municípios (-96,7%).**

2.2.4.1.3. IUC (IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO) E DERRAMA

Em 2025, o IUC e a derrama representaram, respetivamente, 7,5% e 10,4% dos impostos diretos municipais. A receita de IUC aumentou 4,5% (+15,3 milhões de euros) e a derrama cresceu 3,0% (+14,3 milhões de euros) face ao ano anterior.

Em 2025, 89 municípios não registaram receita de derrama; todos, porém, registaram receita de IUC.

O *Ranking* R21 apresenta os 35 municípios que arrecadaram maior receita de derrama em 2025.

R21 – Municípios com maior receita de Derrama cobrada em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25			
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Lisboa	G	57 471 495	67 483 751	97 829 675	78 542 449	96 070 120	96 595 250	77 904 248	94 561 493	92 872 331	122 806 158	138 062 476
2	Porto	G	11 102 356	20 860 133	17 882 303	16 924 485	30 797 982	20 895 619	19 389 912	23 460 292	24 036 909	31 647 928	30 112 627
3	Oeiras	G	15 342 152	15 338 002	18 033 968	16 564 877	18 959 616	18 730 263	16 648 165	19 525 739	20 318 933	20 303 830	25 825 716
4	Sintra	G	8 541 423	7 867 446	7 680 944	8 190 770	9 575 183	10 080 328	10 068 682	12 002 284	13 840 598	15 364 945	15 183 800
5	Cascais	G	1 500 879	5 494 596	4 438 331	5 860 657	7 391 172	7 756 182	6 152 980	8 930 227	10 779 753	11 758 403	12 696 585
6	Matosinhos	G	5 484 004	4 619 528	6 621 169	6 840 636	6 598 325	8 037 233	7 486 326	7 384 574	9 247 075	9 885 537	12 266 492
7	Braga	G	4 009 208	4 953 554	4 942 781	6 069 756	6 325 653	7 304 521	6 947 273	8 088 480	9 120 084	10 809 983	12 161 617
8	Maia	G	6 365 321	7 959 509	8 014 078	8 167 628	8 278 475	9 053 531	7 598 564	9 384 909	12 591 249	12 143 319	11 584 280
9	Vila Nova de Gaia	G	4 656 326	5 779 980	6 507 377	6 645 130	8 424 692	7 306 416	6 298 676	7 496 152	8 927 561	10 461 566	11 029 950
10	Loures	G	4 071 446	5 924 182	5 905 148	6 058 203	6 863 996	4 942 877	4 879 973	6 310 862	10 275 773	11 427 516	9 218 389
11	Vila Nova de Famalicão	G	0	6 089 191	6 219 746	6 042 160	6 425 143	6 124 600	5 421 614	6 544 193	7 569 649	7 588 873	7 975 876
12	Leiria	G	3 188 557	3 966 028	4 187 865	4 341 147	4 956 432	5 126 021	4 615 014	4 895 879	6 272 264	7 404 478	6 769 073
13	Setúbal	G	2 152 930	3 545 717	5 704 615	4 527 987	4 619 781	3 968 440	2 883 911	5 926 429	6 828 710	6 308 332	6 607 070
14	Amadora	G	2 596 479	2 764 502	2 932 373	3 297 073	4 024 825	3 807 430	3 212 032	4 055 904	4 874 164	6 909 548	6 291 394
15	Guimarães	G	2 983 420	3 991 282	4 082 862	4 031 317	4 370 963	4 215 145	4 655 406	5 854 199	6 200 867	6 285 356	5 763 294
16	Aveiro	M	2 764 569	2 958 770	3 600 373	4 004 979	4 233 351	4 093 383	3 649 093	5 727 536	6 085 788	5 980 834	5 684 061
17	Vila Franca de Xira	G	2 448 014	2 780 404	2 562 223	2 628 864	2 786 816	3 217 206	2 496 949	3 723 983	4 032 874	5 433 143	5 670 980
18	Coimbra	G	1 214 317	5 240 206	9 192 342	2 887 843	3 977 630	4 749 865	3 399 561	5 025 823	3 962 202	5 262 998	5 472 241
19	Santa Maria da Feira	G	2 380 400	3 426 340	4 445 061	4 120 236	3 878 333	4 005 439	4 217 823	5 070 758	5 900 528	6 434 575	5 435 642
20	Figueira da Foz	M	2 439 564	2 839 057	4 620 116	3 979 524	5 057 538	3 309 598	2 642 522	3 447 295	5 545 902	3 178 039	4 490 688
21	Viana do Castelo	M	2 475 863	3 269 542	3 222 416	4 720 784	4 384 572	3 758 678	2 259 038	5 406 634	4 853 194	3 644 890	4 471 164
22	Torres Vedras	M	503 970	2 185 713	1 683 906	2 155 039	2 465 431	2 682 032	2 268 584	2 818 056	3 712 018	4 021 341	4 296 138
23	Palmela	M	2 836 669	2 256 597	2 002 217	2 705 567	3 767 540	3 915 031	3 121 667	4 157 987	5 175 028	4 096 618	4 080 390
24	Vila do Conde	M	1 894 872	1 996 649	2 064 153	2 311 237	2 245 766	2 485 288	2 542 562	2 724 239	3 435 487	3 871 148	3 934 425
25	Barcelos	G	1 500 793	1 686 675	1 884 329	2 158 674	2 280 439	2 331 849	2 769 676	3 674 256	3 529 565	3 728 966	3 474 223
26	Viseu	G	1 346 950	2 134 092	2 207 998	2 084 984	2 674 976	2 703 153	2 737 585	3 095 817	3 316 803	3 659 827	3 238 419
27	Odivelas	G	1 128 816	1 443 460	1 425 732	1 573 851	1 914 299	1 995 583	2 036 394	2 429 460	2 765 164	3 187 300	3 192 749
28	Mafra	M	869 507	1 258 331	964 559	1 299 551	1 300 208	1 481 335	1 650 338	1 917 600	2 333 351	2 712 306	3 158 751
29	Faro	M	1 205 153	2 085 452	1 994 514	2 457 189	2 403 908	3 487 240	1 462 545	2 142 794	3 685 281	3 671 320	3 080 140
30	Seixal	G	1 450 402	1 281 300	2 076 876	2 312 516	2 607 474	1 665 186	1 938 467	2 973 071	2 916 062	2 664 742	2 949 221
31	Ovar	M	1 010 173	1 431 903	1 617 666	1 415 484	1 494 120	1 995 085	0	0	3 246 428	3 199 767	2 777 917
32	Almada	G	1 760 826	2 846 752	2 864 417	3 445 102	3 499 711	2 327 302	1 549 343	2 365 995	2 468 061	2 582 009	2 678 732
33	Gondomar	G	1 479 886	2 393 428	2 574 129	3 170 797	3 027 824	3 248 338	2 281 809	2 177 176	2 649 688	3 181 936	2 538 783
34	Santo Tirso	M	1 122 949	1 566 162	1 730 198	1 618 385	1 670 552	2 168 842	2 615 776	3 052 539	3 693 727	2 403 188	2 511 583
35	Ponta Delgada	M	1 809 959	1 267 969	1 482 870	1 524 558	1 684 608	2 358 064	1 512 128	1 384 401	1 777 642	2 295 778	2 487 079

O *Ranking* R22 apresenta os 35 municípios com maior receita de IUC em 2025.

R22 – Municípios com maior receita de IUC cobrada em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25			
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Lisboa	G	17 927 774	18 179 130	19 430 625	20 354 330	20 273 778	19 001 560	18 277 098	18 064 566	18 392 998	18 244 680	18 527 117
2	Sintra	G	10 121 033	10 458 914	11 525 745	12 271 426	13 235 883	12 975 483	13 385 615	13 608 581	14 427 420	14 749 823	15 055 847
3	Oeiras	G	11 860 076	12 073 793	13 123 949	13 334 677	12 790 074	12 389 216	12 203 916	11 606 540	13 306 282	13 172 041	13 370 736
4	Vila Nova de Gaia	G	7 234 436	7 112 130	7 507 544	8 329 570	8 849 299	8 889 488	9 359 649	9 677 433	10 308 182	10 984 332	11 649 205
5	Cascais	G	5 808 788	5 884 859	6 326 753	6 703 881	6 855 338	6 733 490	7 315 632	7 856 447	8 234 164	8 335 526	8 648 752
6	Loures	G	5 025 128	4 789 743	4 936 439	5 803 016	6 825 225	6 177 834	6 170 635	6 798 475	7 504 797	7 685 973	7 738 311
7	Porto	G	5 627 328	5 781 375	6 293 240	6 477 108	6 593 056	6 620 171	6 609 342	6 997 343	7 534 167	7 527 585	7 612 415
8	Braga	G	4 227 296	4 262 227	4 436 605	4 748 764	5 027 197	4 908 133	5 201 376	5 660 816	6 090 918	6 218 396	6 482 814
9	Leiria	G	3 257 436	3 355 254	3 595 867	3 855 585	4 037 705	3 975 463	4 086 689	4 421 311	4 754 180	4 905 986	5 151 947
10	Amadora	G	3 183 052	3 508 277	3 994 698	4 295 975	4 358 715	4 395 442	4 399 630	4 417 331	4 813 426	5 007 885	5 027 753
11	Guimarães	G	3 374 818	3 433 827	3 594 097	3 820 483	3 961 429	3 896 168	3 892 659	4 348 528	4 699 334	4 766 720	5 022 206
12	Matosinhos	G	3 693 859	3 720 845	3 973 159	4 179 698	4 216 615	4 276 631	4 279 456	4 593 371	4 852 744	4 852 047	5 012 481
13	Seixal	G	3 277 680	3 304 356	3 578 109	3 773 884	3 972 933	3 969 556	4 151 503	4 472 777	4 715 506	4 784 178	4 950 018
14	Santa Maria da Feira	G	2 989 599	3 077 477	3 295 429	3 518 651	3 710 384	3 762 760	3 710 752	4 154 163	4 516 649	4 621 074	4 861 322
15	Almada	G	3 401 329	3 412 275	3 713 776	3 879 417	4 043 882	4 004 723	4 183 544	4 401 254	4 646 371	4 662 736	4 788 995
16	Vila Nova de Famalicão	G	3 003 415	3 043 968	3 217 324	3 397 958	3 571 018	3 428 869	3 703 963	4 029 955	4 374 433	4 483 109	4 748 084
17	Gondomar	G	3 022 722	3 082 219	3 280 096	3 497 142	3 649 137	3 651 755	3 674 136	4 026 436	4 277 495	4 356 369	4 556 442
18	Coimbra	G	3 403 451	3 388 886	3 494 182	3 668 508	3 764 777	3 725 045	3 882 205	4 064 382	4 288 215	4 380 453	4 546 709
19	Maia	G	3 068 351	3 128 533	3 394 830	3 560 797	3 686 740	3 706 835	3 675 727	3 965 916	4 195 894	4 238 020	4 407 607
20	Barcelos	G	2 528 875	2 624 871	2 795 146	3 012 745	3 142 079	3 052 774	3 213 000	3 542 990	3 858 632	3 957 849	4 152 294
21	Vila Franca de Xira	G	2 711 165	2 736 098	2 946 907	3 101 768	3 222 105	3 238 796	3 405 915	3 687 990	3 925 682	3 999 565	4 114 959
22	Odivelas	G	2 874 353	2 905 070	3 173 037	3 330 918	3 455 487	3 506 863	3 674 947	3 779 505	4 001 284	4 043 634	4 103 279
23	Setúbal	G	2 847 258	2 790 038	2 872 712	3 049 665	3 476 626	3 206 218	3 348 831	3 476 973	3 715 134	3 778 998	3 942 247
24	Loulé	M	2 176 362	2 267 610	2 505 290	2 675 967	2 809 362	2 778 868	2 837 468	3 140 985	3 443 560	3 566 491	3 778 893
25	Funchal	G	2 609 780	2 526 054	2 559 756	2 720 086	2 812 088	2 797 367	2 921 139	3 088 036	3 336 667	3 453 791	3 599 496
26	Viseu	G	2 155 140	2 224 983	2 359 138	2 513 627	2 647 340	2 696 243	2 702 006	2 991 443	3 257 569	3 326 106	3 507 411
27	Mafra	M	1 901 054	1 934 838	2 125 853	2 288 088	2 431 460	2 536 162	2 611 225	2 792 861	3 001 308	3 061 283	3 220 799
28	Viana do Castelo	M	1 921 838	1 941 957	2 056 406	2 187 335	2 275 964	2 335 249	2 467 223	2 567 106	2 735 767	2 796 199	2 943 979
29	Paredes	M	1 565 977	1 626 461	1 793 005	2 023 248	2 122 960	2 146 038	2 068 154	2 430 444	2 632 534	2 727 354	2 923 791
30	Torres Vedras	M	1 717 648	1 739 367	1 772 664	2 068 192	2 171 343	2 151 359	2 313 361	2 497 942	2 712 161	2 772 202	2 921 959
31	Faro	M	1 987 148	1 933 400	2 003 039	2 139 129	2 226 249	2 276 245	2 294 643	2 424 427	2 605 826	2 672 785	2 789 611
32	Valongo	M	1 760 827	1 805 600	1 935 044	2 093 723	2 197 253	2 194 992	2 197 545	2 454 498	2 616 432	2 672 065	2 784 370
33	Aveiro	M	1 832 082	1 876 617	2 018 106	2 107 650	2 212 777	2 231 166	2 202 927	2 410 415	2 610 996	2 646 496	2 731 000
34	Oliveira de Azeméis	M	1 526 490	1 586 141	1 702 197	1 820 963	1 933 981	1 949 188	2 055 721	2 159 701	2 372 153	2 492 484	2 708 586
35	Palmela	M	1 512 615	1 543 296	1 670 650	1 782 909	1 870 559	1 866 278	1 996 856	2 156 012	2 348 173	2 437 247	2 561 979

O *ranking* R23 mostra os 35 municípios com menor valor cobrado de IUC em 2025.

R23 – Municípios com menor receita de IUC cobrada em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25			
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Corvo	P	7 125	6 673	5 419	7 632	7 517	7 364	9 297	8 578	8 953	8 645	9 687
2	Barrancos	P	23 890	25 449	26 600	27 102	28 406	28 712	30 253	31 623	34 290	35 507	36 585
3	Lajes das Flores	P	28 975	29 004	29 890	30 248	32 213	32 927	34 469	39 149	39 103	41 200	42 947
4	Santa Cruz das Flores	P	40 617	39 954	42 258	43 314	44 536	43 501	48 775	53 788	54 405	55 861	57 655
5	Alvito	P	36 334	36 496	40 195	44 396	45 011	45 288	45 791	50 063	54 787	56 145	60 358
6	Alcoutim	P	40 941	40 412	43 057	46 643	50 986	48 332	51 506	57 907	61 597	63 282	65 502
7	Mourão	P	39 521	37 542	45 714	47 503	51 039	49 516	56 700	57 253	61 731	62 529	65 630
8	Monforte	P	45 998	46 774	52 350	55 203	58 266	52 791	56 848	56 513	61 541	63 639	68 727
9	Porto Moniz	P	37 573	37 155	42 124	46 294	48 323	49 538	51 817	56 040	71 790	59 412	72 745
10	Manteigas	P	57 141	57 431	58 318	61 731	64 144	56 988	60 016	59 981	71 762	70 389	73 899
11	Fronteira	P	52 845	53 505	51 900	58 882	60 254	62 534	65 388	68 849	73 589	75 257	76 642
12	Vila Velha de Ródão	P	45 054	48 716	50 302	51 240	53 241	54 968	59 536	63 435	72 438	74 343	77 422
13	Castelo de Vide	P	60 644	60 229	61 375	61 877	62 661	65 131	65 740	67 304	70 306	70 382	77 493
14	Freixo de Espada à Cinta	P	51 598	53 885	49 927	58 536	58 211	60 113	65 941	67 893	68 431	68 700	77 772
15	Alter do Chão	P	52 662	50 047	58 209	61 981	65 010	63 053	66 580	71 226	76 023	75 784	78 380
16	Crato	P	56 253	55 027	58 668	59 753	60 289	61 341	67 237	69 394	75 611	75 457	78 475
17	Marvão	P	61 088	57 572	61 774	62 796	65 664	65 522	68 277	70 111	74 372	69 947	79 457
18	Arronches	P	53 231	52 567	54 049	59 570	61 100	59 453	66 210	68 438	75 488	76 770	80 998
19	Penedono	P	53 672	53 118	55 878	62 413	62 215	73 919	35 737	71 281	76 346	77 905	84 008
20	Gavião	P	52 406	56 661	54 163	58 192	58 693	55 913	61 721	67 502	83 310	73 844	84 258
21	Pampilhosa da Serra	P	55 486	54 995	58 738	62 022	63 641	62 770	63 332	72 392	76 345	80 854	85 614
22	Castanheira de Pera	P	50 576	53 024	59 094	61 263	63 422	62 349	66 375	71 392	81 567	80 127	87 002
23	Vila de Rei	P	45 586	46 478	49 028	52 524	55 804	57 078	62 145	69 190	75 763	81 801	87 020
24	Mesão Frio	P	65 094	67 320	69 179	72 768	76 890	72 586	75 633	83 209	89 294	89 591	91 601
25	Nordeste	P	55 950	57 946	62 078	65 432	69 726	67 944	74 642	79 860	86 963	92 638	94 605
26	Calheta (R.A.A.)	P	61 273	60 383	56 355	67 977	77 804	60 671	77 124	76 098	89 392	91 674	100 224
27	Povoação	P	76 611	77 920	81 030	89 527	93 970	92 166	142 549	102 995	114 981	115 955	101 346
28	Vimioso	P	78 927	76 211	79 648	82 786	85 472	79 305	87 378	87 007	93 059	93 258	102 401
29	Avis	P	75 958	76 374	80 048	86 446	87 648	84 537	85 329	96 188	101 937	100 867	105 135
30	Sardoal	P	66 036	58 843	64 625	73 867	76 173	73 598	79 210	85 588	97 272	101 009	106 729
31	Alfândega da Fé	P	79 038	77 614	82 667	89 011	79 499	88 163	93 886	96 856	102 244	104 001	107 700
32	Penamacor	P	78 027	78 504	81 016	83 840	87 984	85 616	82 293	92 542	100 712	99 896	108 702
33	Constância	P	80 501	73 433	84 851	87 692	90 672	89 524	95 832	100 362	109 990	111 764	112 990
34	Mora	P	85 122	86 019	87 732	88 847	92 790	91 608	93 789	99 571	105 475	108 226	113 962
35	Oleiros	P	69 540	70 391	67 713	72 830	88 391	81 753	87 983	94 787	105 197	107 781	120 576

2.2.4.2. Receitas cobradas com Taxas, Multas e outras Penalidades

A receita de taxas, multas e outras penalidades aumentou 30,6% (+178,2 milhões de euros) em 2025, atingindo 760,9 milhões de euros, conforme os Quadros 2.9 a 2.12. Entre 2015 e 2025, esta receita cresceu 303,1% (+572,2 milhões de euros), alcançando o valor mais elevado do período.

A análise dos *Rankings* R24 e R25 evidencia uma evolução muito heterogénea desta receita entre municípios. Nos parágrafos seguintes destacam-se os casos com variações mais expressivas entre 2024 e 2025.

Em 2025, as taxas, multas e outras penalidades representaram 5,1% da receita municipal total e 6,2% da receita corrente.

O *Ranking* R24 apresenta os 35 municípios com maior receita de taxas, multas e outras penalidades em 2025 e os respetivos valores desde 2015. Da sua análise conclui-se que:

- À semelhança do que sucede nas receitas fiscais, Lisboa apresentou o maior volume de taxas, multas e outras penalidades: 159,4 milhões de euros, correspondentes a 20,9% do total nacional desta receita, e um crescimento de 55,4% (+56,8 milhões de euros);
- O Porto ocupou a segunda posição, com 75,7 milhões de euros, o equivalente a 47,5% do valor de Lisboa, e um aumento de 32,1% (+18,4 milhões de euros);
- O Funchal ocupou a terceira posição, com 28,7 milhões de euros, o equivalente a 18,0% do valor de Lisboa. Esta receita aumentou 74,2% (+12,2 milhões de euros) face ao ano anterior;[59]
- Cascais passou para a quarta posição, com 23,6 milhões de euros, o equivalente a 14,8% do valor de Lisboa. A receita diminuiu 0,6% (-149,5 milhares de euros);
- Seguiram-se Matosinhos e Sintra, com 20,9 milhões de euros e 20,5 milhões de euros, respetivamente;
- Seis outros municípios arrecadaram mais de 10 milhões de euros: Albufeira (16,3 milhões de euros), Oeiras (15,1 milhões de euros), Mafra (14,0 milhões de euros), Seixal (11,7 milhões de euros), Braga (11,2 milhões de euros) e Almada (10,4 milhões de euros). Oeiras e Seixal apresentaram reduções de 4,4% (-696,5 milhares de euros) e 18,4% (-2,6 milhões de euros), respetivamente. Albufeira destacou-se pelo crescimento de 1 217,6% (+15,0 milhões de euros);
- Além de Albufeira, três municípios deste *ranking* apresentaram crescimentos superiores a 100%: Ponta Delgada (+203,2%), Loulé (+157,8%) e Sines (+109,1%).

[59] Destronando Cascais desta posição em 2024.

R24 – Municípios com maior receita de taxas, multas e outras penalidades cobrada em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25			
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Lisboa	G	52 064 349	73 110 185	95 492 170	69 518 728	88 476 989	56 959 438	53 952 810	86 064 392	94 031 226	102 598 613	159 421 864
2	Porto	G	4 331 851	4 761 061	8 036 485	14 618 019	22 467 952	25 151 965	27 844 140	34 316 199	46 091 593	57 337 853	75 743 996
3	Funchal	G	2 480 253	2 519 775	3 762 081	2 731 283	3 203 518	2 739 392	3 320 542	12 812 333	11 501 945	16 455 006	28 668 921
4	Cascais	G	9 138 179	9 990 599	15 263 860	5 436 950	7 157 952	12 596 751	18 906 248	18 084 148	32 264 651	23 728 483	23 578 943
5	Matosinhos	G	3 531 244	2 532 815	3 608 209	2 325 956	2 110 165	7 235 046	7 763 696	7 374 314	11 646 139	13 243 696	20 850 112
6	Sintra	G	3 006 618	3 086 759	7 005 553	2 973 263	4 660 557	8 303 445	7 841 001	12 829 767	16 726 735	16 227 341	20 454 825
7	Albufeira	M	924 215	867 796	3 498 089	1 534 225	1 993 147	1 030 944	625 408	991 403	1 171 776	1 233 803	16 256 360
8	Oeiras	G	985 098	1 093 179	2 580 647	1 086 631	2 297 719	1 591 635	4 939 940	6 309 242	6 663 854	15 825 669	15 129 156
9	Mafra	M	3 624 545	3 629 316	4 179 261	3 949 129	4 307 571	6 661 470	7 908 254	9 296 561	9 588 160	11 485 735	14 010 672
10	Seixal	G	617 954	651 267	3 356 840	506 349	523 497	6 601 383	16 440 397	15 104 155	19 006 667	14 314 436	11 684 186
11	Braga	G	1 159 322	1 515 010	2 739 062	1 478 989	1 432 376	4 704 452	6 469 104	7 612 737	9 404 953	8 003 164	11 189 587
12	Almada	G	1 421 067	1 609 910	3 503 658	2 435 974	2 237 972	4 590 640	6 572 771	7 754 600	8 535 952	9 275 182	10 374 565
13	Vila Nova de Gaia	G	1 110 342	1 177 523	3 911 139	1 606 437	1 771 644	2 973 803	5 023 354	5 651 823	7 521 415	9 234 404	9 181 531
14	Vila do Conde	M	1 171 809	1 301 285	1 673 087	1 009 364	1 401 777	2 886 822	2 935 395	3 818 882	4 696 907	5 167 827	9 156 359
15	Setúbal	G	1 253 890	1 569 857	1 676 140	1 861 602	2 327 157	3 820 858	4 641 505	5 486 611	6 882 754	7 595 461	8 733 582
16	Portimão	M	432 013	332 644	410 153	363 740	465 631	2 090 040	1 684 307	3 300 893	2 693 770	7 010 103	8 650 705
17	Loulé	M	3 803 090	1 506 098	3 674 183	962 735	1 258 611	740 494	1 230 541	2 483 771	2 838 651	3 039 560	7 835 216
18	Coimbra	G	3 689 450	3 270 126	4 397 687	4 842 438	5 148 292	7 225 537	3 464 147	3 703 393	6 038 151	5 918 699	7 832 161
19	Aveiro	M	759 196	831 807	1 396 007	1 028 064	1 361 244	3 070 717	4 456 648	5 503 817	6 238 496	6 156 782	7 768 390
20	Loures	G	1 177 057	2 448 065	3 097 682	2 436 936	2 324 775	3 627 204	5 265 420	4 756 166	7 342 721	7 876 616	7 667 932
21	Vila Nova de Famalicão	G	784 380	664 505	760 201	1 048 784	1 516 109	2 463 398	3 341 302	4 352 375	4 733 832	5 516 021	7 351 122
22	Guimarães	G	1 369 575	1 442 552	2 886 832	2 020 395	1 910 887	6 037 430	4 884 454	4 892 074	5 722 813	5 891 017	7 196 257
23	Gondomar	G	736 418	1 035 469	2 033 289	917 368	1 238 086	952 434	3 160 070	3 589 194	3 711 447	5 506 704	6 986 230
24	Leiria	G	1 286 377	1 328 871	2 050 614	1 321 732	1 515 448	3 792 728	4 113 590	4 477 353	4 664 034	4 819 222	6 919 337
25	Maia	G	835 706	728 071	1 828 343	666 195	601 227	2 581 554	2 623 821	3 895 964	4 451 824	5 657 505	6 743 673
26	Faro	M	411 705	777 455	492 498	721 173	658 350	731 051	2 179 552	2 939 037	3 470 181	3 369 630	6 573 007
27	Sines	P	154 937	140 097	303 060	170 303	183 553	432 705	466 018	1 016 421	2 788 786	2 774 908	5 802 417
28	Lagos	M	1 901 905	2 076 395	2 847 585	1 644 220	2 046 455	3 141 468	3 657 733	4 415 202	4 340 419	4 692 332	5 724 017
29	Ponta Delgada	M	500 232	407 758	894 134	434 994	756 940	1 145 499	1 701 872	1 302 563	1 320 685	1 808 604	5 483 707
30	Santa Cruz	M	469 749	593 549	1 036 144	592 198	554 318	2 297 202	2 261 866	2 987 170	4 647 462	5 133 636	5 282 867
31	Vila Franca de Xira	G	706 938	1 223 159	1 995 802	580 220	893 443	3 964 667	3 811 478	4 057 437	4 444 529	5 922 431	5 235 189
32	Lagoa (Algarve)	M	411 088	391 192	999 592	498 468	450 946	671 194	1 697 761	1 108 958	1 254 437	4 257 878	5 225 753
33	Montijo	M	366 898	356 940	843 000	551 974	901 995	2 056 012	3 616 909	3 075 655	4 066 758	5 278 042	5 049 192
34	Palmela	M	815 339	1 095 664	2 066 501	879 639	1 079 671	857 825	7 237 558	2 618 646	2 770 626	2 714 596	4 738 059
35	Barcelos	G	722 522	927 795	1 452 161	923 649	1 003 917	879 951	2 208 193	2 195 696	2 135 522	4 150 035	4 729 343

O *Ranking* R25 apresenta os 35 municípios com menor receita de taxas, multas e outras penalidades em 2025. Da sua análise conclui-se que:

- Treze municípios deste *ranking* aumentaram a receita de taxas, multas e outras penalidades. Fronteira apresentou a maior taxa de crescimento (+71,4%);
- Todos os municípios do *ranking* são de pequena dimensão. O Corvo arrecadou o menor valor e registou uma diminuição de 67,4%;
- Dos vinte municípios deste *ranking* que diminuíram a receita de taxas, multas e outras penalidades, destaca-se o Sabugal. Segundo o respetivo Relatório de Gestão, a redução resultou sobretudo da transferência da cobrança da taxa de saneamento para a APAL-SIM e da classificação, em outras receitas correntes, de 396 069,49 euros relativos a resíduos sólidos. Se esse montante tivesse sido registado na rubrica correta, a receita teria ascendido a 426 098,18 euros e aumentado face a 2024.

R25 – Municípios com menor receita de taxas, multas e outras penalidades cobrada em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25			
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Corvo	P	2 429	1 104	1 496	1 654	1 798	1 266	776	909	813	1 764	575
2	Arronches	P	4 301	4 349	4 107	5 279	11 779	13 934	13 806	10 890	5 946	4 779	3 574
3	Ourique	P	22 892	10 645	9 123	15 423	8 997	8 791	8 271	10 323	17 862	7 217	6 721
4	Barrancos	P	13 054	8 034	6 967	5 124	5 719	3 470	4 685	4 150	9 187	7 191	7 226
5	Santa Cruz das Flores	P	5 161	4 296	13 401	9 751	13 537	6 253	6 642	15 527	44 273	9 147	13 010
6	Lajes das Flores	P	1 258	1 829	3 480	3 388	2 884	1 684	4 374	3 101	3 746	10 001	13 396
7	Góis	P	255 448	315 550	329 439	329 283	337 883	95 230	27 893	36 767	35 431	28 367	18 851
8	Alcoutim	P	27 955	17 255	19 904	14 723	22 021	14 790	33 999	26 699	23 809	30 608	20 656
9	Castanheira de Pera	P	168 048	169 902	156 411	150 662	164 579	30 328	12 473	20 409	21 247	18 917	22 646
10	Pampilhosa da Serra	P	23 235	25 427	26 247	22 879	24 383	20 147	23 843	20 723	21 276	36 422	24 824
11	Belmonte	P	37 697	29 234	45 819	28 512	24 646	26 056	25 954	44 764	30 954	26 252	24 884
12	Sardoal	P	22 529	29 480	27 179	26 133	33 149	18 085	18 736	19 867	17 392	21 107	25 261
13	Manteigas	P	43 361	12 587	19 301	49 709	40 211	43 140	27 213	36 126	38 240	30 820	26 483
14	Penedono	P	16 246	14 298	15 477	13 059	10 336	5 349	16 825	32 620	41 220	27 247	26 646
15	Sta. Marta de Penaguião	P	56 515	65 234	94 641	77 271	32 930	38 305	20 537	26 798	41 529	33 778	26 951
16	Freixo de Espada à Cinta	P	26 712	25 714	29 309	36 216	30 577	16 657	20 525	19 626	22 382	30 929	27 453
17	Vila Flor	P	58 054	48 561	50 311	29 252	31 880	30 995	37 163	47 005	35 483	42 351	27 996
18	Calheta (R.A.A.)	P	19 833	15 856	18 585	16 188	18 886	17 313	25 506	24 394	24 067	27 928	28 376
19	Vimioso	P	24 364	28 297	38 258	41 544	35 309	32 902	28 654	35 208	38 962	29 196	29 039
20	Sabugal	P	346 026	354 863	353 980	347 740	399 588	455 102	526 550	547 051	605 546	397 787	30 029
21	Velas	P	28 241	24 716	36 881	32 485	18 647	17 470	12 382	26 112	25 629	29 208	30 209
22	Aguiar da Beira	P	26 408	29 059	20 781	25 019	22 978	28 545	22 903	26 709	32 822	30 058	34 800
23	Chamusca	P	70 188	48 218	86 539	47 049	49 198	42 468	28 165	118 176	34 934	36 556	35 921
24	Crato	P	14 544	13 877	24 289	37 029	22 890	24 126	15 160	33 820	67 257	72 987	36 245
25	Mourão	P	10 316	13 655	16 609	15 760	16 789	13 495	13 503	53 988	43 355	37 203	36 828
26	Mação	P	23 676	19 707	21 898	27 503	27 737	28 161	42 234	52 092	47 943	49 758	40 468
27	Tabuaço	P	53 090	83 088	58 462	42 065	58 626	40 546	43 819	42 287	41 490	70 933	41 738
28	Murça	P	106 355	112 376	115 165	127 908	125 072	34 561	19 498	28 653	28 422	35 968	43 359
29	Alvaiázere	P	96 024	102 769	111 403	95 407	95 963	39 054	37 743	43 958	47 362	103 999	44 869
30	Marvão	P	6 394	19 004	27 487	22 429	62 665	18 568	29 270	40 529	51 268	31 119	45 810
31	Nisa	P	41 605	32 855	35 985	22 229	37 092	15 051	87 239	56 503	61 166	41 022	47 391
32	Fronteira	P	26 664	10 631	22 639	7 080	9 342	23 246	37 426	35 625	31 068	29 302	50 214
33	Torre de Moncorvo	P	78 349	65 599	76 920	75 744	66 546	45 227	73 557	39 023	68 797	87 634	50 666
34	Alvito	P	12 060	13 757	16 690	69 926	81 675	30 491	45 467	41 082	41 518	47 497	50 835
35	Monforte	P	31 961	15 578	21 311	14 297	57 305	35 922	30 833	452 295	63 255	43 556	52 663

2.2.4.2.1. Receita cobrada com Taxa Municipal Turística de Dormidas

A análise das contas municipais mostra que apenas alguns municípios portugueses implementaram a taxa municipal turística de dormidas. Esta taxa foi criada ao abrigo do artigo 20.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e em conformidade com a Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, que aprova o regime geral das taxas das autarquias locais.[60] [61]

Em 2025, 43 municípios cobraram taxa municipal turística. O Quadro 2.30 mostra o peso desta receita no total das taxas, multas e outras penalidades e na receita total dos municípios abrangidos: em média, 37,0% e 3,1%, respetivamente.

Em 2025, mais doze municípios passaram a cobrar esta taxa, elevando em 38,7% o número de municípios cobradores. A receita total aumentou 96,4% (+91,6 milhões de euros), atingindo 186,6 milhões de euros.

A taxa municipal turística representou mais de 50% das taxas, multas e outras penalidades cobradas nos seguintes municípios: Calheta (Madeira), com 78,8%; Lagoa (Algarve), com 77,7%; Albufeira, com 71,0%; Machico, com 68,1%; Portimão, com 62,2%; Loulé, com 56,7%; Porto Santo, com 55,7%; e Lisboa, com 52,2%.

O maior peso da taxa municipal turística na receita total registou-se no Funchal (9,7%), em Albufeira (9,1%) e em Porto Santo (8,1%). Seis outros municípios apresentaram pesos superiores a 5%: Porto, Calheta (Madeira), Lisboa, Lagoa (Algarve), Portimão e Santa Cruz.

Nos 43 municípios cobradores, a taxa municipal turística representou, em média, 3,1% da receita total.

---

[60] A Taxa Municipal Turística é devida pelas dormidas remuneradas em empreendimentos turísticos e estabelecimentos de Alojamento Local, localizados em alguns municípios. Esta taxa incide sobre hóspedes, com idade superior a 13 anos, e é calculada por pessoa e por dormida, até um máximo de 7 noites seguidas, independentemente da modalidade de reserva (presencial, analógica ou digital). O valor unitário varia, e pode ser consultado no Regulamento de Taxas, de cada município.

[61] Artigo 20.º, Lei 73/2023: Taxas dos municípios

1 – Os municípios podem criar taxas nos termos do regime geral das taxas das autarquias locais.

2 – A criação de taxas pelos municípios está subordinada aos princípios da equivalência jurídica, da justa repartição dos encargos públicos e da publicidade, incidindo sobre utilidades prestadas aos particulares, geradas pela atividade dos municípios ou resultantes do benefício económico decorrente da realização de investimentos municipais.

Quadro 2.30 – Impacto da Taxa Municipal Turística nas receitas cobradas em 2024 e 2025

Unidade: euros

	Município	Distrito	Dim.	Taxa municipal turística (a)			Taxas, multas e penal. (b)	Peso (a) / (b)	Receita Total cobrada (c)	Peso (a) / (c)
				2024	2025	Variação 24/25	2025	2025	2025	2025
1	Lisboa	Lisboa	G	49 876 849	83 185 019	66,8%	159 421 864	52,2%	**1 261 653 650**	**6,6%**
2	Sintra	Lisboa	G	1 477 960	1 478 218	0,0%	20 454 825	7,2%	**457 144 854**	**0,3%**
3	Porto	Porto	G	19 947 081	30 035 289	50,6%	75 743 996	39,7%	**432 496 215**	**6,9%**
4	Cascais	Lisboa	G	3 416 691	5 859 622	71,5%	23 578 943	24,9%	**404 179 736**	**1,4%**
5	Oeiras	Lisboa	G	144 602	526 759	264,3%	15 129 156	3,5%	**283 956 114**	**0,2%**
6	Vila Nova de Gaia	Porto	G	2 607 393	3 225 552	23,7%	9 181 531	35,1%	**275 918 880**	**1,2%**
7	Loures	Lisboa	G	39 325	653 810	1562,6%	7 667 932	8,5%	**255 220 985**	**0,3%**
8	Matosinhos	Porto	G	0	1 105 837	--	20 850 112	5,3%	**225 946 595**	**0,5%**
9	Braga	Braga	G	582 932	675 308	15,8%	11 189 587	6,0%	**217 785 885**	**0,3%**
10	Loulé	Faro	M	27 818	4 441 345	15865,7%	7 835 216	56,7%	**205 269 283**	**2,2%**
11	Coimbra	Coimbra	G	607 611	737 436	21,4%	7 832 161	9,4%	**171 384 240**	**0,4%**
12	Funchal	Madeira	G	1 793 000	14 126 854	687,9%	28 668 921	49,3%	**146 287 237**	**9,7%**
13	Maia	Porto	G	412 530	638 804	54,9%	6 743 673	9,5%	**145 085 226**	**0,4%**
14	Setúbal	Setúbal	G	11 664	665 326	5604,1%	8 733 582	7,6%	**144 608 832**	**0,5%**
15	Mafra	Lisboa	M	1 202 796	1 188 367	-1,2%	14 010 672	8,5%	**142 805 432**	**0,8%**
16	Albufeira	Faro	M	0	11 541 401	--	16 256 360	71,0%	**127 112 245**	**9,1%**
17	Viana do Castelo	Viana do Castelo	M	130 248	488 705	275,2%	3 724 714	13,1%	**113 025 471**	**0,4%**
18	Póvoa de Varzim	Porto	M	400 707	402 453	0,4%	3 351 519	12,0%	**94 665 617**	**0,4%**
19	Portimão	Faro	M	2 990 000	5 379 429	79,9%	8 650 705	62,2%	**89 640 831**	**6,0%**
20	Faro	Faro	M	1 206 232	1 949 051	61,6%	6 573 007	29,7%	**81 624 664**	**2,4%**
21	Figueira da Foz	Coimbra	M	638 836	771 718	20,8%	3 219 218	24,0%	**79 530 560**	**1,0%**
22	Ponta Delgada	Açores	M	0	2 298 066	--	5 483 707	41,9%	**75 105 232**	**3,1%**
23	Olhão	Faro	M	661 296	748 319	13,2%	2 295 302	32,6%	**66 822 067**	**1,1%**
24	Amarante	Porto	M	92 089	140 956	53,1%	4 004 624	3,5%	**66 420 409**	**0,2%**
25	Lagoa (Algarve)	Faro	M	2 654 098	4 060 128	53,0%	5 225 753	77,7%	**65 485 208**	**6,2%**
26	Évora	Évora	M	0	191 258	--	3 106 718	6,2%	**65 265 922**	**0,3%**
27	Vila Real de Sto. António	Faro	M	980 935	964 834	-1,6%	4 625 026	20,9%	**46 699 496**	**2,1%**
28	Santa Cruz	Madeira	M	2 140 904	2 448 168	14,4%	5 282 867	46,3%	**42 258 147**	**5,8%**
29	Ribeira Grande	Açores	M	0	249 339	--	747 937	33,3%	**34 152 284**	**0,7%**
30	Peniche	Leiria	M	290 342	387 717	33,5%	1 254 889	30,9%	**31 271 697**	**1,2%**
31	Óbidos	Leiria	P	295 663	347 322	17,5%	576 365	60,3%	**26 673 799**	**1,3%**
32	Caminha	Viana do Castelo	P	0	198 638	--	800 077	24,8%	**24 705 565**	**0,8%**
33	Câmara de Lobos	Madeira	M	0	483 564	--	2 179 389	22,2%	**24 467 043**	**2,0%**
34	Calheta (R.A.M.)	Madeira	P	214 216	1 677 196	682,9%	2 129 353	78,8%	**24 322 125**	**6,9%**
35	Machico	Madeira	M	28 044	943 422	3264,1%	1 385 196	68,1%	**22 512 337**	**4,2%**
36	Lagoa (R.A.A.)	Açores	P	0	213 886	--	461 963	46,3%	**19 496 697**	**1,1%**
37	Vila Franca do Campo	Açores	P	0	130 640	--	763 179	17,1%	**16 812 238**	**0,8%**
38	Terras de Bouro	Braga	P	0	70 647	--	394 371	17,9%	**16 708 876**	**0,4%**
39	Ponta do Sol	Madeira	P	71 612	503 714	603,4%	1 307 352	38,5%	**13 499 253**	**3,7%**
40	Santana	Madeira	P	66 012	366 590	455,3%	841 273	43,6%	**11 760 587**	**3,1%**
41	Povoação	Açores	P	0	234 050	--	502 713	46,6%	**10 973 809**	**2,1%**
42	Porto Santo	Madeira	P	0	796 892	--	1 430 194	55,7%	**9 850 007**	**8,1%**
43	Nordeste	Açores	P	0	55 938	--	96 385	58,0%	**9 642 447**	**0,6%**
	Total			**95 009 485**	**186 587 586**	**96,4%**	**503 712 325**	**37,0%**	**6 080 247 793**	**3,1%**

Em 2025, Lisboa arrecadou o maior volume de taxa municipal turística: 83,2 milhões de euros, mais 66,8% do que no ano anterior e o equivalente a 44,6% do total cobrado pelos 43 municípios. Seguiu-se o Porto, com 30,0 milhões de euros (+50,6%), ou 16,1% do total. Em conjunto, Lisboa e Porto concentraram 60,7% desta receita;

Vila Real de Santo António e Mafra apresentaram ligeiras diminuições da taxa municipal turística, de 1,6% (-16,1 milhares de euros) e 1,2% (-14,4 milhares de euros), respetivamente. Em sentido contrário, quatro municípios registaram crescimentos superiores a 1 000%: Loulé (+15 865,7%), Setúbal (+5 604,1%), Machico (+3 264,1%) e Loures (+1 562,6%).

2.2.5. Receita da venda de bens e serviços correntes e da venda de bens de investimento

A venda de bens e serviços correntes e a venda de bens de investimento constituem, em conjunto, outra fonte relevante de receita municipal. Surgem depois das transferências e das receitas fiscais, apesar de parte significativa da prestação de serviços ter sido externalizada para serviços municipalizados, empresas municipais ou concessionárias.[62]

Em 2025, o valor conjunto da venda de bens e serviços correntes e da venda de bens de investimento aumentou 3,9% e representou 8,4% da receita total. A venda de bens e serviços correntes atingiu 1 183,4 milhões de euros (+5,9%; +66,3 milhões de euros), enquanto a venda de bens de investimento totalizou 79,0 milhões de euros (-19,2%; -18,8 milhões de euros).

A venda de bens e serviços correntes cresceu continuamente entre 2015 e 2025, com exceção de 2020, quando diminuiu 17,5%. A venda de bens de investimento apresentou uma evolução irregular: cresceu em 2023 e 2024, mas voltou a diminuir em 2025 (-19,2%).

Em 2025, 75 municípios não registaram receita proveniente da venda de bens de investimento; todos registaram receita de venda de bens e serviços correntes.

2.2.5.1. Receita cobrada da venda de bens de investimento

O *Ranking* R26 apresenta os municípios com maior receita proveniente da venda de bens de investimento, incluindo terrenos, habitações, edifícios, equipamentos de transporte, maquinaria e outros bens. Em 2025, esta receita totalizou 79,0 milhões de euros no conjunto dos municípios.

[62] Anota-se que, estando esta análise centrada nos municípios e, por isso, na produção de bens e serviços realizados pelos serviços municipais, não se reflete nesta análise da receita o valor da produção e venda de bens e serviços realizados pelas estruturas municipais desconcentradas, isto é, pelo sector empresarial local ou serviços municipalizados.

R26 – Municípios com maior volume de receita cobrada na venda de bens de investimento em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25			
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Olhão	M	0	0	213	1 524 500	57 240	3 502 000	531 200	3 268 000	1 500 000	0	8 000 000
2	Alcobaça	M	162 178	114 610	12 450	15 200	112 650	293 786	42 500	147 094	334 000	88 775	5 410 657
3	Felgueiras	M	13 210	57 600	615	0	0	1 600 000	0	2 391 065	3 730 000	11 980 001	5 212 000
4	Porto	G	4 172 605	4 164 103	5 778 784	5 322 546	8 764 807	5 608 204	731 358	871 761	4 563 786	2 433 059	4 994 208
5	Castelo Branco	M	233 741	22 944	1 578 017	381 407	952 698	69 344	955 139	899 894	511 653	674 805	3 612 490
6	Maia	G	57 310	126 090	1 501	46 145	769 374	995 179	2 180 745	55 900	607 155	2 294 454	3 460 805
7	Figueira da Foz	M	180 493	561 217	551 481	519 000	581 506	23 188	856 891	69 802	74 261	1 364 543	2 572 152
8	Cantanhede	M	96 000	313 378	494 769	1 744 747	982 392	90 547	997 185	393 907	876 311	2 621 117	2 425 624
9	Aveiro	M	553 055	20 497	33 786	5 157 691	1 317 026	6 880 933	2 520 863	0	3 313 255	3 558 977	2 051 774
10	Seixal	G	900 000	900 000	0	8 750	553 378	8 090	623 754	0	0	36 550	2 003 000
11	Oeiras	G	479 601	652 875	189 756	624 778	1 961 602	15 285 740	12 953 166	297 609	1 708 751	12 697 000	1 852 770
12	Santiago do Cacém	M	80 378	183 148	1 251 339	101 334	137 976	191 864	582 149	159 119	2 970 910	734 702	1 816 120
13	Sines	P	1 464 320	162 950	1 148 724	1 559 000	1 502 120	4 872 141	7 315 273	969 283	2 611 179	3 062 703	1 809 809
14	Cascais	G	460 855	403 965	7 845 189	7 208 941	1 726 149	1 710 304	1 942 073	2 428 488	7 087 944	6 047 016	1 675 680
15	Lisboa	G	72 717 796	22 855 069	45 553 521	44 396 753	261 566 650	2 996 496	5 031 549	8 201 908	3 634 205	11 106 829	1 502 281
16	Palmela	M	0	0	26 522	35 267	14 147	17 147	14 900	363 700	20 562	1	1 213 000
17	Baião	P	7 505	25 648	257 640	15 084	94 974	78 554	16 551	35 194	627	46 350	1 045 060
18	Horta	P	375	1 912	17 044	17 397	21 003	22 883	137 732	20 903	33 029	30 064	1 041 799
19	Anadia	M	584 569	205 961	98 465	160 578	16 362	312 867	338 850	72 250	218 224	754 695	960 405
20	Loures	G	0	76 847	31 519	1 845	100 489	79 220	9 618	58 035	189 573	92 394	942 447
21	Sintra	G	571 273	506 047	1 561 851	805 109	3 863 458	415 688	1 413 214	1 842 639	1 292 731	779 010	935 777
22	Braga	G	45 325	40 815	14 972	36 523	42 428	413 798	1 068 484	235 129	68 885	668 543	913 587
23	Setúbal	G	76 943	98 921	48 568	128 343	99 229	502 342	182 702	27 757	8 142	117 198	888 135
24	Matosinhos	G	23 047	599 074	1 390 755	653 481	234 359	459 220	23 601	17 427	249 249	436 984	878 853
25	Guimarães	G	5 305	8 604	17 765	182 872	184 919	187 024	632 576	97 150	21 922	6 648	875 780
26	Coimbra	G	369 640	35	210 240	326 094	57 080	243 057	72 500	242 618	195 039	1 672 450	863 500
27	Paredes	M	5 838	126 337	248 556	8 130	2 913	30 000	1 304 637	570 898	967 050	847 733	800 200
28	Vila do Conde	M	19 738	120 149	767 553	0	42 536	19 660	1 188 675	666 875	86 925	248 738	755 272
29	Arouca	M	81 270	129 516	167 701	114 698	111 756	46 152	12 550	317 020	184 610	184 675	700 736
30	Fundão	M	7 768	445 000	22 135	19 137	71 993	0	29 325	17 124	1 600	1 262 387	685 013
31	Marinha Grande	M	0	0	0	0	146 300	0	134 200	10 000	54 600	0	648 927
32	Gondomar	G	427 392	237 673	126 976	43 673	192 913	59 009	61 407	0	23 373	1 567 460	618 315
33	Viseu	G	30 985	163 788	41 703	0	0	55 500	108 000	308 866	28 000	6 598 502	550 887
34	São Vicente	P	0	0	0	140 951	0	0	0	0	0	0	535 000
35	Barreiro	M	3 077	26 390	45 000	23 650	48 000	15 500	17 325	11 500	216 825	290 375	494 000

Da análise do *Ranking* R26, relativamente a 2025, conclui-se que:

- Doze municípios deste *ranking* apresentaram crescimentos significativos da venda de bens de investimento; em oito casos, o aumento superou 500%: Alcobaça, Seixal, Palmela, Baião, Horta, Loures, Setúbal e Guimarães. Em termos absolutos, destacaram-se Olhão (+8,0 milhões de euros), Alcobaça (+5,3 milhões de euros), Castelo Branco (+2,9 milhões de euros), Porto (+2,6 milhões de euros) e Seixal (+2,0 milhões de euros);[63]
- **Em 2025, apenas três municípios registaram mais de 5 milhões de euros de receita de venda de bens de investimento: Olhão (8,0 milhões de euros), Alcobaça (5,4 milhões de euros) e Felgueiras (5,2 milhões de euros). Olhão não tinha registado qualquer valor em 2024; Alcobaça apresentou um crescimento de 5 994,8% (+5,3 milhões de euros); e Felgueiras registou uma diminuição de 56,5% (-6,8 milhões de euros);[64]**

[63] Palmela tinha apresentado a receita de 1 € em 2024, mas em 2025 registou o produto de 1 213 000€ resultante da venda de terrenos.
[64] No Relatório de Gestão da autarquia é referido o seguinte: " (...) existiu um aumento significativo da receita de capital de 99,92%, devido essencialmente à venda de bens de investimento (BelaOlhão)." – Antiga fábrica

- Além de Felgueiras, cinco municípios apresentaram reduções superiores a 50%: Viseu (-91,7%), Lisboa (-86,5%), Oeiras (-85,4%), Cascais (-72,3%) e Gondomar (-60,6%);
- A receita de venda de bens de investimento diminuiu 19,2% em 2025. Além dos três municípios com valores superiores a 5 milhões de euros, quinze municípios arrecadaram entre 1 e 5 milhões de euros;

Os *Rankings* R27 e R28 apresentam o volume de receitas provenientes da venda de bens de capital pelos municípios dos Açores e da Madeira, respetivamente.

R27 – Volume da receita cobrada na venda de bens de investimento em 2025 pelos municípios dos Açores

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25			
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Horta	P	375	1 912	17 044	17 397	21 003	22 883	137 732	20 903	33 029	30 064	1 041 799[65]
2	Praia da Vitória	P	211 301	297 501	252 500	391 502	21 900	70 378	57 987	116 958	429 967	175 313	73 888
3	São Roque do Pico	P	0	0	0	0	0	0	27 600	11 600	0	11 533	72 721
4	Ribeira Grande	M	50 080	58 096	479 763	35 885	19 456	39 224	65 064	45 166	35 831	20 448	28 152
5	Ponta Delgada	M	3 877	8 162	8 287	5 687	137 686	6 208	5 724	6 987	6 518	19 773	21 927
6	Madalena	P	20 246	59 847	175 824	81 711	57 965	16 002	9 958	17 311	13 321	20 672	20 923
7	Angra do Heroísmo	M	0	114 459	61 023	453 905	600	2 211	115 955	202 761	182 383	5 000	14 267
8	Santa Cruz da Graciosa	P	0	0	0	0	0	0	944	0	7 772	0	11 600
9	Calheta (R.A.A.)	P	3 505	3 707	3 105	2 301	2 566	17 725	1 425	6 712	8 862	8 802	11 505
10	Nordeste	P	0	47 500	0	1 758	8 148	0	0	0	0	0	8 991
11	Lajes das Flores	P	0	0	5 000	83 653	0	0	40 000	0	0	163 754	3 551
12	Lajes do Pico	P	182 113	9 450	0	0	1 500	150 000	202 610	24 440	3 000	0	500
13	Povoação	P	182 400	183 845	5 650	1 485	1 620	1 215	6 110	351 485	3 050	1 215	350
14	Corvo	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
15	Lagoa (R.A.A.)	P	68 770	28	33	53 733	9 185	40	0	41 113	4 000	39 060	0
16	Santa Cruz das Flores	P	0	0	0	0	97 840	0	0	782	0	0	0
17	Velas	P	0	0	0	0	0	0	0	35 000	0	0	0
18	Vila do Porto	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19	Vila Franca do Campo	P	0	0	49 920	159 832	5 305	0	29 000	68 000	0	128 860	0
	Total Açores		**722 665**	**784 506**	**1 058 148**	**1 288 848**	**384 773**	**325 886**	**700 109**	**949 218**	**727 735**	**624 493**	**1 310 175**

BelaOlhão vendida para dar lugar a empreendimento turístico e residencial .

[65] Valor resultante essencialmente da venda de Terrenos em 397 298,16€ e venda de Edifícios no montante de 644 501,00€

R28 – Volume da receita cobrada na venda de bens de investimento em 2025 pelos municípios da Madeira

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25			
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	São Vicente	P	0	0	0	140 951	0	0	0	0	0	0	[66]535 000
2	Funchal	G	0	87 853	9 100	0	0	0	0	47 809	74 661	0	55 520
3	Ribeira Brava	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	32 500	27 450
4	Porto Santo	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15 300	27 100
5	Calheta (R.A.M.)	P	0	0	31 829	0	0	4 695	500	2 250	0	120	0
6	Câmara de Lobos	M	14 303	19 478	850	1 940	0	5 020	14 500	370 720	0	0	0
7	Machico	M	0	0	25 250	0	0	0	0	60 718	19 556	0	0
8	Ponta do Sol	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	Porto Moniz	P	605	1 815	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	Santa Cruz	M	0	0	0	5 224	0	31 645	28 395	0	0	0	0
11	Santana	P	0	3 550	3 500	0	0	0	0	10 500	0	28 875	0
Total Madeira			**14 908**	**112 696**	**70 529**	**148 115**	**0**	**41 360**	**43 395**	**491 997**	**94 217**	**76 795**	**645 070**

Da observação dos *Rankings* R27 e R28, relativamente a 2025, conclui-se que:

- Na Região Autónoma dos Açores, a venda de bens de investimento totalizou 1,3 milhões de euros em 2025, mais 685,7 milhares de euros (+109,8%) do que no ano anterior. Este crescimento deveu-se sobretudo à Horta, cuja receita aumentou 1,0 milhão de euros (+3 365,3%);
- Seis municípios açorianos — Corvo, Lagoa, Santa Cruz das Flores, Velas, Vila do Porto e Vila Franca do Campo — não registaram receita nesta rubrica. Nos restantes municípios, os valores foram reduzidos, embora São Roque do Pico e Angra do Heroísmo tenham apresentado crescimentos de 530,6% e 185,3%, respetivamente;[67]
- Na Região Autónoma da Madeira, apenas quatro municípios registaram receita de venda de bens de investimento: São Vicente, Funchal, Ribeira Brava e Porto Santo. O total regional foi de 645,1 milhares de euros, dos quais 535,0 milhares de euros corresponderam a São Vicente. Nos últimos onze anos, este município apenas registou receita nesta rubrica em 2018 e 2025.

[66] O Relatório de Gestão de SÃO VICENTE não identifica a origem desta receita e nada é referido sobre o aumento da venda de bens de investimento. Contudo pelo Mapa de Demonstração de execução orçamental da receita, o valor registado resultará da venda de um ou mais edifícios face à classificação orçamental utilizada.
[67] Menos um que no ano anterior

2.2.5.2. Venda de bens e serviços correntes

A venda de bens e serviços correntes totalizou 1 183,4 milhões de euros em 2025, mais 66,3 milhões de euros (+5,9%) do que no ano anterior. Representou 7,9% da receita total e 9,7% da receita corrente.

Entre 2015 e 2025, esta receita aumentou 373,8 milhões de euros (+46,2%). Parte significativa da prestação de serviços municipais é realizada por empresas municipais, pelo que as respetivas receitas e despesas não são registadas nas contas dos municípios.

Atendendo à relevância da venda de bens e serviços correntes na receita municipal, em especial nos municípios de maior dimensão, o *Ranking* R29 apresenta os 35 municípios com maior volume de receita nesta rubrica.

R29 – Municípios com maior volume de receita de venda de bens e serviços correntes em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25			
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Lisboa	G	94 908 941	96 170 229	122 297 286	124 687 948	119 855 437	100 413 207	92 401 149	112 447 204	116 989 149	120 164 992	122 525 992
2	Funchal	G	21 437 133	22 640 215	21 164 157	23 617 192	23 283 648	18 262 393	19 994 783	23 032 259	25 539 177	28 064 319	30 995 640
3	Seixal	G	13 554 636	22 397 825	23 608 310	22 754 123	25 086 427	23 000 981	15 127 018	24 049 831	25 144 314	26 797 304	27 239 203
4	Vila Nova de Famalicão	G	15 092 562	14 085 451	15 493 901	16 472 720	16 455 749	17 110 913	17 034 753	18 894 296	20 568 596	24 620 076	26 040 818
5	Albufeira	M	23 171 433	25 865 381	25 223 853	22 967 131	22 332 066	18 145 208	19 411 966	21 968 537	26 895 056	24 136 180	25 079 728
6	Cascais	G	6 583 861	7 365 286	7 653 504	20 353 619	21 897 707	20 364 610	18 531 623	17 748 577	20 964 621	21 722 631	22 636 146
7	Loulé	M	7 736 638	11 156 925	14 417 332	14 310 617	15 764 745	13 889 454	15 093 417	17 310 779	18 988 559	20 360 400	20 968 761
8	Oeiras	G	14 575 963	17 200 713	17 729 303	13 489 071	20 417 908	13 717 553	14 813 551	14 996 279	17 017 957	14 812 268	19 242 305
9	Póvoa de Varzim	M	12 486 663	13 676 385	13 121 371	13 095 222	13 188 668	12 878 549	13 306 564	14 337 854	15 470 710	16 414 062	17 327 925
10	Sesimbra	M	11 609 796	12 361 395	13 128 070	12 909 205	14 212 797	13 131 878	13 300 082	14 044 646	15 206 245	16 384 300	16 916 002
11	Vila Franca de Xira	G	10 992 089	10 151 785	9 287 697	8 288 461	10 656 118	8 142 103	8 805 142	10 377 884	13 636 839	15 106 982	16 288 391
12	Lagoa (Algarve)	M	9 760 750	10 426 963	11 274 212	11 711 765	13 201 360	10 037 770	12 075 349	13 825 453	15 365 074	14 205 618	15 607 545
13	Almada	G	11 550 164	11 927 734	10 024 626	13 604 970	13 416 803	6 434 440	9 848 471	9 940 601	12 799 836	14 528 933	15 566 998
14	Gondomar	G	11 246 614	8 782 839	9 240 019	9 800 095	10 374 269	10 261 432	10 629 990	12 789 762	13 461 321	14 861 541	14 933 871
15	Matosinhos	G	8 139 939	9 242 792	9 359 770	10 386 066	10 861 745	10 373 774	10 785 820	11 320 456	12 088 072	13 426 988	14 412 938
16	Lagos	M	11 069 067	11 890 102	12 013 099	10 605 670	11 480 468	8 732 916	8 972 094	10 197 935	11 557 505	13 106 060	14 196 809
17	Barreiro	M	8 769 509	8 888 373	9 017 848	8 988 446	9 326 737	8 888 392	8 894 283	8 872 804	9 337 604	13 972 090	13 846 318
18	Leiria	G	4 685 172	6 195 085	5 882 400	7 230 353	7 248 468	5 188 750	6 094 917	8 298 998	8 929 911	8 568 897	13 132 294
19	Palmela	M	9 377 913	9 582 489	9 934 166	10 387 909	10 288 682	10 105 676	11 046 525	11 382 858	12 755 931	12 592 386	12 903 059
20	Porto	G	14 981 743	16 142 891	17 684 244	7 163 199	6 969 301	5 425 810	7 401 753	9 074 083	11 725 926	11 873 192	12 624 149
21	Amadora	G	8 136 746	7 310 709	7 937 912	7 185 683	9 081 493	8 034 668	8 688 847	8 507 438	10 749 276	9 542 362	12 365 273
22	Coimbra	G	2 418 844	2 538 223	2 652 091	2 540 451	1 538 005	902 157	2 141 131	6 003 424	11 188 522	9 246 435	12 363 225
23	Loures	G	5 653 925	5 618 302	5 602 772	6 095 572	5 986 799	4 775 393	5 369 485	5 846 933	7 842 028	10 262 890	10 230 251
24	Sintra	G	4 631 449	5 783 769	6 163 832	6 473 556	6 706 303	3 586 326	4 616 740	7 486 940	10 063 081	10 796 582	10 057 034
25	Silves	M	4 884 493	4 662 785	4 919 045	5 108 859	6 739 584	6 440 694	6 537 030	7 175 887	8 719 974	9 282 429	9 864 309
26	Aveiro	M	6 570 802	6 108 101	5 806 218	5 793 179	8 048 889	4 815 018	6 442 403	7 584 863	8 024 685	12 455 333	9 568 669
27	Valongo	M	3 517 969	3 661 762	3 694 273	4 071 375	4 542 556	4 159 875	4 689 238	5 808 164	7 068 789	8 325 260	9 435 391
28	Mafra	M	8 631 369	9 558 717	9 173 329	9 435 272	7 363 810	3 933 516	5 036 065	7 085 064	8 090 493	8 956 973	9 344 898
29	Moita	M	7 001 601	7 041 660	6 988 878	7 036 533	7 032 585	6 406 761	6 791 029	7 561 038	7 925 973	8 605 221	9 068 059
30	Vila do Conde	M	5 696 355	7 106 531	6 775 362	7 097 852	7 052 370	6 319 941	6 528 495	6 891 308	7 985 582	8 337 409	8 982 054
31	Felgueiras	M	5 733 282	5 811 212	6 016 617	5 861 638	6 348 872	4 913 491	5 685 202	6 186 542	6 763 577	6 924 847	8 958 789
32	Lourinhã	M	4 719 661	4 788 890	4 894 502	5 172 155	5 775 169	5 571 995	5 362 838	6 636 674	6 892 896	7 156 886	8 582 978
33	Évora	M	6 164 654	8 506 332	8 641 786	9 284 068	7 472 186	6 622 153	7 239 858	7 803 596	7 680 797	8 182 526	8 375 707
34	Marinha Grande	M	6 418 735	6 573 420	6 902 188	6 721 217	6 777 894	6 024 366	6 510 873	7 068 746	7 226 524	8 018 389	8 060 884
35	Espinho	M	4 667 023	4 707 426	4 651 705	4 644 676	4 789 064	4 322 989	6 049 481	6 644 408	7 237 879	7 532 079	7 634 357

Da observação do *Ranking* R29 conclui-se, relativamente ao ano económico de 2025:

- Lisboa destacou-se com 122,5 milhões de euros de receita de venda de bens e serviços correntes, correspondentes a 10,4% do total nacional desta rubrica. O valor aumentou 2,0% (+2,4 milhões de euros) face a 2024;
- A amplitude entre o primeiro e o 35.º município do *ranking* foi de 114,9 milhões de euros: Espinho, na última posição, arrecadou 7,6 milhões de euros;
- O Funchal ocupou a segunda posição, com 31,0 milhões de euros, o equivalente a 25,3% do valor de Lisboa. A receita aumentou 10,4% (+2,9 milhões de euros) e representou 2,6% do total nacional desta rubrica;
- Quatro municípios do *ranking* diminuíram esta receita: Aveiro (-2,9 milhões de euros; -23,2%), Sintra (-739,5 milhares de euros; -6,8%), Barreiro (-125,8 milhares de euros; -0,9%) e Loures (-32,6 milhares de euros; -0,3%). No conjunto nacional, 66 municípios registaram uma diminuição;
- Dois municípios do *ranking* apresentaram crescimentos superiores a 30%: Leiria (+53,3%; +4,6 milhões de euros) e Coimbra (+33,7%; +3,1 milhões de euros). Oeiras ficou muito próximo desse limiar, com 29,9% (+4,4 milhões de euros). No conjunto nacional, 22 municípios registaram aumentos superiores a 30%.[68]

Apenas sete municípios arrecadaram mais de 20 milhões de euros na venda de bens e serviços correntes. Outros dezassete arrecadaram entre 10 e 20 milhões de euros; os restantes 284 municípios ficaram abaixo de 10 milhões de euros.

O *Ranking* R30, homólogo do *Ranking* R29, apresenta a receita de venda de bens e serviços correntes dos municípios da Região Autónoma dos Açores.

[68] Excluindo-se os 39 municípios que não apresentado passivos financeiros em 2024 os registaram em 2025.

R30 – Volume de receita da venda de bens e serviços correntes em 2025 pelos municípios dos Açores

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25			
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Angra do Heroísmo	M	603 247	628 235	588 071	552 546	753 482	3 745 781	6 901 352	7 208 545	7 237 885	7 322 888	7 148 648
2	Ribeira Grande	M	4 064 648	4 260 983	4 128 632	3 970 883	4 437 048	3 846 892	4 321 921	4 603 051	4 826 845	4 971 212	5 075 965
3	Ponta Delgada	M	2 671 408	3 290 393	3 342 197	3 444 247	3 511 720	2 464 022	3 120 554	3 744 453	3 929 277	3 951 320	4 113 187
4	Lagoa (R.A.A.)	P	2 438 150	2 416 697	2 482 460	2 518 727	2 427 775	2 117 896	2 194 020	2 633 773	2 755 871	3 137 024	3 261 192
5	Vila Franca do Campo	P	1 246 091	1 191 194	1 189 606	1 243 667	1 279 324	1 142 439	1 140 878	1 419 984	1 626 286	1 712 102	1 725 299
6	Horta	P	1 440 115	1 581 311	1 561 015	1 605 275	1 370 301	1 346 925	1 201 054	1 498 173	1 320 645	1 433 389	1 599 322
7	Povoação	P	677 424	666 768	678 972	943 142	1 005 599	588 460	764 544	1 040 505	1 209 122	1 230 647	1 167 045
8	Vila do Porto	P	445 767	460 522	494 851	583 734	738 776	907 295	1 013 203	1 017 840	1 045 926	1 099 742	1 074 501
9	Madalena	P	645 025	750 639	756 794	699 355	742 716	594 553	622 072	705 205	739 887	839 672	870 242
10	Lajes do Pico	P	557 780	545 660	553 592	576 063	632 382	636 199	1 010 828	839 420	844 844	900 129	863 922
11	Velas	P	646 704	755 673	826 061	774 060	827 053	652 469	630 233	730 414	734 715	736 383	779 348
12	São Roque do Pico	P	391 143	408 061	403 717	429 911	414 781	383 807	428 156	463 400	480 834	519 092	533 225
13	Calheta (R.A.A.)	P	398 076	394 979	408 238	392 409	390 101	356 711	394 973	437 055	426 327	463 250	464 232
14	Santa Cruz da Graciosa	P	301 027	329 003	302 700	367 901	387 437	328 512	314 421	349 199	382 919	421 311	423 091
15	Praia da Vitória	P	232 996	218 602	353 527	322 828	262 442	180 651	253 298	303 577	299 325	286 075	380 943
16	Nordeste	P	31 878	42 066	33 717	46 210	59 314	61 245	43 483	73 787	116 117	132 521	143 098
17	Lajes das Flores	P	66 000	39 874	51 122	41 819	43 598	33 142	39 649	53 236	49 094	46 075	46 036
18	Santa Cruz das Flores	P	22 419	19 841	25 840	27 736	30 167	29 059	27 363	25 564	26 486	26 721	34 951
19	Corvo	P	15 697	15 987	15 803	15 513	19 500	5 782	4 284	7 918	23 250	9 270	16 466
	Total Açores		**16 895 594**	**18 016 490**	**18 196 914**	**18 556 028**	**19 333 516**	**19 421 843**	**24 426 287**	**27 155 098**	**28 075 658**	**29 238 824**	**29 720 714**

Da observação do *Ranking* R30 conclui-se que:

- Na Região Autónoma dos Açores, a venda de bens e serviços correntes totalizou 29,7 milhões de euros em 2025, mais 481,9 milhares de euros (+1,6%) do que no ano anterior, e representou 2,5% do total nacional desta rubrica;
- Quatro municípios açorianos — Angra do Heroísmo, Ribeira Grande, Ponta Delgada e Lagoa — registaram os valores mais elevados: respetivamente, 7,1 milhões de euros (-2,4% face a 2024), 5,1 milhões de euros (+2,1%), 4,1 milhões de euros (+4,1%) e 3,3 milhões de euros (+4,0%);
- Em termos relativos, destacaram-se os crescimentos registados em três municípios de pequena dimensão, embora os acréscimos absolutos tenham sido reduzidos: Praia da Vitória (+33,2%; +94,9 milhares de euros), Santa Cruz das Flores (+30,8%; +8,2 milhares de euros) e Corvo (+77,6%; +7,2 milhares de euros);
- Além de Angra do Heroísmo (-174,2 milhares de euros), diminuíram a receita a Povoação (-63,6 milhares de euros), Lajes do Pico (-36,2 milhares de euros) e Vila do Porto (-25,2 milhares de euros).

O *Ranking* R31, homólogo do anterior, apresenta a receita de venda de bens e serviços correntes dos municípios da Região Autónoma da Madeira.

R31 – Volume de receita da venda de bens e serviços correntes em 2025 pelos municípios da Madeira

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25			
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Funchal	G	21 437 133	22 640 215	21 164 157	23 617 192	23 283 648	18 262 393	19 994 783	23 032 259	25 539 177	28 064 319	30 995 640
2	Santa Cruz	M	4 326 336	4 172 663	4 397 295	4 310 385	4 371 199	3 877 932	3 925 902	4 525 266	4 800 954	5 004 366	4 935 736
3	Porto Moniz	P	682 602	762 729	712 406	807 367	959 396	352 716	720 080	1 568 767	2 037 330	2 252 538	2 351 862
4	Calheta (R.A.M.)	P	1 220 189	1 266 020	1 316 392	1 338 226	1 372 380	1 071 615	1 117 789	1 554 955	1 684 794	1 894 157	2 002 970
5	Ponta do Sol	P	712 815	704 622	725 204	711 352	736 502	661 836	712 529	838 446	951 859	868 441	1 007 313
6	Machico	M	552 531	642 025	699 359	723 238	679 473	375 321	466 062	819 370	788 600	876 074	873 739
7	Câmara de Lobos	M	444 380	409 780	415 087	411 067	517 378	460 765	409 425	453 438	632 547	630 552	680 342
8	Ribeira Brava	P	491 789	457 980	437 408	498 780	510 530	340 085	465 618	516 444	556 610	618 130	671 385
9	São Vicente	P	246 873	269 430	256 961	300 041	335 120	191 688	278 977	337 498	359 919	366 705	400 790
10	Santana	P	53 474	53 939	50 493	53 138	48 827	71 743	83 495	80 222	76 556	111 216	280 441
11	Porto Santo	P	127 999	159 096	142 571	84 785	61 684	43 357	117 650	68 648	82 420	91 164	77 831
Total Madeira			**30 296 120**	**31 538 498**	**30 317 334**	**32 855 571**	**32 876 138**	**25 709 451**	**28 292 310**	**33 795 313**	**37 510 766**	**40 777 661**	**44 278 048**

- O Funchal manteve uma distância considerável face aos restantes municípios madeirenses e apresentou o segundo maior valor a nível nacional. Em 2025, a receita de venda de bens e serviços correntes do município cresceu 10,4% (+2,9 milhões de euros), para 31,0 milhões de euros, e representou 70,0% do total regional desta rubrica;
- **Na Região Autónoma da Madeira, esta receita totalizou 44,3 milhões de euros, mais 3,5 milhões de euros (+8,6%) do que em 2024. Representou 3,7% do total nacional e superou em 49,0% o valor registado na Região Autónoma dos Açores;**
- Destacaram-se ainda Santa Cruz, com 4,9 milhões de euros, apesar de uma diminuição de 1,4% (-68,6 milhares de euros); Porto Moniz, com 2,4 milhões de euros (+4,4%; +99,3 milhares de euros); e Calheta, com 2,0 milhões de euros (+5,7%; +108,8 milhares de euros). Ponta do Sol atingiu 1,0 milhão de euros (+16,0%), ultrapassando pela primeira vez este limiar;
- Além de Santa Cruz, diminuíram a receita Porto Santo (-14,6%; -13,3 milhares de euros) e Machico (-0,3%; -2,3 milhares de euros).

2.2.6. Receita cobrada de passivos financeiros (empréstimos obtidos)

Os passivos financeiros tiveram, durante muitos anos, um peso elevado na receita total dos municípios. Esta secção apresenta apenas uma análise breve, uma vez que o endividamento é desenvolvido no Capítulo 3 do anuário.[69]

Em 2025, os passivos financeiros dos 308 municípios representaram 2,8% da receita total cobrada e aumentaram 42,3 milhões de euros (+11,4%).

Os passivos financeiros totalizaram 415,3 milhões de euros. Apenas 31,7 milhares de euros (0,01%) corresponderam à utilização de financiamento ao abrigo do Fundo de Apoio Municipal (FAM).[70]

[69] Resultante da contratualização de empréstimos bancários e outros financiamentos obtidos, tanto de médio e longo prazo, como de curto prazo.
[70] O FAM, instituído pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, tem por objeto a recuperação financeira dos municípios que se encontrem em situação de rutura financeira nos termos previstos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), bem como a prevenção de situações de rutura financeira, traduzindo-se na adoção de mecanismos de reequilíbrio orçamental, de reestruturação da dívida e de assistência técnica.

O Quadro 2.31 identifica os municípios abrangidos pelo FAM. Em 2025, apenas Freixo de Espada à Cinta utilizou financiamento deste Fundo, no montante de 31,7 milhares de euros. No final do ano, a dívida deste município ao FAM ascendia a 10,9 milhões de euros.

Quadro 2.31 – Municípios que utilizaram, em 2025, empréstimos ao abrigo do Fundo de Apoio Municipal (FAM)

Unidade: euros

	Município	Dim.	Total contratualizado	Utilizado	Contratado 2 016 – 2024	Contratado 2025	Amortização 2025	Dívida final 2025
1	Portimão	M	137 361 827	118 149 857	118 149 857	0	4 275 542	74 821 979
2	Aveiro	M	85 511 149	78 161 188	78 161 188	0	4 010 694	44 117 639
3	Cartaxo	M	52 035 855	51 465 430	51 465 430	0	2 060 767	44 045 261
4	Fundão	M	66 017 852	46 064 445	46 064 445	0	1 317 128	39 506 831
5	Vila Franca do Campo	P	34 126 638	33 138 515	33 138 515	0	1 137 368	27 977 692
6	Nazaré	P	35 242 012	31 758 306	31 758 306	0	845 058	27 141 140
7	Paços de Ferreira	M	35 122 915	32 272 915	32 272 915	0	2 174 234	25 003 690
8	Fornos de Algodres	P	32 620 057	28 756 301	28 756 301	0	707 442	24 062 396
9	Alandroal	P	16 579 276	16 097 117	16 097 117	0	1 103 130	11 582 860
10	Alfândega da Fé	P	13 783 449	13 783 449	13 783 449	0	1 096 506	10 996 616
11	Freixo de Espada à Cinta	P	12 651 819	11 669 134	11 637 395	31 739	0	10 902 990
12	Vila Nova de Poiares	P	14 113 948	14 113 948	14 113 948	0	554 497	10 670 479
13	Vila Real de Santo António	M	19 619 907	14 540 182	14 540 182	0	892 397	9 370 170
14	Nordeste	P	11 255 515	10 288 239	9 549 136	0	530 508	6 631 345
15	Tábua	P	203 661	203 661	203 661	0	5 647	95 101
16	Góis	P	165 791	165 791	165 791	0	33 158	0
17	Pampilhosa da Serra	P	338 455	0	0	0	0	0
18	Penacova	P	174 635	0	0	0	0	0
Total			**566 750 124**	**500 628 477**	**499 857 636**	**31 739**	**20 744 075**	**366 926 188**

Relativamente aos passivos financeiros, 150 dos 308 municípios não registaram qualquer valor em 2025, por não terem recorrido a crédito bancário ou por não reunirem condições de acesso. Destes, 66 também não tinham recorrido a crédito entre 2020 e 2024. Em 2025, 81 municípios diminuíram o valor dos passivos financeiros.[71]

O *Ranking* R32 apresenta os municípios com maior volume de passivos financeiros em 2025. Da sua análise conclui-se que:

- Onze municípios deste *ranking* não tinham recorrido a empréstimos bancários em 2024: Seixal, Azambuja, Odemira, Cantanhede, Armamar, Mafra, Vila do Conde, Lousada, Benavente, Guimarães e Vale de Cambra. Outros oito apresentaram crescimentos iguais ou superiores a 100%: Setúbal, Ponta Delgada, Albufeira, Gondomar, Paços de Ferreira, Santa Cruz, Porto de Mós e Coimbra;
- Entre os municípios que já tinham recorrido a empréstimos em 2024, destacaram-se Ponta Delgada (+521,1%; +6,3 milhões de euros) e Porto de Mós (+500,0%; +2,5 milhões de euros), com crescimentos iguais ou superiores a 500%;
- Entre os municípios do *ranking*, Braga e Oeiras apresentaram as reduções mais acentuadas dos passivos financeiros: 70,3% e 78,7%, respetivamente;

[71] Pela análise da informação prestada não é possível discernir estas razões

- Lisboa registou o maior volume de empréstimos utilizados em 2025, com 93,8 milhões de euros (+34,7% face a 2024). Seguiram-se Seixal (41,2 milhões de euros, sem utilização em 2024), Loures (23,3 milhões de euros; +17,3%) e Vila Nova de Gaia (20,5 milhões de euros; +34,1%);
- Os empréstimos utilizados por Lisboa em 2025 representaram 22,6% do total do setor municipal;
- Todos os 35 municípios do *ranking* utilizaram mais de 2 milhões de euros de empréstimos em 2025; em cinco casos, o valor superou 10 milhões de euros.

R32 – Municípios com maior volume de passivos financeiros (contratação de empréstimos bancários) em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25			
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Lisboa	G	46 686 135	7 320 213	6 745 839	18 000 000	27 250 000	13 500 000	50 500 000	55 826 316	35 673 519	69 640 166	93 801 309
2	Seixal	G	0	31 296 162	0	35 000 000	20 938 938	0	32 525 752	0	0	0	41 168 453
3	Loures	G	6 908 943	4 715 370	5 093 503	0	1 430 390	982 115	2 361 400	15 429 975	24 699 114	19 886 520	23 328 418
4	Vila Nova de Gaia	G	7 946 706	41 406 880	5 618 658	17 693 721	3 000 000	3 986 370	10 296 713	18 459 054	4 693 428	15 319 618	20 540 525
5	Setúbal	G	12 500 000	10 000 000	6 615 801	11 590 000	10 750 506	14 483 066	10 177 950	6 400 000	8 203 919	7 383 328	15 158 958
6	Valongo	M	0	0	0	20 698 855	0	754 091	2 041 673	5 841 356	2 218 679	7 542 747	7 747 629
7	Póvoa de Varzim	M	0	0	0	4 529 234	5 084 090	1 062 830	6 048 181	2 163 872	244 632	4 000 000	7 641 423
8	Braga	G	5 000 000	4 000 000	4 900 000	5 000 000	12 376 007	9 600 669	8 942 504	8 020 000	7 100 000	25 650 000	7 625 000
9	Ponta Delgada	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 198 994	7 447 011
10	Sesimbra	M	1 400 000	1 716 265	1 745 671	737 152	1 337 239	2 162 761	1 000 000	500 000	0	4 005 000	5 712 567
11	Albufeira	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 765 208	5 423 936
12	Gondomar	G	0	0	0	0	28 819 352	0	0	0	0	2 500 000	5 000 000
13	Barreiro	M	0	11 651 035	665 110	2 448 387	11 366 943	1 900 000	4 855 704	1 344 558	2 283 909	4 184 995	4 526 157
14	Paços de Ferreira	M	0	0	18 022 915	14 250 000	0	673 894	0	251 450	0	2 020 000	4 504 042
15	Viana do Castelo	M	6 240 185	3 702 961	6 493 845	5 547 068	9 120 763	4 997 139	10 744 847	8 418 077	5 989 886	7 350 000	4 455 649
16	Azambuja	M	0	2 578 706	0	0	0	0	0	0	0	0	4 410 430
17	Odemira	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4 250 455
18	Paredes	M	2 800 000	12 204 046	1 915 000	29 504 878	587 559	1 181 295	2 851 898	22 939 787	6 061 203	5 030 933	4 185 203
19	Santa Cruz	M	1 556 310	0	2 058 394	10 852 398	233 587	1 585 267	5 367 459	118 718	1 590 645	1 791 389	4 019 481
20	Vila Franca de Xira	G	0	111 761	8 937 539	1 850 000	5 677 393	1 750 000	0	3 992 298	3 153 276	3 488 700	3 583 364
21	Cantanhede	M	0	0	0	0	0	212 040	3 239 514	995 835	1 702 611	0	3 500 000
22	Armamar	P	385 000	350 000	350 000	552 535	200 000	0	0	0	0	0	3 476 349
23	Porto de Mós	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	500 000	3 000 000
24	Mafra	M	2 200 000	0	0	0	22 294 789	687 842	0	0	0	0	3 000 000
25	Coimbra	G	437 063	3 556 264	996 111	0	0	0	4 901 621	1 420 092	9 353 030	1 212 188	2 957 611
26	Felgueiras	M	0	0	846 138	3 711 921	505 006	1 102 953	1 929 539	1 060 231	3 079 544	-303 522	2 927 697
27	Vila do Conde	M	0	0	24 814 312	0	0	0	0	1 500 000	3 500 000	0	2 859 903
28	Póvoa de Lanhoso	M	1 961 650	500 000	67 000	927 325	1 084 274	1 785 041	1 639 315	374 595	611 882	1 887 637	2 710 824
29	Lousada	M	624 154	1 002 573	2 890 717	546 261	809 175	1 205 753	2 172 315	3 497 914	1 972 449	0	2 649 117
30	Benavente	M	0	100 000	0	838 200	0	233 327	1 061 494	1 305 000	35 007	0	2 601 200
31	Olhão	M	0	1 119 000	795 652	1 353 008	435 786	354 470	394 603	646 983	2 344 502	2 296 359	2 522 340
32	Guimarães	G	7 000 000	0	0	0	0	1 000 000	11 000 000	0	0	0	2 317 000
33	Oeiras	G	0	0	0	0	0	0	0	5 284 093	16 099 309	10 887 860	2 314 526
34	Vale de Cambra	M	0	0	7 492 325	0	0	900 720	0	0	0	0	2 300 000
35	Faro	M	0	0	13 679 000	0	0	8 833	1 402 663	3 051 296	907 494	2 423 553	2 268 571

Além dos oito municípios identificados no *Ranking* R32, outros vinte apresentaram crescimentos dos passivos financeiros superiores a 100%. No conjunto dos municípios, 81 diminuíram o montante de empréstimos contratados em 2025 e 75 registaram empréstimos de médio e longo prazo de valor igual ou inferior a 1 milhão de euros.

Os *Rankings* R33 e R34 apresentam os empréstimos obtidos pelos municípios dos Açores e da Madeira. Em 2025, os municípios açorianos utilizaram 11,1 milhões de euros, mais 9,7 milhões de euros (+736,0%) do que no ano anterior. Este montante representou 2,7% do total nacional de passivos financeiros, mais 2,3 pp do que em 2024.

Na Região Autónoma da Madeira, os empréstimos utilizados diminuíram 8,6% (-691,5 milhares de euros), para 7,3 milhões de euros. Este valor representou 1,8% do total nacional de passivos financeiros, menos 0,4 pp do que em 2024, e 2,2% da receita total da Região.

R33 – Volume de passivos financeiros registado em 2025 pelos municípios dos Açores

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25			
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Ponta Delgada	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 198 994	7 447 011
2	Ribeira Grande	M	1 152 001	1 638 094	766 661	1 997 597	273 608	2 783 669	1 596 051	0	0	0	1 500 000
3	São Roque do Pico	P	0	0	8 766	891 234	61 795	227 981	0	0	413 400	35 896	1 309 829
4	Calheta (R.A.A.)	P	0	0	0	0	0	0	0	0	1 009 093	0	378 099
5	Lajes do Pico	P	100 000	25 000	0	0	0	0	92 025	23 193	0	0	160 000
6	Madalena	P	603 000	1 130 000	1 000 000	1 556 128	800 000	1 180 000	838 546	492 106	100 000	88 109	155 875
7	Corvo	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	109 646
8	Angra do Heroísmo	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	Horta	P	0	0	149 092	0	500 571	600 000	600 000	600 000	0	0	0
10	Lagoa (R.A.A.)	P	400 000	0	0	0	0	515 500	1 333 930	0	0	0	0
11	Lajes das Flores	P	0	0	0	0	305 000	44 599	66 000	0	0	0	0
12	Nordeste	P	0	0	0	10 066 391	70 073	151 774	0	0	0	0	0
13	Povoação	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
14	Praia da Vitória	P	850 000	1 550 000	2 153 894	1 000 000	1 911 745	3 321 611	4 717 369	2 724 876	1 340 106	0	0
15	Santa Cruz da Graciosa	P	0	0	600 000	0	0	0	359 000	0	0	0	0
16	Santa Cruz das Flores	P	0	0	131 505	0	0	0	0	0	0	0	0
17	Velas	P	0	0	816 667	0	0	0	0	0	0	0	0
18	Vila do Porto	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19	Vila Franca do Campo	P	0	0	0	0	19 231 372	12 607 143	1 300 000	0	0	0	0
	Total Açores		**3 105 001**	**4 343 094**	**5 626 584**	**15 511 350**	**23 154 165**	**21 432 277**	**10 902 920**	**3 840 175**	**2 862 599**	**1 323 000**	**11 060 461**
	% Açores/Nacional		**1,18%**	**1,12%**	**1,01%**	**2,88%**	**6,05%**	**9,52%**	**2,77%**	**1,09%**	**0,94%**	**0,35%**	**2,67%**

Em 2025, doze municípios açorianos não utilizaram empréstimos bancários; Angra do Heroísmo, Povoação e Vila do Porto não o fizeram em nenhum dos últimos onze anos. Na Madeira, cinco municípios — Calheta, Câmara de Lobos, Porto Moniz, Ribeira Brava e Santana — não utilizaram empréstimos em 2025; Santana e Porto Moniz também não o tinham feito nos dez anos anteriores.

R34 – Volume de passivos financeiros registado em 2025 pelos municípios da Madeira

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25			
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Santa Cruz	M	1 556 310	0	2 058 394	10 852 398	233 587	1 585 267	5 367 459	118 718	1 590 645	1 791 389	4 019 481
2	Porto Santo	P	0	0	0	0	1 500 000	0	400 233	84 054	0	0	1 319 832
3	Machico	M	0	0	0	0	0	0	1 893 667	773 873	0	243 183	738 473
4	São Vicente	P	0	0	0	0	177 881	753 831	1 000 000	69 791	124 575	2 169 980	494 420
5	Ponta do Sol	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	925 861	402 547
6	Funchal	G	0	293 809	1 135 428	21 892 051	7 569 990	699 409	5 020 304	9 066 665	4 951 122	2 477 016	368 876
7	Calheta (R.A.M.)	P	0	0	0	0	0	0	0	1 919 700	980 300	0	0
8	Câmara de Lobos	M	0	0	3 990 051	900 000	1 000 000	2 100 000	1 329 000	687 634	0	0	0
9	Porto Moniz	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	Ribeira Brava	P	0	0	0	2 622 556	0	0	2 429 233	225 628	2 977 863	427 706	0
11	Santana	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total Madeira			**1 556 310**	**293 809**	**7 183 873**	**36 267 005**	**10 481 459**	**5 138 507**	**17 439 896**	**12 946 064**	**10 624 506**	**8 035 136**	**7 343 628**
% Madeira/Nacional			**0,59%**	**0,08%**	**1,29%**	**6,74%**	**2,74%**	**2,28%**	**4,43%**	**3,66%**	**3,50%**	**2,15%**	**1,76%**

Para relacionar os novos empréstimos com as amortizações de capital realizadas no mesmo ano, apresentam-se os Quadros 2.32 a 2.34 — os dois últimos relativos às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira — e os *Rankings* R35 e R36. Estes *rankings* identificam, respetivamente, os 35 municípios com maior diferença positiva e os 35 com maior diferença negativa entre amortizações e novos empréstimos.

Quadro 2.32 – Comparação entre o recurso a novos empréstimos e a amortização do capital em dívida em 2025

Unidade: milhões de euros

Passivos Financeiros	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25			
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
(a) Receitas: novos empréstimos	263,690	388,290	556,679	538,157	382,571	225,150	393,235	353,927	303,637	372,947	415,287
(b) Despesas: Amortização de empréstimos	665,999	751,801	737,285	775,394	587,945	433,190	419,521	420,700	361,205	361,810	371,961
Diferença (b-a)	**402,308**	**363,511**	**180,606**	**237,237**	**205,374**	**208,040**	**26,286**	**66,773**	**57,568**	**-11,137**	**-43,326**

Considerando o conjunto dos municípios, a comparação entre os novos empréstimos e as amortizações permite concluir que:

- **Em 2025, pelo segundo ano consecutivo e pela segunda vez nos últimos onze anos, a diferença entre as amortizações de capital e os novos empréstimos foi negativa: -43,3 milhões de euros, um agravamento de 32,2 milhões de euros face a 2024. Os novos empréstimos totalizaram 415,3 milhões de euros, superando as amortizações, de 372,0 milhões de euros. Assim, o setor municipal registou um aumento líquido do endividamento bancário;**
- **Em 2025, os novos empréstimos aumentaram 11,4%, enquanto as amortizações de capital cresceram apenas 2,8%. Entre 2015 e 2023, as amortizações foram sempre superiores aos novos empréstimos; esta relação inverteu-se em 2024 e 2025.**

Quadro 2.33 – Comparação entre o volume de novos empréstimos e as amortizações do capital em dívida nos municípios dos Açores

Unidade: milhões de euros

Passivos Financeiros	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25			
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
(a) Receitas: novos empréstimos	3,105	4,343	5,627	15,511	23,154	21,432	10,903	3,840	2,863	1,323	11,060
(b) Despesas: Amortização de empréstimos	17,876	14,466	14,918	25,856	34,351	25,486	12,731	12,712	14,799	10,123	12,172
Diferença (b-a)	**14,771**	**10,123**	**9,291**	**10,345**	**11,197**	**4,054**	**1,828**	**8,872**	**11,936**	**8,800**	**1,112**

Quadro 2.34 – Comparação entre o volume de novos empréstimos e as amortizações do capital em dívida nos municípios da Madeira

Unidade: milhões de euros

Passivos Financeiros	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25			
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
(a) Receitas: novos empréstimos	1,556	0,294	7,184	36,267	10,481	5,139	17,440	12,946	10,625	8,035	7,344
(b) Despesas: Amortização de empréstimos	20,774	17,848	21,836	42,131	11,641	10,913	8,597	8,032	7,224	13,086	8,242
Diferença (b-a)	**19,217**	**17,554**	**14,652**	**5,864**	**1,159**	**5,775**	**-8,842**	**-4,915**	**-3,400**	**5,051**	**0,899**

- Na Região Autónoma dos Açores, as amortizações mantiveram-se acima dos novos empréstimos em 2025, embora a diferença tenha diminuído 7,7 milhões de euros (-87,4%), para 1,1 milhões de euros. Entre 2015 e 2025, a diferença foi sempre positiva, pelo que as amortizações superaram os novos empréstimos em todos os anos;
- Na Região Autónoma da Madeira, as amortizações voltaram a superar os novos empréstimos em 2024 e 2025, depois de esta relação se ter invertido entre 2021 e 2023. Em 2025, os novos empréstimos diminuíram 8,6% (-0,7 milhões de euros), para 7,3 milhões de euros, e as amortizações recuaram 37,0% (-4,8 milhões de euros), para 8,2 milhões de euros.

O *Ranking* R35 apresenta os 35 municípios com maior diferença positiva entre as amortizações e os novos empréstimos em 2025, isto é, aqueles em que as amortizações superaram os empréstimos utilizados.

R35 – Municípios com maior diferença positiva entre amortização de empréstimos e novos empréstimos

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25			
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Seixal	G	5 440 477	6 433 945	6 451 938	-28 513 992	7 579 611	7 925 793	-19 690 825	10 554 501	7 870 838	7 207 387	7 043 875
2	Gondomar	G	3 432 237	3 427 653	3 514 490	3 493 874	4 386 860	6 062 254	6 358 180	6 191 072	4 755 402	4 848 561	4 584 060
3	Portimão	M	1 905 388	-30 139 907	-61 911 034	5 961 934	4 721 558	555 992	4 469 219	14 338 022	8 826 691	4 527 953	4 428 811
4	Aveiro	M	6 575 857	8 982 696	-28 282 430	-11 158 605	7 642 197	11 862 657	6 033 922	5 454 357	4 309 993	4 269 753	4 195 258
5	Funchal	G	8 059 270	6 962 673	5 693 100	18 930	-3 527 559	3 206 236	-1 365 875	-5 468 283	-1 401 010	5 939 370	3 567 717
6	Évora	M	4 872 416	-29 159 419	3 404 423	5 184 933	3 740 197	3 956 120	3 965 042	4 012 231	4 053 315	2 941 308	3 549 470
7	Matosinhos	G	-2 714 571	-9 194 495	-1 827 129	7 648 832	5 301 421	5 102 072	-6 681 020	-840 697	2 299 085	201 898	2 930 181
8	Seia	M	2 499 508	2 549 914	3 142 838	2 715 804	3 041 653	3 086 287	3 140 987	2 493 668	940 128	908 803	2 752 639
9	Santa Maria da Feira	G	4 836 365	9 194 256	8 387 651	3 589 103	3 028 377	2 584 532	2 764 030	2 504 188	2 295 906	3 825 597	2 596 067
10	Viana do Castelo	M	8 301	1 989 197	-959 561	-227 936	-3 075 568	1 500 459	-4 080 461	-1 201 510	855 922	2 290 660	2 490 923
11	Covilhã	M	4 796 163	4 772 777	4 778 969	-9 219 879	78 313	3 112 241	3 673 689	3 434 029	2 441 302	2 366 358	2 483 240
12	Fundão	M	4 927 882	5 390 064	4 392 103	2 947 632	-1 709 366	3 694 249	1 650 475	2 812 947	1 762 976	2 442 876	2 433 249
13	Espinho	M	1 388 800	1 390 787	1 341 226	1 200 773	968 783	-6 017 240	-7 954 252	1 265 068	1 559 449	1 733 772	2 364 982
14	Peso da Régua	P	1 160 827	1 164 052	1 017 965	-4 417 686	955 468	750 076	-627 123	558 325	-1 596 769	676 075	2 278 347
15	Torres Vedras	M	-523 024	3 528 796	836 832	1 171 386	209 995	610 942	-2 747 579	-1 331 179	53 483	-99 890	2 278 226
16	Vila Real de Sto. António	M	2 780 783	-2 195 006	-3 561 565	2 485 559	979 748	2 538 354	1 985 193	5 970 609	7 320 524	3 019 894	2 189 766
17	Almada	G	388 219	3 757 649	1 537 234	1 538 702	3 009 340	3 256 508	3 166 410	2 902 802	2 293 028	2 098 490	2 146 039
18	Mafra	M	750 304	754 498	756 416	757 388	-21 632 656	-120 854	936 762	1 373 211	4 597 945	4 905 089	2 115 676
19	Figueira da Foz	M	4 512 257	4 665 516	4 817 820	4 862 046	1 808 158	1 819 577	1 827 441	-10 580 972	1 125 815	1 994 383	2 099 320
20	Cartaxo	M	-7 231 042	-2 369 549	-5 744 185	-2 231 673	1 575 299	94 805	140 906	1 633 412	202 222	2 060 767	2 060 767
21	Leiria	G	6 770 798	7 370 360	5 112 989	3 707 317	8 264 463	3 479 665	3 547 044	3 440 922	2 266 669	2 073 951	1 888 055
22	Santo Tirso	M	2 135 354	1 708 390	-1 453 670	877 388	-288 694	1 893 503	293 196	2 159 989	1 983 180	1 900 240	1 801 031
23	Vila do Conde	M	8 558 399	4 070 158	3 617 054	3 028 564	2 944 850	2 869 896	2 671 430	2 557 504	306 290	2 102 136	1 753 735
24	Vila Verde	M	2 316 075	2 468 216	1 609 221	1 339 188	1 074 694	861 620	51 608	1 926 549	1 112 248	1 429 215	1 677 506
25	Castro Daire	P	498 214	524 705	-2 035 109	545 388	-614 230	395 153	381 018	214 788	-3 755 194	-1 525 793	1 654 012
26	Amadora	G	3 562 138	3 581 791	3 591 500	3 594 420	3 595 719	3 216 303	2 581 676	1 914 099	1 854 794	1 847 466	1 535 748
27	Cascais	G	4 164 031	3 725 663	-8 772 978	5 306 979	5 303 017	4 068 665	4 019 638	8 652 313	-24 061 686	1 487 982	1 531 867
28	Trofa	M	1 980 005	2 087 910	2 133 510	1 726 405	1 083 716	689 909	-292 935	-2 413 025	2 561 072	3 123 851	1 509 151
29	Peniche	M	414 204	151 046	759 674	19 590	180 877	627 196	-1 639 210	53 623	728 013	616 535	1 491 078
30	Praia da Vitória	P	856 988	563 974	-34 635	793 889	821 014	-562 152	-1 912 369	-983 485	1 938 810	1 109 496	1 457 946
31	Vila Real	M	1 497 958	1 513 040	1 554 081	1 555 540	-2 708 964	1 712 403	-1 812 530	1 703 018	1 232 072	-332 006	1 447 163
32	Vouzela	P	1 454 968	1 134 430	583 514	790 623	-1 141 805	277 855	601 668	-171 153	-934 947	434 004	1 446 226
33	Lagos	M	1 883 583	4 460 763	5 254 173	1 213 149	1 156 864	1 114 319	1 115 675	1 001 950	948 087	886 426	1 421 736
34	Velas	P	757 185	523 309	441 053	438 906	432 859	367 890	264 650	267 278	254 394	259 013	1 322 369
35	Sines	P	1 467 346	1 488 653	961 282	1 252 758	578 324	-2 918 837	-58 887	1 317 583	850 493	826 936	1 298 540

Importa destacar que:

- O *Ranking* R35 inclui os municípios que mais contribuíram para a redução da dívida bancária ao efetuarem amortizações superiores aos novos empréstimos. Integra nove municípios de grande dimensão, vinte de média dimensão e seis de pequena dimensão;

- **Em 2025, o Seixal apresentou a maior diferença positiva entre amortizações e novos empréstimos: 7,0 milhões de euros, menos 163,5 milhares de euros (-2,3%) do que em 2024. Gondomar ocupou a segunda posição, com uma diferença positiva de 4,6 milhões de euros, também inferior à do ano anterior em 264,5 milhares de euros (-5,5%);**
- Seis municípios — Seixal, Gondomar, Portimão, Aveiro, Funchal e Évora — apresentaram uma diferença positiva superior a 3 milhões de euros;
- A diferença positiva aumentou significativamente em Matosinhos (+1 351,3%; +2,7 milhões de euros), Velas (+410,5%; +1,1 milhões de euros), Peso da Régua (+237,0%; +1,6 milhões de euros), Vouzela (+233,2%; +1,0 milhão de euros), Seia (+202,9%; +1,8 milhões de euros) e Peniche (+141,8%; +874,5 milhares de euros).

O *Ranking* R36 apresenta os 35 municípios com maior diferença negativa entre as amortizações e os novos empréstimos em 2025, isto é, aqueles em que os novos empréstimos superaram as amortizações.

R36 – Municípios com maior diferença negativa entre as amortizações e os novos empréstimos

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25			
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Lisboa	G	7 146 028	37 726 945	32 578 162	22 844 087	11 249 402	19 665 531	-19 485 299	-14 945 971	-7 672 565	-43 737 733	-73 293 298
2	Loures	G	1 693 011	-602 294	-750 558	3 280 209	1 686 217	2 108 995	647 930	-6 362 398	-18 655 528	-14 435 553	-15 877 863
3	Vila Nova de Gaia	G	16 338 660	-19 436 694	16 681 867	16 277 805	14 479 848	13 413 615	8 841 288	-6 156 641	4 549 840	-6 045 622	-10 689 179
4	Setúbal	G	-2 947 633	11 949 252	2 346 657	-319 583	1 424 891	-1 089 110	971 877	4 818 325	4 233 483	182 450	-10 256 292
5	Valongo	M	3 181 457	4 290 917	2 843 205	-8 123 711	2 325 769	1 176 156	-110 244	-4 070 768	-301 133	-5 629 710	-6 006 803
6	Póvoa de Varzim	M	2 110 421	2 110 646	2 110 749	2 011 987	-3 593 306	20 890	-5 102 691	-834 617	1 311 898	422 981	-5 056 706
7	Albufeira	M	6 487 951	2 189 133	2 164 676	2 157 327	2 081 618	1 448 242	1 336 847	876 463	876 463	-907 865	-4 566 593
8	Ponta Delgada	M	2 981 043	1 641 476	1 656 199	1 709 855	1 655 432	1 644 413	1 663 812	3 084 473	2 826 080	1 525 231	-4 487 035
9	Odemira	M	1 232 933	1 185 523	1 192 656	1 133 961	873 199	814 153	818 235	756 386	540 834	422 915	-3 822 191
10	Azambuja	M	1 732 264	1 755 115	1 763 133	1 716 920	1 589 049	1 448 926	1 451 135	1 521 101	1 509 093	1 469 758	-3 620 057
11	Cantanhede	M	3 030 362	2 908 757	2 900 302	2 541 837	2 488 157	2 276 117	-784 721	162 474	-1 133 152	565 837	-2 911 480
12	Benavente	M	762 760	47 384	134 924	-672 686	180 308	-136 145	-915 996	-1 159 428	197 962	361 208	-2 363 560
13	Armamar	P	787 557	602 962	897 353	302 333	923 808	725 208	721 273	390 779	337 567	497 630	-2 224 612
14	Santa Cruz	M	847 455	2 291 332	2 382 964	1 706 808	2 027 423	682 633	-4 016 120	1 616 858	272 414	107 688	-2 009 872
15	Elvas	M	161 474	162 955	164 172	165 005	165 697	121 557	122 131	122 627	122 795	-1 592 952	-1 875 578
16	Póvoa de Lanhoso	M	607 121	620 641	577 714	-261 337	-409 976	-1 029 500	-920 120	347 411	173 695	-1 088 120	-1 817 217
17	Vale de Cambra	M	2 223 767	2 020 218	-6 090 000	867 706	947 674	11 247	959 860	871 133	780 228	782 783	-1 509 520
18	Vila Franca de Xira	G	2 975 119	2 419 581	-6 319 364	631 351	-2 592 184	1 568 766	3 306 029	-1 399 698	-706 497	1 847 789	-1 508 286
19	Monção	P	1 170 664	1 027 391	975 209	611 011	201 255	-408 951	-401 073	-115 370	474 795	-1 051 515	-1 446 545
20	Lousada	M	555 895	193 017	-1 746 675	861 748	462 890	336 036	-632 433	-2 186 187	-666 072	1 287 890	-1 434 395
21	Oeiras	G	3 712 073	5 419 629	2 508 572	2 410 212	2 415 398	1 892 618	1 368 826	-4 050 910	-15 061 854	-10 191 990	-1 302 701
22	Felgueiras	M	1 480 790	1 316 716	472 695	-2 392 170	545 445	-69 972	-906 567	-274 306	-2 305 208	1 198 190	-1 258 749
23	Olhão	M	1 714 151	536 652	925 619	284 560	1 467 506	1 609 946	1 435 471	1 113 515	-1 005 997	-957 968	-1 244 557
24	Porto Santo	P	1 662 823	267 194	176 734	146 521	-1 353 242	203 282	-177 992	67 595	119 831	101 240	-1 216 635
25	Paços de Ferreira	M	1 813 738	1 833 520	-16 369 298	-5 047 893	2 441 573	841 418	1 322 119	2 974 794	1 167 115	1 323 102	-1 192 999
26	Caldas da Rainha	M	744 927	802 936	-400 512	225 330	460 731	-595 327	558 370	-794 377	847 193	551 516	-1 173 957
27	Alcochete	M	672 943	540 074	248 031	110 694	-735 638	722 298	-390 428	-628 689	710 942	276 804	-1 169 932
28	Aljezur	P	432 041	421 971	395 925	396 337	362 037	362 425	331 887	321 753	260 956	126 283	-1 113 769
29	São Brás de Alportel	P	349 815	365 133	327 203	434 176	269 922	26 771	-97 683	201 119	153 775	50 578	-1 082 054
30	Moita	M	2 497 241	2 518 947	2 527 649	2 078 668	1 985 812	1 836 365	-179 827	-2 649 852	-1 675 979	-1 854 899	-1 055 857
31	São Roque do Pico	P	85 480	57 388	50 269	-467 065	283 523	227 316	373 516	354 925	-114 259	261 516	-989 915
32	São Pedro do Sul	P	1 049 518	885 877	644 882	425 088	160 424	129 182	-313 533	-229 596	-2 105 549	-287 734	-987 613
33	Albergaria-a-Velha	M	752 232	466 019	-332 586	-837 090	-883 643	620 747	-179 393	84 056	144 386	-1 174 308	-981 575
34	Ferreira do Zêzere	P	574 611	579 090	540 765	533 027	535 430	424 192	2 589 123	0	-706 956	706 956	-975 000
35	Arraiolos	P	730 474	751 523	764 201	704 298	659 883	49 506	-591 039	393 134	282 173	272 339	-949 347

Observa-se que:

- O *ranking* integra seis municípios de grande dimensão, vinte de média dimensão e nove de pequena dimensão. Em trinta destes municípios — seis de grande, dezanove de média e cinco de pequena dimensão — os novos empréstimos superaram as amortizações em mais de 1 milhão de euros;
- Quatro municípios aumentaram a dívida bancária líquida em mais de 10 milhões de euros: Lisboa (73,3 milhões de euros), Loures (15,9 milhões de euros), Vila Nova de Gaia (10,7 milhões de euros) e Setúbal (10,3 milhões de euros).

No conjunto dos municípios, 95 apresentaram, em 2025, amortizações de capital inferiores aos novos empréstimos utilizados.

2.3. Despesas municipais

2.3.1. Classificação económica das despesas

Nesta secção analisam-se a execução e a evolução da despesa do conjunto dos 308 municípios, bem como as diferentes rubricas da classificação económica, entre 2015 e 2025. Sempre que pertinente, comparam-se os valores de 2025 com os de 2024 e destacam-se municípios que ilustram as variações observadas.

À semelhança da secção 2.2, relativa à receita municipal, e seguindo a metodologia dos anuários anteriores, apresentam-se listagens hierarquizadas de municípios (*rankings*) para as principais categorias de despesa.

A análise por natureza económica segue o classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, cujas principais rubricas constam do Quadro 2.35.

Quadro 2.35 – Classificação económica da despesa municipal

Despesas correntes	Despesas de capital
01 – Despesas com o pessoal	07 – Aquisição de bens de capital
02 – Aquisições de bens e serviços	08 – Transferências de capital
03 – Juros e outros encargos	09 – Ativos Financeiros
04 – Transferências correntes	10 – Passivos Financeiros
05 – Subsídios	11 – Outras receitas de capital
06 – Outras despesas correntes	

Quadro 2.36 – Mapa de demonstração da execução orçamental da despesa do SNC-AP – Classificação das despesas

Despesas correntes	Despesas de capital
D1 Despesas com o pessoal	D7 Investimento
D11 Remunerações Certas e Permanentes	D8 Transferências de capital
D12 Abonos Variáveis ou Eventuais	D81 Administrações Públicas
D13 Segurança social	D811 Administração Central – Estado
D2 Aquisição de bens e serviços	D812 Administração Central – Outras entidades
D3 Juros e outros encargos	D813 Segurança Social
D4 Transferências correntes	D814 Administração Regional
D41 Administrações Públicas	D815 Administração Local
D411 Administração Central – Estado	D82 Instituições sem fins lucrativos
D412 Administração Central – Outras entidades	D83 Famílias
D413 Segurança Social	D84 Outras
D414 Administração Regional	D9 Outras despesas de capital
D415 Administração Local	D10 Ativos financeiros
D42 Instituições sem fins lucrativos	D11 Passivos financeiros
D43 Famílias	
D44 Outras	
D5 Subsídios	
D6 Outras despesas correntes	

2.3.2. Execução global do orçamento da despesa

O Quadro 2.37 apresenta a evolução da despesa municipal entre 2015 e 2025 nas diferentes fases de execução. Os Quadros 2.38 e 2.39 complementam esta informação com as variações absolutas e relativas da despesa orçada, comprometida, realizada e paga.

O Quadro 2.37 inclui as obrigações do exercício e as obrigações por pagar, informação disponível desde a implementação do SNC-AP. Apresenta também o grau de execução das obrigações relativamente aos compromissos assumidos.[72] [73]

Quadro 2.37 – Despesa orçada, comprometida, realizada e paga e respetivos graus de execução[74]

Unidade: milhões de euros

Despesas		Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25			
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
(a)	Despesas previstas corrigidas	9 402,2	9 710,5	10 486,0	10 891,8	11 622,2	11 968,0	13 183,8	13 813,1	15 351,7	16 882,6	19 546,5
(b)	Compromissos do exercício	8 219,4	8 458,8	9 280,4	9 624,1	10 114,1	10 439,2	11 801,7	12 422,8	13 847,4	15 011,1	17 389,4
(c)	Obrigações do exercício	--	--	--	--	--	9 003,5	10 203,1	10 872,4	12 241,4	13 137,9	14 830,5
(d)	Despesas pagas no exercício	7 230,9	7 466,4	8 059,3	8 359,1	8 704,1	8 776,6	9 946,6	10 612,0	11 940,1	12 841,3	14 466,1
(e)=(c-d)	Obrigações por pagar	--	--	--	--	--	226,9	256,5	260,3	301,3	296,6	364,4
(f)=(b-d-e)	Compromissos do exercício a transitar	988,5	992,4	1 221,2	1 264,9	1 410,1	1 435,8	1 598,5	1 550,5	1 606,0	1 873,1	2 558,9
(g)	Compromisso a pagar em exercícios futuros[75]	6 796,6	8 396,1	8 766,2	8 849,5	9 829,9	10 272,3	10 832,8	11 049,9	12 267,1	14 127,5	14 151,7
(b)/(a)	Grau de execução da despesa comprometida em relação à despesa prevista corrigida	87,4%	87,1%	88,5%	88,4%	87,0%	87,2%	89,5%	89,9%	90,2%	88,9%	89,0%
(d)/(b)	Grau de execução da despesa paga em relação aos compromissos assumidos	88,0%	88,3%	86,8%	86,9%	86,1%	84,1%	84,3%	85,4%	86,2%	85,5%	83,2%
(d)/(a)	Grau de execução da despesa paga em relação à despesa prevista corrigida	76,9%	76,9%	76,9%	76,7%	74,9%	73,3%	75,4%	76,8%	77,8%	76,1%	74,0%
(d)/(c)	Grau de execução da despesa paga em relação às obrigações do exercício.	--	--	--	--	--	97,5%	97,5%	97,6%	97,5%	97,7%	97,5%
(c)/(a)	Grau de execução das obrigações em relação à despesa prevista corrigida	--	--	--	--	--	75,2%	77,4%	78,7%	79,7%	77,8%	75,9%

Quadro 2.38 – Variação da despesa orçada, comprometida, realizada e paga

Despesas	Variação da despesa (milhões de euros)									
	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20	20-21	21-22	22-23	23-24	24-25
Despesas previstas corrigidas	308,3	775,5	405,8	730,4	345,8	1 215,8	629,3	1 538,6	1 530,9	2 663,9
Compromissos do exercício	239,4	821,6	343,6	490,1	325,1	1 362,5	621,1	1 424,6	1 163,7	2 378,3
Obrigações do exercício	--	--	--	--	--	1 199,7	669,2	1 369,0	896,5	1 692,5
Despesas pagas no exercício	235,5	592,8	299,8	345,0	72,5	1 170,1	665,4	1 328,0	901,3	1 624,8
Obrigações por pagar	--	--	--	--	--	29,6	3,8	41,0	-4,7	67,7
Compromissos do exercício a transitar	3,8	228,8	43,8	145,1	25,7	162,8	-48,1	55,5	267,1	685,8
Compromisso a pagar em exercícios futuros	1 599,5	370,1	83,4	980,4	442,4	560,5	217,2	1 217,1	1 860,4	24,3

[72] Compromissos orçamentais que se constituem, no exercício, em contas a pagar, registadas desde 2020.
[73] Obtidas também a partir de 2020.
[74] Passaremos a chamar Despesa Realizada à despesa obtida pelo total das Obrigações do Exercício, isto é, dos valores faturados no ano.
[75] Compromissos assumidos no exercício, mas que só se executam nos exercícios seguintes. Não constituem dívida, mas apenas encargos assumidos decorrentes de compromissos futuros.

Quadro 2.39 – Taxas de variação da despesa orçada, comprometida, realizada e paga

Despesas	Variação da despesa (milhões de euros)									
	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20	20-21	21-22	22-23	23-24	24-25
Despesas previstas corrigidas	3,3%	8,0%	3,9%	6,7%	3,0%	10,2%	4,8%	11,1%	10,0%	15,8%
Compromissos do exercício	2,9%	9,7%	3,7%	5,1%	3,2%	13,1%	5,3%	11,5%	8,4%	15,8%
Obrigações do exercício	..	..	..	..	..	13,3%	6,6%	12,6%	7,3%	12,9%
Despesas pagas no exercício	3,3%	7,9%	3,7%	4,1%	0,8%	13,3%	6,7%	12,5%	7,5%	12,7%
Obrigações por pagar	..	..	..	..	..	13,1%	1,5%	15,8%	-1,6%	22,8%
Compromissos do exercício a transitar	0,4%	23,1%	3,6%	11,5%	1,8%	11,3%	-3,0%	3,6%	16,6%	36,6%
Compromisso a pagar em exercícios futuros	23,5%	4,4%	1,0%	11,1%	4,5%	5,5%	2,0%	11,0%	15,2%	0,2%

Da observação dos Quadros 2.37 a 2.39 conclui-se que:

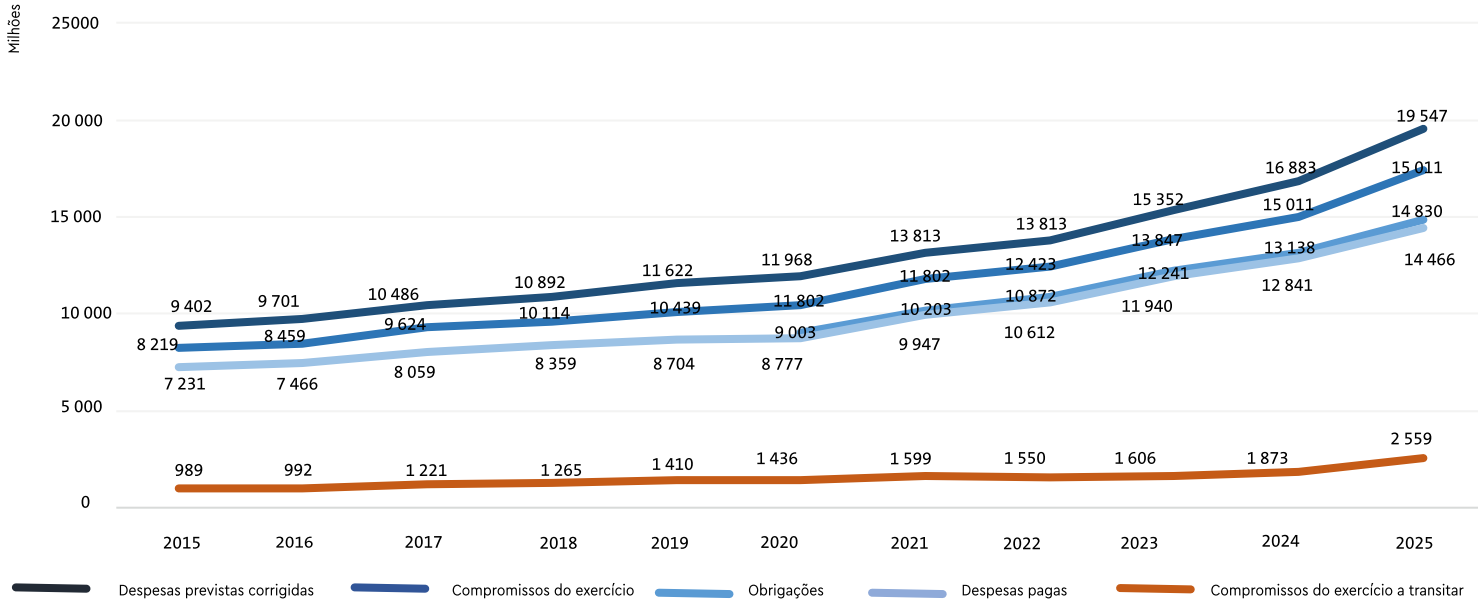
- **Em 2025, a despesa orçada, comprometida, realizada e paga continuou a crescer, a taxas superiores às de 2024 em 5,8 pp, 7,4 pp, 5,6 pp e 5,2 pp, respetivamente. A despesa orçada aumentou 15,8% (+2 663,9 milhões de euros), a despesa comprometida 15,8% (+2 378,3 milhões de euros), as obrigações do exercício 12,9% (+1 692,5 milhões de euros) e a despesa paga 12,7% (+1 624,8 milhões de euros);**[76] [77]
- Em 2025, 85,3% dos compromissos do exercício converteram-se em obrigações, no montante de 14 830,5 milhões de euros, mais 1 692,5 milhões de euros do que em 2024. As obrigações por pagar no final do exercício totalizaram 364,4 milhões de euros, mais 67,7 milhões de euros (+22,8%) do que no final de 2024;
- Os compromissos do exercício que transitaram para os anos seguintes totalizaram 2 558,9 milhões de euros, mais 685,8 milhões de euros (+36,6%) do que em 2024. Por sua vez, os compromissos a pagar em exercícios futuros aumentaram apenas 0,2% (+24,3 milhões de euros), para 14 151,7 milhões de euros, depois de terem crescido 11,0% em 2023 e 15,2% em 2024;
- Em 2025, a receita liquidada e a receita cobrada aumentaram 14,1%, enquanto as obrigações do exercício cresceram 12,9%. A despesa paga, de 14 466,1 milhões de euros, ficou 507,9 milhões de euros abaixo da receita cobrada, de 14 974,0 milhões de euros. Mesmo que todas as obrigações do exercício tivessem sido pagas, a receita cobrada teria excedido esse montante em 143,5 milhões de euros, sem necessidade de mobilizar saldos de gerências anteriores;[78] [79]
- Do total de compromissos assumidos em 2025, ficaram por pagar 2 923,3 milhões de euros (16,8%), mais 753,6 milhões de euros (+34,7%) do que no ano anterior. A receita disponível, incluindo o saldo da gerência anterior, totalizou 17 516,0 milhões de euros; deduzida a despesa paga, resultou uma margem de 3 049,9 milhões de euros. Esta margem superou os compromissos por pagar em 126,5 milhões de euros;[80] [81]
- Nem todos os compromissos assumidos se converteram em obrigações do exercício. Comparando a receita disponível, incluindo o saldo da gerência anterior (17 516,0 milhões de euros), com as obrigações constituídas (14 830,5 milhões de euros), obtém-se uma margem de 2 685,5 milhões de euros;[82]
- Entre 2020 e 2025, as obrigações constituídas aumentaram 64,7% (+5 827,0 milhões de euros), refletindo o alargamento da atividade municipal, o desenvolvimento de políticas públicas locais e a transferência de competências da administração central para a administração local;[83] [84]

[76] Obrigações do exercício
[77] Em 2024 estas diferentes óticas da despesa, também apresentaram crescimento, mas em percentagens inferiores a 2023
[78] Excluindo os saldos de gerências anteriores.
[79] Obrigações registadas no exercício
[80] Ver Quadro 2.52 – Excesso da Despesa sobre a Receita
[81] Este dado permite concluir que as autarquias se estarão a pautar por uma gestão mais cuidadosa de assunção de encargos, de modo a poderem garantir a cobertura financeira da despesa assumida e, assim, garantir uma melhor eficiência da execução orçamental.
[82] Informação disponibilizada nas Contas de Gerência dos municípios a partir de 2020.
[83] Despesa financeiramente realizada
[84] Apoiadas pelos programas comunitários 20/20, 20/30 e PRR

- As obrigações por pagar no final de 2025 totalizaram 364,4 milhões de euros. Este valor poderá estar associado sobretudo a faturação e operações de fim de ano que não foram liquidadas dentro do exercício e constitui uma aproximação à dívida comercial gerada no período;
- Os compromissos assumidos em 2025 representaram 89,0% da despesa prevista corrigida, ficando por executar 11,0% da dotação. A despesa paga correspondeu a 74,0% da despesa prevista, menos 2,1 pp do que em 2024. Contudo, foram pagas 97,5% das obrigações constituídas, menos 0,2 pp do que no ano anterior. As obrigações representaram 75,9% da despesa prevista;[85]
- **Em síntese, os compromissos do exercício totalizaram 17 389,4 milhões de euros, as obrigações constituídas 14 830,5 milhões de euros e os pagamentos 14 466,1 milhões de euros. A receita cobrada acrescida do saldo da gerência anterior superou os compromissos assumidos em 126,5 milhões de euros.**

O Gráfico 2.12 mostra a evolução da despesa nas diferentes fases — orçada, comprometida, realizada e paga. A informação relativa às obrigações constituídas está disponível a partir de 2020.

Gráfico 2.12 – Evolução da despesa municipal nas diferentes fases entre 2015 e 2025

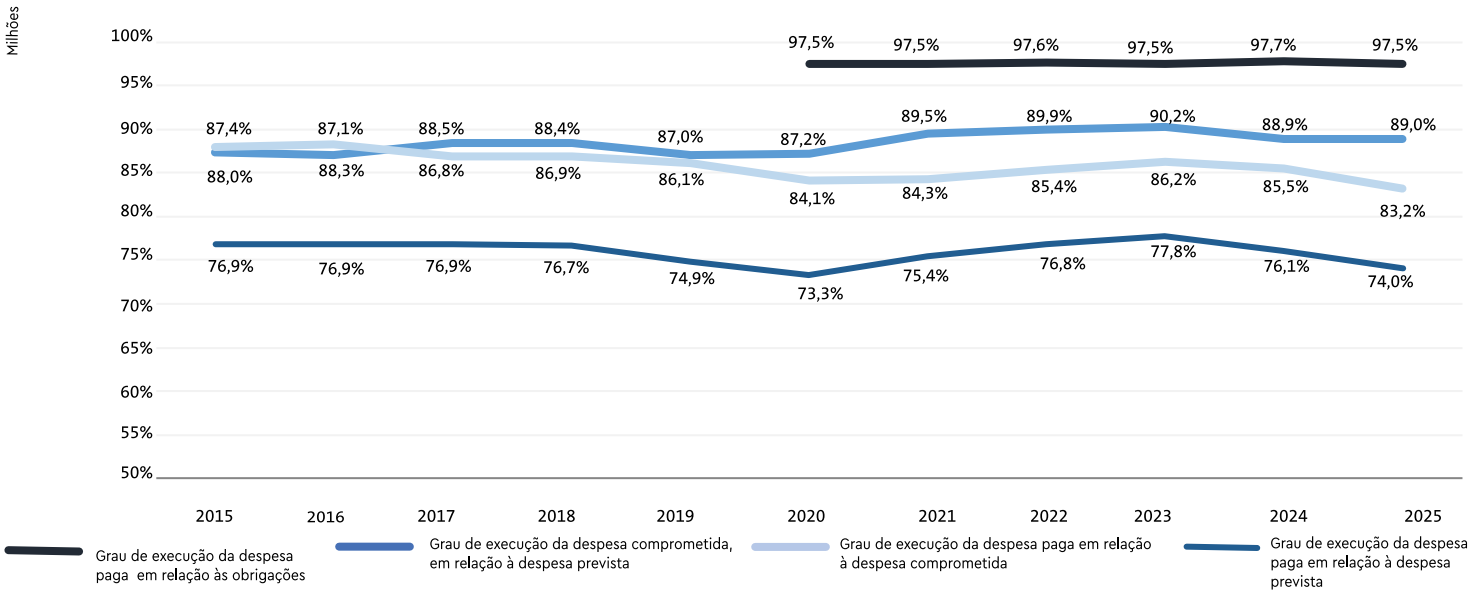


[85] Indicador ainda com uma importância fulcral na gestão financeira do sector público e por isso mesmo também nas autarquias

O Gráfico 2.12 evidencia o crescimento da despesa prevista, dos compromissos, das obrigações e dos pagamentos. Em 2025, aumentou o afastamento entre a despesa prevista e os compromissos e obrigações. Os compromissos do exercício a transitar para anos seguintes registaram também um acréscimo acentuado.[86]

O Gráfico 2.13 apresenta a evolução dos graus de execução da despesa paga relativamente aos compromissos, à despesa prevista corrigida e às obrigações, bem como o grau de execução dos compromissos face à despesa prevista.

Gráfico 2.13 – Taxas de execução da despesa entre 2015 e 2025



Da observação do Gráfico 2.13 e do Quadro 2.37 destaca-se ainda o seguinte:

- O grau de execução da despesa paga relativamente à despesa prevista foi de 74,0% em 2025, menos 2,1 pp do que em 2024 e 2,9 pp abaixo do valor de 2015. Esta evolução reflete o forte crescimento da despesa prevista desde 2023: 11,1% em 2023, 10,0% em 2024 e 15,8% em 2025;[87] [88]
- A despesa paga representou 83,2% dos compromissos assumidos, menos 2,4 pp do que em 2024 e 4,8 pp do que em 2015, ano em que este rácio foi de 88,0%;

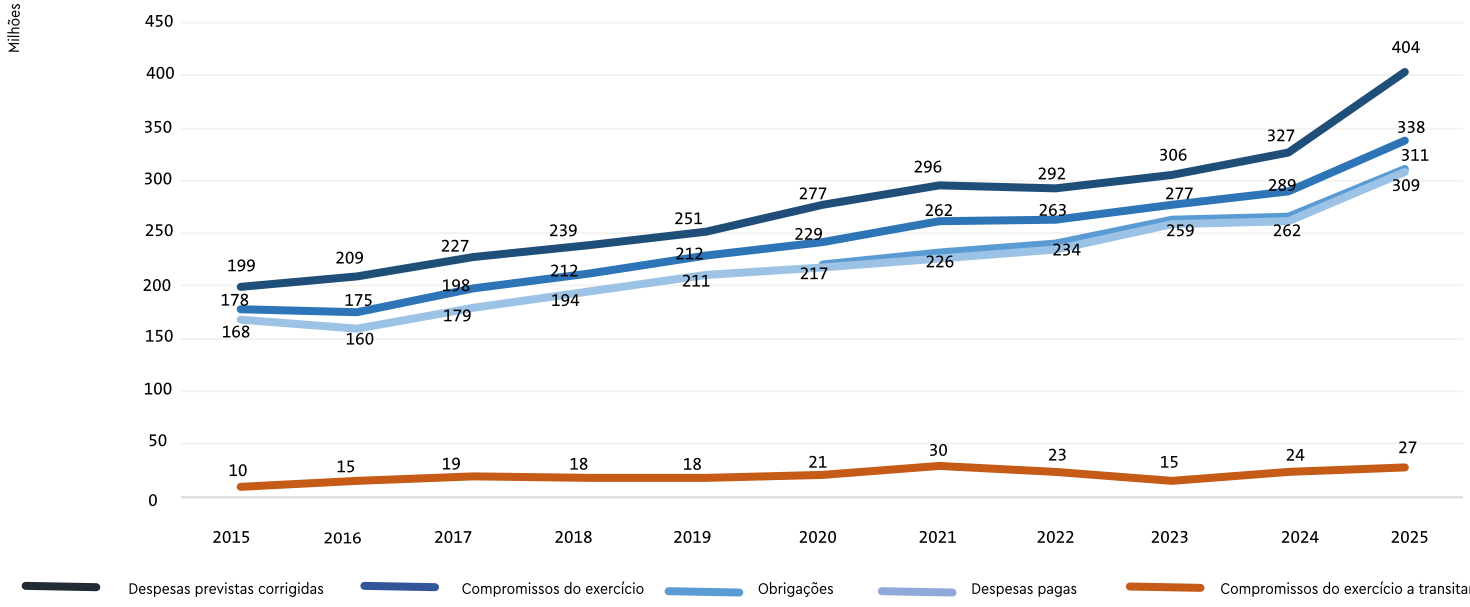
[86] Continuamos a alertar para a falibilidade destes valores tendo em atenção que a maioria dos municípios, no final do período económico, nem sempre retificam os compromissos assumidos, anulando os que não se realizaram no respetivo ano económico, quer por falta de realização física dos projetos ou por sobrevalorização do valor estimado para a contratualização dos mesmos, situação, que pode acontecer em relação aos valores comprometidos para cada ano económico. São situações que, a experiência de contacto com as autarquias nos permite concluir, mas que, não estão refletidas nos mapas que constituem a Conta do Município.

[87] É considerado ainda pela literatura e pela comunicação entre entidades públicas que Grau de execução da despesa, é a razão entre a despesa paga e a despesa orçada após correções.
[88] Já em 2021tinha apresentado um crescimento de +10,2% , baixando esse aumento para 4,8% em 2021

- A informação sobre as obrigações, disponível desde 2020 com o SNC-AP, permite avaliar de forma mais rigorosa o pagamento da despesa efetivamente realizada. Em 2025, foram pagas 97,5% das obrigações constituídas, enquanto as obrigações representaram 75,9% da despesa prevista corrigida, menos 1,9 pp do que em 2024.89

Para as Regiões Autónomas, o Gráfico 2.14, o Quadro 2.40 e o Gráfico 2.15 apresentam a evolução e a execução da despesa dos municípios dos Açores. O Gráfico 2.16, o Quadro 2.41 e o Gráfico 2.17 mostram a informação homóloga para a Madeira.

Gráfico 2.14 – Evolução da despesa municipal nas diferentes fases nos municípios da Região Autónoma dos Açores entre 2015 e 2025

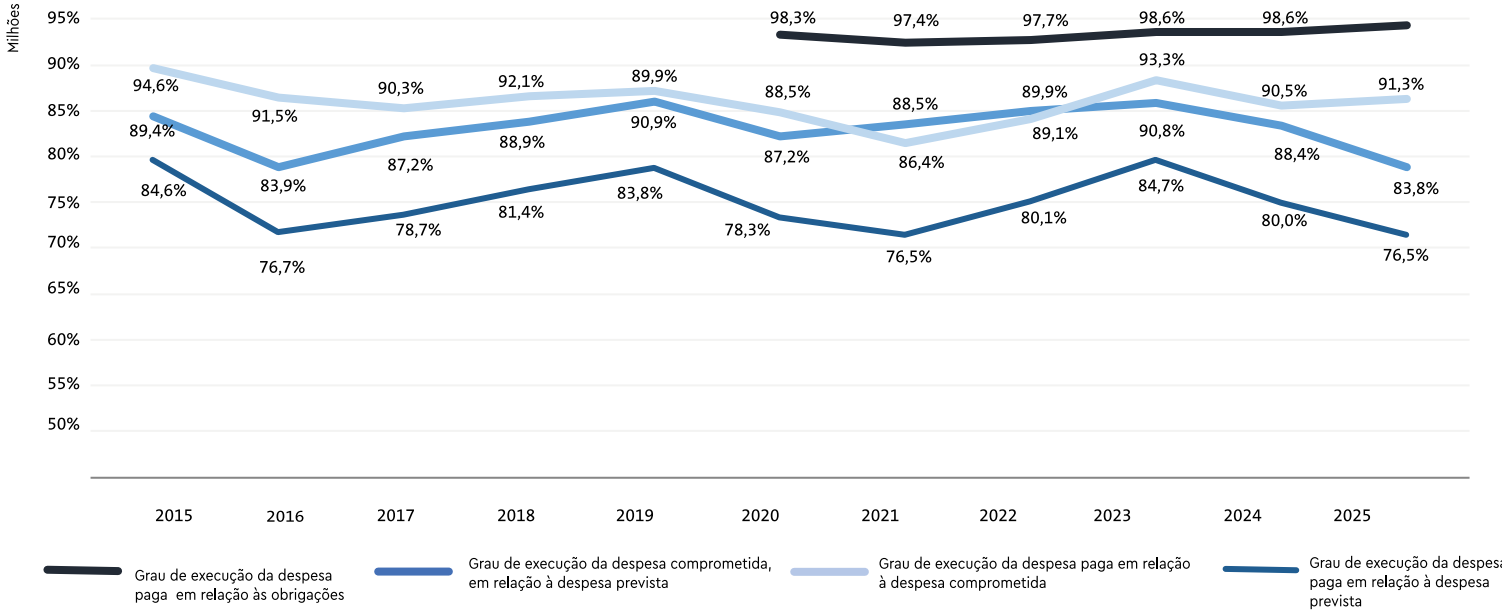


[89] Esta situação mostra que os municípios têm cada vez mais tendência para prosseguir com os compromissos apenas na justa medida das receitas que preveem arrecadar, ajustando ao longo da execução orçamental de cada no económico, as obrigações a assumir com o desenvolvimento e grau de realização das despesas. Claro que ao manterem o crescimento das despesas previstas, estarão a inflacionar os orçamentos, situações exigidas com a necessidade de se candidatarem aos programas de financiamento comunitário, como o Programa 20/20, 20/30 e PRR

Quadro 2.40 – Graus de execução da despesa do conjunto dos municípios dos Açores

		Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25			
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Grau de execução da despesa	Compromissos do exercício / Despesa prevista	89,4%	83,9%	87,2%	88,9%	90,9%	87,2%	88,5%	89,9%	90,8%	88,4%	83,8%
	Despesa paga / Despesa prevista	84,6%	76,7%	78,7%	81,4%	83,8%	78,3%	76,5%	80,1%	84,7%	80,0%	76,5%
	Despesa paga / Despesa comprometida	94,6%	91,5%	90,3%	91,6%	92,1%	89,9%	86,4%	89,1%	93,3%	90,5%	91,3%
	Despesa paga / Obrigações	--	--	--	--	--	98,3%	97,4%	97,7%	98,6%	98,6%	99,3%
	Obrigações / Despesa comprometida	--	--	--	--	--	91,4%	88,7%	91,2%	94,6%	91,8%	91,9%
	Obrigações / Despesa prevista	--	--	--	--	--	79,7%	78,5%	82,1%	85,9%	81,2%	77,0%

Gráfico 2.15 – Taxas de execução da despesa dos municípios da Região Autónoma dos Açores entre 2015 e 2025



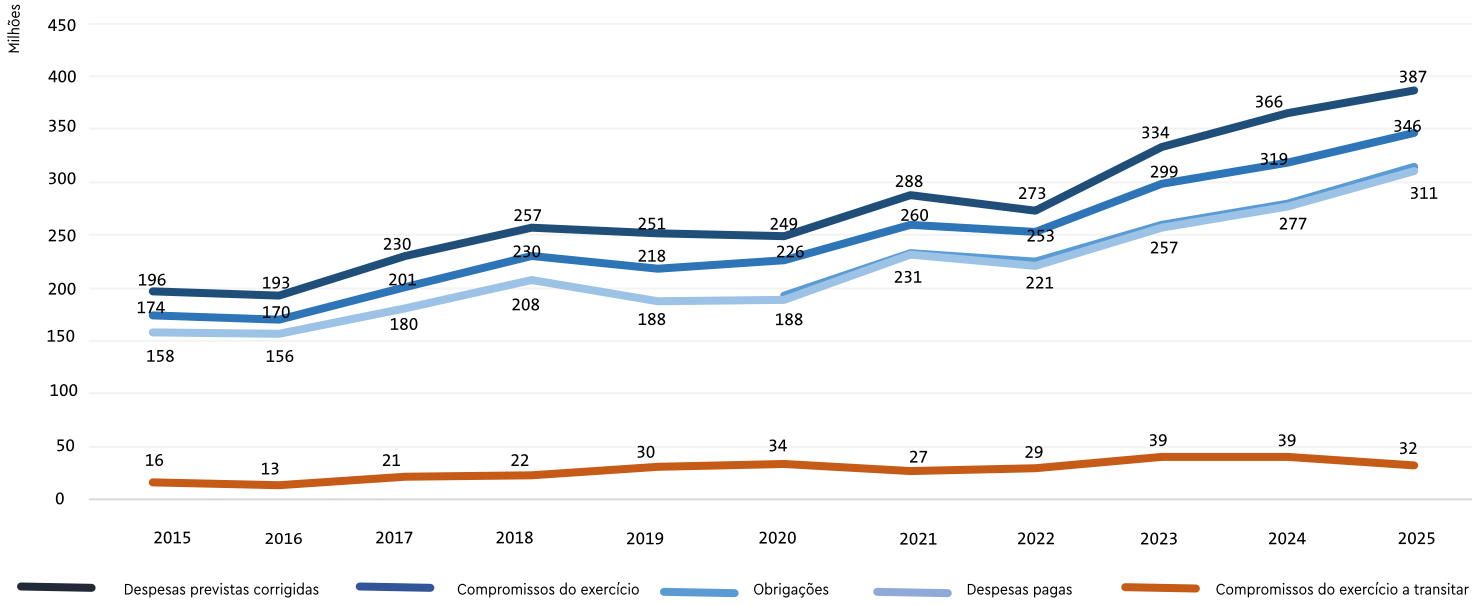
Da observação dos gráficos e do quadro anteriores conclui-se, relativamente aos municípios da Região Autónoma dos Açores, que:

- **A despesa orçada totalizou 403,9 milhões de euros e aumentou 23,4% (+76,6 milhões de euros). A despesa paga cresceu 17,9% (+46,9 milhões de euros), a um ritmo inferior ao da despesa orçada;**
- Os compromissos assumidos aumentaram 16,9% (+48,9 milhões de euros), para 338,3 milhões de euros. Os pagamentos representaram 91,3% dos compromissos, mais 0,8 pp do que em 2024 e 8,1 pp acima da média nacional de 83,2%;
- As obrigações constituídas totalizaram 310,9 milhões de euros e representaram 91,9% dos compromissos. Aumentaram 17,0% em 2025 e 40,8% (+90,0 milhões de euros) entre 2020 e 2025;

- A despesa paga, no montante de 308,8 milhões de euros, correspondeu a 99,3% das obrigações e aumentou 17,9% face a 2024.

Apresentam-se, de seguida, os quadros e gráficos relativos à evolução e aos graus de execução da despesa dos municípios da Região Autónoma da Madeira.

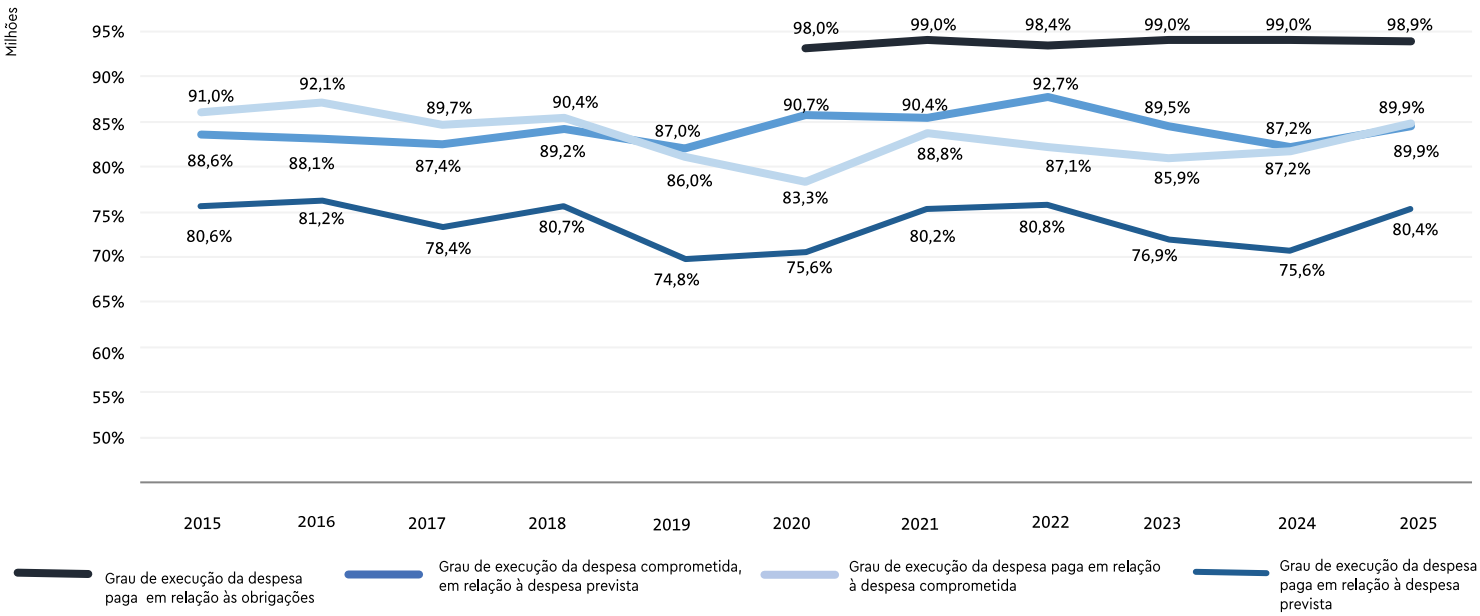
Gráfico 2.16 – Evolução da despesa municipal nas diferentes fases nos municípios da Região Autónoma da Madeira entre 2015 e 2025



Quadro 2.41 – Graus de execução da despesa do conjunto dos municípios da Madeira

		Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25			
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Grau de execução da despesa	Compromissos do exercício / Despesa prevista	88,6%	88,1%	87,4%	89,2%	87,0%	90,7%	90,4%	92,7%	89,5%	87,2%	89,5%
	Despesa paga / Despesa prevista	80,6%	81,2%	78,4%	80,7%	74,8%	75,6%	80,2%	80,8%	76,9%	75,6%	80,4%
	Despesa paga / Despesa comprometida	91,0%	92,1%	89,7%	90,4%	86,0%	83,3%	88,8%	87,1%	85,9%	86,8%	89,8%
	Despesa paga / Obrigações	--	--	--	--	--	98,0%	99,0%	98,4%	99,0%	99,0%	98,9%
	Obrigações / Despesa comprometida	--	--	--	--	--	85,0%	89,6%	88,6%	86,8%	87,6%	90,8%
	Obrigações / Despesa prevista	--	--	--	--	--	77,1%	81,0%	82,1%	77,7%	76,4%	81,2%

Gráfico 2.17 – Taxas de execução da despesa dos municípios da Região Autónoma da Madeira entre 2015 e 2025



Da observação dos gráficos e do quadro relativos aos municípios da Região Autónoma da Madeira conclui-se que:

- **A despesa orçada aumentou 5,8% (+21,1 milhões de euros), para 386,9 milhões de euros;**[90]
- **Os compromissos assumidos totalizaram 346,3 milhões de euros e aumentaram 8,6%, menos 3,8 pp do que a despesa paga. Representaram 89,5% da despesa prevista, mais 2,3 pp do que em 2024. Os pagamentos corresponderam a 89,8% dos compromissos, mais 3,0 pp do que no ano anterior**;
- As obrigações constituídas totalizaram 314,4 milhões de euros e representaram 90,8% dos compromissos. Aumentaram 12,5% em 2025 e 63,7% (+122,3 milhões de euros) entre 2020 e 2025;
- A despesa paga totalizou 310,9 milhões de euros, aumentou 12,4% e representou 98,9% das obrigações constituídas.

[90] Poderemos mesmo concluir uma tendência para um deflacionamento orçamental da despesa.

2.3.3. Estrutura e evolução da despesa por classificação económica

Nesta secção apresenta-se a evolução da despesa municipal entre 2015 e 2025, por rubrica económica e nas diferentes fases de execução: compromissos, obrigações, pagamentos e compromissos por pagar. A informação sobre as obrigações está disponível a partir de 2020.[91]

Os Quadros 2.42, 2.43 e 2.46 apresentam, respetivamente, a evolução da despesa comprometida, das obrigações do exercício e da despesa paga, desagregadas por natureza económica. Os Quadros 2.44 e 2.47 mostram as respetivas taxas de variação.

Os Quadros 2.45 e 2.48 apresentam a estrutura das obrigações e da despesa paga por natureza económica.

O Quadro 2.49 mostra o peso da despesa paga nos compromissos assumidos e o Quadro 2.50 o peso da despesa paga nas obrigações constituídas, em ambos os casos por natureza económica.

O Quadro 2.51 relaciona as obrigações com os compromissos e os pagamentos com as obrigações e os compromissos.

A leitura conjunta destes quadros permite identificar as rubricas mais representativas e as diferenças entre a estrutura da despesa comprometida, realizada e paga.

Quadro 2.42 – Despesa comprometida por componente económica

Unidade: milhões de euros

DESPESAS	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25			
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Despesas com pessoal	2 238,5	2 270,6	2 337,6	2 465,9	2 658,5	2 792,7	3 009,5	3 338,3	3 792,9	4 079,3	4 431,5
Aquisição de bens e serviços	2 460,3	2 555,6	2 606,0	2 667,2	2 806,4	2 755,8	2 927,8	3 353,0	3 768,0	4 173,6	4 475,6
Juros e outros encargos	141,5	121,8	88,7	97,5	63,1	51,0	42,2	39,0	94,4	114,6	100,1
Transferências correntes	590,1	635,7	683,4	723,0	810,9	929,9	1 069,8	1 146,5	1 309,4	1 420,0	1 503,7
Subsídios	94,7	87,0	120,3	116,5	161,6	204,4	267,6	278,7	287,2	292,8	343,0
Outras despesas correntes	106,2	138,0	141,4	197,1	161,5	110,6	112,6	137,0	141,3	192,8	199,3
Total despesas correntes	5 631,2	5 808,5	5 977,4	6 267,1	6 662,0	6 844,4	7 429,5	8 292,5	9 393,2	10 273,0	11 053,1
Aquisição de bens de capital	1 524,3	1 479,6	2 127,5	2 137,6	2 405,0	2 720,0	3 487,1	3 240,6	3 482,0	3 707,4	5 204,3
Transferências de capital	253,3	288,3	346,1	304,6	380,5	369,1	415,9	384,2	373,6	445,1	516,9
Ativos financeiros	73,0	57,1	52,8	43,7	35,2	54,5	25,3	57,6	194,1	192,3	203,4
Passivos financeiros	704,4	788,9	746,2	781,4	594,8	435,6	427,8	431,1	382,1	365,3	377,5
Outras despesas de capital	33,2	36,4	30,4	89,5	36,6	15,6	15,9	16,8	22,5	27,9	34,2
Total de despesas de capital	2 588,2	2 650,3	3 303,1	3 356,9	3 452,1	3 594,8	4 372,2	4 130,3	4 454,2	4 738,0	6 336,3
Total da Despesa	**8 219,4**	**8 458,8**	**9 280,4**	**9 624,1**	**10 114,1**	**10 439,2**	**11 801,7**	**12 422,8**	**13 847,4**	**15 011,1**	**17 389,4**
Total da Despesa efetiva	7 442,0	7 612,8	8 481,4	8 798,9	9 484,2	9 949,0	11 348,5	11 934,1	13 271,2	14 453,5	16 808,5
Despesa Total – Municípios Açores	177,9	175,1	198,1	212,3	228,6	241,6	261,6	263,0	277,4	289,4	338,3
Despesa Total – Municípios Madeira	173,7	169,6	200,7	229,5	218,3	226,0	260,1	253,1	298,8	318,9	346,3

[91] O total da despesa paga para cada ano refere-se à soma das despesas pagas do exercício e das despesas pagas de compromissos dos exercícios anteriores que transitaram de ano.

Quadro 2.43 – Obrigações do exercício por componente económica entre 2020 e 2025

Unidade: milhões de euros

DESPESAS	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Despesas com pessoal	2 771,3	2 989,6	3 314,9	3 764,1	4 040,1	4 395,8
Aquisição de bens e serviços	2 294,8	2 491,8	2 838,3	3 198,9	3 582,3	3 840,3
Juros e outros encargos	49,4	39,8	37,5	90,8	110,6	94,2
Transferências correntes	875,5	1 011,7	1 082,1	1 243,6	1 355,1	1 427,5
Subsídios	188,8	246,1	274,2	278,1	274,8	333,8
Outras despesas correntes	100,0	103,4	126,5	129,4	178,0	176,5
Total despesas correntes	6 279,9	6 882,4	7 673,5	8 705,0	9 541,0	10 268,2
Aquisição de bens de capital	1 917,2	2 515,9	2 389,9	2 651,4	2 671,7	3 546,0
Transferências de capital	306,0	339,5	311,7	304,1	346,8	417,7
Ativos financeiros	52,5	24,7	56,1	190,0	190,6	201,6
Passivos financeiros	433,6	425,7	426,2	370,8	361,9	372,0
Outras despesas de capital	14,4	15,0	15,0	20,3	26,0	25,1
Total de despesas de capital	2 723,6	3 320,8	3 198,9	3 536,4	3 597,0	4 562,3
Total da Despesa	**9 003,5**	**10 203,1**	**10 872,4**	**12 241,4**	**13 137,9**	**14 830,5**
Total da Despesa efetiva	8 517,4	9 752,7	10 390,1	11 680,7	12 585,4	14 256,9
Despesa Total – Municípios Açores	220,9	232,0	240,0	262,4	265,7	310,9
Despesa Total – Municípios Madeira	192,1	233,2	224,2	259,3	279,5	314,4

Quadro 2.44 – Taxas de variação das obrigações por componente económica entre 2020 e 2025

DESPESAS	2020-2021	2021-2022	2022-2023	2023-2024	2024-2025
Despesas com pessoal	7,9%	10,9%	13,6%	7,3%	8,8%
Aquisição de bens e serviços	8,6%	13,9%	12,7%	12,0%	7,2%
Juros e outros encargos	-19,4%	-5,8%	142,1%	21,8%	-14,8%
Transferências correntes	15,6%	7,0%	14,9%	9,0%	5,3%
Subsídios	30,3%	11,4%	1,4%	-1,2%	21,5%
Outras despesas correntes	3,4%	22,4%	2,3%	37,6%	-0,8%
Total despesas correntes	9,6%	11,5%	13,4%	9,6%	7,6%
Aquisição de bens de capital	31,2%	-5,0%	10,9%	0,8%	32,7%
Transferências de capital	10,9%	-8,2%	-2,4%	14,0%	20,4%
Ativos financeiros	-53,0%	127,5%	238,7%	0,4%	5,7%
Passivos financeiros	-1,8%	0,1%	-13,0%	-2,4%	2,8%
Outras despesas de capital	4,5%	-0,1%	35,1%	28,4%	-3,7%
Total de despesas de capital	21,9%	-3,7%	10,6%	1,7%	26,8%
Total da Despesa	**13,3%**	**6,6%**	**12,6%**	**7,3%**	**12,9%**
Total da Despesa efetiva	14,5%	6,5%	12,4%	7,7%	13,3%
Despesa Total – Municípios Açores	5,0%	3,4%	9,3%	1,3%	17,0%
Despesa Total – Municípios Madeira	21,4%	-3,9%	15,7%	7,8%	12,5%

Quadro 2.45 – Estrutura das obrigações por natureza económica entre 2020 e 2025

Despesas	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Despesas com pessoal	30,8%	29,3%	30,5%	30,7%	30,8%	29,6%
Aquisição de bens e serviços	25,5%	24,4%	26,1%	26,1%	27,3%	25,9%
Juros e outros encargos	0,5%	0,4%	0,3%	0,7%	0,8%	0,6%
Transferências correntes	9,7%	9,9%	10,0%	10,2%	10,3%	9,6%
Subsídios	2,1%	2,4%	2,5%	2,3%	2,1%	2,3%
Outras despesas correntes	1,1%	1,0%	1,2%	1,1%	1,4%	1,2%
Total despesas correntes	69,7%	67,5%	70,6%	71,1%	72,6%	69,2%
Aquisição de bens de capital	21,3%	24,7%	22,0%	21,7%	20,3%	23,9%
Transferências de capital	3,4%	3,3%	2,9%	2,5%	2,6%	2,8%
Ativos financeiros	0,6%	0,2%	0,5%	1,6%	1,5%	1,4%
Passivos financeiros	4,8%	4,2%	3,9%	3,0%	2,8%	2,5%
Outras despesas de capital	0,2%	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%
Total de despesas de capital	30,3%	32,5%	29,4%	28,9%	27,4%	30,8%
Total da Despesa	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Total da Despesa efetiva	94,6%	95,6%	95,6%	95,4%	95,8%	96,1%

Quadro 2.46 – Despesa paga por componente económica

Unidade: milhões de euros

DESPESAS	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25			
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Despesas com pessoal	2 216,5	2 252,1	2 320,1	2 446,9	2 635,8	2 736,2	2 952,1	3 273,0	3 716,9	3 985,7	4 338,1
Aquisição de bens e serviços	2 052,3	2 171,2	2 210,9	2 224,9	2 341,0	2 201,1	2 390,1	2 726,8	3 056,8	3 454,1	3 703,9
Juros e outros encargos	112,0	100,7	77,0	92,2	56,7	47,9	35,9	33,4	85,7	109,8	92,4
Transferências correntes	549,1	599,3	635,4	682,8	765,1	868,1	1 004,5	1 071,0	1 229,6	1 342,9	1 412,1
Subsídios	74,3	76,0	112,4	110,6	152,1	187,4	244,5	273,4	277,2	274,2	333,0
Outras despesas correntes	93,6	126,5	131,4	185,4	150,7	97,8	100,9	124,2	126,3	175,2	172,7
Total despesas correntes	5 097,7	5 325,7	5 487,0	5 742,7	6 101,4	6 138,5	6 727,8	7 501,9	8 492,5	9 341,8	10 052,3
Aquisição de bens de capital	1 175,9	1 053,6	1 473,8	1 483,2	1 639,5	1 838,5	2 425,7	2 313,3	2 579,0	2 580,7	3 404,5
Transferências de capital	204,5	247,6	286,5	231,6	313,4	300,4	334,3	306,7	297,4	340,4	411,2
Ativos financeiros	58,0	53,2	49,4	41,6	33,3	52,0	24,5	54,6	189,9	190,6	201,6
Passivos financeiros	666,0	751,8	737,3	775,4	587,9	433,2	419,5	420,7	361,2	361,8	372,0
Outras despesas de capital	28,7	34,5	25,2	84,6	28,6	14,0	14,7	14,8	20,0	25,9	24,5
Total de despesas de capital	2 133,1	2 140,7	2 572,2	2 616,4	2 602,7	2 638,1	3 218,8	3 110,1	3 447,5	3 499,5	4 413,8
Total da Despesa	**7 230,9**	**7 466,4**	**8 059,3**	**8 359,1**	**8 704,1**	**8 776,6**	**9 946,6**	**10 612,0**	**11 940,1**	**12 841,3**	**14 466,1**
Total da Despesa efetiva	6 506,8	6 661,4	7 272,6	7 542,2	8 082,9	8 291,4	9 502,6	10 136,7	11 389,0	12 288,9	13 892,5
Despesa Total – Municípios Açores	168,4	160,1	178,8	194,5	210,6	217,2	226,1	234,4	258,6	261,9	308,8
Despesa Total – Municípios Madeira	158,0	156,3	180,0	207,5	187,8	188,3	230,9	220,5	256,8	276,7	310,9

Quadro 2.47 – Taxas de variação da despesa paga por componente económica

DESPESAS	Variação da Despesa Paga (%)									
	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20	20-21	21-22	22-23	23-24	24-25
Despesas com pessoal	1,6%	3,0%	5,5%	7,7%	3,8%	7,9%	10,9%	13,6%	7,2%	8,8%
Aquisição de bens e serviços	5,8%	1,8%	0,6%	5,2%	-6,0%	8,6%	14,1%	12,1%	13,0%	7,2%
Juros e outros encargos	-10,1%	-23,6%	19,8%	-38,5%	-15,6%	-25,0%	-6,9%	156,3%	28,1%	-15,8%
Transferências correntes	9,1%	6,0%	7,5%	12,1%	13,5%	15,7%	6,6%	14,8%	9,2%	5,2%
Subsídios	2,2%	48,0%	-1,6%	37,5%	23,3%	30,4%	11,8%	1,4%	-1,1%	21,5%
Outras despesas correntes	35,2%	3,9%	41,1%	-18,7%	-35,1%	3,2%	23,2%	1,7%	38,7%	-1,4%
Total despesas correntes	4,5%	3,0%	4,7%	6,2%	0,6%	9,6%	11,5%	13,2%	10,0%	7,6%
Aquisição de bens de capital	-10,4%	39,9%	0,6%	10,5%	12,1%	31,9%	-4,6%	11,5%	0,1%	31,9%
Transferências de capital	21,1%	15,7%	-19,2%	35,3%	-4,1%	11,3%	-8,3%	-3,0%	14,5%	20,8%
Ativos financeiros	-8,4%	-7,1%	-15,9%	-20,0%	56,3%	-52,9%	123,0%	247,6%	0,4%	5,8%
Passivos financeiros	12,9%	-1,9%	5,2%	-24,2%	-26,3%	-3,2%	0,3%	-14,1%	0,2%	2,8%
Outras despesas de capital	20,0%	-26,8%	235,3%	-66,2%	-51,0%	5,4%	0,4%	35,2%	29,5%	-5,4%
Total das despesas de capital	0,4%	20,2%	1,7%	-0,5%	1,4%	22,0%	-3,4%	10,8%	1,5%	26,1%
Total das despesas pagas	**3,3%**	**7,9%**	**3,7%**	**4,1%**	**0,8%**	**13,3%**	**6,7%**	**12,5%**	**7,5%**	**12,7%**
Total da Despesa efetiva	2,4%	9,2%	3,7%	7,2%	2,6%	14,6%	6,7%	12,4%	7,9%	13,0%
Despesa Total – Municípios Açores	-4,9%	11,7%	8,7%	8,3%	3,1%	4,1%	3,7%	10,4%	1,3%	17,9%
Despesa Total – Municípios Madeira	-1,1%	15,2%	15,3%	-9,5%	0,3%	22,6%	-4,5%	16,4%	7,8%	12,4%

Quadro 2.48 – Estrutura da despesa paga por natureza económica

DESPESAS	Despesa Paga em cada rubrica /Total da despesa paga (%)										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Despesas com pessoal	30,7%	30,2%	28,8%	29,3%	30,3%	31,2%	29,7%	30,8%	31,1%	31,0%	30,0%
Aquisição de bens e serviços	28,4%	29,1%	27,4%	26,6%	26,9%	25,1%	24,0%	25,7%	25,6%	26,9%	25,6%
Juros e outros encargos	1,5%	1,3%	1,0%	1,1%	0,7%	0,5%	0,4%	0,3%	0,7%	0,9%	0,6%
Transferências correntes	7,6%	8,0%	7,9%	8,2%	8,8%	9,9%	10,1%	10,1%	10,3%	10,5%	9,8%
Subsídios	1,0%	1,0%	1,4%	1,3%	1,7%	2,1%	2,5%	2,6%	2,3%	2,1%	2,3%
Outras despesas correntes	1,3%	1,7%	1,6%	2,2%	1,7%	1,1%	1,0%	1,2%	1,1%	1,4%	1,2%
Total despesas correntes	70,5%	71,3%	68,1%	68,7%	70,1%	69,9%	67,6%	70,7%	71,1%	72,7%	69,5%
Aquisição de bens de capital	16,3%	14,1%	18,3%	17,7%	18,8%	20,9%	24,4%	21,8%	21,6%	20,1%	23,5%
Transferências de capital	2,8%	3,3%	3,6%	2,8%	3,6%	3,4%	3,4%	2,9%	2,5%	2,7%	2,8%
Ativos financeiros	0,8%	0,7%	0,6%	0,5%	0,4%	0,6%	0,2%	0,5%	1,6%	1,5%	1,4%
Passivos financeiros	9,2%	10,1%	9,1%	9,3%	6,8%	4,9%	4,2%	4,0%	3,0%	2,8%	2,6%
Outras despesas de capital	0,4%	0,5%	0,3%	1,0%	0,3%	0,2%	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%
Total de despesas de capital	29,5%	28,7%	31,9%	31,3%	29,9%	30,1%	32,4%	29,3%	28,9%	27,3%	30,5%
Total da Despesa	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Total da Despesa efetiva	90,0%	89,2%	90,2%	90,2%	92,9%	94,5%	95,5%	95,5%	95,4%	95,7%	96,0%

Quadro 2.49 – Peso da despesa paga nos compromissos assumidos, por natureza económica

DESPESAS	Despesa Paga / Compromissos Assumidos (%)										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Despesas com pessoal	99,0%	99,2%	99,2%	99,2%	99,1%	98,0%	98,1%	98,0%	98,0%	97,7%	97,9%
Aquisição de bens e serviços	83,4%	85,0%	84,8%	83,4%	83,4%	79,9%	81,6%	81,3%	81,1%	82,8%	82,8%
Juros e outros encargos	79,2%	82,7%	86,8%	94,6%	89,9%	93,8%	85,0%	85,7%	90,8%	95,8%	92,3%
Transferências correntes	93,0%	94,3%	93,0%	94,4%	94,4%	93,4%	93,9%	93,4%	93,9%	94,6%	93,9%
Subsídios	78,5%	87,3%	93,4%	94,9%	94,1%	91,7%	91,4%	98,1%	96,5%	93,7%	97,1%
Outras despesas correntes	88,1%	91,6%	92,9%	94,1%	93,3%	88,4%	89,6%	90,7%	89,4%	90,9%	86,6%
Total despesas correntes	90,5%	91,7%	91,8%	91,6%	91,6%	89,7%	90,6%	90,5%	90,4%	90,9%	90,9%
Aquisição de bens de capital	77,1%	71,2%	69,3%	69,4%	68,2%	67,6%	69,6%	71,4%	74,1%	69,6%	65,4%
Transferências de capital	80,7%	85,9%	82,8%	76,0%	82,4%	81,4%	80,4%	79,8%	79,6%	76,5%	79,5%
Ativos financeiros	79,5%	93,2%	93,5%	95,0%	94,6%	95,3%	96,7%	94,8%	97,8%	99,1%	99,1%
Passivos financeiros	94,6%	95,3%	98,8%	99,2%	98,9%	99,4%	98,1%	97,6%	94,5%	99,0%	98,5%
Outras despesas de capital	86,6%	94,6%	82,9%	94,5%	78,0%	89,6%	92,5%	88,2%	89,1%	92,8%	71,8%
Total de despesas de capital	82,4%	80,8%	77,9%	77,9%	75,4%	73,4%	73,6%	75,3%	77,4%	73,9%	69,7%
Total da Despesa	**88,0%**	**88,3%**	**86,8%**	**86,9%**	**86,1%**	**84,1%**	**84,3%**	**85,4%**	**86,2%**	**85,5%**	**83,2%**
Total da Despesa efetiva	87,4%	87,5%	85,7%	85,7%	85,2%	83,3%	83,7%	84,9%	85,8%	85,0%	82,7%
Despesa Total – Municípios Açores	94,6%	91,5%	90,3%	91,6%	92,1%	89,9%	86,4%	89,1%	93,3%	90,5%	91,3%
Despesa Total – Municípios Madeira	91,0%	92,1%	89,7%	90,4%	86,0%	83,3%	88,8%	87,1%	85,9%	86,8%	89,8%

Quadro 2.50 – Peso da despesa paga nas obrigações constituídas, por natureza económica, entre 2020 e 2025

Despesas	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Despesas com pessoal	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%
Aquisição de bens e serviços	95,9%	95,9%	96,1%	95,6%	96,4%	96,4%
Juros e outros encargos	96,9%	90,1%	89,1%	94,3%	99,2%	98,1%
Transferências correntes	99,2%	99,3%	99,0%	98,9%	99,1%	98,9%
Subsídios	99,3%	99,3%	99,7%	99,7%	99,8%	99,8%
Outras despesas correntes	97,8%	97,6%	98,2%	97,6%	98,4%	97,8%
Total despesas correntes	97,7%	97,8%	97,8%	97,6%	97,9%	97,9%
Aquisição de bens de capital	95,9%	96,4%	96,8%	97,3%	96,6%	96,0%
Transferências de capital	98,2%	98,5%	98,4%	97,8%	98,2%	98,4%
Ativos financeiros	99,1%	99,3%	97,4%	100,0%	100,0%	100,0%
Passivos financeiros	99,9%	98,5%	98,7%	97,4%	100,0%	100,0%
Outras despesas de capital	97,4%	98,2%	98,8%	98,8%	99,6%	97,9%
Total de despesas de capital	96,9%	96,9%	97,2%	97,5%	97,3%	96,7%
Total da Despesa	**97,5%**	**97,5%**	**97,6%**	**97,5%**	**97,7%**	**97,5%**
Total da Despesa efetiva	97,3%	97,4%	97,6%	97,5%	97,6%	97,4%

Quadro 2.51 – Relação entre obrigações, compromissos e pagamentos em 2025

Unidade: milhões de euros

Despesas	Obrigações 2025		Despesas comprometidas 2025		Despesas pagas 2025		
	Valor (a)	%	Valor (b)	Peso (a)/(b)	Valor (c)	Peso (c)/(a)	Peso (c)/(b)
Despesas com pessoal	4 395,8	29,6%	4 431,5	99,2%	4 338,1	98,7%	97,9%
Aquisição de bens e serviços	3 840,3	25,9%	4 475,6	85,8%	3 703,9	96,4%	82,8%
Juros e outros encargos	94,2	0,6%	100,1	94,1%	92,4	98,1%	92,3%
Transferências correntes	1 427,5	9,6%	1 503,7	94,9%	1 412,1	98,9%	93,9%
Subsídios	333,8	2,3%	343,0	97,3%	333,0	99,8%	97,1%
Outras despesas correntes	176,5	1,2%	199,3	88,6%	172,7	97,8%	86,6%
Total despesas correntes	**10 268,2**	**69,2%**	**11 053,1**	**92,9%**	**10 052,3**	**97,9%**	**90,9%**
Aquisição de bens de capital	3 546,0	23,9%	5 204,3	68,1%	3 404,5	96,0%	65,4%
Transferências de capital	417,7	2,8%	516,9	80,8%	411,2	98,4%	79,5%
Ativos financeiros	201,6	1,4%	203,4	99,1%	201,6	100,0%	99,1%
Passivos financeiros	372,0	2,5%	377,5	98,5%	372,0	100,0%	98,5%
Outras despesas de capital	25,1	0,2%	34,2	73,3%	24,5	97,9%	71,8%
Total de despesas de capital	4 562,3	30,8%	6 336,3	72,0%	4 413,8	96,7%	69,7%
Total da Despesa	**14 830,5**	**100,0%**	**17 389,4**	**85,3%**	**14 466,1**	**97,5%**	**83,2%**
Total da Despesa efetiva	14 256,9	96,1%	16 808,5	84,8%	13 892,5	97,4%	82,7%
Despesa Total – Municípios Açores	310,9	--	338,3	91,9%	308,8	99,3%	91,3%
Despesa Total – Municípios Madeira	314,4	--	346,3	90,8%	310,9	98,9%	89,8%

Da informação apresentada nos quadros anteriores conclui-se que:

- Em 2025, os compromissos repartiram-se entre despesa corrente (63,6%) e despesa de capital (36,4%). Estas componentes aumentaram, respetivamente, 7,6% (+780,1 milhões de euros) e 33,7% (+1 598,2 milhões de euros) face a 2024. Entre 2015 e 2025, a despesa comprometida cresceu 111,6% (+9 170,0 milhões de euros): 96,3% na despesa corrente e 144,8% na despesa de capital;
- A aquisição de bens de capital foi a componente mais representativa da despesa comprometida, com 29,9% do total e um crescimento de 40,4% (+1 496,9 milhões de euros). Seguiram-se a aquisição de bens e serviços, com 25,7%, e as despesas com pessoal, com 25,5%. Estas duas rubricas aumentaram 7,2% (+302,0 milhões de euros) e 8,6% (+352,2 milhões de euros), respetivamente. As transferências correntes representaram 8,6% dos compromissos e cresceram 5,9% (+83,7 milhões de euros);
- Em termos absolutos, os compromissos ascenderam a 5 204,3 milhões de euros na aquisição de bens de capital, 4 475,6 milhões de euros na aquisição de bens e serviços, 4 431,5 milhões de euros nas despesas com pessoal e 1 503,7 milhões de euros nas transferências correntes;
- As obrigações constituídas totalizaram 14 830,5 milhões de euros e aumentaram 12,9% (+1 692,5 milhões de euros). O crescimento esteve associado, entre outros fatores, à execução de investimentos financiados por fundos comunitários, pelo Portugal 2030 e pelo PRR, bem como ao encerramento do Portugal 2020. As obrigações relativas à despesa de capital aumentaram 26,8%;
- Na estrutura das obrigações, a despesa corrente representou 69,2% e a despesa de capital 30,8%. Face a 2024, o peso da despesa de capital aumentou 3,4 pp. A despesa corrente totalizou 10 268,2 milhões de euros e cresceu 7,6% (+727,2 milhões de euros), enquanto a despesa de capital atingiu 4 562,3 milhões de euros e aumentou 26,8% (+965,3 milhões de euros);

- Embora a aquisição de bens de capital tenha sido a principal componente dos compromissos, as despesas com pessoal apresentaram o maior peso nas obrigações constituídas: 29,6%, correspondentes a 4 395,8 milhões de euros. As obrigações relativas à aquisição de bens de capital totalizaram 3 546,0 milhões de euros e aumentaram 32,7%;
- Entre 2020 e 2025, as obrigações constituídas aumentaram 64,7% (+5 827,0 milhões de euros). Em 2025, cresceram 12,9% (+1 692,5 milhões de euros);[92]
- Na estrutura da despesa paga, as rubricas com maior peso foram as despesas com pessoal (30,0%), a aquisição de bens e serviços (25,6%) e a aquisição de bens de capital (23,5%). A despesa corrente representou 69,5% dos pagamentos e a despesa de capital 30,5%, mais 3,2 pp do que em 2024;
- Os pagamentos totalizaram 4 338,1 milhões de euros nas despesas com pessoal (+8,8%; +352,4 milhões de euros), 3 703,9 milhões de euros na aquisição de bens e serviços (+7,2%; +249,8 milhões de euros) e 3 404,5 milhões de euros na aquisição de bens de capital (+31,9%; +823,8 milhões de euros). As transferências correntes e de capital totalizaram 1 823,3 milhões de euros, mais 140,0 milhões de euros (+8,3%) do que em 2024;
- A despesa corrente paga totalizou 10 052,3 milhões de euros e cresceu 7,6% (+710,5 milhões de euros), menos 2,4 pp do que em 2024. A despesa de capital paga atingiu 4 413,8 milhões de euros e aumentou 26,1% (+914,3 milhões de euros). No total, os pagamentos ascenderam a 14 466,1 milhões de euros, mais 12,7% (+1 624,8 milhões de euros) do que no ano anterior;
- Três rubricas, todas com peso reduzido na despesa paga, diminuíram em 2025: juros e outros encargos (-15,8%), outras despesas correntes (-1,4%) e outras despesas de capital (-5,4%). Os subsídios, com um peso de 2,3%, aumentaram 21,5% (+58,8 milhões de euros), crescimento para o qual contribuíram 68 municípios.[93] [94] [95]

Da análise do Quadro 2.51, que relaciona compromissos, obrigações e pagamentos, conclui-se que, em 2025:

- As obrigações representaram 92,9% dos compromissos de despesa corrente e 72,0% dos compromissos de despesa de capital. Foram pagas 97,9% das obrigações correntes e 96,7% das obrigações de capital;
- Os compromissos totalizaram 17 389,4 milhões de euros e deram origem a 14 830,5 milhões de euros de obrigações, o equivalente a 85,3%. Os pagamentos ascenderam a 14 466,1 milhões de euros, correspondentes a 97,5% das obrigações.

Da leitura conjunta dos Quadros 2.48 e 2.51 conclui-se ainda que:

- A proporção dos compromissos pagos foi superior na despesa corrente (90,9%) à observada na despesa de capital (69,7%). Na estrutura dos pagamentos, a despesa corrente representou 69,5%, menos 3,2 pp do que em 2024, e a despesa de capital 30,5%, mais 3,2 pp;
- Considerando apenas as obrigações constituídas, os graus de pagamento foram de 97,9% na despesa corrente e de 96,7% na despesa de capital. Relativamente aos compromissos, os rácios foram de 90,9% e 69,7%, respetivamente;
- Em 2025, a despesa corrente paga aumentou 7,6% (+710,5 milhões de euros) e a despesa de capital paga cresceu 26,1% (+914,3 milhões de euros);

[92] Despesa efetivamente realizada
[93] Que tinham apresentado um crescimento extraordinário em 2023 e 2024 com acréscimos respetivamente de +156,3% e +28,1%.
[94] Em 2024 tinham apresentado uma taxa de crescimento de +29,5%
[95] Em 2023 e 2024 apresentaram os significativos aumentos dev+35,2% e +29,5%, respetivamente

Em 2025, 287 municípios aumentaram a despesa paga, mais 61 do que em 2024 (+27,0%).

Relativamente às rubricas de maior peso, o Quadro 2.49 mostra que:

- **Foram pagos 65,4% dos compromissos de aquisição de bens de capital, menos 4,2 pp do que em 2024; 79,5% das transferências de capital, mais 3,1 pp; e 82,8% da aquisição de bens e serviços, valor idêntico ao do ano anterior. Nas restantes rubricas de maior peso, os graus de pagamento superaram 90%.**

A comparação dos pagamentos com as obrigações, que correspondem à despesa efetivamente constituída no exercício, apresenta rácios substancialmente superiores. O Quadro 2.51 mostra que:

- **Foram pagas 97,9% das obrigações correntes e 96,7% das obrigações de capital.**

O *Ranking* R37 apresenta os 35 municípios com maior volume de despesa paga em 2025 e os graus de pagamento dos compromissos e das obrigações. As médias nacionais destes rácios foram de 83,2% e 97,5%, respetivamente.

R37 – Municípios com maior volume de despesa paga em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25				Desp paga / Desp comp.	Desp. paga / Obrig.
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025		
1	Lisboa	G	597 776 675	686 603 489	705 884 879	867 142 484	820 122 567	842 188 884	960 159 679	978 910 998	1 016 327 664	1 069 688 124	1 143 894 270	89,7%	99,3%
2	Cascais	G	149 543 257	158 069 764	178 181 432	191 450 397	207 010 773	222 724 919	256 490 281	281 846 853	300 333 856	359 856 039	429 745 767	86,5%	99,6%
3	Sintra	G	147 463 011	139 715 780	135 023 098	140 919 465	157 445 555	185 039 036	195 297 633	230 043 868	396 377 687	391 904 813	425 972 423	87,8%	99,9%
4	Porto	G	165 833 768	206 781 960	191 686 791	228 025 199	239 375 230	231 753 467	273 267 320	289 778 618	317 576 964	363 152 849	378 807 927	90,9%	99,6%
5	Oeiras	G	106 311 161	115 171 511	114 798 229	122 751 182	162 557 687	189 142 437	217 847 009	210 743 118	234 115 289	251 046 389	293 255 503	87,9%	98,1%
6	Loures	G	102 014 152	102 042 252	107 253 238	102 680 060	117 825 109	144 110 088	141 886 850	169 169 818	198 956 279	211 584 910	248 243 161	84,7%	95,5%
7	Vila Nova de Gaia	G	123 091 075	151 371 984	130 127 195	146 970 097	139 542 119	154 260 051	168 915 065	193 534 054	208 346 614	224 676 945	225 558 041	81,5%	97,3%
8	Seixal	G	75 637 901	112 198 606	90 550 107	125 558 340	122 907 915	99 684 920	141 413 912	140 183 638	154 007 849	165 521 693	219 595 868	92,0%	95,6%
9	Matosinhos	G	101 835 239	116 948 414	116 167 155	113 124 203	113 687 214	126 639 087	147 478 866	144 093 571	156 979 548	179 804 819	215 286 374	80,7%	98,9%
10	Braga	G	85 429 759	82 452 326	93 348 327	99 700 859	113 235 119	109 711 968	117 243 221	129 556 248	152 774 897	185 395 781	204 799 371	82,8%	98,2%
11	Loulé	M	86 472 174	91 051 312	102 147 508	108 916 249	127 289 795	125 644 287	132 063 703	141 153 828	169 230 728	177 392 506	181 171 545	72,3%	99,4%
12	Coimbra	G	77 545 590	78 577 699	80 621 540	80 379 898	87 721 004	96 196 375	126 148 517	124 203 723	141 679 848	147 955 496	176 543 650	88,6%	98,9%
13	Almada	G	82 705 206	89 639 915	93 284 471	84 453 320	93 467 782	113 223 678	114 834 192	127 160 193	152 286 942	176 532 712	174 483 508	87,5%	99,0%
14	V. Nova Famalicão	G	69 415 464	78 957 364	87 517 482	88 723 418	91 072 195	91 691 937	111 345 095	108 695 556	117 368 071	133 064 347	173 259 728	94,0%	99,6%
15	Guimarães	G	78 567 063	80 568 122	94 531 324	92 103 512	86 606 335	90 383 494	110 898 669	109 865 896	116 395 754	140 299 084	150 882 068	86,0%	98,1%
16	Setúbal	G	77 652 513	88 118 335	82 214 780	88 794 206	91 793 805	93 201 451	99 646 052	117 968 791	117 449 095	118 073 581	148 596 722	60,9%	86,0%
17	Maia	G	67 135 282	62 364 844	67 688 906	69 196 632	72 596 497	66 157 652	75 145 323	90 059 060	104 213 810	106 860 404	147 130 830	71,3%	99,8%
18	Mafra	M	50 934 263	55 925 359	61 342 385	62 871 087	93 028 483	68 535 102	75 166 885	75 394 690	103 496 922	112 325 654	145 612 275	82,2%	99,4%
19	Amadora	G	70 301 881	75 305 777	81 144 300	78 373 295	85 245 762	92 776 447	100 084 088	95 091 419	112 697 429	118 621 310	143 765 325	83,7%	99,1%
20	Vila Franca de Xira	G	55 296 775	56 319 401	69 073 173	62 073 130	75 680 760	86 413 977	85 828 116	86 192 405	104 771 775	130 136 176	143 101 568	92,9%	99,3%
21	Odivelas	G	63 114 143	64 545 787	69 522 355	69 825 559	72 109 379	76 924 105	91 465 912	100 626 124	108 125 481	117 387 442	137 075 469	77,2%	97,1%
22	Gondomar	G	63 484 060	63 811 529	72 486 448	69 923 925	102 062 283	76 613 165	98 845 698	109 214 528	107 037 267	119 474 810	136 258 926	93,0%	98,7%
23	Funchal	G	70 579 811	71 760 032	74 641 068	98 519 054	84 016 398	82 210 480	105 408 076	104 158 666	124 796 504	129 814 445	134 838 369	92,4%	99,9%
24	Albufeira	M	59 662 600	63 017 046	68 611 926	76 255 632	84 398 719	79 798 339	95 373 904	85 190 114	91 943 106	112 319 375	128 811 410	81,7%	98,1%
25	Leiria	G	54 140 383	57 753 974	68 293 263	68 747 342	78 360 473	70 569 819	89 880 177	97 666 749	110 735 985	119 232 655	126 525 306	87,3%	99,4%
26	Barcelos	G	51 733 847	47 571 519	50 571 443	50 170 903	63 939 985	54 148 863	69 798 033	78 352 286	106 376 042	129 795 693	114 955 458	84,8%	98,5%
27	Viana do Castelo	M	61 142 316	55 680 024	64 188 578	64 575 283	70 532 089	70 186 145	76 300 305	80 553 511	79 408 293	94 125 495	113 872 330	71,5%	79,6%
28	Santa Maria da Feira	G	51 719 491	54 890 524	57 270 412	56 870 293	59 442 547	60 284 215	73 486 445	81 935 006	92 216 096	104 077 236	111 843 410	78,6%	97,6%
29	Vila do Conde	M	46 498 095	44 791 166	73 859 999	49 681 086	55 726 609	52 351 464	57 200 105	65 942 087	75 391 132	81 019 821	100 730 056	73,3%	88,9%
30	Viseu	G	43 052 795	45 865 496	53 258 344	59 061 361	56 468 126	60 690 396	76 406 092	72 013 160	94 825 120	88 047 129	95 411 570	78,8%	99,4%
31	Póvoa de Varzim	M	43 113 681	37 897 424	46 500 847	52 666 008	55 545 820	54 600 534	59 143 592	59 792 840	67 741 847	76 435 591	94 317 491	93,6%	99,7%
32	Valongo	M	31 268 922	31 778 263	34 459 280	61 117 982	44 637 561	47 962 594	58 598 780	67 156 210	70 465 439	87 620 416	93 736 617	90,9%	99,1%
33	Aveiro	M	48 268 605	48 477 741	97 790 270	68 845 596	59 546 663	69 136 221	84 249 276	88 722 442	102 230 900	92 803 600	88 135 619	72,7%	98,2%
34	Torres Vedras	M	53 856 134	46 043 230	43 338 376	48 325 297	54 720 061	54 634 612	65 215 181	69 057 604	68 503 423	70 191 785	87 408 704	86,5%	97,8%
35	Barreiro	M	38 130 924	50 565 341	39 942 299	42 687 748	54 353 069	51 702 645	57 952 574	60 592 458	67 910 837	77 814 145	87 226 697	74,1%	94,2%

Da análise do *Ranking* R37, relativamente a 2025, conclui-se que:

- O *ranking* integra os 25 municípios de grande dimensão;
- Na maioria destes 35 municípios, o grau de pagamento dos compromissos aproximou-se ou superou a média nacional de 83,2%; em oito casos, ultrapassou 90%. O grau de pagamento das obrigações excedeu 90%, com exceção de Setúbal, Viana do Castelo e Vila do Conde;
- Os graus de pagamento dos compromissos mais afastados da média nacional registaram-se em Setúbal (60,9%), Maia (71,3%), Viana do Castelo (71,5%), Loulé (72,3%), Aveiro (72,7%), Vila do Conde (73,3%), Barreiro (74,1%), Santa Maria da Feira (78,6%) e Viseu (78,8%);
- Três municípios do *ranking* diminuíram a despesa paga: Barcelos (-11,4%; -14,8 milhões de euros), Aveiro (-5,0%; -4,7 milhões de euros) e Almada (-1,2%; -2,0 milhões de euros). No conjunto dos 308 municípios, outros dezoito apresentaram igualmente uma diminuição;
- Dez municípios registaram crescimentos dos pagamentos superiores a 20%: Maia (+37,7%), Seixal (+32,7%), Vila Nova de Famalicão (+30,2%), Mafra (+29,6%), Setúbal (+25,9%), Torres Vedras (+24,5%), Vila do Conde (+24,3%), Póvoa de Varzim (+23,4%), Amadora (+21,2%) e Viana do Castelo (+21,0%).

No conjunto dos municípios, 54 apresentaram um grau de pagamento dos compromissos superior a 90% e 291 pagaram mais de 90% das obrigações; seis atingiram um grau de pagamento das obrigações de 100%.

O *Ranking* R38 ordena os 35 municípios com menor volume de despesa paga em 2025 e apresenta os graus de pagamento dos compromissos e das obrigações.

R38 – Municípios com menor volume de despesa paga em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25				Desp paga / Desp comp.	Desp. paga / Obrig.
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025		
1	Corvo	P	1 747 264	2 241 675	1 770 633	2 338 463	1 941 263	1 560 377	1 778 526	1 898 266	2 346 273	2 794 115	3 121 528	81,7%	99,8%
2	Santa Cruz das Flores	P	2 396 829	2 503 069	3 135 072	2 576 994	2 654 521	3 190 213	3 640 177	3 442 730	3 138 162	3 537 749	3 701 923	77,9%	99,3%
3	Lajes das Flores	P	3 003 143	3 044 636	3 210 168	3 120 582	3 652 182	3 708 014	4 100 570	4 010 997	3 567 772	4 250 334	4 827 541	92,9%	98,5%
4	Sta. Cruz da Graciosa	P	3 985 410	3 468 880	4 817 113	5 101 937	4 943 899	4 329 671	5 254 624	4 696 313	5 889 870	5 267 533	5 728 858	96,5%	99,6%
5	Barrancos	P	3 593 952	3 620 990	4 077 594	3 745 148	4 258 268	4 326 944	5 376 647	5 708 535	5 665 140	5 606 165	6 415 018	86,5%	99,8%
6	São Roque do Pico	P	4 494 659	4 409 248	4 403 866	5 076 789	4 523 240	5 611 134	6 220 678	5 421 925	5 973 161	7 072 397	8 066 674	88,1%	100,0%
7	Fronteira	P	4 712 681	5 238 378	6 039 021	4 986 315	5 442 924	6 006 616	6 402 478	6 735 391	7 238 868	8 732 644	8 305 840	91,8%	98,6%
8	Porto Santo	P	6 021 483	4 458 656	3 988 500	5 150 818	6 387 847	4 139 571	5 244 270	5 246 644	6 755 032	6 106 321	8 861 806	75,5%	86,6%
9	Constância	P	5 286 483	5 434 678	6 762 500	6 152 956	6 120 037	6 036 135	6 882 125	8 058 954	7 568 894	8 148 276	8 863 609	82,6%	98,1%
10	Nordeste	P	5 393 405	5 221 020	5 834 764	15 072 017	5 495 895	7 295 898	6 079 764	7 818 433	8 980 402	8 465 375	8 889 814	90,5%	99,4%
11	Alvito	P	4 029 334	4 296 576	4 207 729	5 358 962	5 195 105	6 494 690	7 530 939	7 035 187	7 633 267	8 199 281	8 900 180	88,7%	97,7%
12	Calheta (R.A.A.)	P	4 896 569	3 915 880	5 072 853	4 797 527	5 360 287	5 519 693	5 580 700	6 123 212	7 494 664	6 172 135	8 972 725	93,8%	99,9%
13	Gavião	P	5 912 031	6 455 977	6 461 153	7 225 389	6 991 936	7 262 189	9 327 071	8 533 553	9 695 927	8 815 681	9 042 848	90,7%	99,6%
14	Castelo de Vide	P	5 373 842	5 550 742	6 466 358	6 081 315	5 789 174	7 289 758	10 158 041	7 921 736	7 255 409	7 438 907	9 113 392	94,3%	99,5%
15	Penedono	P	6 667 952	4 335 307	5 221 749	5 458 577	5 975 256	5 258 565	7 190 545	8 061 639	7 532 104	7 793 454	9 178 492	68,7%	96,3%
16	Velas	P	5 357 741	4 963 511	8 728 061	5 240 675	5 082 264	9 530 027	9 708 370	11 064 882	10 308 664	6 964 373	9 211 831	97,6%	99,9%
17	Pedrógão Grande	P	4 603 951	4 884 742	6 041 871	6 833 798	8 143 530	6 765 743	5 864 141	7 636 063	7 698 868	8 228 087	9 503 292	90,2%	98,9%
18	Monforte	P	5 777 081	6 088 721	6 806 253	6 881 697	6 859 766	8 698 583	10 834 953	8 752 141	10 093 998	9 627 724	9 504 582	93,5%	96,9%
19	Marvão	P	5 108 794	5 374 395	6 513 865	5 399 540	6 023 412	6 648 329	7 824 407	8 285 916	8 227 318	8 043 564	9 631 204	91,6%	99,4%
20	Sousel	P	8 400 672	6 411 059	6 984 411	7 133 082	8 903 538	6 922 956	9 803 926	9 045 357	8 689 971	9 086 079	9 638 014	75,0%	96,6%
21	Vila do Porto	P	5 085 226	4 873 077	6 266 654	6 169 085	6 042 016	6 834 486	7 619 978	7 661 973	8 978 543	8 430 077	9 875 490	97,0%	100,0%
22	Mesão Frio	P	5 203 729	4 939 075	8 049 697	5 282 590	5 865 670	6 477 393	7 626 009	6 863 249	7 447 417	7 742 297	9 899 879	79,1%	91,0%
23	Madalena	P	6 944 244	7 252 816	7 355 810	8 821 503	7 920 056	8 482 240	9 196 299	8 131 123	8 381 335	8 673 927	9 914 327	87,0%	98,1%
24	Penela	P	7 177 917	6 271 275	6 803 140	7 194 796	7 878 425	7 824 934	8 409 975	8 287 402	10 148 917	9 408 579	9 988 206	61,1%	97,1%
25	Góis	P	7 153 141	7 170 387	8 141 399	9 050 052	9 329 809	7 578 320	6 974 710	8 053 401	9 032 162	9 287 657	9 996 850	85,9%	99,0%
26	Porto Moniz	P	4 029 324	5 046 681	6 737 813	5 653 446	5 914 260	5 631 945	5 696 767	6 661 736	7 650 781	9 187 253	10 330 031	84,6%	99,8%
27	Mourão	P	5 204 673	5 281 068	5 831 358	5 544 421	10 370 541	7 100 280	7 053 822	7 092 781	8 198 077	8 684 213	10 349 906	90,6%	96,1%
28	Castanheira de Pera	P	4 737 879	4 377 599	4 190 033	5 188 671	6 832 469	4 882 138	4 589 326	6 010 119	7 057 722	8 487 616	10 466 552	60,9%	89,6%
29	Vila Nova da Barquinha	P	7 350 083	6 343 136	6 601 536	8 356 617	8 334 464	6 556 859	7 061 154	7 806 860	7 779 139	8 243 514	10 484 502	87,1%	99,6%
30	Cuba	P	5 790 391	5 560 030	6 673 292	5 713 459	5 874 942	6 972 302	8 467 389	7 777 248	8 562 414	8 961 140	10 503 304	84,0%	88,5%
31	Freixo de Espada à Cinta	P	7 351 758	7 449 708	6 539 267	6 924 062	14 267 060	7 962 783	8 058 986	8 296 146	9 221 090	21 426 596	10 674 673	83,2%	93,9%
32	Arronches	P	6 669 097	5 020 352	6 841 358	5 132 184	5 717 470	5 142 752	7 339 767	6 599 174	7 949 641	8 581 056	10 728 301	85,0%	99,2%
33	Lajes do Pico	P	5 740 522	5 300 504	5 391 901	5 410 647	6 310 197	5 807 975	7 736 354	7 228 603	8 520 808	7 885 216	10 878 265	99,7%	100,0%
34	Vila Velha de Ródão	P	7 148 018	6 787 224	7 914 083	8 237 897	9 051 476	8 657 714	8 382 904	9 863 535	11 086 462	10 606 740	10 907 368	86,5%	99,0%
35	Fornos de Algodres	P	5 579 781	5 820 135	32 917 071	7 565 751	6 343 984	6 120 599	7 600 693	8 287 856	10 007 153	10 371 742	11 078 478	89,1%	99,6%

Da análise do *Ranking* R38, relativamente a 2025, conclui-se que:

- O *ranking* integra exclusivamente municípios de pequena dimensão. Na maioria, o grau de pagamento dos compromissos superou 80%. Sete municípios ficaram abaixo desse limiar — Santa Cruz das Flores, Porto Santo, Penedono, Castanheira de Pera, Sousel, Mesão Frio e Penela — e treze ultrapassaram 90%;
- O grau de pagamento das obrigações superou 90% em todos os municípios do *ranking*, com exceção de Cuba (88,5%) e Castanheira de Pera (89,6%). Lajes do Pico, Vila do Porto e São Roque do Pico pagaram 100% das obrigações;[96]
- Apenas três municípios diminuíram o volume de pagamentos: Fronteira, Monforte e Freixo de Espada à Cinta. Nove registaram crescimentos superiores a 20%, destacando-se Calheta (+45,5%), Porto Santo (+45,1%) e Lajes do Pico (+38,0%).

O *Ranking* R39 apresenta a despesa paga por distrito e Região Autónoma. Da sua análise conclui-se que:

- O distrito de Lisboa concentrou 23,2% da despesa paga pelo setor municipal e o distrito do Porto 13,9%. Em conjunto, representaram 37,1% do total;[97]
- Todos os distritos e as duas Regiões Autónomas aumentaram a despesa paga. Treze distritos e ambas as Regiões registaram crescimentos iguais ou superiores a 10%; o maior ocorreu no distrito de Portalegre (+22,9%).

R39 – Despesa paga por distrito e Região Autónoma em 2025

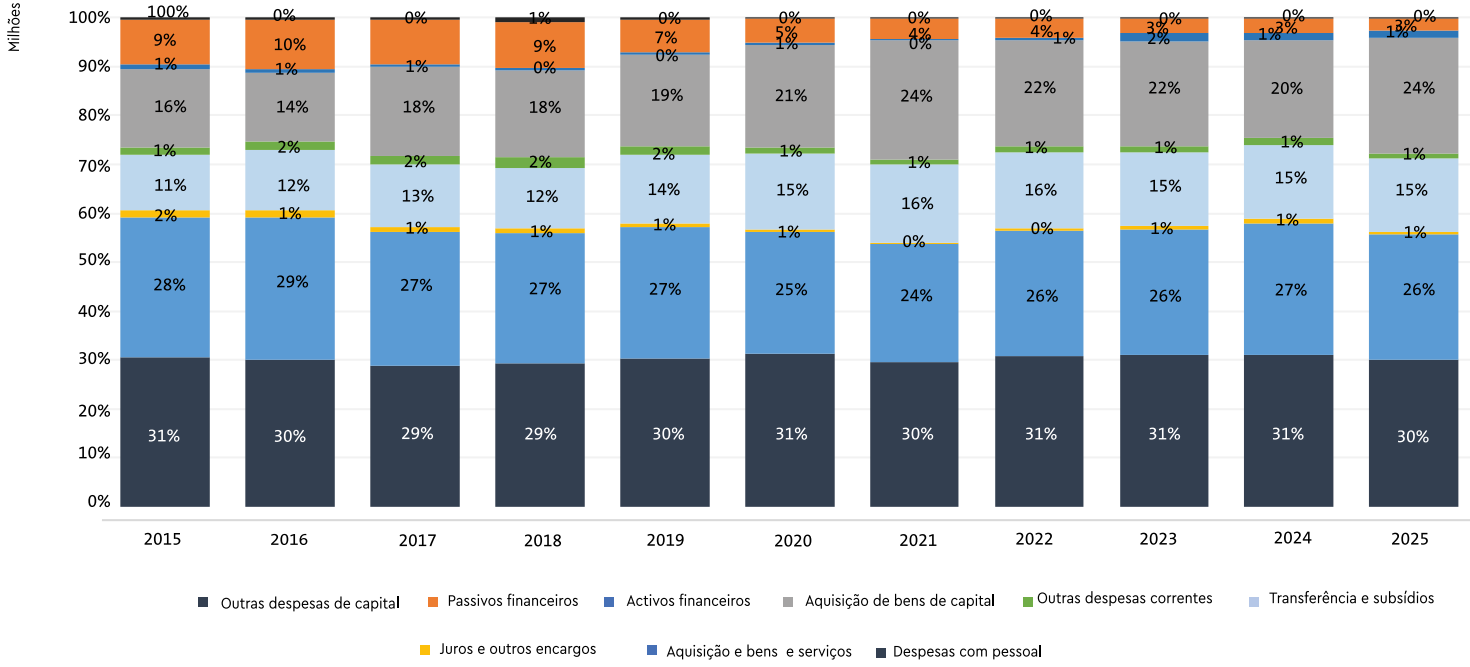
Unidade: euros

Distritos e Regiões	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25				Desp paga / Desp comp.	Desp. paga / Obrig.
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025		
1 Lisboa	1 484 723 274	1 587 860 229	1 663 822 035	1 841 506 785	1 949 518 259	2 065 701 553	2 307 095 238	2 422 076 836	2 781 921 343	2 980 397 849	3 362 179 622	86,7%	98,5%
2 Porto	939 447 644	1 001 278 488	1 073 808 803	1 145 733 999	1 143 654 840	1 139 170 860	1 339 046 807	1 470 221 126	1 589 846 401	1 761 229 605	2 009 367 961	82,3%	97,4%
3 Setúbal	504 271 128	572 779 527	552 192 333	594 953 637	643 598 256	651 028 315	739 657 290	814 962 795	908 879 540	978 302 232	1 101 583 608	83,9%	96,9%
4 Braga	460 000 420	466 524 509	503 970 297	510 842 602	545 822 351	538 992 250	626 199 333	652 988 069	757 975 195	864 285 267	974 409 945	84,2%	98,1%
5 Faro	466 476 042	513 378 002	627 473 881	531 955 161	589 231 286	586 400 683	649 647 110	699 439 221	797 652 284	889 002 589	948 248 013	81,9%	98,6%
6 Aveiro	422 185 659	407 820 152	480 813 023	441 537 271	463 886 700	477 678 631	533 872 676	569 165 095	653 669 938	693 619 786	780 738 541	79,4%	97,2%
7 Santarém	323 820 826	318 788 456	379 689 618	354 128 928	358 754 617	353 010 271	384 583 089	451 424 858	492 843 956	527 524 872	588 859 638	81,5%	97,7%
8 Coimbra	293 709 768	296 158 875	304 943 413	338 635 062	347 592 528	340 045 491	397 147 561	418 827 920	462 149 650	489 294 300	569 686 728	78,9%	97,1%
9 Viseu	317 157 028	289 543 793	312 624 154	334 828 459	345 945 101	336 351 030	390 145 310	406 680 083	489 496 399	482 639 868	560 170 484	80,7%	95,6%
10 Leiria	291 574 998	278 221 786	307 954 886	321 469 123	349 498 448	321 810 161	383 190 818	414 293 800	455 611 066	491 380 212	557 666 329	83,6%	97,5%
11 V. Castelo	209 143 231	202 200 169	223 159 600	220 899 928	236 913 110	231 335 814	254 408 892	268 096 706	284 460 862	314 587 592	361 714 799	82,5%	92,8%
12 Vila Real	204 230 543	193 356 908	212 268 380	212 410 565	211 356 725	236 004 945	257 432 175	266 582 729	289 635 427	310 102 084	359 713 863	80,0%	96,8%
13 Madeira	158 047 018	156 322 337	180 009 481	207 508 380	187 814 190	188 329 486	230 882 905	220 508 143	256 762 435	276 682 382	310 896 287	87,8%	97,9%
14 Açores	168 372 124	160 120 904	178 846 514	194 478 109	210 592 148	217 160 221	226 065 479	234 354 790	258 648 235	261 939 193	308 831 366	90,8%	99,4%
15 C, Branco	167 013 798	168 921 717	175 893 568	221 429 313	205 526 078	192 218 386	213 176 271	215 343 044	252 266 010	268 992 507	306 141 622	85,4%	97,0%
16 Beja	168 740 152	164 986 809	184 001 773	176 105 512	184 061 560	190 742 125	211 594 656	236 534 840	275 444 796	277 610 326	302 189 536	83,6%	96,3%
17 Guarda	172 628 847	182 882 090	205 281 359	228 872 736	187 560 290	186 026 405	211 708 183	243 271 382	246 570 987	265 353 053	289 944 819	81,3%	98,0%
18 Évora	163 952 679	203 356 747	179 333 560	178 165 350	215 917 359	185 440 415	199 769 366	225 889 608	247 106 494	252 819 948	270 967 069	88,0%	96,7%
19 Bragança	173 209 827	168 392 565	169 754 838	163 983 991	181 466 348	181 275 046	201 232 892	204 774 499	242 648 956	254 623 329	255 934 995	82,0%	97,3%
20 Portalegre	142 167 975	133 525 488	143 422 032	139 661 930	145 371 957	157 849 947	189 789 648	176 600 088	196 476 470	200 935 231	246 852 405	86,0%	98,3%
Total Nacional	**7 230 872 982**	**7 466 419 551**	**8 059 263 548**	**8 359 106 841**	**8 704 082 150**	**8 776 572 034**	**9 946 645 702**	**10 612 035 633**	**11 940 066 443**	**12 841 322 224**	**14 466 097 633**	**83,1%**	**97,5%**

[96] Cuja média nacional foi em 2025, 97,5%.
[97] Manteve o peso identificado em 2024.

A análise anterior incidiu na estrutura da despesa municipal e na evolução das respetivas rubricas entre 2015 e 2025. Antes da análise individualizada por natureza económica, o Gráfico 2.18 sintetiza a estrutura da despesa paga no mesmo período.

Gráfico 2.18 – Estrutura da despesa paga de 2015 a 2025



2.3.4. Caracterização das despesas por natureza económica

Nesta secção analisam-se com maior detalhe as principais rubricas económicas da despesa municipal, recorrendo, designadamente, a *rankings* de 35 municípios.

Tal como nos anuários anteriores, analisam-se autonomamente as despesas com pessoal, a aquisição de bens e serviços correntes e o investimento. Atendendo ao seu significado económico, detalham-se também as transferências e os subsídios, os juros e outros encargos financeiros e as amortizações de empréstimos.

Despesas com pessoal

Atendendo à natureza das despesas com pessoal, das quais não deverão resultar encargos por pagar no final do exercício, esta rubrica é analisada na ótica dos pagamentos. Em 2025, foi a componente com maior volume de pagamentos, no montante de 4 338,1 milhões de euros, e representou 30,0% da despesa paga e 43,2% da despesa corrente paga.

Em 184 municípios, o peso das despesas com pessoal na despesa total paga foi superior à média nacional de 30,0%.

A despesa com pessoal mantém uma trajetória de crescimento desde 2016. Em 2025, aumentou em 302 municípios e cresceu 8,8% (+352,4 milhões de euros), para 4 338,1 milhões de euros.[98]

O peso das despesas com pessoal na despesa total paga de cada município constitui um indicador relevante da sua situação económico-financeira. Apresentam-se, por isso, dois *rankings*: os 35 municípios com maior peso desta despesa e os 35 com menor peso.

O *Ranking* R40 apresenta os 35 municípios com maior peso das despesas com pessoal na despesa total paga.

R40 – Municípios com maior peso das despesas com pessoal na despesa total paga em 2025[99]

	Município	Dim.	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25			
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Redondo	P	45,5%	47,1%	48,2%	52,0%	56,2%	56,2%	49,9%	51,4%	49,7%	56,4%	53,6%
2	Monforte	P	42,6%	41,1%	37,0%	38,9%	45,4%	38,2%	31,3%	43,2%	44,2%	50,1%	53,5%
3	Tarouca	P	42,8%	44,3%	28,4%	44,9%	49,1%	45,4%	42,4%	48,2%	47,4%	47,5%	48,9%
4	Borba	P	41,6%	38,1%	27,6%	46,2%	49,8%	45,9%	44,9%	47,7%	45,0%	46,7%	46,7%
5	Estremoz	P	25,8%	25,3%	29,1%	38,5%	36,4%	40,9%	41,4%	36,9%	42,4%	46,0%	46,6%
6	Évora	M	41,9%	24,4%	39,4%	40,1%	26,9%	41,7%	36,5%	40,6%	44,1%	43,9%	46,4%
7	Castelo de Vide	P	43,7%	43,8%	39,6%	44,5%	47,9%	42,4%	30,6%	41,5%	50,1%	53,5%	46,4%
8	Figueiró dos Vinhos	P	37,9%	36,5%	35,6%	28,0%	34,3%	35,8%	35,8%	41,1%	46,3%	44,2%	46,0%
9	Santa Cruz das Flores	P	40,4%	37,9%	30,2%	36,7%	36,8%	37,3%	31,9%	35,2%	50,4%	46,4%	45,4%
10	Celorico da Beira	P	36,2%	39,3%	40,2%	17,9%	40,2%	43,7%	20,1%	37,1%	40,8%	45,9%	45,3%
11	Montemor-o-Novo	P	38,2%	39,1%	37,5%	39,6%	35,7%	34,9%	35,2%	35,9%	43,1%	45,3%	45,2%
12	Vieira do Minho	P	21,7%	17,8%	21,7%	27,4%	29,4%	29,2%	29,4%	30,9%	34,6%	41,3%	44,8%
13	Mourão	P	55,4%	52,3%	46,2%	48,9%	27,6%	40,8%	43,3%	43,3%	42,0%	43,9%	44,6%
14	Alcochete	M	48,5%	49,3%	50,0%	45,6%	40,5%	37,7%	41,9%	41,4%	45,8%	47,6%	44,5%
15	Terras de Bouro	P	42,8%	41,7%	46,0%	43,1%	41,8%	38,2%	38,6%	39,3%	35,7%	40,9%	44,2%
16	Vendas Novas	P	43,7%	36,6%	38,0%	42,7%	42,8%	42,5%	40,4%	35,1%	39,4%	43,2%	44,0%
17	Sardoal	P	44,4%	46,7%	41,8%	43,4%	44,1%	37,5%	46,1%	41,1%	47,6%	45,8%	43,9%
18	Peniche	M	37,5%	36,7%	34,1%	38,5%	35,5%	42,4%	40,8%	40,2%	47,2%	45,7%	43,9%
19	Fronteira	P	35,8%	32,0%	29,7%	38,4%	38,9%	35,7%	35,6%	38,0%	41,0%	38,4%	43,8%
20	Portel	P	41,1%	41,0%	37,3%	41,8%	37,4%	42,1%	36,4%	35,9%	41,9%	42,1%	43,7%
21	Aljustrel	P	33,5%	37,2%	32,3%	34,4%	35,9%	37,9%	33,6%	36,9%	41,8%	40,6%	43,5%
22	Barrancos	P	51,4%	50,3%	44,6%	50,3%	47,6%	46,5%	38,3%	40,3%	45,5%	47,5%	43,4%
23	Benavente	M	38,5%	36,8%	39,0%	41,4%	42,2%	34,7%	37,5%	38,2%	40,6%	38,4%	43,1%
24	Serpa	P	35,9%	42,4%	37,0%	39,5%	40,6%	43,7%	43,6%	49,5%	46,1%	47,8%	43,1%
25	Mesão Frio	P	38,4%	40,9%	25,2%	41,3%	41,6%	42,5%	39,6%	43,6%	47,3%	49,6%	43,0%
26	Alenquer	M	40,6%	40,6%	41,7%	45,3%	41,2%	44,3%	41,4%	37,9%	37,3%	40,7%	43,0%
27	Constância	P	35,5%	35,8%	28,6%	37,0%	42,6%	41,3%	38,7%	38,9%	43,7%	42,9%	42,9%
28	Góis	P	38,0%	36,5%	35,5%	31,7%	36,4%	44,0%	46,6%	42,1%	41,0%	43,5%	42,8%
29	Sesimbra	M	41,4%	40,8%	39,1%	39,6%	40,3%	41,0%	40,3%	40,4%	42,4%	42,6%	42,5%
30	Vidigueira	P	33,1%	42,9%	45,9%	45,2%	46,2%	41,2%	45,6%	44,2%	35,6%	44,3%	42,4%
31	Moita	M	45,0%	44,3%	45,3%	45,6%	45,5%	46,2%	41,8%	43,9%	42,0%	42,4%	42,4%
32	Cabeceiras de Basto	P	35,5%	34,8%	32,7%	34,7%	33,3%	38,5%	35,4%	35,6%	37,2%	42,7%	42,3%
33	São Pedro do Sul	P	41,9%	43,4%	40,0%	31,0%	38,5%	39,2%	34,5%	39,3%	39,3%	41,9%	41,9%
34	Montijo	M	51,7%	52,2%	50,3%	52,8%	44,7%	45,1%	40,0%	37,7%	39,8%	38,1%	41,6%
35	Resende	P	41,1%	43,6%	42,2%	41,2%	44,0%	47,3%	41,7%	38,5%	33,6%	41,1%	41,5%
Total 308 municípios			**30,7%**	**30,2%**	**28,8%**	**29,3%**	**30,3%**	**31,2%**	**29,7%**	**30,8%**	**31,1%**	**31,0%**	**30,0%**

[98] Depois da uma queda abrupta em 2012 (-275,2 milhões de euros, -11,6%), face aos cortes nos salários e subsídios da função pública, as despesas com pessoal apresentaram uma subida em 2013 devido, essencialmente, à reposição do subsídio de Natal (+166,2 milhões de euros, +8%). Em 2014 e em 2015 esta despesa voltou a apresentar sucessivas descidas, 0,9% e 0,5% respetivamente.

[99] Não estão consideradas as despesas homólogas das empresas municipais e serviços municipalizados, mas apenas as despesas com pessoal da estrutura dos serviços municipais.

Da análise do *Ranking* R40 conclui-se que:

- Os 35 municípios apresentaram pesos superiores a 40%, claramente acima da média nacional de 30,0%. O grupo é constituído por 27 municípios de pequena dimensão e oito de média dimensão, não integrando qualquer município de grande dimensão;
- **Em oito municípios, as despesas com pessoal absorveram cerca de metade, ou mais, da despesa total paga: Redondo (54%), Monforte (53%), Tarouca (49%), Borba (47%), Estremoz (47%), Évora (46%), Castelo de Vide (46%) e Figueiró dos Vinhos (46%).**

O *Ranking* R41 apresenta os 35 municípios com menor peso das despesas com pessoal na despesa total paga.

R41 – Municípios com menor peso das despesas com pessoal na despesa total paga em 2025

Município		Dim.	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25			
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Cascais	G	21,6%	23,7%	22,4%	22,4%	22,8%	21,6%	19,3%	18,2%	19,2%	17,0%	15,5%
2	Arcos de Valdevez	M	22,6%	22,2%	20,4%	20,6%	21,8%	21,3%	21,3%	19,0%	18,5%	19,3%	17,4%
3	Angra do Heroísmo	M	24,4%	26,8%	24,2%	25,9%	25,9%	25,5%	25,3%	24,6%	23,8%	19,9%	18,1%
4	São Vicente	P	20,6%	24,7%	24,5%	21,1%	21,6%	18,6%	15,5%	16,2%	24,4%	17,5%	18,4%
5	Nordeste	P	25,8%	25,9%	22,5%	8,8%	24,9%	18,6%	21,7%	17,6%	15,5%	16,7%	18,8%
6	Vila Franca do Campo	P	25,7%	30,4%	26,8%	30,0%	10,0%	12,7%	25,9%	21,1%	20,7%	23,1%	19,2%
7	Lagoa (Algarve)	M	21,5%	18,4%	18,5%	22,2%	22,6%	23,2%	20,8%	23,5%	23,1%	19,4%	19,5%
8	Sintra	G	32,2%	35,2%	37,8%	38,6%	35,6%	33,1%	33,5%	29,5%	18,5%	20,0%	19,6%
9	Manteigas	P	15,4%	24,5%	23,1%	24,2%	19,7%	25,5%	28,1%	31,7%	26,1%	26,5%	20,3%
10	Mogadouro	P	17,0%	21,4%	19,1%	22,7%	27,0%	25,1%	22,0%	21,9%	22,4%	24,4%	20,3%
11	Ponta do Sol	P	24,8%	25,0%	22,8%	24,1%	24,3%	19,1%	20,1%	21,3%	23,6%	23,4%	20,4%
12	Mafra	M	27,6%	25,9%	24,4%	25,5%	19,0%	25,9%	25,4%	29,4%	24,7%	24,5%	21,0%
13	Santana	P	32,2%	28,5%	21,8%	24,5%	29,4%	28,2%	22,3%	30,2%	30,0%	32,1%	21,6%
14	Castelo Branco	M	20,7%	16,8%	18,1%	21,6%	22,8%	24,4%	24,3%	23,8%	23,4%	22,8%	21,8%
15	Alcobaça	M	22,0%	26,6%	23,0%	23,6%	25,4%	26,4%	25,9%	26,3%	27,7%	27,7%	21,8%
16	Porto de Mós	M	28,9%	26,9%	25,7%	29,1%	30,5%	29,9%	24,7%	26,6%	26,5%	24,7%	22,3%
17	Montalegre	P	23,9%	27,4%	21,6%	22,5%	22,3%	24,3%	23,7%	27,6%	27,3%	27,1%	22,4%
18	Ribeira Brava	P	23,8%	22,9%	22,2%	18,3%	21,9%	17,5%	18,3%	24,1%	18,1%	23,8%	22,4%
19	Leiria	G	22,7%	21,0%	18,5%	19,4%	17,8%	20,2%	23,5%	23,1%	21,5%	21,7%	22,5%
20	Armamar	P	35,4%	38,3%	36,8%	38,1%	39,1%	41,0%	36,6%	36,4%	32,5%	41,4%	22,5%
21	Porto Moniz	P	30,2%	24,7%	19,1%	23,8%	28,0%	28,9%	29,7%	24,6%	21,9%	21,2%	22,8%
22	Lagoa (R.A.A.)	P	26,6%	27,3%	24,6%	26,6%	24,4%	24,9%	24,3%	25,8%	27,0%	26,6%	23,1%
23	Alcanena	P	13,6%	26,7%	26,5%	26,0%	21,5%	23,4%	31,6%	31,2%	33,8%	30,0%	23,2%
24	Santo Tirso	M	20,3%	25,5%	22,1%	24,6%	26,1%	25,9%	25,7%	31,8%	33,0%	28,7%	23,2%
25	Calheta (R.A.M.)	P	25,1%	20,5%	23,9%	20,8%	27,1%	28,2%	22,0%	24,4%	24,5%	21,6%	23,5%
26	Horta	P	31,9%	32,6%	25,7%	27,9%	25,0%	30,8%	27,8%	26,1%	21,4%	27,2%	23,6%
27	Lamego	M	17,6%	22,8%	25,1%	25,9%	28,2%	28,4%	20,3%	25,4%	26,2%	28,7%	23,6%
28	Águeda	M	25,8%	25,1%	25,1%	33,7%	35,3%	29,7%	30,8%	28,6%	27,4%	26,3%	23,8%
29	Sernancelhe	P	20,8%	27,4%	22,2%	19,6%	21,5%	22,7%	20,1%	23,9%	25,3%	26,9%	24,0%
30	Maia	G	27,6%	30,3%	27,6%	27,7%	27,8%	30,2%	27,5%	29,9%	31,2%	31,7%	24,2%
31	Oeiras	G	32,6%	35,2%	36,6%	36,5%	31,5%	28,5%	27,5%	28,1%	27,1%	26,8%	24,3%
32	Alvaiázere	P	14,2%	21,4%	23,7%	18,8%	19,8%	20,7%	23,4%	26,3%	27,4%	25,1%	24,4%
33	Cartaxo	M	29,9%	37,9%	9,8%	43,0%	39,8%	48,9%	47,6%	41,0%	30,3%	28,7%	24,4%
34	Fafe	M	23,7%	27,3%	27,1%	24,2%	25,2%	27,6%	29,8%	30,5%	27,8%	29,2%	24,6%
35	Ponte da Barca	P	32,4%	29,1%	31,4%	32,4%	27,9%	35,0%	31,4%	32,6%	28,9%	27,1%	24,6%

Da análise do *Ranking* R41 conclui-se, relativamente a 2025, que:

- Vinte e nove municípios reduziram o peso das despesas com pessoal na despesa total. As maiores descidas registaram-se em Armamar (-18,9 pp), Santana (-10,5 pp), Maia (-7,5 pp), Alcanena (-6,8 pp), Manteigas (-6,2 pp), Alcobaça (-5,9 pp) e Santo Tirso (-5,5 pp);
- Cinco dos 35 municípios são de grande dimensão: Cascais, Sintra, Leiria, Maia e Oeiras, com pesos de 15,5%, 19,6%, 22,5%, 24,2% e 24,3%, respetivamente;
- Oito municípios mantiveram o peso das despesas com pessoal abaixo de 20%: Cascais e Sintra, de grande dimensão; Arcos de Valdevez, Angra do Heroísmo e Lagoa (Algarve), de média dimensão; e São Vicente, Nordeste e Vila Franca do Campo, de pequena dimensão.

Os *Rankings* R42 e R43 ordenam os municípios das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira pelo peso das despesas com pessoal na despesa total paga.

R42 – Peso das despesas com pessoal na despesa total paga nos municípios da Região Autónoma dos Açores

	Município	Dim.	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25			
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Santa Cruz das Flores	P	40,4%	37,9%	30,2%	36,7%	36,8%	37,3%	31,9%	35,2%	50,4%	46,4%	45,4%
2	Praia da Vitória	P	29,0%	27,0%	23,9%	26,3%	25,4%	21,2%	21,0%	24,5%	24,7%	39,1%	39,4%
3	Lajes das Flores	P	37,1%	31,7%	36,5%	43,2%	38,2%	37,6%	36,2%	36,4%	42,8%	38,0%	38,5%
4	Madalena	P	31,5%	29,6%	27,8%	24,1%	27,4%	25,1%	28,5%	35,3%	37,5%	38,5%	35,3%
5	Vila do Porto	P	36,8%	36,5%	30,1%	35,0%	38,6%	33,9%	31,7%	33,8%	31,6%	34,3%	32,5%
6	Ponta Delgada	M	36,0%	37,8%	35,7%	32,5%	33,8%	36,5%	38,5%	36,4%	39,3%	38,9%	32,0%
7	Corvo	P	27,5%	21,8%	31,5%	26,4%	34,1%	40,9%	35,3%	38,1%	34,1%	32,1%	30,8%
8	Santa Cruz da Graciosa	P	28,0%	32,1%	25,4%	25,1%	28,0%	30,2%	28,0%	33,7%	28,7%	31,4%	30,0%
9	Calheta (R.A.A.)	P	33,7%	41,6%	32,4%	36,8%	34,9%	33,8%	36,7%	33,2%	28,3%	36,5%	29,5%
10	Povoação	P	33,9%	38,5%	37,5%	33,1%	31,9%	36,6%	30,0%	31,1%	32,0%	34,0%	28,2%
11	Ribeira Grande	M	23,1%	23,6%	25,5%	24,1%	24,0%	25,1%	24,4%	26,3%	26,6%	28,0%	28,1%
12	Lajes do Pico	P	28,5%	30,5%	30,3%	33,5%	33,7%	36,9%	29,0%	33,4%	32,0%	35,4%	26,9%
13	São Roque do Pico	P	23,2%	24,4%	24,8%	22,5%	26,6%	23,8%	23,9%	30,2%	29,3%	29,7%	25,8%
14	Velas	P	29,8%	30,7%	17,5%	29,6%	35,5%	19,3%	18,4%	16,7%	19,7%	28,9%	25,0%
15	Horta	P	31,9%	32,6%	25,7%	27,9%	25,0%	30,8%	27,8%	26,1%	21,4%	27,2%	23,6%
16	Lagoa (R.A.A.)	P	26,6%	27,3%	24,6%	26,6%	24,4%	24,9%	24,3%	25,8%	27,0%	26,6%	23,1%
17	Vila Franca do Campo	P	25,7%	30,4%	26,8%	30,0%	10,0%	12,7%	25,9%	21,1%	20,7%	23,1%	19,2%
18	Nordeste	P	25,8%	25,9%	22,5%	8,8%	24,9%	18,6%	21,7%	17,6%	15,5%	16,7%	18,8%
19	Angra do Heroísmo	M	24,4%	26,8%	24,2%	25,9%	25,9%	25,5%	25,3%	24,6%	23,8%	19,9%	18,1%
	Total Municípios da R.A.A.		**29,6%**	**30,7%**	**28,0%**	**27,5%**	**26,8%**	**27,2%**	**28,2%**	**28,6%**	**28,8%**	**30,5%**	**27,4%**
	Total 308 municípios		30,7%	30,2%	28,8%	29,3%	30,3%	31,2%	29,7%	30,8%	31,1%	31,0%	30,0%

R43 – Peso das despesas com pessoal na despesa total paga nos municípios da Região Autónoma da Madeira

	Município	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25			
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Porto Santo	P	33,9%	50,6%	58,1%	43,9%	36,7%	57,5%	46,4%	49,6%	41,4%	46,6%	39,5%
2	Funchal	G	41,5%	41,4%	40,3%	31,9%	39,3%	41,4%	35,2%	35,1%	34,3%	35,5%	37,4%
3	Machico	M	40,6%	39,2%	39,4%	40,0%	39,9%	34,0%	31,2%	42,0%	42,4%	36,5%	35,8%
4	Câmara de Lobos	M	26,8%	31,2%	17,1%	26,9%	24,6%	29,1%	28,7%	24,8%	25,5%	31,5%	34,8%
5	Santa Cruz	M	31,2%	36,6%	27,8%	22,5%	30,6%	33,0%	28,2%	34,1%	32,7%	32,2%	30,8%
6	Calheta (R.A.M.)	P	25,1%	20,5%	23,9%	20,8%	27,1%	28,2%	22,0%	24,4%	24,5%	21,6%	23,5%
7	Porto Moniz	P	30,2%	24,7%	19,1%	23,8%	28,0%	28,9%	29,7%	24,6%	21,9%	21,2%	22,8%
8	Ribeira Brava	P	23,8%	22,9%	22,2%	18,3%	21,9%	17,5%	18,3%	24,1%	18,1%	23,8%	22,4%
9	Santana	P	32,2%	28,5%	21,8%	24,5%	29,4%	28,2%	22,3%	30,2%	30,0%	32,1%	21,6%
10	Ponta do Sol	P	24,8%	25,0%	22,8%	24,1%	24,3%	19,1%	20,1%	21,3%	23,6%	23,4%	20,4%
11	São Vicente	P	20,6%	24,7%	24,5%	21,1%	21,6%	18,6%	15,5%	16,2%	24,4%	17,5%	18,4%
Total Municípios da R.A.M.			**34,7%**	**35,6%**	**31,6%**	**28,4%**	**33,3%**	**34,3%**	**30,1%**	**31,9%**	**31,3%**	**31,9%**	**32,1%**
Total 308 municípios			30,7%	30,2%	28,8%	29,3%	30,3%	31,2%	29,7%	30,8%	31,1%	31,0%	30,0%

Da análise dos *Rankings* R42 e R43 conclui-se, relativamente a 2025, que:

- O peso médio das despesas com pessoal foi de 27,4% nos municípios dos Açores, menos 3,1 pp do que em 2024 e 2,6 pp abaixo da média nacional. Nos municípios da Madeira, foi de 32,1%, mais 2,1 pp do que a média nacional e 4,7 pp acima do valor dos Açores;
- Nos Açores, sete dos dezanove municípios apresentaram um peso superior à média nacional de 30,0%, destacando-se Santa Cruz das Flores (45,4%), Praia da Vitória (39,4%) e Lajes das Flores (38,5%). Na Madeira, cinco municípios superaram a média nacional, com destaque para Porto Santo (39,5%) e Funchal (37,4%);
- Em quinze municípios dos Açores, o peso das despesas com pessoal diminuiu face a 2024, sendo a maior descida a de Lajes do Pico (-8,5 pp). Na Madeira, o mesmo ocorreu em seis municípios, destacando-se Porto Santo (-7,1 pp).

O *Ranking* R44 apresenta os 35 municípios com maior volume de despesas com pessoal pagas em 2025.

R44 – Municípios com maior volume de despesas com pessoal pagas em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25				Varia. 24-25 %
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
1	Lisboa	G	213 264 687	216 259 993	226 896 376	234 438 031	241 638 759	254 505 227	265 362 059	277 436 327	299 992 614	314 639 870	350 828 576	11,5%
2	Porto	G	58 505 841	61 392 672	65 797 918	70 081 396	74 270 942	74 351 247	79 641 531	90 382 234	104 869 854	111 361 879	118 844 024	6,7%
3	Vila Nova de Gaia	G	35 123 005	36 445 219	37 162 503	39 432 938	42 598 484	43 516 651	46 155 609	59 830 498	72 947 443	79 651 149	84 421 524	6,0%
4	Sintra	G	47 471 815	49 116 802	51 019 357	54 356 338	56 112 571	61 267 335	65 366 314	67 896 232	73 302 309	78 358 227	83 607 365	6,7%
5	Seixal	G	32 827 140	32 434 828	32 949 520	34 302 344	36 956 426	37 680 425	39 973 966	50 136 469	60 196 058	65 823 221	71 698 764	8,9%
6	Loures	G	38 666 786	38 829 142	40 399 340	43 090 099	45 877 215	48 130 063	49 567 653	55 538 838	62 936 289	66 444 659	71 397 965	7,5%
7	Oeiras	G	34 650 282	40 594 366	42 070 685	44 761 954	51 200 384	53 860 598	59 955 543	59 307 517	63 425 731	67 342 408	71 268 446	5,8%
8	Cascais	G	32 331 722	37 454 229	39 873 923	42 861 624	47 226 775	48 123 104	49 565 188	51 177 879	57 627 198	61 047 654	66 400 032	8,8%
9	Almada	G	29 833 061	30 940 505	32 737 589	34 966 928	37 247 545	36 812 479	39 399 240	49 586 660	58 281 578	61 459 584	62 331 099	1,4%
10	Braga	G	23 723 998	24 790 603	26 417 583	26 838 599	30 358 796	31 406 523	34 477 660	38 486 077	44 461 238	51 113 483	57 192 343	11,9%
11	Coimbra	G	25 737 994	25 627 032	26 002 074	26 693 601	29 646 014	29 792 883	38 837 680	40 765 021	46 205 036	48 943 552	53 694 893	9,7%
12	Loulé	M	26 027 320	25 645 104	26 921 799	29 588 821	33 243 755	34 854 495	39 387 483	41 213 401	45 271 057	48 779 748	53 645 131	10,0%
13	Matosinhos	G	29 687 470	32 198 538	33 062 801	34 786 331	37 072 473	39 138 611	41 499 822	43 152 469	46 153 356	48 983 221	53 564 339	9,4%
14	Funchal	G	29 270 676	29 731 966	30 089 561	31 452 315	32 994 046	34 045 107	37 097 355	36 562 538	42 742 821	46 091 670	50 457 572	9,5%
15	Setúbal	G	25 121 947	25 454 595	26 090 421	29 040 972	31 626 202	30 769 105	31 884 315	39 518 575	42 805 546	45 416 086	49 406 676	8,8%
16	Vila Nova de Famalicão	G	19 977 548	23 531 355	25 015 405	26 679 809	28 700 019	29 467 833	31 611 176	32 588 295	36 658 936	40 206 992	45 004 052	11,9%
17	Vila Franca de Xira	G	16 264 790	16 581 776	17 291 550	18 142 200	19 904 311	27 835 847	30 603 129	31 252 049	35 819 255	38 232 093	41 595 280	8,8%
18	Odivelas	G	23 642 979	22 385 431	22 791 023	23 403 270	25 417 455	26 999 615	29 487 559	31 626 963	35 589 093	37 739 316	41 274 556	9,4%
19	Amadora	G	27 249 877	28 824 511	29 193 524	30 556 862	31 214 076	31 158 540	33 536 740	34 507 570	37 396 943	38 411 670	40 657 069	5,8%
20	Gondomar	G	22 666 666	22 333 468	22 456 628	23 032 253	24 385 055	25 795 800	28 404 446	30 484 674	33 201 067	35 734 774	39 722 347	11,2%
21	Guimarães	G	22 895 238	23 459 014	24 458 769	25 911 428	27 693 753	27 319 096	28 228 706	30 427 091	33 876 259	36 546 824	39 037 343	6,8%
22	Maia	G	18 535 977	18 868 519	18 653 167	19 154 529	20 183 049	19 980 562	20 647 357	26 906 003	32 509 933	33 883 009	35 624 653	5,1%
23	Sesimbra	M	16 724 431	17 064 715	17 502 446	18 219 032	20 357 724	20 834 568	21 864 380	25 760 296	30 359 323	32 098 048	34 988 232	9,0%
24	Barcelos	G	13 691 542	12 856 604	12 944 584	15 107 301	16 710 778	16 733 381	23 118 405	24 949 996	29 004 882	31 850 300	34 295 887	7,7%
25	Viana do Castelo	M	15 869 957	16 394 959	16 671 499	18 004 563	19 262 964	22 406 566	24 280 272	24 851 329	28 385 136	30 863 453	33 866 796	9,7%
26	Albufeira	M	19 859 464	19 736 348	20 108 530	20 666 959	21 986 364	22 836 368	23 102 123	25 872 571	28 354 189	30 129 406	32 516 670	7,9%
27	Barreiro	M	14 239 909	14 706 546	15 086 458	16 078 092	17 023 919	17 203 599	18 622 002	23 308 614	27 689 974	29 389 252	31 354 410	6,7%
28	Palmela	M	17 265 660	17 479 719	17 809 101	18 052 075	19 274 880	19 901 401	20 931 916	24 410 558	27 764 208	28 772 830	30 702 301	6,7%
29	Santa Maria da Feira	G	13 801 191	13 606 220	14 105 401	14 494 982	15 421 420	15 479 861	16 604 443	22 211 621	26 664 375	28 808 631	30 697 214	6,6%
30	Mafra	M	14 055 555	14 484 161	14 995 105	16 034 337	17 712 956	17 748 969	19 092 738	22 172 782	25 513 086	27 496 485	30 610 418	11,3%
31	Évora	M	17 711 101	17 744 882	17 657 553	18 651 929	19 257 127	18 750 967	19 100 045	23 192 903	27 392 931	28 333 363	30 438 432	7,4%
32	Viseu	G	11 694 505	11 916 952	12 540 003	13 744 879	15 417 920	15 554 850	21 544 596	23 195 914	25 920 043	27 485 383	29 978 866	9,1%
33	Vila do Conde	M	15 283 219	15 866 761	16 461 712	17 234 013	18 365 831	17 827 135	18 709 958	20 601 314	23 829 520	26 488 795	29 821 433	12,6%
34	Torres Vedras	M	12 403 919	11 528 331	12 058 516	13 303 265	14 732 319	18 016 812	20 144 262	21 137 643	24 385 053	26 590 251	29 162 564	9,7%
35	Leiria	G	12 273 780	12 118 742	12 602 624	13 324 569	13 976 463	14 247 621	21 163 333	22 565 030	23 856 205	25 918 409	28 417 740	9,6%

Da análise do *Ranking* R44 conclui-se, relativamente a 2025, que:

- Todos os municípios do *ranking* aumentaram as despesas com pessoal. Em dezassete, o crescimento superou a média nacional de 8,8%; em sete, foi superior a 10%: Lisboa, Braga, Loulé, Vila Nova de Famalicão, Gondomar, Mafra e Vila do Conde;

- O *ranking* integra os 25 municípios de grande dimensão. Em Lisboa, as despesas com pessoal totalizaram 350,8 milhões de euros, correspondentes a 8,1% do total nacional, enquanto o número de trabalhadores representou 5,8% do total dos 308 municípios.[100]

No conjunto dos 308 municípios, 107 aumentaram as despesas com pessoal em mais de 10%.

O *Ranking* R45 apresenta os 35 municípios com menor volume de despesas com pessoal pagas em 2025. Da sua análise conclui-se que:

- Todos são municípios de pequena dimensão. Quatro diminuíram esta despesa: São Roque do Pico (-1,0%), Penedono (-7,2%), Vila Franca do Campo (-8,0%) e Tábuaço (-3,9%).

R45 – Municípios com menor volume de despesas com pessoal pagas em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25				Varia.
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	24-25 %
1	Corvo	P	481 035	488 269	557 521	616 925	661 899	637 956	628 550	723 072	799 492	898 103	962 727	7,2%
2	Nordeste	P	1 391 709	1 351 345	1 314 054	1 322 762	1 366 905	1 356 837	1 321 885	1 377 631	1 391 449	1 415 700	1 667 526	17,8%
3	Sta. Cruz das Flores	P	968 094	948 177	946 665	945 102	976 421	1 191 040	1 159 565	1 210 302	1 581 821	1 640 744	1 680 377	2,4%
4	Sta. Cruz da Graciosa	P	1 116 069	1 112 886	1 221 339	1 282 279	1 382 038	1 307 783	1 470 787	1 580 409	1 691 039	1 652 747	1 716 244	3,8%
5	Lajes das Flores	P	1 113 489	963 737	1 172 106	1 347 920	1 396 886	1 394 277	1 483 649	1 459 117	1 526 162	1 614 023	1 858 453	15,1%
6	São Roque do Pico	P	1 040 696	1 075 474	1 091 061	1 143 022	1 201 839	1 335 165	1 489 741	1 635 862	1 751 282	2 102 502	2 081 813	-1,0%
7	Velas	P	1 596 176	1 523 132	1 526 073	1 548 813	1 802 696	1 840 997	1 783 350	1 847 102	2 034 851	2 012 917	2 306 233	14,6%
8	São Vicente	P	1 279 222	1 318 610	1 375 003	1 379 757	1 370 812	1 375 678	1 423 095	1 454 017	1 862 166	2 117 107	2 333 919	10,2%
9	Porto Moniz	P	1 215 396	1 244 649	1 288 104	1 346 255	1 654 494	1 630 103	1 693 005	1 636 348	1 675 643	1 950 976	2 358 887	20,9%
10	Penedono	P	1 455 933	1 311 846	1 414 479	1 585 207	1 671 602	1 672 382	1 670 191	2 179 138	2 490 114	2 547 419	2 364 159	-7,2%
11	Ponta do Sol	P	1 504 900	1 527 316	1 521 841	1 466 142	1 468 458	1 484 006	1 643 372	1 682 873	1 936 334	2 215 607	2 612 220	17,9%
12	Calheta (R.A.A.)	P	1 651 451	1 627 711	1 643 334	1 766 251	1 871 335	1 866 553	2 048 350	2 030 033	2 121 520	2 255 622	2 647 040	17,4%
13	Santana	P	1 559 163	1 675 202	1 678 335	1 793 319	1 818 144	1 820 464	1 916 648	2 078 668	2 135 998	2 539 289	2 689 220	5,9%
14	Manteigas	P	1 304 790	1 281 624	1 315 339	1 300 769	1 391 478	1 408 237	1 496 000	1 807 926	2 064 101	2 274 891	2 691 354	18,3%
15	Barrancos	P	1 846 856	1 821 807	1 816 892	1 882 266	2 028 331	2 012 566	2 059 248	2 303 046	2 576 932	2 663 412	2 782 444	4,5%
16	Vila Franca do Campo	P	2 331 450	2 318 730	2 497 194	2 611 372	2 741 348	2 717 895	2 816 799	2 829 601	3 076 925	3 118 496	2 867 847	-8,0%
17	Lajes do Pico	P	1 638 591	1 617 461	1 632 927	1 814 799	2 123 784	2 142 652	2 245 077	2 415 978	2 724 081	2 791 395	2 923 049	4,7%
18	Castanheira de Pera	P	1 316 919	1 270 719	1 311 628	1 429 496	1 540 954	1 524 818	1 567 438	1 949 257	2 393 652	2 595 971	3 014 380	16,1%
19	Vila do Porto	P	1 870 830	1 778 776	1 883 691	2 156 736	2 330 886	2 318 927	2 414 068	2 593 216	2 836 706	2 893 460	3 205 488	10,8%
20	Povoação	P	2 022 186	2 247 185	2 334 985	2 303 505	2 315 034	2 452 691	2 484 502	2 727 317	2 922 551	3 007 173	3 209 669	6,7%
21	Ribeira Brava	P	1 698 809	1 591 347	1 772 915	1 906 308	2 101 168	2 030 691	2 195 846	2 396 789	2 705 042	2 894 394	3 284 776	13,5%
22	Alvito	P	2 035 199	2 016 738	1 957 112	2 059 081	2 348 219	2 471 992	2 527 259	2 766 158	3 013 461	3 058 669	3 286 165	7,4%
23	Alvaiázere	P	1 458 588	1 536 753	1 541 552	1 566 424	1 607 333	1 609 157	1 869 384	2 306 046	2 657 175	2 817 385	3 331 615	18,3%
24	Fornos de Algodres	P	1 774 666	1 708 656	1 714 753	1 821 326	1 838 070	2 192 550	2 521 922	2 534 867	2 949 524	2 864 309	3 352 390	17,0%
25	Arronches	P	1 766 276	1 847 754	1 943 534	1 903 891	1 968 415	1 905 542	2 028 319	2 189 496	2 467 844	2 882 661	3 430 423	19,0%
26	Pedrógão Grande	P	1 442 871	1 423 638	1 456 267	1 587 433	2 230 680	2 271 404	2 399 235	2 718 183	3 109 046	3 257 380	3 478 259	6,8%
27	Madalena	P	2 189 809	2 146 826	2 048 111	2 127 078	2 167 645	2 130 088	2 624 335	2 871 992	3 142 413	3 338 020	3 497 233	4,8%
28	Crato	P	2 095 600	2 023 855	2 075 035	2 347 398	2 613 984	2 583 247	2 699 383	2 730 260	3 083 033	3 230 736	3 502 379	8,4%
29	Porto Santo	P	2 041 695	2 258 102	2 315 416	2 263 169	2 345 625	2 379 425	2 434 819	2 604 291	2 797 317	2 848 023	3 502 879	23,0%
30	Sernancelhe	P	1 820 626	1 938 512	1 971 418	1 964 319	2 043 168	2 095 811	2 227 928	2 584 358	2 971 227	3 229 835	3 512 024	8,7%
31	Murtosa	P	1 750 778	1 690 455	1 662 502	1 720 034	1 842 134	1 826 583	2 002 924	2 695 971	3 121 670	3 452 348	3 611 573	4,6%
32	Penela	P	1 937 005	1 955 444	1 975 411	2 098 780	2 284 762	2 187 163	2 214 233	2 429 974	2 881 995	3 307 954	3 612 899	9,2%
33	Penamacor	P	1 894 715	1 861 223	1 846 285	1 781 543	2 014 405	2 045 288	2 034 202	2 374 170	2 646 474	2 887 424	3 630 927	25,7%
34	Tábuaço	P	1 977 994	1 970 395	2 004 870	2 075 760	2 065 176	2 265 852	2 944 822	3 362 348	3 662 934	3 778 937	3 631 937	-3,9%
35	Marvão	P	1 639 610	1 669 393	1 761 085	1 832 525	1 985 692	2 093 289	2 455 031	2 677 899	2 943 010	3 059 054	3 636 983	18,9%

[100] A referência é o ano de 2023 pois a DGAL, até á data de atualização deste anuário, ainda não tínhamos acesso a uma mais recente publicação..

O *Ranking* R46 apresenta o volume de despesas com pessoal pagas por distrito e Região Autónoma. Da sua análise conclui-se que:

- O distrito de Lisboa concentrou 20,4% do total pago pelos municípios, com 887,0 milhões de euros, mais 9,3% do que em 2024;
- Os distritos do Porto e de Setúbal ocuparam a segunda e a terceira posições, com 13,5% e 9,3% do total, respetivamente. No Porto, esta despesa aumentou 7,9%, para 585,7 milhões de euros, equivalentes a 66,0% do valor do distrito de Lisboa. Em Setúbal, aumentou 6,7%, para 402,3 milhões de euros, ou 45,4% do valor de Lisboa;
- Todos os distritos e Regiões Autónomas aumentaram as despesas com pessoal. O maior crescimento ocorreu em Castelo Branco (+13,1%), seguindo-se a Região Autónoma da Madeira (+13,0%), a Guarda (+10,9%) e Braga (+10,5%).

R46 – Volume de despesas com pessoal pagas em 2025, por distrito e Região Autónoma

Unidade: euros

	Município	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25				Varia. 24–25 %
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
1	Lisboa	490 819 953	507 098 704	528 322 725	555 093 524	588 093 563	626 047 037	664 487 428	697 514 685	767 434 693	811 557 659	887 044 360	9,3%
2	Porto	288 367 421	294 792 970	302 054 660	317 294 866	338 537 005	350 200 979	376 358 889	434 059 379	505 615 482	542 951 111	585 699 369	7,9%
3	Setúbal	202 742 202	205 240 671	210 563 398	221 860 823	238 529 829	240 497 238	255 250 428	307 723 269	354 753 902	377 202 096	402 316 642	6,7%
4	Faro	147 367 376	146 391 019	151 263 539	160 905 444	174 657 815	183 669 522	195 017 177	213 579 920	242 667 339	262 149 482	286 263 384	9,2%
5	Braga	127 410 746	131 933 668	137 198 721	145 504 269	160 050 323	162 566 437	179 008 684	198 802 792	228 748 760	252 683 000	279 092 467	10,5%
6	Aveiro	109 293 438	114 512 601	116 371 205	120 373 306	128 933 044	130 603 523	143 654 414	167 167 367	192 746 532	207 030 286	222 012 599	7,2%
7	Santarém	104 083 996	103 232 781	106 286 760	112 613 721	122 370 886	123 214 598	133 691 495	146 881 627	166 694 761	179 704 236	196 596 576	9,4%
8	Viseu	82 946 515	84 079 918	87 523 151	92 870 404	101 825 462	105 023 681	115 935 964	134 505 275	154 105 170	166 274 295	180 851 121	8,8%
9	Coimbra	83 483 876	83 863 117	86 362 860	91 674 003	101 722 867	106 588 503	120 669 967	134 018 263	151 303 037	164 195 485	180 233 360	9,8%
10	Leiria	69 750 741	69 723 648	71 188 816	75 879 498	83 075 713	84 833 982	103 007 708	116 255 734	131 137 972	140 675 946	154 020 137	9,5%
11	Évora	61 892 022	61 611 725	63 279 327	67 831 330	73 293 693	72 148 909	74 520 710	87 241 475	100 265 490	106 896 587	117 110 295	9,6%
12	Beja	60 536 808	61 430 376	63 956 406	66 917 436	70 529 644	71 045 120	78 264 838	87 890 243	99 158 273	105 010 933	112 518 557	7,1%
13	Vila Real	53 409 883	52 316 975	53 341 560	56 944 413	62 147 459	67 565 542	71 806 290	79 210 827	90 796 112	99 047 500	108 678 866	9,7%
14	Viana do Castelo	58 222 509	59 051 815	59 689 025	62 307 958	67 170 631	71 490 630	73 931 842	76 402 457	87 271 617	93 188 833	100 929 095	8,3%
15	Madeira	54 790 348	55 611 932	56 871 868	58 975 631	62 634 443	64 537 880	69 521 953	70 258 859	80 450 429	88 163 421	99 658 118	13,0%
16	Guarda	46 807 739	47 506 069	48 239 742	51 360 753	55 036 248	56 597 309	61 588 065	68 800 895	77 714 444	83 365 976	92 482 727	10,9%
17	Castelo Branco	38 728 567	38 426 678	39 119 337	41 798 183	47 258 603	53 257 685	57 461 633	62 217 456	72 694 656	77 227 344	87 366 754	13,1%
18	Açores	49 804 785	49 099 704	50 036 587	53 434 515	56 523 092	59 167 003	63 837 667	66 964 591	74 458 885	79 948 670	84 629 361	5,9%
19	Portalegre	44 142 434	44 609 863	46 183 300	48 959 880	53 446 523	56 096 047	59 525 901	63 986 413	70 894 738	76 161 420	83 345 212	9,4%
20	Bragança	41 897 542	41 612 356	42 199 598	44 330 343	49 916 933	51 009 095	54 535 630	59 520 946	67 974 548	72 275 502	77 296 623	6,9%
	Total Nacional	**2 216 498 902**	**2 252 146 591**	**2 320 052 586**	**2 446 930 299**	**2 635 753 776**	**2 736 160 719**	**2 952 076 684**	**3 273 002 474**	**3 716 886 839**	**3 985 709 779**	**4 338 145 622**	**8,8%**

Aquisição de bens e serviços correntes

Relativamente à aquisição de bens e serviços correntes em 2025, destaca-se o seguinte:

- Os compromissos totalizaram 4 475,6 milhões de euros e cresceram 7,2%. Representaram 25,7% da despesa total comprometida e 40,5% da despesa corrente comprometida;
- **Os pagamentos totalizaram 3 703,9 milhões de euros, mais 7,2% (+249,8 milhões de euros) do que em 2024. Representaram 25,6% da despesa total paga, 36,8% da despesa corrente paga e 82,8% dos compromissos desta rubrica. Ficaram por pagar 771,7 milhões de euros de compromissos;**

- As obrigações constituídas totalizaram 3 840,3 milhões de euros. Foram pagas 96,4%, pelo que as obrigações por pagar ascenderam a 136,4 milhões de euros, mais 8,1 milhões de euros (+6,3%) do que em 2024;
- **Em 2025, 61 municípios diminuíram os pagamentos relativos à aquisição de bens e serviços correntes.**

Os *Rankings* R47 e R48 apresentam, respetivamente, os 35 municípios com maior e menor volume de pagamentos na aquisição de bens e serviços correntes em 2025.

R47 – Municípios com maior volume de pagamentos na aquisição de bens e serviços correntes em 2025[101]

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25				Varia. 24-25 %
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
1	Lisboa	G	125 467 340	130 998 622	129 778 149	131 447 599	134 386 103	136 423 141	136 673 125	160 036 208	167 145 378	185 776 014	194 266 482	4,6%
2	Cascais	G	75 430 371	76 611 800	64 685 244	56 524 301	68 286 568	84 161 955	90 776 108	93 653 649	113 474 641	117 343 519	128 939 297	9,9%
3	Porto	G	49 670 454	50 164 905	54 240 232	43 530 913	46 953 096	42 363 474	47 372 861	46 878 012	58 861 965	73 265 871	79 632 063	8,7%
4	Oeiras	G	33 128 240	31 122 444	32 249 445	35 281 997	41 533 120	47 178 346	60 561 728	55 832 967	59 112 293	66 755 968	76 894 738	15,2%
5	Sintra	G	37 490 917	41 914 090	38 273 426	39 250 438	42 848 697	49 930 814	51 023 027	55 572 192	62 663 034	68 900 724	72 982 078	5,9%
6	Loulé	M	31 052 854	33 174 258	37 045 849	37 221 939	39 007 264	38 073 838	39 918 092	44 188 242	48 306 947	51 979 005	55 091 503	6,0%
7	Vila Nova de Famalicão	G	23 304 862	26 253 061	26 723 840	27 075 613	29 733 405	27 845 067	29 693 723	34 390 698	41 446 523	47 256 538	53 611 399	13,4%
8	Matosinhos	G	27 704 793	28 549 885	27 423 759	28 715 647	29 101 084	28 453 366	29 776 748	35 715 029	39 743 642	47 154 680	51 921 031	10,1%
9	Albufeira	M	23 415 487	24 769 315	27 861 783	29 338 224	32 945 464	31 481 145	33 828 419	36 790 896	38 685 959	44 999 460	51 653 316	14,8%
10	Vila Nova de Gaia	G	35 872 846	38 029 361	37 500 543	31 611 756	33 370 993	34 732 525	31 789 287	39 454 899	45 116 941	52 895 415	50 338 682	-4,8%
11	Loures	G	33 562 202	34 416 002	29 341 134	29 042 859	31 145 579	34 412 469	32 001 408	35 116 267	46 211 340	53 659 945	49 737 309	-7,3%
12	Almada	G	22 916 313	26 367 032	26 083 169	23 356 950	22 682 767	22 077 414	25 044 967	31 340 387	40 807 123	47 299 322	48 054 998	1,6%
13	Seixal	G	18 387 545	24 301 658	26 479 702	29 774 503	30 198 992	29 769 667	32 779 548	38 341 437	34 581 462	43 946 203	46 567 579	6,0%
14	Coimbra	G	18 177 734	20 934 065	21 581 668	23 068 160	26 012 133	24 145 420	29 863 901	31 715 641	37 682 056	41 198 098	44 037 200	6,9%
15	Leiria	G	15 120 854	16 690 174	18 434 759	19 272 544	21 256 841	18 875 853	23 542 655	29 107 715	34 582 412	38 012 247	40 833 782	7,4%
16	Braga	G	18 815 809	18 693 350	20 569 398	20 705 012	24 874 924	22 147 593	24 738 472	31 018 080	34 097 108	39 155 798	40 219 625	2,7%
17	Guimarães	G	18 501 631	20 596 830	21 011 886	20 012 497	21 576 574	19 339 947	24 760 382	26 801 630	31 576 769	36 108 508	39 766 589	10,1%
18	Vila Franca de Xira	G	19 413 671	16 848 492	17 086 650	17 610 111	19 507 156	20 914 977	25 353 976	26 687 089	32 463 797	36 690 597	39 373 493	7,3%
19	Gondomar	G	21 722 937	22 679 518	22 872 621	21 831 473	23 588 596	22 905 699	24 752 151	25 601 974	27 565 838	32 611 911	39 210 610	20,2%
20	Funchal	G	21 991 455	23 145 568	20 080 258	24 580 423	21 915 790	19 872 472	33 561 586	25 359 925	33 216 844	34 253 042	38 484 421	12,4%
21	Santa Maria da Feira	G	16 528 195	15 855 837	17 114 363	18 588 837	19 350 004	17 448 084	19 674 496	21 042 742	24 418 461	33 757 727	38 270 278	13,4%
22	Odivelas	G	23 184 552	23 296 749	23 945 241	22 615 110	21 781 184	23 934 790	25 783 305	29 196 307	31 434 334	37 087 663	37 481 364	1,1%
23	Amadora	G	22 845 748	19 810 292	20 227 008	19 901 237	19 246 275	20 795 462	24 050 116	25 813 748	28 648 351	33 046 224	34 686 162	5,0%
24	Maia	G	16 281 316	16 280 697	15 896 612	15 571 594	16 794 143	14 629 525	18 117 484	23 867 393	27 714 005	31 357 124	34 078 945	8,7%
25	Barcelos	G	14 564 167	13 879 867	14 117 886	14 499 584	14 239 095	11 678 747	15 284 558	18 916 830	25 955 009	30 142 690	31 528 139	4,6%
26	Mafra	M	19 750 656	21 143 967	22 812 192	24 219 571	25 776 184	22 663 710	24 344 567	25 915 244	26 352 321	27 718 835	30 036 135	8,4%
27	Vila do Conde	M	12 762 871	14 031 131	14 910 649	14 396 688	15 976 583	15 775 289	17 031 421	19 374 767	26 348 251	27 900 494	29 432 965	5,5%
28	Lagoa (Algarve)	M	12 752 200	15 322 233	15 333 846	16 259 667	16 634 752	16 009 426	18 626 257	21 266 941	27 401 963	28 318 067	29 229 104	3,2%
29	Setúbal	G	24 772 094	24 855 058	26 132 505	25 206 856	24 690 661	24 803 304	25 614 593	33 140 605	26 176 128	26 071 349	28 550 700	9,5%
30	Lagos	M	20 182 394	17 349 742	18 628 018	19 142 585	20 420 495	20 632 418	21 319 119	24 093 050	24 740 887	25 874 566	28 124 494	8,7%
31	Aveiro	M	11 810 527	12 721 233	15 633 699	14 599 523	14 713 726	15 454 892	19 987 006	21 931 644	23 764 641	28 511 288	27 588 109	-3,2%
32	Viseu	G	13 528 481	15 201 798	15 911 968	21 220 843	18 570 595	16 844 858	17 653 198	15 799 973	18 923 796	20 594 328	25 808 786	25,3%
33	Póvoa de Varzim	M	13 934 155	14 004 059	14 775 842	15 579 582	18 409 436	16 020 158	16 809 697	18 703 983	21 149 419	21 137 402	25 274 745	19,6%
34	Valongo	M	9 793 911	9 965 937	11 139 727	22 373 238	12 506 341	13 166 999	15 813 437	17 638 386	18 820 369	23 782 949	24 642 268	3,6%
35	Figueira da Foz	M	9 754 661	10 054 321	11 667 111	12 084 927	13 655 622	11 766 272	13 636 783	15 268 647	20 011 214	22 838 338	24 124 445	5,6%

[101] Valores que apenas incluem as despesas realizadas pela estrutura orgânica do município, excluindo, portanto, as entidades do SEL.

Da análise do *Ranking* R47 conclui-se que:

- Lisboa concentrou 5,2% do total nacional desta despesa. Cascais, segundo município do *ranking*, apresentou um valor equivalente a 66,4% do de Lisboa. Em 2025, a despesa aumentou 4,6% (+8,5 milhões de euros) em Lisboa e 9,9% (+11,6 milhões de euros) em Cascais;[102]
- Três municípios diminuíram esta despesa: Loures (-7,3%; -3,9 milhões de euros), Vila Nova de Gaia (-4,8%; -2,6 milhões de euros) e Aveiro (-3,2%; -723 milhares de euros). Gondomar (+20,2%; +6,6 milhões de euros) e Viseu (+25,3%; +5,2 milhões de euros) registaram crescimentos iguais ou superiores a 20%;
- O *ranking* integra os 25 municípios de grande dimensão.

O *Ranking* R48 ordena, por valor crescente, os 35 municípios com menor volume de pagamentos na aquisição de bens e serviços correntes em 2025.

[102] De referir que Lisboa representa 5,8% % da população de Portugal.

R48 – Municípios com menor volume de pagamentos na aquisição de bens e serviços correntes em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25				Varia.
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	24-25 %
1	Corvo	P	388 486	451 924	511 908	567 208	457 422	465 059	522 953	522 104	555 827	591 361	744 490	25,9%
2	Santa Cruz das Flores	P	547 553	606 552	614 590	649 417	561 629	581 752	629 340	789 316	793 380	861 399	886 447	2,9%
3	Barrancos	P	449 943	578 906	581 120	623 852	655 751	557 554	708 196	807 017	900 320	1 118 155	1 082 494	-3,2%
4	Sta. Cruz da Graciosa	P	915 409	926 504	1 046 109	1 054 917	1 106 435	1 069 371	1 132 270	1 065 935	1 157 128	1 196 885	1 374 080	14,8%
5	Lajes das Flores	P	822 068	834 041	1 038 465	882 366	860 107	1 012 488	1 054 627	1 031 171	999 930	1 296 925	1 386 966	6,9%
6	Povoação	P	624 992	825 080	950 961	968 260	1 163 659	1 014 066	966 278	1 225 760	1 381 168	1 503 449	1 703 942	13,3%
7	Castelo de Vide	P	1 420 152	1 477 413	1 631 175	1 703 687	1 653 485	1 462 340	1 706 656	1 837 472	1 506 917	1 552 339	1 765 542	13,7%
8	Sardoal	P	1 449 885	1 495 852	1 669 016	1 849 979	1 301 834	1 586 335	1 092 182	1 816 882	1 652 974	2 394 350	1 770 248	-26,1%
9	São Roque do Pico	P	973 571	944 687	1 086 426	1 140 946	1 280 945	1 261 810	1 484 110	1 628 730	1 835 406	1 719 701	1 797 251	4,5%
10	Velas	P	1 016 948	1 325 777	1 289 436	1 163 868	1 214 186	1 244 651	1 304 416	1 329 824	1 283 656	1 543 833	1 840 095	19,2%
11	Monforte	P	1 254 698	1 389 139	1 416 522	1 396 535	1 453 574	1 430 301	1 446 969	1 547 396	2 391 364	1 826 991	1 870 968	2,4%
12	Marvão	P	1 422 839	1 532 858	1 639 964	1 786 271	1 725 404	1 857 762	1 947 504	1 478 962	1 279 174	1 594 964	1 895 355	18,8%
13	Nordeste	P	787 624	889 237	1 007 426	1 069 672	1 206 926	1 373 420	1 316 496	1 687 785	1 701 424	1 932 340	2 061 119	6,7%
14	Castanheira de Pera	P	1 046 143	1 111 358	1 176 238	1 428 318	1 619 760	1 051 128	884 332	1 159 269	1 455 587	1 742 068	2 142 549	23,0%
15	Mesão Frio	P	1 189 389	1 071 426	876 806	1 259 704	1 070 708	1 229 315	1 239 486	1 253 487	1 462 923	1 615 476	2 173 168	34,5%
16	Vila do Porto	P	1 387 321	1 499 932	1 692 964	1 638 626	1 615 457	1 445 500	1 675 477	1 898 938	2 266 176	1 863 164	2 219 414	19,1%
17	Penedono	P	1 705 646	2 031 629	2 094 922	2 062 287	2 039 589	1 472 847	1 728 140	2 145 692	2 056 803	2 144 059	2 219 423	3,5%
18	Alvito	P	1 009 458	1 059 084	1 172 159	1 326 427	1 170 873	1 093 985	1 186 793	1 821 773	1 748 516	2 104 041	2 307 268	9,7%
19	Pedrógão Grande	P	1 778 850	1 748 866	2 039 004	2 336 137	2 685 868	1 469 232	1 458 831	1 496 356	1 888 822	2 066 474	2 329 704	12,7%
20	Lajes do Pico	P	1 007 919	964 164	1 044 941	1 134 402	1 385 134	1 240 530	1 321 024	1 640 648	2 053 756	2 178 868	2 494 122	14,5%
21	Murça	P	2 101 126	2 136 598	1 891 231	2 262 186	2 132 144	1 544 443	1 572 368	2 117 172	2 353 021	3 491 508	2 537 170	-27,3%
22	Porto Santo	P	2 016 373	1 079 431	1 118 585	1 821 199	1 906 692	955 515	1 198 011	1 421 010	1 757 910	1 971 471	2 546 061	29,1%
23	Sousel	P	1 573 880	1 392 222	1 741 281	1 614 213	1 609 632	1 565 037	1 953 626	2 073 495	1 850 819	2 332 027	2 561 572	9,8%
24	Calheta (R.A.A.)	P	625 798	669 305	831 882	951 769	1 120 690	946 129	1 024 504	1 492 110	1 473 791	1 896 387	2 598 413	37,0%
25	Mourão	P	1 393 595	1 469 433	1 563 508	1 424 820	1 462 730	2 340 201	1 524 534	1 992 251	2 311 984	2 522 028	2 622 059	4,0%
26	Fronteira	P	1 873 589	1 925 213	1 806 243	1 754 740	1 845 096	1 711 849	1 878 048	1 904 662	2 105 360	2 033 659	2 623 180	29,0%
27	Constância	P	1 625 174	1 871 686	2 003 611	2 023 438	1 903 739	1 533 821	1 708 716	2 203 133	2 504 399	2 525 057	2 641 833	4,6%
28	Manteigas	P	4 362 530	1 957 033	1 960 622	1 779 222	1 802 980	1 690 938	1 880 636	2 148 858	3 241 973	2 733 054	2 658 385	-2,7%
29	Penela	P	1 920 964	2 066 839	1 912 232	2 147 982	2 002 486	1 640 618	2 090 445	1 925 302	1 903 168	3 078 670	2 670 061	-13,3%
30	Vila de Rei	P	1 525 316	1 536 048	1 779 872	2 142 751	1 898 284	1 563 898	1 661 373	2 972 790	2 321 332	2 660 047	2 692 558	1,2%
31	Gavião	P	1 725 846	2 180 575	2 290 352	2 308 563	2 026 622	1 712 719	1 695 026	1 723 202	2 046 912	2 315 178	2 709 222	17,0%
32	Alfândega da Fé	P	2 205 923	2 092 117	2 213 076	2 093 410	1 810 945	2 023 305	1 863 371	1 612 177	1 497 941	3 278 450	2 740 282	-16,4%
33	Penalva do Castelo	P	1 641 589	1 782 180	1 720 152	1 803 537	1 789 911	1 726 271	1 752 187	2 379 633	2 822 880	2 751 663	2 746 537	-0,2%
34	Madalena	P	1 654 761	1 739 942	1 961 604	1 672 201	1 693 355	1 776 521	2 055 879	1 757 053	2 399 862	2 369 100	2 752 947	16,2%
35	Vila Velha de Ródão	P	1 815 102	2 001 316	2 105 211	2 575 975	2 724 520	2 179 105	2 334 577	2 448 230	2 542 126	2 647 417	2 769 155	4,6%

Da análise do *Ranking* R48 conclui-se, relativamente a 2025, que:

- O *ranking* integra exclusivamente municípios de pequena dimensão;
- Sete municípios diminuíram os pagamentos, destacando-se Sardoal (-26,1%) e Murça (-27,3%), com descidas superiores a 20%;
- Os restantes 28 municípios aumentaram esta despesa. Em seis, o crescimento foi igual ou superior a 20%, destacando-se Calheta (+37,0%) e Mesão Frio (+34,5%).

O *Ranking* R49 apresenta a aquisição de bens e serviços correntes paga em 2025, por distrito e Região Autónoma. Da sua análise conclui-se que:

- O distrito de Lisboa apresentou o maior valor, 730,7 milhões de euros, correspondente a 19,7% do total nacional. O distrito do Porto ocupou a segunda posição, com 491,8 milhões de euros, equivalentes a 67,3% do valor de Lisboa. Faro ficou em terceiro lugar, com 295,2 milhões de euros. Lisboa e Porto concentraram, em conjunto, 1 222,5 milhões de euros, ou 33,0% do total;
- Todos os distritos e Regiões Autónomas aumentaram esta despesa, que cresceu 7,2% (+249,8 milhões de euros) no conjunto dos municípios. O maior crescimento ocorreu no distrito de Portalegre (+17,4%);
- Dos 308 municípios, 247 aumentaram esta despesa e 61 diminuíram-na.

R49 – Volume de pagamentos na aquisição de bens e serviços correntes em 2025, por distrito e Região Autónoma

Unidade: euros

Município 2015		Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25				Varia. 24–25 %
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025		
1	Lisboa	427 184 944	434 633 112	418 887 818	418 817 365	449 919 031	483 011 234	515 888 449	558 993 002	623 606 639	689 454 417	730 668 581	6,0%
2	Porto	271 340 941	276 958 669	294 171 629	279 561 152	285 549 762	270 713 403	292 245 740	328 038 752	388 337 362	450 308 743	491 829 359	9,2%
3	Faro	157 055 496	172 638 907	184 002 542	176 589 899	195 143 902	185 285 460	194 622 346	219 465 090	244 052 313	272 433 588	295 231 990	8,4%
4	Setúbal	143 476 901	156 190 952	161 625 780	161 467 513	163 713 945	163 607 258	175 913 072	218 360 119	232 786 682	257 117 650	279 818 456	8,8%
5	Braga	123 958 078	126 798 925	131 516 312	130 737 655	139 226 756	128 061 367	143 812 258	171 898 925	201 789 027	228 380 455	248 652 960	8,9%
6	Aveiro	116 527 548	121 754 915	127 383 606	129 420 139	135 067 387	123 097 283	137 338 197	162 116 327	187 898 614	229 366 855	240 889 392	5,0%
7	Leiria	87 762 146	91 200 179	95 019 272	97 526 054	112 574 423	89 993 659	104 503 840	121 414 579	138 098 076	154 045 860	163 528 136	6,2%
8	Coimbra	82 432 884	87 582 739	91 839 127	93 936 760	103 573 430	88 625 051	96 835 566	109 535 149	125 529 093	147 619 001	154 870 149	4,9%
9	Viseu	86 632 516	92 726 853	90 995 294	97 956 909	101 602 341	89 245 918	93 126 248	109 150 951	120 916 521	134 312 739	150 196 727	11,8%
10	Santarém	88 868 247	90 228 232	94 743 463	93 239 049	94 575 645	79 338 898	91 006 212	110 596 866	120 345 053	136 914 351	143 736 190	5,0%
11	Madeira	41 586 838	45 559 665	51 539 801	54 794 870	56 140 511	51 661 953	66 678 967	63 846 818	74 591 950	80 150 061	90 582 114	13,0%
12	Castelo Branco	50 422 365	48 050 067	54 187 306	57 376 652	61 040 032	53 148 489	59 773 664	66 687 990	71 337 037	82 153 862	87 556 268	6,6%
13	Guarda	55 770 305	54 817 595	55 370 528	65 771 192	65 822 700	58 577 064	57 988 994	73 426 582	79 022 808	86 787 618	87 507 509	0,8%
14	Vila Real	53 164 500	56 409 353	55 013 719	60 603 316	61 123 141	53 851 357	56 989 181	65 679 358	72 756 443	83 444 353	87 369 416	4,7%
15	Viana do Castelo	51 916 943	60 686 631	59 159 516	61 509 808	66 803 570	54 038 986	57 920 563	68 976 546	73 448 546	84 118 542	84 917 666	0,9%
16	Beja	43 782 126	45 853 445	50 202 661	49 102 165	51 013 399	47 380 499	53 413 960	62 453 186	67 388 723	74 251 871	83 541 444	12,5%
17	Bragança	50 891 353	54 197 409	53 898 346	55 300 951	57 029 317	52 803 743	51 598 275	56 097 638	63 863 476	79 386 020	80 838 262	1,8%
18	Évora	44 514 746	73 893 195	57 374 156	53 996 522	54 103 914	46 455 081	51 946 676	64 798 521	70 134 659	72 741 934	75 944 039	4,4%
19	Açores	36 210 187	38 638 690	42 520 735	43 226 236	46 147 458	43 054 162	47 848 316	52 322 530	57 882 392	61 331 793	67 841 274	10,6%
20	Portalegre	38 760 484	42 386 918	41 413 521	43 931 142	40 844 007	39 190 028	40 606 902	42 989 157	43 046 095	49 737 264	58 384 747	17,4%
	Total Nacional	**2 052 259 549**	**2 171 206 450**	**2 210 865 131**	**2 224 865 347**	**2 341 014 672**	**2 201 140 894**	**2 390 057 427**	**2 726 848 086**	**3 056 831 508**	**3 454 056 978**	**3 703 904 677**	**7,2%**

Investimento direto: aquisição de bens de capital

A secção 2.3.3 apresentou os principais dados sobre o investimento. Antes dos *rankings* que ordenam os municípios pelo volume de investimento pago, importa destacar os seguintes aspetos relativos a 2025:

- **Os compromissos de aquisição de bens de capital totalizaram 5 204,3 milhões de euros, mais 1 496,9 milhões de euros (+40,4%) do que em 2024. Os pagamentos atingiram 3 404,5 milhões de euros, mais 823,8 milhões de euros (+31,9%), e representaram 65,4% dos compromissos, ficando por pagar 1 799,8 milhões de euros. As obrigações constituídas ascenderam a 3 546,0 milhões de euros, das quais foram pagas 96,0%; as obrigações por pagar totalizaram 141,5 milhões de euros.[103]**

[103] Diferença entre as Obrigações constituídas e as despesas pagas, nesta rubrica orçamental

Os *Rankings* R50 e R51 apresentam, respetivamente, os 35 municípios com maior e menor volume de investimento pago em 2025.

R50 – Municípios com maior volume de investimento pago em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25				Varia. 24-25 %
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
1	Lisboa	G	66 662 626	128 188 429	153 002 296	127 562 316	162 953 571	138 723 330	183 272 818	207 323 707	205 556 075	238 008 872	231 479 479	-2,7%
2	Cascais	G	14 667 601	15 703 506	28 277 943	44 879 697	35 747 192	40 557 066	59 238 211	73 861 060	62 423 990	105 174 151	146 712 773	39,5%
3	Oeiras	G	20 737 905	22 915 166	20 572 509	21 760 770	41 401 123	50 356 424	56 471 409	57 551 623	70 807 422	68 261 225	101 271 077	48,4%
4	Porto	G	19 122 087	26 267 736	41 936 990	59 603 865	68 415 862	70 423 773	80 753 753	66 708 038	64 925 534	83 625 361	82 064 757	-1,9%
5	Loures	G	3 898 046	6 989 518	16 414 290	7 730 799	12 941 005	19 477 485	28 435 352	27 720 665	41 294 507	44 890 048	75 759 084	68,8%
6	Matosinhos	G	23 628 651	28 857 444	28 411 456	15 178 369	17 891 596	28 917 359	46 107 092	34 332 969	35 641 349	45 451 603	68 582 058	50,9%
7	Maia	G	19 475 682	11 504 071	16 231 956	18 201 423	13 528 893	16 476 154	20 645 034	21 243 802	24 611 797	22 547 539	55 326 274	145,4%
8	Mafra	M	9 306 240	13 965 653	16 341 903	16 706 859	14 659 605	19 237 154	22 421 600	15 792 966	28 806 186	30 032 627	54 658 416	82,0%
9	Sintra	G	6 171 098	9 284 159	18 090 614	19 141 260	29 106 357	37 363 002	41 097 050	41 023 323	60 777 035	71 140 885	49 185 694	-30,9%
10	Setúbal	G	10 617 022	7 751 193	13 043 248	15 590 677	13 924 418	13 207 058	18 873 402	17 490 610	14 906 917	17 795 520	43 396 516	143,9%
11	Amadora	G	4 707 961	7 732 287	10 727 221	7 971 952	9 992 263	11 616 280	19 019 495	11 365 076	22 535 299	19 923 970	42 257 960	112,1%
12	Vila Nova de Famalicão	G	9 109 301	12 607 735	15 325 540	8 749 716	14 599 764	15 790 607	27 908 961	22 299 035	18 150 749	20 506 865	41 492 345	102,3%
13	Viana do Castelo	M	17 561 098	10 028 509	16 245 145	16 021 449	17 481 784	14 531 914	17 689 297	20 031 572	16 564 803	17 733 877	39 554 131	123,0%
14	Odivelas	G	3 077 875	4 638 953	8 949 012	10 345 859	9 198 040	9 412 238	19 484 097	20 038 564	16 546 223	24 716 296	39 268 738	58,9%
15	Vila Nova de Gaia	G	11 998 323	12 701 614	14 103 986	19 937 699	24 949 493	23 607 307	37 539 301	36 424 849	38 407 631	41 720 393	36 615 366	-12,2%
16	Coimbra	G	14 759 926	8 044 519	6 608 483	11 540 236	7 757 351	18 643 215	29 633 708	23 814 185	25 691 067	15 195 279	36 181 482	138,1%
17	Guimarães	G	9 033 730	14 244 325	23 074 372	22 785 201	13 711 041	19 339 667	26 405 479	21 328 874	20 585 370	34 244 036	34 903 657	1,9%
18	Loulé	M	15 160 441	11 880 496	14 621 643	19 664 742	28 813 750	32 457 607	30 805 255	29 383 794	39 224 802	39 594 728	33 159 916	-16,3%
19	Braga	G	7 883 078	3 549 846	9 350 604	18 349 464	14 187 171	16 088 707	15 611 731	14 413 801	25 713 329	22 815 340	32 985 624	44,6%
20	Póvoa de Varzim	M	10 404 989	5 467 918	12 513 001	12 661 875	16 648 978	18 449 169	20 516 699	14 059 681	13 801 621	18 558 008	31 477 302	69,6%
21	Vila Franca de Xira	G	8 489 689	12 216 556	21 888 507	12 753 829	19 827 002	21 189 571	14 742 137	13 474 368	15 368 024	24 033 755	29 743 905	23,8%
22	Albufeira	M	3 593 335	11 276 568	11 319 162	15 459 275	18 500 106	13 576 927	25 599 562	10 666 038	11 979 692	22 447 116	29 734 011	32,5%
23	Penafiel	M	9 296 129	7 707 598	8 931 629	9 960 750	10 485 923	13 993 543	21 418 840	21 693 660	18 319 955	17 809 869	29 693 917	66,7%
24	Almada	G	11 905 379	15 410 412	17 110 845	9 224 126	12 264 737	14 479 976	18 729 296	22 915 424	24 672 292	25 152 869	27 619 089	9,8%
25	Leiria	G	10 569 346	12 914 319	20 286 960	21 904 168	21 241 442	19 540 462	23 422 251	22 371 217	27 052 046	26 882 774	27 404 339	1,9%
26	Alcobaça	M	4 337 529	2 384 534	5 665 986	6 315 576	3 615 116	5 028 939	9 422 773	11 497 077	8 540 883	10 413 879	26 418 652	153,7%
27	Seixal	G	1 803 810	4 942 218	10 782 750	44 560 488	13 629 267	10 943 848	40 016 295	24 724 319	29 062 896	21 551 932	25 803 478	19,7%
28	Valongo	M	2 927 065	2 332 892	4 160 305	8 605 536	10 741 685	8 397 525	14 354 767	19 061 438	15 739 427	22 443 879	25 681 999	14,4%
29	Funchal	G	6 146 164	5 536 341	10 124 660	12 497 639	14 092 481	14 458 396	17 580 061	19 509 207	23 885 443	24 457 852	24 335 632	-0,5%
30	Gondomar	G	8 107 738	7 259 854	9 388 476	12 634 154	11 398 602	12 378 777	27 189 247	31 197 373	24 450 613	18 369 234	21 812 921	18,7%
31	Fafe	M	7 233 031	6 332 106	4 301 300	7 708 053	9 469 440	8 697 031	8 328 033	6 851 284	11 572 413	9 750 253	21 126 635	116,7%
32	Castelo Branco	M	10 573 439	18 265 019	14 698 334	11 213 618	9 293 062	10 263 976	11 022 980	9 687 962	8 919 708	15 407 600	21 105 612	37,0%
33	Lagoa (Algarve)	M	3 136 647	7 828 714	11 266 777	6 080 365	4 669 874	7 868 389	9 143 074	7 965 918	7 122 044	18 767 023	20 864 300	11,2%
34	Paços de Ferreira	M	3 806 778	2 337 945	5 181 321	4 962 926	7 217 967	2 531 369	7 662 940	4 290 660	7 376 351	16 249 853	20 740 218	27,6%
35	Oliveira de Azeméis	M	7 898 442	3 752 786	3 046 417	2 372 244	4 623 113	8 458 231	10 682 197	14 000 358	19 060 486	11 328 901	20 492 232	80,9%

Da análise do *Ranking* R50 conclui-se, relativamente a 2025, que:

- Lisboa liderou o *ranking*, com 231,5 milhões de euros, menos 2,7% (-6,5 milhões de euros) do que em 2024. Este valor representou 6,8% do investimento direto pago pelo conjunto dos municípios, menos 2,4 pp do que no ano anterior;
- Seis dos 35 municípios diminuíram o investimento pago, destacando-se Sintra (-30,9%; -21,9 milhões de euros) e Loulé (-16,3%; -6,4 milhões de euros);
- Quinze municípios aumentaram o investimento em mais de 50% e, em oito, o crescimento superou 100%: Maia (+145,4%), Setúbal (+143,9%), Amadora (+112,1%), Vila Nova de Famalicão (+102,3%), Viana do Castelo (+123,0%), Coimbra (+138,1%), Alcobaça (+153,7%) e Fafe (+116,7%).

- Cascais manteve a segunda posição, com 146,7 milhões de euros, mais 39,5% (+41,5 milhões de euros) do que em 2024 e o equivalente a 63,4% do valor de Lisboa. Oeiras passou à terceira posição, com 101,3 milhões de euros, mais 48,4% (+33,0 milhões de euros). O Porto desceu à quarta posição, com 82,1 milhões de euros, menos 1,9% e o equivalente a 35,5% do valor de Lisboa.

No conjunto dos 308 municípios, 125 aumentaram o investimento direto em mais de 50%, dos quais 59 em mais de 100%. Em sentido contrário, 60 diminuíram-no, três deles em mais de 50%.

R51 – Municípios com menor volume de investimento pago em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25				Varia.
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	24–25 %
1	Santa Cruz das Flores	P	331 947	564 080	1 181 440	557 184	622 859	1 038 678	1 413 811	903 656	281 322	540 309	429 335	–20,5%
2	Redondo	P	899 446	940 057	1 651 874	1 106 429	644 151	1 062 337	1 605 958	1 184 929	1 933 233	396 825	738 057	86,0%
3	Lajes das Flores	P	657 287	740 858	410 613	332 379	758 789	688 035	864 470	813 685	449 995	754 494	828 915	9,9%
4	Fronteira	P	298 630	764 742	1 360 077	366 428	702 150	1 395 091	1 376 314	1 355 537	1 336 489	2 490 995	896 622	–64,0%
5	Tarouca	P	1 531 781	565 389	1 147 225	1 284 389	993 264	2 080 513	2 548 074	1 417 570	1 801 197	920 907	905 448	–1,7%
6	Vidigueira	P	3 253 551	838 361	735 168	973 528	907 004	1 054 702	699 493	1 160 304	3 508 315	805 093	965 713	20,0%
7	Crato	P	1 039 621	1 051 668	1 392 566	1 268 390	1 064 570	1 617 668	1 713 564	2 069 987	3 100 035	1 347 351	1 142 162	–15,2%
8	Constância	P	513 606	257 625	1 470 063	908 226	728 759	1 053 513	1 474 185	1 817 065	812 763	1 071 839	1 159 969	8,2%
9	Barrancos	P	77 659	108 793	532 039	137 403	540 550	461 636	1 096 951	1 259 782	956 726	434 762	1 161 545	167,2%
10	Sta. Cruz da Graciosa	P	915 417	517 468	1 568 316	1 850 554	1 554 794	1 176 717	1 933 821	1 089 459	1 759 726	1 382 198	1 199 403	–13,2%
11	Corvo	P	706 398	1 103 529	469 404	977 877	652 332	315 777	498 872	529 127	880 442	1 153 651	1 303 284	13,0%
12	Sousel	P	2 886 155	466 333	838 001	1 270 299	1 424 158	1 312 333	3 503 194	2 269 286	1 524 570	1 333 864	1 359 767	1,9%
13	Gavião	P	1 126 491	1 135 840	1 072 169	1 533 950	1 298 299	2 021 892	3 916 366	2 919 276	3 577 335	2 176 932	1 381 372	–36,5%
14	Tábuaço	P	1 738 954	934 821	1 110 807	929 316	1 668 993	1 742 557	1 510 067	776 066	1 510 883	981 250	1 438 816	46,6%
15	Monforte	P	381 790	710 973	1 155 838	1 293 205	1 277 992	3 005 358	5 066 130	2 441 580	1 599 798	1 398 722	1 458 221	4,3%
16	Freixo de Espada à Cinta	P	823 317	795 752	285 971	481 619	750 716	857 291	756 342	742 176	1 249 775	1 934 903	1 524 747	–21,2%
17	Borba	P	422 732	706 989	975 414	389 365	410 786	1 488 708	1 276 570	963 995	1 922 680	1 297 433	1 573 738	21,3%
18	Góis	P	861 206	942 186	1 651 267	2 582 165	2 555 769	1 361 433	760 998	1 297 953	1 576 416	1 234 681	1 665 106	34,9%
19	Cuba	P	1 196 392	800 520	1 473 330	584 335	426 180	1 468 775	2 424 995	1 416 686	1 615 648	835 180	1 666 063	99,5%
20	Santa Comba Dão	P	2 029 434	555 684	424 103	530 081	1 133 341	626 537	1 331 418	1 517 756	1 602 357	704 873	1 686 442	139,3%
21	Mourão	P	90 872	96 307	579 860	329 147	881 743	791 820	1 162 206	812 034	1 074 349	762 463	1 714 945	124,9%
22	Vendas Novas	P	696 418	600 219	1 648 330	925 832	1 198 378	1 436 673	1 618 779	3 911 329	3 178 882	1 427 274	1 736 010	21,6%
23	Figueira Castelo Rodrigo	P	948 795	1 143 164	1 023 250	1 434 832	1 638 151	1 219 572	2 000 184	1 071 183	1 537 044	1 960 297	1 787 229	–8,8%
24	Mesão Frio	P	539 441	315 936	926 269	683 053	1 185 479	1 319 541	2 131 243	1 708 596	1 406 385	867 760	1 802 529	107,7%
25	Porto Santo	P	24 856	333 759	39 726	40 045	1 663 899	286 188	905 584	623 403	699 114	382 848	1 826 679	377,1%
26	Penamacor	P	2 657 927	2 448 675	2 560 715	1 769 427	1 972 994	1 829 080	2 725 343	2 107 299	2 526 529	3 898 654	1 853 337	–52,5%
27	Viana do Alentejo	P	2 102 997	460 798	882 792	2 666 187	553 495	1 370 866	1 856 373	1 532 285	2 882 161	2 327 415	1 884 353	–19,0%
28	Vila Nova da Barquinha	P	1 185 281	337 557	541 113	1 846 856	1 583 701	749 540	1 036 672	1 201 437	1 021 704	696 266	1 957 983	181,2%
29	Figueiró dos Vinhos	P	740 638	377 435	1 004 391	3 674 958	2 322 196	2 525 981	2 606 502	2 064 752	2 310 379	2 425 745	2 017 367	–16,8%
30	Castelo de Vide	P	909 726	1 254 214	1 804 888	1 148 032	788 848	2 002 627	4 398 508	2 151 842	1 271 361	1 053 073	2 053 518	95,0%
31	Alandroal	P	1 937 605	1 468 078	1 612 278	834 336	1 548 554	2 211 937	2 773 716	3 670 493	6 438 821	1 590 139	2 129 391	33,9%
32	Sobral de Monte Agraço	P	614 720	333 730	1 090 241	489 738	929 513	1 298 187	1 286 802	1 916 683	1 622 777	1 727 857	2 139 378	23,8%
33	Vila Viçosa	P	1 015 535	1 230 615	947 971	834 646	1 526 119	932 732	2 199 934	1 342 748	2 610 944	3 467 110	2 168 368	–37,5%
34	Alvito	P	284 054	548 930	422 480	1 231 644	888 644	2 075 926	2 938 283	1 475 842	1 692 438	1 879 094	2 191 992	16,7%
35	Gouveia	P	2 671 337	2 368 336	3 379 594	3 140 649	3 261 651	4 187 660	4 118 475	2 714 634	3 442 318	3 114 244	2 196 000	–29,5%

Da análise do *Ranking* R51 conclui-se, relativamente a 2025, que:

- Os 35 municípios com menor volume de investimento direto são todos de pequena dimensão;
- Treze municípios diminuíram o investimento direto. A única descida superior a 50% foi a de Fronteira (-64,0%; -1,6 milhões de euros);
- Porto Santo (+377,1%) e Vila Nova da Barquinha (+181,2%) registaram os maiores aumentos percentuais do *ranking*.

O *Ranking* R52 apresenta o investimento direto pago por distrito e Região Autónoma. Da sua análise conclui-se que:

- **O investimento direto pago pelo setor municipal aumentou 31,9% (+823,8 milhões de euros), para 3 404,5 milhões de euros. Todos os distritos e Regiões Autónomas registaram aumentos;**
- O distrito de Lisboa apresentou o maior volume, 818,1 milhões de euros, correspondente a 24,0% do total nacional, mais 24,6% (+161,6 milhões de euros) do que em 2024;
- O distrito do Porto ocupou a segunda posição, com 517,6 milhões de euros, correspondentes a 15,2% do total nacional e a 63,3% do valor de Lisboa. Este montante aumentou 32,9% (+128,1 milhões de euros);
- Cinco distritos apresentaram crescimentos superiores a 50%: Coimbra (+72,8%), Vila Real (+62,2%), Portalegre (+61,6%), Viana do Castelo (+53,8%) e Viseu (+50,3%).

R52 – Volume de investimento direto pago em 2025, por distrito e Região Autónoma

Unidade: euros

	Município	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25				Varia.
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025		24-25 %
1	Lisboa	163 108 342	235 239 642	316 278 132	290 590 071	365 684 994	376 175 894	485 970 450	508 237 959	556 492 889	656 408 899	818 056 246	24,6%
2	Porto	160 447 799	150 689 445	200 662 680	210 592 882	248 728 606	274 811 577	380 535 539	362 368 846	345 435 983	389 479 899	517 623 019	32,9%
3	Braga	66 294 712	55 393 443	79 413 657	92 509 837	90 889 543	106 924 443	137 441 796	114 676 391	146 268 456	146 865 920	207 759 043	41,5%
4	Faro	53 823 739	58 259 170	97 327 265	84 883 281	97 442 682	111 475 718	143 297 529	128 608 197	154 373 634	189 813 669	201 383 901	6,1%
5	Setúbal	50 582 909	58 438 387	78 906 910	112 648 068	97 139 767	105 655 788	172 787 285	151 973 592	158 106 590	156 592 606	201 336 955	28,6%
6	Aveiro	94 881 699	68 840 357	101 112 875	91 768 052	101 236 633	118 833 255	160 413 595	150 755 585	170 748 479	140 179 276	193 064 455	37,7%
7	Santarém	53 423 670	34 360 079	50 081 646	57 291 540	64 661 255	84 050 427	90 026 016	122 222 044	119 901 964	111 827 480	144 138 067	28,9%
8	Coimbra	56 585 249	38 917 804	51 434 352	60 267 887	71 807 878	76 564 183	103 274 227	97 328 553	104 173 395	77 823 507	134 445 111	72,8%
9	Leiria	65 911 511	55 283 856	79 167 702	75 600 855	79 106 747	78 487 373	97 902 927	96 606 327	94 910 981	101 892 508	133 458 644	31,0%
10	Viseu	71 432 803	40 210 891	56 335 935	59 257 473	72 297 613	72 119 703	92 322 487	85 574 851	127 646 119	87 631 241	131 746 559	50,3%
11	Viana do Castelo	52 989 933	34 508 014	54 137 807	52 306 303	48 719 013	56 689 937	67 206 371	65 110 730	66 503 939	68 759 501	105 761 071	53,8%
12	Vila Real	50 625 066	30 211 184	45 947 436	42 169 504	41 590 464	58 325 027	77 846 889	64 926 707	72 290 743	62 336 156	101 131 462	62,2%
13	Açores	34 785 527	28 267 050	38 961 636	38 345 621	41 475 448	49 358 499	61 958 058	59 804 215	65 370 825	63 156 895	91 777 620	45,3%
14	Madeira	20 680 626	21 081 512	31 904 616	28 682 751	33 228 578	38 834 709	57 668 929	45 380 293	56 829 942	59 871 030	74 811 798	25,0%
15	Portalegre	33 857 877	16 758 439	31 005 467	23 351 383	25 462 655	41 812 264	65 345 147	45 332 050	56 194 998	45 658 080	73 775 990	61,6%
16	Castelo Branco	38 140 169	38 903 433	37 876 339	49 069 787	42 629 165	44 523 667	51 338 692	41 709 785	59 826 654	54 670 632	72 276 380	32,2%
17	Guarda	26 220 195	23 427 332	34 002 007	35 031 683	29 481 306	35 665 437	43 072 945	36 115 064	50 532 863	48 957 655	59 771 905	22,1%
18	Beja	27 534 660	21 622 635	33 389 602	25 026 277	26 832 253	33 146 361	42 825 226	47 115 925	66 384 939	50 146 135	56 686 639	13,0%
19	Bragança	30 887 975	21 925 862	33 329 539	32 651 347	36 064 166	43 766 420	55 129 281	52 269 103	68 929 325	38 820 294	52 084 689	34,2%
20	Évora	23 704 068	21 305 526	22 480 004	21 178 587	25 027 316	31 251 622	39 370 513	37 166 141	38 032 766	29 850 692	33 432 687	12,0%
	Total Nacional	**1 175 918 529**	**1 053 644 061**	**1 473 755 607**	**1 483 223 189**	**1 639 506 080**	**1 838 472 304**	**2 425 733 901**	**2 313 282 359**	**2 578 955 482**	**2 580 742 074**	**3 404 522 241**	**31,9%**

Transferências e subsídios

As transferências correntes, as transferências de capital e os subsídios podem apresentar encargos por pagar no final do exercício. A análise incide, por isso, sobretudo nos pagamentos e nas obrigações constituídas, sem deixar de considerar os compromissos assumidos, com base nos Quadros 2.42, 2.43, 2.46 e 2.51 e nas contas dos 308 municípios.

Relativamente a 2025, destaca-se o seguinte:

- Setenta e cinco municípios pagaram a totalidade das obrigações de transferências correntes e 214 pagaram a totalidade das obrigações de transferências de capital. Apenas 125 municípios constituíram obrigações relativas a subsídios e, destes, 102 pagaram-nas integralmente;
- **Os pagamentos de subsídios aumentaram 21,5% (+58,8 milhões de euros), os de transferências correntes 5,2% (+69,2 milhões de euros) e os de transferências de capital 20,8% (+70,7 milhões de euros). Foram pagas 99,8% das obrigações de subsídios, 98,9% das obrigações de transferências correntes e 98,4% das obrigações de transferências de capital;**
- Relativamente aos compromissos, os graus de pagamento foram de 97,1% nos subsídios, 93,9% nas transferências correntes e 79,5% nas transferências de capital;
- Nas transferências de capital, os compromissos totalizaram 516,9 milhões de euros, as obrigações 417,7 milhões de euros e os pagamentos 411,2 milhões de euros. Nas transferências correntes, estes valores foram, respetivamente, 1 503,7 milhões, 1 427,5 milhões e 1 412,1 milhões de euros. Nos subsídios, foram de 343,0 milhões, 333,8 milhões e 333,0 milhões de euros;
- Em conjunto, estas três rubricas totalizaram 2 156,3 milhões de euros de pagamentos, mais 10,2% (+198,8 milhões de euros) do que em 2024. Foram pagas 99,0% das obrigações constituídas e 91,2% dos compromissos assumidos;
- **No conjunto dos municípios, 222 aumentaram os pagamentos destas três rubricas e 86 diminuíram-nos.**

Os *Rankings* R53 e R54 apresentam, respetivamente, os 35 municípios com maior e menor volume de transferências correntes, transferências de capital e subsídios pagos em 2025.

R53 – Municípios com maior volume de transferências correntes, transferências de capital e subsídios pagos em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25				Varia. 24–25 %
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
1	Lisboa	G	117 379 914	134 852 849	139 490 956	155 636 205	227 956 422	257 887 555	328 893 284	277 788 141	293 946 846	282 058 716	324 015 648	14,9%
2	Porto	G	14 550 547	13 033 527	16 573 988	25 504 768	33 263 329	37 918 812	51 382 135	74 347 985	77 971 784	80 717 843	90 912 568	12,6%
3	Cascais	G	18 272 804	20 852 806	38 394 404	39 142 238	47 174 999	44 221 857	48 723 525	50 193 493	61 714 433	71 337 689	82 635 653	15,8%
4	Braga	G	20 683 643	21 436 574	23 162 364	19 044 335	22 993 716	25 580 930	28 525 803	32 163 415	35 176 829	44 699 759	60 908 975	36,3%
5	Sintra	G	19 639 452	18 245 847	21 049 101	20 827 269	23 972 450	31 723 753	33 948 999	30 680 155	37 827 604	40 942 786	47 059 859	14,9%
6	Loures	G	14 689 617	14 756 489	14 797 208	17 257 824	22 597 139	26 600 715	28 131 385	36 594 318	35 960 854	37 529 556	40 684 019	8,4%
7	Vila Nova de Gaia	G	7 937 894	18 187 243	11 944 834	15 183 363	16 304 746	29 331 461	29 714 719	43 563 287	37 921 439	35 404 677	39 505 191	11,6%
8	Oeiras	G	10 328 167	11 674 028	14 380 244	16 029 213	23 957 488	34 629 644	37 967 058	30 177 034	33 329 874	39 729 019	39 113 156	–1,6%
9	Matosinhos	G	14 407 462	17 673 822	18 377 545	21 608 068	22 127 428	23 914 756	23 861 879	26 824 835	25 919 240	29 340 446	34 330 374	17,0%
10	Coimbra	G	11 827 562	13 235 233	15 521 183	13 309 579	17 515 551	19 039 656	21 636 883	22 991 755	26 698 385	26 327 735	33 582 270	27,6%
11	Loulé	M	7 995 649	10 927 068	12 611 873	12 578 349	16 663 416	16 177 694	17 408 887	22 156 906	32 003 635	31 937 166	33 180 672	3,9%
12	Guimarães	G	10 692 692	14 438 140	17 801 415	15 705 818	16 055 644	17 520 003	24 250 089	23 776 392	23 185 909	26 200 035	30 173 181	15,2%
13	Barcelos	G	13 477 554	13 184 383	14 513 328	11 743 093	12 488 122	14 989 529	19 552 782	20 561 914	26 738 778	26 247 488	26 285 219	0,1%
14	Leiria	G	6 725 308	6 012 158	8 847 630	8 428 745	11 456 140	13 002 141	16 865 182	18 089 597	20 522 603	24 038 279	25 705 319	6,9%
15	Vila Nova de Famalicão	G	7 135 313	10 918 521	14 575 069	12 940 803	12 435 150	13 678 712	17 998 632	13 958 152	15 484 828	18 656 328	24 938 257	33,7%
16	Almada	G	8 802 585	10 433 589	10 699 858	10 765 993	13 459 459	15 086 219	15 573 550	19 404 129	25 024 817	26 998 222	24 831 066	–8,0%
17	Seixal	G	5 016 764	5 122 029	7 520 450	9 013 615	11 817 786	12 597 150	14 882 119	15 521 369	18 972 254	23 152 606	24 468 180	5,7%
18	Amadora	G	9 509 249	13 697 433	14 530 380	14 197 203	16 111 231	19 179 377	19 037 389	20 314 788	20 620 012	22 528 796	22 320 420	–0,9%
19	Maia	G	6 459 269	7 185 867	9 980 344	9 080 224	10 572 742	10 993 178	12 072 418	15 844 694	14 960 089	16 872 339	20 005 962	18,6%
20	Gondomar	G	5 600 639	6 250 917	6 389 972	7 272 854	7 893 740	7 700 872	10 179 912	13 607 787	13 742 552	18 218 854	19 572 858	7,4%
21	Setúbal	G	5 021 737	5 712 370	5 756 322	6 091 796	8 330 741	8 776 436	10 424 221	13 810 419	16 712 330	18 597 100	19 003 707	2,2%
22	Torres Vedras	M	9 649 274	9 462 273	9 124 148	9 518 367	10 122 035	11 346 670	12 997 894	14 268 942	15 749 539	16 514 896	18 411 151	11,5%
23	Viseu	G	9 501 107	11 187 288	14 198 402	15 119 512	14 990 610	17 606 730	22 059 504	18 016 449	22 739 130	23 004 399	18 099 918	–21,3%
24	Santa Maria da Feira	G	6 141 030	6 477 277	6 704 285	7 057 203	7 232 345	9 356 597	9 993 577	11 329 816	13 497 123	16 581 365	17 935 697	8,2%
25	Portimão	M	11 199 691	18 552 845	33 373 806	3 289 856	4 848 080	5 880 647	8 546 228	7 405 925	10 189 935	13 875 867	17 324 845	24,9%
26	Odivelas	G	7 992 441	8 074 154	8 611 118	8 777 714	10 323 807	12 157 219	13 507 795	17 793 039	17 054 005	15 185 919	16 901 091	11,3%
27	Viana do Castelo	M	8 409 655	8 720 239	10 784 357	8 795 258	10 621 026	12 155 519	13 452 093	12 696 222	12 658 899	15 557 385	15 577 368	0,1%
28	Funchal	G	3 052 307	3 626 381	5 157 736	5 989 342	7 552 384	8 345 766	11 706 374	9 975 411	12 067 605	14 581 656	14 670 353	0,6%
29	Vila Franca de Xira	G	6 791 295	7 113 470	8 613 717	8 713 694	10 511 378	12 437 111	10 959 241	11 270 246	11 800 795	13 655 409	14 564 711	6,7%
30	Santarém	M	2 286 660	3 790 110	4 802 837	4 754 401	3 981 094	4 939 867	5 799 342	8 323 583	10 250 153	11 591 897	13 527 893	16,7%
31	Alcobaça	M	3 994 297	3 896 824	4 233 315	4 623 201	5 570 455	7 204 766	9 809 088	7 415 328	10 589 948	10 842 160	13 406 022	23,6%
32	Aveiro	M	3 133 140	4 089 321	10 101 358	5 922 622	8 127 887	7 943 541	10 531 705	8 068 775	10 336 105	12 042 655	13 294 258	10,4%
33	Albufeira	M	2 400 303	2 801 043	3 941 442	4 680 788	6 153 909	9 886 868	10 737 028	10 291 754	11 211 765	12 451 602	13 071 844	5,0%
34	Vila do Conde	M	4 038 343	4 647 614	5 495 288	5 623 016	5 848 273	6 119 705	6 687 040	7 773 964	9 200 844	10 733 724	12 089 452	12,6%
35	Faro	M	2 916 390	5 263 547	4 695 731	6 204 322	5 917 603	7 751 154	9 223 640	9 427 103	11 114 448	13 756 744	11 919 610	–13,4%

Da análise do *Ranking* R53 e dos valores globais apresentados na secção 2.3.3 conclui-se, relativamente a 2025, que:

- Lisboa pagou 324,0 milhões de euros em transferências e subsídios, correspondentes a 15,0% do total nacional, mais 14,9% (+42,0 milhões de euros) do que em 2024;
- O Porto ocupou a segunda posição, com 90,9 milhões de euros, mais 12,6% (+10,2 milhões de euros), valor equivalente a 28,1% do de Lisboa. Cascais manteve a terceira posição, com 82,6 milhões de euros, mais 15,8% (+11,3 milhões de euros);
- Trinta municípios do *ranking* aumentaram esta despesa e, em dez, o crescimento foi superior a 20%. Destacaram-se Braga (+36,3%; +16,2 milhões de euros), Vila Nova de Famalicão (+33,7%; +6,3 milhões de euros), Coimbra (+27,6%; +7,3 milhões de euros), Portimão (+24,9%; +3,4 milhões de euros) e Alcobaça (+23,6%; +2,6 milhões de euros);
- Cinco municípios diminuíram as despesas com transferências e subsídios, destacando-se Viseu (-21,3%; -4,9 milhões de euros), Faro (-13,4%; -1,8 milhões de euros) e Almada (-8,0%; -2,2 milhões de euros).

O *Ranking* R54 mostra que os 35 municípios com menor volume de transferências correntes, transferências de capital e subsídios pagos são todos de pequena dimensão.

R54 – Municípios com menor volume de transferências correntes, transferências de capital e subsídios pagos em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25				Varia. 24–25 %
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
1	Corvo	P	36 929	64 385	99 020	47 707	40 258	37 876	45 835	64 570	55 662	103 646	77 798	–24,9%
2	Calheta (R.A.A.)	P	49 760	75 632	63 147	80 799	125 648	174 216	358 129	234 175	268 164	415 923	425 215	2,2%
3	Freixo de Espada à Cinta	P	417 899	423 620	390 147	343 674	344 586	316 373	288 749	353 429	357 238	519 409	530 271	2,1%
4	Lajes das Flores	P	156 397	302 660	384 250	403 026	477 743	531 461	550 461	555 016	400 916	413 165	578 252	40,0%
5	Alpiarça	P	331 285	275 194	272 236	367 661	325 638	482 856	446 369	684 697	865 136	479 103	587 676	22,7%
6	Madalena	P	669 307	801 148	611 239	569 391	300 760	754 513	509 873	561 033	542 501	569 193	593 848	4,3%
7	Mesão Frio	P	179 698	267 794	237 169	281 808	279 390	319 611	375 525	380 608	288 512	436 214	607 569	39,3%
8	Alvito	P	394 471	457 261	442 384	491 907	490 644	562 717	588 204	692 078	876 813	667 567	621 380	–6,9%
9	Pinhel	P	925 043	1 148 519	787 321	728 706	635 686	843 852	1 309 004	326 826	574 859	1 099 556	661 693	–39,8%
10	São Roque do Pico	P	1 155 734	1 330 844	1 317 443	1 366 928	753 909	876 683	720 678	619 056	686 734	742 587	675 981	–9,0%
11	Santa Cruz das Flores	P	303 720	313 111	331 323	365 726	433 553	327 251	419 528	516 826	453 949	474 664	681 043	43,5%
12	Mora	P	281 625	258 400	276 368	305 490	309 815	278 295	365 140	390 428	592 979	774 994	683 491	–11,8%
13	Cuba	P	477 952	633 379	713 882	510 298	502 136	548 269	861 417	718 342	678 370	754 449	712 499	–5,6%
14	Pedrógão Grande	P	646 903	678 438	964 125	1 013 511	382 059	506 509	454 650	716 600	725 810	908 571	725 348	–20,2%
15	Fornos de Algodres	P	97 501	123 064	366 961	404 253	353 210	469 083	611 429	711 485	676 705	996 046	755 382	–24,2%
16	Monforte	P	604 068	646 123	864 077	695 267	669 136	649 264	698 806	727 899	617 699	713 213	760 831	6,7%
17	Mourão	P	229 726	257 052	252 283	261 692	271 324	381 557	530 985	553 634	639 281	780 557	764 193	–2,1%
18	Golegã	P	421 021	557 083	587 697	612 444	635 863	745 661	795 732	674 812	739 031	728 671	778 750	6,9%
19	Fronteira	P	453 834	480 977	612 884	487 119	379 184	422 077	545 125	578 546	579 049	447 458	783 743	75,2%
20	Vila de Rei	P	440 976	451 108	545 010	480 664	607 802	553 970	658 170	646 419	627 905	700 173	792 567	13,2%
21	Sta. Cruz da Graciosa	P	581 781	620 649	670 263	677 046	671 222	560 085	491 217	699 991	1 031 099	789 514	796 744	0,9%
22	Porto Santo	P	177 101	184 473	172 918	203 812	280 684	274 649	450 561	412 763	611 989	700 702	805 567	15,0%
23	Castanheira de Pera	P	337 596	329 876	400 403	389 905	428 463	555 678	578 188	519 465	619 049	789 768	825 200	4,5%
24	Sardoal	P	342 741	375 470	272 650	257 422	271 132	504 643	734 215	579 737	602 758	888 831	851 713	–4,2%
25	Nordeste	P	664 420	748 695	602 651	690 797	913 845	934 024	1 104 227	956 921	984 548	1 020 572	866 600	–15,1%
26	Marvão	P	390 104	498 401	602 151	473 240	646 392	611 620	636 769	664 477	671 155	840 763	883 419	5,1%
27	Vila Nova de Poiares	P	104 960	187 612	392 483	377 602	443 136	724 434	833 758	877 608	838 392	1 082 025	905 964	–16,3%
28	Góis	P	1 095 378	1 148 463	895 101	800 352	557 086	724 438	721 238	868 368	1 055 556	1 189 865	915 777	–23,0%
29	Figueiró dos Vinhos	P	636 124	749 287	713 544	831 290	682 172	631 578	767 471	1 139 290	905 847	1 121 699	920 393	–17,9%
30	Constância	P	498 801	441 945	342 798	425 207	404 099	531 518	677 821	692 639	737 558	838 442	925 846	10,4%
31	Campo Maior	P	923 816	1 017 100	957 946	793 159	832 501	981 767	1 019 559	1 235 127	1 138 567	926 899	926 409	–0,1%
32	Avis	P	687 068	570 204	633 374	573 288	576 682	579 268	873 847	713 767	881 789	747 370	953 530	27,6%
33	Tarouca	P	546 045	669 832	587 663	615 310	702 305	689 139	910 093	858 569	1 043 020	1 121 535	962 316	–14,2%
34	Carregal do Sal	P	581 952	528 360	553 487	545 755	755 817	662 412	695 657	868 500	1 225 269	1 179 733	966 396	–18,1%
35	Entroncamento	M	310 980	322 274	341 708	353 698	350 828	411 970	631 595	983 567	1 240 602	1 198 995	971 497	–19,0%

- Dezoito municípios do *ranking* diminuíram esta despesa, quatro deles em mais de 20%: Pinhel (-39,8%), Corvo (-24,9%), Fornos de Algodres (-24,2%) e Pedrógão Grande (-20,2%). Em sentido contrário, dezassete aumentaram-na, três dos quais em 40% ou mais: Fronteira (+75,2%), Santa Cruz das Flores (+43,5%) e Lajes das Flores (+40,0%);

- O Corvo manteve o menor volume de transferências e subsídios pagos: 77,8 milhares de euros, menos 24,9% (-25,8 milhares de euros) do que em 2024.

Investimento total: aquisição de bens de capital e transferências de capital

A secção anterior analisou o investimento direto, traduzido nos pagamentos para aquisição de bens de capital. Os municípios podem também realizar transferências de capital, designadamente ao abrigo de protocolos de colaboração com entidades públicas ou que prossigam fins de utilidade pública municipal, destinadas à execução de investimentos.

Nesta secção, as transferências de capital são consideradas investimento indireto. Analisa-se o investimento total, correspondente à soma do investimento direto – aquisição de bens de capital – e do investimento indireto – transferências de capital – , seguindo a metodologia das secções anteriores.

Antes dos *rankings* relativos ao investimento total, importa recordar que:

- Em 2025, os pagamentos de aquisição de bens de capital e de transferências de capital totalizaram 3 815,7 milhões de euros, mais 30,6% (+894,5 milhões de euros) do que em 2024. Representaram 66,7% dos compromissos e 96,3% das obrigações destas rubricas. A aquisição de bens de capital atingiu 3 404,5 milhões de euros (+31,9%; +823,8 milhões de euros) e as transferências de capital 411,2 milhões de euros (+20,8%; +70,7 milhões de euros);
- As obrigações destas duas rubricas totalizaram 3 963,7 milhões de euros, mais 31,3% (+945,2 milhões de euros) do que em 2024. A aquisição de bens de capital representou 3 546,0 milhões de euros (+32,7%; +874,3 milhões de euros) e as transferências de capital 417,7 milhões de euros (+20,4%; +70,9 milhões de euros).

O *Ranking* R55 apresenta os 35 municípios com maior volume de investimento total pago em 2025 e a sua evolução entre 2014 e 2025.[104] [105]

Da análise do *Ranking* R55 conclui-se que:

- **Lisboa apresentou o maior investimento total em 2025: 261,8 milhões de euros, menos 1,6% do que no ano anterior e equivalentes a 6,9% do total nacional. Entre 2014 e 2025, investiu 2 284,3 milhões de euros, ou 3,5 milhares de euros por habitante. O mandato de 2022–2025 apresentou o maior valor, 998,2 milhões de euros;**
- **Cascais ocupou a segunda posição, com 163,1 milhões de euros em 2025 e 432,8 milhões de euros no mandato de 2022–2025. O valor anual correspondeu a 62,3% do investimento de Lisboa e aumentou 41,1% (+47,5 milhões de euros);[106]**
- Loulé apresentou o maior investimento acumulado por habitante entre 2014 e 2025, 4,1 milhares de euros, apesar de uma redução de 13,9% (-6,5 milhões de euros) em 2025. Seguiram-se Pombal (3,6 milhares de euros), Lisboa (3,5 milhares de euros), Oeiras (3,2 milhares de euros) e Cascais (3,1 milhares de euros);
- Comparando os mandatos de 2018–2021 e de 2022–2025, apenas o Seixal diminuiu o investimento (-4,3%; -5,7 milhões de euros). Loures (+141,6%), Barcelos (+103,6%) e Cascais (+100,7%) registaram crescimentos superiores a 100%;
- Em 2025, sete municípios do *ranking* diminuíram o investimento total: Lisboa (-1,6%), Sintra (-27,9%), Loulé (-13,9%), Vila Nova de Gaia (-5,0%), Aveiro (-12,6%), Barcelos (-6,0%) e Funchal (-0,5%);[107]

[104] Incluiu-se 2014 para considerar o mandato completo
[105] As transferências de capital aprovadas pelas Câmaras Municipais terão que ser aplicadas em investimentos pelas entidades beneficiárias das mesmas, sendo por isso investimentos indiretos do município.
[106] Cascais obteve apoio do Portugal 20/20 para 31 operações (11 086 329€), do Portugal 20/30 para 10 operações (10 114 933€) e um valor contratado do PRR de 159 167 278€.
[107] Já referido atrás

- Doze municípios do *ranking* aumentaram o investimento total em mais de 50%: Setúbal (+139,6%), Maia (+136,2%), Coimbra (+129,1%), Viana do Castelo (+93,5%), Amadora (+93,7%), Vila Nova de Famalicão (+90,6%), Mafra (+80,3%), Loures (+66,4%), Póvoa de Varzim (+66,4%), Penafiel (+66,9%), Odivelas (+60,1%) e Matosinhos (+50,9%).

No conjunto dos 308 municípios, 256 aumentaram o investimento total, dos quais 118 em mais de 50%; 52 diminuíram-no, dois deles em mais de 50%.

R55 – Municípios com maior volume de investimento total pago entre 2014 e 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2014-2017	Mandato 2018-2021	2022	2023	2024	2025	Mandato 2022-2025	TOTAL 2014-2025	Investimento p/ habitante 14-25
1	Lisboa	G	**517 484 124**	**768 620 560**	234 416 593	235 999 954	266 069 462	261 752 038	**998 238 048**	**2 284 342 732**	3 470
2	Cascais	G	**92 618 357**	**215 612 991**	81 638 287	72 481 926	115 587 144	163 087 927	**432 795 285**	**741 026 633**	3 054
3	Porto	G	**109 195 503**	**290 348 467**	70 013 135	68 379 062	86 517 067	85 543 169	**310 452 432**	**709 996 402**	2 596
4	Oeiras	G	**99 475 599**	**188 534 383**	61 483 268	74 455 674	74 829 888	109 316 325	**320 085 155**	**608 095 137**	3 234
5	Sintra	G	**49 344 534**	**140 756 590**	43 729 585	64 899 056	76 454 716	55 157 603	**240 240 960**	**430 342 084**	956
6	Matosinhos	G	**107 271 363**	**120 855 571**	37 277 109	37 969 221	49 056 717	74 002 109	**198 305 155**	**426 432 089**	2 344
7	Loulé	M	**73 628 549**	**138 834 726**	36 205 272	47 801 720	46 999 065	40 450 610	**171 456 668**	**383 919 942**	4 065
8	Vila Nova de Gaia	G	**77 480 594**	**130 722 932**	45 712 937	41 209 712	45 394 013	43 144 820	**175 461 482**	**383 665 008**	1 187
9	Loures	G	**42 763 597**	**83 369 005**	30 636 859	43 587 621	47 742 597	79 428 158	**201 395 236**	**327 527 837**	1 382
10	Guimarães	G	**74 996 117**	**106 327 410**	27 960 408	26 241 326	41 318 014	45 077 601	**140 597 348**	**321 920 875**	1 945
11	Leiria	G	**63 822 735**	**109 856 798**	31 550 546	35 074 886	36 634 424	38 102 295	**141 362 151**	**315 041 684**	2 160
12	Vila Nova de Famalicão	G	**73 220 147**	**99 483 511**	29 317 786	25 097 210	30 116 163	57 410 124	**141 941 283**	**314 644 941**	2 188
13	Seixal	G	**48 643 778**	**132 873 796**	29 808 812	34 279 243	29 198 047	33 887 072	**127 173 174**	**308 690 749**	1 557
14	Mafra	M	**49 107 238**	**100 554 821**	16 377 533	30 075 369	30 741 933	55 413 352	**132 608 187**	**282 270 245**	2 936
15	Viana do Castelo	M	**71 951 987**	**88 953 299**	25 475 219	21 682 481	23 404 543	45 280 472	**115 842 715**	**276 748 001**	2 980
16	Maia	G	**65 018 627**	**76 241 174**	23 342 571	26 778 356	24 772 444	58 513 537	**133 406 908**	**274 666 708**	1 933
17	Aveiro	M	**45 377 608**	**84 192 253**	34 424 906	41 960 569	24 146 816	21 106 993	**121 639 284**	**251 209 146**	2 749
18	Braga	G	**47 780 215**	**77 347 761**	18 267 088	30 083 463	27 489 067	39 576 832	**115 416 450**	**240 544 426**	1 131
19	Barcelos	G	**56 092 318**	**60 661 030**	20 982 703	35 626 986	34 477 239	32 410 523	**123 497 452**	**240 250 800**	1 961
20	Almada	G	**62 219 300**	**61 389 369**	25 625 541	27 282 609	28 557 273	30 463 160	**111 928 583**	**235 537 251**	1 161
21	Coimbra	G	**46 367 864**	**77 659 978**	26 262 303	27 696 410	17 171 061	39 339 829	**110 469 603**	**234 497 446**	1 500
22	Vila Franca de Xira	G	**59 331 570**	**72 925 876**	14 658 709	16 645 702	25 072 445	31 160 477	**87 537 333**	**219 794 779**	1 446
23	Santa Maria da Feira	G	**48 279 158**	**70 965 807**	25 573 328	25 938 126	22 334 366	23 050 149	**96 895 968**	**216 140 933**	1 515
24	Gondomar	G	**39 940 432**	**69 721 146**	32 911 745	26 088 674	20 319 403	24 752 728	**104 072 551**	**213 734 129**	1 253
25	Póvoa de Varzim	M	**42 136 456**	**76 644 432**	16 371 598	16 861 334	20 666 268	34 395 442	**88 294 642**	**207 075 530**	2 862
26	Amadora	G	**37 933 152**	**58 536 419**	15 651 980	25 501 691	23 186 564	44 921 668	**109 261 904**	**205 731 474**	1 001
27	Paredes	M	**42 429 059**	**56 129 146**	39 277 177	25 283 418	17 663 024	24 022 883	**106 246 501**	**204 804 707**	2 305
28	Odivelas	G	**34 577 443**	**58 295 382**	23 802 241	18 604 646	25 077 281	40 154 764	**107 638 932**	**200 511 757**	1 080
29	Pombal	M	**75 204 001**	**58 489 227**	11 873 301	17 348 714	17 288 553	19 375 423	**65 885 990**	**199 579 218**	3 629
30	Setúbal	G	**39 442 232**	**62 685 734**	17 528 410	15 011 161	18 185 181	43 571 115	**94 295 868**	**196 423 834**	1 390
31	Penafiel	M	**41 405 915**	**59 493 224**	21 726 359	18 324 371	17 865 911	29 824 915	**87 741 556**	**188 640 695**	2 630
32	Funchal	G	**29 702 855**	**59 878 498**	19 784 207	23 885 443	24 457 852	24 335 632	**92 463 134**	**182 044 487**	1 605
33	Viseu	G	**36 642 797**	**55 816 819**	17 456 069	30 699 051	19 988 036	21 136 932	**89 280 087**	**181 739 703**	1 665
34	Albufeira	M	**29 231 090**	**75 290 016**	10 785 343	12 561 183	23 193 697	30 120 780	**76 661 003**	**181 182 109**	2 859
35	Castelo Branco	M	**61 732 791**	**48 728 013**	11 790 942	11 713 319	16 737 788	22 933 201	**63 175 250**	**173 636 054**	2 984

O *Ranking* R56 apresenta o investimento total pago por distrito e Região Autónoma.

R56 – Investimento total pago por distrito e Região Autónoma entre 2014 e 2025

Unidade: euros

	Município	Mandato 2014-2017	Mandato 2018-2021	2022	2023	2024	2025	Mandato 2022-2025	TOTAL 2014-2025	Investimento p/ habitante 2025	Investimento p/ habitante 14-25
1	Lisboa	1 071 635 656	1 823 140 981	567 436 246	618 801 564	720 594 069	893 026 645	**2 799 858 523**	**5 694 635 160**	336	2 144
2	Porto	756 961 739	1 232 815 316	420 380 821	375 630 506	424 625 644	569 090 728	**1 789 727 699**	**3 779 504 754**	298	1 982
3	Braga	406 364 345	571 639 373	152 371 608	186 109 222	194 129 195	270 146 356	**802 756 381**	**1 780 760 099**	300	1 976
4	Aveiro	419 640 438	538 033 792	165 179 110	187 043 279	160 522 038	217 324 836	**730 069 263**	**1 687 743 493**	290	2 254
5	Faro	341 808 893	497 806 188	143 617 711	172 535 961	209 553 123	220 750 354	**746 457 150**	**1 586 072 231**	382	2 744
6	Setúbal	284 515 661	549 472 653	164 810 506	171 895 145	174 427 123	219 528 639	**730 661 412**	**1 564 649 726**	217	1 546
7	Leiria	303 396 397	396 563 149	114 124 158	116 044 529	122 985 871	158 561 508	**511 716 066**	**1 211 675 613**	308	2 355
8	Viseu	273 923 789	355 655 928	100 413 087	142 905 874	104 779 520	148 797 621	**496 896 102**	**1 126 475 819**	408	3 088
9	Santarém	221 425 378	319 876 743	130 000 927	128 420 620	124 738 934	159 543 516	**542 703 997**	**1 084 006 118**	340	2 310
10	Coimbra	221 189 173	349 123 865	105 902 758	112 644 859	87 133 434	147 563 405	**453 244 456**	**1 023 557 493**	337	2 336
11	Viana do Castelo	232 976 305	285 649 991	82 044 569	82 039 996	86 836 551	128 620 814	**379 541 930**	**898 168 226**	526	3 676
12	Vila Real	201 627 601	247 173 010	70 932 700	77 568 030	69 144 672	111 521 556	**329 166 959**	**777 967 570**	596	4 156
13	Açores	181 384 915	223 370 294	68 602 119	74 484 789	72 791 931	103 702 046	**319 580 885**	**724 336 094**	423	2 953
14	Castelo Branco	173 686 663	211 824 780	47 649 683	68 609 985	65 433 816	83 796 120	**265 489 603**	**651 001 046**	443	3 443
15	Bragança	132 778 644	187 987 440	56 476 668	73 979 207	44 551 532	60 268 693	**235 276 101**	**556 042 184**	487	4 497
16	Beja	129 649 309	153 899 995	54 329 061	73 007 253	58 166 894	64 221 359	**249 724 568**	**533 273 871**	378	3 140
17	Portalegre	124 270 165	166 276 128	47 799 062	58 957 416	48 403 102	77 696 316	**232 855 896**	**523 402 189**	716	4 825
18	Madeira	102 249 776	162 612 100	46 366 465	57 874 582	60 880 536	75 972 834	**241 094 417**	**505 956 293**	285	1 901
19	Guarda	124 707 432	162 953 096	40 023 931	54 892 341	56 088 720	66 946 452	**217 951 443**	**505 611 972**	482	3 642
20	Évora	99 668 367	130 819 116	41 507 696	42 955 114	35 401 976	38 636 121	**158 500 908**	**388 988 391**	239	2 406
Total aquisição de bens de capital + transferências de capital (a)		**5 803 860 643**	**8 566 693 938**	**2 619 968 887**	**2 876 400 272**	**2 921 188 682**	**3 815 715 919**	**12 233 273 760**	**26 603 828 341**	**334**	**2 329**
Total aquisição bens de capital (b)		**4 843 770 943**	**7 386 935 473**	2 313 282 359	2 578 955 482	2 580 742 074	3 404 522 241	**10 877 502 156**	**23 108 208 572**		
Peso de aquisição de bens de capital no total (c)=(b/a)		**83,5%**	**86,2%**	88,3%	89,7%	88,3%	89,2%	**88,9%**	**86,9%**		
Totais transferências de capital (d)		**960 089 700**	**1 179 758 465**	**306 686 528**	**297 444 790**	**340 446 608**	**411 193 678**	**1 355 771 604**	**3 495 619 769**		
Peso de transferências de capital no total (e)=(d/a)		**16,5%**	**13,8%**	11,7%	10,3%	11,7%	10,8%	**11,1%**	**13,1%**		

Da análise do *Ranking* R56 conclui-se que:

- O distrito de Lisboa apresentou o maior investimento total em 2025, 893,0 milhões de euros, correspondentes a 23,4% do total nacional, mais 23,9% (+172,4 milhões de euros) do que em 2024;
- O distrito do Porto ocupou a segunda posição, com 569,1 milhões de euros, mais 34,0% (+144,5 milhões de euros) do que em 2024. Este valor correspondeu a 63,7% do de Lisboa e a 14,9% do total nacional;
- O distrito de Braga manteve a terceira posição, com 270,1 milhões de euros, mais 39,2% (+76,0 milhões de euros) do que em 2024. O valor representou 30,3% do investimento do distrito de Lisboa;
- **Entre os mandatos de 2018–2021 e de 2022–2025, o investimento total aumentou 42,8% (+3 666,6 milhões de euros), de 8 566,7 milhões para 12 233,3 milhões de euros. O crescimento superou 50% nos distritos de Lisboa (+53,6%), Santarém (+69,7%) e Beja (+62,3%);**

- Em 2025, o investimento total cresceu 30,6% (+894,5 milhões de euros), para 3 815,7 milhões de euros, correspondentes a 31,2% do valor pago no mandato de 2022–2025. Coimbra registou a maior taxa de crescimento distrital, 69,4% (+60,4 milhões de euros), para 147,6 milhões de euros;
- Entre 2014 e 2025, o investimento direto pago totalizou 23 108,2 milhões de euros, ou 86,9% do investimento total. As transferências de capital atingiram 3 495,6 milhões de euros, ou 13,1% do total;
- **O investimento total foi de 334 euros por habitante em 2025. No período de 2014 a 2025, o valor acumulado atingiu 2 329 euros por habitante.**

Amortização de empréstimos: passivos financeiros

Mantendo a metodologia de análise, apresentam-se *rankings* que ordenam os municípios pelo montante de amortizações de empréstimos pagas. Pela natureza desta despesa, não deverão existir pagamentos em atraso no final do exercício.[108]

Antes dos *rankings*, destacam-se os seguintes aspetos, com base nos Quadros 2.46 e 2.51:

- Entre 2015 e 2025, as amortizações de empréstimos totalizaram 5 886,8 milhões de euros. O valor máximo anual ocorreu em 2018, com 775,4 milhões de euros. Em 2025, foram amortizados 372,0 milhões de euros, mais 2,8% (+10,2 milhões de euros) do que em 2024;
- **Em 2025, 149 municípios aumentaram as amortizações de empréstimos e os restantes 159 diminuíram-nas. O tema é aprofundado na secção 3.5 do capítulo 3.**

O *Ranking* R57 apresenta os 35 municípios com maior volume de amortizações de empréstimos pagas em 2025 e identifica a parcela destinada à liquidação de financiamentos obtidos ao abrigo do FAM e do PAEL.[109] [110]

[108] Assim sendo, em relação a esta rubrica orçamental considera-se que o excesso de compromissos sobre a despesa paga resultará do facto de, em sede de prestação de contas, serem raros os municípios que procedem à regularização dos saldos das contas orçamentais, sempre se verifica excesso de valores comprometidos em relação à despesa efetivamente realizada, que, no presente caso, terá que ser despesa paga.
[109] O PAEL e o FAM são programas destinados a apoiar financeiramente os municípios portugueses, com foco na regularização de dívidas e na recuperação financeira municipal. O FAM foi instituído pela Lei n.º 53/2014, alterada pela Lei n.º 69/2015, como um mecanismo de recuperação financeira dos municípios. O fundo foi constituído pelo Estado e pelos municípios portugueses, com um capital social de 418 milhões de euros, e visou apoiar municípios em situação de desequilíbrio financeiro. Ambos os programas são instrumentos essenciais para garantir a sustentabilidade financeira das autarquias, permitindo-lhes cumprir obrigações legais e manter a prestação de serviços públicos essenciais.
[110] O PAEL foi criado pela Lei n.º 43/2012 com o objetivo de regularizar o pagamento de dívidas dos municípios a fornecedores vencidas há mais de 90 dias. Este programa permitiu que os municípios celebrassem contratos de empréstimo com o Estado, garantindo a liquidação de dívidas antigas sem prejudicar o limite legal de endividamento de médio e longo prazo. A duração do programa vai de 14 a 20 anos, dependendo da tipologia/particularidade do mesmo.

R57 – Municípios com maior volume de amortizações de empréstimos pagas em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25				Amortiza. 2025
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	PAEL+FAM
1	Seixal	G	5 440 477	37 730 107	6 451 938	6 486 008	28 518 550	7 925 793	12 834 927	10 554 501	7 870 838	7 207 387	48 212 328	0
2	Lisboa	G	53 832 163	45 047 158	39 324 001	40 844 087	38 499 402	33 165 531	31 014 701	40 880 345	28 000 955	25 902 433	20 508 011	0
3	Vila Nova de Gaia	G	24 285 366	21 970 185	22 300 525	33 971 525	17 479 848	17 399 985	19 138 001	12 302 412	9 243 268	9 273 996	9 851 346	0
4	Gondomar	G	3 432 237	3 427 653	3 514 490	3 493 874	33 206 211	6 062 254	6 358 180	6 191 072	4 755 402	7 348 561	9 584 060	0
5	Braga	G	11 288 210	10 319 443	11 240 498	11 349 418	12 070 009	11 547 761	11 817 681	10 267 855	8 348 489	6 783 820	8 559 761	0
6	Loures	G	8 601 955	4 113 076	4 342 944	3 280 209	3 116 607	3 091 110	3 009 330	9 067 577	6 043 586	5 450 968	7 450 555	0
7	Viana do Castelo	M	6 248 486	5 692 158	5 534 283	5 319 132	6 045 195	6 497 598	6 664 386	7 216 568	6 845 807	9 640 660	6 946 572	202 727
8	Paredes	M	8 176 175	6 028 254	5 044 330	31 366 469	1 984 149	1 627 766	1 881 658	1 887 343	4 994 332	4 916 516	5 373 343	0
9	Sesimbra	M	3 363 601	3 347 826	3 258 203	3 210 491	2 404 950	3 513 347	3 061 633	2 552 246	1 952 234	5 652 837	5 344 259	643 649
10	Barreiro	M	3 112 134	10 990 602	2 670 198	2 277 157	1 927 768	4 529 497	4 377 609	4 222 618	3 774 918	4 653 116	5 301 176	0
11	Mafra	M	2 950 304	754 498	756 416	757 388	662 133	566 987	936 762	1 373 211	4 597 945	4 905 089	5 115 676	0
12	Setúbal	G	9 552 367	21 949 252	8 962 458	11 270 417	12 175 397	13 393 956	11 149 827	11 218 325	12 437 402	7 565 778	4 902 665	0
13	Vila do Conde	M	8 558 399	4 070 158	28 431 366	3 028 564	2 944 850	2 869 896	2 671 430	4 057 504	3 806 290	2 102 136	4 613 639	0
14	Matosinhos	G	3 826 967	5 082 076	4 875 973	9 538 830	5 301 421	5 102 072	4 855 669	2 888 215	6 461 988	6 015 818	4 582 405	0
15	Portimão	M	1 905 388	3 094 590	23 004 326	5 961 934	4 721 558	555 992	4 469 219	14 338 022	8 826 691	4 527 953	4 428 811	4 275 542
16	Évora	M	4 872 416	3 340 581	3 404 423	5 184 933	26 487 596	3 956 120	3 965 042	4 012 231	4 053 315	4 157 279	4 308 783	0
17	Coimbra	G	4 844 606	7 144 071	8 604 090	3 640 592	3 641 409	3 642 231	3 481 605	3 510 281	3 581 399	10 554 118	4 234 421	0
18	Aveiro	M	9 102 486	8 982 696	36 232 741	2 487 412	7 642 197	11 862 657	6 033 922	5 454 357	4 309 993	4 269 753	4 195 258	4 010 694
19	Funchal	G	8 059 270	7 256 481	6 828 528	21 910 981	4 042 431	3 905 645	3 654 429	3 598 382	3 550 112	8 416 386	3 936 594	0
20	Paços de Ferreira	M	1 813 738	1 833 520	1 653 617	9 202 107	2 441 573	1 515 312	1 322 119	3 226 243	1 167 115	3 343 102	3 311 043	2 174 234
21	Seia	M	2 499 508	2 549 914	3 142 838	39 074 457	3 041 653	3 086 287	3 140 987	29 846 810	1 805 924	1 779 731	3 245 100	0
22	Trofa	M	1 980 005	2 087 910	2 133 510	25 860 345	2 092 829	2 083 238	13 064 611	2 313 037	4 431 353	3 123 851	3 128 844	0
23	Vila Nova de Famalicão	G	8 069 444	2 317 307	2 681 235	10 029 958	2 658 138	2 624 056	2 743 910	2 995 478	3 136 072	2 414 050	3 077 158	0
24	Ponta Delgada	M	2 981 043	1 641 476	1 656 199	1 709 855	1 655 432	1 644 413	1 663 812	3 084 473	2 826 080	2 724 225	2 959 976	0
25	Penafiel	M	1 239 201	1 270 346	1 192 333	1 188 738	1 151 402	3 155 184	3 158 826	2 977 665	2 789 735	1 447 435	2 886 524	125 379
26	Fundão	M	4 927 882	7 130 064	5 392 103	35 764 228	13 538 484	3 844 249	1 850 475	2 812 947	2 782 976	2 442 876	2 848 249	1 317 128
27	Guimarães	G	14 119 362	5 644 185	5 667 848	5 314 008	5 330 721	5 349 395	5 367 040	5 085 010	4 527 050	2 893 068	2 764 394	0
28	Santarém	M	5 175 786	19 856 474	6 498 622	24 403 402	5 529 881	4 627 723	3 873 741	3 906 751	3 651 561	2 630 279	2 611 544	0
29	Santa Maria da Feira	G	4 836 365	9 194 256	8 387 651	3 589 103	3 028 377	2 584 532	2 764 030	2 504 188	2 295 906	3 825 597	2 596 067	0
30	Torres Vedras	M	4 776 976	6 028 796	1 214 832	1 223 056	1 286 558	1 270 594	1 346 681	1 558 827	1 893 321	1 766 499	2 595 126	0
31	Póvoa de Varzim	M	2 110 421	2 110 646	2 110 749	6 541 222	1 490 783	1 083 720	945 491	1 329 256	1 556 530	4 422 981	2 584 717	0
32	Covilhã	M	5 796 163	6 272 777	6 278 969	6 045 002	5 413 478	5 057 416	3 673 689	3 434 029	2 441 302	2 366 358	2 483 240	0
33	Porto de Mós	M	678 983	287 044	277 141	291 266	284 827	235 737	217 212	190 010	160 996	115 560	2 469 359	0
34	Espinho	M	2 888 800	2 390 787	1 941 226	1 200 773	1 968 783	1 132 637	2 266 303	1 265 068	1 598 957	1 733 772	2 364 982	408 838
35	Lamego	M	3 265 043	3 060 484	3 539 328	3 797 792	2 653 771	2 543 149	9 540 275	1 812 870	1 647 618	1 641 125	2 310 131	0
	Total Nacional		**665 998 712**	**751 800 716**	**737 284 768**	**775 394 212**	**587 945 418**	**433 189 917**	**419 520 960**	**420 699 581**	**361 205 046**	**361 810 027**	**371 961 279**	**27 606 132**

Da análise do *Ranking* R57 conclui-se, relativamente a 2025, que:

- O Seixal apresentou o maior volume de amortizações, 48,2 milhões de euros, mais 568,9% (+41,0 milhões de euros) do que em 2024 e correspondente a 13,0% do total nacional. Lisboa ocupou a segunda posição, com 20,6 milhões de euros, menos 20,8% (-5,4 milhões de euros). Seguiram-se Vila Nova de Gaia (9,9 milhões de euros), Gondomar (9,6 milhões de euros) e Braga (8,6 milhões de euros);
- Além do Seixal, Vila do Conde (+119,5%; +2,5 milhões de euros) e Porto de Mós (+2 036,9%; +2,4 milhões de euros) aumentaram as amortizações em mais de 100%;
- Catorze municípios do *ranking* diminuíram as amortizações. Além de Lisboa, destacaram-se Funchal (-53,2%; -4,5 milhões de euros), Coimbra (-59,9%; -6,3 milhões de euros), Setúbal (-35,2%; -2,7 milhões de euros) e Viana do Castelo (-27,9%; -2,7 milhões de euros);
- O *ranking* não integra qualquer município de pequena dimensão;
- Além dos oito municípios assinalados no *Ranking* R57, outros 39 amortizaram capital obtido através do FAM e do PAEL. No total, as amortizações associadas a estes programas ascenderam a 27,6 milhões de euros, ou 7,4% das amortizações de empréstimos efetuadas em 2025;
- Em três municípios do *ranking*, mais de 50% do montante amortizado respeitou ao FAM e ao PAEL: Portimão (96,5%), Paços de Ferreira (65,7%) e Fundão (53,9%). Entre os restantes municípios que ainda amortizam estes financiamentos, outros dezasseis apresentaram igualmente uma proporção superior a 50%.

Apresentam-se, de seguida, os *rankings* homólogos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, com a identificação dos municípios beneficiários do PAEL e do FAM.

R58 – Amortizações de passivos financeiros pagas pelos municípios da Região Autónoma dos Açores em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25				Amortiza. 2025
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	PAEL+FAM
1	Ponta Delgada	M	2 981 043	1 641 476	1 656 199	1 709 855	1 655 432	1 644 413	1 663 812	3 084 473	2 826 080	2 724 225	2 959 976	0
2	Praia da Vitória	P	1 706 988	2 113 974	2 119 258	1 793 889	2 732 760	2 759 459	2 805 000	1 741 392	3 278 917	1 109 496	1 457 946	141 074
3	Velas	P	757 185	523 309	1 257 720	438 906	432 859	367 890	264 650	267 278	254 394	259 013	1 322 369	0
4	Vila Franca do Campo	P	1 423 749	1 497 221	1 614 226	1 558 546	19 643 329	11 638 613	709 847	1 202 205	1 330 100	1 137 368	1 137 368	1 137 368
5	Angra do Heroísmo	M	1 347 327	1 372 840	1 389 491	1 398 160	1 401 607	1 242 162	1 504 710	1 338 274	1 262 843	1 149 610	1 055 149	0
6	Ribeira Grande	M	1 868 644	915 148	883 546	909 583	2 131 521	1 030 898	969 084	1 098 363	2 675 582	686 837	793 240	0
7	Nordeste	P	1 340 172	992 301	1 002 675	10 777 168	583 548	683 838	940 177	942 285	781 289	770 268	732 045	530 508
8	Santa Cruz da Graciosa	P	387 547	214 677	225 831	163 518	163 813	164 458	181 534	187 545	179 726	179 475	590 898	0
9	Lagoa (R.A.A.)	P	1 092 267	743 448	798 811	804 571	772 616	1 044 298	593 002	542 095	677 770	681 912	464 979	0
10	Horta	P	713 026	633 462	524 205	529 607	511 522	482 950	339 831	344 957	276 191	302 281	329 926	0
11	Vila do Porto	P	219 836	42 116	353 468	275 790	288 014	279 656	272 353	284 786	267 201	284 105	322 742	0
12	São Roque do Pico	P	85 480	57 388	59 035	424 169	345 318	455 298	373 516	354 925	299 141	297 412	319 914	0
13	Lajes do Pico	P	891 541	769 254	775 820	827 624	811 054	731 386	717 551	521 159	153 107	135 010	289 087	0
14	Madalena	P	742 818	960 522	434 279	2 346 757	1 399 587	1 494 090	995 820	433 686	216 203	178 009	146 848	0
15	Povoação	P	661 452	649 846	517 260	517 260	407 885	298 510	254 502	239 833	199 469	115 259	108 865	0
16	Lajes das Flores	P	199 995	170 541	171 465	128 994	9 042	38 063	49 907	56 802	55 230	56 634	59 080	0
17	Calheta (R.A.A.)	P	1 127 801	1 008 600	993 005	1 102 305	904 439	986 524	0	0	0	0	36 855	0
18	Corvo	P	115 022	115 640	115 977	116 095	116 205	102 484	81 023	57 758	50 762	41 290	30 399	0
19	Santa Cruz das Flores	P	214 437	44 401	25 481	33 054	40 629	40 901	14 612	14 612	14 612	14 612	14 612	0
	Total municípios Açores		**17 876 329**	**14 466 165**	**14 917 751**	**25 855 850**	**34 351 179**	**25 485 889**	**12 730 931**	**12 712 427**	**14 798 616**	**10 122 816**	**12 172 296**	**1 808 950**

Da análise do *Ranking* R58 conclui-se que:

- **Seis municípios açorianos diminuíram as amortizações: Angra do Heroísmo (-8,2%; -94,5 milhares de euros), Nordeste (-5,0%; -38,2 milhares de euros), Lagoa (-31,8%; -216,9 milhares de euros), Madalena (-17,5%; -31,2 milhares de euros), Povoação (-5,5%; -6,4 milhares de euros) e Corvo (-26,4%; -10,9 milhares de euros). Velas (+410,5%; +1,1 milhões de euros), Santa Cruz da Graciosa (+229,2%; +411,4 milhares de euros) e Lajes do Pico (+114,1%; +154,1 milhares de euros) registaram aumentos superiores a 100%;**
- Nordeste e Vila Franca do Campo amortizaram financiamentos do FAM nos montantes de 530,6 milhares e 1,1 milhões de euros, respetivamente. A Praia da Vitória amortizou 141,1 milhares de euros relativos ao PAEL. No total, estes programas representaram 1,8 milhões de euros, ou 14,9% das amortizações dos municípios açorianos;
- **As amortizações dos municípios açorianos aumentaram 20,2% (+2,1 milhões de euros), para 12,2 milhões de euros. Ponta Delgada, Praia da Vitória, Velas, Vila Franca do Campo e Angra do Heroísmo concentraram 65,2% do total, ou 7,9 milhões de euros;**
- Entre os seis municípios que diminuíram as amortizações, Lagoa registou a maior descida percentual (-31,8%; -216,9 milhares de euros).

R59 – Amortizações de passivos financeiros pagas pelos municípios da Região Autónoma da Madeira em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25				Amortiza. 2025
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	PAEL
1	Funchal	G	8 059 270	7 256 481	6 828 528	21 910 981	4 042 431	3 905 645	3 654 429	3 598 382	3 550 112	8 416 386	3 936 594	0
2	Santa Cruz	M	2 403 766	2 291 332	4 441 359	12 559 206	2 261 010	2 267 899	1 351 338	1 735 576	1 863 059	1 899 077	2 009 608	0
3	Porto Moniz	P	334 964	339 863	214 185	215 893	217 256	218 945	221 332	221 920	201 034	186 898	506 388	0
4	Calheta (R.A.M.)	P	1 603 419	2 423 965	517 243	376 192	376 378	376 592	376 775	359 096	345 985	466 819	466 819	305 708
5	Ribeira Brava	P	1 433 122	1 323 131	1 201 952	3 326 652	655 639	655 639	731 482	523 762	186 869	617 609	387 463	0
6	Ponta do Sol	P	546 497	122 935	123 112	123 210	63 976	24 377	18 283	0	0	0	382 679	0
7	Câmara de Lobos	M	1 520 696	1 197 649	5 113 633	1 768 835	1 871 409	1 373 928	876 462	1 291 172	731 899	1 199 272	287 024	0
8	Porto Santo	P	1 662 823	267 194	176 734	146 521	146 758	203 282	222 241	151 649	119 831	101 240	103 197	0
9	Machico	M	1 521 764	1 439 667	1 200 225	999 397	954 851	960 258	127 350	127 105	155 074	127 611	88 206	0
10	São Vicente	P	604 563	611 235	458 547	461 477	464 081	926 535	1 017 708	22 881	70 406	70 939	74 408	0
11	Santana	P	1 082 624	574 298	1 560 045	242 200	587 166	0	0	0	0	0	0	0
	Total municípios Madeira		**20 773 507**	**17 847 753**	**21 835 563**	**42 130 565**	**11 640 955**	**10 913 100**	**8 597 400**	**8 031 543**	**7 224 267**	**13 085 851**	**8 242 386**	**305 708**

Da análise do *Ranking* R59 conclui-se, relativamente a 2025, que:

- **As amortizações dos municípios madeirenses totalizaram 8,2 milhões de euros, menos 37,0% (-4,8 milhões de euros) do que em 2024. A Calheta amortizou 305,7 milhares de euros relativos ao PAEL;**[111]
- Quatro municípios diminuíram as amortizações: Funchal (-53,2%), Ribeira Brava (-37,3%), Câmara de Lobos (-76,1%) e Machico (-30,9%). Porto Moniz registou o maior aumento percentual (+170,9%; +319,5 milhares de euros). Santana não apresenta dívida para amortizar desde 2020.

O *Ranking* R60 apresenta os 35 municípios com menor volume de amortizações de empréstimos pagas em 2025.

[111] De acordo com os dados apresentados por este município, ainda ficou com uma divida de empréstimo ao abrigo do PAEL de 305 708€ no fim de 2025

R60 – Municípios com menor volume de amortizações de empréstimos pagas em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25				Amortiza. 2025
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	PAEL+FAM
1	Penedono	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2	Ponte de Sor	P	56 972	2 856 972	56 972	33 233	0	0	0	0	0	0	0	0
3	Santana	P	1 082 624	574 298	1 560 045	242 200	587 166	0	0	0	0	0	0	0
4	Vila Nova de Foz Côa	P	351 965	294 365	209 150	182 952	166 715	500 242	0	0	0	0	0	0
5	Aguiar da Beira	P	382 045	408 617	478 201	751 320	417 850	315 089	853 704	0	0	0	0	0
6	Vila Velha de Ródão	P	126 148	126 742	127 131	127 372	64 245	64 506	7 221	7 503	0	0	0	0
7	Arronches	P	188 792	123 386	222 575	359 186	509 090	0	0	72 761	4 529	0	0	0
8	Castelo de Vide	P	153 002	63 802	64 001	64 121	33 990	23 921	13 766	13 766	6 883	0	0	0
9	Marinha Grande	M	859 026	255 620	256 360	256 759	257 036	257 415	113 821	66 088	65 363	0	0	0
10	Mogadouro	P	702 161	704 670	705 609	697 165	632 627	404 124	250 733	108 253	108 253	0	0	0
11	Sintra	G	34 552 005	18 327 405	4 000 194	3 030 709	2 643 209	1 837 337	1 442 850	710 277	1 284 805	0	0	0
12	Grândola	P	901 577	1 970 253	920 173	903 296	907 371	903 137	669 830	404 967	1 507 948	0	0	0
13	Ovar	M	1 450 185	291 574	291 948	292 069	201 938	118 524	211 015	304 188	1 897 724	0	0	0
14	Elvas	M	161 474	162 955	164 172	165 005	165 697	121 557	122 131	122 627	122 795	59 591	0	0
15	Arouca	M	545 041	477 183	377 587	318 617	323 324	328 215	333 296	293 210	250 621	225 146	0	0
16	Nisa	P	530 358	1 251 182	839 015	378 374	239 928	354 792	275 675	287 404	275 244	967 190	10 470	0
17	Sátão	P	353 518	354 341	354 547	267 002	57 987	10 833	10 872	10 902	10 682	10 559	10 859	0
18	Santa Cruz das Flores	P	214 437	44 401	25 481	33 054	40 629	40 901	14 612	14 612	14 612	14 612	14 612	0
19	Ferreira do Zêzere	P	574 611	579 090	540 765	533 027	535 430	424 192	2 589 123	0	0	706 956	25 000	0
20	Redondo	P	28 830	28 830	28 830	28 830	28 830	28 830	28 830	28 830	28 830	28 830	28 830	0
21	Corvo	P	115 022	115 640	115 977	116 095	116 205	102 484	81 023	57 758	50 762	41 290	30 399	0
22	Calheta (R.A.A.)	P	1 127 801	1 008 600	993 005	1 102 305	904 439	986 524	0	0	0	0	36 855	0
23	Alter do Chão	P	173 832	173 348	141 716	143 202	142 223	136 997	132 436	108 093	83 041	40 266	37 369	0
24	Campo Maior	P	50 179	50 633	52 649	40 821	40 821	40 821	35 762	45 880	39 820	39 511	41 145	0
25	Bombarral	P	373 973	396 220	365 572	474 490	393 233	280 078	230 289	103 599	103 307	105 129	46 880	0
26	Ourique	P	1 364 277	1 235 003	1 233 683	1 181 949	806 033	503 363	303 580	161 188	88 727	89 232	50 000	0
27	São Brás de Alportel	P	349 815	365 133	327 203	434 176	269 922	194 590	187 843	206 122	153 775	59 578	54 446	0
28	Marvão	P	146 687	101 410	101 824	102 003	102 106	73 379	77 712	80 577	71 766	55 551	55 057	0
29	Vila Flor	P	262 898	263 876	260 301	256 586	256 787	200 408	200 612	117 888	52 978	54 076	56 614	0
30	Lajes das Flores	P	199 995	170 541	171 465	128 994	9 042	38 063	49 907	56 802	55 230	56 634	59 080	0
31	Gavião	P	196 942	173 272	173 299	173 313	173 322	122 648	180 463	178 581	159 784	55 085	59 517	0
32	Pampilhosa da Serra	P	61 804	0	0	0	1 000 000	0	95 522	76 229	75 380	76 772	59 856	0
33	Boticas	P	339 969	289 817	312 803	302 670	221 439	122 094	95 560	40 204	47 613	27 491	60 306	0
34	Penalva do Castelo	P	216 967	219 487	220 816	221 289	221 530	221 916	222 234	149 420	144 636	92 899	64 448	0
35	Águeda	M	828 651	831 689	833 468	834 007	762 931	713 615	232 249	66 353	66 353	66 353	66 353	0

Da análise do *Ranking* R60 conclui-se, relativamente a 2025, que:

- Quinze municípios não tiveram amortizações de capital, entre os quais Sintra, de grande dimensão, e Marinha Grande, de média dimensão;
- Dos restantes vinte municípios, Águeda é de média dimensão e os demais são de pequena dimensão. Dez reduziram as amortizações, destacando-se Nisa (-98,9%; -956,7 milhares de euros) e Ferreira do Zêzere (-96,5%; -681,9 milhares de euros).

Juros e outros encargos financeiros

Os Quadros 2.46 e 2.51 mostram um excesso de compromissos face aos pagamentos na rubrica de juros e outros encargos. Pela natureza desta despesa, não deverão existir pagamentos em atraso no final do exercício. A diferença poderá resultar da manutenção de compromissos acima da despesa efetivamente executada. A análise seguinte incide, por isso, nos pagamentos.[112]

- Em 2025, os pagamentos de juros e outros encargos totalizaram 92,4 milhões de euros, menos 15,8% (-17,4 milhões de euros) do que em 2024 e menos 17,5% (-19,6 milhões de euros) do que em 2015, quando atingiram 112,0 milhões de euros;
- Foram pagas 98,1% das obrigações constituídas nesta rubrica, permanecendo por pagar cerca de 1,8 milhões de euros.

No conjunto dos 308 municípios, 253 diminuíram esta despesa e 55 aumentaram-na.

Os *Rankings* R61 e R62 apresentam, respetivamente, os 35 municípios com maior e menor volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2025.

[112] Este diferencial de valores resultará, essencialmente, de variações de taxas de juro em relação às previsões efetuadas, traduzindo-se o saldo das mesmas na libertação de valores comprometidos, que não terão sido objeto de retificação em sede de encerramento de contas.

R61 – Municípios com maior volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25				Varia.
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	24-25 %
1	Lisboa	G	9 905 388	6 637 162	7 521 880	36 709 288	5 306 792	2 985 507	2 546 318	2 241 749	7 437 543	9 718 273	10 802 289	11,2%
2	Vila Nova de Gaia	G	4 371 977	7 539 095	2 393 451	1 460 070	972 279	1 203 034	650 253	669 305	2 407 890	3 288 978	2 820 389	-14,2%
3	Setúbal	G	1 565 630	1 407 370	1 174 721	951 101	462 947	902 136	811 536	910 272	1 806 704	2 211 537	2 240 175	1,3%
4	Funchal	G	826 249	1 051 516	993 829	1 082 002	486 077	497 358	449 426	404 582	829 051	1 443 546	2 112 767	46,4%
5	Loures	G	583 598	323 113	184 538	164 658	301 261	159 627	135 647	169 684	749 986	2 438 593	2 078 231	-14,8%
6	Gondomar	G	308 653	242 882	236 009	210 221	386 487	1 120 740	1 078 857	1 108 942	1 885 849	2 509 596	1 905 827	-24,1%
7	Paredes	M	772 717	719 587	690 679	400 532	360 442	339 439	321 363	313 193	1 749 651	2 477 534	1 838 447	-25,8%
8	Mafra	M	336 054	227 482	199 513	187 817	198 545	217 252	188 866	272 079	2 067 944	2 077 009	1 725 283	-16,9%
9	Matosinhos	G	736 510	829 295	876 127	797 519	759 163	669 491	593 027	650 986	1 751 378	2 183 957	1 718 216	-21,3%
10	Seixal	G	2 974 340	2 040 784	2 132 770	847 491	955 384	498 728	418 544	575 817	2 402 600	2 693 539	1 684 821	-37,4%
11	Vila Franca de Xira	G	227 473	148 649	137 256	194 088	228 153	225 704	209 415	190 184	792 008	1 268 597	1 564 507	23,3%
12	Braga	G	338 448	179 737	128 518	74 372	85 831	78 567	49 397	75 370	652 849	875 765	1 402 464	60,1%
13	Portimão	M	4 070 019	11 072 419	6 663 407	2 130 555	2 161 100	2 180 557	1 356 003	1 373 315	1 317 671	1 299 485	1 310 342	0,8%
14	Évora	M	3 155 076	4 549 387	2 949 664	1 777 129	1 919 628	1 116 764	1 074 064	1 037 852	1 481 501	1 546 359	1 264 081	-18,3%
15	Cascais	G	1 232 722	535 096	444 216	500 612	330 601	268 646	214 655	223 926	1 237 086	1 847 665	1 234 016	-33,2%
16	Loulé	M	204 084	138 127	99 432	69 565	59 434	48 022	33 790	38 767	433 086	797 138	1 187 908	49,0%
17	Oeiras	G	1 907 933	1 505 334	1 066 151	657 402	288 907	13 688	6 728	17 197	264 775	1 096 332	1 180 994	7,7%
18	Valongo	M	584 835	374 123	325 875	298 657	222 765	207 931	175 199	255 719	941 147	1 383 455	1 176 935	-14,9%
19	Viseu	G	219 594	196 395	196 419	148 113	144 470	100 185	102 312	105 911	430 039	706 957	1 167 188	65,1%
20	Coimbra	G	637 605	1 062 641	778 302	245 080	131 110	110 583	223 501	157 541	1 432 108	1 710 080	1 143 429	-33,1%
21	Viana do Castelo	M	330 508	587 766	174 675	186 063	206 911	246 239	183 878	180 060	555 465	1 230 744	988 243	-19,7%
22	Seia	M	2 127 169	1 945 204	1 594 589	1 139 258	605 088	556 821	487 192	468 838	827 767	1 183 809	898 125	-24,1%
23	Vila Nova de Famalicão	G	429 686	186 917	163 954	129 338	117 673	430 240	123 972	130 892	687 123	1 082 003	800 440	-26,0%
24	Ribeira Grande	M	133 697	119 973	119 848	113 642	126 309	421 979	516 748	487 305	727 651	895 507	729 304	-18,6%
25	Vila Verde	M	480 412	345 275	253 964	235 440	204 632	173 497	141 061	121 418	302 451	341 535	719 654	110,7%
26	Amarante	M	155 746	111 710	105 790	128 321	147 212	136 152	123 560	196 276	795 314	987 974	709 315	-28,2%
27	Lamego	M	582 610	575 575	722 235	526 617	554 130	437 377	374 694	264 407	824 217	1 036 130	707 825	-31,7%
28	Barreiro	M	370 340	400 714	208 456	193 909	244 568	291 723	269 095	243 760	661 377	898 571	706 389	-21,4%
29	Vila do Conde	M	1 408 880	909 626	655 289	338 061	317 324	292 839	263 835	253 085	918 512	1 027 696	701 992	-31,7%
30	Trofa	M	1 056 468	848 721	764 896	442 099	386 113	352 222	291 467	317 746	751 264	1 194 697	692 460	-42,0%
31	Barcelos	G	271 800	227 806	194 130	169 593	4 535 535	168 812	98 327	62 324	604 402	576 032	688 919	19,6%
32	Aveiro	M	1 213 372	1 111 846	3 413 685	2 336 268	1 744 026	1 364 296	944 616	580 093	580 871	583 331	679 092	16,4%
33	Santarém	M	2 065 139	1 426 919	795 022	646 224	458 163	389 952	326 953	290 357	1 212 864	850 837	666 936	-21,6%
34	Vila Real de Sto. António	M	3 171 181	3 711 825	2 545 217	1 483 220	2 086 112	1 342 167	1 313 937	1 312 620	1 509 588	1 246 651	657 676	-47,2%
35	Peso da Régua	P	303 098	385 907	291 018	575 618	265 851	246 845	195 750	212 265	571 467	904 195	591 891	-34,5%

Da análise do *Ranking* R61 conclui-se que:

- Lisboa apresentou o maior valor, 10,8 milhões de euros, mais 11,2% (+1,1 milhões de euros) do que em 2024. Este montante representou 11,6% do total nacional;
- Vila Nova de Gaia manteve a segunda posição, com 2,8 milhões de euros, menos 14,2% (-468,6 milhares de euros) do que em 2024;
- Além de Lisboa e Vila Nova de Gaia, dezoito municípios pagaram mais de 1 milhão de euros. Setúbal, Funchal e Loures superaram 2 milhões de euros;
- Vinte e três municípios do *ranking* acompanharam a redução nacional de 15,8% (-17,4 milhões de euros). Destacaram-se as descidas do Seixal (-37,4%; -1,0 milhões de euros), Cascais (-33,2%; -613,6 milhares de euros), Coimbra (-33,1%; -566,7 milhares de euros), Trofa (-42,0%; -502,2 milhares de euros) e Vila Real de Santo António (-47,2%; -588,9 milhares de euros);

- Entre os municípios do *ranking* que aumentaram esta despesa, destacaram-se Braga (+60,1%; +526,7 milhares de euros), Viseu (+65,1%; +460,2 milhares de euros) e Vila Verde (+110,7%; +378,1 milhares de euros).

No *Ranking* R62, Penedono não apresenta encargos desta natureza desde antes de 2015, Santana desde 2020 e Aguiar da Beira e Arronches desde 2022.

Vila Nova de Foz Côa, sem encargos em 2023 e 2024, registou um pagamento residual de 158 euros em 2025.

R62 – Municípios com menor volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25				Varia. 24-25 %
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
1	Penedono	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	--
2	Santana	P	50 125	33 221	23 406	102	103	0	0	0	0	0	0	--
3	Aguiar da Beira	P	25 508	13 260	10 853	6 195	1 068	594	83	0	0	0	0	--
4	Arronches	P	11 751	3 571	2 598	1 531	1 058	0	3 850	0	0	0	0	--
5	Vila Nova de Foz Côa	P	37 527	17 049	6 342	4 979	4 460	3 406	4 098	24	0	0	158	--
6	Vila Velha de Ródão	P	4 775	2 862	1 886	1 520	1 189	823	536	524	1 069	979	162	-83,5%
7	Castelo de Vide	P	2 658	1 337	922	540	373	221	125	63	59	917	688	-24,9%
8	Santa Cruz das Flores	P	5 327	1 507	1 322	2 185	1 768	1 311	926	884	2 717	2 348	1 105	-52,9%
9	Mogadouro	P	18 083	7 199	2 878	1 973	1 821	1 498	1 438	1 258	2 390	1 308	1 187	-9,3%
10	Alter do Chão	P	19 376	9 179	4 496	5 713	1 290	942	677	549	3 074	2 725	1 334	-51,0%
11	Boticas	P	9 594	4 681	2 358	1 145	655	126	39	17	1 979	2 484	1 642	-33,9%
12	Corvo	P	3 737	1 996	1 077	1 050	854	705	383	557	4 014	3 762	1 749	-53,5%
13	Pampilhosa da Serra	P	485	0	6	2	0	526	791	1 406	4 333	4 590	3 030	-34,0%
14	Campo Maior	P	21 255	47 180	18 967	31 791	13 528	9 862	1 331	1 003	3 919	5 682	3 136	-44,8%
15	Nisa	P	62 404	30 819	9 096	11 530	5 700	6 206	4 022	6 802	39 629	36 773	3 889	-89,4%
16	Alcobaça	M	120 111	15 050	7 965	5 871	4 220	2 802	638	481	5 754	8 450	4 267	-49,5%
17	Arouca	M	72 267	62 539	52 510	45 257	36 891	29 818	20 072	13 473	19 408	9 358	4 388	-53,1%
18	Ferreira do Zêzere	P	82 587	63 412	42 341	37 744	36 227	32 039	22 912	0	15 816	19 335	4 463	-76,9%
19	Ponte de Sor	P	25 628	22 637	907	17 497	13 553	16 216	169 600	7 801	14 661	19 848	4 687	-76,4%
20	Murtosa	P	6 923	5 537	4 907	4 539	4 058	3 458	2 913	3 156	10 308	10 778	4 859	-54,9%
21	Lajes das Flores	P	5 510	2 035	833	223	2 183	3 964	4 642	4 668	11 053	9 733	4 891	-49,7%
22	Penalva do Castelo	P	8 897	4 515	2 229	1 575	1 395	853	369	476	13 534	12 118	5 376	-55,6%
23	Abrantes	M	112 064	75 699	51 137	40 816	31 781	21 712	11 350	2 859	7 708	12 252	6 275	-48,8%
24	Castanheira de Pera	P	434 517	173 994	85 389	71 221	60 888	50 162	40 208	32 823	56 170	36 800	6 294	-82,9%
25	Miranda do Corvo	P	22 688	8 668	46 550	4 676	47 029	120 760	14 780	62 065	16 983	17 138	9 344	-45,5%
26	Povoação	P	161 252	106 716	129 513	134 069	139 444	49 119	5 687	5 559	19 305	17 787	9 498	-46,6%
27	Ferreira do Alentejo	P	80 218	29 988	27 537	23 817	20 607	13 811	3 311	4 276	16 432	19 917	9 613	-51,7%
28	Sátão	P	6 519	34 177	5 702	5 319	4 767	4 072	5 101	6 709	7 667	9 221	9 716	5,4%
29	Coruche	P	47 178	25 336	40 854	20 833	23 066	12 128	6 413	11 442	11 566	8 000	10 184	27,3%
30	Mora	P	13 820	6 834	1 211	815	678	417	64	262	19 819	21 532	10 531	-51,1%
31	Óbidos	P	147 525	112 302	212 485	173 020	100 849	121 719	108 612	104 864	114 169	69 417	10 719	-84,6%
32	Vila de Rei	P	25 204	20 370	20 788	19 872	17 429	15 209	13 666	12 242	27 517	30 943	11 881	-61,6%
33	Barrancos	P	20 409	11 542	8 309	3 279	2 812	1 963	1 419	2 246	9 548	14 699	12 143	-17,4%
34	Marvão	P	4 636	2 439	1 388	1 052	1 002	643	573	821	7 760	20 364	14 171	-30,4%
35	Vila Nova de Paiva	P	43 554	31 497	24 542	21 040	18 038	14 769	11 138	9 787	23 289	25 039	14 375	-42,6%

Da análise do *Ranking* R62 conclui-se ainda, relativamente a 2025, que:

- Três dos 35 municípios são de média dimensão — Alcobaça, Arouca e Abrantes — e os restantes são de pequena dimensão;
- Com exceção de Vila Nova de Foz Côa, já referido, de Sátão (+5,4%) e de Coruche (+27,3%), todos os municípios do *ranking* diminuíram esta despesa. As maiores descidas percentuais registaram-se em Nisa (-89,4%), Óbidos (-84,6%) e Castanheira de Pera (-82,9%).

Os *Rankings* R63 e R64 apresentam os 35 municípios com maior e menor volume acumulado de juros e outros encargos financeiros pagos nos três mandatos compreendidos entre 2014 e 2025. Incluem também uma estimativa do encargo por habitante e o peso dos juros acumulados no investimento total do mesmo período:[113]

- Do mandato de 2014–2017 para o de 2018–2021, os juros e outros encargos diminuíram 44,8% (-188,7 milhões de euros), de 421,5 milhões para 232,7 milhões de euros;
- **No mandato de 2022–2025, os pagamentos totalizaram 321,3 milhões de euros, mais 38,1% (+88,6 milhões de euros) do que no mandato de 2018–2021;**
- Em 2025, os pagamentos diminuíram 15,8% (-17,4 milhões de euros), para 92,4 milhões de euros. A evolução futura dependerá, entre outros fatores, das taxas de juro e do volume de empréstimos;
- **Entre 2014 e 2025, os juros e outros encargos totalizaram, em média, 85,4 euros por habitante. Em 2025, o valor foi de 8,1 euros por habitante, menos 1,5 euros do que em 2024.**

[113] Tendo um significado meramente simbólico e estatístico, o valor de juros e outros encargos por habitante não será objeto de comentário neste Anuário, pois careceria de dados complementares não integrados no cálculo do mesmo. Por exemplo, não foram incluídos para efeito deste indicador: o volume médio anual dos visitantes nos municípios com grande afluência turística; o volume de migrações diárias de trabalhadores residentes noutros municípios para os municípios com elevados níveis de empregabilidade; o volume de deslocações diárias de não residentes, ou mesmo trabalhadores para as capitais de distrito ou para cidades com maior concentração de instituições públicas prestadoras de serviços públicos e/ou apetrechadas de infraestruturas partilhadas por populações de outros concelhos.

R63 – Municípios com maior volume acumulado de juros pagos entre 2014 e 2025 e estimativa do custo por habitante

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2014-2017	Mandato 2018-2021	2022	2023	2024	2025	Mandato 2022-2025	TOTAL 2014 a 2025	Nº de habitantes (INE 2025)	Juros por habitante	Juros / Invest. total
1	Lisboa	G	**31 324 448**	**47 547 906**	2 241 749	7 437 543	9 718 273	10 802 289	**30 199 855**	**109 072 208**	658 236	165,7	4,8%
2	Portimão	M	**26 205 302**	**7 828 216**	1 373 315	1 317 671	1 299 485	1 310 342	**5 300 813**	**39 334 331**	78 125	503,5	31,0%
3	Vila Nova de Gaia	G	**18 698 974**	**4 285 636**	669 305	2 407 890	3 288 978	2 820 389	**9 186 562**	**32 171 172**	323 202	99,5	8,4%
4	Évora	M	**13 199 390**	**5 887 585**	1 037 852	1 481 501	1 546 359	1 264 081	**5 329 793**	**24 416 769**	58 567	416,9	37,2%
5	Vila Real de Sto. António	M	**12 906 352**	**6 225 437**	1 312 620	1 509 588	1 246 651	657 676	**4 726 536**	**23 858 324**	22 349	1 067,5	39,5%
6	Seixal	G	**10 665 783**	**2 720 147**	575 817	2 402 600	2 693 539	1 684 821	**7 356 777**	**20 742 707**	198 254	104,6	6,7%
7	Setúbal	G	**6 043 174**	**3 127 721**	910 272	1 806 704	2 211 537	2 240 175	**7 168 688**	**16 339 584**	141 266	115,7	8,3%
8	Aveiro	M	**7 520 117**	**6 389 206**	580 093	580 871	583 331	679 092	**2 423 388**	**16 332 711**	91 397	178,7	6,5%
9	Cartaxo	M	**9 013 511**	**4 378 580**	481 988	465 921	461 557	452 592	**1 862 058**	**15 254 149**	25 413	600,2	32,7%
10	Fundão	M	**6 676 765**	**5 428 613**	799 103	946 732	585 835	478 980	**2 810 650**	**14 916 028**	27 754	537,4	16,4%
11	Seia	M	**8 418 087**	**2 788 358**	468 838	827 767	1 183 809	898 125	**3 378 540**	**14 584 985**	21 597	675,3	30,1%
12	Nazaré	P	**4 725 906**	**6 092 422**	594 637	504 363	400 140	402 656	**1 901 796**	**12 720 124**	17 067	745,3	24,2%
13	Matosinhos	G	**3 148 ↑174**	**2 819 201**	650 986	1 751 378	2 183 957	1 718 216	**6 304 537**	**12 271 911**	181 930	67,5	2,9%
14	Paços de Ferreira	M	**4 156 000**	**6 162 845**	349 299	482 166	545 429	521 415	**1 898 309**	**12 217 154**	57 467	212,6	13,4%
15	Santa Cruz	M	**9 189 033**	**1 237 611**	261 815	407 927	598 525	466 833	**1 735 100**	**12 161 744**	44 132	275,6	25,2%
16	Santarém	M	**7 147 278**	**1 821 291**	290 357	1 212 864	850 837	666 936	**3 020 993**	**11 989 562**	69 392	172,8	11,5%
17	Gondomar	G	**1 176 650**	**2 796 305**	1 108 942	1 885 849	2 509 596	1 905 827	**7 410 213**	**11 383 169**	170 597	66,7	5,3%
18	Funchal	G	**3 875 358**	**2 514 864**	404 582	829 051	1 443 546	2 112 767	**4 789 946**	**11 180 168**	113 443	98,6	6,1%
19	Porto	G	**9 439 899**	**425 834**	114 807	402 546	473 056	274 315	**1 264 724**	**11 130 457**	273 476	40,7	1,6%
20	Paredes	M	**3 023 454**	**1 421 777**	313 193	1 749 651	2 477 534	1 838 447	**6 378 825**	**10 824 056**	88 858	121,8	5,3%
21	Oeiras	G	**6 925 112**	**966 725**	17 197	264 775	1 096 332	1 180 994	**2 559 298**	**10 451 135**	188 056	55,6	1,7%
22	Chaves	M	**6 702 690**	**1 923 545**	80 941	392 989	564 125	386 356	**1 424 410**	**10 050 646**	38 014	264,4	7,7%
23	Trofa	M	**5 553 602**	**1 471 902**	317 746	751 264	1 194 697	692 460	**2 956 167**	**9 981 671**	41 512	240,5	9,2%
24	Leiria	G	**4 262 154**	**2 886 861**	620 501	833 704	634 353	363 013	**2 451 570**	**9 600 585**	145 861	65,8	3,0%
25	Cascais	G	**3 475 508**	**1 314 514**	223 926	1 237 086	1 847 665	1 234 016	**4 542 693**	**9 332 716**	242 619	38,5	1,3%
26	Vila do Conde	M	**5 206 609**	**1 212 059**	253 085	918 512	1 027 696	701 992	**2 901 285**	**9 319 954**	86 245	108,1	7,5%
27	Vila Franca do Campo	P	**3 461 535**	**4 144 776**	575 682	552 665	289 427	277 673	**1 695 447**	**9 301 758**	10 181	913,6	30,7%
28	Coimbra	G	**3 359 958**	**710 274**	157 541	1 432 108	1 710 080	1 143 429	**4 443 159**	**8 513 390**	156 359	54,4	3,6%
29	Loures	G	**2 219 884**	**761 194**	169 684	749 986	2 438 593	2 078 231	**5 436 494**	**8 417 571**	236 988	35,5	2,6%
30	Barcelos	G	**991 809**	**4 972 267**	62 324	604 402	576 032	688 919	**1 931 677**	**7 895 753**	122 487	64,5	3,3%
31	Faro	M	**5 283 803**	**736 350**	142 584	557 932	639 517	505 560	**1 845 594**	**7 865 747**	80 256	98,0	6,6%
32	Mafra	M	**875 800**	**792 479**	272 079	2 067 944	2 077 009	1 725 283	**6 142 315**	**7 810 593**	96 146	81,2	2,8%
33	Lamego	M	**2 567 567**	**1 892 819**	264 407	824 217	1 036 130	707 825	**2 832 579**	**7 292 965**	24 768	294,5	10,2%
34	Albufeira	M	**5 777 507**	**787 483**	41 215	168 988	178 360	182 700	**571 262**	**7 136 251**	63 375	112,6	3,9%
35	Valongo	M	**2 046 587**	**904 552**	255 719	941 147	1 383 455	1 176 935	**3 757 254**	**6 708 393**	98 930	67,8	4,6%
	Total Nacional		**421 489 243**	**232 737 628**	**33 440 317**	**85 697 885**	**109 768 589**	**92 410 666**	**321 317 456**	**975 544 327**	**11 424 031**	**85,4**	**3,7%**

R64 – Municípios com menor volume acumulado de juros pagos entre 2014 e 2025 e estimativa do custo por habitante

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2014-2017	Mandato 2018-2021	2022	2023	2024	2025	Mandato 2022-2025	TOTAL 2014 a 2025	Nº de habitantes (INE 2025)	Juros por habitante	Juros / Invest. total
1	Penedono	P	**0**	**0**	0	0	0	0	**0**	**0**	2 506	0,0	0,0%
2	Castelo de Vide	P	**9 377**	**1 259**	63	59	917	688	**1 727**	**12 363**	3 022	4,1	0,1%
3	Pampilhosa da Serra	P	**1 915**	**1 318**	1 406	4 333	4 590	3 030	**13 359**	**16 592**	3 304	5,0	0,0%
4	Vila Velha de Ródão	P	**16 157**	**4 069**	524	1 069	979	162	**2 734**	**22 960**	3 418	6,7	0,1%
5	Corvo	P	**13 009**	**2 992**	557	4 014	3 762	1 749	**10 083**	**26 084**	434	60,1	0,3%
6	Santa Cruz das Flores	P	**15 060**	**6 190**	884	2 717	2 348	1 105	**7 055**	**28 306**	1 980	14,3	0,3%
7	Arronches	P	**29 916**	**6 438**	0	0	0	0	**0**	**36 354**	2 841	12,8	0,1%
8	Boticas	P	**37 420**	**1 965**	17	1 979	2 484	1 642	**6 122**	**45 508**	4 811	9,5	0,1%
9	Redondo	P	**5 924**	**2 387**	363	4 120	17 160	16 300	**37 944**	**46 255**	6 431	7,2	0,3%
10	Marvão	P	**15 700**	**3 270**	821	7 760	20 364	14 171	**43 117**	**62 086**	2 908	21,4	0,2%
11	Lajes das Flores	P	**21 369**	**11 012**	4 668	11 053	9 733	4 891	**30 345**	**62 726**	1 417	44,3	0,6%
12	Penalva do Castelo	P	**31 338**	**4 192**	476	13 534	12 118	5 376	**31 503**	**67 033**	7 160	9,4	0,2%
13	Mogadouro	P	**56 789**	**6 730**	1 258	2 390	1 308	1 187	**6 143**	**69 662**	8 048	8,7	0,1%
14	Murtosa	P	**26 456**	**14 969**	3 156	10 308	10 778	4 859	**29 100**	**70 525**	10 393	6,8	0,2%
15	Alter do Chão	P	**57 135**	**8 621**	549	3 074	2 725	1 334	**7 681**	**73 438**	3 194	23,0	0,3%
16	Aguiar da Beira	P	**75 108**	**7 940**	0	0	0	0	**0**	**83 048**	4 898	17,0	0,2%
17	Mora	P	**43 461**	**1 975**	262	19 819	21 532	10 531	**52 144**	**97 581**	4 143	23,6	0,5%
18	Sátão	P	**57 610**	**19 259**	6 709	7 667	9 221	9 716	**33 312**	**110 181**	11 295	9,8	0,2%
19	Elvas	M	**50 085**	**35 737**	11 234	1 732	945	16 805	**30 716**	**116 538**	21 929	5,3	0,1%
20	São Brás de Alportel	P	**54 437**	**10 900**	1 766	15 162	19 528	16 999	**53 455**	**118 792**	12 305	9,7	0,4%
21	Barrancos	P	**71 387**	**9 473**	2 246	9 548	14 699	12 143	**38 637**	**119 497**	1 413	84,6	1,5%
22	Mealhada	P	**0**	**0**	0	22 258	59 385	56 165	**137 808**	**137 808**	19 948	6,9	0,2%
23	Ponta do Sol	P	**32 648**	**42 689**	12 300	7 401	9 277	36 871	**65 849**	**141 187**	8 806	16,0	0,6%
24	Carrazeda de Ansiães	P	**57 111**	**5 597**	1 769	19 892	34 647	24 632	**80 940**	**143 648**	5 226	27,5	0,4%
25	Alcácer do Sal	P	**38 926**	**40 278**	23 108	22 848	16 695	14 659	**77 312**	**156 516**	11 961	13,1	0,3%
26	Vila Nova de Foz Côa	P	**141 186**	**16 942**	24	0	0	158	**182**	**158 311**	5 812	27,2	0,5%
27	Monchique	P	**62 742**	**31 703**	453	12	51 494	36 840	**88 799**	**183 244**	5 611	32,7	0,5%
28	Proença-a-Nova	P	**34 549**	**3 996**	2 496	49 158	72 083	49 826	**173 563**	**212 108**	6 960	30,5	0,5%
29	Ponte de Lima	M	**17 173**	**12 245**	2 089	55 529	78 102	52 678	**188 397**	**217 816**	42 933	5,1	0,2%
30	Sernancelhe	P	**44 245**	**52 660**	11 508	35 899	49 906	32 397	**129 709**	**226 613**	4 949	45,8	0,6%
31	Porto de Mós	M	**75 267**	**18 106**	8 990	23 758	40 464	60 962	**134 175**	**227 548**	25 057	9,1	0,3%
32	Gavião	P	**44 251**	**43 044**	17 779	25 697	59 040	56 781	**159 297**	**246 592**	3 250	75,9	1,0%
33	Vila de Rei	P	**99 692**	**66 175**	12 242	27 517	30 943	11 881	**82 584**	**248 451**	3 229	76,9	0,8%
34	Cinfães	P	**64 589**	**18 222**	10 100	54 129	60 493	41 260	**165 981**	**248 792**	17 485	14,2	0,5%
35	Vila Flor	P	**46 692**	**34 647**	1 205	7 272	97 276	72 480	**178 233**	**259 572**	5 773	45,0	0,7%

2.4. Situação orçamental global

2.4.1. Comparação da receita cobrada com a despesa realizada e paga[114]

Nesta secção comparam-se a despesa e a receita, duas componentes essenciais da sustentabilidade das finanças municipais. A análise incide sobretudo na despesa comprometida e na receita liquidada, sem prejuízo da comparação entre compromissos e receita cobrada exigida pela Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, que admite, em certas condições, receitas certas ainda por cobrar.[115]

A receita liquidada corresponde a um direito a receber constituído e constitui, por isso, uma referência relevante para comparar com a despesa realizada.[116]

Analisa-se também a evolução das obrigações constituídas face às receitas liquidadas e cobradas entre 2020 e 2025.[117]

Compara-se ainda a receita cobrada com a despesa paga, na ótica de caixa, utilizada no cálculo dos saldos de gerência e nos mapas de execução orçamental da prestação de contas.

Quadro 2.52 – Comparação entre receita e despesa

Unidade: milhões de euros

		Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25			
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Receitas[118]	Receitas previstas corrigidas	8 784,0	8 802,2	9 276,5	9 486,9	10 017,5	9 993,3	11 134,3	11 804,7	12 994,2	14 671,9	17 019,1
	Receitas liquidadas	7 535,0	7 799,4	8 389,0	8 711,1	9 181,4	8 855,7	9 898,2	10 927,2	11 841,9	13 184,1	15 048,4
	Receitas cobradas	7 518,4	7 738,0	8 311,5	8 539,6	9 041,1	8 773,1	9 918,8	10 866,6	11 767,1	13 125,5	14 974,0
	Receitas liquidadas p/ cobrar (créditos s/ terceiros)	16,5	61,4	77,5	171,5	140,3	82,7	–20,7	60,6	74,8	58,6	74,4
	Saldos exercício anterior	628,8	912,7	1 186,4	1 411,5	1 600,4	1 999,5	2 054,7	2 015,0	2 376,0	2 226,2	2 542,0
Despesas	Despesas previstas corrigidas	9 402,2	9 710,5	10 486,0	10 891,8	11 622,2	11 968,0	13 183,8	13 813,1	15 351,7	16 882,6	19 546,5
	Compromissos do exercício	8 219,4	8 458,8	9 280,4	9 624,1	10 114,1	10 439,2	11 801,7	12 422,8	13 847,4	15 011,1	17 389,4
	Obrigações do exercício	--	--	--	--	--	9 003,5	10 203,1	10 872,4	12 241,4	13 137,9	14 830,5
	Despesas pagas no exercício	7 230,9	7 466,4	8 059,3	8 359,1	8 704,1	8 776,6	9 946,6	10 612,0	11 940,1	12 841,3	14 466,1
Excesso de Receita sobre Despesa	(Receitas liquidadas + Saldos exercício anterior) – Despesas comprometidas	–55,6	253,3	295,0	498,6	667,7	416,0	151,2	519,4	370,5	399,2	200,9
	(Receitas cobradas + Saldos exercício anterior) – Despesas comprometidas	–72,2	191,9	217,5	327,0	527,4	333,4	171,8	458,8	295,7	340,7	126,5
	(Receitas cobradas + Saldos exercício anterior) – Obrigações do exercício	--	--	--	--	--	1 769,1	1 770,4	2 009,3	1 901,7	2 213,8	2 685,5

[114] Neste ponto continuamos retomamos a noção de despesa realizada como a resultante dos encargos assumidos
[115] Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com atualizações sucessivas.
[116] Face à ausência de informação sobre obrigações constituídas em anos anteriores a 2020, toda a análise evolutiva nos últimos onze anos de atividade económica dos municípios, efetuada nesta secção do Anuário assentará prioritariamente na comparação entre a receita liquidada e a despesa comprometida, considerando esta última, despesa realizada.
[117] Dada a informação disponibilizada com a implementação do SNC-AP desde 2020.
[118] O valor apresentado em receitas previstas, liquidadas e cobradas, não inclui o saldo de gerência anterior.

Da análise do Quadro 2.52 conclui-se que:

- Em 2025, a despesa prevista aumentou 15,8% (+2 663,9 milhões de euros), mais 5,8 pp do que em 2024. Entre 2015 e 2025, cresceu 107,9% (+10 144,3 milhões de euros);[119]
- A receita prevista aumentou 16,0%, mais 0,2 pp do que a despesa prevista. A receita liquidada correspondeu a 88,4% da previsão, menos 1,4 pp do que em 2024, ficando por liquidar 11,6%. As transferências de capital apresentaram graus de execução de 53,7% na liquidação e de 53,5% na cobrança, com uma diferença de 1 715,2 milhões de euros face à previsão. Nos passivos financeiros, a execução foi de 49,6%, menos 422,1 milhões de euros do que o previsto;
- **A receita corrente foi liquidada em 102,0% e cobrada em 101,5% do valor previsto. Na receita de capital, estes rácios foram de 54,5% e 54,2%, respetivamente, refletindo, designadamente, a execução de financiamentos associados a programas comunitários;[120]**
- **Os compromissos cresceram menos 0,2 pp do que a receita prevista. Representaram 89,0% da despesa prevista, enquanto as obrigações corresponderam a 75,9%. A receita cobrada atingiu 99,5% da receita liquidada, e esta representou 88,4% da previsão;**
- Entre 2015 e 2025, a receita cobrada aumentou 99,2% (+7 455,5 milhões de euros). No mesmo período, o grau de pagamento dos compromissos oscilou e foi de 83,2% em 2025, menos 2,4 pp do que em 2024;[121]
- Entre 2015 e 2025, a despesa paga aumentou 101,1% (+7 235,2 milhões de euros). A despesa corrente cresceu 97,2% (+4 954,6 milhões de euros) e a despesa de capital 106,9% (+2 280,7 milhões de euros);
- Em 2025, os pagamentos, de 14 466,1 milhões de euros, representaram 97,5% das obrigações, de 14 830,5 milhões de euros. Ficaram por pagar 364,4 milhões de euros, valor inferior em 143,5 milhões de euros ao excedente de 507,9 milhões de euros da receita cobrada sobre a despesa paga, antes da utilização do saldo da gerência anterior;
- **A receita cobrada, de 14 974,0 milhões de euros, acrescida do saldo da gerência anterior, de 2 542,0 milhões de euros, totalizou 17 516,0 milhões de euros. Este montante superou os compromissos, de 17 389,4 milhões de euros, em 126,5 milhões de euros;**
- **Na ótica da despesa realizada, a receita cobrada acrescida do saldo da gerência anterior excedeu as obrigações constituídas em 2 685,5 milhões de euros, mais 471,7 milhões de euros do que em 2024.[122]**

Os Gráficos 2.19 a 2.24 apresentam a evolução e a estrutura das diferentes fases da receita e da despesa e permitem visualizar as tendências descritas.

[119] Em 2024 a despesa prevista cresceu +11,1%
[120] Encerramento do Programa 20/20, execução dos Programas 20/30 e PRR.
[121] Que traduzem a percentagem de pagamento das despesas comprometidas.
[122] Face à informação obtida com SNC-AP, desde 2020, pode-se, agora, deduzir ao valor das receitas cobradas do exercício incluindo o saldo da gerência anterior o valor das obrigações do exercício (despesa efetivamente realizada do ponto de vista financeiro), obtendo-se o que se poderá entender como sendo o superavit financeiro do exercício, em cada autarquia.

Gráfico 2.19 – Evolução da receita liquidada e cobrada, da despesa comprometida, das obrigações e da despesa paga entre 2015 e 2025[123] [124]

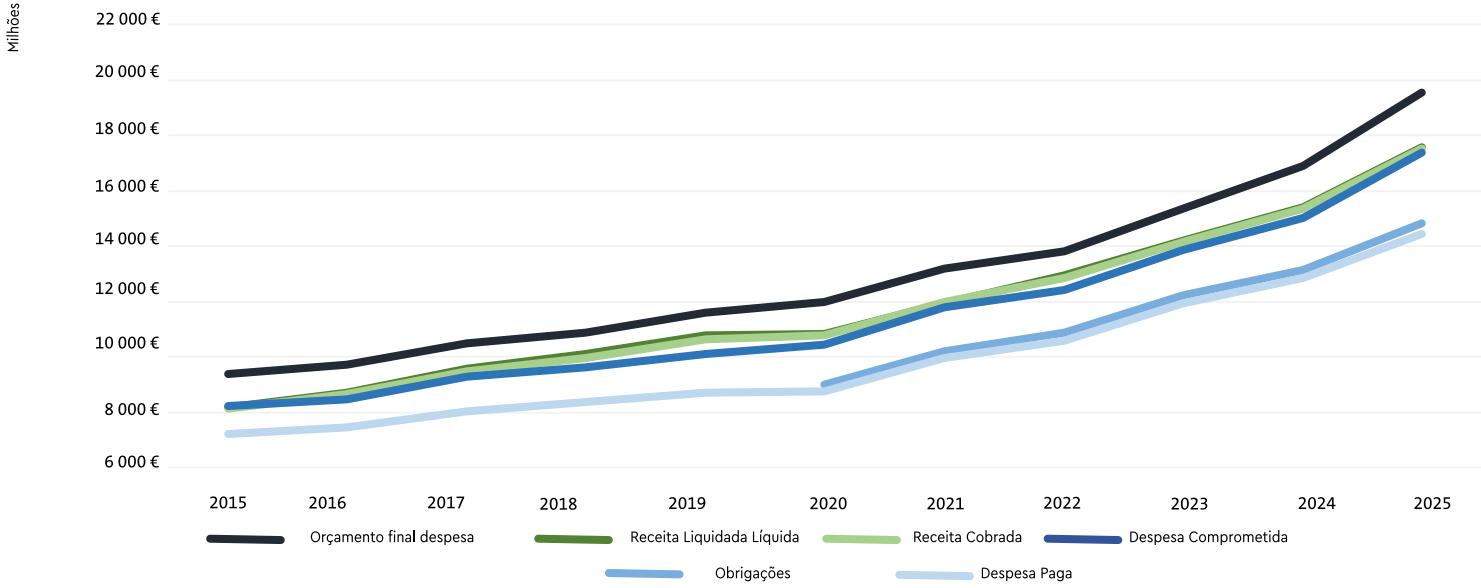
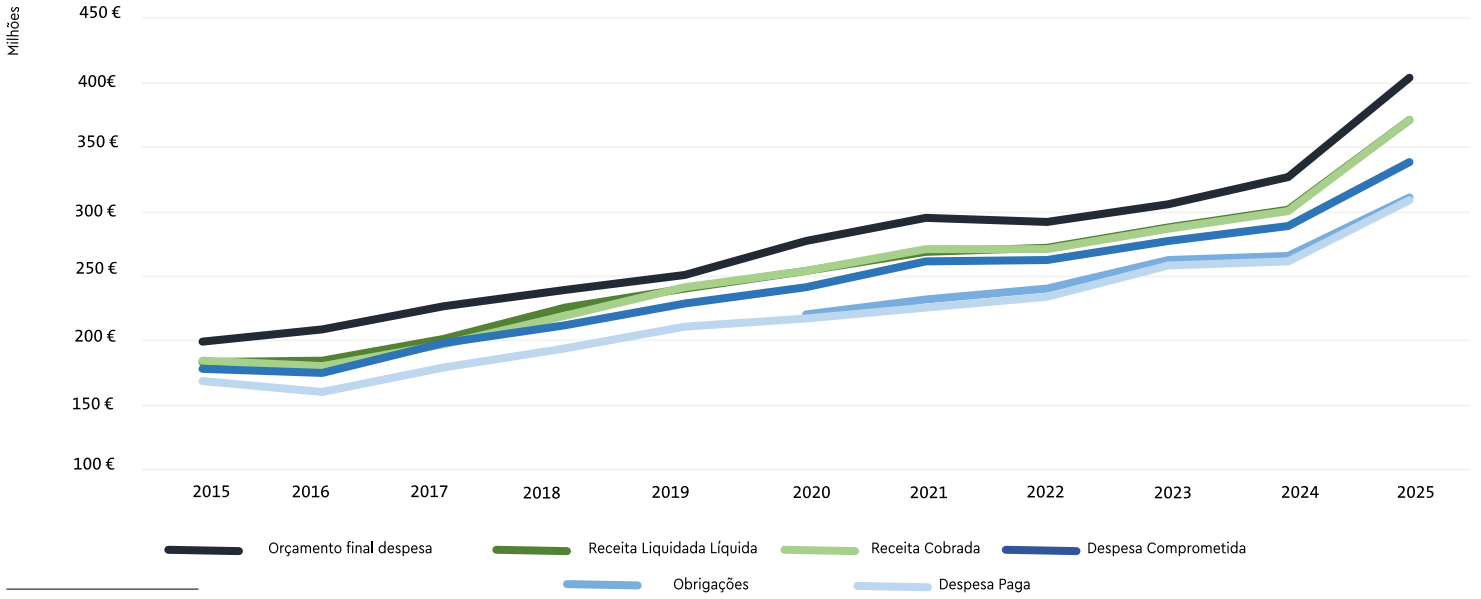


Gráfico 2.20 – Evolução da receita liquidada e cobrada, da despesa comprometida, das obrigações e da despesa paga nos municípios dos Açores entre 2015 e 2025



[123] Inclui o valor dos saldos da gerência anterior
[124] Inclui o valor dos saldos da gerência anterior.

Gráfico 2.21 – Evolução da receita liquidada e cobrada, da despesa comprometida, das obrigações e da despesa paga nos municípios da Madeira entre 2015 e 2025

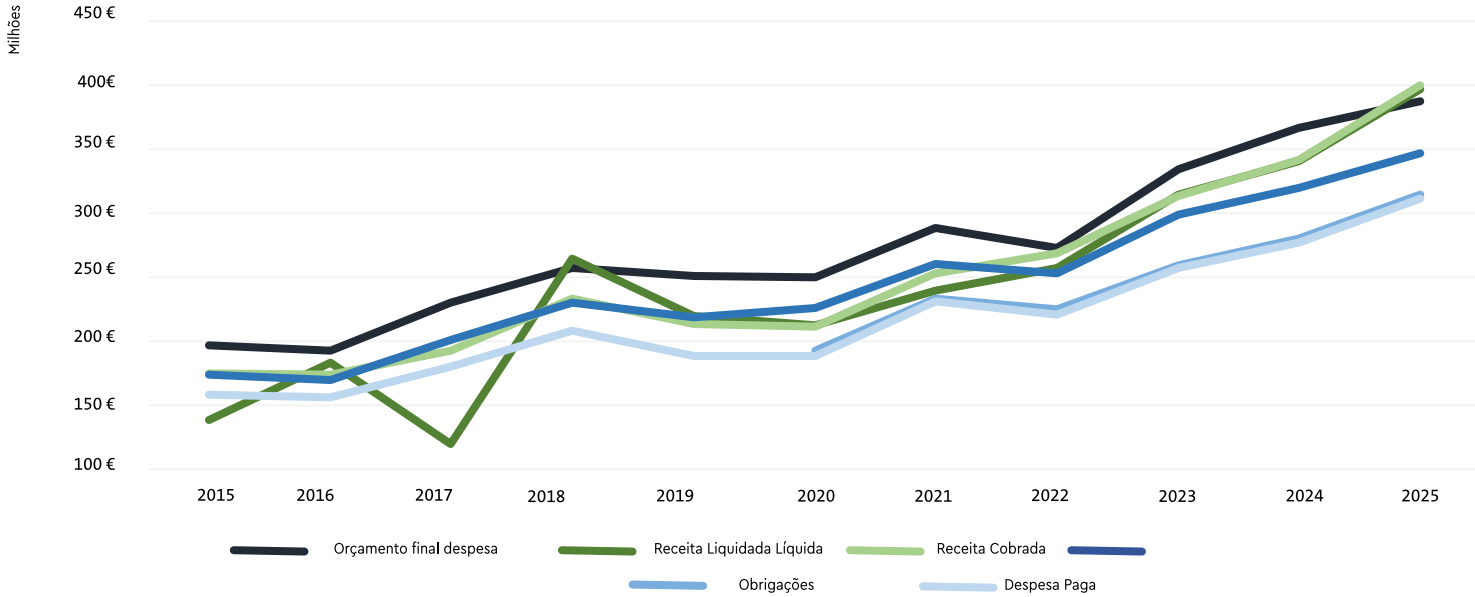


Gráfico 2.22 – Estrutura da receita liquidada e cobrada e da despesa realizada e paga em 2025

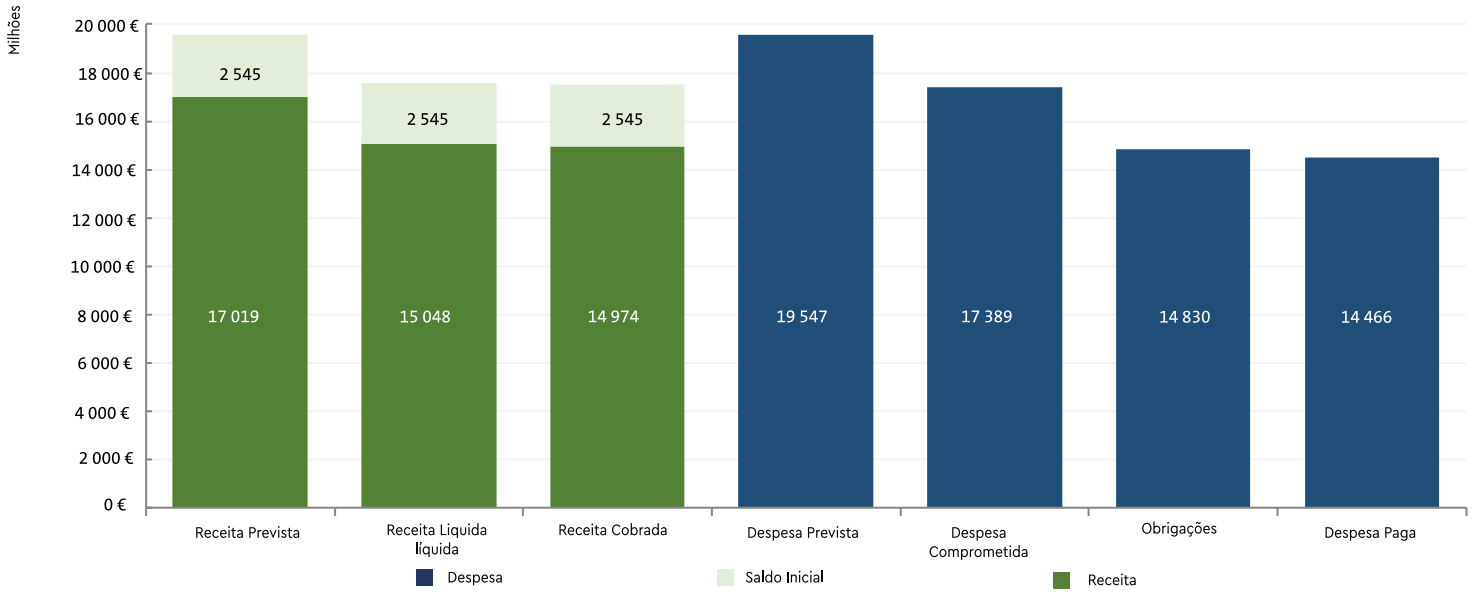


Gráfico 2.23 – Estrutura da receita liquidada e cobrada e da despesa realizada e paga nos municípios dos Açores em 2025

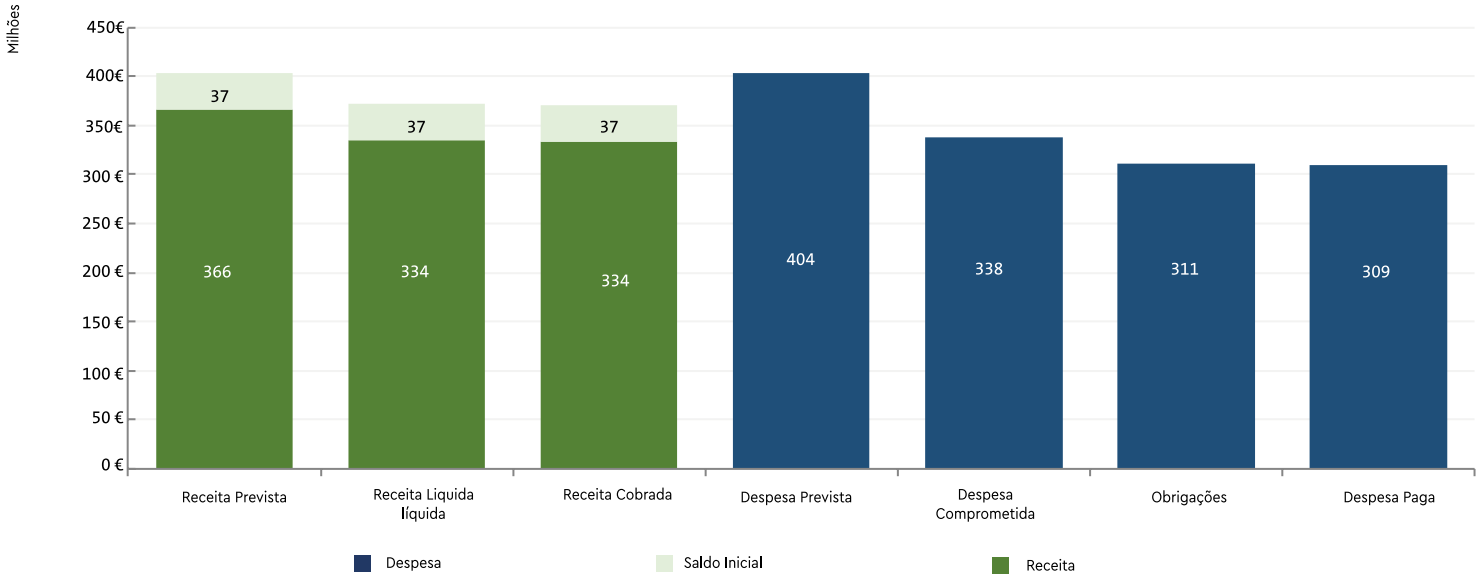
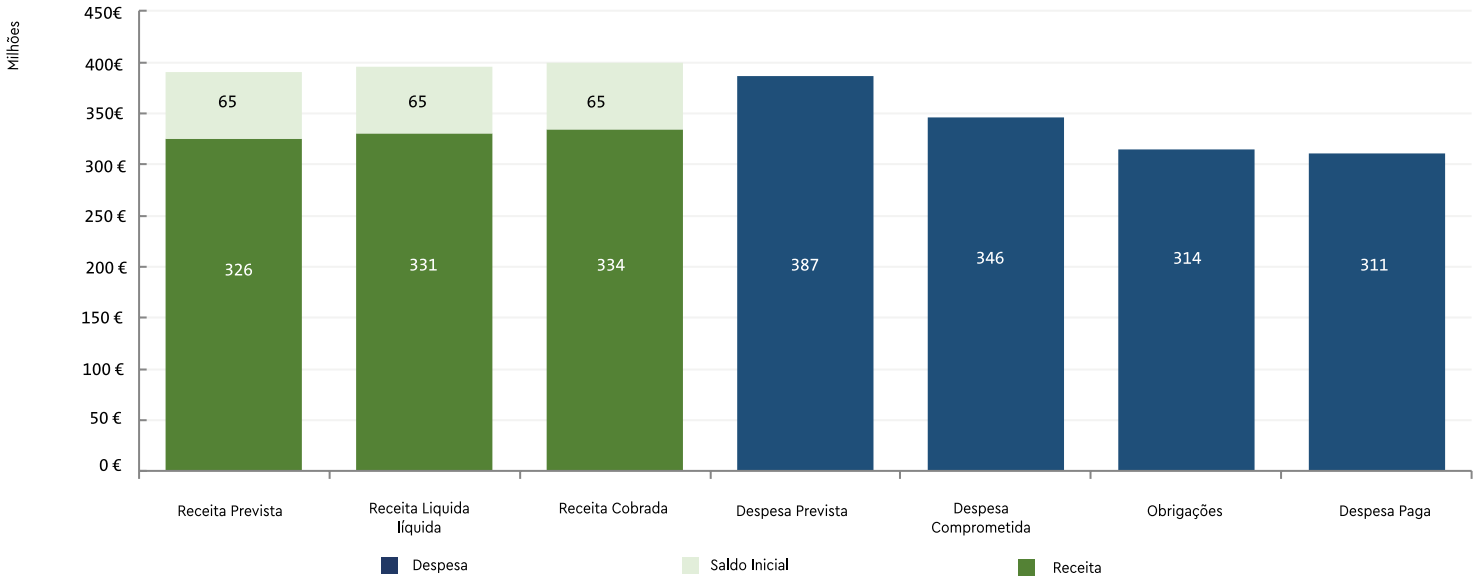


Gráfico 2.24 – Estrutura da receita liquidada e cobrada e da despesa realizada e paga nos municípios da Madeira em 2025



O Quadro 2.53 apresenta indicadores de receita e despesa, com os respetivos valores médios, máximos e mínimos e os municípios responsáveis pelos extremos. Os rácios comparam a receita cobrada com a receita prevista corrigida e a despesa paga com a despesa prevista corrigida, incluindo ainda as receitas por cobrar e os pesos do investimento e das despesas com pessoal. O quadro consolida informação apresentada nas secções anteriores deste capítulo.

Quadro 2.53 – Indicadores da despesa e da receita

		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Grau de execução da Despesa		26,7%	30,4%	29,2%	39,5%	46,8%	49,0%	48,8%	50,3%	41,4%	42,1%	43,6%
	Mínimo	Portimão	Nazaré	Nazaré	Nazaré	Sta. Cruz das Flores	Coruche	Vila Real Sto. António	Castelo Branco	Sta. Marta Penaguião	Alcácer do Sal	Alcácer do Sal
	Máximo	99,6%	99,6%	97,9%	96,9%	94,2%	97,3%	94,7%	94,8%	94,6%	96,5%	92,9%
		Aljezur	Alfândega da Fé	Alfândega da Fé	Seia	Vila Franca do Campo	Amares	São Roque do Pico	Póvoa de Varzim	Povoação	Torre de Moncorvo	Póvoa de Varzim
	Média	**79,9%**	**78,4%**	**77,5%**	**77,0%**	**77,3%**	**74,3%**	**74,5%**	**76,1%**	**77,7%**	**75,8%**	**73,7%**
Grau de execução da Receita (sem saldo inicial)	Mínimo	26,3%	30,6%	27,9%	39,8%	48,1%	52,2%	54,4%	52,8%	45,6%	50,5%	50,1%
		Portimão	Nazaré	Nazaré	Nazaré	Monchique	Castelo de Paiva	Tábua	Sta. Marta Penaguião	Sta. Marta Penaguião	Setúbal	Setúbal
	Máximo	120,8%	123,4%	120,7%	134,9%	124,3%	119,7%	118,6%	159,0%	129,2%	113,8%	113,4%
		Albufeira	Leiria	Porto	Azambuja	Porto	Porto	Grândola	Grândola	Óbidos	Óbidos	Porto Moniz
	Média	**87,3%**	**88,8%**	**86,2%**	**86,9%**	**87,6%**	**86,2%**	**87,1%**	**89,7%**	**89,7%**	**89,8%**	**86,8%**
Receitas por cobrar / receitas liquidadas líquidas	Mínimo	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Máximo	52,1%	375,9%	53,2%	51,4%	58,9%	61,0%	44,4%	35,6%	33,3%	33,5%	34,1%
		Seixal	Santa Cruz	Chaves	Funchal	Chaves	Funchal	Chaves	Seixal	Seixal	Setúbal	Guarda
	Média	**10,9%**	**10,2%**	**6,4%**	**6,3%**	**5,4%**	**6,4%**	**5,6%**	**5,1%**	**5,1%**	**4,8%**	**4,7%**
Despesas de Investimento / despesas totais	Mínimo	0,4%	1,4%	1,0%	0,8%	1,8%	2,9%	3,4%	6,3%	5,2%	3,7%	5,7%
		Porto Santo	Alpiarça	Porto Santo	Porto Santo	Vila Real Sto. António	Vila Real Sto. António	Vila Real Sto. António	Reguengos de Monsaraz	Évora	Redondo	Redondo
	Máximo	53,1%	49,2%	49,1%	41,8%	47,0%	49,6%	47,8%	43,6%	50,9%	44,9%	50,4%
		Alvaiázere	Corvo	Vale de Cambra	Corvo	Vouzela	Ribeira Brava	Ribeira Brava	Trofa	Ribeira Brava	São Vicente	Alcanena
	Média	**18,3%**	**14,2%**	**18,7%**	**17,9%**	**19,2%**	**22,2%**	**25,6%**	**22,3%**	**22,8%**	**19,5%**	**23,7%**
Despesas com pessoal / despesas totais	Mínimo	12,9%	10,9%	5,2%	8,6%	10,0%	12,7%	15,5%	14,0%	15,5%	16,7%	15,5%
		Nazaré	Alfândega da Fé	Fornos de Algodres	Seia	Vila Franca do Campo	Vila Franca do Campo	São Vicente	Seia	Nordeste	Nordeste	Cascais
	Máximo	55,4%	52,3%	58,1%	52,8%	56,2%	57,5%	49,9%	51,4%	50,4%	56,4%	53,6%
		Mourão	Mourão	Porto Santo	Montijo	Redondo	Porto Santo	Redondo	Redondo	Sta. Cruz das Flores	Redondo	Redondo
	Média	**30,5%**	**31,3%**	**29,5%**	**30,8%**	**31,6%**	**32,5%**	**31,2%**	**32,6%**	**33,1%**	**33,6%**	**32,3%**

Em 2025, a taxa média de execução da receita foi de 86,8%, menos 3,0 pp do que em 2024 e 0,5 pp do que em 2015. A taxa média de execução da despesa foi de 73,7%, menos 2,1 pp do que em 2024 e 6,2 pp do que em 2015. A execução média da receita superou a da despesa em 13,1 pp.

O peso médio do investimento direto na despesa total foi de 23,7% em 2025, mais 4,2 pp do que em 2024 e 5,4 pp do que em 2015, mas menos 1,9 pp do que em 2021, quando atingiu o valor máximo de 25,6%.[125]

[125] Despesas de aquisição de bens duradouros em relação às despesas totais.

O peso médio das despesas com pessoal na despesa total aumentou de 30,5% em 2015 para 33,6% em 2024, o valor mais elevado do período. Em 2025, diminuiu 1,3 pp, para 32,3%.[126]

O Quadro 2.54 apresenta, para 2015–2025, os valores médios e extremos dos graus de execução dos compromissos, das obrigações e da receita liquidada, permitindo comparar a execução da despesa e da receita.

Quadro 2.54 – Indicadores da despesa e da receita com base nos compromissos, nas obrigações e nas liquidações

		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Grau de execução da despesa ao nível dos compromissos (compromissos / despesa prevista)	Mínimo	49,7%	42,4%	59,6%	58,4%	57,8%	56,9%	56,6%	59,1%	57,8%	56,8%	53,7%
	Máximo	100,0%	100,0%	99,9%	99,9%	99,7%	99,9%	99,6%	99,9%	99,8%	99,8%	100,0%
	Médio	**88,7%**	**88,1%**	**88,8%**	**88,3%**	**88,9%**	**87,7%**	**88,4%**	**89,2%**	**89,5%**	**87,9%**	**88,3%**
Grau de execução da receita ao nível das liquidações ((receita liquidada – liquidações anuladas) / receita prevista)	Mínimo	26,5%	30,7%	28,0%	39,6%	48,3%	51,6%	54,4%	52,9%	45,5%	51,8%	50,8%
	Máximo	119,2%	121,2%	116,7%	136,4%	138,9%	120,8%	118,4%	158,9%	129,9%	112,7%	132,7%
	Médio	**86,9%**	**87,8%**	**86,5%**	**88,3%**	**88,6%**	**86,5%**	**87,0%**	**89,8%**	**90,1%**	**90,0%**	**87,1%**
Grau de execução da despesa ao nível das obrigações (Obrigações / despesa prevista)	Mínimo	–	–	–	–	–	49,4%	51,7%	50,5%	41,8%	43,0%	44,3%
	Máximo	–	–	–	–	–	97,3%	95,4%	97,4%	97,9%	97,2%	95,5%
	Médio	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**76,7%**	**76,9%**	**78,6%**	**80,2%**	**77,8%**	**75,8%**

Da análise do Quadro 2.54 conclui-se que:

- Em 2025, o grau médio de execução dos compromissos foi de 88,3%, mais 1,2 pp do que o grau médio de execução da receita liquidada, de 87,1%. Em 2024, a diferença tinha sido de -2,1 pp. O grau médio de execução das obrigações foi de 75,8%, menos 12,5 pp do que o dos compromissos e 11,3 pp do que o da receita liquidada;[127]
- **O grau médio de execução da receita liquidada diminuiu 2,9 pp, para 87,1%. O grau médio de execução das obrigações manteve-se mais de 10 pp abaixo do grau de execução dos compromissos, o que evidencia que uma parte da despesa assumida não se converteu em obrigações durante o exercício;[128]**
- O grau médio de execução das obrigações relativamente à despesa prevista diminuiu 2,0 pp, de 77,8% em 2024 para 75,8% em 2025.

O *Ranking* R65 apresenta os 35 municípios com maior diferença negativa entre o grau de execução da receita liquidada e o grau de execução dos compromissos em 2025.

[126] Reflexo, ainda, da recuperação salarial após Troika, do descongelamento das carreiras na função pública e das negociações das carreiras da função pública que se refletem, obviamente, na gestão autárquica. Claro que o aumento deste indicador está associado ao melhorando do bem-estar social e poderá funcionar como dinamizador da atividade económica pelo lado da procura.
[127] Sem contar com o saldo orçamental transitado do ano anterior.
[128] Indicador obtido desde 2020.

R65 – Municípios com maior diferença negativa entre a execução da receita liquidada e a execução dos compromissos em 2025[129]

	Município	Dim.	2023			2024			2025		
			Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução
1	Ílhavo	M	100,5%	92,8%	7,6%	105,1%	93,5%	11,6%	57,2%	92,4%	**–35,1%**
2	Castanheira de Pera	P	87,6%	85,6%	2,0%	58,4%	86,4%	–28,0%	59,7%	92,4%	**–32,7%**
3	Penafiel	M	78,7%	95,6%	–16,9%	71,7%	91,1%	–19,4%	62,2%	92,2%	**–30,0%**
4	Viana do Castelo	M	77,1%	99,7%	–22,5%	71,1%	92,8%	–21,7%	68,7%	95,7%	**–27,0%**
5	Setúbal	G	64,7%	84,2%	–19,5%	51,8%	82,6%	–30,8%	50,8%	77,7%	**–26,8%**
6	Vila Real	M	84,3%	94,7%	–10,4%	81,6%	88,4%	–6,8%	60,7%	87,4%	**–26,7%**
7	Tarouca	P	65,5%	91,8%	–26,4%	69,5%	92,2%	–22,7%	61,3%	87,8%	**–26,5%**
8	Pinhel	P	76,9%	94,3%	–17,4%	87,9%	97,3%	–9,4%	68,5%	94,7%	**–26,3%**
9	Chaves	M	86,8%	90,1%	–3,3%	77,7%	98,0%	–20,3%	71,2%	96,6%	**–25,4%**
10	Vila do Conde	M	83,8%	97,6%	–13,8%	70,4%	90,0%	–19,6%	68,9%	94,0%	**–25,1%**
11	Melgaço	P	78,3%	98,9%	–20,6%	89,6%	99,6%	–10,0%	69,9%	95,0%	**–25,1%**
12	Nisa	P	86,4%	80,2%	6,3%	86,7%	90,6%	–4,0%	67,9%	92,6%	**–24,7%**
13	Sabrosa	P	86,7%	93,8%	–7,1%	84,9%	95,5%	–10,6%	69,0%	93,5%	**–24,5%**
14	Arganil	P	87,2%	97,9%	–10,7%	100,2%	94,4%	5,8%	72,4%	95,8%	**–23,3%**
15	Esposende	M	83,5%	87,4%	–3,9%	96,5%	94,5%	2,0%	61,8%	85,0%	**–23,2%**
16	Batalha	P	84,2%	93,2%	–9,1%	97,2%	93,0%	4,2%	70,0%	92,1%	**–22,1%**
17	Águeda	M	86,7%	96,5%	–9,8%	86,7%	93,6%	–6,9%	72,0%	93,7%	**–21,8%**
18	Ponte da Barca	P	70,1%	86,7%	–16,5%	74,8%	92,9%	–18,1%	76,2%	97,9%	**–21,6%**
19	Aguiar da Beira	P	71,0%	76,7%	–5,7%	68,4%	70,0%	–1,6%	58,7%	80,2%	**–21,5%**
20	Évora	M	76,7%	93,3%	–16,6%	70,4%	90,1%	–19,7%	62,3%	83,3%	**–21,0%**
21	Barreiro	M	86,4%	96,6%	–10,2%	77,5%	99,4%	–21,8%	61,8%	82,8%	**–21,0%**
22	Nelas	P	58,1%	78,2%	–20,1%	73,5%	74,3%	–0,8%	59,8%	79,6%	**–19,7%**
23	Vagos	M	80,5%	99,4%	–18,9%	76,4%	97,2%	–20,8%	75,4%	95,1%	**–19,7%**
24	Santa Comba Dão	P	74,2%	97,9%	–23,7%	79,0%	94,9%	–15,9%	76,3%	96,0%	**–19,7%**
25	Mesão Frio	P	77,7%	91,9%	–14,2%	78,5%	95,5%	–17,0%	81,3%	100,0%	**–18,7%**
26	Oeiras	G	92,3%	96,6%	–4,3%	86,6%	98,4%	–11,8%	79,4%	97,7%	**–18,2%**
27	Tábua	P	55,5%	80,9%	–25,4%	60,8%	81,2%	–20,4%	65,1%	81,7%	**–16,6%**
28	Alcanena	P	85,9%	94,0%	–8,1%	98,6%	85,4%	13,1%	81,5%	97,9%	**–16,4%**
29	Elvas	M	96,6%	94,5%	2,1%	99,8%	95,6%	4,2%	78,1%	94,4%	**–16,3%**
30	Ribeira de Pena	P	85,3%	96,0%	–10,7%	86,7%	96,6%	–9,9%	82,4%	98,5%	**–16,2%**
31	Figueira da Foz	M	89,0%	89,2%	–0,2%	92,6%	90,4%	2,2%	75,0%	90,9%	**–15,9%**
32	Miranda do Corvo	P	83,9%	90,8%	–6,9%	89,8%	91,5%	–1,7%	76,2%	91,0%	**–14,8%**
33	Ferreira do Zêzere	P	87,0%	89,0%	–2,1%	103,0%	86,3%	16,7%	72,4%	86,7%	**–14,3%**
34	Vila Nova de Poiares	P	101,1%	91,4%	9,7%	92,5%	89,3%	3,3%	57,3%	71,4%	**–14,2%**
35	Arcos de Valdevez	M	94,1%	99,0%	–4,9%	88,0%	97,1%	–9,1%	82,5%	96,6%	**–14,1%**

Os 35 municípios do *Ranking* R65 apresentaram uma diferença negativa superior a 14 pp. Setúbal e Oeiras, ambos de grande dimensão, registaram graus de execução dos compromissos superiores aos da receita liquidada em 26,8 pp e 18,2 pp, respetivamente.

Ílhavo apresentou a maior diferença: a execução da receita liquidada foi de 57,2% e a dos compromissos de 92,4%, correspondendo a -35,1 pp.

Em 21 municípios do *ranking*, a diferença negativa superou 20 pp. O grupo inclui um município de grande dimensão, Setúbal, dez de média dimensão e dez de pequena dimensão.

No conjunto dos municípios, 178 apresentaram uma diferença negativa entre a execução da receita liquidada e a dos compromissos. Em 123 casos, a diferença foi inferior a 5 pp.

[129] Receitas liquidadas líquidas.

Os *Rankings* R66 e R67 apresentam a diferença entre a execução da receita liquidada e a dos compromissos nos municípios dos Açores e da Madeira, respetivamente.

R66 – Diferença entre a execução da receita liquidada e a execução dos compromissos nos municípios dos Açores

	Município	Dim.	2023			2024			2025		
			Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução
1	Horta	P	87,8%	88,0%	−0,2%	82,2%	92,7%	−10,5%	75,9%	83,2%	**−7,3%**
2	Lagoa (R.A.A.)	P	91,6%	96,5%	−4,9%	94,5%	92,4%	2,1%	94,1%	99,2%	**−5,1%**
3	Corvo	P	107,6%	80,9%	26,7%	68,2%	65,7%	2,5%	75,0%	78,2%	**−3,1%**
4	Povoação	P	96,2%	98,8%	−2,6%	94,6%	97,5%	−2,9%	88,5%	89,1%	**−0,5%**
5	Madalena	P	82,3%	87,0%	−4,6%	74,4%	75,3%	−0,9%	92,6%	92,6%	**0,0%**
6	Lajes do Pico	P	91,5%	95,4%	−3,9%	94,5%	92,8%	1,7%	93,4%	90,7%	**2,6%**
7	Angra do Heroísmo	M	92,1%	93,9%	−1,8%	82,0%	86,3%	−4,2%	84,2%	81,2%	**3,0%**
8	Calheta (R.A.A.)	P	96,0%	93,7%	2,3%	87,5%	82,4%	5,1%	87,0%	83,9%	**3,1%**
9	Praia da Vitória	P	84,7%	90,4%	−5,7%	94,8%	96,2%	−1,5%	84,0%	80,7%	**3,3%**
10	Vila do Porto	P	90,4%	93,2%	−2,7%	88,0%	90,7%	−2,7%	101,9%	95,1%	**6,8%**
11	Ponta Delgada	M	101,2%	96,4%	4,8%	97,2%	97,5%	−0,2%	103,6%	96,0%	**7,6%**
12	São Roque do Pico	P	93,2%	90,2%	3,0%	86,9%	87,8%	−1,0%	94,7%	87,0%	**7,8%**
13	Nordeste	P	86,0%	87,9%	−1,9%	96,7%	82,2%	14,5%	71,4%	62,0%	**9,4%**
14	Vila Franca do Campo	P	81,9%	74,9%	7,1%	92,4%	83,1%	9,2%	81,5%	66,0%	**15,5%**
15	Lajes das Flores	P	96,3%	82,0%	14,3%	95,9%	80,8%	15,1%	97,4%	79,7%	**17,7%**
16	Ribeira Grande	M	102,3%	95,8%	6,6%	98,5%	93,4%	5,1%	103,9%	84,1%	**19,8%**
17	Santa Cruz das Flores	P	99,4%	61,2%	38,2%	94,6%	56,8%	37,8%	85,3%	64,4%	**20,9%**
18	Velas	P	106,5%	86,3%	20,3%	107,2%	67,6%	39,6%	87,6%	59,9%	**27,7%**
19	Santa Cruz da Graciosa	P	88,2%	83,0%	5,2%	103,8%	82,5%	21,3%	99,0%	71,0%	**28,1%**
	Média dos municípios da R.A.A.		**93,4%**	**88,2%**	**5,3%**	**91,3%**	**84,4%**	**6,8%**	**89,5%**	**81,3%**	**8,3%**

R67 – Diferença entre a execução da receita liquidada e a execução dos compromissos nos municípios da Madeira

	Município	Dim.	2023			2024			2025		
			Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução
1	São Vicente	P	86,4%	95,9%	−9,5%	86,2%	99,1%	−12,9%	79,1%	85,1%	**−6,0%**
2	Ribeira Brava	P	88,2%	96,0%	−7,8%	94,2%	95,2%	−1,0%	93,2%	91,9%	**1,4%**
3	Porto Santo	P	117,3%	97,6%	19,7%	76,5%	64,0%	12,5%	97,8%	96,0%	**1,8%**
4	Machico	M	93,6%	89,9%	3,7%	83,9%	99,4%	−15,5%	94,7%	89,1%	**5,6%**
5	Santa Cruz	M	92,8%	77,4%	15,4%	90,4%	78,7%	11,7%	100,4%	90,2%	**10,2%**
6	Câmara de Lobos	M	86,3%	92,8%	−6,5%	92,2%	85,2%	7,1%	108,6%	97,0%	**11,6%**
7	Funchal	G	95,5%	94,4%	1,2%	95,8%	94,1%	1,7%	106,1%	92,7%	**13,3%**
8	Calheta (R.A.M.)	P	87,1%	84,6%	2,4%	78,8%	78,3%	0,5%	96,4%	81,2%	**15,2%**
9	Porto Moniz	P	93,4%	83,7%	9,7%	94,3%	83,5%	10,7%	113,5%	93,3%	**20,3%**
10	Ponta do Sol	P	89,8%	86,0%	3,8%	87,8%	72,1%	15,7%	98,4%	76,3%	**22,1%**
11	Santana	P	103,3%	64,5%	38,8%	103,7%	61,6%	42,1%	108,7%	73,2%	**35,6%**
	Média dos municípios da R.A.M.		**94,0%**	**87,5%**	**6,4%**	**89,4%**	**82,8%**	**6,6%**	**99,7%**	**87,8%**	**11,9%**

Nos Açores, catorze dos dezanove municípios (73,7%) apresentaram uma execução da receita liquidada superior à execução dos compromissos. Na Madeira, o mesmo ocorreu em dez dos onze municípios (90,9%).

Em média, a execução da receita superou a dos compromissos em 8,3 pp nos Açores e em 11,9 pp na Madeira, diferenças superiores às de 2024.

O *Ranking* R68 apresenta os 35 municípios em que, em 2025, o grau de execução da receita liquidada mais excedeu o grau de execução dos compromissos, incluindo os valores homólogos dos dois anos anteriores.

A Mealhada apresentou a maior diferença positiva, 36,2 pp, em resultado de um grau de execução da receita liquidada de 132,7%.

Coruche, Santana e Ferreira do Alentejo também apresentaram graus de execução da receita superiores a 100%.

Apenas 24 municípios apresentaram receita liquidada líquida igual ou superior aos compromissos. Considerando também o saldo da gerência anterior, 154 municípios apresentaram um saldo orçamental positivo na ótica dos compromissos.[130] [131]

R68 – Municípios com maior diferença positiva entre a execução da receita liquidada e a execução dos compromissos em 2025

Município	Dim.	2023			2024			2025		
		Dim. Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução
1 Mealhada	P	77,3%	88,1%	–10,8%	106,2%	95,1%	11,1%	132,7%	96,5%	**36,2%**
2 Coruche	P	91,7%	77,6%	14,1%	99,8%	79,7%	20,1%	104,6%	68,7%	**35,9%**
3 Santana	P	103,3%	64,5%	38,8%	103,7%	61,6%	42,1%	108,7%	73,2%	**35,6%**
4 Ferreira do Alentejo	P	106,2%	89,7%	16,5%	99,1%	73,2%	25,9%	105,5%	71,1%	**34,4%**
5 Vimioso	P	95,9%	75,3%	20,6%	95,2%	70,6%	24,7%	97,3%	66,3%	**31,0%**
6 Penamacor	P	107,1%	65,9%	41,2%	98,4%	74,1%	24,3%	94,0%	63,7%	**30,3%**
7 Óbidos	P	129,9%	96,7%	33,2%	112,7%	77,7%	35,1%	100,3%	71,2%	**29,0%**
8 Santa Cruz da Graciosa	P	88,2%	83,0%	5,2%	103,8%	82,5%	21,3%	99,0%	71,0%	**28,1%**
9 Velas	P	106,5%	86,3%	20,3%	107,2%	67,6%	39,6%	87,6%	59,9%	**27,7%**
10 Sintra	G	103,5%	95,2%	8,3%	110,5%	86,4%	24,1%	111,0%	85,0%	**26,0%**
11 Oliveira de Azeméis	M	93,7%	77,7%	16,0%	107,0%	72,6%	34,4%	98,3%	72,4%	**25,9%**
12 Portimão	M	127,7%	81,1%	46,6%	87,9%	65,0%	22,9%	86,5%	61,6%	**25,0%**
13 Murtosa	P	94,8%	78,0%	16,8%	101,7%	82,3%	19,4%	111,5%	87,6%	**23,9%**
14 Abrantes	M	111,0%	85,7%	25,3%	99,9%	84,6%	15,4%	104,3%	81,5%	**22,8%**
15 Vila Nova de Gaia	G	92,6%	95,4%	–2,7%	103,7%	97,7%	6,0%	116,8%	94,0%	**22,8%**
16 Boticas	P	93,0%	69,5%	23,5%	91,4%	68,3%	23,1%	92,8%	70,6%	**22,2%**
17 Ponta do Sol	P	89,8%	86,0%	3,8%	87,8%	72,1%	15,7%	98,4%	76,3%	**22,1%**
18 Faro	M	101,7%	86,3%	15,3%	87,8%	85,7%	2,1%	110,2%	88,9%	**21,3%**
19 Santa Maria da Feira	G	99,4%	78,6%	20,7%	100,6%	84,6%	16,0%	105,0%	83,7%	**21,3%**
20 Amadora	G	91,7%	78,2%	13,6%	92,3%	78,2%	14,1%	102,5%	81,2%	**21,3%**
21 Grândola	P	115,6%	67,2%	48,4%	78,7%	63,0%	15,7%	94,9%	73,7%	**21,2%**
22 Santa Cruz das Flores	P	99,4%	61,2%	38,2%	94,6%	56,8%	37,8%	85,3%	64,4%	**20,9%**
23 Porto Moniz	P	93,4%	83,7%	9,7%	94,3%	83,5%	10,7%	113,5%	93,3%	**20,3%**
24 Ribeira Grande	M	102,3%	95,8%	6,6%	98,5%	93,4%	5,1%	103,9%	84,1%	**19,8%**
25 Castelo Branco	M	92,1%	87,6%	4,5%	91,9%	92,3%	–0,4%	109,6%	90,6%	**19,0%**
26 Lajes das Flores	P	96,3%	82,0%	14,3%	95,9%	80,8%	15,1%	97,4%	79,7%	**17,7%**
27 Barrancos	P	88,8%	79,4%	9,4%	87,8%	79,7%	8,1%	85,4%	69,4%	**15,9%**
28 Vila Franca do Campo	P	81,9%	74,9%	7,1%	92,4%	83,1%	9,2%	81,5%	66,0%	**15,5%**
29 Leiria	G	110,5%	95,4%	15,2%	98,0%	92,2%	5,8%	106,5%	91,3%	**15,2%**
30 Calheta (R.A.M.)	P	87,1%	84,6%	2,4%	78,8%	78,3%	0,5%	96,4%	81,2%	**15,2%**
31 Vila Nova da Barquinha	P	92,2%	79,6%	12,6%	89,2%	69,5%	19,7%	89,1%	74,2%	**14,9%**
32 Alijó	P	86,8%	83,6%	3,2%	85,3%	80,7%	4,6%	91,0%	77,1%	**13,8%**
33 Vila Verde	M	104,3%	81,7%	22,6%	104,2%	78,6%	25,6%	94,6%	80,8%	**13,8%**
34 Azambuja	M	89,8%	85,7%	4,1%	95,3%	92,4%	2,9%	102,4%	88,8%	**13,7%**
35 Funchal	G	95,5%	94,4%	1,2%	95,8%	94,1%	1,7%	106,1%	92,7%	**13,3%**

[130] Receita liquidada líquida = receita liquidada – liquidações anuladas. Não inclui o Saldo de gerência anterior
[131] Referenciado no Saldos na Base de Compromissos (liquidações versus compromissos)

2.4.2. Equilíbrio orçamental[132]

O equilíbrio orçamental constitui um indicador do ajustamento da despesa à receita regular dos municípios. Nos termos dos artigos 40.º e 83.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. O Quadro 2.55 apresenta esta relação.133

Quadro 2.55 – Equilíbrio orçamental

Unidade: milhões de euros

		Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25				Varia. 24–25
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
	Nº de municípios	308	308	308	308	308	308	308	308	308	308	308	–
(a)	Receita corrente bruta cobrada	6 537,0	6 798,9	7 186,8	7 384,7	7 651,2	7 713,2	8 546,9	9 642,5	10 244,2	11 076,4	12 502,8	1 426,4
(b)	Despesa corrente paga	5 097,7	5 325,7	5 487,0	5 742,7	6 101,4	6 138,5	6 727,8	7 501,9	8 492,5	9 341,8	10 052,3	710,5
(c)	Amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo	503,4	485,4	485,0	476,2	433,4	366,2	347,1	328,2	296,8	302,2	296,2	–6,1
(d)=(b)+(c)	Total da despesa corrente acrescida das amortizações médias	5 601,1	5 811,2	5 972,1	6 219,0	6 534,8	6 504,7	7 074,9	7 830,1	8 789,3	9 644,0	10 348,5	704,4
(e)=(a)-(d)	Saldo corrente deduzido das amortizações médias	**936,0**	**987,7**	**1 214,7**	**1 165,7**	**1 116,4**	**1 208,5**	**1 472,0**	**1 812,4**	**1 454,9**	**1 432,4**	**2 154,4**	**722,0**
	Nº de municípios em desequilíbrio orçamental	31	30	28	28	47	24	17	12	33	29	29	0

Da análise do Quadro 2.55 conclui-se que:

- **Em 2025, o conjunto dos municípios apresentou equilíbrio orçamental. O saldo corrente deduzido das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo foi positivo em 2 154,4 milhões de euros, mais 722,0 milhões de euros do que em 2024;134**
- A despesa corrente acrescida das amortizações médias aumentou 704,4 milhões de euros, menos 722,0 milhões de euros do que o acréscimo da receita corrente bruta cobrada, de 1 426,4 milhões de euros;
- Apesar do saldo agregado positivo, 29 municípios apresentaram desequilíbrio orçamental, o mesmo número de 2024.

Com base na definição dos artigos 40.º e 83.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o *Ranking* R69 apresenta os 35 municípios com melhor rácio de equilíbrio orçamental, medido pela relação entre a despesa corrente acrescida das amortizações médias e a receita corrente bruta cobrada.

---

[132] Lei 73/ 2013, de 3 de setembro, alterada pela Lei 51/2018, de 16 de agosto:
artigo 40.º – Equilíbrio orçamental
1 – Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.
2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.
3 – O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5%. das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.
4 – Para efeitos do disposto no n.º 2, consideram-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital utilizado pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.
5 – Sem prejuízo dos n.os 1 e 2, para efeitos do disposto no presente artigo, e quanto às autarquias locais e entidades intermunicipais, no momento da revisão orçamental para integração do saldo da gerência anterior, este último releva na proporção da despesa corrente que visa financiar ou da receita que visa substituir.
6 – Sem prejuízo dos n.os 1 e 2, a parte do saldo de gerência da execução orçamental consignado pode ser incorporada numa alteração orçamental, com a aprovação do Mapa dos Fluxos de Caixa pelo órgão executivo, em momento anterior ao da aprovação dos documentos de prestação de contas.
artigo 83.º – Equilíbrio orçamental
Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 40.º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato.
133 Artigos que atualizaram o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI).
134 Montante calculado nos termos do artigo 83º do RFALEI.

R69 – Municípios com maior equilíbrio orçamental em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Despesa corrente c/ amortizações médias / receita corrente bruta											Saldo corrente / receita corrente bruta (n.º 3, artº 40º RFALEI)
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2025
1	Serpa	P	93,5%	87,8%	94,6%	92,6%	93,1%	88,2%	87,5%	91,1%	98,1%	94,6%	**54,7%**	45,3%
2	Belmonte	P	101,9%	99,9%	104,4%	98,4%	100,6%	100,3%	109,5%	94,1%	90,6%	99,1%	**55,9%**	44,1%
3	Ribeira Grande	M	69,3%	68,1%	69,8%	67,4%	69,2%	67,5%	66,4%	62,4%	68,4%	66,2%	**61,2%**	38,8%
4	Loulé	M	67,8%	69,6%	72,5%	79,3%	80,8%	75,4%	68,1%	64,3%	76,8%	77,5%	**61,8%**	38,2%
5	Aveiro	M	86,8%	81,1%	89,9%	85,5%	74,9%	79,4%	80,5%	68,3%	74,3%	76,6%	**66,2%**	33,8%
6	Sintra	G	74,1%	73,3%	68,5%	68,4%	70,7%	76,2%	74,9%	66,1%	72,8%	68,6%	**67,4%**	32,6%
7	Amadora	G	84,8%	84,0%	80,2%	80,3%	77,7%	89,2%	91,1%	78,7%	85,3%	82,5%	**67,4%**	32,6%
8	Oliveira de Azeméis	M	85,2%	86,7%	87,3%	79,6%	78,4%	74,5%	66,8%	64,4%	66,7%	68,9%	**68,4%**	31,6%
9	Maia	G	81,5%	72,3%	75,8%	78,7%	79,1%	67,6%	71,2%	74,6%	77,6%	75,7%	**69,6%**	30,4%
10	Ribeira Brava	P	96,5%	93,3%	91,2%	96,8%	88,0%	79,0%	74,3%	77,8%	76,7%	76,3%	**71,5%**	28,5%
11	Lagoa (R.A.A)	P	85,7%	83,4%	82,4%	85,0%	86,9%	83,5%	88,7%	84,8%	94,3%	78,3%	**72,6%**	27,4%
12	Coruche	P	76,8%	76,2%	80,4%	81,6%	83,3%	69,8%	76,2%	72,1%	79,4%	78,2%	**73,0%**	27,0%
13	Leiria	G	68,3%	64,6%	66,1%	59,0%	70,0%	66,5%	74,0%	70,1%	77,9%	77,2%	**73,1%**	26,9%
14	Santana	P	73,6%	74,2%	82,3%	74,7%	75,5%	75,6%	76,0%	75,1%	76,8%	78,8%	**73,2%**	26,8%
15	Santa Cruz da Graciosa	P	83,5%	83,9%	87,5%	86,7%	90,2%	82,7%	78,7%	85,0%	90,6%	76,9%	**73,2%**	26,8%
16	Sátão	P	74,0%	76,4%	77,4%	78,8%	77,8%	69,8%	73,0%	79,1%	82,2%	78,6%	**73,4%**	26,6%
17	Amares	P	87,1%	95,3%	86,7%	83,1%	86,1%	86,8%	79,0%	73,6%	76,4%	74,2%	**73,4%**	26,6%
18	Horta	P	80,5%	75,1%	84,0%	80,6%	86,7%	72,7%	74,6%	82,7%	88,1%	81,8%	**73,8%**	26,2%
19	Câmara de Lobos	M	75,3%	77,3%	88,2%	83,9%	83,4%	82,3%	76,0%	72,0%	73,8%	73,5%	**74,0%**	26,0%
20	Ourém	M	79,7%	83,4%	82,7%	76,2%	77,8%	68,4%	74,3%	77,7%	75,5%	77,9%	**74,3%**	25,7%
21	Murtosa	P	67,3%	67,6%	67,7%	71,2%	73,0%	72,3%	70,4%	79,3%	81,6%	78,6%	**74,4%**	25,6%
22	Oeiras	G	71,3%	69,2%	62,6%	66,8%	74,8%	84,6%	99,5%	79,2%	85,1%	87,3%	**74,4%**	25,6%
23	Penalva do Castelo	P	74,0%	73,9%	72,8%	74,5%	81,7%	75,3%	74,3%	75,4%	89,0%	81,2%	**74,6%**	25,4%
24	Porto	G	87,4%	74,9%	76,4%	68,6%	67,2%	77,3%	80,6%	81,1%	81,1%	80,7%	**74,8%**	25,2%
25	Mafra	M	74,1%	75,6%	73,7%	73,7%	84,1%	79,9%	76,7%	71,6%	80,1%	79,6%	**74,9%**	25,1%
26	Cartaxo	M	159,9%	137,3%	173,3%	108,2%	102,4%	84,0%	93,2%	82,8%	83,1%	76,9%	**75,0%**	25,0%
27	Santa Maria da Feira	G	76,6%	70,5%	70,2%	73,9%	71,6%	67,5%	68,3%	68,4%	75,1%	87,6%	**75,3%**	24,7%
28	Matosinhos	G	80,1%	88,7%	81,6%	83,6%	81,1%	84,3%	80,5%	82,6%	79,9%	83,2%	**75,8%**	24,2%
29	Silves	M	87,8%	81,2%	83,7%	85,7%	86,5%	78,5%	83,0%	75,0%	73,4%	80,0%	**75,8%**	24,2%
30	Almeirim	M	92,0%	90,5%	87,9%	87,5%	83,9%	78,0%	83,4%	71,3%	83,4%	82,5%	**75,9%**	24,1%
31	Ponta do Sol	P	82,0%	79,5%	82,9%	82,7%	82,3%	83,8%	76,2%	78,6%	78,8%	79,5%	**76,1%**	23,9%
32	Penafiel	M	78,6%	78,3%	76,3%	78,4%	75,6%	71,1%	70,9%	66,8%	76,9%	76,0%	**76,1%**	23,9%
33	Vila Nova de Gaia	G	87,6%	96,7%	84,8%	81,3%	77,7%	88,6%	77,6%	83,1%	88,2%	85,7%	**76,3%**	23,7%
34	Faro	M	91,2%	80,2%	85,7%	77,7%	83,0%	80,0%	80,8%	71,7%	80,2%	82,3%	**76,4%**	23,6%
35	Cascais	G	88,7%	86,4%	77,2%	67,9%	77,2%	86,6%	75,9%	68,8%	75,1%	80,9%	**76,5%**	23,5%

- Serpa liderou o *ranking*, com o menor rácio entre a despesa corrente acrescida das amortizações médias e a receita corrente bruta cobrada, 54,7%. Além de Serpa, o *ranking* inclui outros doze municípios de pequena dimensão;
- Belmonte, de pequena dimensão, e Ribeira Grande, de média dimensão, ocuparam a segunda e a terceira posições, com rácios de 55,9% e 61,2%, respetivamente;
- O *ranking* integra dez municípios de grande dimensão: Sintra, Amadora, Maia, Leiria, Oeiras, Porto, Santa Maria da Feira, Matosinhos, Vila Nova de Gaia e Cascais.

O *Ranking* R70 apresenta os 35 municípios com menor equilíbrio orçamental ainda positivo, isto é, cujo saldo corrente deduzido das amortizações médias ficou mais próximo de zero. Em 2025, o *ranking* integrou seis municípios de média dimensão e, nos restantes casos, municípios de pequena dimensão.

R70 – Municípios com menor equilíbrio orçamental positivo em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Despesa corrente c/ amortizações médias / receita corrente bruta											Saldo corrente / receita corrente bruta (n.º 3, artº 40º RFALEI)
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2025
1	Campo Maior	P	87,0%	88,3%	86,3%	99,1%	94,6%	88,2%	82,2%	91,9%	92,6%	94,8%	**99,94%**	0,06%
2	Paços de Ferreira	M	96,4%	92,2%	164,0%	123,3%	99,3%	92,1%	94,8%	88,0%	94,5%	93,0%	**99,86%**	0,14%
3	Nelas	P	114,0%	95,4%	85,5%	98,4%	95,0%	92,4%	89,3%	88,5%	93,6%	97,3%	**99,69%**	0,31%
4	Estremoz	P	93,4%	92,7%	98,4%	95,5%	106,4%	91,8%	89,0%	94,5%	107,1%	97,6%	**99,61%**	0,39%
5	Vila Flor	P	86,7%	86,0%	87,9%	90,5%	93,4%	81,6%	87,3%	90,8%	101,1%	90,9%	**99,53%**	0,47%
6	Gouveia	P	82,1%	83,5%	89,4%	96,2%	98,1%	93,6%	94,1%	92,5%	93,1%	90,4%	**99,47%**	0,53%
7	Reguengos de Monsaraz	P	101,6%	97,7%	110,9%	125,6%	107,6%	100,1%	100,0%	98,9%	95,3%	100,1%	**99,45%**	0,55%
8	Trancoso	P	85,7%	84,8%	83,9%	90,9%	94,9%	80,4%	79,4%	91,7%	101,0%	89,4%	**99,37%**	0,63%
9	Aljustrel	P	89,8%	98,2%	92,9%	91,0%	99,0%	101,4%	102,0%	87,7%	101,1%	97,0%	**98,80%**	1,20%
10	Pampilhosa da Serra	P	86,9%	91,5%	94,3%	94,2%	95,6%	86,1%	85,7%	93,1%	100,7%	95,1%	**98,80%**	1,20%
11	São Brás de Alportel	P	92,9%	88,4%	87,3%	92,6%	94,5%	93,5%	89,2%	83,1%	90,1%	97,8%	**98,63%**	1,37%
12	Lajes das Flores	P	84,1%	82,9%	94,2%	92,8%	102,2%	100,7%	100,5%	97,6%	93,7%	93,4%	**98,61%**	1,39%
13	Portel	P	95,2%	94,2%	92,3%	97,2%	104,3%	92,2%	91,5%	94,7%	99,8%	97,9%	**98,58%**	1,42%
14	Santa Comba Dão	P	122,3%	110,8%	96,6%	99,3%	99,1%	92,7%	97,1%	92,3%	88,9%	90,3%	**98,48%**	1,52%
15	São Pedro do Sul	P	91,2%	95,3%	92,9%	92,2%	90,1%	94,5%	90,7%	95,6%	92,7%	93,9%	**98,25%**	1,75%
16	Oleiros	P	86,6%	84,4%	90,7%	94,3%	93,9%	90,7%	76,7%	89,7%	101,9%	99,6%	**97,86%**	2,14%
17	Golegã	P	92,7%	100,5%	97,3%	95,6%	93,6%	99,0%	96,3%	92,7%	101,4%	93,4%	**97,80%**	2,20%
18	Castanheira de Pêra	P	91,2%	81,5%	86,4%	99,8%	107,0%	99,4%	82,8%	83,0%	90,7%	93,1%	**97,79%**	2,21%
19	Ourique	P	96,1%	100,8%	109,9%	105,6%	106,0%	93,2%	90,8%	102,3%	106,9%	97,6%	**97,69%**	2,31%
20	Castro Verde	P	97,9%	100,1%	97,9%	99,6%	97,5%	87,8%	93,6%	88,5%	94,3%	96,4%	**97,31%**	2,69%
21	São João da Madeira	M	93,2%	96,5%	94,5%	88,0%	96,8%	97,8%	85,7%	86,0%	94,8%	95,0%	**97,29%**	2,71%
22	Avis	P	98,5%	94,4%	96,3%	95,2%	93,8%	92,3%	93,2%	96,5%	92,2%	92,3%	**97,23%**	2,77%
23	Carregal do Sal	P	87,1%	81,6%	88,2%	96,4%	95,5%	85,5%	89,9%	93,5%	98,3%	102,0%	**97,15%**	2,85%
24	Vagos	M	87,6%	88,4%	94,5%	89,7%	97,6%	93,0%	95,8%	91,0%	90,5%	99,2%	**97,10%**	2,90%
25	Manteigas	P	150,3%	99,1%	94,3%	90,3%	97,2%	82,3%	83,7%	82,4%	108,4%	83,5%	**97,10%**	2,90%
26	Évora	M	97,9%	166,1%	102,0%	95,0%	104,5%	93,4%	91,7%	91,8%	98,2%	97,6%	**97,07%**	2,93%
27	Moura	P	92,0%	95,2%	95,5%	97,2%	96,3%	91,0%	90,9%	87,2%	96,1%	95,8%	**96,98%**	3,02%
28	Vila de Rei	P	83,3%	84,3%	90,7%	93,1%	97,3%	92,2%	79,5%	93,7%	94,6%	96,5%	**96,87%**	3,13%
29	Fornos de Algodres	P	106,1%	101,5%	124,4%	101,8%	91,6%	90,7%	82,9%	92,4%	95,8%	104,2%	**96,86%**	3,14%
30	Alfândega da Fé	P	114,8%	102,0%	89,2%	95,0%	103,0%	102,8%	105,0%	97,4%	103,2%	134,3%	**96,80%**	3,20%
31	Guarda	M	107,3%	97,6%	95,6%	76,7%	100,9%	88,3%	88,7%	93,7%	93,1%	96,6%	**96,67%**	3,33%
32	Vidigueira	P	93,7%	94,4%	94,8%	99,2%	101,9%	102,1%	95,3%	98,6%	105,1%	85,0%	**96,58%**	3,42%
33	Sousel	P	97,7%	92,1%	97,9%	94,2%	96,5%	86,7%	91,2%	93,2%	98,0%	92,3%	**96,41%**	3,59%
34	Benavente	M	89,8%	90,7%	88,5%	94,6%	92,2%	80,7%	79,4%	81,8%	88,2%	90,5%	**96,23%**	3,77%
35	Celorico da Beira	P	107,5%	102,4%	98,0%	167,8%	98,2%	96,1%	89,0%	90,2%	99,7%	96,6%	**96,22%**	3,78%

O *Ranking* R71 apresenta os vinte municípios cujo saldo corrente deduzido das amortizações médias foi negativo, mas inferior a 5% da receita corrente. Estes casos enquadram-se na margem prevista no n.º 2 do artigo 40.º do RFALEI, que exige a compensação no exercício seguinte.

R71 – Municípios em desequilíbrio orçamental inferior a 5% da receita corrente, nos termos dos artigos 40.º e 83.º do RFALEI

Unidade: euros

	Município	Dim.	Despesa corrente c/ amortizações médias / receita corrente bruta											Saldo corrente / receita corrente bruta (n.º 3, artº 40º RFALEI)
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2025
1	Almeida	P	75,3%	94,7%	93,7%	87,6%	88,4%	83,7%	80,3%	98,9%	97,7%	98,6%	**104,9%**	–4,9%
2	Miranda do Douro	P	93,9%	89,7%	88,8%	88,9%	102,2%	83,3%	86,4%	95,4%	109,6%	100,0%	**104,9%**	–4,9%
3	Arronches	P	78,0%	76,4%	101,8%	97,3%	90,4%	69,9%	73,1%	84,8%	94,8%	93,5%	**104,1%**	–4,1%
4	Figueira de Castelo Rodrigo	P	107,0%	96,9%	97,4%	99,7%	103,8%	93,2%	94,4%	95,1%	99,7%	90,6%	**103,7%**	–3,7%
5	Tábuaço	P	91,5%	92,9%	99,3%	104,0%	93,7%	92,3%	97,4%	100,0%	99,6%	103,8%	**103,1%**	–3,1%
6	Tábua	P	90,0%	100,6%	96,8%	86,6%	101,6%	100,4%	93,9%	91,8%	101,4%	101,6%	**102,8%**	–2,8%
7	Monforte	P	99,7%	101,4%	106,4%	105,2%	111,1%	103,6%	104,8%	88,9%	106,2%	106,1%	**102,6%**	–2,6%
8	Calheta (R. A. A.)	P	81,1%	80,8%	82,6%	86,2%	92,5%	88,0%	72,3%	82,8%	86,2%	89,6%	**102,4%**	–2,4%
9	Melgaço	P	91,3%	87,9%	87,0%	90,4%	94,0%	92,8%	91,4%	96,4%	91,9%	93,1%	**102,2%**	–2,2%
10	Alandroal	P	104,3%	129,7%	135,0%	101,7%	104,8%	100,9%	105,5%	101,8%	98,1%	92,3%	**102,1%**	–2,1%
11	Gavião	P	84,1%	89,2%	92,8%	91,2%	97,9%	91,5%	86,5%	91,0%	66,8%	92,2%	**101,4%**	–1,4%
12	Sabugal	P	87,0%	83,7%	84,1%	89,1%	91,7%	88,4%	96,0%	93,3%	94,1%	94,3%	**101,3%**	–1,3%
13	Macedo de Cavaleiros	P	98,5%	104,4%	97,4%	98,5%	96,5%	96,1%	86,3%	81,3%	95,8%	93,6%	**101,3%**	–1,3%
14	Mora	P	88,6%	85,4%	84,2%	89,9%	94,8%	81,5%	81,4%	95,3%	99,3%	101,6%	**101,2%**	–1,2%
15	Seia	M	97,0%	95,8%	95,1%	106,4%	99,5%	93,2%	93,0%	103,3%	94,5%	105,9%	**101,1%**	–1,1%
16	Figueiró dos Vinhos	P	100,2%	98,6%	95,4%	98,9%	103,5%	99,2%	95,2%	95,9%	98,2%	102,9%	**100,7%**	–0,7%
17	Cuba	P	100,2%	97,4%	116,8%	94,6%	104,2%	99,4%	103,0%	94,3%	104,8%	100,0%	**100,5%**	–0,5%
18	Vale de Cambra	M	87,9%	78,7%	85,4%	79,8%	80,9%	77,2%	84,8%	85,6%	90,3%	98,5%	**100,5%**	–0,5%
19	Vieira do Minho	P	111,3%	103,3%	93,5%	92,5%	101,2%	95,4%	95,1%	91,5%	96,8%	96,2%	**100,3%**	–0,3%
20	Almeida	P	75,3%	94,7%	93,7%	87,6%	88,4%	83,7%	80,3%	98,9%	97,7%	98,6%	**104,9%**	–4,9%

O *Ranking* R72 apresenta os dez municípios, mais um do que em 2024, cujo saldo corrente deduzido das amortizações médias foi negativo e, em valor absoluto, igual ou superior a 5% da receita corrente.

R72 – Municípios com saldo corrente deduzido das amortizações médias negativo e igual ou superior a 5% da receita corrente

Unidade: euros

Município		Dim.	Despesa corrente c/ amortizações médias / receita corrente bruta											Saldo corrente / receita corrente bruta (n.º 3, artº 40º RFALEI)
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2025
1	Freixo de Espada à Cinta	P	104,6%	106,7%	102,7%	101,9%	127,8%	116,6%	109,1%	113,5%	115,2%	179,9%	**117,3%**	–17,3%
2	Tarouca	P	101,2%	101,2%	113,0%	99,9%	102,7%	99,1%	101,3%	93,7%	101,5%	94,2%	**112,9%**	–12,9%
3	Redondo	P	96,7%	96,0%	102,1%	111,0%	113,8%	96,5%	103,3%	107,4%	109,7%	103,0%	**111,9%**	–11,9%
4	Mesão Frio	P	103,4%	102,0%	100,0%	97,7%	101,2%	105,3%	101,6%	98,4%	108,5%	109,2%	**111,2%**	–11,2%
5	Fronteira	P	102,1%	103,7%	104,5%	102,7%	108,8%	98,2%	103,7%	93,2%	101,4%	102,2%	**108,5%**	–8,5%
6	Mourão	P	115,3%	110,7%	111,8%	105,7%	115,1%	111,7%	90,3%	98,3%	91,8%	98,6%	**108,4%**	–8,4%
7	Alvito	P	96,5%	92,6%	88,0%	81,6%	100,7%	92,4%	97,0%	113,2%	113,5%	105,0%	**107,2%**	–7,2%
8	Viana do Alentejo	P	91,7%	90,6%	98,0%	96,5%	99,9%	87,1%	89,3%	98,5%	108,3%	99,9%	**105,7%**	–5,7%
9	Vila Nova de Paiva	P	90,2%	88,8%	88,4%	91,6%	89,0%	80,4%	83,2%	79,1%	91,9%	81,1%	**105,1%**	–5,1%
10	Sardoal	P	97,7%	103,8%	103,7%	108,7%	106,9%	109,0%	104,1%	108,6%	108,2%	117,1%	**105,1%**	–5,1%

2.4.3. Saldos orçamentais

Na análise do défice público e do contributo dos municípios utiliza-se como referência o saldo global, ou saldo efetivo, que relaciona as receitas efetivas com as despesas efetivas.[135] [136]

O saldo global ou efetivo corresponde à diferença entre receitas e despesas efetivas. Um valor positivo representa um excedente e capacidade de financiamento; um valor negativo representa défice e necessidade de financiamento externo.[137]

A despesa primária e o saldo primário são também indicadores relevantes na análise da situação financeira das administrações públicas.[138] [139]

Para a análise agregada das finanças públicas, estes indicadores são geralmente apurados na ótica de caixa. Contudo, a existência de dívida de curto prazo a fornecedores justifica a sua avaliação complementar na ótica dos fluxos económicos, através da diferença entre receitas liquidadas e compromissos assumidos.

O Quadro 2.56 apresenta os saldos na ótica de caixa, permitindo a comparação com os dados homólogos da administração central.

[135] Receitas efetivas = receitas correntes + receitas de capital – ativos financeiros – passivos financeiros. As receitas efetivas são todas aquelas que não dão origem a encargos futuros (isto significa que não incluem as receitas que provêm de recurso a empréstimos – passivos financeiros) e que não resultam de reembolsos de empréstimos concedidos (isto é, não incluem os ativos financeiros). Anota-se, contudo, que há receitas e despesas efetivas que resultam da existência de ativos e passivos financeiros, mas não das operações com os mesmos. Estamos a falar dos dividendos que são rendimentos de propriedade e dos juros da dívida, respetivamente receitas e despesas correntes.
[136] Despesas efetivas = despesas correntes + despesas de capital – ativos financeiros – passivos financeiros. As despesas efetivas são aquelas que não incluem despesas com ativos e passivos financeiros. Assim, será o total da despesa efetuada excluída das amortizações de empréstimos (passivos financeiros) e da despesa com compra de títulos (ativos financeiros).
[137] Saldo global ou efetivo = receitas efetivas – despesas efetivas.
[138] Despesa primária = despesa efetiva – juros. Despesa corrente primária = despesa corrente – juros.
[139] Saldo primário = receitas efetivas – despesas primárias, ou Saldo primário = saldo global + juros.

Quadro 2.56 – Saldos na ótica de caixa: recebimentos e pagamentos

Unidade: milhões de euros

		Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25			
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
(a)	Receitas correntes	6 516	6 776	7 155	7 354	7 605	7 617	8 312	9 497	10 094	10 921	12 252
(b)	Saldo gerência anterior + repos. ñ abatidas pag.	639	918	1 195	1 418	1 609	2 013	2 071	2 030	2 408	2 269	2 594
(c)	Despesas correntes	5 099	5 326	5 487	5 743	6 101	6 138	6 728	7 504	8 493	9 342	10 052
(d)=(a+b)-(c)	Saldo corrente	2 057	2 369	2 862	3 028	3 112	3 491	3 655	4 023	4 009	3 848	4 794
	N.º de municípios com saldo corrente positivo	304	304	302	302	305	306	307	307	304	305	305
(e)	Receitas de capital	992	956	1 148	1 180	1 428	1 143	1 591	1 354	1 641	2 162	2 670
(f)	Despesas de capital	2 132	2 141	2 572	2 616	2 603	2 638	3 219	3 108	3 448	3 500	4 414
(g)=(e)-(f)	Saldo de capital	−1 140	−1 184	−1 424	−1 437	−1 175	−1 495	−1 628	−1 753	−1 806	−1 337	−1 744
(a)+(b)+(e)	Receitas totais	8 147	8 651	9 498	9 951	10 642	10 773	11 974	12 882	14 143	15 352	17 516
(c)+(f)	Despesas totais	7 231	7 466	8 059	8 359	8 704	8 777	9 947	10 612	11 940	12 841	14 466
(h)=(d)+(g)	Saldo orçamental	916	1 184	1 439	1 592	1 937	1 996	2 027	2 270	2 203	2 510	3 050
	N.º de municípios com saldo orçamental positivo	284	301	284	292	297	305	307	305	303	308	304
(i)	Ativos financeiros (receitas)	12	26	8	4	5	7	40	19	46	196	174
(j)	Ativos financeiros (despesas)	58	53	49	42	33	52	24	55	190	191	202
(k)	Passivos financeiros (receitas)	264	388	557	538	383	225	393	354	304	373	415
(l)	Passivos financeiros (despesas)	665	752	737	775	588	433	420	421	361	362	372
(m)	Receitas totais – AF – PF	7 872	8 236	8 933	9 409	10 254	10 541	11 540	12 508	13 793	14 783	16 927
(n)	Despesas totais – AF – PF	6 508	6 661	7 273	7 542	8 083	8 291	9 503	10 137	11 389	12 289	13 893
(o)=(m)-(n)	**Saldo global ou efetivo**	**1 364**	**1 575**	**1 660**	**1 867**	**2 171**	**2 249**	**2 038**	**2 372**	**2 404**	**2 494**	**3 034**
(p)	Juros e outros encargos (despesas)	113	101	77	92	57	48	36	33	86	110	92
(q)=(o)+(p)	Saldo primário	1 477	1 676	1 737	1 959	2 228	2 297	2 074	2 405	2 490	2 603	3 127
	N.º de municípios com saldo primário positivo	298	301	293	300	296	295	286	293	284	296	297

Da análise do Quadro 2.56 conclui-se que:

- Em 2025, as receitas correntes cresceram 12,2% e as despesas correntes 7,6%, uma diferença de 4,6 pp. O saldo corrente aumentou 946 milhões de euros, para 4 794 milhões de euros. Três municípios apresentaram saldo corrente negativo — Freixo de Espada à Cinta, Fronteira e Tarouca — e os restantes 305 saldo positivo;[140]
- As receitas de capital aumentaram 23,5% e as despesas de capital 26,1%. Como a despesa de capital continuou superior à receita de capital, o saldo de capital foi negativo em 1 744 milhões de euros, agravando-se cerca de 407 milhões de euros face a 2024;[141] [142] [143]
- O saldo orçamental de caixa atingiu o máximo do período, 3 050 milhões de euros, mais 21,5% do que em 2024 e 232,8% do que em 2015. Dos 308 municípios, 304 apresentaram saldo positivo e quatro saldo negativo: Águeda, Campo Maior, Esposende e Moimenta da Beira.[144] [145] [146]

O Quadro 2.57 apresenta os saldos na ótica dos compromissos, informação essencial para complementar a avaliação da sustentabilidade financeira do setor municipal.

[140] Já referenciado em 2024.
[141] Aumento de crescimento verificado desde 2024, essencialmente devido ao aumento das transferências de capital face à descentralização de funções do Estado e ao aumento da receita proveniente dos Fundos Comunitários.
[142] Situação já referida nos pontos anteriores como excecionalmente grande, face à necessidade de se cumprirem os programas comunitários.
[143] Valor coberto, sempre coberto com o excedente de Saldo Corrente.
[144] Face ao contributo das receitas correntes.
[145] Situação que deveria sempre ocorrer com todos os municípios, sem exceções. Excecionalmente, esta situação ocorreu com os 308 municípios em 2024
[146] Situação que nunca deveria ocorrer.

Quadro 2.57 – Saldos na ótica dos compromissos: liquidações e compromissos[147]

Unidade: milhões de euros

		Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25			
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
(a)	Receitas correntes	6 983	7 525	7 627	7 875	8 192	8 301	8 640	11 290	10 666	16 105	13 557
(b)	Saldo gerência anterior + repos. ñ abatidas pag.	640	919	1 195	1 418	1 609	2 014	2 071	2 032	2 412	2 271	2 595
(c)	Despesas correntes	5 631	5 809	5 977	6 267	6 662	6 844	7 430	8 295	9 393	10 273	11 053
(d)=(a+b)-(c)	Saldo corrente	1 992	2 635	2 844	3 026	3 139	3 470	3 282	5 027	3 685	8 104	5 099
	N.º de municípios com saldo corrente positivo	284	287	287	285	280	285	292	292	284	285	286
(e)	Receitas de capital	1 020	978	1 189	1 241	1 487	1 374	1 601	1 440	1 723	2 231	2 821
(f)	Despesas de capital	2 588	2 650	3 303	3 357	3 452	3 595	4 372	4 128	4 454	4 738	6 336
(g)=(e)-(f)	Saldo de capital	−1 568	−1 672	−2 114	−2 116	−1 965	−2 221	−2 772	−2 688	−2 732	−2 507	−3 516
(a)+(b)+(e)	Receitas totais brutas	8 643	9 422	10 011	10 534	11 288	11 689	12 312	14 762	14 801	20 608	18 972
(h)	Liquidações anuladas	489	710	435	412	506	833	359	1 820	583	5 197	1 382
(i)	Receitas totais líquidas	8 154	8 712	9 575	10 123	10 782	10 855	11 953	12 942	14 218	15 410	17 590
(j)=(c)+(f)	Despesas totais	8 219	8 459	9 280	9 624	10 114	10 439	11 802	12 423	13 847	15 011	17 389
(k)=(i)-(j)	Saldo orçamental	−66	253	295	499	668	416	151	519	371	399	201
	N.º de municípios com saldo orçamental positivo	140	166	142	149	144	149	145	158	151	190	154
(l)	Ativos financeiros (receitas)	12	26	9	5	5	7	40	20	46	201	174
(m)	Ativos financeiros (despesas)	73	57	53	44	35	55	25	58	194	192	203
(n)	Passivos financeiros (receitas)	264	389	557	560	390	226	398	359	312	381	427
(o)	Passivos financeiros (despesas)	704	789	746	781	595	436	428	431	382	365	377
(p)	Receitas totais líquidas – AF – PF	7 878	8 297	9 010	9 558	10 387	10 622	11 514	12 563	13 860	14 828	16 989
(q)	Despesas totais – AF – PF	7 443	7 613	8 481	8 799	9 484	9 949	11 349	11 934	13 271	14 453	16 809
(r)=(p)-(q)	**Saldo global ou efetivo**	**435**	**684**	**529**	**760**	**902**	**673**	**166**	**629**	**588**	**375**	**180**
(s)	Juros e outros encargos (despesas)	142	122	89	97	63	51	42	39	94	115	100
(t)=(r)+(s)	Saldo primário	577	806	617	857	966	724	208	668	683	489	280
	N.º de municípios com saldo primário positivo	216	217	181	182	177	176	159	173	179	204	153

O Quadro 2.57 mostra a evolução dos saldos apurados pela diferença entre receitas liquidadas e compromissos assumidos. Entre 2015 e 2025, o conjunto dos municípios manteve saldos efetivo e primário agregados positivos desde 2016. Destaca-se o seguinte:

- Entre 2015 e 2025, o saldo corrente cresceu 155,9%, cerca de 3 107 milhões de euros. Em 2025, diminuiu 37,1% (-3 005 milhões de euros) face a 2024, para 5 099 milhões de euros. Apresentaram saldo corrente positivo 286 municípios, mais um do que em 2024;
- O saldo de capital permaneceu negativo e agravou-se cerca de 124,2% entre 2015 e 2025. Em 2025, atingiu -3 516 milhões de euros, menos 1 009 milhões de euros (-40,2%) do que em 2024;
- **Em 2025, os compromissos de capital totalizaram 6 336,3 milhões de euros, correspondentes a 224,6% da receita de capital liquidada. Excederam essa receita em cerca de 3 516 milhões de euros, ou 124,6%. Face a 2024, aumentaram 1 598 milhões de euros (+33,7%);**
- **O saldo orçamental passou de -66 milhões de euros em 2015 para 201 milhões de euros em 2025, um aumento de 267 milhões de euros. Em 2025, as receitas totais liquidadas superaram os compromissos pelo décimo ano consecutivo. Apresentaram saldo positivo 154 municípios, menos 36 (-18,9%) do que em 2024;**

[147] Em anuários precedentes os valores de saldo apresentados têm considerado as liquidações brutas. No presente Anuário, e desde 2018, consideraram-se as liquidações líquidas das anulações.

- **O saldo global ou efetivo foi positivo em 180 milhões de euros, pelo décimo primeiro ano consecutivo, mas diminuiu 51,9% (-194 milhões de euros) face a 2024;**
- O saldo primário permaneceu positivo no período, mas diminuiu de 577 milhões de euros em 2015 para 280 milhões de euros em 2025. Face a 2024, caiu 42,7% (-209 milhões de euros). Apresentaram saldo primário positivo 153 municípios, menos 51 (-25,0%) do que no ano anterior.[148]

O Quadro 2.58 apresenta os saldos efetivo e primário de 2025 por distrito e Região Autónoma. Da sua análise conclui-se que nove distritos apresentaram saldos efetivo e primário agregados negativos: Évora, Guarda, Portalegre, Vila Real, Viseu, Viana do Castelo, Coimbra, Beja e Aveiro.

Quadro 2.58 – Saldos de 2025 na ótica dos compromissos, por distrito e Região Autónoma

Distrito	Receitas efetivas (c/ SGA)	Despesas efetivas	Saldo global ou efetivo	Saldo primário	Percentagem de municípios com saldo primário positivo
Lisboa	3 702 418 587	3 600 738 413	101 680 174	**121 863 910**	50,0%
Faro	1 254 138 236	1 144 348 142	109 790 094	**115 782 994**	56,3%
Porto	2 249 589 285	2 215 994 920	33 594 365	**48 033 185**	50,0%
Santarém	607 872 262	567 562 095	40 310 167	**44 034 977**	52,4%
Madeira	349 283 243	308 781 933	40 501 311	**43 640 510**	63,6%
Leiria	681 607 859	646 942 990	34 664 869	**36 815 776**	68,8%
Setúbal	990 822 276	973 092 112	17 730 164	**22 056 844**	69,2%
Castelo Branco	370 469 342	352 322 781	18 146 561	**20 731 989**	45,5%
Bragança	345 680 786	330 273 785	15 407 001	**17 019 105**	41,7%
Açores	427 029 221	414 835 120	12 194 101	**15 154 163**	68,4%
Braga	1 156 340 744	1 148 855 960	7 484 784	**13 959 869**	50,0%
Évora	300 416 476	307 891 037	-7 474 561	**-4 319 269**	64,3%
Guarda	397 931 492	406 296 318	-8 364 826	**-5 715 103**	64,3%
Portalegre	289 140 562	299 908 283	-10 767 721	**-9 819 766**	46,7%
Vila Real	652 685 822	668 134 231	-15 448 409	**-11 470 904**	50,0%
Viseu	842 833 707	870 272 116	-27 438 408	**-20 561 896**	33,3%
Viana do Castelo	286 762 923	314 872 781	-28 109 858	**-26 328 874**	10,0%
Coimbra	631 172 708	675 007 799	-43 835 091	**-40 327 794**	35,3%
Beja	434 325 427	483 517 158	-49 191 731	**-46 570 594**	28,6%
Aveiro	1 018 263 108	1 078 871 206	-60 608 098	**-53 629 410**	42,1%
Total Nacional	**16 988 784 068**	**16 808 519 179**	**180 264 889**	**280 349 711**	**49,7%**

Os gráficos seguintes mostram a evolução dos saldos referidos, incluindo a situação específica dos municípios dos Açores e da Madeira.

[148] Recorde-se que de 2014 para 2015, o Saldo Primário cresceu 1 702,6% ao passar do valor negativo de 36 milhões em 2014, para o valor positivo de 577 milhões em 2015.

Gráfico 2.25 – Evolução do saldo global ou efetivo na ótica dos compromissos, a nível nacional

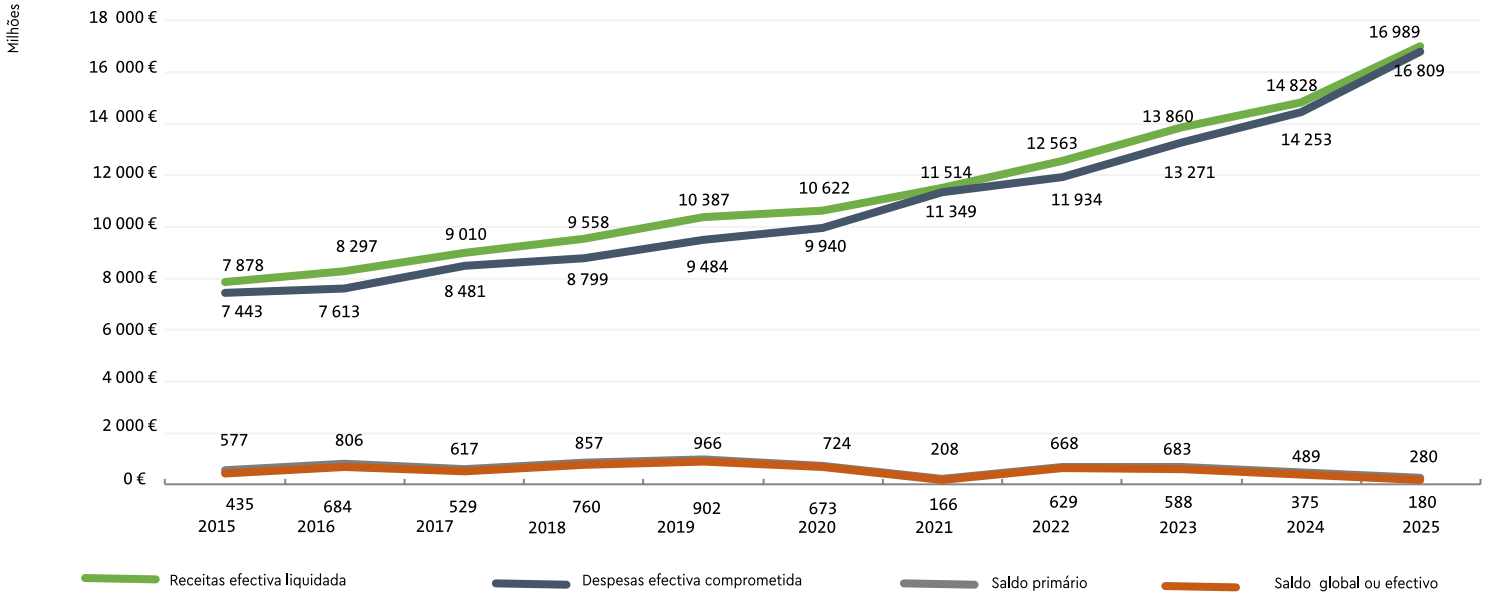


Gráfico 2.26 – Evolução do saldo global ou efetivo na ótica dos compromissos nos municípios dos Açores

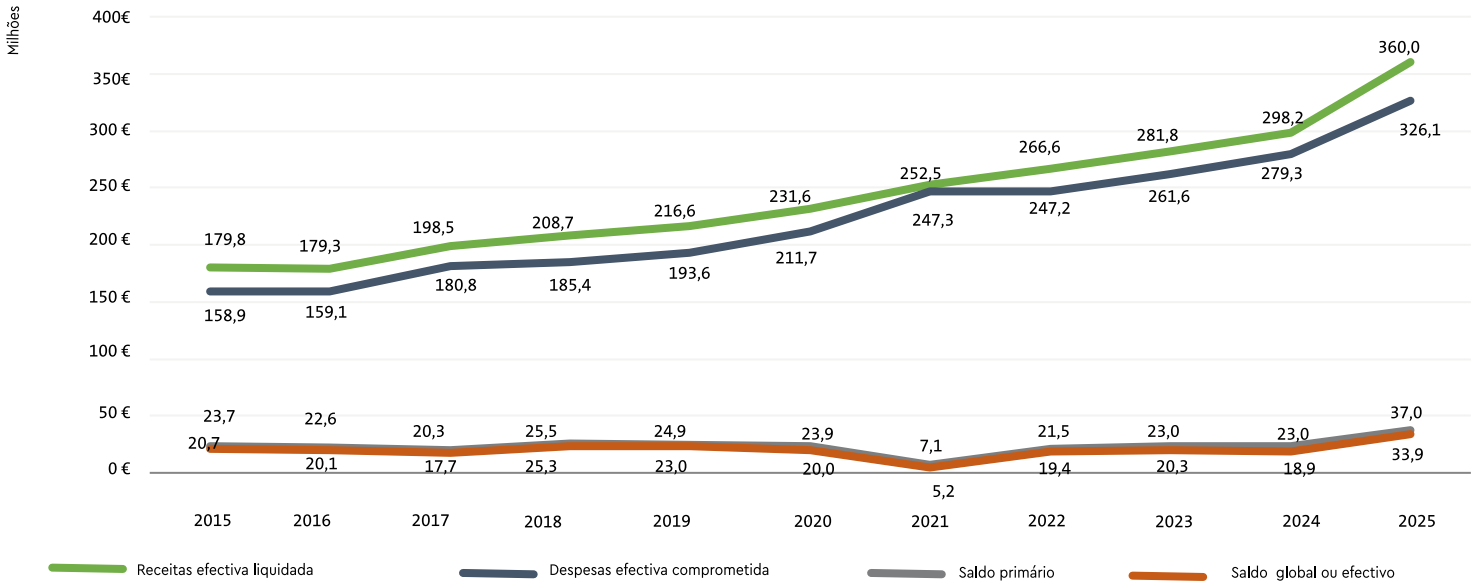
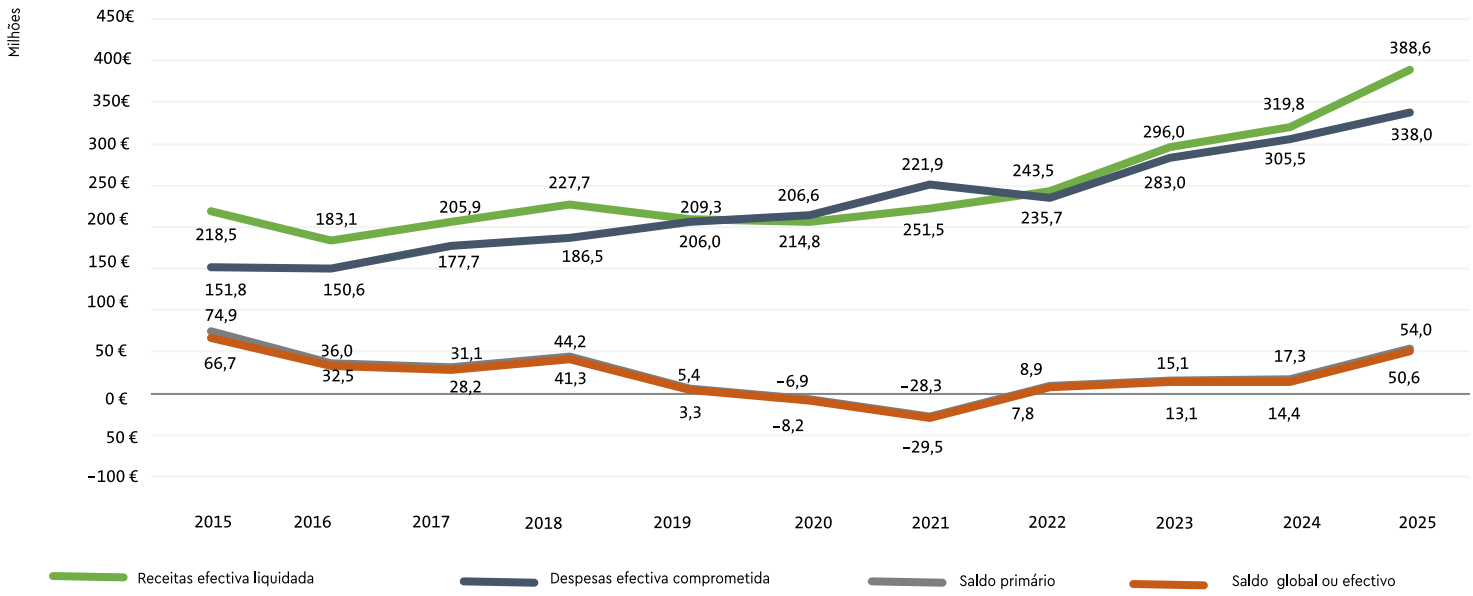


Gráfico 2.27 – Evolução do saldo global ou efetivo na ótica dos compromissos nos municípios da Madeira



CAPÍTULO 3.
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS

3.1. Introdução

Neste capítulo do Anuário procede-se à análise agregada dos dados de natureza económica e financeira obtida dos documentos de prestação de contas[149] e do Relatório de Gestão produzidos pelos 308 municípios, com vista a uma análise global e integrada da situação financeira municipal.

Relativamente ao tratamento da informação sobre os gastos registados pelas autarquias, continua a reconhecer-se uma forte lacuna de informação associada ao relato financeiro sobre gastos individualizados por atividades, programas ou projetos, que materializam as políticas públicas e, que consomem os recursos financeiros dos municípios. Tal evidencia algum caminho ainda a percorrer no que respeita à implementação da *NCP 27 – Contabilidade de Gestão* nestas entidades.

Com efeito, a implementação plena do sistema contabilístico SNC-AP,[150] designadamente incluindo a *NCP 27 – Contabilidade de Gestão*, permitirá um tratamento mais completo e consistente da atividade financeira dos municípios.

À semelhança do Capítulo 2, neste capítulo, apenas **se agregarão valores referentes aos municípios e seus serviços simples sem autonomia**.

---

[149] A contabilidade pública visa fornecer informação bastante e fidedigna, capaz de ser utilizada na prática de uma gestão racional, eficiente e eficaz, dos recursos públicos, que integre informação orçamental, financeira e de custos, fiável, relevante e oportuna. Os objetivos do relato financeiro dos municípios são proporcionar informação que seja útil para os utilizadores das demonstrações financeiras, incluindo os executivos, nas suas tomadas de decisão, mas também para permitir a responsabilização pela prestação de contas. Possibilitará, ainda, avaliar o desempenho dos municípios, nomeadamente no que se refere à prossecução dos serviços que devem prestar, ao cumprimento dos seus objetivos operacionais e à gestão dos recursos disponíveis. A informação sobre o seu grau de liquidez e de solvabilidade permitirá concluir sobre a sustentabilidade da prestação dos serviços municipais a médio e longo prazo.

[150] Entende-se que a implementação plena do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) no setor autárquico possibilita obter informação necessária à determinação dos custos dos serviços que os municípios prestam à população e, assim, permitirá um efetivo controlo de eficiência e de eficácia dos mesmos. Este sistema foi implementado por todos os municípios a partir da prestação de contas de 2020 (art.º 86º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho).

Contudo, com a entrada em vigor do SNC-AP para as autarquias locais em 01.01.2020, para efeitos comparativos com os valores de exercícios anteriores, considerando que a maioria dos municípios não fez a re-expressão da informação financeira de 2019 em base SNC-AP, esta é apresentada através de uma mera conversão dos saldos para contas e rubricas das demonstrações financeiras, de acordo com o SNC-AP e em conformidade com a opção de transição definida no ponto 1.3.6. do Manual de Implementação do SNC-AP. Continuamos, por isso, a achar importante assinalar alguns pontos relevantes da aplicação do SNC-AP, que apresentam diferenças de contabilização das usadas no POCAL.

O n.º 2 do artigo 14º do Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11/9 (Disposições transitórias) estabelece que:

"2 – As entidades públicas que adotam o SNC-AP pela primeira vez devem:

"a) Reconhecer todos os ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas normas de contabilidade pública;

b) Reconhecer itens como ativos apenas se os mesmos forem permitidos pelas normas de contabilidade pública;

c) Reclassificar itens que foram reconhecidos de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade Pública, ou planos setoriais, numa categoria, mas de acordo com as normas de contabilidade pública pertencem a outra categoria;

d) Aplicar as normas de contabilidade pública na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos."

3 – Os ajustamentos resultantes da mudança das políticas contabilísticas que se verifiquem devem ser reconhecidos no saldo de resultados transitados no período em que os itens são reconhecidos e mensurados.

4 – As entidades públicas devem reconhecer ainda os correspondentes ajustamentos no período comparativo anterior.

Anota-se ainda que o Comité de Normalização Contabilística Pública da CNC tomou a opção por um modelo mais simplificado de transição, exigindo que as primeiras demonstrações financeiras devessem incluir o ano anterior como informação comparativa sem necessidade de re-expressar a mesma de acordo com as NCP relevantes (ponto 1.3.2. do Manual de Implementação). Esta opção de não obrigar as entidades a re-expressar o comparativo de acordo com o SNC-AP implica a perda de comparabilidade, neste caso, entre 2019 e 2020, sendo a mesma retomada com as demonstrações financeiras de 2021 e anos seguintes. Numa análise custo-benefício, concluiu-se que a apresentação do ano de 2019 de acordo com os requisitos das NCP relativas ao subsistema da contabilidade financeira imporia custos que excederiam os benefícios a obter.

Dedicar-se-á um capítulo autónomo – o Capítulo 4 – à análise agregada das contas dos Serviços Municipalizados e das Empresas Municipais.

3.2. Fiabilidade do Balanço e da Demonstração dos Resultados Económicos

O Quadro 3.1 mostra a dimensão do cumprimento das ações identificadas de acordo com os requisitos do POCAL entre 2015 e 2019, e do SNC-AP de 2020 a 2025, permitindo concluir que, na generalidade, é fiável a informação financeira apresentada pelos municípios em sede de prestação de contas, sendo estas remetidas às entidades fiscalizadoras e jurisdicionais que as tutelam e, das quais se extraíram todos os dados que constam no presente capítulo.[151] **Deste quadro se conclui que se mantém o cumprimento generalizado, por parte dos municípios, das obrigações inerentes a uma boa execução da contabilidade financeira, designadamente dos procedimentos ligados aos elementos do Ativo.**

Quadro 3.1 – Informação financeira, patrimonial e económica

	POCAL					SNC-AP					
	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25			
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Apresentam Balanço e Demonstração dos Resultados (DR) na prestação de contas	308	308	308	308	308	308	308	308	308	308	308
Apresentam "Gastos/reversões de depreciação e amortização" na DR	307	307	307	308	308	308	308	308	308	308	308
Apresentam valor de Bens de Domínio Público (BDP)	307	307	307	307	307	308	308	308	308	308	308
Têm em BDP valor em terrenos	267	270	271	275	274	288	289	289	291	293	293
Têm em BDP valor em património histórico, artístico e cultural	194	200	204	205	205	267	277	279	287	290	290
Os BDP são superiores a 20% do total do Ativo	266	269	267	263	259	269	260	262	257	256	252
Têm no Ativo valores a receber de clientes, contribuintes e utentes	303	304	305	304	305	306	305	307	306	306	307
Apresentam no Ativo valores de inventários	289	292	291	291	294	290	288	288	289	290	290

Observando o Quadro 3.1 verifica-se que, em 2025 em relação ao ano precedente, apenas se assinalam duas alterações em relação a 2024:

- No que se refere ao peso do valor dos Bens de Domínio Público no Ativo Total, **56 municípios (-4 municípios que em 2024)[152] com um peso inferior a 20%**;
- Relativamente às **Dívidas a receber de Clientes, Contribuintes e Utentes** verifica-se que, em 2025, apenas um município (Lajes das Flores), menos um que 2024,[153] não apresentou saldo final na respetiva rubrica.

[151] Assim como de todos os capítulos deste Anuário. As fontes de informação são as contas apresentadas ao Tribunal de Contas e a informação financeira prestada à DGAL.

[152] Efetivamente esta situação resultou do facto de, em 2025, 10 municípios terem baixado este indicador para menos de 20% do Ativo total, e outros 6 terem passado para mais de 20% do Ativo total.

[153] Em 2024 foram os municípios de Porto Santo e Santana.

Relativamente aos outros indicadores apresentados neste quadro, a situação manteve-se inalterável em relação a 2024, o número e municípios abrangidos pelos mesmos, como se poderá verificar:

- Com a implementação do SNC-AP os registos referentes a bens de domínio público relativos a elementos do **Património histórico, artístico e cultural** melhoraram significativamente, mantendo-se, em 2025, os mesmos 290 municípios com o respetivo registo contabilístico;
- Em 2025, todos os 308 municípios procederam ao registo de **Bens de Domínio Público**. No que se refere ao valor em **Terrenos**, continuaram apenas quinze municípios a não apresentar, ainda, estes registos contabilizados em SNC-AP;
- Em 2025, 18 municípios continuam a não apresentar qualquer valor na rubrica referente a **Inventários**. Como referido em Anuários anteriores, a ausência deste registo contabilístico pode não significar incumprimento das regras contabilísticas, mas apenas o facto de os serviços produtivos que requerem bens consumíveis inventariáveis terem sido externalizados ou delegados em empresas municipais.

3.3. Ativo

No Quadro 3.2 apresentam-se os valores agregados, das componentes do Ativo do Balanço dos 308 municípios para o período entre 2015 e 2019 (reportados em POCAL), apresentando-se separadamente no Quadro 3.3 a desagregação das componentes do Ativo relativo ao período 2020 a 2025, face à implementação do SNC-AP no ano 2020. No Gráfico 3.1 apresenta-se o peso de cada componente do Ativo no respetivo total, em 2025.

Quadro 3.2– Componentes do Ativo do Balanço – POCAL 2015–2019

Unidade: milhões euros

Componentes do Ativo	2015	2016	2017	2018	2019	Variação 18–19	Variação 15–19
Bens de Domínio Público	14 390	13 950	13 789	13 499	13 250	–1,8%	–7,9%
Imobilizado incorpóreo	117	113	115	108	109	0,4%	–7,2%
Imobilizado corpóreo	21 213	21 041	21 194	21 539	21 840	1,4%	3,0%
Investimentos financeiros	1 871	1 907	1 996	1 919	1 985	3,4%	6,1%
Total do imobilizado	37 591	37 012	37 094	37 066	37 184	0,3%	–1,1%
Existências	99	101	101	101	81	–19,7%	–18,4%
Dívidas a receber	839	756	662	617	659	6,9%	–21,4%
Títulos negociáveis	7	10	17	30	31	4,2%	360,0%
Depósitos e caixa	1 330	1 624	1 917	2 129	2 534	19,0%	90,6%
Acréscimos de proveitos	1 137	1 433	1 423	1 550	1 614	4,2%	42,0%
Custos diferidos	40	50	55	48	41	–14,4%	3,0%
Ativo Total	**41 043**	**40 987**	**41 269**	**41 540**	**42 145**	**1,5%**	**2,7%**

Da análise do quadro antecedente pode-se recordar, em termos históricos que, entre 2015 e 2019, ainda na vigência do POCAL, se verificou:

- O **total do Imobilizado** teve um peso preponderante na estrutura do Ativo Total representando 88,2%, em 2019;
- O **total do Ativo** nestes cinco anos (2015/2019) cresceu +2,7% (+1 102 milhões de euros). Apresentaram taxas de elevado crescimento neste mesmo período, os **Depósitos e Caixa** e os **Acréscimos de Proveitos**, respetivamente, de +90,6% (+1 204 milhões de euros) e de +42,9% (+478 milhões de euros). Neste mesmo período, apesar do **Imobilizado Corpóreo** só ter crescido +3% (+ 627 milhões de euros), apresentou, em 2019, o peso de 51,8% do total do Ativo;
- Anota-se a significativa diminuição do valor **dos Bens de Domínio Público** em -7,9% (-1 140 milhões de euros), neste mesmo período, sendo que, em 2019, representou 31,4% do total do Ativo. Também o montante de **Dívidas a Receber** baixou, nestes mesmos anos, -21,4% (-180 milhões de euros), resultando este decréscimo de uma maior eficácia nas cobranças dos municípios;
- Os **Investimentos Financeiros,** com o peso de 4,7% no Ativo total, cresceram cerca de +6,1% (+114 milhões de euros), entre 2015 e 2019, tendo atingindo o valor de 1 985 milhões de euros em 2019;
- Em 2019, os **Depósitos e Caixa** representavam 6%[154] do Ativo total. Será de referir que estes montantes – excluídos das operações de tesouraria – concorrem para os saldos de gerência que transitam para cada ano seguinte, possibilitando aos municípios, com a sua inclusão após encerramento das contas, aumentar as dotações orçamentais disponíveis. Em relação a 2015 o montante cresceu +90,6% (+1 204 milhões de euros).

No Quadro 3.3 apresenta-se a evolução das componentes do Ativo total, constituído pelos elementos do Ativo não Corrente e do Ativo Corrente relativos ao período entre 2020 e 2025.

De igual modo, se pode apreciar a estrutura do Ativo, para o ano de 2025, através do Gráfico 3.1.

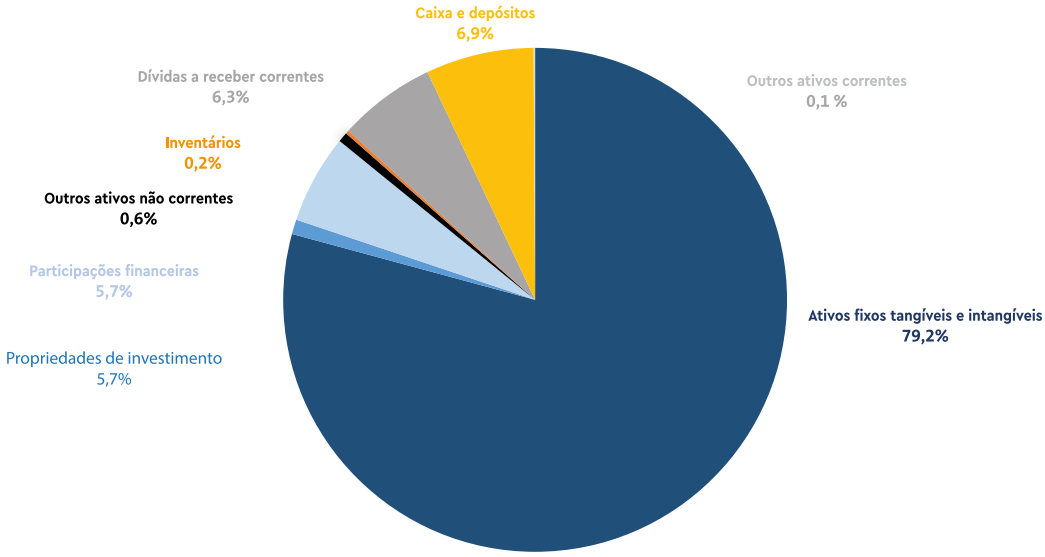
[154] Da leitura então feita aos diferentes dos Relatórios de Gestão, não se vislumbrou qualquer razão plausível para que esta percentagem, considerada relevante do total do Ativo, se mantivesse em meios financeiros líquidos no final de cada ano económico.

Quadro 3.3 – Componentes do Ativo do Balanço – SNC-AP 2020–2025

Unidade: milhões de euros

	Componentes do Ativo	2020	2021	2022	2023	2024	2025		Variação (%) 24–25
		Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Peso	
	Ativos fixos tangíveis	34 927,22	36 003,46	37 083,64	39 100,85	40 636,57	42 571,81	78,9%	4,8%
	Propriedades de investimento	461,76	465,31	505,79	480,06	493,49	509,03	0,9%	3,1%
	Ativos intangíveis	120,76	126,64	128,75	137,44	144,35	165,31	0,3%	14,5%
	Ativos biológicos	0,11	0,14	0,15	0,38	0,38	0,38	0,0%	0,0%
	Participações financeiras	2 319,85	2 584,36	2 614,53	2 693,03	2 832,77	3 078,05	5,7%	8,7%
	Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reemb.	3,42	4,50	11,24	11,97	10,33	10,81	0,0%	4,6%
	Acionistas/ sócios/ associados	1,33	1,36	1,42	1,44	1,48	1,53	0,0%	3,5%
	Diferimentos	40,00	31,58	31,83	28,32	33,89	39,48	0,1%	16,5%
	Outros ativos financeiros	69,96	81,98	65,15	66,20	82,75	78,77	0,1%	–4,8%
	Ativos por impostos diferidos	0,00	0,00	19,43	18,59	0,00	0,00	0,0%	––
	Clientes contribuintes e utentes	0,46	1,91	0,25	4,79	15,35	14,22	0,0%	–7,4%
	Outras contas a receber	98,21	132,89	165,35	146,99	205,60	195,84	0,4%	–4,7%
	Total do Ativo não Corrente	38 043,06	39 434,14	40 627,54	42 690,06	44 456,96	46 665,23	86,5%	5,0%
	Inventários	111,93	116,92	124,04	155,87	109,25	119,21	0,2%	9,1%
	Ativos biológicos	0,24	0,25	0,28	0,31	0,38	0,11	0,0%	–70,5%
Dívidas a receber correntes	Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	203,11	211,37	214,78	234,53	342,82	370,06	0,7%	7,9%
Dívidas a receber correntes	Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0,88	0,75	1,63	1,25	1,54	1,63	0,0%	5,6%
Dívidas a receber correntes	Clientes, contribuintes e utentes	203,72	190,83	207,83	216,34	237,73	261,24	0,5%	9,9%
Dívidas a receber correntes	Estado e outros entes públicos	26,20	28,28	28,28	30,07	31,74	35,06	0,1%	10,5%
Dívidas a receber correntes	Acionistas/ sócios/ associados	0,15	0,14	0,14	0,00	0,00	6,56	0,0%	––
Dívidas a receber correntes	Outras contas a receber	2 010,34	2 106,31	2 163,26	2 313,18	2 542,60	2 702,52	5,0%	6,3%
	Diferimentos	31,57	37,05	41,85	41,77	50,99	43,86	0,1%	–14,0%
	Ativos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	1,3%
	Outros ativos financeiros	2,57	4,57	41,91	91,46	11,33	6,22	0,0%	–45,1%
	Ativos não correntes detidos para venda	3,96	2,94	1,30	2,04	1,17	1,02	0,0%	–13,5%
	Caixa e depósitos	2 601,17	2 593,54	2 872,36	2 788,49	3 158,66	3 741,31	6,9%	18,4%
	Total do Ativo Corrente	5 195,85	5 292,94	5 697,65	5 875,31	6 488,22	7 288,80	13,5%	12,3%
	Ativo Total	**43 238,92**	**44 727,08**	**46 325,19**	**48 565,36**	**50 945,18**	**53 954,03**	**100%**	**5,9%**

Gráfico 3.1 – Estrutura do Ativo em 2025



Da observação do Quadro 3.3 e do Gráfico 3.1 poder-se-á concluir, em relação a 2025:

- O **Ativo não corrente** representou 86,5% do Ativo total dos municípios e apresentou o valor de 46 665,2 milhões de euros, valor superior em +2 208,3 milhões de euros (+5,0%) ao valor do total contabilizado em 2024;
- Os **Ativos Fixos Tangíveis**, no valor de 42 571,8 milhões de euros representaram 78,9% do total do Ativo total e 91,2% do total do Ativo não corrente. Aumentaram, em 2025, +4,8%, isto é, +1 935,2 milhões de euros;
- Embora com pesos muito inferiores no Ativo total, referem-se às **Participações Financeiras (ativo não corrente)** e **Outras Contas a Receber (em ativo corrente),** respetivamente com o peso de 5,7% e 5,0%, sendo que, no caso de **outras contas a receber,** o peso no Ativo total manteve-se igual ao do ano anterior. A primeira destas componentes do ativo, apresentou o volume de 3 078,1 milhões de euros (+8,7%, +245,3 milhões de euros que em 2024) e, a segunda, o valor de 2 702,5 milhões de euros (+6,3%, +159,9 milhões de euros que em 2024);
- A **Caixa e Depósitos** representaram 6,9% do Ativo total e 51,3% do Ativo Corrente. Mais se verifica que o valor dos depósitos e caixa cresceu, em 2025, face ao ano anterior, +582,7 milhões de euros (+18,4%);
- É de notar a permanência do registo de 1,02 milhões de euros em **Ativos não correntes detidos para venda** (-13,5% que o registado em 2024), elementos não decorrentes de orientações do SNC-AP,[155] tendo por isso, o valor deste ativo baixado -74,4% entre 2020 e 2025;
- **O Ativo Corrente em 2025 cresceu +12,3% (+800,6 milhões de euros), representado 13,5% do total do Ativo, apresentando o valor de 7 288,8 milhões de euros;**

155 Com feito, não existe nenhuma NCP sobre esta matéria. Assim, depreende-se que os municípios que reconheceram este tipo de elementos, o fizeram socorrendo-se do procedimento de integração de lacunas (conforme alínea b) do nº1, do art.º 13º do DL n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprovou o SNC-AP), recorrendo, portanto, aos preceitos do SNC empresarial. Ressalva-se, ainda, que desde 2022, existe também a *International Public Sector Accounting Standard (IPSAS) 44 – Non-current Assets Held for Sale and Discontinued Operations,* aplicável ao registo deste tipo de ativos, que poderá vir também a ser aplicada supletivamente ao normativo nacional.

- Pela leitura deste quadro (Quadro 3.3) pode-se ainda concluir que **o Total de Dívidas a Receber no final de 2025 era de 3 599,4 milhões de euros, no conjunto dos 308 municípios, sendo que 3 377,1 milhões, isto é 93,9% das Dívidas a receber eram Dívidas Correntes, as quais apresentaram um crescimento de +7% (+220,6 milhões de euros) e, os restantes 222,4 milhões de euros, 6,2% da dívida a receber, eram Dívidas Não Correntes, as quais baixaram, neste ano, -4,5% (-10,4 milhões de euros).**

O Quadro 3.4 mostra que, na composição dos Ativos Fixos Tangíveis, a maior expressão (62,6%) se refere a ativos tangíveis de domínio privado (Total de Outros Ativos Fixos Tangíveis). Os Ativos Fixos Tangíveis decorrentes de acordos de concessão de serviços apenas representaram 1,3% dos mesmos, e continuam a crescer embora, em 2025, em valores pouco significativos (+1,3%, +20,6 milhões de euros) e respeitam maioritariamente a infraestruturas, havendo 74 municípios em 2025 com ativos fixos tangíveis decorrentes de acordos de concessão de serviços.

O Total dos Bens de Domínio Público dos Ativos Fixos Tangíveis representou 36,0% do Ativo total, ao apresentar o valor de 15 341,3 milhões de euros em 2025, tendo crescido apenas +2,1% (+319,0 milhões de euros).

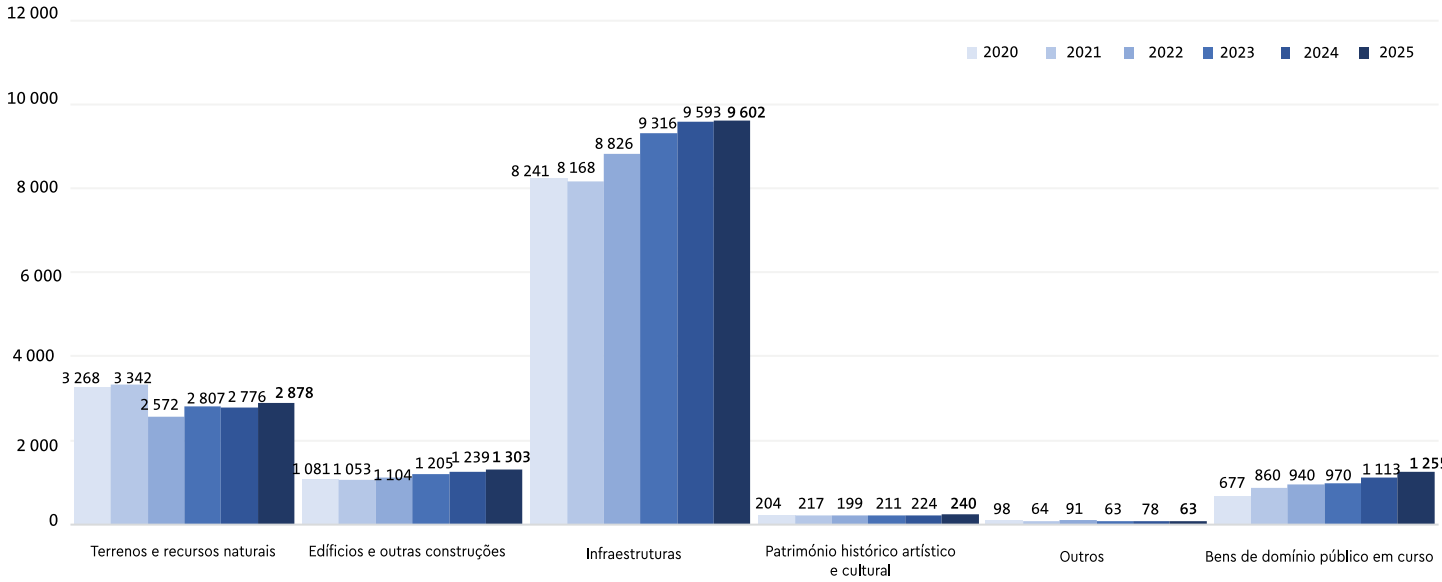
Quadro 3.4 – Componentes do Ativo Fixo Tangível – SNC-AP 2020-2025

Unidade: milhões de euros

Ativo Fixo Tangível	2020	2021	2022	2023	2024	2025		Variação (%) 24-25
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Peso	
Terrenos e recursos naturais	3 268,32	3 341,76	2 571,57	2 806,82	2 775,75	2 878,48	6,8%	3,7%
Edifícios e outras construções	1 081,23	1 053,07	1 104,46	1 205,00	1 238,83	1 302,94	3,1%	5,2%
Infraestruturas	8 240,52	8 167,74	8 825,85	9 316,30	9 592,66	9 602,44	22,6%	0,1%
Património histórico, artístico e cultural	203,88	216,82	199,07	211,19	223,98	239,52	0,6%	6,9%
Outros	97,63	64,11	90,95	63,28	78,34	62,58	0,1%	-20,1%
Bens de domínio público em curso	676,79	860,41	940,26	970,28	1 112,72	1 255,34	2,9%	12,8%
Total Ativos Fixos Tangíveis: Bens de Domínio Público	13 568,38	13 703,91	13 732,15	14 572,87	15 022,29	15 341,29	36,0%	2,1%
Terrenos e recursos naturais	5 907,80	6 130,13	6 515,81	6 734,23	6 982,39	7 180,58	16,9%	2,8%
Edifícios e outras construções	12 438,77	12 665,14	13 212,53	13 820,56	14 433,74	15 027,18	35,3%	4,1%
Equipamento básico	294,61	318,97	335,24	365,66	390,83	428,42	1,0%	9,6%
Equipamento de transporte	219,53	228,56	222,70	252,92	262,09	279,52	0,7%	6,6%
Equipamento administrativo	82,16	83,23	84,58	89,62	94,21	106,43	0,2%	13,0%
Equipamentos biológicos	11,27	7,38	7,13	3,41	3,30	19,36	0,0%	487,3%
Outros	132,58	125,79	144,52	159,65	168,20	169,82	0,4%	1,0%
Ativos fixos tangíveis em curso	1 971,65	2 444,76	2 417,11	2 556,07	2 729,02	3 448,11	8,1%	26,4%
Total Outros Ativos Fixos Tangíveis	21 058,37	22 003,98	22 939,62	23 982,13	25 063,78	26 659,42	62,6%	6,4%
Terrenos e recursos naturais	25,36	7,10	0,96	1,47	1,47	1,48	0,0%	0,2%
Edifícios e outras construções	86,97	34,75	46,98	68,76	96,50	92,48	0,2%	-4,2%
Infraestruturas	186,95	250,60	359,45	463,70	447,41	473,72	1,1%	5,9%
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,58	0,00	0,00	0,00	0,0%	--
Ativos fixos em concessão em curso	1,19	2,67	3,89	11,91	5,12	3,43	0,0%	-33,1%
Total Ativos Fixos Tangíveis em concessão	300,47	295,13	411,86	545,85	550,51	571,10	1,3%	3,7%
Total Ativos Fixos Tangíveis	**34 927,22**	**36 003,02**	**37 083,64**	**39 100,85**	**40 636,57**	**42 571,81**	**100%**	**4,8%**

O Gráfico 3.2 permite a comparação das diferentes componentes de **Bens de Domínio Público**, entre 2020 e 2025. Pelo seu volume e, ainda, pelo facto de ser o elemento do Ativo Fixo mais difícil de reconhecer contabilisticamente,[156] importará desagregar por rubricas, pois tratam-se de bens que, pela sua natureza jurídica, são inalienáveis até decisão fundamentada de desafetação, assunto da competência exclusiva da Assembleia Municipal.[157]

Gráfico 3.2 – Valor das componentes de Ativos Fixos Tangíveis: Bens de Domínio Público – 2020-2025



A análise do Gráfico 3.2, com referência a 2025, permite concluir:

- A rubrica de **infraestruturas**, com o valor de 9 602,4 milhões de euros, é a componente mais representativa dos **Bens de Domínio Público**, mantendo o peso de 62,6% no valor total de Bens do Domínio Público e 22,6% do total dos Ativos Fixos Tangíveis. Apresentou um crescimento de +0,1% correspondente a +9,8 milhões de euros;
- O montante considerado em **terrenos e recursos naturais**, no total de 2 878,5 milhões de euros, constitui a segunda componente mais representativa do conjunto de ativos fixos que compõem os **Bens de Domínio Público**. Representou 18,8% do valor dos Bens do Domínio Público e 6,8% do total dos Ativos Fixos Tangíveis. Este ativo, em 2025, cresceu +3,7% (+102,7milhões de euros) face a 2024;
- As restantes rubricas económicas dos Bens de Domínio Público – **Edifícios e outras construções**, **Bens de Domínio público em curso** e **Património histórico artístico e cultural**, representaram, respetivamente, 8,5%, 8,2% e 1,6% do total dos bens do domínio público. Estas

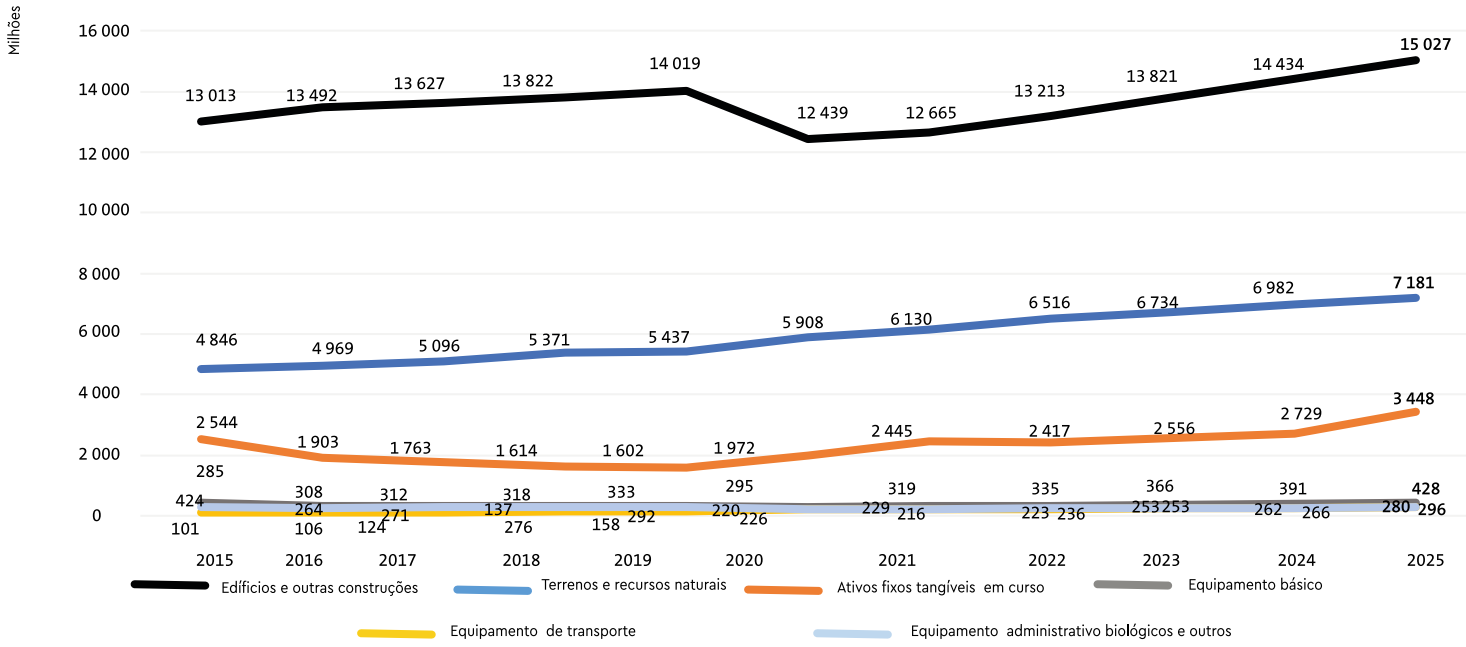
156 Esta dificuldade deve-se particularmente a questões de mensuração de algumas categorias destes ativos. Não foi ainda avaliado o grau de aproximação à realidade do valor contabilizado dos bens classificados como de domínio público dos municípios, sendo que, em diversos casos, os valores do património histórico, artístico e cultural, não constam dos balanços pelas dificuldades referidas.

157 A deliberação de desafetação do domínio público compete à Assembleia Municipal, depois de demonstrado o não interesse público envolvido (artigo 25.º, n.º 1, alínea q), da Lei n.º 75/2012, de 12 de setembro).

três componentes cresceram, em relação a 2024, respetivamente, +5,2% (+64,1 milhões de euros), +12,8% (+142,6 milhões de euros) e +6,9% (+15,5 milhões de euros).

No **Gráfico 3.3**[158] é apresentada a evolução, entre 2015 e 2025, das diferentes componentes de **Outros Ativos Fixos Tangíveis** (sem Bens de Domínio Público, nem ativos em concessão) **que, em 2025, representou 62,6% do total dos Ativos Fixos Tangíveis, atingindo o valor global de 26 659,4 milhões de euros, tendo crescido +6,4% (+1 595,6 milhões de euros) face ao ano anterior.**

Gráfico 3.3 – Evolução do valor das componentes do agregado: Outros Ativos Fixos Tangíveis



Algumas observações a realçar deste gráfico serão as seguintes:

- A rubrica mais representativa de Outros Ativos Fixos Tangíveis é a que se refere a **edifícios e outras construções** municipais de uso privativo.[159] Em 2025, com o peso de 56,4% no total de Outros Ativos Fixos Tangíveis, apresentou o montante de 15 027,2 milhões de euros e um aumento de +4,1% (+593,4 milhões de euros), situação visível na linha ascendente do Gráfico 3.3;

158 Apesar da implementação de SNC-AP ter obrigado a registos contabilísticos com critérios diferentes dos aplicados antes de 2020, apresentamos este gráfico evolutivo dos Outros Ativos Fixos Tangíveis incluindo anos anteriores a este, tecendo algumas observações sobre o mesmo.
159 Os edifícios municipais que são considerados bens do domínio público estarão contabilizados na respetiva componente dos Ativos Fixos Tangíveis: Bens de Domínio Público.

- O valor dos **terrenos e recursos naturais**, com o peso de 26,9% no total de **Outros Ativos Fixos Tangíveis**, tem apresentado crescimento desde 2015, atingindo o maior montante em 2025 ao registarem-se 7 180,6 milhões de euros (+2,8% que no ano transato, +198,2 milhões de euros);
- Quanto ao valor dos **ativos fixos tangíveis em curso** é representado por uma curva descendente entre 2015 e 2019, começando a crescer de valor em 2020. Em 2021 apresentou-se com um sentido ascendente traduzido pelo crescimento de valor em +24,0% (+473 milhões de euros), mas em 2022 voltou a decrescer embora ligeiramente (-1%), retomando o crescimento em 2023. **Em 2025, esta rubrica, ao apresentar o valor de 3 448,1 milhões de euros, representou 12,9% total de Outros Ativos Fixos Tangíveis e um crescimento relevante de +26,4% (+719,1 milhões de euros);**
- As restantes componentes de **Outros Ativos Fixos Tangíveis** (equipamento básico, equipamento de transporte e equipamento administrativo, biológico e outros) apresentaram um valor muito baixo, representando cada um deles um peso relativo, igual ou inferior a 1% do total de Outros Ativos Fixos Tangíveis, pelo que não influenciaram significativamente a tendência evolutiva do Ativo Não Corrente – Outros Ativos Fixos Tangíveis, embora tenham apresentado um crescimento, em 2025, respetivamente de +9,6%, +6,6%, +13%, +487,3% (este relativo a equipamentos biológicos, mas com pouco significado financeiro) e +1,0%.

O Quadro 3.5 apresenta a composição do imobilizado corpóreo entre 2015 e 2019.

Quadro 3.5 – Composição do Imobilizado corpóreo – POCAL 2015–2019

Unidade: milhões de euros

Imobilizado corpóreo	2015	2016	2017	2018	2019	Variação 18–19	Variação 15–19
Edifícios	13 013	13 492	13 627	13 822	14 019	1,4%	7,7%
Terrenos	4 846	4 969	5 096	5 371	5 437	1,2%	12,2%
Imobilizado em curso	2 544	1 903	1 763	1 614	1 602	–0,8%	–37,0%
Equipamento básico	424	308	312	318	333	4,5%	–21,6%
Outros	200	182	189	196	198	1,0%	–1,1%
Equipamento de transporte	101	106	124	137	158	15,0%	56,2%
Equipamento administrativo	75	73	73	70	83	18,1%	9,7%
Ferramentas e utensílios	10	9	10	10	12	10,8%	14,1%
Total	**21 213**	**21 041**	**21 194**	**21 539**	**21 840**	**1,4%**	**3,0%**

Entre 2015 e 2019 o valor global do Imobilizado Corpóreo cresceu +3% (+627 milhares e euros), tendo em 2019 apresentado um ligeiro acréscimo de +1,4% (+301 milhares e euros).

Concluindo a análise do Ativo não Corrente, apresentam-se dois *rankings* de municípios, respetivamente, com maior volume de Ativos Fixos Tangíveis Totais (R73) e maior volume de Participações Financeiras[160] (R74).

[160] Os investimentos financeiros evoluíram positivamente desde 2015, mantendo uma tendência crescente até 2019. Considerando que, até 2019, os investimentos financeiros incluíam investimentos em imóveis que, em SNC-AP foram reclassificados como propriedades de investimento, o aumento do valor das participações financeiras de 2019 para 2020 poderia ser ainda mais considerável, ainda que a mesma pudesse resultar, em parte, da aplicação

R73 – Municípios com maior valor de Ativos Fixos Tangíveis – 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Variação (%) 24-25	Peso no total – 2025
1	Lisboa	G	2 519 089 809	2 632 756 020	2 973 742 130	3 353 555 036	3 556 640 160	3 786 598 884	6,5%	8,9%
2	Porto	G	1 374 359 492	1 420 399 776	1 463 232 598	1 521 004 372	1 562 899 364	1 591 670 968	1,8%	3,7%
3	Funchal	G	1 031 263 035	1 030 795 640	1 030 342 340	1 031 570 328	1 032 142 908	1 030 697 457	–0,1%	2,4%
4	Cascais	G	508 947 436	636 071 963	711 421 104	798 970 550	904 914 765	1 029 406 944	13,8%	2,4%
5	Vila Nova de Gaia	G	782 239 859	790 820 014	798 256 587	823 038 147	859 854 736	864 650 937	0,6%	2,0%
6	Seixal	G	318 889 957	393 812 811	548 569 262	817 723 385	829 373 163	824 050 363	–0,6%	1,9%
7	Oeiras	G	492 418 777	469 855 645	559 621 859	626 093 494	698 314 985	813 405 203	16,5%	1,9%
8	Braga	G	479 772 397	477 181 860	640 827 049	743 654 610	751 658 035	808 037 181	7,5%	1,9%
9	Sintra	G	714 516 183	726 257 386	726 498 828	731 547 871	752 592 607	761 629 969	1,2%	1,8%
10	Matosinhos	G	618 750 575	641 815 361	655 088 055	669 010 702	700 359 112	744 222 157	6,3%	1,7%
11	Coimbra	G	571 907 759	599 446 075	620 345 093	638 793 427	649 498 657	678 729 937	4,5%	1,6%
12	Loures	G	1 324 819 646	1 321 230 213	469 195 810	494 514 332	524 589 275	587 398 167	12,0%	1,4%
13	Almada	G	455 402 149	463 494 919	470 105 062	475 923 255	499 532 598	497 270 004	–0,5%	1,2%
14	Guimarães	G	405 049 093	416 028 123	419 092 538	427 388 105	448 824 361	468 079 547	4,3%	1,1%
15	Gondomar	G	326 846 719	348 689 359	368 192 467	382 671 053	426 426 811	417 027 361	–2,2%	1,0%
16	Leiria	G	296 204 946	297 219 400	377 171 721	394 349 538	395 247 779	402 900 846	1,9%	0,9%
17	Vila Nova de Famalicão	G	260 561 958	280 426 941	299 167 071	311 792 658	327 117 420	402 608 155	23,1%	0,9%
18	Loulé	M	310 069 329	320 908 165	327 617 753	345 883 904	365 068 624	399 471 250	9,4%	0,9%
19	Maia	G	333 937 704	329 689 672	327 241 181	336 905 718	343 963 741	380 052 843	10,5%	0,9%
20	Setúbal	G	292 083 041	303 180 223	308 470 602	339 045 971	347 704 160	361 693 501	4,0%	0,8%
21	Aveiro	M	275 998 627	291 844 263	319 343 378	337 271 672	350 136 040	358 882 418	2,5%	0,8%
22	Vila Franca de Xira	G	347 193 166	344 247 422	333 285 778	330 705 129	336 385 901	348 750 279	3,7%	0,8%
23	Odivelas	G	252 005 717	272 486 667	291 821 527	299 614 236	311 584 956	334 687 953	7,4%	0,8%
24	Lamego	M	114 843 542	116 048 614	121 160 669	124 939 798	320 081 051	328 558 869	2,6%	0,8%
25	Santa Maria da Feira	G	233 678 263	245 494 507	271 129 609	277 839 479	290 655 593	320 757 484	10,4%	0,8%
26	Viana do Castelo	M	212 678 247	225 249 918	224 183 996	232 433 014	266 320 561	314 535 235	18,1%	0,7%
27	Portimão	M	280 105 195	285 884 600	287 976 613	302 065 284	307 542 675	311 540 774	1,3%	0,7%
28	Mafra	M	180 680 354	187 166 453	200 463 243	249 476 684	273 539 646	308 523 063	12,8%	0,7%
29	Amadora	G	224 521 160	234 970 931	245 015 510	257 808 226	269 161 236	304 807 957	13,2%	0,7%
30	Castelo Branco	M	308 103 664	309 078 295	316 358 111	296 841 228	294 696 381	299 206 359	1,5%	0,7%
31	Valongo	M	224 080 025	226 051 992	239 030 317	248 069 566	267 577 499	285 165 205	6,6%	0,7%
32	Albufeira	M	204 445 419	218 927 310	220 440 864	226 873 082	252 407 002	272 257 405	7,9%	0,6%
33	Paredes	M	235 684 805	238 347 206	245 522 940	253 632 425	261 128 664	268 803 232	2,9%	0,6%
34	Lagos	M	223 363 761	231 856 236	233 752 383	242 168 284	256 864 400	265 014 281	3,2%	0,6%
35	Barcelos	G	187 460 602	202 660 829	209 917 934	227 474 514	244 962 037	263 862 831	7,7%	0,6%
Total dos 308 municípios			**34 927 216 183**	**36 003 464 403**	**37 083 640 342**	**39 100 847 304**	**40 636 572 367**	**42 571 805 441**	**4,8%**	**100%**

Sobre o *Rankings* R73 destacamos o seguinte:

de novos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos no SNC-AP, e não necessariamente de novas aquisições. Entre 2020 e 2025, o Quadro 3.3 mostra a continuação de uma tendência crescente dos investimentos financeiros, com aumento de +758,2 milhões de euros (32,7%) nesse período, e um acréscimo de +8,7% em relação a 2024.

- Em 2025 Lisboa é o município que apresenta maior volume de **Ativos Fixos Tangíveis**, com o valor de 3 786,6 milhões de euros, sendo seguido pelo Porto com 1 591,7 milhões de euros, Funchal com 1 030,7 milhões de euros e Cascais com 1 029,4 milhões de euros. Os restantes municípios apresentaram valores inferiores a 1 milhão de euros. Não há municípios de pequena dimensão neste *ranking* e constam 24 municípios de grande dimensão faltando o município de Viseu que apresentou o valor de 245,3 milhões de euros de Ativos Fixos Tangíveis.

Quanto às **Participações Financeiras,** apesar de apenas representarem 5,7% no Ativo Total, revestem uma atividade de natureza financeira dos municípios que se traduz na aquisição de capital de outras entidades, nomeadamente, em empresas municipais, pelo que interessa assinalar as participações financeiras mais relevantes apresentando-se o *Ranking* R74 com os 35 municípios com maior volume das mesmas em 2025.

Em 2025 as **Participações Financeiras**, apresentaram, na globalidade, um crescimento médio de +8,7% (+245,3 milhões de euros), aumento superior em 3,5 pp ao verificado em 2024.

R74 – Municípios com maior valor de Participações Financeiras – 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Variação (%) 24-25	Peso no total – 2025
1	Lisboa	G	224 036 823	273 245 416	271 153 358	294 218 272	329 847 272	327 764 469	–0,6%	10,6%
2	Porto	G	109 439 192	177 278 522	177 729 708	178 196 235	178 167 218	315 561 347	77,1%	10,3%
3	Oeiras	G	93 235 001	122 787 346	123 789 628	125 195 692	127 060 094	131 719 860	3,7%	4,3%
4	Sintra	G	107 180 200	107 983 747	112 332 534	115 769 765	118 404 186	124 422 069	5,1%	4,0%
5	Amadora	G	86 487 532	113 831 356	114 631 848	115 115 452	116 694 648	121 367 698	4,0%	3,9%
6	Vila Nova de Gaia	G	109 243 477	128 105 035	130 680 890	134 193 153	116 386 831	116 293 815	–0,1%	3,8%
7	Almada	G	72 329 892	68 648 916	66 164 729	66 508 184	115 751 107	114 715 376	–0,9%	3,7%
8	Castelo Branco	M	59 072 686	57 865 879	56 701 198	55 089 065	92 858 723	92 539 444	–0,3%	3,0%
9	Braga	G	64 937 421	64 828 031	66 908 823	73 673 331	73 670 297	80 035 168	8,6%	2,6%
10	Covilhã	M	78 938 544	78 875 196	79 051 618	78 632 399	78 631 840	78 734 426	0,1%	2,6%
11	Vila Franca de Xira	G	65 789 245	66 674 361	67 732 823	67 301 620	66 337 861	67 120 851	1,2%	2,2%
12	Portimão	M	33 768 800	33 768 800	33 768 800	33 768 800	33 768 800	62 571 544	85,3%	2,0%
13	Coimbra	G	53 012 157	53 413 106	53 413 106	53 413 106	56 823 738	57 470 238	1,1%	1,9%
14	Mafra	M	56 463 609	57 670 288	56 728 880	58 959 233	55 088 204	56 927 689	3,3%	1,8%
15	Loures	G	39 262 979	36 857 286	53 556 196	55 900 868	55 730 954	55 068 876	–1,2%	1,8%
16	Santarém	M	56 508 810	56 220 141	55 314 019	54 830 595	52 765 365	52 972 998	0,4%	1,7%
17	Vila Real	M	48 903 783	48 986 186	52 152 041	44 772 109	40 654 018	43 454 137	6,9%	1,4%
18	Caldas da Rainha	M	1 976 607	1 952 091	1 952 091	1 976 607	1 976 607	35 525 033	1697,3%	1,2%
19	Odivelas	G	23 139 020	21 278 055	33 930 822	35 545 712	35 403 798	35 150 162	–0,7%	1,1%
20	Viana do Castelo	M	27 835 846	29 150 600	29 631 073	30 103 643	30 568 310	30 618 310	0,2%	1,0%
21	Loulé	M	12 158 093	28 464 869	28 699 248	29 201 362	30 490 441	30 527 478	0,1%	1,0%
22	Cantanhede	M	32 436 585	32 436 287	31 565 028	31 549 428	30 798 283	30 507 169	–0,9%	1,0%
23	Esposende	M	27 847 010	28 076 875	28 013 477	28 146 441	28 117 035	28 066 580	–0,2%	0,9%
24	Valongo	M	21 067 803	28 530 920	26 625 807	26 884 518	27 740 348	27 957 036	0,8%	0,9%
25	Olhão	M	21 815 735	22 930 196	20 350 664	20 743 818	26 055 846	27 441 865	5,3%	0,9%
26	Setúbal	G	5 564 899	5 564 899	17 485 059	17 485 059	22 964 569	25 753 541	12,1%	0,8%
27	Matosinhos	G	4 617 959	20 460 858	21 855 420	22 445 551	24 370 568	24 620 633	1,0%	0,8%
28	Maia	G	21 250 361	22 796 378	22 355 612	24 267 499	24 460 941	24 518 059	0,2%	0,8%
29	Abrantes	M	19 852 242	18 531 377	22 457 206	22 932 050	22 621 500	22 071 374	–2,4%	0,7%
30	Montijo	M	24 842 294	24 076 597	23 837 173	23 092 723	22 334 745	21 234 952	–4,9%	0,7%
31	Alcanena	P	16 589 562	16 615 858	19 731 049	19 527 312	19 023 367	19 751 727	3,8%	0,6%
32	Évora	M	18 213 248	18 365 698	18 290 939	18 794 174	18 801 270	18 894 640	0,5%	0,6%
33	Cascais	G	39 679 181	34 699 933	39 476 876	17 551 453	18 141 453	18 141 453	0,0%	0,6%
34	Penafiel	M	7 986 862	14 126 688	14 982 386	14 955 608	14 501 087	17 579 904	21,2%	0,6%
35	Torres Novas	M	17 199 738	17 280 471	17 798 502	17 428 180	16 875 780	16 979 733	0,6%	0,6%
Total dos 308 municípios			**2 319 845 423**	**2 584 364 663**	**2 614 525 063**	**2 693 027 924**	**2 832 770 608**	**3 078 054 464**	**8,7%**	**100%**

Relativamente ao *Ranking* R74, observa-se que:

- Lisboa lidera também o *ranking* das **Participações financeiras** com 327,7 milhões de euros, representando 10,6% do total das participações financeiras de todos os municípios, tendo apresentado em 2025 um decréscimo de -0,6% (-2,1 milhões de euros).
- Em segundo lugar está o Porto com o crescimento extraordinário, face a 2024, de +77,1% (+ 137,4 milhões de euros), seguido de Oeiras (+3,7%, +4,7 milhões de euros), Sintra (+5,1% , +6,0 milhões de euros), Amadora (+4,0%, +4,7 milhões de euros), Vila Nova de Gaia (-0,1%, -93 milhares de euros) e Almada (-0,9%, -1,0 milhões de euros), com os valores de respetivamente 315,6 milhões de euros, 131,7 milhões de euros, 124,4 milhões de euros, 121,4 milhões de euros, 116,3 milhões de euros e 114,7 milhões de euros.
- Existem dezasseis municípios de grande dimensão, neste *ranking* e, apenas um município de pequena dimensão: Alcanena, com 19,8 milhões de euros de participações financeiras no seu ativo não corrente (+3,8% que em 2024).

No Quadro 3.6 apresenta-se a composição das **dívidas a receber (curto prazo e médio/longo prazo)** desagregadas pelos seus diferentes elementos, entre 2015 e 2019, apresentando-se separadamente o quadro homólogo (Quadro 3.7) relativo ao período de 2020/2025.

Quadro 3.6 – Composição das Dívidas a Receber – POCAL 2015-2019

Unidade: milhões de euros

Dívidas a receber	2015	2016	2017	2018	2019	Variação 18-19	Variação 15-19
Dívidas a receber m/l prazo	97,47	66,68	86,78	76,10	85,18	11,9%	-12,6%
Empréstimos concedidos (c.p.)	9,40	7,40	3,01	2,00	11,83	490,3%	25,9%
Clientes, contribuintes e utentes (c.p.)	239,81	255,16	215,29	183,80	191,77	4,3%	-20,0%
Estado e outros entes públicos (c.p.)	30,44	30,96	25,68	29,97	27,62	-7,9%	-9,3%
Administração Autárquica (c.p.)	12,14	10,56	7,37	7,54	10,49	39,0%	-13,6%
Adiantamentos (c.p.)	9,75	9,36	9,02	9,90	13,52	36,5%	38,6%
Outros devedores (c.p.)	440,01	376,35	314,96	307,53	319,04	3,7%	-27,5%
Outros (c.p.)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,0%	-
Total de dívidas a receber em 31/12	**839,03**	**756,46**	**662,12**	**616,87**	**659,44**	**6,9%**	**-21,4%**

Quadro 3.7 – Composição das Dívidas a Receber – SNC-AP 2020-2025

Unidade: milhões de euros

Dívidas a receber	2020	2021	2022	2023	2024	2025		Variação (%)
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Peso	24-25
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	3,42	4,50	11,24	11,97	10,33	10,81	0,3%	4,6%
Acionistas/ sócios/ associados	1,33	1,36	1,42	1,44	1,48	1,53	0,0%	3,5%
Clientes contribuintes e utentes	0,46	1,62	0,25	4,79	15,35	14,22	0,4%	-7,4%
Outras contas a receber	98,21	132,89	165,35	146,99	205,60	195,84	5,4%	-4,7%
Dívidas a receber não correntes	103,43	140,37	178,27	165,19	232,77	222,39	6,2%	-4,5%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	203,11	211,37	214,78	234,53	342,82	370,06	10,3%	7,9%
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0,88	0,75	1,63	1,25	1,54	1,63	0,0%	5,6%
Clientes contribuintes e utentes	203,72	190,83	207,83	216,34	237,73	261,24	7,3%	9,9%
Estado e outros entes públicos	26,20	28,28	28,28	30,07	31,74	35,06	1,0%	10,5%
Acionistas/ sócios/ associados	0,15	0,14	0,14	0,00	0,00	6,56	0,2%	--
Outras contas a receber	2 010,34	2 106,31	2 163,26	2 313,18	2 542,60	2 702,52	75,1%	6,3%
Dívidas a receber correntes	2 444,41	2 537,68	2 615,91	2 795,37	3 156,43	3 377,06	93,8%	7,0%
Total de Dívidas a receber	**2 547,83**	**2 678,05**	**2 794,18**	**2 960,57**	**3 389,20**	**3 599,46**	**100%**	**6,2%**

Da observação do Quadro 3.6 e do Quadro 3.7 anota-se que:

- Entre 2015 e 2019 o valor global das **Dívidas a Receber** baixaram cerca de -21,4% (-179,6 milhões e euros) apesar de, em 2019 ter apresentado um acréscimo de +6,9% (+42,6 milhões de euros) face ao ano anterior;
- **Entre 2020 e 2025 o valor das dívidas a receber cresceu +41,3% (+1 051 milhões de euros), apresentando em 2025 o valor total de 3 599,5 milhões de euros**, superior em +210,3 milhões de euros ao valor escriturado em 2024. Este valor subdivide-se, em 2025, em **dívidas a receber não correntes** no total de 222,4 milhões de euros (-4,5%, -10,4 milhões de euros, que em 2024), e **dívidas a receber correntes** no total de 3 377,1 milhões de euros, este último montante representando 93,8% do total das dívidas a receber. Em 2025, a componente mais representativa das dívidas a receber (com o peso de 75,1%), foi **Outras Contas a Receber (correntes)** no valor de 2.702,5 milhões de euros, que cresceram +6,3% face a 2024 (+159,9 milhões de euros) [161] ;
- Em 2025, verificou-se que 307 municípios apresentaram valores inscritos em **clientes contribuintes e utentes correntes** no total de 261,2 milhões de euros (+9,9%, +23,5 milhões de euros que em 2024), 209 municípios apresentaram, da mesma natureza corrente[162], valores inscritos em **Devedores por Transferências e Subsídios não Reembolsáveis** no total de 370,1 milhões de euros (+7,9%, +27,2 milhões de euros[163]);
- Pesando apenas 1% nas dívidas a receber, a dívida do **Estado e outros entes públicos**[164] totalizou, em 2025, 35,1 milhões de euros, valor superior ao verificado em 2024 em +10,5% (+ 3,3 milhões de euros).

Apresenta-se a seguir o *Ranking* R75 com a listagem dos 35 municípios com maior valor de dívidas a receber correntes e não correntes.

[161] Note-se que, em SNC-AP, os acréscimos de proveitos foram reclassificados em devedores por acréscimos de rendimentos, incluídos neste montante de outras contas a receber correntes. Desta mudança de critérios resulta a discrepância de valores entres o Quadro 3.6 e o Quadro 3.7.

[162] Dívida Corrente

[163] Crescimento muito inferior ao verificado em 2024, o qual tinha sido de +108,3 milhões de euros, isto é, +46,2%.

[164] Trata-se de uma dívida constituída essencialmente por dívida do Estado aos municípios e refletirá, fundamentalmente, o montante de cobrança de impostos que o Ministério das Finanças efetuou por conta dos municípios e cuja entrega aos mesmos só se concretizará no ano económico seguinte. Incluirá, também, pagamentos já vencidos de protocolos celebrados entre o Estado e os municípios. Poderá estar ainda refletido nesta rubrica, eventual IVA a recuperar pelos municípios com serviços municipais integrados.

R75 – Municípios com maior valor de dívidas a receber – 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Variação (%) 24-25	Peso no total – 2025
1	Lisboa	G	299 494 554	270 974 543	271 842 734	275 626 402	302 098 985	317 031 640	4,9%	8,8%
2	Porto	G	121 823 368	126 073 750	138 845 407	139 473 876	177 919 177	170 261 719	-4,3%	4,7%
3	Vila Nova de Gaia	G	72 376 707	76 308 212	72 741 662	76 906 173	91 967 698	107 804 239	17,2%	3,0%
4	Sintra	G	59 769 281	70 067 223	69 428 095	79 555 047	77 738 764	91 076 898	17,2%	2,5%
5	Cascais	G	19 636 004	76 671 907	78 418 932	77 555 868	91 845 439	88 425 669	-3,7%	2,5%
6	Matosinhos	G	47 099 006	48 226 128	49 683 712	53 511 810	70 757 355	79 012 294	11,7%	2,2%
7	Braga	G	52 453 514	57 321 924	61 163 074	65 536 735	79 300 354	78 600 830	-0,9%	2,2%
8	Oeiras	G	25 380 646	14 793 408	30 197 954	76 866 509	70 088 464	63 866 313	-8,9%	1,8%
9	Maia	G	47 889 291	49 670 446	53 314 420	60 976 045	61 962 356	63 677 714	2,8%	1,8%
10	Viana do Castelo	M	1 256 979	6 182 921	26 345 082	23 816 925	56 770 426	63 203 148	11,3%	1,8%
11	Loures	G	41 653 994	42 855 117	49 386 892	51 256 523	55 355 964	58 780 505	6,2%	1,6%
12	Guimarães	G	37 778 572	38 200 395	42 425 385	45 460 531	52 546 701	53 126 070	1,1%	1,5%
13	Almada	G	43 315 523	42 097 159	42 545 940	48 241 158	59 397 335	52 355 881	-11,9%	1,5%
14	Setúbal	G	64 717 040	54 752 418	41 121 794	38 376 606	39 463 343	49 629 810	25,8%	1,4%
15	Mafra	M	31 183 547	32 535 837	34 789 263	35 535 700	43 163 141	48 630 281	12,7%	1,4%
16	Seixal	G	35 665 987	37 067 746	32 623 422	32 798 601	38 246 611	46 233 315	20,9%	1,3%
17	Leiria	G	31 593 990	39 003 020	34 296 639	41 552 235	47 036 325	45 604 486	-3,0%	1,3%
18	Loulé	M	39 231 578	44 664 472	38 305 791	39 268 477	43 266 313	45 567 035	5,3%	1,3%
19	Coimbra	G	31 625 652	38 881 262	43 712 124	36 157 565	41 926 610	44 997 124	7,3%	1,3%
20	Gondomar	G	38 154 353	41 118 276	40 789 359	42 007 779	42 623 595	44 635 933	4,7%	1,2%
21	Torres Vedras	M	28 464 364	24 426 559	23 403 901	39 047 492	37 730 090	44 501 774	17,9%	1,2%
22	Vila Nova de Famalicão	G	26 402 352	26 025 080	30 963 353	35 327 706	32 385 411	38 722 377	19,6%	1,1%
23	Odivelas	G	29 781 668	32 155 737	34 954 435	36 232 285	35 967 780	38 289 666	6,5%	1,1%
24	Viseu	G	25 217 563	28 711 218	29 390 746	33 264 495	34 522 244	36 989 911	7,1%	1,0%
25	Funchal	G	40 403 265	28 520 970	27 249 807	27 523 790	33 855 080	34 386 101	1,6%	1,0%
26	Portimão	M	36 607 227	34 385 011	33 540 341	33 874 020	33 428 013	34 106 722	2,0%	0,9%
27	Sesimbra	M	30 911 609	30 188 190	30 431 063	32 497 564	31 748 134	33 707 988	6,2%	0,9%
28	Albufeira	M	30 693 234	31 391 277	32 480 724	32 447 707	33 335 273	33 301 041	-0,1%	0,9%
29	Amadora	G	26 402 568	25 106 830	24 364 274	25 066 665	30 568 148	32 386 553	5,9%	0,9%
30	Santa Maria da Feira	G	27 373 505	26 947 973	24 498 244	27 234 273	32 486 310	30 277 250	-6,8%	0,8%
31	Vila Franca de Xira	G	23 896 118	24 292 382	26 168 115	24 505 125	27 375 329	29 460 425	7,6%	0,8%
32	Guarda	M	14 500 291	14 986 301	23 256 030	22 725 798	29 876 532	29 122 461	-2,5%	0,8%
33	Cantanhede	M	7 391 049	8 424 478	9 052 501	8 257 057	22 571 757	28 059 766	24,3%	0,8%
34	Figueira da Foz	M	22 991 790	22 124 337	22 854 965	26 622 241	24 153 128	25 109 100	4,0%	0,7%
35	Barreiro	M	14 615 839	15 819 122	15 351 449	18 876 252	20 443 699	24 925 695	21,9%	0,7%
Total dos 308 municípios			**2 547 830 825**	**2 678 330 306**	**2 794 181 973**	**2 960 566 398**	**3 389 196 885**	**3 599 455 018**	**6,2%**	**100%**

Neste *Ranking* R75 pode-se observar que:

- Continua a destacar-se o **município de Lisboa ao apresentar um volume de dívidas a receber no montante de 317,0 milhões de euros**, com uma taxa de crescimento em relação 2024, de +4,9%, representando 8,8% do total das dívidas a receber registadas pelos 308 municípios em 2025;
- Em segunda posição mantém-se o **município do Porto, com uma dívida a receber de 170,3 milhões de euros**, tendo apresentado, contudo, uma descida de valor de -4,3% (-7,7 milhões de euros). As **dívidas a receber**, do Porto, representaram, em 2025, 53,7% do total a receber por Lisboa;
- Ainda com dívidas a receber em **valor superior a cem mil euros**, surge em terceira posição, neste *ranking*, o município de Vila Nova de Gaia, com 107,8 milhões de euros e um acréscimo em relação ao ano transato de +17,2% (+15,8 milhões de euros);
- Entre estes 35 municípios que apresentam maiores montantes em dívidas a receber, não se encontra nenhum município de pequena dimensão, contando-se 24 de grande dimensão, faltando, por isso, apenas, um município de grande dimensão que é Barcelos.

As **disponibilidades**,[165] no SNC-AP designadas de **Meios Financeiros Líquidos**, representam o total dos **valores de saldos em caixa, depósitos em instituições financeiras e aplicações em títulos negociáveis** (instrumentos financeiros detidos como aplicações financeiras de curto prazo, para negociação, considerados ativos financeiros).

No Quadro 3.8 apresenta-se a composição dos meios financeiros líquidos agrupados por anos de mandato, e a variação, em 2025, relativamente ao ano anterior e em relação a 2015.

Quadro 3.8 – Meios financeiros líquidos

Unidade: milhões de euros

Disponibilidades	POCAL					SNC-AP						Variação (%)	
	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	24–25	15–25
Depósitos em instituições financeiras e caixa	1 329,9	1 624,4	1 916,7	2 129,1	2 534,1	2 601,2	2 593,5	2 872,4	2 788,5	3 158,7	3 741,3	18,4%	181,3%
Ativos financeiros detidos para negociação & outros ativos financeiros correntes (SNC-AP)	–	–	–	–	–	2,6	4,6	41,9	91,5	11,3	6,2	-45,1%	–
Títulos negociáveis (POCAL)	6,7	9,9	16,6	29,6	30,8	–	–	–	–	–	–	–	–
(1) Total de disponibilidades	**1 336,6**	**1 634,3**	**1 933,3**	**2 158,7**	**2 564,9**	**2 603,7**	**2 598,1**	**2 914,3**	**2 879,9**	**3 170,0**	**3 747,5**	**18,2%**	**180,4%**
(2) Operações de Tesouraria	189,4	191,8	205,7	219,1	239,3	242,6	283,6	314,6	315,5	345,9	387,9	12,1%	104,8%
(3=1–2) Total de disponibilidades reais	**1 147,2**	**1 442,5**	**1 727,6**	**1 939,6**	**2 325,6**	**2 361,1**	**2 314,5**	**2 599,7**	**2 564,5**	**2 824,1**	**3 359,7**	**19,0%**	**192,9%**

Do Quadro 3.8 é de anotar que:

- As **disponibilidades reais**, em 2025, cresceram +19,0% (+535,5 milhões de euros) em relação a 2024, totalizando no final do ano económico, 3 359,7 milhões de euros. Entre 2015 e 2025 cresceram +192,9% (+ 2 212,5 milhões de euros);

[165] Estando incluídos no valor de caixa e depósitos em instituições financeiras, montantes relativos a meras operações de tesouraria, procedeu-se, com vista a uma informação mais objetiva sobre as reais disponibilidades financeiras dos municípios, à dedução do montante global contabilizado em cauções de fornecedores, clientes e do saldo de operações de tesouraria.

- O valor dos **ativos financeiros detidos para negociação e aplicações de curto prazo** (equiparados aos títulos negociáveis em POCAL) baixaram -5,1 milhões de euros em 2025 (-45,1%), mantendo a tendência constatada já em 2024 e, contrariando a subida acentuada verificada em 2022 e 2023;
- O montante das **operações de tesouraria** em 2025 cresceu +12,1%, em relação aos valores registados em 2024, apresentando o valor de 387,9 milhões de euros, tendo aumentado, entre 2015 e 2025, +104,8% (+198,5 milhões de euros).

O *Ranking* R76 ordena os municípios com maiores meios financeiros líquidos reais em 2025.

R76 – Municípios com maior volume de meios financeiros líquidos reais – 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25			
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Sintra	G	56 277 709	75 061 934	108 018 944	140 298 104	171 818 344	185 504 749	202 340 789	242 338 424	251 584 843	279 079 782	350 852 213
2	Lisboa	G	123 986 780	97 022 807	208 275 435	146 718 167	370 933 484	263 072 555	126 760 785	92 319 921	30 061 258	24 558 719	142 318 099
3	Amadora	G	71 391 442	75 109 656	79 977 714	90 631 986	99 050 491	99 335 169	91 298 385	99 764 950	94 745 341	97 551 238	104 514 653
4	Loulé	M	37 985 128	63 409 771	74 226 136	74 071 448	63 890 801	48 020 494	55 209 718	75 830 250	76 123 722	78 300 954	102 398 692
5	Porto	G	49 201 361	66 033 962	88 445 703	85 736 610	97 774 034	96 513 208	90 344 766	69 277 623	60 324 286	44 433 014	98 121 303
6	Vila Nova de Gaia	G	1 902 501	14 045 581	17 371 646	20 115 390	28 255 907	19 153 262	23 219 346	30 781 189	32 895 076	41 530 043	91 890 881
7	Maia	G	11 310 502	16 405 049	15 495 844	20 601 236	23 370 641	37 155 218	42 559 541	49 051 695	50 943 968	78 384 427	76 338 824
8	Cascais	G	581	2 781 569	39 789 032	67 710 744	74 951 427	62 718 691	60 538 312	69 474 801	120 081 818	95 947 567	70 381 537
9	Santa Maria da Feira	G	17 288 911	21 898 737	27 624 687	31 715 363	38 806 438	49 226 490	50 247 906	59 764 921	60 696 205	53 735 102	66 269 764
10	Portimão	M	805 285	7 104 333	10 536 081	23 006 616	24 493 721	28 297 066	26 004 734	33 033 243	53 756 342	54 840 404	63 578 971
11	Oliveira de Azeméis	M	1 420 369	2 433 706	3 350 251	8 588 454	13 166 449	19 198 874	28 353 796	35 207 501	38 608 585	53 443 200	57 127 128
12	Matosinhos	G	14 341 095	19 637 487	31 491 073	33 102 499	37 358 661	29 141 693	29 224 457	26 620 016	36 825 315	41 207 384	51 867 604
13	Aveiro	M	13 260 246	19 097 430	37 791 101	48 334 795	56 026 233	51 999 799	40 827 348	37 426 028	25 670 193	33 596 060	51 370 057
14	Albufeira	M	40 806 480	57 080 804	73 750 697	74 984 559	71 500 942	56 515 084	36 225 278	48 507 853	58 995 979	50 577 130	48 877 964
15	Leiria	G	26 693 007	38 643 151	39 081 558	48 995 386	42 246 039	44 086 749	40 705 789	39 971 165	35 164 767	30 605 553	41 371 513
16	Odivelas	G	6 807 721	6 658 028	9 376 412	17 698 872	25 749 968	32 699 364	35 536 999	42 596 406	42 006 939	43 169 764	40 329 074
17	Lagos	M	6 674 758	12 442 013	16 757 059	27 220 839	35 597 205	35 262 589	32 477 957	47 141 935	43 877 865	33 017 092	38 203 948
18	Silves	M	4 062 157	7 525 564	11 069 136	10 399 725	10 178 927	19 749 491	18 328 936	22 074 742	30 781 966	35 742 012	37 676 121
19	Vila Nova de Famalicão	G	5 676 170	15 339 410	14 290 736	14 680 322	16 640 438	22 101 206	22 001 919	26 570 051	32 031 590	47 996 072	36 574 580
20	Bragança	M	7 786 888	8 760 041	6 959 541	7 464 675	9 174 680	11 904 937	17 619 370	23 407 296	22 870 185	26 185 207	36 524 501
21	Castelo Branco	M	29 844 771	30 222 251	28 683 641	30 419 903	34 982 091	39 537 809	44 720 762	46 153 143	43 014 171	37 164 387	36 141 431
22	Almada	G	35 533 300	27 626 865	22 211 059	34 785 503	43 823 435	43 899 666	53 035 931	58 236 087	41 665 630	34 511 461	36 092 164
23	Guimarães	G	28 979 058	33 084 099	23 840 194	15 117 394	16 334 867	20 710 572	27 053 002	24 489 209	29 039 096	25 406 121	35 859 269
24	Funchal	G	1 613 874	2 995 222	5 608 487	9 899 414	14 991 162	10 203 267	7 176 382	27 556 864	28 939 130	21 732 009	33 180 878
25	Grândola	P	2 072 608	3 151 212	11 418 773	12 845 912	12 452 787	13 285 315	18 116 130	37 156 987	45 372 499	37 609 084	33 140 302
26	Vila Franca de Xira	G	16 811 200	18 124 573	17 993 786	22 750 622	24 910 359	15 559 737	12 202 851	25 809 389	25 597 249	31 487 354	33 023 636
27	Viseu	G	28 743 247	31 556 974	28 863 571	21 266 421	20 603 685	22 873 403	18 154 519	20 809 047	10 049 027	29 057 053	31 753 665
28	Faro	M	5 455 822	8 044 600	4 392 897	9 023 404	9 593 687	11 466 626	9 849 023	22 801 866	23 951 233	18 520 359	29 111 159
29	Vila Verde	M	610 776	600 353	680 714	907 302	1 994 666	7 055 834	8 334 812	13 090 497	15 741 531	22 739 475	28 742 047
30	Loures	G	3 424 285	7 844 499	15 405 758	25 797 766	30 806 885	16 296 144	10 064 467	5 950 616	6 938 243	18 582 116	25 559 940
31	Figueira da Foz	M	7 481 361	9 090 199	11 005 919	8 932 086	9 088 132	11 810 046	11 269 550	16 476 308	16 936 018	20 809 601	24 399 184
32	Coruche	P	11 071 506	13 261 157	13 279 515	11 780 557	10 789 270	14 285 210	16 996 877	16 921 931	15 430 007	16 911 905	23 317 289
33	Mafra	M	7 643 589	9 480 375	10 817 912	14 846 953	10 457 306	13 288 489	13 469 136	29 992 059	21 122 788	24 255 320	21 590 583
34	Setúbal	G	6 024 866	1 184 730	85 244	57 645	4 623	1 310 059	3 128 214	5 764 857	14 219 616	25 157 540	21 169 650
35	Montijo	M	2 643 626	3 974 946	5 106 075	10 344 846	11 795 265	11 382 247	12 259 174	15 567 867	13 503 382	14 091 633	19 929 034
Total dos 308 municípios			**1 147 205 368**	**1 442 518 018**	**1 727 588 596**	**1 939 564 190**	**2 325 639 460**	**2 361 100 202**	**2 314 548 838**	**2 599 720 073**	**2 564 467 380**	**2 824 118 519**	**3 359 663 898**

De notar que:

- Neste *ranking*, em 2025, continua a ser o município de Sintra a apresentar maior valor, com o registo de 350,9 milhões de euros (10,4% do volume de meios financeiros líquidos reais dos 308 municípios), seguido de Lisboa com o montante de 142,3 milhões de euros (40,6% do volume apresentado por Sintra), Amadora com 104,5 milhões de euros (29,8% do valor registado por Sintra) e Loulé com 102,4 milhões de euros (29,2% do valor registado por Sintra). Só estes quatro municípios totalizaram 20,8% dos meios financeiros líquidos reais do conjunto dos municípios do país, somando 700,1 milhões de euros;
- Mais nove municípios apresentaram valores entre 100 (exclusive) e 50 milhões de euros em meios financeiros líquidos reais, sendo que os restantes apresentaram montantes inferiores a 50 milhões e euros. O último desta listagem (Montijo) apresentou o montante de 19,9 milhões de euros, valor muito distante do apresentado pelos primeiros da lista (5,7% do valor registado por Sintra);
- Da análise das contas dos 308 municípios, contam-se 274 municípios com volume de meios financeiros líquidos reais, inferiores a 20 milhões de euros;
- Dois municípios deste *ranking* são de pequena dimensão: Grândola, com o valor em disponibilidades reais de 33,1 milhões de euros (-11,9%, -4,5 milhões de euros que em 2024) e Coruche com o montante de 23,3 milhões de euros (+37,9%, +6,4 milhões de euros que em 2024).

3.4. Fundos Próprios (Património Líquido) e Rendimentos Diferidos

No Quadro 3.9 e no Quadro 3.10 apresentam-se o valor global dos **Fundos Próprios** (designados de Património Líquido em SNC-AP), considerando o universo de todos os municípios portugueses. Os Fundos Próprios,[166] sendo a diferença entre o Ativo e o Passivo, representam o valor do património líquido de cada município e, em conjunto, da totalidade do setor autárquico municipal.

166 De acordo com o POCAL, os proveitos diferidos eram reconhecidos no Passivo (conta «2745 – Proveitos diferidos, subsídios para investimentos», por exemplo). Dado que, na realidade, na sua maioria, a não ser que sejam sujeitos a condições (ver NCP 14), não cumprem a definição de Passivo, nos anos anteriores a 2020, incluímos esse valor, separadamente, no Quadro 3.9, já antecipando o procedimento do SNC-AP para transferências e subsídios de capital obtidos, sem condições.

Quadro 3.9 – Composição dos Fundos Próprios – POCAL 2015-2019

Unidade: milhões de euros

Fundos Próprios	2015	2016	2017	2018	2019	Variação (%) 18-19	Variação (%) 15-19
Fundo patrimonial	22 486,9	22 689,2	22 835,2	23 156,3	23 415,6	1,1%	4,1%
Ajustamento de partes capital em empresas	163,5	223,3	238,9	243,5	233,2	-4,3%	42,6%
Reservas[167]	1 963,0	1 994,5	2 289,7	2 530,1	2 679,7	5,9%	36,5%
Doações	650,2	728,4	744,6	801,4	838,8	4,7%	29,0%
Subsídios + cedências + outros	275,6	296,1	311,6	170,6	176,2	3,3%	-36,1%
Resultados transitados	946,2	1 368,0	1 605,4	1 869,0	2 205,6	18,0%	133,1%
Resultados do exercício	621,2	414,6	457,5	472,6	611,1	29,3%	-1,6%
Total dos Fundos Próprios	**27 106,7**	**27 714,2**	**28 483,0**	**29 243,4**	**30 160,2**	**3,1%**	**11,3%**
Proveitos diferidos	6 900,3	6 725,8	6 610,7	6 553,1	6 582,8	0,5%	-4,6%
Total dos Fundos Próprios e Proveitos Diferidos	**34 006,9**	**34 440,0**	**35 093,7**	**35 796,6**	**36 743,1**	**2,6%**	**8,0%**
Peso sobre o Ativo líquido total	82,9%	84,0%	85,0%	86,2%	**87,2%**	**1,2%**	**5,2%**

Quadro 3.10 – Composição do Património Líquido – SNC-AP 2020-2025

Unidade: milhões de euros

Património Líquido	2020	2021	2022	2023	2024	2025		Variação (%) 24-25
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Peso	
Património / Capital	23 486,4	23 620,4	23 836,6	24 043,7	24 213,7	24 534,0	53,5%	1,3%
Reservas	1 787,2	1 821,4	1 837,4	1 889,7	1 919,8	1 955,7	4,3%	1,9%
Resultados transitados	3 037,0	3 079,5	2 968,7	4 054,9	4 173,4	4 759,4	10,4%	14,0%
Ajustamentos em ativos financeiros	669,9	715,6	730,2	765,8	850,9	918,5	2,0%	7,9%
Excedentes de revalorização[168]	106,6	106,0	102,8	103,8	320,5	103,5	0,2%	-67,7%
Outras variações no património líquido	8 005,7	8 968,6	9 569,2	10 526,7	11 637,4	12 841,6	28,0%	10,3%
Resultado líquido do período	34,0	91,3	585,0	179,3	334,8	702,2	1,5%	109,7%
Outros	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,0%	12,0%
Total do Património Líquido	**37 127,1**	**38 403,1**	**39 630,2**	**41 564,2**	**43 450,9**	**45 815,2**	**100%**	**5,4%**
Peso sobre o Ativo líquido total	85,9%	85,9%	85,5%	85,6%	85,3%	84,9%	--	

167 Inclui todas as reservas: de reavaliação, legais, estatuárias, livres e decorrentes da transferência de ativos. As reservas de reavaliação resultariam da atualização do valor de aquisição e das respetivas depreciações acumuladas dos ativos imobilizados não financeiros. O POCAL, contudo, condicionava as reavaliações à promulgação de leis próprias para o efeito (tal como continua a acontecer em contexto de SNC-AP). O impedimento dos municípios procederem a reavaliações de uma forma livre tem como objetivo limitar eventuais sobreavaliações do Ativo, fazendo prevalecer o princípio da prudência. No entanto, uma vez que o CIBE, para efeitos de elaboração do primeiro inventário preparado pelas regras daquele diploma, permitia reavaliar bens cujo valor atual fosse significativamente superior ao valor histórico, tais reservas podem ainda existir nos balanços dos municípios.

168 Considerando que o SNC-AP, tal como acontecia no POCAL, só permite revalorizar por autorização legal, depreende-se que os valores que constam nesta rubrica tenham transitado de anos anteriores, resultantes dos procedimentos em contexto POCAL, seguindo o CIBE, conforme explicado na nota anterior.

Da análise do Quadro 3.9 e do Quadro 3.10 relevam-se as seguintes observações, em relação às diferentes componentes dos Fundos Próprios (Património Líquido):

- No final de 2025, o total do **Património Líquido** era igual a 45 815,2 milhões de euros, representando uma taxa de crescimento de +5,4% face ao total do património líquido apresentado em 2024 (+ 2 364,4 milhões de euros). A componente **Património/Capital** apresentou o montante total de 24 534,0 milhões de euros, representou 53,5% do total do património líquido e aumentou, em relação ao valor apresentado em 2024, cerca de +1,3% (+320,3 milhões de euros);
- Relativamente a 2025, verifica-se que o **Resultado Líquido do Período** para todo a totalidade dos municípios, foi de 702,2 milhões de euros, representando, apenas, 1,5% do património líquido (+0,8pp que em 2024). Em relação ao ano anterior apresentou uma taxa de crescimento de +109,7% (+367,4 milhões de euros) e um aumento em relação 2020 de +1 966,7% (+668,2 milhões de euros). **Mais se verificou que 137 municípios apresentaram resultados líquidos negativos em 2025**;
- Pelo peso que passou a representar no património líquido, com o SNC-AP, releva-se o valor de **Outras Variações no Património Líquido (que inclui as transferências e subsídios de capital, no POCAL classificados como proveitos diferidos)**, item que registou no final de 2025 o valor de 12 841,6 milhões de euros, isto é, 28,0% do total do património líquido, tendo crescido, neste ano, +10,3% (+1 204,2 milhões de euros) em relação ao ano transato. Em relação a 2020, este item cresceu +60,4% (+4 835,9 milhões de euros);
- Relativamente às **Reservas**, em 2025 o montante contabilizado foi de 1 955,7 milhões de euros, tendo aumentado +1,9% (+35,9 milhões de euros) face ao ano anterior e +9,4% (+168,5 milhões de euros) em relação a 2020;
- Os **Resultados Transitados**, em 2025, apresentaram o valor de 4 759,4 milhões de euros, representando 10,4% do total do património líquido e um aumento de +14,0% (+586,0 milhões de euros) em relação ao valor escriturado em 2024. **Anote-se que nesta rubrica incluem-se os *ajustamentos de transição para o SNC-AP***;
- Os **Ajustamentos em Ativos Financeiros**, nomeadamente relacionados com participações financeiras contabilizadas pelo Método da Equivalência Patrimonial, em 2025, totalizaram 918,5 milhões de euros (representando 2,0% do total do património líquido de todos os municípios). Relativamente a 2024 houve um aumento de +67,6 milhões de euros (+7,9%) e em relação a 2020 de +37,1% (+248,6 milhões de euros), face às exigências de reconhecimento e mensuração do sistema SNC-AP.
- O montante total dos **Património Líquido (Fundos Próprios)**, ao apresentar o valor de 45 815,2 milhões de euros, manteve um peso elevado no total do ativo – cerca de 84,9% em 2025, quando em 2024 foi 85,3%. Este peso elevado dos fundos próprios implica que os municípios apresentaram, em 2025, um passivo/dívida de apenas 15,1% do ativo total, **o que poderá ser demonstrativo de uma razoável autonomia financeira dos municípios em termos globais.** Em relação a 2020 o Património Líquido cresceu +23,4% (+8 688,1 milhões de euros).

3.5. Passivo

3.5.1. Composição e estrutura do Passivo

No presente Anuário continuaremos a dividir o Passivo corrente e o Passivo não corrente em três grandes componentes:

- Passivo exigível, ou seja, as dívidas a pagar;
- Passivo eventualmente exigível, constituído pelas provisões;
- Passivo eventualmente não exigível, refletido nos diferimentos e passivos por impostos diferidos.

Quando se comenta o Passivo de qualquer entidade, referem-se particularmente as dívidas para com terceiros (contas a pagar), **separando-se o passivo eventualmente exigível e o passivo eventualmente não exigível**. Incluir estas duas últimas componentes na análise do passivo dos municípios, poderá conduzir a análises financeiras distorcidas, ainda que mais prudentes, da condição financeira do setor público municipal.

Assim, neste capítulo, o total do passivo que importará analisar será o passivo exigível que constitui as dívidas a pagar, pelo que não serão objeto de análise pormenorizada o valor contabilístico inscrito em provisões, que traduzem responsabilidades com alguma contingência e, por isso, com alguma incerteza de concretização, nem os diferimentos e passivos por impostos diferidos[169] que, em princípio, nos municípios, não representarão quaisquer encargos para com terceiros.

[169] Anota-se que os passivos por impostos diferidos refletem obrigações futuras associadas à tributação do rendimento. Em matéria dos impostos diferidos, não se encontram orientações em qualquer NCP do SNC-AP, pelo que as entidades que os tenham reconhecido terão recorrido à aplicação supletiva do SNC, nos termos da alínea b) do n.º 1 do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

Quadro 3.11 – Componentes do Passivo do Balanço – SNC-AP 2020–2025

Unidade: milhões de euros

	Componentes do Passivo	2020	2021	2022	2023	2024	2025		Variação (%) 24–25
		Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Peso	
Passivo eventualmente exigível	Provisões	899,1	934,0	920,5	849,6	797,9	761,1	9,4%	–4,6%
Passivo exigível	Financiamentos obtidos	2 400,9	2 417,7	2 420,4	2 405,7	2 445,8	2 552,6	31,4%	4,4%
	Fornecedores de investimentos	22,8	20,0	18,3	16,4	12,6	11,0	0,1%	–12,2%
	Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	––
	Outras contas a pagar	253,4	280,9	287,6	315,9	292,2	289,3	3,6%	–1,0%
	Fornecedores	60,7	58,1	51,4	46,9	58,4	52,3	0,6%	–10,5%
Passivo eventualmente não exigível	Diferimentos[170]	570,4	605,3	849,3	1 038,6	1 213,6	1 346,4	16,5%	10,9%
	Passivos por impostos diferidos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	––
	Total do Passivo não corrente	4 207,3	4 316,0	4 547,4	4 673,1	4 820,5	5 012,7	61,6%	4,0%
Passivo exigível	Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	35,1	51,4	37,9	38,7	54,8	60,8	0,7%	11,1%
	Fornecedores	221,8	232,3	275,9	315,6	309,7	365,6	4,5%	18,0%
	Adiantamentos de clientes contribuintes e utentes	15,5	13,2	10,8	14,2	17,2	13,2	0,2%	–23,1%
	Estado e outros entes públicos	43,0	47,5	50,9	59,5	69,0	75,1	0,9%	8,7%
	Acionistas/sócios/associados	0,4	0,0	0,0	0,3	0,2	0,0	0,0%	–76,8%
	Financiamentos obtidos	353,5	323,5	320,2	304,0	286,5	294,4	3,6%	2,8%
	Fornecedores de investimentos	120,5	132,3	115,8	103,1	127,3	208,1	2,6%	63,5%
	Outras contas a pagar	786,7	827,1	880,9	964,1	1 139,5	1 170,8	14,4%	2,8%
	Passivos financeiros detidos para negociação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	––
	Outros passivos financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	––
Passivo eventualmente não exigível	Diferimentos	327,8	380,6	455,1	528,6	669,7	938,1	11,5%	40,1%
	Total do Passivo corrente	1 904,5	2 007,9	2 147,5	2 328,1	2 673,8	3 126,1	38,4%	16,9%
	Passivo Total	**6 111,8**	**6 324,0**	**6 695,0**	**7 001,2**	**7 494,3**	**8 138,8**	**100%**	**8,6%**
	Total Passivo eventualmente exigível	899,1	934,0	920,5	849,6	797,9	761,1	9,4%	–4,6%
	Total Passivo exigível	4 314,5	4 404,0	4 470,1	4 584,4	4 813,0	5 093,2	62,6%	5,8%
	Total Passivo eventualmente não exigível	898,2	985,9	1 304,4	1 567,2	1 883,4	2 284,5	28,1%	21,3%

Pela análise do Quadro 3.11 conclui-se que:

- O total do Passivo não corrente foi, em 2025, de 5 012,7 milhões de euros, representou 61,6% do passivo total e cresceu +4,0% (+192,1 milhões de euros) face a 2024, enquanto o **Passivo corrente** no valor de 3 126,1 milhões de euros, representou 38,4% do Total do Passivo e cresceu +16,9% (+452,3 milhões de euros);

[170] Apesar de os diferimentos deverem ser uma rubrica do tipo corrente, verifica-se que há municípios que ainda apresentam registo contabilístico de diferimentos não correntes. Tal situação já foi visível nos quatro anos anteriores, não se tendo vislumbrado, em sede de relatórios, qualquer justificação para tal contabilização. Especula-se que estes valores correspondem a subsídios com condições, em que o cumprimento da condição é a médio e longo prazo, como sejam, subsídios ao investimento com condições. Em 2025, 62 municípios apresentaram valor de diferimentos em ativos não correntes.

- Mais se verificou que, em 2025, o total do **Passivo exigível** foi de 5 093,2 milhões de euros, representou 62,6% do Passivo Total e aumentou +5,8% (+280,2 milhões de euros) em relação ao ano anterior;
- Os **financiamentos obtidos** de médio e longo prazo (passivo não corrente) são a maior parcela do Passivo apresentando, em 2025, o valor de 2 552,6 milhões de euros, representando 31,4% do Passivo Total e tendo crescido ligeiramente em +4,4% (+106,8 milhões de euros), face a 2024;
- Os **diferimentos não correntes**[171] **e correntes**, respetivamente no valor de 1 346,4 milhões de euros e 938,1 milhões de euros, representaram em conjunto 28,1% do Passivo Total e cresceram em conjunto +21,3% (respetivamente +132,7 milhões de euros e +268,4 milhões de euros;
- As **provisões** (passivo eventualmente exigível) atingiram cerca de 761,1 milhões de euros, pesando 9,4% do **passivo total**, refletindo um montante considerável de responsabilidades potenciais, ainda que consideradas como certas. Apesar de continuar a baixar, o valor registado neste item de -4,6%, neste ano económico, mantendo a tendência para a descida já verificada desde 2022, evidencia prudência por parte dos municípios portugueses ao refletirem, nas contas, riscos de possíveis desembolsos futuros;
- Assim, o Passivo Total, em 2025, ao apresentar o valor de **8 138,8 milhões de euros**, cresceu +8,6% face a 2024, sendo que, daquele montante, **761,1 milhões de euros (9,4%)** constituíram **Passivo eventualmente exigível** e **2 284,5 milhões de euros (28,1%)**, **passivo eventualmente não exigível.**

3.5.2. Passivo exigível

O Quadro 3.12, o Quadro 3.13 e o Quadro 3.14 mostram os valores das diferentes componentes do Passivo Exigível no período de 2015–2025, bem como as correspondentes variações anuais.

Quadro 3.12 – Componentes do Passivo Exigível – 2015–2025

Unidade: milhões de euros

Passivo	POCAL					SNC-AP					
	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25			
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Financiamentos obtidos	3 426,6	3 051,4	2 916,2	2 753,3	2 622,2	2 400,9	2 417,7	2 420,4	2 405,7	2 445,8	2 552,6
Fornecedores e outros credores	703,0	647,8	512,3	335,7	269,0	336,9	359,0	357,3	379,2	363,2	352,6
Total de dívidas a pagar não correntes	4 129,5	3 699,2	3 428,5	3 089,0	2 891,2	2 737,8	2 776,7	2 777,7	2 784,9	2 808,9	2 905,2
Financiamentos obtidos	290,8	361,1	323,8	271,5	243,0	353,5	323,5	320,2	304,0	286,5	294,4
Fornecedores e outros credores + acréscimos de custos/gastos[172]	1 793,0	1 532,5	1 411,3	1 402,5	1 318,2	1 223,2	1 303,8	1 372,2	1 495,5	1 717,5	1 893,6
Total de dívidas a pagar correntes	2 083,8	1 893,7	1 735,1	1 674,0	1 561,2	1 576,7	1 627,3	1 692,4	1 799,5	2 004,0	2 188,0
Total de dívidas a pagar (Passivo exigível)	**6 213,3**	**5 592,9**	**5 163,6**	**4 763,0**	**4 452,5**	**4 314,5**	**4 404,0**	**4 470,1**	**4 584,4**	**4 813,0**	**5 093,2**

[171] Anota-se o facto de haver muitos municípios a registarem valores de diferimentos em passivos não correntes. Em 2025, 173 municípios apresentam valor em diferimentos de passivos não correntes.

[172] Foi adicionado o valor de acréscimos de custos/gastos para efeitos de comparabilidade entre 2020 e anos anteriores, já que em SNC-AP os correspondentes credores por acréscimos de gastos estão em outras contas a pagar.

Quadro 3.13 – Variação em valor absoluto das componentes do Passivo Exigível

Unidade: milhões de euros

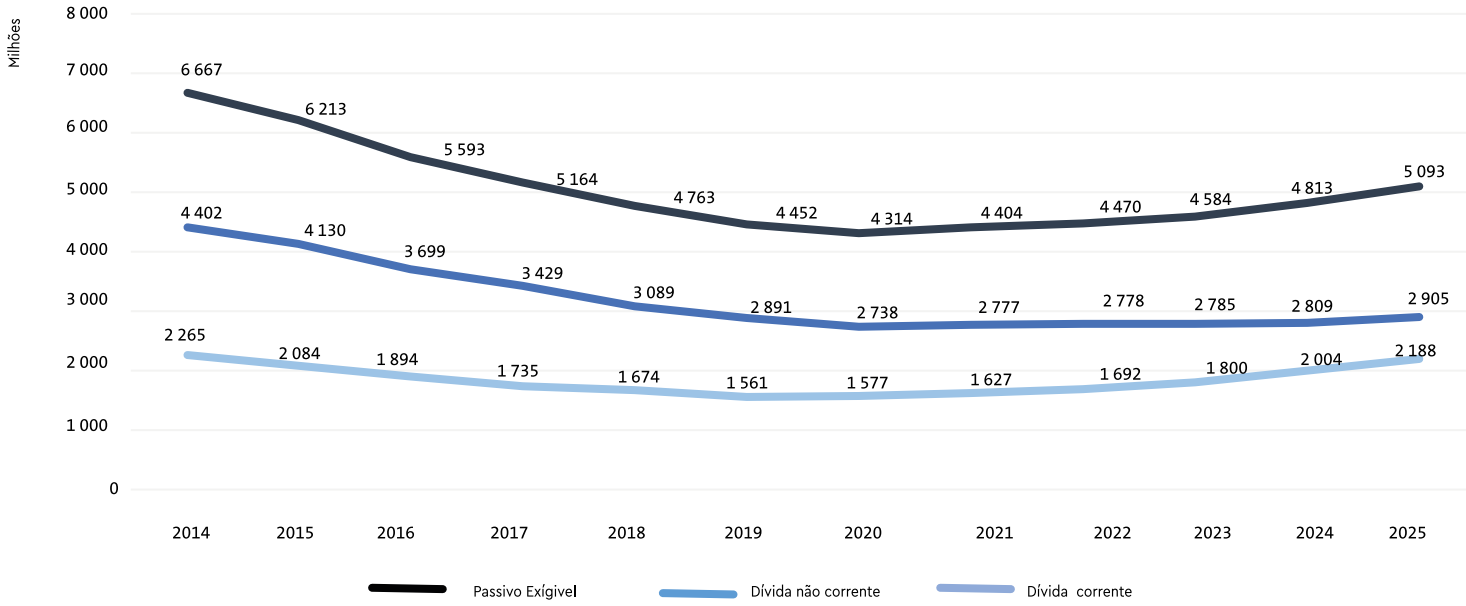
Passivo	Variação em milhões de euros									
	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20	20-21	21-22	22-23	23-24	24-25
Financiamentos obtidos	-375,1	-135,3	-162,9	-131,1	-221,3	16,8	2,7	-14,7	40,1	106,8
Fornecedores e outros credores	-55,2	-135,4	-176,6	-66,7	67,9	22,1	-1,7	21,9	-16,0	-10,5
Total de dívidas a pagar não correntes	-430,3	-270,7	-339,5	-197,8	-153,4	38,9	1,0	7,2	24,1	96,2
Financiamentos obtidos	70,4	-37,3	-52,3	-28,5	110,5	-30,0	-3,3	-16,2	-17,5	7,9
Fornecedores e outros credores + acréscimos de custos	-260,5	-121,2	-8,8	-84,3	-95,0	80,6	68,4	123,3	222,0	176,1
Total de dívidas a pagar correntes	-190,1	-158,5	-61,1	-112,8	15,5	50,6	65,1	107,1	204,5	184,0
Total Passivo exigível	**-620,5**	**-429,2**	**-400,6**	**-310,6**	**-138,0**	**89,5**	**66,1**	**114,3**	**228,6**	**280,2**

Quadro 3.14 – Taxas de variação das componentes do Passivo Exigível

Passivo Exigível	Variação em %									
	15-16	16-17	17-18	18-19	19-20	20-21	21-22	22-23	23-24	24-25
Financiamentos obtidos	-10,9%	-4,4%	-5,6%	-4,8%	-8,4%	0,7%	0,1%	-0,6%	1,7%	4,4%
Fornecedores e outros credores	-7,9%	-20,9%	-34,5%	-19,9%	25,2%	6,6%	-0,5%	6,1%	-4,2%	-2,9%
Total de dívidas a pagar não correntes	-10,4%	-7,3%	-9,9%	-6,4%	-5,3%	1,4%	0,0%	0,3%	0,9%	3,4%
Financiamentos obtidos	24,2%	-10,3%	-16,2%	-10,5%	45,5%	-8,5%	-1,0%	-5,1%	-5,8%	2,8%
Fornecedores e outros credores + acréscimos de custos	-14,5%	-7,9%	-0,6%	-6,0%	-7,2%	6,6%	5,2%	9,0%	14,8%	10,3%
Total de dívidas a pagar correntes	-9,1%	-8,4%	-3,5%	-6,7%	1,0%	3,2%	4,0%	6,3%	11,4%	9,2%
Total Passivo exigível	**-10,0%**	**-7,7%**	**-7,8%**	**-6,5%**	**-3,1%**	**2,1%**	**1,5%**	**2,6%**	**5,0%**	**5,8%**

Em complemento à informação já prestada do Passivo Exigível no universo dos 308 municípios, apresenta-se o Gráfico 3.4 com a evolução das suas principais componentes.

Gráfico 3.4 – Evolução do Passivo Exigível 2014-2025



Da análise do Quadro 3.12, do Quadro 3.13 e do Quadro 3.14, bem como do Gráfico 3.4 refere-se:

- Após decréscimos anuais sucessivos do **Passivo exigível** dos municípios, entre 2014 e 2020, o mesmo, cresceu entre 2021 e 2025 cerca de +15,6%, +689,1 milhões de euros;
- Em 2025 o **Passivo exigível apresentou o valor de 5 093,2 milhões de euros**, mostrando um acréscimo de +280,6 milhões de euros (+5,8%) em relação ao ano anterior. Continua a contribuir, essencialmente, para este aumento o acréscimo de valor de **fornecedores e outros credores** de curto prazo, que neste ano económico foi de +176,1 milhões de euros (+10,3%) ao totalizar o valor de 1 893,6 milhões de euros;
- Considerando que entre 2015 e 2025, o momento com maior dívida global proveniente de **financiamentos obtidos de médio e longo prazo,** no setor municipal, ocorreu em 2015, será de realçar a descida generalizada dos **financiamentos** obtidos no Passivo não corrente, entre 2015 e 2025 em -874 milhões de euros (-25,5%). Em **2025, o valor registado em financiamentos obtidos de médio e longo prazo, foi de 2 552,6 milhões de euros e apresentou um acréscimo de + 4,4% (+106,8 milhões de euros[173]) face a 2024**;
- Em 2025 invertendo-se a tendência verificada em 2024 face a 2023, o montante de **financiamentos obtidos** no Passivo corrente[174] aumentou, ainda que ligeiramente, +2,8% (+7,9 milhões de euros), tendo sido contabilizados nesta rubrica 294,4 milhões de euros;
- Da análise das contas verificou-se que **87 municípios dos 111 abrangidos pelo conjunto de programas de apoio FAM – Fundo de Apoio Municipal, e PAEL – Programa de Apoio à Economia Local, apresentaram descida da dívida de curto prazo entre 2015 e 2025.**

[173] Face à necessidade de financiar os programas comunitários na componente nacional.

[174] Situações passageiras para ocorrer a problemas de tesouraria resolúveis no próprio ano económico.

No que se refere à utilização da linha de empréstimos ao abrigo do FAM, o Quadro 3.15 mostra que, dos dezoito municípios que tinham recorrido a esta linha de apoio financeiro (todos de pequena e média dimensão), quinze ainda amortizaram dívida em 2025 no total de 20,7 milhões de euros; e transitaram de ano com o total em dívida, neste programa de financiamento, de 366,9 milhões de euros, isto é -5,3% (-20,7 milhões de euros) que o verificado em dezembro de 2024. Este decréscimo de capital em dívida, deve-se ao aumento de amortizações realizadas em 2025.

Tanto o município de Pampilhosa da Serra como o de Penacova, apesar de terem contratualizado empréstimos na linha FAM, não recorreram, desde 2016, a qualquer utilização desta linha de financiamento. O município de Góis conclui em 2025 a amortização da sua dívida.

Quadro 3.15 – Municípios que recorreram a Empréstimos do Fundo de Apoio Municipal (FAM)

Unidade: euros

Município	Dim	Total Contratual.	Tranches		Utilizado	Dívida em 31/12/2024	Amortização 2025	Dívida em 31/12/2025
			2016-2024	2025				
Portimão	M	137 361 827	0	0	0	79 097 521	4 275 542	**74 821 979**
Aveiro	M	85 511 149	0	0	0	48 128 333	4 010 694	**44 117 639**
Cartaxo	M	52 035 855	0	0	0	46 106 028	2 060 767	**44 045 261**
Fundão	M	66 017 852	0	0	0	40 823 959	1 317 128	**39 506 831**
Vila Franca do Campo	P	34 126 638	0	0	0	29 115 060	1 137 368	**27 977 692**
Nazaré	P	35 242 012	0	0	0	27 986 199	845 058	**27 141 140**
Paços de Ferreira	M	35 122 915	0	0	0	27 177 924	2 174 234	**25 003 690**
Fornos de Algodres	P	32 620 057	0	0	0	24 769 838	707 442	**24 062 396**
Alandroal	P	16 579 276	0	0	0	12 685 990	1 103 130	**11 582 860**
Alfândega da Fé	P	13 783 449	0	0	0	12 093 122	1 096 506	**10 996 616**
Freixo de Espada à Cinta	P	12 651 819	0	31 739	31 739	10 871 251	0	**10 902 990**
Vila Nova de Poiares	P	14 113 948	0	0	0	11 224 976	554 497	**10 670 479**
Vila Real de Santo António	M	19 619 907	0	0	0	10 262 567	892 397	**9 370 170**
Nordeste	P	11 255 515	10 288 239	0	10 288 239	7 161 852	530 508	**6 631 345**
Tábua	P	203 661	0	0	0	100 748	5 647	**95 101**
Góis	P	165 791	0	0	0	33 158	33 158	**0**
Pampilhosa da Serra	P	338 455	0	0	0	0	0	**0**
Penacova	P	174 635	0	0	0	0	0	**0**
Total		**566 924 759**	**10 288 239**	**31 739**	**10 319 978**	**387 638 524**	**20 744 075**	**366 926 188**

Relativamente à utilização da linha de empréstimos ao abrigo do PAEL,[175] o Quadro 3.16 mostra os municípios (todos de pequena e média dimensão) que em 2025 amortizaram dívida constituída ao abrigo deste programa, no total de 6,9 milhões de euros, e os que, em dezembro de 2025, continuaram a apresentar dívida para amortizar no montante global de 41,9 milhões de euros.

Tendo sido 103, os municípios que inicialmente recorreram ao PAEL, verifica-se que Óbidos concluiu a amortização desta dívida em 2025. Outros 68 municípios já tinham amortizado em anos anteriores.

[175] A Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, criou o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), que tem por objeto a regularização do pagamento de dívidas dos municípios a fornecedores, vencidas há mais de 90 dias, registadas na Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) à data de 31 de março de 2012.

Constata-se que dois municípios, em 2025, não procederam a qualquer amortização da dívida relativa a este empréstimo, transitando para 2026 a mesma dívida reconhecida em dezembro de 2024. Foram eles: Vila Real de Santo António e Vale de Cambra.[176]

Quadro 3.16 – Empréstimos do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)

Unidade: euros

	Município	Dim.	Financiamento total utilizado	Dívida em 31/12/2024	Amortização 2025	Dívida em 31/12/2025
1	Vila Real de Santo António	M	24 334 084	28 470 981	0	**30 050 061**
2	Espinho	M	8 176 751	3 475 119	408 838	**3 066 282**
3	Ansião	P	2 231 033	901 548	112 694	**788 855**
4	Vila Verde	M	10 438 783	1 507 138	753 569	**753 569**
5	Torres Novas	M	6 778 372	1 218 456	487 382	**731 073**
6	Sesimbra	M	8 912 069	1 287 299	643 649	**643 649**
7	Mourão	P	1 174 765	529 454	58 828	**470 626**
8	Olhão	M	4 066 208	706 539	282 616	**423 923**
9	Trancoso	P	3 521 287	642 089	256 836	**385 253**
10	Ourém	M	3 348 153	597 884	239 154	**358 731**
11	Vale de Cambra	M	2 145 858	309 957	0	**309 957**
12	Calheta (R.A.M.)	P	4 232 882	611 416	305 708	**305 708**
13	Moimenta da Beira	P	2 412 487	342 333	38 037	**304 296**
14	Tábua	P	2 443 240	441 141	176 456	**264 684**
15	Caminha	P	2 281 969	412 022	164 809	**247 213**
16	Peniche	M	3 182 779	470 631	235 316	**235 316**
17	Melgaço	P	2 105 126	374 374	149 750	**224 624**
18	Sertã	P	2 130 877	367 661	147 064	**220 597**
19	Miranda do Douro	P	2 029 129	362 344	144 938	**217 407**
20	Paredes de Coura	P	2 881 120	416 162	208 081	**208 081**
21	Viana do Castelo	M	2 809 410	405 455	202 727	**202 728**
22	Estremoz	P	2 710 733	390 701	195 350	**195 350**
23	Valpaços	P	2 649 478	382 702	191 351	**191 351**
24	Penela	P	2 243 055	289 053	144 526	**144 527**
25	Praia da Vitória	P	1 953 335	282 148	141 074	**141 074**
26	Aljustrel	P	1 227 876	221 914	88 766	**133 148**
27	Penafiel	M	1 736 014	250 757	125 379	**125 379**
28	Alenquer	M	1 149 795	207 602	83 041	**124 561**
29	Sobral de Monte Agraço	P	1 053 287	188 087	75 235	**112 852**
30	Lourinhã	M	972 490	173 659	69 464	**104 196**
31	Vila Nova de Paiva	P	568 890	101 588	20 317	**81 270**
32	Valença	P	1 000 000	144 444	72 222	**72 222**
33	Lousã	P	880 772	127 223	63 611	**63 611**
34	Vila Nova da Barquinha	P	731 491	105 624	52 812	**52 812**
35	Óbidos	P	3 839 744	522 458	522 458	**0**
Total			**124 353 342**	**47 237 964**	**6 862 058**	**41 954 986**

O Quadro 3.17 mostra a evolução do valor do capital em dívida entre 2015 para 2025 do setor autárquico, incluindo o utilizado por recurso ao conjunto das linhas de financiamento contratualizadas com o Estado, ao abrigo dos sucessivos programas, destinados a impedir a rutura financeira dos municípios, tendo por finalidade o pagamento atempado das suas dívidas. É evidente, em todo o período, tanto a importância do **financiamento bancário** como do **crédito de fornecedores e outros credores** transformado em dívidas aos mesmos, tendo, em 2025, o

[176] Estes municípios não amortizaram divida do PAEL em 2025, não havendo qualquer referência à situação no Relatório de Gestão.

valor da dívida aos primeiros aumentado +6,1% (+140,7 milhões de euros), e o montante da dívida aos segundos aumentado +8,0% (+165,5 milhões de euros).

Quanto ao conjunto dos programas específicos de apoio financeiro, proporcionado pelo Estado aos municípios, verificou-se uma redução do *stock* das respetivas dívidas, em 2025, em -6% (-26 milhões de euros) tendo ocorrido, particularmente, a amortização total do PPTH – Programa Pagar a Tempo e Horas em 2018, a do ATU – Apoio Transitório de Urgência em 2020, e a do PREDE em 2022. **Anota-se ainda a elevada redução do valor em dívida ao abrigo do programa PAEL, desde 2019.**

Quadro 3.17 – Componentes da Dívida a pagar entre 2015 e 2025

Unidade: milhões euros

Dívidas a Curto, Médio e Longo Prazo	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Var. (%) 24-25
Instituições de crédito (correntes e não correntes)	3 066,9	2 829,3	2 547,7	2 494,7	2 340,8	2 239,9	2 247,8	2 283,6	2 277,8	2 298,2	2 438,9	6,1%
Dívida de adesões ao PPTH (Estado)	15,4	8,1	2,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	--
Dívidas de adesão ao PREDE (Estado)	133,9	92,3	57,3	15,6	0,08	0,08	0,06	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
Dívida de adesões ao PAEL	476,8	397,1	307,2	129,1	86,5	76,1	61,5	54,4	47,5	47,2	42,0	-11,2%
Dívidas de adesão ao FAM	–	63,0	317,4	385,3	437,7	438,3	431,9	402,6	384,4	386,8	366,1	-5,4%
Dívidas de adesão ao ATU	24,3	22,8	7,4	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
Dívida a fornecedores e outros credores	2 496,0	2 180,3	1 923,6	1 738,2	1 587,2	1 560,1	1 662,8	1 729,5	1 874,7	2 080,7	2 246,2	8,0%
Total de dívidas (correntes e não correntes)	**6 213,3**	**5 592,9**	**5 163,6**	**4 763,0**	**4 452,5**	**4 314,5**	**4 404,0**	**4 470,1**	**4 584,4**	**4 813,0**	**5 093,2**	**5,8%**

Sendo o **Passivo exigível** uma das variáveis mais importantes da gestão financeira municipal, importará apresentar os **50 municípios com menor valor no Passivo exigível e os 50 municípios com maior valor no Passivo exigível**. Para o efeito, apresentam-se os *Rankings* R77 e R78, bem como os *Rankings* R82 e R83, dos municípios com maiores variações (em termos absolutos) deste item.

Anota-se que:

- No *Ranking* .
- R77, constituído por 50 municípios com **menor valor no Passivo exigível em 2025**, mantém-se só municípios de pequena dimensão e cinco deles apresentam um passivo exigível inferior a meio milhão de euros de dívida a terceiros, sendo que o Passivo exigível de outros sete municípios, ficou aquém de um milhão de euros.
- Dos 50 municípios listados no *Ranking* R77, vinte e oito apresentaram descida de valor da dívida face a 2024, sendo de relevar a descida percentual apresentada por Velas (-79,3%, -1,4 milhões de euros) e Santa Cruz da Graciosa com -67,1% (-596,2 milhares de euros);
- De entre estes 50 municípios, vários registaram crescimento do valor da dívida, sendo de relevar com crescimento igual ou superior 30%: Ferreira do Zêzere (+101,9%); Penedono (+120,3%); Corvo (+53,7%); Nisa (+39,5%); Alter do Chão (+33,5%) e Castanheira de Pera (+30,0%). Os restantes registaram uma diminuição do valor do passivo.

R77 – Municípios com menor valor no Passivo Exigível referenciados pelo ano de 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25				Var. % 24–25
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
1	Vila do Porto	P	730 893	5 238 839	4 879 908	4 490 525	4 234 653	3 964 961	785 174	3 463 308	3 160 049	2 956 708	2 597 322	–12,2%
2	Vila Nova de Paiva	P	5 251 582	4 895 503	4 260 626	3 534 805	3 054 830	2 509 792	1 989 465	1 865 279	1 781 610	2 241 302	2 486 084	10,9%
3	Pedrógão Grande	P	3 298 738	3 396 981	3 076 333	3 154 010	3 447 877	3 352 146	3 070 511	2 928 627	2 503 639	2 702 272	2 442 790	–9,6%
4	Sátão	P	2 911 503	2 250 215	2 129 659	1 753 622	1 581 773	1 554 906	1 820 160	2 580 071	2 360 993	2 212 975	2 421 872	9,4%
5	Ferreira do Zêzere	P	6 311 764	5 571 653	4 998 045	4 325 150	3 854 099	3 317 713	956 372	1 130 423	1 953 900	1 168 041	2 358 517	101,9%
6	Castanheira de Pera	P	7 694 520	6 319 083	5 445 196	4 683 764	3 592 726	3 250 090	2 454 952	1 910 529	1 580 975	1 783 346	2 318 301	30,0%
7	Vila do Bispo	P	7 806 341	7 463 754	6 739 413	5 634 095	3 602 750	2 424 043	2 323 939	2 346 971	2 477 994	1 916 010	2 304 588	20,3%
8	Nisa	P	6 307 839	5 024 714	4 240 688	3 593 353	3 490 683	3 025 821	2 853 036	2 389 197	2 171 222	1 646 427	2 296 651	39,5%
9	Pampilhosa da Serra	P	1 266 217	1 067 404	959 212	1 426 638	1 149 377	1 451 425	1 386 226	1 465 148	1 520 953	1 865 553	2 270 203	21,7%
10	Ferreira do Alentejo	P	5 241 715	4 636 888	4 726 638	4 190 560	3 602 410	2 626 293	2 374 168	2 378 260	2 246 033	2 073 263	2 251 190	8,6%
11	Cadaval	P	3 759 161	3 424 579	4 033 442	3 198 083	2 632 923	2 455 974	2 767 777	2 777 771	2 569 800	2 355 380	2 214 821	–6,0%
12	Gavião	P	1 754 020	1 809 779	1 808 020	1 664 008	1 733 302	2 342 814	2 259 665	2 970 365	2 138 180	2 299 267	2 188 789	–4,8%
13	Boticas	P	2 542 546	2 433 546	1 719 964	1 728 873	1 621 821	1 504 868	1 165 096	1 263 925	1 238 966	2 202 718	2 182 037	–0,9%
14	Meda	P	7 496 583	6 910 845	6 375 926	5 732 386	5 163 644	4 565 715	4 331 803	3 617 054	3 119 473	2 601 168	2 155 169	–17,1%
15	Mogadouro	P	4 996 582	4 253 496	3 534 459	2 545 635	1 958 175	1 619 346	1 699 369	1 892 875	1 475 799	2 042 614	2 126 312	4,1%
16	Manteigas	P	6 043 832	5 605 771	5 173 436	4 490 330	3 806 785	3 051 218	2 727 834	2 471 869	2 291 629	2 444 510	2 070 314	–15,3%
17	Penalva do Castelo	P	2 767 663	2 465 128	2 245 481	2 421 566	2 161 518	2 027 780	1 894 910	1 891 235	2 448 403	2 093 413	2 057 874	–1,7%
18	Vila Nova da Barquinha	P	4 989 998	4 541 958	4 120 973	3 905 076	3 543 794	2 932 232	2 664 490	2 410 244	2 003 671	2 305 884	2 056 442	–10,8%
19	Góis	P	3 031 421	3 031 855	3 235 278	3 308 135	3 107 361	2 812 763	2 468 677	2 148 435	2 369 551	2 213 991	1 987 277	–10,2%
20	Sta. Marta de Penaguião	P	3 425 194	3 010 021	2 990 094	3 026 099	2 544 175	1 655 598	2 257 337	2 180 277	2 266 401	2 068 294	1 985 355	–4,0%
21	Vila de Rei	P	2 397 068	2 523 594	2 711 461	2 185 339	2 321 615	2 363 149	2 167 650	2 014 927	2 236 456	1 634 466	1 984 304	21,4%
22	Sernancelhe	P	2 979 565	2 631 944	2 764 957	2 515 786	2 469 207	2 212 527	2 005 813	1 959 506	1 846 430	2 223 113	1 983 888	–10,8%
23	Ourique	P	6 378 348	6 014 219	7 150 699	6 003 113	4 596 160	3 193 944	2 561 502	2 181 354	2 387 846	2 416 982	1 977 693	–18,2%
24	Constância	P	3 843 608	3 039 027	3 096 773	2 549 957	1 981 269	1 565 566	1 476 747	1 578 228	1 605 047	1 889 328	1 971 074	4,3%
25	Redondo	P	1 562 547	1 766 864	1 805 903	1 198 669	1 426 852	1 766 353	1 839 124	2 161 230	3 189 189	2 354 384	1 937 375	–17,7%
26	Vila Nova de Foz Côa	P	3 061 807	2 518 355	1 818 442	1 737 693	1 433 635	1 055 495	1 077 254	1 175 525	1 382 246	1 473 707	1 815 486	23,2%
27	Carrazeda de Ansiães	P	3 088 089	2 675 040	2 328 984	1 973 361	2 288 409	1 513 232	1 422 853	2 273 475	1 828 073	1 776 777	1 756 621	–1,1%
28	Fronteira	P	2 490 729	2 267 093	2 654 527	2 184 494	2 127 044	2 242 049	2 316 161	2 116 109	1 965 373	1 700 615	1 733 222	1,9%
29	Calheta (R. A. A.)	P	5 499 655	4 485 011	3 444 431	2 265 221	1 304 865	406 372	347 580	296 413	1 328 544	1 338 302	1 730 990	29,3%
30	Mortágua	P	4 029 528	3 486 174	3 222 844	2 672 448	2 332 732	1 987 244	2 136 987	1 863 439	1 736 693	1 727 607	1 715 869	–0,7%
31	Penamacor	P	6 938 409	5 268 158	4 002 492	3 144 846	2 592 535	2 243 650	1 919 347	1 795 406	2 983 904	1 729 643	1 712 095	–1,0%
32	Mora	P	3 445 855	2 974 209	3 080 055	2 523 512	2 109 596	2 551 955	2 409 482	2 285 502	2 397 982	1 900 944	1 659 542	–12,7%
33	Murtosa	P	2 402 175	2 314 890	2 018 497	1 668 510	1 481 463	1 348 896	1 429 320	1 476 382	1 830 253	1 736 864	1 617 589	–6,9%
34	Almeida	P	4 751 594	4 155 337	3 758 766	3 101 757	2 678 242	2 282 892	1 989 835	1 722 902	1 714 868	1 876 382	1 609 926	–14,2%
35	Marvão	P	1 843 117	1 677 229	1 355 995	1 286 716	896 337	940 175	1 041 847	1 093 507	1 449 013	1 591 831	1 606 188	0,9%
36	Lajes do Pico	P	6 920 976	6 198 073	5 298 792	4 459 439	3 535 302	2 541 989	1 953 934	1 546 999	1 433 446	1 618 133	1 174 382	–27,4%
37	Alter do Chão	P	3 168 613	2 495 287	2 128 686	1 647 219	1 295 841	1 020 980	979 108	871 638	951 411	875 215	1 168 825	33,5%
38	Aguiar da Beira	P	3 975 618	3 445 428	2 739 711	2 030 147	1 648 602	1 339 994	722 516	972 698	884 885	921 403	1 035 184	12,3%
39	Penedono	P	755 865	623 341	500 439	472 853	396 770	461 429	479 932	562 987	495 611	427 029	940 715	120,3%
40	Arronches	P	1 678 454	1 507 228	1 259 333	756 562	277 828	582 289	749 984	698 518	721 987	769 232	817 977	6,3%
41	Porto Moniz	P	3 452 811	3 251 400	2 917 302	2 426 033	1 992 265	1 662 989	1 411 593	1 331 090	1 114 981	1 120 331	798 259	–28,7%
42	Santana	P	4 193 000	3 869 755	1 722 617	1 377 401	681 455	433 362	516 310	550 422	778 834	802 604	786 353	–2,0%
43	Castelo de Vide	P	957 311	906 512	864 610	641 461	586 587	590 010	633 846	555 928	577 878	686 126	772 963	12,7%
44	Barrancos	P	2 285 421	1 994 040	1 686 419	1 342 327	1 164 238	1 044 236	956 965	864 911	864 316	768 553	706 388	–8,1%
45	Vila Velha de Ródão	P	1 251 697	1 104 598	926 568	643 413	585 621	615 729	597 465	624 762	655 821	655 841	669 766	2,1%
46	Lajes das Flores	P	843 932	1 331 607	453 236	338 871	573 616	564 326	659 771	546 854	540 071	488 867	463 718	–5,1%
47	Velas	P	5 077 933	4 513 445	4 046 391	3 504 726	3 086 174	2 684 521	2 447 208	2 179 915	1 932 281	1 736 290	359 941	–79,3%
48	Corvo	P	1 033 846	901 593	742 002	627 891	489 819	397 100	316 395	266 588	226 601	209 750	322 421	53,7%
49	Santa Cruz da Graciosa	P	1 674 757	1 422 038	1 771 496	1 556 142	1 313 795	1 156 322	1 376 069	1 243 749	1 066 665	888 976	292 729	–67,1%
50	Santa Cruz das Flores	P	478 422	407 024	458 988	372 578	340 109	297 148	276 897	267 382	319 499	280 333	269 850	–3,7%

O *Ranking* R78 apresenta os 50 municípios com maior valor no Passivo exigível em 2025. De notar que:

- Destes 50 municípios, 20 são de grande dimensão, não constando deste grupo apenas os grandes municípios de: Almada com 23,5 milhões de euros, Amadora com 20,8 milhões de euros, Leiria com 20,7 milhões de euros, Maia com 17,8 milhões de euros e Santa Maria da Feira com 11,6 milhões de euros;
- Três municípios deste *ranking* são de pequena dimensão (Nazaré, Vila Franca do Campo e Fornos de Algodres) sendo os restantes 27 de média dimensão. O total do Passivo exigível apresentado por estes 50 municípios foi de 3 177,6 milhões de euros, representando 62,4% do total apresentado pelos 308 municípios, em 2025, que foi de 5 093,2 milhões de euros.

R78 – Municípios com maior valor no Passivo Exigível referenciados pelo ano de 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25				Var. % 24–25
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
1	Lisboa	G	760 940 843	669 338 659	536 000 550	488 181 899	435 784 411	431 319 125	450 308 302	426 362 036	457 561 021	531 253 652	617 947 196	16,3%
2	Braga	G	63 803 196	57 453 041	55 752 724	62 818 269	56 377 896	52 702 154	51 896 396	53 055 529	64 001 714	84 271 538	142 775 206	69,4%
3	Vila Nova de Gaia	G	192 237 907	175 275 732	148 886 951	131 084 811	118 807 255	105 260 094	105 423 725	114 685 511	105 042 808	109 829 452	132 098 120	20,3%
4	Loures	G	47 251 269	40 859 078	41 456 746	38 124 083	37 921 542	35 258 435	42 971 279	55 101 073	73 394 710	86 875 332	111 779 910	28,7%
5	Setúbal	G	80 913 607	66 189 021	62 178 849	59 725 902	59 001 333	64 218 263	73 667 044	56 895 184	58 472 203	101 532 167	103 834 919	2,3%
6	Mafra	M	20 989 551	19 058 678	26 647 863	37 117 924	35 428 437	37 215 420	33 089 941	44 356 376	98 563 768	98 762 901	96 525 932	–2,3%
7	Portimão	M	163 362 396	175 304 920	139 637 394	131 982 368	126 058 769	123 937 534	119 581 066	104 073 896	94 923 369	94 615 038	91 146 507	–3,7%
8	Oeiras	G	64 398 060	54 201 553	43 980 947	35 222 942	28 159 759	28 866 794	28 098 689	38 109 985	67 162 992	78 628 880	86 729 183	10,3%
9	Seixal	G	86 909 268	78 624 656	72 120 234	91 675 032	86 285 181	78 658 541	94 679 784	86 919 519	84 020 780	76 982 538	70 916 099	–7,9%
10	Cascais	G	80 511 484	60 198 751	64 991 241	59 449 869	49 248 229	46 125 188	43 669 753	39 654 707	70 432 736	67 243 496	67 638 393	0,6%
11	Gondomar	G	107 806 224	102 371 696	101 200 622	96 456 608	82 982 353	80 251 454	72 235 553	71 399 112	72 879 717	72 988 878	65 201 693	–10,7%
12	Paredes	M	56 920 028	52 178 763	56 227 264	51 681 514	47 016 421	42 803 232	41 751 962	64 681 429	67 782 697	65 508 772	64 764 601	–1,1%
13	Aveiro	M	117 673 458	102 988 642	109 685 389	104 805 697	97 025 360	81 576 149	77 344 391	72 524 956	68 352 968	64 237 698	62 212 357	–3,2%
14	Matosinhos	G	57 616 417	69 521 949	67 465 164	58 529 962	53 881 666	48 185 349	59 937 551	58 240 062	56 487 961	59 582 460	60 945 638	2,3%
15	Évora	M	80 706 615	78 016 596	71 483 075	70 175 114	67 932 193	69 417 929	66 659 429	62 940 808	60 610 609	60 063 148	60 239 870	0,3%
16	Vila Real de Sto. António	M	79 987 672	82 479 335	86 588 801	92 008 878	80 920 988	79 309 281	97 211 221	120 061 392	78 690 765	74 998 659	59 874 521	–20,2%
17	Coimbra	G	74 874 952	72 336 186	64 301 128	59 619 362	55 280 295	49 458 273	54 584 441	57 730 884	64 242 543	60 242 634	59 866 741	–0,6%
18	Viana do Castelo	M	32 947 150	28 115 026	31 177 531	33 390 070	33 891 198	31 553 810	40 602 278	40 459 889	41 929 204	40 564 259	57 808 269	42,5%
19	Fundão	M	73 400 090	68 075 378	62 897 317	60 817 866	60 459 334	56 112 652	54 128 400	51 595 974	50 986 704	49 394 352	54 382 145	10,1%
20	Sintra	G	55 017 253	35 402 578	29 655 334	26 064 394	28 529 382	27 965 381	26 250 949	27 505 246	30 800 680	48 092 492	52 611 093	9,4%
21	Valongo	M	47 143 206	42 116 837	37 943 490	29 335 962	28 141 982	27 257 699	28 018 067	33 315 296	36 593 482	43 762 751	50 948 045	16,4%
22	Paços de Ferreira	M	61 876 739	58 420 281	55 400 032	49 860 420	46 148 141	44 476 365	43 233 303	40 224 167	40 593 259	42 751 438	50 684 023	18,6%
23	Porto	G	104 191 193	58 506 571	54 702 184	35 764 932	26 131 627	50 456 632	65 071 731	68 794 238	51 852 246	52 539 289	49 481 369	–5,8%
24	Funchal	G	82 545 244	71 113 883	66 895 785	49 441 706	57 533 702	55 682 242	47 369 925	56 410 555	57 396 491	53 262 496	49 234 704	–7,6%
25	Cartaxo	M	51 490 594	51 077 417	53 581 260	54 116 087	52 018 753	52 686 643	52 991 605	51 280 021	51 508 218	49 225 459	47 248 609	–4,0%
26	Vila Nova de Famalicão	G	39 887 731	40 494 417	39 076 219	36 286 116	36 625 467	34 863 139	37 648 168	40 673 745	36 831 067	38 448 422	46 246 803	20,3%
27	Vila do Conde	M	51 240 603	47 695 020	44 883 480	42 306 055	38 326 631	36 053 701	32 765 036	33 572 723	34 495 266	40 083 208	45 757 220	14,2%
28	Viseu	G	30 024 922	28 098 518	28 399 764	24 242 043	22 468 617	23 611 420	28 645 199	35 806 135	34 257 395	47 952 183	45 604 570	–4,9%
29	Barreiro	M	28 489 087	25 864 071	23 179 094	22 112 163	31 412 839	31 378 847	36 180 376	33 556 940	35 639 203	41 212 574	44 630 912	8,3%
30	Loulé	M	53 073 117	48 320 548	42 041 439	37 546 199	34 471 679	31 903 666	29 011 593	27 652 426	34 187 740	41 873 808	42 971 226	2,6%
31	Vila Franca de Xira	G	30 709 541	27 529 508	33 641 426	32 285 998	36 233 039	35 346 945	31 942 602	34 454 489	35 446 411	34 438 940	39 015 371	13,3%
32	Barcelos	G	25 944 051	23 583 835	20 785 751	16 537 181	15 657 390	14 313 154	13 370 510	14 656 732	33 939 094	34 505 996	37 780 493	9,5%
33	Albufeira	M	25 226 493	26 177 067	23 668 174	20 644 292	20 577 796	18 765 533	17 432 182	14 908 802	17 218 687	26 588 709	36 139 497	35,9%
34	Figueira da Foz	M	38 344 273	34 216 834	29 217 788	25 228 201	24 276 376	27 052 515	25 758 000	32 837 285	31 290 942	31 397 796	34 320 339	9,3%
35	Santarém	M	78 300 782	71 082 400	64 069 621	58 112 299	53 895 410	51 989 596	49 796 215	39 245 936	35 510 975	34 125 833	33 311 451	–2,4%
36	Póvoa de Varzim	M	19 858 327	17 515 204	15 900 851	14 273 965	19 158 270	21 021 249	26 830 866	28 094 489	25 859 853	31 133 643	31 960 733	2,7%
37	Guimarães	G	62 866 549	56 858 097	52 069 632	44 705 924	38 042 734	33 969 223	39 761 065	35 837 285	33 633 980	31 125 965	31 552 351	1,4%
38	Nazaré	P	36 387 442	34 243 825	35 603 670	35 068 901	34 082 074	32 386 821	32 911 513	32 875 727	32 785 241	31 635 341	31 521 136	–0,4%
39	Ponta Delgada	M	30 702 105	27 932 960	25 680 127	24 249 541	22 716 296	20 507 748	18 960 408	27 882 689	25 650 346	24 691 039	28 996 219	17,4%
40	Vila Franca do Campo	P	25 861 990	24 329 554	22 622 347	20 912 539	20 569 504	32 735 744	33 353 432	32 312 404	30 932 443	29 846 958	28 775 327	–3,6%
41	Odivelas	G	32 490 105	25 358 036	20 208 058	33 499 207	29 366 856	26 703 358	26 674 685	28 604 222	22 823 523	25 764 459	27 475 725	6,6%
42	Amarante	M	11 487 602	12 560 659	16 454 746	17 945 987	18 116 571	18 261 629	25 427 395	28 152 241	27 058 882	28 069 564	27 174 377	–3,2%
43	Seia	M	51 734 881	47 779 330	44 082 667	41 503 520	38 618 322	35 914 526	32 812 700	30 781 661	30 199 826	28 695 493	27 030 563	–5,8%
44	Lamego	M	31 360 358	40 624 196	37 832 865	36 027 888	32 126 368	31 016 059	27 868 435	26 981 215	26 652 635	25 421 924	25 450 043	0,1%
45	Fornos de Algodres	P	30 398 811	28 888 866	27 948 420	28 334 939	27 665 939	27 520 751	27 486 707	26 901 165	26 476 668	25 463 711	24 874 525	–2,3%
46	Palmela	M	25 154 571	21 046 391	17 873 306	16 314 722	15 210 018	13 542 088	18 199 179	20 456 752	19 860 240	20 867 001	24 475 337	17,3%
47	Marco de Canaveses	M	31 442 363	28 778 167	27 263 931	25 443 064	24 372 799	23 772 384	22 552 602	22 344 617	20 954 998	25 265 891	24 427 239	–3,3%
48	Covilhã	M	71 049 509	62 320 802	53 501 829	44 977 802	39 131 111	35 091 755	30 618 158	26 767 418	26 378 782	24 898 010	23 867 428	–4,1%
49	Sesimbra	M	32 298 915	28 457 842	26 200 641	22 486 594	21 513 164	21 927 148	19 200 488	18 587 716	18 564 670	20 463 704	23 730 732	16,0%
50	Trofa	M	38 619 452	35 787 904	31 909 494	28 976 579	27 755 656	27 389 604	27 935 824	32 211 464	28 170 051	27 534 984	23 630 616	–14,2%

Ainda da análise do *Ranking* R78, pode-se observar que, em relação ao ano de 2025:

- O município de Lisboa, face à sua dimensão financeira e económica, distinguiu-se naturalmente dos restantes municípios no *ranking* em apreço, ao apresentar um passivo exigível de 617,9 milhões de euros, o qual representou cerca de 12,1% do passivo exigível da totalidade dos municípios. O **Passivo exigível do município de Lisboa, em 2025, cresceu +16,3% (+86,7milhões de euros);**
- Braga apareceu em segundo lugar neste *ranking*, com um Passivo exigível de 142,8 milhões de euros (23,1% do valor apresentado por Lisboa) e superior ao valor do ano transato em +69,4% (+58,5 milhões de euros);
- Vila Nova de Gaia surgiu em terceira posição, com um acréscimo do seu Passivo exigível em +20,3% (+22,3 milhões de euros), isto é, um acréscimo superior ao apresentado em 2024 face a 2023, fixando-o em 132,1 milhões de euros em 2025. O Passivo exigível de Vila Nova de Gaia representou do 21,4% do passivo exigível a Lisboa;
- Para além de Braga, mais dois municípios constantes desta lista apresentaram aumento do Passivo exigível em mais de 30%: Viana do Castelo (+42,5%, +17,2 milhões de euros) e Albufeira (+35,9%, +9,6 milhões de euros);
- Considerando o universo dos 308 municípios, **149 baixaram o valor do Passivo exigível**, destacando-se, por apresentarem uma descida igual ou superior a -20%, 9 municípios, dos quais se relevam pela taxa de decréscimo: Velas (-79,3%) e Santa Cruz da Graciosa (- 67,1%);
- Assim dos 308 municípios, 99 aumentaram o volume de financiamentos obtidos, tendo 23 deles, apresentado crescimento superior a 50%.

Nos *Rankings* R79 e R80 hierarquizam-se os municípios da Região Autónoma dos Açores e os da Região Autónoma da Madeira, de acordo com o montante de Passivo exigível, em 31 de dezembro de 2025.

R79 – Passivo Exigível dos municípios da Região Autónoma dos Açores, ordenados pelo valor de 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25				Var. % 24–25
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
1	Ponta Delgada	M	30 702 105	27 932 960	25 680 127	24 249 541	22 716 296	20 507 748	18 960 408	27 882 689	25 650 346	24 691 039	28 996 219	17,4%
2	Vila Franca do Campo	P	25 861 990	24 329 554	22 622 347	20 912 539	20 569 504	32 735 744	33 353 432	32 312 404	30 932 443	29 846 958	28 775 327	–3,6%
3	Angra do Heroísmo	M	18 770 233	17 147 228	16 042 773	13 798 231	12 974 089	12 338 786	10 794 851	9 569 310	9 610 999	14 411 841	17 151 565	19,0%
4	Ribeira Grande	M	11 055 439	11 797 690	11 532 432	12 133 587	10 067 877	23 450 749	23 413 724	21 313 685	18 866 414	15 877 027	16 068 233	1,2%
5	Praia da Vitória	P	9 525 536	9 208 892	9 313 438	8 614 124	10 176 040	9 790 414	12 382 835	12 553 799	9 172 747	12 509 499	11 196 766	–10,5%
6	Nordeste	P	14 391 397	13 289 753	12 262 787	11 504 859	15 091 483	14 529 208	13 680 527	12 735 651	12 129 842	11 208 792	10 729 711	–4,3%
7	Lagoa (R.A.A)	P	9 349 176	8 402 860	7 471 738	6 434 707	5 705 642	5 149 388	19 973 508	18 402 543	15 038 874	11 955 409	9 452 824	–20,9%
8	Madalena	P	3 229 173	4 268 599	5 294 368	4 907 594	4 288 985	3 812 961	3 306 195	3 176 323	9 757 007	8 189 376	7 658 400	–6,5%
9	Povoação	P	5 741 952	4 712 607	3 857 833	5 501 172	4 828 820	4 310 147	4 166 363	3 985 276	3 310 342	5 573 112	5 277 691	–5,3%
10	São Roque do Pico	P	813 764	766 377	3 644 554	3 977 896	3 723 263	3 515 949	3 193 996	2 961 151	3 079 898	2 783 576	4 255 925	52,9%
11	Horta	P	5 363 257	4 514 192	4 026 911	3 691 628	3 430 089	3 326 122	4 295 104	4 752 019	4 529 681	3 971 320	3 637 485	–8,4%
12	Vila do Porto	P	730 893	5 238 839	4 879 908	4 490 525	4 234 653	3 964 961	785 174	3 463 308	3 160 049	2 956 708	2 597 322	–12,2%
13	Calheta (R. A. A.)	P	5 499 655	4 485 011	3 444 431	2 265 221	1 304 865	406 372	347 580	296 413	1 328 544	1 338 302	1 730 990	29,3%
14	Lajes do Pico	P	6 920 976	6 198 073	5 298 792	4 459 439	3 535 302	2 541 989	1 953 934	1 546 999	1 433 446	1 618 133	1 174 382	–27,4%
15	Lajes das Flores	P	843 932	1 331 607	453 236	338 871	573 616	564 326	659 771	546 854	540 071	488 867	463 718	–5,1%
16	Velas	P	5 077 933	4 513 445	4 046 391	3 504 726	3 086 174	2 684 521	2 447 208	2 179 915	1 932 281	1 736 290	359 941	–79,3%
17	Corvo	P	1 033 846	901 593	742 002	627 891	489 819	397 100	316 395	266 588	226 601	209 750	322 421	53,7%
18	Santa Cruz da Graciosa	P	1 674 757	1 422 038	1 771 496	1 556 142	1 313 795	1 156 322	1 376 069	1 243 749	1 066 665	888 976	292 729	–67,1%
19	Santa Cruz das Flores	P	478 422	407 024	458 988	372 578	340 109	297 148	276 897	267 382	319 499	280 333	269 850	–3,7%
	Total Açores		**157 064 434**	**150 868 343**	**142 844 553**	**133 341 272**	**128 450 422**	**145 479 955**	**155 683 970**	**159 456 057**	**152 085 747**	**150 535 309**	**150 411 498**	**–0,1%**
	% Açores/Total Nacional		2,5%	2,7%	2,8%	2,8%	2,9%	3,4%	3,5%	3,6%	3,3%	3,1%	3,0%	–

O total do Passivo Exigível no final de 2025 na Região Autónoma dos Açores foi de 150,4 milhões de euros tendo baixado, na totalidade, em relação ao ano transato, cerca de -0,1% (-123,8 milhares de euros). Contudo, verifica-se que seis municípios apresentaram aumento do volume de Passivo Exigível: Ponta Delgada (+17,4%); Angra do Heroísmo (+19,0%); Ribeira Grande (+1,2%); São Roque do Pico (+52,9%); Corvo (+53,7%) e Calheta (+29,3%).

Os restantes treze municípios açorianos apresentaram todos eles descida de montante de passivo exigível, tendo sido os mais relevantes em termos absolutos: Lagoa (-20,9%, -2,5 milhões de euros); Velas (-79,3%, -1,4 milhões de euros); Praia da Vitória (-10,5%, -1,3 milhões de euros) e Vila Franca do Campo (-3,6%, -1,1 milhões de euros).

Mais se verifica que em relação ao Passivo Exigível Nacional, em 2025, o Passivo Exigível dos Açores representou apenas 3,0%.

R80 – Passivo Exigível dos municípios da R.A. da Madeira ordenados pelo valor do ano de 2025

Unidade: euros

Município		Dim.	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25				Var. % 24-25
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
1	Funchal	G	82 545 244	71 113 883	66 895 785	49 441 706	57 533 702	55 682 242	47 369 925	56 410 555	57 396 491	53 262 496	49 234 704	-7,6%
2	Santa Cruz	M	28 209 737	24 561 845	20 536 174	18 987 060	15 438 621	18 256 306	21 587 412	19 679 213	22 202 762	22 363 992	22 491 814	0,6%
3	Ribeira Brava	P	8 404 712	6 871 766	5 130 440	4 473 653	3 693 161	1 793 528	3 964 339	3 189 470	6 278 847	5 797 735	5 689 949	-1,9%
4	Porto Santo	P	3 029 018	3 890 459	4 668 651	3 537 386	3 348 429	3 045 956	3 104 201	2 920 654	2 676 610	2 659 804	5 205 407	95,7%
5	Machico	M	13 232 258	11 043 177	9 143 340	7 865 836	6 551 843	2 372 868	4 975 778	5 502 599	4 976 333	5 146 643	5 064 836	-1,6%
6	São Vicente	P	6 362 214	5 840 128	5 134 821	2 616 795	2 630 326	2 914 227	2 488 796	2 822 144	3 355 485	5 414 747	5 009 399	-7,5%
7	Câmara de Lobos	M	10 793 569	10 170 896	8 816 057	8 858 891	6 767 989	6 531 188	6 252 187	6 494 875	5 614 892	4 488 919	4 436 388	-1,2%
8	Calheta (R. A. M.)	P	8 084 628	5 828 535	4 954 476	4 688 698	4 017 852	3 554 563	2 934 078	4 192 804	4 806 140	4 066 314	3 700 884	-9,0%
9	Ponta do Sol	P	1 245 347	1 529 294	1 247 423	836 252	761 877	639 022	694 293	927 798	1 122 782	2 679 813	3 287 162	22,7%
10	Porto Moniz	P	3 452 811	3 251 400	2 917 302	2 426 033	1 992 265	1 662 989	1 411 593	1 331 090	1 114 981	1 120 331	798 259	-28,7%
11	Santana	P	4 193 000	3 869 755	1 722 617	1 377 401	681 455	433 362	516 310	550 422	778 834	802 604	786 353	-2,0%
Total Madeira			**169 552 538**	**147 971 137**	**131 167 087**	**105 109 712**	**103 417 520**	**96 886 249**	**95 298 913**	**104 021 623**	**110 324 156**	**107 803 399**	**105 705 153**	**-1,9%**
% Madeira/Total Nacional			2,7%	2,6%	2,5%	2,2%	2,3%	2,2%	2,2%	2,3%	2,4%	2,2%	2,1%	

O total do Passivo Exigível no final de 2025 na Região Autónoma da Madeira foi de 105,7 milhões de euros, tendo diminuído, em relação ao ano transato, cerca de -1,9% (-2,1 milhões de euros). Todavia, três municípios apresentaram acréscimo do volume de Passivo Exigível: Santa Cruz (+0,6%, +127,8 milhares de euros); Porto Santo (+95,7%, + 2,5 milhões de euros) e Ponta do Sol (+22,7%, +607milhares de euros).

O Passivo exigível da Região Autónoma da Madeira atingiu 2,1% do total nacional em 2025.

Apresenta-se de seguida, no *Ranking* R81, o volume de Passivo Exigível, por Distritos e Regiões Autónomas.

R81 – Passivo Exigível dos Distritos e Regiões Autónomas, ordenados pelo valor de 2025

Unidade: euros

	Município	Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25				Var. % 24-25
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
1	Lisboa	1 223 687 920	1 048 048 456	901 646 113	840 780 113	763 177 991	745 484 887	761 845 488	773 702 968	932 865 329	1 040 933 235	1 178 591 955	13,2%
2	Porto	926 039 061	838 237 621	801 272 259	715 243 902	647 797 426	628 967 953	656 775 587	716 514 876	681 222 951	710 022 622	741 462 668	4,4%
3	Braga	311 977 112	288 715 904	272 659 145	260 117 592	241 692 533	226 624 665	242 401 251	246 152 561	265 278 395	294 159 260	366 603 906	24,6%
4	Setúbal	393 471 651	344 874 305	311 763 503	313 448 173	311 019 901	295 465 727	325 682 565	301 807 162	302 838 701	352 849 691	358 759 879	1,7%
5	Faro	509 036 329	495 718 397	432 123 694	407 190 289	371 507 750	377 961 392	367 446 556	373 970 175	328 139 654	342 326 025	337 239 430	-1,5%
6	Aveiro	372 674 015	325 606 319	311 577 784	282 670 916	264 016 056	238 076 553	229 200 301	225 881 934	221 718 973	221 198 771	217 314 675	-1,8%
7	Santarém	319 548 092	289 038 872	269 666 909	245 086 869	228 590 763	220 198 032	215 044 934	205 823 323	208 640 822	206 927 205	213 829 373	3,3%
8	Viseu	225 860 965	216 456 279	213 075 457	200 299 561	187 449 748	181 179 448	181 356 140	194 820 376	200 880 883	212 209 872	209 623 653	-1,2%
9	Coimbra	236 136 980	214 544 507	195 773 390	179 544 636	166 937 358	162 084 647	171 507 668	184 773 900	201 385 559	194 831 551	198 683 678	2,0%
10	Viana do Castelo	124 592 792	113 868 794	118 341 724	114 734 141	115 813 792	114 346 148	131 966 040	130 262 570	130 814 533	124 914 602	151 198 401	21,0%
11	Açores	157 064 434	150 868 343	142 844 553	133 341 272	128 450 422	145 479 955	155 683 970	159 456 057	152 085 747	150 535 309	150 411 498	-0,1%
12	Guarda	197 964 320	179 393 681	169 531 345	159 379 737	156 205 572	145 988 166	140 041 591	135 251 266	129 834 764	142 855 493	138 769 009	-2,9%
13	Évora	182 542 425	174 202 267	163 092 048	154 674 497	147 910 849	155 626 784	151 255 968	144 517 793	139 907 608	139 782 836	135 954 401	-2,7%
14	Vila Real	168 297 584	147 470 427	146 818 332	130 679 985	125 475 248	117 520 223	120 258 118	119 839 477	119 298 760	122 278 103	125 167 974	2,4%
15	Leiria	194 605 704	170 389 991	158 072 499	142 642 811	127 906 326	125 782 489	126 982 243	126 898 374	124 795 097	125 419 803	124 799 684	-0,5%
16	Castelo Branco	190 971 483	171 686 204	153 687 117	138 557 478	138 795 378	131 867 760	123 989 595	120 412 081	119 868 196	114 071 168	119 885 951	5,1%
17	Madeira	169 552 538	147 971 137	131 167 087	105 109 712	103 417 520	96 886 249	95 298 913	104 021 623	110 324 156	107 803 399	105 705 153	-1,9%
18	Bragança	130 305 115	118 400 233	116 592 570	103 775 884	100 072 542	89 203 052	91 491 193	91 614 986	97 595 858	87 294 098	86 937 240	-0,4%
19	Beja	97 247 720	88 365 150	87 924 451	78 583 845	74 869 224	67 801 533	68 797 796	68 696 423	75 333 832	80 156 432	83 110 725	3,7%
20	Portalegre	81 728 698	68 997 401	65 983 384	57 152 037	51 350 575	47 940 781	47 051 659	45 670 300	41 559 873	42 395 056	49 121 466	15,9%
	Total Nacional	**6 213 304 938**	**5 592 854 289**	**5 163 613 363**	**4 763 013 450**	**4 452 456 974**	**4 314 486 447**	**4 404 077 573**	**4 470 088 224**	**4 584 389 691**	**4 812 964 530**	**5 093 170 722**	**5,8%**

Pela observação do *Ranking* R81, pode-se verificar que:

- Em 2025, o Distrito com maior volume de Passivo Exigível foi o Distrito de Lisboa, com 1 178,6 milhões de euros, tendo crescido o seu valor neste ano, em +13,2% (+137,7 milhões de euros) e representando 23,1% do Passível Total Exigível a nível nacional;
- O segundo distrito deste *ranking*, foi o Distrito do Porto com 741,5 milhões de euros, apresentando uma taxa de acréscimo de passivo exigível de +4,4% (+31,4 milhões de euros). No entanto, o Passivo Exigível do Distrito do Porto representou 62,9% do Passivo Exigível do Distrito de Lisboa;
- O terceiro distrito deste *ranking* é o Distrito de Braga, cujo Passível Exigível representou 31,1 % do montante exigível do Distrito de Lisboa, tendo apresentado um acréscimo em relação ao ano anterior, de cerca de +24,6% (+ 72,4 milhões de euros);
- Os Distritos de Setúbal e Faro também apresentaram valores avultados de, respetivamente, 358,8 milhões de euros (+1,7% que em 2024) e 337,2 milhões de euros (-1,5%, -5,1 milhões de euros, que em 2024);

- Em 2025, sete distritos e as duas regiões autónomas apresentaram descida de passivo exigível, sendo de relevar, para além do decréscimo apresentado pelas Regiões da Madeira e dos Açores, e do Distrito de Faro, já referenciados supra, os seguintes distritos, pelo valor absoluto de decréscimo do passivo: Distrito da Guarda em -2,9% (-4,1 milhões de euros); Distrito da Aveiro em -1,2% (-3,9 milhões de euros) e Distrito de Évora em -2,7% (-3,8 milhões de euros);
- O total do Passivo Exigível, como se verificou antes, cresceu em 2025 cerca de +5,8%, ao totalizar 5 093,2 milhões de euros, sendo que, 37,7% se concentrou nos distritos de Lisboa e Porto (1 920,1 milhões de euros).

Hierarquizam-se no *Ranking* R82, os 50 municípios que, em 2025, apresentaram maior aumento de valor do Passivo Exigível, encabeçando esta listagem o município de Lisboa, com um acréscimo de +86,7 milhões de euros de dívida exigível. Em segundo lugar aparece o município de Braga com +58,5 milhões de euros de acréscimo de passivo exigível e, em terceiro lugar, Loures com um acréscimo de passivo exigível de +24,9 milhões de euros.

Pela análise das respetivas contas conclui-se que 159 municípios aumentaram o seu Passivo exigível em 2025, resultando no acréscimo global de +280,2 milhões de euros (+5,8%).

R82 – Municípios com maior aumento do Passivo Exigível – 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Variação valor									
			15-16	16-17	17-18	18-19	19-20	20-21	21-22	22-23	23-24	24-25
1	Lisboa	G	−91 602 184	−133 338 109	−47 818 650	−52 397 488	−4 465 286	18 989 176	−23 946 265	31 198 984	73 692 632	86 693 543
2	Braga	G	−6 350 155	−1 700 317	7 065 545	−6 440 373	−3 675 742	−805 758	1 159 134	10 946 185	20 269 824	58 503 667
3	Loures	G	−6 392 191	597 669	−3 332 664	−202 540	−2 663 108	7 712 844	12 129 793	18 293 637	13 480 623	24 904 578
4	Vila Nova de Gaia	G	−16 962 175	−26 388 781	−17 802 140	−12 277 556	−13 547 161	163 631	9 261 786	−9 642 703	4 786 643	22 268 668
5	Viana do Castelo	M	−4 832 124	3 062 505	2 212 539	501 128	−2 337 389	9 048 468	−142 389	1 469 316	−1 364 945	17 244 010
6	Albufeira	M	950 574	−2 508 893	−3 023 882	−66 495	−1 812 263	−1 333 351	−2 523 380	2 309 885	9 370 022	9 550 788
7	Oeiras	G	−10 196 507	−10 220 607	−8 758 005	−7 063 183	707 035	−768 105	10 011 296	29 053 007	11 465 888	8 100 303
8	Paços de Ferreira	M	−3 456 458	−3 020 249	−5 539 613	−3 712 279	−1 671 776	−1 243 062	−3 009 136	369 092	2 158 179	7 932 584
9	Vila Nova Famalicão	G	606 686	−1 418 198	−2 790 103	339 351	−1 762 328	2 785 029	3 025 577	−3 842 678	1 617 355	7 798 381
10	Valongo	M	−5 026 369	−4 173 347	−8 607 527	−1 193 980	−884 283	760 367	5 297 230	3 278 185	7 169 269	7 185 294
11	Vila do Conde	M	−3 545 582	−2 811 541	−2 577 425	−3 979 423	−2 272 931	−3 288 665	807 687	922 543	5 587 943	5 674 012
12	Alcanena	P	−1 658 262	−1 521 681	−2 054 085	653 848	−295 653	−436 334	1 563 560	1 501 841	516 711	5 493 716
13	Penafiel	M	−5 044 237	7 538 952	−6 051 275	−7 296 866	−3 775 820	2 793 140	1 307 820	−3 043 870	610 209	5 132 934
14	Fundão	M	−5 324 712	−5 178 061	−2 079 451	−358 532	−4 346 683	−1 984 252	−2 532 426	−609 270	−1 592 352	4 987 793
15	Vila Franca de Xira	G	−3 180 032	6 111 917	−1 355 428	3 947 041	−886 094	−3 404 343	2 511 887	991 922	−1 007 471	4 576 431
16	Sintra	G	−19 614 675	−5 747 245	−3 590 939	2 464 987	−564 001	−1 714 431	1 254 296	3 295 435	17 291 811	4 518 602
17	Ponta Delgada	M	−2 769 145	−2 252 833	−1 430 586	−1 533 245	−2 208 548	−1 547 341	8 922 281	−2 232 344	−959 307	4 305 180
18	Amadora	G	−3 177 622	−4 346 173	−5 131 099	−3 271 182	−2 970 808	−1 246 728	−934 624	−511 355	−2 152 717	4 025 448
19	Azambuja	M	−1 332 169	−1 432 877	−2 141 709	−1 410 960	−1 198 184	−1 258 168	2 462 656	−951 998	−3 515 587	3 628 089
20	Palmela	M	−4 108 180	−3 173 084	−1 558 585	−1 104 703	−1 667 930	4 657 091	2 257 573	−596 512	1 006 761	3 608 336
21	Melgaço	P	−1 798 283	24 964	−327 016	−91 807	−391 398	1 670 843	1 877 450	2 441 216	−2 051 693	3 478 634
22	Odemira	M	−1 239 237	−907 455	−1 325 585	−985 807	−1 233 697	−518 317	135 804	394 791	641 010	3 474 897
23	Barreiro	M	−2 625 017	−2 684 976	−1 066 931	9 300 676	−33 992	4 801 528	−2 623 435	2 082 263	5 573 371	3 418 338
24	Barcelos	G	−2 360 217	−2 798 084	−4 248 570	−879 791	−1 344 236	−942 644	1 286 222	19 282 361	566 902	3 274 497
25	Sesimbra	M	−3 841 074	−2 257 200	−3 714 048	−973 430	413 985	−2 726 660	−612 772	−23 046	1 899 034	3 267 028
26	Benavente	M	−283 903	−286 397	1 133 912	−472 405	395 268	1 257 373	2 091 118	319 661	−47 834	3 229 416
27	Figueira da Foz	M	−4 127 439	−4 999 046	−3 989 587	−951 825	2 776 139	−1 294 515	7 079 285	−1 546 343	106 854	2 922 543
28	Cantanhede	M	−3 607 304	−4 048 666	−3 257 857	−3 007 542	−2 601 310	1 324 952	−435 884	2 233 050	−53 498	2 811 153
29	Monção	P	−226 899	−277 919	−836 448	−146 334	1 672 999	2 501 190	459 190	361 855	−875 433	2 787 770
30	Angra do Heroísmo	M	−1 623 005	−1 104 454	−2 244 543	−824 142	−635 303	−1 543 935	−1 225 541	41 689	4 800 842	2 739 724
31	Porto Santo	P	861 440	778 192	−1 131 265	−188 957	−302 473	58 245	−183 547	−244 044	−16 806	2 545 602
32	Elvas	M	−499 408	796 366	−1 922 900	605 279	−404 661	61 814	−525 086	−208 896	2 026 535	2 520 570
33	Lousada	M	−576 806	1 790 561	−1 763 845	−57 376	−1 163 866	3 398 741	3 073 683	607 326	−514 273	2 393 761
34	Alcochete	M	−2 476 993	−429 286	762 461	−129 962	−1 087 820	468 482	729 288	−516 734	−171 371	2 351 889
35	Setúbal	G	−14 724 586	−4 010 171	−2 452 947	−724 569	5 216 930	9 448 782	−16 771 860	1 577 019	43 059 964	2 302 752
36	Guarda	M	−4 689 734	−1 833 906	−4 454 149	−2 325 873	−2 155 438	−951 688	−1 478 276	771 690	−1 895 393	2 284 128
37	São João Pesqueira	P	233 816	250 746	−742 289	129 512	−310 386	569 605	723 718	−66 116	−272 319	2 234 248
38	Carregal do Sal	P	−463 952	−320 984	−441 046	−96 180	−438 187	−111 637	1 151 228	855 364	1 659 837	2 181 001
39	Caldas da Rainha	M	−913 091	38 814	−1 301 705	−696 788	1 651 355	581 791	652 660	−1 544 683	360 636	2 175 574
40	Olhão	M	−2 264 814	−1 136 334	−604 886	−1 639 315	−1 522 708	−1 648 742	−784 494	1 916 174	472 109	2 057 121
41	Albergaria-a-Velha	M	−495 414	409 551	597 624	993 836	−583 026	216 806	1 193 075	−626 032	1 630 716	1 947 074
42	Entroncamento	M	−818 787	−489 416	−372 897	−1 092 571	−1 010 939	6 323	395 306	−830 433	1 491 769	1 855 435
43	Póvoa de Lanhoso	M	−559 755	1 289 801	−553 602	−200 712	424 187	1 063 868	162 630	−163 859	2 212 999	1 849 830
44	Ílhavo	M	−4 635 083	−1 835 401	−3 740 063	−2 927 315	−1 625 000	−1 228 348	−637 366	−1 062 252	−897 995	1 815 356
45	Arruda dos Vinhos	P	69 281	352 467	−318 030	−875 483	597 638	1 511 981	−645 728	−920 996	−421 827	1 731 027
46	Odivelas	G	−7 132 068	−5 149 978	13 291 149	−4 132 351	−2 663 498	−28 673	1 929 537	−5 780 699	2 940 936	1 711 267
47	Ponte da Barca	P	−105 718	−268 876	−717 199	239 259	437 223	59 842	263 037	−726 106	789 294	1 653 450
48	Beja	M	−2 105 503	−1 031 194	−2 017 900	−1 046 763	−1 296 687	1 217 459	476 858	−633 774	2 604 783	1 633 330
49	Vila Real	M	−1 578 270	−1 525 586	−2 327 372	2 543 432	−135 985	1 828 003	−271 086	−986 485	2 137 361	1 627 496
50	Faro	M	−7 486 692	−11 068 777	−4 666 298	−2 950 490	−1 410 567	−835 835	3 584 708	−5 148 511	884 200	1 615 812

Considerando que com **diminuição do passivo exigível** se identificaram **149 municípios à data de dezembro de 2025**, hierarquizam-se no *Ranking* R83 os 50 municípios que apresentaram maior diminuição de dívidas a pagar.

Deste *ranking* pode-se observar que os três primeiros municípios apresentaram **descidas significativas do montante de passivo exigível**: Vila real de Santo António com -15,1 milhões de euros; Gondomar com -7,8 milhões de euros e Seixal com -6,1 milhões de euros. Há ainda sete municípios que apresentaram descidas entre 3,0 e 4,0 milhões de euros.

R83 – Municípios com maior diminuição do Passivo Exigível – 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Variação valor									
			15–16	16–17	17–18	18–19	19–20	20–21	21–22	22–23	23–24	24–25
1	Vila Real Sto. António	M	2 491 663	4 109 466	5 420 076	−11 087 889	−1 611 707	17 901 940	22 850 171	−41 370 627	−3 692 106	−15 124 137
2	Gondomar	G	−5 434 528	−1 171 074	−4 744 014	−13 474 255	−2 730 899	−8 015 902	−836 441	1 480 606	109 161	−7 787 185
3	Seixal	G	−8 284 613	−6 504 421	19 554 798	−5 389 851	−7 626 640	16 021 243	−7 760 265	−2 898 740	−7 038 242	−6 066 439
4	Funchal	G	−11 431 361	−4 218 098	−17 454 079	8 091 996	−1 851 460	−8 312 317	9 040 630	985 936	−4 133 995	−4 027 792
5	Leiria	G	−7 912 368	−4 810 592	−5 528 135	−7 215 354	1 975 613	−3 098 151	−1 640 008	−2 495 002	−31 724	−3 968 929
6	Trofa	M	−2 831 549	−3 878 410	−2 932 915	−1 220 923	−366 052	546 220	4 275 641	−4 041 414	−635 066	−3 904 368
7	Santa Maria da Feira	G	−7 210 297	−9 651 556	−4 577 284	−2 946 064	−1 419 977	−2 499 078	−341 886	−1 424 984	−1 150 591	−3 862 847
8	Portimão	M	11 942 524	−35 667 527	−7 655 025	−5 923 599	−2 121 235	−4 356 468	−15 507 170	−9 150 527	−308 331	−3 468 531
9	Espinho	M	−4 684 398	−1 866 913	−1 324 356	−1 754 159	−2 288 633	4 865 381	−737 287	−1 619 688	−1 690 588	−3 385 554
10	Porto	G	−45 684 622	−3 804 387	−18 937 251	−9 633 306	24 325 006	14 615 099	3 722 507	−16 941 992	687 044	−3 057 920
11	Almada	G	−3 771 777	−5 840 700	−4 098 638	189 514	−2 952 202	−4 258 583	−1 526 761	−383 671	−90 404	−2 826 675
12	Lagoa (R.A.A)	P	−946 316	−931 122	−1 037 031	−729 066	−556 254	14 824 121	−1 570 965	−3 363 669	−3 083 465	−2 502 585
13	Peniche	M	−430 424	−970 419	−530 208	327 681	−698 092	3 674 862	−294 508	55 269	−1 309 959	−2 355 272
14	Viseu	G	−1 926 404	301 247	−4 157 721	−1 773 426	1 142 803	5 033 779	7 160 936	−1 548 740	13 694 788	−2 347 613
15	Mafra	M	−1 930 873	7 589 185	10 470 061	−1 689 487	1 786 984	−4 125 479	11 266 435	54 207 392	199 134	−2 236 970
16	Lagos	M	−7 221 001	−8 926 258	−1 646 183	−6 459 983	14 600 214	−15 825 131	−2 698 725	−2 300 235	−2 766 159	−2 183 141
17	Aveiro	M	−14 684 815	6 696 747	−4 879 693	−7 780 337	−15 449 211	−4 231 758	−4 819 435	−4 171 988	−4 115 270	−2 025 340
18	Cartaxo	M	−413 177	2 503 843	534 828	−2 097 334	667 890	304 962	−1 711 584	228 197	−2 282 759	−1 976 851
19	Maia	G	6 063 544	−6 568 071	−4 331 090	−7 140 338	−5 497 943	−4 898 144	−102 122	−3 203 579	−2 324 032	−1 963 011
20	Montemor-o-Novo	P	244 163	18 072	−1 091 224	31 933	1 108 224	343 518	−672 085	415 159	2 461 157	−1 951 161
21	Castro Daire	P	−557 932	2 651 603	−1 294 402	670 110	−705 520	316 437	1 685 899	2 801 985	1 072 311	−1 897 272
22	Fafe	M	2 462 050	−500 564	−708 369	1 021 288	−1 281 510	1 153 993	2 288 584	−559 493	2 715 566	−1 795 459
23	Seia	M	−3 955 551	−3 696 664	−2 579 146	−2 885 198	−2 703 796	−3 101 826	−2 031 038	−581 835	−1 504 333	−1 664 930
24	Vagos	M	−721 529	−323 895	−288 419	1 622 236	639 407	−2 112 178	1 983 209	536 024	252 196	−1 645 449
25	Santiago do Cacém	M	−1 829 184	−480 215	−1 995 577	−369 318	−1 107 332	−568 472	720	−77 867	141 335	−1 531 119
26	Macedo de Cavaleiros	P	−1 350 787	570 563	−2 414 489	459 091	−1 318 622	991 729	−1 397 597	530 167	−1 942 510	−1 461 867
27	Vouzela	P	−1 260 086	−665 224	−584 780	812 974	−281 603	−490 690	611 525	1 042 226	−308 093	−1 414 628
28	Velas	P	−564 487	−467 054	−541 665	−418 552	−401 653	−237 314	−267 293	−247 634	−195 990	−1 376 349
29	Tarouca	P	−549 822	−776 337	−35 455	−202 553	551 983	−682 117	452 164	−734 370	850 661	−1 371 077
30	Tabuaço	P	−1 818 980	−180 132	527 361	36 083	−895 747	−1 140 816	388 140	−725 729	−1 494 634	−1 328 287
31	Silves	M	−2 095 175	2 377 310	−2 666 991	−1 737 960	5 858 928	−615 604	571 364	450 454	1 439 701	−1 321 522
32	Praia da Vitória	P	−316 644	104 546	−699 314	1 561 915	−385 626	2 592 421	170 964	−3 381 052	3 336 752	−1 312 734
33	Chaves	M	−8 266 242	7 251 150	−5 462 870	−5 052 518	−1 438 942	−1 159 416	−1 206 980	−1 421 426	−1 475 288	−1 300 389
34	Mértola	P	−865 660	−197 634	−595 401	2 331 456	−1 253 799	−308 704	−365 310	3 070 287	1 226 823	−1 293 274
35	Pinhel	P	362 853	579 137	1 077 743	−809 735	−239 163	674 098	1 672 165	−2 450 528	2 168 550	−1 223 679
36	Ourém	M	−2 415 211	−1 491 962	−2 688 814	−966 709	−1 023 744	222 945	1 193 172	388 520	2 292 076	−1 202 344
37	Resende	P	−421 044	6 712	−846 918	−493 479	−595 344	203 806	1 096 849	1 001 019	−193 262	−1 115 570
38	Vila Franca do Campo	P	−1 532 436	−1 707 207	−1 709 808	−343 035	12 166 239	617 688	−1 041 028	−1 379 961	−1 085 485	−1 071 631
39	Peso da Régua	P	173 231	−475 498	−1 896 182	−927 403	−1 400 736	2 750 016	−137 001	1 431 505	−1 689 474	−1 068 129
40	Alandroal	P	−1 771 446	−1 076 740	−1 021 381	−719 807	191 764	−87 724	−989 762	157 774	−1 078 951	−1 037 280
41	Covilhã	M	−8 728 707	−8 818 973	−8 524 027	−5 846 691	−4 039 356	−4 473 598	−3 850 740	−388 636	−1 480 772	−1 030 582
42	Baião	P	541 986	−407 952	−161 865	−509 623	489 904	1 076 210	1 552 629	518 144	281 024	−1 008 156
43	Tábua	P	−1 055 866	356 023	110 941	−562 107	535 677	789 691	2 550 097	1 512 475	−1 808 520	−989 460
44	Vila Verde	M	−2 766 172	−2 412 728	−1 450 417	−1 029 673	−795 749	151 381	−589 041	−2 203 647	−305 824	−988 854
45	Felgueiras	M	−3 676 311	−212 688	3 305 319	−1 111 868	175 445	2 616 355	8 852 440	421 934	−830 914	−983 308
46	Arganil	P	−1 031 040	−787 542	−357 308	−225 861	1 922 184	1 596 101	643 637	−367 726	−1 435 021	−912 417
47	Amarante	M	1 073 057	3 894 088	1 491 240	170 584	145 058	7 165 766	2 724 846	−1 093 359	1 010 681	−895 186
48	Marco de Canaveses	M	−2 664 196	−1 514 236	−1 820 867	−1 070 265	−600 415	−1 219 782	−207 985	−1 389 619	4 310 893	−838 652
49	Caminha	P	−979 955	3 228 044	−146 507	197 918	−1 278 756	284 698	−1 525 271	−3 012 746	−1 830 590	−838 426
50	Lourinhã	M	−2 498 992	−1 318 465	−1 739 951	−1 350 375	−1 323 092	138 528	−296 622	−595 021	−1 020 189	−826 629

Nos *Rankings* R84 e R85 apresentam-se os municípios dos Açores e da Madeira hierarquizados pelo maior volume de variação da sua dívida total.

R84 – Variação do Passivo Exigível dos municípios da Região Autónoma dos Açores em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Variação valor									
			Dim 15-16	16-17	17-18	18-19	19-20	20-21	21-22	22-23	23-24	24-25
1	Lagoa (R.A.A)	P	-946 316	-931 122	-1 037 031	-729 066	-556 254	14 824 121	-1 570 965	-3 363 669	-3 083 465	-2 502 585
2	Velas	P	-564 487	-467 054	-541 665	-418 552	-401 653	-237 314	-267 293	-247 634	-195 990	-1 376 349
3	Praia da Vitória	P	-316 644	104 546	-699 314	1 561 915	-385 626	2 592 421	170 964	-3 381 052	3 336 752	-1 312 734
4	Vila Franca do Campo	P	-1 532 436	-1 707 207	-1 709 808	-343 035	12 166 239	617 688	-1 041 028	-1 379 961	-1 085 485	-1 071 631
5	Sta. Cruz da Graciosa	P	-252 719	349 458	-215 354	-242 347	-157 472	219 747	-132 320	-177 085	-177 688	-596 247
6	Madalena	P	1 039 426	1 025 770	-386 774	-618 609	-476 025	-506 766	-129 872	6 580 684	-1 567 631	-530 976
7	Nordeste	P	-1 101 644	-1 026 965	-757 928	3 586 623	-562 274	-848 682	-944 876	-605 808	-921 051	-479 080
8	Lajes do Pico	P	-722 902	-899 281	-839 353	-924 137	-993 313	-588 055	-406 935	-113 553	184 687	-443 751
9	Vila do Porto	P	4 507 946	-358 931	-389 383	-255 872	-269 692	-3 179 787	2 678 134	-303 259	-203 341	-359 386
10	Horta	P	-849 065	-487 282	-335 282	-261 539	-103 967	968 982	456 915	-222 338	-558 362	-333 834
11	Povoação	P	-1 029 346	-854 773	1 643 339	-672 353	-518 673	-143 783	-181 087	-674 935	2 262 770	-295 422
12	Lajes das Flores	P	487 675	-878 371	-114 365	234 745	-9 290	95 444	-112 917	-6 783	-51 203	-25 149
13	Santa Cruz das Flores	P	-71 397	51 963	-86 410	-32 469	-42 961	-20 251	-9 515	52 117	-39 166	-10 483
14	Corvo	P	-132 254	-159 591	-114 111	-138 072	-92 719	-80 706	-49 807	-39 987	-16 850	112 670
15	Ribeira Grande	M	742 252	-265 258	601 155	-2 065 710	13 382 871	-37 025	-2 100 039	-2 447 271	-2 989 387	191 205
16	Calheta (R. A. A.)	P	-1 014 644	-1 040 580	-1 179 209	-960 356	-898 493	-58 792	-51 167	1 032 131	9 758	392 689
17	São Roque do Pico	P	-47 386	2 878 177	333 342	-254 633	-207 314	-321 953	-232 846	118 747	-296 322	1 472 349
18	Angra do Heroísmo	M	-1 623 005	-1 104 454	-2 244 543	-824 142	-635 303	-1 543 935	-1 225 541	41 689	4 800 842	2 739 724
19	Ponta Delgada	M	-2 769 145	-2 252 833	-1 430 586	-1 533 245	-2 208 548	-1 547 341	8 922 281	-2 232 344	-959 307	4 305 180
	Variação total R.A. Açores		**-6 196 091**	**-8 023 790**	**-9 503 281**	**-4 890 850**	**17 029 533**	**10 204 014**	**3 772 087**	**-7 370 310**	**-1 550 439**	**-123 810**

R85 – Variação do Passivo Exigível dos municípios da Região Autónoma da Madeira em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Variação valor									
			15-16	16-17	17-18	18-19	19-20	20-21	21-22	22-23	23-24	24-25
1	Funchal	G	-11 431 361	-4 218 098	-17 454 079	8 091 996	-1 851 460	-8 312 317	9 040 630	985 936	-4 133 995	-4 027 792
2	São Vicente	P	-522 085	-705 307	-2 518 026	13 531	283 901	-425 431	333 348	533 341	2 059 262	-405 347
3	Calheta (R. A. M.)	P	-2 256 094	-874 058	-265 778	-670 846	-463 289	-620 485	1 258 726	613 335	-739 825	-365 431
4	Porto Moniz	P	-201 410	-334 099	-491 269	-433 768	-329 276	-251 396	-80 503	-216 110	5 350	-322 071
5	Ribeira Brava	P	-1 532 946	-1 741 326	-656 787	-780 492	-1 899 633	2 170 812	-774 869	3 089 377	-481 112	-107 786
6	Machico	M	-2 189 081	-1 899 837	-1 277 504	-1 313 993	-4 178 975	2 602 910	526 821	-526 266	170 311	-81 808
7	Câmara de Lobos	M	-622 674	-1 354 839	42 834	-2 090 902	-236 801	-279 000	242 687	-879 983	-1 125 973	-52 532
8	Santana	P	-323 245	-2 147 137	-345 216	-695 947	-248 093	82 948	34 112	228 412	23 770	-16 251
9	Santa Cruz	M	-3 647 892	-4 025 670	-1 549 114	-3 548 439	2 817 685	3 331 106	-1 908 200	2 523 550	161 230	127 822
10	Ponta do Sol	P	283 947	-281 871	-411 171	-74 375	-122 855	55 271	233 506	194 984	1 557 032	607 348
11	Porto Santo	P	861 440	778 192	-1 131 265	-188 957	-302 473	58 245	-183 547	-244 044	-16 806	2 545 602
	Variação total R.A. Madeira		**-21 581 401**	**-16 804 050**	**-26 057 375**	**-1 692 192**	**-6 531 270**	**-1 587 337**	**8 722 711**	**6 302 533**	**-2 520 758**	**-2 098 245**

Da observação dos dois *rankings* anteriores, relativos às Regiões Autónomas, há a referir o seguinte quanto à evolução do Passivo Exigível dos seus respetivos municípios:

- **No conjunto dos municípios açorianos, a descida do passivo financeiro foi de -123,8 milhares de euros**, sendo esta variação devida a treze municípios, tendo maioritariamente a responsabilidade desta descida, os municípios de: Lagoa (-2,5 milhões de euros); Velas (-1,4 milhões de euros); Praia de Vitória (-1,3 milhões de euros) e Vila Franca do Campo (-1,1 milhões de euros);
- Contudo, cinco municípios açorianos apresentaram acréscimo de passivo exigível, num total de +9,2 milhões de euros, tendo os mais relevantes sido os apresentados por: Ponta Delgada em +4,3 milhões de euros, Angra do Heroísmo em +2,7 milhões de euros e São Roque do Pico em +1,5 milhões de euros;
- **O conjunto dos municípios madeirenses apresentarem, também em 2025, um decréscimo da dívida global da Região de, -2,1 milhões de euros**, em grande parte devido ao decréscimo considerável da dívida do município do Funchal (-4,0 milhões de euros) que, com São Vicente, Calheta e Porto Moniz (estes três, em menor escala) contrariaram as subidas verificadas em outros três municípios, com maior relevância no Porto Santo (+2,5 milhões de euros) e na Ponta do Sol (+607 milhares de euros).

No *Ranking* R86 apresenta-se a variação nacional do **passivo exigível, por Distritos e Regiões Autónomas.** Da análise deste *ranking*, constata-se que:

- O acréscimo da dívida em 2025 em +280,2 milhões de euros, da responsabilidade de onze distritos, decorreu, fundamentalmente, dos acréscimos apresentados pelos distritos de: Lisboa, ao aumentar o passivo exigível em +137,7 milhões de euros; Braga, ao fazer crescer a dívida em +72,4 milhões de euros; Porto, com o aumento de +31,4 milhões de euros; e Viana do Castelo, com o aumento de +26,3 milhões de euros;
- **Os distritos que mais contribuíram para contrariar a subida da dívida exigível dos municípios, com o decréscimo da mesma, foram o Distrito de Faro com uma descida de -5,1 milhões de euros, o Distrito da Guarda com -4,1 milhões de euros, o Distrito de Aveiro com -3,9, milhões de euros e o Distrito de Évora com -3,8 milhões de euros,** embora, na totalidade, **sete Distritos e ambas as Regiões Autónomas, tenham apresentado redução do passivo exigível.** [177]

[177] O mesmo número que em 2024, mas não os mesmos distritos, embora se tenham mantido as regiões.

R86 – Variação do Passivo Exigível dos Distritos e Regiões Autónomas – 2025

Unidade: euros

Município		Variação valor									
		15-16	16-17	17-18	18-19	19-20	20-21	21-22	22-23	23-24	24-25
1	Faro	-13 317 932	-63 594 702	-24 933 405	-35 682 540	6 453 643	-10 514 836	6 523 619	-45 830 521	14 186 371	-5 086 595
2	Guarda	-18 570 639	-9 862 336	-10 151 607	-3 174 165	-10 217 406	-5 946 575	-4 790 325	-5 416 502	13 020 728	-4 086 484
3	Aveiro	-47 067 696	-14 028 535	-28 906 868	-18 654 860	-25 939 503	-8 876 252	-3 318 367	-4 162 961	-520 201	-3 884 096
4	Évora	-8 340 158	-11 110 220	-8 417 551	-6 763 648	7 715 935	-4 370 816	-6 738 176	-4 610 184	-124 772	-3 828 435
5	Viseu	-9 404 686	-3 380 822	-12 775 896	-12 849 812	-6 270 300	176 691	13 464 237	6 060 506	11 328 989	-2 586 219
6	Madeira	-21 581 401	-16 804 050	-26 057 375	-1 692 192	-6 531 270	-1 587 337	8 722 711	6 302 533	-2 520 758	-2 098 245
7	Leiria	-24 215 713	-12 317 492	-15 429 688	-14 736 485	-2 123 837	1 199 753	-83 868	-2 103 277	624 706	-620 119
8	Bragança	-11 904 882	-1 807 664	-12 816 686	-3 703 342	-10 869 490	2 288 141	123 793	5 980 872	-10 301 760	-356 858
9	Açores	-6 196 091	-8 023 790	-9 503 281	-4 890 850	17 029 533	10 204 014	3 772 087	-7 370 310	-1 550 439	-123 810
10	Vila Real	-20 827 157	-652 095	-16 138 347	-5 204 737	-7 955 025	2 737 894	-418 641	-540 717	2 979 342	2 889 872
11	Beja	-8 882 570	-440 699	-9 340 606	-3 714 621	-7 067 691	996 263	-101 373	6 637 409	4 822 600	2 954 293
12	Coimbra	-21 592 472	-18 771 118	-16 228 754	-12 607 279	-4 852 710	9 423 021	13 266 232	16 611 659	-6 554 008	3 852 128
13	Castelo Branco	-19 285 279	-17 999 087	-15 129 638	237 900	-6 927 618	-7 878 164	-3 577 515	-543 884	-5 797 028	5 814 783
14	Setúbal	-48 597 346	-33 110 802	1 684 670	-2 428 271	-15 554 174	30 216 838	-23 875 403	1 031 539	50 010 990	5 910 189
15	Portalegre	-12 731 297	-3 014 017	-8 831 347	-5 801 462	-3 409 794	-889 123	-1 381 359	-4 110 427	835 183	6 726 410
16	Santarém	-30 509 219	-19 371 963	-24 580 040	-16 496 106	-8 392 731	-5 153 099	-9 221 611	2 817 499	-1 713 616	6 902 168
17	Viana do Castelo	-10 723 998	4 472 930	-3 607 583	1 079 651	-1 467 643	17 619 891	-1 703 470	551 962	-5 899 931	26 283 799
18	Porto	-87 801 440	-36 965 362	-86 028 358	-67 446 476	-18 829 473	27 807 634	59 739 289	-35 291 925	28 799 671	31 440 046
19	Braga	-23 261 208	-16 056 759	-12 541 553	-18 425 059	-15 067 868	15 776 586	3 751 310	19 125 834	28 880 864	72 444 646
20	Lisboa	-175 639 464	-146 402 343	-60 866 000	-77 602 121	-17 693 104	16 360 601	11 857 480	159 162 362	108 067 905	137 658 720
Variação total nacional		**-620 450 649**	**-429 240 926**	**-400 599 913**	**-310 556 476**	**-137 970 527**	**89 591 126**	**66 010 652**	**114 301 466**	**228 574 839**	**280 206 193**

3.5.3. Passivo eventualmente exigível dos municípios – Provisões (para riscos e encargos)

No Quadro 3.18 é apresentada a evolução das **Provisões** (para riscos e encargos),[178] componente que, como referimos, não consideramos como Passivo Exigível, isto é, como dívidas efetivas para com terceiros. Incluem, nomeadamente, a parte que traduz valores estimados resultantes de acordos contratuais em risco, ou situações em litígio. Sem prejuízo de se tratarem de estimativas, a concretização eventual destas assume relevância em termos de análise.

Verifica-se que o volume de provisões, em 2025, baixou -4,6% (-36,8 milhões de euros) face a 2024, totalizando o valor de 761,1 milhões de euros no universo dos 308 municípios. Mais se verifica que o peso desta rubrica, no total do Passivo, foi de 9,8%, no ano económico em apreço, isto é -0,8pp, que o verificado no ano anterior.

[178] No SNC-AP a designação é apenas «Provisões».

Quadro 3.18 – Componentes do Passivo eventualmente exigível

Unidade: milhões de euros

Passivo eventualmente exigível	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25				Variação (%)	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	24–25	15–25
Provisões	822,6	953,8	1 011,9	980,5	949,3	899,1	934,0	920,5	849,6	797,9	761,1	-4,6%	-7,5%

Concluindo a análise do Passivo e considerando a obrigatoriedade de contabilização dos encargos eventuais em provisões, observaram-se mais detalhadamente as contas dos municípios com valores mais representativos nesta rubrica. Desta observação, resultou o Quadro 3.19, onde se listam 28 municípios com provisões acima de 5 milhões de euros em 2025, destacando-se:

- O município de Lisboa, que apresentou um valor de provisões notoriamente mais elevado que os restantes municípios (144,3 milhões de euros), representando 19,0% das provisões constituídas pela totalidade dos municípios portugueses neste ano; mais se verificou, que as provisões deste município baixaram cerca de -9,6 milhões de euros (-6,2%) em relação ao ano anterior;
- No conjunto destes 28 municípios, continuaram a constar 2 municípios de pequena dimensão, Caminha, Pinhel, sendo que este último, mantém o mesmo valor de provisões desde 2020. Apenas 15 municípios de grande dimensão continuam a constar desta listagem, isto é, 60% dos municípios desta natureza;
- Mais se anota que, para além do município de Lisboa, só mais um município – Funchal – apresentou provisões, embora bastante inferiores aos daquele, de montante superior a 50 milhões de euros;
- Para além destes 28 municípios com provisões superiores a 5 milhões de euros, identificaram-se mais 224 municípios que apresentaram registo de provisões, embora com valores bastante inferiores aos valores apresentados, neste Quadro 3.19.

Quadro 3.19 – Municípios com valor em provisões superior a 5 milhões de euros

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25				Var. (%) 24–25
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
1	Lisboa	G	211 714 857	246 870 971	317 387 561	204 698 475	214 490 696	190 321 602	202 145 379	147 021 446	152 530 170	153 895 464	144 301 300	–6,2%
2	Funchal	G	1 594 059	3 711 694	6 848 767	17 914 899	21 356 179	22 568 786	52 530 470	54 970 758	58 297 657	57 624 840	57 639 060	0,0%
3	Braga	G	601 309	1 643 233	12 130 845	7 542 132	7 415 987	10 175 089	5 910 472	6 841 381	2 564 540	52 066 644	46 134 046	–11,4%
4	Bragança	M	12 496 918	12 562 373	12 749 338	17 954 700	20 764 072	21 928 723	24 881 878	27 896 709	30 604 204	33 085 759	35 685 875	7,9%
5	Guarda	M	4 654 334	5 255 128	1 588 209	30 721 217	31 577 432	32 621 067	31 919 981	32 098 374	32 241 497	32 074 341	33 596 809	4,7%
6	Loures	G	70 849 651	72 225 255	72 256 265	72 644 938	72 505 485	37 527 089	32 202 784	31 621 080	28 863 897	28 519 304	28 528 115	0,0%
7	Setúbal	G	914 774	1 547 634	1 236 954	3 238 936	3 301 653	16 462 402	4 076 256	18 412 405	25 546 118	35 836 389	25 529 532	–28,8%
8	Coimbra	G	26 059 616	34 147 170	42 046 516	44 879 436	34 055 476	2 790 978	4 143 109	4 320 372	19 168 764	18 169 721	21 006 199	15,6%
9	Fundão	M	22 229 091	23 346 633	23 796 533	24 493 451	22 660 447	21 910 389	22 248 360	22 424 442	23 014 930	23 344 548	19 061 882	–18,3%
10	Sintra	G	21 222 930	19 758 775	19 809 244	29 437 669	22 568 116	17 460 449	18 167 235	19 340 049	16 793 950	15 687 883	14 650 882	–6,6%
11	Vila Franca de Xira	G	8 477 331	8 286 498	7 804 246	9 553 381	10 914 095	14 391 407	25 330 037	23 992 393	22 302 065	20 068 226	13 819 181	–31,1%
12	V. Nova de Famalicão	G	0	864 918	1 444 920	2 722 193	2 787 106	7 480 887	7 931 050	7 451 955	9 039 712	10 738 650	13 768 685	28,2%
13	Covilhã	M	178 567	178 567	178 567	178 567	0	7 374 345	7 997 889	8 693 558	10 060 944	11 721 540	13 149 037	12,2%
14	Porto	G	40 445 332	43 277 433	45 333 103	39 046 136	43 872 167	49 688 411	36 365 284	30 453 142	24 603 679	10 356 659	11 338 477	9,5%
15	Almada	G	1 471 109	1 804 974	2 041 546	3 116 529	6 145 645	7 273 789	8 397 165	10 074 642	10 311 871	9 746 340	9 963 998	2,2%
16	Portimão	M	5 159 169	7 415 685	8 904 969	9 205 817	8 848 508	9 830 731	11 639 607	11 629 924	11 670 695	11 455 467	9 842 781	–14,1%
17	Seixal	G	3 242 467	5 998 717	4 272 302	6 106 710	4 346 747	5 418 670	5 274 482	6 650 716	9 417 267	7 417 029	9 084 662	22,5%
18	Mafra	M	7 585 912	7 736 234	8 785 979	9 652 515	7 868 386	11 412 067	11 534 521	33 315 757	10 562 168	8 682 578	8 586 774	–1,1%
19	Matosinhos	G	12 612 149	4 025 502	3 839 590	7 454 256	11 038 617	11 265 711	10 179 103	9 062 611	12 095 573	9 303 759	7 610 076	–18,2%
20	Vila Nova de Gaia	G	4 213 881	2 878 500	4 913 758	5 457 936	10 034 566	15 488 272	13 336 272	13 420 584	9 698 008	12 753 729	7 571 614	–40,6%
21	Albufeira	M	544 349	6 884 624	6 544 361	6 299 892	6 297 360	5 983 098	5 845 026	5 804 476	5 735 035	5 660 692	7 038 413	24,3%
22	Alcobaça	M	7 213 038	9 068 069	12 292 580	15 716 594	19 276 834	19 276 142	19 491 080	21 353 072	20 764 197	7 852 427	6 843 719	–12,8%
23	Espinho	M	690 094	542 313	542 313	124 630	845 468	798 530	916 061	869 672	3 383 438	5 039 958	6 297 869	25,0%
24	Vila do Conde	M	4 418 565	1 303 991	2 623 731	1 930 303	3 043 006	3 030 169	3 066 445	4 267 433	4 402 744	5 930 268	5 936 041	0,1%
25	Pinhel	P	4 268 955	4 686 618	5 655 482	5 807 488	5 807 488	5 680 239	5 680 239	5 680 239	5 680 239	5 680 239	5 680 239	0,0%
26	Cascais	G	9 965 821	9 297 351	11 055 914	9 981 680	9 298 054	8 776 770	6 142 892	8 269 541	7 299 541	8 008 483	5 599 437	–30,1%
27	Câmara de Lobos	M	71 247	302 770	2 133 635	1 902 112	1 925 617	1 965 320	1 961 378	2 166 805	2 220 294	2 208 647	5 430 916	145,9%
28	Caminha	P	397 578	297 724	0	0	0	7 299 537	6 928 459	6 545 785	6 149 450	5 740 200	5 317 758	–7,4%

3.5.4. Análise do Endividamento

3.5.4.1. Cálculo do limite da dívida total ao abrigo do disposto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013[179]

Desde 2022 que a equipa de trabalho deste Anuário tem utilizado como fonte de informação para análise do Endividamento Autárquico,[180] a informação obtida através da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) resultante dos dados do mapa "*Evolução do Endividamento Total, por Município – prestação de contas*".[181]

Assim, observar-se-á, no presente capítulo, para efeitos do cálculo do Limite da Dívida Total dos municípios, não só todas as situações que por lei contribuem para o mesmo, como consideradas todas as exceções previstas na lei.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais – RFALEI), na sua redação atual, estabelece no artigo 52.º o conceito relativo ao endividamento municipal, que é o da dívida total das operações orçamentais.[182]

Esta lei estabelece como **limite da dívida total, o valor correspondente a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, que não pode ser ultrapassado a 31 de dezembro de cada ano**. Determina-se, ainda, no n.º 2 do artigo 52º, que a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Para efeitos de análise do limite à dívida total em cada exercício,[183] mantém-se a alteração à lei do RFALEI introduzida pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, reiterada pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprovou o OE para 2018, no qual se excluiu do cômputo do cálculo do limite de endividamento, o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos

---

[179] Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2018, de 16/08.

[180] Até ao Anuário de 2021, neste ponto apresentou-se o montante da dívida total dos municípios com vista à determinação da sua capacidade de endividamento, considerando apenas o setor autárquico em sentido restrito, não abrangendo a totalidade das entidades que constituem os grupos autárquicos, isto é, sem inclusão das entidades referidas no n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013. De igual modo não se considerava para efeitos de cálculo da Capacidade de Endividamento dos municípios, as exceções aos limites da mesma, por falta de informação apresentada em sede de prestação de contas, nos mapas de informação financeira, e por falta de informação nos respetivos Relatórios e Contas. Assim, com as devidas considerações feitas pelos autores deste Anuário, até 2021, o cálculo da dívida total dos municípios não considerava a dívida constituída pelas entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total dos grupos municipais. A saber: os serviços municipalizados e intermunicipalizados; as entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais; as empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto; as cooperativas e as régies cooperativas; as cooperativas não previstas na alínea anterior e as fundações, em proporção à participação, direta ou indireta, do município; e as entidades de outra natureza relativamente às quais se verificasse , de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total. De igual modo não foram consideradas as exceções que a lei considerava para efeitos do cálculo ao limite de endividamento dos municípios, nem eram excecionadas as dívidas não orçamentais, por falta de informação fidedigna e concisa em sede de prestação de contas.

[181] Situação objeto de retificação com documento anexo ao Anuário de 2021, já após a sua publicação, mas apenas para o ponto 3.5.4.2 do Anuário.

[182] Artigo 52.º – Limite da dívida total

1 – A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 – A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

[183] A Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, Lei Orçamental de 2018, altera o Artigo 52º – Limite da dívida total, do RFALEI, nos seus pontos 5 e 6 dando-lhe a seguinte redação: [...]

"5 – Sem prejuízo do disposto no número seguinte, para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios referida no n.º 1, não é considerado:

a) O valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia; e

b) O valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

6 – Para efeitos do disposto no número anterior, no caso de existirem diferentes fontes de financiamento reembolsáveis pelos municípios, a não relevância para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios é na proporção dos montantes obtidos no âmbito do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro."

com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia, bem como o valor das subvenções reembolsáveis ou os empréstimos resultantes dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/ 2014, de 27 de outubro. Mais se anota que, às exceções acabadas de referir, acrescem os empréstimos considerados no artigo 84.º do RFALEI – Regime transitório para o endividamento excecionado.[184]

No Quadro 3.20 apresenta-se a **Dívida total dos municípios**, considerando o universo dos 308, com base nos dados publicados pela DGAL entre 2015 e 2024.[185] **À semelhança do que aconteceu no ano transato, não se dispôs, à data de elaboração do presente Anuário, de qualquer informação da DGAL sobre a dívida dos municípios referente a dezembro de 2025. No entanto, achou-se pertinente e útil continuar a apresentar informação sobre esta matéria, neste ano, disponibilizada e atualizada pela DGAL à data de dezembro de 2024.**

Quadro 3.20 – Limite à divida total (à data de dezembro de 2024)

Unidade: milhões de euros

Indicadores		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
(a)	Média da receita corrente líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores	6 255,4	6 575,8	6 858,0	7 175,0	7 435,7	7 560,2	7 377,6	8 218,4	8 848,5	9 688,3
(b)=1,5*a	Limite da dívida total	9 383,1	9 863,8	10 287,0	10 762,5	11 153,5	11 340,3	11 066,4	12 327,6	13 272,8	14 532,5
(c)	Dívida total (inclui dívidas SM+AM+SEL + entidades participadas, dívidas não orçamentais, exceções previstas na Lei n.º 73/2013 e no OE/2021 e FAM)	6 186,8	5 442,9	5 015,7	4 489,5	4 290,5	4 201,5	4 057,4	4 088,7	4 128,4	4 277,0
(d)	Dívidas não orçamentais, exceções previstas na Lei n.º 73/2013 e no OE/2021	189,3	194,6	212,1	237,9	299,3	382,6	428,1	551,9	609,4	637,7
(e)	Contribuição para o Fundo de Apoio Municipal – FAM (Conta 27.5.1)	253,7	215,5	157,3	33,2	11,2	2,9	0,6	0,1	0,0	0,0
(f)= (c)-(d)-(e)	**Dívida total (exclui dívidas não orçamentais, exceções previstas na Lei n.º 73/2013 e no OE/2021 e FAM)**	**5 743,8**	**5 032,8**	**4 646,2**	**4 218,4**	**3 980,0**	**3 816,0**	**3 628,7**	**3 536,7**	**3 519,0**	**3 639,4**
(g)=(f)/ (a)*100	**Índice de divida total (Índice permitido <= 150%)**	**91,8%**	**76,5%**	**67,7%**	**58,8%**	**53,5%**	**50,5%**	**49,2%**	**43,0%**	**39,8%**	**37,6%**
	N.º de municípios que excederam o limite da dívida total	46	31	27	24	22	19	17	15	12	10

Fonte: DGAL – Mapa *Evolução do Endividamento Total, por Município – prestação de contas.*

Da observação do Quadro 3.20 referente ao limite da dívida municipal, poder-se-á dizer em relação ao período entre 2015 e 2024, com maior ênfase para a situação do último ano, sustentada na informação disponível;

[184] Este artigo estabelece que:
"1 – No caso em que um município cumpra os limites de endividamento na data de entrada em vigor da presente lei, mas que passe a registar uma dívida total superior aos limites previstos no artigo 52.º apenas por efeito da existência de dívidas excecionadas constituídas em data anterior à entrada em vigor da presente lei, não deve o município ser sujeito a sanções previstas na presente lei.
2 – Para efeitos do número anterior, consideram-se dívidas excecionadas as seguintes: a) Os empréstimos e os encargos com empréstimos anteriormente contraídos ao abrigo de disposições legais que os excecionavam dos limites de endividamento; b) Os empréstimos e os encargos com empréstimos contraídos para a conclusão dos programas especiais de realojamento (PER) cujos acordos de adesão tenham sido celebrados até ao ano de 1995; c) As dívidas dos municípios às empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, consolidadas até 31 de dezembro de 1988.
3 – Para efeitos dos números anteriores, apenas relevam as dívidas excecionadas constituídas em data anterior à entrada em vigor da presente lei e cujos contratos não sejam objeto de alterações, designadamente nos montantes ou nos prazos."

[185] É de referir que a DGAL não teve informação disponível de um município referente a 2019, sete municípios referentes a 2020, vinte e seis municípios para 2021, dez municípios referentes a 2022, e um município referente a 2023 (Penedono), mantendo-se este mesmo município em falta em relação a 2024.

- Entre 2015 e 2024 a **Dívida total no universo municipal (excluindo todas as exceções)**, baixou -36,6% (-2 104,4 milhões de euros), situação bastante favorável ao melhoramento do equilíbrio financeiro dos municípios;[186]
- Enquanto o **Índice da Dívida Total** em 2015 se situou em 91,8%, em 2024 o mesmo indicador fixou-se em 37,6%, apresentando decréscimos progressivos desde 2015, o que é um **excelente indicador da progressiva melhoria da situação global de endividamento municipal em Portugal**;
- Entre 2015 e 2024 houve um **decréscimo de 36 no número de municípios que excederam o limite da dívida total, cifrando-se em 10, os municípios em que ocorreram, em dezembro de 2024, situações de excesso de limite de endividamento**;
- A **média da receita corrente líquida,** cobrada nos três exercícios anteriores a cada ano económico, cresceu entre 2015 e 2024, +54,9% (+3 432,9 milhões de euros), tendo crescido +9,5%, +839,8 milhões de euros, de 2023 para 2024, o que reforçou a capacidade de endividamento dos municípios.

3.5.4.2. Indicadores de alerta para o risco de incumprimento do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013

A Secção III da Lei n.º 73/2013 (RFALEI), com as alterações posteriores, define os mecanismos de prevenção e de recuperação financeira municipal[187] no caso de incumprimento dos limites dispostos no seu artigo 52.º, contendo também indicadores que servirão de sinal de alerta para o risco de incumprimento dos novos limites de endividamento. Com base nas contas de 307 municípios,[188] procedeu-se ao cálculo destes indicadores para cada um dos municípios, obtendo-se o ponto de situação apresentado no Quadro 3.21 e no Quadro 3.22, e reportando, face ao exposto, à recolha de informação da DGAL até ao ano 2024.

Quadro 3.21 – Indicadores de sinalização de alerta precoce de saneamento financeiro e de recuperação financeira[189]

Situação da dívida total	N.º de Municípios										
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Inferior a 1,5 x média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	243	262	277	281	284	285	282	265	283	295	297
Superior à média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	132	96	68	60	45	42	41	34	42	31	23
Superior a 1,5 x a média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	65	46	31	27	24	22	19	17	15	12	10
Entre 1,5 x e 2,25 x a média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	36	24	14	14	15	15	13	12	10	7	6
Entre 2,25 x e 3 x a média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	13	10	10	8	5	3	2	1	1	2	1
Superior a 3 x a média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	16	12	7	5	4	4	4	4	4	3	3

Quadro 3.22 – Outros Indicadores de sinalização de alerta precoce e de recuperação financeira[190]

N.º de municípios com dívida total deduzida dos empréstimos:	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Inferior a 0,75 x média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	270	285	292	295	303	301	294	276	290	301	303
Superior a 0,75 x média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	38	23	16	13	5	6	7	6	8	6	4

[186] Pese embora o reforço de empréstimos realizados para a execução dos programas comunitários.

[187] Os referidos mecanismos de prevenção e de recuperação financeira municipal estão explicitados nos seguintes artigos do RFALEI: Artigo 56.º – Alerta precoce de desvios; Artigo 57.º – Mecanismos de recuperação financeira municipal; Artigo 58.º – Saneamento financeiro; e Artigo 59.º – Plano de saneamento.

[188] Faltam os dados de Penedono.

[189] Dos dados obtidos para a elaboração deste quadro, disponibilizados pela DGAL, não consta informação de um município em 2019, sete municípios em 2020, 26 municípios em 2021, dez em 2022, um em 2023, e o mesmo em 2024 (Penedono).

[190] Dos dados obtidos da DGAL, para elaboração deste quadro não constam elementos de um município em 2019, sete municípios em 2020, 26 municípios em 2021, dez em 2022 e um em 2023 e o mesmo em 2024 (Penedono).

Os cálculos efetuados para a determinação dos indicadores apresentados no Quadro 3.21 e Quadro 3.22 permitem apresentar as seguintes conclusões relativas ao período entre 2014 e 2024, com especial referência ao último ano:

1. Situações que exigem a aplicação das sanções previstas no ponto 3. do artigo 52.º do RFALEI:

- Entre 2014 e 2024 baixou em -55 o número de **municípios**, que apresentaram **uma dívida total superior a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida** cobrada nos três exercícios anteriores, não cumprindo o limite previsto no n.º 1 deste artigo, devendo, por isso**, ter-lhes sido reduzido, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite fosse cumprido**. Nesta situação estiveram 10 municípios em 2024, em relação aos quais deveria ter sido aplicada esta sanção em 2025.

2. Situações em que municípios teriam que requerer saneamento financeiro com aplicação do respetivo plano de saneamento e obrigatoriedade de contrair um empréstimo para esse fim:[191]

- **Em 2025, os 10 municípios** referidos na situação precedente, para além da sanção apresentada, **deveriam ter contraído empréstimos para saneamento financeiro, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros**;
- **Entre 2014 e 2024 diminuíram em 34 o número de municípios** que apresentaram, à data de dezembro de cada ano, um montante da dívida, excluindo empréstimos, **superior a 0,75 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.**[192]
- **Os 4 municípios que, em 2024, estiveram nessa situação**[193] **(-2 que em 2023) deveriam, em 2025, ter requerido um plano de saneamento financeiro e contraído empréstimos para esse fim;**
- **Em 2024, apenas um município** (Cartaxo)[194] mostrou, à data de dezembro de 2024, um **valor da dívida total entre 2,25 e 3 vezes a média da receita corrente cobrada nos três anos anteriores**[195] **e, por isso, deveria, em 2024, ser objeto de saneamento financeiro.** Em 2014 foram 13, os municípios nesta situação, o que revela uma melhoria da situação financeira do sector municipal na sua globalidade.

3. Situações que obrigariam à adesão ao procedimento de recuperação financeira municipal:[196]

- Entre 2014 e 2024, diminuíram em 13 o número de municípios que apresentaram, em dezembro de cada ano, **uma dívida total superior a 3 vezes a média de receita dos 3 últimos exercícios**. **Em 2024 estiveram nesta situação, novamente, três municípios** (Vila Real de Santo António, Fornos de Algodres e Vila Franca do Campo)[197] **que, por esta razão, deveriam ter aderido, em 2025, ao procedimento de recuperação financeira municipal.**

---

[191] Situação em que o município é obrigado a contrair um empréstimo para saneamento financeiro ou a aderir ao procedimento de recuperação financeira previsto no artigo 61.º do RFALEI.

192 Alínea b) do ponto 1 do artigo 58.º do RFALEI.

193 Belmonte, Madalena, Praia da Vitória e Vila Real de Santo António.

194 Ver *Ranking* R88.

195 Os municípios nestes casos poderão, em alternativa, aderir ao procedimento de recuperação financeira previsto no artigo 61.º: "Artigo 61.º – Recuperação financeira municipal: 1 – O município é obrigado a aderir ao procedimento de recuperação financeira municipal sempre que se encontre em situação de rutura financeira. 2 – A situação de rutura financeira municipal considera-se verificada sempre que a dívida total prevista no artigo 52.º seja superior, em 31 de dezembro de cada ano, a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios."

196 O artigo 61º do RFALEI considera que um município está em rutura financeira sempre que a dívida total seja superior, em 31 de dezembro de cada ano, a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios. O processo de recuperação financeira determina o recurso ao Fundo de Apoio Municipal (FAM).

197 Ver *Ranking* R88.

4. Situações que permitem, mas não exigem, a contração de empréstimos para saneamento financeiro:[198]

- Em dezembro de 2024, **23 municípios** (-8 que em 2023) **apresentaram sinais de alerta precoce**,[199] nos termos do n.º 1 do artigo 56.º do RFALEI. Efetivamente, àquela data, estes municípios, **apresentaram um valor de dívida total igual ou superior à média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.** Anota-se que, entre 2014 e 2024, o número de municípios nesta situação e a carecerem de empréstimos para saneamento financeiro, embora sem carácter obrigatório, baixou em -109 municípios;
- **Seis municípios (menos um que em 2023)** apresentaram, em dezembro de 2024, **o valor da dívida total superior a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida e inferior a 2,25 vezes essa média, pelo que em 2025 poderiam ter recorrido a financiamento financeiro para equilíbrio das contas.** Desde 2014 o número de municípios nesta circunstância, baixou em -30.

5. Situações de não equilíbrio orçamental (conforme ponto 2.4.2 do Capítulo 2 deste Anuário) em 2025:

- Em dezembro de **2025, 29 municípios (o mesmo número que em 2024)** apresentaram um **montante da receita corrente cobrada bruta inferior à despesa corrente paga acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo**. Quer dizer que estes 29 municípios apresentaram um saldo corrente (deduzido das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo) negativo, quando calculado na base dos pagamentos. Contudo, destes municípios, em 2025, só **10 apresentaram o valor absoluto do saldo superior a 5% das receitas correntes totais**, sendo inferior nos restantes 19 municípios;
- No final do ano económico de 2025, **104 municípios apresentaram um saldo corrente negativo**, na base da despesa corrente assumida,[200] acrescida das amortizações médias dos empréstimos. Destes, **55 municípios apresentaram um valor absoluto dessa diferença negativa, superior a 5% das receitas totais cobradas**.

Dado que apenas dispomos de informação da DGAL, à data da elaboração deste Relatório, atualizada a 2024, no que se refere ao **Endividamento Total por município**, não poderemos apresentar "*ranking das autarquias com melhor índice de dívida total*" reportado ao ano de 2025, pelo que manteremos, neste Anuário, com base em informação obtida através da DGAL no Mapa – *Evolução do Endividamento Total, por Município – prestação de contas 2024*, **o *ranking* que lista os 50 municípios com melhor índice da dívida total, mas reportado ao ano de 2024.**

Assim, tanto o *Ranking* R87, que ordena os municípios com melhor índice de dívida total, será reportado ao ano de 2024, assim como o *Ranking* R88, onde se apresentam os municípios com índice de dívida total superior a 1,5 da média da receita corrente dos três anos anteriores.

198 Sempre que o endividamento do município atinja ou ultrapasse a média da receita líquida cobrada nos três últimos exercícios, nos termos do n.º 2 do artigo 58.º do RFALEI, pode contrair empréstimos para saneamento financeiro.

199 Nos termos do n.º 1 do artigo 56.º do RFALEI, sempre que, na informação prestada à DGAL, a dívida total atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios, serão informados os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, e os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças.

200 Entende-se que o saldo corrente obtido na base dos compromissos (receitas liquidadas deduzidas de despesas comprometidas), dá uma imagem mais fiável e verdadeira da situação orçamental dos municípios quanto ao saldo do exercício.

R87 – Municípios com melhor índice de dívida total (em dezembro de 2024)

Unidade: euros

	Município	Dim.	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024		
			Índice	Índice	Índice	Índice	Índice	Índice	Índice	Índice	índice	Índice	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)*100
1	Calheta (R. A. A.)	P	220,3%	154,4%	107,0%	76,1%	47,6%	24,9%	1,8%	1,3%	0,6%	0,8%	4 557 161	53 639	**1,2%**
2	Santana	P	101,2%	61,2%	51,2%	20,4%	14,3%	3,6%	2,9%	3,3%	2,7%	3,2%	7 039 057	84 889	**1,2%**
3	Ferreira do Zêzere	P	93,4%	76,5%	68,4%	59,5%	51,0%	43,8%	33,7%	1,5%	0,8%	13,5%	8 435 027	160 779	**1,9%**
4	Santa Cruz das Flores	P	19,0%	7,5%	4,7%	9,0%	7,3%	5,4%	3,7%	3,2%	2,6%	2,5%	2 863 421	62 096	**2,2%**
5	Arouca	M	34,0%	27,1%	20,0%	19,2%	14,1%	12,3%	12,0%	12,0%	8,1%	4,2%	18 594 531	486 252	**2,6%**
6	Mogadouro	P	60,8%	39,3%	29,4%	22,1%	17,0%	9,6%	6,7%	5,7%	4,4%	5,8%	13 771 292	445 591	**3,2%**
7	Castelo de Vide	P	10,9%	6,8%	5,2%	3,6%	2,1%	1,4%	24,2%	22,5%	0,8%	3,2%	6 098 282	263 757	**4,3%**
8	Corvo	P	93,1%	73,0%	55,8%	45,5%	35,3%	26,9%	18,2%	14,9%	10,7%	7,0%	1 669 325	73 087	**4,4%**
9	Arronches	P	37,2%	29,1%	23,6%	18,8%	11,6%	0,1%	3,6%	(.3.	(.3.	1,5%	5 557 601	245 988	**4,4%**
10	Vila Velha de Ródão	P	23,8%	11,5%	9,2%	6,6%	3,8%	4,1%	5,0%	4,7%	8,2%	4,6%	7 676 869	355 682	**4,6%**
11	Pampilhosa da Serra	P	2,2%	0,2%	0,0%	1,4%	5,2%	0,7%	6,2%	4,0%	3,5%	2,5%	10 071 958	501 840	**5,0%**
12	Coruche	P	29,5%	23,9%	19,1%	17,0%	15,7%	16,2%	13,9%	11,3%	11,8%	10,4%	19 681 873	1 009 057	**5,1%**
13	Alcácer do Sal	P	14,7%	7,1%	7,5%	7,2%	5,1%	6,8%	6,7%	10,3%	10,2%	5,3%	22 816 018	1 178 238	**5,2%**
14	Vila Nova de Foz Côa	P	51,8%	34,8%	18,1%	12,8%	12,8%	8,7%	20,1%	4,1%	5,8%	6,2%	10 116 461	532 857	**5,3%**
15	Murtosa	P	38,4%	29,4%	23,4%	20,2%	16,6%	15,6%	13,4%	9,1%	7,9%	7,8%	8 319 254	458 390	**5,5%**
16	Lagoa (Algarve)	M	28,2%	15,0%	8,5%	6,8%	5,5%	8,2%	3,8%	3,1%	8,8%	7,3%	50 367 303	3 004 978	**6,0%**
17	Vila do Bispo	P	102,7%	69,3%	61,5%	54,1%	43,5%	22,9%	(.3.	(.3.	8,8%	8,0%	15 768 807	951 800	**6,0%**
18	Almeida	P	51,6%	39,1%	30,4%	27,1%	23,0%	19,0%	(.3.	(.3.	(.3.	6,9%	11 461 040	694 985	**6,1%**
19	Castelo Branco	M	23,1%	17,3%	14,2%	11,4%	14,2%	13,1%	14,2%	15,7%	15,1%	9,8%	52 525 659	3 300 569	**6,3%**
20	Cadaval	P	39,7%	27,7%	22,6%	27,2%	19,9%	16,7%	14,0%	13,4%	10,4%	7,9%	13 190 058	852 089	**6,5%**
21	Sintra	G	39,2%	20,1%	9,4%	7,7%	5,4%	4,9%	7,9%	12,1%	2,9%	3,8%	297 695 885	20 610 318	**6,9%**
22	Aguiar da Beira	P	82,7%	57,5%	49,6%	41,6%	28,9%	24,6%	18,5%	9,5%	7,6%	8,1%	7 971 079	557 505	**7,0%**
23	Penalva do Castelo	P	53,5%	39,0%	32,6%	29,3%	24,5%	21,8%	18,0%	14,8%	12,3%	10,8%	8 480 275	603 307	**7,1%**
24	Grândola	P	82,7%	62,6%	51,0%	44,7%	29,1%	22,0%	17,1%	13,5%	12,6%	6,7%	44 939 819	3 236 206	**7,2%**
25	Alter do Chão	P	47,8%	49,4%	37,1%	28,3%	21,2%	14,0%	11,8%	(.3.	5,7%	13,5%	6 273 388	453 429	**7,2%**
26	Lajes das Flores	P	58,0%	24,7%	14,7%	9,3%	7,1%	10,8%	12,4%	13,0%	11,0%	8,8%	3 124 057	228 333	**7,3%**
27	Montijo	M	48,1%	42,8%	36,6%	32,2%	30,2%	27,0%	22,1%	14,4%	15,5%	10,6%	50 086 720	3 671 190	**7,3%**
28	Abrantes	M	66,4%	52,3%	39,5%	33,5%	26,8%	30,5%	22,5%	15,1%	8,8%	8,0%	34 123 327	2 540 996	**7,4%**
29	Bragança	M	34,0%	27,5%	20,0%	17,2%	15,4%	12,6%	11,0%	12,7%	9,4%	8,4%	36 051 739	2 692 465	**7,5%**
30	Aljezur	P	57,9%	46,9%	37,7%	33,2%	27,7%	25,0%	18,6%	16,3%	13,5%	9,2%	12 970 163	978 978	**7,5%**
31	Ponte de Lima	M	20,2%	9,2%	8,9%	11,5%	12,5%	12,8%	10,1%	11,9%	8,7%	6,1%	31 841 561	2 425 797	**7,6%**
32	Amadora	G	37,5%	35,5%	33,6%	27,0%	24,5%	21,5%	13,9%	12,1%	12,4%	9,7%	118 933 418	9 440 621	**7,9%**
33	Vila Flor	P	54,8%	37,2%	30,6%	33,4%	23,9%	17,8%	16,7%	14,0%	13,6%	21,9%	8 722 867	694 207	**8,0%**
34	Porto de Mós	M	27,0%	21,3%	17,6%	15,3%	12,9%	11,3%	9,0%	9,2%	7,9%	6,2%	20 364 302	1 713 813	**8,4%**
35	São Brás de Alportel	P	31,6%	25,8%	20,4%	15,9%	12,1%	10,8%	8,0%	10,1%	9,3%	6,5%	14 431 920	1 217 767	**8,4%**
36	Santa Maria da Feira	G	102,8%	84,4%	63,8%	45,2%	36,8%	34,8%	16,5%	11,4%	17,2%	12,9%	78 503 516	6 858 335	**8,7%**
37	Tavira	M	78,2%	62,8%	51,4%	42,5%	32,9%	31,0%	24,4%	19,5%	16,3%	15,1%	35 647 938	3 140 962	**8,8%**
38	Caldas da Rainha	M	26,8%	23,5%	20,4%	20,0%	16,5%	13,2%	16,3%	(.3.	16,6%	11,1%	43 792 265	3 983 210	**9,1%**
39	Sertã	P	41,3%	34,5%	28,5%	21,7%	20,8%	17,2%	15,7%	13,0%	11,7%	8,5%	15 896 907	1 457 732	**9,2%**
40	Sátão	P	33,2%	25,8%	17,8%	14,8%	7,5%	10,5%	9,0%	(.3.	12,8%	12,8%	10 732 797	1 006 559	**9,4%**
41	Ferreira do Alentejo	P	67,8%	51,3%	44,9%	45,2%	37,6%	26,8%	18,5%	13,6%	14,2%	15,9%	11 538 099	1 090 821	**9,5%**
42	Alcobaça	M	41,8%	19,5%	28,3%	22,8%	18,9%	7,5%	6,4%	6,8%	8,8%	8,1%	45 052 531	4 314 389	**9,6%**
43	Porto Moniz	P	120,6%	72,5%	62,8%	52,8%	42,2%	34,6%	27,9%	23,2%	18,7%	15,0%	6 367 144	618 174	**9,7%**
44	Bombarral	P	68,3%	49,7%	29,9%	24,1%	21,6%	13,7%	10,3%	7,7%	6,4%	5,8%	11 360 977	1 107 169	**9,7%**
45	Penamacor	P	107,1%	81,5%	54,9%	36,1%	33,7%	26,8%	21,9%	(.3.	13,2%	24,5%	10 250 263	1 015 769	**9,9%**
46	Ponte de Sor	P	18,1%	38,8%	8,8%	16,7%	14,6%	13,8%	20,8%	19,7%	25,7%	27,4%	18 277 751	1 822 665	**10,0%**
47	Odemira	M	65,6%	55,8%	38,5%	31,5%	25,2%	19,4%	22,3%	16,2%	8,5%	7,1%	34 474 833	3 450 670	**10,0%**
48	Mortágua	P	63,5%	46,3%	39,2%	35,2%	29,0%	23,3%	19,9%	17,6%	15,2%	17,3%	10 172 229	1 025 809	**10,1%**
49	Elvas	M	18,2%	18,2%	12,7%	17,2%	7,4%	(.3.	(.3.	(.3.	4,0%	2,5%	21 002 213	2 140 649	**10,2%**
50	Miranda do Douro	P	106,6%	76,7%	60,3%	61,4%	51,3%	39,2%	33,9%	27,8%	22,1%	20,4%	11 595 469	1 203 706	**10,4%**

n.d. – não disponível

R88 – Municípios com índice de dívida total superior a 1,5 da média da receita corrente dos três anos anteriores (em dezembro de 2024)

Unidade: euros

	Município	Dim.	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024		
			Índice	Índice	Índice	Índice	Índice	Índice	Índice	Índice	índice	Índice	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)*100
1	Vila Real de Sto. António	M	428%	432%	393%	380%	380%	666%	557%	647%	463%	260%	29 616 267	124 229 292	**419%**
2	Fornos de Algodres	P	753%	666%	564%	522%	512%	496%	476%	454%	408%	390%	7 218 393	25 185 346	**349%**
3	Vila Franca do Campo	P	503%	414%	387%	304%	273%	308%	423%	397%	364%	329%	9 912 565	30 171 549	**304%**
4	Cartaxo	M	468%	478%	439%	396%	408%	392%	395%	367%	343%	311%	16 901 230	46 322 801	**274%**
5	Nordeste	P	756%	505%	463%	346%	311%	300%	283%	263%	235%	213%	5 596 930	10 813 791	**193%**
6	Freixo de Espada à Cinta	P	338%	276%	235%	220%	210%	201%	189%	198%	202%	209%	6 768 453	12 817 518	**189%**
7	Praia da Vitória	P	150%	126%	96%	94%	84%	96%	(.3.	(.3.	180%	249%	12 494 739	22 168 718	**177%**
8	Fundão	M	407%	362%	309%	281%	260%	265%	238%	221%	203%	185%	29 074 520	46 729 385	**161%**
9	Vila Nova de Poiares	P	413%	340%	275%	251%	231%	218%	207%	205%	197%	184%	7 303 040	11 698 726	**160%**
10	Alfândega da Fé	P	374%	321%	273%	256%	230%	217%	203%	197%	192%	192%	8 551 118	13 462 437	**157%**

n.d. – não disponível

Nos *Rankings* R89 e R90, apresentam-se ordenados os índices da dívida total dos municípios, respetivamente, da Região Autónoma dos Açores e da Região Autónoma da Madeira, também reportados a 2024, pelas razões referidas supra.

R89 – Índice de dívida total dos municípios da Região Autónoma dos Açores (em dezembro de 2024)

Unidade: euros

	Município	Dim.	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024		
			Índice	Índice	Índice	Índice	Índice	Índice	Índice	Índice	índice	Índice	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)*100
1	Vila Franca do Campo	P	502,7%	413,9%	387,2%	304,4%	272,6%	307,9%	423,1%	396,7%	363,7%	329,4%	9 912 565	30 171 549	**304,4%**
2	Nordeste	P	756,0%	504,5%	463,1%	346,2%	310,7%	299,7%	282,8%	262,5%	234,8%	212,8%	5 596 930	10 813 791	**193,2%**
3	Praia da Vitória	P	150,0%	126,1%	95,7%	93,7%	84,1%	96,3%	(.3.	(.3.	180,3%	249,5%	12 494 739	22 168 718	**177,4%**
4	Madalena	P	113,7%	73,7%	74,7%	92,7%	84,2%	69,3%	61,2%	53,2%	43,1%	146,5%	6 726 087	7 924 668	**117,8%**
5	Lagoa (R.A.A)	P	100,2%	113,3%	92,6%	78,2%	64,0%	53,0%	189,7%	186,0%	160,4%	120,6%	11 716 704	11 153 848	**95,2%**
6	Povoação	P	157,5%	125,3%	86,9%	108,7%	89,9%	73,0%	64,6%	68,3%	56,6%	42,9%	6 886 077	5 239 083	**76,1%**
7	Ribeira Grande	M	89,4%	72,3%	77,0%	72,5%	68,9%	51,7%	123,2%	118,7%	102,6%	84,2%	21 671 289	14 254 578	**65,8%**
8	São Roque do Pico	P	16,5%	13,3%	10,4%	91,5%	103,5%	91,7%	84,6%	73,1%	60,0%	58,3%	4 699 979	2 347 319	**49,9%**
9	Angra do Heroísmo	M	104,8%	94,5%	80,0%	73,4%	62,1%	62,6%	50,6%	(.3.	37,4%	32,6%	26 580 599	12 707 946	**47,8%**
10	Ponta Delgada	M	89,6%	91,3%	88,6%	116,1%	95,9%	75,3%	99,3%	94,5%	57,5%	44,6%	50 704 189	21 944 748	**43,3%**
11	Vila do Porto	P	141,3%	126,3%	108,1%	93,7%	85,3%	78,0%	70,8%	62,7%	52,6%	44,6%	6 337 201	2 409 381	**38,0%**
12	Velas	P	218,0%	123,3%	94,2%	73,0%	61,8%	51,9%	45,0%	41,2%	35,5%	28,8%	5 766 407	1 381 685	**24,0%**
13	Horta	P	81,4%	56,6%	42,8%	34,5%	30,7%	25,1%	27,4%	36,7%	33,8%	29,4%	10 775 945	2 556 143	**23,7%**
14	Santa Cruz da Graciosa	P	64,0%	45,7%	35,3%	43,5%	36,7%	30,9%	26,7%	30,8%	24,8%	19,4%	4 206 347	617 118	**14,7%**
15	Lajes do Pico	P	212,1%	167,9%	134,0%	107,3%	88,2%	66,2%	45,6%	32,0%	21,4%	17,8%	5 831 665	797 614	**13,7%**
16	Lajes das Flores	P	58,0%	24,7%	14,7%	9,3%	7,1%	10,8%	12,4%	13,0%	11,0%	8,8%	3 124 057	228 333	**7,3%**
17	Corvo	P	93,1%	73,0%	55,8%	45,5%	35,3%	26,9%	18,2%	14,9%	10,7%	7,0%	1 669 325	73 087	**4,4%**
18	Santa Cruz das Flores	P	19,0%	7,5%	4,7%	9,0%	7,3%	5,4%	3,7%	3,2%	2,6%	2,5%	2 863 421	62 096	**2,2%**
19	Calheta (R. A. A.)	P	220,3%	154,4%	107,0%	76,1%	47,6%	24,9%	1,8%	1,3%	0,6%	0,8%	4 557 161	53 639	**1,2%**

R90 – Índice de dívida total dos municípios da Região Autónoma da Madeira (em dezembro de 2024)

Unidade: euros

	Município	Dim.	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024		
			Índice	Índice	Índice	Índice	Índice	Índice	Índice	Índice	índice	Índice	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)*100
1	Santa Cruz	M	204,7%	164,1%	127,4%	104,7%	83,5%	61,4%	58,4%	88,8%	81,0%	86,3%	25 668 340	18 766 323	**73,1%**
2	São Vicente	P	203,8%	143,9%	116,8%	98,3%	46,9%	39,8%	53,4%	40,6%	44,3%	25,5%	6 938 534	4 171 883	**60,1%**
3	Ribeira Brava	P	199,2%	130,2%	85,8%	71,8%	55,9%	47,5%	20,5%	44,5%	33,0%	66,2%	9 188 516	5 146 170	**56,0%**
4	Porto Santo	P	89,2%	33,5%	35,6%	49,3%	38,5%	65,8%	60,7%	57,3%	53,9%	44,8%	5 172 410	2 034 552	**39,3%**
5	Machico	M	204,5%	118,9%	86,8%	64,3%	56,5%	32,8%	15,0%	41,4%	43,6%	34,8%	12 026 465	4 145 561	**34,5%**
6	Funchal	G	125,9%	107,1%	88,8%	78,0%	47,5%	47,0%	43,5%	37,8%	46,8%	39,5%	97 794 539	26 548 705	**27,1%**
7	Calheta (R. A. M.)	P	128,4%	94,9%	52,1%	42,7%	38,3%	31,7%	24,3%	18,9%	32,4%	33,0%	14 084 683	3 511 056	**24,9%**
8	Câmara de Lobos	M	114,6%	88,9%	70,2%	68,7%	64,7%	49,9%	45,8%	49,5%	41,5%	35,3%	14 897 396	3 155 496	**21,2%**
9	Ponta do Sol	P	30,1%	14,5%	12,6%	8,2%	4,6%	4,2%	2,6%	2,8%	2,8%	3,1%	7 814 621	1 197 744	**15,3%**
10	Porto Moniz	P	120,6%	72,5%	62,8%	52,8%	42,2%	34,6%	27,9%	23,2%	18,7%	15,0%	6 367 144	618 174	**9,7%**
11	Santana	P	101,2%	61,2%	51,2%	20,4%	14,3%	3,6%	2,9%	3,3%	2,7%	3,2%	7 039 057	84 889	**1,2%**

R91 – Média do Índice de dívida total dos Distritos e Regiões Autónomas

Unidade: euros

	Município	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024		
		Índice (média)	Índice (média)	Índice (média)	Índice (média)	Índice (média)	Índice (média)	Índice (média)	Índice (média)	Índice (média)	Índice (média)	Média receita corrente	Dívida Total	Índice (média)
1	Guarda	180,8%	152,6%	124,4%	114,2%	106,3%	103,1%	104,7%	94,8%	88,9%	77,5%	184 815 851	130 754 818	**78,7%**
2	Açores	167,8%	126,7%	108,0%	98,4%	86,1%	79,0%	90,6%	87,6%	78,4%	77,9%	202 120 687	146 905 344	**68,4%**
3	Évora	128,4%	109,3%	94,9%	86,1%	77,7%	70,4%	77,5%	75,0%	65,0%	57,4%	187 844 638	119 476 708	**51,5%**
4	Faro	124,3%	106,6%	87,4%	76,9%	68,6%	83,1%	76,9%	86,9%	57,6%	41,6%	705 181 569	324 554 796	**50,2%**
5	Porto	134,9%	119,1%	104,7%	99,6%	87,1%	76,7%	69,2%	66,4%	63,4%	54,4%	1 277 707 161	536 738 811	**49,9%**
6	Viana do Castelo	90,1%	76,8%	65,0%	63,7%	60,5%	59,2%	59,7%	62,9%	55,7%	54,1%	216 543 030	102 414 267	**48,2%**
7	Bragança	133,7%	108,0%	90,9%	85,8%	76,9%	70,4%	63,0%	62,9%	60,3%	59,8%	166 244 498	58 940 854	**47,8%**
8	Viseu	112,3%	94,0%	78,7%	74,2%	68,5%	63,1%	60,3%	58,0%	53,9%	51,8%	356 522 861	152 511 874	**43,5%**
9	Braga	102,3%	82,7%	69,3%	65,4%	60,5%	53,7%	52,2%	52,8%	43,8%	41,4%	595 198 777	264 421 825	**42,3%**
10	Coimbra	104,0%	85,3%	69,0%	62,2%	56,9%	52,3%	48,7%	52,3%	48,2%	54,1%	355 121 569	134 609 863	**42,0%**
11	Vila Real	129,0%	100,5%	79,6%	74,8%	68,2%	64,4%	64,6%	55,6%	47,2%	43,7%	214 365 406	83 007 653	**41,8%**
12	Castelo Branco	105,8%	96,9%	81,6%	68,1%	61,1%	69,6%	68,3%	65,3%	55,9%	50,3%	206 060 249	93 937 279	**41,4%**
13	Santarém	120,5%	105,1%	89,8%	80,7%	72,6%	66,5%	63,1%	54,2%	51,4%	46,0%	376 001 417	155 971 038	**40,8%**
14	Madeira	138,4%	93,6%	71,8%	59,9%	44,8%	38,0%	32,3%	37,1%	36,4%	35,2%	206 991 705	69 380 553	**33,0%**
15	Aveiro	103,3%	84,7%	70,3%	64,6%	55,0%	51,6%	48,2%	41,1%	38,2%	34,5%	507 531 665	163 810 071	**29,7%**
16	Beja	77,1%	62,8%	53,1%	50,7%	44,9%	39,9%	37,9%	36,1%	31,6%	31,3%	197 032 987	51 455 715	**28,3%**
17	Setúbal	83,2%	70,6%	57,5%	50,2%	46,0%	41,3%	34,6%	35,0%	31,3%	27,3%	783 448 233	253 891 238	**27,1%**
18	Leiria	93,6%	74,6%	60,4%	52,7%	47,1%	42,7%	43,0%	45,6%	39,4%	37,8%	410 553 935	94 680 454	**26,6%**
19	Lisboa	71,9%	60,1%	48,0%	42,3%	35,4%	35,2%	33,4%	29,4%	29,6%	26,9%	2 394 582 159	671 050 151	**23,9%**
20	Portalegre	63,4%	52,7%	41,8%	37,1%	34,0%	28,7%	32,5%	34,6%	24,9%	23,2%	149 835 551	30 848 453	**20,9%**

3.5.5. Prazo Médio de Pagamentos[201]

O comportamento dos municípios em relação ao Prazo Médio de Pagamentos (PMP) foi fortemente influenciado pela sua adesão a sucessivos programas de apoio lançados pelo Governo e denominados: PPTH – Programa Pagar a Tempo e Horas, PREDE – Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado, PAEL – Programa de Apoio à Economia Local e, já no final de 2014, o plano de emergência do Fundo de Apoio Municipal – FAM.

Para este ponto do Anuário, a partir de 2020 tem-se recorrido à informação disponibilizada pela DGAL[202] sobre os prazos médios de pagamento de acordo com o estipulado na lei: [203]

Dívida de curto prazo a fornecedores (DF)[204]	
Contas – classificação patrimonial do SNC-AP	**Observações**
22 – Fornecedores	Total das contas 22.1.1, 22.2, 22.5 e 22.6.1 – Saldos credores acumulados
27.1 – Fornecedores de investimentos	Total das contas 27.1.1.1, 27.1.2 e 27.1.6.1 – Saldos credores acumulados
27.8.9.2.9.1.9 – Outros credores – Outros – Outras entidades	Saldo credor acumulado

Aquisição de bens e serviços (A)[205]		
Contas – classificação patrimonial do SNC-AP	**Observações**	
31 – Compras	**Movimentos trimestrais a débito.** Não se considera o débito das contas 31.7 e 31.8, somente os créditos.	
62 – Fornecimentos e Serviços Externos	**Saldo devedor trimestral**	
43.0 a 43.7 – Ativos fixos tangíveis	Considera-se apenas os movimentos **a débito do próprio trimestre**, isto é, os incrementos de ativos fixos tangíveis durante o trimestre.	Total das contas 43.0, 43.1, 43.2, 43.3, 43.4, 43.5, 43.6 e 43.7
45.3 – Ativos fixos tangíveis em curso		Total da conta 45.3

Fonte: Direção-Geral das Autarquias Local (https://portalautarquico.dgal.gov.pt/)

O Gráfico 3.5 permite apreciar a situação do PMP dos municípios,[206] no final de cada ano económico, entre 2014 e 2025.[207]

[201] A análise apresentada neste ponto teve por base a informação publicada no sítio *web* oficial da Direção Geral das Autarquias Locais (https://portalautarquico.dgal.gov.pt/). Só a partir de 2020 passámos a incluir este ponto no Anuário, por falta de informação atualizada obtida no tempo que necessitávamos.

[202] Antes de 2020 o PMP era calculado nos termos da lei, mas a partir de informação retirada dos documentos de prestação de contas, o que poderia eventualmente levar-nos a conclusões difíceis de conferir. A obrigatoriedade de apresentar dados fidedignos à DGAL e a conferência por este organismo dos mesmos, conduziu-nos a utilizar, como mais apropriados, os números obtidos por esta informação.

[203] Nos termos do n.º 20 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, compete a esta Direção Geral publicar, na sua página eletrónica na *Internet*, e até ao final do mês de abril, o PMP registado por cada município no final do 4.º trimestre do ano anterior; e até ao final do mês de setembro, a lista dos municípios que tenham registado um PMP superior a 90 dias no final do 2.º trimestre do mesmo ano. Por sua vez, os subsequentes Decretos-Lei de Execução Orçamental têm vindo a determinar que a DGAL, no âmbito do estabelecido pelo Programa Pagar a Tempo e Horas, divulguem trimestralmente a lista dos municípios que tenham um PMP superior a 60 dias.

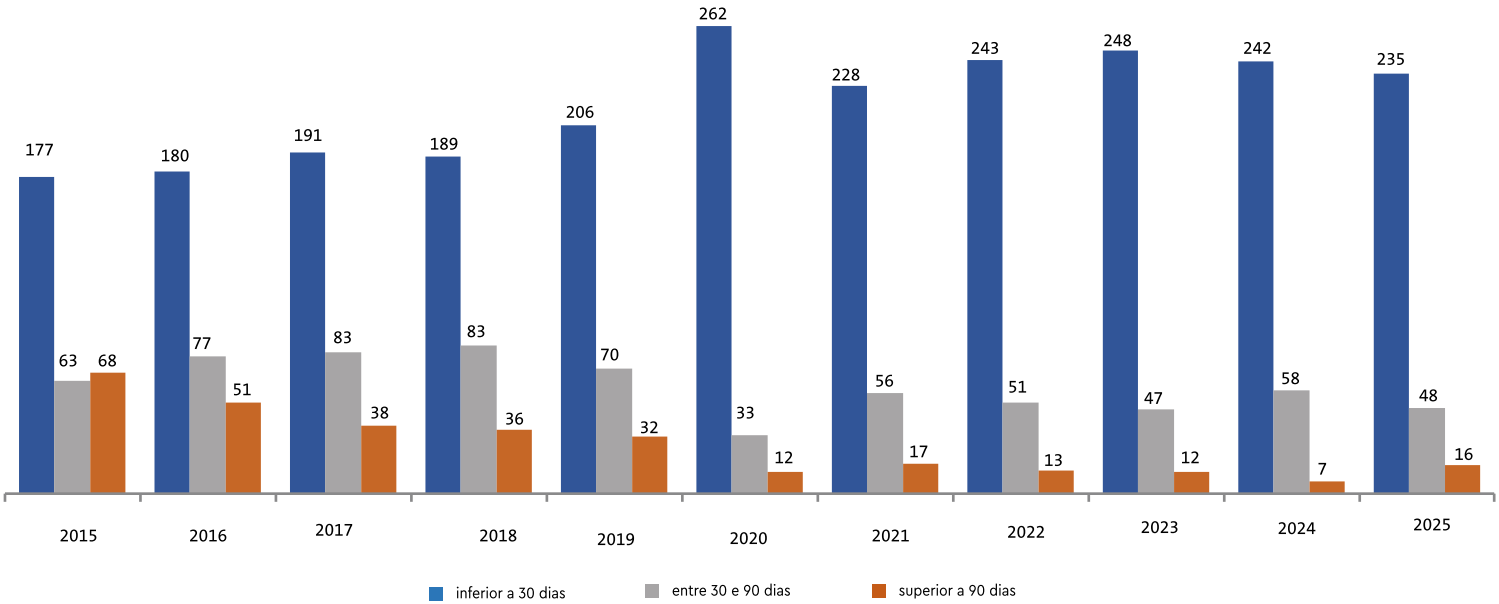
[204] O apuramento da DGAL tem por base a informação reportada pelos municípios na aplicação SISAL (Peça de relato "Balancete Analítico").

[205] O apuramento da DGAL tem por base a informação reportada pelos municípios na aplicação SISAL (Peça de relato "Balancete Analítico).

[206] Interessa relevar o forte impacto dos programas de apoio PREDE, PPTH e PAEL, já referidos nos pontos anteriores e exaustivamente analisados no Anuário referente ao ano económico de 2015, mostrando o seu reflexo na diminuição drástica do número de municípios com PMP superior a 90 dias, com preponderância nos municípios de pequena e de média dimensão.

[207] Anota-se que não estiveram disponíveis nos elementos disponibilizados pela DGAL, o PMP a 31.12.2020 de 1 município, a 31.12.2021 de 7 municípios, a 31.12.2022 de 1 município, a 31.12.2023 de 1 município, a 31.12.2024 de 1 município e, datado de dezembro de 2025, 9 municípios.

Gráfico 3.5 – Número de Municípios com PMP inferior a 30 dias, entre 30 e 90 dias e superior a 90 dias



No Quadro 3.23 apresenta-se o número de municípios que mostraram um PMP superior a 90 dias no final de cada ano económico. Verifica-se que 2015 foi o ano em que maior número de municípios (68, representando 22,1% do total dos municípios) apresentaram um PMP superior a 90 dias, tendo esse número decrescido progressivamente até 2024 (atingindo um mínimo de 7 municípios) e voltado a aumentar em 2025, apresentado o número de 16 municípios nesta circunstância (+128,6%, +9 municípios).

Assim:

- A 30 de dezembro de 2025, apesar de existirem, ainda, 16 municípios com PMP aos fornecedores superiores a 90 dias, verifica-se que, em relação à situação detetada em 2015, um número significativo de municípios (-52 municípios; -**76,5% de municípios**) superou este constrangimento, revelando **uma melhoria de situação;**
- **Mais se verifica que o PMP a fornecedores em 2025, para o total de municípios, foi de 22 dias, quando em 2015 tinha sido de 78 dias, demonstrando esta evolução uma extraordinária melhoria na gestão do prazo de pagamentos por parte dos municípios, que reduziu para menos de 1/3 no espaço da década.**

Quadro 3.23 – Variação do PMP de 2015 a 2025

		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Pequenos	Nº de municípios existentes	185	185	186	186	187	188	188	187	185	184	184
	Nº de municípios com PMP superior a 90 dias, em 31-12	44	38	29	26	27	7	12	11	11	5	12
	Percentagem sobre o total de municípios	23,8%	20,5%	15,6%	14,0%	14,4%	3,7%	6,4%	5,9%	5,9%	2,7%	6,5%
Médios	Nº de municípios existentes	99	99	98	98	97	96	96	96	98	99	99
	Nº de municípios com PMP superior a 90 dias, em 31-12	19	10	7	8	4	3	3	1	1	1	2
	Percentagem sobre o total de municípios	19,2%	10,1%	7,1%	8,2%	4,1%	3,1%	3,1%	1,0%	1,0%	1,0%	2,0%
Grandes	Nº de municípios existentes	24	24	24	24	24	24	24	25	25	25	25
	Nº de municípios com PMP superior a 90 dias, em 31-12	5	3	2	2	1	2	2	1	0	1	2
	Percentagem sobre o total de municípios	20,8%	12,5%	8,3%	8,3%	4,2%	8,3%	8,3%	4,0%	0,0%	4,0%	8,0%
Total	**Nº de municípios existentes**	**308**	**308**	**308**	**308**	**308**	**308**	**308**	**308**	**308**	**308**	**308**
	Nº de municípios com PMP superior a 90 dias, em 31-12	**68**	**51**	**38**	**36**	**32**	**12**	**17**	**13**	**12**	**7**	**16**
	Percentagem sobre o total de municípios	**22,1%**	**16,6%**	**12,3%**	**11,7%**	**10,4%**	**3,9%**	**5,5%**	**4,2%**	**3,9%**	**2,3%**	**5,2%**
	Média do PMP do total dos municípios	**78**	**68**	**48**	**45**	**34**	**19**	**27**	**22**	**21**	**22**	**22**

Os *Rankings* R92 e R93 evidenciam, respetivamente, os municípios com menor e maior PMP em 2025.

No *Ranking* R92, observa-se:

- Os 51 municípios que em 2025 pagaram no menor prazo de tempo (quase a pronto) foram, na generalidade, municípios de pequena ou de média dimensão, aparecendo nesta listagem apenas três municípios de grande dimensão (Leiria, Maia e Lisboa);
- Dois municípios pagaram a pronto pagamento, pois o registo de prazo de pagamento é de 0 (zero) dias: um de média dimensão (Azambuja) e o outro de pequena dimensão (Vimioso);
- Com prazo de pagamentos de apenas 1 (um) dia aparecem oito municípios, sendo um deles de média dimensão (Lagoa -Algarve).

R92 – Municípios com menor Prazo Médio de Pagamentos

Unidade: dias

	Município	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25			
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Azambuja	M	6	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
2	Vimioso	P	4	7	2	4	2	3	1	2	2	1	0
3	Alcoutim	P	3	1	3	2	2	0	2	1	1	1	1
4	Barrancos	P	14	21	18	6	3	1	6	3	2	2	1
5	Corvo	P	6	1	4	1	1	0	1	3	1	1	1
6	Lagoa (Algarve)	M	3	3	6	1	3	1	1	1	5	3	1
7	Miranda do Douro	P	5	0	0	1	2	1	1	2	4	1	1
8	Nordeste	P	18	4	1	0	2	0	1	1	2	1	1
9	Ribeira Brava	P	52	5	15	36	40	1	11	14	5	1	1
10	Santana	P	3	0	1	0	2	4	3	6	3	4	1
11	Alandroal	P	589	451	106	16	13	4	5	3	2	3	2
12	Calheta (R.A.A.)	P	6	6	0	1	1	0	1	1	1	1	2
13	Penalva do Castelo	P	3	3	3	3	4	0	3	1	3	3	2
14	Velas	P	1	2	2	2	7	0	1	2	2	1	2
15	Alter do Chão	P	145	88	84	37	19	0	3	7	4	5	3
16	Loulé	M	9	13	10	8	12	8	8	8	9	4	3
17	Maia	G	4	5	5	3	5	7	5	5	3	4	3
18	Mondim de Basto	P	8	5	14	9	18	14	10	9	9	4	3
19	Porto Moniz	P	66	8	4	8	7	0	3	2	3	2	3
20	Ribeira Grande	M	6	7	8	5	5	0	3	1	1	4	3
21	Santa Cruz da Graciosa	P	1	2	2	1	1	0	1	3	3	1	3
22	Vila Real	M	2	2	1	3	1	2	1	2	4	3	3
23	Abrantes	M	11	6	9	5	5	1	5	2	2	6	4
24	Almeirim	M	6	5	3	3	2	2	4	4	3	4	4
25	Cadaval	P	36	5	3	5	2	0	1	1	2	3	4
26	Calheta (R.A.M.)	P	7	15	5	8	6	8	11	10	7	2	4
27	Cartaxo	M	225	113	31	39	22	2	9	4	3	4	4
28	Chamusca	P	11	7	4	1	10	1	4	4	3	2	4
29	Ferreira do Zêzere	P	29	3	0	0	0	0	1	3	5	2	4
30	Lajes do Pico	P	12	25	7	32	9	0	2	5	2	1	4
31	Leiria	G	7	6	5	5	5	4	2	1	3	4	4
32	Mogadouro	P	3	6	6	12	8	4	3	4	3	6	4
33	Nazaré	P	1 275	1 233	821	841	135	48	13	7	13	34	4
34	Penamacor	P	198	117	39	47	13	0	9	5	4	6	4
35	Póvoa de Lanhoso	M	16	4	3	20	5	8	4	4	7	4	4
36	Santa Cruz das Flores	P	0	5	1	2	5	0	4	2	3	4	4
37	Valpaços	P	28	15	5	3	4	3	2	1	2	3	4
38	Vila Franca do Campo	P	9	1	0	7	13	1	34	7	0	1	4
39	Almodôvar	P	3	2	10	13	19	1	4	9	14	13	5
40	Borba	P	27	17	41	22	18	12	10	7	4	7	5
41	Faro	M	146	64	41	10	4	2	15	10	8	4	5
42	Lisboa	G	5	2	2	3	1	34	37	31	5	11	5
43	Machico	M	202	74	25	4	21	8	5	9	1	4	5
44	Marvão	P	11	12	6	9	6	1	3	10	8	3	5
45	Murtosa	P	2	6	2	3	2	1	3	3	1	4	5
46	Santiago do Cacém	M	65	41	19	22	7	3	8	5	8	3	5
47	Tavira	M	30	13	19	6	24	1	11	15	7	6	5
48	Vale de Cambra	M	22	16	6	8	7	15	20	15	15	16	5
49	Vila do Porto	P	2	2	3	5	4	0	5	5	1	2	5
50	Vila Nova de Poiares	P	254	349	122	15	2	1	(.3.	1	0	3	5
51	Vila Velha de Ródão	P	19	18	19	14	11	8	5	6	6	4	5

Observando o *Ranking* R93 verifica-se que:

- Em 2025, os 50 municípios com pior desempenho deste indicador financeiro foram também essencialmente municípios de pequena e média dimensão, pese embora nesta listagem apareçam cinco municípios de grande dimensão: Setúbal com 174[208] dias; Gondomar com 88 dias; Braga com 60 dias; Coimbra com 41 dias; e Seixal com 38 dias;
- Com prazos médios e pagamento bastante alargados e superiores a 100 dias apareceram sete municípios (o mesmo número que em 2024), sendo um de grande dimensão (Setúbal), outro de média dimensão (Esposende), e os restantes de pequena dimensão;
- **O município com maior prazo de pagamento das dívidas a fornecedores foi o município de Setúbal, já suprarreferido, com 174 dias de PMP. A situação geral melhorou em relação a 2024, já que nesse ano, o primeiro município deste ranking apresentou um prazo de pagamento de 243 dias – o município de Tábua que, neste ano de 2025, registou um PMP de 110 dias, demonstrando uma melhoria significativa deste indicador.**
- Dos sete municípios com PMP superiores a 100 dias, para além de Tábua, apenas Melgaço melhorou este indicador, face a 2024.

[208] Já em 2024 constava deste *ranking*, tendo aumentado o número de dias de prazo de pagamento em 2025.

R93 – Municípios com maior Prazo Médio de Pagamentos

Unidade: dias

	Município	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25			
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Setúbal	G	180	338	185	147	114	121	121	100	53	137	174
2	Melgaço	P	160	148	128	116	65	15	92	47	38	153	115
3	Caminha	P	110	134	224	260	181	235	161	35	134	101	110
4	Esposende	M	18	16	20	14	29	19	13	25	14	29	110
5	Tábua	P	107	156	131	146	201	47	123	106	123	243	110
6	Tarouca	P	193	307	309	248	203	76	104	120	118	71	105
7	Santa Comba Dão	P	363	189	101	82	62	9	108	108	75	212	104
8	Gondomar	G	19	36	27	57	42	5	32	30	47	27	88
9	Belmonte	P	271	233	164	50	111	14	188	81	43	68	85
10	Fundão	M	52	64	55	49	46	4	16	30	14	22	82
11	Barreiro	M	61	46	27	19	15	3	29	50	30	74	76
12	Vila Real de Santo António	M	666	120	392	462	211	23	345	29	184	43	76
13	Sesimbra	M	108	62	40	33	22	8	41	23	32	64	73
14	Tabuaço	P	91	449	313	96	313	418	229	120	158	57	71
15	Vagos	M	67	34	73	84	70	87	65	43	73	72	71
16	São Vicente	P	486	436	67	47	129	56	33	29	22	39	69
17	Viana do Castelo	M	51	64	53	50	58	12	43	51	53	51	68
18	Moita	M	82	62	61	52	50	6	53	65	29	45	67
19	Castanheira de Pêra	P	16	7	1	8	1	0	8	2	2	15	64
20	Nelas	P	31	21	39	88	61	5	38	41	26	69	63
21	Sever do Vouga	P	20	13	30	13	16	34	64	81	72	58	62
22	Braga	G	8	15	21	37	66	12	98	19	31	32	60
23	Peso da Régua	P	104	266	149	153	189	108	72	118	98	77	58
24	Penafiel	M	184	291	220	155	175	149	70	61	58	33	55
25	Ponte da Barca	P	42	31	42	129	97	95	(3.	103	57	48	55
26	Vila do Conde	M	13	11	15	10	10	10	8	12	19	46	54
27	Alcochete	M	528	256	59	94	44	14	53	33	54	54	52
28	Mira	P	92	98	97	104	55	3	49	39	64	57	51
29	Angra do Heroísmo	M	29	13	17	36	33	2	16	24	31	41	50
30	Vieira do Minho	P	79	32	38	79	45	84	47	51	34	19	50
31	Cuba	P	24	13	18	17	20	4	26	37	27	56	49
32	Figueiró dos Vinhos	P	115	138	72	114	173	29	153	43	88	41	49
33	São Pedro do Sul	P	139	104	102	91	106	28	103	59	89	67	49
34	Tomar	M	307	466	193	153	117	37	95	26	102	82	49
35	Celorico da Beira	P	1 255	1 079	455	637	86	4	70	31	20	37	48
36	Alfândega da Fé	P	19	3	1	20	24	28	49	114	94	85	47
37	Mesão Frio	P	47	50	51	36	15	5	10	9	7	47	47
38	Freixo de Espada à Cinta	P	133	86	221	343	238	275	215	254	193	38	46
39	Murça	P	70	45	52	56	32	28	64	104	51	23	44
40	Ribeira de Pena	P	27	22	32	37	42	28	19	10	34	46	44
41	Sardoal	P	105	115	88	83	89	24	13	29	22	81	44
42	Serpa	P	175	103	37	80	57	7	61	72	23	41	44
43	Coimbra	G	65	32	46	50	53	4	23	31	41	61	41
44	Monção	P	50	67	51	61	84	11	107	96	110	74	41
45	Entroncamento	M	84	60	49	70	59	9	65	23	22	34	39
46	Redondo	P	21	33	28	35	27	27	15	21	15	28	39
47	Alcanena	P	14	9	25	8	19	6	16	7	28	16	38
48	Seixal	G	192	102	16	10	11	14	31	14	7	15	38
49	Guarda	M	58	7	27	16	34	5	40	18	20	27	37
50	Mangualde	P	15	22	25	43	40	14	17	41	19	21	36

3.6. Gastos, Rendimentos e Resultados

Analisadas as componentes dos Balanços dos municípios numa perspetiva global, apresenta-se neste ponto do Anuário a análise relativa aos resultados económicos e às componentes das quais estes derivam: gastos e rendimentos. A análise é dirigida essencialmente para o ano de 2025, mas, sempre que possível, numa comparação com os últimos cinco anos.

Mais adiante, apresentamos para o período de 2015 a 2019 informação homóloga, em contexto POCAL (Quadro 3.25 e Quadro 3.26).

Quadro 3.24 – Gastos, rendimentos e resultados[209] – 2020–2025

Unidade: milhões de euros

	Demonstração dos Resultados	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Variação (%) 24–25
Rendimentos	Impostos contribuições e taxas	3 489,13	3 902,64	4 390,58	4 621,94	4 851,34	5 651,57	16,5%
Rendimentos	Vendas	172,06	178,30	193,24	204,01	215,69	221,95	2,9%
Rendimentos	Prestações de serviços e concessões	684,09	709,97	835,32	934,79	1 030,20	1 074,20	4,3%
Rendimentos	Transferências e subsídios correntes obtidos	3 067,80	3 384,45	3 857,98	4 168,94	4 787,53	5 096,95	6,5%
Gastos ou Rend.	Rendimentos/gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	9,72	32,54	21,96	51,89	43,76	63,66	45,5%
Gastos ou Rend.	Variações nos inventários da produção	0,50	1,07	−0,01	0,11	−0,94	3,24	444,8%
Rendimentos	Trabalhos para a própria entidade	20,05	24,05	18,79	22,19	23,46	23,28	−0,8%
Gastos	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	−195,07	−202,89	−209,73	−221,54	−230,81	−232,92	−0,9%
Gastos	Fornecimentos e serviços externos	−2 100,12	−2 348,74	−2 685,35	−3 017,66	−3 379,85	−3 652,68	8,1%
Gastos	Gastos com pessoal	−2 758,43	−2 951,31	−3 292,41	−3 735,61	−3 995,72	−4 354,97	9,0%
Gastos	Transferências e subsídios concedidos	−1 316,19	−1 515,94	−1 532,60	−1 732,34	−1 916,55	−2 072,51	8,1%
Gastos	Prestações sociais	−14,11	−14,60	−16,54	−20,24	−22,23	−22,52	1,3%
Gastos ou Rend.	Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	−0,14	−0,99	−0,38	2,67	−0,15	1,09	806,0%
Gastos ou Rend.	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	−7,92	−31,32	−7,35	−13,43	−10,61	−13,91	31,0%
Gastos ou Rend.	Provisões (aumentos/reduções)	8,57	−58,72	32,06	32,43	26,96	−2,56	−109,5%
Gastos ou Rend.	Imparidade de investimentos ñ depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	1,52	0,77	6,05	4,93	0,78	0,57	−26,6%
Gastos ou Rend.	Aumentos/reduções de justo valor	1,00	1,09	−0,02	0,03	0,07	0,02	−65,1%
Rendimentos	Outros rendimentos	812,34	819,55	847,36	955,19	1 061,47	1 114,43	5,0%
Gastos	Outros gastos	−234,79	−241,49	−277,98	−336,47	−349,88	−353,03	0,9%
	Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	1 639,99	1 688,44	2 180,97	1 921,86	2 134,50	2 545,86	19,3%
Gastos	Gastos/reversões de depreciação e amortização	−1 572,79	−1 565,71	−1 563,72	−1 664,11	−1 731,13	−1 786,48	3,2%
Gastos ou Rend.	Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	−0,45	−1,28	−2,75	−3,76	−0,64	−1,81	180,5%
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	66,75	121,45	614,50	253,98	402,73	757,57	88,1%
Rendimentos	Juros e rendimentos similares obtidos	16,32	8,98	12,67	23,96	47,94	37,99	−20,8%
Gastos	Juros e gastos similares suportados	−49,10	−39,08	−42,22	−98,68	−115,89	−93,41	−19,4%
	Resultado líquido do período	**33,97**	**91,35**	**584,95**	**179,26**	**334,78**	**702,16**	**109,7%**
	Total Gastos	−8 249,12	−8 972,07	−9 631,06	−10 843,85	−11 754,41	−12 586,79	7,1%
	Total Rendimentos	8 283,09	9 063,42	10 216,01	11 023,10	12 089,19	13 288,95	9,9%

[209] Com a entrada em vigor do SNC-AP, algumas linhas na Demonstração dos Resultados são apresentadas em termos líquidos, agregando gastos e rendimentos da mesma categoria. Tal é o caso das imparidades de inventários e de dívidas a receber, e variações de justo valor, entre outros, assinalados neste quadro como gastos ou rendimentos. Quando o valor compensado é positivo, é um rendimento; quando é negativo, é um gasto. O resultado líquido do período é apurado deduzindo os fluxos negativos (gastos), aos fluxos positivos (rendimentos). É, ainda, evidenciado o resultado operacional (antes de gastos líquidos de financiamento), e o resultado operacional antes das depreciações, amortizações e imparidades de investimentos.
De notar ainda que, com a introdução do SNC-AP deixaram de existir rubricas de caráter extraordinário, tendo os custos e proveitos extraordinários sido reclassificados como outros gastos/rendimentos operacionais. Há ainda a considerar o facto de alguns elementos antes classificados como custos/proveitos financeiros terem sido também reclassificados no SNC-AP: nos gastos financeiros só se incluem gastos der juros e outros encargos, e nos rendimentos financeiros só juros, dividendos e outros rendimentos similares. Assim, os rendimentos/gastos em entidades participadas, nomeadamente resultantes da aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, antes incluídos nos proveitos/custos financeiros, passam agora a ser incluídos em contas de outros rendimentos/gastos. Contudo, as entidades parecem ter tido necessidade de os evidenciar na Demonstração dos Resultados separadamente, na rubrica que aparece como rendimentos/gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos (à semelhança do que acontece no SNC) que, em 2025, aparece com um acréscimo de +45,5%, e com o valor, ainda significativo, de 63,7 milhões de euros.

Nos pontos subsequentes, cada componente da Demonstração dos Resultados apresentada no Quadro 3.24 será analisada, na sua estrutura para o ano de 2025 e a sua evolução entre 2020 e 2025, sendo feita referência aos itens similares registados de acordo com as regras do POCAL entre 2015 e 2019.

3.6.1. Estrutura e evolução dos gastos

Para efeitos da análise histórica dos custos/gastos resultantes da atividade dos municípios, apresenta-se no Quadro 3.25, a sua evolução entre 2015 e 2019, considerando os valores agregados dos 308 municípios. Na última coluna apresenta-se o peso das componentes dos custos de 2019 nos custos totais (contexto POCAL).

Apresentam-se, ainda, as projeções gráficas (Gráfico 3.6 e Gráfico 3.7) da estrutura e evolução das principais componentes de gastos relativos ao sexénio 2020–2025 com vista à sua melhor perceção, devendo a leitura do mesmo ser complementada com o Quadro 3.24 apresentado supra.

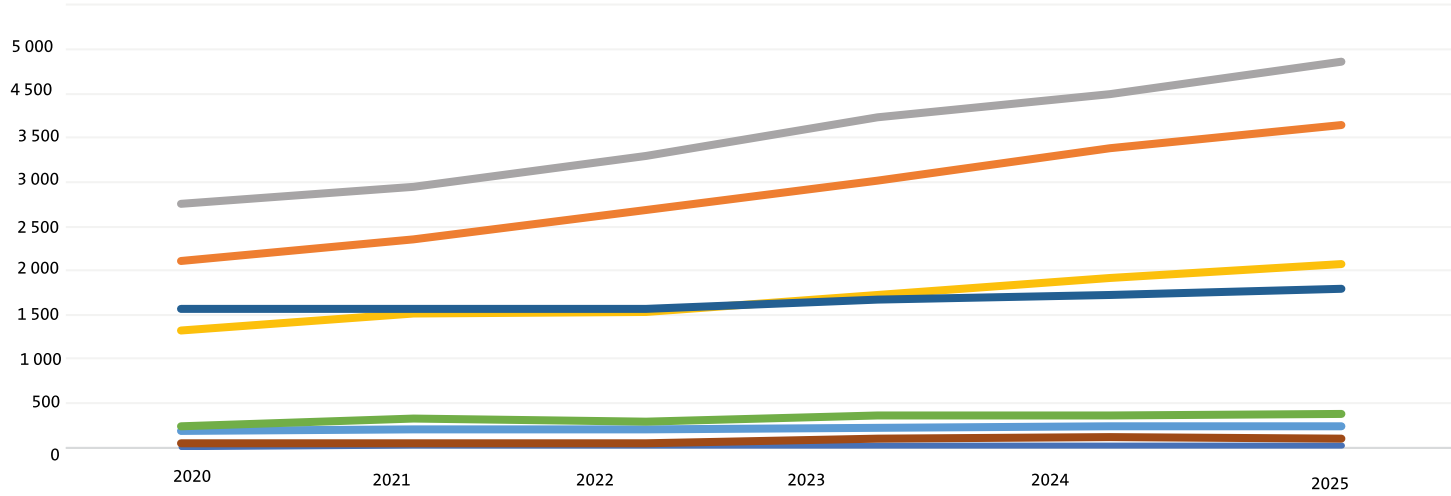
Quadro 3.25 – Evolução dos gastos no período de 2015 a 2019 – POCAL

Unidade: milhão de euros

Custos	2015	2016	2017	2018	2019	Peso 2019
CMVMC	176,8	183,9	196,9	187,6	198,7	2,5%
Fornecimentos e serviços externos	1 830,4	1 959,3	2 091,7	2 132,5	2 216,1	27,4%
Custos com pessoal	2 204,1	2 239,1	2 308,0	2 446,6	2 638,5	32,6%
Transferências e subsídios concedidos	593,5	637,7	693,1	764,9	907,8	11,2%
Amortizações / Depreciações	1 341,0	1 372,4	1 385,6	1 397,2	1 401,8	17,3%
Provisões	187,1	297,6	186,6	183,1	111,6	1,4%
Outros custos operacionais	27,2	35,2	41,0	46,1	48,9	0,6%
Custos extraordinários[210]	364,3	455,9	593,0	579,6	505,6	6,2%
Subtotal custos operacionais	6 724,3	7 181,2	7 495,9	7 737,7	8 028,9	99,1%
Custos financeiros	131,9	94,1	87,2	99,9	71,7	0,9%
Total de custos	**6 856,2**	**7 275,3**	**7 583,1**	**7 837,7**	**8 100,6**	**100%**

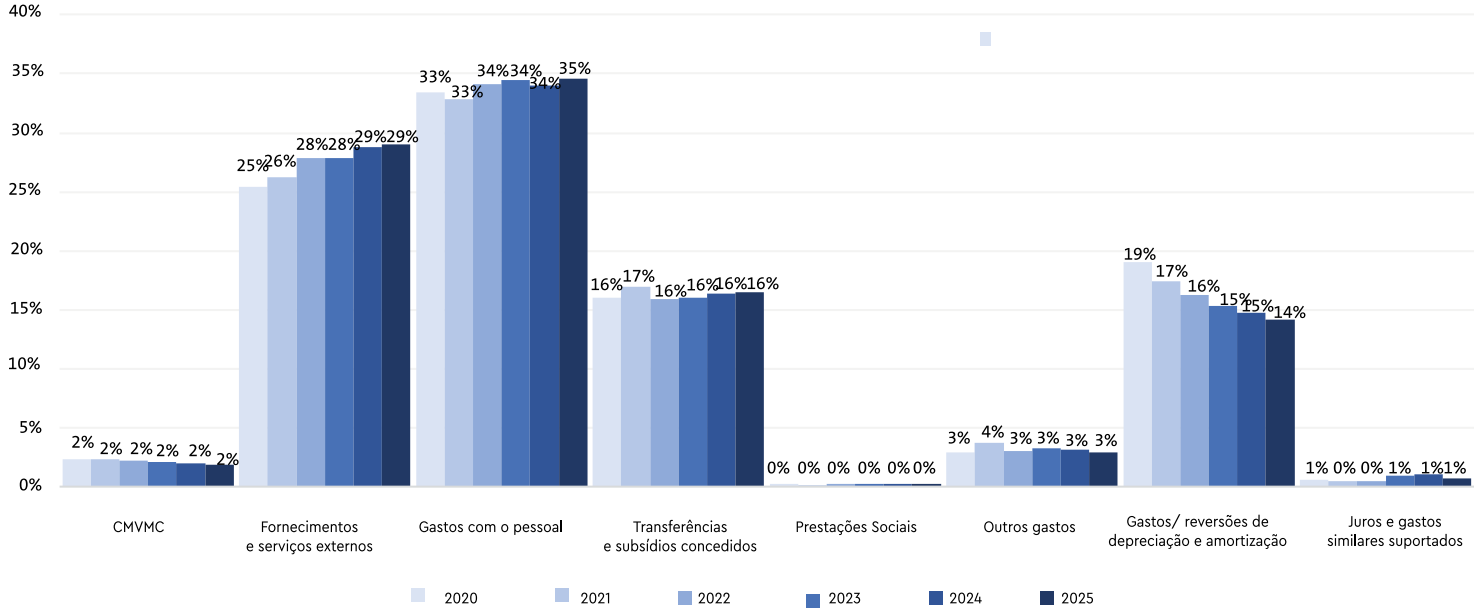
[210] Considerando a reclassificação das rubricas de caráter extraordinário como rubricas de caráter operacional do SNC-AP, procedeu-se à consideração dos custos extraordinários como gastos operacionais, para uma melhor comparabilidade com os valores entre 2020 e 2025.

Gráfico 3.6 – Evolução dos Gastos de 2020 a 2025 – SNC-AP



	2020	2021	2022	2023	2024	2025
CMVMC	195 074 560	202 894 729	209 733 250	221 543 052	230 810 420	232 918 081
Fornecimentos e serviços externos	2 100 121 392	2 348 737 892	2 685 351 302	3 017 659 997	3 379 846 154	3 652 677 532
Gastos com pessoal	2 758 434 240	2 951 310 085	3 292 408 223	3 735 605 686	3 995 721 282	4 354 974 507
Transferências e subsídios concedidos	1 316 192 025	1 515 937 336	1 532 595 598	1 732 343 814	1 916 547 480	2 072 507 961
Prestações sociais	14 108 531	14 604 142	16 544 832	20 235 961	22 233 295	22 517 326
Outros gastos	243 298 773	333 794 413	288 490 028	353 660 925	362 230 937	371 304 720
Gastos/ reversões de depreciação e amortização	1 572 792 727	1 565 714 244	1 563 719 309	1 664 113 541	1 731 133 177	1 786 482 427
Juros e gastos similares suportados	49 095 445	39 079 347	42 216 313	98 682 161	115 887 017	93 408 925

Gráfico 3.7 – Estrutura dos Gastos de 2020 a 2025 – SNC-AP



Do Quadro 3.24 e Quadro 3.25 e do Gráfico 3.6 e Gráfico 3.7 anota-se, em relação ao ano de 2025:

- Os **custos/gastos totais** relativos ao universo dos municípios apresentaram o seu valor mais alto dos últimos seis anos, ao somarem o valor de 12 586,8 milhões de euros, com um aumento de +7,1% (+832,4 milhões de euros) em relação ao ano transato. Por sua vez, os **custos/gastos operacionais** cresceram +8,3% (+854,9 milhões de euros), tendo sido apurados 12 493,4 milhões de euros, o valor mais elevado entre 2015 e 2025;
- A principal componente dos gastos municipais tem sido os **custos/gastos com pessoal**, representando em 2025 o peso de 34,6% da estrutura dos gastos totais do setor municipal e, relativamente ao total dos gastos operacionais, o peso de 34,9%. O montante total dos custos/gastos com pessoal foi de 4 354,9 milhões de euros, +9,0% (+359,3 milhões de euros) do que em 2024;
- Os **fornecimentos e serviços externos** são o segundo item mais representativo na estrutura de gastos municipais, atingindo em 2025 o montante de 3 652,7 milhões de euros, que se traduziu num aumento de 272,8 milhões de euros (+8,1%) em relação ao ano anterior. O seu peso relativo nos gastos totais foi de 29,0%, e de 29,2% nos gastos operacionais;
- **Em 2025, 302 municípios contribuíram para o aumento dos gastos com pessoal no setor, e 267 municípios contribuíram para o aumento de gastos em fornecimentos e serviços externos;**
- As **transferências e subsídios concedidos** (destinados a juntas de freguesias, subsídios a instituições e famílias, etc.) são gastos representativos, que apresentaram um peso médio de 16,5% na estrutura dos gastos municipais e o peso de 16,6% nos gastos operacionais. Em

2025 o valor desta rubrica cresceu +8,1% (+155,9 milhões de euros) ao somar o valor total, no todo do setor municipal, de 2 072,5 milhões de euros, sendo que, **231 municípios contribuíram para o aumento destes gastos**;

- Uma outra componente relevante dos gastos totais dos municípios têm sido as **amortizações/depreciações** do Ativo imobilizado/não corrente, a qual nos entes públicos, reveste uma importância assaz diferente da assumida na análise económica de empresas do setor privado, podendo, inclusive, distorcer a avaliação dos gastos face ao elevado montante de Ativo imobilizado/não corrente suscetível de amortização/depreciação, mas em grande parte não alienável. **O valor das amortizações/depreciações representou, em 2025, na estrutura de gastos dos municípios, 14,2% dos gastos totais.** O valor líquido contabilizado, neste ano, foi de 1 786,5 milhões de euros crescendo +3,2% (+55,4 milhões de euros) em relação a 2024;
- Os **gastos financeiros, no total de 93,4 milhões de euros,** e cujo peso na estrutura de gastos municipais tem sido pouco significativo (0,7% dos gastos municipais em 2025), apresentaram um decréscimo de -19,4 milhões de euros (-22,5%), **para o qual contribuíram 255 municípios. No entanto, 53 municípios aumentaram os seus gastos financeiros, em concordância com o aumento do nível de endividamento.**

3.6.2. Estrutura e evolução dos rendimentos

O Quadro 3.26 apresenta a evolução dos proveitos/rendimentos no período entre 2015 e 2019. A projeção gráfica apresentada no Gráfico 3.8 e no Gráfico 3.9 apresentam, respetivamente, o peso e evolução de cada rubrica de rendimento no total dos rendimentos obtidos pelos 308 municípios no quinquénio de 2020–2025.

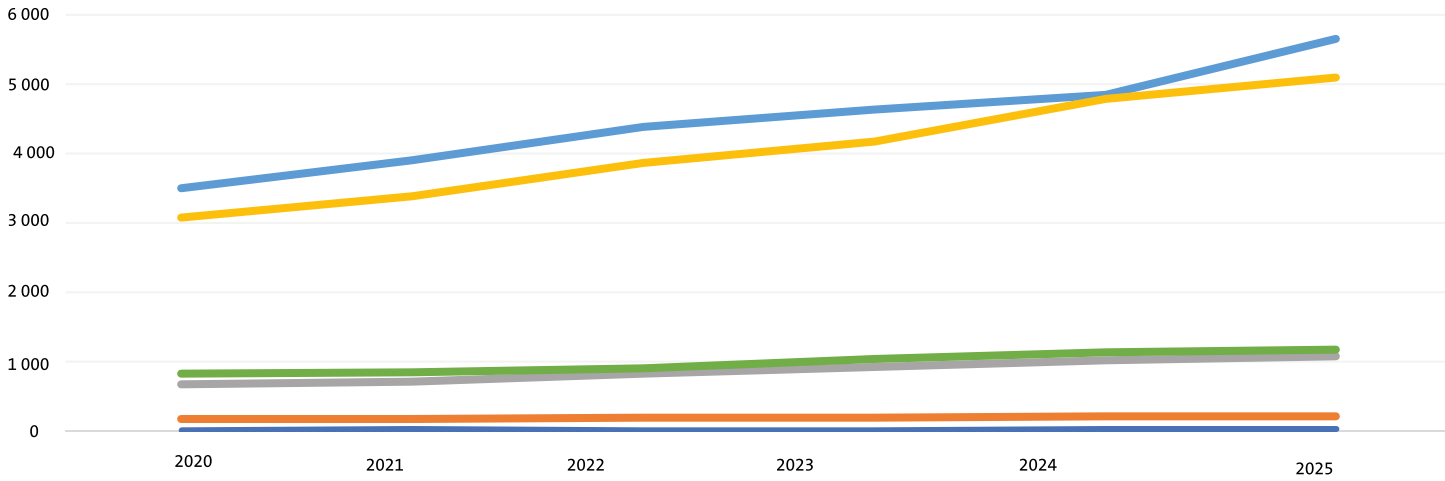
Quadro 3.26 – Evolução dos proveitos durante o período de 2015 a 2019 – POCAL

Unidade: milhões de euros

Proveitos	2015	2016	2017	2018	2019	Peso 2019
Vendas e variação da produção	174,5	180,8	182,6	184,8	195,0	2,2%
Prestação de serviços	615,2	660,8	680,6	703,9	727,0	8,3%
Outras situações	3,9	5,0	3,5	0,6	2,3	0,0%
Impostos e taxas	2 910,2	3 009,6	3 242,5	3 408,4	3 528,2	40,5%
Transferências e subsídios obtidos	2 707,4	2 743,5	2 814,5	2 879,2	3 068,4	35,2%
Trabalhos para a própria entidade	21,1	25,7	24,9	16,9	19,5	0,2%
Proveitos suplementares	56,7	59,2	60,8	60,9	63,0	0,7%
Outros proveitos operacionais	54,1	66,4	55,3	74,9	78,5	0,9%
Proveitos extraordinários[211]	727,7	711,5	750,4	763,0	811,3	9,3%
Subtotal proveitos operacionais	7 270,7	7 462,4	7 815,0	8 092,6	8 493,3	97,5%
Proveitos financeiros	206,7	227,5	225,6	217,6	218,5	2,5%
Total de proveitos	**7 477,4**	**7 689,9**	**8 040,6**	**8 310,2**	**8 711,8**	**100%**

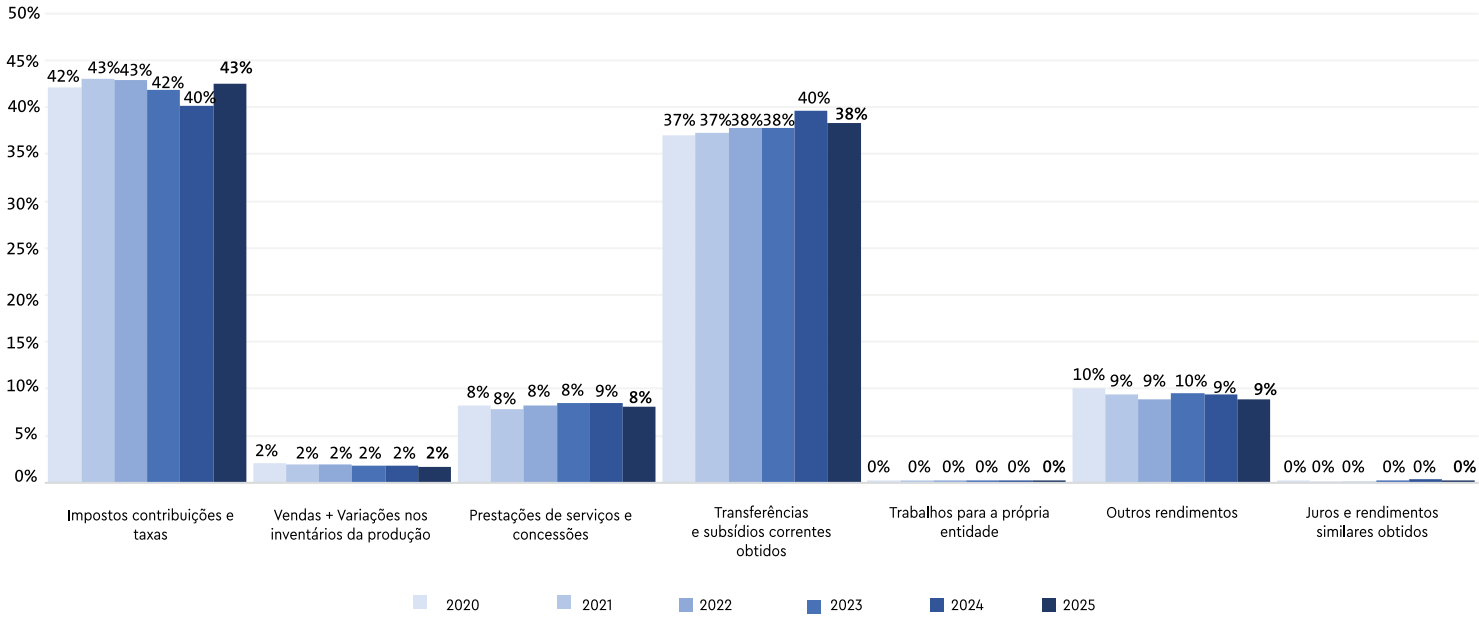
[211] Considerando a reclassificação das rubricas de caráter extraordinário como rubricas de caráter operacional do SNC-AP, procedeu-se também à consideração dos proveitos extraordinários como proveitos operacionais, para uma melhor comparabilidade com os valores no período 2020–2025.

Gráfico 3.8 – Evolução dos Rendimentos de 2020 a 2025 – SNC-AP



	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Impostos contribuições e taxas	3 489 128 973	3 902 638 504	4 390 578 845	4 621 937 649	4 851 336 616	5 651 573 304
Vendas + Variações nos inventários da produção	172 057 328	178 299 597	193 243 443	204 011 586	215 693 039	221 949 549
Prestações de serviços e concessões	684 087 037	709 973 993	835 324 773	934 794 071	1 030 195 812	1 074 196 374
Transferências e subsídios correntes obtidos	3 067 799 134	3 384 453 644	3 857 982 475	4 168 938 055	4 787 527 704	5 096 945 735
Trabalhos para a própria entidade	20 053 743	24 051 056	18 786 756	22 189 207	23 461 462	23 277 195
Outros rendimentos	833 646 556	855 022 479	907 423 536	1 047 269 865	1 133 034 399	1 183 014 273
Juros e rendimentos similares obtidos	16 319 575	8 977 996	12 671 031	23 962 814	47 941 125	37 990 085

Gráfico 3.9– Estrutura dos Rendimentos de 2020 a 2025 – SNC-AP



Do Quadro 3.24 e do Quadro 3.26, bem como do Gráfico 3.8 e do Gráfico 3.9, conclui-se, em relação a 2025:

- O **total dos rendimentos, em 2025,** foi de 13 288,9 milhões de euros, isto é, +1 199,8 milhões de euros (+9,9%) que os rendimentos obtidos no ano precedente. Observando o comportamento dos **rendimentos operacionais** verifica-se que os mesmos cresceram também +9,5% (+1 209,7 milhões de euros) ao totalizarem 13 250,9 milhões de euros;
- Decorrente da estrutura da receita municipal, do grau elevado de execução da receita fiscal e, ainda, do volume de transferências recebidas pelos municípios, é coerente que, no quadro da estrutura dos rendimentos, as componentes de maior peso sejam os **impostos e taxas**, bem como as **transferências e subsídios obtidos** (correntes), as quais apresentaram, em 2025, as percentagens, respetivamente, de 42,5% e de 38,4% no total dos rendimentos. Anota-se que o volume total destas duas rubricas (10 748,5 milhões de euros), neste ano económico, representou 80,9% dos rendimentos totais e 81,1% dos rendimentos operacionais;
- O volume de **impostos e taxas** registados como rendimentos totalizou 5 851,6 milhões de euros, traduzindo um aumento de +800,2 milhões de euros (+16,5%) em relação a 2024. No entanto, **considerando o período 2015/2025,** estes **rendimentos aumentaram +94,2%** (+2 741,6 milhões de euros). Acrescerá referir que o volume de rendimentos provenientes de **impostos e taxas** apresentaram um **elevado aumento entre 2020 e 2025** (+62,0%, +2 162,4 milhões e euros);

- Anota-se que, **sendo Impostos e Taxas, em termos médios, a componente mais forte da estrutura global dos proveitos/rendimentos municipais**, é relevante comparar a sua evolução neste período de 2015/2025 com a evolução do total **dos gastos** dos 308 municípios**, excluindo amortizações/depreciações,** no mesmo período. Ora os **gastos assim determinados cresceram +95,8%** (+5 285,2 milhões de euros) entre 2015 e 2025, **tendo o crescimento dos Impostos e Taxas, no período homólogo, aumentado, como se refere no parágrafo anterior, em +94,2% (+2 741,6 milhões de euros)**.
- O montante de rendimentos obtidos com **transferências e subsídios (correntes),** representando 38,4% dos rendimentos totais, foi de 5 096,9 milhões de euros, representando um aumento de +309,4 milhões de euros (+6,5%). No período de onze anos, estes proveitos/rendimentos aumentaram +88,3% (+2 390 milhões de euros).[212]
- Outros rendimentos a referir, em 2025, são os resultantes da **prestação de serviços, de vendas e de variações de produção**, que em conjunto, representaram o peso de 9,8% nos rendimentos totais, registando neste ano um acréscimo em relação a 2024 (+4,4%, +54,4 milhões de euros), ao totalizarem 1 299,4 milhões de euros.[213] Mesmo verificando-se a intensificação da externalização da produção e venda de bens e serviços por parte das autarquias em empresas municipais ou em concessões, constata-se ainda que, entre 2015 e 2025 o rendimento das vendas, prestações de serviços e variações da produção aumentou +64,5% (+509,7 milhões de euros).

3.6.3. Estrutura dos resultados económicos

Embora se considere que, para as entidades públicas, a informação financeira consequente dos resultados económicos não será o elemento determinante para a tomada de decisão dos Executivos, face ao equilíbrio entre gastos e rendimentos pelo qual a gestão pública deverá pugnar,[214] mantém-se neste Anuário a análise da evolução deste indicador financeiro.

O Quadro 3.27 apresenta evolução dos resultados económicos e operacionais no período de 2015 a 2025.

Quadro 3.27 – Evolução dos resultados económicos no período de 2015 a 2025

Unidade: milhões de euros

Resultados	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25				Var. 24–25
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Resultados operacionais	546,4	281,2	319,1	354,9	464,4	66,8	121,4	614,5	254,0	402,7	757,6	354,8
Resultados líquidos	621,2	414,6	457,5	472,6	611,1	34,0	91,3	585,0	179,3	334,8	702,2	367,4
N.º de municípios com resultados económicos negativos	105	106	131	121	108	143	142	152	184	159	137	-22

[212] O grande aumento do valor, nesta rubrica económica, verificado a partir de 2021 e, mais concretamente, entre 2022 e 2025, estará relacionado com a progressiva transferência e descentralização de competências do Poder Central para o Poder Local, nomeadamente no que respeita ao domínio da educação, ação social e saúde.

[213] Mantemos a convicção de que o baixo peso destes rendimentos resultará do facto de terem sido concessionadas a empresas municipais ou a serviços municipalizados, a maior parte de competências geradoras de rendimentos relacionados com vendas e prestação de serviços.

[214] Continuamos a entender que, sendo múltiplas e crescentes as necessidades coletivas que competem às autarquias suprir ou satisfazer, essencialmente cobertas por rendimentos de impostos e subsídios e transferências, os resultados económicos do exercício deveriam tender preferencialmente para zero.

Verifica-se pelo Quadro 3.27 que:

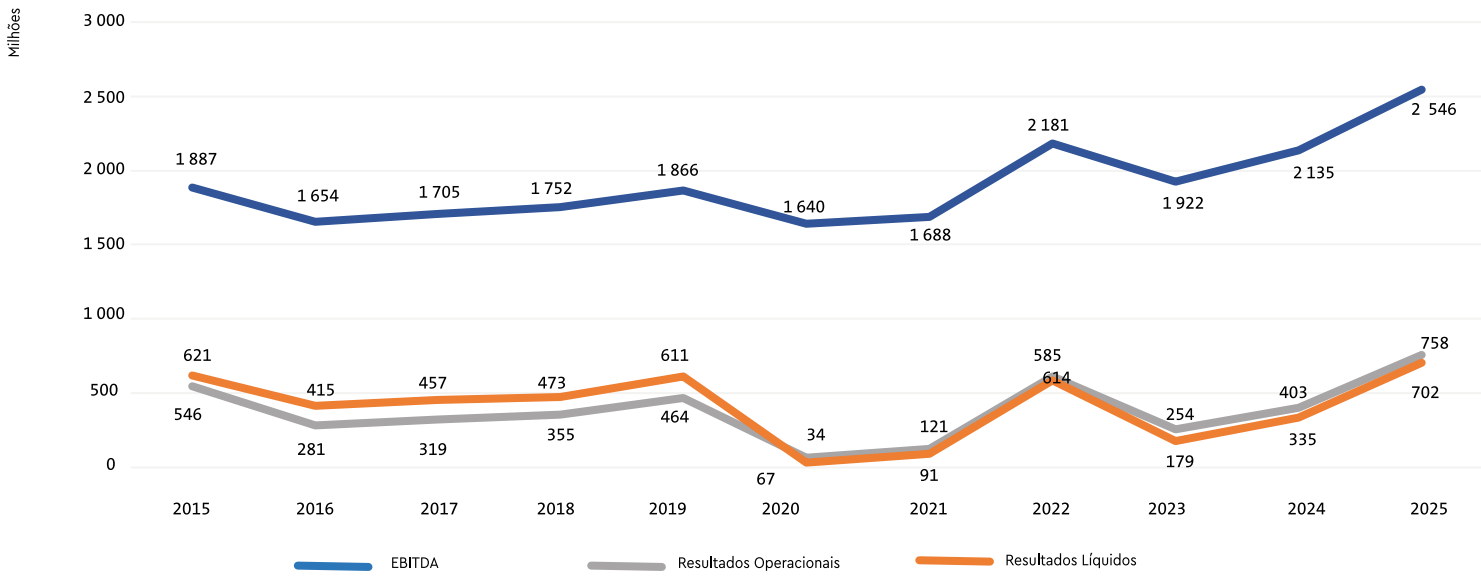
- Os **resultados económicos líquidos** apresentaram uma evolução muito variável entre 2015 e 2019 com dois picos de crescimento: um em 2015 (+293%, +463 milhões de euros, face a 2014) e outro em 2019 (+29%, +138.6 milhões de euros). Em 2020 apresentaram um decréscimo extraordinário (-94%, -577,2 milhões de euros), que poderá estar relacionado com o contexto da pandemia COVID19, bem como com a entrada em vigor do SNC-AP e consequente reconhecimento de gastos e rendimentos com base em diferentes critérios. Tal cenário terá continuado em 2021, ano em que os resultados económicos líquidos da totalidade dos municípios cresceram apenas 57,4 milhões em 2021. Em 2022, o valor dos resultados económicos líquidos foi de 585,0 milhões de euros para a totalidade dos municípios, traduzindo um acréscimo, face a 2021, de +540% (+493,5 milhões de euros). Em 2023, os resultados líquidos, na globalidade dos municípios, voltaram a baixar apresentando uma descida de -69,4% (-405,7 milhões de euros). Em 2024 os resultados líquidos ao apresentarem o valor de 334,8 milhões e euros aumentaram extraordinariamente (+86,8%, +155,5 milhões de euros) face ao ano anterior. Em 2025 os resultados líquidos, no global, continuaram a crescer significativamente ao apresentarem o valor de 702,2 milhões de euros (+109,7%, +367,4 milhões de euros) face ao ano anterior;
- Apesar das enormes e variadas oscilações dos resultados económicos, entre 2015 e 2025,[215] os mesmos, na globalidade dos municípios, cresceram, neste período +12% (+80,9 milhões de euros). **No entanto, em 2025, 137 municípios apresentaram resultados económicos negativos (-22 que em 2024);**[216]
- **Em 2025, os resultados operacionais globais apresentaram o montante de 757,6 milhões de euros (+47,8%, +354,8 milhões de euros que em 2024)**, traduzindo um acréscimo bastante significativo em relação ao ano precedente.

O Gráfico 3.10 complementa a informação prestada no Quadro 3.27 através do traçado de curvas que representam a evolução dos resultados considerando o universo dos 308 municípios, sem a incorporação do setor empresarial local ou outras entidades participadas. A diferença considerável entre o EBITDA e os resultados operacionais revela o peso das depreciações/amortizações nos resultados dos municípios, facto que já nos referimos anteriormente.

[215] Resultantes do aumento de atividade e intervenção social, exigidas aos municípios, contrabalançadas, admite-se, pelo aumento das transferências, receitas de impostos e fundos comunitários. Reiteramos que o aumento de transferências do Estado não parece ser suficiente para o aumento de exigências às autarquias e que, a este respeito, a Lei de Financiamento da Administração Local deverá ser revista.

[216] Dado que entendemos que os resultados económicos líquidos deveriam ser tendencialmente zero, a situação de resultados positivos, tal como a de resultados negativos, não é necessariamente desejável para os municípios. Os resultados económicos líquidos não medem a eficiência financeira, já que muitos dos rendimentos que permitem cobrir gastos, estão fora de controlo da gestão autárquica, como é o caso das transferências da administração central.

Gráfico 3.10 – Evolução dos resultados



O Quadro 3.28 apresenta informação relativa ao ano económico de 2025, de gastos com pessoal e resultados económicos, por grupos de municípios de acordo com a sua dimensão.

Quadro 3.28 – Informação de gastos com pessoal e resultados, por dimensão dos municípios, em 2025

Indicadores	Grandes	Médios	Pequenos	TOTAL
População (INE 2025)	5 264 847	4 580 723	1 578 461	11 424 031
Gastos com pessoal/gastos totais	33,3%	32,8%	36,9%	33,9%
Resultados líquidos	496,2 milhões €	248,6 milhões €	–42,7 milhões €	702,2 milhões €
Resultados líquidos por habitante	94,3 €	54,3 €	–27,1 €	61,5 €
N.º de municípios com resultados líquidos negativos	3	30	104	137
Resultados operacionais	508,8 milhões €	275,4 milhões €	–26,6 milhões €	757,6 milhões €
N.º de municípios com resultados operacionais negativos	2	29	104	135

Da análise do Quadro 3.28 salienta-se:

- Em 2025 os **resultados líquidos** foram consideravelmente diferentes nos três grupos de municípios. Foram negativos, no total de -42,7 milhões de euros no conjunto dos **municípios de pequena dimensão**. O conjunto dos municípios de **grande dimensão** apresentou o volume total positivo de 496,2 milhões de euros, e o conjunto dos municípios de **média dimensão** registou o montante positivo de 248,6 milhões de euros;
- Na globalidade, contribuíram para resultados líquidos negativos 137 municípios (3 de grande dimensão, 30 de média dimensão e 104 municípios de pequena dimensão);
- Em relação aos **resultados operacionais**, só no conjunto dos municípios de pequena dimensão se verificou um valor total negativo de -26,6 milhões de euros, tendo contribuído para esta situação 104 municípios. Nos restantes dois agrupamentos, de grande dimensão e de média dimensão, os resultados foram positivos e, nos valores, respetivamente, de 508,8 milhões de euros (apesar de 2 municípios apresentarem resultados negativos) e de, 275,4 milhões de euros (com 29 municípios a apresentarem resultados negativos);
- Analisando as contas, verificou-se que, com **resultados líquidos e resultados operacionais negativos**, em simultâneo, **aparecem 2 municípios de grande dimensão** (Braga e Vila Nova de Famalicão), **29 municípios de média dimensão, e 102 de pequena dimensão**.

Os *Rankings* R94 e R95 apresentam os primeiros 50 municípios, respetivamente, com os melhores e com os piores resultados económicos líquidos reportados a 2025.

R94 – Municípios com maiores resultados económicos líquidos em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25			
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Sintra	G	27 460 841	26 215 937	29 104 672	21 944 019	38 604 000	6 641 359	29 813 836	55 163 242	50 297 723	53 189 502	72 680 024
2	Porto	G	9 171 271	7 222 388	14 240 089	35 893 051	38 064 398	6 958 649	26 160 633	26 091 808	14 603 851	69 344 882	68 065 175
3	Lisboa	G	193 097 309	58 058 967	82 929 775	51 277 293	133 003 575	−46 826 082	−101 257 156	99 760 614	−18 594 207	−9 907 217	63 163 141
4	Vila Nova de Gaia	G	33 838 519	22 247 966	21 739 135	24 039 151	32 334 711	3 716 839	14 384 999	1 897 351	14 807 713	25 943 387	53 258 281
5	Oeiras	G	46 776 911	21 542 182	43 292 235	25 697 268	27 113 737	4 980 750	−18 742 605	−1 050 429	17 126 965	11 532 947	43 468 631
6	Cascais	G	16 615 629	25 394 294	28 648 943	50 703 803	39 255 493	20 401 454	49 932 017	72 247 528	63 572 663	38 182 117	32 530 192
7	Amadora	G	8 802 912	10 236 556	12 592 442	8 143 299	16 753 447	4 286 622	360 599	8 545 005	6 203 587	20 400 687	32 111 201
8	Loulé	M	23 919 802	24 002 322	16 560 623	11 735 429	11 175 439	3 637 234	22 172 589	27 070 036	9 700 341	17 726 985	31 848 728
9	Matosinhos	G	4 366 947	2 911 874	4 717 508	4 775 955	6 920 150	3 207 176	3 408 352	10 025 217	13 380 859	16 675 244	31 033 255
10	Aveiro	M	10 264 303	17 122 510	7 136 189	21 353 962	13 912 389	17 447 784	9 864 870	20 101 001	21 765 365	24 242 403	26 676 316
11	Maia	G	6 226 587	11 449 260	5 686 836	11 504 225	8 438 568	10 344 186	8 108 020	10 912 390	13 405 387	16 190 054	24 209 544
12	Oliveira de Azeméis	M	4 210 078	3 881 820	3 361 071	5 542 180	9 298 718	10 199 809	9 497 111	12 795 198	12 732 105	14 340 539	18 882 137
13	Mafra	M	4 356 319	−706 728	2 495 418	−4 782 012	6 727 495	1 215	6 089 858	15 885 919	7 840 127	12 980 764	18 855 463
14	Santa Maria da Feira	G	11 086 697	11 981 856	12 560 214	16 467 252	13 737 410	12 880 746	13 436 962	14 574 906	12 970 480	5 435 683	14 113 375
15	Coimbra	G	1 250 108	1 333 052	1 351 539	2 863 955	1 167 657	1 590 543	−808 165	1 923 482	−16 441 128	8 735 935	11 773 538
16	Faro	M	−1 615 279	−1 391 380	−5 147 750	5 821 116	5 471 463	4 358 098	1 560 422	7 718 788	7 891 203	5 717 680	10 544 863
17	Viana do Castelo	M	4 442 188	3 400 280	4 070 977	3 023 850	2 794 356	4 313 003	4 322 853	4 301 508	4 741 238	7 276 976	10 455 567
18	Olhão	M	867 909	3 698 631	510 376	2 130 615	1 583 026	2 609 002	3 011 933	6 033 493	1 549 868	−1 602 881	10 351 279
19	Vila Verde	M	−3 601 183	−2 321 085	−799 376	−529 460	609 450	4 160 220	4 897 717	6 362 559	4 256 105	6 225 256	9 541 945
20	Vila Franca de Xira	G	−994 764	189 703	716 773	8 264 048	60 869	−9 111 587	−16 483 561	10 555 388	−2 803 187	2 204 982	9 434 884
21	Loures	G	12 926 868	18 453 859	10 553 758	8 744 045	8 214 956	−5 682 423	999 528	1 181 230	5 215 688	7 486 862	9 229 032
22	Lagos	M	10 860 428	11 593 891	10 596 073	14 452 907	4 567 395	4 693 552	19 953 566	13 245 583	2 675 402	2 333 960	8 752 199
23	Silves	M	3 955 960	5 934 706	4 315 541	4 723 230	4 541 926	3 912 067	3 824 314	6 132 323	9 734 457	3 932 020	8 497 921
24	Grândola	P	1 540 198	2 436 854	8 809 883	5 052 726	2 083 933	3 653 688	11 575 523	27 045 175	9 753 770	2 126 259	8 392 715
25	Guimarães	G	10 601 091	10 900 958	7 440 830	4 183 918	4 985 911	4 077 223	1 534 161	2 639 147	12 975 661	14 277 917	8 107 014
26	Ourém	M	−1 979 233	−3 499 275	−4 397 529	712 831	393 035	−2 048 861	95 118	815 840	3 069 756	2 807 701	7 665 670
27	Portimão	M	8 144 804	10 045 689	20 408 627	16 677 456	3 727 845	−962 796	2 927 401	22 791 685	30 105 610	863 189	7 488 336
28	Santa Cruz	M	1 163 241	4 285 519	344 590	3 178 159	474 719	3 186 256	−398 098	4 903 266	2 579 119	−1 645 584	6 886 740
29	Sines	P	−2 793 697	204 611	28 064	3 203 956	1 021 864	2 895 860	7 728 683	2 981 150	789 526	−990 991	6 722 455
30	Barreiro	M	3 241 548	5 756 333	5 046 000	6 767 941	4 218 347	811 958	845 010	−999 551	2 237 652	473 339	6 515 898
31	Póvoa de Varzim	M	2 589 464	4 193 058	2 605 398	3 778 756	358 844	4 824 629	2 518 536	2 529 657	762 211	3 578 585	6 438 588
32	Cartaxo	M	−89 583	779 971	1 002 466	1 138 709	2 771 135	1 011 301	871 475	220 064	3 945 584	5 796 887	6 312 312
33	Odivelas	G	7 826 807	6 330 967	8 243 854	11 826 348	11 019 359	4 575 434	2 797 993	9 758 004	6 655 817	4 182 551	6 201 999
34	Calheta (R. A. M.)	P	2 158 512	806 932	2 726 919	314 836	371 923	−107 898	176 370	2 259 770	454 974	−247 548	5 937 290
35	Lousada	M	3 829 390	2 174 484	1 350 607	1 178 502	1 889 864	2 130 053	2 710 807	6 162 659	4 461 771	4 532 145	5 784 418
36	Alcobaça	M	4 148 264	3 874 491	792 062	157 932	372 478	60 517	463 285	1 127 028	−789 290	13 590 849	5 536 798
37	Vila Real	M	2 274 690	3 750 182	1 176 985	2 367 701	−1 130 297	3 374 206	3 002 709	2 422 198	3 883 077	5 387 475	5 514 387
38	Barcelos	G	−6 188 049	−93 309 887	28 585 293	2 678 095	5 306 900	4 184 339	5 114 815	1 234 856	28 751 395	3 054 199	5 456 826
39	Funchal	G	3 469 217	6 312 766	2 993 264	3 320 375	104 001	−7 423 772	−40 806 382	5 889 867	−5 091 313	2 662 801	5 424 128
40	Leiria	G	18 272 790	25 407 101	20 061 884	16 734 939	11 190 367	3 731 133	10 405 159	2 809 370	1 926 557	1 231 685	5 240 709
41	Vila Real Sto. António	M	−7 078 741	−2 274 877	−8 710 298	−3 991 371	1 675 807	1 945 397	−4 737 220	6 721 266	−2 077 572	−3 113 743	5 010 223
42	Palmela	M	−1 401 531	455 123	−1 880 137	1 084 000	2 207 369	−1 838 948	4 340 033	3 619 214	−6 810 691	736 933	4 477 848
43	Ribeira Grande	M	4 435 402	3 293 668	4 317 897	4 475 721	4 735 346	4 768 581	2 446 208	3 319 711	−214 790	1 904 335	4 430 594
44	Tomar	M	753 225	1 512 671	1 128 724	973 064	999 004	775 473	847 690	1 844 076	511 360	2 552 842	4 396 858
45	Viseu	G	1 350 974	5 092 057	1 897 157	−3 573 149	414 885	442 531	−1 025 899	2 429 028	154 938	760 243	4 248 692
46	Penafiel	M	999 279	3 993 043	1 921 661	2 760 454	6 189 470	1 802 927	2 000 577	2 680 666	4 921 031	3 953 238	4 090 037
47	Almada	G	5 389 922	47 016	1 283 294	10 125 256	6 026 197	1 023 132	7 472 273	4 618 239	−3 577 528	627 657	3 626 121
48	Felgueiras	M	−3 476 453	−4 574 930	−5 201 286	−3 757 354	−1 933 265	−4 325 936	−6 878 007	1 876 651	2 570 656	10 725 576	3 617 029
49	Torres Vedras	M	4 829 504	6 384 159	6 852 176	6 676 815	5 371 626	2 110 859	507 070	634 216	1 456 681	−744 962	3 610 632
50	Paredes	M	−3 032 576	−8 415 156	−5 986 519	−1 791 275	−1 865 649	714 762	−2 294 455	−2 442 521	46 955	2 616 989	3 450 318

Deste *Ranking* R94 há a destacar o seguinte:

- Com melhor resultado económico líquido positivo reportado a 2025 surge o município de Sintra,[217] com 72,7 milhões de euros, apresentando, um acréscimo do mesmo de +36,6% (+19,5 milhões de euros) face ao ano anterior;
- Em segunda e terceira posição aparecem, respetivamente Porto[218] (68,1 milhões de euros e um decréscimo de -1,8%) e Lisboa[219] (63,2 milhões de euros com o acréscimo significativo de +737,5%);
- Para além de Lisboa, mais seis municípios (Olhão, Vila Real de Santo António, Torres Vedras, Santa Cruz, Sines e Calheta – R.A.M.) passaram de resultados económicos negativos, em 2024, para resultados positivos em 2025, sendo de assinalar, em relação a estes seis, as situações de Olhão, que passou de -1,6 milhões de euros para o valor positivo de 10,4 milhões de euros, crescendo assim +11,9 milhões de euros de resultados económicos, e de Santa Cruz que passou de -1,6 milhões de euros para o valor de +6,9 milhões de euros, crescendo assim +8,5 milhões de euros de resultados económicos;
- Neste ano económico, existem apenas 2 municípios de pequena dimensão neste *ranking*, Grândola e Calheta – R.A.M., menos cinco que em 2024;
- Observando as contas dos 308 municípios, verifica-se que **47 municípios passaram de resultados económicos negativos em 2024, para resultados económicos positivos em 2025.**

[217] Em 2023 e 2024 tinha aparecido em segunda posição neste *ranking*.

[218] Em 2024 apareceu em primeira posição neste *ranking*.

[219] Em 2024, tinha apresentado resultados negativos de -9,9 milhões de euros.

R95 – Municípios com menores resultados económicos líquidos em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25			
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Vila do Conde	M	2 291 351	5 854 069	2 427 691	1 136 630	−281 952	2 849 342	−1 023 171	−3 296 893	−7 154 205	−10 892 584	−4 765 224
2	Vale de Cambra	M	1 134 564	2 318 763	2 606 421	2 604 882	2 653 263	1 125 862	133 817	247 745	−399 259	−1 806 241	−4 676 365
3	Esposende	M	1 103 564	1 464 480	972 182	1 315 389	2 683 170	1 581 817	2 551 043	577 190	162 778	218 974	−4 610 216
4	Braga	G	13 557 662	3 441 277	3 613 567	6 089 092	8 512 846	2 192 771	7 391 657	843 342	849 779	−23 419 360	−4 381 578
5	São Vicente	P	433 839	67 504	−1 163 557	−1 953 527	−1 162 114	−1 930 350	−2 335 383	−3 068 913	−4 162 709	−3 669 114	−4 311 799
6	Serpa	P	−190 049	−1 615 475	−2 338 350	−1 689 719	−1 516 420	−1 853 071	−1 039 779	−2 355 600	−3 863 268	−8 627 847	−4 113 490
7	Angra do Heroísmo	M	1 675 462	2 463 850	1 477 314	2 982 233	3 037 294	−563 454	5 278 137	1 403 586	−1 670 212	234 724	−4 042 005
8	Odemira	M	2 044 031	1 481 424	660 547	719 584	2 196 068	383 374	2 396 231	5 444	−3 273 844	−2 209 652	−3 768 500
9	Covilhã	M	−3 354 932	−1 804 891	−2 441 906	−1 553 575	−1 531 042	−10 283 211	−4 420 808	511 108	−1 744 787	−881 368	−3 272 234
10	Moura	P	−6 150 100	−5 345 126	−5 055 629	−4 931 685	−5 509 132	−4 692 684	−2 403 651	−2 062 891	−4 743 929	−5 070 190	−3 088 736
11	Câmara de Lobos	M	2 516 947	1 000 082	357 587	111 954	42 778	−1 783 902	−294 720	123 097	−1 055 060	262 126	−3 012 759
12	Vila Nova de Famalicão	G	2 092 754	10 642 354	2 726 817	1 473 386	6 573 690	2 172 889	3 243 808	11 626 944	9 242 202	7 064 676	−2 932 102
13	Ovar	M	−4 114 386	−4 798 146	−5 851 739	−3 657 350	−2 950 943	−4 675 875	−6 875 743	−5 568 556	−3 645 323	−4 863 899	−2 854 749
14	Vila Flor	P	416 557	255 336	7 929	317 858	651 677	210 514	138 916	−561 781	−2 377 494	−1 860 296	−2 756 479
15	Paços de Ferreira	M	1 597 609	2 372 211	2 037 361	1 967 386	1 910 371	2 351 170	641 044	726 294	887 493	−1 721 470	−2 741 910
16	Ribeira de Pena	P	27 877	117 830	−1 612 433	−154 340	−771 165	−376 029	−1 821 240	115 857	−716 319	−524 467	−2 577 171
17	Tarouca	P	19 263	−192 030	−545	−557 553	−663 801	−944 321	−628 935	−1 522 417	−1 780 288	−51 918	−2 576 171
18	Alcochete	M	2 626 899	4 595 355	2 279 521	4 278 358	358 551	−1 383 829	298 178	996 988	−3 719 624	−839 495	−2 539 864
19	Campo Maior	P	991 297	365 339	674 749	−123 899	230 974	−2 424 719	−2 541 469	−2 999 195	−3 549 427	−3 275 435	−2 495 943
20	Redondo	P	−1 050 210	−907 495	−1 409 906	−1 697 351	−1 778 224	−1 530 113	−1 838 170	−1 887 799	−3 370 689	−2 202 163	−2 483 078
21	Melgaço	P	2 331 577	1 742 252	665 449	210 326	657 863	632 479	109 788	364 853	−1 420 562	−1 823 151	−2 480 180
22	Évora	M	−4 890 006	−3 337 288	−4 169 343	2 186 031	−3 073 382	−4 002 857	−4 392 564	−1 573 391	−3 416 940	−4 591 039	−2 443 292
23	Belmonte	P	−2 191 743	−2 133 026	−2 609 391	−1 904 511	−868 359	−1 533 202	−847 839	−714 266	−1 392 087	−1 122 111	−2 386 414
24	Miranda do Douro	P	25 510	1 929	−62 438	−1 104 722	−1 804 157	−1 297 508	−1 529 748	−1 748 486	−3 411 578	−2 301 780	−2 381 599
25	Santo Tirso	M	1 397 192	1 435 053	1 763 006	435 261	2 966 239	205 416	5 628 724	6 350 711	5 990 985	−285 364	−2 329 322
26	São Pedro do Sul	P	859 678	−281 442	−98 978	−166 720	−527 675	−3 035 387	−1 652 135	679 014	980 717	92 402	−2 280 591
27	Castelo Branco	M	3 067 996	2 357 461	2 104 799	−1 165 185	−3 015 710	80 601	−1 416 157	−5 451 194	−6 445 390	−1 411 735	−2 272 303
28	Moita	M	1 502 834	2 303 175	2 285 253	446 662	1 864 439	6 153 455	−2 378 664	1 988 793	−7 516 825	−9 324 566	−2 173 044
29	Monchique	P	−1 087 686	−1 105 882	−1 490 691	−1 679 199	−1 411 343	−1 877 501	−1 719 448	−1 357 752	−2 830 515	−2 156 233	−2 129 253
30	Oleiros	P	−5 776 720	−6 063 977	−7 484 688	−8 408 304	−7 972 888	−7 313 752	−5 651 795	−1 345 706	−2 463 914	−1 599 073	−2 083 782
31	Torre de Moncorvo	P	−1 737 765	−1 379 885	−472 582	189 694	1 636 640	−704 672	598 385	−293 361	−283 257	389 168	−2 006 614
32	Pampilhosa da Serra	P	−427 872	301 715	−191 098	19 237	24 070	231 958	1 292 732	−1 575 429	−1 092 372	−852 426	−2 004 715
33	Vieira do Minho	P	11 927	136 733	313 784	116 305	−733 352	−2 060 740	86 182	−560 203	−1 652 753	−838 576	−1 995 427
34	Setúbal	G	16 767 290	4 627 040	6 294 214	632 809	1 002 471	−5 287 202	3 283 293	−7 930 480	−18 690 272	−18 123 320	−1 880 877
35	Castelo de Vide	P	−1 256 664	−1 211 630	−1 638 568	−1 605 196	−1 319 265	−1 493 868	−1 837 492	−1 855 564	−1 960 832	−1 576 639	−1 863 960
36	Sever do Vouga	P	1 671 508	692 589	855 027	549 577	65 363	−180 115	−710 354	−2 441 355	−2 236 343	−387 898	−1 849 552
37	Gouveia	P	−694 041	−511 693	−568 368	−2 719 763	−1 394 471	−387 088	−1 420 757	−853 673	−1 274 476	−593 639	−1 845 259
38	Alter do Chão	P	−215 022	−531 132	−774 912	−29 983	173 167	−298 854	74 098	−834 595	−1 894 987	−601 780	−1 835 030
39	Avis	P	−967 784	−837 389	−812 078	−1 054 742	−834 668	−1 396 136	−2 328 199	−2 090 222	−2 065 888	−1 908 984	−1 782 916
40	Vila Nova de Paiva	P	1 083 106	653 325	1 250 031	733 587	984 913	1 034 777	398 129	−40 677	−54 945	203 549	−1 760 542
41	Alvaiázere	P	−1 078 795	−866 332	−1 246 577	−1 816 188	−256 287	−345 460	−449 169	−769 130	−1 370 320	−2 945 616	−1 737 339
42	Castro Daire	P	321 568	−720 474	−2 092 658	−1 050 870	−1 499 758	−2 980 536	−4 029 221	−736 472	−2 169 453	−1 161 001	−1 728 925
43	Sta. Marta de Penaguião	P	−1 600 038	−1 546 593	−2 039 584	−2 203 410	1 756 927	−983 085	−2 083 913	−1 607 327	−1 676 363	−1 850 080	−1 728 272
44	Macedo de Cavaleiros	P	1 134 971	708 818	−292 445	741 237	−1 363 512	−409 476	−283 698	−1 469 616	−2 435 834	−1 248 242	−1 719 076
45	Proença-a-Nova	P	−2 882 461	−2 425 236	−2 271 986	−1 736 217	−1 288 354	−1 319 953	−1 103 657	−2 309 937	−1 824 279	−1 230 088	−1 718 379
46	Ponte de Lima	M	−1 391 472	−1 220 269	−4 658 513	−924 791	−1 677 285	−1 170 601	−2 426 909	−2 280 526	127 923	−1 011 007	−1 697 305
47	Povoação	P	587 758	641 789	741 403	750 111	432 944	23 708	108 145	408 739	−751 867	−502 378	−1 685 338
48	Gavião	P	353 966	−403 808	−10 792	215 762	−67 756	−659 071	−634 946	−1 260 350	2 280 244	−860 655	−1 631 908
49	Calheta (R. A. A.)	P	1 491 865	1 131 652	1 361 694	1 120 403	603 938	411 367	−125 543	−355 774	−101 718	−419 811	−1 576 367
50	Castanheira de Pera	P	−15 547	734 664	835 671	443 036	305 912	−709 530	87 805	−223 668	−619 195	−1 182 552	−1 573 077

É de observar sore o *Ranking* R95 que:

- A liderar a lista dos municípios com pior resultado económico em 2025 está o município de Vila do Conde com -4,8 milhões de euros, melhorando os resultados líquidos (apesar de ainda negativos) em +56% (+6,1 milhões de euros) face à situação apresentada em 2024, de -10,9 milhões de euros;
- Em segundo e terceiro lugares neste *ranking*, aparecem, respetivamente Vale de Cambra com -4,7 milhões de euros, e Esposende com -4,6 milhões de euros, sendo que o primeiro, embora já tenha apresentado resultados negativos no ano anterior, piorou a sua situação, neste item, em 159% com um agravamento dos resultados económicos em -2,9 milhões de euros. Quanto a Esposende, que em 2024 apresentou resultados positivos embora reduzidos, em 2025 mostra um agravamento negativo de 4,8 milhões de euros negativos ao apresentar um resultado de -4,6 milhões de euros;
- Nesta listagem, todos os 35 municípios aparecem com resultados negativos em 2025, sendo que 6 dos mesmos, em 2024, tinham apresentado resultados positivos;
- Apenas 3 dos municípios deste *ranking* são de grande dimensão (Setúbal, Vila Nova de Famalicão e Braga), sendo que mais de metade (32) são pequenos municípios;
- **Observando as contas dos 308 municípios, verifica-se que 23 municípios passaram de resultados económicos positivos em 2024 para resultados económicos negativos em 2025.**

O *Ranking* R96 lista os resultados económicos líquidos municipais, agregados por Distrito e Região Autónoma.

R96 – Resultados económicos líquidos em 2025 por Distrito e Regiões

Unidade: euros

Município		Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25			
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Lisboa	322 557 079	175 293 878	233 973 732	190 392 959	294 404 041	−14 464 827	−48 937 937	276 046 252	134 512 052	142 656 174	297 068 481
2	Porto	62 068 521	77 894 918	51 363 085	95 345 448	122 983 898	48 155 762	72 550 166	86 079 924	80 769 640	168 326 537	201 263 235
3	Faro	62 761 734	58 360 415	47 142 646	50 395 791	37 495 512	−669 671	40 196 402	111 267 070	58 208 686	11 925 458	81 846 517
4	Aveiro	28 568 718	33 133 517	22 527 999	44 344 646	42 373 874	37 606 491	23 925 521	50 143 692	37 878 648	38 681 831	59 086 861
5	Setúbal	50 219 969	41 443 028	52 463 450	56 197 402	45 019 138	18 540 318	64 935 992	51 888 556	−28 541 637	−34 295 591	32 461 485
6	Santarém	9 641 059	9 437 834	8 672 636	13 860 539	16 993 872	7 532 367	11 456 347	13 737 785	4 628 151	17 878 801	29 819 235
7	Madeira	10 267 490	12 689 613	5 414 188	1 461 058	537 975	−9 732 179	−43 448 520	9 081 061	−8 100 320	−4 479 937	16 418 206
8	Braga	19 468 495	−67 325 074	43 148 811	15 102 880	24 769 859	17 630 785	26 246 372	25 072 671	59 779 531	11 300 567	16 150 192
9	Leiria	33 394 347	38 321 103	30 660 168	22 657 162	14 663 136	−1 607 701	12 225 714	11 736 761	−8 950 811	11 048 555	14 796 602
10	Coimbra	6 788 704	2 676 677	−1 612 527	3 024 617	1 224 481	−4 396 574	−5 369 428	−178 726	−25 542 895	8 133 769	14 734 948
11	Viana do Castelo	9 149 363	8 116 918	680 356	4 942 909	3 807 986	4 101 504	−53 896	697 193	1 878 165	6 081 442	7 588 860
12	Viseu	1 469 613	12 868 502	−2 084 158	−14 756 481	11 848 457	1 464 837	−3 874 888	−2 105 523	−8 578 298	8 941 892	4 635 059
13	Vila Real	8 546 469	4 953 228	−5 835 735	433 335	15 032 570	−2 344 975	−5 639 187	3 915 571	1 859 341	6 157 230	1 457 482
14	Açores	5 585 896	14 846 390	7 537 569	12 956 111	15 331 527	−13 813 611	1 449 159	5 816 934	−17 429 581	−2 642 945	1 110 052
15	Guarda	1 629 943	2 692 135	2 441 813	−1 584 748	5 241 254	1 394 864	−1 685 937	−7 091 174	−7 733 487	4 205 535	−708 061
16	Portalegre	−4 816 229	−4 262 366	−7 549 544	−5 318 781	−8 646 729	−8 896 530	−8 786 142	−8 891 804	−12 444 852	−7 946 477	−12 064 705
17	Castelo Branco	−6 670 826	−5 841 408	−12 370 700	−14 899 746	−14 381 649	−22 546 187	−13 689 443	−9 685 172	−15 638 953	−6 928 457	−12 328 550
18	Bragança	4 849 833	6 418 748	−222 702	3 756 672	−3 696 307	−7 762 288	−12 503 546	−10 220 118	−20 236 833	−9 045 807	−15 437 470
19	Évora	−7 433 826	−8 935 160	−11 877 150	−3 553 332	−9 184 702	−11 735 590	−13 595 684	−14 574 704	−27 158 950	−18 443 562	−16 917 970
20	Beja	3 165 988	1 807 118	−6 997 457	−2 207 956	−4 671 751	−4 482 143	−4 055 984	−7 784 246	−19 899 486	−16 774 620	−18 825 421
Total Nacional		**621 212 340**	**414 590 014**	**457 476 480**	**472 550 484**	**611 146 443**	**33 974 653**	**91 345 081**	**584 952 003**	**179 258 110**	**334 780 397**	**702 155 036**

3.6.4. EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*)[220] é um indicador financeiro muito utilizado nas empresas e que representa o quanto uma entidade gera de resultados através das suas atividades, excluindo as amortizações, depreciações e imparidades de investimentos depreciáveis/amortizáveis, e ainda excluindo o resultado da função financeira da entidade.[221]

A análise do EBITDA é pertinente no contexto dos municípios, porque é importante evidenciar o resultado financeiro proveniente da atividade principal da autarquia, bem como aproximar este indicador ao obtido do Setor Empresarial Local (SEL) para efeitos de análise do Grupo Autárquico.[222]

No Quadro 3.29 apresenta-se o valor do EBITDA dos municípios, entre 2015 e 2025.

Quadro 3.29 – Evolução do indicador EBITDA

Unidade: milhões de euros

EBITDA	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
EBITDA	**1 887,5**	**1 653,6**	**1 704,8**	**1 752,2**	**1 866,1**	**1 640,0**	**1 688,4**	**2 181,0**	**1 921,9**	**2 134,5**	**2 545,9**
Proveitos (Rendimentos) operacionais	7 270,7	7 462,4	7 815,0	8 092,6	8 493,3	8 266,8	9 054,4	10 203,3	10 999,1	12 041,2	13 251,0
EBITDA / Proveitos (Rendimentos) operacionais	26,0%	22,2%	21,8%	21,7%	22,0%	19,8%	18,6%	21,4%	17,5%	17,7%	19,2%

O Quadro 3.29 mostra que:

- Considerando o universo dos municípios, o **EBITDA** tem sido **sempre positivo nos últimos onze anos**, com algumas oscilações e menor valor em 2020. **Em 2025 apresenta uma taxa de crescimento de +19,3% (+411,4 milhões de euros) totalizando o valor de 2 545,9 milhões de euros;**
- **O peso do EBITA face aos rendimentos operacionais**, apesar de não ter apresentado oscilações significativas ao longo do período em apreço, atingiu o valor mais alto em 2015, com 26%, tendo oscilado desde então, com o menor peso em 2023, ao apresentar 17,5%. **Em 2025 o peso do EBITA nos respetivos rendimentos operacionais foi em média de 19,2% (+1,5pp que no ano anterior).**

Apresentam-se a seguir o *Ranking* R97 com os 50 municípios com melhor EBITDA, e o *Ranking* R98 com os 50 municípios com pior EBITDA, no ano de 2025.

[220] Em português, resultado antes de juros, impostos, amortizações e depreciações.
[221] O EBITDA traduz-se no resultado operacional antes do valor das amortizações/depreciações, sendo calculado pela diferença entre o total de rendimentos operacionais e o total de gastos operacionais antes de depreciações/amortizações.
[222] Como veremos no Capítulo 4, este é um dos indicadores que determinam a continuidade ou encerramento de uma empresa do setor local.

R97 – Municípios com melhor EBITDA em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25			
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Lisboa	G	235 329 875	113 268 152	146 687 909	148 984 668	210 089 764	41 141 265	−10 491 713	181 579 916	90 561 843	105 676 449	176 688 620
2	Porto	G	46 644 145	43 749 288	48 614 925	71 631 300	73 483 849	58 835 032	78 200 323	77 819 235	73 111 640	123 083 086	126 231 785
3	Sintra	G	37 813 297	38 675 812	41 545 193	34 868 915	51 826 690	30 361 684	58 030 079	79 970 058	74 535 989	75 440 837	98 160 159
4	Vila Nova de Gaia	G	60 842 918	39 635 740	38 262 095	41 838 901	49 823 047	29 789 807	42 622 522	31 061 112	48 228 883	60 176 050	90 003 821
5	Oeiras	G	54 737 841	27 801 626	49 692 288	31 354 518	34 831 502	16 520 504	−1 898 901	19 459 628	39 852 529	35 224 207	67 107 500
6	Cascais	G	25 179 787	33 931 259	42 398 498	67 664 918	52 834 632	35 189 905	66 388 063	93 291 090	86 627 245	62 504 385	58 404 733
7	Loulé	M	32 796 075	32 102 094	24 618 112	21 770 095	21 581 771	21 486 736	42 030 701	46 737 126	29 980 133	37 066 114	54 692 475
8	Matosinhos	G	32 121 121	30 678 520	29 711 999	24 759 779	25 760 092	24 149 890	26 787 765	31 763 539	37 127 763	40 023 463	54 485 899
9	Maia	G	22 794 183	28 840 738	21 612 612	30 562 187	28 812 252	31 983 283	28 614 985	29 865 731	36 144 532	35 957 844	43 340 378
10	Amadora	G	15 295 316	16 994 678	19 703 460	14 894 649	24 103 040	16 024 623	9 090 160	17 535 139	14 702 732	28 299 061	41 773 052
11	Mafra	M	18 134 683	13 482 741	15 734 945	6 345 339	16 118 851	14 067 748	21 897 815	31 581 602	26 051 400	31 317 983	38 525 377
12	Aveiro	M	20 052 970	25 292 882	14 949 597	28 084 103	20 791 518	27 522 205	19 120 751	28 695 546	30 365 732	34 202 698	37 391 823
13	Gondomar	G	10 037 373	16 716 772	17 073 909	18 660 939	40 511 847	24 240 499	24 651 910	27 406 189	15 568 867	22 625 125	29 093 309
14	Loures	G	18 312 622	23 519 127	14 993 336	13 716 274	14 099 831	4 707 133	12 236 032	15 129 444	20 924 184	29 882 152	28 433 794
15	Braga	G	20 072 789	13 713 725	11 889 768	14 316 508	17 488 779	18 023 020	22 660 243	24 920 624	25 996 168	2 864 048	27 467 446
16	Vila Franca de Xira	G	11 363 613	13 891 983	14 525 795	21 621 811	13 970 946	4 943 383	−1 304 008	26 614 721	14 131 428	19 560 621	27 424 080
17	Santa Maria da Feira	G	19 044 396	19 597 607	20 490 953	24 761 457	22 927 827	23 374 925	24 899 267	26 990 414	24 597 346	16 447 311	26 519 736
18	Guimarães	G	27 558 469	28 633 435	24 850 508	19 255 576	20 360 414	19 680 819	17 924 821	19 764 834	30 148 036	32 291 888	26 389 350
19	Leiria	G	20 034 782	27 679 809	25 539 786	23 253 074	18 671 866	16 829 348	24 814 289	21 042 552	20 684 570	20 825 960	24 695 179
20	Funchal	G	16 403 359	18 085 712	14 876 438	15 128 420	12 042 428	8 112 617	−25 389 476	22 199 173	13 267 281	21 883 276	24 403 879
21	Oliveira de Azeméis	M	9 757 463	9 472 619	8 810 666	10 987 669	14 844 075	15 649 186	14 727 078	18 049 047	17 931 847	18 268 066	23 666 376
22	Seixal	G	17 995 262	17 967 307	22 041 349	16 757 322	20 604 889	16 077 787	25 477 404	15 535 831	18 058 629	19 459 360	22 433 794
23	Coimbra	G	3 878 059	5 201 756	4 995 925	6 847 940	5 028 610	12 576 597	10 122 441	12 017 030	−5 393 048	20 267 796	22 107 969
24	Portimão	M	17 194 001	16 751 204	25 718 347	24 083 541	12 645 721	13 037 791	14 703 900	35 112 260	41 998 857	13 004 800	21 193 816
25	Viana do Castelo	M	10 334 472	9 098 283	9 706 833	9 087 562	9 074 076	12 989 583	12 143 844	12 684 680	14 366 127	18 109 111	21 050 834
26	Almada	G	10 500 988	5 187 185	6 207 414	15 260 799	11 078 841	11 481 975	20 878 377	17 455 732	10 684 738	15 742 421	19 320 664
27	Lagos	M	15 927 425	16 181 616	15 466 923	19 822 674	8 232 319	9 328 457	26 770 388	20 753 223	11 397 738	11 160 033	17 980 384
28	Odivelas	G	7 153 625	5 476 381	7 070 354	11 239 284	10 756 173	13 827 614	13 076 652	22 037 776	18 517 350	14 947 382	17 922 884
29	Paredes	M	14 367 186	8 103 376	10 507 477	14 696 353	13 917 038	17 119 066	13 569 627	12 218 986	15 316 851	17 485 946	17 827 197
30	Ourém	M	7 937 234	6 098 441	5 364 385	10 168 251	9 603 368	9 621 011	10 084 631	10 059 925	12 340 370	12 318 189	17 821 192
31	Faro	M	15 049 649	14 098 566	9 543 830	11 512 099	11 322 178	10 659 512	8 355 466	14 704 942	13 640 300	12 305 804	17 774 841
32	Viseu	G	6 425 525	10 141 777	7 181 846	1 354 988	5 986 353	9 530 712	9 523 825	12 120 524	10 805 256	12 509 634	17 459 243
33	Vila Verde	M	6 501 487	6 748 925	7 633 490	5 951 703	6 731 006	9 965 321	10 964 798	12 504 421	11 062 807	13 255 849	17 009 148
34	Póvoa de Varzim	M	10 227 727	11 697 715	9 898 671	11 232 250	7 692 983	13 559 535	11 034 387	12 001 522	10 749 425	14 214 777	16 654 038
35	Olhão	M	6 411 208	8 123 296	5 383 077	7 312 214	6 101 574	7 817 213	7 599 307	10 811 967	7 361 735	4 829 267	16 609 289
36	Silves	M	7 099 304	8 065 430	7 053 948	7 482 265	7 418 588	8 367 770	9 288 205	12 945 692	17 079 106	11 788 980	16 580 934
37	Albufeira	M	33 681 399	20 364 317	22 926 093	16 547 577	15 676 219	891 113	8 480 998	23 178 079	18 301 785	9 227 832	15 479 508
38	Grândola	P	4 382 781	5 016 221	11 623 968	8 126 110	5 197 112	6 575 253	14 677 061	30 767 133	14 578 574	7 787 911	15 339 313
39	Barcelos	G	11 149 227	−79 275 733	37 026 724	11 851 240	17 176 896	12 393 968	12 329 963	10 073 014	37 768 207	12 842 770	15 307 599
40	Setúbal	G	25 713 682	12 709 213	14 617 828	8 769 788	10 127 203	8 588 037	14 917 656	7 596 210	−3 594 957	−3 905 207	13 948 211
41	Barreiro	M	6 918 408	9 376 529	8 828 035	10 715 736	7 838 520	5 043 622	5 890 887	4 517 558	8 445 249	7 221 543	13 935 489
42	Penafiel	M	5 936 710	8 645 519	6 586 208	7 804 377	11 207 981	10 211 071	10 567 118	12 339 669	13 365 109	13 283 662	13 687 884
43	Vila Real	M	6 572 400	8 302 262	5 750 143	7 304 892	4 027 422	9 718 200	9 442 114	9 592 175	11 611 240	12 832 482	13 208 852
44	Vila Nova de Famalicão	G	11 505 107	14 633 895	10 934 906	10 096 483	15 628 777	12 046 776	11 823 893	21 754 860	22 794 934	21 086 268	12 816 931
45	Pombal	M	12 491 369	12 511 836	12 887 707	12 802 359	11 485 365	15 667 824	12 085 592	12 795 606	8 709 426	10 824 891	12 800 389
46	Figueira da Foz	M	10 160 788	12 300 091	9 956 813	9 732 313	3 076 933	11 552 658	8 723 244	13 807 654	12 462 452	12 830 521	12 632 960
47	Felgueiras	M	6 673 012	6 036 471	6 359 302	5 753 803	6 410 596	5 713 181	989 908	8 423 640	9 943 250	18 678 291	12 620 113
48	Castelo Branco	M	12 323 228	15 189 523	16 734 788	14 537 867	14 110 708	16 770 075	15 283 037	10 950 799	9 369 477	14 491 016	12 509 776
49	Torres Vedras	M	8 542 703	10 265 032	10 645 409	10 527 168	9 442 788	6 240 388	7 174 346	7 741 884	9 365 591	7 858 199	12 496 685
50	Santa Cruz	M	5 496 116	7 974 058	4 613 992	6 916 308	4 446 574	7 591 507	4 314 954	9 710 357	7 746 090	3 835 449	12 330 265

Destaque-se do *Ranking* R97 que:

- **O município que liderou o ranking com melhor valor de EBITDA, em 2025, foi Lisboa** com um montante de 176,7 milhões de euros, tendo crescido cerca de +67,2% (+71,0 milhões de euros). **O município do Porto[223] surgiu em segundo lugar com uma taxa de crescimento de apenas +2,6% em relação ao ano anterior, e um valor total de 126,2 milhões de euros**;
- Relevam-se os três lugares subsequentes, terceira, quarta e quinta posição, pelo valor de EBITDA apresentado acima de 60 milhões de euros: Sintra com 98,2 milhões de euros (+30,1%, +22,7 milhões de euros que no ano anterior); Vila Nova de Gaia com 90,0 milhões de euros (+29,8 milhões de euros, +49,6%, que em 2024), e Oeiras com 67,1 milhões de euros (+31,9 milhões de euros, +90,5% que no ano antecedente);
- Ainda com um valor de **EBITDA superior a 50 milhões de euros e, inferior aos 60 milhões mencionados no ponto anterior, apontam-se os municípios de: Cascais[224], Loulé e Matosinhos**.

[223] Primeiro deste *ranking* em 2024.

[224] Embora este tenha apresentado um decréscimo de -4,1 milhões de euros, -6,6%, em relação a 2024

R98 – Municípios com pior EBITDA em 2025

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 14–17			Mandato 18–21				Mandato 22–25			
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Belmonte	P	581 701	247 998	−420 453	95 590	962 529	1 177 335	855 781	1 103 174	681 581	690 125	−550 821
2	Castanheira de Pera	P	2 194 645	2 608 680	2 140 187	1 657 882	1 746 797	708 312	1 512 886	1 255 381	781 651	363 832	−339 649
3	Redondo	P	963 718	1 010 112	409 537	78 248	−74 233	813 765	435 566	175 235	−1 175 829	−25 186	−279 600
4	Alvito	P	880 095	1 176 998	1 120 209	1 354 254	180 763	451 548	404 894	−692 312	−613 533	168 934	−222 439
5	Tarouca	P	2 151 933	1 766 240	1 933 234	1 216 995	1 002 342	1 028 949	1 569 014	825 564	675 682	2 428 222	−195 981
6	Vale de Cambra	M	5 353 550	5 779 280	6 034 079	5 963 713	6 106 471	4 894 358	4 063 235	4 261 573	3 865 461	2 507 939	−164 940
7	Vila Nova de Paiva	P	2 282 017	1 920 291	2 469 483	1 869 848	2 136 562	2 208 486	1 592 459	1 187 705	1 328 100	1 772 841	−115 647
8	Alter do Chão	P	1 489 966	875 407	693 784	1 483 164	1 683 341	1 106 465	1 493 468	961 139	−53 307	1 366 922	−111 416
9	Fronteira	P	855 917	1 034 190	724 686	814 908	976 492	1 518 872	377 955	845 975	−257 031	664 509	−106 224
10	Gavião	P	1 477 350	773 902	953 772	1 227 845	870 718	634 990	598 702	52 810	3 626 471	516 938	−98 277
11	Mesão Frio	P	1 453 449	1 323 665	1 255 867	1 288 471	3 838 419	950 229	1 227 045	883 664	−58 985	155 210	−48 845
12	Mourão	P	761 466	1 449 802	1 130 002	1 594 118	1 415 433	938 634	1 279 777	636 387	264 671	875 502	10 678
13	Santa Marta de Penaguião	P	1 108 404	1 051 828	812 324	387 549	4 170 570	1 320 898	1 307 502	190 767	150 411	316 033	41 529
14	Viana do Alentejo	P	1 560 165	1 596 716	649 357	1 425 404	1 007 737	1 147 022	997 027	173 455	−475 020	576 392	222 315
15	Ourique	P	2 444 395	1 097 272	435 632	1 584 917	2 092 776	3 645 481	2 896 465	1 771 332	1 219 889	436 352	237 918
16	Miranda do Douro	P	2 106 639	1 871 165	1 924 307	1 812 180	1 122 458	2 426 175	2 273 621	1 020 821	−586 351	614 505	296 606
17	Serpa	P	3 696 831	2 041 912	1 326 280	2 372 335	2 574 395	2 126 107	2 780 416	1 572 650	757 739	−3 912 229	327 627
18	Figueira de Castelo Rodrigo	P	1 578 947	1 989 696	1 001 632	1 375 771	2 317 418	1 504 296	1 556 551	1 376 519	1 664 603	1 995 128	339 672
19	Lajes das Flores	P	755 127	1 380 469	254 314	816 720	810 334	509 337	603 435	707 573	489 242	744 573	374 818
20	Monchique	P	1 958 721	1 980 495	1 637 092	1 019 227	1 248 330	1 323 902	821 035	1 133 502	−778 337	55 309	401 117
21	Torre de Moncorvo	P	3 164 697	3 286 640	3 670 607	3 476 099	4 427 678	1 476 804	2 966 453	1 833 046	2 262 885	2 826 813	410 902
22	Vila Flor	P	1 950 624	1 827 922	1 560 305	2 002 170	2 502 448	1 493 061	1 453 322	901 848	237 924	1 104 747	446 140
23	Carrazeda de Ansiães	P	1 963 263	2 248 911	2 763 642	2 409 712	1 824 866	618 046	203 505	−1 319 264	88 420	1 171 304	447 458
24	Corvo	P	1 059 990	965 389	851 456	781 820	1 117 073	726 754	667 332	571 979	385 551	292 774	449 977
25	Barrancos	P	334 181	469 564	401 291	374 781	535 261	54 053	277 832	172 735	64 539	456 850	498 584
26	Figueiró dos Vinhos	P	654 534	562 247	964 249	206 440	−541 134	893 064	1 014 199	707 218	43 011	1 095 492	544 269
27	Vila Viçosa	P	1 543 140	1 207 998	1 160 212	1 504 018	1 108 158	1 507 774	1 194 533	1 324 770	−822 666	1 072 808	555 921
28	Golegã	P	1 258 026	1 005 539	1 068 036	1 231 380	1 132 355	1 146 058	753 181	1 220 293	333 223	1 021 842	607 685
29	Santa Cruz das Flores	P	635 377	760 447	1 017 006	965 381	1 224 226	567 516	655 016	423 570	432 624	775 478	617 562
30	Arronches	P	1 399 070	823 222	1 243 103	1 779 611	1 313 686	2 378 530	1 838 857	966 751	755 234	1 181 919	632 893
31	Vieira do Minho	P	2 863 857	3 119 777	2 985 185	2 794 355	2 634 804	1 584 091	1 811 142	1 487 486	639 285	1 746 333	640 207
32	Sardoal	P	853 987	1 042 853	1 176 926	37 416	883 793	495 429	798 963	621 070	125 129	903 935	668 793
33	Alvaiázere	P	2 310 350	2 051 514	1 699 958	743 143	1 250 846	2 221 069	2 169 086	1 562 010	1 080 212	−203 010	799 000
34	Freixo de Espada à Cinta	P	2 662 768	1 559 531	1 311 957	1 663 351	1 050 522	209 157	−323 592	−270 559	827 966	1 354 001	861 894
35	Castelo de Vide	P	1 078 627	1 138 309	729 030	753 459	911 466	1 142 622	895 052	965 986	761 789	1 157 247	866 783
36	Mora	P	1 646 884	1 853 535	2 166 347	1 587 469	1 996 345	1 524 875	1 869 439	1 304 560	1 016 147	1 116 883	881 175
37	Monforte	P	793 392	513 961	263 238	595 214	−657 179	382 709	438 605	993 604	202 110	683 977	905 403
38	Sabrosa	P	2 353 639	1 913 002	1 403 318	1 402 630	5 140 986	2 379 506	2 828 134	2 968 588	2 145 693	1 484 876	917 132
39	Sever do Vouga	P	3 539 969	2 701 606	2 857 030	2 640 088	2 269 493	2 176 030	1 779 099	64 006	335 491	1 945 039	924 428
40	Portel	P	1 536 550	1 569 212	1 544 177	1 510 327	1 340 526	1 746 944	1 683 172	653 529	809 194	1 262 781	929 167
41	Avis	P	1 533 417	1 501 957	1 631 258	1 325 519	1 494 223	1 229 370	344 584	556 048	1 031 376	1 045 909	987 209
42	São Brás de Alportel	P	1 651 801	2 168 662	2 336 728	1 814 198	1 732 443	1 474 172	1 911 323	3 468 935	1 621 563	359 161	992 755
43	Borba	P	2 526 447	2 476 549	1 894 252	1 591 367	1 998 915	2 075 722	1 624 074	900 066	1 186 868	2 075 407	1 012 210
44	Crato	P	1 455 181	919 540	757 509	1 340 811	1 687 074	1 681 961	1 528 264	664 932	1 503 355	1 637 675	1 019 955
45	Esposende	M	2 757 759	2 987 649	2 154 683	2 605 185	3 840 157	4 876 434	6 054 173	4 247 523	4 022 296	5 379 381	1 041 562
46	Alfândega da Fé	P	2 325 748	1 284 723	1 170 993	1 701 607	501 581	817 853	332 326	1 788 233	2 140 273	2 516 292	1 059 184
47	São Roque do Pico	P	1 107 868	1 442 522	1 341 490	850 574	1 459 169	892 410	787 734	1 150 833	419 897	872 211	1 142 211
48	Calheta (R. A. A.)	P	2 368 480	1 988 943	2 211 408	2 074 227	2 010 763	1 766 570	1 403 292	1 122 071	1 438 268	1 049 966	1 152 224
49	Sousel	P	1 776 963	1 526 401	1 401 378	1 621 482	1 800 534	1 555 053	1 618 015	1 256 255	628 344	1 964 274	1 186 944
50	Oleiros	P	1 011 987	755 477	351 190	−263 683	599 447	1 745 036	3 283 449	1 857 191	664 548	1 314 662	1 197 486

Observa-se o seguinte, no *Ranking* R98:

- Com EBITDA negativo, aparecem no *ranking*, em 2025, onze municípios, piorando todos eles a sua situação em relação a 2024. Destes onze apenas um deles (Redondo) tinha apresentado EBITDA negativo no ano anterior. Todos os restantes dez (Belmonte, Castanheira de Pena, Alvito, Tarouca, Vale de Cambra, Vila Nova de Paiva, Alter do Chão, Fronteira, Gavião e Mesão Frio) tinham apresentado, em 2024, valores positivos de EBITDA demonstrando, assim taxas de decréscimo significativas;
- Enquanto no *Ranking* R97 (melhores resultados de EBITDA) quase todos os municípios são de grande e média dimensão – apenas um de pequena dimensão (Grândola) – **no *Ranking*** R98 **(municípios com pior EBITDA) quase todos são municípios pequenos, apenas incluindo dois municípios de média dimensão (Vale de Cambra e Esposende)**.

No *Ranking* R99, apresenta-se, por ordem decrescente, os Distritos e Regiões Autónomas com **maior valor de EBITDA.**

R99 – EBITDA em 2025 por Distritos e Regiões Autónomas

Unidade: euros

Município		Mandato 14-17			Mandato 18-21				Mandato 22-25			
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	Lisboa	451 114 287	317 679 375	388 895 264	380 732 952	463 718 791	207 887 400	192 424 980	516 930 224	412 644 512	434 128 389	592 564 736
2	Porto	274 061 145	277 527 416	243 379 672	289 279 843	316 633 281	285 888 395	305 660 956	318 386 478	335 028 080	429 288 297	475 679 402
3	Faro	156 411 251	142 033 362	130 114 195	131 474 112	116 927 805	103 908 129	147 688 947	216 969 467	170 954 672	121 158 066	198 428 716
4	Aveiro	118 317 414	120 507 397	106 946 604	127 908 725	128 050 197	135 477 977	125 330 546	150 082 613	141 729 459	141 758 418	167 690 421
5	Setúbal	98 937 600	87 265 121	99 370 860	104 250 669	94 521 663	94 626 645	146 942 212	141 997 066	77 094 460	76 334 042	149 214 712
6	Braga	105 877 170	13 414 812	119 605 973	87 663 515	103 077 617	106 409 993	110 152 656	122 380 413	164 741 201	122 455 773	136 218 626
7	Santarém	69 659 246	67 810 140	66 394 357	71 499 139	71 509 703	86 463 091	87 210 386	91 313 313	85 333 809	104 138 468	114 519 127
8	Leiria	79 631 376	84 806 450	79 379 938	71 669 506	64 927 691	68 455 253	79 851 284	82 863 954	64 704 434	92 052 850	94 088 758
9	Viseu	60 464 280	69 565 513	56 185 806	43 088 122	68 747 991	68 405 618	64 910 458	62 685 194	62 345 025	86 615 174	87 398 726
10	Coimbra	55 136 777	52 035 644	49 618 608	50 099 699	47 123 829	66 683 424	61 214 237	65 818 739	41 250 799	83 487 569	85 130 725
11	Madeira	54 032 022	53 080 659	47 056 077	47 334 100	45 774 519	44 916 543	11 136 277	63 565 276	51 677 735	56 056 573	75 061 375
12	Açores	49 563 452	54 756 056	50 214 782	53 886 145	55 410 754	39 752 667	53 798 304	58 994 386	37 702 969	53 485 305	60 173 476
13	Viana do Castelo	40 719 950	37 958 797	33 022 570	37 583 351	36 565 434	46 326 089	41 624 733	42 213 986	48 411 725	56 896 300	58 466 527
14	Vila Real	48 471 466	47 843 072	38 451 031	41 911 358	56 061 208	51 372 589	47 107 626	51 914 163	53 613 921	57 645 752	53 340 548
15	Guarda	45 582 096	44 246 922	42 505 440	38 852 314	42 874 424	48 146 549	42 780 232	36 899 409	39 509 091	51 327 295	47 988 539
16	Castelo Branco	47 788 246	50 943 718	45 377 782	45 493 473	46 240 143	57 162 793	53 576 100	46 800 944	42 309 479	49 407 737	45 069 298
17	Portalegre	32 169 889	30 465 033	26 785 323	27 926 726	24 532 247	30 573 405	30 431 302	32 444 195	33 118 140	36 859 197	29 414 594
18	Beja	34 200 845	34 113 347	26 469 849	30 987 136	30 964 605	36 116 145	34 511 986	30 348 861	22 777 627	27 609 145	26 728 901
19	Bragança	34 433 551	35 471 930	29 351 538	34 214 853	26 036 909	31 090 971	25 364 690	26 104 611	20 347 870	31 432 158	24 826 331
20	Évora	30 879 996	32 087 167	25 628 782	36 309 578	26 448 950	30 329 306	26 718 212	22 254 582	16 560 415	22 367 403	23 860 633
Total Nacional		**1 887 452 059**	**1 653 611 932**	**1 704 754 449**	**1 752 165 315**	**1 866 147 763**	**1 639 992 982**	**1 688 436 123**	**2 180 967 874**	**1 921 855 424**	**2 134 503 910**	**2 545 864 168**

A observar que:

- **O distrito que lidera o *ranking* com melhor valor de EBITDA, em 2025, é o Distrito de Lisboa** com um montante de **592,6 milhões de euros**, tendo crescido +36,5% (+158,4 milhões de euros). O **Distrito do Porto mantém-se em segundo lugar, com uma taxa de crescimento de +10,8% e um valor total de 475,7 milhões de euros**;
- **Anota-se que o Distrito de Lisboa apresenta 23,3% do valor de EBITDA do total distritos e regiões do país, e que o distrito do Porto apresenta um valor que é 80,3% do valor apresentado pelo distrito de Lisboa;**
- Relevam-se nos cinco lugares subsequentes – terceira, quarta, quinta, sexta e sétima posição, pelo valor de EBITDA apresentado ser superior a 100 milhões de euros – os Distritos de: Faro com 198,4 milhões de euros (+63,8%, +77,3 milhões de euros que no ano anterior); Aveiro com 167,7 milhões de euros (+18,3%, +25,9 milhões de euros que no ano anterior); Setúbal com 149,2 milhões de euros (+72,9 milhões de euros, +95,5% que no ano antecedente); Braga com 136,2 milhões de euros (+13,8 milhões, +11,2%, que em 2024) e Santarém com 114,5 milhões de euros (+10,4 milhões de euros, +10,0% que no ano antecedente).

CAPÍTULO 4.
O SETOR EMPRESARIAL LOCAL

Nota introdutória

Este capítulo apresenta a informação económico-financeira do setor empresarial local (designado por SEL), que é constituído por entidades de natureza empresarial[225] incluindo as empresas municipais (designadas por EM's) e serviços municipalizados[226] (designados por SM's) e, relativa a 2025. A análise da evolução das contas do setor empresarial local reportar-se-á ao período entre 2020 e 2025[227] e realiza-se autonomamente em relação a cada um destes setores do universo empresarial municipal. O Sistema de Normalização Contabilística (SNC) só começou a aplicar-se ao SEL a partir de 2010[228], permitindo, desde então, a comparação de dados financeiros destas empresas, qualquer que seja o setor de atividade em que atuem.

EMPRESAS MUNICIPAIS – EM's

Para o ano económico de 2025, foi obtida e tratada informação de 141 entidades empresariais locais[229] das 162 EM's existentes, representando 87% do setor. Todavia, para efeitos de comparação de valores entre 2020 e 2025, apenas se consideraram 131 entidades empresariais, isto é 80,9% do total, pois só para este número de entidades empresariais se obteve informação homóloga consistente e suscetível de comparabilidade para o período considerado[230].

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS – SM'S

No presente capítulo, analisam-se, também, embora separadamente, as contas dos 26 SM's, ou seja, 100% dos SM's existentes à data de dezembro de 2025.

---

[225] Que inclui empresas municipais, sociedades anónimas, sociedades por quotas e entidades intermunicipais.

[226] Embora não sejam consideradas, do ponto de vista jurídico, setor empresarial local, pois fazem parte da estrutura administrativa das autarquias com serviços com autonomia de gestão, entendeu-se integrá-los no SEL, dado o seu caráter empresarial que assumem

[227] Ao reduzir o período de análise, consegue-se obter uma amostra mais significativa do conjunto de empresas suscetíveis de comparabilidade, aproximando-se, a análise e comptus, mais da realidade vigente no ano económico em apreço,

[228] Nos municípios só se aplica desde 2020, daí ter-se decidido que a informação histórica só se reportaria até aquela data.

[229] Parte da informação económico-financeira das 141 entidades do setor empresarial local analisadas foi cedida pelo Tribunal de Contas, que permitiu o acesso ao balanço e à demonstração dos resultados das contas de que dispunha à data de 18 de setembro de 2025. A restante foi obtida através dos websites das empresas. Não foi possível obter, por qualquer destas formas, os dados financeiros de 11 empresas do universo de 163 entidades do setor empresarial local em exercício no ano de 2024. No anexo I, apresenta-se um mapa com os dados económicos considerados mais relevantes, tanto dos municípios como das respetivas EM's e dos respetivos SM's.

[230] A amostra, este ano de 2025, cresceu 6,9%

COOPERATIVAS DE INTERESSE PÚBLICO[231]

A Lei 73/2013, de 3 de setembro, Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, identifica, no seu artigo 54.º, as cooperativas de interesse público como entidades enquadráveis para efeitos do cálculo do limite da dívida dos municípios, bem como as condições em que as mesmas relevam:

> ...
>
> d) As cooperativas e as *régies* cooperativas, de acordo com o disposto no artigo 19.º e no n.º 3 do artigo 58.º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, proporcional à participação, direta ou indireta, do município, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquele regime;
>
> e) As cooperativas não previstas na alínea anterior e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município.

Assim, as cooperativas com participação maioritária dos municípios deveriam ser analisadas neste capítulo e integradas no anexo I. No entanto, as suas contas ainda não constam dos elementos disponibilizados pelo Tribunal de Contas, nem da correspondente listagem da DGAL[232]. A ausência de informação financeira e o desconhecimento das contas das cooperativas de interesse público em que os municípios exercem uma influência dominante, seja de forma direta ou indireta, inviabilizou, a sua inclusão na análise deste anuário, bem como a respetiva prestação de informação financeira a seu respeito, no citado Anexo I.

---

[231] O artigo 6.º do Código Cooperativo (na sua presente versão, a da Lei n.º 51/96, de 7 de setembro) permite a criação de cooperativas de interesse público ou *régies* cooperativas, reguladas por diploma legal próprio, o Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de janeiro.

O primeiro artigo do Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de janeiro, define as cooperativas de interesse público como "pessoas coletivas em que, para a prossecução dos seus fins, se associam o Estado ou outras pessoas coletivas de direito público e cooperativas ou utentes dos bens e serviços produzidos".

Podem, assim, ser membros deste tipo de entidades: o Estado, outras pessoas coletivas de direito público, como municípios, regiões autónomas ou empresas públicas, mas também cooperativas, associações e/ou utilizadores dos bens e serviços produzidos.

O capital é subscrito pelos membros nos termos do ato constitutivo, e, na maioria dos casos das cooperativas com participação dos municípios, estes entram em posição maioritária de forma a manterem a gestão e o poder de decisão, em termos de votos e orientação das atividades.

Sobre as cooperativas com participação dos municípios, a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais), na sua redação atual, designadamente a conferida pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, que procedeu à sua segunda alteração, refere o seguinte:

Artigo 58.º Cooperativas

1 – Os municípios, as associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e as áreas metropolitanas podem criar ou participar em cooperativas.

2 – As cooperativas mencionadas no número anterior regem-se pelo Código Cooperativo.

3 – O disposto nos capítulos iii e vi aplica-se, com as devidas adaptações, às *régies* cooperativas, ou cooperativas de interesse público, em que as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º.

[232] Na página eletrónica da DGAL, ainda não é feita referência àquelas cooperativas (https://portalautarquico.dgal.gov.pt/).

4.1. Setor Empresarial Local

4.1.1. Introdução

Analisam-se neste ponto do anuário, valores e indicadores relativos à atividade financeira das entidades pertencentes ao SEL[233] reportados ao final do ano de 2025 no universo de 162 entidades[234], composto por 122 são Empresas Municipais (EM's) ou entidades empresariais locais, 10 são Sociedades e 30 são Entidades Intermunicipais.

A informação económico-financeira apresentada agrega para o ano económico de 2025 os valores de 141 entidades empresariais das 162 entidades suprarreferidas, uma vez que não foi possível obter informação financeira de 17 empresas municipais e de 4 empresas intermunicipais, conforme exposto no Quadro 4.1. Representando estas 141 entidades empresariais de natureza local, 87% da totalidade das entidades empresariais locais existentes, considerou-se os resultados da análise global da informação financeira prestada pelas mesmas, suficientemente fiáveis e passíveis de expressar uma situação económico-financeira extensiva e generalizada a todo o universo do SEL, para o ano 2025.

Sempre que se entendeu oportuno, analisou-se a evolução financeira do SEL para o período entre 2020 e 2025, embora a situação mais frequente seja a comparação da informação financeira referente a 2025, com os respetivos valores do ano precedente, isto é, do ano de 2024.

[233] Definido à luz da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, que aprovou o Regime Jurídico do Setor Empresarial Local, o qual considera que pertencem ao SEL as empresas municipais, intermunicipais e metropolitanas, e as sociedades comerciais controladas conjuntamente por diversas entidades públicas, cujo maior título de participação é da autarquia.

[234] Não estão aqui incluídos os SM's, pese embora na introdução ao presente capítulo se tenha considerado que, em termos substantivos, serão entidades que potencialmente podem pertencer ao SEL. O facto de não terem sido abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o SNC, não tem permitido proceder à integração da sua informação contabilística na informação prestada pelas entidades empresariais locais. Decidiu-se, por isso, que, neste ano de 2025, se mantinha esta separação de análise, com vista a manter-se um histórico relevante.

Quadro 4.1 – Entidades sem informação financeira disponível em 2025

		Entidade	Município	Situação
1	EM	Quinta de Tuberais – Ensino Profissional de Cinfães	Cinfães	sem informação
2	EM SA	iParque – Parque para Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde	Coimbra	sem informação
3	EM	PRODESO – Ensino Profissional	Coimbra	sem informação
4	EM	ACLEM – Arte, Cultura e Lazer	Felgueiras	sem informação
5	EM	Figueira Domus – Gestão de Habitação	Figueira da Foz	sem informação
6	EM	Viverfundão – Promoção e Gestão das Condições Estruturais e Infraestruturais	Fundão	sem informação
7	EM	Cura Aquae-Termas de Melgaço	Melgaço	sem informação
8	SA	Quintas de Melgaço	Melgaço	sem informação
9	EM	Matadouro Regional de Monção	Monção	sem informação
10	EM SA	Lógica – Sociedade Gestora do Tecnológico de Moura	Moura	sem informação
11	EM SA	Naturnorte – Gestão de Equipamentos Colectivos e Prestação de Serviços	São Vicente	sem informação
12	EM SA	EMES – Estacionamento de Sintra	Sintra	sem informação
13	EEM	TEGEC – Gestão de Equipamentos Culturais e de Lazer	Trancoso	sem informação
14	EM	Interminho – Sociedade Gestora de Parques Empresariais	Valença	sem informação
15	EM	VRS – Vila Real Social, Habitação e Transportes	Vila Real	sem informação
16	EEM	ProRuris – EM de Desenvolvimento Rural de Vinhais	Vinhais	sem informação
17	EM	Habisolvis – Habitação Social	Viseu	sem informação
18	EIM SA	Matadouro Industrial do Cachão	AIN – Agro-Industrial do Nordeste	sem informação
19	EIM	PERM – Parque Empresarial de Recuperação de Materiais	×1	sem informação
20	EIM	Naturtejo – Empresa de Turismo	×2	sem informação
21	EIM SA	AIN – Agro-Industrial do Nordeste, E.I.M, S.A.	×3	sem informação

*1 – Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra)
*2 – Associação de Municípios Natureza e Tejo
*3 – Mirandela e Vila Flor

Quadro 4.2 – Entidades liquidadas em 2025

		Entidade	Município	Situação
1	EM	Quinta de Tuberais – Ensino Profissional de Cinfães	Cinfães	sem informação

No Quadro 4.3, apresenta-se, por ano económico, o número de entidades empresariais dissolvidas ou fundidas entre 2020 e 2025.

Quadro 4.3 – Número de Entidades do SEL, número das dissolvidas e número de fusões, entre 2020 e 2025

	2020	2021	2022	2023	2024	2025
N.º total de entidades em atividade	161	158	159	161	163	162
N.º de entidades com informação disponível	159	155	156	159	152	141
N.º de entidades dissolvidas	5	5	2	1	0	1
N.º de entidades que se fundiram	1	0	0	0	0	0
Nº de entidades constituídas	2	2	0	2	2	0

Do Quadro 4.3, pode-se concluir que, entre 2020 e 2025, o número de entidades do SEL aumentou 0,6%, acrescendo em 1 o número de entidades empresariais locais, existentes e em atividade. Entre 2020 e 2025, foram dissolvidas14 entidades, fundiu-se outra e foram sendo constituídas mais 8.

No presente anuário, à semelhança dos anos anteriores, a metodologia utilizada neste capítulo compreende a análise dos valores do balanço e da demonstração dos resultados relativos ao conjunto de 141 entidades do SEL em exercício a 31 de dezembro do ano económico de 2025, em relação às quais foi possível obter informação financeira homóloga e consistente. As restantes 21 entidades das 162, não tinham, ainda, apresentado Contas ao Tribunal de Contas até à data de elaboração deste Anuário[235].

Dado que, relativamente a 10, das 141 entidades com informação disponível para o ano económico de 2025, não se dispõe de informação financeiramente comparável, para todos os anos compreendidos entre 2020 e 2025, para efeitos de análise evolutiva de valores referentes a este período, consideraram-se os montantes totais de 131 empresas (93% do número de Empresas Municipais com informação disponível em 2025), em relação às quais foi possível obter dados económico-financeiros de natureza homóloga e fiáveis para todo o referido período.

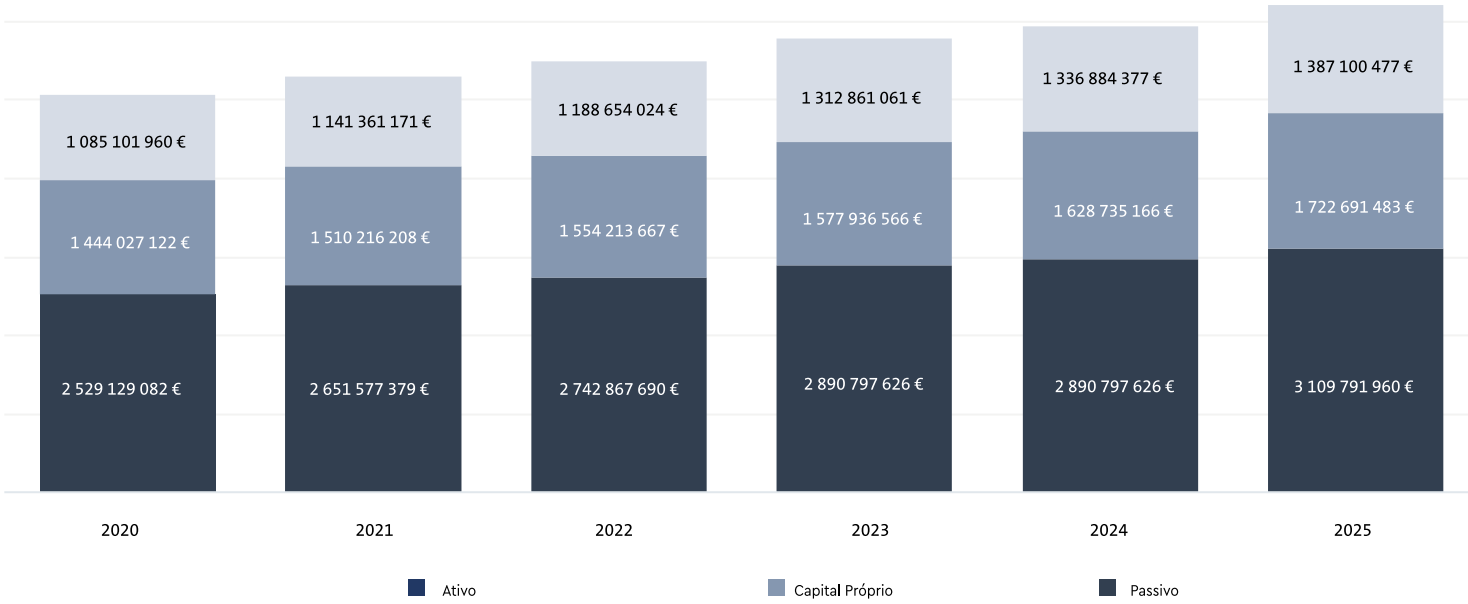
Entendeu-se, assim, que o volume de informação prestado pelas 131 entidades empresariais será uma amostra suficiente, sustentável e conclusiva, para o conhecimento e compreensão da evolução económico-financeira do SEL entre 2020 e 2025.

4.1.2. Grandes agregados do balanço das entidades do SEL[236]

No Gráfico 4.1, apresenta-se o volume total dos principais agregados do balanço global das 131 entidades do SEL em relação às quais foi possível recolher informação financeira homogénea entre 2020 e 2025.

[235] Anota-se os pedidos institucionais e reforçados, das Contas a estas 21 entidades, por parte da equipa de trabalho do Anuário. Também, até à data, as respetivas contas não estavam disponíveis nos sites destas entidades.
[236] Considerando os valores comparáveis de 131 empresas municipais quando se faz a avaliação evolutiva da situação global financeira, mas considerando os valores agregados de 141 empresas municipais, quando a análise se centra no ano de 2025 ou se compara com o ano anterior e 2024.

Gráfico 4.1 – Evolução dos grandes agregados do balanço do SEL (131 entidades)



O Quadro 4.4 apresenta o valor das componentes do balanço das entidades do SEL analisadas em 2025, bem como o respetivo peso das componentes do Ativo e do Passivo. Neste quadro, retomamos a análise dos dados globais das 141 empresas, para as quais foi possível obter informação económico- financeira relativa a 2025[237].

[237] Recordamos que não obtivemos dados da necessária informação económico financeira relativa a 2025 de 21 empresas, apesar de todas as entidades empresariais do setor estarem obrigadas a enviar ao Tribunal de Contas, dentro do prazo estipulado, os relatórios de gestão e os mapas de prestação de contas.

Quadro 4.4 – Ativo, Passivo e Capital Próprio das 141 entidades do SEL em 2025 e sua comparação com valores homólogos das 308 autarquias

Unidade: euros

Componentes do balanço	SEL (141)		Municípios (308)		Peso SEL / municípios
	Valor	%	Valor	%	%
Ativo não corrente	2 466 400 194	65%	46 665 227 782	86%	5,3%
Ativo corrente	1 302 873 674	35%	7 288 799 494	14%	17,9%
Total Ativo	**3 769 273 868**	--	**53 954 027 276**	--	**7,0%**
Passivo não corrente (médio e longo prazo)	**692 158 522**	**37%**	**5 012 676 391**	**62%**	**13,8%**
Passivo exigível não corrente	586 724 607	32%	2 905 178 718	36%	20,2%
Passivo corrente (curto prazo)	**1 153 664 275**	**63%**	**3 126 118 093**	**38%**	**36,9%**
Passivo exigível corrente	1 028 928 135	56%	2 187 992 005	27%	47,0%
Total Passivo Exigível	**1 615 652 741**	**88%**	**5 093 170 722**	**63%**	**31,7%**
Passivo exigível/ativo total	42,9%	--	9,4%	--	--
Total Passivo	**1 845 822 797**	**49%**	**8 138 794 484**	**15%**	**22,7%**
Capital Próprio + Rendimentos diferidos	**1 923 451 071**	**51%**	**45 815 232 791**	**85%**	**4,2%**
Capital Próprio + Passivo	**3 769 273 868**	--	**53 954 027 276**	--	**7,0%**

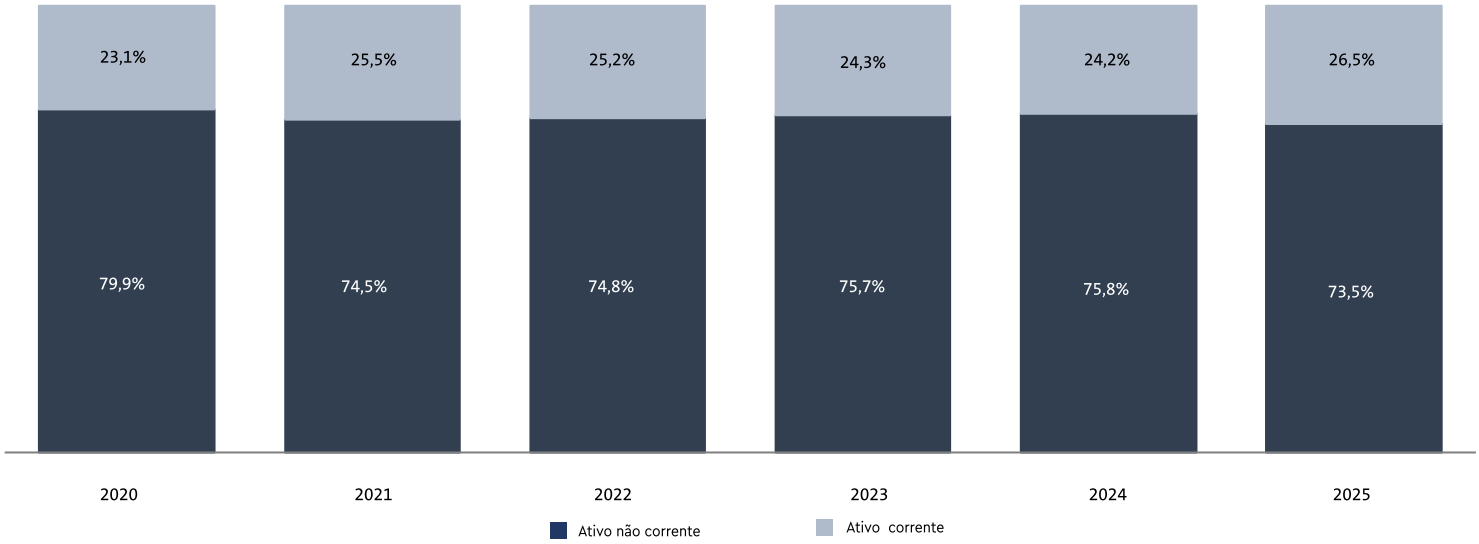
Da observação do Quadro 4.4, conclui-se, em relação ao ano económico de 2025 e considerando a informação financeira obtida para 141 entidades empresariais do sector autárquico:

- As 141 entidades do SEL consideradas na presente análise apresentaram, no seu conjunto, um **Ativo Global de 3.769,3 milhões de euros**, constituído em 65%, por Ativos Não Correntes. **O Passivo, contabilizado em 1.845,8 milhões de euros**, apresentou a preponderância do Passivo Corrente (Passivo de Curto Prazo que representou 63% do passivo total) sobre o Passivo Não Corrente em +25 pp (o Passivo de MLP que representou 37% do passivo total) ;
- Comparando o valor do Ativo Total destas 141 entidades do SEL (3.769,3 milhões de euros) com o Ativo Total dos 308 municípios (53.954,0 milhões de euros), pode-se concluir que aquele representou 7% deste;
- Quanto à comparabilidade do **Passivo Exigível do** SEL com o Passivo Exigível dos 308 municípios, conclui-se que o Passivo Exigível do SEL, ao apresentar o valor de 1.615,7 milhões de euros, representou 31,7% do Passivo Exigível do universo dos municípios (5.093,2 milhões de euros);
- **Mais se verificou que o Passivo Exigível do total das empresas municiais do SEL analisadas, representou 42,9% do respetivo Ativo Total.**

4.1.2.1. Estrutura e evolução do Ativo não corrente

O Gráfico 4.2, infra apresentado, esquematiza a evolução do peso do Ativo Corrente e do Ativo Não Corrente no Ativo total, entre 2020 e 2025, para as 131 entidades com informação financeira para este intervalo de tempo, sendo de salientar que o peso do Ativo não corrente é preponderante no cômputo do Ativo Total, representado em 2025, 73,5% do Ativo Total. Mais se anota que, em 2025, o peso do Ativo não Corrente, para este universo de entidades, considerando a presente amostra, baixou 2,2pp.

Gráfico 4.2 – Estrutura do Ativo – 2020 a 2025 (131 entidades)



No Quadro 4.5 apresenta-se a estrutura do Ativo Não Corrente no universo SEL, a comparação das respetivas componentes do balanço e as variações estruturais mais relevantes entre 2020 e 2025.

Quadro 4.5 – Evolução do Ativo não corrente das 131 entidades empresariais analisadas

Unidade: euros

Componentes do Ativo não corrente	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Variação % 24–25
Ativos Fixos Tangíveis	1 619 202 266	1 662 038 722	1 755 233 218	1 883 500 887	1 954 373 163	1 990 880 232	1,9%
Propriedades de Investimento	51 858 342	55 055 071	30 303 269	36 827 210	42 131 523	48 877 512	16,0%
Goodwill	37 917	6 000	4 500	3 000	1 500	117 077	7705,1%
Ativos Intangíveis	212 055 281	206 509 639	202 479 644	200 580 393	187 217 539	180 983 799	–3,3%
Ativos Biológicos	89 026	113 506	128 072	156 938	182 521	205 664	12,7%
Participações Financeiras – MEP	24 779 953	20 361 658	21 768 910	22 689 311	23 690 709	23 425 452	–1,1%
Participações Financeiras – Outros	998	0	998	89 170	89 170	227 652	155,3%
Acionistas/Sócios	15 975 000	15 725 000	15 475 000	14 939 875	14 259 875	13 454 875	–5,6%
Outros Ativos Financeiros	14 945 214	8 461 345	18 359 475	18 019 470	17 001 258	18 888 714	11,1%
Ativos por Impostos Diferidos	3 269 411	5 294 814	5 850 605	5 895 195	4 411 936	3 683 452	–16,5%
Clientes, Estado e Outras Contas a Receber	1 581 552	1 203 155	3 060 407	4 198 780	3 478 770	6 379 147	83,4%
Total do ativo não corrente	**1 943 794 959**	**1 974 768 910**	**2 052 664 097**	**2 186 900 228**	**2 246 837 964**	**2 287 123 576**	**1,79%**

Da análise do Quadro 4.5, para o qual se considerou a informação homologa e consistente **de 131 entidades empresarias** das autarquias, concluiu-se, sobre a constituição e evolução do **Ativo Não Corrente** das entidades do SEL analisadas em 2025, o seguinte:

- Em 2025, 87% do **Ativo Não Corrente** era constituído por **Ativos Fixos Tangíveis**[238] no total de 1.990,9 milhões de euros, tendo aumentado +1,9% (+36,5 milhões de euros) em relação ao ano transato. É de notar que 52,9% do valor dos ativos fixos tangíveis foi justificado por onze EM's, que apresentaram, cada uma, valores superiores a 50 milhões de euros. A empresa que registou maior valor em ativos fixos tangíveis continuou a ser a EM CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, com 177,7 milhões de euros, conforme se poderá verificar no Quadro 4.6 que se apresenta mais a baixo;
- Os **Ativos Intangíveis**[239], com um peso de 7,9% no total do Ativo não Corrente, foi o segundo elemento mais representativo do Ativo não Corrente, ao apresentar o valor de 181 milhões de euros, isto é, -6,2 milhões de euros (-3,3%) que o verificado no ano anterior. Uma só entidade empresarial – TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos (Quadro 4.7) – contribuiu para 78,9% do total dos ativos intangíveis, num universo das 131 entidades empresariais comparáveis em Ativos Intangíveis, com um valor de 142,9 milhões de euros. Muito distante dos valores desta empresa surgiu, em segundo lugar, a empresa Águas de Gaia, com o montante de 14,9 milhões de euros de ativos intangíveis (Quadro 4.7), isto é, 8,2% do total dos ativos intangíveis das 131 entidades empresarias;
- As **Propriedades de investimento**[240] foi outro ativo, embora com peso pouco significativo no total do Ativo não corrente (2,1%), que ao registar o valor de 48,9 milhões de euros, interessa assinalar por ser o terceiro elemento do ativo não corrente com maior peso em 2025, apresentando um acréscimo de +16,0% em relação ao ano anterior;
- Na composição do Ativo não Corrente, verificou-se uma diminuição em -1,1% do valor registado em **Participações Financeiras – MEP**, ao apresentar o valor global de 23,4 milhões de euros (-265,3 milhares de euros que em 2024).

No Quadro 4.6, apresentam-se as entidades empresariais que, em 2025, apresentaram **Ativos Fixos Tangíveis** com valor superior a 50 milhões de euros e cuja liderança pela Empresa de Águas e Energia do Município do Porto já foi referida. Neste quadro apresenta-se, ainda, o valor total dos Ativos Fixos Tangíveis das 141 EM´s analisadas em 2025, o qual totalizou 2 143,7 milhões de euros.

[238] O total dos Ativos fixos tangíveis das 141 entidades estudadas em 2025 atingiu o valor de 2 143,7 milhões de euros.

[239] O total dos Ativos intangíveis das 141 entidades estudadas em 2025 atingiu o valor de 184,3 milhões de euros

[240] De acordo com o SNC, propriedades de investimento são valores de terrenos ou edifícios, ou de partes de um edifício, ou ambos, detidos (pelo dono ou pelo locatário numa locação financeira) com vista à obtenção de rendas ou para valorização do capital, ou para ambas as finalidades e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas, nem para venda no curso ordinário do negócio. Este empréstimo tem vindo a ser amortizado

Quadro 4.6 – Entidades que apresentam valores superiores a 50 milhões de euros em ativos fixos tangíveis no ano de 2025

Unidade: euros

	Entidade	Município	Ativos Fixos Tangíveis
EM	CMPEAE – Empresa de Águas e Energia do Município do Porto	Porto	177 669 085
EM SA	Companhia Carris de Ferro de Lisboa	Lisboa	152 073 641
EM	AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	100 978 159
EIM SA	Águas do Interior Norte	×1	97 100 390
EIM	MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente	×2	96 135 880
EIM	Águas do Ribatejo	×3	91 940 899
EM SA	Águas de Gaia	Vila Nova de Gaia	81 661 184
EEM	ICOVI – Infraestruturas e Concessões	Covilhã	69 428 411
EM	AC, Águas de Coimbra	Coimbra	65 742 840
EM SA	Águas de Santarém	Santarém	65 730 597
EM SA	EMEL- Empresa Pública Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa	Lisboa	56 486 245
	Total do SEL – 131 empresas		**1 990 880 232**
EIM SA	STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto	×4	142 778 497
	Total do SEL – 141 empresas		**2 143 732 843**

*1 – Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real
*2 – AMISM – Associação de município da Ilha de São Miguel (Lagoa, Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo)
*3 – Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos e Torres Novas
*4 – Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo, Vila Nova de Gaia

No Quadro 4.7, apresentam-se as entidades que registaram valores superiores a 1 milhão de euros em **Ativos Intangíveis em 2025**.

Para além de se verificar, como já referido supra, que a empresa que maior valor apresentou em Ativos Intangíveis foi a, EIM TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos com 142,9 milhões de euros, constatou-se que o **total contabilizado pelas 141 entidades empresariais, estudadas em 2025, foi de 184,3 milhões de euros.**

Quadro 4.7 – Entidades que apresentam valores superiores a 1 milhão de euros em Ativos intangíveis em 2025

Unidade: euros

	Entidade	Município	Ativos Intangíveis
EIM	TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos	*1	142 922 515
EM SA	Águas de Gaia	Vila Nova de Gaia	14 914 751
EIM SA	ECOBEIRÃO – Sociedade para o Tratamento de Resíduos Sólidos do Planalto Beirão	*2	4 943 020
EIM	Ambisousa – Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos	*3	2 036 572
EM SA	EMEL- Empresa Pública Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa	Lisboa	1 955 796
EIM SA	EHATB – Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso	*4	1 316 683
EM	Ambifaro – Gestão de Equipamentos Municipais	Faro	1 088 710
EM SA	Águas de S. João	São João da Madeira	1 043 378
	Total do SEL – 131 empresas		**180 983 799**
EMT SA	TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa	Lisboa: Área Metropolitana de Lisboa	2 018 493
EIM SA	STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto	*5	1 053 883
	Total do SEL – 141 empresas		**184 275 259**

*1 – AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos
*2 – Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua, Tondela, AMRPB – Associação de Municípios da Região Planalto Beirão (82,9%)
*3 – Associação de Municípios do Vale do Sousa (Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel)
*4 – Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar
*5 – Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo, Vila Nova de Gaia

Dadas as repercussões que poderá ter na situação económico-financeira do SEL, a criação de outras empresas por parte das entidades empresariais locais, apresenta-se a listagem das empresas locais com **Participações Financeiras** noutras entidades (Quadro 4.8), considerando o valor correspondente às 131 empresas com valores comparáveis desde o **ano 2020 e o correspondente valor contabilizado pelas 141 entidades empresarias estudadas em 2025, o qual totalizou 23, 9 milhões de euros.**

Quadro 4.8 – Entidades com participações financeiras – MEP (Método de Equivalência Patrimonial) em 2025

Unidade: euros

	Entidade	Município	Participações financeiras – MEP
EEM	ICOVI – Infraestruturas e Concessões	Covilhã	7 866 695
EM SA	Companhia Carris de Ferro de Lisboa	Lisboa	7 368 743
EM	AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	6 706 734
Lda.	Carristur, Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal	Lisboa – Carris	1 394 109
EIM SA	Parkurbis, Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã	*1	89 170
	Total do SEL – 131 empresas		**23 425 452**
EIM SA	STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto	*2	518 469
	Total do SEL – 141 empresas		**23 943 921**

*1 – Covilhã, Belmonte e Manteigas
*2 – Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo, Vila Nova de Gaia

Outro Ativo não corrente, cuja evolução interessará analisar, é relacionado com **Acionistas/Sócios**, o qual representa o valor da dívida dos municípios ao SEL por via da não satisfação das suas obrigações, enquanto acionista ou sócio[241]. Existe apenas uma entidade com esta natureza de crédito sobre o respetivo município – Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação[242]- que atingiu, em 2025, o montante de 13,5 milhões de euros, baixando em relação a 2024, -5,6% (-805 milhares de euros).

O Quadro 4.9 mostra a lista das entidades empresariais que apresentaram créditos sobre acionistas entre 2020 e 2025.

Quadro 4.9 – Entidades com valores inscritos na rubrica Acionistas/Sócios entre 2020 e 2025

Unidade: euros

Entidade	Município	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	Lisboa	15 975 000	15 725 000	15 475 000	14 939 875	14 259 875	13 454 875
Total do SEL – 141 empresas		**15 975 000**	**15 725 000**	**15 475 000**	**14 939 875**	**14 259 875**	**13 454 875**

4.1.2.2. Estrutura e evolução do Ativo Corrente

No Quadro 4.10, apresenta-se o montante desagregado do Ativo Corrente pelas suas diferentes componentes, considerando o valor do conjunto de entidades empresariais cooptadas para análise do SEL, no período entre 2020 e 2025, bem como a respetiva variação ocorrida em 2024/2025, considerando o universo das 131 entidades empresariais com informação homóloga.

[241] Este ativo só começou a representar um montante significativo a partir de 2013, ao ser apresentado, então, o valor de 10,8 milhões de euros, resultante do registo de uma única entidade – Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação.

[242] De acordo com o disposto nos Anexos da Prestação de Contas de 2020 de empresa, "em 08 de setembro de 2009, a SRU celebrou com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana um contrato de financiamento sob a forma de abertura de crédito com um valor de 16.100.000 euros. Este financiamento tem uma garantia de reembolso por parte da Câmara Municipal de Lisboa nas datas de liquidação do referido financiamento ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana." Este empréstimo tem vindo a ser amortizado.

Quadro 4.10 – Evolução do Ativo corrente das entidades empresariais

Unidade: euros

Componentes do Ativo corrente	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Var. % 24-25
Inventários	21 318 152	24 832 281	28 881 451	25 937 748	28 439 684	31 536 949	10,9%
Ativos Biológicos 75 674		71 641	196 418	194 790	196 411	127 441	-35,1%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	195 963	2 618 077	771 492	627 790	1 745 513	4 830 545	176,7%
Clientes, contribuintes e utentes	99 388 748	105 645 132	103 755 555	120 122 103	115 381 805	124 013 496	7,5%
Capital Subscrito e não Realizado	8 223	1 400 000	800 000	320 000	0	0	--
Adiantamentos a fornecedores	7 581	0	3 575	114 533	39 444	0	-100,0%
Estado e outros Entes Públicos	21 946 961	22 649 238	24 092 900	29 119 364	27 239 430	26 856 249	-1,4%
Acionistas/Sócios	125 036	250 000	250 000	3 960 125	1 274 888	867 745	-31,9%
Outras contas a receber	185 523 956	239 139 046	206 559 879	208 276 994	223 443 976	248 635 201	11,3%
Diferimentos	12 142 675	10 487 477	9 210 120	11 275 909	11 878 048	14 536 820	22,4%
Ativos Financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	0	1 000	--
Outros ativos financeiros	1 332 216	472 211	351 705	853 583	1 384 997	475 935	-65,6%
Ativos não correntes detidos para venda	57 105	33 105	0	0	0	0	--
Caixa e Depósitos Bancários	243 211 832	269 210 262	315 330 499	303 094 460	307 757 384	370 787 002	20,5%
Total do Ativo corrente	**585 334 123**	**676 808 469**	**690 203 593**	**703 897 398**	**718 781 579**	**822 668 384**	**14,5%**

Da análise do Quadro 4.10, pode-se deduzir sobre a constituição e **evolução do Ativo Corrente do SEL para o conjunto das 131 entidades empresariais para as quais foi possível obter valores comparáveis**. Deste quadro conclui-se:

- O Total do **Ativo Corrente** em 2025 cresceu +14,5% (+103,9 milhões de euros) ao apresentar o volume de 822,7 milhões de euros no universo das 131[243] entidades empresariais para as quais foi possível estabelecer comparabilidade nos anos entre 2020 e 2025;
- **A estrutura do Ativo Corrente** apresenta como Ativo de maior valor o item **Caixa e Depósitos Bancários.** Esta componente do Ativo Corrente registou, em 2025, o valor de 370,8 milhões de euros, revelando um aumento de +20,5% (+63,0 milhões de euros), mantendo-se na primeira posição da estrutura do Ativo Corrente, com o peso de 45,1%. Permaneceu em segunda posição, em 2025, com o peso no ativo corrente de 30,2%, a componente **Outras Contas a Receber,** ao apresentar o valor de 248,6 milhões de euros e um aumento de +11,3% (+25,2 milhões de euros de euros). Em terceira posição na estrutura do Ativo Corrente tem-se mantido a rubrica **Clientes Contribuintes e Utentes**, com o valor de 124,0 milhões de euros e um aumento de +7,5% (+8,6 milhões de euros de euros).

Dado os elevados montantes apresentados em **Caixa e depósitos bancários**, divulgam-se, no Quadro 4.11, as entidades empresariais com variações positivas superiores a 1 milhão de euros neste item do Ativo Corrente. Deste quadro constata-se:

- Considerando o universo das 131 entidades empresariais anota-se o crescimento extraordinário do valor em Caixa e Depósitos bancários das seguintes EM's: Companhia Carris de Ferro de Lisboa com o acréscimo de + 13,9 milhões de euros (+31,3%); MUSAMI- Operações Municipais do Ambiente[244] com +11,9 milhões de euros (+6 566,1%) e TRATOLIXO-Tratamento de Resíduos Sólidos, com +10,7 milhões de euros (+55,0%);

[243] Recorde-se de acordo com o Quadro 4.03 considerando as 141 entidades para as quais foi possível obter informação financeira, o total do valor do Ativo Corrente foi de 1 302,8 milhões de euros

[244] AMISM – Associação de município da Ilha de São Miguel (Lagoa, Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo)

- Considerando as 141 empresas, observa-se um acréscimo global do valor de **Caixa e Depósitos Bancários** em +44,42% (+204,3 milhões de euros), tendo contribuído para o mesmo essencialmente as seguintes empresas municipais: TML- Transportes Metropolitanos de Lisboa, EMT, S.A., da Área Metropolitana de Lisboa, com +126,3 milhões de euros (+98,7%) e o STCP- Sociedade de transportes Coletivos do Porto, EIM, S, com +14,1 milhões de euros (+101,2%).

Quadro 4.11 – Entidades empresariais com variações positivas superiores a 1 milhão de euros em Caixa e depósitos bancários em 2025

Unidade: euros

	Entidade	Município	2024	2025	Diferença
EM SA	Companhia Carris de Ferro de Lisboa	Lisboa	44 619 636	58 594 785	13 975 150
EIM	MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente	×1	181 009	12 066 248	11 885 239
EIM	TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos	×2	19 566 883	30 327 006	10 760 123
EM SA	Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	Lisboa	15 401 004	19 832 052	4 431 048
EIM SA	APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior	×3	2 053 169	5 692 062	3 638 892
SA	Porto Vivo, SRU – Soc. de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense	Porto	1 909 346	5 220 903	3 311 557
EIM	Ambisousa – EIM de Tratatamento e Gestão de Resíduos Sólidos	×4	5 564 249	8 526 743	2 962 493
EM	CMPEAE – Empresa de Águas e Energia do Município do Porto	Porto	10 901 008	13 757 279	2 856 270
EIM	Resíduos do Nordeste	×5	3 808 235	6 225 777	2 417 541
EIM SA	ECOBEIRÃO – Soc. Tratamento Resíduos Sólidos do Planalto Beirão	×6	415 322	1 902 262	1 486 940
EM	TUB - Transportes Urbanos de Braga	Braga	13 742 307	15 091 615	1 349 308
EIM SA	Águas do Ribatejo	×7	3 798 446	5 142 527	1 344 082
EM SA	EMARP – Águas e Resíduos de Portimão	Portimão	22 494 897	23 744 743	1 249 846
EIM SA	Águas do Interior Norte	×8	2 355 735	3 508 222	1 152 487
	Total do SEL – 131 empresas		**307 757 384**	**370 787 002**	**63 029 618**
EMT SA	TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	127 925 199	254 233 938	126 308 739
EIM SA	STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto	×9	13 935 725	28 038 797	14 103 072
Lda.	STCP SERVIÇOS – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações	Porto – STCP	7 616 421	8 744 366	1 127 944
	Total do SEL – 141 empresas		**459 810 749**	**664 123 018**	**204 312 269**

*1 – AMISM – Associação de município da Ilha de São Miguel (Lagoa, Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo))
*2 – AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos
*3 – Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares.
*4 – Associação de Municípios do Vale do Sousa (Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel)
*5 – Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Vila Flor, Vimioso, Vinhais, Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos
*6 – Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua, Tondela e AMRPB – Associação de Municípios da Região Planalto Beirão (82,9%)
*7 – Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos e Torres Novas
*8 – Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real
*9 – Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo, Vila Nova de Gaia

Continuando a analisar os dados constantes do Quadro 4.10, pode-se afirmar:

- Outros ativos relevantes no conjunto dos ativos do SEL têm sido **Outras Contas a Receber e Clientes Contribuintes e Utentes**, que, em 2025, apresentaram, respetivamente, o valor de 248,6 milhões de euros (com o peso de 30,2% no Ativo Corrente total) e o valor 124,0

milhões de euros (com o peso de 15,1% no Ativo corrente total). O primeiro cresceu +25,2 milhões de euros (+11,3%) e o segundo +8,6 milhões de euros (+7,5%);

- Mais se verificou que a soma do valor de **Clientes, contribuintes e utentes** e de **Outras contas a receber** ao representar 45,3% do Ativo Corrente, em 2025, cresceram +10,0% (+33,8 milhões de euros), tendo contribuído para esta subida o aumento do valor em **Clientes, Contribuintes e Utentes** de 80 entidades empresariais, e o aumento de valor em **Outras Contas a Receber,** de 62 entidades empresariais.

No Quadro 4.12, apresentam-se as entidades empresariais **com maiores variações positivas no item Clientes, Contribuintes e Utentes**, sendo de notar **o aumento de créditos a cobrar a clientes, das seguintes entidades**:

- ECOBEIRÃO – Sociedade para o Tratamento de Resíduos Sólidos do Planalto Beirão, com um aumento de créditos a cobrar a clientes de +4,5 milhões de euros (+141,9%), a empresa, EM-TUB—Transportes Urbanos de Braga, com um acréscimo de +1,3 milhões de euros (+50,0%) e MUSAMI- Operações Municipais do Ambiente, com +1,0 milhões de euros (+118,6%).
- Será ainda de anotar a subida de valor nesta rúbrica das empresas: TML- Transportes Metropolitanos de Lisboa, EMT, S.A., da Área Metropolitana de Lisboa, em +14,5 milhões de euros (+303,8%) e o STCP Serviços – Transportes Urbanos e Participações, Unipessoal Lda. do Porto, com +514 milhares de euros (+63,5%).

Quadro 4.12 – Entidades empresariais com variações positivas superiores a 500 mil euros em Clientes, Contribuintes e Utentes em 2025

Unidade: euros

	Entidade	Município	2024	2025	Diferença
EIM SA	ECOBEIRÃO – Soc. Tratamento Resíduos Sólidos do Planalto Beirão	*1	3 190 916	7 719 273	4 528 356
EM	TUB - Transportes Urbanos de Braga	Braga	2 536 869	3 806 107	1 269 239
EIM	MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente	*2	875 627	1 914 095	1 038 468
EM	Tavira Verde – Ambiente	Tavira	1 173 158	2 159 890	986 732
EIM SA	Águas do Interior Norte, EIM, S.A.	*3	6 222 871	6 981 206	758 335
EM SA	INOVA – Emp. de Desenvolv. económico e social de Cantanhede	Cantanhede	251 336	919 763	668 428
EIM	BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos	*4	2 449 176	3 081 866	632 690
EIM	AMBILITAL – Investimentos Ambientais no Alentejo	*5	1 710 156	2 338 541	628 385
EIM	Ecolezíria -Tratamento de Resíduos Sólidos	*6	1 154 731	1 724 913	570 183
EIM	Resialentejo – Tratamento e Valorização de Resíduos	*7	726 153	1 266 631	540 478
	Total do SEL – 131 empresas		**115 381 805**	**124 013 496**	**8 631 691**
EMT SA	TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa, E.M.T., S.A.	Área Metropolitana de Lisboa	4 772 140	19 268 616	14 496 475
Lda.	STCP SERVIÇOS – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações	Porto – STCP	811 339	1 326 143	514 804
	Total do SEL – 141 empresas		**121 454 878**	**145 259 304**	**23 804 426**

*1 – Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua, Tondela e AMRPB – Associação de Municípios da Região Planalto Beirão (82,9%)
*2 – AMISM – Associação de município da Ilha de São Miguel (Lagoa, Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo)
*3 – Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real
*4 – Amares, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vila Verde, Vieira do Minho e Agere (Braga) (79,0%)
*5 – AMAGRA – Associação de Municípios Alentejanos (Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém, Sines, Aljustrel e Ferreira do Alentejo) – 51%
*6 – RESIURB – Associação de Municípios para o Tratamento de resíduos Sólidos (Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche e Salvaterra de Magos)
*7 – Almodôvar, Barrancos, Beja, Castro Verde, Mértola, Moura, Ourique e Serpa.

No Quadro 4.13, apresentam-se as entidades empresariais **com maiores variações positivas,** em montantes superiores a 1 milhão de euros, em **Outras Contas a Receber**, destacando-se os acréscimos verificados pelas seguintes entidades:

- EIMT – GESAMB- Gestão Ambiental e Resíduos com +12,8 milhões de euros (+10 790,1%); EIM Resialentejo –Tratamento e Valorização de Resíduos, em +9,8 milhões de euros (+1 384,4%); EM CMPEAE- Empresa e Águas e Energia do Município do Porto em +7,0 milhões de euros (+62,3%) e a EIM MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente em +7,0 milhões de euros (+623,1%).
- A entidade com maior valor a registado em **Outras Contas a Receber, em 2025, foi a EM SA- Companhia Carris de Ferro de Lisboa, com 20,3 milhões de euros e um acréscimo de +20,2% (+3,4 milhões de euros).**

Quadro 4.13 – Entidades empresariais com variações positivas superiores a 1 milhão de euros em Outras Contas a Receber em 2025

Unidade: euros

Entidade		Município	2024	2025	Diferença
EIM	GESAMB – Gestão Ambiental e de Resíduos	×1	119 468	13 010 201	12 890 732
EIM	Resialentejo – Tratamento e Valorização de Resíduos	×2	711 237	10 557 943	9 846 706
EM	CMPEAE – Empresa de Águas e Energia do Município do Porto	Porto	11 293 275	18 333 781	7 040 506
EIM	MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente	×3	1 128 229	8 157 975	7 029 746
EM SA	Companhia Carris de Ferro de Lisboa	Lisboa	16 913 671	20 325 819	3 412 147
EM	Penafiel Verde – Entidade Empresarial Local	Penafiel	835 778	3 495 944	2 660 166
EIM SA	Águas do Interior Norte	×4	8 312 678	10 051 791	1 739 113
EM SA	Nordeste Activo	Nordeste	102 247	1 479 305	1 377 057
EM	ADC – Águas da Covilhã	×5	14 544 765	15 847 991	1 303 226
EM SA	DESMOR – Gestão Desportiva de Rio Maior	Rio Maior	12 305	1 093 874	1 081 569
	Total do SEL – 131 empresas		**223 443 976**	**248 635 201**	**25 191 225**
EMT SA	TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	77 354 426	132 119 116	54 764 690
	Total do SEL – 141 empresas		**322 523 280**	**397 720 467**	**75 197 187**

*1 – CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa) – 60%
*2 – Almodôvar, Barrancos, Beja, Castro Verde, Mértola, Moura, Ourique e Serpa.
*3 – AMISM – Associação de município da Ilha de São Miguel (Lagoa, Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo)
*4 – Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real
*5 – Covilhã – ICOVI – Infraestruturas e Concessões da Covilhã, E.M

Concluindo a observação do Quadro 4.10, refere-se, ainda:

- Outro Ativo Corrente que interessa relevar, pela importância que reveste na estrutura económica de algumas entidades empresariais, embora o seu peso relativo tenha sido em 2025 de apenas 3,3%, são as dívidas do **Estado e Outros Entes Públicos**, que apresentaram, em 2025, uma ligeira descida de -1,4% (-383 milhares de euros), ao registarem na totalidade 26,9 milhões de euros;
- Na senda da descida extraordinária do valor registado em 2024 no item **Adiantamentos a Fornecedores**, **em 2025, verificou-se a inexistência de qualquer registo nesta rúbrica.** Ao invés, neste ano económico, em **Ativos Financeiros Detidos para Negociação** que, desde 2020 não registava qualquer valor, apresentou-se o montante de mil euros, resultante da atividade financeira da empresa municipal Carnes de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carnes;

- Um dos ativos disponíveis a curto prazo que interessa referir, face à notoriedade do seu registo no balanço, com as alterações introduzidas pelo SNC, são os **Ativos não Correntes Detidos para Venda**[245]. Em 2020, o valor deste ativo diminui -97,6% (-1 353 milhares de euros), passando a apresentar o valor de 33 milhares de euros e representando apenas 0,01% do total do Ativo Corrente, valor que se manteve em 2021. **Entre 2022 e 2024 não foram apresentados quaisquer registos de valor no universo de entidades supramencionado de 131 empresas objeto de comparabilidade.**

4.1.2.3. Estrutura e evolução[246] do Capital próprio

Em 2025, para o universo das 131 entidades consideradas para efeitos de comparabilidade, o valor apresentado de Capital Próprio do SEL foi de 1.722,7 milhões de euros, representando um acréscimo de +5,8% (+93,9 milhões de euros) em relação ao ano anterior.

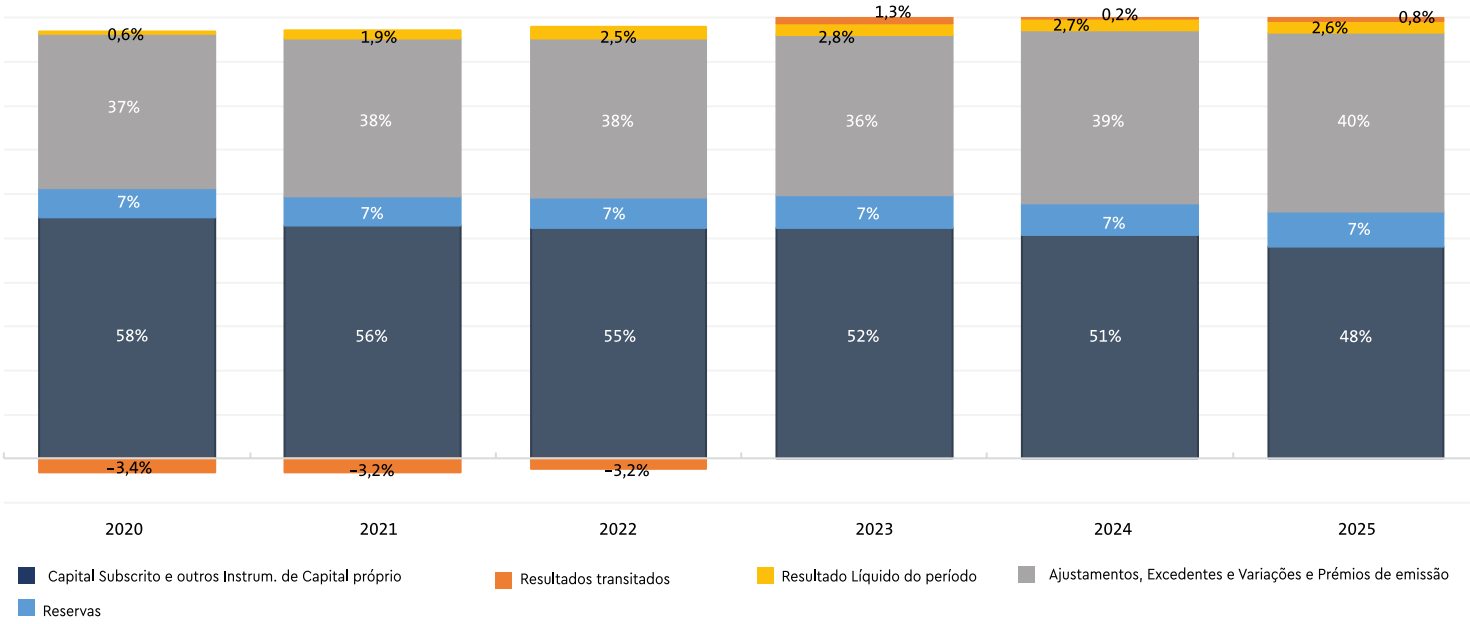
O Gráfico 4.3 e o Quadro 4.14[247], a seguir apresentados, mostram o Capital Próprio do SEL, nos termos considerados para esta análise, desagregado nas suas diversas componentes, constatando-se que a estrutura se tem mantido sem alterações, entre 2020 e 2025, com exceção do peso relativo dos **Resultados Transitados** que passaram de negativos do período 2020/2022 para positivo a partir de 2023, apresentando, em 2025 um crescimento de +303,2% (+9,8 milhões de euros) .Anotam-se, ainda as variações positivas, em +16,2% (+19,1 milhões de euros) e +10,1% (+58,7 milhões de euros) ,respetivamente, do valor das **Reservas** e dos **Ajustamentos/ outras variações no capital próprio.**

[245] Onde se incluem as quantias líquidas de depreciações e de perdas por imparidade acumuladas dos ativos classificados como não correntes detidos para venda, nos termos da NCRF 8 (ativos não correntes cuja intenção subjacente à detenção foi alterada para detenção para venda). Anota-se ainda que a classificação como ativo não corrente detido para venda tem como consequência a cessação da depreciação.

[246] Tendo como referência as 131 entidades com valores financeiros comparáveis

[247] No universo das 131 entidades utilizadas para efeitos de comparabilidade.

Gráfico 4.3 – Estrutura do Capital próprio entre 2020 e 2025 (131 empresas)



Quadro 4.14 – Evolução do Capital próprio[248]

Unidade: euros

Componentes do Capital Próprio	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Var. % 24–25
Capital subscrito + ações (quotas próprias)	800 181 327	805 629 816	803 764 619	776 316 604	777 889 349	781 119 299	0,4%
Outros instrumentos de capital próprio	42 598 827	42 957 524	48 241 141	48 924 195	48 820 183	49 595 173	1,6%
Prémios de emissão	4 707 330	4 707 330	4 707 330	4 707 330	4 707 330	4 707 330	0,0%
Reservas	102 976 983	108 288 957	112 526 442	116 528 847	117 873 764	136 958 756	16,2%
Resultados transitados	−48 417 252	−47 812 219	−35 522 964	20 001 448	3 243 358	13 077 081	303,2%
Excedentes de revalorização	79 866 526	75 630 530	77 036 681	49 052 056	51 902 147	53 444 995	3,0%
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	453 839 813	492 746 215	504 307 781	518 682 234	579 933 174	638 586 513	10,1%
Resultado líquido do período	8 273 567	28 068 057	39 152 637	43 723 850	44 365 860	45 202 338	1,9%
Total	**1 444 027 122**	**1 510 216 208**	**1 554 213 667**	**1 577 936 566**	**1 628 735 166**	**1 722 691 483**	**5,8%**

[248] Recorda-se que os valores apresentados neste mapa, para efeitos de comparabilidade no período em causa, agregam os montantes registados pelas 131 entidades em relação às quais foi possível obter informação financeira homogénea para o conjunto destes seis anos. Todavia, como vem explicado no início deste capítulo, face à representatividade destas 131 entidades (93%) das 141 entidades das quais se obtiveram dados financeiros), considera-se extensíveis a todo o SEL as conclusões deduzidas a partir deste grupo de empresas municipais.

Continuando a observar o Quadro 4.14, relativo à evolução e composição do Capital próprio, nota-se, ainda, em relação a 2025:

- O item **Capital Subscrito**[249] tem sido a componente de Capital Próprio de maior valor, correspondendo a 45,3% do mesmo, totalizando o montante de 781,1 milhões de euros, isto é, +0,4%, em relação ao ano anterior;
- Contudo, se considerarmos os valores obtidos pelo conjunto das contas apuradas **para as 141 EM's, o valor total do Capital Próprio será de 1 923,5 milhões de euros** (Quadro 4.4) e, o peso do **Capital Subscrito será de 47%, apresentando o valor total de 903,1 milhões de euros;**
- É de realçar o peso elevado do item **Ajustamentos / Outras variações no capital próprio**[250], cujo montante total, considerando o universo de 131 entidades empresariais, foi de 638,6 milhões de euros, representando 37,1% do total do Capital Próprio e com o acréscimo, já suprarreferido, de +10,1% (+58,6 milhões de euros);
- O **Resultado Líquido do período**, em 2025, do conjunto das 131 entidades empresariais com valores comparáveis, cresceu apenas +1,9% (+836 milhares de euros) em relação ao ano anterior, ao apresentar o montante de 45,2 milhões de euros. O peso do Resultado líquido no total do capital próprio das 131 entidades foi de 2,6%;
- Os **Resultados Transitados** apresentaram a valorização já referida de +303,2% (+9,8 milhões de euros) e o total de 13,1 milhões de euros em 2025. **Contudo, se considerarmos o conjunto das 141 EM's o total desta rubrica para 2025 apresenta-se com o valor de 23 milhões de euros;**
- Finalmente, refere-se que o valor das **Reservas** variou positivamente, tendo crescido +16,2% (+19,1 milhões de euros), ao apresentar o montante de 136,9 milhões de euros. **Considerando o conjunto das 141 EM's o total desta rubrica para 2025 apresenta-se com o valor de 138,8 milhões de euros.**

4.1.2.4. Estrutura e evolução do Passivo

A análise conjunta do Gráfico 4.4 e do Quadro 4.15 permitirá concluir quanto à estrutura e evolução do Passivo do SEL:

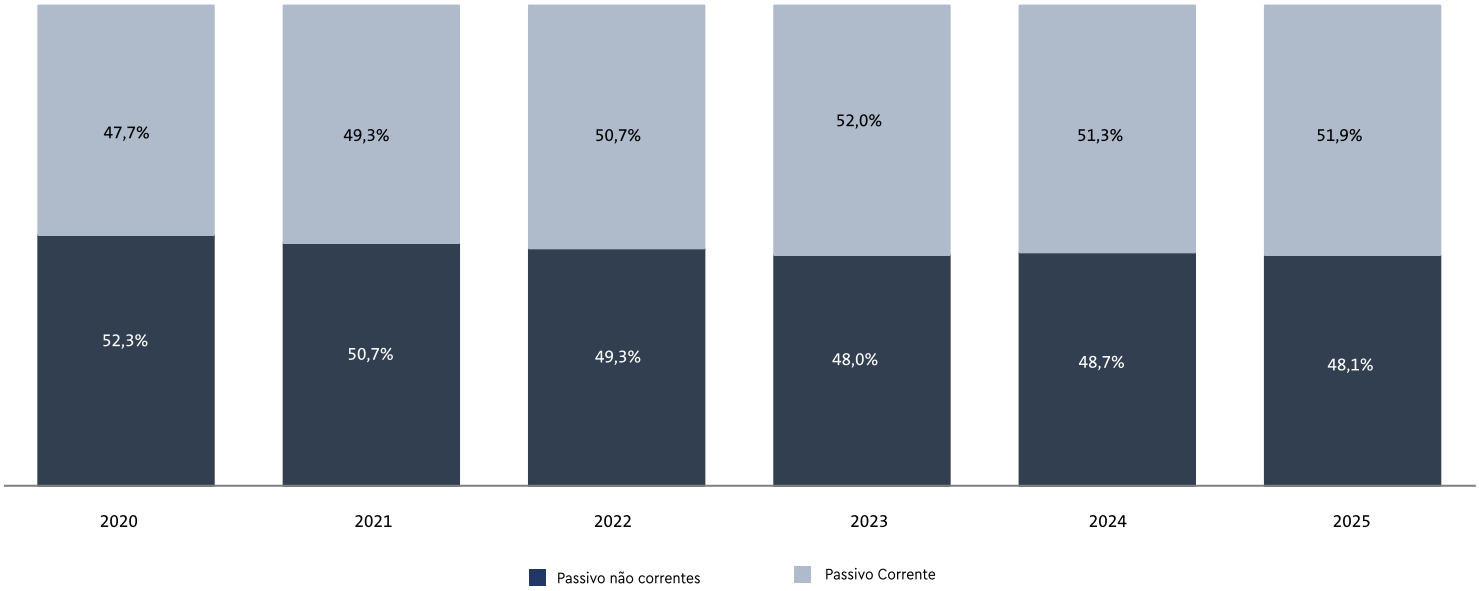
- No universo do SEL das 131 entidades comparáveis, o **Passivo Total** aumentou +3,8% (+50,2 milhões de euros), ao totalizar 1 387,1 milhões de euros, em 2025. Mais se verificou que para este acréscimo concorreu o aumento de valor do **Passivo Corrente** em +33,4 milhões de euros (+4,9%), tendo o **Passivo Não Corrente** crescido +2,6% (+16,8 milhões de euros);
- O peso do **Passivo Não Corrente** (passivo de médio e longo prazo) e do **Passivo Corrente** (passivo de curto prazo) foi alternado ao longo do período em análise. No biénio 2020/ 2021 o primeiro pesou mais no Passivo Total, mas a partir de 2023 a situação inverteu-se, passando o **Passivo Corrente** a representar maior peso no **Passivo Total**, apresentando em 2025, um peso superior em 3,8 pp ao peso do **Passivo Não Corrente que assinalou o peso de 48,1% e o Passivo Corrente, o peso de 51,9%;**
- Considerando o universo das 131 entidades com valores comparáveis, o montante assinalado em dezembro de 2025 de **Passivo Corrente,** foi de 719,8 milhões de euros e o de **Passivo Não Corrente** foi de 667,4 milhões de euros;

[249] A este item foi expurgado, em sede de implementação do SNC, o saldo da conta 261 – Acionistas c/ subscrição ou 262 – Quotas não liberadas, passando a evidenciar, apenas, o valor do capital subscrito e realizado contrariamente ao que acontecia no POCP.

[250] A adoção do SNC provocou um grande impacto nos itens do Capital próprio das entidades do SEL, aumentando de forma significativa os seus capitais próprios pela inclusão dos subsídios ao investimento atribuídos às empresas em Ajustamentos / outras variações do capital próprio, os quais, de acordo com o POC, eram classificados como rendimentos diferidos, apresentados no Passivo.

- Contudo, se considerarmos o total dos montantes recolhidos para as 141 entidades das quais obtivemos informação em 2025 (Quadro 4.4), verificou-se que o valor total em dezembro de 2025 de **Passivo Corrente** foi de 1 153,7 milhões de euros (63%do passivo total) e o de **Passivo Não Corrente** foi de 692,2 milhões de euros (37% do passivo total). Mais se verificou que para o conjunto destas 141 entidades, em 2025, o **Passivo Total cresceu 12,4%, o Passivo não Corrente aumentou 2,4% e o Passivo Corrente cresceu 19,4%;**
- Em 2025, o **Passivo Exigível** das 131 entidades do SEL cresceu +3,4% (+40,0 milhões de euros)[251] enquanto, no mesmo ano económico, o Passivo Exigível dos 308 municípios cresceu +5,8% (+280,2 milhões de euros).

Gráfico 4.4 – Estrutura do Passivo – 2020 a 2025 (131 empresas)



Quadro 4.15 – Estrutura e variação do Passivo entre 2020 e 2025

Unidade: euros

Componentes do Passivo	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Var. % 24-25
Passivo não corrente	**567 427 036**	**578 163 979**	**586 177 703**	**630 365 883**	**650 511 519**	**667 334 626**	**2,6%**
Passivo exigível não corrente	498 889 929	510 778 800	515 950 744	560 728 022	572 555 418	581 969 892	1,6%
Passivo corrente	**517 674 924**	**563 197 192**	**602 476 321**	**682 495 178**	**686 372 859**	**719 765 850**	**4,9%**
Passivo exigível corrente	476 390 122	518 249 541	552 843 523	623 009 783	620 631 358	652 118 765	5,1%
Total Passivo	**1 085 101 960**	**1 141 361 171**	**1 188 654 024**	**1 312 861 061**	**1 336 884 377**	**1 387 100 477**	**3,8%**
Total Passivo Exigível	975 280 051	1 029 028 341	1 068 794 268	1 183 737 805	1 193 186 775	1 234 088 657	3,4%

[251] Para as 141 entidades cresceu 13,5% (192,3 milhões de euros)

No Quadro 4.16, apresenta-se a composição do **Passivo Não Corrente** das 131 entidades consideradas para estudo e comparação dos valores globais do SEL, e das respetivas componentes do balanço e das variações estruturais mais relevantes entre 2020 e 2025.

Quadro 4.16 – Passivo não corrente (médio e longo prazo) das entidades empresariais entre 2020 e 2025

Unidade: euros

Componentes do Passivo não corrente	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Var. % 24-25
Fornecedores	326 492	0	0	0	17 030	73 616	332,3%
Provisões	41 967 971	39 556 179	42 686 551	40 973 780	44 939 209	49 587 424	10,3%
Financiamentos obtidos	390 147 120	389 626 564	377 765 212	411 117 542	416 251 750	415 651 646	-0,1%
Acionistas/Sócios	0	0	0	0	0	0	--
Estado e outros Entes Públicos	0	0	0	0	0	0	--
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	10 664 903	11 357 638	18 804 307	24 224 381	26 457 114	34 253 125	29,5%
Passivos por Impostos Diferidos	26 569 135	27 829 000	27 540 407	28 664 081	33 016 892	35 777 311	8,4%
Outras dívidas a Pagar	97 751 413	109 794 597	119 381 225	125 386 099	129 829 522	131 991 505	1,7%
Total	**567 427 036**	**578 163 979**	**586 177 703**	**630 365 883**	**650 511 519**	**667 334 626**	**2,6%**

Da análise do Quadro 4.16 sobre a constituição e evolução do **Passivo Não Corrente** do SEL, conclui-se que:

- Em 2025, 62,3% do **Passivo Não Corrente** era constituído por **Financiamentos Obtidos**, no total de 415,7 milhões de euros. Este valor traduziu uma descida de -600,1 milhares de euros (-0,1%) em relação a 2024. Contribuíram para esta descida as 55 entidades empresariais apresentadas no Quadro 4.17;
- Se considerarmos os valores obtidos das 141 entidades em 2025, conclui-se que o total dos **Financiamentos Obtidos** foi de 416,4 milhões de euros, e também apresentou um decréscimo de, -0,2% (-634,7 milhares de euros de euros). Neste caso contribuíram 56 entidades (mais uma que a referida na amostra de 131 empresas);
- Anota-se que, em 2025, 90 empresas municipais apresentaram **dívidas de médio e longo prazo**, sendo que, destas, 59 empresas apresentaram dívidas de médio e longo prazo a outros credores que não os bancos;
- Outro item que convém referir é o de **Outras Dívidas a Pagar**, que apresentou um pequeno acréscimo de +1,7% (+2,2 milhões de euros) ao totalizar 132 milhões de euros em 2025. No nosso entender, esta rubrica económica deveria apresentar um valor residual. No entanto, o seu peso na estrutura da dívida de médio e longo prazo foi ainda muito relevante, ao representar 19,8% do **Passivo Não Corrente.** Assinala-se que em Outras dívidas a pagar **os acréscimos** não cumprem a definição de passivo;
- Há a referir 2 itens do **Passivo Não Corrente** que continuaram a apresentar, em 2025, algum peso na estrutura deste Passivo, embora com importância distinta, face à natureza económica das mesmas: trata-se dos **Passivos por Impostos Diferidos** e das **Provisões**. Os primeiros, com o valor de 35,8 milhões de euros e representando 5,4% do **Passivo Não Corrente**, apresentaram um aumento de +8,4% (+ 2,7 milhões de euros), tendo as **Provisões** ao totalizarem 49,6 milhões de euros representado 7,4% do **Passivo Não Corrente**, e um acréscimo de +10,3% (+4,6 milhões de euros);
- Finalmente, será de referir o facto de, em 2025, se mantém registado, embora em valor muito diminuto (73,6 milhares de euros), **dívidas de médio e longo prazo a fornecedores**, situação que não aconteceu entre 2021 e 2023.

No Quadro 4.17, listam-se as 55 entidades empresariais que apresentaram aumento de valor de Empréstimos de Médio e Longo prazo em 2025, no grupo das 131 entidades analisadas, acrescendo a estas, mais uma entidade, nestas circunstâncias, pertencente à totalidade das 141 entidades observadas em 2025.

Todas as restantes entidades empresariais observadas apresentaram descida do valor de Empréstimos Obtidos de Médio e Longo Prazo em 2025.

Quadro 4.17 – Entidades com diminuição de valor em Financiamentos obtidos de MLP em 2025

Unidade: euros

	Entidade		Município	2024	2025	Diferença
1	EM SA	Águas de Gaia	Vila Nova de Gaia	21 057 785	17 042 699	–4 015 086
2	EM	AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	16 451 915	14 061 390	–2 390 524
3	EIM	Vimágua – Água e Saneamento de Guimarães e Vizela	Guimarães e Vizela	2 832 127	818 523	–2 013 605
4	EM	TUB - Transportes Urbanos de Braga	Braga	14 240 276	12 268 163	–1 972 114
5	EM	CMPEAE – Empresa de Águas e Energia do Município do Porto	Porto	1 861 111	0	–1 861 111
6	EIM	TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos	*1	120 670 927	119 200 199	–1 470 729
7	EIM SA	Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo	*2	19 684 703	18 513 369	–1 171 334
8	EM SA	Cascais Próxima	Cascais	10 533 409	9 530 529	–1 002 881
9	EIM SA	ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara	*3	7 460 809	6 514 984	–945 824
10	EM SA	GEBALIS – Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa	Lisboa	3 653 333	2 740 000	–913 333
11	EIM SA	Águas do Interior Norte	*4	25 025 715	24 131 579	–894 136
12	EM SA	Termalistur – Termas	São Pedro do Sul	5 687 406	4 832 015	–855 391
13	EM SA	Águas de Santarém	Santarém	8 053 581	7 198 951	–854 630
14	EM SA	Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	Lisboa	14 259 875	13 454 875	–805 000
15	EM	AC, Águas de Coimbra	Coimbra	1 333 333	666 667	–666 667
16	EM	Empresa Municipal de Ambiente do Porto	Porto	8 230 454	7 580 320	–650 134
17	EEM	ICOVI – Infraestruturas e Concessões	Covilhã	1 682 018	1 074 992	–607 027
18	EM SA	Praia Ambiente	Praia da Vitória	3 091 831	2 625 825	–466 006
19	EIM SA	APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior	*5	9 012 225	8 561 254	–450 971
20	EM SA	Cascais Envolvente – Gestão Social da Habitação	Cascais	493 000	42 159	–450 841
21	EM	Ambifaro-Gestão de Equipamentos Municipais	Faro	7 690 759	7 289 865	–400 894
22	EEM	Fesnima – Animação de Olhão	Olhão	3 423 144	3 027 363	–395 781
23	EM SA	Coliseu Micaelense – Soc. Prom. Eventos Culturais	Ponta Delgada	1 192 780	820 463	–372 318
24	SA	Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense	Porto	5 156 250	4 812 500	–343 750
25	EM	Penafiel Verde – Entidade Empresarial Local	Penafiel	1 941 890	1 633 971	–307 919
26	EM SA	Vitrus Ambiente	Guimarães	983 531	690 913	–292 618
27	EM SA	Giatul – Gestão de Infra-Estruturas em Actividades Turísticas	Mafra	1 183 864	930 462	–253 402
28	EM	TrofAmbiente	Trofa	3 445 077	3 215 409	–229 668
29	EM SA	SDVF – Soc. Desenvolvimento Habitação Social de Vila Franca do Campo	*6	1 202 822	994 015	–208 807
30	EIM	TERAMB – Emp. Mun. Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira	*7	1 953 319	1 755 827	–197 492
31	EIM SA	ECOBEIRÃO – Soc. Tratamento de Resíduos Sólidos do Planalto Beirão	*8	168 324	0	–168 324
32	EM	Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património	Maia	456 449	301 059	–155 390
33	EM SA	EMEL – Empresa Pública Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa	Lisboa	361 177	209 179	–151 998
34	EM	HABEVORA – Gestão habitacional	Évora	1 625 422	1 476 048	–149 373
35	EEM	Urbhorta – Construção, Gestão, Exploração de Projetos Desenv. Empresarial	Horta	1 284 429	1 145 572	–138 857
36	EM	FAGAR – Faro Gestão de Águas e Resíduos	Faro	327 750	189 757	–137 993
37	EM SA	Loulé Concelho Global	Loulé	237 642	143 836	–93 805
38	EIM	GESAMB – Gestão Ambiental e de Resíduos	*9	1 224 677	1 143 380	–81 297
39	EIM SA	Parkurbis, Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã	*10	1 424 159	1 356 216	–67 943
40	EIM	Resíduos do Nordeste	*11	65 287	0	–65 287
41	EM SA	Nordeste Activo	Nordeste	1 419 238	1 354 904	–64 334
42	EEM	ESPOSENDE 2000 – Actividades Desportivas e Recreativas	Esposende	54 170	0	–54 170
43	EM SA	Parques Tejo – Parqueamentos de Oeiras	Oeiras	209 193	155 923	–53 270
44	EM	Maiambiente	Maia	155 417	115 831	–39 586

		Entidade	Município	2024	2025	Diferença
45	SA	VISEUNOVO – SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu	Viseu	197 220	157 776	–39 444
46	EM SA	TUMG – Transportes Urbanos	Marinha Grande	96 029	69 415	–26 615
47	EEM	EMAS – Empresa Municipal de Água e Saneamento de Beja	Beja	3 505 231	3 480 458	–24 773
48	EM SA	Infralobo – Empresa de Infra-Estruturas	Loulé	157 818	139 864	–17 955
49	EM	Promotorres – Promoção de Eventos e Gestão de Equipamentos	Torres Vedras	37 346	21 729	–15 618
50	EM	Palmela Desporto – Gestão de Espaços e Equipamentos Desportivos	Palmela	26 276	12 014	–14 262
51	EIM	Ecolezíria -Tratamento de Resíduos Sólidos	*12	13 616	0	–13 616
52	EM SA	AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento Alcanena	Alcanena	22 351	11 115	–11 237
53	EM SA	RIBEIRAPERA-Sociedade para o Desenvolvimento de Castanheira de Pera	Castanheira de Pera	182 689	172 524	–10 165
54	EM	Carnes de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carnes	Vinhais	9 259	0	–9 259
55	EM	EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave	Póvoa de Lanhoso	5 003	0	–5 003
		Total do SEL – 131 empresas		**416 251 750**	**415 651 646**	**–600 104**
56	EM SA	Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira	Santa Maria da Feira	138 552	103 914	–34 638
		Total do SEL – 141 empresas		**416 390 303**	**415 755 560**	**–634 742**

*1 – AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos
*2 – Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar e Vila Nova da Barquinha
*3 – Mira, Montemor-o-Velho e Soure
*4 – Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real
*5 – Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares
*6 – Vila Franca do Campo: Vila Solidária – Empresa Municipal de Habitação Social E.M.
*7 – Angra do Heroísmo e Praia da Vitória
*8 – Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua, Tondela, AMRPB – Associação de Municípios da Região Planalto Beirão (82,9%)
*9 – CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa) – 60%
*10 – Covilhã, Belmonte e Manteigas
*11 – Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Vila Flor, Vimioso, Vinhais, Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos
*12 – RESIURB – Associação de Municípios para o Tratamento de resíduos Sólidos (Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche e Salvaterra de Magos)

No Quadro 4.18, apresenta-se a desagregação do **Passivo Corrente** (dívidas a pagar a curto prazo) pelas suas diferentes componentes, no universo das 131 entidades empresariais com contas analisadas no período entre 2020 e 2025, bem como a respetiva variação no ano de 2025, dentro deste grupo de entidades:

- Assim, em 2025, as componentes com maior peso no **Passivo Corrente** foram: **Outras Dívidas a Pagar**[252], com o peso de 49,6% e o montante registado de 357,2 milhões de euros, traduzindo um acréscimo de +18,0% (+54,5 milhões de euros); **Financiamentos Obtidos**, com o peso de 10,6%, no montante de 76,2 milhões de euros, apresentando um decréscimo de valor de -15,2% (-13,7milhões de euros); **Fornecedores**, com o peso de 22,3% e um acréscimo de valor de +17,32% (+23,6 milhões de euros), ao registar o montante de 160,3 milhões de euros;

- Os **Diferimentos**, ao registarem o valor de 67,6 milhões de euros, e ao terem apresentado uma subida de +2,9% (+1,9 milhões de euros), mantêm algum impacto no **Passivo Corrente**, representando, neste ano, 9,4% do mesmo. Este item apesar de apresentar variações bas-

[252] É importante assinalar o peso de acréscimos, em Outras Dívidas a Pagar, pelo facto de os acréscimos não cumprirem a definição de passivo, aplicando-se aqui o caso da problemática da periodização relacionada com valores correspondentes a férias e a subsídio de férias.

tante irregulares, tem contribuído para o acréscimo do montante global de Passivo Corrente, pese embora o seu valor não seja, por regra, passivo exigível[253]. Deve-se referir que, tal como os acréscimos, os diferimentos não cumprem a definição de passivo.

Quadro 4.18 – Evolução do Passivo corrente das entidades empresariais

Unidade: euros

Componentes do Passivo corrente	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Var. % 24-25
Credores p/ transferências e subsídios concedidos	1 572 157	437 883	811 179	606 982	1 135 118	4 202 222	270,2%
Fornecedores	119 101 603	121 951 234	125 503 409	149 481 267	136 676 180	160 284 645	17,3%
Adiantamentos de clientes	15 215 003	14 850 736	16 562 763	18 870 309	15 683 793	13 443 287	-14,3%
Estado e outros entes públicos	19 008 259	26 812 207	30 103 413	26 914 454	28 980 090	29 650 358	2,3%
Acionistas/Sócios	11 991 659	11 979 772	12 589 808	46 701 950	45 061 530	9 537 223	-78,8%
Financiamentos obtidos	77 195 917	82 549 423	80 140 661	83 590 531	89 852 444	76 198 899	-15,2%
Fornecedores de investimentos	262 503	108 531	669 232	203 259	399 205	1 078 939	170,3%
Outras dívidas a pagar	231 526 156	259 441 470	286 115 491	296 253 135	302 663 938	357 207 113	18,0%
Diferimentos	41 284 802	44 947 651	49 632 798	59 485 395	65 741 501	67 647 085	2,9%
Outros passivos financeiros	516 866	118 286	347 567	387 895	179 061	516 079	188,2%
Total	**517 674 924**	**563 197 192**	**602 476 321**	**682 495 178**	**686 372 859**	**719 765 850**	**4,9%**

No Quadro 4.19, listam-se as 38 empresas, das 141 entidades do SEL analisadas, com aumento de empréstimos de curto prazo (financiamentos correntes a curto prazo), sendo as mesmas que constam do grupo das 131 entidades e, com valores comparáveis entre 2024 e 2025.

[253] Salvo numa situação de incumprimento dos projetos com financiamento comunitário suscetíveis de sanções e, ou, consequente devolução das verbas recebidas.

Quadro 4.19 – Entidades com diminuição no item Financiamentos obtidos do Passivo corrente entre 2024 e 2025

Unidade: euros

		Entidade	Município	2024	2025	Diferença
1	EM	Cascais Próxima	Cascais	11 279 733	2 821 610	−8 458 123
2	EM	Ambisousa – Empresa Intermun. Tratamento e Gestão Resíduos Sólidos	*1	6 489 133	750 872	−5 738 261
3	EM	AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	12 525 673	7 995 247	−4 530 426
4	EM	Fesnima – Animação de Olhão	Olhão	2 060 087	319 412	−1 740 675
5	EM	EPF – Ensino Profissional de Felgueiras	Felgueiras	1 200 119	0	−1 200 119
6	EM SA	BRAGAHABIT - Habitação	Braga	1 568 237	416 947	−1 151 291
7	EM	Termalistur – Termas	São Pedro do Sul	2 428 395	1 616 100	−812 295
8	EEM	TUB - Transportes Urbanos de Braga	Braga	7 642 088	6 871 313	−770 775
9	Soc.	EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave	Póvoa de Lanhoso	1 089 868	458 816	−631 052
10	EEM	Tavira Verde – Ambiente	Tavira	1 343 265	858 955	−484 310
11	EM	EMEL- Empresa Pública Municipal Mobilidade e Estacionamento de Lisboa	Lisboa	532 649	148 497	−384 152
12	EM SA	Águas de Santarém	Santarém	1 211 680	832 368	−379 313
13	EM SA	CMPEAE – Empresa de Águas e Energia do Município do Porto, E. M.	Porto	339 489	6 516	−332 972
14	EM SA	Águas de Gaia	Vila Nova de Gaia	5 042 986	4 782 843	−260 143
15	EM	AMBIOLHÃO-Empresa Municipal de Ambiente de Olhão	Olhão	3 671 979	3 419 376	−252 603
16	EM	Prazilandia -Turismo e Ambiente	Castanheira de Pêra	175 000	0	−175 000
17	EM SA	Praia Ambiente	Praia da Vitória	644 002	470 452	−173 550
18	EM	ECOBEIRÃO – Soc. Tratamento de Resíduos Sólidos do Planalto Beirão	*2	166 724	0	−166 724
19	EM	Centro de Estudos e Formação Prof. Diogo Dias Melgaz (Escola Profiss. Cuba)	Cuba	164 000	0	−164 000
20	EM	Penafiel Verde – Entidade Empresarial Local	Penafiel	401 493	267 291	−134 202
21	EM SA	Vitrus Ambiente	Guimarães	418 516	287 471	−131 045
22	EM	TERAMB – Emp. Mun. Gestão e Valoriz. Ambiental Ilha Terceira	*3	401 112	309 246	−91 866
23	EEM	ICOVI – Infraestruturas e Concessões	Covilhã	473 211	406 000	−67 211
24	EM	Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património	Maia	307 090	243 134	−63 956
25	EM SA	Resíduos do Nordeste	*4	126 885	65 287	−61 598
26	EM	APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior , EIM, SA	*5	556 388	507 242	−49 146
27	EM	Loulé Concelho Global	Loulé	145 235	97 591	−47 644
28	EM SA	Coliseu Micaelense – Soc. Prom. Eventos Culturais	Ponta Delgada	401 809	365 103	−36 706
29	EM SA	Gesloures – Gestão de Equipamentos Sociais	Loures	120 000	100 000	−20 000
30	EM SA	EMEC – Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos	Barcelos	900 000	882 636	−17 364
31	EM	Herdade da Contenda	Moura	5 000	0	−5 000
32	EM	EAMB – Esposende Ambiente	Esposende	9 910	6 013	−3 897
33	EM SA	Giatul – Gestão de Infra-Estruturas em Actividades Turísticas	Mafra	353 615	350 446	−3 169
34	EIM	Promotorres – Promoção de Eventos e Gestão de Equipamentos	Torres Vedras	17 065	15 583	−1 481
35	EIM SA	Nordeste Activo	Nordeste	58 238	57 685	−552
36	EIM	Loures Parque – Estacionamento	Loures	29	−185	−213
37	EIM	Maiambiente	Maia	38 519	38 423	−97
38	EIM SA	InvestBraga – Agência para a Dinamização Económica	Braga	983	896	−86
		Total do SEL – 131 empresas		**89 852 444**	**76 198 899**	**−13 653 545**
		Total do SEL – 141 empresas		**89 891 060**	**76 240 147**	**−13 650 913**

*1 – Associação de Municípios do Vale do Sousa (Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel)

*2 – Carregal do Sal (2%), Mortágua (2%), Santa Comba Dão (2%), Tábua, Tondela (2%), AMRPB – Associação de Municípios da Região Planalto Beirão (82,9%)

*3 – Angra do Heroísmo (60,0%) e Praia da Vitória (40,0%)

*4 – Alfândega da Fé, Bragança (23,12%), Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros (11,9%), Miranda do Douro (4,89%), Mirandela (16,92%), Vila Flor (4,75%), Vimioso (3,05%), Vinhais (5,93%), Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos (22%)

*5 – Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares.

Apresentam-se a seguir dois *rankings*: o *ranking* R100, com a listagem das 35 entidades empresariais com menor Passivo Exigível e o *ranking* R101, com a listagem das 35 entidades empresariais com maior Passivo Exigível.

R100 – Entidades do SEL com menor Passivo Exigível[254] em 2025

Unidade: euros

	Entidade		Município	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	EM	Aveiro Expo – Parque de Exposições	Aveiro	66 443	73 900	121 958	140 982	160 922	0
2	SA	CARRISBUS – Manutenção, Reparação e Transp.	Lisboa – Carris	0	2 878 357	2 422 356	2 166 798	2 815 550	6 500
3	EM	COMBANIMA – Espaços Municipais, EM	Santa Comba Dão	--	--	--	38 443	38 277	33 931
4	Lda.	Congida La Barca – Transp. Turísticos e Fluviais	Freixo Espada à Cinta	--	--	--	47 295	47 245	45 051
5	EM	Marina da Vila – Indústrias de Marinas e Recreio	Vila Franca do Campo	40 218	42 589	45 283	54 619	40 421	49 991
6	Soc.	Emp. Transportes Coletivos da Ilha Graciosa	Sta. Cruz da Graciosa	25 318	25 289	28 849	32 062	32 808	51 858
7	EM	Amadora Mobility	Amadora	--	--	--	--	4 109	62 375
8	EEM	Penafiel Activa	Penafiel	136 503	72 586	87 336	111 371	96 329	69 004
9	EIM SA	AGIT – Ag. Gestão Sist. Intermodal Reg. Coimbra	*1	--	--	--	--	0	73 737
10	EM	Vallis Habita – Gestão Empreend. Habitacionais	Valongo	92 578	101 358	118 273	71 256	84 121	100 255
11	EM	Habitar S. João – Habitação	São João da Madeira	82 324	70 796	77 641	80 653	105 828	112 224
12	EM	Prazilandia -Turismo e Ambiente	Castanheira de Pera	124 787	118 120	407 867	278 064	781 744	135 229
13	EM	Amadora Inovation	Amadora	220 114	90 010	111 366	236 617	164 506	150 834
14	EM	Penaparque 2 – Gestão e Promoção de Equip.	Penacova	46 991	38 882	45 111	47 846	52 131	151 254
15	EM	EMPDS-Promoção e Desenvolvimento Social	Belmonte	112 188	122 462	109 841	118 271	146 812	155 991
16	EM	Carnes de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carnes	Vinhais	149 907	145 891	124 868	129 821	126 682	157 710
17	EM	Herdade da Contenda	Moura	123 717	356 834	215 516	395 377	237 799	176 069
18	EM	Lousada Seculo XXI – Ativ. Desportivas e Recreat.	Lousada	274 252	238 864	244 061	174 191	157 385	185 718
19	EEM	Pmugest – Pombal Manutenção Urbana	Pombal	412 548	447 733	300 333	232 533	525 891	200 844
20	EM	Mercados de Olhão	Olhão	64 683	133 851	59 316	88 213	84 354	201 115
21	Soc.	Centro Estudos e Formação Prof. Diogo Dias Melgaz (Escola Prof. Cuba)	Cuba	431 820	421 664	300 527	194 871	360 370	204 379
22	EM SA	RIBEIRAPERA – Soc. Desenv. Castanheira de Pera	Castanheira de Pera	39 405	52 472	48 720	240 369	218 967	208 874
23	EM SA	Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira	Santa Maria da Feira	--	--	372 314	301 993	235 057	245 507
24	EM	Sociohabitafunchal, Empresa Mun. de Habitação	Funchal	265 378	286 675	267 679	263 259	296 852	280 059
25	EM SA	ALBIGEC – Gest. Equip. Culturais, Desport. e Lazer	Castelo Branco	116 696	119 088	186 912	327 749	272 007	314 168
26	EEM	CASFIG – Coordenação das Habitações	Guimarães	323 037	240 139	229 911	284 217	277 199	317 493
27	EEM	Varzim Lazer	Póvoa de Varzim	206 443	249 338	258 741	404 893	328 777	345 993
28	EM SA	Teatro José Lúcio da Silva, E.M., S.A	Leiria	155 906	305 354	320 375	387 667	131 080	361 156
29	EM	Loures Parque – Estacionamento	Loures	211 588	58 053	218 965	212 903	228 021	373 455
30	EM	Ribeira da Teja – Produção de Energia Elétrica	Vila Nova de Foz Côa	486 184	268 629	286 467	570 471	585 549	382 281
31	SA	VISEUNOVO – SRU – Soc. Reabilit. Urbana de Viseu	Viseu	615 057	450 765	972 499	429 723	311 047	395 797
32	EEM	ESPOSENDE 2000 – Atividades Desport. e Recreat.	Esposende	581 888	517 479	504 506	417 478	422 565	396 609
33	EM	Frente MarFunchal, Gest. e Explor. Espaços Púb.	Funchal	1 860 170	1 839 650	514 591	535 033	382 978	418 811
34	EM	Palmela Desporto – Gest. Espaços e Equip. Desport.	Palmela	428 362	376 787	369 608	438 386	440 934	483 092
35	EM SA	GEMC – Gestão de Equip. do Município de Chaves	Chaves	652 211	555 635	292 844	411 249	284 569	532 184

*1 – Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (Arganil, Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Góis, Lousã, Mealhada, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Mortágua, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure, Tábua, Vila Nova de Poiares) – 100%

[254] Passivo exigível = Passivo não corrente + Passivo Corrente – Provisões – Diferimentos – Passivos por impostos diferidos.

R101 – Entidades do SEL com maior Passivo Exigível em 2025

Unidade: euros

	Entidade		Município	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	EMT SA	TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa	Área Metropol. Lisboa	0	32 444 341	22 212 618	14 926 998	204 598 443	354 124 075
2	EIM	TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos	*1	155 445 427	151 927 938	150 123 166	146 407 541	143 480 323	145 647 344
3	EM SA	Companhia Carris de Ferro de Lisboa	Lisboa	52 913 150	75 400 540	80 588 474	107 417 832	77 748 347	86 899 512
4	EM	AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	69 074 239	69 281 114	71 571 686	76 773 285	77 901 139	79 160 981
5	EIM	MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente	*2	3 544 651	5 337 901	7 435 465	27 517 459	44 710 905	49 457 778
6	EM SA	Águas de Gaia	Vila Nova de Gaia	49 969 786	51 290 021	47 349 518	45 235 984	45 052 081	41 522 936
7	EIM	Águas do Ribatejo, EIM,SA	*3	35 709 333	36 587 428	36 182 056	39 417 744	39 091 743	40 675 981
8	EM	TUB - Transportes Urbanos de Braga	Braga	16 581 488	21 780 273	18 490 831	44 805 213	41 070 291	38 427 048
9	EM SA	Lisboa Ocidental, SRU, Soc. Reabilitação Urbana	Lisboa	35 139 033	41 291 290	41 290 627	43 340 497	43 253 648	36 335 300
10	EIM SA	APIN – EIM da Ambiente do Pinhal Interior	*4	8 634 960	12 521 849	22 168 674	36 627 166	34 698 834	36 215 282
11	EIM SA	Águas do Interior Norte	*5	14 639 253	21 023 743	25 941 128	36 108 833	35 584 952	34 170 657
12	EIM	Vimágua – Água e Saneam. Guimarães e Vizela	Guimarães e Vizela	27 141 586	25 723 130	25 280 561	25 342 230	28 881 875	31 300 282
13	EM	CMPEAE – Emp. Águas e Energia Município Porto	Porto	31 374 897	30 744 172	35 318 210	33 515 415	33 014 715	31 042 396
14	EIM SA	Tejo Ambiente – EIM de Ambiente do Médio Tejo	*6	12 327 505	17 775 546	23 730 777	31 164 966	28 980 762	27 200 395
15	EM SA	EMEL – Emp. Pub. Mun. Mobilid e Estac. Lisboa	Lisboa	28 367 745	32 099 005	30 955 866	31 952 814	27 449 697	22 240 775
16	EM	ADC – Águas da Covilhã	*7	15 556 316	15 854 432	15 288 063	16 571 823	17 986 908	20 249 327
17	EM SA	Cascais Próxima	Cascais	10 930 256	18 246 306	20 834 938	17 537 325	25 523 370	19 311 401
18	EM SA	Águas de Santarém	Santarém	22 834 499	23 125 091	22 219 336	21 210 765	19 939 268	19 029 951
19	EM	Tavira Verde – Ambiente	Tavira	13 798 224	13 415 755	14 579 671	13 234 468	14 316 313	18 803 271
20	EIM SA	STCP – Soc. Transportes Coletivos do Porto	*8	0	21 338 063	17 727 967	18 414 316	18 989 898	18 127 074
21	EM SA	EGEAC – Gestão de Equipa. e Animação Cultural	Lisboa	10 500 364	11 662 662	10 750 900	11 984 927	13 217 733	16 678 236
22	EM	AMBIOLHÃO-Emp. Municipal Ambiente de Olhão	Olhão	11 003 315	11 283 900	12 384 811	13 358 161	15 026 555	16 351 342
23	EIM	Ambisousa – EIM Trat. e Gest. Resíduos Sólidos	*9	3 468 222	3 901 587	5 104 831	4 508 366	12 041 431	16 249 534
24	EM SA	GEBALIS – Gestão Bairros Municipais de Lisboa	Lisboa	17 335 989	16 174 641	15 564 269	17 767 805	17 034 713	16 010 855
25	EM SA	EMAC – Empresa Mun. de Ambiente de Cascais	Cascais	6 730 663	7 301 977	7 541 781	7 938 962	10 626 576	15 380 857
26	EM	AC, Águas de Coimbra	Coimbra	30 122 855	17 486 680	18 198 084	13 763 784	13 852 316	14 689 586
27	EM	HABEVORA – Gestão habitacional	Évora	12 683 058	12 562 007	12 389 151	12 386 704	13 586 115	14 098 483
28	EIM	AMBILITAL – Investimentos Ambientais no Alentejo	*10	2 684 412	4 031 164	5 785 914	5 315 834	8 495 122	13 836 574
29	EM	Empresa Municipal de Ambiente do Porto	Porto	9 170 777	8 203 636	9 108 220	7 552 092	14 804 505	13 819 802
30	EIM SA	ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara	*11	2 320 710	6 722 962	10 865 236	12 722 419	13 077 091	13 324 818
31	EIM	Resialentejo – Trat. e Valorização de Resíduos	*12	7 038 939	6 878 628	7 360 494	9 253 927	8 789 577	12 365 226
32	EM SA	INOVA – Emp. Desenv. Econ. e Soc. Cantanhede	Cantanhede	6 937 722	7 298 823	7 797 244	7 791 220	9 037 639	12 155 764
33	SA	Porto Vivo, SRU-Soc. Reab. Urb. Baixa Portuense	Porto	11 108 067	10 774 373	9 374 806	9 459 555	10 549 713	11 498 510
34	EIM SA	RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos	*13	12 319 077	12 826 683	13 198 300	11 010 250	10 336 593	11 118 726
35	EIM SA	ECOBEIRÃO – Soc. Trat. Resíd. Sól. Planalto Beirão	*14	11 433 358	9 224 916	12 315 084	11 115 518	9 524 838	10 872 928

*1 – AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos

*2 – AMISM – Associação de município da Ilha de São Miguel (Lagoa, Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo)

*3 – Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos e Torres Novas

*4 – Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares.

*5 – Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real

*6 – Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar e Vila Nova da Barquinha

*7 – Covilhã – ICOVI – Infra-estruturas e Concessões da Covilhã, E.M.

*8 – Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo, Vila Nova de Gaia

*9 – Associação de Municípios do Vale do Sousa (Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel)

*10 – AMAGRA – Associação de Municípios Alentejanos (Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém, Sines, Aljustrel e Ferreira do Alentejo) – 51%

*11 – Mira, Montemor-o-Velho e Soure

*12 – Almodôvar, Barrancos, Beja, Castro Verde, Mértola, Moura, Ourique e Serpa.

*13 – Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha.

*14 – Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua, Tondela, AMRPB – Associação de Municípios da Região Planalto Beirão

4.1.3. Rendimentos, Gastos e Resultados das entidades do SEL

4.1.3.1. Evolução dos rendimentos e ganhos e dos gastos e perdas

Embora este ponto do anuário se refira a entidades de natureza empresarial, as mesmas são entidades que prosseguem fins de natureza pública e que foram criadas por autarquias ou são participadas maioritariamente por estas, tendo na maior parte das situações recebido das mesmas, competências delegadas. Assim, embora o resultado líquido do período seja um indicador fundamental para aferição da sustentabilidade económica das empresas, o seu nível não pode ser tomado, isoladamente, como elemento comparativo da eficiência e eficácia das entidades em apreço. **Os resultados obtidos com os outputs gerados pela atividade das entidades empresariais do setor local deveriam ser os elementos reveladores do grau de satisfação das necessidades públicas que as mesmas perseguem e os indicadores fundamentais da sua eficácia e eficiência**[255].

De qualquer modo, faz-se notar que, em 2025, o SEL nas condições de análise supramencionadas e considerando um universo de 141 entidades em 162 existentes, isto é, uma amostra de 87,0% do universo total, obteve um Resultado Líquido positivo no valor de 50,1 milhões de euros, sendo que, em termos de análise comparativa, **se consideram os dados globais de apenas 131 entidades empresariais para as quais se obtiveram dados comparáveis, para o período de 2020/2025. Nesta situação considerou-se como Resultado Líquido global para 2025 o valor de 45,2 milhões de euros, tendo representado este valor, um ligeiro acréscimo de +836,5 milhares de euros (+1,9%) em relação ao ano anterior.**

No Quadro 4.20, é apresentada a variação dos rendimentos e dos gastos das entidades empresariais locais objeto da análise deste anuário. A observação do mesmo, torna percetível a necessidade de se avaliar a evolução dos resultados económicos através da análise dos resultados antes das depreciações e das amortizações, dos gastos de financiamento e dos impostos e através da análise dos resultados operacionais.

Em 2025, o volume do **Resultado antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos** cresceu, apenas, +1,7% (+4,0 milhões de euros), ao totalizar o valor de 233,1 milhões de euros, o inverso aconteceu ao **Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)**, que evidenciou uma diminuição significativa de -8,2% (-6,6 milhões de euros), ao apresentar o valor de 73,5 milhões de euros.

O **Resultado antes de Impostos**, em 2025, ao registar o valor global de 58,3 milhões de euros, baixou, também, -1,7% (- 991,6 milhares de euros).

[255] Este anuário não pode ser o espaço para avaliar estes *outputs*, pois tal abordagem exige muita informação que não está disponível ou que nunca foi recolhida.

Quadro 4.20 – Desagregação dos rendimentos e gastos das entidades empresariais pelas suas diferentes componentes (131 entidades)

Unidade: euros

Componentes de Gastos e Rendimentos	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Var. % 24-25
Impostos, contribuições e taxas	3 729 857	5 259 936	13 763 253	5 395 159	6 418 973	6 281 724	-2,1%
Vendas e serviços prestados	833 295 022	971 340 950	1 072 093 753	1 214 694 589	1 317 497 110	1 396 673 171	6,0%
Subsídios à exploração	196 429 820	222 648 597	193 925 347	223 123 403	248 624 561	277 343 005	11,6%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-5 771 083	-2 390 869	10 770 129	2 075 506	1 351 873	-416 581	-130,8%
Variação nos inventários da produção	-465 742	2 587 975	65 090	-2 500 649	1 186 834	-2 822 259	-337,8%
Trabalhos para a própria entidade	3 727 719	3 474 333	3 882 953	7 068 657	4 946 261	4 916 801	-0,6%
CMVMC	-79 971 078	-94 063 617	-100 573 263	-104 334 495	-104 109 047	-104 869 591	-0,7%
Fornecimentos e serviços externos	-473 335 668	-563 900 695	-606 032 384	-678 633 456	-777 428 411	-816 184 067	-5,0%
Gastos com o pessoal	-357 732 020	-385 437 173	-414 038 625	-471 073 179	-512 824 953	-564 458 091	-10,1%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-162 440	-134 695	217 059	-221 411	47 802	71 533	49,6%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-7 270 797	-6 638 893	-4 241 074	-2 931 635	-2 617 743	-4 917 723	-87,9%
Provisões (aumentos/reduções)	-2 424 232	-988 021	-4 226 181	-1 734 332	-3 861 191	-2 962 239	23,3%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis	-25 771	-237 678	-140 740	-13 767	-24 064	-49 100	-104,0%
Aumentos/reduções de justo valor	23 871	8 885	38 706	25 098	13 041	9 237	-29,2%
Outros rendimentos	56 557 702	62 910 124	62 595 522	67 914 032	99 531 885	95 079 536	-4,5%
Outros gastos	-25 337 372	-40 523 794	-35 660 296	-38 380 519	-45 618 782	-46 533 059	-2,0%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	141 267 789	173 915 367	192 439 251	220 473 000	233 134 149	237 162 298	1,7%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-119 163 932	-128 708 279	-133 375 591	-143 916 901	-152 715 127	-164 027 593	-7,4%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis	-89 504	-1 935 138	-1 113 737	-723 384	-274 351	413 954	250,9%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	22 014 353	43 271 950	57 949 922	75 832 716	80 144 670	73 548 658	-8,2%
Juros e rendimentos similares obtidos	313 195	164 012	537 836	2 298 648	3 500 522	2 840 344	-18,9%
Juros e gastos similares suportados	-8 367 363	-7 099 739	-8 136 263	-20 216 962	-24 332 753	-18 068 124	25,7%
Resultado antes de impostos	13 960 185	36 336 223	50 351 496	57 914 401	59 312 440	58 320 878	-1,7%
Imposto sobre o rendimento do período	-5 686 617	-8 268 167	-11 198 859	-14 190 551	-14 946 579	-13 118 540	12,2%
Resultado líquido do período	**8 273 567**	**28 068 056**	**39 152 637**	**43 723 850**	**44 365 860**	**45 202 338**	**1,9%**

Quadro 4.21 – Total dos rendimentos e gastos antes de impostos (131 entidades)

Unidade: euros

Gastos e Rendimentos	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Var. % 24-25
Total de rendimentos	1 094 077 187	1 268 394 814	1 357 889 649	1 522 595 092	1 683 118 862	1 783 629 304	6,0%
Total de gastos	1 080 117 003	1 232 058 591	1 307 538 154	1 464 680 690	1 623 806 423	1 725 308 426	6,3%
Resultado antes de impostos	13 960 185	36 336 223	50 351 496	57 914 401	59 312 440	58 320 878	-1,7%
Imposto sobre o rendimento do período	-5 686 617	-8 268 167	-11 198 859	-14 190 551	-14 946 579	-13 118 540	12,2%
Resultado líquido do período	**8 273 567**	**28 068 056**	**39 152 637**	**43 723 850**	**44 365 860**	**45 202 338**	**1,9%**

Da análise do Quadro 4.20 e do Quadro 4.21, acrescerá referir, em relação ao ano de 2025, para o universo das 131 entidades empresariais, o seguinte:

- Um **acréscimo dos Rendimentos** em +6,0% (+100,5 milhões de euros) originado, em grande parte, pelo **Acréscimo de Vendas e Serviços Prestados** em +79,2 milhões de euros (+6,0%) e, pelo acréscimo dos **Subsídios à Exploração** em +11,6 % (+28,7 milhões de euros), em 2025. **O Total dos Rendimentos considerados foi de 1 783,6 milhões de euros**;
- **Em relação aos Gastos**, no valor global de 1 725,3 milhões de euros, verificou-se um aumento de +101,5 milhões de euros (+6,3%) resultante, essencialmente, do aumento de **Fornecimentos e Serviços Externos** em +38,8 milhões de euros (+5,0%) e dos **Gastos com Pessoal** que também tiveram o crescimento significativo de +10,1% (+51,6 milhões de euros).

4.1.3.2. Resultados económicos das Entidades Empresariais Locais

No Quadro 4.22, apresentam-se alguns indicadores económicos das entidades empresariais do setor local.

Quadro 4.22 – Evolução da situação económica das Entidades Empresariais Locais (131 entidades)

Unidade: euros

Resultados	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Var. % 24-25
Resultados económicos	8 273 567	28 068 056	39 152 637	43 723 850	44 365 860	45 202 338	1,9%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	22 014 353	43 271 950	57 949 922	75 832 716	80 144 670	73 548 658	-8,2%
Resultados económicos / (Vendas e serviços prestados)	1,0%	2,9%	3,7%	3,6%	3,4%	3,2%	-3,9%
N.º de entidades c/ resultados líquidos do período negativos	39	42	24	18	13	21	61,5%

Da observação do Quadro 4.22, releva-se para o ano de 2025, relativamente à amostra das 131 entidades empresariais:

- Em 2025, do universo das 131 entidades empresariais analisadas, 110 (88,4%) obtiveram **Resultados Líquidos do período positivos,** tendo 21 (+61,5% que em 2024) apresentado Resultados Líquidos negativos;
- Os **Resultados Operacionais** apresentaram uma descida de -6,6 milhões de euros (-8,2%), invertendo o sentido ascendente verificado nos cinco anos anteriores. O montante considerado para efeito desta análise comparativa foi, em 2025, de 73,5 milhões de euros;
- O volume dos **Resultados Económicos** cresceu ligeiramente, +1,9% (+836,5 milhares de euros) em 2025 ao considerar-se o valor global de 45,2 milhões de euros.

Por outro lado, analisando os dados disponibilizados **pelo universo das 141 entidades empresarias em 2025**, sem pretender elaborar termos de comparabilidade com anos anteriores, pode-se apontar:

- Em 2025, 117 entidades (83%) obtiveram **Resultados Líquidos do período, positivos,** tendo apenas 24 (+20% que em 2024) apresentado Resultados Líquidos negativos;
- Os **Resultados Operacionais** apresentaram um decréscimo de -4,5 milhões de euros (-5,5%), invertendo o sentido ascendente verificado nos dois anos anteriores. O montante considerado para efeito desta análise comparativa foi, em 2025, de 76,9 milhões de euros, e de 81,4 milhões de euros em 2024;
- O volume dos **Resultados Económicos** cresceu +10,5% (+4,76 milhões de euros) em 2025 ao considerar-se o valor global de 50,1 milhões de euros.

Apresentam-se, de seguida, o *ranking* R102, com as 35 entidades empresariais com melhor resultado económico em 2025, e o *ranking* R103, com as 35 entidades empresariais com resultado económico mais fraco, neste mesmo ano. **Estes** ***rankings*** **foram constituídos considerando as 141 entidades empresariais pois para este item foi possível a comparabilidade para o universo total da informação recolhida em 2025.**

R102 – Entidades com melhor resultado económico em 2025

Unidade: euros

	Entidade		Município	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	EM	CMPEAE – Emp. Águas e Energia Município Porto	Porto	2 756 491	3 584 461	6 577 092	6 330 118	4 956 083	7 499 578
2	EM	AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	6 707 827	6 972 072	7 794 380	6 807 911	5 848 758	6 881 218
3	EIM SA	STCP – Soc. de Transportes Coletivos do Porto	*1	0	83 499	83 754	–13 204	83 711	2 900 970
4	EM	TUB - Transportes Urbanos de Braga	Braga	21 168	635 090	1 801 033	88 614	5 396 445	2 661 507
5	EM SA	EMARP – Águas e Resíduos de Portimão	Portimão	1 263 537	2 064 099	2 172 592	2 866 764	2 707 891	2 515 755
6	EM	Ribeira da Teja – Produção de Energia Elétrica	Vila Nova de Foz Côa	812 898	788 876	–418 821	1 450 950	1 786 936	2 205 385
7	EIM SA	Tejo Ambiente – EIM Ambiente do Médio Tejo	*2	–2 281 654	–895 998	61 994	832 937	466 376	1 709 771
8	EIM	Águas do Ribatejo, EIM,SA	*3	2 704 116	2 009 993	2 225 292	362 053	697 490	1 584 297
9	EMT SA	TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa	Área Metropol. Lisboa	0	24 952	21 110	108 376	65 431	1 466 850
10	EM	AC, Águas de Coimbra	Coimbra	173 127	–1 209 455	2 105 811	1 719 364	1 773 670	1 249 119
11	EIM	TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos	*4	58 739	23 505	120 174	50	53	1 189 306
12	EIM	Ambisousa – EIM Trat. e Gest. Resíduos Sólidos	*5	69 121	143 660	–289 666	150 969	1 425 076	1 038 962
13	SA	Porto Vivo, SRU-Soc. Reab. Urb. Baixa Portuense	Porto	795 128	1 364 302	1 148 540	1 163 324	300 197	1 005 173
14	EIM	Vimágua – Água e Saneamento de Guimarães e Vizela	Guimarães e Vizela	659 631	667 639	1 781 893	1 204 801	804 741	983 496
15	EIM	Ecolezíria -Tratamento de Resíduos Sólidos	*6	7 573	52 121	102 249	497 346	477 479	969 002
16	EIM	BRAVAL – Valorização e Trat. de Resíduos Sólidos	*7	13 508	18 104	6 688	5 923	0	883 041
17	EM	Faz Cultura – Emp. Municipal de Cultura de Braga	Braga	72 684	199 946	104 927	93 580	90 872	845 819
18	EM	Penafiel Verde – Entidade Empresarial Local	Penafiel	224 312	188 887	171 162	369 755	207 179	840 165
19	EM SA	Vitrus Ambiente	Guimarães	442 725	344 485	393 504	50 457	862 722	753 875
20	EIM	GESAMB – Gestão Ambiental e de Resíduos	*8	393 122	388 149	134 118	257 956	544 728	727 319
21	EIM	TERAMB – E.M. Gest. e Valoriz. Ambiental Ilha Terceira	*9	170 562	44 575	–160 766	251 655	481 722	710 264
22	EM	AF – Águas de Fafe	Fafe	––	54 994	285 566	578 034	723 595	707 617
23	EM SA	Companhia Carris de Ferro de Lisboa	Lisboa	595 334	11 546 404	3 066 906	9 493 877	550 516	654 806
24	EM	Tavira Verde – Ambiente	Tavira	1 028 672	933 555	1 076 211	786 260	660 941	644 877
25	EM	Frente MarFunchal, Gest. e Explor. Espaços Públicos	Funchal	–956 505	–579 079	100 058	348 614	463 723	644 074
26	EM SA	Águas de S. João	São João da Madeira	497 156	383 490	487 871	470 672	829 801	614 188
27	EM SA	AQUANENA – E.M. de Águas Saneamento de Alcanena	Alcanena	7 304	219 881	–786 565	308 268	368 717	573 367
28	EM SA	INOVA – Emp. Desenv. Económ. e Social Cantanhede	Cantanhede	570 069	31 862	94 240	475 110	105 772	539 391
29	EIM SA	Águas do Interior Norte	*10	–366 310	176 413	544 607	343 193	703 148	505 434
30	EM SA	Infralobo – Empresa de Infraestruturas	Loulé	63 752	89 335	117 041	463 730	348 362	450 402
31	EM	Infratroia – Infraestruturas	Grândola	122 025	111 361	124 808	258 088	423 760	430 792
32	EM	BRAGAHABIT - Habitação	Braga	142 321	–73 050	107 616	35 294	215 456	399 705
33	EIM	AMBILITAL – Investi. Ambientais no Alentejo	*11	335 501	251 270	438 451	159 556	–584 185	399 115
34	EM	Gaiurb – Urbanismo e Habitação	Vila Nova de Gaia	3 495	926 671	865 497	993 377	378 043	398 097
35	EM	Empresa Municipal de Ambiente do Porto	Porto	287 093	533 201	209 087	216 276	541 469	395 652

*1 – Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo, Vila Nova de Gaia

*2 – Ferreira do Zêzere (7,9%), Mação (10,9%), Ourém (32,4%), Sardoal (5,6%), Tomar (35,6%) e Vila Nova da Barquinha (7,6%)

*3 – Almeirim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%)

*4 – AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos – 100%.

*5 – Associação de Municípios do Vale do Sousa (Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel) – 100%

*6 – RESIURB – Associação de Municípios para o Tratamento de resíduos Sólidos (Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche e Salvaterra de Magos) – 100%

*7 – Amares (3,7%), Póvoa de Lanhoso (4,2%) Terras de Bouro (2,4%), Vila Verde (5,0%), Vieira do Minho (5,7%) e Agere (Braga) (79,0%)

*8 – CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa) – 60%

*9 – Angra do Heroísmo (60,0%) e Praia da Vitória (40,0%)

*10 – Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real

*11 – AMAGRA – Associação de Municípios Alentejanos (Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém, Sines, Aljustrel e Ferreira do Alentejo) – 51,00%

R103 – Entidades com mais fraco Resultado Económico em 2025

Unidade: euros

	Entidade		Município	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1	EM	FAGAR – Faro Gestão de Águas e Resíduos	Faro	-267 611	98 511	346 364	422 151	407 759	-1 024 508
2	EIM SA	APIN – Emp. Intermun. de Ambiente do Pinhal Interior	*1	217 266	-2 160 139	-1 697 606	-2 543 302	2 893 870	-699 560
3	EM	Melsport – Melgaço Desporto e Lazer	Melgaço	588	-98 592	1 975	12	338	-481 037
4	EM	Gesloures – Gestão de Equipamentos Sociais	Loures	25 164	-218 463	270 105	-165 934	-818 114	-452 594
5	Lda.	Carristur, Inovação em Transp. Urb. e Regionais	Lisboa – Carris	-5 535 561	-2 943 772	1 917 088	1 517 207	1 014 192	-346 996
6	EEM	Oeiras Viva – Gest. Equip. Sócio Cultur. e Desportivos	Oeiras	-547 436	-163 175	21 503	263 449	-90 404	-326 400
7	EEM	Urbhorta – Constru., Gest., Expl. Proj. Des. Emp.	Horta	-90 472	-72 864	431	-199 660	1 555	-314 110
8	EM	Amadora Mobility	Amadora	--	--	--	--	-10 336	-269 470
9	EM SA	Praia Ambiente	Praia da Vitória	12 145	6 722	-84 042	-173 414	16 708	-162 740
10	EIM SA	ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara	*2	172 912	-325 268	2 449	-589 315	13 299	-146 427
11	EM	TrofAmbiente	Trofa	-350 982	-109 468	146 044	181 352	44 333	-122 028
12	EM	ADC – Águas da Covilhã	*3	297 995	89 387	184 416	150 193	59 565	-116 726
13	EM	EMPDS-Promoção e Desenvolvimento Social	Belmonte	-98 990	-110 517	-111 692	9 602	-65 310	-116 132
14	EM	Carnes de Vinhais – Soc. Abate e Transform. Carnes	Vinhais	-40 519	-47 593	-39 519	16 163	-35 592	-84 433
15	EIM SA	Parkurbis, Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã	*4	-69 014	-53 346	-60 984	-121 275	-64 491	-78 711
16	EM	Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira	Santa Maria da Feira	--	--	6 690	41 486	12 400	-74 819
17	EM	Aveiro Expo – Parque de Exposições	Aveiro	-327 729	-197 388	148 925	285 234	70 398	-49 560
18	EIM SA	APdSE – Águas Públicas da Serra da Estrela	*5	-125 122	-278 223	109 225	5 991	17 059	-38 125
19	EM	EPF – Ensino Profissional de Felgueiras	Felgueiras	46 008	-174 914	50 258	-204 897	489	-34 503
20	EM SA	Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais	Paços de Ferreira	-421 589	-234 592	165 837	62 407	19 252	-29 684
21	EM SA	RIBEIRAPERA – Soc. Desenvolv. Castanheira Pera	Castanheira de Pera	6 782	2 988	5 620	8 760	9 714	-4 941
22	EM	COMBANIMA – Espaços Municipais	Santa Comba Dão	--	--	--	-9 028	-8 875	-4 940
23	EM SA	Termalistur – Termas	São Pedro do Sul	-1 701	-3 717	22 655	-26 935	55 400	-4 074
24	EM SA	Lisboa Ocidental, SRU, Soc. Reabilitação Urbana	Lisboa	0	0	0	0	0	0
25	Lda.	STCP Serviços – Transp. Urbanos, Consult. e Particip.	Porto – STCP	--	-919	0	0	25 547	0
26	EEM	Varzim Lazer	Póvoa de Varzim	2 060	7 803	7 780	4 908	16	227
27	EM	Promotorres – Promoção de Eventos e Gestão Equip.	Torres Vedras	-248 022	6 290	146 721	7 181	16 697	227
28	EM	Lousada Seculo XXI – Ativ. Desportivas e Recreativas	Lousada	115	124	122	4 390	32 864	240
29	EM	Penaparque 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos	Penacova	0	19 503	9 662	361	527	470
30	EM	Habitar S. João – Habitação	São João da Madeira	50 979	-6 053	8 753	14 972	391	676
31	EM SA	WEMOB	Almada	-748 675	-156 395	22 767	10 515	2 733	977
32	EIM SA	Águas do Alto Alentejo	*6	0	-93 969	208 368	-2 266 038	-2 271 501	1 101
33	EM	Palmela Desporto – Gestão Espaços e Equip. Desport	Palmela	2 569	-190 575	28 117	32 347	11 207	2 147
34	EM	EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave	Póvoa de Lanhoso	86 443	21 774	2 265	53 991	31 421	3 047
35	Lda.	Congida La Barca – Transp. Turísticos e Fluviais	Freixo Espada à Cinta	--	--	--	4 691	-6 617	3 576

*1 – Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares.
*2 – Mira, Montemor-o-Velho e Soure
*3 – Covilhã – ICOVI – Infra-estruturas e Concessões da Covilhã, E.M
*4 – Covilhã, Belmonte e Manteigas
*5 – Gouveia, Oliveira do Hospital e Seia
*6 – Alter do Chão, Arronches, Castelo de Vide, Crato, Fronteira, Gavião, Marvão, Nisa, Ponte de Sor e Sousel

4.1.4. Dissolução de empresas do SEL – aplicação do artigo 62º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto

Os dados apresentados neste ponto do anuário remetem para as disposições do artigo 62º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto[256], tendo a análise efetuada sido sustentada nos seguintes pressupostos:

- A deliberação de dissolução obrigatória de entidades empresariais resultará da verificação dos critérios previstos nas quatro alíneas do n.º 1 do artigo 62.º, os quais só produzem efeitos se verificados ininterruptamente em três anos consecutivos da gestão;
- Para efeitos de cálculo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 62.º, considerou-se como gastos totais a soma dos valores apresentados em: Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas; Fornecimentos e serviços externos; Gastos com o pessoal; Outros gastos; Gastos/reversões de depreciação e de amortização; e Juros e gastos similares suportados;
- Para cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 62.º, considerou-se como receitas totais a soma dos valores dos seguintes itens: Vendas e serviços prestados; Subsídios à exploração; Trabalhos para a própria entidade; Outros Rendimentos; e Juros e Rendimentos similares obtidos;
- Decorrente do n.º 14 e do n.º 15 do artigo 62.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, não foram consideradas as empresas locais que exercem atividades de ensino e formação profissional ou de gestão de equipamentos e prestação de serviços na área da cultura, da educação, da habitação social, da ação social, do desporto e da ciência, inovação e tecnologia, nem às empresas que exercem atividades nas áreas da silvicultura e cinegética.

O Quadro 4.23 apresenta as Empresas Municipais que se encontravam em processo de dissolução à data de elaboração deste anuário. Da leitura do Quadro 4.3 do ponto 4.1 deste capítulo verificou-se que em 2025 foi dissolvida uma Entidade Empresarial Local e não foi criada qualquer outra.

Quadro 4.23 – Entidades em processo de liquidação

Nº	Tipo	Entidade	Município
1	EM	Aveiro Expo – Parque de Exposições	Aveiro
2	EM	COMBANIMA – Espaços Municipais, EM	Santa Comba Dão
3	EM SA	Lógica – Sociedade Gestora do Tecnológico de Moura	Moura
4	EEM	TEGEC – Gestão de Equipamentos Culturais e de Lazer	Trancoso

[256] Artigo 62.º – Dissolução das empresas locais

"1 – Sem prejuízo do disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, as empresas locais são obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução, no prazo de seis meses, sempre que se verifique uma das seguintes situações:

a) As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50 % dos gastos totais dos respetivos exercícios;

b) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração atribuídos pela entidade pública participante é superior a 50 % das suas receitas;

c) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído ao mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo;

d) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo.

(...)

14 – O disposto na alínea a) do n.º 1 não é aplicável às empresas locais que exercem, a título principal, as atividades de ensino e formação profissional.

15 – O disposto no n.º 1 não é aplicável às empresas locais que exercem, a título principal, as atividades de gestão de equipamentos e prestação de serviços na área da cultura, da educação, da habitação social, da ação social, do desporto e da ciência, inovação e tecnologia, nem às empresas que exercem atividades nas áreas da silvicultura e cinegética."

O número de municípios referido no Quadro 4.24 e no Quadro 4.25 resulta da simulação de aplicação do disposto no n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, realizada para efeitos de elaboração deste Anuário não tendo sido consideradas as empresas que se encontravam em liquidação identificadas no Quadro 4.23. Da análise às contas entre 2023 e 2025 (inclusive), verificaram-se as situações identificadas nestes Quadros, sendo qualquer uma delas suficiente para início do processo de dissolução da respetiva entidade empresarial local, caso não tenha havido ou não haja, ainda, lugar a retificações de mapas do relato financeiro que modifiquem a situação financeira, em qualquer um daqueles anos económicos.

Quadro 4.24 - Número de Entidades do SEL em incumprimento do n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012

Situações		Contas de 2023, 2024 e 2025
a)	Entidades com VPS / Gastos totais inferiores a 50%, nos três anos	1
b)	Entidades com Subsídios à exploração / Receitas superiores a 50%, nos três anos	2
c)	Entidades com EBITDA negativo nos 3 anos	0
d)	Entidades com resultado líquido do período negativo, nos três anos	0
Total de entidades a serem dissolvidas		**2**

Quadro 4.25 – Entidades em incumprimento relativamente a mais do que uma das alíneas do n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012

Alíneas do n.º 1 do artigo 62.º, cujos critérios se verificaram		N.º de empresas em incumprimento
4 alíneas	alíneas a, b), c) e d)	0
3 alíneas	alíneas a), b) e c)	0
	alíneas a), b) e d)	0
	alíneas a), c) e d)	0
	alíneas b), c) e d)	0
2 alíneas	alíneas a) e b)	1
	alíneas a) e c)	0
	alíneas a) e d)	0
	alíneas b) e c)	0
	alíneas b) e d)	0
	alíneas c) e d)	0

Apresentam-se, de seguida, as listagens das entidades do SEL que se encontravam em cada uma das situações previstas nas alíneas a), b), c) e d) do n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e que foram contabilizadas nos quadros precedentes.

Quadro 4.26 – Entidades cujas Vendas e Prestações de Serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios (alínea a)

	Tipo	Entidade	Município	VPS / Gastos totais		
				2023	2024	2025
1	EM	Gaiurb – Urbanismo e Habitação	Vila Nova de Gaia	41,7%	33,2%	31,4%
2	EM	Amadora Inovation	Amadora	22,4%	24,5%	34,5%

Quadro 4.27 – Entidades cujo peso dos Subsídios à Exploração foi superior a 50% das suas Receitas, nos últimos três anos (alínea b)

	Tipo	Entidade	Município	Subsídios à exploração /Receitas		
				2023	2024	2025
1	EM	Amadora Inovation	Amadora	77,8%	77,5%	72,2%

Quadro 4.28 – Entidades com Resultado Operacional antes de depreciações negativo nos últimos três anos (alínea c)

Unidade: euros

	Tipo	Entidade	Município	EBITDA		
				2023	2024	2025
0						

Quadro 4.29- Entidades com Resultado Líquido do período negativo nos últimos três anos (alínea d)

Unidade: euros

	Tipo	Entidade	Município	Resultado líquido		
				2023	2024	2025
0						

4.2. Serviços Municipalizados (SM´s)

Conforme listagem apresentada no Quadro 4.30, existiam 26 Serviços Municipalizados (SM's) em 2025, tutelados por 31 municípios (o município de Oeiras e Amadora, o município de Loures e Odivelas e os municípios de Celorico da Beira, Guarda, Manteigas e Sabugal partilham os mesmos serviços), dos quais 12 são de grande dimensão, 15 de média dimensão e 4 de pequena dimensão.

Quadro 4.30 – Mapa dos SM´s e respetivas competências

	Municípios	Dimensão	Competências dos Serviços Municipalizados
1	Abrantes	M	SM de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos
2	Alcobaça	M	SM de Água e Saneamento
3	Almada	G	SM de Água e Saneamento
4	Barreiro	M	SM de Transportes Coletivos
5	Caldas da Rainha	M	SM de Água e Saneamento
6	Castelo Branco	M	SM de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos
7	Celorico da Beira, Guarda, Manteigas e Sabugal	P, M, P e P	SIM de Água e Saneamento Águas Públicas em Altitude
8	Coimbra	G	SM de Transportes Urbanos
9	Faro	M	Teatro Municipal de Faro – Serviços Municipalizados
10	Leiria	G	SM de Água e Saneamento
11	Loures e Odivelas	G e G	SIM de Água e Saneamento
12	Mafra	M	SM de Água e Saneamento
13	Maia	G	SM de Eletricidade, Água e Saneamento
14	Montijo	M	SM de Água e Saneamento
15	Nazaré	P	SM de Água e Saneamento
16	Oeiras e Amadora	G e G	SIM de Água e Saneamento
17	Paredes	M	SM de Água e Saneamento
18	Peniche	M	SM de Água e Saneamento
19	Ponta Delgada	M	SM de Água e Saneamento
20	Portalegre	M	SM de Água e Transportes
21	Setúbal	G	SM de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos
22	Sintra	G	SM de Água e Saneamento
23	Torres Vedras	M	SM de Água e Saneamento
24	Viana do Castelo	M	SM de Resíduos e Limpeza pública
25	Vila Franca de Xira	G	SM de Água e Saneamento
26	Viseu	G	SM de Água e Saneamento

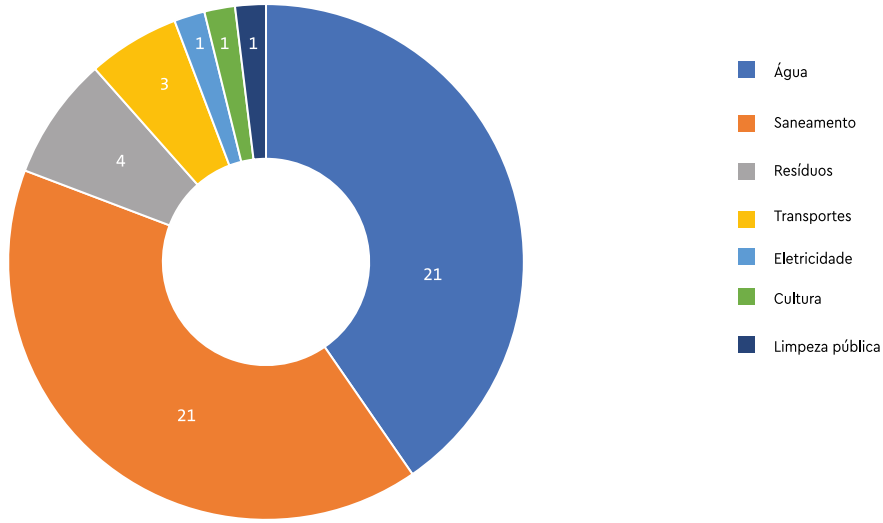
De 2020 para 2025, o número de SM's passou de 23 para 26, devido ao início e fim de atividade dos serviços municipalizados identificados no Quadro 4.31.

Quadro 4.31 – Serviços Municipalizados com atividade iniciada e cessada entre 2015 e 2025

Ano	Em atividade	Atividade iniciada		Atividade cessada	
	Nº	Nº	Serviço Municipalizado	Nº	Serviço Municipalizado
2020	**23**	1	SM de Água e Saneamento de Mafra	1	SM de Angra do Heroísmo
2021	**23**	0		0	
2022	**24**	1	SM de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos	0	
2023	**25**	1	SM de Água e Saneamento de Paredes	0	
2024	**26**	1	SIM de Água e Saneamento – Águas Públicas em Altitude	0	
2025	**26**	0		0	

Observando conjuntamente o Quadro 4.30 e o Gráfico 4.5, verifica-se que dos 26 SM's existentes, 3 são de Transportes Coletivos Urbanos, 4 de Gestão de Resíduos, executando 1 deles também serviços de Limpeza Pública, 1 de Serviços Culturais[257] e 21 SM's são Fornecedores de Água e/ou de Saneamento Básico, sendo que 3 destes últimos incluem a recolha de Resíduos Sólidos e 1 deles está relacionado com Fornecimento de Energia.

Gráfico 4.5 – Tipologia dos Serviços Municipalizados



4.2.1. Estrutura do Ativo

No Quadro 4.32, apresenta-se a estrutura do Ativo agregado dos 26 SM's existentes, evidenciando-se, no mesmo mapa, o Ativo Total dos municípios[258] a que pertencem estes serviços municipalizados, permitindo a comparação das respetivas estruturas do Balanço.

Na comparação dos valores do Ativo entre 2020 e 2025, anota-se que se contabilizaram os dados financeiros de 23 SM's em 2020 e 2021, 24 SM's em 2022, 25 SM's em 2023, 26 SM's em 2024 e 26 SM's em 2025

[257] Desenvolvidos através do Teatro Municipal de Faro.

[258] Neste ano em apreço, 31 municípios.

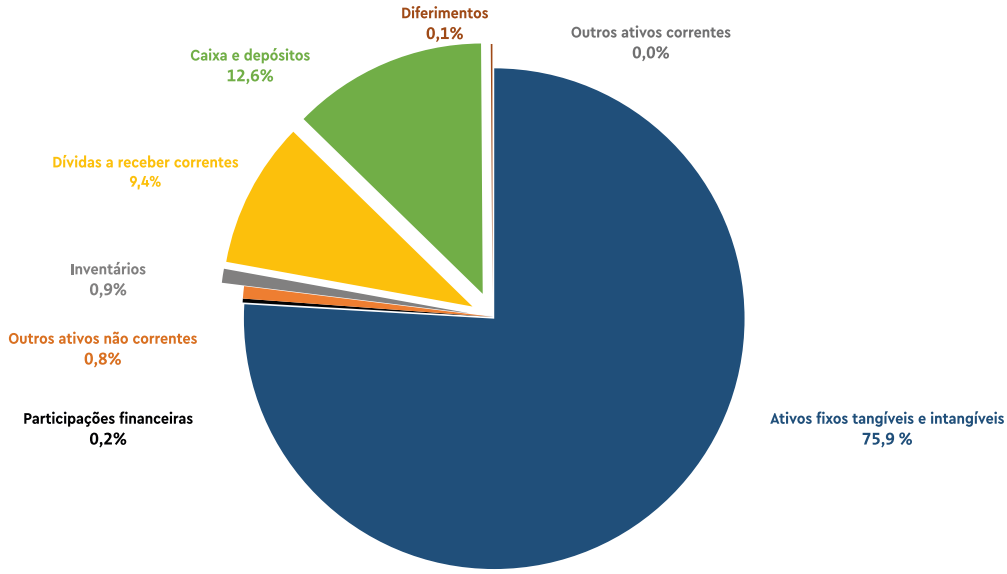
Quadro 4.32- Estrutura do Ativo dos Serviços Municipalizados e dos municípios a que correspondem – 2025

Unidade: euros

Componentes do Ativo	Municípios (31)		Serviços Municipalizados								SM's / Municípios 2025
	2025	Peso %	2020 (23)	2021 (23)	2022 (24)	2023 (25)	2024 (26)	2025 (26)	Peso %	Var. % 24-25	
Ativos fixos tangíveis	8 878 698 121	72,2%	846 085 895	900 232 090	940 264 831	952 599 135	1 031 080 810	1 037 643 209	75,7%	0,6%	11,7%
Propriedades de investimento	119 956 523	1,0%	0	0	0	0	0	0	0,0%	--	0,0%
Ativos intangíveis	35 324 010	0,3%	7 945 588	6 641 089	4 813 222	3 634 425	2 223 030	2 483 205	0,2%	11,7%	7,0%
Ativos biológicos	91 839	0,0%	0	0	0	0	0	0	0,0%	--	0,0%
Participações financeiras	1 161 959 094	9,4%	3 380 846	3 380 846	3 380 846	3 380 846	3 380 846	3 380 846	0,2%	0,0%	0,3%
Devedores p/ empréstimos bonif. e subsídios reembols.	8 974 086	0,1%	0	0	0	0	0	0	0,0%	--	0,0%
Acionistas/Sócios/Associados	0	0,0%	0	0	0	0	0	0	0,0%	--	--
Diferimentos	1 395 717	0,0%	0	0	0	0	3 323	856	0,0%	-74,2%	0,1%
Outros ativos financeiros	50 625 146	0,4%	0	660 685	660 685	660 685	660 685	660 685	0,0%	0,0%	1,3%
Ativos por impostos diferidos	0	0,0%	0	0	0	0	0	0	0,0%	--	--
Clientes, contribuintes e utentes	1 528 213	0,0%	3 985 532	100 217	110 289	93 825	71 661	405 241	0,0%	465,5%	26,5%
Outras contas a receber	67 020 802	0,5%	880 490	705 518	612 510	562 394	399 692	9 793 360	0,7%	2350,2%	14,6%
Total do Ativo não corrente	10 325 573 551	83,9%	862 278 352	911 720 445	949 842 384	960 931 312	1 037 820 048	1 054 367 403	77,0%	1,6%	10,2%
Inventários	14 737 647	0,1%	9 239 600	9 013 819	9 740 283	10 427 007	11 684 390	12 342 525	0,9%	5,6%	83,7%
Ativos biológicos	0	0,0%	0	0	0	0	0	0	0,0%	--	--
Devedores p/ transf. e subsídios ñ reembolsáveis	63 676 467	0,5%	6 452 373	3 406 214	1 998 363	1 479 453	860 349	1 179 085	0,1%	37,0%	1,9%
Devedores p/ empréstimos bonif. e subsídios reembols.	-1 363 064	0,0%	0	0	0	0	0	0	0,0%	--	0,0%
Clientes, contribuintes e utentes	41 334 358	0,3%	56 235 109	59 122 883	61 691 481	71 076 391	70 359 289	75 582 416	5,5%	7,4%	182,9%
Estado e outros entes públicos	4 821 264	0,0%	3 426 970	2 801 973	2 590 161	5 136 712	3 046 880	3 527 237	0,3%	15,8%	73,2%
Acionistas/Sócios/Associados	6 558 797	0,1%	0	0	0	0	0	0	0,0%	--	0,0%
Outras contas a receber	751 194 814	6,1%	26 569 107	28 728 247	32 682 341	34 705 180	46 317 479	49 084 245	3,6%	6,0%	6,5%
Diferimentos	12 104 156	0,1%	639 875	939 210	783 976	1 064 651	1 264 634	1 461 583	0,1%	15,6%	12,1%
Ativos financeiros detidos p/ negociação	0	0,0%	0	0	0	0	0	0	0,0%	--	--
Outros ativos financeiros	6 217 638	0,1%	0	0	0	0	0	0	0,0%	--	0,0%
Ativos ñ correntes detidos p/ venda	373 325	0,0%	0	0	0	0	0	0	0,0%	--	0,0%
Caixa e depósitos	1 077 637 020	8,8%	159 787 986	154 048 970	157 641 039	164 044 162	164 584 905	172 498 130	12,6%	4,8%	16,0%
Total do Ativo corrente	1 977 292 420	16,1%	262 351 020	258 061 316	267 127 644	287 933 556	298 117 925	315 675 221	23,0%	5,9%	16,0%
Ativo Total	**12 302 865 971**	**100%**	**1 124 629 372**	**1 169 781 762**	**1 216 970 028**	**1 248 864 868**	**1 335 937 972**	**1 370 042 624**	**100%**	**2,6%**	**11,1%**

No Gráfico 4.6 apresenta-se a estrutura do Ativo dos Serviços Municipalizados para o ano económico de 2025.

Gráfico 4.6 – Estrutura do Ativo dos Serviços Municipalizados



Face ao exposta supra, de seguida analisaremos a informação constante do Quadro 4.32 e do Gráfico 4.6, verificando-se que a estrutura do Ativo dos SM's, como seria expectável, é diferente da estrutura do Ativo dos Municípios, traduzindo a especificidade das funções para as quais foram criados. Assim:

- O **Ativo Total dos 26 SM's** considerados em 2025 somou 1 335,9 milhões de euros, cresceu a uma taxa de +2,6%[259] (+34,1 milhões de euros) e representou 11,1% do valor total do ativo do conjunto dos municípios que os tutelam;
- O total do **Ativo Não Corrente dos 26 SM's,** em 2025, totalizou 1 054,4 milhões de euros, representando 77,0% do Ativo Total e 10,2% do valor homólogo dos municípios que responsáveis por serviços municipalizados. Neste ano aumentou de valor em, apenas, +1,6%[260] (+16,5 milhões de euros), devido ,essencialmente, ao acréscimo de **Outras Contas a Receber**, os quais aumentaram +2 350,2% (+9,4 milhões de euros), tendo, contudo, continuado a aumentar o valor dos Ativos Fixos Tangíveis em +6,6 milhões de euros, embora a uma taxa de crescimento de apenas + 0,6%;
- **O Ativo Corrente dos SM's** em 2025 totalizou 315,7 milhões de euros, representou 23,0% do Total do Ativo dos SM's e cerca de 16,0% do Ativo Corrente dos 31 municípios a que correspondem. **O Ativo Corrente em 2025 cresceu +5,9%** (+17,6 milhões de euros), devido fundamentalmente ao crescimento do valor das rubricas: **Caixa e Depósitos** (+4,8%, +7,9 milhões de euros), **Clientes Contribuintes e Utentes** (+7,4%, +5,2 milhões de euros) e **Outras Contas a Receber** (+6,0%, +2,8 milhões de euros);

[259] Inferior em 4,4pp à taxa de crescimento apresentado em 2024,

[260] Menos 6 pp que em 2024.

- A componente mais representativa do Ativo Total dos SM's foram **os Ativos Fixos Tangíveis** que, em 2025, totalizaram 1 037,6 milhões de euros, isto é 75,7% do Ativo Total e 11,7% do total do ativo dos 31 municípios que gerem os respetivos serviços municipalizados. Apresentaram a taxa de acréscimo já supramencionada de +0,6%, isto é, +6,6 milhões de euros;
- Do Ativo Corrente e Não Corrente dos SM's, destaca-se o valor das **Dívidas a Receber de Clientes, Contribuintes e Utentes**[261], no total de 76 milhões de euros, apresentando um acréscimo de +8,0% (+5,6 milhões de euros) em relação a 2024 e representado, em conjunto, 54,4% do Total das Dívidas a receber neste ano;
- Outro ativo relevante na estrutura global do Ativo dos SM's é o conjunto de **Outras Contas a Receber**, que totalizaram 58,9 milhões de euros, um crescimento de +25,8% (+12,1 milhões de euros) e representaram 7,2% do valor homólogo da totalidade dos municípios que tutelam serviços municipalizados;
- O total das **Dívidas a Receber** cresceu +15 % (+18,5 milhões de euros), em 2025, ao somar 139,6 milhões de euros, representando 14,8% do valor homólogo considerado, para a globalidade dos municípios que tutelam serviços municipalizados;
- Também o item **Caixa e Depósitos**, que nos municípios apresentou um peso de 8,8% na estrutura do Ativo, nos SM's apresentou um peso de 12,6% e um acréscimo, em relação a 2024, de +4,8% (+7,9 milhões de euros). Mais se verificou que, em 2025, representou 16,0% do valor registado pelos municípios que tutelam os SM's, ao apresentar o total de 172,5 milhões de euros;
- Constatou-se, ainda, que o valor de 12,3 milhões de euros, inscrito em **Inventários** nos SM's representou, em 2025, cerca de 83,7% do total inscrito nos municípios de tutela, apresentando um crescimento de +12,3% (+658 milhares de euros) e mantendo o peso de 0,9% no total do ativo.

Concluindo a observação do Quadro 4.32 que mostra a estrutura e evolução do ativo dos serviços municipalizados entre 2020 e 2025, pode-se ainda observar:

- O **Ativo Total dos serviços municipalizados** cresceu cerca de +21,8% (+245,4 milhões de euros) entre 2020 e 2025;
- Em comparação com 2020, o montante registado em **Caixa e Depósitos**, cresceu cerca de +8,0% (+12,7 milhões de euros) em 2025;
- O Total das **Dívidas a Receber** cresceram +43,1% (+42,0 milhões de euros) entre 2020 e 2025.

Pela importância material que revestem as **dívidas a receber**, importará analisar a sua composição e estrutura, na globalidade dos SM's, e compará-la com o mesmo item no Ativo, do grupo de municípios que criaram os serviços municipalizados (SM's).

O Quadro 4.33 apresenta as principais componentes das **Dívidas a Receber,** por valores agregados de todos os SM's e no conjunto de municípios que lhes correspondem.

[261] Na estrutura do Ativo dos SM's releva-se a grande dimensão do item Clientes, Contribuintes e Utentes, que resulta, essencialmente, das dívidas dos utentes que usufruem da prestação do fornecimento de água e do serviço de saneamento, sendo que, em muitas das situações, se tornarão créditos incobráveis

Quadro 4.33 – Estrutura das dívidas a receber dos Serviços Municipalizados e dos municípios que os tutelam – 2025

Unidade: euros

Dívidas a receber	Municípios (31)		Serviços Municipalizados								SM's / Municípios 2025
	2025	Peso %	2020 (23)	2021 (23)	2022 (24)	2023 (25)	2024 (26)	2025 (26)	Peso %	Var. % 24-25	
Devedores p/ empréstimos bonif. e subsídios reembolsáveis	8 974 086	1,0%	0	0	0	0	0	0	0,0%	--	0,0%
Clientes contribuintes e utentes	1 528 213	0,2%	3 985 532	100 217	110 289	93 825	71 661	405 241	0,3%	465,5%	26,5%
Outras contas a receber	67 020 802	7,1%	880 490	705 518	612 510	562 394	399 692	9 793 360[262]	7,0%	2350,2%	14,6%
Dividas a receber não correntes	77 523 101	8,2%	4 866 022	805 735	722 799	656 220	471 353	10 198 601	7,3%	2063,7%	13,2%
Devedores p/ transf. e subsídios ñ reembols.	63 676 467	6,7%	6 452 373	3 406 214	1 998 363	1 479 453	860 349	1 179 085	0,8%	37,0%	1,9%
Devedores p/ empréstimos bonif. e subsídios reembols.	-1 363 064	-0,1%	0	0	0	0	0	0	0,0%	--	0,0%
Clientes contribuintes e utentes	41 334 358	4,4%	56 235 109	59 122 883	61 691 481	71 076 391	70 359 289	75 582 416	54,2%	7,4%	182,9%
Estado e outros entes públicos	4 821 264	0,5%	3 426 970	2 801 973	2 590 161	5 136 712	3 046 880	3 527 237	2,5%	15,8%	73,2%
Acionistas/ sócios/ associados	6 558 797	0,7%	0	0	0	0	0	0	0,0%	--	0,0%
Outras contas a receber	751 194 814	79,6%	26 569 107	28 728 247	32 682 341	34 705 180	46 317 479	49 084 245	35,2%	6,0%	6,5%
Dívidas a receber correntes	866 222 634	91,8%	92 683 559	94 059 317	98 962 345	112 397 736	120 583 996	129 372 983	92,7%	7,3%	14,9%
Total Dívidas a receber	**943 745 736**	**100%**	**97 549 581**	**94 865 052**	**99 685 145**	**113 053 955**	**121 055 349**	**139 571 584**	**100%**	**15%**	**14,8%**

Da análise do Quadro 4.33, pode-se concluir, em relação ao ano de 2025:

- Do total das Dívidas a Receber pelos SM's, no valor de 139,6 milhões de euros, 92,7% resultaram **de Dívidas de Curto Prazo (129,4 milhões de euros) e só 7,3% (10,2 milhões de euros) traduziram Dívida de Médio e Longo Prazo (dívidas a receber não correntes) com um crescimento extraordinário de + 2 063,7% (+9,7 milhões de euros), ocasionado pelo acréscimo relevante de Outras Contas a Receber, não correntes, em +9,4 milhões de euros (+2 350,2%)**;
- **A Divida a Receber de Curto Prazo em 2025,** cresceu +7,3% (+8,8 milhões de euros) e representou 14,9% do total da dívida a receber de curto prazo do conjunto dos municípios que tutelam os serviços. Pelas razões mencionadas no parágrafo anterior, **a Dívida a Receber de Médio e Longo Prazo cresceu +2 063,7%,7%** (+9,7 milhões de euros) e representou 13,2% do valor homólogo do conjunto dos municípios que tutelam os serviços;
- Mais se verificou que 54,2% das dívidas a receber pelo conjunto dos SM's são provenientes do item de dívidas de curto prazo de **Clientes, Contribuintes e Utentes** e apresentaram o valor de 75,6 milhões de euros. Comparando o peso destes créditos sobre terceiros, com o peso homólogo do conjunto dos 31 municípios que tutelam os SM's, verifica-se que o peso das dívidas a receber de **Clientes, Contribuintes e Utentes** é muito inferior, no conjunto destes 31 municípios, apresentando o peso homólogo de 4,4% e o valor de 41,3 milhões de euros em 2025;
- Mais se verificou, que embora com o peso de apenas 0,3% no total de dívidas a receber, as dividas de **Clientes, Contribuintes e Utentes de médio e longo prazo** cresceram, em 2025, cerca de +465,5% (+333,6 milhares de euros) e representaram 25,5% do total das dívidas homólogas dos 31 municípios correspondentes ao conjunto dos 26 SM´s;

- **Outras Contas a Receber**[263] no conjunto de valores de curto, médio e longo prazo, são duas rubricas das Dívidas a Receber que em 2025 somaram 58,8 milhões de euros, apresentando um crescimento de +26,0% (+12,2 milhões de euros) e um **peso de 42,2% no total das Dívidas a Receber**. Esta conta agregada, no conjunto dos 31 municípios que tutelam os serviços municipalizados, somou, em 2025, cerca de 818,3 milhões de euros e representou 86,7% do total das dívidas a receber. Mais se anota, que o montante registado pelo conjunto dos SM´s representou, apenas, 7,2% do montante homólogo dos municípios tutelares[264].

4.2.2. Estrutura do Património Líquido

Apresenta-se, de seguida, o Quadro 4.34, onde se discriminam, respetivamente, as componentes dos Fundos Próprios/Património Líquido comparando os seus valore entre 2020 e 2025.

Quadro 4.34 – Componentes do Património Líquido dos Serviços Municipalizados e dos municípios que os tutelam – 2025

Unidade: euros

Património Líquido	Municípios (31)		Serviços Municipalizados								SM's / Municípios 2025
	2025	Peso %	2020 (23)	2021 (23)	2022 (24)	2023 (25)	2024 (26)	2025 (26)	Peso %	Var. % 24-25	
Património / Capital	4 368 065 854	41,8%	330 293 563	331 248 938	343 527 975	351 166 253	382 376 383	380 354 683	32,5%	-0,5%	8,7%
Reservas	560 554 308	5,4%	187 942 529	188 676 274	189 082 980	189 895 776	192 225 342	194 143 241	16,6%	1,0%	34,6%
Resultados transitados	2 013 478 500	19,2%	250 716 263	294 811 729	320 747 977	321 513 549	411 635 596	433 825 555	37,1%	5,4%	21,5%
Ajustamentos em ativos financeiros	657 520 230	6,3%	0	0	0	0	0	0	0,0%	#³⁸¹½/0*	0,0%
Excedentes de revalorização	17 746 269	0,2%	1 252 674	1 252 674	1 252 674	1 252 674	1 252 674	1 252 674	0,1%	0,0%	7,1%
Outras variações no Património Líquido	2 554 092 162	24,4%	129 824 872	132 543 813	134 149 852	128 669 861	121 638 970	115 700 798	9,9%	-4,9%	4,5%
Resultado líquido do período	288 924 085	2,8%	352 856	-3 214 694	1 284 314	16 641 499	21 934 011	24 424 158	2,1%	11,4%	8,5%
Outros instrumentos de capital próprio	0	0,0%	11 123 109	13 545 760	18 914 353	22 137 555	21 007 043	21 007 043	1,8%	0,0%	-
Total do Património líquido	**10 460 381 408**	**100%**	**911 505 866**	**958 864 493**	**1 008 960 124**	**1 031 277 166**	**1 152 070 019**	**1 170 708 151**	100%	1,6%	11,2%
Peso sobre o Ativo total	85,0%	--	81,0%	82,0%	82,9%	82,6%	86,2%	85,5%	--	--	--

Da análise do quadro anterior, relevam-se as seguintes observações, em relação às diferentes componentes dos **Fundos Próprios (Património Líquido) do conjunto dos SM´s**:

- No final de 2025 o total do **Património Líquido,** do conjunto dos SM´s foi de 1 170,7 milhões de euros e cresceu +1,6% (+18,6 milhões de euros) em relação a 2024, representando 11,2% do Património Líquido dos 31 municípios tutelares. A componente mais representativa do Património Líquido, em 2025, passou a ser **Resultados Transitados** [265] com o valor acumulado de 433,8 milhões de euros, representando 37,1% do total do **Património Líquido** e crescendo +5,4% (+22,2 milhões de euros). A rubrica **Património/Capital,** que foi até 2024 a

[263] Importa, contudo, assinalar que apesar de os acréscimos de proveitos, em SNC-AP, estarem inseridos no Ativo, em outras contas a receber, os mesmos não cumprem a definição de ativo

[264] Situação que sugere mais eficácia nas cobranças dos Serviços Municipalizados em comparação com os municípios que os tutelam.

[265] Compreende-se o aumento de Resultados transitados no quinquénio 2021/2025, uma vez que os efeitos dos ajustamentos de transição para o SNC-AP , cuja implementação ocorreu em 2020, são reconhecidos, por princípio, em Resultados transitados.

representante mais significativa do **Património Líquido,** continuou, neste ano económico a representar a segunda posição na hierarquia das componentes do Património Líquido, com o montante total de 382,4 milhões de euros, representando 32,5% do total do Património Líquido, tendo baixado – 0,5% (-2,0 milhões e euros) em relação a 2024;

- Em relação ao ano de 2020, o total do **Património Líquido** cresceu +28,4% (+259,2 milhões de euros), os **Resultados Transitados** cresceram +73,0% (+183,1 milhões de euros) e o **Património/Capital** cresceu, no mesmo período, +15,2% (+50,0 milhões e euros);
- **Relativamente a 2025, verifica-se que o Resultado Líquido do setor dos SM›s apresentou o valor de 24,4 milhões de euros, aumentando, cerca de +2,5 milhões de euros (+11,4%) em relação a 2024, sendo que 7 serviços municipalizados apresentaram resultado líquido negativo e 13 serviços aumentaram o seu resultado líquido de 2024 para 2025;**
- O **Resultado Líquido** do setor dos SM's, entre 2020 e 2025 cresceu +6 821,8%, isto é, +24,1 milhões de euros;
- Pelo peso que passou a representar no **Património Líquido**, no âmbito do SNC-AP, releva-se o valor de **Outras Variações no Património Líquido**, item que registou o valor de 115,7 milhões de euros no final de 2025, isto é 9,9% do total do **Património Líquido** e, baixou -4,9% (-5,9 milhões de euros);
- Relativamente às **Reservas**, constatou-se que, em 2025, o montante apresentado de 194,1 milhões de euros representou 16,6% do total do **Património Líquido,** tendo este item representado, bastante menos, no grupo dos municípios congéneres, com um peso de 5,4% no Património Líquido total. O valor das Reservas na totalidade dos SM's representou 34,6% do valor homólogo dos 31 municípios tutelares destes serviços e cresceu +1,0% (+1,9 milhões de euros) em 2025.

4.2.3. Estrutura do Passivo

Com o Quadro 4.35 pode-se comparar a estrutura do Passivo global dos SM's com a estrutura correspondente dos municípios que os tutelam, bem como avaliar a evolução do Passivo global dos SM's. Será, ainda, possível observar o peso do Passivo dos SM's no Passivo dos municípios que os representam.

Relativamente ao Passivo, importará apreciar as componentes relacionadas com as Dívidas a Terceiros, já que os outros elementos, nomeadamente, os Diferimentos, não consubstanciam, nem jurídica nem economicamente, obrigações para os SM's ou para os municípios que os tutelam[266].

[266] Salvo em situação de incumprimento dos programas comunitários ou outros financiamentos a fundo perdido, com exigência de devolução das verbas não aplicadas, ou incorretamente executadas.

Quadro 4.35 – Componentes do Passivo dos Serviços Municipalizados e dos municípios que os tutelam – 2025[267]

Unidade: euros

	Passivo	Municípios (31)		Serviços Municipalizados								SM's / Municípios 2025
		2025	Peso %	2020 (23)	2021 (23)	2022 (24)	2023 (25)	2024 (26)	2025 (26)	Peso %	Var. % 24–25	
Passivo event. Exigível	Provisões	183 369 456	10,0%	38 623 581	25 659 620	28 388 395	31 437 941	6 653 574	7 513 760	3,8%	12,9%	4,1%
Passivo Exigível	Financiamentos obtidos	473 482 968	25,7%	23 840 517	37 602 464	42 475 788	39 141 094	34 301 757	30 180 682	15,1%	–12,0%	6,4%
	Fornecedores de investimentos	2 443 511	0,1%	0	568 750	481 250	393 750	306 250	218 750	0,1%	–28,6%	9,0%
	Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0	0,0%	0	0	0	0	0	0	0,0%	--	--
	Outras contas a pagar	66 390 432	3,6%	14 078 557	16 089 821	9 104 753	10 918 630	11 070 197	11 353 285	5,7%	2,6%	17,1%
	Fornecedores	14 692 033	0,8%	1 021 983	945 457	898 589	858 056	811 247	763 823	0,4%	–5,8%	5,2%
Passivo event. não exigível	Diferimentos	399 342 953	21,7%	60 036 233	47 248 806	39 533 018	42 127 211	30 192 729	38 864 228	19,5%	28,7%	9,7%
	Passivos por impostos diferidos	0	0,0%	0	0	0	0	0	0	0,0%	--	--
	Total do Passivo não corrente	1 139 721 353	61,9%	137 600 870	128 114 917	120 881 792	124 876 681	83 335 754	88 894 527	44,6%	6,7%	7,8%
Passivo exigível	Credores p/ transf. e sub. não reemb. conced.	24 969 110	1,4%	578 442	0	906 751	0	642 473	0	0,0%	–100,0%	0,0%
	Fornecedores	101 678 745	5,5%	11 602 471	13 201 512	8 513 478	10 779 681	12 643 259	17 083 428	8,6%	35,1%	16,8%
	Adiantamentos Clientes, contribuintes e utentes	7 276 186	0,4%	242 124	271 852	360 654	184 652	159 745	172 806	0,1%	8,2%	2,4%
	Estado e outros entes públicos	17 111 263	0,9%	2 850 734	2 563 241	2 161 576	2 594 916	2 632 455	2 884 026	1,4%	9,6%	16,9%
	Acionistas/Sócios/ Associados	0	0,0%	0	0	0	0	0	0	0,0%	--	--
	Financiamentos obtidos	56 691 361	3,1%	4 589 121	6 360 728	7 802 120	8 945 420	8 587 115	6 123 183	3,1%	–28,7%	10,8%
	Fornecedores de investimentos	65 677 357	3,6%	997 394	1 802 370	1 001 585	1 795 024	1 240 185	5 288 757	2,7%	326,4%	8,1%
	Outras contas a pagar	240 842 670	13,1%	45 134 673	50 595 312	63 565 957	64 624 570	72 411 953	73 304 670	36,8%	1,2%	30,4%
	Passivos financeiros detidos p/ negociação	0	0,0%	0	0	0	0	0	0	0,0%	--	--
	Outros passivos financeiros	0	0,0%	112 785	116 332	149 778	140 493	142 633	0	0,0%	–100,0%	--
Passivo event. não exigível	Diferimentos	188 516 518	10,2%	9 414 892	7 891 004	2 666 213	3 646 265	2 072 383	5 583 076	2,8%	169,4%	3,0%
	Total do Passivo corrente	702 763 210	38,1%	75 522 636	82 802 351	87 128 113	92 711 020	100 532 200	110 439 946	55,4%	9,9%	15,7%
	Passivo total	**1 842 484 563**	**100%**	**213 123 506**	**210 917 268**	**208 009 904**	**217 587 701**	**183 867 954**	**199 334 473**	**100%**	**8%**	**10,8%**
	Total Passivo eventualmente exigível	183 369 456	10,0%	38 623 581	25 659 620	28 388 395	31 437 941	6 653 574	7 513 760	3,8%	12,9%	4,1%
	Total Passivo exigível	1 071 255 636	58,1%	105 048 801	130 117 838	137 422 279	140 376 285	144 949 268	147 373 410	73,9%	1,7%	13,8%
	Total Passivo eventualmente não exigível	587 859 471	31,9%	69 451 124	55 139 810	42 199 231	45 773 476	32 265 112	44 447 304	22,3%	37,8%	7,6%

[267] Este quadro foi elaborado com acesso direto uma das contas dos SM´s, mais propriamente dos Serviços municipalizados da Maia, por se verificar um erro de transmissão de dados dos Serviços para o Tribunal de Contas na componente de Diferimentos, ao registar valores de Passivo não Corrente em Passivo Corrente.

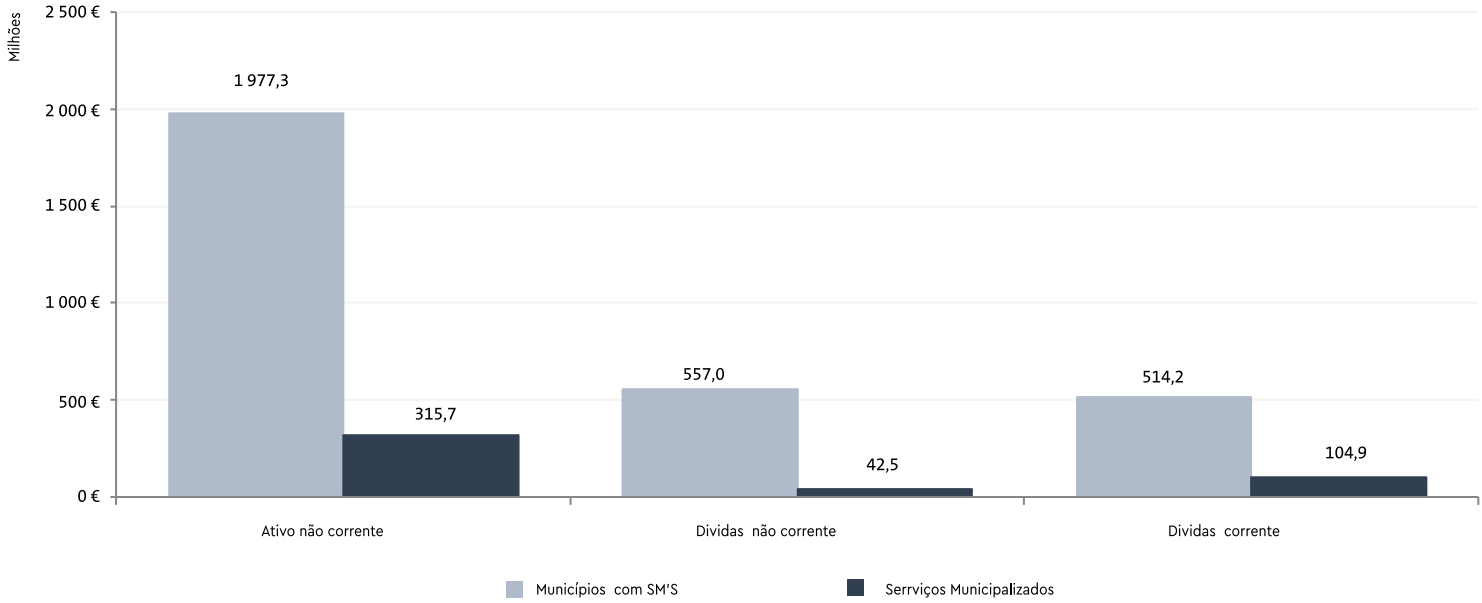
A leitura do quadro anterior permitirá concluir que:

- Em 2025, o total do **Passivo Não Corrente** dos SM's foi de 88,9 milhões de euros e representou 44,6% do Passivo total, enquanto o **Passivo Corrente**, no valor de 110,4 milhões de euros, representou 55,4% do total do Passivo;
- O **Passivo não Corrente** dos SM's, em 2025, retomou o crescimento com um aumento de +6,7%[268] (+5,6 milhões de euros) e representou na sua totalidade 7,8% do Passivo não Corrente dos 31 municípios que tutelam os serviços. Quanto ao **Passivo Corrente do sector** dos SM's, cresceu +9,9% (+9,9 milhões de euros) em 2025 e representou 15,7% do total do Passivo Corrente do conjunto dos municípios a que estão subordinados;
- O **Passivo Total**, no valor de 199,3 milhões de euros, apresentou, em dezembro de 2025, um aumento +8% (+15,5 milhões de euros), representando 10,8% do valor homólogo dos municípios de que dependem;
- **Entre 2020 e 2025 o Passivo Total dos SM's baixou -6,5%, isto é, -13,8 milhões de euros**;
- Mais se verificou que, **em 2025, o total do Passivo Exigível dos SM's foi de 147,4 milhões de euros, representou 73,9% do Passivo Total e aumentou +1,7% (+2,4 milhões de euros) em relação a 2024. No entanto entre 2020 e 2025, o Passivo exigível dos SM's cresceu +40,3% (+42,3 milhões de euros);**
- Os **Diferimentos não correntes e correntes** dos SM's, respetivamente, no valor de 38,9 milhões de euros e 5,6 milhões de euros, em conjunto representaram 17,5% do Passivo total. De notar que, apesar de inseridos no Passivo, os Diferimentos e os Acréscimos de Custo (incluídos, com a entrada em vigor do SNC-AP em Outras Contas a Pagar), não são passivos, por definição;
- Observando a estrutura da dívida a terceiros dos SM's no ano de 2025, verificou-se que o total dos **Financiamentos Obtidos** (correntes e não correntes) representaram 24,6% do total das dívidas, ao totalizar 36,3 milhões de euros, tendo baixado em relação ao ano transato -15,4% (-6,6 milhões de euros). Relativamente aos respetivos municípios de tutela, o valor dos Financiamentos Obtidos representou 6,8% do total dos financiamentos obtidos pelos mesmos;
- Ainda relativamente à estrutura do Passivo dos SM's em 2025, anota-se que **Outras Contas a Pagar Correntes**, no total de 73,3 milhões de euros, representou 66,4% do Passivo Corrente e 36,8% do Passivo Total. Mais se verificou que cresceu, apenas, +1,2% (+892 milhares de euros) em relação ao ano transato e traduziu-se em 30,4% do valor homólogo dos 31 municípios da tutela;
- As **Provisões**, no valor de 7,5 milhões de euros, representaram, em 2025, cerca de 8,5% do Passivo Não Corrente e 3,8% do Passivo Total, tendo aumentado em relação a 2024, em +12,9% (+860,2 milhares de euros). Em relação à rubrica homóloga dos municípios de tutela, representaram 4,1% da mesma.

O Gráfico 4.7 permite comparar a dívida e o **Ativo Circulante (corrente)** dos SM's com os itens homólogos dos municípios que os tutelam.

[268] Crescimento devido, essencialmente ao aumento do valor de Diferimentos dos SM´s da Maia.

Gráfico 4.7 – Comparação da dívida e do Ativo Circulante entre Serviços Municipalizados e Municípios que os tutelam



O Quadro 4.36 permite avaliar a evolução do **Passivo Exigível** de cada serviço municipalizado (SM) no período compreendido entre 2020 e 2025.

Quadro 4.36 – Passivo Exigível dos Serviços Municipalizados

Unidade: euro

	Serviços Municipalizados	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Var. % 24-25
1	SIMAR de Loures e Odivelas	11 671 740	15 171 046	20 875 515	24 524 391	22 998 755	26 093 187	13,5%
2	SMAS de Mafra	23 423 838	23 560 443	22 427 407	21 668 128	21 082 092	20 228 105	-4,1%
3	SIMAS de Oeiras e Amadora	13 755 922	14 236 125	16 732 300	16 122 762	17 555 624	12 784 353	-27,2%
4	SMTC – Transp. Colectivos Barreiro	4 678 419	13 421 135	13 214 145	13 466 065	11 369 324	11 606 289	2,1%
5	SMAS de Almada	7 926 158	8 925 274	10 558 562	10 396 905	9 671 911	10 512 278	8,7%
6	SMAS de Sintra	6 231 324	7 093 183	7 285 831	7 796 454	8 066 240	8 833 282	9,5%
7	SM de Setúbal	--	--	1 848 237	3 631 947	5 582 525	7 940 486	42,2%
8	SMAS de Viseu	5 765 957	6 658 122	6 711 543	7 186 773	7 206 299	7 026 816	-2,5%
9	SMTUC – Transp. Urbanos Coimbra	2 089 656	5 001 449	4 800 765	4 588 727	4 644 482	5 328 015	14,7%
10	SMEAS da Maia	5 451 515	10 561 109	8 382 919	6 823 319	5 498 684	4 078 212	-25,8%
11	SMAS de Leiria	2 984 268	3 339 332	3 407 297	3 458 431	4 663 622	3 763 062	-19,3%
12	SM de Viana Castelo	1 405 769	1 580 755	2 546 422	2 231 691	2 725 119	3 455 170	26,8%
13	SM de Castelo Branco	1 588 936	1 699 705	1 989 813	1 543 247	2 119 156	3 276 953	54,6%
14	SMAS de Vila Franca Xira	3 102 856	3 322 481	2 345 386	2 619 349	2 899 120	2 983 132	2,9%
15	SMAS Torres Vedras	2 166 703	2 352 865	2 270 856	2 498 144	2 714 220	2 971 490	9,5%
16	SMAT de Portalegre	957 672	1 235 049	1 058 703	1 211 492	1 655 902	2 145 894	29,6%
17	SM de Nazaré	2 825 359	3 215 426	2 620 309	2 181 858	1 943 431	2 006 759	3,3%
18	SIM Águas Públicas em Altitude	--	--	--	--	3 089 574	1 998 599	-35,3%
19	SMA de Abrantes	2 253 999	2 271 245	2 223 310	2 004 561	1 952 895	1 912 590	-2,1%
20	SMAS do Montijo	1 367 377	1 338 443	1 280 069	1 452 901	1 437 728	1 880 854	30,8%
21	SMAS de Caldas da Rainha	1 024 882	1 847 827	1 347 741	1 345 350	1 358 942	1 422 845	4,7%
22	SMAS – Alcobaça	2 460 549	1 337 950	1 352 810	228 963	1 457 089	1 350 979	-7,3%
23	SMAS de Ponta Delgada	1 090 028	1 260 419	1 309 765	1 275 276	1 306 865	1 180 567	-9,7%
24	SMAS de Peniche	762 499	591 601	755 318	759 221	837 323	1 097 354	31,1%
25	SMAS de Paredes	--	--	--	1 167 411	921 982	1 090 722	18,3%
26	Teatro Municipal de Faro – SM	63 375	96 856	77 255	192 916	190 366	405 417	113,0%
	Totais	**105 048 801**	**130 117 838**	**137 422 279**	**140 376 285**	**144 949 268**	**147 373 410**	**1,7%**

- Como valores mais relevantes de **Passivo Exigível** em 2025, apontam-se: o SIMAR de Loures e Odivelas (26 milhões de euros e um acréscimo de valor em +13,5%), o SMAS de Mafra (20,2 milhões de euros e -4,1% que em 2024), o SIMAS de Oeiras e Amadora (13,7 milhões de euros e uma descida de valor em -27,2%), SMTC- Transportes Coletivos do Barreiro (11,6 milhões de euros, +2,1% que em 2024) e SMAS de Almada (10,5 milhões de euros, +8,7% que em 2024). **Faz-se notar que a soma da dívida destes cinco SM's representou 55,1% da dívida exigível do total em 2025 e totalizou 81,2 milhões e euros;**
- Anota-se, em 2025, a continuação do extraordinário crescimento do Passivo Exigível dos serviços municipalizados de Setúbal em +42,2% (+2,4 milhões de euros). Assinala-se, também o aumento significativo dos SM´s de Castelo Branco em +54,6% (+1,2 milhões de euros) e, em valor do SIMAR e Loures e Odivelas em +3,1 milhões de euros;
- Será de referir que, em 2025, nove dos 26 SM's, demonstraram descida de Passivo Exigível, sendo de relevar a descida percentual, dos

seguintes serviços, para além do já referido em relação ao SIMAS de Oeiras e Amadora: SMEAS da Maia (-25,8%, -1,4 milhões de euros) e Altitude-Serviços Intermunicipalizados (APAL- SIM) (-35,3%, -1,1 milhões de euros).

4.2.4. Rendimentos, Gastos e Resultados dos Serviços Municipalizados

Analisadas as componentes dos balanços dos municípios numa perspetiva global, apresenta-se, neste ponto, um conjunto de informações relativas ao resultado económico e às componentes das quais derivam gastos e rendimentos. A análise é dirigida essencialmente para o ano de 2025, com comparação aos últimos quatro anos e, sempre que possível e oportuno, comparando também a situação no período entre 2020 e 2025.

Quadro 4.37 – Gastos, Rendimentos e Resultados dos Serviços Municipalizados e dos Municípios que os tutelam – 2025

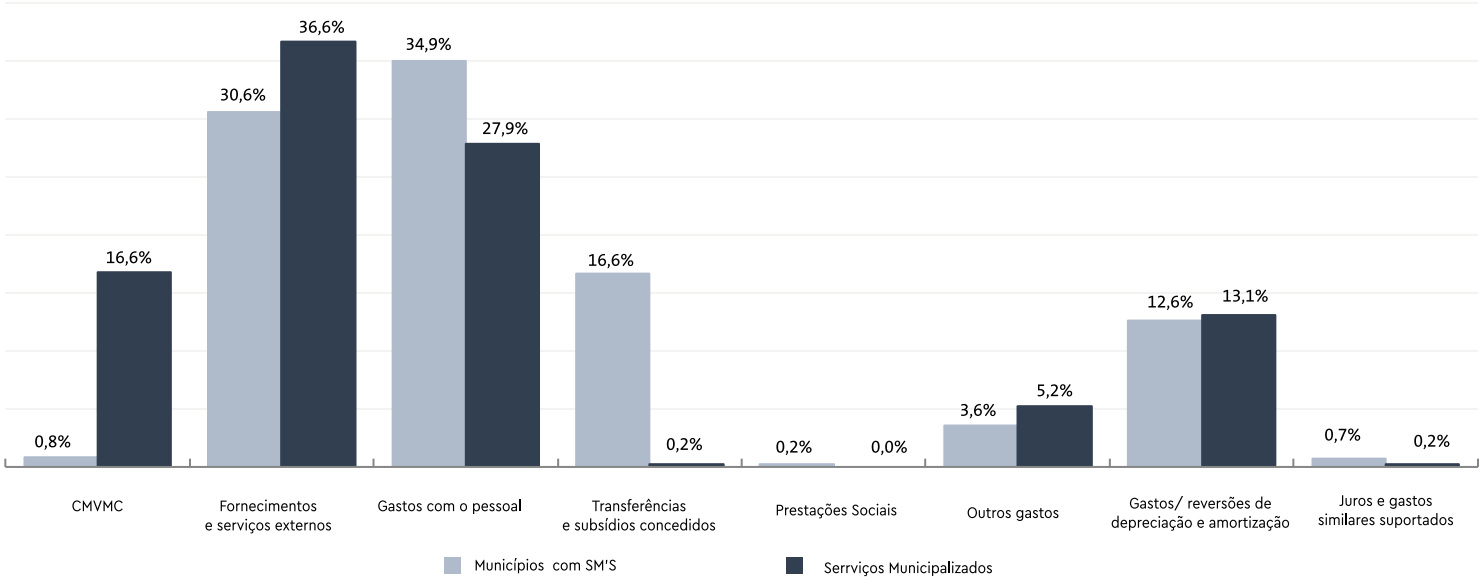
Unidade: euros

	Demonstração de Resultados	Municípios (31)	Serviços Municipalizados							SM's / Municípios 2025
		2025	2020 (23)	2021 (23)	2022 (24)	2023 (25)	2024 (26)	2025 (26)	Var. % 24-25	
Rendimentos	Impostos, contribuições e taxas	1 486 242 314	6 379 263	7 721 541	7 832 683	9 260 199	16 399 257	11 316 005	-31,0%	0,8%
Rendimentos	Vendas	9 676 846	127 951 849	130 649 757	136 642 089	157 299 382	166 540 043	177 557 665	6,6%	1834,9%
Rendimentos	Prestações de serviços e concessões	208 995 508	263 253 017	271 044 534	285 207 726	326 124 781	349 385 454	381 373 088	9,2%	182,5%
Rendimentos	Transferências e subsídios correntes obtidos	1 033 719 032	13 580 725	14 868 827	17 240 092	19 047 684	21 783 907	25 400 799	16,6%	2,5%
Gastos ou Rend.	Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas associadas e empreend. conjuntos	23 221 835	0	0	0	0	0	0	--	0,0%
Rendimentos	Variações nos inventários da produção	263 910	18 596	31 859	2 686	393	5 268	-4 340	-182,4%	-1,6%
Rendimentos	Trabalhos para a própria entidade	3 032 651	2 158 441	2 258 187	2 420 241	2 603 172	3 732 254	3 264 876	-12,5%	107,7%
Gastos	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-22 237 263	-83 689 390	-83 518 678	-84 521 238	-90 151 692	-93 563 858	-100 212 005	-7,1%	450,6%
Gastos	Fornecimentos e serviços externos	-838 996 099	-142 459 708	-148 922 313	-162 876 466	-179 295 372	-202 570 825	-219 062 893	-8,1%	26,1%
Gastos	Gastos com pessoal	-959 070 983	-115 845 131	-122 554 705	-127 008 364	-146 722 153	-154 605 813	-166 745 384	-7,9%	17,4%
Gastos	Transferências e subsídios concedidos	-454 927 863	-828 273	-828 761	-873 873	-973 742	-1 024 043	-1 114 505	-8,8%	0,2%
Gastos	Prestações sociais	-6 172 814	0	0	0	0	0	0	--	0,0%
Gastos ou Rend.	Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	50 212	38 451	-178 005	-211 317	-85 552	-58 752	2 451	104,2%	4,9%
Gastos ou Rend.	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-6 737 691	-2 017 613	13 506	-2 094 505	-3 390 258	-3 710 444	-1 303 751	64,9%	19,4%
Gastos ou Rend.	Provisões (aumentos/reduções)	-3 843 138	-2 013 710	-3 843 126	-1 698 347	-1 661 325	-453 663	-1 050 089	-131,5%	27,3%
Gastos ou Rend.	Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-2 267	0	0	0	0	0	0	--	0,0%
Gastos ou Rend.	Aumentos/reduções de justo valor	0	0	0	0	0	0	0	--	--
Rendimentos	Outros rendimentos	253 132 974	21 405 203	20 566 167	21 975 955	22 493 715	23 814 307	21 883 851	-8,1%	8,6%
Gastos	Outros gastos	-86 299 010	-23 223 509	-20 844 397	-20 679 019	-23 640 983	-25 594 361	-28 961 083	-13,2%	33,6%
EBITDA	Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	**640 048 154**	**64 708 210**	**66 464 393**	**71 358 344**	**90 908 250**	**100 078 729**	**102 344 684**	**2,3%**	**16,0%**
Gastos	Gastos/reversões de depreciação e amortização	-345 318 315	-64 159 480	-69 266 602	-69 885 366	-73 386 129	-78 858 211	-78 311 612	0,7%	22,7%
Gastos ou Rend.	Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-565 926	-40 000	0	0	0	0	0	--	0,0%
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	**294 163 913**	**508 730**	**-2 802 208**	**1 472 978**	**17 522 121**	**21 220 519**	**24 033 072**	**13,3%**	**8,2%**
Rendimentos	Juros e rendimentos similares obtidos	14 828 303	365 176	269 573	312 451	1 206 362	2 855 634	1 878 018	-34,2%	12,7%
Gastos	Juros e gastos similares suportados	-20 068 132	-521 050	-682 060	-501 115	-2 086 984	-2 142 142	-1 486 932	30,6%	7,4%
	Resultado antes de impostos	**288 924 085**	**352 856**	**-3 214 694**	**1 284 314**	**16 641 498**	**21 934 011**	**24 424 158**	**11,4%**	**8,5%**
	Imposto sobre o rendimento	0	0	0	0	0	0	0	--	--
	Resultado líquido do período	**288 924 085**	**352 856**	**-3 214 694**	**1 284 314**	**16 641 498**	**21 934 011**	**24 424 158**	**11,4%**	**8,5%**
	Total Gastos	-2 744 239 500	-434 797 863	-450 638 646	-470 349 609	-521 394 190	-562 582 113	-598 252 595	-6,3%	21,8%
	Total Rendimentos	3 033 163 585	435 150 720	447 423 952	471 633 923	538 035 688	584 516 124	622 676 753	6,5%	20,6%

4.2.4.1. Gastos

O Quadro 4.37 e o Gráfico 4.8 apresentam a estrutura e evolução dos gastos dos SM's nos últimos três anos, comparando-a com a estrutura dos gastos homólogos dos municípios que os tutelam.

Gráfico 4.8 – Estrutura dos Gastos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios que os tutelam – 2025



Da leitura do Quadro 4.37 e do Gráfico 4.8, conclui-se:

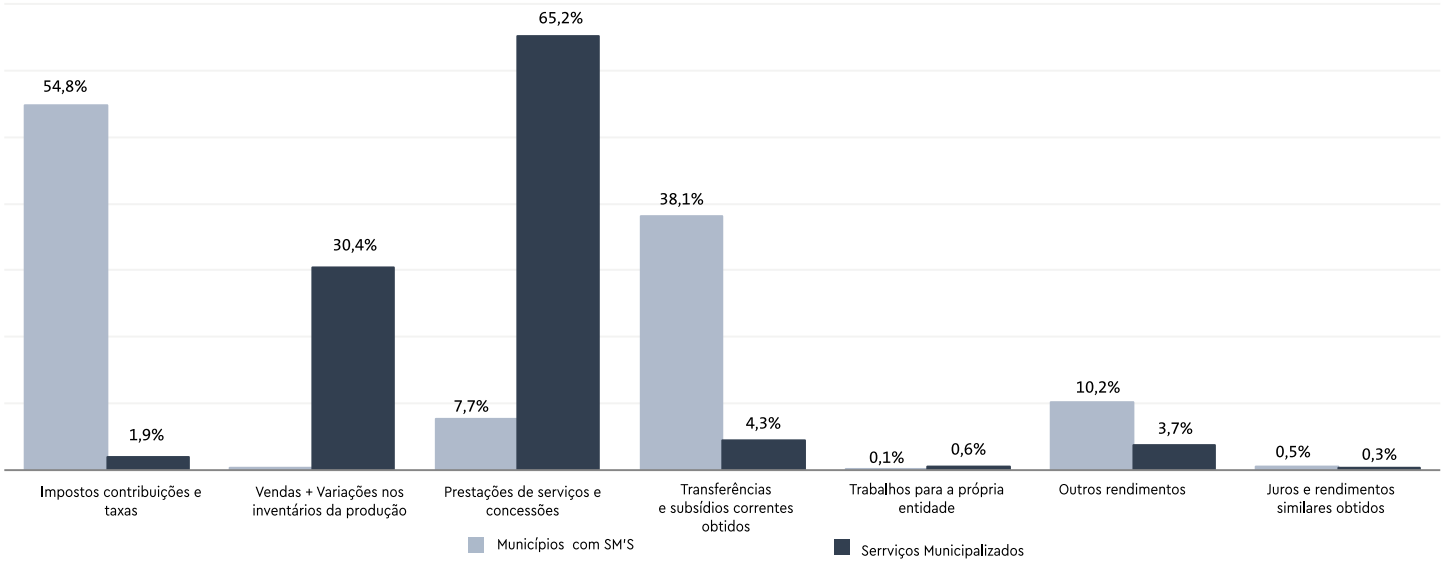
- O **Total dos Gastos** dos SM's foi de 598,3 milhões de euros em 2025 e aumentou +6,3% (+35,7 milhões de euros) em relação ao ano transato. Mais se constata que o total de gastos dos serviços municipalizados representam 21,8% do total dos gastos dos 31 municípios que os tutelam;
- A maior componente de gastos dos SM's, em 2025, foi **Fornecimentos e Serviços Externos**, com o peso de 36,6% nos gastos totais, tendo apresentado um diferencial em relação ao peso de **Gastos com Pessoal** de +8,7 pp (estes, representaram, este ano, 27,9% na estrutura de gastos). Trata-se de uma situação inversa à verificada na estrutura de gastos dos municípios que tutelam os SM's, onde o peso de **Gastos com Pessoal** foi superior ao peso de **Fornecimentos e Serviços Externos** em +4,4pp;
- Os valores apresentados em **Fornecimentos e Serviços Externos** e **Gastos com Pessoal** pelo global dos SM's, em 2025, foram respetivamente de 219,1 milhões de euros e de 166,7 milhões de euros. Mais se verifica que Fornecimento e Serviços Externos, em 2025, cresceu +8,1% (+16,5 milhões de euros) e os Custos com Pessoal cresceram +7,9% (+12,1 milhões de euros) ;
- Outro item relevante na estrutura dos gastos dos SM's foi o **Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas**, o qual representou 16,8% dos gastos totais, ao apresentar, em 2025, o valor de 100,2 milhões de euros, +7,1% (+6,6 milhão de euros) que o valor apresentado em 2024. Mais se anota, que este custo foi 450,6% maior que o custo homólogo do conjunto dos municípios que tutelam os serviços;

- Outro gasto representativo na estrutura dos gastos dos SM's é o referente a **Outros Gastos,** que, em 2025, totalizou 28,9 milhões de euros, tendo apresentado um aumento de +13,2% (+3,4 milhões de euros) ,em relação ao ano anterior. Em 2025, representou 33,6% do valor inscrito na mesma rubrica no global dos municípios que tutelam os serviços, mas apenas 4,8% no total dos gastos dos SM's;
- Faz-se notar o peso elevado de **Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização,** representando 13,1% dos gastos totais dos SM's, e apresentando, em 2025, o valor de 78,3 milhões de euros, isto é, uma descida de -0,7% (-546,6 milhares de euros) em relação ao ano transato;
- **Comparando a evolução dos Custos de 2025 com os de 2020**, poderemos concluir que neste período:
    1. **O Total dos Gastos** dos SM´s aumentou +163,5 milhões de euros (+37,6%);
    2. **Os Fornecimentos e Serviços Externos** cresceram +619,9 milhões de euros (+73,9%);
    3. **Os Gastos com Pessoal** subiram +792,3 milhões de euros (+82,6%);
    4. **Os Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização** desceram -14,2 milhões de euros (-22,1%);
    5. **Outros Gastos** baixaram -5,7 milhões de euros (-24,7%);

4.2.4.2. Rendimentos

O Gráfico 4.9 apresenta a estrutura dos rendimentos dos SM's, permitindo a sua comparação com os rendimentos homólogos dos municípios que os enquadram. A leitura cruzada deste Gráfico com o Quadro 4.37 permite a comparação da estrutura dos rendimentos dos SM's com a estrutura dos rendimentos do respetivo universo de municípios.

Gráfico 4.9 – Estrutura dos Rendimentos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios que os tutelam – 2025



- Relativamente à estrutura dos **Rendimentos,** verifica-se uma grande diferenciação quanto à origem dos mesmos nos municípios e nos SM's. Assim, as principais fontes financeiras dos SM's são as **Prestações de Serviços e Concessões** e as **Vendas**, respetivamente, com os pesos de 61,2% e de 28,5% no total dos rendimentos, em 2025. Os municípios, ao transferirem para os SM's as atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis[269], prescindiram dos respetivos rendimentos, o que se refletiu na estrutura de rendimentos, representando o valor dos correspondentes itens contabilísticos um peso muito menor nos rendimentos totais, respetivamente, 6,9% e 0,3%, em 2025. Anota-se que o item com maior peso nos rendimentos dos municípios é o relativo às Transferências e Subsídios Correntes, o qual apresentou o peso, nos rendimentos totais, de 34,1%;
- O **Total dos Rendimentos** obtidos em 2025 para os 26 SM's analisados foi de 622,7 milhões de euros, apresentando, em relação a 2024, um acréscimo de +6,5% (+38,2 milhões de euros). Mais se verificou que este rendimento correspondeu a 20,5% do rendimento obtido pelo global dos municípios que tutelam os serviços municipalizados;
- Quanto ao valor das **Prestações de Serviços e Concessões,** num total de 381,4 milhões de euros, em 2025, verificou-se um acréscimo de valor de +9,2% (+31,9 milhões de euros) e, em relação ao produto das **Vendas,** no total de 177,6 milhões de euros, constatou-se um crescimento de +6,6% (+11,0 milhões de euros que em 2024);
- Face ao exposto, e decorrente da delegação de competências dos municípios nos SM's, tanto o volume das **Vendas** como o produto da **Prestação de Serviços** do conjunto dos serviços municipalizados, não são comparáveis com os montantes de rendimentos homólogos do grupo dos municípios que os tutelam, face ao elevado diferencial de valores. Faz-se notar a desproporção verificada quando se comparam os valores destes rendimentos com os rendimentos homólogos obtidos pelos municípios de tutela, registando-se as razões/ percentagens, respetivamente, de 1 834,9% e 182,5%;
- **Outros Rendimentos**, como rubrica residual, tem sido uma rubrica com alguma representatividade, pesando 3,5% no total dos rendimentos. Apresentou em 2025 uma diminuição de – 8,1% (-1,9 milhões de euros) ao contabilizar 21,9 milhões de euros. Contudo, relacionando esta rubrica, com a homóloga dos municípios, verifica.se que representou, apenas, 8,6% do total da mesma;
- **Comparando a evolução dos Rendimentos de 2025 com os de 2020** poderemos concluir que neste período:
    1. **O Total dos Rendimentos** dos SM´s aumentou +187,5 milhões de euros (+43,1%);
    2. **A Prestações de Serviços e Concessões** cresceu +118,1 milhões de euros (+44,9%);
    3. As **Vendas** subiram +49,6 milhões de euros (+38,8%);
    4. **Os Impostos Contribuições e Taxas** aumentaram + 4,9 milhões de euros (+77,4%);
    5. As **Transferências e Subsídio**s cresceram +11,8 milhões de euros (+87,0%);
    6. **Outros Rendimentos** aumentaram +478,6 milhares de euros (+2,2%).

4.2.4.3. Resultados económicos

No Quadro 4.38 apresentam-se os resultados económicos dos SM's em 2025 e a sua comparação com os resultados dos municípios em geral e com os do grupo dos municípios que tutelam os SM's. No Quadro 4.39, apresenta-se a evolução dos resultados económicos da globalidade dos serviços municipalizados entre 2020 e 2025.

[269] Cujo preço de venda deverá, sempre, refletir o custo de todas as componentes de produção. Caso o preço de venda ao público seja inferior ao custo, por deliberação da Assembleia Municipal, aplicando-se preços sociais, os SM's beneficiarão das correspondentes indemnizações compensatórias.

Quadro 4.38 – Informação sobre estrutura económica dos SM's – 2025

Indicadores	Municípios	Municípios com SM's	Serviços Municipalizados
N.º de entidades analisadas	308	31	26
População (INE 2025)	11 424 031	3 345 547	3 345 547
Gastos com pessoal/Gastos totais	33,9%	34,9%	27,9%
Resultados económicos	702 155 036,0 €	288 924 085 €	24 424 158 €
Resultados económicos por habitante	61,5 €	86,4 €	7,3 €
N.º de entidades com resultados negativos	137	3	7

Da comparação da estrutura económica e dos respetivos resultados entre os SM's e os respetivos Municípios, o que se oferece aditar ao já supramencionado, será:

- Em 2025, **a população servida pelos serviços municipalizados representou 29,3% do total da população residente no universo dos 308 municípios;**
- **O índice que traduz os resultados económicos por habitante** foi bastante inferior, no contexto dos SM's (7,3€), ao dos índices homólogos obtidos no conjunto dos municípios de tutela (86,4€) e no universo global dos municípios (61,5€), em 2025. Todavia, os valores deste índice cresceram extraordinariamente no último quinquénio 2020–2025. No que se refere aos serviços municipalizados passaram de um índice positivo de 0,13 € em 2020 para 7,3€ por habitante em 2025, demonstrando assim um crescimento neste período de +5 442,9% (+7,17€ por habitante);
- Apesar de sete SM's terem obtido **Resultados negativos**, o **Resultado Económico** do global dos 26 SM´s apareceu com sinal positivo e no valor de 24,4 milhões de euros, tendo em relação ao ano transato aumentado cerca de +2,5 milhões de euros, isto é, +11,4%.

Quadro 4.39 – Evolução da situação económica dos Serviços Municipalizados

Indicadores	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Var. 24-25
N.º de entidades analisadas	23	23	24	25	26	26	0
População (INE 2025)	2 679 066	2 677 425	3 005 887	3 194 272	3 331 212	3 345 547	14 335
Gastos com pessoal/Gastos totais	26,6%	27,2%	27,0%	28,1%	27,5%	27,9%	0,4%
Resultados económicos	352 856 €	-3 214 694 €	1 284 314 €	16 641 498 €	21 934 011 €	24 424 158 €	2 490 147 €
Resultados económicos p/ habitante	0,13 €	-1,20 €	0,43 €	5,21 €	6,58 €	7,30 €	0,72 €
N.º de entidades c/ resultados negativos	2	10	13	10	5	7	2

O Quadro 4.40 e o Quadro 4.41 apresentam os SM's, respetivamente, com resultados económicos positivos e negativos.

Quadro 4.40 – Serviços Municipalizados com Resultados económicos positivos – 2025

Unidade: euros

	Serviços Municipalizados	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Var. % 24-25
1	SIMAS de Oeiras e Amadora	1 315 322	1 399 258	-1 523 597	81 037	4 508 089	6 582 049	46,0%
2	SMAS de Sintra	-1 890 360	-1 322 105	1 558 155	2 973 968	505 086	3 945 168	681,1%
3	SM de Setúbal	--	--	121 139	2 913 667	2 547 508	3 243 971	27,3%
4	SMEAS da Maia	801 545	1 339 115	1 051 946	1 640 340	1 450 629	2 136 488	47,3%
5	SMTC – Transp. Colectivos Barreiro	-698 237	-579 394	-499 653	-603 256	1 168 332	2 001 424	71,3%
6	SMAS de Mafra	950 680	982 932	464 078	2 074 943	1 822 775	1 808 183	-0,8%
7	SMAS de Leiria	2 948 401	1 552 506	2 911 076	2 117 613	2 782 829	1 625 124	-41,6%
8	SMAS de Ponta Delgada	1 165 943	1 774 629	989 034	1 042 483	897 645	1 620 446	80,5%
9	SMAS de Viseu	34 115	-959 638	796 402	463 327	1 418 302	1 599 564	12,8%
10	SMAS de Vila Franca Xira	941 759	1 080 147	1 446 141	629 239	57 695	953 612	1552,9%
11	SMAS Torres Vedras	170 532	-616 171	375 158	1 678 922	1 507 643	872 627	-42,1%
12	SMAS – Alcobaça	-109 822	633 001	24 102	469 567	626 937	586 794	-6,4%
13	SMAS de Peniche	-147 935	468 419	-430 430	94 970	320 843	534 987	66,7%
14	SMAS de Paredes	--	--	--	411 356	773 609	514 593	-33,5%
15	SM de Nazaré	-1 139 734	-806 940	812 806	777 294	1 469 871	512 335	-65,1%
16	SMAS de Caldas da Rainha	37 197	-1 588 627	-1 169 096	470 586	138 684	316 448	128,2%
17	SIMAR de Loures e Odivelas	-2 422 651	-5 368 593	-3 223 202	182 313	308 762	72 952	-76,4%
18	SIM Águas Públicas em Altitude	--	--	--	--	5 422	64 949	1098,0%
19	SMAT de Portalegre	-207 818	-304 706	299 003	190 069	-289 003	207	100,1%

Quadro 4.41 – Serviços Municipalizados com Resultados económicos negativos – 2025

Unidade: euros

	Serviços Municipalizados	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Var. % 24-25
1	SM de Viana Castelo	-1 506 704	-2 351 780	-916 623	-163 607	-454 220	-1 147 402	-152,6%
2	SMAS do Montijo	150 270	-562 292	-108 214	-660 039	-678 509	-1 078 598	-59,0%
3	SMAS de Almada	482 441	3 080 036	-1 521 653	520 280	103 030	-874 641	-948,9%
4	SMTUC – Transp. Urbanos Coimbra	-299 948	-54 898	1 333 826	757 061	-1 133 387	-864 632	23,7%
5	SM de Castelo Branco	-487 834	-994 141	-798 304	-1 757 256	2 010 084	-259 661	-112,9%
6	Teatro Municipal de Faro – SM	201 794	-20 984	59 744	-88 345	-2 435	-192 335	-7799,4%
7	SMA de Abrantes	63 899	5 533	-767 524	424 965	67 789	-150 497	-322,0%

CAPITULO 5.
RANKING GLOBAL

5.0 Enquadramento e Metodologia

Nos capítulos anteriores, apresentámos Rankings que ordenam os municípios com base em diferentes aspetos financeiros, orçamentais, económicos e patrimoniais. Como nos anuários anteriores, incluímos um Ranking Global que posiciona os municípios de acordo com variáveis e rácios financeiros considerados mais adequados para caracterizar a sua gestão financeira de forma comparativa. Ao comparar esses rácios e variáveis neste capítulo, pretendemos criar uma hierarquia dos municípios refletida na avaliação global da sua gestão económico-financeira, conforme apresentada nos documentos de prestação de contas.

Neste anuário, mantemos a metodologia de composição e construção do ranking – conjunto de rácios e variáveis – utilizados na análise do ano económico anterior, pois consideramos que os critérios que os fundamentaram continuam válidos. Devido à indisponibilidade do "Mapa de Evolução do Endividamento Total, por Município" fornecido pela DGAL, optámos por usar a informação disponibilizada por esta entidade, o que nos reporta â data de elaboração deste anuário, para os valores referenciados a dezembro de 2024. **Assim, foi considerada na elaboração dos rankings deste capítulo, a informação sobre endividamento por município reportada até 2024.**

5.1 Indicadores do Ranking Global

Para o Ranking Global consideraram-se os indicadores selecionados apresentados no Quadro 5.1, tendo sido seguida a seguinte metodologia para o posicionamento de cada município, em relação a cada um deles:

- Ordenaram-se, para cada indicador, os 308 municípios de acordo com a melhor prestação em relação à variável em análise, que nuns casos será o maior rácio ou valor e noutros, o menor rácio ou menor valor, atribuindo-se ao primeiro de cada lista a pontuação máxima de 200 pontos e reduzindo-se um ponto para cada município seguinte, na ordem descendente do posicionamento dos mesmos;
- Com este critério de pontuação apenas serão escalonados os 200 municípios melhor posicionados em cada indicador, ignorando-se a pontuação dos últimos 108 municípios para cada listagem considerada;
- No caso do indicador nº 6 – Prazo Médio de Pagamento (PMP) foi atribuída a pontuação de 100 pontos aos municípios com PMP inferior a 30 dias, 50 pontos aos municípios com um PMP superior ou igual a 30 dias e inferior a 60 dias, e 0 pontos aos restantes municípios, cujo PMP é superior ou igual a 60 dias;
- **Resultante da conjugação dos 10 indicadores selecionados, a pontuação máxima a atribuir a um município terá como limite 1.900 pontos.**

Quadro 5.1 – Indicadores selecionados para ranking global da situação financeira dos municípios

N.º	Indicador	Fórmula	Fonte	Ordem de pontuação
1	**Índice Liquidez**	Dívidas a receber correntes + caixa e depósitos	Balanço (Ativo)	**Maior rácio = 200**
		Dívidas a pagar correntes	Balanço (Passivo)	
2	**Razão entre o *EBITDA* e os Rendimentos Operacionais**	Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA)	Demonstração de Resultados	**Maior rácio = 200**
		Rendimentos operacionais		
3	**Peso Passivo exigível no Ativo**	Dívidas a pagar (passivo exigível)	Balanço (Passivo)	**Menor rácio = 200**
		Ativo Total – ATF: Bens de Domínio Público	Balanço (Ativo)	
4	**Passivo por habitante**	Dívidas a pagar (passivo exigível)	Balanço (passivo)	**Menor rácio = 200**
		N.º de habitantes	INE 2024	
5	**Taxa de cobertura financeira da despesa realizada no exercício**	Despesas comprometidas para o exercício	DEO despesa	**Menor rácio = 200**
		Receitas liquidadas líquidas	DEO receita	
6	**Prazo Médio de Pagamentos**	PMP a 31.12.2024 (n.º de dias)	DGAL	**PMP < 30 = 100** **PMP ≥ 30 < 60 = 50** **PMP ≥ 60 = 0**
7	**Grau de execução do saldo efetivo**	Receitas efetivas liquidadas – Despesas efetivas comprometidas	DEO receita e DEO despesa	**Maior rácio = 200**
		Receitas efetivas liquidadas	DEO receita	
8	**Índice de Dívida Total**[270]	Dívida total (exclui dívidas não orçamentais, exceções previstas na Lei n.º 73/2013 e no OE/2021 e FAM)	Balanço (passivo)	**Menor rácio = 200**
		Média das receitas correntes nos últimos 3 anos	DEO receita	
9	**Índice de *Superavit***	Despesas Pagas + (caixa e depósitos – operações de tesouraria)	DEO da despesa, balanço e fluxos de caixa	**Maior rácio = 200**
		Despesas comprometidas para o exercício	DEO da despesa	
10	**Impostos diretos por habitante**	IMI+IMT+IUC+ derrama	DEO da receita	**Maior rácio = 200**
		N.º de habitantes	INE 2024	
Pontuação máxima				**1.900**

[270] Utilizando como referência os dados fornecidos pela DGAL relativos ao ano económico de 2024.

5.1.1 Índice Liquidez

$$\frac{\text{Dívidas a receber correntes + caixa e depósitos}}{\text{Dívidas a pagar correntes}}$$

- Este indicador relaciona as dívidas a receber a curto prazo e os valores monetários disponíveis com as dívidas a pagar a curto prazo, permitindo verificar se um município terá ou não dificuldades em pagar os seus compromissos de curto prazo, bem como determinar o correspondente grau de cobertura financeira das dívidas relacionadas com esses compromissos.
- Não é atribuída pontuação aos municípios que não apresentem saldo na rubrica **Dívidas a receber de clientes**, contribuintes e utentes, no final do ano económico em apreço[271]. Em 2025 não houve qualquer município nessa situação, pelo que foram considerados os 308 municípios para o efeito.
- Em 2025, 32 municípios apresentam um valor de dívidas a pagar superior ao montante de dívidas a receber adicionadas das disponibilidades.

R104 – 20 municípios com melhor índice de liquidez

	Município	Distrito	Dimensão	Índice Liquidez	Pontuação
1	Ferreira do Zêzere	Santarém	P	1919%	200
2	Santa Cruz das Flores	Açores	P	1911%	199
3	Velas	Açores	P	1667%	198
4	Penamacor	Castelo Branco	P	1449%	197
5	Lagoa (Algarve)	Faro	M	1397%	196
6	Arronches	Portalegre	P	1321%	195
7	Santa Maria da Feira	Aveiro	G	1268%	194
8	Murtosa	Aveiro	P	1161%	193
9	Mortágua	Viseu	P	1048%	192
10	Vila Velha de Ródão	Castelo Branco	P	1020%	191
11	Santana	Madeira	P	1018%	190
12	Abrantes	Santarém	M	1008%	189
13	Santa Cruz da Graciosa	Açores	P	974%	188
14	Oliveira de Azeméis	Aveiro	M	948%	187
15	Mondim de Basto	Vila Real	P	928%	186
16	Maia	Porto	G	928%	185
17	Coruche	Santarém	P	917%	184
18	Penedono	Viseu	P	905%	183
19	Boticas	Vila Real	P	864%	182
20	Sintra	Lisboa	G	862%	181

[271] Em anos anteriores em relação a situações destas, não tendo sido possível obter informação suficiente para aferir razões substantivas para ausência deste registo contabilístico, entendeu-se, sempre, que tal situação poderia indicar que, no caso dos municípios referenciados, que a liquidação da receita teria sido registada apenas no momento da cobrança, não obedecendo ao definido no POCAL e válido no SNC-AP.

5.1.2 Razão entre o EBITDA e os Rendimentos Operacionais

$$\frac{\text{Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA)}}{\text{Rendimentos operacionais}}$$

- Embora se entenda que o objetivo principal de qualquer município não é o lucro, o valor dos resultados económicos apresentados, especialmente os resultados antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA), merece ser avaliado e pontuado.
- Apesar de, nos últimos anos, ter ocorrido uma redução no número de municípios com resultados antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA) negativos — o que reflete uma gestão mais adequada e equilibrada, além de uma melhor alocação dos seus recursos — em 2025, ainda houve 11 municípios nessa situação. Este número indica que, neste ano, o número de municípios com EBITDA negativo aumentou 120% (de 5 para 11), o que correspondeu a mais 6 municípios.

R105 – 20 municípios com melhor Resultado Operacional

	Município	Distrito	Dimensão	EBITDA / Rendimentos Operacionais	Pontuação
1	Vila Nova de Gaia	Porto	G	924,8%	200
2	Cascais	Lisboa	G	913,0%	199
3	Sintra	Lisboa	G	733,3%	198
4	Oeiras	Lisboa	G	489,7%	197
5	Porto	Porto	G	428,1%	196
6	Lagos	Faro	M	398,3%	195
7	Coruche	Santarém	P	355,5%	194
8	Aveiro	Aveiro	M	317,4%	193
9	Santa Maria da Feira	Aveiro	G	307,8%	192
10	Barcelos	Braga	G	264,5%	191
11	Matosinhos	Porto	G	229,0%	190
12	Santa Cruz	Madeira	M	216,7%	189
13	Vila Franca de Xira	Lisboa	G	211,1%	188
14	Viana do Castelo	Viana do Castelo	M	179,3%	187
15	Seixal	Setúbal	G	174,3%	186
16	Póvoa de Varzim	Porto	M	170,6%	185
17	Guimarães	Braga	G	163,5%	184
18	Gondomar	Porto	G	161,8%	183
19	Maia	Porto	G	160,5%	182
20	Vila Verde	Braga	M	145,3%	181

5.1.3 Peso do Passivo exigível no Ativo

$$\frac{\text{Dívidas a pagar (passivo exigível)}}{\text{Ativo Total – ATF (Bens de Domínio Público)}}$$

- Este indicador mede o nível de comprometimento obtido pela dívida total sobre o ativo. Será mais um indicador exclusivamente de avaliação comparativa pois a sua execução será inverosímil no enquadramento jurídico vigente dos municípios[272]. Trata-se de um indicador de comparabilidade para efeitos de medição da eficácia da gestão orçamental.
- Para efeito do seu cálculo, deduziu-se ao ativo, o valor de bens de domínio público, uma vez que estes não podem ser alienados sem a necessária desafetação. É de referir que nenhum município apresentou uma dívida total a pagar superior ao valor do seu Ativo deduzido dos bens de domínio público no ano económico de 2025. Destaca-se pela positiva o facto de se identificarem 224 municípios com este rácio inferior a 20%.

R106 – 20 municípios com menor Peso do Passivo Exigível no Ativo

	Município	Distrito	Dimensão	Peso Passivo Exigível	Pontuação
1	Velas	Açores	P	1,3%	200
2	Castelo Branco	Castelo Branco	M	1,7%	199
3	Abrantes	Santarém	M	1,8%	198
4	Santa Cruz da Graciosa	Açores	P	2,0%	197
5	Santa Cruz das Flores	Açores	P	2,0%	196
6	Vila Velha de Ródão	Castelo Branco	P	2,1%	195
7	Arronches	Portalegre	P	2,4%	194
8	Porto	Porto	G	2,6%	193
9	Penedono	Viseu	P	3,0%	192
10	Castelo de Vide	Portalegre	P	3,1%	191
11	Lajes das Flores	Açores	P	3,3%	190
12	Vila Nova de Foz Côa	Guarda	P	3,4%	189
13	Santa Maria da Feira	Aveiro	G	3,5%	188
14	Montijo	Setúbal	M	3,6%	187
15	Maia	Porto	G	3,6%	186
16	Ponte de Sor	Portalegre	P	3,7%	185
17	Alter do Chão	Portalegre	P	3,7%	184
18	Óbidos	Leiria	P	3,7%	183
19	Murtosa	Aveiro	P	3,7%	182
20	Tavira	Faro	M	3,8%	181

[272] Os municípios não podem vender os bens de domínio público sem a sua necessária desafetação decidida e fundamentada em Assembleia Municipal Por outro lado bens do domínio privado que constituem ativo municipal, quando usado para fins de interesse público e para o funcionamento das respetivas estruturas funcionais das autarquias, também não serão passíveis de liquidação.

5.1.4 Passivo por habitante

$$\frac{\text{Dívidas a pagar (passivo exigível)}}{\text{N.º de habitantes}}$$

- Este indicador permite determinar o valor do passivo exigível (dívida global) por habitante, indexando o total do passivo à dimensão social do município relacionada com a população residente.
- Em 2025, a média nacional dos passivos por habitante foi de 633 euros, tendo o município de Velas apresentado o menor valor de passivo por habitante (70,5 €/habitante) e o município de Fornos de Algodres o maior passivo por habitante (5 980,9 €/habitante).

R107 – 20 municípios com menor Passivo por habitante

	Município	Distrito	Dimensão	Passivo por habitante	Pontuação
1	Velas	Açores	P	70,5 €	200
2	Santa Cruz da Graciosa	Açores	P	71,9 €	199
3	Abrantes	Santarém	M	77,3 €	198
4	Santa Maria da Feira	Aveiro	G	81,1 €	197
5	Marinha Grande	Leiria	M	96,3 €	196
6	Amadora	Lisboa	G	101,3 €	195
7	Montijo	Setúbal	M	105,6 €	194
8	Águeda	Aveiro	M	110,6 €	193
9	Castelo Branco	Castelo Branco	M	111,1 €	192
10	Almada	Setúbal	G	115,6 €	191
11	Sintra	Lisboa	G	116,9 €	190
12	Santana	Madeira	P	118,4 €	189
13	Arouca	Aveiro	M	123,0 €	188
14	Maia	Porto	G	125,4 €	187
15	Alenquer	Lisboa	M	127,6 €	186
16	Alcobaça	Leiria	M	128,9 €	185
17	Câmara de Lobos	Madeira	M	135,2 €	184
18	Santa Cruz das Flores	Açores	P	136,3 €	183
19	Leiria	Leiria	G	142,0 €	182
20	Ovar	Aveiro	M	144,7 €	181

5.1.5 Grau de cobertura das despesas: despesa comprometida / receita liquidada líquida

$$\frac{\text{Despesas comprometidas para o exercício}}{\text{Receitas liquidadas}}$$

- Um município não deve gastar mais do que a receita que espera receber ao longo do exercício financeiro. Embora a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso exija que os compromissos assumidos estejam alinhados com a receita efetivamente cobrada, há situações em que é possível fazer exceções. Essas exceções consideram a receita certa a cobrar, ou seja, aquela que se baseia em liquidações realizadas com direitos adquiridos, garantindo com alto grau de certeza que o município receberá o valor liquidado. Essa é uma razão importante para que, neste indicador, se utilize como denominador as receitas liquidadas. **Esta abordagem é fundamental para avaliar a eficiência financeira dos municípios e foi detalhada no capítulo 2 deste anuário.**
- Este indicador mede a capacidade dos municípios de cumprirem os seus compromissos financeiros. Quando um município apresenta um coeficiente superior a 1 (ou seja, quando os compromissos comprometem mais de 100% da receita liquidada), isso pode indicar uma situação de risco de rutura financeira. **Por isso, foram atribuídas pontuações de zero aos municípios que tiveram esse indicador acima de 100%, sinalizando uma situação de maior vulnerabilidade.**
- Para calcular a receita liquidada, considerou-se o total de receita efetivamente liquidada, descontando-se as liquidações anuladas. Além disso, foi acrescentado o saldo de gerência de exercícios anteriores, contabilizado em previsões orçamentais corrigidas, mesmo que esse saldo não estivesse incluído na receita liquidada.
- Em 2025, **a média nacional do peso da despesa comprometida em relação à receita liquidada**, considerando os 308 municípios, **foi de 101%**.[273] Isso significa que, em média, os municípios assumiram compromissos assumidos cerca de 101% da receita liquidada. **Anota-se que, 154 municípios apresentaram esse índice abaixo de 100%, indicando uma gestão mais prudente e controlada[274] das despesas em relação à receita recebida.**

[273] Esta percentagem é admissível, pois para o cálculo deste indicador não é considerado o valor do "Saldo de gerência anterior acrescido das reposições não abatidas nos pagamentos", utilizado, contudo, sempre que o montante das obrigações constituídas a partir dos compromissos, ultrapasse a receita cobrada no exercício. Recorde-se que os Saldos de gerência podem ser incluídos (a norma é que o façam), após encerramento das contas, no cômputo do orçamento (orçamento corrigido) para efeitos de assunção de despesas.

[274] Com esta apreciação, não se está a estimular a acumulação de reservas de saldos orçamentais, pois as funções essenciais dos municípios e o bem-estar dos cidadãos, exigem a utilização cada vez maior de recursos financeiros, sendo uma boa gestão financeira o uso controlado dos saldos de gerência, conjugados com o controlo de encargos futuros assumidos ou a assumir.

R108 – 20 municípios com melhor grau de cobertura das despesas

	Município	Distrito	Dimensão	Despesa comprometida / Receita liquidada líquida	Pontuação
1	Coruche	Santarém	P	63,5%	200
2	Velas	Açores	P	65,2%	199
3	Penamacor	Castelo Branco	P	65,6%	198
4	Vimioso	Bragança	P	67,5%	197
5	Portimão	Faro	M	67,7%	196
6	Ferreira do Alentejo	Beja	P	68,6%	195
7	Santana	Madeira	P	69,6%	194
8	Óbidos	Leiria	P	71,1%	193
9	Santa Cruz da Graciosa	Açores	P	71,5%	192
10	Santa Cruz das Flores	Açores	P	71,9%	191
11	Oliveira de Azeméis	Aveiro	M	73,1%	190
12	Boticas	Vila Real	P	74,3%	189
13	Grândola	Setúbal	P	76,0%	188
14	Mealhada	Aveiro	P	76,4%	187
15	Ponta do Sol	Madeira	P	77,2%	186
16	Vila Franca do Campo	Açores	P	77,8%	185
17	Câmara de Lobos	Madeira	M	78,2%	184
18	Sintra	Lisboa	G	78,7%	183
19	Barrancos	Beja	P	78,7%	182
20	Alcácer do Sal	Setúbal	P	78,9%	181

5.1.6 Prazo Médio de Pagamentos

- O Prazo Médio de Pagamento (PMP), que sempre foi utilizado para avaliar a eficiência financeira dos municípios, tem um limite de 90 dias, conforme estabelecido na regulamentação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA).
- Como mencionado no ponto 3.5.5 do capítulo 3, alguns municípios apresentam um PMP de zero, um ou dois dias, o que é um prazo muito curto e pode indicar que esse indicador não é totalmente confiável, já que esses valores não são compatíveis com a realidade dos procedimentos de liquidação e pagamento das despesas públicas. Por isso, decidiu-se atribuir uma pontuação de 100 pontos a todos os municípios com PMP inferior a 30 dias, e de 50 pontos àqueles com PMP entre 30 e 59 dias.
- Para os 9 municípios que não tinham o PMP disponível no final de dezembro de 2025, foi considerado o valor de dezembro de 2024. Exceção feita ao município de Penedono cujo PMP não está disponível desde 2020, pelo que não foi atribuída pontuação a este município, neste indicador.

O Quadro 5.2 resume a classificação atribuída, nas condições apresentadas.

Quadro 5.2 – Municípios por intervalos no Prazo Médio de Pagamentos

Intervalo de PMP	Quantidade	Pontuação
Número de municípios com prazo médio de pagamentos inferior a 30 dias	240	100
Número de municípios com prazo médio de pagamentos entre 30 dias e 59 dias	44	50
Número de municípios com prazo médio de pagamentos entre 60 dias e 89 dias	15	0
Número de municípios com prazo médio de pagamentos igual ou superior a 90 dias	8	0

Do quadro supra, constata-se que a 23 municípios foi atribuída pontuação zero neste indicador, uma vez que o prazo médio de pagamento ultrapassou os 60 dias.

5.1.7 Grau de execução do saldo efetivo, na ótica dos compromissos

$$\frac{\text{Receitas efetivas liquidadas} - \text{Despesas efetivas comprometidas}}{\text{Receitas efetivas liquidadas}}$$

- Neste anuário, continuamos a acompanhar **o indicador que relaciona o saldo efetivo[275] com as receitas efetivas[276].** Numa boa gestão municipal, o ideal é que as receitas reais sejam maiores do que as despesas, garantindo equilíbrio financeiro. **Em 2025, 148 municípios estiveram nesta situação, com receitas superiores às despesas[277].**
- Por outro lado, quando esse indicador mostra valores negativos (saldo efetivo negativo), significa que as despesas superaram as receitas. **Para esses casos, atribuímos a pontuação zero. Em 2025, 160 municípios tiveram saldo efetivo negativo[278].**

R109 – 20 municípios com maior grau de execução do saldo efetivo, na ótica dos compromissos

	Município	Distrito	Dimensão	Grau de execução do saldo efetivo	Pontuação
1	Velas	Açores	P	43,9%	200
2	Coruche	Santarém	P	36,8%	199
3	Santa Cruz da Graciosa	Açores	P	35,6%	198
4	Portimão	Faro	M	35,5%	197
5	Sintra	Lisboa	G	35,0%	196
6	Penamacor	Castelo Branco	P	34,9%	195
7	Vimioso	Bragança	P	33,4%	194
8	Ferreira do Alentejo	Beja	P	31,8%	193
9	Santana	Madeira	P	30,4%	192
10	Óbidos	Leiria	P	30,3%	191
11	Santa Cruz das Flores	Açores	P	28,3%	190
12	Oliveira de Azeméis	Aveiro	M	27,9%	189
13	Vila Franca do Campo	Açores	P	27,5%	188
14	Boticas	Vila Real	P	26,2%	187
15	Mealhada	Aveiro	P	24,2%	186
16	Nordeste	Açores	P	24,1%	185
17	Grândola	Setúbal	P	24,0%	184
18	Ponta do Sol	Madeira	P	23,3%	183
19	Câmara de Lobos	Madeira	M	22,8%	182
20	Barrancos	Beja	P	22,0%	181

[275] Saldo global ou efetivo = receitas efetivas – despesas efetivas.

[276] Lembramos o que se entende por receita efetiva: Receitas efetivas = receitas correntes + receitas de capital – ativos financeiros – passivos financeiros. As receitas efetivas são todas aquelas que não dão origem a encargos futuros (isto significa que não incluem as receitas que provêm de recurso a empréstimos – passivos financeiros) e que não resultam de reembolsos de empréstimos concedidos (isto é, não incluem os ativos financeiros). Anota-se, contudo, que há receitas e despesas efetivas que resultam da existência de ativos e passivos financeiros, mas não das operações com os mesmos. Estamos a falar dos dividendos que são rendimentos de propriedade e dos juros da dívida, respetivamente receitas e despesas correntes.

[277] Claro que nestas situações se utiliza o financiamento bancário, essencialmente. Continuamos a chamar a atenção que a utilização controlada dos empréstimos bancário e médio e longo prazo é um instrumento fundamental na gestão pública. Por isso mesmo há os limites ao endividamento, por os considerar essenciais na gestão pública.

[278] Nestes casos recorreram necessariamente a financiamentos bancários, ou, como estamos a fazer a apreciação na ótica dos compromissos, os mesmos poderão não prosseguir para constituição de obrigações, caso não haja financiamento capaz de cobrir os encargos assumidos.

5.1.8 Índice de Dívida Total[279]

$$\frac{\text{Dívida total}^{[280]}\text{ (exclui dívidas não orçamentais, exceções previstas na Lei n.º 73/2013 e no OE/2021 e FAM)}}{\text{Média das receitas correntes nos últimos 3 anos}}$$

- O artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina que, a 31 de dezembro de cada ano, a dívida total do município resultante de operações orçamentais não pode exceder 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três anos anteriores. Consideram-se como dívida total todas as formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como os débitos a terceiros provenientes de operações orçamentais;
- Para este indicador[281], foram utilizados os dados divulgados pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL). Como à data de publicação deste Anuário a DGAL ainda não tinha disponibilizado os valores referentes a 2025, foi utilizada a informação do índice de dívida total disponível em dezembro de 2024. No caso do município de Penedono, cujos dados relativos ao período entre 2020 e 2024 não estavam disponíveis, foi atribuída pontuação 0;
- Atendendo à relevância deste indicador no âmbito da RFALEI, considerou-se essencial incluí-lo entre os indicadores de eficiência financeira. Importa destacar que, com base nos dados disponíveis, em dezembro de 2024 ainda existiam 10 municípios cujo rácio ultrapassava o limite legalmente estabelecido (ver capítulo 3, Quadro 3.21);
- Devido à importância deste critério, decidiu-se excluir do ranking global dos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima possível os municípios que apresentaram um rácio entre a dívida total e a média das receitas correntes dos três exercícios anteriores superior a 150%.

R110 – 20 municípios com menor índice de dívida total do município

	Município	Distrito	Dimensão	Índice de dívida total	Pontuação
1	Calheta (R.A.A.)	Açores	P	1,18%	200
2	Santana	Madeira	P	1,21%	199
3	Ferreira do Zêzere	Santarém	P	1,91%	198
4	Santa Cruz das Flores	Açores	P	2,17%	197
5	Arouca	Aveiro	M	2,62%	196
6	Mogadouro	Bragança	P	3,24%	195
7	Castelo de Vide	Portalegre	P	4,33%	194
8	Corvo	Açores	P	4,38%	193
9	Arronches	Portalegre	P	4,43%	192
10	Vila Velha de Ródão	Castelo Branco	P	4,63%	191
11	Pampilhosa da Serra	Coimbra	P	4,98%	190
12	Coruche	Santarém	P	5,13%	189
13	Alcácer do Sal	Setúbal	P	5,16%	188
14	Vila Nova de Foz Côa	Guarda	P	5,27%	187
15	Murtosa	Aveiro	P	5,51%	186
16	Lagoa (Algarve)	Faro	M	5,97%	185
17	Vila do Bispo	Faro	P	6,04%	184
18	Almeida	Guarda	P	6,06%	183
19	Castelo Branco	Castelo Branco	M	6,28%	182
20	Cadaval	Lisboa	P	6,46%	181

[279] Conforme referido na introdução deste Capítulo, na parte referente à metodologia usada foram utilizando como referência os dados fornecidos pela DGAL relativos ao ano económico de 2022.

[280] Fonte: Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL)

[281] A dívida total do município resultante de operações orçamentais não pode exceder 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três anos anteriores.

5.1.9 Índice de Superavit

$$\frac{\text{Despesas Pagas + (Caixa e depósitos – Operações de tesouraria)}}{\text{Despesas comprometidas para o exercício}}$$

- Uma gestão financeira eficiente deve garantir que as despesas assumidas sejam pagas dentro do próprio ano económico. Idealmente, a proporção entre o valor das despesas pagas e os compromissos assumidos deveria estar próxima de 100%, incluindo neste cálculo o saldo de caixa (excluindo as operações de tesouraria).
- No entanto, reconhece-se que alguns compromissos assumidos até 31 de dezembro de 2025 podem, aquela data, ainda não terem sido pagos por não se terem convertido em obrigações. Por isso, mantem-se, como mais fiável o indicador que mede o grau de execução da despesa face aos compromissos assumidos, considerando que existe um superavit sempre que a soma da despesa paga com o saldo final de tesouraria (sem operações de tesouraria) for superior ao total de compromissos assumidos no ano em análise, independentemente de já terem sido pagos ou não.
- Entende-se que este indicador, ao relacionar o montante de compromissos assumidos com o montante pago dos mesmos, acrescido das disponibilidades monetárias (excluídas das operações de tesouraria) existentes no final do ano económico, indicará o **índice de superavit orçamental, pois traduzirá um valor de receita (incluindo saldos anteriores de tesouraria) superior ao valor de compromissos assumidos** para o exercício económico em apreço.
- Assim, será expectável que este indicador seja igual ou superior a 100% nos municípios com elevada execução do grau de despesa e com disponibilidades de caixa superiores ao valor dos compromissos assumidos e por pagar. **Em dezembro de 2025, 154 municípios apresentaram este rácio com valor superior a 100%**.
- Dada a importância deste rácio, entendeu-se **excluir do ranking global dos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima possível, os que apresentaram um valor deste rácio inferior a 80%**,[282] pois, utilizando todas as disponibilidades monetárias existentes no final do ano económico, só teriam capacidade financeira para pagar 80% dos compromissos correntes do exercício. Seriam, sempre, municípios com problemas de sustentabilidade económica pelo que, não deverão ser incluídos num ranking que pretenderá identificar as autarquias com maior eficiência e eficácia financeira.

O ranking R111 apresenta os 20 municípios com melhor grau de execução da despesa acrescida dos saldos orçamentais de tesouraria, relativamente aos compromissos assumidos no exercício.

[282] Opção tomada pelos autores deste anuário aquando da introdução deste capítulo e baseada na observação e análise das contas e gestão financeira dos mesmos, acompanhada por contactos regulares e fundamentados com dirigentes da área financeira. Os autores têm intenção com base nos dados já recolhidos e após estes anos de experiência desenvolver estudos que validem/ monitorizem as opções tomadas, neste capítulo. Contudo, anota-se que a análise retrospetiva exigida anualmente, para a elaboração deste anuário, permite-nos manter como aceitáveis e ajustados os indicadores assumidos.

R111 – 20 municípios com melhor Grau de execução da despesa relativamente aos compromissos assumidos

	Município	Distrito	Dimensão	Índice de Superavit	Pontuação
1	Penamacor	Castelo Branco	P	191,2%	200
2	Santa Cruz das Flores	Açores	P	175,6%	199
3	Sintra	Lisboa	G	160,5%	198
4	Coruche	Santarém	P	156,2%	197
5	Velas	Açores	P	153,3%	196
6	Portimão	Faro	M	152,1%	195
7	Vimioso	Bragança	P	148,8%	194
8	Arronches	Portalegre	P	146,5%	193
9	Amadora	Lisboa	G	145,1%	192
10	Ferreira do Alentejo	Beja	P	144,8%	191
11	Santana	Madeira	P	143,7%	190
12	Óbidos	Leiria	P	140,0%	189
13	Santa Cruz da Graciosa	Açores	P	139,2%	188
14	Oliveira de Azeméis	Aveiro	M	136,1%	187
15	Boticas	Vila Real	P	135,4%	186
16	Castelo Branco	Castelo Branco	M	132,1%	185
17	Grândola	Setúbal	P	131,7%	184
18	Vila Franca do Campo	Açores	P	128,6%	183
19	Ponta do Sol	Madeira	P	128,2%	182
20	Câmara de Lobos	Madeira	M	127,3%	181

5.1.10 Impostos diretos por habitante

$$\frac{\text{IMI+IMT+IUC+ derrama}}{\text{N.º de habitantes}}$$

- Os impostos diretos representam a principal fonte de receita própria das autarquias, resultando diretamente dos rendimentos dos contribuintes residentes no município. **Por esse motivo, este indicador continua a ser considerado relevante na composição do ranking global das autarquias. Ele permite avaliar o valor médio de impostos pagos por habitante.** Apesar de, por si só, não refletir o grau de desenvolvimento de um município, é um bom indicador da sua autonomia financeira e da capacidade de realizar investimentos que contribuam positivamente para outros indicadores locais, ligados à qualidade de vida da população. **Em 2025, a média nacional dos impostos diretos por habitante fixou-se nos 301 euros.**
- **Importa destacar que, entre os 20 municípios com valores mais elevados neste indicador, 10 pertenciam ao distrito de Faro, 4 ao distrito de Setúbal e 3 ao distrito de Lisboa.** No entanto, este resultado não significa necessariamente que os residentes destes concelhos paguem mais impostos do que os de outros municípios. Em muitos casos, os valores elevados devem-se a receitas provenientes de não residentes, especialmente no que diz respeito ao IMI e ao IMT[283].

R112 – 20 municípios com maior índice de impostos por habitante

	Município	Distrito	Dimensão	Impostos por habitante	Pontuação
1	Grândola	Setúbal	P	1 972,8 €	200
2	Castro Marim	Faro	P	1 522,1 €	199
3	Loulé	Faro	M	1 457,0 €	198
4	Lagos	Faro	M	1 215,3 €	197
5	Vila do Bispo	Faro	P	1 132,5 €	196
6	Lagoa (Algarve)	Faro	M	1 070,7 €	195
7	Cascais	Lisboa	G	1 014,1 €	194
8	Óbidos	Leiria	P	968,5 €	193
9	Lisboa	Lisboa	G	931,4 €	192
10	Albufeira	Faro	M	887,8 €	191
11	Oeiras	Lisboa	G	840,7 €	190
12	Vila Real de Santo António	Faro	M	778,9 €	189
13	Tavira	Faro	M	778,0 €	188
14	Alcácer do Sal	Setúbal	P	772,7 €	187
15	Aljezur	Faro	P	750,4 €	186
16	Porto	Porto	G	739,5 €	185
17	Sines	Setúbal	P	730,2 €	184
18	Nazaré	Leiria	P	673,7 €	183
19	Portimão	Faro	M	626,5 €	182
20	Alcochete	Setúbal	M	619,8 €	181

[283] Faltam dados e estudos académicos ou mesmo institucionais, sobre esta problemática.

5.1.11 Ranking Global dos municípios

Com base no conjunto de indicadores apresentados e nos critérios definidos, **foi elaborada a lista dos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima possível, agrupados por grandes, médias e pequenas dimensões** — alterando-se a metodologia dos anos anteriores, no presente ano económico de 2025[284].

Importa ainda referir que, foram excluídos do ranking global os municípios cujo índice de dívida total (indicador 7) ultrapassou os 150%, ou seja, cuja dívida superava 1,5 vezes a média da receita corrente líquida arrecadada nos três anos anteriores.

Com os indicadores selecionados e os critérios estabelecidos supra, a pontuação total possível de obter, seria de 1.900 pontos. Ora, a pontuação máxima assinalada, este ano de 2025, foi de 1 727 pontos, obtida pelo município de Sintra (município de grande dimensão), seguida pela pontuação de 1 689 atribuída ao município de Santa Maria da Feira (município de grande dimensão) e de 1 594 obtida pelo município de Coruche (município de pequena dimensão).

No Quadro 5.3 apresenta-se a distribuição do total de municípios por intervalos de pontuação obtida, para efeitos de medição de eficiência na gestão financeira.

Quadro 5.3 – Distribuição do número de municípios por intervalos de pontuação obtida para o Ranking Global

Pontuação	Grandes		Médios		Pequenos		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Pontuação global superior ou igual a 80% da pontuação total	4	16%	3	3%	4	2%	**11**	4%
Pontuação global superior ou igual a 70% e inferior a 80% da pontuação total	2	8%	5	5%	10	5%	**17**	6%
Pontuação global superior ou igual a 50% e inferior 70% da pontuação total	8	32%	24	24%	21[285]	11%	**53**	17%
Pontuação global inferior a 50% da pontuação total	11	44%	67	68%	149	81%	**227**	74%
Total	**25**	**100%**	**99**	**100%**	**184**	**100%**	**308**	**100%**

[284] Situação inovadora neste Anuário, pois até ao ano 2024, hierarquizavam-se 100 municípios com maior pontuação obtida através da aplicação dos 10 indicadores de eficiência global, selecionados para efeitos de medição de eficiência da gestão financeira municipal. Ora acontece, como tem sido demonstrado pelo Quadro 5.3, que o número de municípios com pontuação global igual ou superior a 50%, por vezes é inferior a 100, como aconteceu no presente ano económico. Face ao exposto os autores do Anuário, de acordo com os pressupostos que conduziram à realização deste Capítulo, entenderam não considerar dentro dos "melhores municípios com performance financeira" os que não atingiram, pelo menos 50% da pontuação total obtida para o Ranking Global.

[285] Este número Inclui o Município de Vila Franca do Campo (Açores) que foi excluído dos rankings e quadro seguintes por apresentar um índice de dívida global de 304% (superior a 150%), nos termos dos pressupostos neste Capítulo.

Observando o Quadro 5.3, pode-se concluir que, face ao resultado da pontuação obtida por cada município no conjunto dos indicadores de eficiência global (10 indicadores com um valor total de 1.900 pontos) em 2025:

- Apenas **81 municípios** (14 de grande dimensão, 32 de média dimensão e 35[286] de pequena dimensão) **alcançaram um nível considerado satisfatório de eficácia e eficiência financeira, ou seja, atingiram pelo menos 50% da pontuação total possível[287];**
- **Um total de 227 municípios obtiveram uma pontuação inferior a 950 pontos (menos de 50% da pontuação total)**[288]. A maioria dos restantes municípios (53 em 81) ficaram com pontuação entre 50% e 70% da pontuação total[289].

Municípios com melhor eficiência financeira comparativa

Os três Rankings a seguir apresentados decorrentes da avaliação efetuada para 2025, aplicando os indicadores e critérios supra definidos, com as objeções decorrentes da apresentação do Quadro 5.3 elencam **os municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima possível[290], sendo que: 14 são de grande dimensão, 32 de média dimensão e 34 de pequena dimensão.**

Face à distribuição destes 80 municípios, conclui-se que, nesta listagem se encontram representados 56% dos municípios de grande dimensão, 32,3% dos municípios de média dimensão e 18,5% dos municípios de pequena dimensão. Deste modo, constata-se que os municípios de pequena dimensão são os continuam a apresentar maior dificuldade em integrar o ranking dos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima possível [291], em termos de eficácia e eficiência financeira, situação justificada, essencialmente, pelo baixo valor de receitas próprias, designadamente as provenientes de impostos.

---

[286] Deste grupo será excluído, para efeitos de hierarquização dos municípios com maior eficácia financeira, o município de Vila Franca do Campo (Açores) por apresentar um índice de dívida global de 304% (superior a 150%), nos termos dos pressupostos neste Capítulo.

[287] O peso da receita das autarquias portuguesas no total da administração pública está substancialmente abaixo da média da Zona Euro, apesar da inexistência da regionalização, mas que se pretende suprir com a descentralização. Anota-se que atualmente, Portugal apresenta um peso da receita local no total da administração pública de apenas 12,6%, um valor muito inferior à média de 21,2% da Zona Euro. Apesar deste indicador a transferência de competências do Estado para as Autarquias prossegue sem que o pacote financeiro transferido possa assegurar o novo funcionamento autárquico. Por isso neste anuário se tem pugnado pela necessidade de alteração da Lei das Finanças Locais.

[288] Situação que exige prevenção e cautela de acordo com os critérios aplicados pelos autores deste anuário, mas que não traduzem, maior preocupação que as assinaladas no Capítulo 3, na apresentação dos Indicadores de Sinalização de Alerta Precoce de Saneamento Financeiro e de Recuperação Financeira e tratadas também na avaliação e análise ao limite de endividamento. Todavia voltamos a insistir na necessidade de reforço financeiro das autarquias: a Iniquidade demográfica tem que ser encarada como uma realidade que urge mudar: O modelo atual beneficia excessivamente indicadores populacionais e fiscais. Isto penaliza severamente os municípios do Interior. A falta de justiça redistributiva exige uma mudança urgente dos critérios afim de garantir uma discriminação positiva a concelhos com menor capacidade de gerar receitas próprias ou com custos acrescidos devido à dispersão geográfica e envelhecimento.

[289] Apesar deste número restrito de municípios com uma graduação satisfatória, na sequência da apresentação dos resultados dos indicadores nos anos anteriores, optou-se por manter a mesma metodologia, apresentando os municípios com mais elevada pontuação, indiferentemente da mesma ser inferior a metade da cotação total obtida com os suprarreferidos 10 indicadores, pelas razões apontadas na nota anterior.

[290] Estes mesmos municípios serão também apresentados por distrito, bem como por região autónoma, no caso dos Açores e da Madeira.

[291] A estrutura da Lei das Finanças Locais, não ajuda a uma maior coesão territorial, disparidade, agravada com a descentralização de competências. Nos últimos anos, o Estado transferiu para os municípios gestão de áreas pesadas em termos de custos, como a Educação, parte dos cuidados primários da Saúde e Ação Social. Para os municípios conseguirem suportar estas novas despesas (como ordenados de funcionários escolares ou manutenção de centros de saúde), o Estado foi obrigado a transferir pacotes financeiros, que se podem considerar insuficientes e transferidos através de fundos (como o Fundo de Financiamento das Competências. Assim: O atual Fundo de Financiamento para a descentralização frequentemente não cobre o custo real destas competências. A lei precisa de ser revista para garantir que "a cada competência transferida corresponda o respetivo envelope financeiro".

R113 – Ranking Global dos municípios de grande dimensão na lista dos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima

	Município	Distrito	Pontuação 2025	Posição 2024	Posição 2023	Posição 2022
1	Sintra	Lisboa	1 727	1º	1º	1º
2	Santa Maria da Feira	Aveiro	1 689	4º	3º	2º
3	Amadora	Lisboa	1 571	3º	5º	3º
4	Porto	Porto	1 548	5º	6º	7º
5	Maia	Porto	1 518	2º	2º	4º
6	Almada	Setúbal	1 331	8º	10º	9º
7	Vila Franca de Xira	Lisboa	1 305	6º	9º	5º
8	Leiria	Leiria	1 269	10º	7º	8º
9	Vila Nova de Gaia	Porto	1 158	14º	16º	21º
10	Cascais	Lisboa	1 157	11º	4º	6º
11	Guimarães	Braga	1 108	12º	13º	15º
11	Vila Nova de Famalicão	Braga	1 108	7º	8º	12º
13	Funchal	Madeira	1 090	16º	17º	17º
14	Matosinhos	Porto	969	13º	12º	14º

R114 – Ranking Global dos municípios de média dimensão na lista dos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima

	Município	Distrito	Pontuação 2025	Posição 2024	Posição 2023	Posição 2022
1	Montijo	Setúbal	1 575	9º	9º	4º
2	Tavira	Faro	1 544	2º	3º	1º
3	Abrantes	Santarém	1 522	1º	1º	5º
4	Castelo Branco	Castelo Branco	1 513	3º	6º	8º
5	Oliveira de Azeméis	Aveiro	1 399	4º	5º	6º
6	Bragança	Bragança	1 394	18º	20º	19º
7	Marinha Grande	Leiria	1 362	6º	7º	7º
8	Lagos	Faro	1 352	15º	18º	11º
9	Porto de Mós	Leiria	1 329	5º	13º	21º
10	Vila Verde	Braga	1 287	13º	25º	34º
11	Faro	Faro	1 280	28º	15º	27º
12	Caldas da Rainha	Leiria	1 274	38º	28º	22º
13	Santiago do Cacém	Setúbal	1 260	22º	27º	48º
14	Câmara de Lobos	Madeira	1 242	25º	65º	70º
15	Arouca	Aveiro	1 199	7º	17º	13º
16	Silves	Faro	1 197	17º	19º	30º
17	Loulé	Faro	1 177	16º	15º	10º
18	Alcobaça	Leiria	1 123	8º	10º	9º
19	Lagoa (Algarve)	Faro	1 095	14º	2º	2º
20	Lourinhã	Lisboa	1 085	32º	38º	36º
21	Aveiro	Aveiro	1 075	30º	47º	29º
21	Tondela	Viseu	1 075	39º	74º	67º
23	Palmela	Setúbal	1 055	44º	32º	18º
24	Portimão	Faro	1 041	20º	40º	40º
25	Albufeira	Faro	1 038	21º	4º	3º
26	Alenquer	Lisboa	1 034	45º	43º	49º
27	Ponte de Lima	Viana do Castelo	1 029	34º	13º	33º
28	Pombal	Leiria	1 014	47º	39º	31º
29	Torres Vedras	Lisboa	1 010	29º	23º	56º
30	Ourém	Santarém	992	23º	26º	14º
31	Azambuja	Lisboa	979	35º	53º	43º
32	Almeirim	Santarém	970	64º	60º	61º

R115 – Ranking Global dos municípios de pequena dimensão integrados na lista dos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima

	Município	Distrito	Pontuação 2025	Posição 2024	Posição 2023	Posição 2022
1	Coruche	Santarém	1 594	8º	10º	3º
2	Murtosa	Aveiro	1 535	2º	5º	4º
3	Grândola	Setúbal	1 528	6º	1º	2º
4	Santa Cruz da Graciosa	Açores	1 525	13º	48º	34º
5	Óbidos	Leiria	1 506	1º	3º	12º
6	Ferreira do Alentejo	Beja	1 482	5º	12º	36º
7	Santa Cruz das Flores	Açores	1 455	3º	8º	6º
8	Alcácer do Sal	Setúbal	1 437	27º	9º	5º
9	Santana	Madeira	1 432	10º	2º	1º
10	Vila Velha de Ródão	Castelo Branco	1 425	17º	11º	9º
11	Penamacor	Castelo Branco	1 422	12º	14º	15º
12	Velas	Açores	1 416	14º	24º	28º
13	Mealhada	Aveiro	1 385	19º	38º	19º
14	Porto Moniz	Madeira	1 333	52º	23º	43º
15	Cadaval	Lisboa	1 257	23º	20º	18º
16	Vila do Bispo	Faro	1 237	7º	4º	8º
17	Calheta (R. A. M.)	Madeira	1 236	46º	39º	21º
18	Bombarral	Leiria	1 221	36º	31º	20º
19	Alter do Chão	Portalegre	1 217	16º	28º	24º
20	Lajes das Flores	Açores	1 180	26º	33º	83º
21	Boticas	Vila Real	1 177	20º	6º	22º
22	Mortágua	Viseu	1 152	20º	18º	13º
23	Valpaços	Vila Real	1 145	37º	30º	30º
24	Ponta do Sol	Madeira	1 140	22º	16º	10º
25	Vila Nova da Barquinha	Santarém	1 119	18º	35º	69º
26	Barrancos	Beja	1 110	56º	53º	94º
27	Castelo de Vide	Portalegre	1 106	24º	32º	73º
27	Vila Nova de Foz Côa	Guarda	1 106	11º	15º	23º
29	Vimioso	Bragança	1 066	31º	36º	66º
30	Mértola	Beja	1 029	44º	58º	26º
31	Almeida	Guarda	1 014	30º	26º	26º
32	Arronches	Portalegre	1 002	18º	19º	25º
33	Alcoutim	Faro	980	64º	105º	96º
34	Góis	Coimbra	955	97º	101º	80º

O Quadro 5.4 resume o número dos municípios incluídos nos melhor classificados por distrito.

Numa análise verifica-se que a **Região da Madeira,** bem como os distritos de **Faro, Lisboa, Leiria e Aveiro** conseguem integrar metade ou mais dos seus municípios na lista dos municípios com melhor avaliação global em termos de eficácia e eficiência financeira.

Quadro 5.4 – Distribuição dos municípios, por Distrito e Regiões, integrados na lista dos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima

Distrito/Região	Número de municípios				Nº de municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima				% de municípios
	Grande dimensão	Média dimensão	Pequena dimensão	TOTAL	Grande dimensão	Média dimensão	Pequena dimensão	TOTAL	
Faro	0	10	6	16	0	8	2	10	**62,5%**
Lisboa	8	5	3	16	4	4	1	9	**56,3%**
Madeira	1	3	7	11	1	1	4	6	**54,5%**
Leiria	1	6	9	16	1	5	2	8	**50,0%**
Setúbal	3	7	3	13	1	3	2	6	**46,2%**
Aveiro	1	14	4	19	1	3	2	6	**31,6%**
Castelo Branco	0	3	8	11	0	1	2	3	**27,3%**
Santarém	0	11	10	21	0	3	2	5	**23,8%**
Porto	5	12	1	18	4	0	0	4	**22,2%**
Beja	0	2	12	14	0	0	3	3	**21,4%**
Braga	4	5	5	14	2	1	0	3	**21,4%**
Açores	0	3	16	19	0	0	4	4	**21,1%**
Portalegre	0	2	13	15	0	0	3	3	**20,0%**
Bragança	0	2	10	12	0	1	1	2	**16,7%**
Guarda	0	2	12	14	0	0	2	2	**14,3%**
Vila Real	0	2	12	14	0	0	2	2	**14,3%**
Viana do Castelo	0	3	7	10	0	1	0	1	**10,0%**
Viseu	1	2	21	24	0	1	1	2	**8,3%**
Coimbra	1	4	12	17	0	0	1	1	**5,9%**
Évora	0	1	13	14	0	0	0	0	**0,0%**
Total	**25**	**99**	**184**	**308**	**14**	**32**	**34**	**80**	**26,0%**

Nos Rankings a seguir apresentados apresentam-se por Distrito e Regiões, os municípios incluídos nos melhores classificados, neste anuário nas condições anteriores definidas e enumerados no Quadro 5.4.

R116 – Municípios do Distrito de Aveiro incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima

	Município	Dim.	Pontuação 2025
1	Santa Maria da Feira	G	1 689
2	Murtosa	P	1 535
3	Oliveira de Azeméis	M	1 399
4	Mealhada	P	1 385
5	Arouca	M	1 199
6	Aveiro	M	1 075

R117 – Municípios do Distrito de Beja incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima

	Município	Dim.	Pontuação 2025
1	Ferreira do Alentejo	P	1 482
2	Barrancos	P	1 110
3	Mértola	P	1 029

R118 – Municípios do Distrito de Braga incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima

	Município	Dim.	Pontuação 2025
1	Vila Verde	M	1 287
2	Guimarães	G	1 108
3	Vila Nova de Famalicão	G	1 108

R119 – Municípios do Distrito de Bragança incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima

	Município	Dim.	Pontuação 2025
1	Bragança	M	1 394
2	Vimioso	P	1 066

R120 – Municípios do Distrito de Castelo Branco incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima

	Município	Dim.	Pontuação 2025
1	Castelo Branco	M	1 513
2	Vila Velha de Ródão	P	1 425
3	Penamacor	P	1 422

R121 – Municípios do Distrito de Coimbra incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima

	Município	Dim.	Pontuação 2025
1	Góis	P	955

R 122 – Municípios do Distrito de Évora incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima

	Município	Dim.	Pontuação 2025
0			

R123 – Municípios do Distrito de Faro incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima

	Município	Dim.	Pontuação 2025
1	Tavira	M	1 544
2	Lagos	M	1 352
3	Faro	M	1 280
4	Vila do Bispo	P	1 237
5	Silves	M	1 197
6	Loulé	M	1 177
7	Lagoa (Algarve)	M	1 095
8	Portimão	M	1 041
9	Albufeira	M	1 038
10	Alcoutim	P	980

R124 – Municípios do Distrito de Guarda incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima

	Município	Dim.	Pontuação 2025
1	Vila Nova de Foz Côa	P	1 106
2	Almeida	P	1 014

R125 – Municípios do Distrito de Leiria incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima

	Município	Dim.	Pontuação 2025
1	Óbidos	P	1 506
2	Marinha Grande	M	1 362
3	Porto de Mós	M	1 329
4	Caldas da Rainha	M	1 274
5	Leiria	G	1 269
6	Bombarral	P	1 221
7	Alcobaça	M	1 123
8	Pombal	M	1 014

R126 – Municípios do Distrito de Lisboa incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima

	Município	Dim.	Pontuação 2025
1	Sintra	G	1 727
2	Amadora	G	1 571
3	Vila Franca de Xira	G	1 305
4	Cadaval	P	1 257
5	Cascais	G	1 157
6	Lourinhã	M	1 085
7	Alenquer	M	1 034
8	Torres Vedras	M	1 010
9	Azambuja	M	979

R127 – Municípios do Distrito de Portalegre incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima

	Município	Dim.	Pontuação 2025
1	Alter do Chão	P	1 217
2	Castelo de Vide	P	1 106
3	Arronches	P	1 002

R128 – Municípios do Distrito de Porto incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima

	Município	Dim.	Pontuação 2025
1	Porto	G	1 548
2	Maia	G	1 518
3	Vila Nova de Gaia	G	1 158
4	Matosinhos	G	969

R129 – Municípios do Distrito de Santarém incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima

	Município	Dim.	Pontuação 2025
1	Coruche	P	1 594
2	Abrantes	M	1 522
3	Vila Nova da Barquinha	P	1 119
4	Ourém	M	992
5	Almeirim	M	970

R130 – Municípios do Distrito de Setúbal incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima

	Município	Dim.	Pontuação 2025
1	Montijo	M	1 575
2	Grândola	P	1 528

	Município	Dim.	Pontuação 2025
3	Alcácer do Sal	P	1 437
4	Almada	G	1 331
5	Santiago do Cacém	M	1 260
6	Palmela	M	1 055

R131 – Municípios do Distrito de Viana do Castelo incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima

	Município	Dim.	Pontuação 2025
1	Ponte de Lima	M	1 029

R132 – Municípios do Distrito de Vila Real incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima

	Município	Dim.	Pontuação 2025
1	Boticas	P	1 177
2	Valpaços	P	1 145

R133 – Municípios do Distrito de Viseu incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima

	Município	Dim.	Pontuação 2025
1	Mortágua	P	1 152
2	Tondela	M	1 075

R134 – Municípios do Distrito de Região Autónoma dos Açores incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima

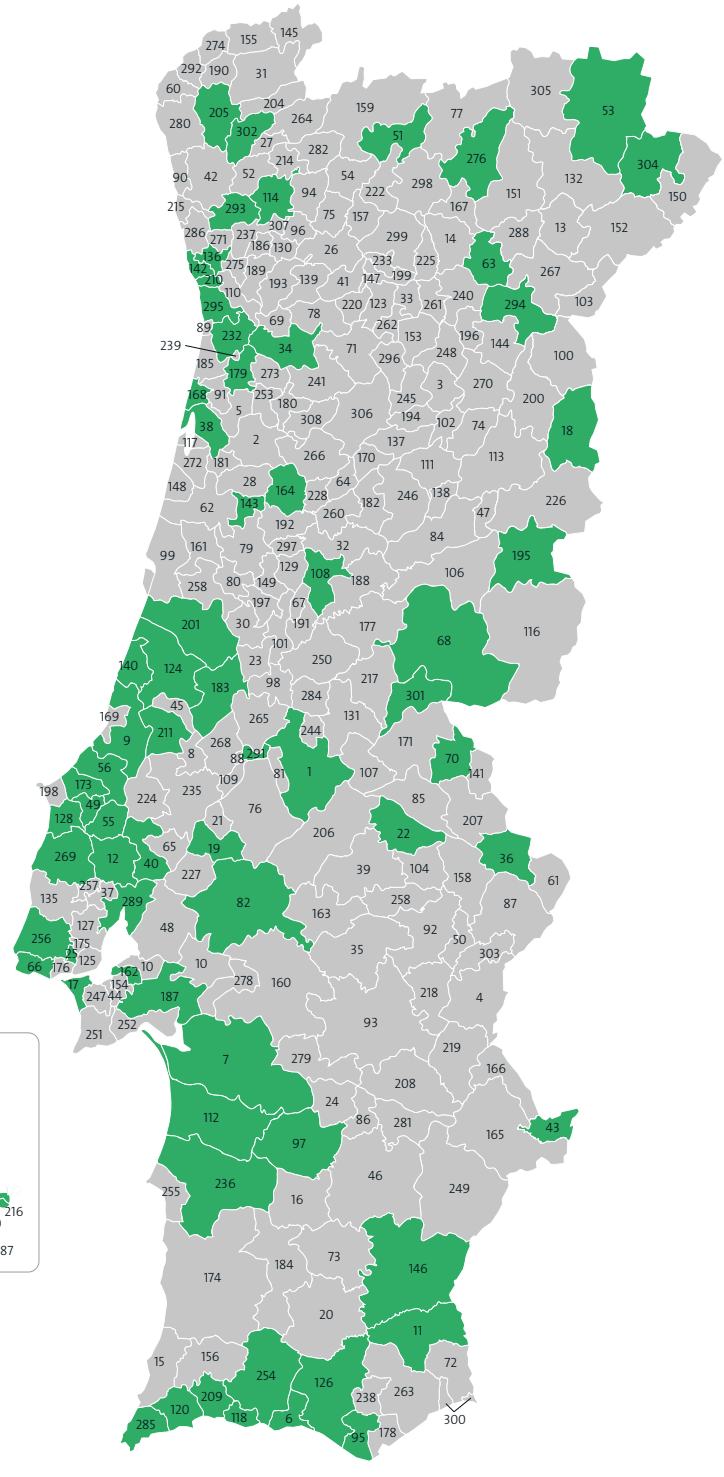
	Município	Dim.	Pontuação 2025
1	Santa Cruz da Graciosa	P	1 525
2	Santa Cruz das Flores	P	1 455
3	Velas	P	1 416
4	Lajes das Flores	P	1 180

R135 – Municípios do Distrito de Região Autónoma da Madeira incluídos nos municípios com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima

	Município	Dim.	Pontuação 2025
1	Santana	P	1 432
2	Porto Moniz	P	1 333
3	Câmara de Lobos	M	1 242
4	Calheta (R. A. M.)	P	1 236
5	Ponta do Sol	P	1 140
6	Funchal	G	1 090

Figura 2 – Municípios com melhor eficiência financeira

1 Abrantes
2 Águeda
3 Aguiar da Beira
4 Alandroal
5 Albergaria-a-Velha
6 Albufeira
7 Alcácer do Sal
8 Alcanena
9 Alcobaça
10 Alcochete
11 Alcoutim
12 Alenquer
13 Alfândega da Fé
14 Alijó
15 Aljezur
16 Aljustrel
17 Almada
18 Almeida
19 Almeirim
20 Almodôvar
21 Alpiarça
22 Alter do Chão
23 Alvaiázere
24 Alvito
25 Amadora
26 Amarante
27 Amares
28 Anadia
29 Angra do Heroísmo
30 Ansião
31 Arcos de Valdevez
32 Arganil
33 Armamar
34 Arouca
35 Arraiolos
36 Arronches
37 Arruda dos Vinhos
38 Aveiro
39 Avis
40 Azambuja
41 Baião
42 Barcelos
43 Barrancos
44 Barreiro
45 Batalha
46 Beja
47 Belmonte
48 Benavente
49 Bombarral
50 Borba
51 Boticas
52 Braga
53 Bragança
54 Cabeceiras de Basto
55 Cadaval
56 Caldas da Rainha
57 Calheta (R. A. A.)
58 Calheta (R. A. M.)
59 Câmara de Lobos
60 Caminha
61 Campo Maior
62 Cantanhede
63 Carrazeda de Ansiães
64 Carregal do Sal
65 Cartaxo
66 Cascais
67 Castanheira de Pêra
68 Castelo Branco
69 Castelo de Paiva
70 Castelo de Vide
71 Castro Daire
72 Castro Marim
73 Castro Verde
74 Celorico da Beira
75 Celorico de Basto
76 Chamusca
77 Chaves
78 Cinfães
79 Coimbra
80 Condeixa-a-Nova
81 Constância
82 Coruche
83 Corvo
84 Covilhã
85 Crato
86 Cuba
87 Elvas
88 Entroncamento
89 Espinho
90 Esposende
91 Estarreja
92 Estremoz
93 Évora
94 Fafe
95 Faro
96 Felgueiras
97 Ferreira do Alentejo
98 Ferreira do Zêzere
99 Figueira da Foz
100 Figueira de Castelo Rodrigo
101 Figueiró dos Vinhos
102 Fornos de Algodres
103 Freixo de Espada à Cinta
104 Fronteira
105 Funchal
106 Fundão
107 Gavião
108 Góis
109 Golegã
110 Gondomar
111 Gouveia
112 Grândola
113 Guarda
114 Guimarães
115 Horta
116 Idanha-a-Nova
117 Ílhavo
118 Lagoa (Algarve)
119 Lagoa (R.A.A)
120 Lagos
121 Lajes das Flores
122 Lajes do Pico
123 Lamego
124 Leiria
125 Lisboa
126 Loulé
127 Loures
128 Lourinhã
129 Lousã
130 Lousada
131 Mação
132 Macedo de Cavaleiros
133 Machico
134 Madalena
135 Mafra
136 Maia
137 Mangualde
138 Manteigas
139 Marco de Canaveses
140 Marinha Grande
141 Marvão
142 Matosinhos
143 Mealhada
144 Meda
145 Melgaço
146 Mértola
147 Mesão Frio
148 Mira
149 Miranda do Corvo
150 Miranda do Douro
151 Mirandela
152 Mogadouro
153 Moimenta da Beira
154 Moita
155 Monção
156 Monchique
157 Mondim de Basto
158 Monforte
159 Montalegre
160 Montemor-o-Novo
161 Montemor-o-Velho
162 Montijo
163 Mora
164 Mortágua
165 Moura
166 Mourão
167 Murça
168 Murtosa
169 Nazaré
170 Nelas
171 Nisa
172 Nordeste
173 Óbidos
174 Odemira
175 Odivelas
176 Oeiras
177 Oleiros
178 Olhão
179 Oliveira de Azeméis
180 Oliveira de Frades
181 Oliveira do Bairro
182 Oliveira do Hospital
183 Ourém
184 Ourique
185 Ovar
186 Paços de Ferreira
187 Palmela
188 Pampilhosa da Serra
189 Paredes
190 Paredes de Coura
191 Pedrógão Grande
192 Penacova
193 Penafiel
194 Penalva do Castelo
195 Penamacor
196 Penedono
197 Penela
198 Peniche
199 Peso da Régua
200 Pinhel
201 Pombal
202 Ponta Delgada
203 Ponta do Sol
204 Ponte da Barca
205 Ponte de Lima
206 Ponte de Sor
207 Portalegre
208 Portel
209 Portimão
210 Porto
211 Porto de Mós
212 Porto Moniz
213 Porto Santo
214 Póvoa de Lanhoso
215 Póvoa de Varzim
216 Povoação
217 Proença-a-Nova
218 Redondo
219 Reguengos de Monsaraz
220 Resende
221 Ribeira Brava
222 Ribeira de Pena
223 Ribeira Grande
224 Rio Maior
225 Sabrosa
226 Sabugal
227 Salvaterra de Magos
228 Santa Comba Dão
229 Santa Cruz
230 Santa Cruz da Graciosa
231 Santa Cruz das Flores
232 Santa Maria da Feira
233 Santa Marta de Penaguião
234 Santana
235 Santarém
236 Santiago do Cacém
237 Santo Tirso
238 São Brás de Alportel
239 São João da Madeira
240 São João da Pesqueira
241 São Pedro do Sul
242 São Roque do Pico
243 São Vicente
244 Sardoal
245 Sátão
246 Seia
247 Seixal
248 Sernancelhe
249 Serpa
250 Sertã
251 Sesimbra
252 Setúbal
253 Sever do Vouga
254 Silves
255 Sines
256 Sintra
257 Sobral de Monte Agraço
258 Soure
259 Sousel
260 Tábua
261 Tabuaço
262 Tarouca
263 Tavira
264 Terras de Bouro
265 Tomar
266 Tondela
267 Torre de Moncorvo
268 Torres Novas
269 Torres Vedras
270 Trancoso
271 Trofa
272 Vagos
273 Vale de Cambra
274 Valença
275 Valongo
276 Valpaços
277 Velas
278 Vendas Novas
279 Viana do Alentejo
280 Viana do Castelo
281 Vidigueira
282 Vieira do Minho
283 Praia da Vitória
284 Vila de Rei
285 Vila do Bispo
286 Vila do Conde
287 Vila do Porto
288 Vila Flor
289 Vila Franca de Xira
290 Vila Franca do Campo
291 Vila Nova da Barquinha
292 Vila Nova de Cerveira
293 Vila Nova de Famalicão
294 Vila Nova de Foz Côa
295 Vila Nova de Gaia
296 Vila Nova de Paiva
297 Vila Nova de Poiares
298 Vila Pouca de Aguiar
299 Vila Real
300 Vila Real de Santo António
301 Vila Velha de Ródão
302 Vila Verde
303 Vila Viçosa
304 Vimioso
305 Vinhais
306 Viseu
307 Vizela
308 Vouzela



CAPÍTULO 6:
RESUMO E CONCLUSÕES

Para conclusão da edição de 2025 do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, apresenta-se um resumo, organizado de acordo com os capítulos do Anuário e estruturado de modo a relevar, para cada caso em análise, os aspetos considerados pelos autores mais relevantes da gestão financeira municipal.

6.1. Independência Financeira das autarquias.

6.1.1. Enquadramento internacional[292].

- Portugal tem uma população de aproximadamente 11,3 milhões, distribuída por cerca de 308 municípios, com uma média de 36.675 habitantes por município. Esta média é superior à média europeia (32,5 mil) e aproximada aos valores da Grécia e Suécia, sendo largamente ultrapassada por sete países, nomeadamente, pela Dinamarca, Irlanda e Reino Unido.
- Os municípios portugueses apresentam cerca de 15,6% da despesa pública nacional, 39,8% do investimento público, e 15,6% da receita pública. A dívida municipal corresponde a 4,3% do PIB e a 4,5% da dívida total do governo, valores baixos em comparação com outros países europeus.
- A análise e comparação dos gastos financeiros dos municípios em Portugal com países da OCDE, da EU e de outros não incluídos nestas organizações, evidencia diferentes modelos de gestão pública, onde é dominante a organização administrativa com o funcionamento de Regiões Administrativas que por sua vez incluem municípios. Tal situação reflete-se nos indicadores obtidos pela OCDE paras as despesas públicas do sector autárquico em Portugal. Assim Portugal, a nível da municipalidade, só destina cerca de 8% das despesas à Educação e 3% à Saúde, valores inferiores a países como Estónia e Lituânia. O maior peso é dado a Serviços Públicos Gerais (21%), enquanto áreas sociais (Educação, Saúde, Proteção Social) recebem menor atenção comparado com outros países.
- Os municípios portugueses continuam a apresentar uma gestão financeira relativamente conservadora, com baixa dívida e menor autonomia em áreas sociais apesar da transferência de competências em curso do Estado para as autarquias. Esta configuração reflete um modelo de descentralização mais limitado, com menor intervenção local em funções essenciais como Educação e Saúde, em comparação com outros países europeus mais descentralizados. Todavia, não se pode deixar de referir que em Portugal em muitos municípios, outras áreas de competências estão delegadas em empresas municipais o que dificulta a comparação com a municipalidade de outros países europeus, face a ausência de consolidação das contas ao nível das funcionalidades.

[292] Tomando por referência os dados da OCDE referentes a 2024

6.1.2. Independência Financeira.

- Tem-se vindo a considerar, ao longo dos diferentes anuários, que um município **apresenta independência financeira nos casos em que as receitas próprias representam pelo menos 50% das receitas totais.** Continuamos, neste Anuário, a analisar este item, com este pressuposto.
- **Relativamente ao ano de 2025 verifica-se uma descida de -0,2 pp do índice médio de independência financeira ao atingir o valor médio de 33,5%.**
- Observando evolução do **peso relativo das receitas próprias na receita total autárquica,** por grupos de municípios, verifica-se que no rácio médio da independência financeira, as Receitas Próprias continuam a assumir um maior peso relativo nos **municípios de grande dimensão** representando estas, em 2025, um valor médio de 58,1% das receitas totais (+0,1 pp que o valor do ano anterior). A esta ligeira subida do nível de independência financeira confluiu com uma ligeira subida, também, do peso das transferências em +0,3 pp, tendo baixado ligeiramente o peso dos passivos financeiros em -0,4%.
- Em relação aos municípios de **média dimensão,** as **Transferências do Estado contribuíram significativamente mais** que as Receitas Próprias para a receita total, com o peso médio, respetivamente, de 44,2% (-0,8pp que em 2024) e 53,3% (+0,1pp que no ano anterior. Neste grupo de municípios o peso dos passivos financeiros, nas receitas totais, situou-se em 2,4% e cresceu 0,7pp, em 2025.
- Os recursos financeiros dos municípios de **pequena dimensão** têm origem fundamentalmente nas Transferências recebidas através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), representando, em média, 73,8% das receitas totais em 2025 (+0,6 pp que em 2024). O peso médio dos Recursos Próprios nas receitas totais foi de 24,4%, (o mesmo peso que em 2024) o que significa cerca de ¼ da totalidade dos recursos financeiros gerados, **traduzindo uma elevada dependência financeira neste grupo de municípios, das Transferências do Estado.**
- Concluindo: **em 2025, a média nacional do peso das receitas próprias na receita total autárquica continuou a descer (-0,2pp), acompanhando este percurso, o peso homólogo da Região dos Açores (-1,7pp), e do grupo de municípios de média dimensão (-0,8%). Este índice de Independência Financeira dos Municípios cresceu ligeiramente no grupo dos municípios de grande dimensão (+0,1pp), no grupo dos municípios de pequena dimensão (+0,1pp) e na Região da Madeira (+0,2pp).**

6.2. Orçamento e execução orçamental

6.2.1. Receita

- **O relatório de 2025 continua a evidenciar uma gestão financeira relativamente sólida e com sinais de manutenção de rigor na execução orçamental dos municípios portugueses,** apesar de o grau de execução da receita cobrada ter sido de 88,0%, ligeiramente inferior ao de 2024, em -1,5pp. Este efeito, traduziu-se, em 2025, num aumento da diferença entre a receita prevista e a receita cobrada em cerca de +32,3%, ficando por cobrar em relação ao previsto 2 045,2 milhões de euros no conjunto dos 308 municípios.
- Este aumento significativo da diferença entre receita orçada e cobrada estará associado à necessidade de se orçamentar receitas provenientes, essencialmente, de programas comunitários: um em fase de finalização como Programa 20/20, outro com necessidade de desenvolvimento, o Programa 20/30 e, ainda, um terceiro, o PRR, com necessidade de execução e em fase de reformulação das ações. A descida do grau de execução da receita cobrada em relação à prevista, continua a revelar dificuldades na execução de projetos cofinanciados, especialmente em contextos de financiamento externo e em projetos de grande escala.

- A maior conformidade entre receita prevista e cobrada, verificou-se nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, sendo que na primeira o grau de execução da receita foi de 91% e na segunda a receita cobrada excedeu a receita prevista em 2,6%
- **De todo o modo a receita total municipal, em 2025, ao atingir 14.874,0 milhões de euros, mostra um crescimento de +14,1% face a 2024, sendo que a estrutura de receitas mostra uma forte preponderância das Receitas Fiscais e do conjunto de Transferências Correntes com as de Capital, com os pesos, respetivamente, de 31,8% e 47,3%.**
- **O crescimento da receita em 2025 foi impulsionado principalmente por Transferências Correntes e de Capital (+14,5%, +898,1 milhões de euros) e Receitas Fiscais (+16,9%, +687,9 milhões de euros).** Sendo que, as **Transferências correntes** cresceram +8,4% +396,4 milhões de euros) e as Transferências de capital cresceram +34,1% (+501,8 milhões de euros). Neste último item, destaca-se uma maior dependência de **Fundos Comunitários e Transferências do Estado,** que representaram uma parcela significativa do total arrecadado, especialmente em **municípios de menor dimensão, onde as transferências representam 71,6% da receita, contrastando com 32,8% nos municípios de grande dimensão.** Isso evidencia a dependência financeira de municípios mais pequenos em relação a fontes externas, limitando sua autonomia financeira.
- **Em 2025 o peso das Transferências do Estado, no volume das Transferências Totais foi de 79,0% (-3,3 pp que em 2024), apesar de no global ter crescido +10,5% (+534,9 milhões de euros) e o volume arrecadado de Fundos Comunitários ao crescer +38,9% (+287,2 milhões de euros), apresentando o montante total de 1 025,4 milhões de euros, representou 14,5% do total das transferências recebidas pelos municípios (+2,4pp que em 2024).**
- Na análise das regiões autónomas, os Açores mantêm uma tendência de crescimento da receita cobrada, com uma taxa de execução superior à média nacional em +3,3pp ao atingir a execução de 91,0%, enquanto a região da Madeira apresenta um valor de receita cobrada superior à prevista, ao apresentar uma taxa de execução da receita 102,6%. Este aumento de receita em ambas as regiões, reforçam a sustentabilidade financeira das mesmas, embora seja de anotar, em relação à região dos Acores o crescimento da utilização dos passivos financeiros atingindo o peso de 3,3% na receita total, verificando-se um movimento inverso na região da madeira com o volume de empréstimos a baixar -8,6%, mas a representar, ainda, 2,2% da receita total. Assim, pode-se concluir que na generalidade as Regiões Autónomas revelaram uma maior conformidade entre receita prevista e cobrada.
- **No âmbito fiscal, o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) apresentou um aumento (+5,9%, +88,4 milhões de euros que no ano anterior),** acompanhando, em 2025, o crescimento do **IMT (Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis) que continuou a acontecer de forma acelerada ao aumentar +33,5% (+579,0 milhões de euros), continuando a verificar-se uma coleta de IMT superior ao do IMI, sendo, em 2025, este acréscimo de +45,2% (+718,8 milhões de euros). Também o IUC,** manteve uma variação positiva de +4,5% (+15,3 milhões de euros), o mesmo acontecendo ao montante da **Derrama** que **aumentou +3,0% (+14,3 milhões de euros) atingindo o peso de 10,4% do montante total de impostos diretos.**
- **Anota-se que, tanto no conjunto dos municípios de pequena dimensão como no de média dimensão, neste ano económico o valor do IMI,** pela primeira vez foi inferior ao valor arrecadado do IMT, com diferença mais relevante no grupo dos municípios de média dimensão.
- Verifica-se, também, que o valor da **Derrama** pesou bastante menos nos municípios de pequena dimensão (6,7% da receita total), enquanto para no conjunto dos municípios de grande dimensão a Derrama representou 13,2% do total de impostos diretos auferidos. Para os municípios de média dimensão a Derrama apresentou o peso médio de 7,2% nos impostos diretos.
- **O aumento do recurso a Empréstimos** (+42,3 milhões de euros, +11,4%) e o facto de, em 2025, o volume de novos empréstimos auferidos (415,3 milhões de euros) se manter superior ao volume de amortização dos mesmos (372,0 milhões de euros) indiciam um endividamento crescente, o que pode limitar a sustentabilidade futura se não for acompanhado de aumento de receitas próprias. Neste ano económico o volume de empréstimos, na globalidade dos municípios, superou em 43,3 milhões de euros o montante de amortização de capital, que

apenas cresceu +2,8%.

- **Apesar dos sinais positivos de crescimento das receitas, mantém-se necessário reequacionar o financiamento autárquico numa justa repartição de recursos nacionais com eventual reforço das Transferências do OE, nomeadamente para os municípios de pequena dimensão, numa ótica de coesão territorial que privilegie os municípios com menor receita fiscal autónoma. É fundamental promover estratégias de incremento de receitas próprias e diversificação das fontes de financiamento para garantir maior autonomia e resiliência do setor municipal.**

6.2.2. Despesa

- Este relatório evidencia que a **despesa autárquica continuou a crescer de forma significativa** em 2025, **refletindo um aumento de +11,0% na despesa orçada, + 16,8% na despesa compromissada, +11,4% nas obrigações do exercício e +12,7% na despesa paga. Apesar do aumento dos compromissos assumidos, nota-se, contudo, uma tendência de contenção na sua execução, com apenas 85,3% dos mesmos convertidas em obrigações do exercício, isto é, em despesa realizada, e um nível de pagamento destas, de aproximadamente 97,5% – nível bastante elevado de pagamentos.**
- **Será de realçar o facto de o setor autárquico, ao ter apresentado, em 2025, um Saldo de Receita[293], de cerca de 3.050 milhões de euros após os pagamentos efetuados e, sendo este valor superior em 126,5 milhões de euros ao total de compromissos por pagar no final de 2025 (2 923,3 milhões de euros), demonstra um superavit na ótica dos compromissos assumidos, no valor exato dessa diferença. Situação, anote-se, mais restritiva que o superavit obtido se, for considerado apenas como encargos do exercício, as Obrigações geradas durante o mesmo.**
- Assim, **considerando a diferença entre o valor das Receitas incluindo o Saldo de Gerência (17 516,0 milhões de euros) e as Obrigações constituídas** (14.830,5 milhões de euros), aponta-se para **uma gestão que tenta ajustar a despesa à receita apresentando um volume de compromissos que, não se traduzindo em despesas do ano económico, isto é, em obrigações, não comprometem o equilíbrio financeiro autárquico. Face a esta realidade, no nosso entender, o real superavit do exercício, no presente ano económico, resultará da diferença entre o valor da receita incluindo o Saldo da gerência anterior e o total das Obrigações registadas no exercício, isto é, no montante de 2 685,5 milhões de euros.**
- Da análise da informação disponibilizada desde 2020, constata-se que o volume de obrigações constituídas tem aumentado progressivamente, crescendo entre 2020 e 2025 cerca de +64,7% (+5 827,0 milhões e euros), **situação perfeitamente justificável pelo acréscimo de responsabilidades da atividade autárquica, tanto decorrente do desenvolvimento de políticas públicas locais como da progressiva transferência de competências da administração central para a administração local.**
- Concluindo sobre a despesa global dos 308 municípios, chama-se a atenção para o facto de, **tendo ficado 11,0% da dotação orçamental para a despesa por compromissar/ executar, permanece, no global das autarquias, uma gestão de ajustamento da despesa à receita**, uma vez que esta apresentou, em 2025, um grau de execução das cobranças de 88,0%. Por outro lado, embora o **grau de despesa paga em relação à despesa prevista** tenha sido de apenas 74,0% (-2,1pp que no ano anterior), o que importará reter é que, **o grau de execução da Despesa Paga, em relação ao volume de Obrigações concretizadas, foi de 97,5%, uma vez que, apenas se constituíram em obrigações**

[293] Em Base de Caixa

75,9% da despesa prevista. Estes dados demonstram um esforço de adequação da despesa, à receita cobrada e não à receita prevista, preocupação que traduzirá uma procura de equilíbrio orçamental e de sustentabilidade financeira.

- Os dados obtidos para os valores e distribuição da despesa assumida, do ponto de vista económico, entre **Despesas Correntes** (63,6%) e **Despesas de Capital** (36,4%), mostra o crescimento de ambos os agregados, respetivamente, em +7,6% (+ 780,1 milhões de euros) e em +33,7% (+1 598,2 milhões de euros), em relação a 2024. **Em 2025, excecionalmente, a componente mais representativa da Despesa Comprometida foi a Aquisição de Bens de Capital com uma taxa de crescimento de +40,4%** (+1 496,9 milhões de euros) e com o peso de 29,9% no total da despesa realizada. Em segunda e terceira posições, surgem, respetivamente, a **Aquisição de Bens e Serviços** com o peso de 25,7% no total da despesa realizada, e a **Despesa com Pessoal** com o peso de 25,5%. **A despesa com pessoal, não só manteve um peso inferior à despesa de bens e serviços, em cerca de -0,2pp, como passou, da despesa com maior peso, em 2024, para terceira posição na hierarquia das despesas compromissadas em 2025.** No entanto, a **Aquisição de Bens e Serviços** cresceu +7,2% (+302,0 milhões de euros) e os compromissos com **Despesa com Pessoal** cresceram +8,6% (+352,2 milhões de euros). O montante dos compromissos com **Transferências Correntes** representou 8,6% do total compromissado (quarta rubrica orçamental na estrutura da despesa total) e apresentou o crescimento de +5,9% (+83,7 milhões de euros).
- No entanto, observando a evolução e estrutura **da Despesa Paga**, verifica-se que as despesas com maior peso nos pagamentos efetuados, foram as **Despesas com Pessoal, Aquisição de Bens e Serviços e Aquisição de Bens de Capital**, respetivamente com a representação no total pago, de 30%, 25,6% e 23,5%. Anota-se que o montante global das **Despesas Correntes**, representou 69,5% do valor pago e, as de **Despesas de Capital**, representaram 30,5% do mesmo, isto é, +3,3pp que em 2024;
- No que concerne aos pagamentos, as autarquias têm apresentado melhorias na liquidação das despesas de capital, com aproximadamente 66,7% de compromissos de investimento[294] efetivamente pago em 2025, um avanço significativo desde 2015, isto é, um acréscimo de +176,4%, pese embora em relação a 2024, o percentagem destes pagamentos tenha baixado -3,6pp. **Todavia o volume de pagamento do Investimento total cresceu, em 2025, +30,6% (+894,5 milhões de euros). Ainda assim, o nível de pagamento de despesas de investimento permanece inferior aos das componentes das despesas correntes, reforçando a necessidade de se dar prioridade a uma gestão que procure equilibrar melhor a execução financeira com uma política autárquica mais eficaz e audaz, na área dos investimentos públicos.**
- **Em 2025, o cálculo do investimento por habitante, determinou o valor de 334 euros, em termos médios,** com 256 municípios a aumentar os seus investimentos (+86,9% de municípios que em 2024), sendo que, 118 apresentaram aumentos superiores a 50%.
- A estrutura espacial/regional da despesa, atendendo à distribuição dos municípios por Distritos e Regiões autónomas, indica concentração de despesa significativa nos distritos de Lisboa (23,2%) e Porto (13,9%), refletindo a maior capacidade de ação municipal nestes distritos que concentram 37,1% de toda a Despesa Autárquica Paga. **A elevada concentração de despesa em poucos distritos (podemos acrescentar aos dois já citados o distrito de Setúbal com o peso de 7,6% e 1 101,6 milhões de despesa), revela desigualdades regionais no desenvolvimento e na capacidade de investimento e de ação municipal.**
- **Em 2025 o valor total dos empréstimos foi superior o valor de capital amortizado em +43,3 milhões de euros. No entanto, o total das amortizações no montante de 372,0 milhões de euros apresentou uma taxa de acréscimo de +2,8% (+10,2 milhões de euros) em relação a 2024.** Em 2025, 149 Municípios apresentaram aumento do montante de amortizações de empréstimos tendo os restantes 159, registado diminuição do mesmo.
- A informação apresentada no capítulo da despesa revela que, em 2025, os municípios portugueses desembolsaram um total de 92,4 mi-

[294] Consideramos, aqui Investimento total, com Aquisição de bens de capital e Transferências de capital

lhões de euros em **juros e outros encargos financeiros,** representando um decréscimo desta despesa de -15,8% (+17,4 milhões de euros) contrariando a tendência para o crescimento verificado no biénio 2023/2024. **No universo dos 308 municípios, 253 municípios baixaram, em 2025, a despesa com Juros e Outros Encargos Financeiros, contribuindo para a descida global desta despesa. Contudo, 55 municípios apresentaram subida destes encargos, neste ano económico.**

- Em suma: **a gestão autárquica de 2025, ao nível da despesa, demonstrou um esforço para equilibrar receitas e despesas, melhorar a liquidação de obrigações e ampliar o investimento, embora ainda existam contradições entre o crescimento da despesa e a sustentabilidade financeira de longo prazo, com um enorme volume de compromissos a pagar em exercícios futuros (14 151,7 milhões de euros), aos quais, em 2025, cresceram apenas +0,2%** (a menor taxa de crescimento entre 2015 e 2025).
- Entendemos, que deveria ser dada prioridade a uma gestão mais rigorosa dos compromissos a pagar em exercícios futuros, de modo a perceber, se os mesmos, exigirão a curto e médio prazo, um acréscimo de endividamento que ponha em causa uma maior equidade na distribuição dos recursos públicos, pelas diferentes funcionalidades e responsabilidades municipais e, fundamentalmente, um crescimento sustentável e financeiramente equilibrado.

6.2.3. Equilíbrio Orçamental

- Entre 2015 a 2025, as autarquias registaram um aumento significativo na receita cobrada, a qual cresceu 99,2%, o equivalente a +7.455,5 milhões de euros. Este aumento proporcionou um alívio das contas, permitindo manter um nível aceitável de pagamento dos compromissos assumidos, durante este período, atingindo 83,2%, dos mesmos em 2025.
- Mais se anota que, os municípios, em 2025, apresentaram um nível elevado de pagamento das Obrigações do Exercício efetivamente constituídas, ao liquidarem 97,5%, das mesmas, ficando por pagar apenas 364,4 milhões de euros de faturação[295]. Se atentarmos que o Saldo de gerência anterior, utilizado para pagar despesas que ultrapassam a receita arrecadada, era neste ano, de 2.542,0 milhões de euros, verifica-se que o mesmo excedia, em muito, a faturação não coberta por receita arrecadada. **Como resultado desta situação, as autarquias, em 2025, apresentaram um excedente de receita (incluindo saldo de gerência) sobre despesa realizada, de 2 685,5 milhões de euros, traduzido num superavit de exercício, confortável e que, contribuiu favoravelmente para o equilíbrio das contas do Estado.**
- Assim, **no âmbito do setor autárquico, verifica-se que, de modo geral, houve um equilíbrio orçamental, conforme previsto na Lei do Regime de Financiamento Local. O Saldo Corrente, deduzidas as amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo, foi positivo em 2.154,4 milhões de euros,** apresentado um crescimento de +722,0 milhões de euros (+50,4%) em relação a 2024.
- **Por fim, o esforço de equilíbrio financeiro das autarquias é evidenciado pelo fato de, em 2025, apenas 89,0% da despesa prevista ter sido assumida e terem sido constituídas Obrigações em apenas 75,9% desse valor. Ao mesmo tempo, 88,4% da receita estimada foi liquidada, permitindo uma saudável capacidade de pagamentos. Esses números demonstram um esforço consistente para manter a sustentabilidade financeira do setor.**
- Pese embora o **balanço positivo do saldo corrente deduzido das amortizações, em 2025,** considerando a totalidade do sector autárquico, apresentado nos pontos anteriores, 29 municípios apresentaram desequilíbrio orçamental, tendo sido o mesmo número de municípios verificado já em 2024.

[295] Sendo que, para pagar este volume de encargos restantes, sem recorrer ao saldo da gerência anterior, ainda existia em saldo orçamental 143,5 milhões de euros, de receita cobrada por utilizar.

6.2.4. Saldos orçamentais[296]

- O facto de em termos de Caixa, as receitas totais terem sido sempre superiores às despesas totais pagas, o saldo orçamental de Caixa não só tem sido sempre positivo como tem sempre crescido, atingindo, nos últimos onze anos, o seu valor máximo em 2025, apresentando um acréscimo de +21,5% em relação ao ano anterior e, um acréscimo de +232,8% em relação a 2015, ao totalizar 3 050 milhões de euros. **Em 2025, 4 municípios apresentaram Saldo Orçamental de Caixa, negativo** (Águeda, Campo Maior, Esposende e Moimenta da Beira).
- Não podendo deixar de se referenciara evolução do **Saldo Orçamental, na base dos compromissos e liquidações,** entre 2015 e 2025, verifica-se que o mesmo cresceu +267 milhões de euros, ao passar do valor negativo de -66 milhões de euros em 2015, para o valor positivo de 201 milhões de euros em 2025. **O ano de 2025 foi o décimo ano económico consecutivo em que, as receitas totais liquidadas foram superiores ao valor total dos encargos assumidos. Neste ano contribuíram para um saldo orçamental positivo, 154 municípios (menos 36 que em 2024, isto é -18,9% de municípios).**
- **O Saldo Global ou Saldo Efetivo, em 2025, na ótica dos compromissos e liquidações**, foi positivo em 180 milhões de euros, sendo o décimo primeiro ano consecutivo em que este saldo se apresentou positivo considerando a totalidade dos municípios. Todavia, neste ano, o saldo efetivo baixou (-51,9%, -194 milhões de euros), em relação a 2024 e, -255 milhões de euros, isto é, -58,5% em relação a 2015.
- Anota-se que o **Saldo Primário**, igualmente, na ótica dos compromissos e liquidações, apresentou uma assinalável descida (-297 milhões de euros, -51,4%) nos últimos onze anos ao passar de 577 milhões de euros em 2015 para 280 milhões de euros em 2025, sendo, apesar desta descida, o décimo primeiro ano consecutivo, em que este indicador se apresentou positivo no universo dos municípios. **Em 2025, o Saldo Primário visto por esta ótica e, considerando todo o setor municipal, baixou -42,7% (-209 milhões de euros), anotando-se, contudo, que, em 2025, cerca de 153 municípios (-51 que em 2024, -25,0% dos municípios) apresentaram saldo primário positivo.**

6.3 Informação patrimonial e Resultados económicos dos Municípios em 2025

6.3.1 Ativo e Património

- O **Ativo Total** dos municípios atingiu aproximadamente 53,9 mil milhões de euros em 2025, crescendo cerca de 5,9% em relação ao ano anterior. A maior parte deste valor (86,5%) correspondeu ao **Ativo Não Corrente**, especialmente aos **Ativos Fixos Tangíveis,** que representaram 78,9% do total do Ativo e cresceram cerca de +4,8%. Destes, a componente **Edifícios e outras Construções** lidera com o peso de 35,3%, totalizando 15,0 mil milhões de euros, seguida das Infraestruturas que somaram cerca de 9,6 mil milhões, com o peso de 22,6%. Ainda do Ativo Não Corrente, embora com o leve peso de 5,7%, anota-se a componente **Participações Financeiras**, que cresceu, em 2025, cerca e +8,7% (+245,3 milhões de euros).
- Em relação ao **Ativo Corrente**, com o peso de 13,5% no **Ativo Total**, não se pode deixar de fazer referência à sua principal componente, **Caixa e Depósitos** que, no valor de 3,7 mil milhões de euros, representou 6,9% do Ativo Total e 51,3% do Ativo Corrente, crescendo em

[296] Embora os valores dos indicadores (saldo efetivo, saldo primário e despesa primária), para efeitos de análise agregada de informação financeira relativa ao estado das finanças públicas, sejam obtidos na base de caixa, face à persistente existência de dívida de curto prazo a fornecedores, entende-se que os mesmos deverão ser também avaliados na base dos reais fluxos financeiros, isto é, na base de compromissos, relevando-se o valor da diferença entre receitas liquidadas e compromissos assumidos.

2025, +18,4% (+582,7 milhões de euros). Outro elemento do Ativo Corrente merecedor de nota são as **Outras Contas a Receber** que, ao totalizar 2,7 mil milhões de euros, representou 5% do Ativo Total e 37,1% do Ativo Corrente, crescendo +6,3% (+159,9 milhões de euros).

- O **Património Líquido**, em 2025, atingiu cerca de 45,8 mil milhões de euros, e cresceu +5,4% (+2,4milhões de euros), mostrando uma considerável consolidação financeira. A componente **Património/Capital**, que representa a maior parte deste património (53,5%), apresentou o montante total de 24,5 mil milhões de euros e o ligeiro aumento de +1,3%. O acréscimo do Património Líquido, em 2025, foi sustentado pelos **Resultados Líquidos** do período que atingiram o montante global de 334,8 milhões de euros, mais do dobro do valor apresentado em 2024.
- Pelo peso que passou a representar no património líquido, com o SNC-AP, releva-se o valor de **"Outras variações no património líquido"**[297], item que registou no final de 2025 o valor de 12,8 mil milhões de euros, isto é, 28,0% do total do património líquido, tendo crescido, neste ano, +60,4% (+4,8 mil milhões de euros) em relação ao ano transato. Em relação a 2020, este item cresceu +60,4% (+4 835,9 milhões de euros
- **O Resultado Líquido do Período para a totalidade dos municípios, foi de 702,2 milhões de euros, representando, apenas, 1,5% do património líquido e apresentado em relação ao ano anterior, uma taxa de crescimento de +109,7% (+367,4 milhões de euros). Mais se verificou que 137 municípios apresentaram resultados líquidos negativos em 2025.**
- **Observando as contas dos 308 municípios, verifica-se que 47 municípios passaram de resultados económicos negativos em 2024, para resultados económicos positivos em 2025, pese embora outros 23 terem passado de resultados económicos positivos em 2024, para resultados económicos negativos em 2025.**

6.3.2. Dívidas e Passivo

- O **Passivo Total** dos municípios em 2025 foi de aproximadamente 8,1 mil milhões de euros, crescendo +8,6% face ao ano anterior. Destes, cerca de 5,0 mil milhões (61,6%) corresponderam ao **Passivo Não Corrente** que apresentou um crescimento de +4,0%, enquanto o **Passivo Corrente** que aumentou quase +16,9%, refletindo maior exigibilidade a curto prazo, apresentou o valor de 3,1 mil milhões, representando 38,4% do total do passivo. Os **Financiamentos de médio e longo prazo** continuam a ser a maior parcela do passivo total, representando, neste ano económico, cerca de 31,4% do mesmo e crescendo +4,4% ao apresentar o valor de 2,6 mil milhões de euros.
- Em 2024 o **Passivo exigível apresentou o valor de 4 813,0 milhões de euros**, mostrando um acréscimo de +228,6 milhões de euros (+5,0%) em relação ao ano anterior. Contribuiu, essencialmente, para este aumento o acréscimo de valor de **Fornecedores e Credores de curto prazo**, em +176,1 milhões de euros (+10,3%) ao totalizar o valor de 1 893,6 milhões de euros. Considerando o universo dos 308 municípios, 149 baixaram o valor do Passivo exigível.
- **Apesar do aumento do passivo, a dívida total dos municípios melhorou significativamente desde 2015, momento em que o Índice de dívida total era de 91,8%, tendo diminuído para 37,8% em 2024 (último indicador disponível na DGAL à data de elaboração deste anuário). Este decréscimo indica uma gestão mais responsável e sustentável da dívida pública local. Além disso, o número de municípios que excederam os limites de endividamento diminuiu em -36, de 2015 para 2024, tendo sido 10, o número de municípios que apresentaram, em dezembro de 2024, situações de excesso de limite de endividamento;**

[297] Que inclui as transferências e subsídios de capital e, no POCAL, classificados como proveitos diferidos

6.3.3. Prazos de Pagamento

- A gestão dos **prazos médios de pagamento** também melhorou bastante. Em 2015, o prazo médio de pagamento (PMP) aos fornecedores era ainda de 78 dias, enquanto em 2025 se reduziu para 22 dias, o que demonstrou uma maior eficiência na liquidação das dívidas a fornecedores. Ainda assim, em 2025, 16 municípios continuaram a pagar acima de 90 dias, sendo áreas de gestão onde será possível melhorar ainda mais.
- **Outros aspetos positivos a registar, em 2025, são os de, 51 municípios terem pago quase a pronto, isto é, a 5 ou menos dias** e o maior prazo de pagamento das dívidas a fornecedores, apresentado pelos municípios, ter sido de 174 dias, quando em 2024, o mesmo tinha sido de 243 dias. Situações que traduzem uma melhoria significativa no prazo de apenas um ano.

Conclusão, quanto à Informação patrimonial e Resultados Económicos dos Municípios em 2025

- De um modo geral, os municípios portugueses continuam a demonstrar uma evolução positiva na sua situação financeira em 2025[298], com crescimento dos ativos, forte redução do endividamento em relação a 2015, melhoria nos prazos de pagamento e resultados económicos favoráveis. Estes indicadores refletem uma maior responsabilidade na gestão dos recursos públicos, essenciais para garantir a sustentabilidade financeira e a prestação de serviços de qualidade à população.

6.4. Gastos /Rendimentos

6.4.1. Gastos

- Os **Custos Operacionais** totais aumentaram 7,3%, atingindo, em 2025, o valor de 12.493,4 milhões de euros, o maior desde 2015.
- A maior parte dos **gastos é com Pessoal** (34,9%), somando quase 4,4 mil milhões de euros, um aumento de 9% em relação a 2024, com 302 municípios contribuindo para esse crescimento.
- Os **Fornecimentos e serviços externos** representaram 29,2% dos gastos, totalizando cerca de 3,7 mil milhões de euros, com um aumento de 8,1% em relação ao ano anterior, tendo contribuído para este crescimento 267 municípios.
- As **Transferências e Subsídios concedidos** apresentaram um peso médio de 16,5% na estrutura dos gastos municipais e o peso de 16,6% nos gastos operacionais. Em 2025 o valor desta rubrica cresceu +8,1% (+155,9 milhões de euros) ao somar o valor total de 2072,5 milhões de euros, sendo que, **231 municípios contribuíram para o aumento destes gastos;**

[298] Pese embora a necessidade urgente da revisão da LFL, face ao acréscimo contínuo e responsabilidades que transitam do poder central para o poder local e face às assimetrias relevantes que exigem ações mais consistentes de coesão territorial e social

6.4.2. Rendimentos

- Os **Rendimentos**, em 2025, totalizaram 13 288,9 milhões de euros, crescendo +9,9% (+1 199,8 milhões) em relação a 2024. Observando o comportamento dos **Rendimentos Operacionais** verifica-se que os mesmos cresceram também +9,5% (+1 209,7 milhões de euros) ao totalizarem 13 250,9 milhões de euros;
- As principais fontes de receita foram os **Impostos e Taxas** (42,5% dos rendimentos totais) e **Transferências/Subsídios** (38,4% dos rendimentos totais), que juntas representaram quase 81,1% dos rendimentos operacionais ao somarem 10 748,5 milhões de euros.
- Os rendimentos provenientes de **Impostas e Taxas, no montante de 5,7 mil milhões de euros** aumentaram +16,5% (+800,2 milhões de euros) e as **Transferências, no total de 5,1 mil milhões de euros**, aumentaram +6,5% (+309,4 milhões).
- Outros rendimentos, como **Vendas e Prestação de serviços e concessões** (em conjunto), em 2015 registaram o ligeiro acréscimo, em relação a 2024, de +4,0% (+50,0 milhões de euros), ao totalizarem 1 296 milhões de euros.

Concluindo: os municípios aumentaram os seus gastos principalmente com pessoal e serviços externos, tendo os seus rendimentos também crescido, impulsionados essencialmente por impostos e transferências. A transferência de competências do Governo Central tem sido um fator importante no aumento das receitas públicas locais no último biénio.

6.5. Resultados / EBITDA

- Em 2025, os **Resultados Líquidos** dos municípios atingiram 702,2 milhões de euros, representando um crescimento expressivo de +109,7% (+367,4 milhões de euros) em relação ao ano anterior. De 2015 para 2025, os resultados económicos globais aumentaram +1 966,7%, ou seja, +668 milhões de euros, refletindo uma evolução positiva ao longo de uma década. Os **Resultados Operacionais** também tiveram um desempenho robusto, totalizando 757,6 milhões de euros, um aumento de +88,1% (+354,9 milhões de euros) em relação a 2024, demonstrando um crescimento extraordinário.
- No entanto, a distribuição dos **Resultados Líquidos**, em 2025, variou bastante entre os diferentes tipos de grandeza dos municípios. **Os municípios de pequena dimensão apresentaram, na sua globalidade, resultados líquidos negativos, totalizando -42,7 milhões de euros, enquanto os de grande dimensão tiveram um resultado líquido positivo de 496,2 milhões de euros, e os de média dimensão registaram 248,6 milhões de euros de resultados. Quanto aos Resultados Operacionais, apenas os pequenos municípios tiveram resultados negativos (-26,6 milhões de euros), sendo que 104 municípios contribuíram para esse cenário de dificuldades.**
- Na globalidade, contribuíram para **resultados líquidos negativos, 137 municípios** (3 de grande dimensão, 30 de média dimensão e 104 municípios de pequena dimensão). Verificou-se que, com resultados líquidos e **resultados operacionais negativos**, em simultâneo, apresentaram-se 2 municípios de grande dimensão (Braga e Vila Nova de Famalicão), 29 municípios de média dimensão e 102 de pequena dimensão.
- No que diz respeito ao **EBITDA**[299], um indicador que mede a geração de recursos pelas atividades principais, todos os municípios apresentaram valores positivos entre 2015 e 2025, tendo atingido, neste último ano económico, o valor de 2 545,9 milhões de euros e apresentado

[299] O EBITDA é um indicador financeiro muito usado para avaliar atividade empresarial, informando o lucro das empresas antes dos descontos com impostos, juros, amortização e depreciação.

um crescimento de +19,3% (+411,4 milhões de euros). **O peso do EBITDA relativamente aos rendimentos operacionais tem-se mantido estável, atingindo a média de 19,2% (+1,5pp que no ano anterior) em 2025, refletindo na generalidade, consistência na eficiência financeira das atividades municipais ao longo do tempo.**

6.6. Ranking global

- Este anuário apresenta a análise de desempenho económico / financeiro dos municípios portugueses, com base num conjunto de dez indicadores definidos pelos autores. Para a elaboração do ranking, foram considerados critérios específicos e uma metodologia que manteve a consistência em relação aos anos anteriores. **Os municípios cujo índice de dívida total ultrapassou 150% da média da receita corrente líquida dos últimos três anos foram excluídos, garantindo uma avaliação mais rigorosa da sua saúde financeira.**
- Da aplicação destes critérios/ indicadores[300], resultou uma lista de 80 municípios considerados com melhor desempenho e eficácia financeira, tendo os mesmos sido agrupados por dimensão. Nesta lista constam: 14 são de grande dimensão, 32 de média dimensão e 34 de pequena dimensão. A pontuação máxima possível de atribuir, de acordo com os critérios definidos, é de 1.900 pontos. Estes 80 municípios atingiram, pelo menos metade da pontuação total (950 pontos), demonstrando um nível satisfatório de eficácia e eficiência financeira. Assim, o melhor resultado alcançado, foi pelo município de Sintra, com 1.727 pontos, seguido por Santa Maria da Feira (1.689 pontos) e Coruche (1.5946 pontos).
- Observa-se também que, nesta lista de 80 municípios, a representação proporcional dos diferentes municípios por grandeza dos mesmos foi a seguinte: 17,5% de grande dimensão, 40,0% de média dimensão e 42,5% de pequena dimensão.

6.7. Setor Empresarial Local (SEL)

- No final do ano de 2025, o universo de entidades de natureza empresarial criadas ou participadas pelos municípios, era de 162 entidades, menos uma que o número apresentado em 2024, sendo que, 122 eram EM's ou entidades empresariais locais, 10 eram sociedades e 30 eram entidades intermunicipais. Todavia, **do universo destas 162 entidades empresariais locais, só foi possível obter informação económico-financeira para o ano económico de 2025, de 141 entidades,** não tendo sido possível obter informação financeira de 17 empresas municipais e de 4 empresas intermunicipais. Por outro lado, para análise comparativa da evolução financeira destas empresas, entre 2020 e 2025, apenas se conseguiu, informação homóloga e consistente de 131 empresas municipais (80,9% do número de Empresas Municipais e 92,9% das empresas municipais com informação disponível em 2025).
- **Em 2025, para o universo das 131 entidades consideradas para efeitos de comparabilidade, o valor apresentado de Capital Próprio do SEL foi de 1.722,7 milhões de euros, representando um acréscimo de +5,8% (+93,9 milhões de euros) em relação ao ano anterior.**

[300] Com pontuação igual ou superior a 50% da pontuação máxima possível de obter, pela aplicação dos 10 indicadores referenciados no Capítulo 5 deste anuário

- As 141 entidades do setor empresarial local (SEL), consideradas na análise de 2025 apresentaram, no seu conjunto, um **Ativo global** de 3.769,3 milhões de euros, constituído em 65,4% por Ativo Não Corrente e 34,6% por Ativo Corrente. O **Passivo**, contabilizado em 1.845,8 milhões de euros, apresentou a preponderância do Passivo Corrente (Passivo de Curto Prazo que representou 62,5% do passivo total) sobre o **Passivo Não Corrente** (Passivo de MLP que representou 37,5% do passivo total) em +25 pp.
- Quanto à comparabilidade do **Passivo Exigível** do SEL com o Passivo Exigível dos 308 municípios, conclui-se que o Passivo Exigível do SEL, ao apresentar o valor de 1.615,7 milhões de euros, representou 31,7% do Passivo Exigível do universo dos municípios (5.093,2 milhões de euros). Mais se verificou que o Passivo Exigível do total das empresas municipais do SEL analisadas, representou 42,9% do respetivo Ativo total.
- Em 2025, considerando as 131 empresas comparáveis, 87,0% do **Ativo Não Corrente** era constituído por **Ativos Fixos Tangíveis** no total de 1.990 milhões de euros, tendo aumentado +1,9% (+36,5 milhões de euros) em relação ao ano transato. É de notar que 52,9% do valor dos ativos fixos tangíveis foi justificado por onze EM's, que apresentaram, cada uma, valores superiores a 50 milhões de euros. O valor total dos Ativos Fixos Tangíveis para as 141 EM´s analisadas em 2025, totalizou 2 143,7 milhões de euros.
- O **Total do Ativo Corrente em 2025, considerando as 131 entidades comparáveis** cresceu +14,5% (+103,9 milhões de euros) ao apresentar o volume de 822,6 milhões de euros.
- A estrutura do Ativo Corrente, considerando as 131 entidades empresariais, apresentou como Ativo de maior valor o item **Caixa e Depósitos Bancários**. Esta componente do Ativo corrente registou, em 2025, o valor de 370,8 milhões de euros, revelando um aumento de +20,5% (+63,0 milhões de euros), mantendo-se na primeira posição da estrutura do Ativo Corrente, com o peso de 45,1%. Permaneceu em segunda posição, em 2025, com o peso no ativo corrente de 30,2%, a componente **Outras Contas a Receber**, ao apresentar o valor de 248,6 milhões de euros e um aumento de +11,3% (+25,2 milhões de euros de euros). Em terceira posição na estrutura do Ativo Corrente tem-se mantido a rubrica **Clientes Contribuintes e Utentes**, com o valor de 124,0 milhões de euros e um aumento de +7,5% (+8,6 milhões de euros).
- Se considerarmos o total dos montantes recolhidos para as 141 entidades das quais obtivemos informação em 2025, verificou-se que o valor total em dezembro de 2025 de **Passivo Corrente**, foi de 1 153,7 milhões de euros (62,5% do Passivo Total) e o de **Passivo Não Corrente** foi de 692,2 milhões de euros (37,5% do Passivo Total). **Mais se verificou que para o conjunto destas 141 entidades, em 2025, o Passivo Total cresceu 12,4%, o Passivo não Corrente aumentou 2,4% e o Passivo Corrente cresceu 19,4%.**
- Em 2025, 62,3% do **Passivo Não Corrente** era constituído por **Financiamentos Obtidos,** no total de 415,7 milhões de euros. Este valor traduziu uma descida de -600,1 milhares de euros (-0,1%) em relação a 2024. Contribuíram para esta descida as 55 entidades empresariais apresentadas. Se considerarmos os valores obtidos das 141 entidades em 2025, conclui-se que o total dos **Financiamentos Obtidos** foi de 416,4 milhões de euros, e também apresentou um decréscimo de, -0,2% (-634,7 milhares de euros de euros). Neste caso contribuíram 56 entidades (mais uma que a referida na amostra de 131 empresas).
- Em 2025, as componentes com maior peso no **Passivo Corrente** foram: **Outras Dívidas a Pagar**, com o peso de 49,6% e o montante registado de 357,2 milhões de euros, traduzindo um acréscimo de +18,0% (+54,5 milhões de euros); **Financiamentos Obtidos,** com o peso de 10,6%, no montante de 76,2 milhões de euros, apresentando um decréscimo de valor de -15,2% (-13,7milhões de euros); **Fornecedores,** com o peso de 22,3% e um acréscimo de valor de +17,32% (+23,6 milhões de euros), ao registar o montante de 160,3 milhões de euros.
- Continuando a considerar a amostra das 131 entidades comparáveis, verificou-se um **acréscimo dos Rendimentos** em +6,0% (+100,5 milhões de euros) originado, em grande parte, pelo **Acréscimo de Vendas e Serviços Prestados** em +79,2 milhões de euros (+6,0%) e pelo acréscimo dos Subsídios à Exploração em +11,6 % (+28,7 milhões de euros), em 2025. **O Total dos Rendimentos considerados foi de 1 783,6 milhões de euros.**

- Com os mesmos pressupostos do ponto anterior, em relação **aos Gastos,** no valor global de 1 725,3 milhões de euros, verificou-se um aumento de +101,5 milhões de euros (+6,3%) resultante, essencialmente, do aumento em **Fornecimentos e Serviços Externos** em +38,8 milhões de euros (+5,0%) e dos **Gastos com Pessoal** que também tiveram o crescimento significativo de +10,1% (+51,6 milhões de euros).
- O **Resultado Líquido do período**, em 2025, do conjunto das 131 entidades empresariais com valores comparáveis, cresceu apenas +1,9% (+836 milhares de euros) em relação ao ano anterior, ao apresentar o montante de 45,2 milhões de euros. O peso do Resultado líquido no total do capital próprio das 131 entidades foi de 2,6%.
- **Em 2025, o SEL considerando um universo de 141 entidades em 162 existentes, isto é, uma amostra de 87,0% do universo total, obteve um Resultado Líquido positivo no valor de 50,1 milhões de euros**
- Em 2025, o volume do **Resultado antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos** cresceu, apenas, +1,7% (+4,0 milhões de euros), ao totalizar o valor de 233,1 milhões de euros, o mesmo acontecendo ao **Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos),** que evidenciou uma diminuição significativa de -8,2% (-6,6 milhões de euros), ao apresentar o valor de 73,5 milhões de euros.

6.8. Serviços Municipalizados

- Em 2025, **a população servida pelos serviços municipalizados, 3 345 547 habitantes, representou 29,3% do total da população residente no universo dos 308 municípios (11 424 031 habitantes).**
- O **Ativo Total dos 26 SM's** considerados em 2025 somou 1 370,0 milhões de euros, cresceu a uma taxa de +2,6% (+34,1 milhões de euros) e representou 11,1% do valor total do ativo do conjunto dos municípios que os tutelam.
- O total do **Ativo Não Corrente** dos 26 SM's, em 2025, foi de 1 054,4 milhões de euros, representando 77,0% do Ativo Total. Neste ano aumentou de valor em +1,6% (+16,5 milhões de euros), devido essencialmente à subida dos Ativos Fixos Tangíveis, os quais cresceram +0,6% (+6,6 milhões de euros), ao apresentarem o valor total de 1 037,6 milhões de euros, isto é 75,7% do Ativo Total e Outras Contas a Receber, as quais cresceram +2 350% (+9,4 milhões de euros) apresentando o valor de 9,8 milhões de euros.
- O **Ativo Corrente** dos SM's em 2025 totalizou 315,7 milhões de euros, representou 23,0% do Total do Ativo dos SM's. O Ativo Corrente em 2025 cresceu +5,9% (+17,6 milhões de euros), devido fundamentalmente ao crescimento do valor das rubricas: **Clientes Contribuintes e Utentes** as quais cresceram +7,4% (+5,2 milhões de euros) ao apresentarem o valor total de 75,6 milhões de euros; **Caixa e Depósitos** (+4,8%, +7,9 milhões de euros) ao totalizar 172,5 milhões de euros e, as Outras Contas a Receber (+6,0%, +2,7 milhões de euros).
- O total das **Dívidas a Recebe**r cresceu +15 % (+18,5 milhões de euros), em 2025, ao somar 139,6 milhões de euros, representando 14,8% do valor homólogo considerado para a globalidade dos municípios que tutelam serviços municipalizados, sendo que 92,7% resultaram de **Dívidas de Curto Prazo** (129,4 milhões de euros) e só 7,3% (10,2 milhões de euros) traduziram **Dívida de Médio e Longo Prazo** (dívidas a receber não correntes), estas provenientes essencialmente de **Outras Contas a Receber** (9,8 milhões de euros).
- Outro ativo relevante na estrutura global do Ativo dos SM's é o conjunto de **Outras Contas a Receber,** que totalizaram 58,9 milhões de euros, um crescimento de +25,8% (+12,1 milhões de euros) e representaram 7,2% do valor homólogo da totalidade dos municípios que tutelam serviços municipalizados.
- No final de 2025, o total do **Património Líquido** era igual a 1 170,7 milhões de euros e tinha crescido +12,0% (+18,7 milhões de euros) em relação a 2024, representando 11,2% do Património Líquido dos 31 municípios tutelares.
- Relativamente a 2025, verifica-se que o **Resultado Líquido do setor dos SM's** se apresentou com o valor de 24,4 milhões de euros, aumentando, em relação a 2024, cerca de +2,5 milhões de euros (+31,8%).

- Em 2024, o total do **Passivo Não Corrente dos SM's** foi de 88,9 milhões de euros e representou 44,6% do Passivo total, enquanto o Passivo Corrente, no valor de 110,4 milhões de euros, representou 55,4% do total do Passivo.
- O **Passivo Total**, no valor de 199,3 milhões de euros, apresentou, em dezembro de 2025, um aumento +8% (+15,5 milhões de euros), representando 10,8% do valor homólogo dos municípios a que estão subordinados. Entre 2020 e 2025 o **Passivo Total** dos SM's baixou -6,5%, isto é, -13,8 milhões de euros.
- Em 2025, o total do **Passivo Exigível** dos SM's foi de 147,4 milhões de euros, representou 73,9% do Passivo Total e aumentou +1,7% (+2,4 milhões de euros) em relação a 2024. No entanto entre 2020 e 2025, o **Passivo exigível** dos SM's cresceu +40,3% (+42,3 milhões de euros
- O Total dos Gastos dos SM's, em 2025, foi de 598,3 milhões de euros em 2025 e aumentou +6,3% (+35,7 milhões de euros) em relação ao ano transato. Mais se constata que o total de gastos dos serviços municipalizados representam 21,8% do total dos gastos dos 31 municípios que os tutelam. A maior componente de gastos dos SM's, em 2025, foi **Fornecimentos e Serviços Externos,** com o peso de 36,6% nos gastos totais, tendo apresentado um diferencial em relação ao peso de Gastos com Pessoal de +8,7 pp (estes, representaram, este ano, 27,9% na estrutura de gastos). Trata-se de uma situação inversa à verificada na estrutura de gastos dos municípios que tutelam os SM's, onde o peso de **Gastos com Pessoal** foi superior ao peso de Fornecimentos e Serviços Externos em +4,4pp.
- Comparando a evolução dos Custos de 2025 com os de 2020, poderemos concluir que neste período: O **Total dos Gastos** dos SM´s aumentou +163,5 milhões de euros (+37,6%); Os **Fornecimentos de Serviços Externos** cresceram +619,9 milhões de euros (+73,9%) e **Os Gastos com Pessoal** subiram +792,3 milhões de euros (+82,6%).
- O **Total dos Rendimentos** obtidos em 2025 para os 26 SM's analisados foi de 622,7 milhões de euros, apresentando em relação a 2024 um acréscimo de +6,5% (+38,2 milhões de euros). Mais se verificou que este rendimento correspondeu a 20,5% do rendimento obtido pelo global dos municípios que tutelam os serviços municipalizados. As principais fontes financeiras dos SM's foram as **Prestações de Serviços e Concessões**, e as **Vendas**, respetivamente, com os pesos de 61,2% e de 28,5% no total dos rendimentos, em 2025.
- **O Total dos Rendimentos auferidos pelos SM´s entre 2020 e 2025 cresceram +43,1% (+187,5 milhões de euros).** Neste mesmo período anota-se o crescimento de algumas das suas componentes: a **Prestações de Serviços e Concessões** cresceu +118,1 milhões de euros (+44,9%); as Vendas subiram +49,6 milhões de euros (+38,8%); os **Impostos Contribuições e Taxas** aumentaram + 4,9 milhões de euros (+77,4%) e as **Transferências e Subsídios** cresceram +11,8 milhões de euros (+87,0%).
- **Em 2025, o Resultado Económico** do global dos 26 SM´s apareceu com sinal positivo e no valor de 24,4 milhões de euros, tendo em relação ao ano transato aumentado cerca de +2,5 milhões de euros, isto é, +11,4%. A **população servida pelos serviços municipalizados representou 29,3% do total da população residente no universo dos 308 municípios**. Contudo, o índice que traduz os resultados económicos por habitante foi bastante inferior, no contexto dos SM's (7,3€), ao dos índices homólogos obtidos no conjunto dos municípios de tutela (86,4€) e no universo global dos municípios (61,5€), em 2025.

ANEXO I.
DADOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS DOS MUNICÍPIOS, EMPRESAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS, 2025

Notas:

1) Pelos motivos apresentados na nota introdutória ao capítulo 4, não estão incluídas as cooperativas de interesse público

2) Apresentam-se no final da lista, e não integrados nos municípios, as empresas intermunicipais com mais de 3 municípios participantes.

Unidade: euros

Tipo	PMG	Designação	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a pagar		Índice de Dívida Total DGAL 2024[132]	Dívidas a receber	N.º de trabalhad. DGAL 2023[133]	N.º de habitantes INE 2025[134]
						Financiam.	Outras				
CM	**M**	**Abrantes**	-	**207 982 295**	**2 438 409**	**110 000**	**2 681 006**	**7,4%**	8 774 115	534	36 106
SMA		SMA de Abrantes	100%	17 212 362	-150 497	0	1 912 590	-	1 092 772	108	–
CM	**M**	**Águeda**	-	**107 938 747**	**1 023 969**	**77 192**	**5 520 659**	**18,6%**	14 318 062	471	50 635
CM	**P**	**Aguiar da Beira**	-	**58 173 022**	**-764 934**	**0**	**1 035 184**	**7,0%**	982 338	152	4 898
CM	**P**	**Alandroal**	-	**21 494 785**	**73 598**	**12 300 221**	**1 347 539**	**136,0%**	1 499 528	184	4 989
CM	**M**	**Albergaria-a-Velha**	-	**79 568 865**	**-994 791**	**6 743 240**	**4 822 962**	**39,7%**	5 713 595	361	26 362
CM	**M**	**Albufeira**	-	**292 130 375**	**1 595 369**	**9 975 506**	**26 163 991**	**21,9%**	33 301 041	1 324	63 375
CM	**P**	**Alcácer do Sal**	-	**84 715 145**	**729 158**	**1 268 306**	**4 067 331**	**5,2%**	4 233 933	543	11 961
CM	**P**	**Alcanena**	-	**63 123 599**	**-1 214 178**	**7 327 653**	**8 006 724**	**58,8%**	5 468 287	291	13 313
EM SA		AQUANENA	100%	19 397 683	573 367	22 202	4 164 318	-	1 474 669	–	–
CM	**M**	**Alcobaça**	-	**149 468 895**	**5 536 798**	**185 737**	**7 661 176**	**9,6%**	23 418 535	602	60 881
SMAS		SMAS - Alcobaça	100%	13 793 854	586 794	0	1 350 979	-	1 710 904	67	–
CM	**M**	**Alcochete**	-	**76 265 572**	**-2 539 864**	**4 293 346**	**6 410 451**	**15,2%**	5 675 629	565	20 407
CM	**P**	**Alcoutim**	-	**38 075 733**	**-592 983**	**1 526 911**	**1 634 252**	**22,0%**	2 407 797	191	2 467
CM	**M**	**Alenquer**	-	**109 668 705**	**1 590 299**	**554 259**	**5 918 668**	**12,7%**	16 453 646	650	50 718
CM	**P**	**Alfândega da Fé**	-	**53 631 108**	**-1 214 376**	**11 101 129**	**2 521 793**	**157,4%**	2 142 241	192	4 210
CM	**P**	**Alijó**	-	**52 984 870**	**372 910**	**9 735 700**	**3 095 669**	**74,2%**	1 583 838	265	10 096
CM	**P**	**Aljezur**	-	**28 383 952**	**-184 655**	**1 769 087**	**1 551 719**	**7,5%**	2 664 534	259	7 456
CM	**P**	**Aljustrel**	-	**46 413 753**	**-963 365**	**3 145 448**	**4 146 124**	**37,5%**	5 626 400	277	9 319
CM	**G**	**Almada**	-	**642 733 962**	**3 626 121**	**7 363 785**	**16 088 184**	**10,6%**	52 355 881	2 679	202 896
SMAS		SMAS de Almada	100%	93 154 106	-874 641	0	10 512 278	-	13 619 040	458	–
EM SA		WEMOB	100%	1 207 855	977	280 649	623 911	-	350 965	–	–
CM	**P**	**Almeida**	-	**46 614 898**	**-1 225 586**	**0**	**1 609 926**	**6,1%**	926 268	234	5 551
CM	**M**	**Almeirim**	-	**87 440 839**	**2 770 180**	**7 705 246**	**1 769 700**	**38,4%**	1 250 090	355	24 167
CM	**P**	**Almodôvar**	-	**68 046 664**	**-353 694**	**1 858 240**	**1 905 646**	**21,3%**	1 857 868	282	7 033
CM	**P**	**Alpiarça**	-	**60 620 038**	**-32 085**	**3 706 267**	**1 202 873**	**46,1%**	1 604 415	196	7 726
CM	**P**	**Alter do Chão**	-	**38 854 083**	**-1 835 030**	**61 144**	**1 107 681**	**7,2%**	1 485 176	154	3 194

[132] Fonte: Direção-Geral das Autarquias Locais (https://portalautarquico.dgal.gov.pt/) ; Índice de Dívida Total relativo a 2024 (números mais recentes disponibilizado pela DGAL em outubro de 2026)
Índice de Dívida Total = Dívida total de operações orçamentais do município / média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

[133] Fonte: Direção-Geral das Autarquias Locais (https://portalautarquico.dgal.gov.pt/); Números relativos a 2023 (números mais recentes disponibilizado pela DGAL em outubro de 2026)

[134] Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE); Estatística de 2025

Tipo	PMG	Designação	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a pagar		Índice de Dívida Total DGAL 2024[132]	Dívidas a receber	N.º de trabalhad. DGAL 2023[133]	N.º de habitantes INE 2025[134]
						Financiam.	Outras				
CM	**P**	**Alvaiázere**	-	**44 110 114**	**-1 737 339**	**970 608**	**1 758 465**	**19,8%**	1 246 982	119	6 413
CM	**P**	**Alvito**	-	**23 640 498**	**-1 372 648**	**2 557 382**	**874 828**	**39,3%**	637 133	135	2 353
CM	**G**	**Amadora**	-	**527 172 396**	**32 111 201**	**1 463 361**	**19 360 733**	**7,9%**	32 386 553	1 757	205 517
SIMAS		SIMAS de Oeiras e Amadora	50%	219 886 751	6 582 049	0	12 784 353	-	23 987 919	395	–
EM		Amadora Inovation	100%	786 375	224 733	0	150 834	-	514 632	–	–
EM Lda		Amadora Mobility	100%	377 744	-269 470	0	62 375	-	15 179	–	–
CM	**M**	**Amarante**	-	**155 078 395**	**2 971 436**	**20 999 313**	**6 175 064**	**56,0%**	8 753 933	789	52 669
CM	**P**	**Amares**	-	**58 432 914**	**2 411 761**	**4 300 426**	**2 635 827**	**30,9%**	3 407 961	293	19 739
CM	**M**	**Anadia**	-	**122 368 036**	**873 113**	**5 602 402**	**3 092 216**	**25,0%**	1 513 018	407	29 259
CM	**M**	**Angra do Heroísmo**	-	**160 201 951**	**-4 042 005**	**3 115 903**	**14 035 662**	**47,8%**	7 218 349	341	34 774
EIM		TERAMB – EM Gest. e Valoriz. Ambi. Ilha Terceira	60%	24 523 672	710 264	2 065 074	5 108 656	-	1 370 885	–	–
CM	**P**	**Ansião**	-	**58 006 756**	**-328 350**	**2 472 109**	**1 258 728**	**17,2%**	1 694 550	194	12 251
CM	**M**	**Arcos de Valdevez**	-	**131 856 639**	**-1 026 161**	**3 033 751**	**5 407 430**	**31,0%**	3 075 000	261	20 450
CM	**P**	**Arganil**	-	**66 219 976**	**1 226 636**	**2 257 614**	**2 828 079**	**29,7%**	15 078 756	269	11 437
CM	**P**	**Armamar**	-	**39 689 280**	**630 386**	**3 384 866**	**1 290 471**	**37,2%**	1 490 497	181	5 545
CM	**M**	**Arouca**	-	**99 733 733**	**1 831 939**	**39 411**	**2 600 778**	**2,6%**	3 427 497	325	21 459
CM	**P**	**Arraiolos**	-	**44 445 597**	**-992 640**	**2 650 502**	**1 946 078**	**26,4%**	1 001 609	204	6 857
CM	**P**	**Arronches**	-	**40 219 815**	**-966 741**	**0**	**817 977**	**4,4%**	42 841	114	2 841
CM	**P**	**Arruda dos Vinhos**	-	**33 921 736**	**-316 719**	**3 715 308**	**3 071 042**	**27,6%**	4 953 154	264	16 018
CM	**M**	**Aveiro**	-	**360 107 973**	**26 676 316**	**44 117 639**	**18 094 718**	**79,1%**	11 185 039	946	91 397
EM		Aveiro Expo – Parque de Exposições	51%	455 260	-49 560	0	0	-	9 996	–	–
CM	**P**	**Avis**	-	**41 482 939**	**-1 782 916**	**1 210 938**	**1 644 757**	**15,0%**	2 566 334	207	3 661
CM	**M**	**Azambuja**	-	**61 960 307**	**2 486 887**	**5 871 633**	**4 201 700**	**22,0%**	8 494 932	405	22 755
CM	**P**	**Baião**	-	**75 572 800**	**714 699**	**4 873 969**	**4 424 796**	**24,8%**	4 008 817	412	16 972
CM	**G**	**Barcelos**	-	**271 511 748**	**5 456 826**	**18 660 628**	**19 119 865**	**37,0%**	20 845 057	1 392	122 487
EM		EMEC – EM Educação e Cultura de Barcelos	100%	-927 270	306 073	882 636	2 483 467	-	799 360	–	–
CM	**P**	**Barrancos**	-	**15 048 380**	**5 953**	**186 142**	**520 246**	**11,5%**	243 938	119	1 413
CM	**M**	**Barreiro**	-	**155 457 221**	**6 515 898**	**16 761 648**	**27 869 264**	**44,6%**	24 925 695	1 211	91 766
SMTC		SMTC – Transp. Colectivos do Barreiro	100%	2 793 113	2 001 424	7 175 740	4 430 549	-	2 547 656	190	–
CM	**P**	**Batalha**	-	**75 265 219**	**1 558 735**	**1 606 583**	**3 040 748**	**18,1%**	8 912 570	244	17 040
EM SA		Águas da Batalha	100%	4 515 651	143 688	0	573 624	-	310 405	–	–
CM	**M**	**Beja**	-	**135 236 018**	**-1 370 657**	**7 483 429**	**6 163 629**	**29,9%**	5 130 820	628	39 627
EEM		EMAS – EM Água e Saneamento de Beja	100%	12 370 467	375 062	4 035 403	3 684 686	-	1 693 999	–	–
CM	**P**	**Belmonte**	-	**21 014 055**	**-2 386 414**	**7 893 341**	**2 800 880**	**110,0%**	1 611 062	112	6 173
EM		EMPDS – Promoção e Desenvolvimento Social	100%	-63 001	-116 132	0	155 991	-	65 035	–	–
EIM SA		Parkurbis, Parque de Ciência e Tec. da Covilhã	0,2%	2 071 311	-78 711	1 422 424	104 398	-	332 719	–	–
CM	**M**	**Benavente**	-	**86 302 371**	**-1 556 659**	**5 353 295**	**5 175 724**	**10,7%**	10 536 345	623	33 923
CM	**P**	**Bombarral**	-	**59 849 623**	**1 152 893**	**1 335 483**	**1 385 805**	**9,7%**	2 943 000	204	14 366
CM	**P**	**Borba**	-	**29 937 926**	**-1 324 944**	**3 001 933**	**2 237 612**	**51,6%**	1 522 816	180	6 542
CM	**P**	**Boticas**	-	**66 100 675**	**674 355**	**590 419**	**1 591 617**	**16,1%**	2 382 579	194	4 811

Tipo	PMG	Designação	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a pagar		Índice de Dívida Total DGAL 2024[132]	Dívidas a receber	N.º de trabalhad. DGAL 2023[133]	N.º de habitantes INE 2025[134]
						Financiam.	Outras				
CM	**G**	**Braga**	-	**776 778 025**	**-4 381 578**	**90 239 887**	**52 535 319**	**95,4%**	78 600 830	2 267	212 635
EM		AGERE – Águas, Efluentes e Resíduos	51%	76 163 427	6 881 218	22 056 637	57 104 344	-	49 762 977	–	–
EM		BRAGAHABIT – Habitação	100%	15 175 551	399 705	416 947	4 946 370	-	5 087 987	–	–
EM		Faz Cultura – EM Cultura de Braga	100%	2 827 771	845 819	1 030 922	687 368	-	566 209	–	–
EM		InvestBraga – Agência p/ Dinamização Económica	100%	399 813	25 408	896	550 370	-	519 988	–	–
EM		TUB – Transportes Urbanos de Braga	100%	19 345 943	2 661 507	19 139 476	19 287 573	-	10 405 669	–	–
CM	**M**	**Bragança**	-	**183 346 018**	**-1 217 014**	**1 790 093**	**6 881 858**	**7,5%**	12 930 122	612	38 309
CM	**P**	**Cabeceiras de Basto**	-	**82 339 553**	**-1 264 178**	**1 827 613**	**3 082 750**	**16,4%**	1 967 767	388	15 490
CM	**P**	**Cadaval**	-	**48 532 366**	**229 614**	**341 532**	**1 873 289**	**6,5%**	1 404 021	296	14 280
CM	**M**	**Caldas da Rainha**	-	**168 385 203**	**158 262**	**3 505 546**	**6 106 873**	**9,1%**	2 047 666	591	58 983
SMAS		SMAS de Caldas da Rainha	100%	33 548 426	316 448	0	1 422 845	-	1 349 525	187	–
CM	**P**	**Calheta (R.A.A.)**	-	**24 431 064**	**-1 576 367**	**1 350 337**	**380 653**	**1,2%**	269 244	91	3 445
CM	**P**	**Calheta (R.A.M.)**	-	**55 937 177**	**5 937 290**	**2 901 940**	**798 944**	**24,9%**	1 909 359	181	11 611
CM	**M**	**Câmara de Lobos**	-	**155 867 291**	**-3 012 759**	**2 806 693**	**1 629 695**	**21,2%**	7 606 990	236	32 808
CM	**P**	**Caminha**	-	**28 277 916**	**991 134**	**1 900 253**	**14 073 507**	**76,0%**	1 674 509	305	17 173
CM	**P**	**Campo Maior**	-	**50 696 104**	**-2 495 943**	**122 049**	**2 479 818**	**11,2%**	1 549 922	285	8 264
CM	**M**	**Cantanhede**	-	**165 832 989**	**820 721**	**7 985 306**	**4 780 222**	**36,5%**	28 059 766	497	35 779
EM SA		INOVA – Emp. Desenv Econom e Social	100%	24 099 401	539 391	9 120 371	3 035 393	-	4 045 728	–	–
CM	**P**	**Carrazeda de Ansiães**	-	**31 258 724**	**-1 368 049**	**523 943**	**1 232 678**	**17,9%**	936 758	155	5 226
CM	**P**	**Carregal do Sal**	-	**42 676 342**	**-685 534**	**3 839 754**	**4 417 637**	**47,7%**	2 195 391	250	9 597
CM	**M**	**Cartaxo**	-	**25 523 536**	**6 312 312**	**44 471 683**	**2 776 926**	**274,1%**	20 759 521	369	25 413
CM	**G**	**Cascais**	-	**1 171 411 680**	**32 530 192**	**34 052 399**	**33 585 993**	**20,5%**	88 425 669	2 368	242 619
EM SA		Cascais Dinâmica – Gest. Econ., Tur. e Empreend.	100%	3 513 407	10 513	0	2 488 314	-	3 515 680	–	–
EM SA		Cascais Envolvente – Gestão Social da Habitação	100%	1 700 196	62 617	112 588	983 903	-	986 673	–	–
EM SA		Cascais Próxima	100%	864 452	32 112	12 352 138	6 959 263	-	649 254	–	–
EM SA		EMAC – EM Ambiente de Cascais	100%	2 922 533	49 388	9 476 346	5 904 511	-	2 259 883	–	–
CM	**M**	**Castanheira de Pera**	-	**25 063 614**	**-1 573 077**	**45 190**	**2 273 111**	**23,6%**	530 574	110	2 747
EM		Prazilandia -Turismo e Ambiente	100%	1 359 942	160 344	0	135 229	-	553 884	–	–
EM SA		RIBEIRAPERA – Soc. Desenv. Castanheira de Pera	56%	649 615	-4 941	182 672	26 202	-	40 799	–	–
CM	**M**	**Castelo Branco**	-	**433 354 243**	**-2 272 303**	**406 424**	**6 056 861**	**6,3%**	10 501 140	547	58 197
SMASE		SMASE de Castelo Branco	100%	87 429 195	-259 661	0	3 276 953	-	2 789 404	151	–
EM SA		ALBIGEC – Gestão Equip. Culturais, Desport. e Lazer	100%	853 211	9 968	0	314 168	-	73 402	–	–
CM	**P**	**Castelo de Paiva**	-	**44 621 409**	**2 584 126**	**959 138**	**2 589 390**	**15,1%**	1 889 377	257	15 875
CM	**P**	**Castelo de Vide**	-	**44 836 311**	**-1 863 960**	**17 937**	**755 026**	**4,3%**	78 615	161	3 022
CM	**P**	**Castro Daire**	-	**65 751 869**	**-1 728 925**	**6 760 968**	**3 265 278**	**41,5%**	4 228 347	297	13 400
CM	**P**	**Castro Marim**	-	**68 757 249**	**2 396 601**	**2 170 580**	**3 437 581**	**21,1%**	6 464 968	292	7 570
CM	**P**	**Castro Verde**	-	**46 514 214**	**-732 953**	**5 225 546**	**2 573 564**	**45,4%**	1 346 297	265	7 096
CM	**P**	**Celorico da Beira**	-	**34 407 316**	**351 035**	**7 299 033**	**2 811 776**	**92,0%**	2 734 315	248	6 545
SIMAS		SIMAS Águas Públicas em Altitude	11%	37 991 012	64 949	0	1 998 599	-	2 711 835	(.3.	–
CM	**P**	**Celorico de Basto**	-	**70 820 386**	**920 384**	**11 314 235**	**2 917 153**	**64,0%**	3 473 721	379	16 260

Tipo	PMG	Designação	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a pagar		Índice de Dívida Total DGAL 2024[132]	Dívidas a receber	N.º de trabalhad. DGAL 2023[133]	N.º de habitantes INE 2025[134]
						Financiam.	Outras				
CM	**P**	**Chamusca**	-	**46 245 276**	**505 377**	**1 256 046**	**1 468 031**	**13,0%**	3 085 703	223	8 673
CM	**M**	**Chaves**	-	**179 587 469**	**1 755 525**	**9 448 306**	**11 510 279**	**43,2%**	9 124 124	722	38 014
EM SA		GEMC – Gestão Equip. Municipio de Chaves	100%	2 119 913	142 931	0	532 184	-	106 840	–	–
CM	**P**	**Cinfães**	-	**64 076 903**	**1 011 704**	**2 103 871**	**2 463 816**	**17,2%**	1 844 676	315	17 485
EM		Quinta de Tuberais – Ensino Profiss. de Cinfães	100%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	n.d.	–	–
CM	**G**	**Coimbra**	-	**652 023 205**	**11 773 538**	**21 701 979**	**38 164 763**	**28,6%**	44 997 124	1 989	156 359
SMTUC		SMTUC – Transp. Urbanos de Coimbra	100%	10 211 037	–864 632	2 053 031	3 274 985	-	1 870 117	468	–
EM		AC, Águas de Coimbra	100%	62 291 897	1 249 119	1 333 333	13 356 253	-	8 405 228	–	–
EM SA		iParque – Parque Inov. Ciência, Tecno. Saúde	93%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	n.d.	–	–
EM		PRODESO – Ensino Profissional	100%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	n.d.	–	–
CM	**P**	**Condeixa-a-Nova**	-	**67 053 490**	**555 521**	**2 635 122**	**2 885 452**	**29,0%**	5 282 575	277	17 703
CM	**P**	**Constância**	-	**26 176 218**	**64 483**	**1 045 900**	**925 175**	**20,0%**	1 292 124	138	4 048
CM	**P**	**Coruche**	-	**128 586 218**	**2 472 416**	**1 076 868**	**3 201 089**	**5,1%**	2 721 132	418	17 986
CM	**P**	**Corvo**	-	**11 542 185**	**–302 960**	**138 296**	**184 124**	**4,4%**	29 622	41	434
CM	**M**	**Covilhã**	-	**322 338 318**	**–3 272 234**	**16 207 880**	**7 659 547**	**55,1%**	10 555 151	681	51 045
EM		ADC – Águas da Covilhã	51%	15 424 892	–116 726	2 754 433	17 494 894	-	18 410 193	–	–
EEM		ICOVI – Infraestruturas e Concessões	100%	76 288 304	124 555	1 480 992	1 511 493	-	1 543 630	–	–
EIM SA		Parkurbis, Parque de Ciência e Tec. da Covilhã	80%	2 071 311	–78 711	1 422 424	104 398	-	332 719	–	–
CM	**P**	**Crato**	-	**32 889 345**	**–738 381**	**3 799 548**	**1 115 971**	**57,9%**	830 607	125	3 318
CM	**P**	**Cuba**	-	**28 127 172**	**–447 794**	**2 938 749**	**2 507 176**	**59,8%**	688 736	187	4 640
Soc.		Centro Estudos e Form. Prof. Diogo Dias Melgaz	100%	552 951	139 260	0	204 379	-	1 479 843	–	–
CM	**M**	**Elvas**	-	**107 665 259**	**519 520**	**3 528 120**	**3 614 195**	**10,2%**	4 351 704	434	21 929
CM	**M**	**Entroncamento**	-	**78 247 691**	**766 008**	**7 225 620**	**4 428 546**	**36,7%**	6 346 740	374	24 743
CM	**M**	**Espinho**	-	**114 378 117**	**1 587 032**	**15 133 857**	**4 185 110**	**70,1%**	10 023 483	581	32 455
CM	**M**	**Esposende**	-	**132 809 071**	**–4 610 216**	**5 115 431**	**12 987 090**	**65,2%**	1 991 405	424	39 069
EEM		EAMB – Esposende Ambiente	100%	22 585 159	171 661	6 013	1 801 146	-	1 142 403	–	–
EEM		ESPOSENDE 2000 – Activ. Desp. e Recreativas	100%	602 805	20 626	53 081	343 527	-	81 108	–	–
CM	**M**	**Estarreja**	-	**117 731 433**	**725 848**	**1 346 109**	**3 799 978**	**17,5%**	9 393 648	401	27 746
CM	**P**	**Estremoz**	-	**49 388 585**	**–1 276 540**	**3 127 498**	**3 460 799**	**35,5%**	2 090 249	412	12 858
CM	**M**	**Évora**	-	**149 231 339**	**–2 443 292**	**29 418 657**	**30 821 213**	**105,5%**	11 808 586	1 338	58 567
EM		HABEVORA – Gestão habitacional	100%	15 239 595	8 508	1 623 590	12 474 894	-	1 164 247	–	–
CM	**M**	**Fafe**	-	**148 133 791**	**2 521 447**	**3 827 542**	**7 555 559**	**27,8%**	7 494 478	589	50 392
EM		AF – Águas de Fafe, E. M.	100%	2 749 805	707 617	0	1 191 907	-	511 206	–	–
CM	**M**	**Faro**	-	**218 532 918**	**10 544 863**	**13 590 670**	**6 377 242**	**25,9%**	14 699 973	1 032	80 256
SM		Teatro Municipal de Faro – SM	100%	200 290	–192 335	0	405 417	-	132 433	14	–
EM		Ambifaro – Gestão de Equipamentos Municipais	100%	3 051 217	196 616	7 690 759	2 619 212	-	423 067	–	–
EM		FAGAR – Faro Gestão de Águas e Resíduos	51%	18 998 829	–1 024 508	326 274	9 259 785	-	5 369 067	–	–
CM	**M**	**Felgueiras**	-	**212 426 020**	**3 617 029**	**10 615 460**	**12 115 274**	**42,2%**	12 449 994	808	57 432
EM		ACLEM – Arte, Cultura e Lazer	100%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	n.d.	–	–
EM		EPF – Ensino Profissional de Felgueiras	100%	1 455 847	–34 503	0	539 006	-	2 147 461	–	–
CM	**P**	**Ferreira do Alentejo**	-	**46 300 028**	**–163 598**	**232 771**	**2 018 419**	**9,5%**	1 537 616	237	9 625
CM	**P**	**Ferreira do Zêzere**	-	**51 817 500**	**–1 348 140**	**975 000**	**1 383 517**	**1,9%**	13 636 197	176	8 113

Tipo	PMG	Designação	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a pagar		Índice de Dívida Total DGAL 2024[132]	Dívidas a receber	N.º de trabalhad. DGAL 2023[133]	N.º de habitantes INE 2025[134]
						Financiam.	Outras				
CM	**M**	**Figueira da Foz**	-	**212 211 225**	**244 636**	**17 420 698**	**16 899 640**	**51,6%**	25 109 100	857	65 852
EM		Figueira Domus – Gestão de Habitação	100%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	n.d.	–	–
CM	**P**	**Figueira de Castelo Rodrigo**	-	**23 407 623**	**-1 240 267**	**1 745 742**	**2 461 969**	**41,8%**	1 617 865	209	4 859
CM	**P**	**Figueiró dos Vinhos**	-	**24 068 200**	**-1 091 738**	**3 317 235**	**2 085 715**	**45,2%**	1 145 645	236	5 421
CM	**P**	**Fornos de Algodres**	-	**11 787 286**	**587 326**	**24 062 396**	**812 129**	**348,9%**	1 171 176	122	4 159
CM	**P**	**Freixo de Espada à Cinta**	-	**31 193 859**	**-1 134 884**	**11 369 621**	**2 303 621**	**189,4%**	993 435	183	2 958
Lda.		Congida La Barca – Transportes Turíst. e Fluviais	--	8 537	3 576	0	45 051	-	44 336	–	–
CM	**P**	**Fronteira**	-	**36 863 666**	**-1 547 433**	**890 223**	**842 999**	**25,9%**	1 551 321	140	2 957
CM	**G**	**Funchal**	-	**997 524 531**	**5 424 128**	**31 003 363**	**18 231 341**	**27,1%**	34 386 101	1 706	113 443
EM		Frente MarFunchal, Gest. e Explor. Espaços Púb.	100%	1 696 060	644 074	0	418 811	-	36 652	–	–
EM		Sociohabitafunchal, EM Habitação	100%	611 992	172 901	0	280 059	-	184 432	–	–
CM	**M**	**Fundão**	-	**77 568 624**	**-143 509**	**41 399 014**	**12 983 131**	**160,7%**	11 034 556	453	27 754
EM		Viverfundão – Promo. Gest. C. Estrut. e Infra-est.	100%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	n.d.	–	–
CM	**P**	**Gavião**	-	**32 138 535**	**-1 631 908**	**904 642**	**1 284 147**	**15,5%**	785 945	143	3 250
CM	**P**	**Góis**	-	**28 876 650**	**52 394**	**854 762**	**1 132 515**	**17,7%**	1 651 781	172	3 820
CM	**P**	**Golegã**	-	**31 014 551**	**-1 380 678**	**1 498 440**	**2 623 486**	**27,5%**	1 780 035	176	5 650
CM	**G**	**Gondomar**	-	**367 280 602**	**2 044 259**	**32 684 339**	**32 517 354**	**67,2%**	44 635 933	1 709	170 597
CM	**P**	**Gouveia**	-	**49 457 516**	**-1 845 259**	**10 091 473**	**2 821 644**	**102,3%**	3 218 883	273	11 963
EIM SA		APdSE – Águas Públicas da Serra da Estrela	33%	8 555 759	-38 125	5 909 965	2 716 454	-	2 435 826	–	–
CM	**P**	**Grândola**	-	**237 055 917**	**8 392 715**	**0**	**6 690 594**	**7,2%**	14 873 333	571	15 319
EM		Infratroia – Infraestruturas	74%	2 222 184	430 792	0	1 698 298	-	855 593	–	–
CM	**M**	**Guarda**	-	**199 976 327**	**-304 051**	**5 958 229**	**9 871 148**	**25,6%**	29 122 461	742	40 687
SIMAS		SIMAS Águas Públicas em Altitude	66%	37 991 012	64 949	0	1 998 599	-	2 711 835	(.3.	–
CM	**G**	**Guimarães**	-	**549 366 097**	**8 107 014**	**16 209 201**	**15 343 150**	**23,7%**	53 126 070	1 739	165 554
EEM		CASFIG – Coordenação das Habitações	100%	630 493	56 850	20 089	297 404	-	83 555	–	–
EIM		Vimágua – Água e Saneam. Guimarães e Vizela	90%	23 379 717	983 496	2 829 868	28 470 414	-	3 517 509	–	–
EM SA		Vitrus Ambiente	100%	4 695 133	753 875	978 385	1 913 608	-	1 789 585	–	–
CM	**P**	**Horta**	-	**57 683 192**	**115 661**	**2 669 246**	**968 240**	**23,7%**	2 167 403	161	15 173
EEM		Urbhorta – Const., Gest., Expl. Proj. Des. Empr.	100%	172 120	-314 110	1 284 429	229 563	-	212 791	–	–
CM	**P**	**Idanha-a-Nova**	-	**61 001 397**	**-1 386 289**	**3 308 495**	**3 354 291**	**24,4%**	10 905 020	386	8 360
CM	**M**	**Ílhavo**	-	**194 395 939**	**2 098 756**	**236 350**	**7 114 022**	**14,7%**	18 816 045	564	43 297
CM	**M**	**Lagoa (Algarve)**	-	**158 248 186**	**988 642**	**2 457 891**	**5 292 038**	**6,0%**	22 541 590	558	28 548
CM	**P**	**Lagoa (R.A.A.)**	-	**45 740 446**	**724 708**	**2 739 509**	**6 713 315**	**95,2%**	3 451 136	192	14 577
CM	**M**	**Lagos**	-	**314 808 765**	**8 752 199**	**8 479 060**	**6 879 128**	**18,4%**	21 894 812	982	40 729
EM SA		Lagos-em-Forma – Gestão Desportiva	100%	2 824 758	383 267	0	814 703	-	307 945	–	–
CM	**P**	**Lajes das Flores**	-	**17 248 019**	**-556 194**	**90 842**	**372 876**	**7,3%**	200 255	72	1 417
CM	**P**	**Lajes do Pico**	-	**35 936 096**	**286 304**	**661 862**	**512 520**	**13,7%**	526 679	116	4 575
CM	**M**	**Lamego**	-	**307 980 710**	**325 218**	**19 686 589**	**5 763 453**	**91,7%**	4 316 607	455	24 768
CM	**G**	**Leiria**	-	**452 203 296**	**5 240 709**	**6 959 012**	**13 754 492**	**22,9%**	45 604 486	1 158	145 861
SMAS		SMAS de Leiria	100%	58 080 313	1 625 124	0	3 763 062	-	3 010 116	163	–

Tipo	PMG	Designação	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a pagar		Índice de Dívida Total DGAL 2024[132]	Dívidas a receber	N.º de trabalhad. DGAL 2023[133]	N.º de habitantes INE 2025[134]
						Financiam.	Outras				
EM SA		Teatro José Lúcio da Silva, E.M., S.A	100%	2 897 294	88 211	0	361 156	-	114 315	–	–
CM	**G**	**Lisboa**	-	**3 579 386 099**	**63 163 141**	**389 247 774**	**228 699 422**	**39,3%**	317 031 640	9 775	658 236
SA		CARRISBUS – Manut., Reparação e Transportes	100%	1 394 105	9 412	0	6 500	-	1 069 382	–	–
Lda		Carristur, Inovação em Transp. Urb. e Regionais	100%	7 435 158	–346 996	0	2 638 551	-	1 769 654	–	–
EM SA		Companhia Carris de Ferro de Lisboa	100%	146 447 105	654 806	284	86 899 228	-	23 967 049	–	–
EM SA		EGEAC – Gestão Equip. e Animação Cultural	100%	2 845 613	27 282	2 600 000	14 078 236	-	5 762 003	–	–
EM SA		EMEL- EPM Mobilidade e Estacionamento Lisboa	100%	43 048 847	117 606	357 676	21 883 099	-	4 645 237	–	–
EM SA		GEBALIS – Gestão Bairros Municipais de Lisboa	100%	4 182 865	13 513	3 653 333	12 357 522	-	2 979 780	–	–
EM SA		Lisboa Ocidental, SRU, Soc. Reabilitação Urbana	100%	3 995 027	0	14 259 875	22 075 425	-	24 843 507	–	–
EMT SA		TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa	100%	27 731 971	1 466 850	0	354 124 075	-	151 960 501	–	–
CM	**M**	**Loulé**	-	**520 292 617**	**31 848 728**	**20 178 265**	**22 792 961**	**17,8%**	45 567 035	2 122	94 447
EM SA		Infralobo – Empresa de Infra-Estruturas	51%	2 811 199	450 402	262 569	1 070 655	-	449 717	–	–
EM SA		Inframoura – Empresa de Infra-Estruturas	51%	2 689 775	86 710	1 159 445	3 419 668	-	1 335 011	–	–
EM SA		Infraquinta – Empresa de Infra-Estruturas	51%	6 343 062	190 199	0	1 704 733	-	648 174	–	–
EM SA		Loulé Concelho Global	100%	2 500 273	50 859	241 428	653 573	-	86 426	–	–
CM	**G**	**Loures**	-	**582 389 940**	**9 229 032**	**75 213 746**	**36 566 164**	**28,6%**	58 780 505	2 792	236 988
SIMAR		SIMAR de Loures e Odivelas	57%	70 810 152	72 952	9 428 214	16 664 973	-	20 477 928	904	–
EM		Gesloures – Gestão de Equipamentos Sociais	100%	2 362 886	–452 594	100 000	1 029 441	-	311 755	–	–
EM		Loures Parque – Estacionamento	100%	1 639 412	12 691	–185	373 639	-	86 760	–	–
CM	**M**	**Lourinhã**	-	**93 655 714**	**2 105 571**	**3 885 953**	**2 894 258**	**12,9%**	1 784 565	626	30 056
CM	**P**	**Lousã**	-	**68 350 739**	**–574 598**	**3 346 542**	**2 165 061**	**26,4%**	5 667 580	309	18 143
CM	**M**	**Lousada**	-	**179 102 507**	**5 784 418**	**12 325 980**	**10 114 554**	**47,8%**	8 482 431	798	50 476
EM		Lousada Seculo XXI – Activ. Desportivas e Re-creat.	100%	276 549	240	0	185 718	-	60 728	–	–
CM	**P**	**Mação**	-	**37 435 222**	**–147 427**	**1 862 097**	**1 411 939**	**24,6%**	1 352 607	217	6 300
CM	**P**	**Macedo de Cavaleiros**	-	**49 360 866**	**–1 719 076**	**8 280 091**	**3 735 906**	**54,3%**	13 326 427	407	13 846
CM	**M**	**Machico**	-	**56 355 757**	**–223 540**	**3 649 197**	**1 415 639**	**34,5%**	3 591 089	217	20 812
CM	**P**	**Madalena**	-	**29 834 534**	**–439 394**	**1 300 052**	**6 358 348**	**117,8%**	1 187 559	129	6 850
CM	**M**	**Mafra**	-	**330 450 669**	**18 855 463**	**77 880 973**	**18 644 958**	**96,9%**	48 630 281	1 242	96 146
SMAS		SMAS de Mafra	100%	54 466 315	1 808 183	17 593 938	2 634 167	-	2 679 002	108	–
EM SA		Giatul – Gestão Infra-Estruturas Activ. Turísticas	100%	482 785	32 609	1 280 908	1 401 219	-	296 006	–	–
CM	**G**	**Maia**	-	**509 497 676**	**24 209 544**	**3 764 206**	**14 051 989**	**10,6%**	63 677 714	1 544	142 129
SMEAS		SMEAS da Maia	100%	60 927 428	2 136 488	0	4 078 212	-	13 725 727	155	–
EM		EMEM – Emp. Metropolitana Estacionamento Maia	100%	585 530	14 828	0	554 581	-	11 344	–	–
EM		Espaço Municipal – Re. Urbana e Gest. Patrim.	100%	16 234 225	28 908	544 192	3 424 211	-	1 762 121	–	–
EM		Maiambiente	100%	3 829 157	7 903	154 254	3 455 510	-	2 938 950	–	–
CM	**P**	**Mangualde**	-	**65 725 192**	**–850 695**	**4 117 693**	**4 677 703**	**32,6%**	5 784 351	356	19 479
CM	**P**	**Manteigas**	-	**32 465 128**	**203 630**	**1 197 022**	**873 292**	**32,5%**	1 011 101	88	2 958
SIMAS		SIMAS Águas Públicas em Altitude	5%	37 991 012	64 949	0	1 998 599	-	2 711 835	(.3.	–
EIM SA		Parkurbis, Parque de Ciência e Tec. Covilhã	0,2%	2 071 311	–78 711	1 422 424	104 398	-	332 719	–	–
CM	**M**	**Marco de Canaveses**	-	**148 201 561**	**2 352 190**	**13 508 338**	**10 918 901**	**60,3%**	10 711 902	598	50 838

Tipo	PMG	Designação	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a pagar		Índice de Dívida Total DGAL 2024[132]	Dívidas a receber	N.º de trabalhad. DGAL 2023[133]	N.º de habitantes INE 2025[134]
						Financiam.	Outras				
CM	**M**	**Marinha Grande**	-	**139 521 296**	**-1 393 320**	**0**	**4 383 187**	**17,0%**	9 893 130	494	45 511
EM SA		TUMG – Transportes Urbanos	100%	1 839 243	106 272	95 817	1 424 241	-	1 342 165	–	–
CM	**P**	**Marvão**	-	**37 776 735**	**96 631**	**339 482**	**1 266 706**	**15,8%**	544 395	138	2 908
CM	**G**	**Matosinhos**	-	**794 409 989**	**31 033 255**	**37 342 823**	**23 602 815**	**32,2%**	79 012 294	2 165	181 930
EM		Matosinhoshabit – Habitação de Matosinhos	100%	1 009 487	14 929	0	589 158	-	513 388	–	–
EM SA		MS Matosinhos Sport – Gest. Equip. Desp. e Lazer	100%	267 242	5 760	0	1 784 603	-	219 083	–	–
CM	**P**	**Mealhada**	-	**89 701 215**	**974 067**	**1 429 592**	**2 919 560**	**12,2%**	12 435 454	339	19 948
CM	**P**	**Mêda**	-	**34 828 104**	**278 907**	**536 125**	**1 619 043**	**22,5%**	1 579 410	156	4 364
CM	**P**	**Melgaço**	-	**86 826 754**	**-2 480 180**	**5 090 331**	**11 668 239**	**72,0%**	3 307 896	293	7 111
EM		Cura Aquae-Termas de Melgaço	51%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	n.d.	–	–
EM		Melsport – Melgaço Desporto e Lazer	100%	9 700 160	-481 037	0	644 918	-	159 081	–	–
SA		Quintas de Melgaço	63%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	n.d.	–	–
CM	**P**	**Mértola**	-	**85 026 244**	**-715 222**	**4 370 873**	**1 937 681**	**15,9%**	842 486	303	5 976
CM	**P**	**Mesão Frio**	-	**16 135 808**	**-1 350 688**	**4 002 759**	**2 596 612**	**102,1%**	487 486	178	3 381
CM	**P**	**Mira**	-	**121 682 104**	**738 907**	**3 921 686**	**4 581 606**	**57,3%**	13 846 246	238	12 684
EIM SA		ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara	33%	9 164 112	-146 427	7 818 418	5 506 400	-	2 320 491	–	–
CM	**P**	**Miranda do Corvo**	-	**65 193 307**	**541 318**	**0**	**3 819 245**	**14,6%**	2 511 022	252	12 308
CM	**P**	**Miranda do Douro**	-	**42 371 234**	**-2 381 599**	**1 177 984**	**2 065 929**	**10,4%**	1 521 901	253	6 065
CM	**M**	**Mirandela**	-	**69 455 856**	**-681 200**	**7 322 745**	**4 258 097**	**24,6%**	2 325 107	342	21 761
EIM SA		AIN – Agro-Industrial do Nordeste	49%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	n.d.	–	–
SA		Metropolitano Ligeiro de Mirandela	90%	-1 629 681	14 650	0	1 940 445	-	242 639	–	–
CM	**P**	**Mogadouro**	-	**78 511 899**	**-14 730**	**0**	**2 126 312**	**3,2%**	381 407	234	8 048
CM	**P**	**Moimenta da Beira**	-	**53 517 410**	**63 318**	**1 947 502**	**3 301 164**	**27,3%**	6 632 627	228	9 893
CM	**M**	**Moita**	-	**173 181 948**	**-2 173 044**	**10 590 272**	**10 999 203**	**29,2%**	11 290 186	1 081	78 541
CM	**P**	**Monção**	-	**61 025 449**	**-1 572 510**	**7 719 953**	**6 260 650**	**56,8%**	436 216	365	18 230
EM		Matadouro Regional de Monção	100%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	n.d.	–	–
CM	**P**	**Monchique**	-	**46 399 100**	**-2 129 253**	**833 335**	**4 914 586**	**41,6%**	1 635 639	263	5 611
CM	**P**	**Mondim de Basto**	-	**40 710 034**	**-284 202**	**3 537 133**	**1 277 512**	**32,1%**	10 470 290	195	6 252
CM	**P**	**Monforte**	-	**21 743 885**	**-737 617**	**1 712 301**	**1 343 656**	**34,8%**	714 248	204	2 876
CM	**P**	**Montalegre**	-	**94 535 958**	**370 449**	**1 712 095**	**2 616 676**	**11,6%**	8 087 171	288	8 662
CM	**P**	**Montemor-o-Novo**	-	**57 289 046**	**-461 196**	**986 824**	**4 462 465**	**26,2%**	3 208 943	497	16 616
CM	**M**	**Montemor-o-Velho**	-	**104 994 671**	**805 577**	**7 600 686**	**4 087 124**	**55,5%**	11 865 574	340	25 301
EIM SA		ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara	33%	9 164 112	-146 427	7 818 418	5 506 400	-	2 320 491	–	–
CM	**M**	**Montijo**	-	**268 338 104**	**2 647 786**	**858 986**	**6 330 313**	**7,3%**	14 724 528	1 000	68 064
SMAS		SMAS do Montijo	100%	19 033 162	-1 078 598	0	1 880 854	-	1 024 791	98	–
CM	**P**	**Mora**	-	**27 640 922**	**-991 416**	**184 238**	**1 475 304**	**19,1%**	884 096	218	4 143
CM	**P**	**Mortágua**	-	**53 607 063**	**-316 291**	**514 224**	**1 201 646**	**10,1%**	8 288 406	180	9 185
CM	**P**	**Moura**	-	**128 178 914**	**-3 088 736**	**5 495 545**	**3 470 672**	**45,8%**	2 299 443	447	13 615
EM		Herdade da Contenda	100%	1 187 372	206 230	0	176 069	-	182 152	–	–
EM SA		Lógica – Soc. Gestora do Tecnológico de Moura	79%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	n.d.	–	–

Tipo	PMG	Designação	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a pagar		Índice de Dívida Total DGAL 2024[132]	Dívidas a receber	N.º de trabalhad. DGAL 2023[133]	N.º de habitantes INE 2025[134]
						Financiam.	Outras				
CM	**P**	**Mourão**	-	**10 563 202**	**-1 450 982**	**3 379 157**	**1 507 452**	**69,1%**	719 568	160	2 524
CM	**P**	**Murça**	-	**42 285 880**	**220 144**	**2 057 603**	**1 612 897**	**30,9%**	7 595 427	139	5 100
CM	**P**	**Murtosa**	-	**77 853 819**	**67 613**	**266 731**	**1 350 858**	**5,5%**	2 215 833	136	10 393
CM	**P**	**Nazaré**	-	**35 237 703**	**1 904 255**	**27 545 171**	**3 975 965**	**132,7%**	2 190 120	257	17 067
EM		Nazaré Qualifica	100%	616 991	46 670	0	689 293	-	342 508	–	–
SM		SM de Nazaré	100%	7 130 299	512 335	52 941	1 953 818	-	1 895 528	155	–
CM	**P**	**Nelas**	-	**36 886 070**	**86 519**	**8 148 646**	**4 602 386**	**73,8%**	4 971 059	331	13 941
CM	**P**	**Nisa**	-	**56 622 856**	**19 146**	**0**	**2 296 651**	**20,5%**	1 951 170	214	6 008
CM	**P**	**Nordeste**	-	**45 822 868**	**1 095 468**	**10 241 511**	**488 200**	**193,2%**	560 215	55	4 404
EM SA		Nordeste Activo	100%	1 643 497	12 112	1 412 589	566 483	-	1 597 131	–	–
CM	**P**	**Óbidos**	-	**97 892 984**	**508 910**	**31 068**	**3 354 131**	**14,0%**	9 969 644	293	13 912
EM		Óbidos Criativa	100%	2 564 018	47 221	0	631 099	-	612 275	–	–
CM	**M**	**Odemira**	-	**110 920 060**	**-3 768 500**	**4 865 418**	**6 566 863**	**10,0%**	5 528 547	673	44 043
CM	**G**	**Odivelas**	-	**411 035 804**	**6 201 999**	**8 845 132**	**18 630 594**	**13,0%**	38 289 666	1 627	185 736
SIMAR		SIMAR de Loures e Odivelas	43%	70 810 152	72 952	9 428 214	16 664 973	-	20 477 928	904	–
CM	**G**	**Oeiras**	-	**921 726 272**	**43 468 631**	**38 409 225**	**48 319 958**	**25,4%**	63 866 313	2 796	188 056
SIMAS		SIMAS de Oeiras e Amadora	50%	219 886 751	6 582 049	0	12 784 353	-	23 987 919	395	–
EEM		Oeiras Viva-Gest. Equip. Sócio Culturais e Desport.	100%	930 426	-326 400	0	1 011 193	-	442 174	–	–
EM SA		Parques Tejo – Parqueamentos de Oeiras	100%	6 415 930	269 127	1 372 738	1 542 326	-	162 656	–	–
CM	**P**	**Oleiros**	-	**33 005 957**	**-2 083 782**	**4 180 413**	**1 887 171**	**40,0%**	1 418 730	204	4 511
CM	**M**	**Olhão**	-	**171 496 273**	**10 351 279**	**13 437 229**	**5 036 908**	**35,1%**	16 298 305	753	48 826
EM		AMBIOLHÃO-EM Ambiente de Olhão	100%	23 013 688	236 142	11 991 555	4 359 787	-	6 676 928	–	–
EEM		Fesnima – Animação de Olhão	100%	1 944 585	58 317	3 346 775	5 373 986	-	378 603	–	–
EM		Mercados de Olhão	100%	284 595	3 623	0	201 115	-	136 709	–	–
CM	**M**	**Oliveira de Azeméis**	-	**279 104 645**	**18 882 137**	**5 857 716**	**10 945 105**	**24,8%**	17 870 050	795	70 027
CM	**P**	**Oliveira de Frades**	-	**61 593 768**	**1 842 111**	**4 193 085**	**2 451 755**	**58,1%**	2 909 874	233	10 502
CM	**M**	**Oliveira do Bairro**	-	**99 567 575**	**358 593**	**5 116 713**	**3 253 665**	**25,5%**	5 884 026	313	25 698
CM	**M**	**Oliveira do Hospital**	-	**56 416 296**	**-267 172**	**2 275 305**	**3 109 755**	**23,9%**	2 767 045	321	20 047
EIM SA		APdSE – Águas Públicas da Serra da Estrela	33%	8 555 759	-38 125	5 909 965	2 716 454	-	2 435 826	–	–
CM	**M**	**Ourém**	-	**196 171 670**	**7 665 670**	**3 943 730**	**7 306 427**	**25,1%**	23 807 225	555	48 834
CM	**P**	**Ourique**	-	**33 521 669**	**-1 090 626**	**550 000**	**1 427 693**	**18,9%**	342 770	226	5 129
CM	**M**	**Ovar**	-	**140 868 691**	**-2 854 749**	**0**	**8 405 619**	**12,9%**	15 090 841	634	58 091
CM	**M**	**Paços de Ferreira**	-	**174 045 406**	**-2 741 910**	**34 710 537**	**15 973 486**	**111,4%**	10 535 600	787	57 467
EM SA		Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais	100%	10 416 997	-29 684	690 512	330 045	-	1 948 707	–	–
CM	**M**	**Palmela**	-	**140 767 375**	**4 477 848**	**11 541 926**	**12 933 411**	**20,2%**	16 976 544	1 201	77 044
EM		Palmela Desporto – Gest. Espaços e Equip. Desp.	100%	362 466	2 147	12 014	471 078	-	149 827	–	–
CM	**P**	**Pampilhosa da Serra**	-	**52 504 809**	**-2 004 715**	**331 231**	**1 938 972**	**5,0%**	1 663 972	206	3 304
CM	**M**	**Paredes**	-	**218 269 730**	**3 450 318**	**50 062 030**	**14 702 571**	**107,5%**	19 106 940	1 052	88 858
SMAS		SMAS de Paredes	100%	7 907 301	514 593	0	1 090 722	-	1 690 417	42	–
CM	**P**	**Paredes de Coura**	-	**62 475 925**	**1 073 255**	**1 655 726**	**2 150 756**	**32,7%**	1 303 632	173	8 721

Tipo	PMG	Designação	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a pagar		Índice de Dívida Total DGAL 2024[132]	Dívidas a receber	N.º de trabalhad. DGAL 2023[133]	N.º de habitantes INE 2025[134]
						Financiam.	Outras				
CM	**P**	**Pedrógão Grande**	-	**35 239 971**	**553 879**	**1 515 389**	**927 401**	**48,2%**	2 007 580	154	3 739
CM	**P**	**Penacova**	-	**46 834 306**	**-329 170**	**4 755 325**	**2 296 799**	**40,3%**	3 066 033	239	13 105
EM		Penaparque 2 – Gestão e Promoção de Equipam.	100%	143 333	470	0	151 254	-	125 213	–	–
CM	**M**	**Penafiel**	-	**212 177 626**	**4 090 037**	**5 217 513**	**16 612 844**	**19,7%**	2 606 451	950	71 719
EEM		Penafiel Activa	100%	587 758	5 167	0	69 004	-	389 096	–	–
EM		Penafiel Verde	100%	15 055 283	840 165	1 901 262	4 707 588	-	5 053 114	–	–
CM	**P**	**Penalva do Castelo**	-	**40 154 093**	**-737 039**	**173 816**	**1 884 058**	**7,1%**	1 942 736	173	7 160
CM	**P**	**Penamacor**	-	**54 716 259**	**1 233 630**	**632 861**	**1 079 234**	**9,9%**	1 058 113	112	4 362
CM	**P**	**Penedono**	-	**46 804 934**	**1 620 053**	**88 623**	**852 092**	**0,0%**	4 236 610	118	2 506
CM	**P**	**Penela**	-	**26 663 689**	**42 326**	**1 908 580**	**1 528 929**	**18,9%**	1 258 477	139	5 730
CM	**M**	**Peniche**	-	**44 043 129**	**2 046 691**	**3 124 478**	**4 561 125**	**16,1%**	1 655 633	610	30 262
SMAS		SMAS de Peniche	100%	23 152 416	534 987	0	1 097 354	-	1 475 194	86	–
CM	**P**	**Peso da Régua**	-	**43 722 815**	**173 744**	**10 511 929**	**8 248 322**	**97,3%**	9 838 961	318	14 421
CM	**P**	**Pinhel**	-	**35 895 702**	**2 503 984**	**4 211 449**	**4 403 775**	**72,8%**	1 546 012	238	8 040
CM	**M**	**Pombal**	-	**272 490 740**	**-301 481**	**5 124 349**	**6 882 645**	**14,1%**	19 748 619	707	54 992
EEM		Pmugest – Pombal Manutenção Urbana	100%	1 428 678	156 158	0	200 844	-	166 696	–	–
CM	**M**	**Ponta Delgada**	-	**168 780 643**	**303 327**	**21 544 409**	**7 451 810**	**43,3%**	14 964 177	879	71 695
EM SA		Coliseu Micaelense – Soc. Prom. Eventos Culturais	100%	10 682 734	12 781	1 185 566	422 510	-	90 561	–	–
SMAS		SMAS de Ponta Delgada	100%	44 003 107	1 620 446	0	1 180 567	-	1 758 502	274	–
CM	**P**	**Ponta do Sol**	-	**34 670 116**	**838 558**	**945 729**	**2 341 433**	**15,3%**	1 577 385	89	8 806
CM	**P**	**Ponte da Barca**	-	**50 566 567**	**794 112**	**5 825 922**	**4 992 703**	**73,6%**	4 725 956	224	11 115
CM	**M**	**Ponte de Lima**	-	**160 911 576**	**-1 697 305**	**2 539 074**	**6 277 901**	**7,6%**	24 671 249	677	42 933
CM	**P**	**Ponte de Sor**	-	**113 893 596**	**1 347 089**	**86 043**	**3 598 561**	**10,0%**	2 627 348	344	15 726
CM	**M**	**Portalegre**	-	**128 499 886**	**85 643**	**4 766 457**	**5 785 161**	**32,2%**	6 508 670	478	24 025
SMAT		SMAT de Portalegre	100%	7 695 035	207	0	2 145 894	-	1 502 150	62	–
CM	**P**	**Portel**	-	**38 600 487**	**-1 457 153**	**1 392 571**	**1 849 559**	**21,2%**	904 442	269	5 694
CM	**M**	**Portimão**	-	**359 007 380**	**7 488 336**	**76 145 843**	**15 000 665**	**113,7%**	34 106 722	967	78 125
EM SA		EMARP – Águas e Resíduos de Portimão	100%	58 709 676	2 515 755	0	6 637 665	-	4 499 580	–	–
CM	**G**	**Porto**	-	**2 125 916 178**	**68 065 175**	**6 803 920**	**42 677 449**	**20,8%**	170 261 719	4 363	273 476
EM		ÁGORA – Cultura e Desporto, EM, SA	100%	3 101 605	35 051	0	8 847 307	-	3 247 813	–	–
EM		CMPEAE – E. Águas e Energia Município do Porto	100%	171 703 475	7 499 578	6 516	31 035 880	-	22 360 895	–	–
EM		CMPH – Domus Social – Emp. Habitação e Manut.	100%	1 334 311	8 410	0	9 119 121	-	3 258 196	–	–
EM SA		Empresa Municipal de Ambiente do Porto	100%	7 660 353	395 652	9 261 685	4 558 117	-	4 890 196	–	–
EM		Gestão e Obras do Porto	100%	1 385 405	24 411	0	8 814 175	-	941 754	–	–
SA		Porto Vivo, SRU – Soc. Reabilit. Urb. Baixa Portuense	100%	26 646 563	1 005 173	5 156 250	6 342 260	-	610 107	–	–
Lda		STCP SERVIÇOS – Transp. Urb., Consult. e Particip.	100%	66 460	0	0	7 086 804	-	1 553 712	–	–
CM	**M**	**Porto de Mós**	-	**83 835 557**	**2 560 773**	**1 530 595**	**2 121 561**	**8,4%**	6 063 693	325	25 057
CM	**P**	**Porto Moniz**	-	**32 292 911**	**120 674**	**0**	**798 259**	**9,7%**	652 139	77	2 760
CM	**P**	**Porto Santo**	-	**35 735 914**	**765 156**	**2 780 224**	**2 425 183**	**39,3%**	2 244 681	109	6 916
CM	**M**	**Póvoa de Lanhoso**	-	**78 715 837**	**2 030 320**	**9 102 042**	**3 811 650**	**43,7%**	5 535 313	336	22 746
EM		EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave	100%	1 877 107	3 047	458 816	639 639	-	1 212 782	–	–

Tipo	PMG	Designação	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a pagar		Índice de Dívida Total DGAL 2024[132]	Dívidas a receber	N.º de trabalhad. DGAL 2023[133]	N.º de habitantes INE 2025[134]
						Financiam.	Outras				
CM	**M**	**Póvoa de Varzim**	-	**191 138 147**	**6 438 588**	**20 303 776**	**11 656 957**	**41,0%**	18 690 949	1 050	72 364
EEM		Varzim Lazer	100%	418 552	227	0	345 993	-	137 797	–	–
CM	**P**	**Povoação**	-	**34 681 000**	**–1 685 338**	**2 267 000**	**3 010 691**	**76,1%**	269 741	96	5 640
CM	**P**	**Praia da Vitória**	-	**67 741 750**	**1 258 707**	**9 996 966**	**1 199 799**	**177,4%**	2 863 341	154	19 848
EM SA		Praia Ambiente	100%	5 020 068	–162 740	3 096 277	1 425 621	-	524 011	–	–
EIM		TERAMB – EM Gest. e Valoriz. Ambi. Ilha Terceira	40%	24 523 672	710 264	2 065 074	5 108 656	-	1 370 885	–	–
CM	**P**	**Proença-a-Nova**	-	**48 763 900**	**–1 718 379**	**1 957 290**	**2 038 822**	**24,9%**	1 419 562	205	6 960
CM	**P**	**Redondo**	-	**26 416 162**	**–2 483 078**	**57 650**	**1 879 724**	**22,6%**	932 492	270	6 431
CM	**P**	**Reguengos de Monsaraz**	-	**40 101 809**	**–562 948**	**7 518 383**	**8 674 441**	**114,8%**	5 709 258	281	10 599
CM	**P**	**Resende**	-	**68 905 832**	**1 479 085**	**4 280 221**	**1 937 137**	**30,9%**	1 951 491	298	9 535
CM	**P**	**Ribeira Brava**	-	**89 153 262**	**1 657 180**	**4 651 342**	**1 038 606**	**56,0%**	1 411 832	113	13 172
CM	**P**	**Ribeira de Pena**	-	**42 342 816**	**–2 577 171**	**8 428 519**	**5 523 485**	**64,8%**	3 562 051	284	5 836
CM	**M**	**Ribeira Grande**	-	**169 174 862**	**4 430 594**	**14 069 485**	**1 998 748**	**65,8%**	5 486 718	312	32 060
CM	**M**	**Rio Maior**	-	**86 646 618**	**1 016 107**	**4 472 576**	**3 521 622**	**22,7%**	7 232 656	366	25 412
EM SA		DESMOR – Gestão Desportiva de Rio Maior	100%	1 820 994	41 972	0	617 603	-	1 354 437	–	–
CM	**P**	**Sabrosa**	-	**38 756 654**	**–1 092 970**	**1 182 078**	**3 261 121**	**29,8%**	1 715 088	147	5 576
CM	**P**	**Sabugal**	-	**62 203 791**	**2 048 362**	**11 274 233**	**3 048 028**	**71,9%**	3 910 178	270	9 368
SIMAS		SIMAS Águas Públicas em Altitude	19%	37 991 012	64 949	0	1 998 599	-	2 711 835	(.3.	–
CM	**M**	**Salvaterra de Magos**	-	**52 206 926**	**1 832 359**	**2 970 294**	**2 522 786**	**22,2%**	4 667 170	367	23 952
CM	**P**	**Santa Comba Dão**	-	**26 151 993**	**789 962**	**3 124 783**	**3 177 939**	**65,2%**	2 080 718	206	11 140
EM		COMBANIMA – Espaços Municipais, EM	100%	19 828	–4 940	0	33 931	-	26 556	–	–
CM	**M**	**Santa Cruz**	-	**48 253 843**	**6 886 740**	**15 415 125**	**7 076 689**	**73,1%**	11 752 859	403	44 132
CM	**P**	**Santa Cruz da Graciosa**	-	**31 502 408**	**539 652**	**0**	**292 729**	**14,7%**	170 766	67	4 074
Soc.		Emp. Transportes Colectivos da Ilha Graciosa	78%	513 394	159 134	0	51 858	-	59 647	–	–
CM	**P**	**Santa Cruz das Flores**	-	**19 591 994**	**–708 617**	**21 918**	**247 932**	**2,2%**	377 412	77	1 980
CM	**G**	**Santa Maria da Feira**	-	**432 746 010**	**14 113 375**	**517 512**	**11 053 537**	**8,7%**	30 277 250	1 326	142 676
EEM		Feira Viva Cultura e Desporto	100%	1 272 030	44 368	0	2 511 178	-	651 049	–	–
EM SA		Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira	100%	147 001	–74 819	138 552	106 955	-	28 275	–	–
CM	**P**	**Santa Marta de Penaguião**	-	**28 990 802**	**–1 728 272**	**971 814**	**1 013 541**	**21,0%**	538 128	142	6 043
CM	**P**	**Santana**	-	**42 524 139**	**2 336 579**	**0**	**786 353**	**1,2%**	655 845	98	6 643
CM	**M**	**Santarém**	-	**214 826 816**	**1 749 776**	**26 669 016**	**6 642 435**	**60,8%**	13 771 215	899	69 392
EM SA		Águas de Santarém	100%	50 666 248	52 970	8 031 319	10 998 632	-	3 837 965	–	–
EM SA		Viver Santarém – Soc. Cult., Desp., Tur. e Gest. Urb.	100%	470 459	236 318	719 555	382 007	-	20 478	–	–
CM	**M**	**Santiago do Cacém**	-	**177 831 877**	**2 666 973**	**2 262 193**	**3 979 818**	**17,0%**	6 574 481	692	30 226
CM	**M**	**Santo Tirso**	-	**227 792 768**	**–2 329 322**	**9 004 987**	**11 267 421**	**34,2%**	24 870 243	766	69 810
CM	**P**	**São Brás de Alportel**	-	**32 166 021**	**–978 559**	**1 476 587**	**2 361 353**	**8,4%**	3 187 464	360	12 305
CM	**M**	**São João da Madeira**	-	**155 224 577**	**–1 202 738**	**4 520 780**	**4 846 787**	**31,8%**	8 804 925	460	23 991
EM SA		Águas de S. João	51%	3 804 995	614 188	0	1 074 814	-	1 156 820	–	–
EM		Habitar S. João – Habitação	100%	441 604	676	0	112 224	-	255 312	–	–
CM	**P**	**São João da Pesqueira**	-	**52 570 070**	**404 113**	**6 280 905**	**4 302 632**	**69,3%**	11 167 205	181	6 458
CM	**P**	**São Pedro do Sul**	-	**68 864 616**	**–2 280 591**	**5 860 666**	**7 364 670**	**55,5%**	8 579 827	461	15 867
EM SA		Termalistur – Termas	100%	7 714 324	–4 074	6 448 115	3 698 067	-	3 480 154	–	–
CM	**P**	**São Roque do Pico**	-	**20 954 671**	**–997 762**	**3 351 489**	**904 436**	**49,9%**	1 234 745	77	3 554
CM	**P**	**São Vicente**	-	**24 720 568**	**–4 311 799**	**3 646 599**	**1 362 801**	**60,1%**	917 328	88	5 027
EM SA		Naturnorte – Gest. Equip. Col. e Prest. Serviços	100%	(.3.	(.3.	(.3.	(.3.	-	(.3.	–	–
CM	**P**	**Sardoal**	-	**16 081 418**	**–547 097**	**3 706 414**	**1 683 696**	**58,1%**	1 564 364	194	3 689
CM	**P**	**Sátão**	-	**42 429 091**	**1 771 792**	**41 788**	**2 380 084**	**9,4%**	1 770 546	261	11 295
CM	**M**	**Seia**	-	**52 405 212**	**222 910**	**23 416 384**	**3 614 179**	**125,9%**	13 442 782	354	21 597
EIM SA		APdSE – Águas Públicas da Serra da Estrela	33%	8 555 759	–38 125	5 909 965	2 716 454	-	2 435 826	–	–
CM	**G**	**Seixal**	-	**794 173 200**	**1 512**	**45 962 639**	**24 953 460**	**49,5%**	46 233 315	2 502	198 254
CM	**P**	**Sernancelhe**	-	**59 908 182**	**491 438**	**426 971**	**1 556 917**	**13,0%**	2 442 235	108	4 949
CM	**P**	**Serpa**	-	**62 999 391**	**–4 113 490**	**2 066 934**	**4 340 344**	**27,5%**	1 892 116	552	14 428
CM	**P**	**Sertã**	-	**71 463 464**	**–292 200**	**1 011 440**	**2 374 785**	**9,2%**	3 115 246	292	15 081
CM	**M**	**Sesimbra**	-	**153 825 178**	**3 274 803**	**3 843 600**	**19 887 132**	**21,6%**	33 707 988	1 275	59 440

Tipo	PMG	Designação	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a pagar		Índice de Dívida Total DGAL 2024[132]	Dívidas a receber	N.º de trabalhad. DGAL 2023[133]	N.º de habitantes INE 2025[134]
						Financiam.	Outras				
CM	**G**	**Setúbal**	-	**294 219 762**	**-1 880 877**	**34 397 397**	**69 437 523**	**87,3%**	49 629 810	1 880	141 266
SM		SM de Setúbal	100%	20 336 737	3 243 971	0	7 940 486	-	9 837 360	244	–
CM	**P**	**Sever do Vouga**	-	**63 542 014**	**-1 849 552**	**1 887 208**	**2 822 150**	**42,4%**	3 511 051	193	11 817
CM	**M**	**Silves**	-	**198 366 386**	**8 497 921**	**9 042 684**	**7 626 005**	**28,8%**	12 656 678	816	45 884
CM	**P**	**Sines**	-	**168 840 775**	**6 722 455**	**4 897 892**	**5 071 206**	**38,1%**	8 338 441	527	16 943
CM	**G**	**Sintra**	-	**1 276 311 381**	**72 680 024**	**0**	**52 611 093**	**6,9%**	91 076 898	3 654	449 956
SMAS		SMAS de Sintra	100%	101 089 014	3 945 168	0	8 833 282	-	13 349 637	1 016	–
EM SA		EMES – Estacionamento de Sintra	100%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	n.d.	–	–
CM	**P**	**Sobral de Monte Agraço**	-	**26 327 157**	**-312 370**	**926 382**	**1 946 559**	**18,1%**	2 093 013	258	11 858
CM	**P**	**Soure**	-	**54 679 537**	**-366 077**	**6 122 427**	**2 222 546**	**29,5%**	4 332 829	349	17 493
EIM SA		ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara	33%	9 164 112	-146 427	7 818 418	5 506 400	-	2 320 491	–	–
CM	**P**	**Sousel**	-	**30 684 166**	**-532 805**	**1 882 295**	**1 846 982**	**48,9%**	795 515	165	4 506
CM	**P**	**Tábua**	-	**40 963 624**	**1 722 464**	**5 614 159**	**5 295 671**	**88,6%**	10 391 664	278	11 670
CM	**P**	**Tabuaço**	-	**35 209 801**	**185 340**	**2 234 622**	**5 222 395**	**96,8%**	1 852 424	153	4 516
CM	**P**	**Tarouca**	-	**17 328 249**	**-2 576 171**	**3 881 960**	**7 821 939**	**99,8%**	1 830 824	304	7 448
CM	**M**	**Tavira**	-	**191 585 467**	**-1 236 395**	**1 517 440**	**3 390 802**	**8,8%**	10 946 072	605	33 006
EM		Tavira Verde – Ambiente	51%	9 555 451	644 877	10 878 579	7 924 692	-	2 683 400	–	–
CM	**P**	**Terras de Bouro**	-	**39 350 369**	**-190 024**	**4 333 265**	**1 864 637**	**41,1%**	2 016 353	245	6 366
CM	**M**	**Tomar**	-	**122 178 789**	**4 396 858**	**4 514 141**	**7 739 253**	**37,4%**	12 276 333	611	37 971
CM	**M**	**Tondela**	-	**82 927 283**	**230 109**	**821 687**	**3 910 637**	**16,8%**	6 309 077	485	26 912
CM	**P**	**Torre de Moncorvo**	-	**42 888 817**	**-2 006 614**	**6 248 574**	**2 505 247**	**68,7%**	1 044 414	201	6 507
CM	**M**	**Torres Novas**	-	**156 290 528**	**3 272 909**	**11 450 910**	**3 960 781**	**46,3%**	10 840 001	653	36 208
CM	**M**	**Torres Vedras**	-	**277 642 908**	**3 610 633**	**12 648 943**	**10 195 532**	**26,1%**	44 501 774	1 172	94 886
EM		Promotorres – Promo. Eventos Gestão de Equip.	100%	413 323	227	37 312	1 390 297	-	1 179 981	–	–
SMAS		SMAS Torres Vedras	100%	36 574 037	872 627	0	2 971 490	-	3 445 317	239	–
CM	**P**	**Trancoso**	-	**41 485 833**	**-282 799**	**9 472 200**	**2 707 143**	**147,2%**	2 082 273	273	8 022
EEM		TEGEC – Gest. Equipamentos Culturais e Lazer	100%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	n.d.	–	–
CM	**M**	**Trofa**	-	**127 539 716**	**679 108**	**19 703 073**	**3 927 543**	**63,7%**	11 439 670	427	41 512
EM		TrofAmbiente	100%	3 853 432	-122 028	3 437 242	2 384 402	-	1 057 476	–	–
CM	**M**	**Vagos**	-	**59 987 644**	**-1 131 828**	**4 704 404**	**10 685 171**	**77,0%**	8 092 348	267	25 524
CM	**M**	**Vale de Cambra**	-	**88 987 300**	**-4 676 365**	**8 013 410**	**2 642 988**	**40,7%**	6 322 307	302	22 066
CM	**P**	**Valença**	-	**58 039 984**	**611 858**	**4 880 075**	**4 174 369**	**48,1%**	5 168 413	282	15 699
EM		Interminho – Soc. Gest. Parques Empresariais	100%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	n.d.	–	–
CM	**M**	**Valongo**	-	**288 334 861**	**2 391 355**	**37 977 053**	**12 970 993**	**58,1%**	19 672 859	1 064	98 930
EM		Vallis Habita – Gest. Empreend. Habitacionais	100%	17 449 475	115 718	0	100 255	-	123 937	–	–
CM	**P**	**Valpaços**	-	**107 189 181**	**630 306**	**879 576**	**3 419 491**	**16,7%**	2 440 761	359	14 247
CM	**P**	**Velas**	-	**45 726 132**	**941 824**	**3 190**	**356 751**	**24,0%**	727 083	80	5 103
CM	**P**	**Vendas Novas**	-	**60 218 059**	**-1 235 528**	**2 408 156**	**2 441 536**	**37,9%**	2 181 902	286	12 860
CM	**P**	**Viana do Alentejo**	-	**23 623 718**	**-1 208 855**	**1 202 321**	**1 911 174**	**13,5%**	1 327 771	198	5 594
CM	**M**	**Viana do Castelo**	-	**350 141 956**	**10 455 567**	**22 265 689**	**35 542 580**	**58,5%**	63 203 148	1 376	92 860
SMVC		SM de Viana Castelo	100%	3 467 549	-1 147 402	0	3 455 170	-	2 383 721	129	–
CM	**P**	**Vidigueira**	-	**25 911 070**	**-650 092**	**2 504 452**	**1 176 912**	**24,1%**	1 316 673	216	5 513
CM	**P**	**Vieira do Minho**	-	**48 712 753**	**-1 995 427**	**5 535 384**	**5 072 918**	**61,1%**	3 136 132	281	11 657
CM	**P**	**Vila de Rei**	-	**29 287 483**	**-317 477**	**335 911**	**1 648 392**	**10,7%**	1 840 776	151	3 229
CM	**P**	**Vila do Bispo**	-	**46 964 795**	**-505 799**	**307 389**	**1 997 199**	**6,0%**	7 912 976	249	7 078
CM	**M**	**Vila do Conde**	-	**242 699 356**	**-4 765 224**	**18 331 163**	**27 426 058**	**56,2%**	22 706 861	1 284	86 245
CM	**P**	**Vila do Porto**	-	**47 135 271**	**674 332**	**2 071 199**	**526 122**	**38,0%**	1 476 371	110	5 544
CM	**P**	**Vila Flor**	-	**49 932 286**	**-2 756 479**	**2 090 267**	**2 674 247**	**8,0%**	438 827	193	5 773
EIM SA		AIN – Agro-Industrial do Nordeste	49%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	n.d.	–	–
CM	**G**	**Vila Franca de Xira**	-	**418 219 687**	**9 434 884**	**25 652 488**	**13 362 883**	**18,7%**	29 460 425	1 695	152 007
SMAS		SMAS de Vila Franca Xira	100%	62 555 232	953 612	0	2 983 132	-	3 684 897	173	–
CM	**P**	**Vila Franca do Campo**	-	**87 086 213**	**1 048 109**	**27 977 692**	**797 636**	**304,4%**	2 942 798	106	10 181
EM		Marina da Vila – Indústrias de Marinas e Recreio	100%	139 538	10 485	0	49 991	-	109 306	–	–
EM SA		SDVF – Soc. Desenv. Habit. Social de VFC	85%	1 118 241	102 587	1 195 684	9 405	-	0	–	–

Tipo	PMG	Designação	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a pagar		Índice de Dívida Total DGAL 2024[132]	Dívidas a receber	N.º de trabalhad. DGAL 2023[133]	N.º de habitantes INE 2025[134]
						Financiam.	Outras				
CM	**P**	**Vila Nova da Barquinha**	-	**41 479 252**	**782 634**	**737 135**	**1 319 307**	**20,3%**	1 705 733	166	7 742
CM	**P**	**Vila Nova de Cerveira**	-	**59 536 151**	**439 091**	**3 078 470**	**2 661 024**	**25,4%**	2 848 748	240	10 051
CM	**G**	**Vila Nova de Famalicão**	-	**407 708 870**	**–2 932 102**	**22 630 374**	**23 616 429**	**21,6%**	38 722 377	1 638	143 801
CM	**P**	**Vila Nova de Foz Côa**	-	**90 073 966**	**–1 241 320**	**0**	**1 815 486**	**5,3%**	1 680 383	167	5 812
EM		Ribeira da Teja – Produção de Energia Eléctrica	56%	6 857 184	2 205 385	0	382 281	-	529 264	–	–
CM	**G**	**Vila Nova de Gaia**	-	**1 017 654 198**	**53 258 281**	**89 865 399**	**42 232 721**	**44,2%**	107 804 239	3 644	323 202
EM SA		Águas de Gaia	100%	60 419 962	140 956	21 825 541	19 697 395	-	6 909 349	–	–
EM		Gaiurb – Urbanismo e Habitação	100%	14 918 745	398 097	0	8 559 549	-	5 214 157	–	–
CM	**P**	**Vila Nova de Paiva**	-	**30 992 684**	**–1 760 542**	**535 854**	**1 950 230**	**17,3%**	397 777	156	4 405
CM	**P**	**Vila Nova de Poiares**	-	**36 360 618**	**–247 359**	**10 931 667**	**1 284 212**	**160,2%**	2 143 506	146	7 507
CM	**P**	**Vila Pouca de Aguiar**	-	**73 277 862**	**–1 221 035**	**1 722 620**	**4 150 397**	**13,8%**	4 257 194	327	11 794
CM	**M**	**Vila Real**	-	**232 169 371**	**5 514 387**	**10 328 300**	**10 141 505**	**31,4%**	14 383 002	696	52 964
EM		VRS – Vila Real Social, Habitação e Transportes	100%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	n.d.	–	–
CM	**M**	**Vila Real de Santo António**	-	**89 447 916**	**5 010 223**	**47 447 862**	**12 426 659**	**419,5%**	16 672 754	587	22 349
CM	**P**	**Vila Velha de Ródão**	-	**43 456 625**	**310 408**	**0**	**669 766**	**4,6%**	2 524 373	162	3 418
CM	**M**	**Vila Verde**	-	**151 481 227**	**9 541 945**	**7 515 089**	**4 948 998**	**20,9%**	6 698 637	626	49 649
CM	**P**	**Vila Viçosa**	-	**23 015 016**	**–1 102 997**	**3 176 849**	**1 134 543**	**41,9%**	1 003 921	231	7 368
CM	**P**	**Vimioso**	-	**39 308 982**	**205 569**	**1 597 139**	**1 644 719**	**12,1%**	932 061	150	3 716
CM	**P**	**Vinhais**	-	**43 437 253**	**–1 149 019**	**1 498 940**	**1 986 310**	**20,5%**	571 962	228	7 223
EM		Carnes de Vinhais – Soc. Abate Transform. Carnes	100%	–13 130	–84 433	3 704	154 006	-	45 520	–	–
EEM		ProRuris – EM Desenvolvimento Rural de Vinhais	100%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	n.d.	–	–
CM	**G**	**Viseu**	-	**289 209 962**	**4 248 692**	**25 418 320**	**20 186 251**	**41,0%**	36 989 911	1 314	109 166
SMAS		SMAS de Viseu	100%	77 259 908	1 599 564	0	7 026 816	-	5 819 692	202	–
EM		Habisolvis – Habitação Social	100%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	n.d.	–	–
SA		VISEUNOVO – SRU – Soc. Reab. Urbana Viseu	100%	1 141 080	6 304	197 220	198 577	-	35 144	–	–
CM	**M**	**Vizela**	-	**75 836 758**	**534 019**	**7 471 043**	**3 030 401**	**43,5%**	7 019 168	298	25 437
EIM		Vimágua – Água e Saneam. Guimarães e Vizela	10%	23 379 717	983 496	2 829 868	28 470 414	-	3 517 509	–	–
CM	**P**	**Vouzela**	-	**56 019 035**	**391 004**	**4 503 053**	**1 270 897**	**41,7%**	2 891 718	276	9 668
EIM		AGIT – Agenc. p/ Gestão Sist. Intermodal Coimbra	(1)	1 186 516	20 922	0	73 737	-	168 260	–	–
EIM SA		Águas do Alto Alentejo	(2)	24 564 239	1 101	0	5 206 937	-	4 040 554	–	–
EIM SA		Águas do Interior Norte	(3)	75 614 614	505 434	25 044 128	9 126 529	-	17 623 330	–	–
EIM		Águas do Ribatejo	(4)	64 357 276	1 584 297	21 152 322	19 523 659	-	6 772 862	–	–
EIM		AMBILITAL – Invest. Ambientais no Alentejo	(5)	15 353 548	399 115	5 901 000	7 935 574	-	2 859 946	–	–
EIM		Ambisousa – EIM Tratam. Gestão Res. Sól.	(6)	20 082 835	1 038 962	5 829 058	10 420 476	-	3 900 522	–	–
EIM SA		APIN – EIM Ambiente do Pinhal Interior	(7)	21 791 557	–699 560	9 068 496	27 146 786	-	13 474 653	–	–
EIM		BRAVAL – Valorização e Tratam. Res. Sól.	(8)	8 489 537	883 041	1 024 758	8 190 854	-	3 310 555	–	–
EIM SA		ECOBEIRÃO – Trat. Res Sól. Planalto Beirão	(9)	13 567 593	253 806	0	10 872 928	-	7 794 973	–	–
EIM		Ecolezíria -Tratamento de Resíduos Sólidos	(10)	5 130 810	969 002	14 401	3 598 729	-	2 259 777	–	–
EIM SA		EHATB – Emp. Hidroelét. Alto Tâmega Barroso	(11)	9 331 799	342 470	0	2 272 303	-	1 804 742	–	–
EIM		GESAMB – Gestão Ambiental e de Residuos	(12)	21 449 940	727 319	1 224 677	8 712 884	-	16 219 896	–	–
EIM SA		Matadouro Industrial do Cachão	(13)	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	n.d.	–	–
EIM		MINHOCOM – Gestão de Infraestrut. Telecom.	(14)	10 013 300	96 613	0	865 894	-	81 549	–	–
EIM SA		Municípia, SA – Emp. Cartografia e Sist. Info.	(15)	3 420 843	147 224	0	1 307 239	-	2 360 309	–	–
EIM		MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente	(16)	64 274 302	159 241	35 263 069	14 194 709	-	10 072 875	–	–
EIM		Naturtejo – Empresa de Turismo	(17)	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	n.d.	–	–
EIM		PERM – Parque Emp. de Recup. de Materiais	(18)	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	n.d.	–	–
EIM		Resialentejo – Trat.e Valorização de Resíduos	(19)	17 505 442	170 108	8 151 049	4 214 177	-	12 035 452	–	–
EIM		Resíduos do Nordeste	(20)	12 577 191	3 748	65 287	5 406 364	-	2 765 477	–	–
EIM SA		RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos	(21)	4 412 777	222 385	4 433 745	6 684 981	-	2 672 750	–	–

Tipo	PMG	Designação	Particip. Munic.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a pagar		Índice de Dívida Total DGAL 2024[132]	Dívidas a receber	N.º de trabalhad. DGAL 2023[133]	N.º de habitantes INE 2025[134]
						Financiam.	Outras				
EIM SA		STCP – Soc. Transportes Coletivos do Porto	(22)	163 956 075	2 900 970	6 610	18 120 464	-	26 651 048	–	–
EIM SA		Tejo Ambiente – EIM Ambiente do Médio Tejo	(23)	17 206 115	1 709 771	19 689 628	7 510 766	-	8 929 216	–	–
EIM		TRATOLIXO – Tratamento Resíduos Sólidos	(24)	30 406 281	1 189 306	120 905 495	24 741 850	-	4 504 812	–	–

(1) Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (Arganil, Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Góis, Lousã, Mealhada, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Mortágua, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure, Tábua, Vila Nova de Poiares) – 100%.

(2) Alter do Chão (6,92%), Arronches (4,424%), Castelo de Vide (5,435%), Crato (8,174%), Fronteira (6,708%), Gavião (10,031%), Marvão (6,903%), Nisa (14,994%), Ponte de Sor (29,094%) e Sousel (7,317%).

(3) Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real.

(4) Almeirim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%).

(5) AMAGRA – Associação de Municípios Alentejanos (Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém, Sines, Aljustrel e Ferreira do Alentejo) – 51,00%.

(6) Associação de Municípios do Vale do Sousa (Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel) – 100%.

(7) Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares.

(8) Amares (3,7%), Póvoa de Lanhoso (4,2%) Terras de Bouro (2,4%), Vila Verde (5,0%), Vieira do Minho (5,7%) e Agere (Braga) (79,0%).

(9) Carregal do Sal (2%), Mortágua (2%), Santa Comba Dão (2%), Tábua, Tondela (2%), AMRPB – Associação de Municípios da Região Planalto Beirão (82,9%).

(10) RESIURB – Associação de Municípios para o Tratamento de resíduos Sólidos (Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche e Salvaterra de Magos) – 100%.

(11) Boticas (16,7%), Chaves (16,7%), Montalegre (16,7%), Ribeira de Pena (16,7%), Valpaços (16,7%) e Vila Pouca de Aguiar (16,7%).

(12) CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa) – 60%.

(13) AIN – Agro-Industrial do Nordeste, E.I.M, S.A.

(14) Associação de Municípios do Vale do Minho (Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira) – 51,0%.

(15) Aguiar da Beira, Albergaria-a-Velha, Alvaiázere, Ansião, Arganil, Barcelos, Boticas, Bragança, Cabeceiras de Basto, Carregal do Sal, Castelo Branco, Covilhã, Figueira da Foz, Fundão, Góis, Gouveia, Guarda, Idanha-a-Nova, Ílhavo, Lagoa, Lamego, Leiria, Loulé, Mafra, Maia, Mangualde, Monchique, Mourão, Oeiras (56,71%), Olhão, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Paços de Ferreira, Paredes, Penacova, Penamacor, Ponta Delgada, Ponte da Barca, Portalegre, Portimão, Santa Marta Penaguião, Santiago do Cacém, São João da Madeira, São Pedro do Sul, Sernancelhe, Sertã, Sesimbra, Sever do Vouga, Silves, Sines, Sintra, Tavira, Trofa, Vale de Cambra, Vieira do Minho, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, Vila Nova de Poiares, Viseu, Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, Associação para o Des. Baixo Guadiana, Associação de Municípios do Vale Douro Norte, Associação de Municípios do Douro Superior (AMDS), Associação de Municípios PEFICA, Associação de Municípios do Norte Alentejano, Associação de Municípios de Alta Estremadura, e Associação de Municípios do Distrito Évora.

(16) AMISM – Associação de município da Ilha de São Miguel (Lagoa, Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo) – 100%.

(17) Associação de Municípios Natureza e Tejo – 87,87%.

(18) Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra) – 51%.

(19) Almodôvar (12,5%), Barrancos (12,5%), Beja (12,5%), Castro Verde (12,5%), Mértola (12,5%), Moura (12,5%), Ourique (12,5%) e Serpa (12,5%).

(20) Alfândega da Fé, Bragança (23,12%), Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros (11,9%), Miranda do Douro (4,89%), Mirandela (16,92%), Vila Flor (4,75%), Vimioso (3,05%), Vinhais (5,93%), Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos (22%).

(21) Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha.

(22) Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo, Vila Nova de Gaia.

(23) Ferreira do Zêzere (7,9%), Mação (10,9%), Ourém (32,4%), Sardoal (5,6%), Tomar (35,6%) e Vila Nova da Barquinha (7,6%).

(24) AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos – 100%.

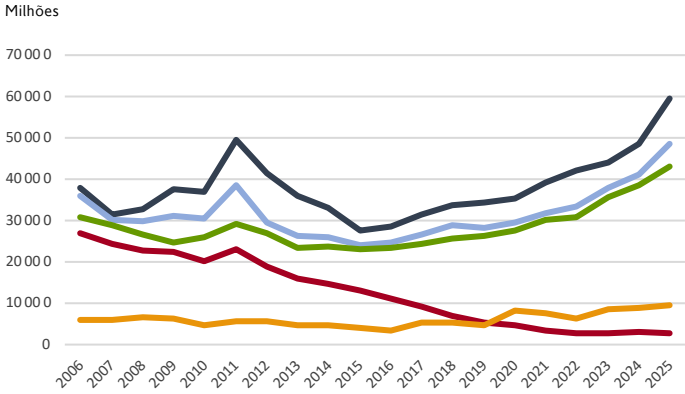
n.d. – Dados não disponíveis

ANEXO II.
EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA POR MUNICÍPIO (por ordem alfabética)*

*Os dados referentes à população correspondem à estimativa anual da população residente do INE

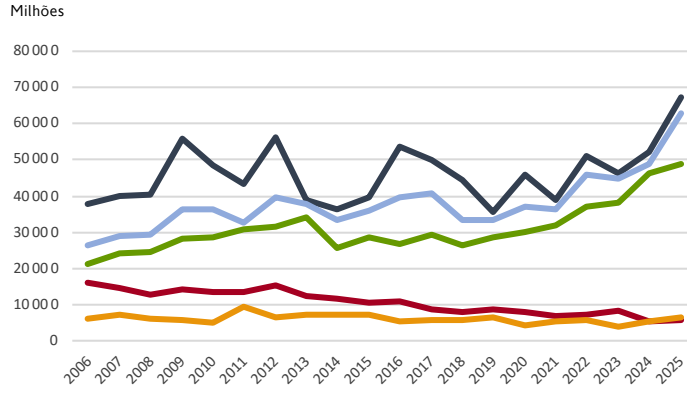
Abrantes

36 106 habitantes



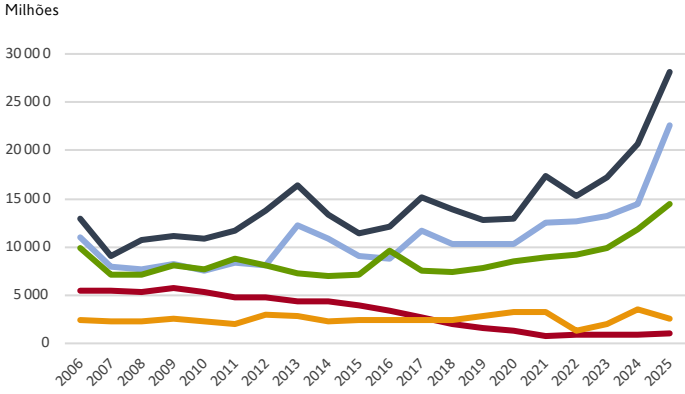
Águeda

50 635 habitantes



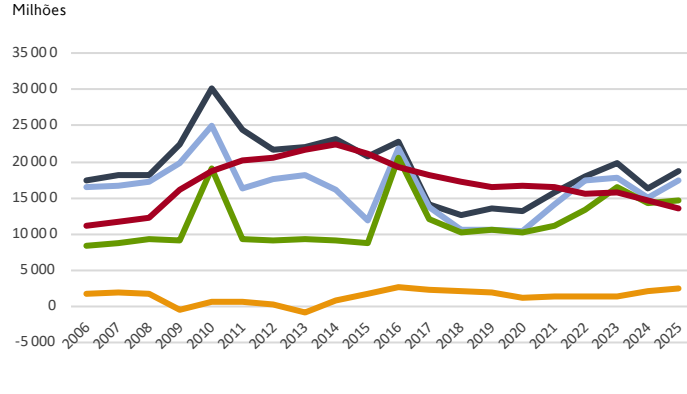
Aguiar da Beira

4 898 habitantes



Alandroal

4 989 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

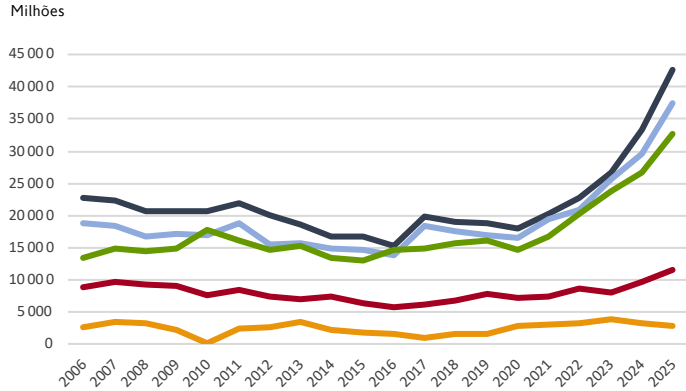
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

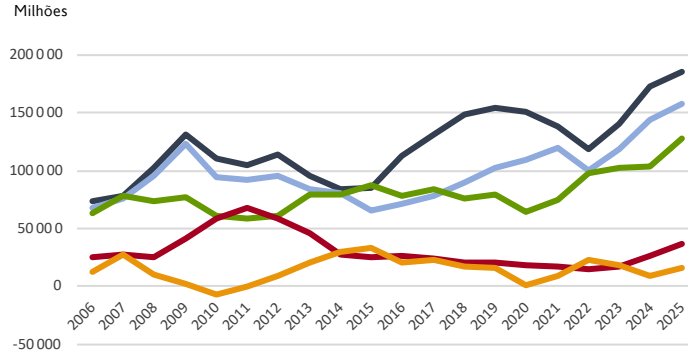
Albergaria-a-Velha

26 362 habitantes



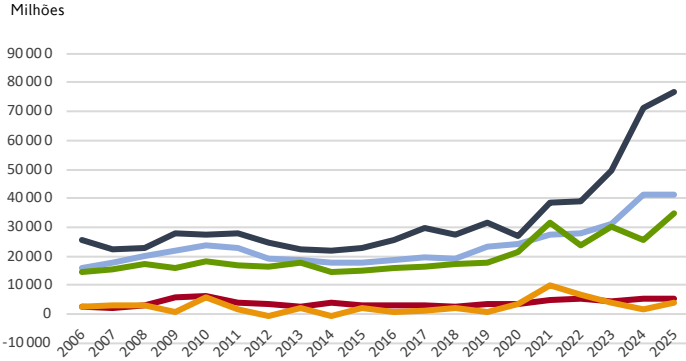
Albufeira

63 375 habitantes



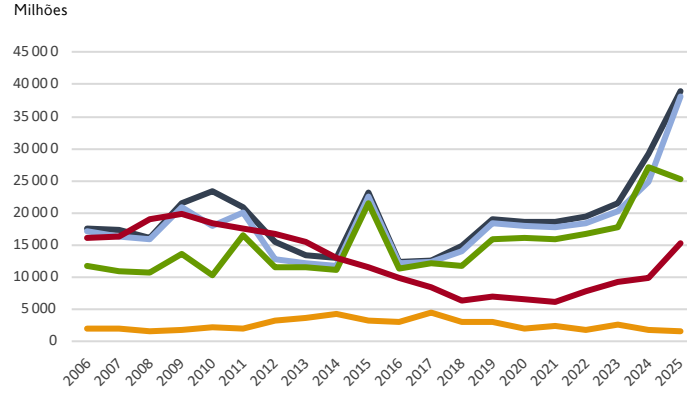
Alcácer do Sal

11 961 habitantes



Alcanena

13 313 habitantes

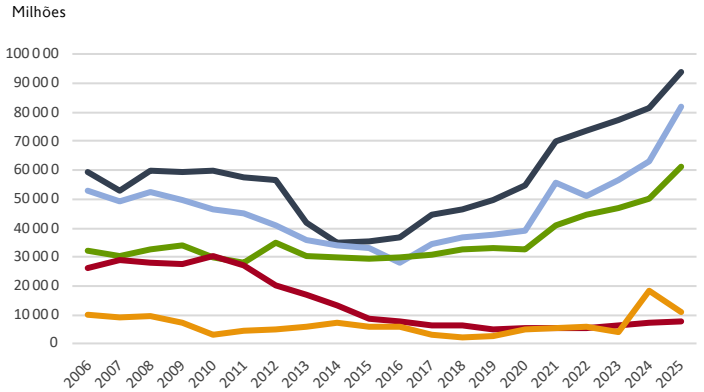


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

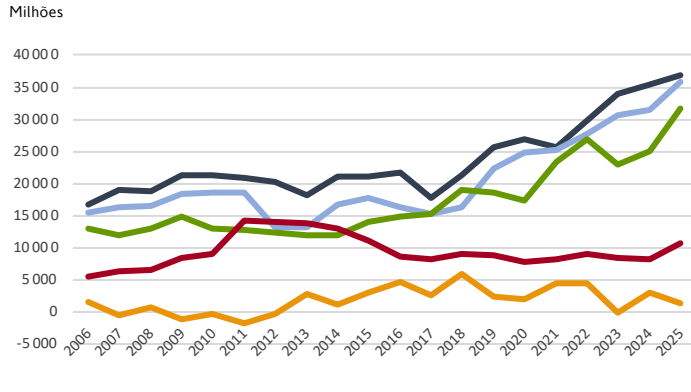
Alcobaça

60 881 habitantes



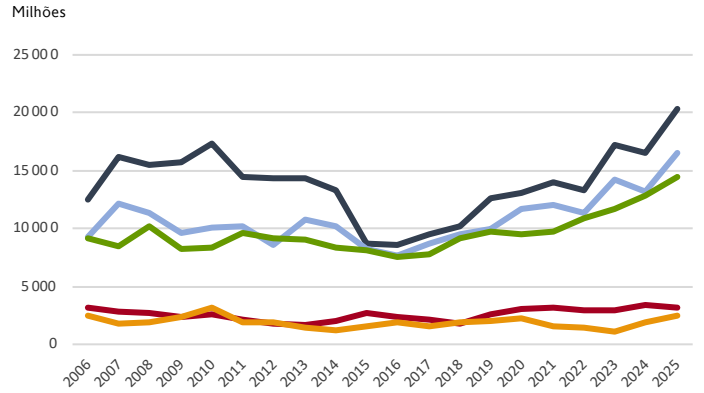
Alcochete

20 407 habitantes



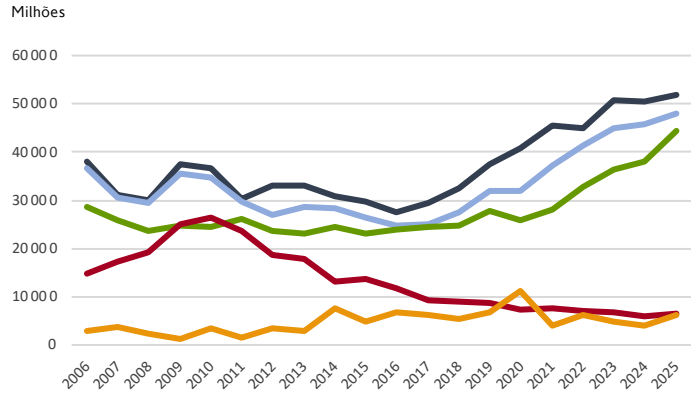
Alcoutim

2 467 habitantes



Alenquer

50 718 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

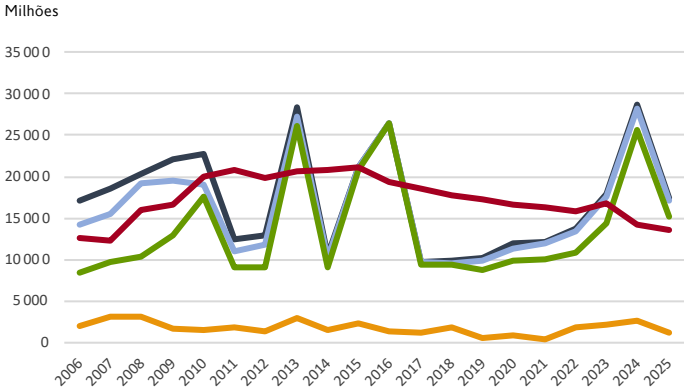
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

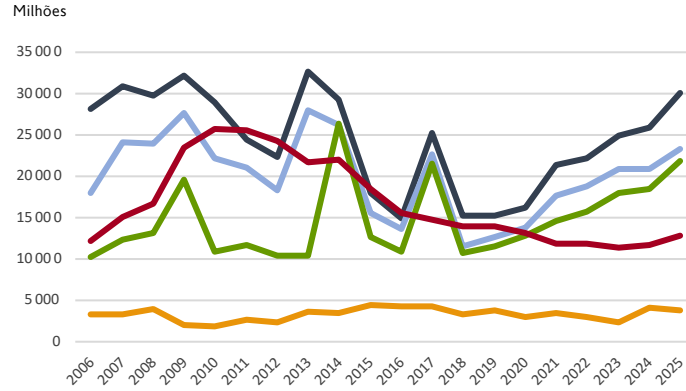
Alfândega da Fé

4 210 habitantes



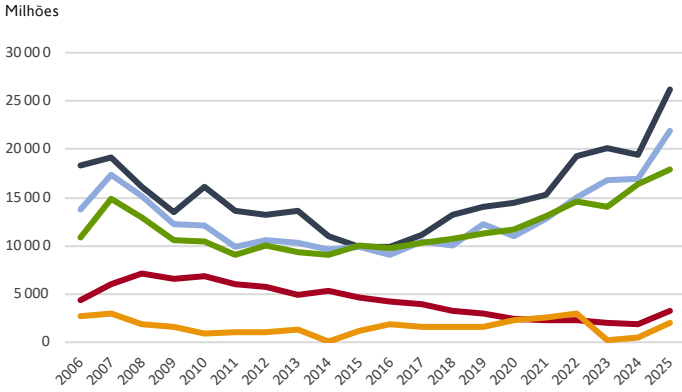
Alijó

10 096 habitantes



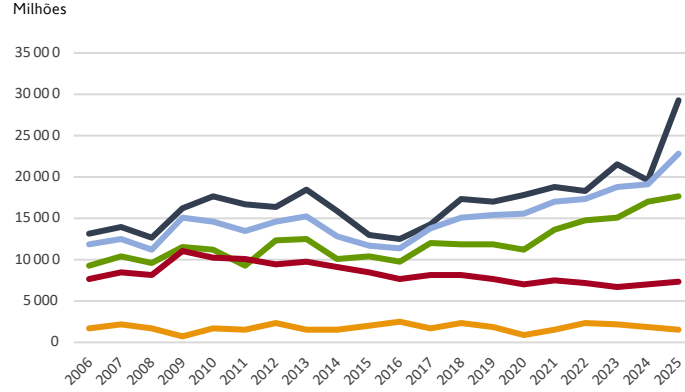
Aljezur

7 456 habitantes



Aljustrel

9 319 habitantes

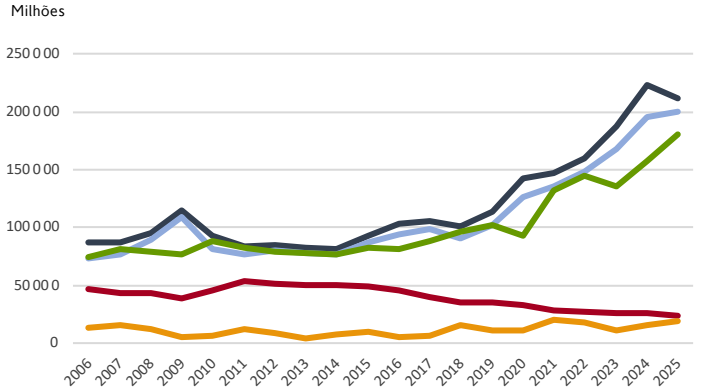


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

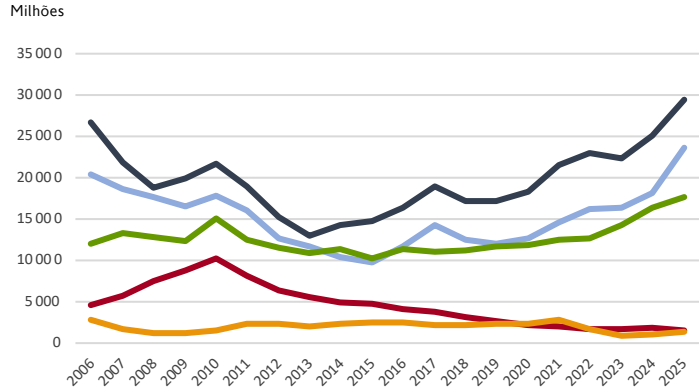
Almada

202 896 habitantes



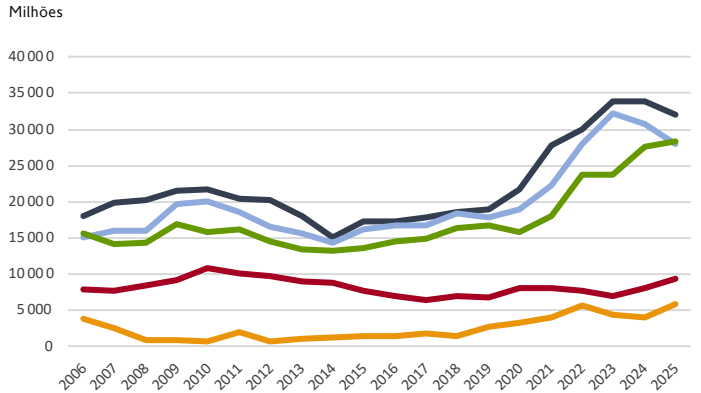
Almeida

5 551 habitantes



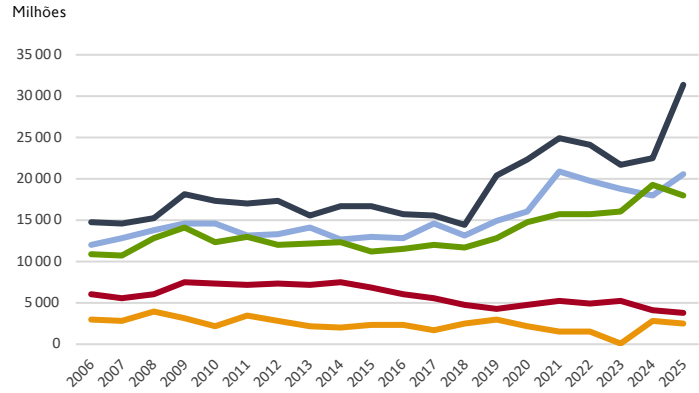
Almeirim

24 167 habitantes



Almodôvar

7 033 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

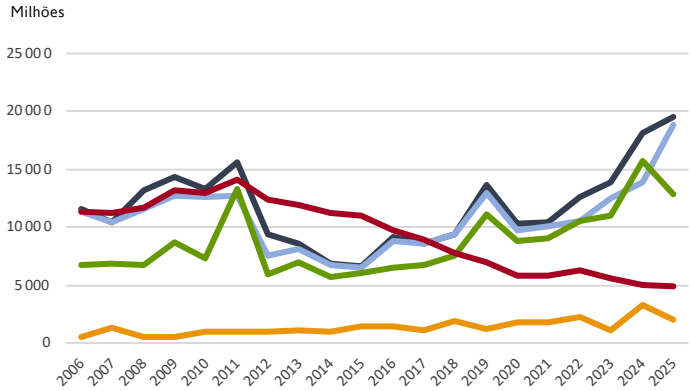
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

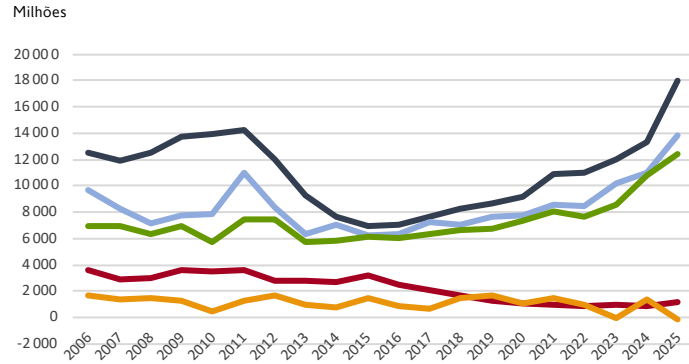
Alpiarça

7 726 habitantes



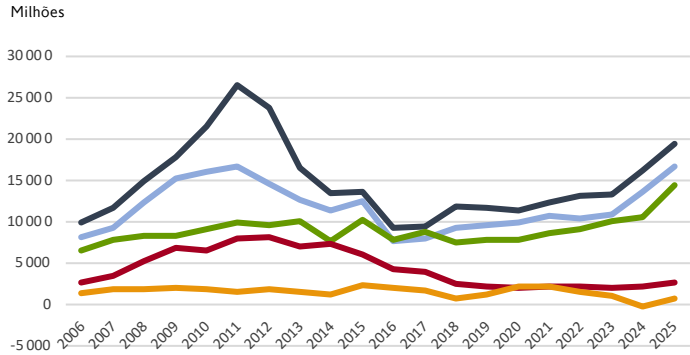
Alter do Chão

3 194 habitantes



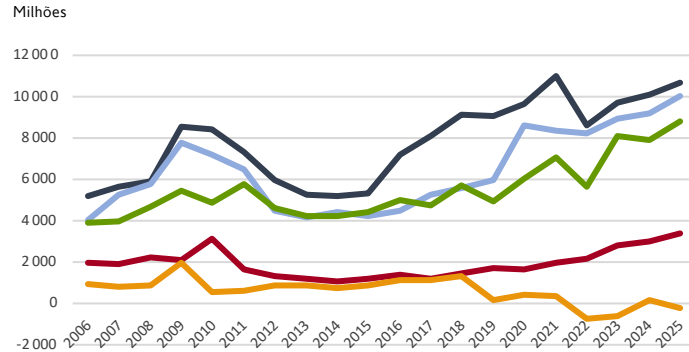
Alvaiázere

6 413 habitantes



Alvito

2 353 habitantes

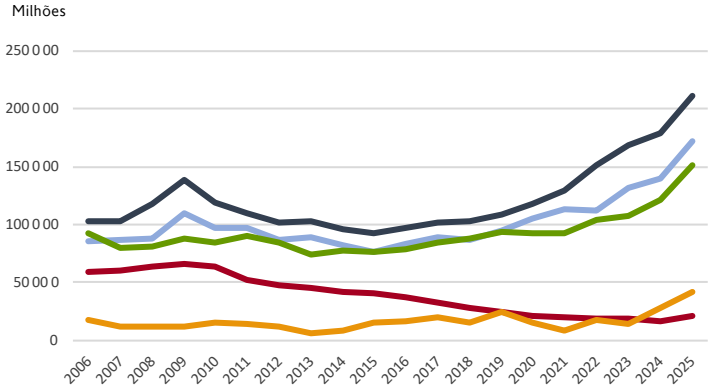


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

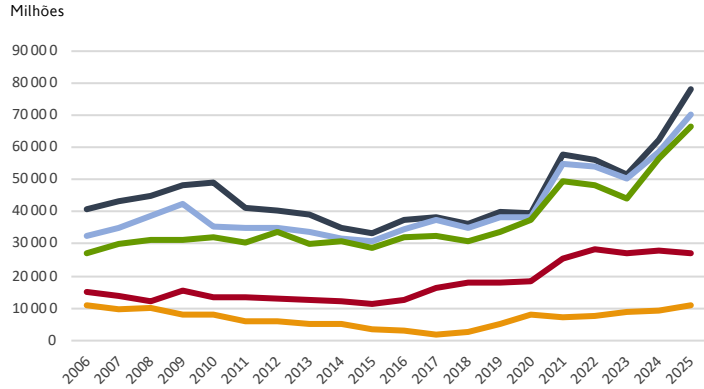
Amadora

205 517 habitantes



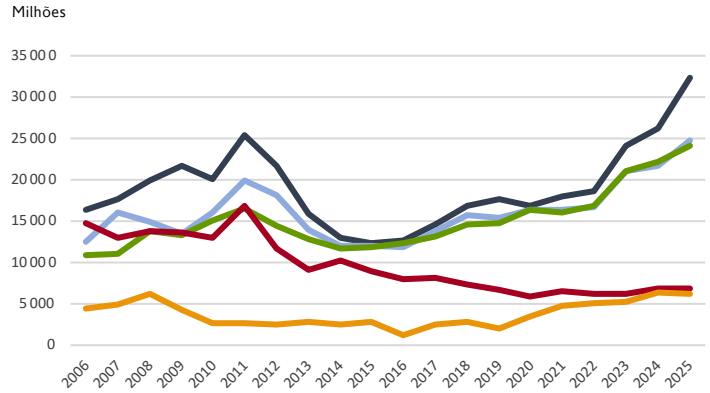
Amarante

52 669 habitantes



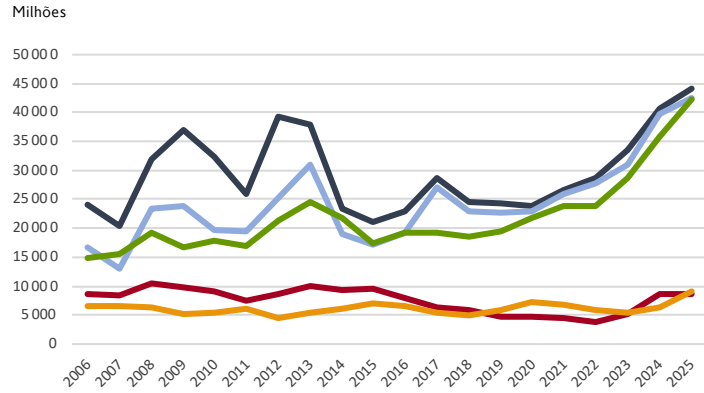
Amares

19 739 habitantes



Anadia

29 259 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

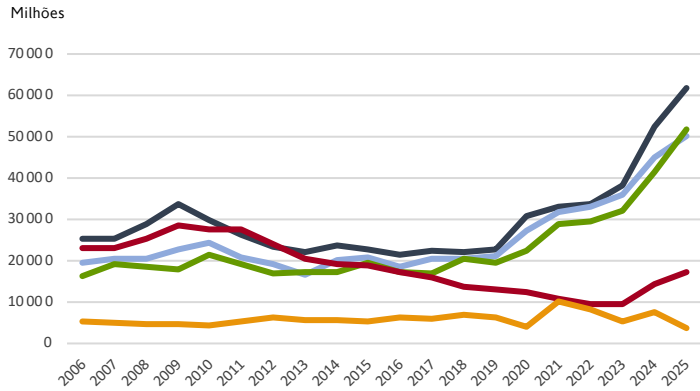
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

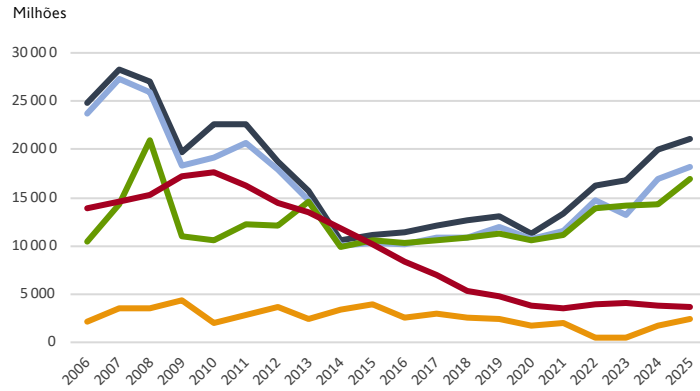
Angra do Heroísmo

34 774 habitantes



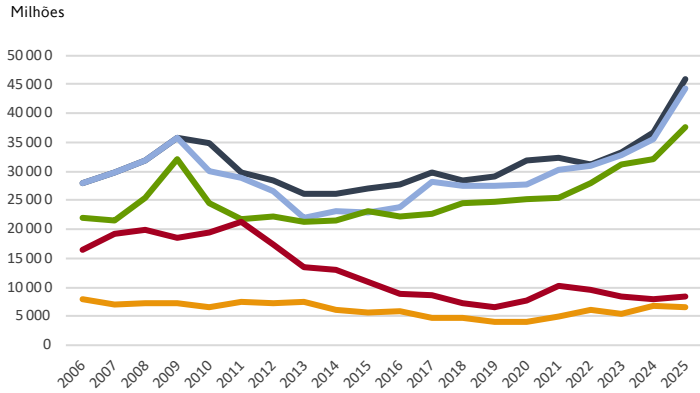
Ansião

12 251 habitantes



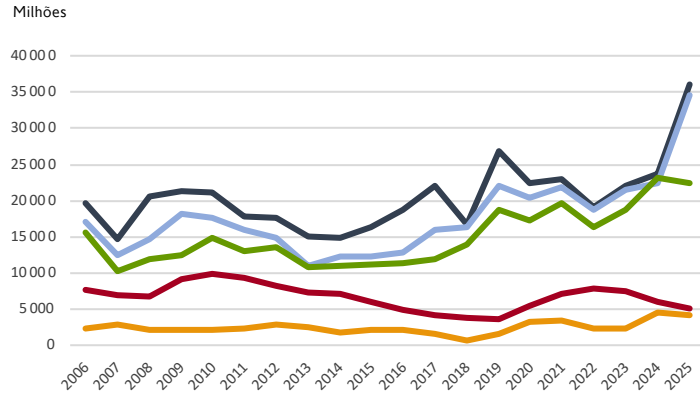
Arcos de Valdevez

20 450 habitantes



Arganil

11 437 habitantes

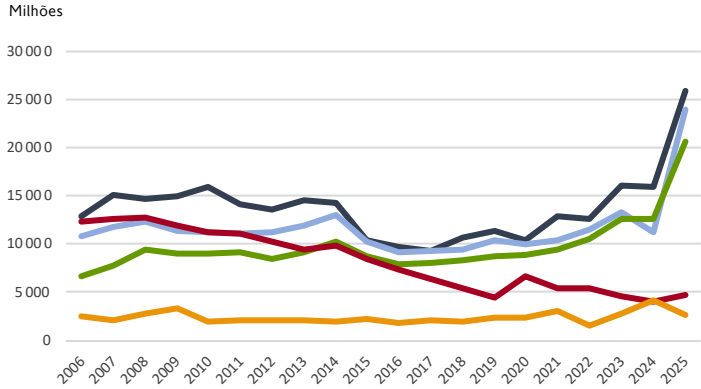


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

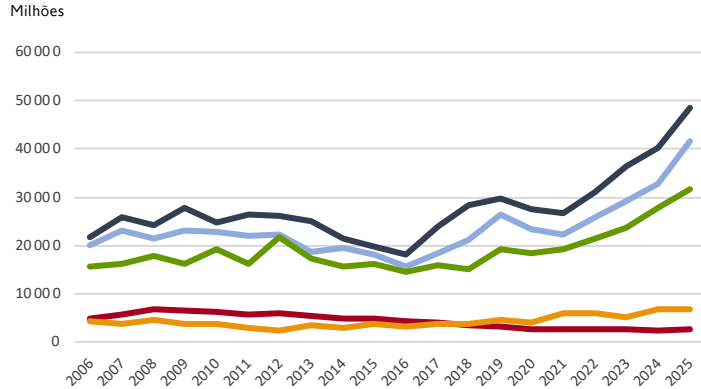
Armamar

5 545 habitantes



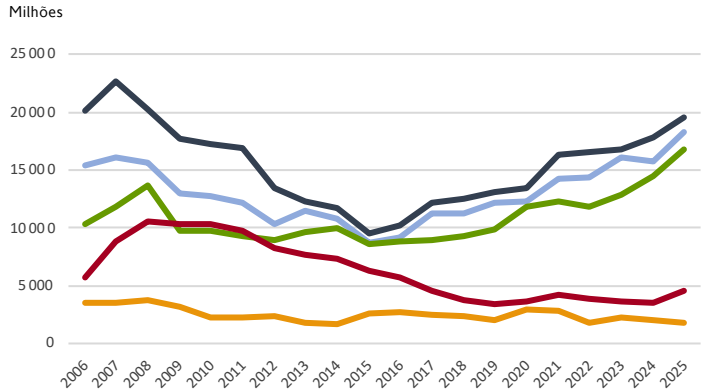
Arouca

21 459 habitantes



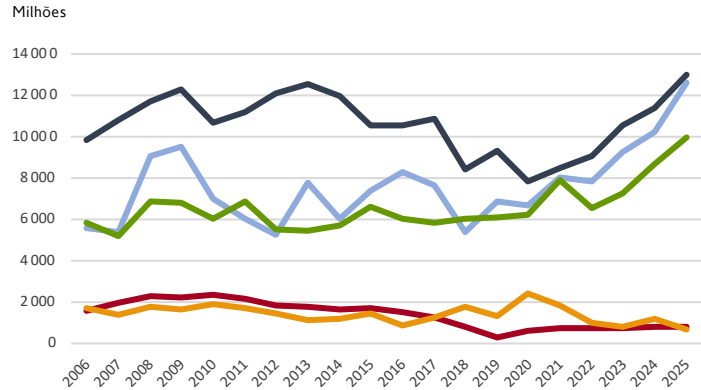
Arraiolos

6 857 habitantes



Arronches

2 841 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

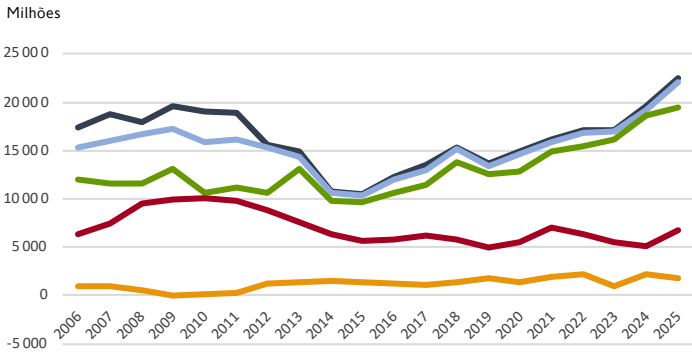
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

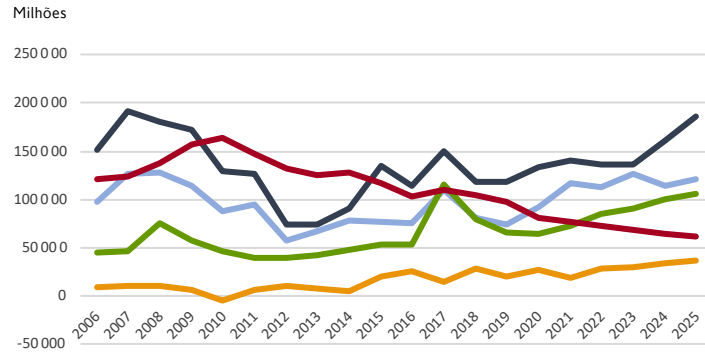
Arruda dos Vinhos

16 018 habitantes



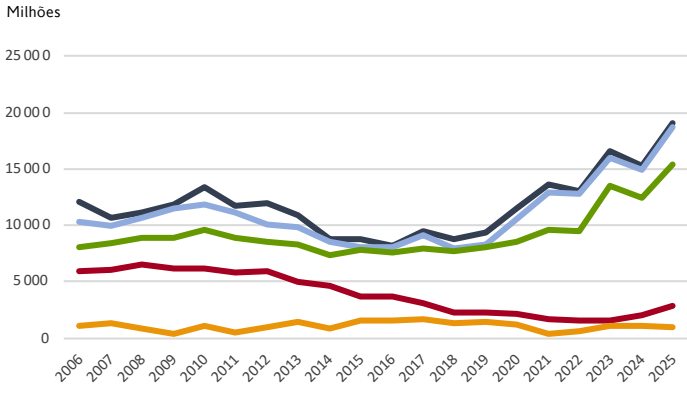
Aveiro

91 397 habitantes



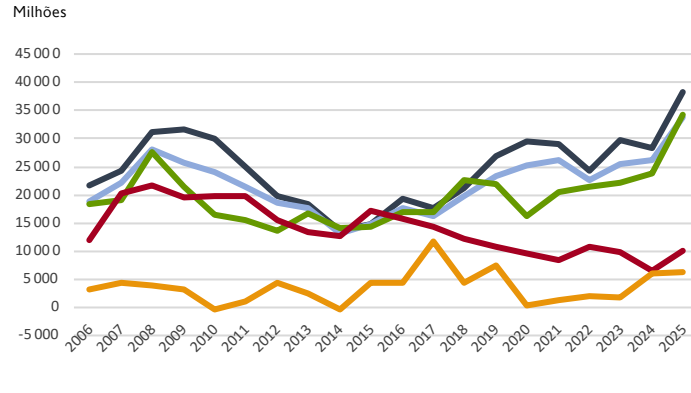
Avis

3 661 habitantes



Azambuja

22 755 habitantes

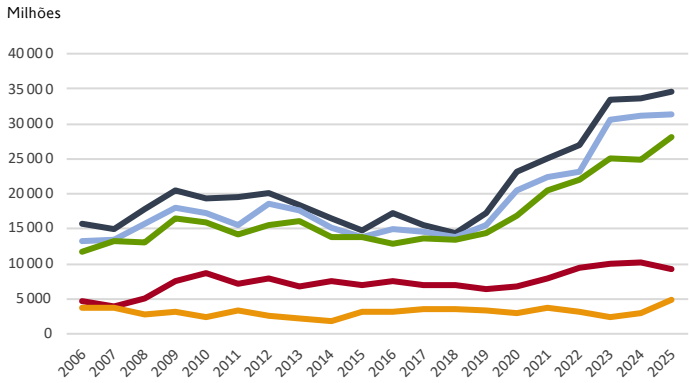


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

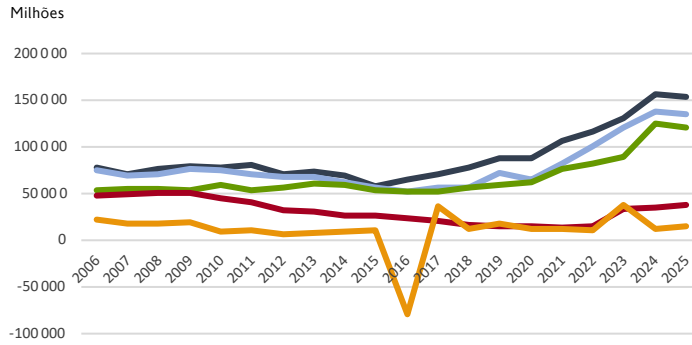
Baião

16 972 habitantes



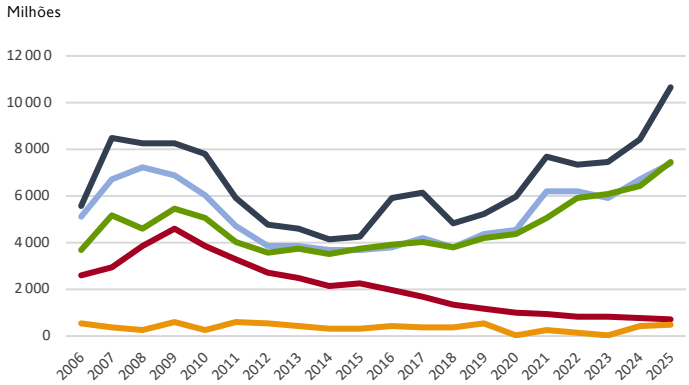
Barcelos

122 487 habitantes



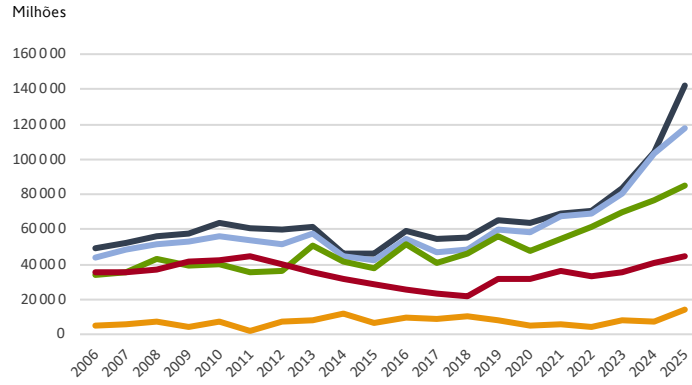
Barrancos

1 413 habitantes



Barreiro

91 766 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

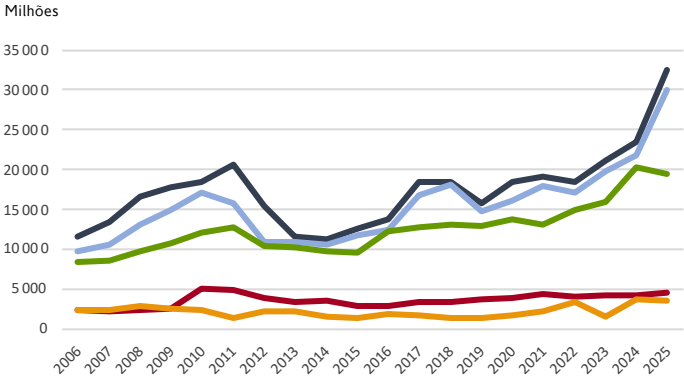
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

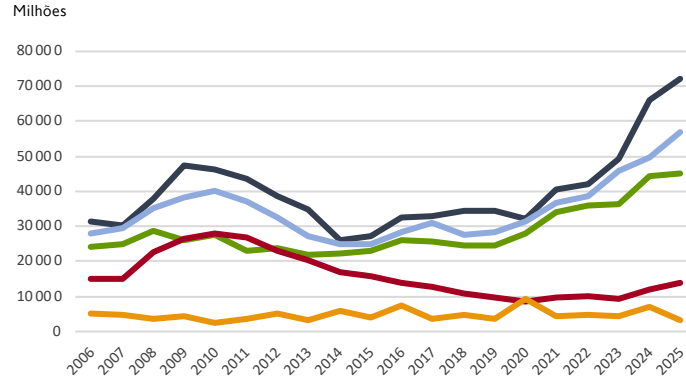
Batalha

17 040 habitantes



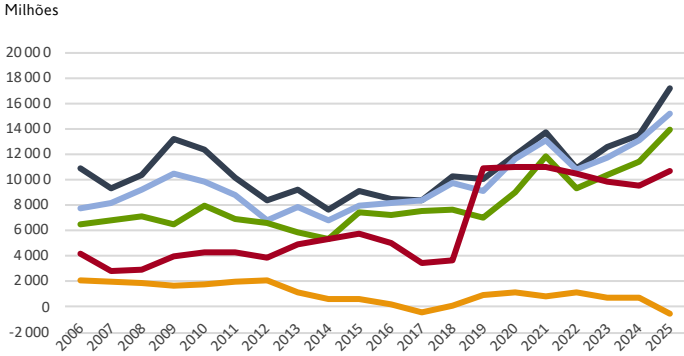
Beja

39 627 habitantes



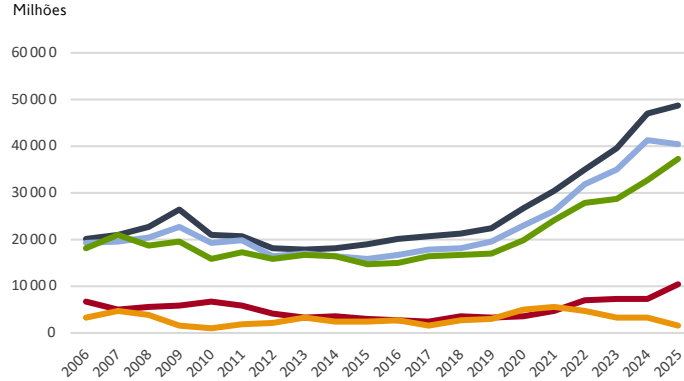
Belmonte

6 173 habitantes



Benavente

33 923 habitantes

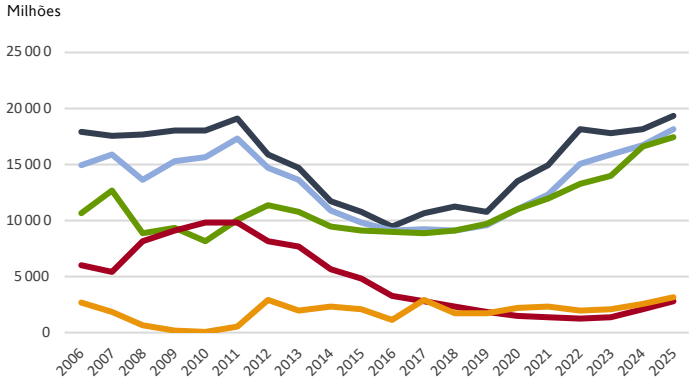


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

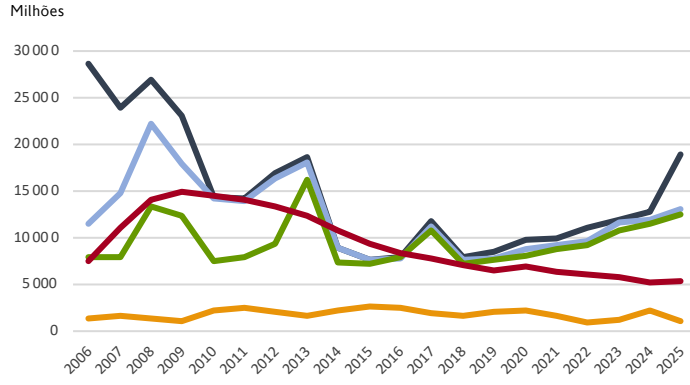
Bombarral

14 366 habitantes



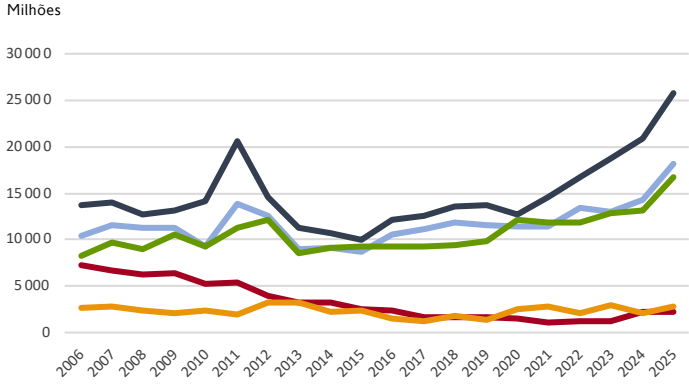
Borba

6 542 habitantes



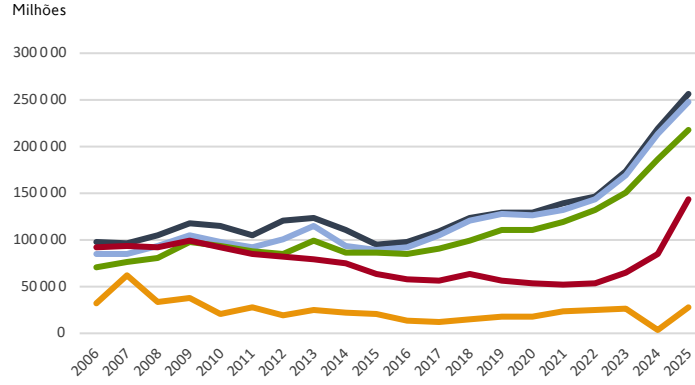
Boticas

4 811 habitantes



Braga

212 635 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

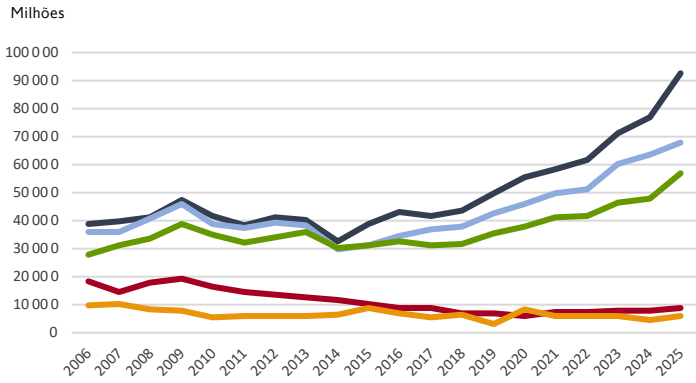
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

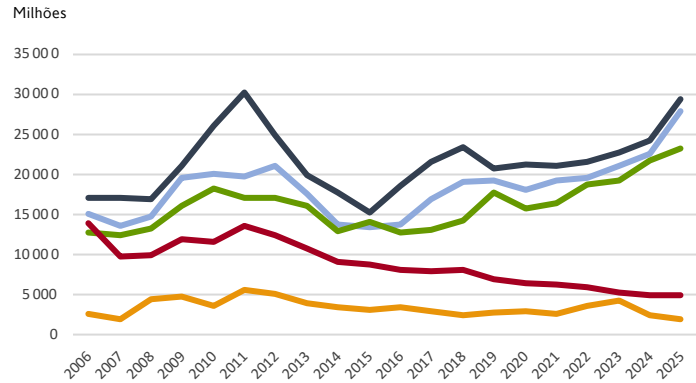
Bragança

38 309 habitantes



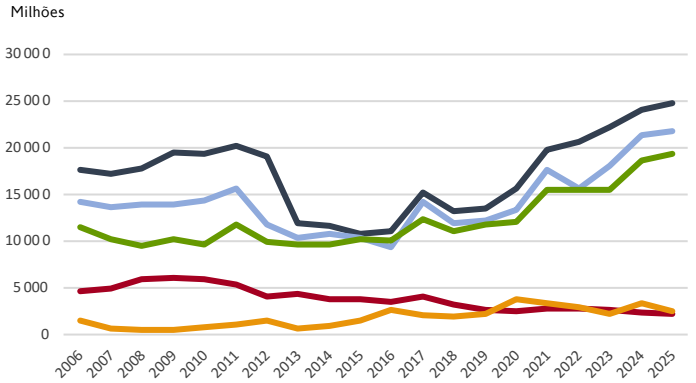
Cabeceiras de Basto

15 490 habitantes



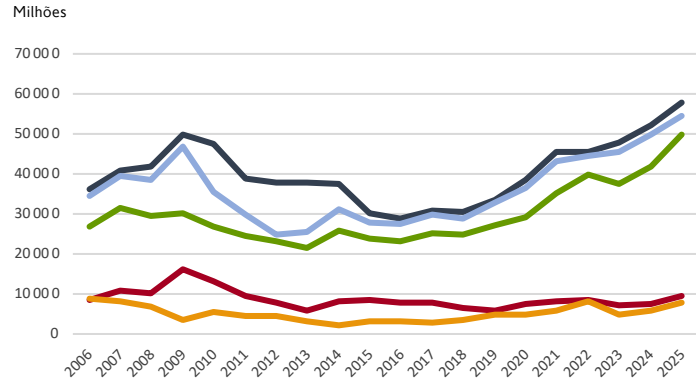
Cadaval

14 280 habitantes



Caldas da Rainha

58 983 habitantes

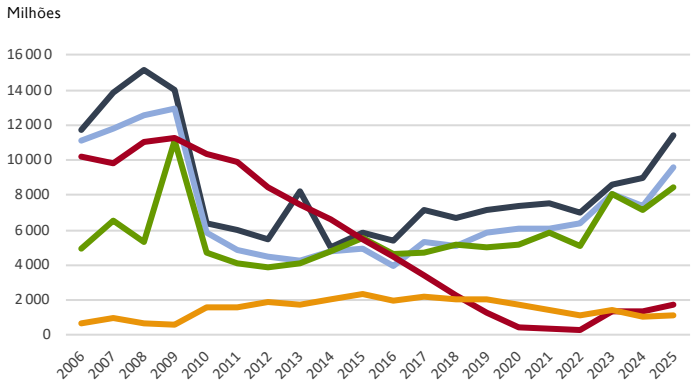


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

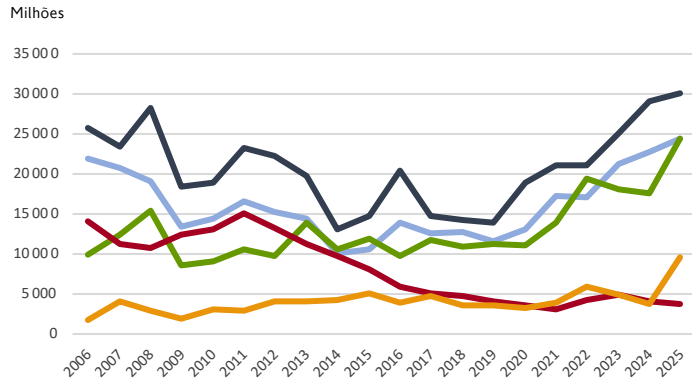
Calheta (R. A. A.)

3 445 habitantes



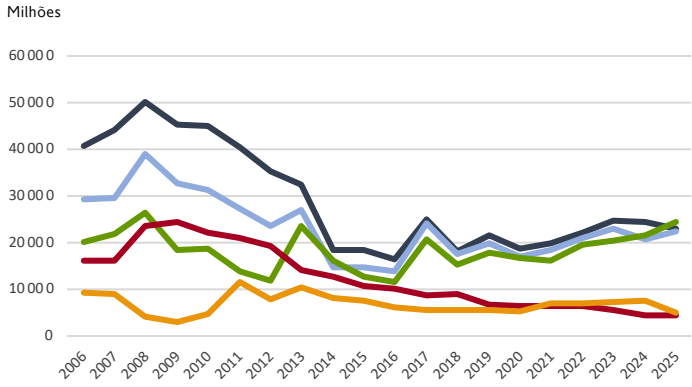
Calheta (R. A. M.)

11 611 habitantes



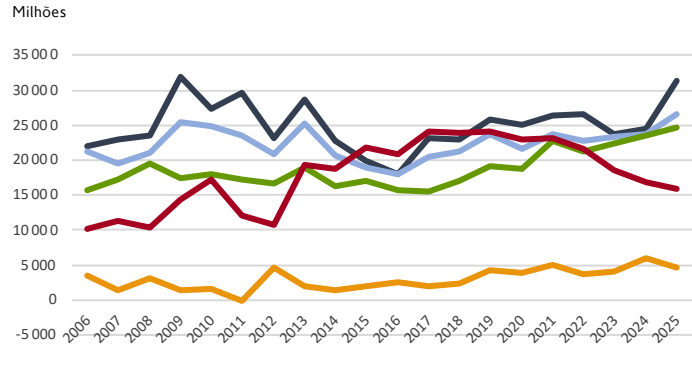
Câmara de Lobos

32 808 habitantes



Caminha

17 173 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

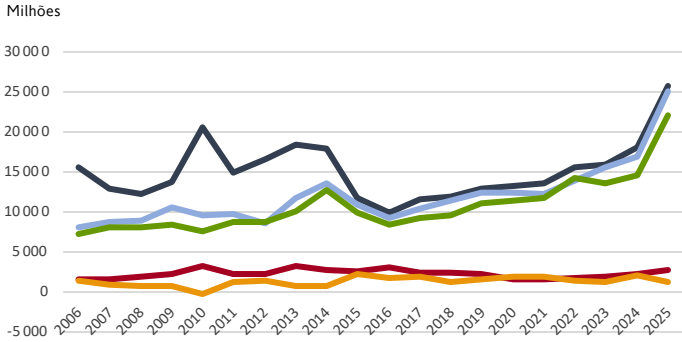
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

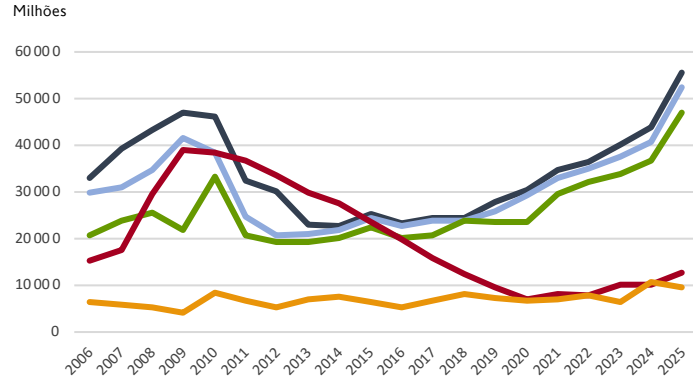
Campo Maior

8 264 habitantes



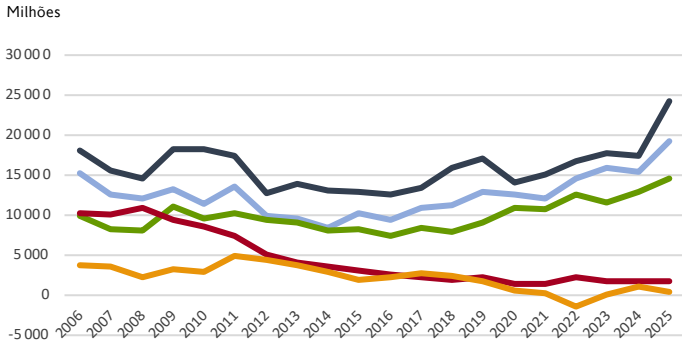
Cantanhede

35 779 habitantes



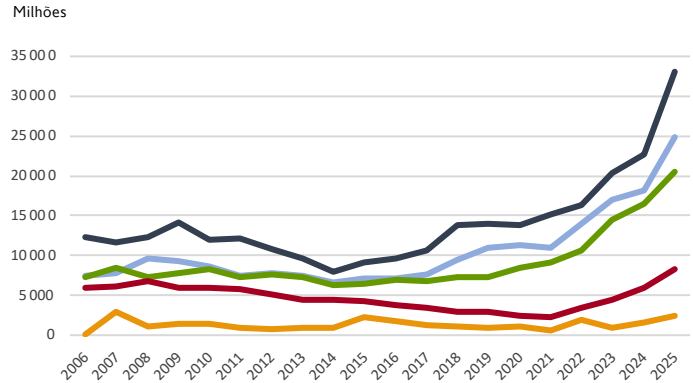
Carrazeda de Ansiães

5 226 habitantes



Carregal do Sal

9 597 habitantes

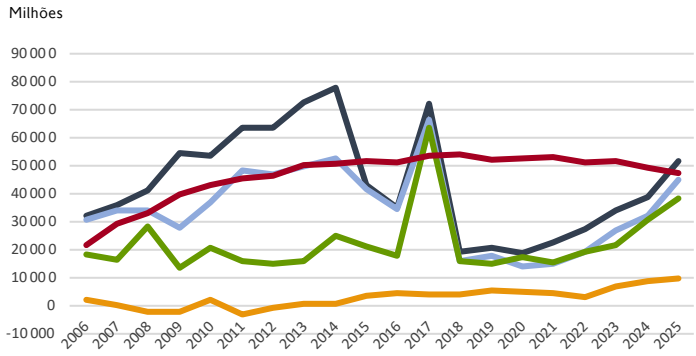


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

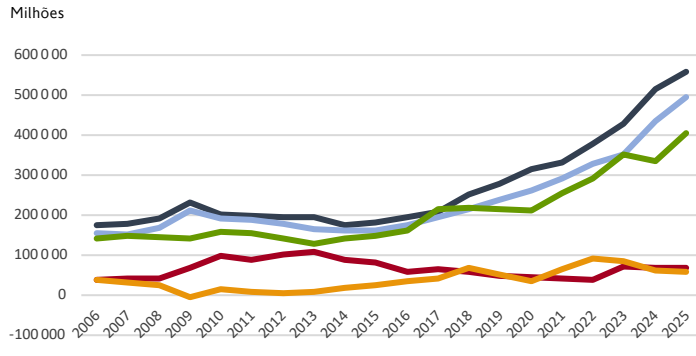
Cartaxo

25 413 habitantes



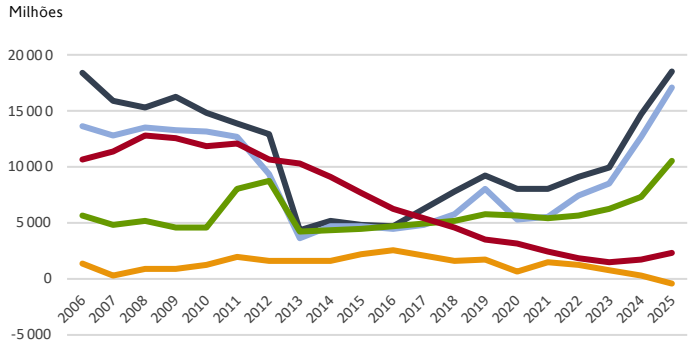
Cascais

242 619 habitantes



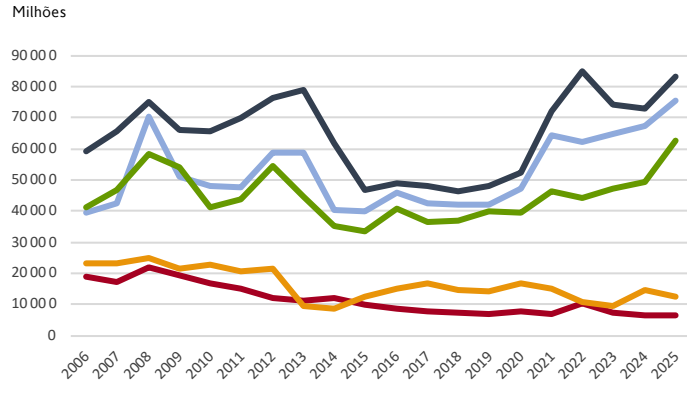
Castanheira de Pêra

2 747 habitantes



Castelo Branco

58 197 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

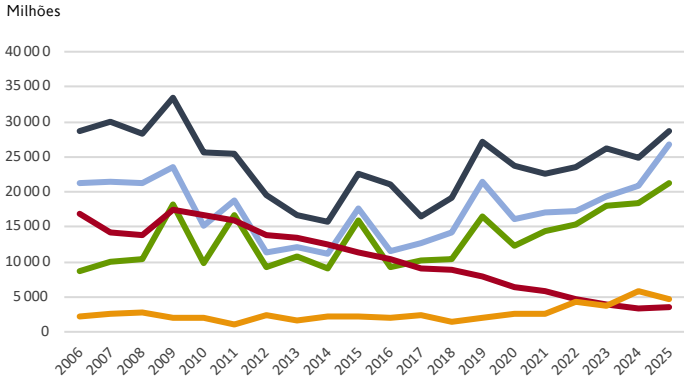
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

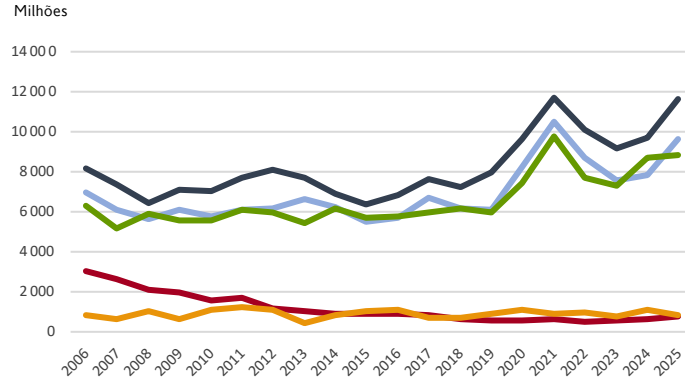
Castelo de Paiva

15 875 habitantes



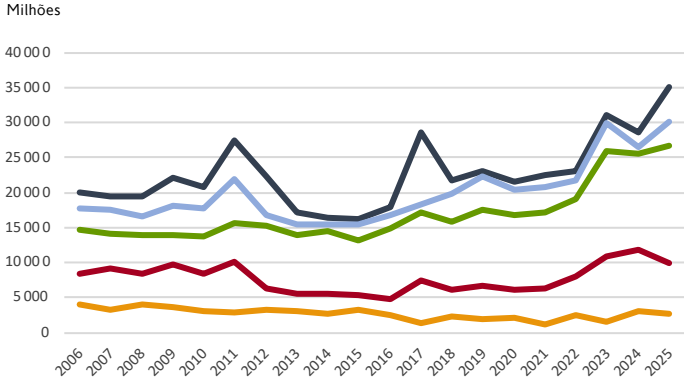
Castelo de Vide

3 022 habitantes



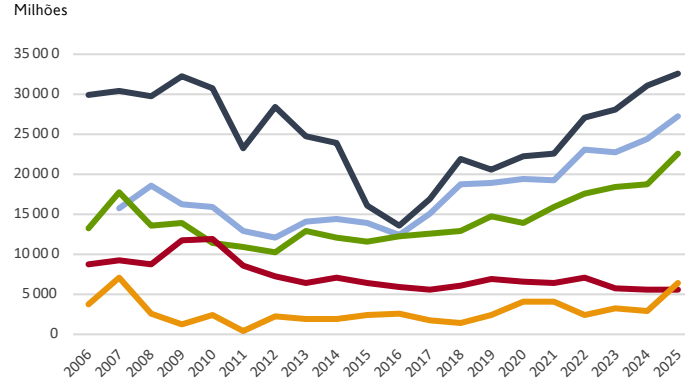
Castro Daire

13 400 habitantes



Castro Marim

7 570 habitantes

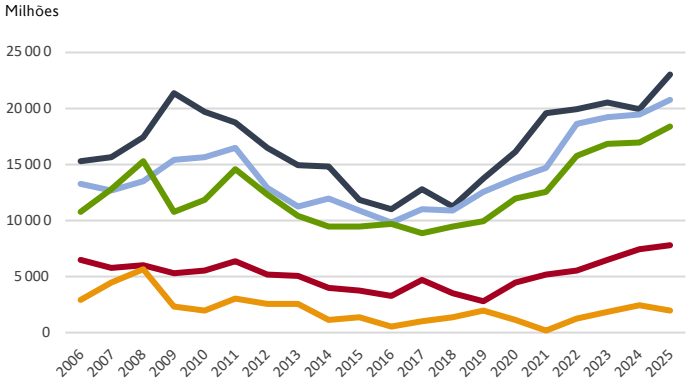


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

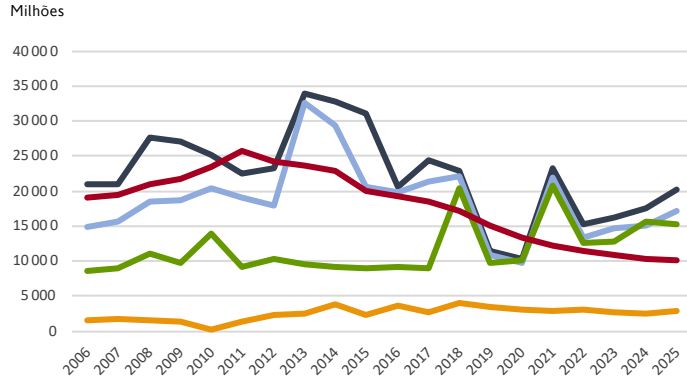
Castro Verde

7 096 habitantes



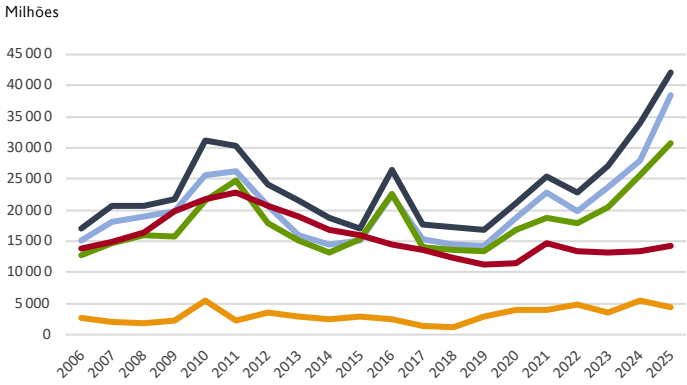
Celorico da Beira

6 545 habitantes



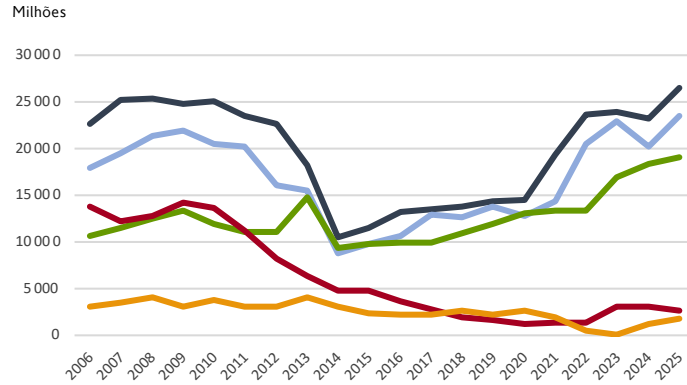
Celorico de Basto

16 260 habitantes



Chamusca

8 673 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

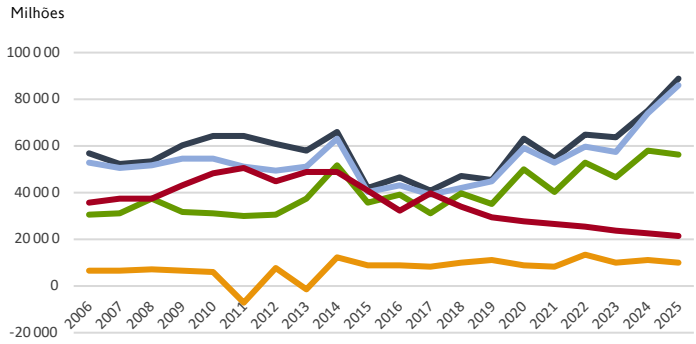
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

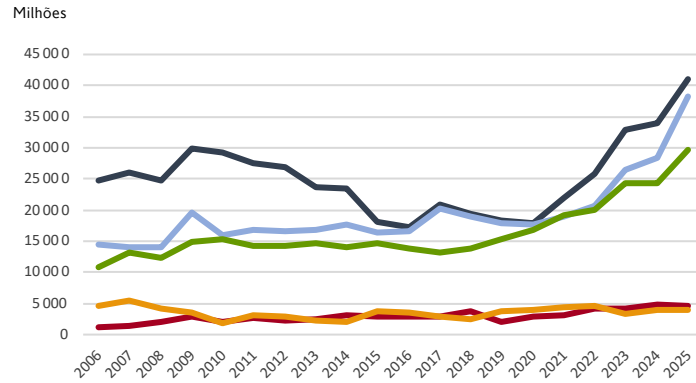
Chaves

38 014 habitantes



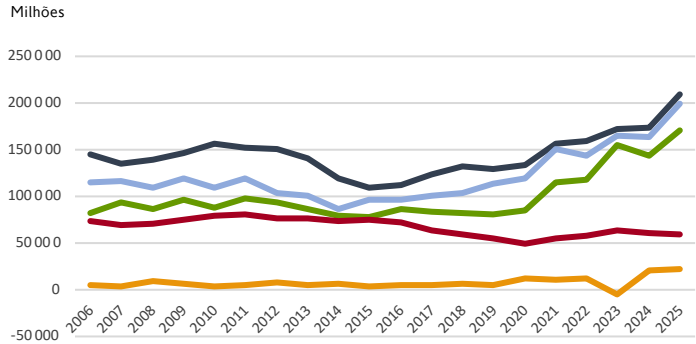
Cinfães

17 485 habitantes



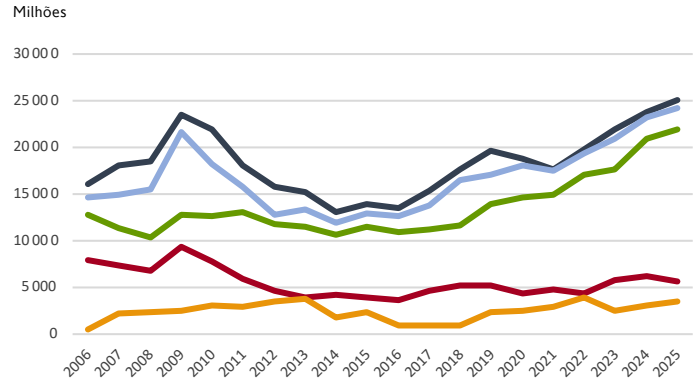
Coimbra

156 359 habitantes



Condeixa-a-Nova

17 703 habitantes

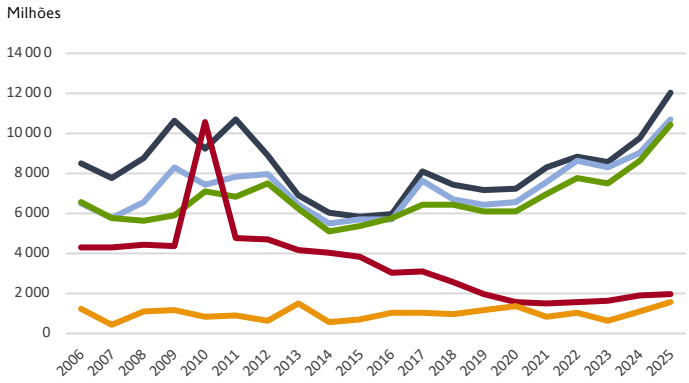


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

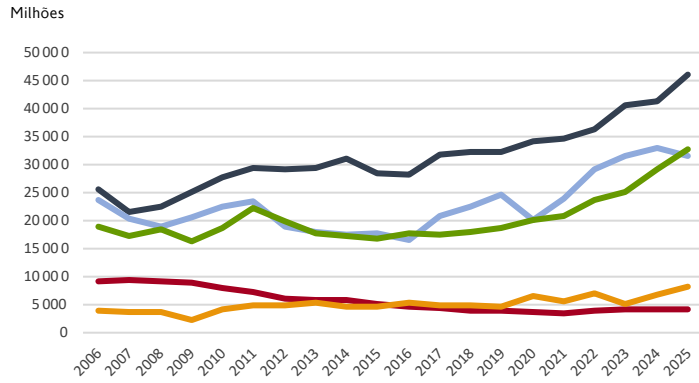
Constância

4 048 habitantes



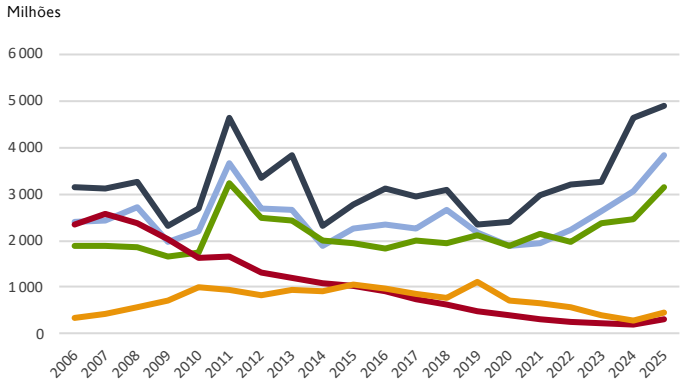
Coruche

17 986 habitantes



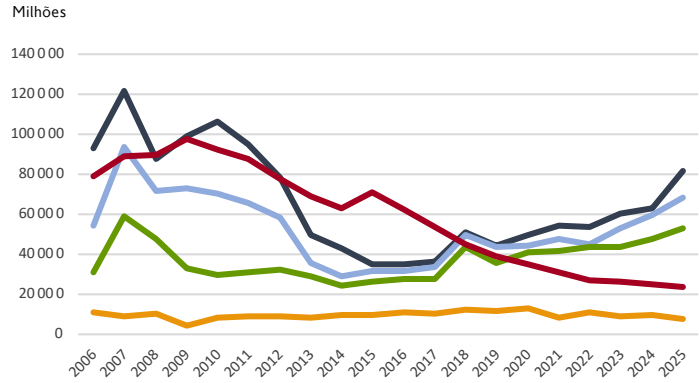
Corvo

434 habitantes



Covilhã

51 045 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

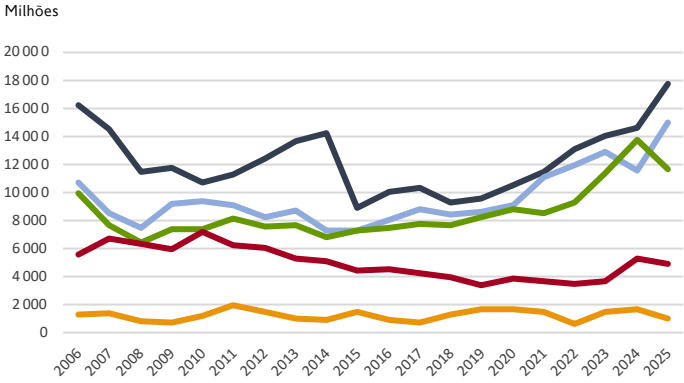
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

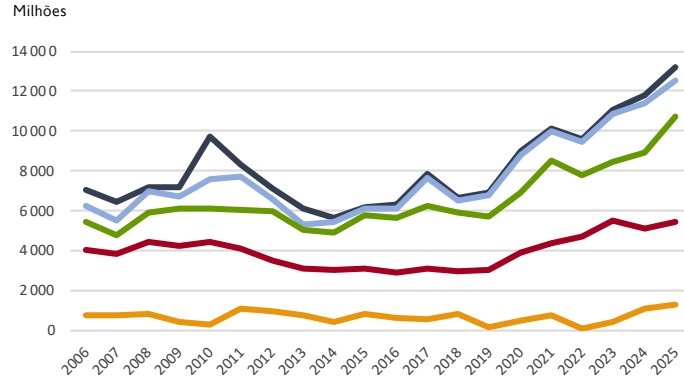
Crato

3 318 habitantes



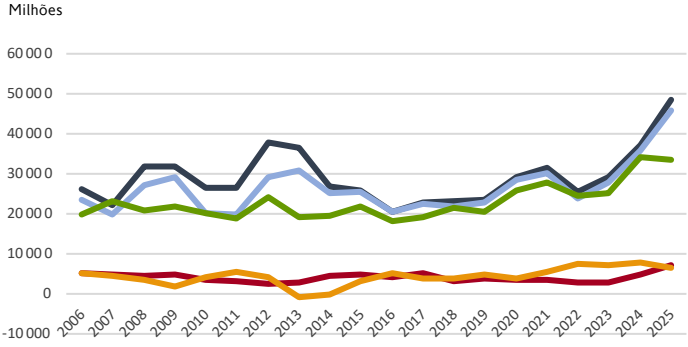
Cuba

4 640 habitantes



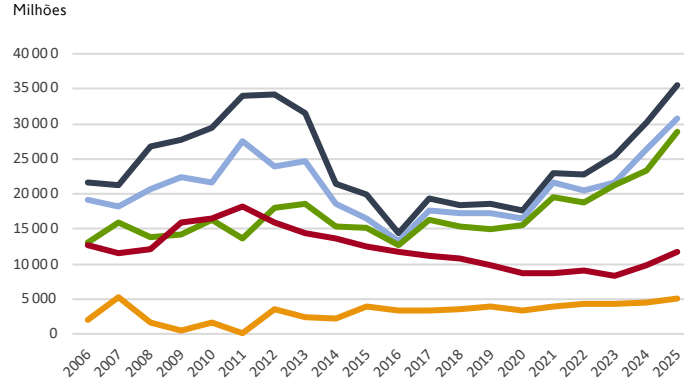
Elvas

21 929 habitantes



Entroncamento

24 743 habitantes

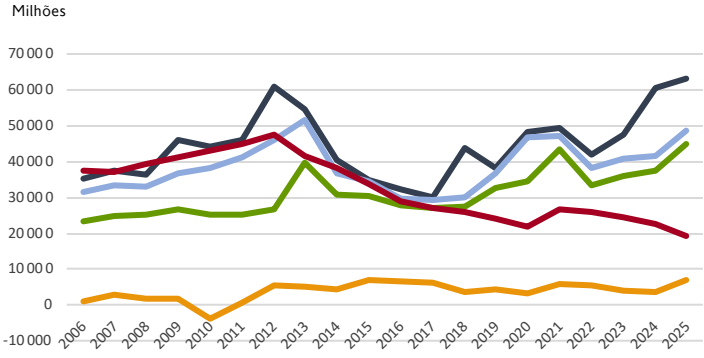


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

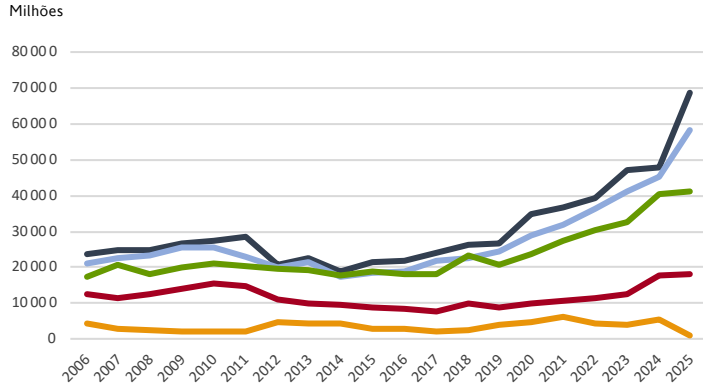
Espinho

32 455 habitantes



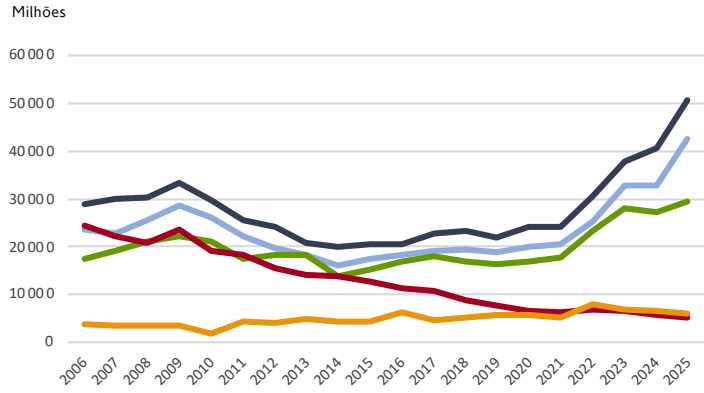
Esposende

39 069 habitantes



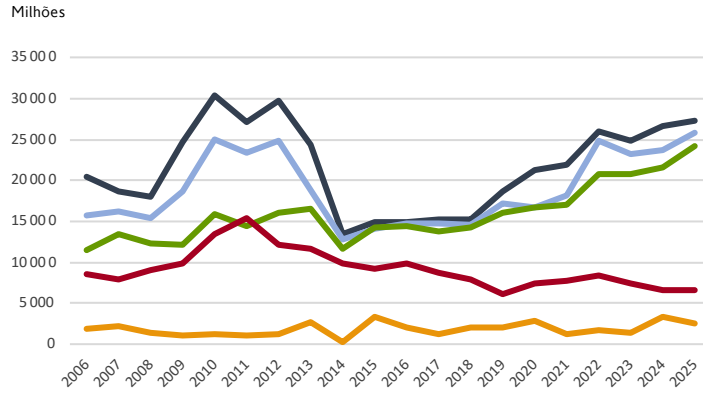
Estarreja

27 746 habitantes



Estremoz

12 858 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

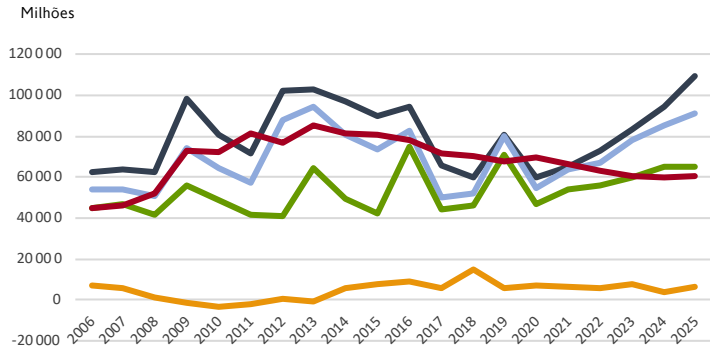
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

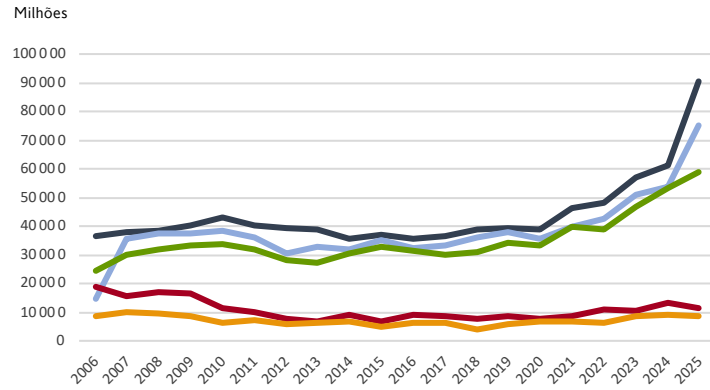
Évora

58 567 habitantes



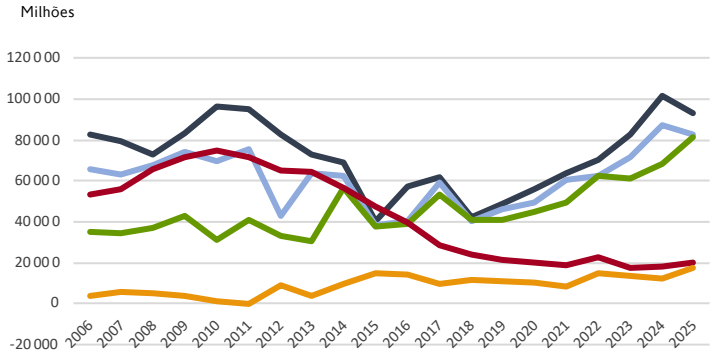
Fafe

50 392 habitantes



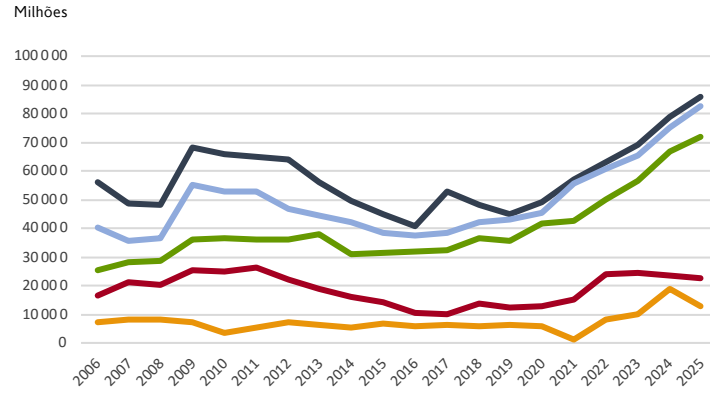
Faro

80 256 habitantes



Felgueiras

57 432 habitantes

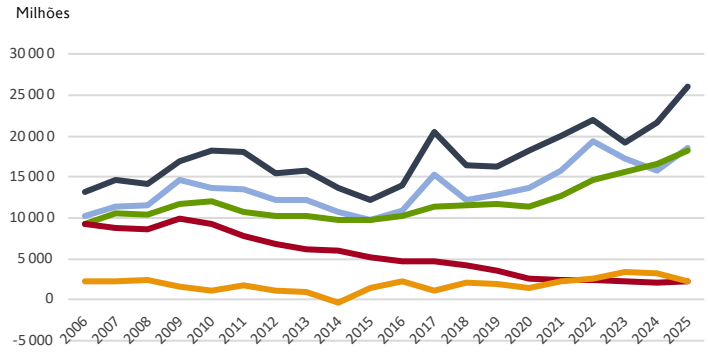


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

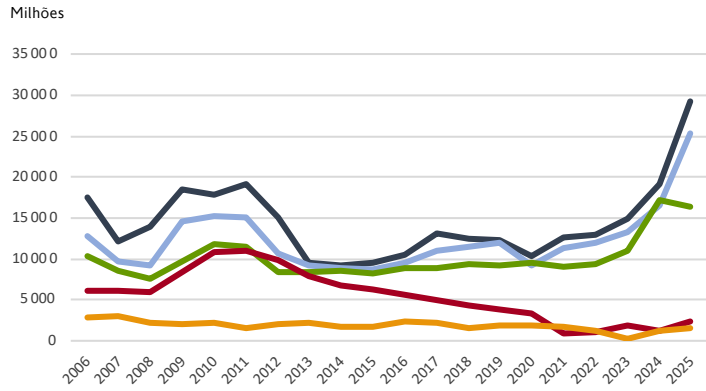
Ferreira do Alentejo

9 625 habitantes



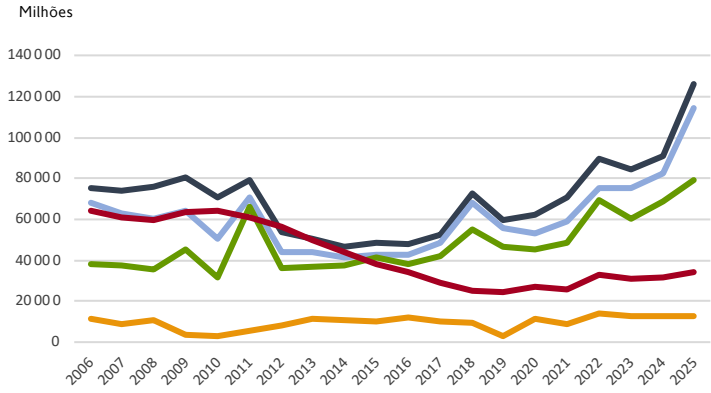
Ferreira do Zêzere

8 113 habitantes



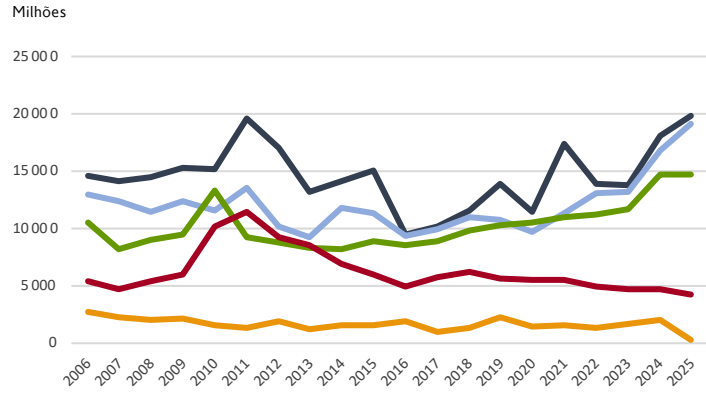
Figueira da Foz

65 852 habitantes



Figueira de Castelo Rodrigo

4 859 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

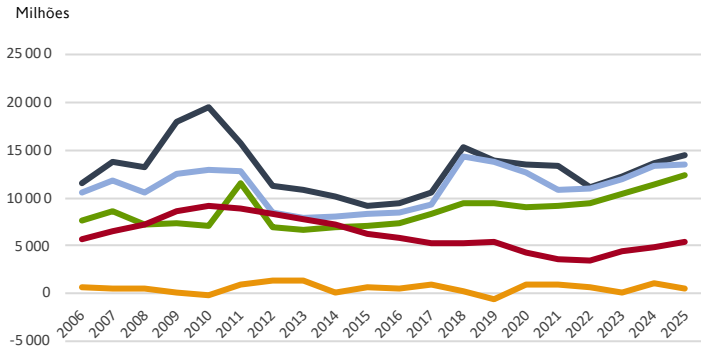
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

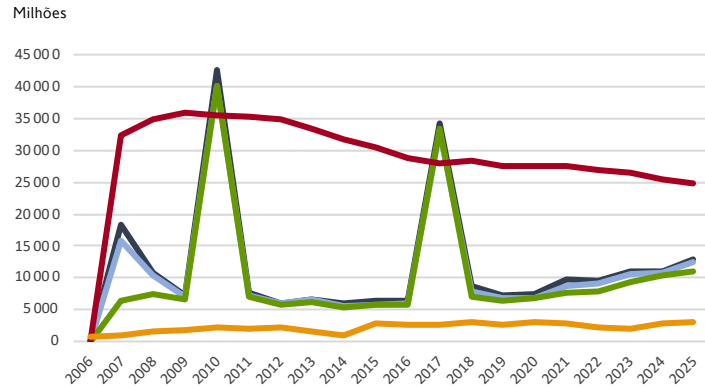
Figueiró dos Vinhos

5 421 habitantes



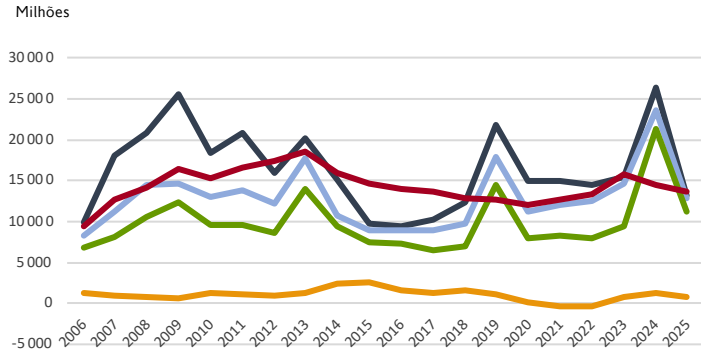
Fornos de Algodres

4 159 habitantes



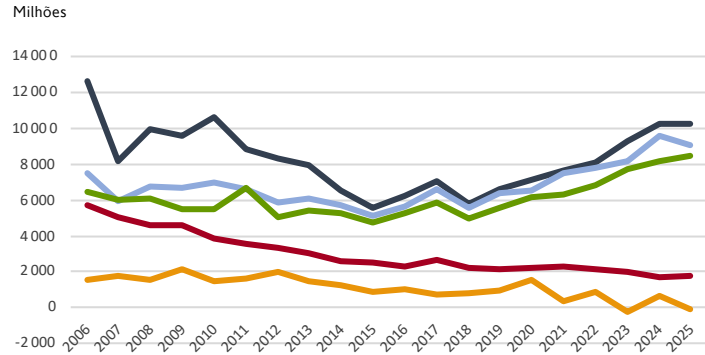
Freixo de Espada à Cinta

2 958 habitantes



Fronteira

2 957 habitantes

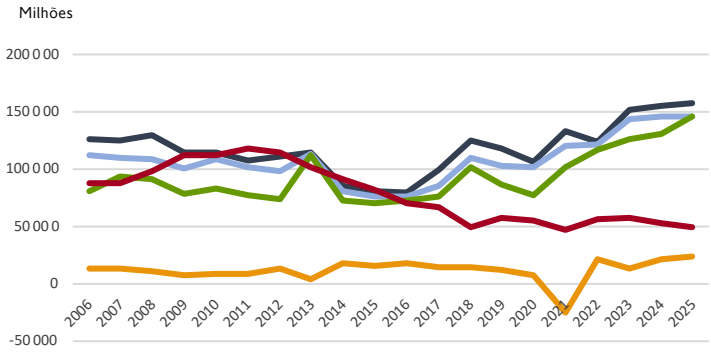


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

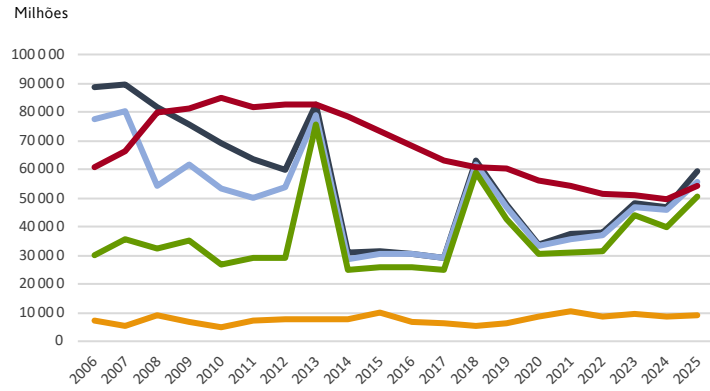
Funchal

113 443 habitantes



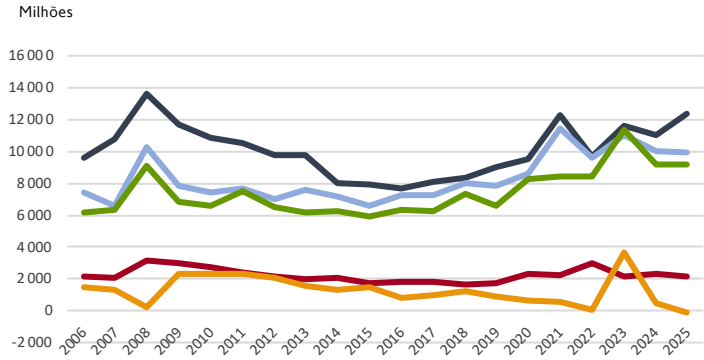
Fundão

27 754 habitantes



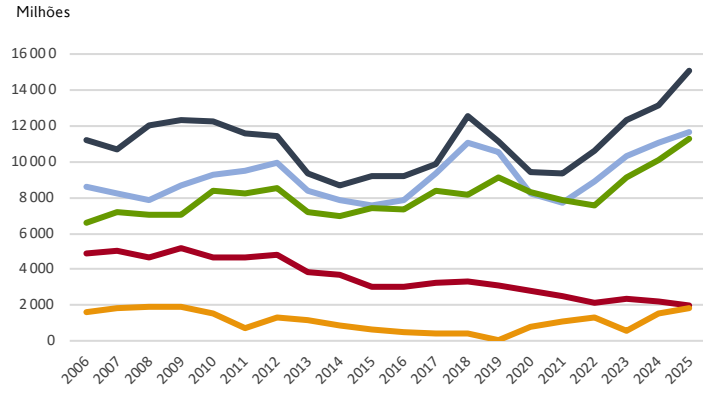
Gavião

3 250 habitantes



Góis

3 820 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

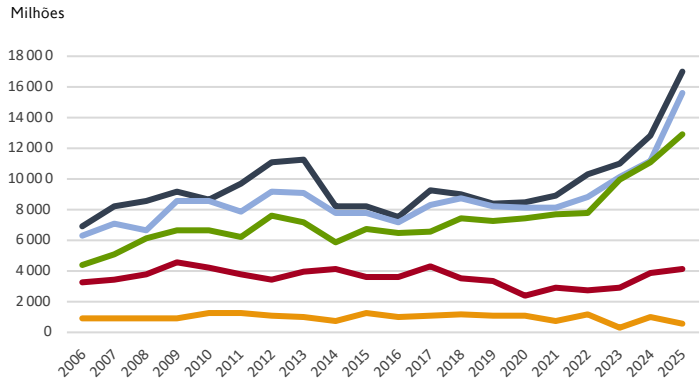
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

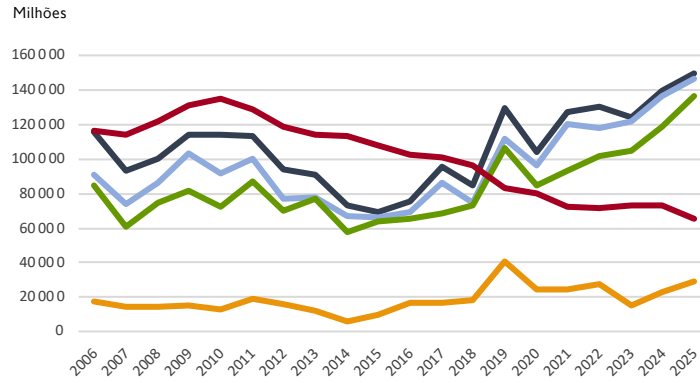
Golegã

5 650 habitantes



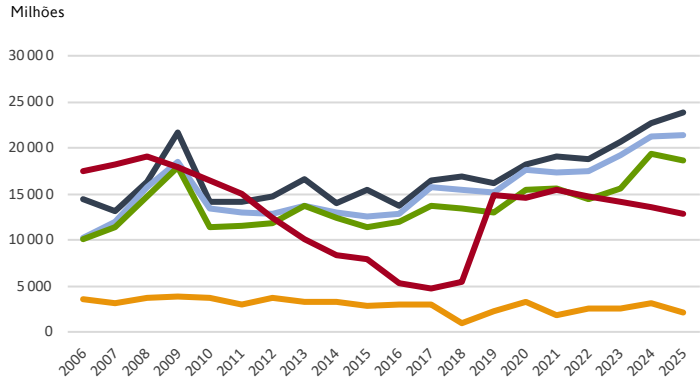
Gondomar

170 597 habitantes



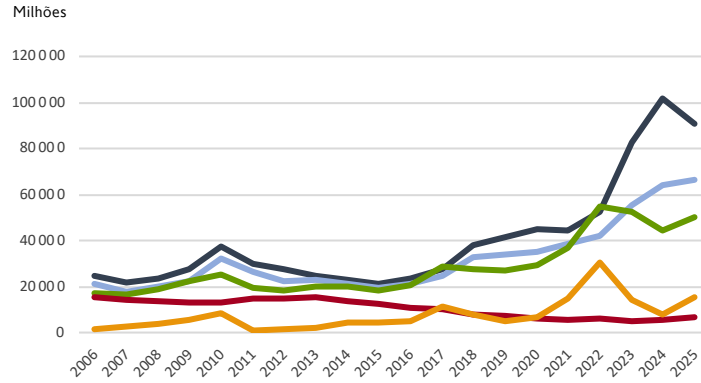
Gouveia

11 963 habitantes



Grândola

15 319 habitantes

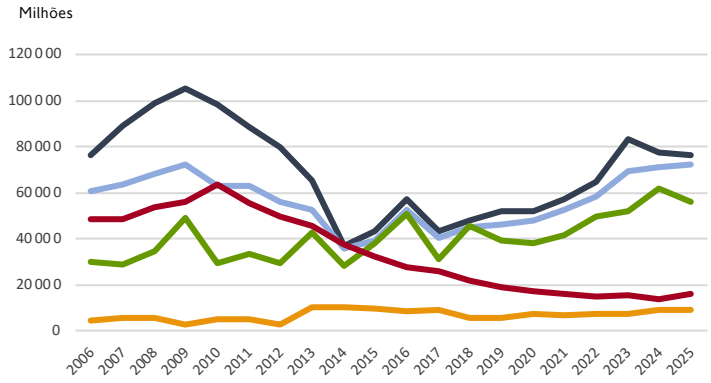


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

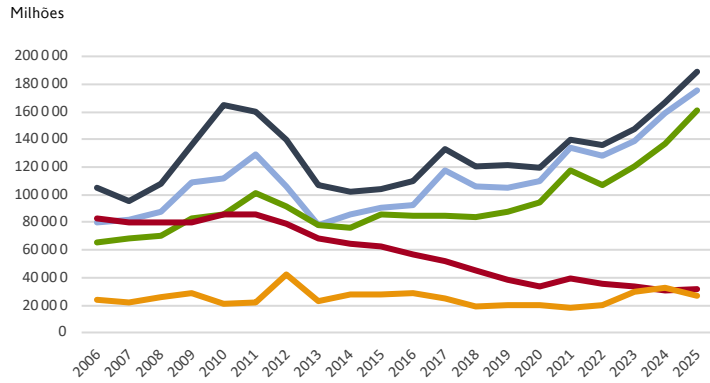
Guarda

40 687 habitantes



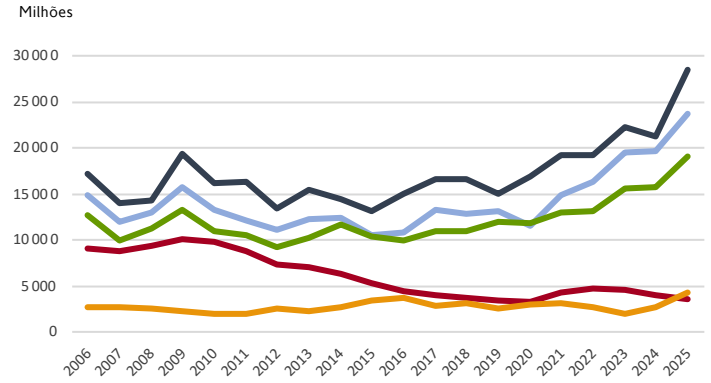
Guimarães

165 554 habitantes



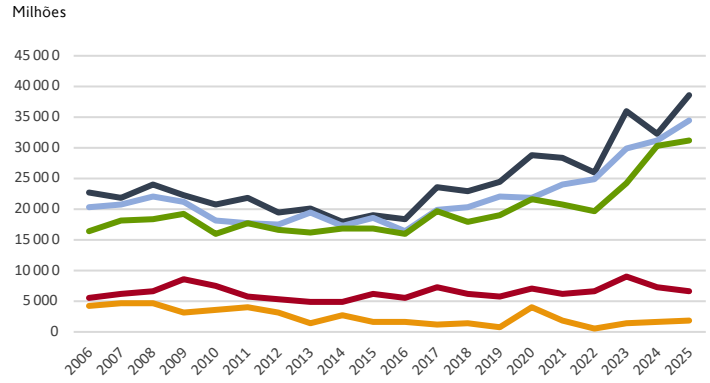
Horta

15 173 habitantes



Idanha-a-Nova

8 360 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

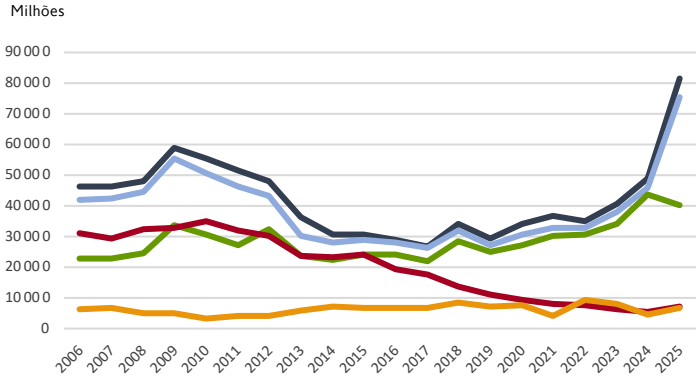
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

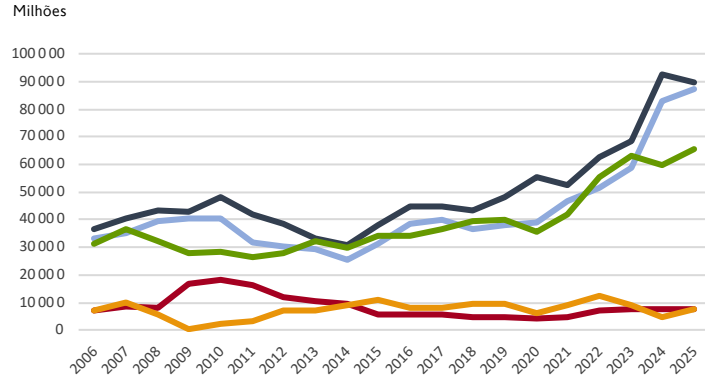
Ílhavo

43 297 habitantes



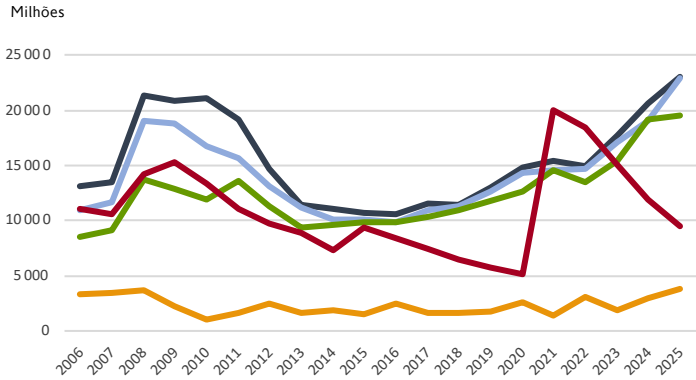
Lagoa (Algarve)

28 548 habitantes



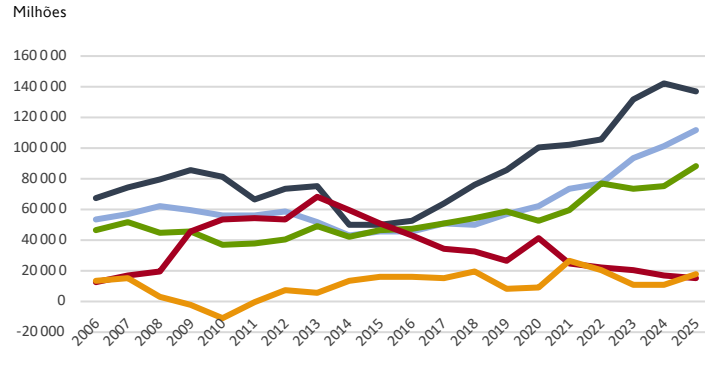
Lagoa (R.A.A)

14 577 habitantes



Lagos

40 729 habitantes

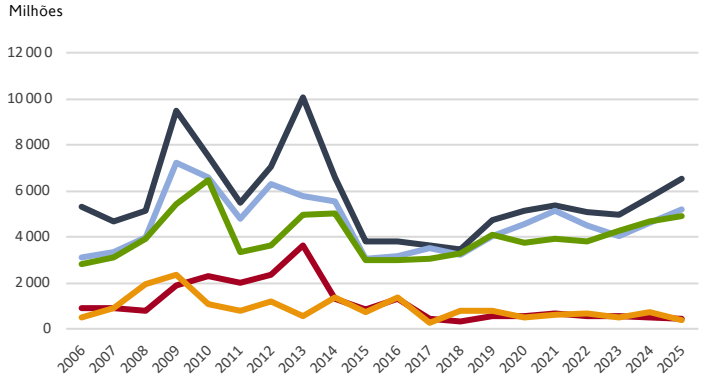


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

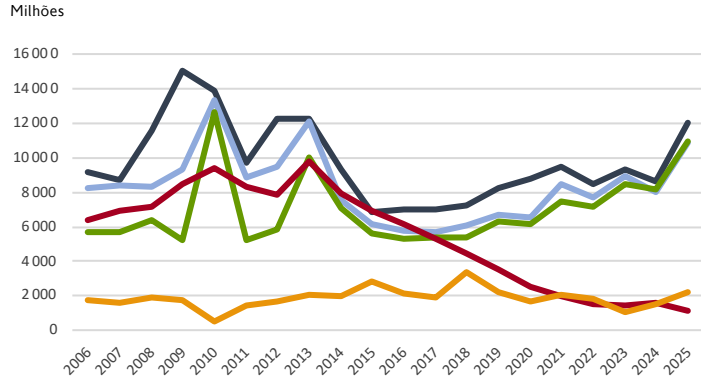
Lajes das Flores

1 417 habitantes



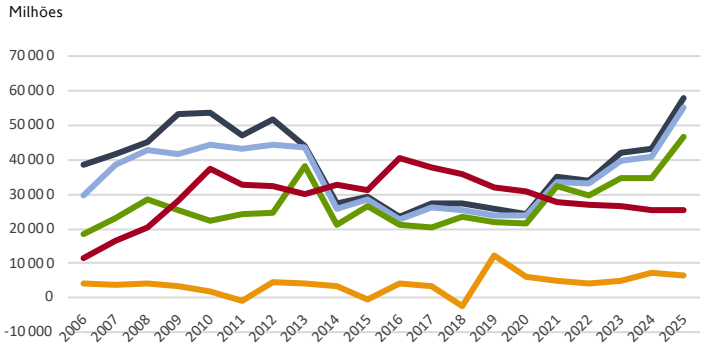
Lajes do Pico

4 575 habitantes



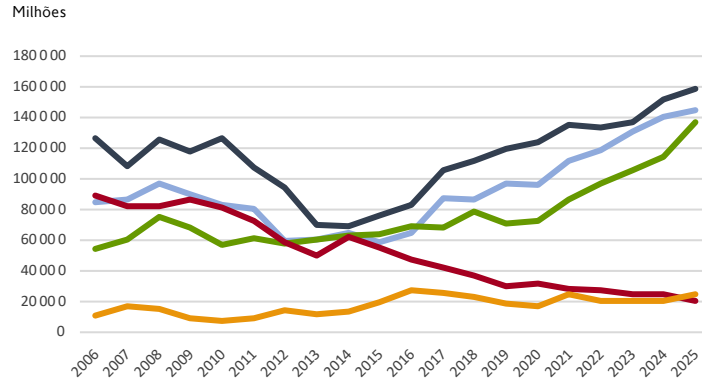
Lamego

24 768 habitantes



Leiria

145 861 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

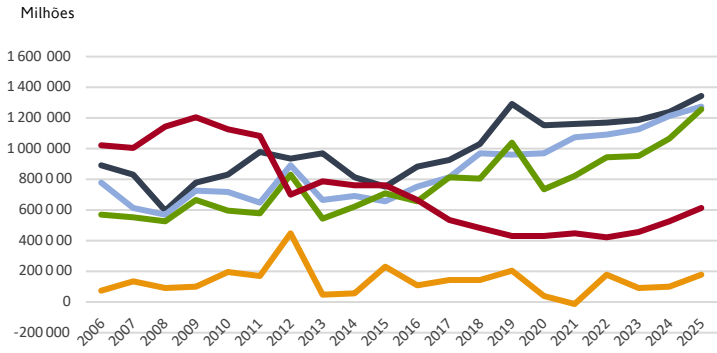
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

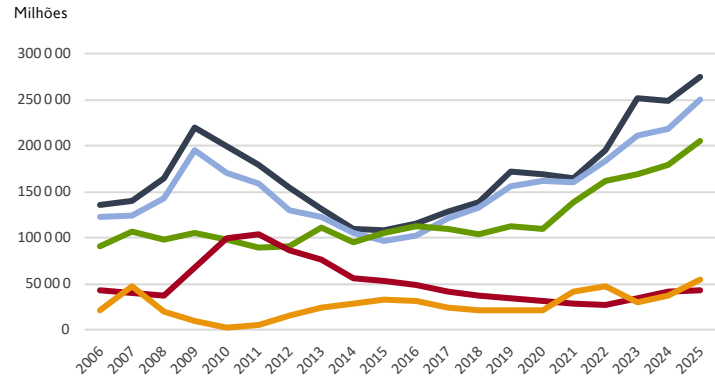
Lisboa

658 236 habitantes



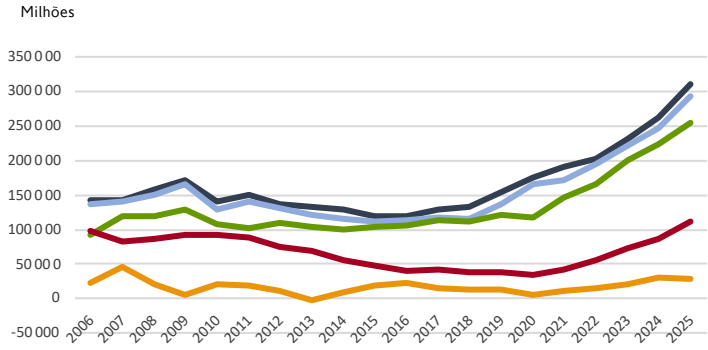
Loulé

94 447 habitantes



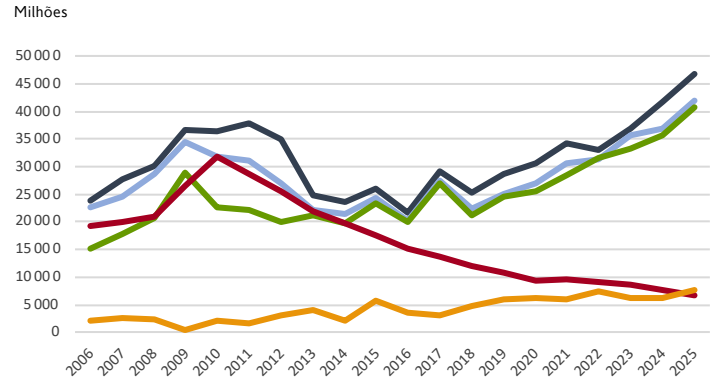
Loures

236 988 habitantes



Lourinhã

30 056 habitantes

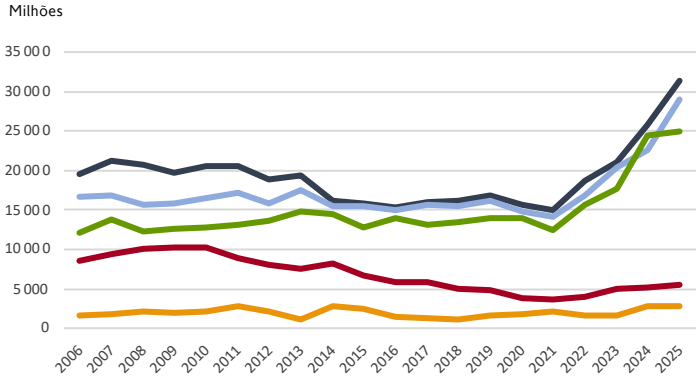


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

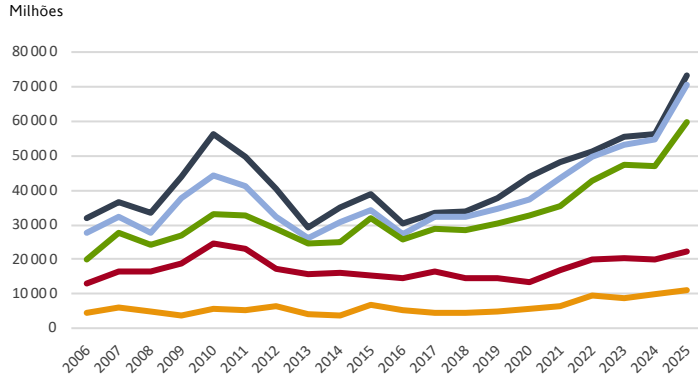
Lousã

18 143 habitantes



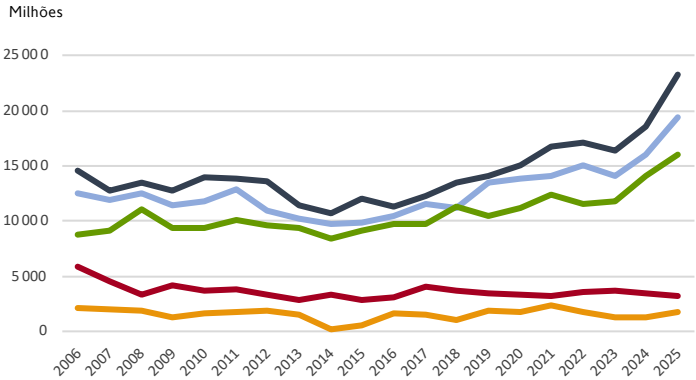
Lousada

50 476 habitantes



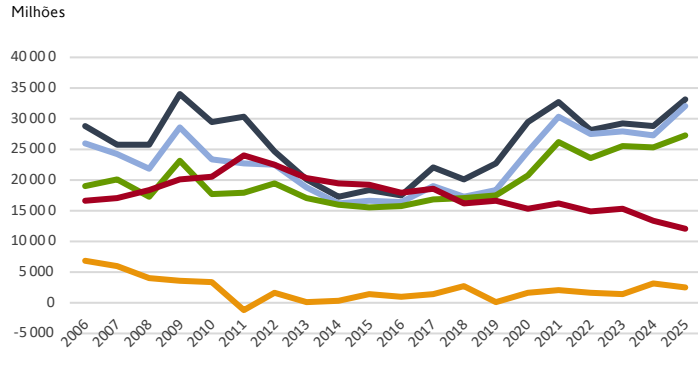
Mação

6 300 habitantes



Macedo de Cavaleiros

13 846 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

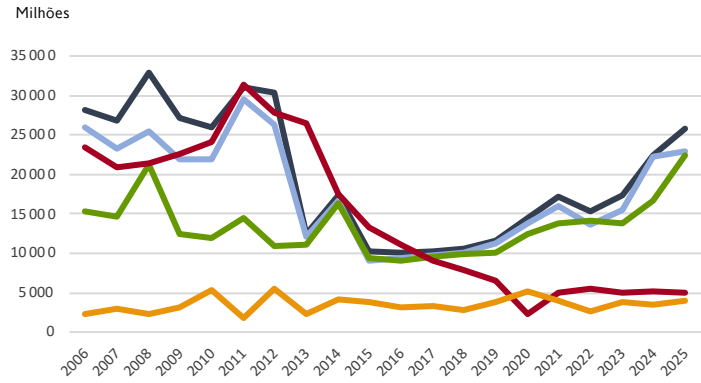
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

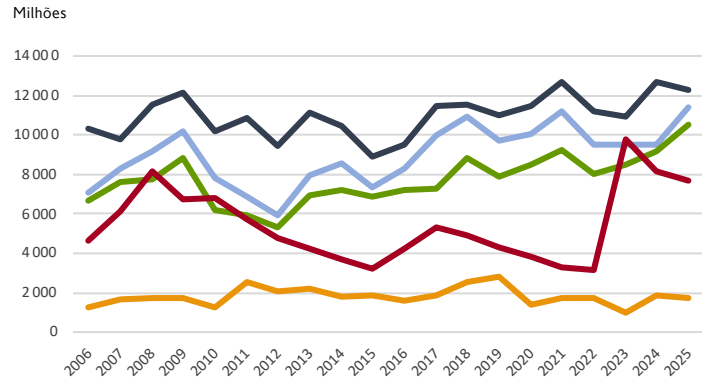
Machico

20 812 habitantes



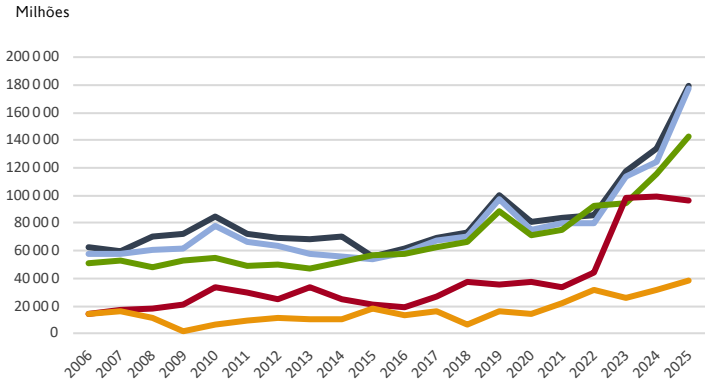
Madalena

6 850 habitantes



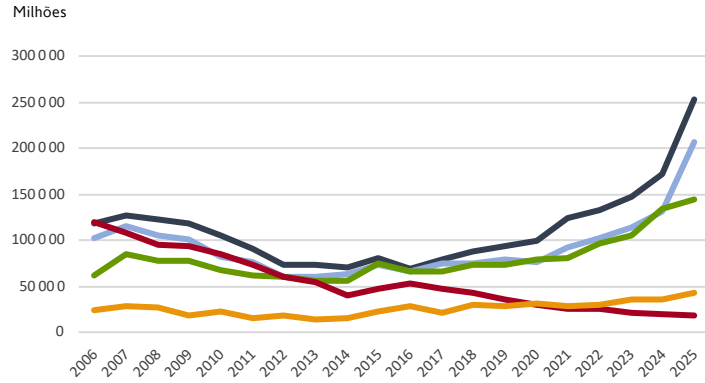
Mafra

96 146 habitantes



Maia

142 129 habitantes

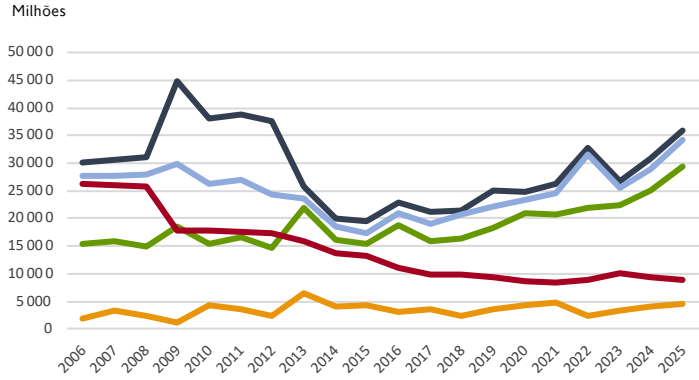


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

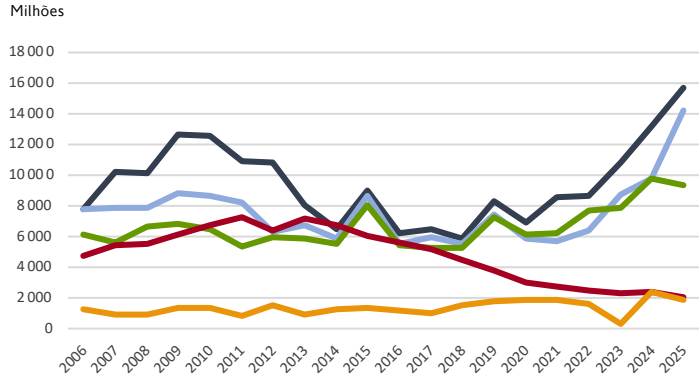
Mangualde

19 479 habitantes



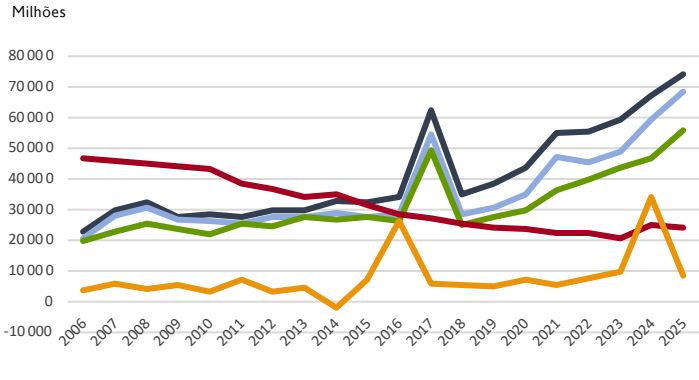
Manteigas

2 958 habitantes



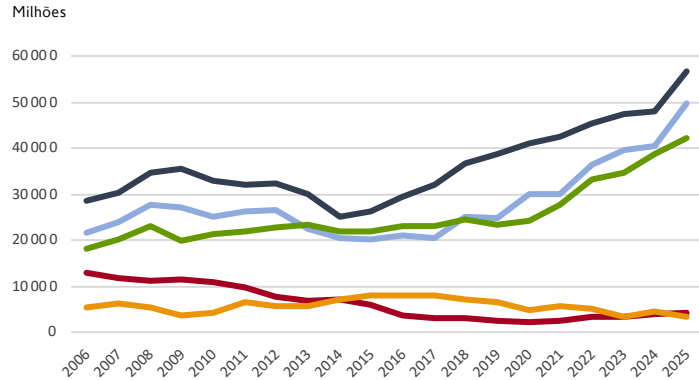
Marco de Canaveses

50 838 habitantes



Marinha Grande

45 511 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

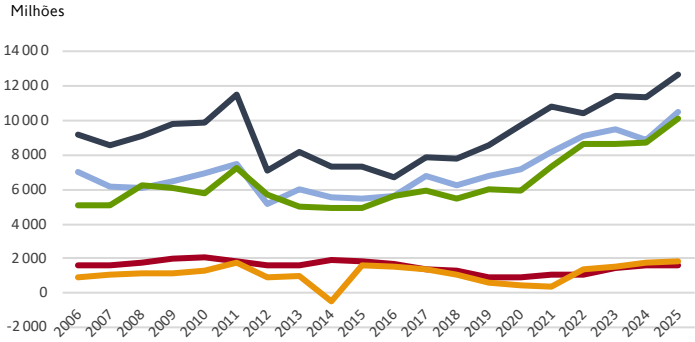
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

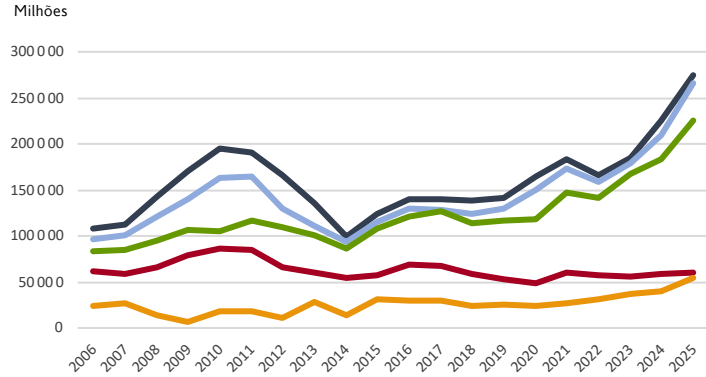
Marvão

2 908 habitantes



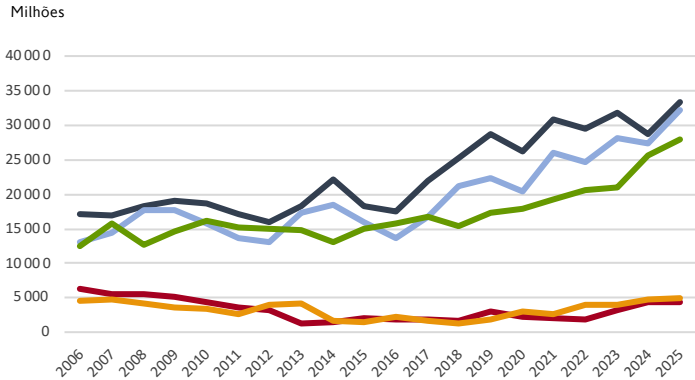
Matosinhos

181 930 habitantes



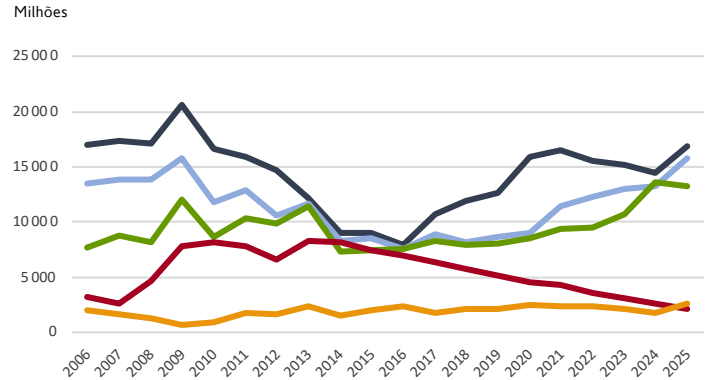
Mealhada

19 948 habitantes



Meda

4 364 habitantes

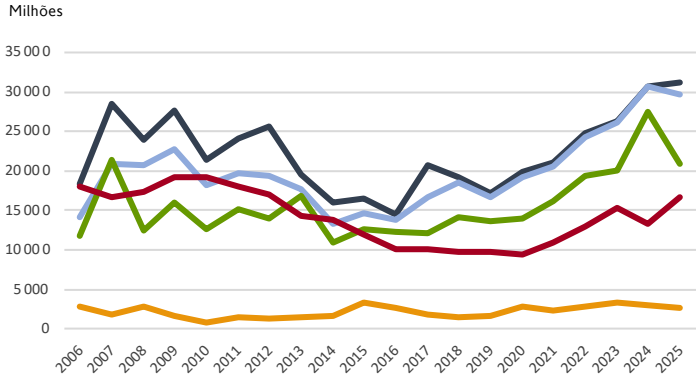


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

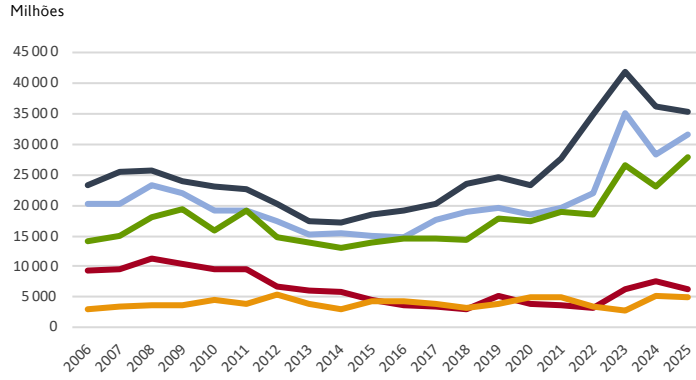
Melgaço

7 111 habitantes



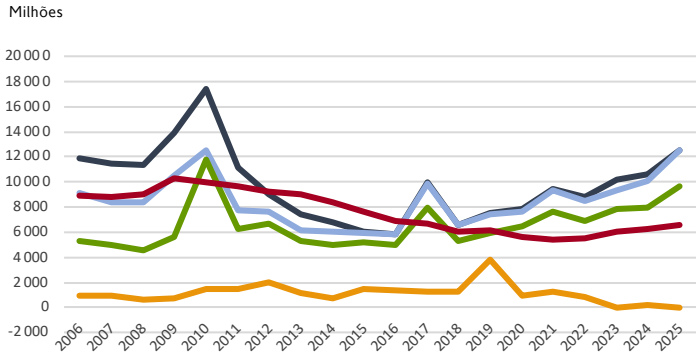
Mértola

5 976 habitantes



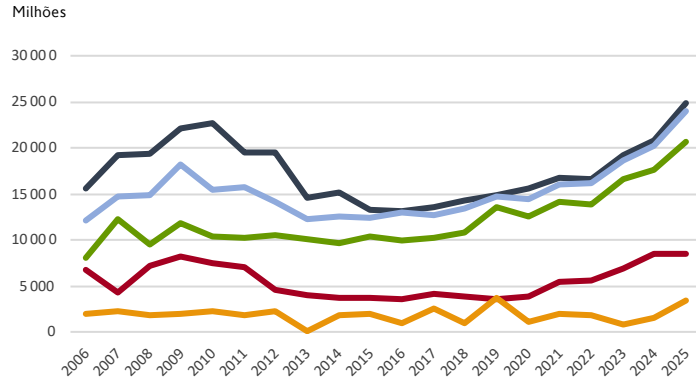
Mesão Frio

3 381 habitantes



Mira

12 684 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

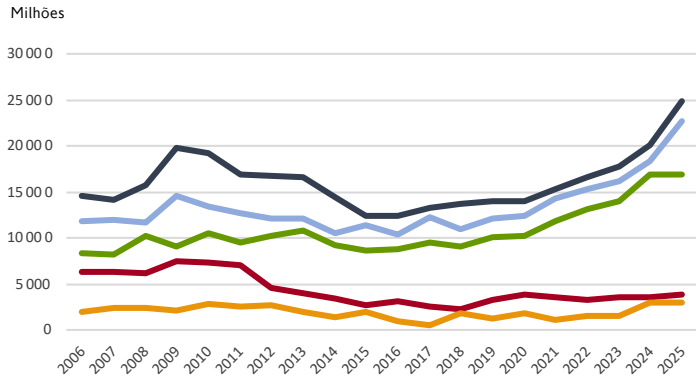
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

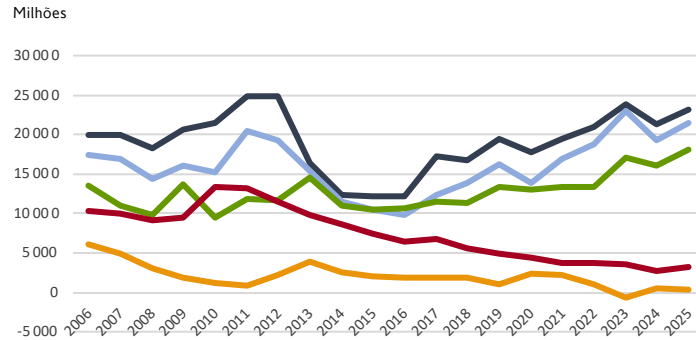
Miranda do Corvo

12 308 habitantes



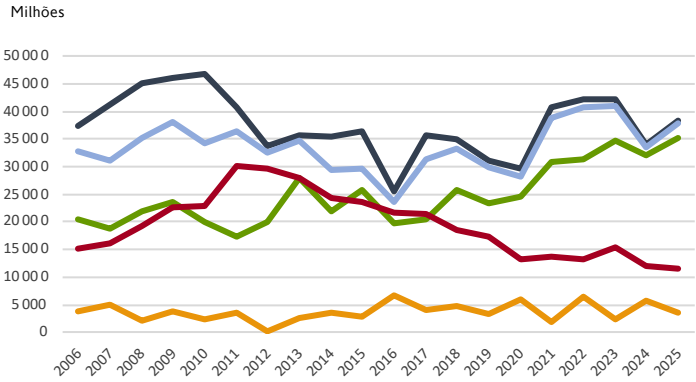
Miranda do Douro

6 065 habitantes



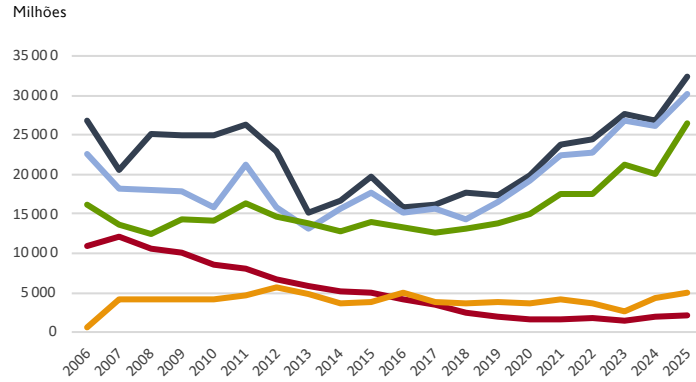
Mirandela

21 761 habitantes



Mogadouro

8 048 habitantes

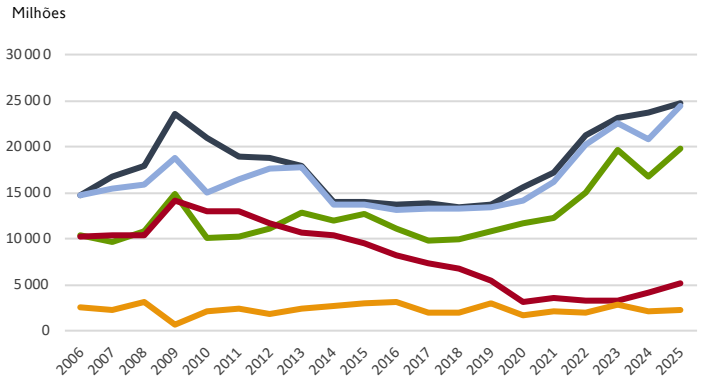


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

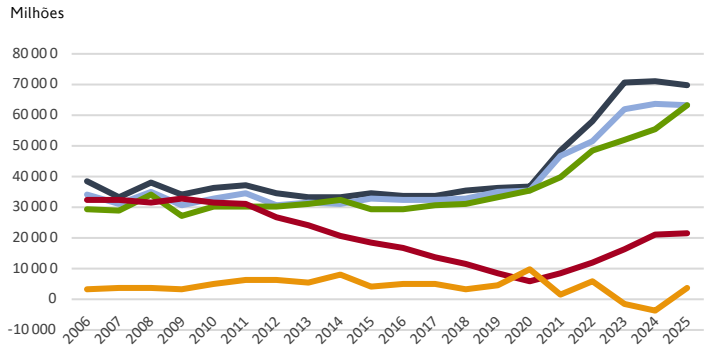
Moimenta da Beira

9 893 habitantes



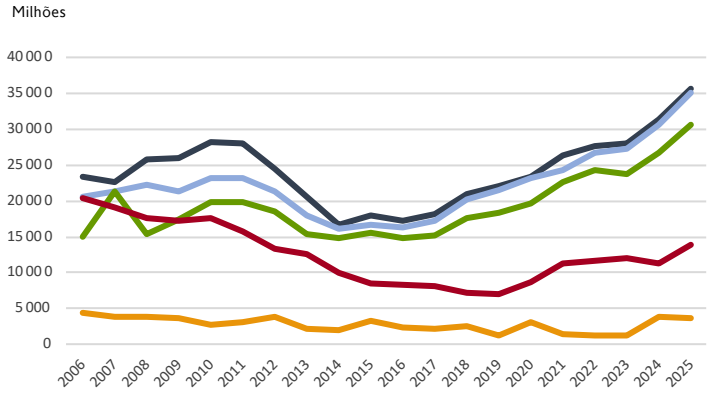
Moita

78 541 habitantes



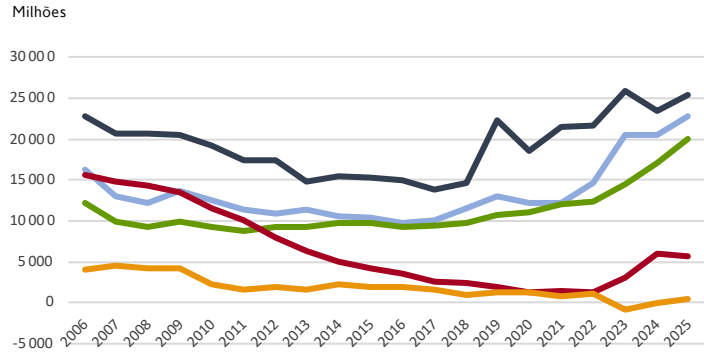
Monção

18 230 habitantes



Monchique

5 611 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

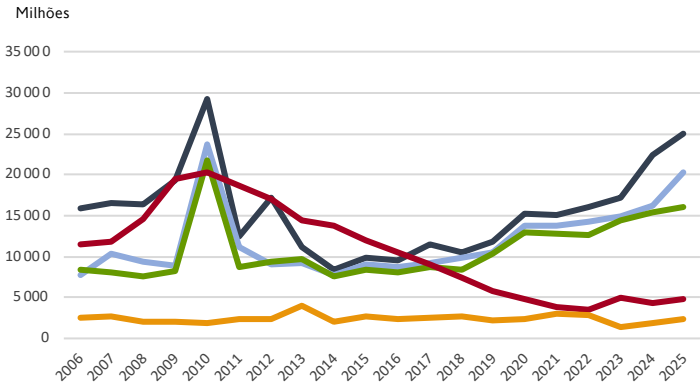
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

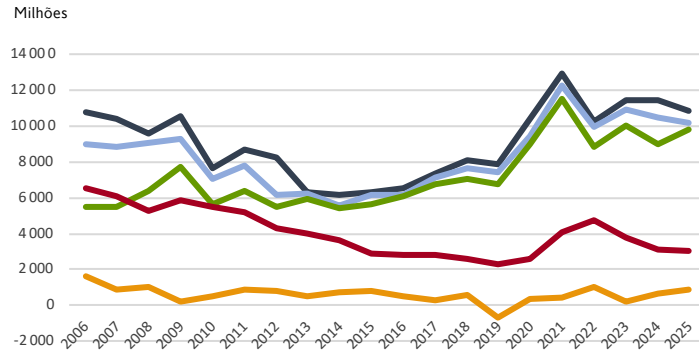
Mondim de Basto

6 252 habitantes



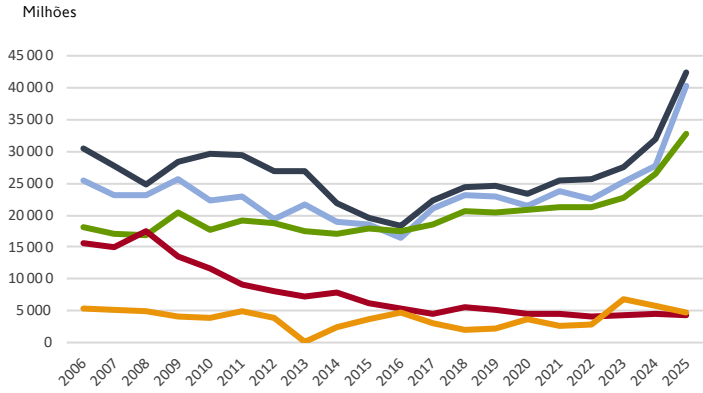
Monforte

2 876 habitantes



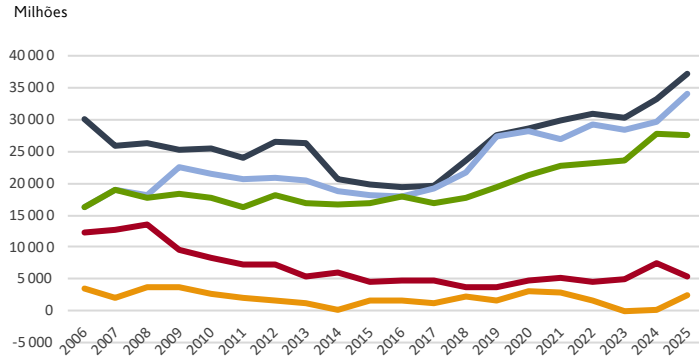
Montalegre

8 662 habitantes



Montemor-o-Novo

16 616 habitantes

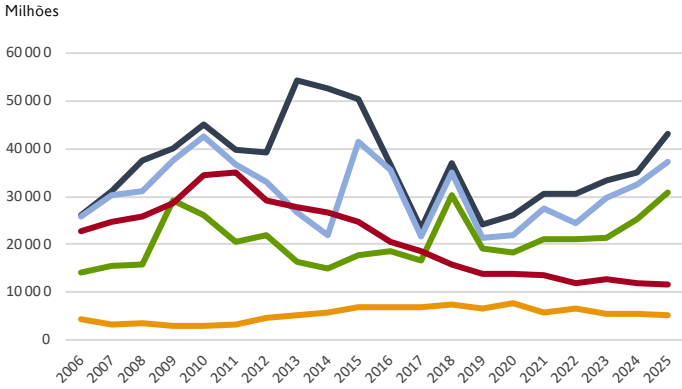


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

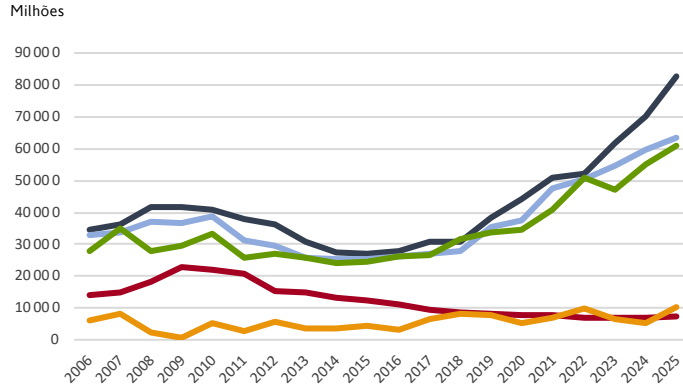
Montemor-o-Velho

25 301 habitantes



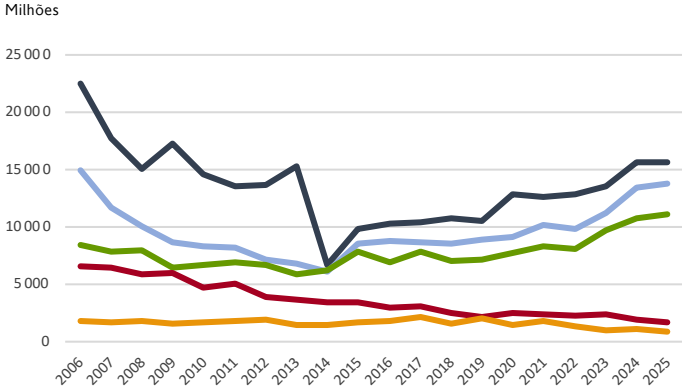
Montijo

68 064 habitantes



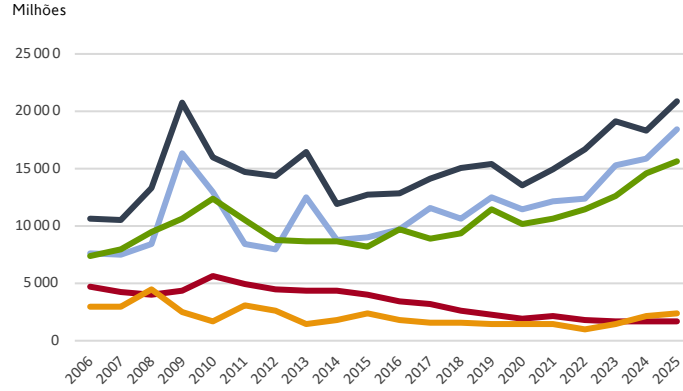
Mora

4 143 habitantes



Mortágua

9 185 habitantes



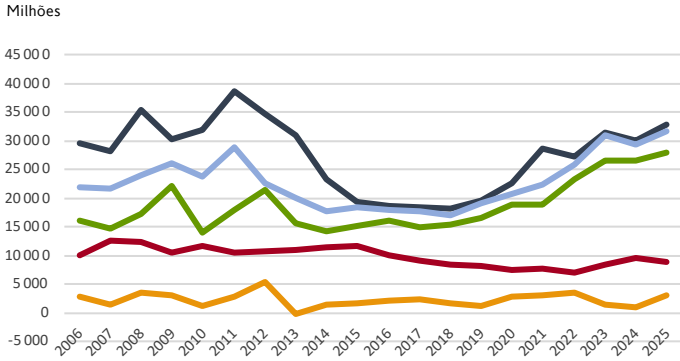
LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. | Médio <100 000 hab. | Pequeno <20 000 hab.

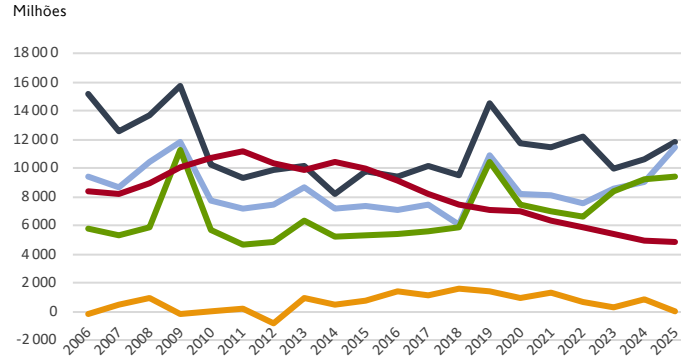
Moura

13 615 habitantes



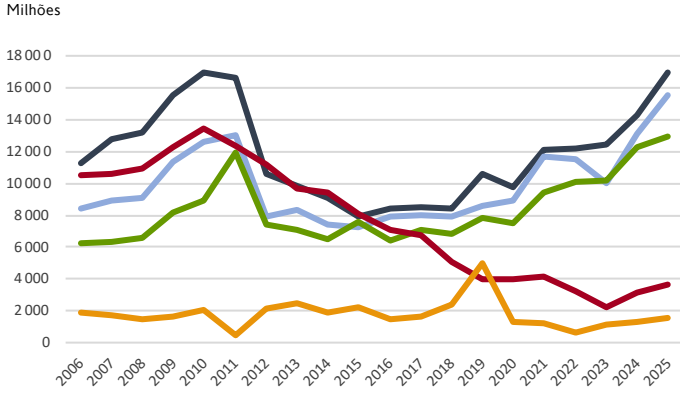
Mourão

2 524 habitantes



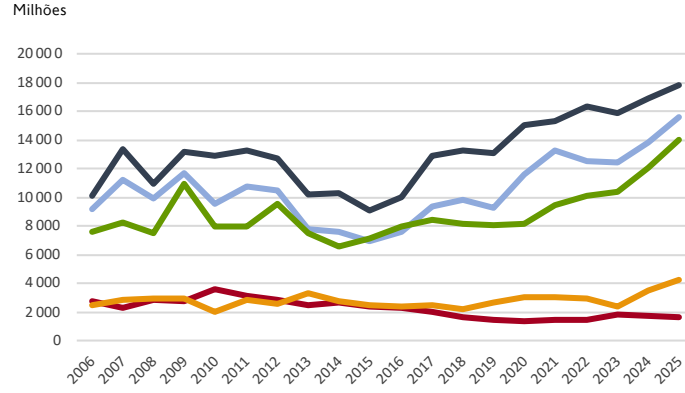
Murça

5 100 habitantes



Murtosa

10 393 habitantes

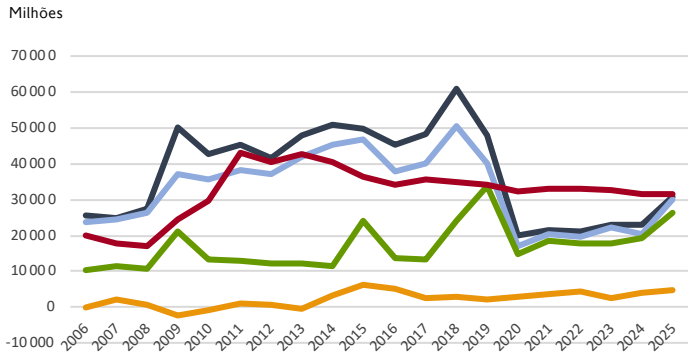


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

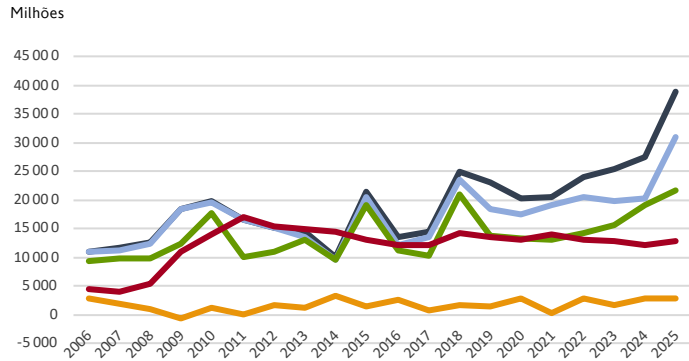
Nazaré

17 067 habitantes



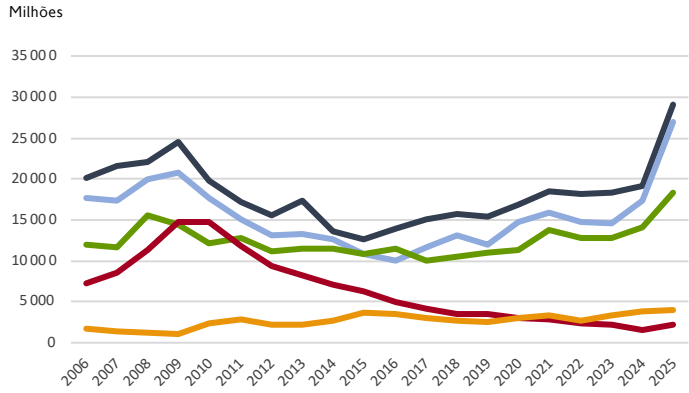
Nelas

13 941 habitantes



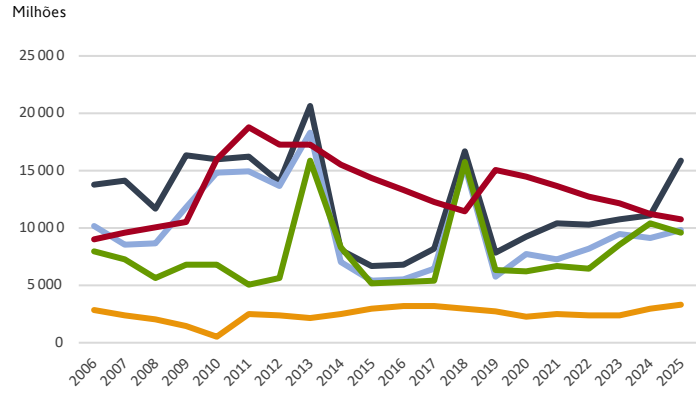
Nisa

6 008 habitantes



Nordeste

4 404 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

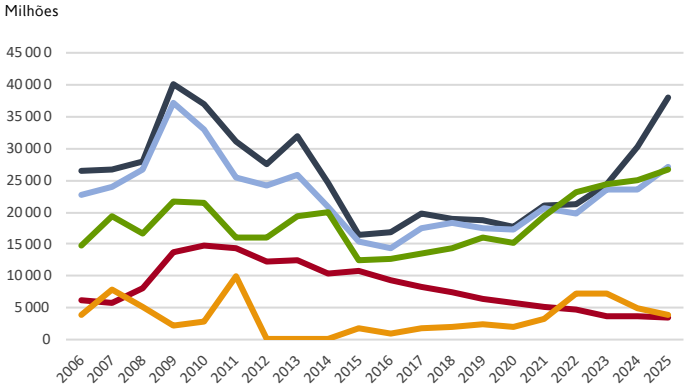
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

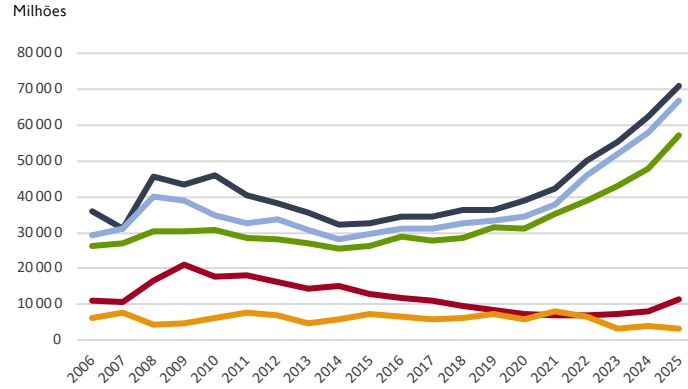
Óbidos

13 912 habitantes



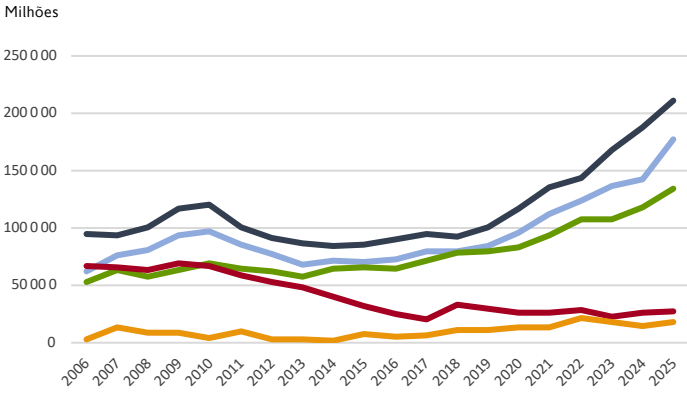
Odemira

44 043 habitantes



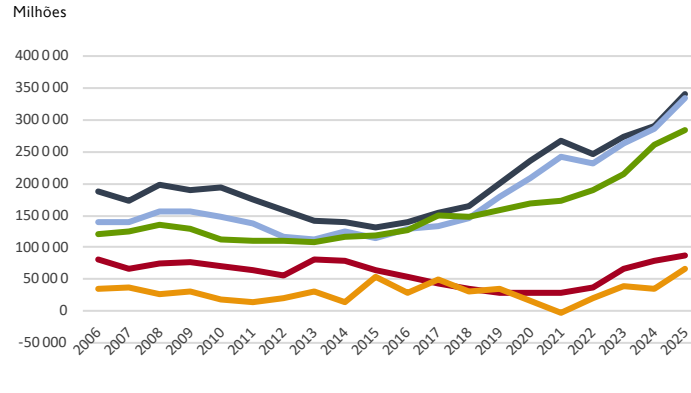
Odivelas

185 736 habitantes



Oeiras

188 056 habitantes

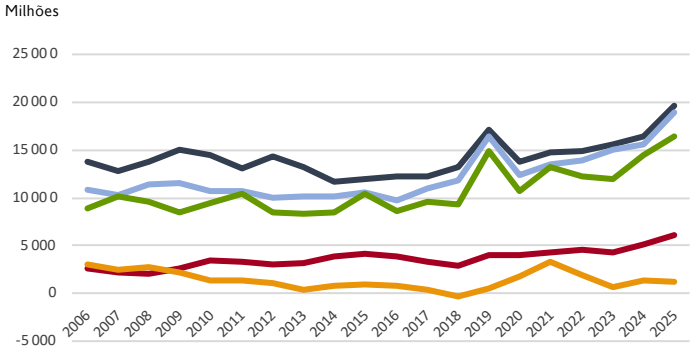


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

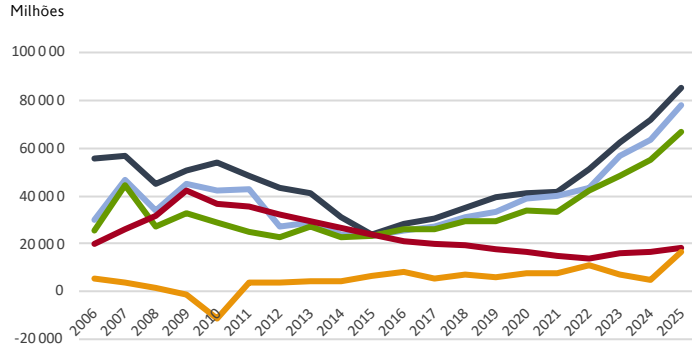
Oleiros

4 511 habitantes



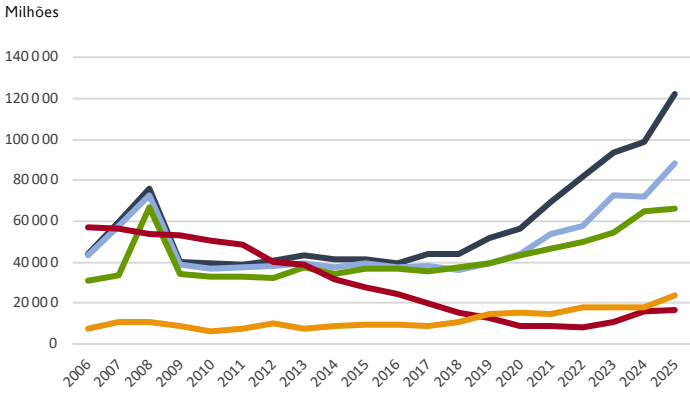
Olhão

48 826 habitantes



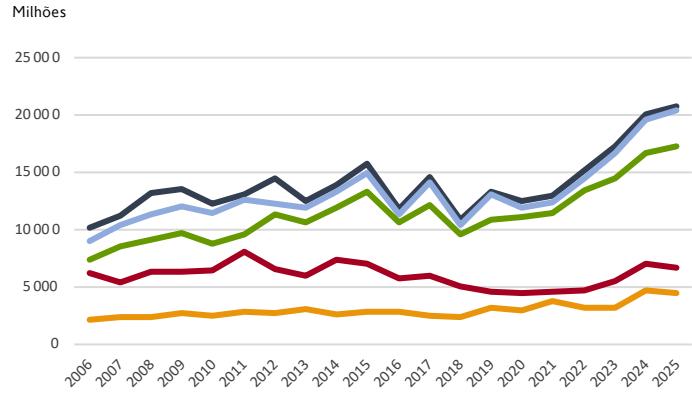
Oliveira de Azeméis

70 027 habitantes



Oliveira de Frades

10 502 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

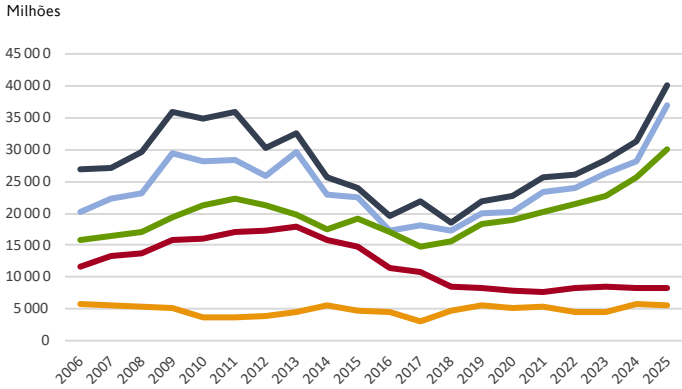
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

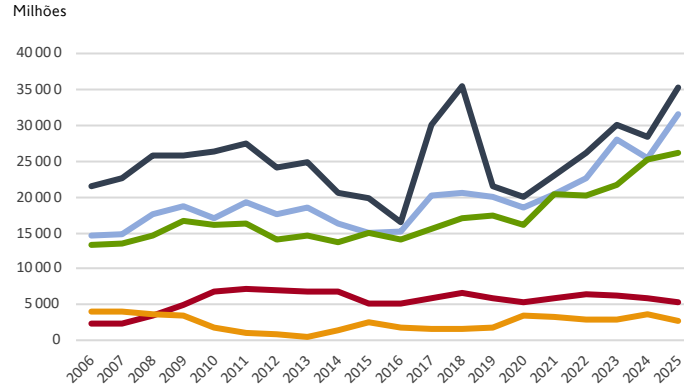
Oliveira do Bairro

25 698 habitantes



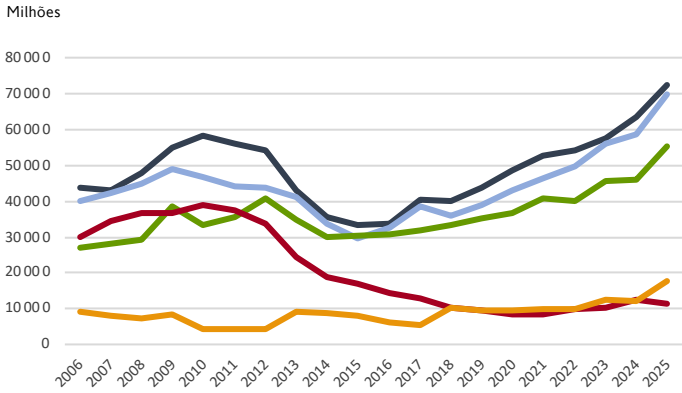
Oliveira do Hospital

20 047 habitantes



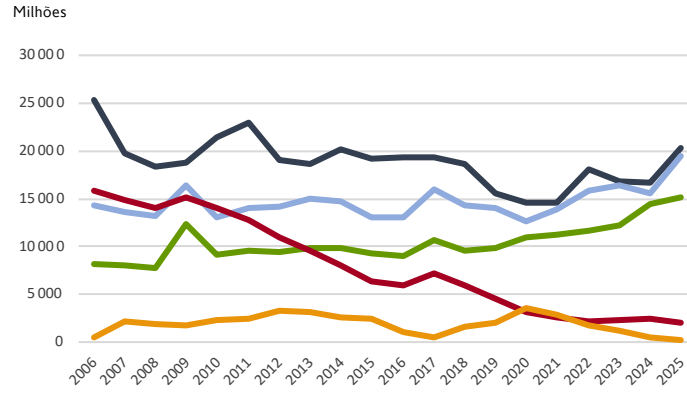
Ourém

48 834 habitantes



Ourique

5 129 habitantes

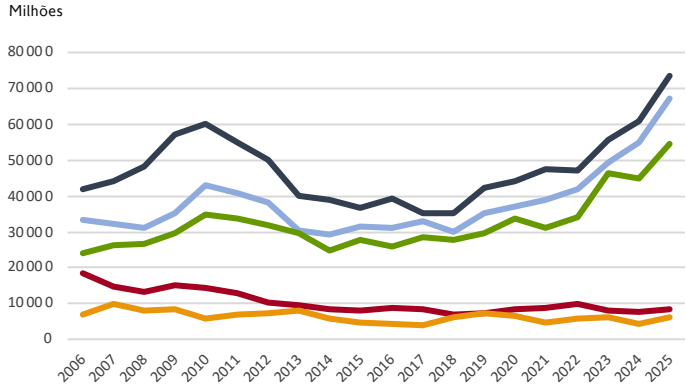


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

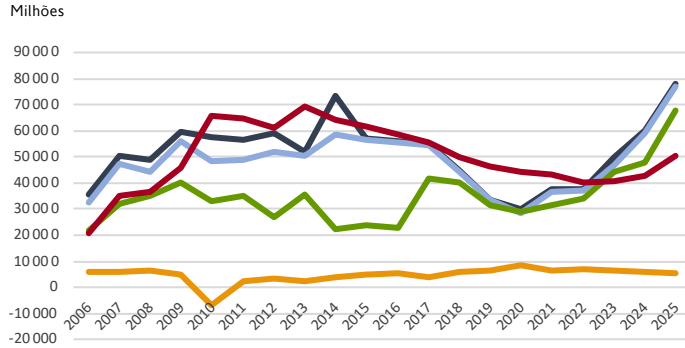
Ovar

58 091 habitantes



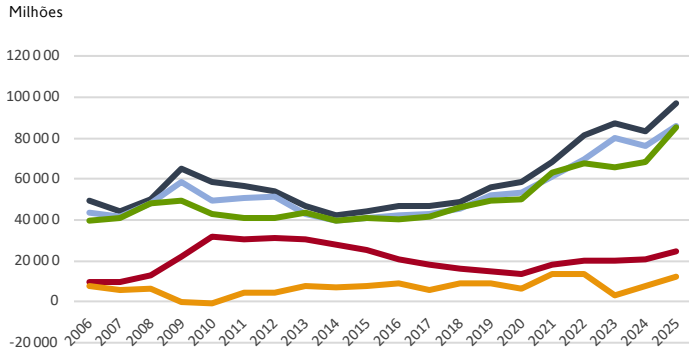
Paços de Ferreira

57 467 habitantes



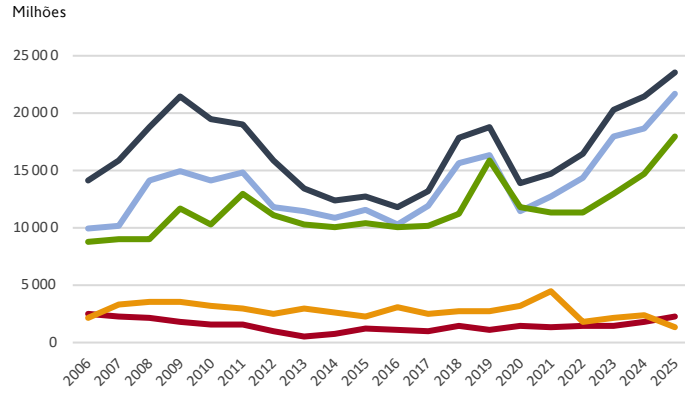
Palmela

77 044 habitantes



Pampilhosa da Serra

3 304 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

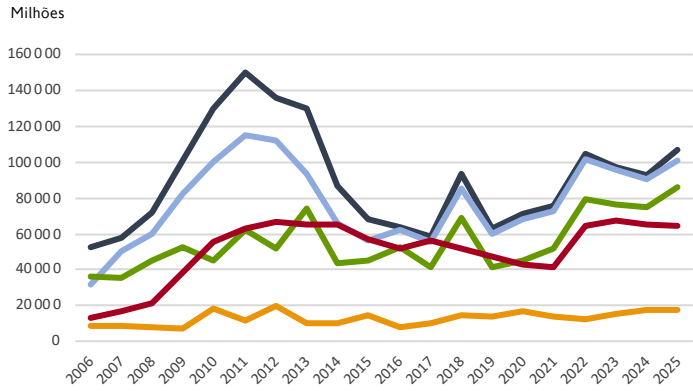
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

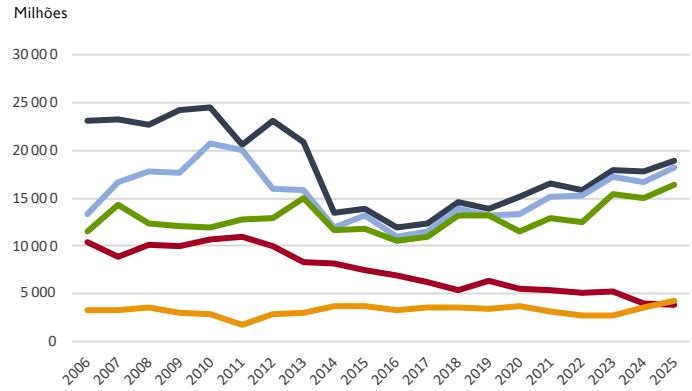
Paredes

88 858 habitantes



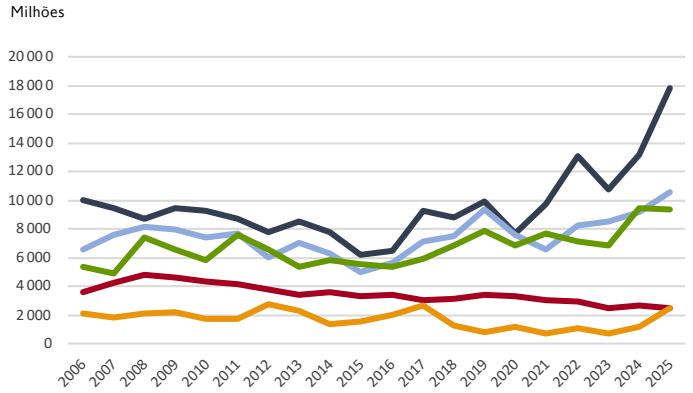
Paredes de Coura

8 721 habitantes



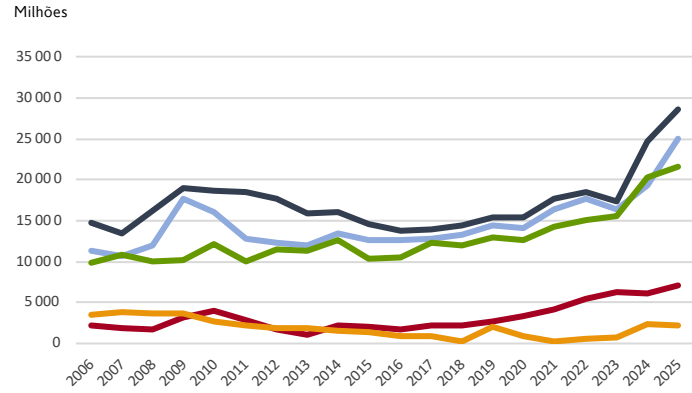
Pedrógão Grande

3 739 habitantes



Penacova

13 105 habitantes

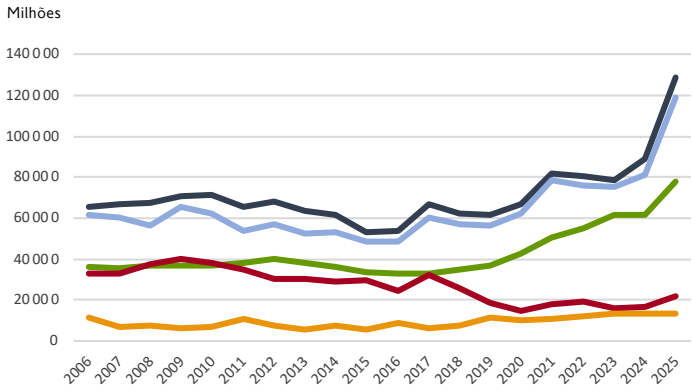


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

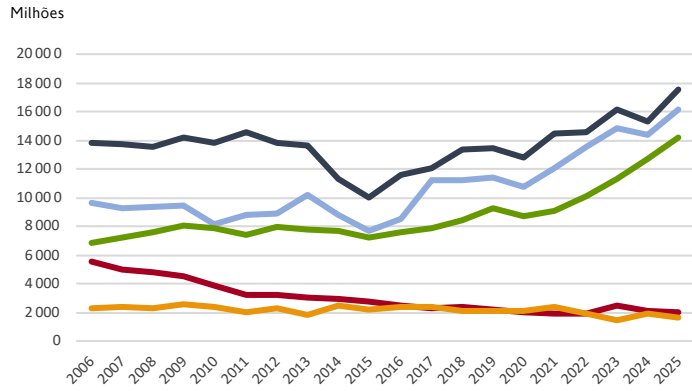
Penafiel

71 719 habitantes



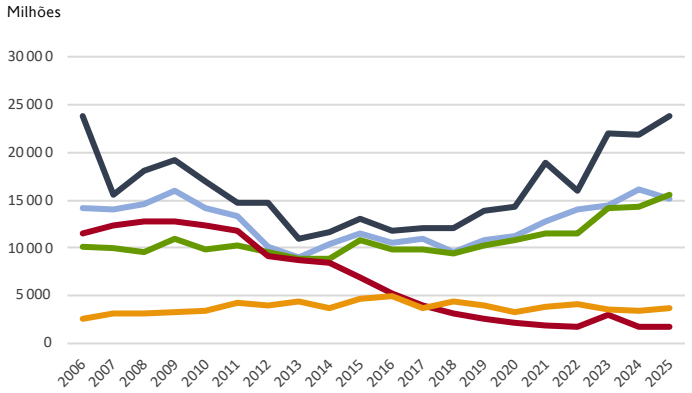
Penalva do Castelo

7 160 habitantes



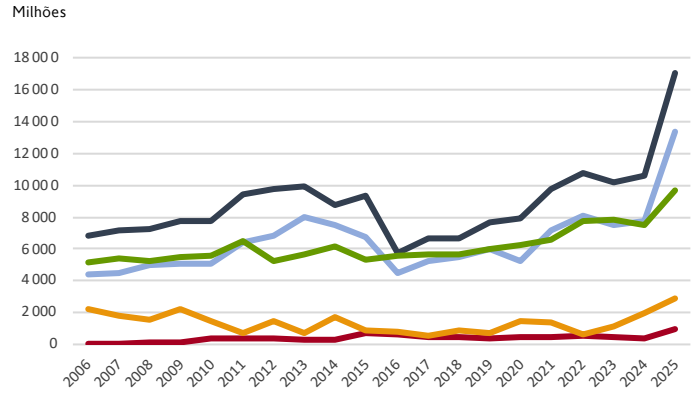
Penamacor

4 362 habitantes



Penedono

2 506 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

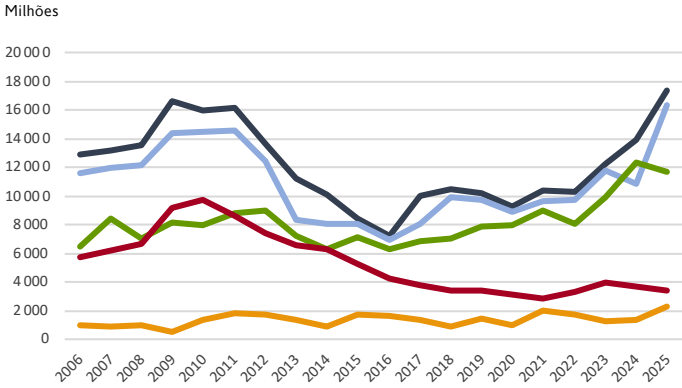
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

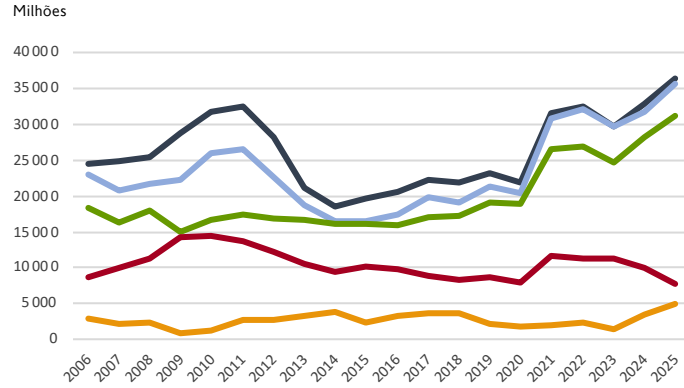
Penela

5 730 habitantes



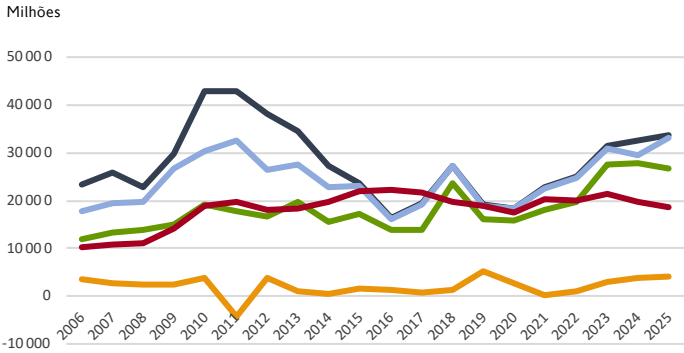
Peniche

30 262 habitantes



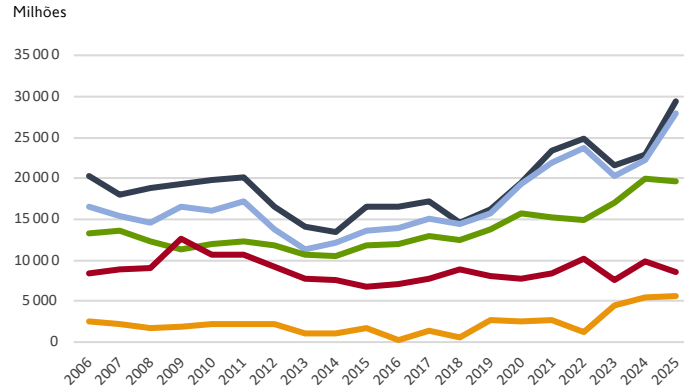
Peso da Régua

14 421 habitantes



Pinhel

8 040 habitantes

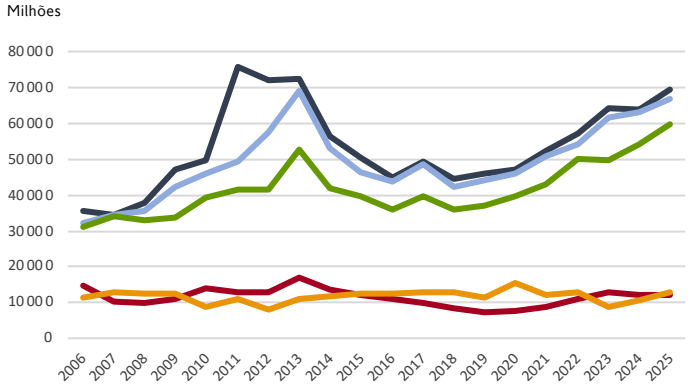


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

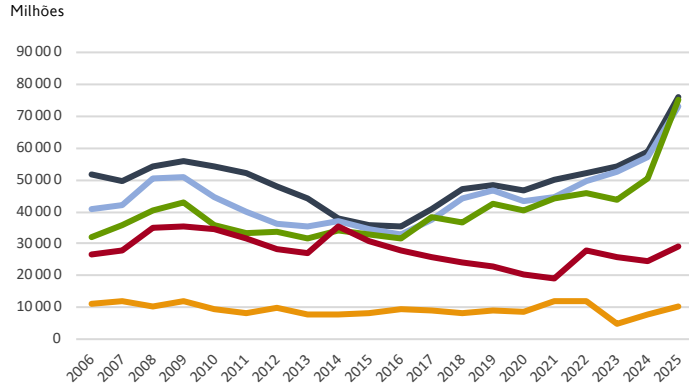
Pombal

54 992 habitantes



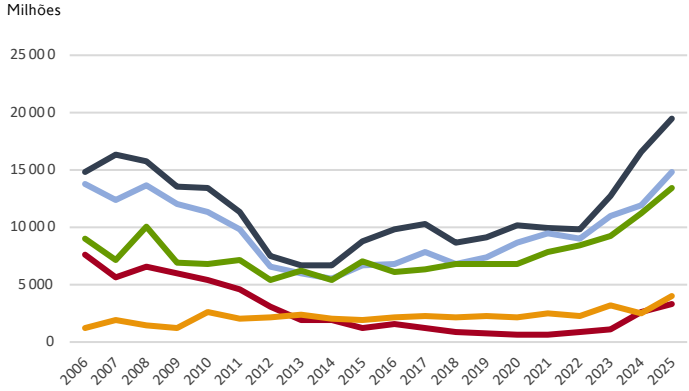
Ponta Delgada

71 695 habitantes



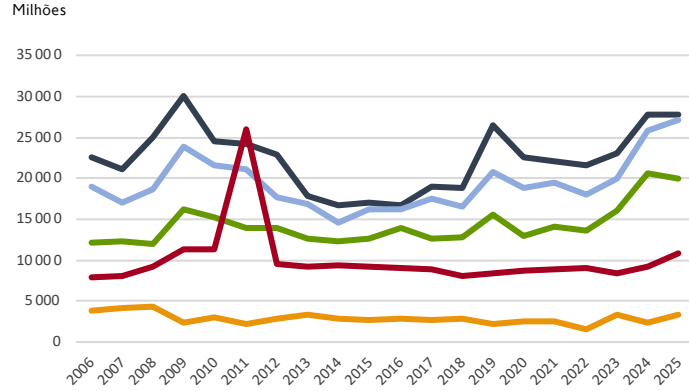
Ponta do Sol

8 806 habitantes



Ponte da Barca

11 115 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

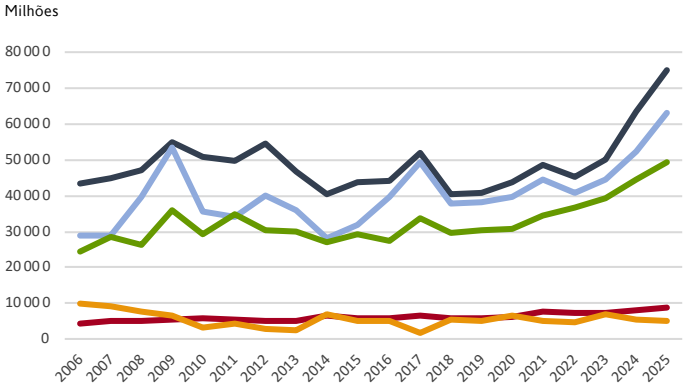
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

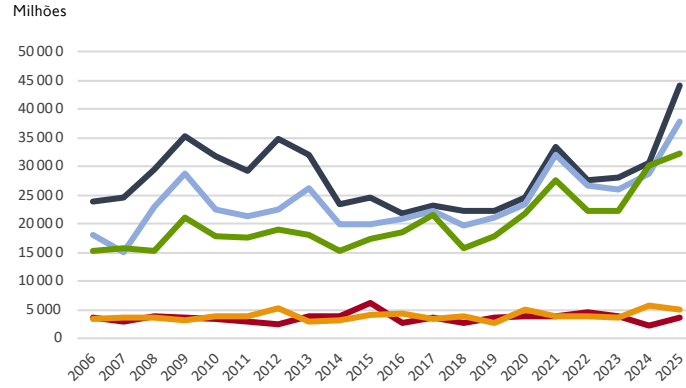
Ponte de Lima

42 933 habitantes



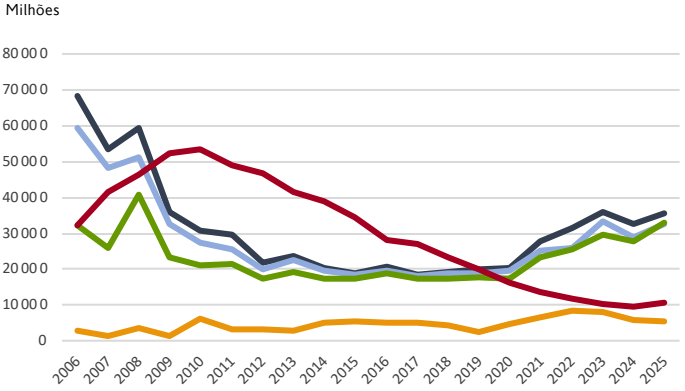
Ponte de Sor

15 726 habitantes



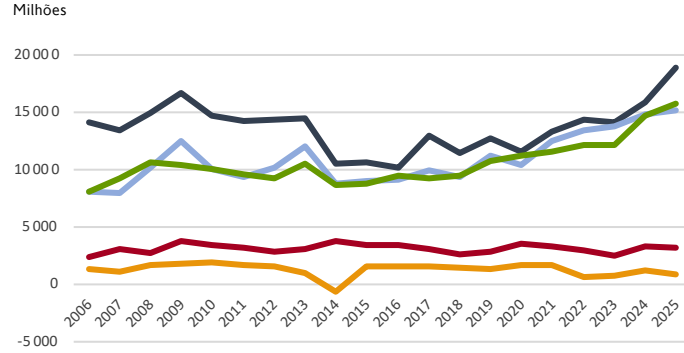
Portalegre

24 025 habitantes



Portel

5 694 habitantes

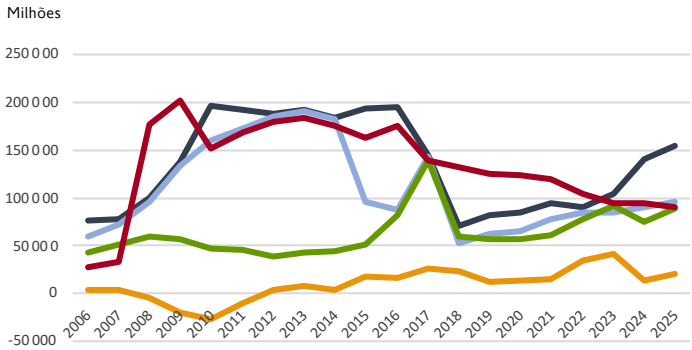


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

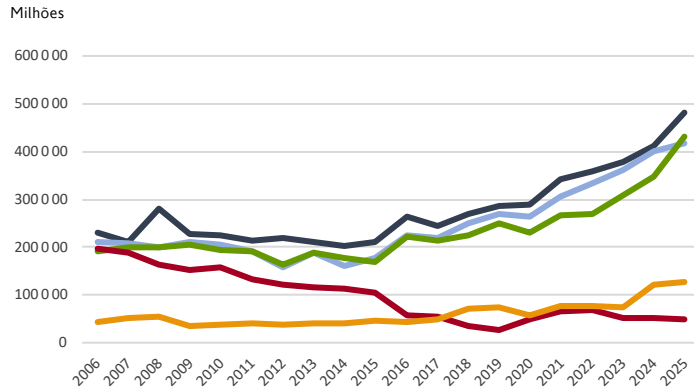
Portimão

78 125 habitantes



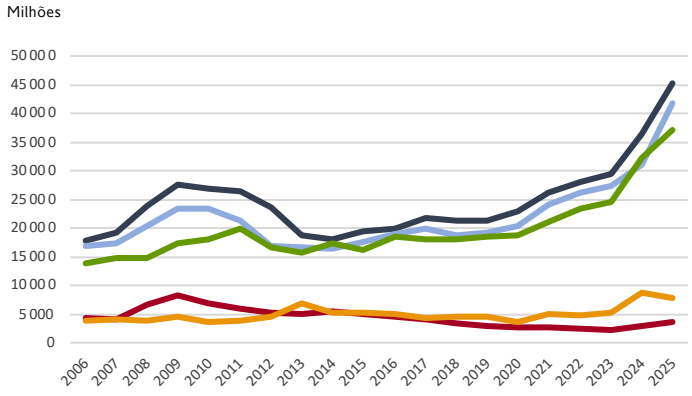
Porto

273 476 habitantes



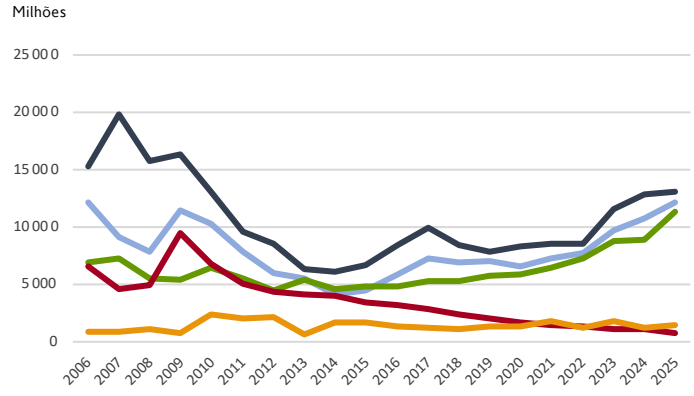
Porto de Mós

25 057 habitantes



Porto Moniz

2 760 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

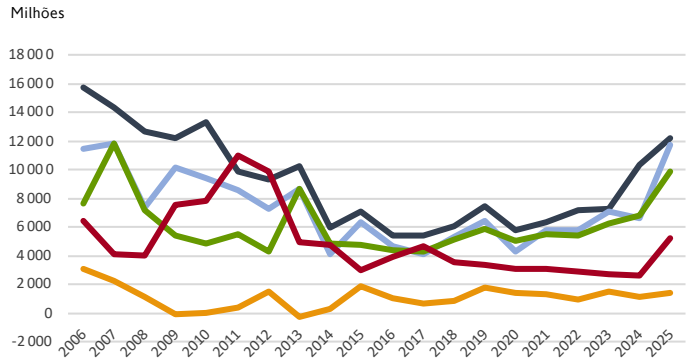
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

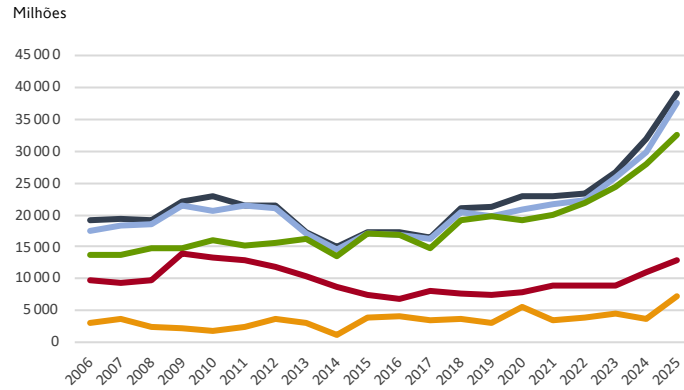
Porto Santo

6 916 habitantes



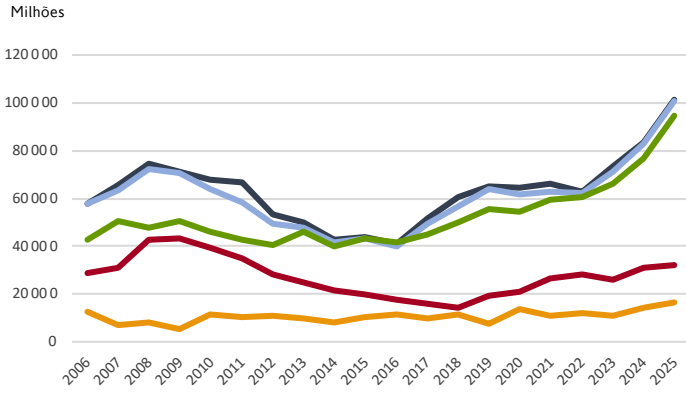
Póvoa de Lanhoso

22 746 habitantes



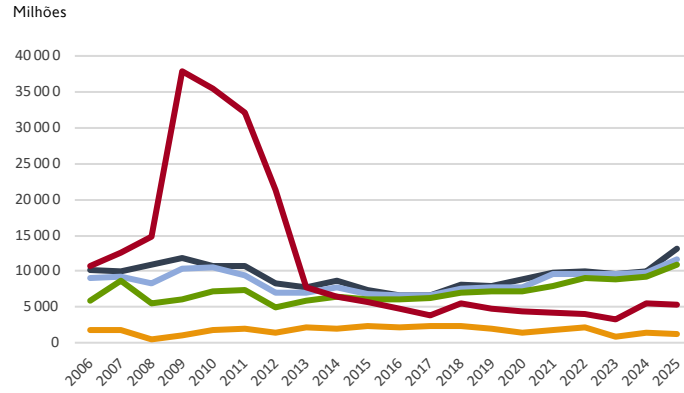
Póvoa de Varzim

72 364 habitantes



Povoação

5 640 habitantes

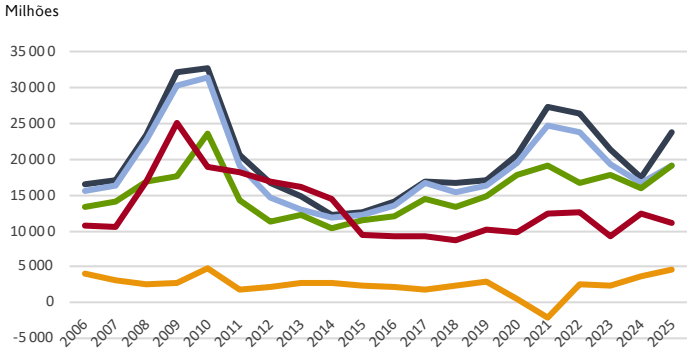


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

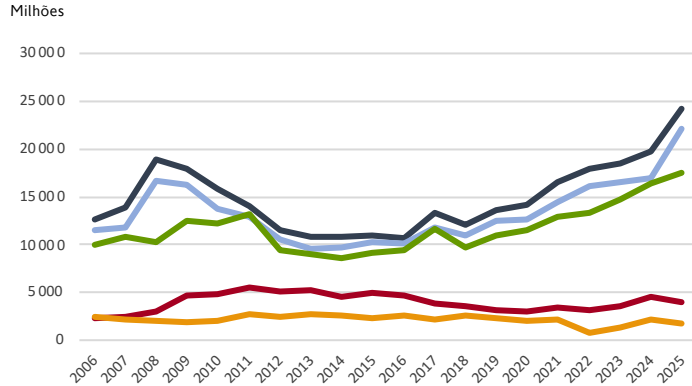
Praia da Vitória

19 848 habitantes



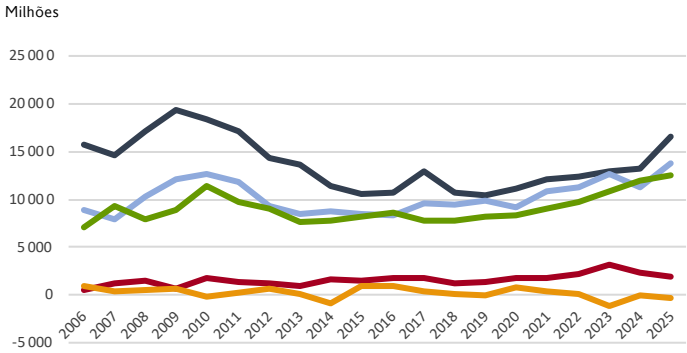
Proença-a-Nova

6 960 habitantes



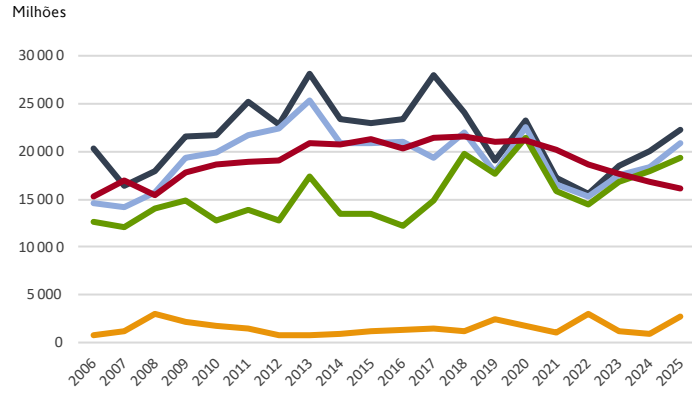
Redondo

6 431 habitantes



Reguengos de Monsaraz

10 599 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

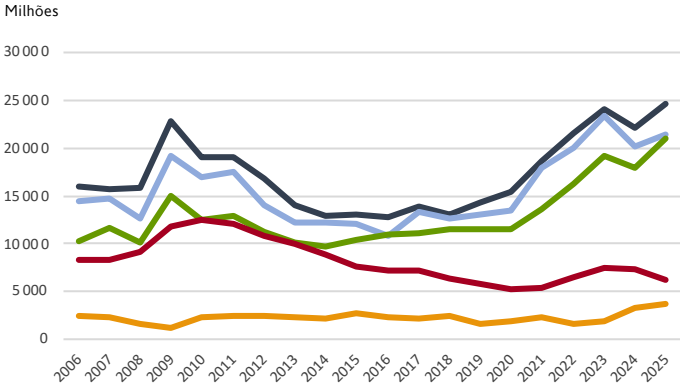
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

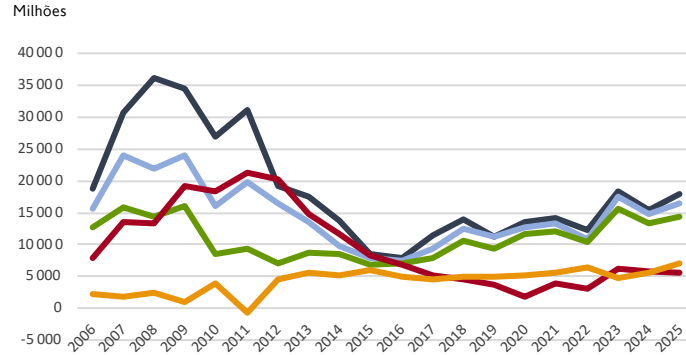
Resende

9 535 habitantes



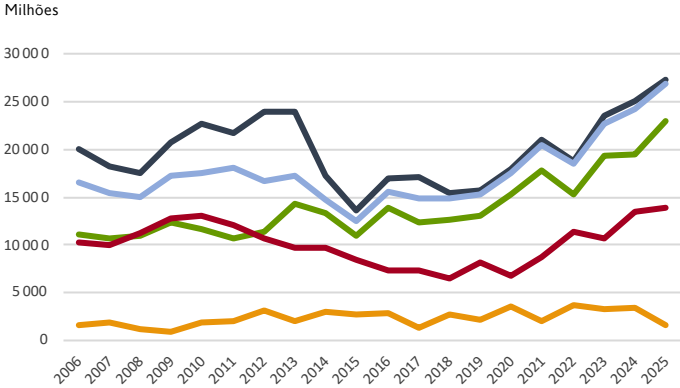
Ribeira Brava

13 172 habitantes



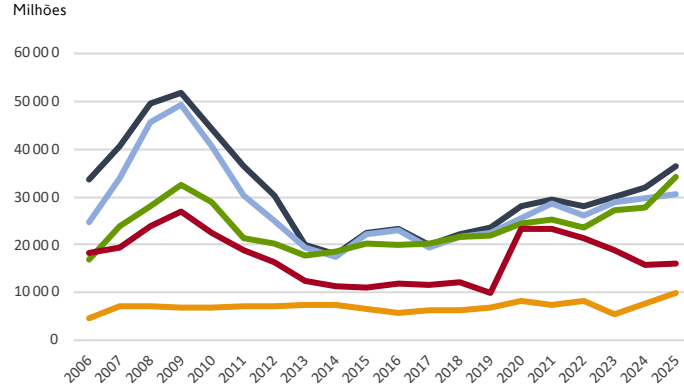
Ribeira de Pena

5 836 habitantes



Ribeira Grande

32 060 habitantes

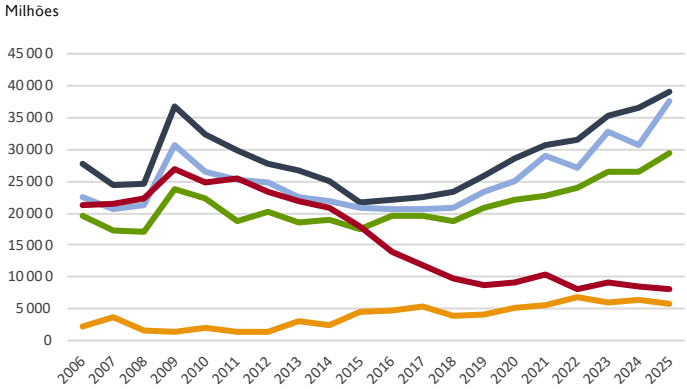


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

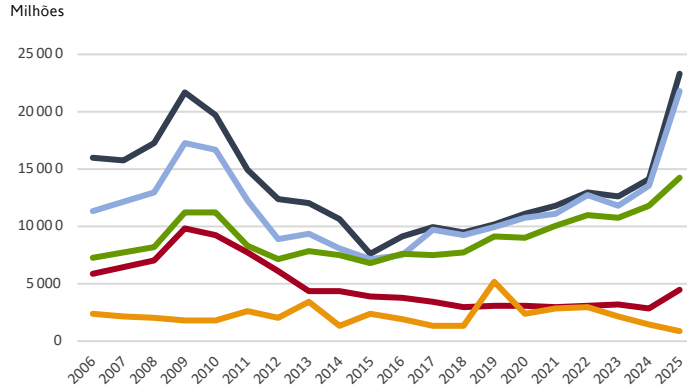
Rio Maior

25 412 habitantes



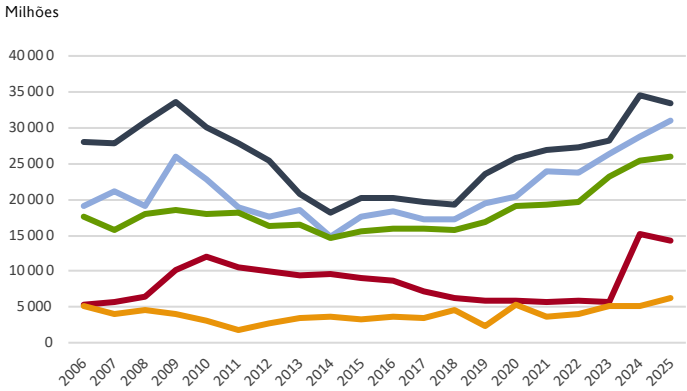
Sabrosa

5 576 habitantes



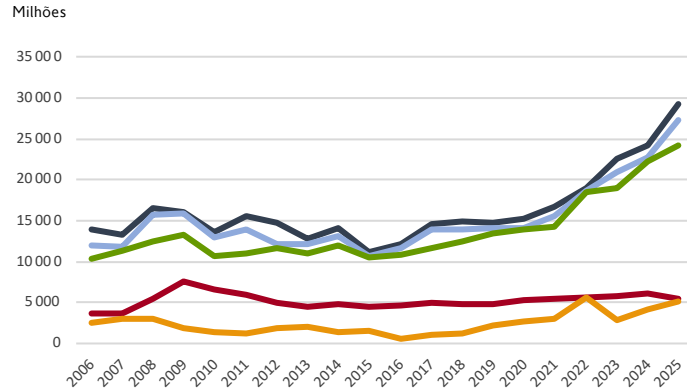
Sabugal

9 368 habitantes



Salvaterra de Magos

23 952 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

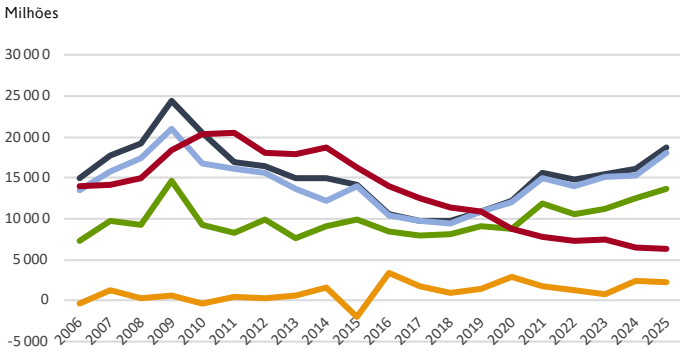
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

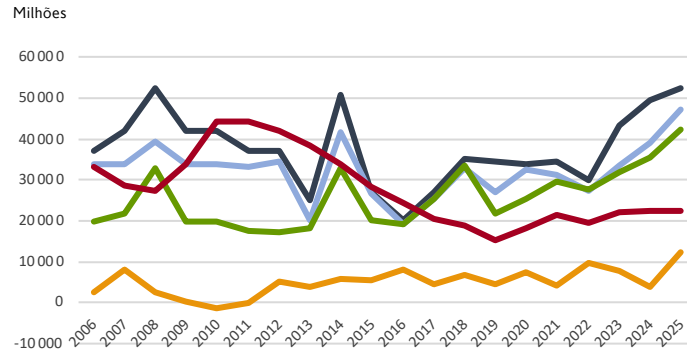
Santa Comba Dão

11 140 habitantes



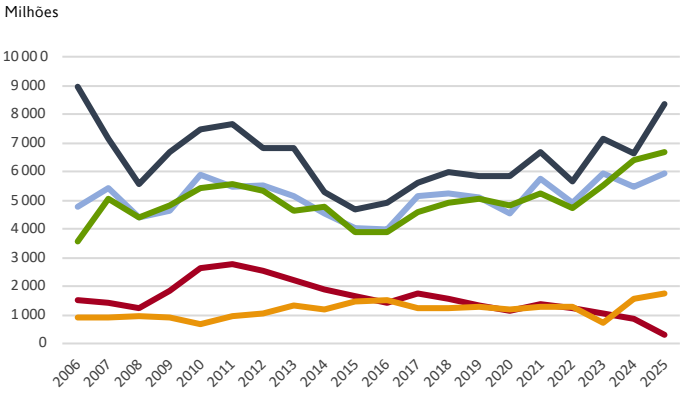
Santa Cruz

44 132 habitantes



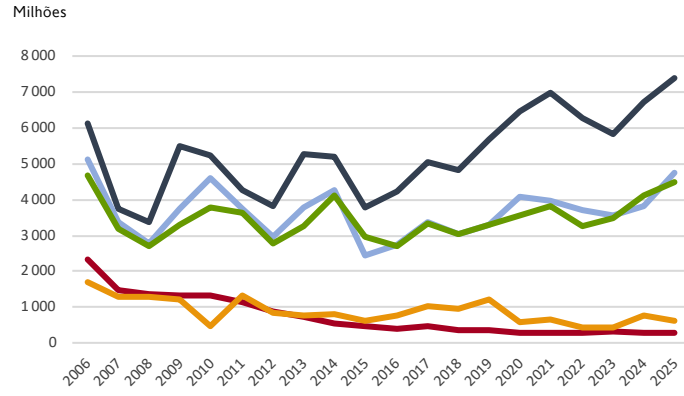
Santa Cruz da Graciosa

4 074 habitantes



Santa Cruz das Flores

1 980 habitantes

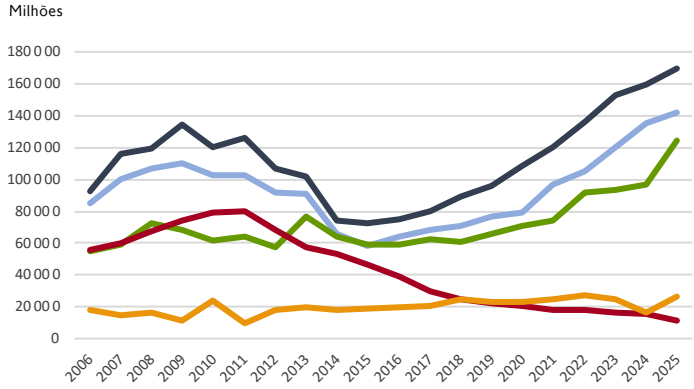


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

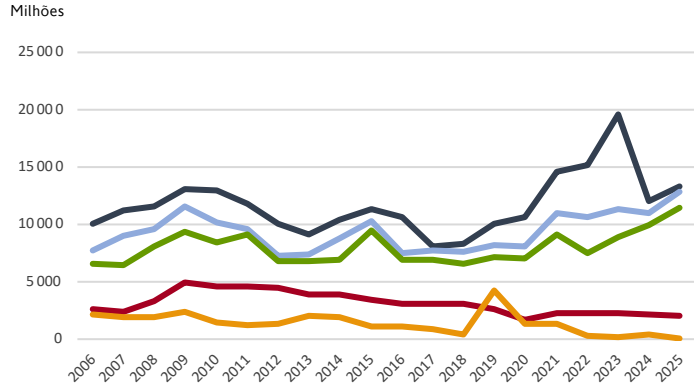
Santa Maria da Feira

142 676 habitantes



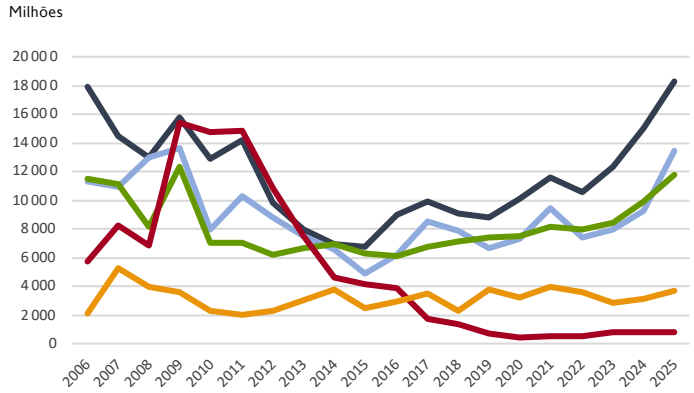
Santa Marta de Penaguião

6 043 habitantes



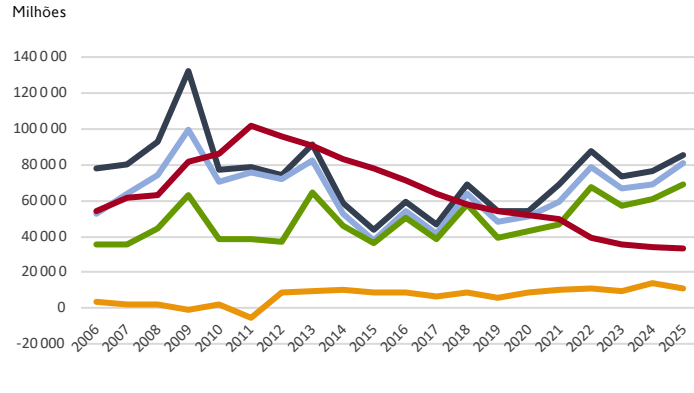
Santana

6 643 habitantes



Santarém

69 392 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

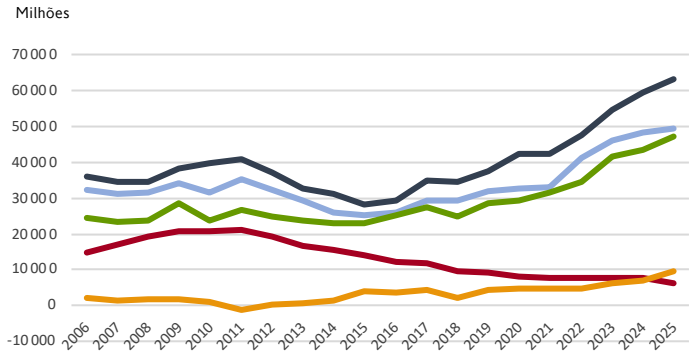
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

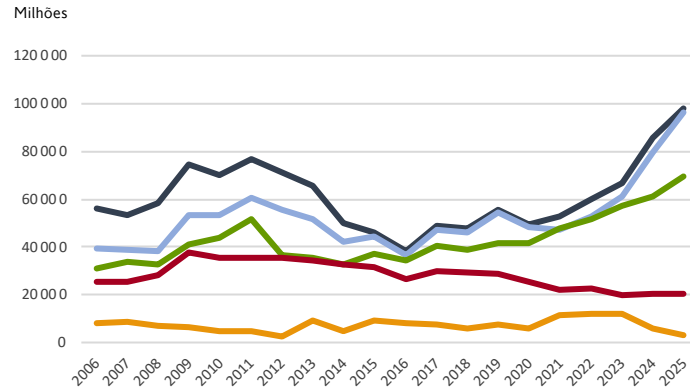
Santiago do Cacém

30 226 habitantes



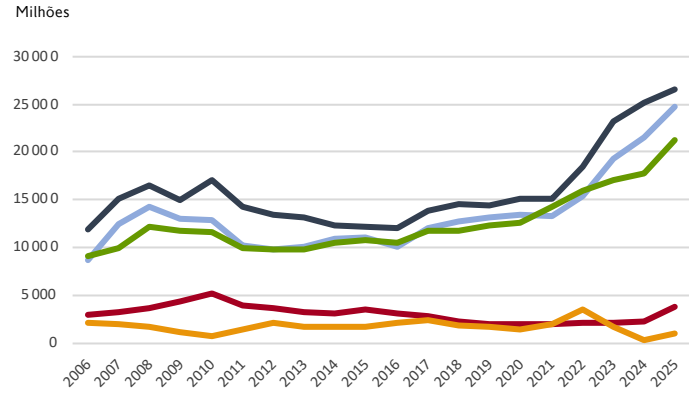
Santo Tirso

69 810 habitantes



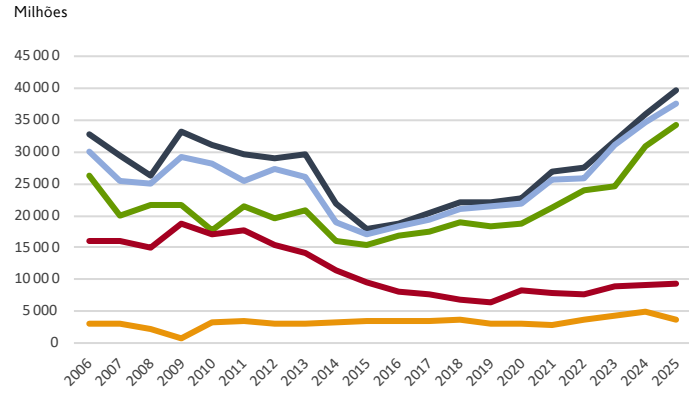
São Brás de Alportel

12 305 habitantes



São João da Madeira

23 991 habitantes

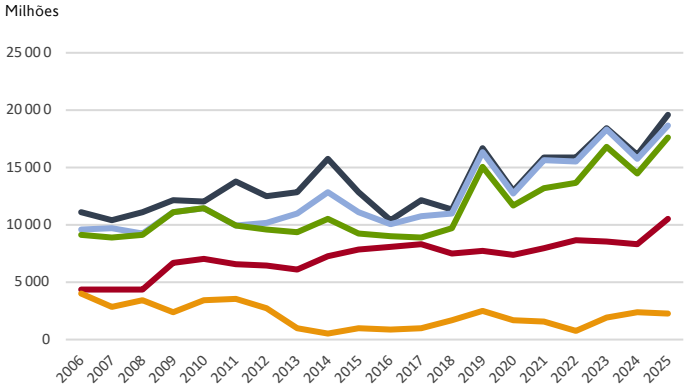


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

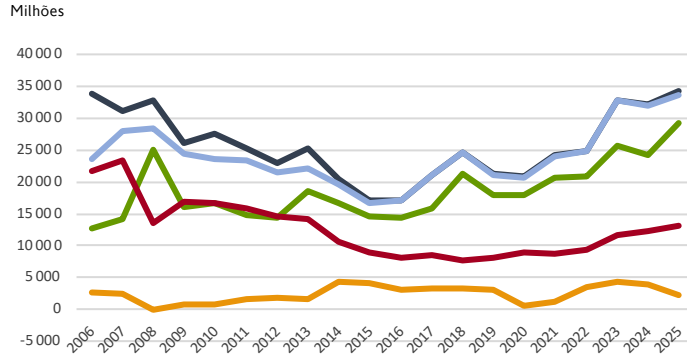
São João da Pesqueira

6 458 habitantes



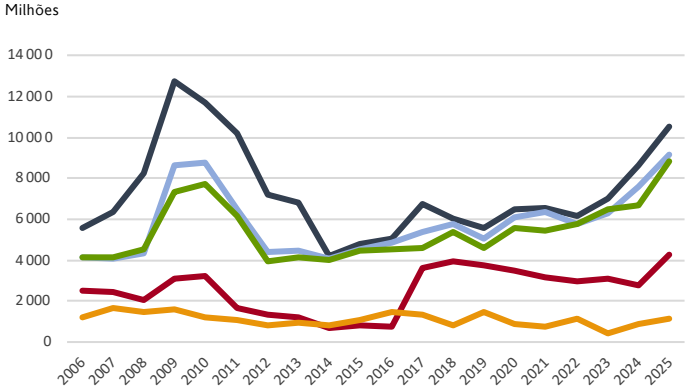
São Pedro do Sul

15 867 habitantes



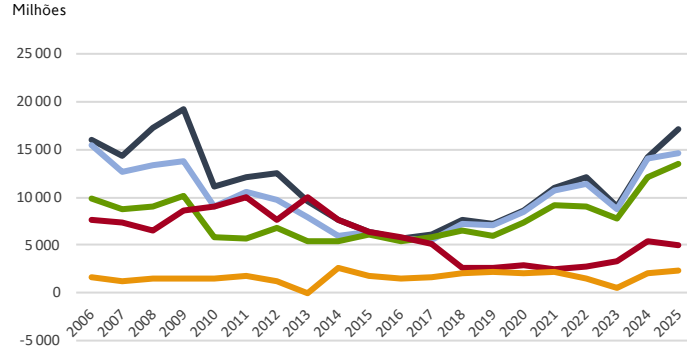
São Roque do Pico

3 554 habitantes



São Vicente

5 027 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

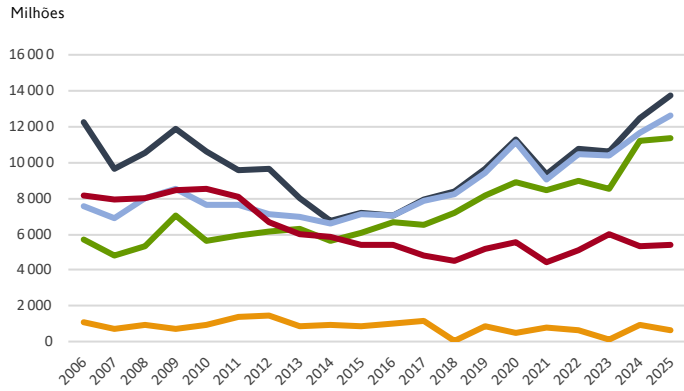
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

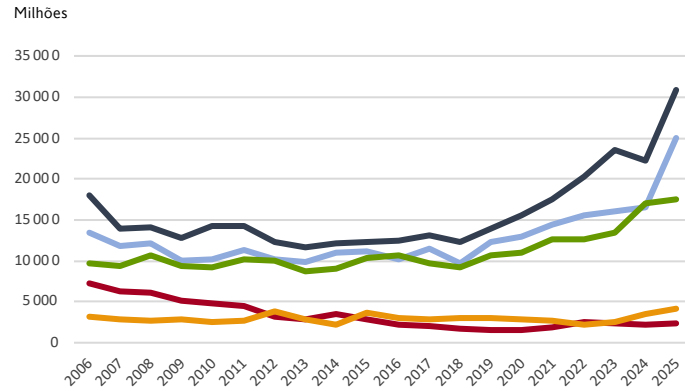
Sardoal

3 689 habitantes



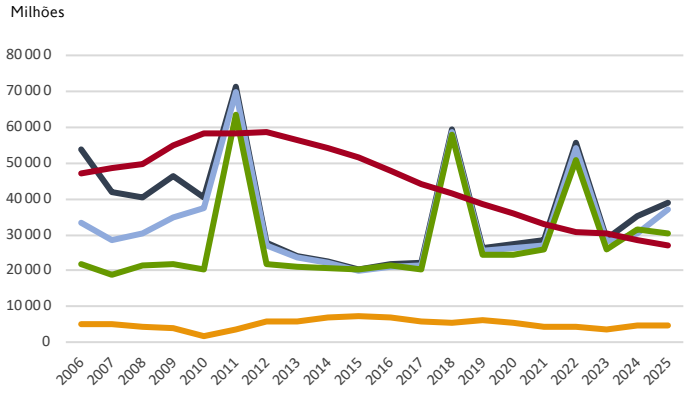
Sátão

11 295 habitantes



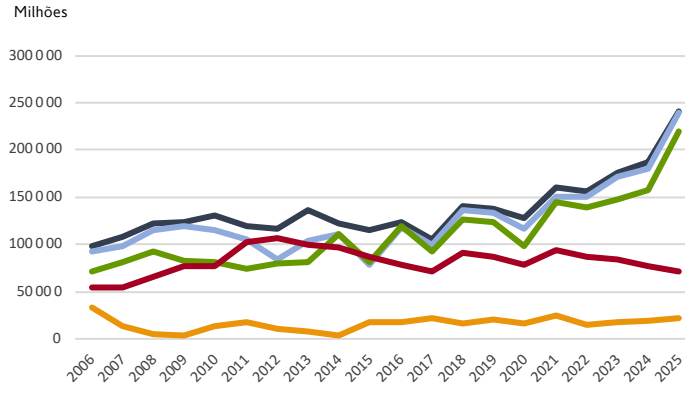
Seia

21 597 habitantes



Seixal

198 254 habitantes

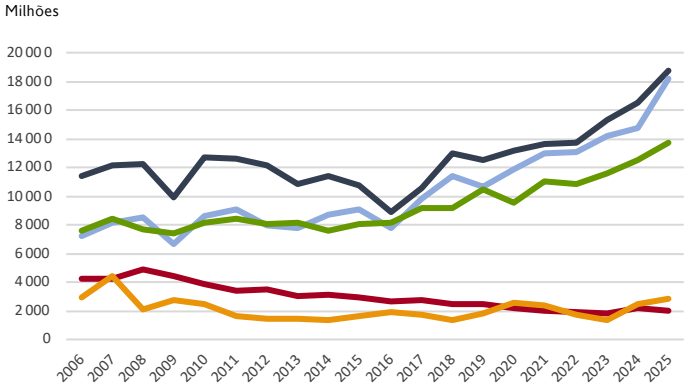


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

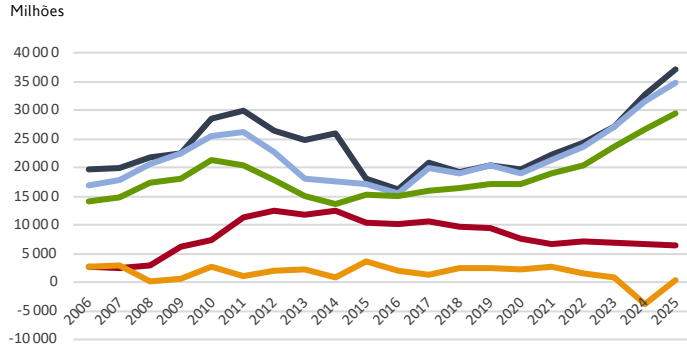
Sernancelhe

4 949 habitantes



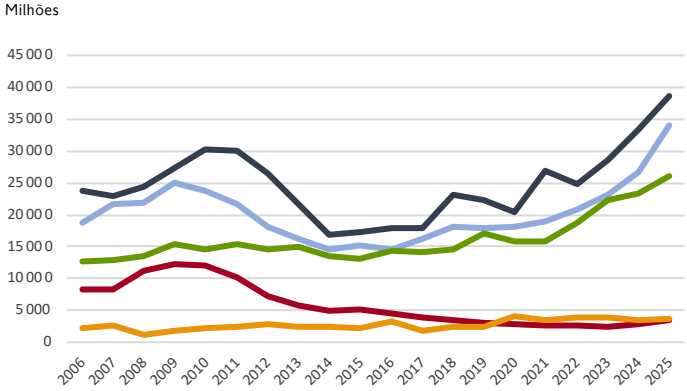
Serpa

14 428 habitantes



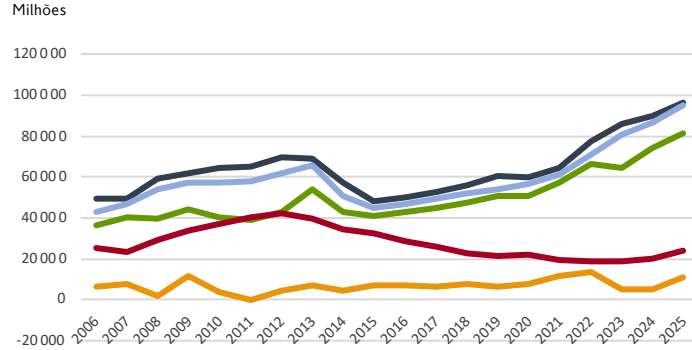
Sertã

15 081 habitantes



Sesimbra

59 440 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

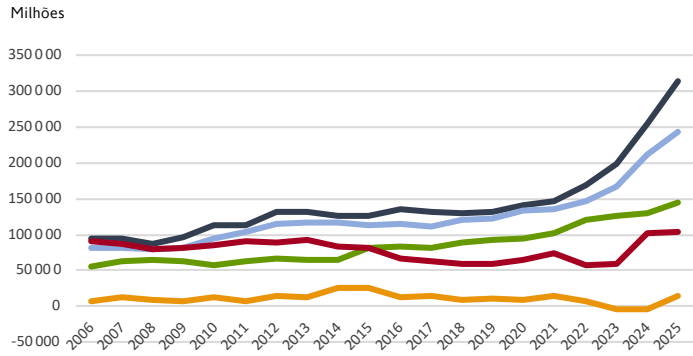
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

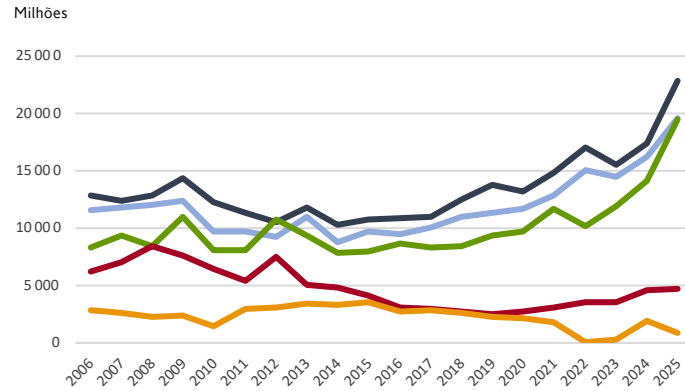
Setúbal

141 266 habitantes



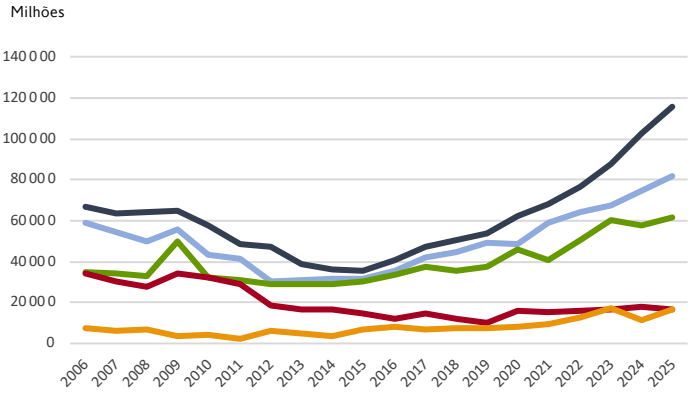
Sever do Vouga

11 817 habitantes



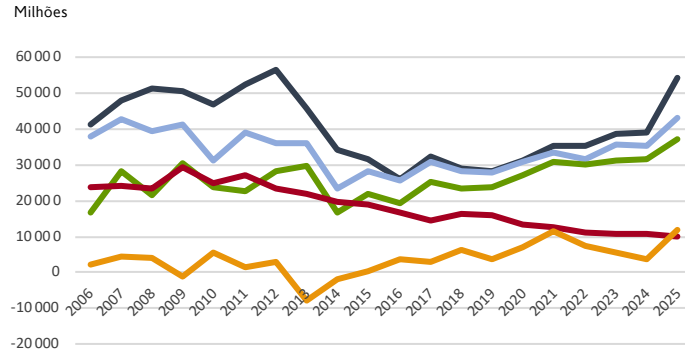
Silves

45 884 habitantes



Sines

16 943 habitantes

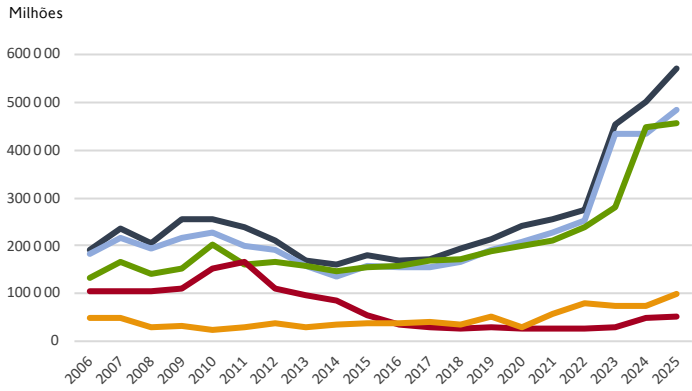


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

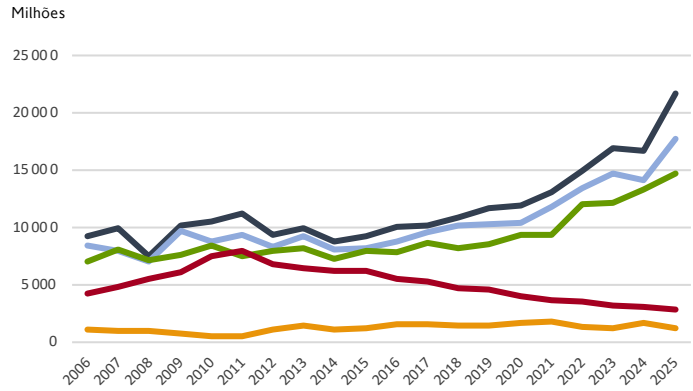
Sintra

449 956 habitantes



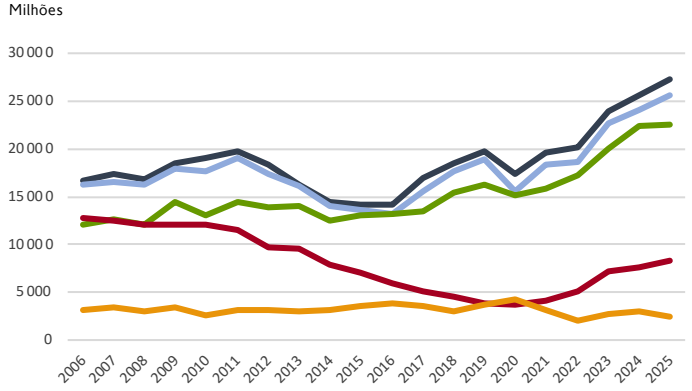
Sobral de Monte Agraço

11 858 habitantes



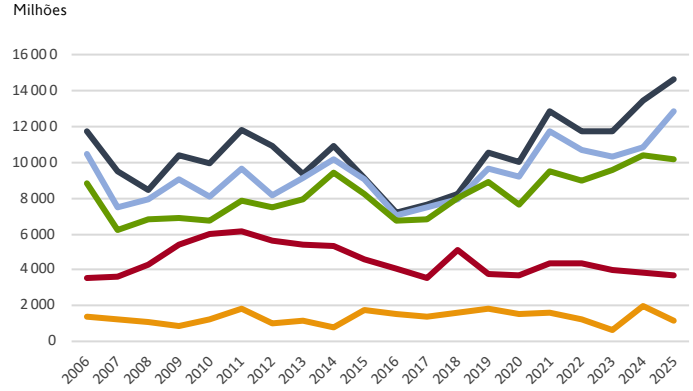
Soure

17 493 habitantes



Sousel

4 506 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

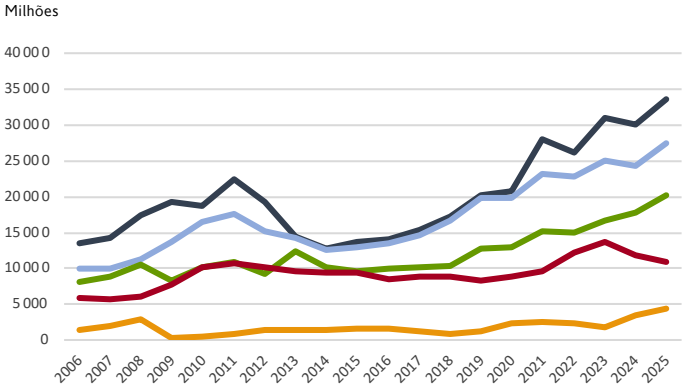
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

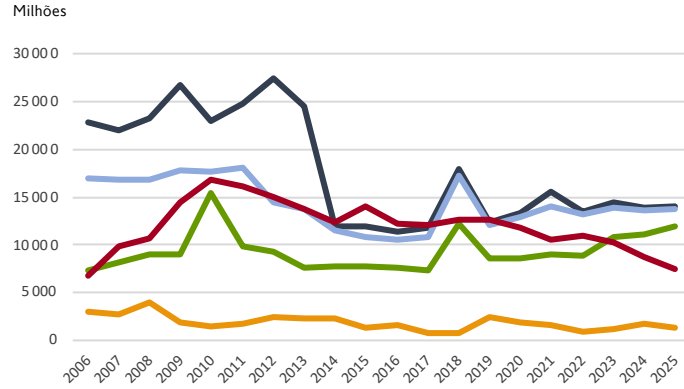
Tábua

11 670 habitantes



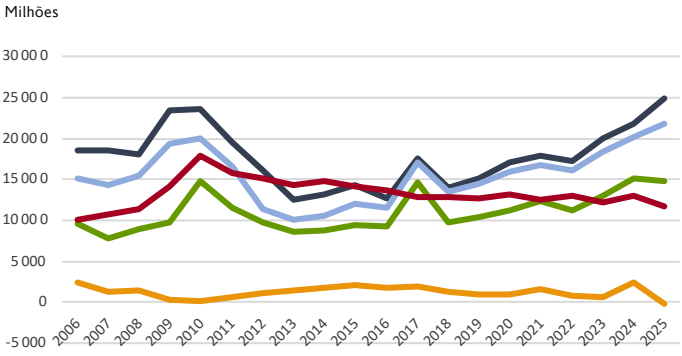
Tabuaço

4 516 habitantes



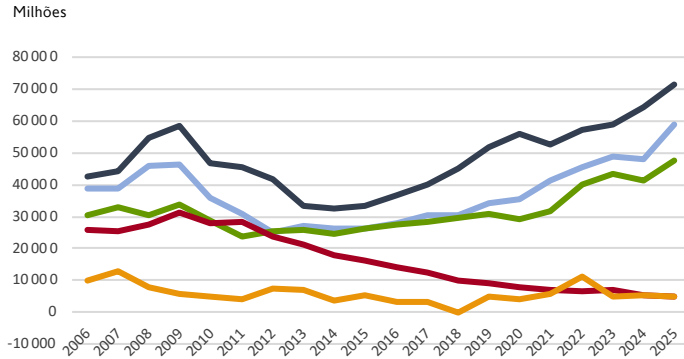
Tarouca

7 448 habitantes



Tavira

33 006 habitantes

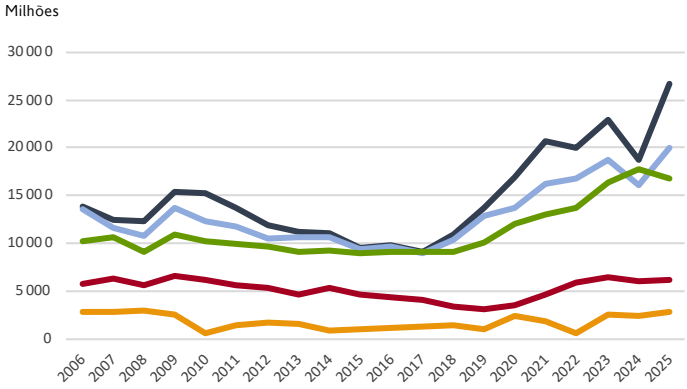


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

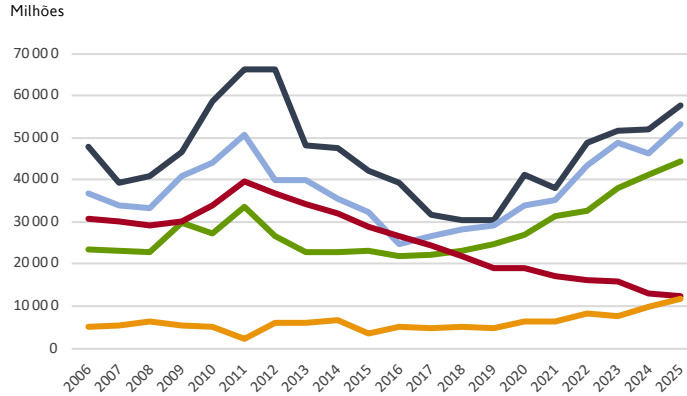
Terras de Bouro

6 366 habitantes



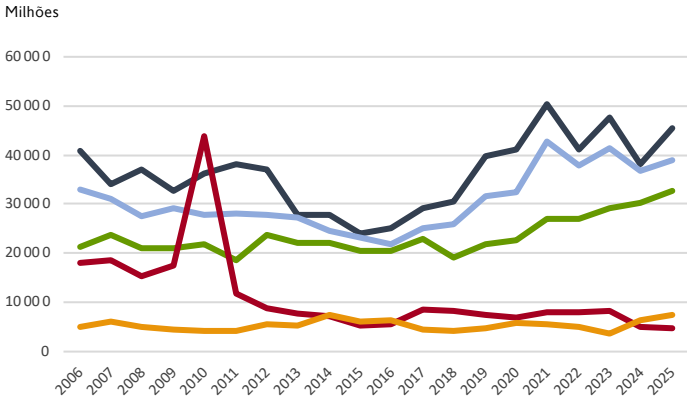
Tomar

37 971 habitantes



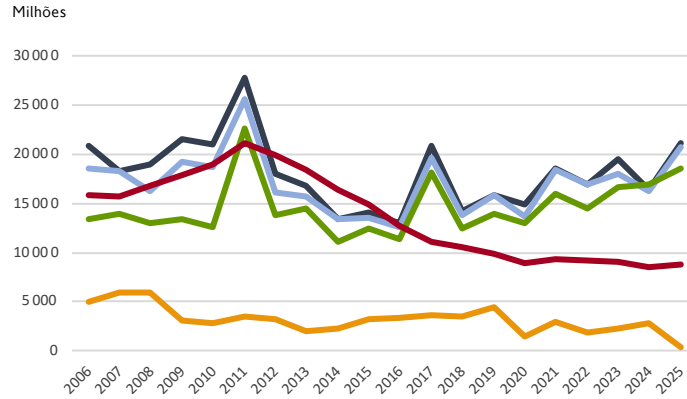
Tondela

26 912 habitantes



Torre de Moncorvo

6 507 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

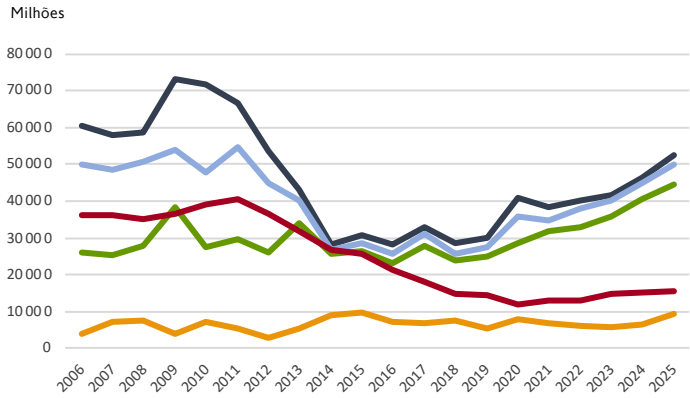
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

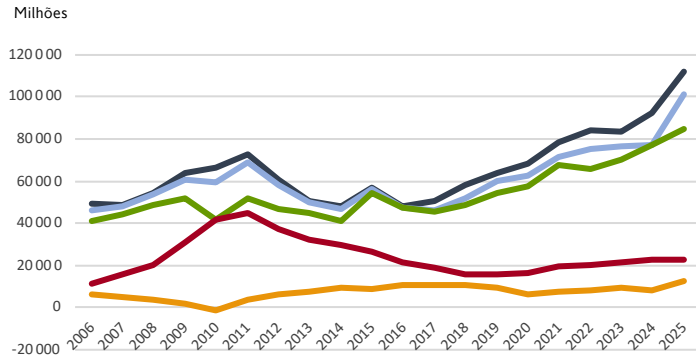
Torres Novas

36 208 habitantes



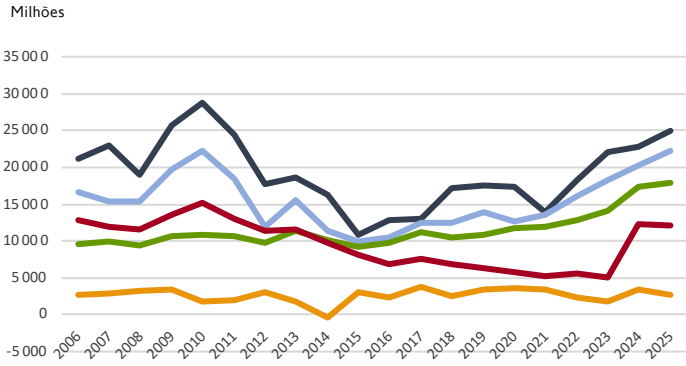
Torres Vedras

94 886 habitantes



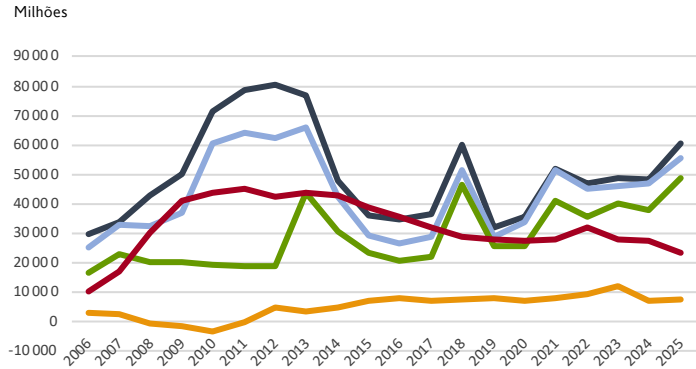
Trancoso

8 022 habitantes



Trofa

41 512 habitantes

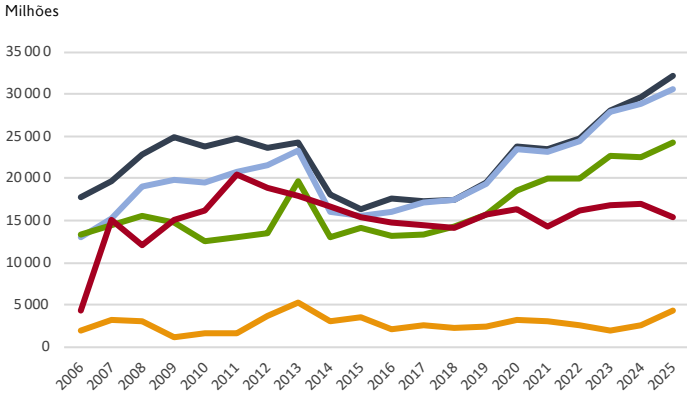


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

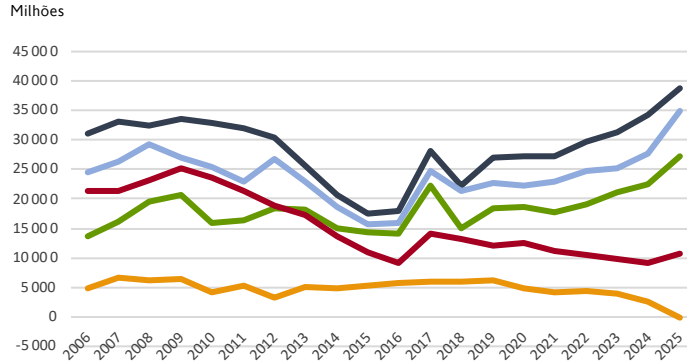
Vagos

25 524 habitantes



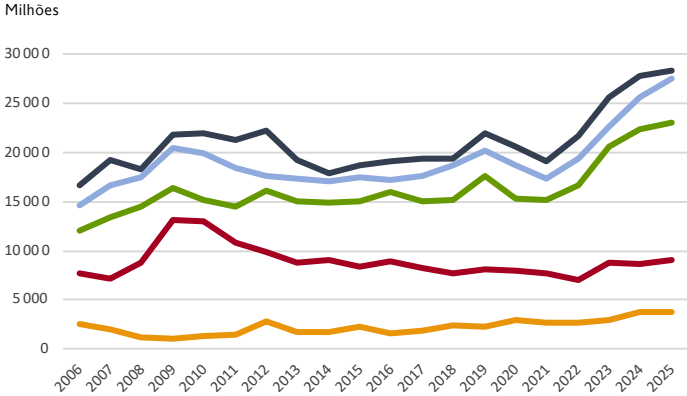
Vale de Cambra

22 066 habitantes



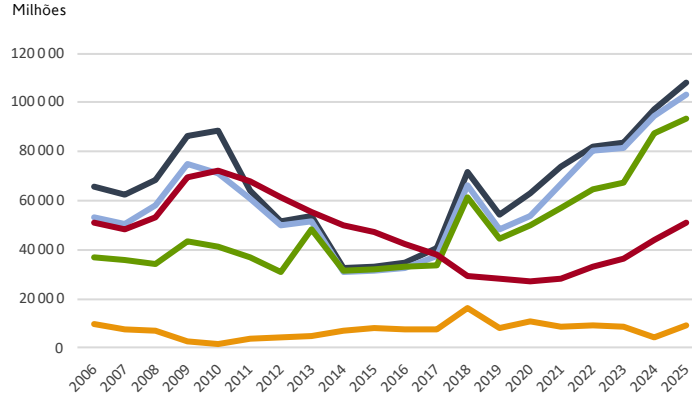
Valença

15 699 habitantes



Valongo

98 930 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

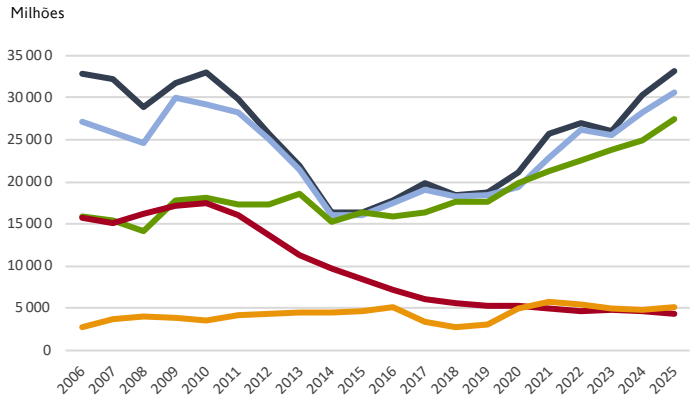
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

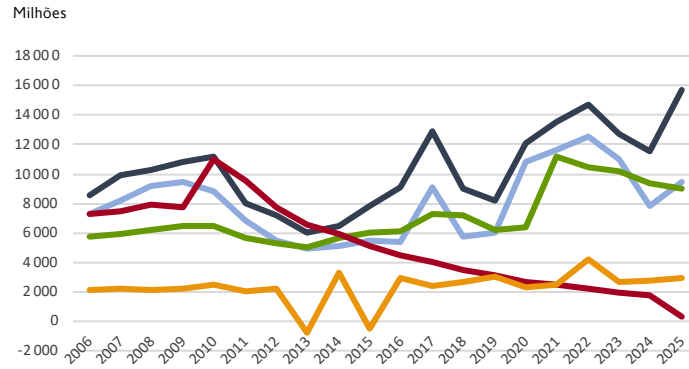
Valpaços

14 247 habitantes



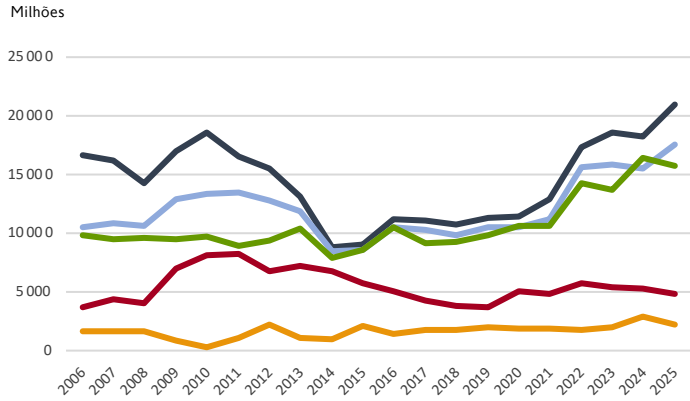
Velas

5 103 habitantes



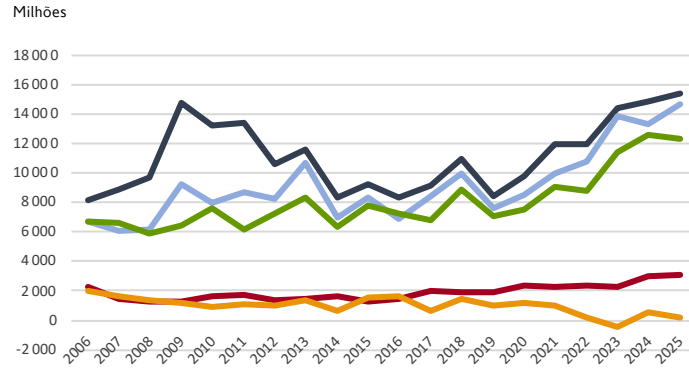
Vendas Novas

12 860 habitantes



Viana do Alentejo

5 594 habitantes

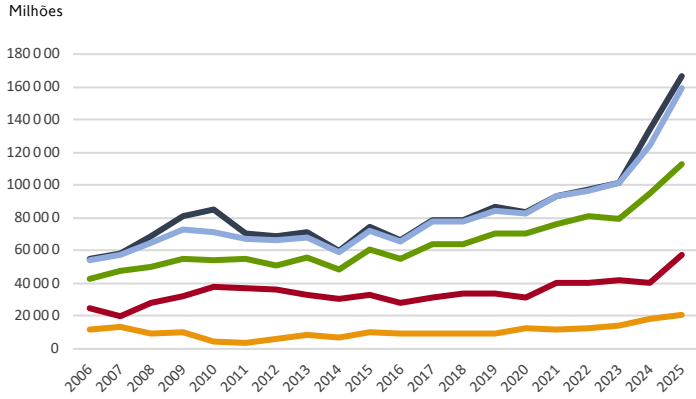


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

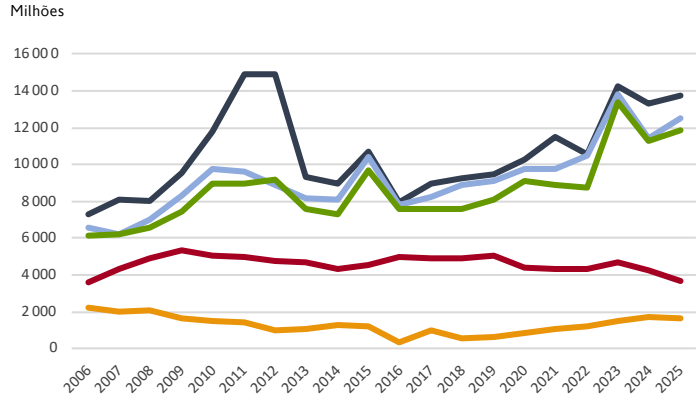
Viana do Castelo

92 860 habitantes



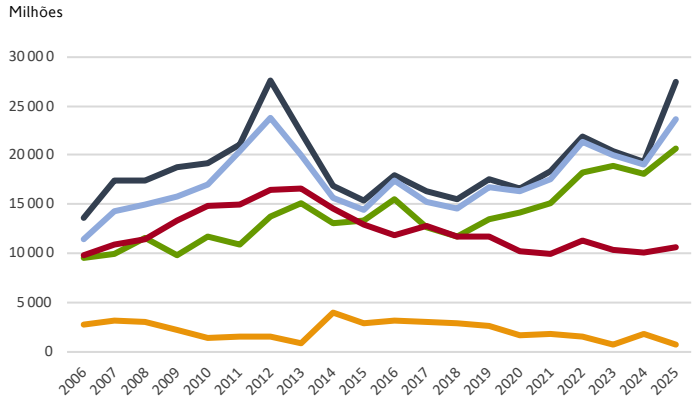
Vidigueira

5 513 habitantes



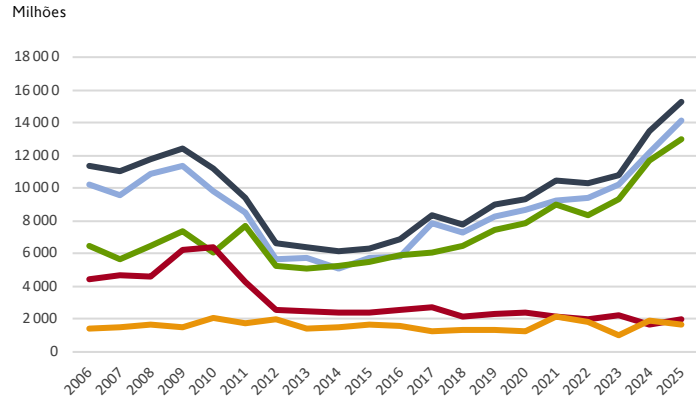
Vieira do Minho

11 657 habitantes



Vila de Rei

3 229 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

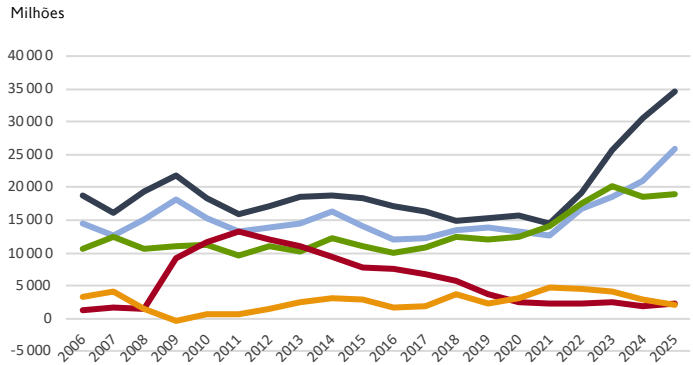
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

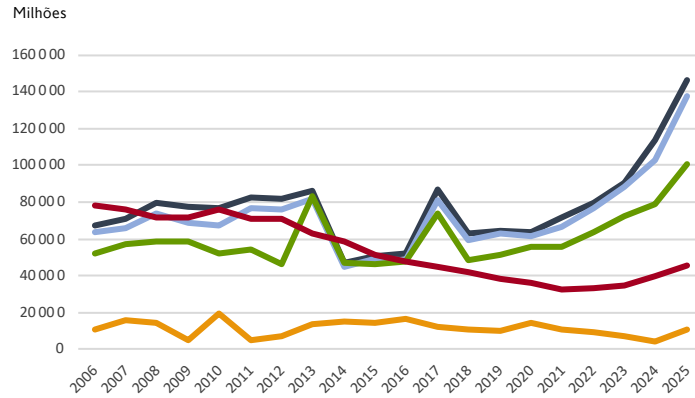
Vila do Bispo

7 078 habitantes



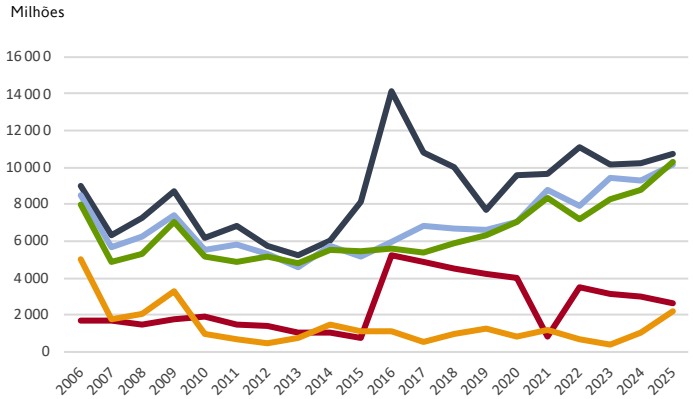
Vila do Conde

86 245 habitantes



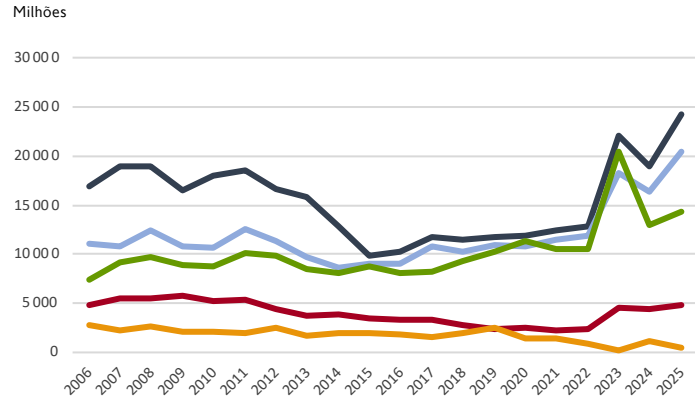
Vila do Porto

5 544 habitantes



Vila Flor

5 773 habitantes

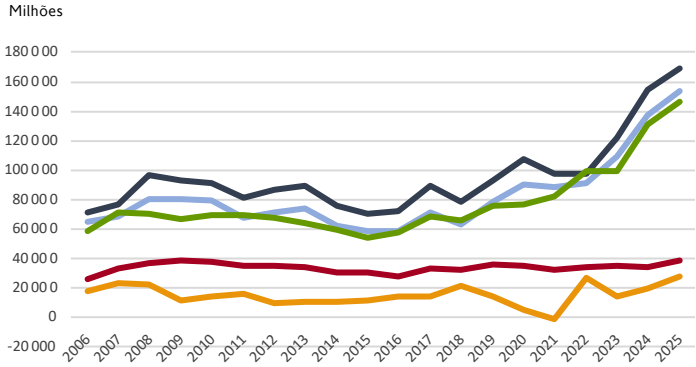


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

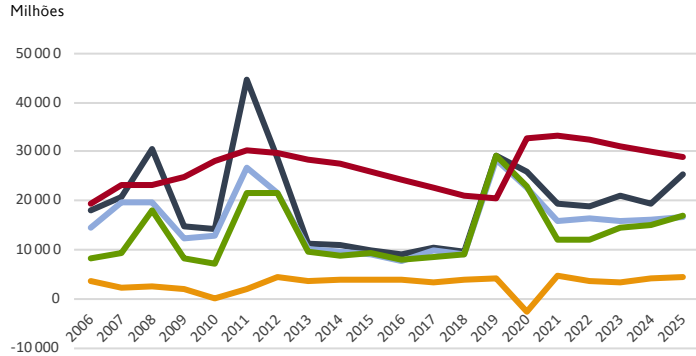
Vila Franca de Xira

152 007 habitantes



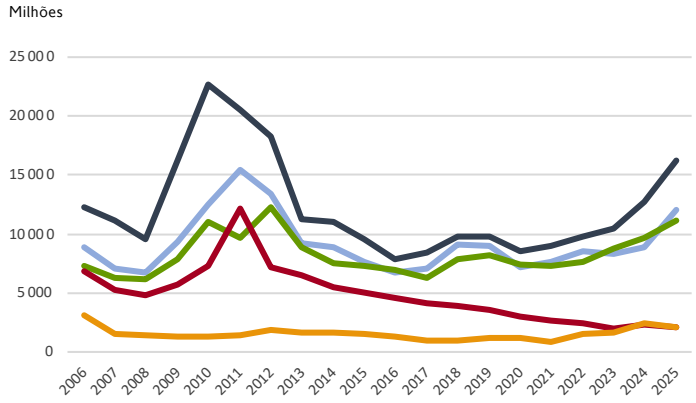
Vila Franca do Campo

10 181 habitantes



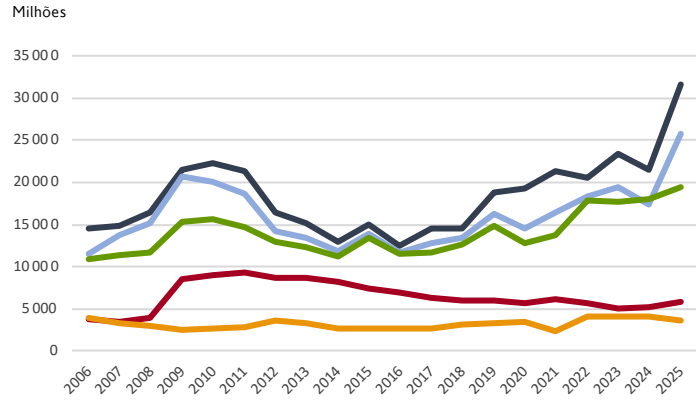
Vila Nova da Barquinha

7 742 habitantes



Vila Nova de Cerveira

10 051 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

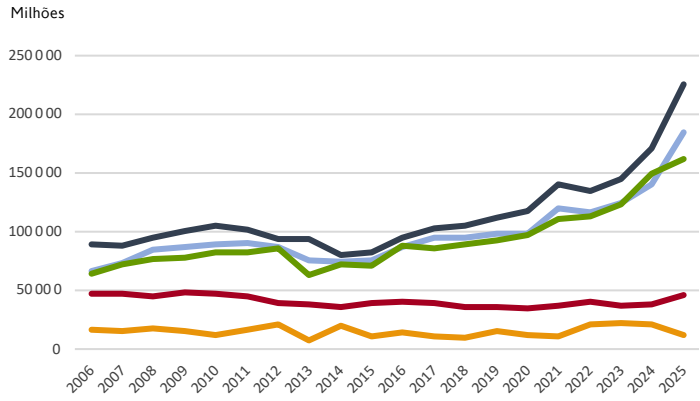
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

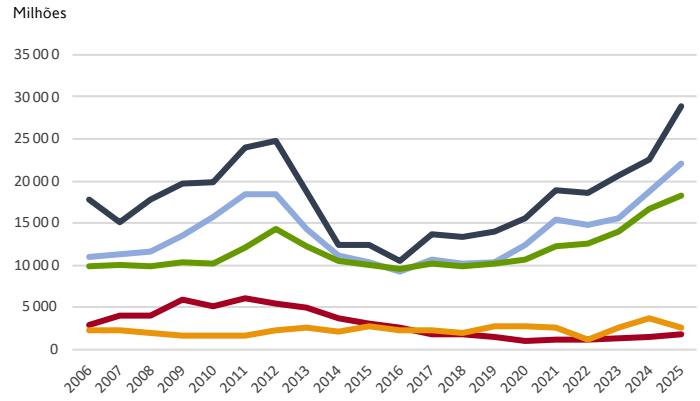
Vila Nova de Famalicão

143 801 habitantes



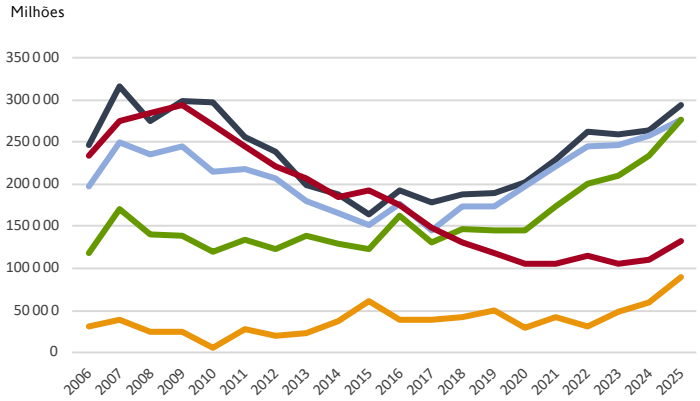
Vila Nova de Foz Côa

5 812 habitantes



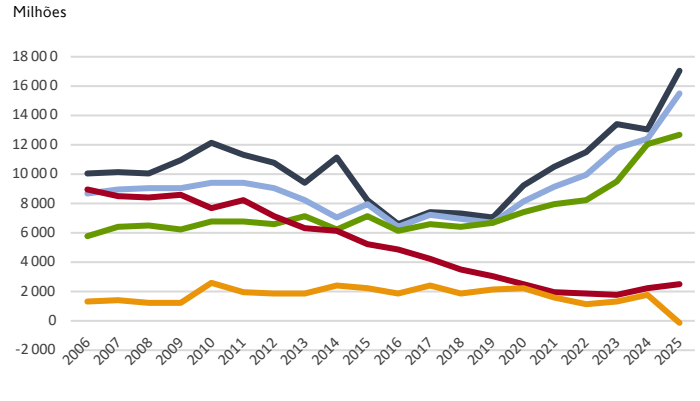
Vila Nova de Gaia

323 202 habitantes



Vila Nova de Paiva

4 405 habitantes

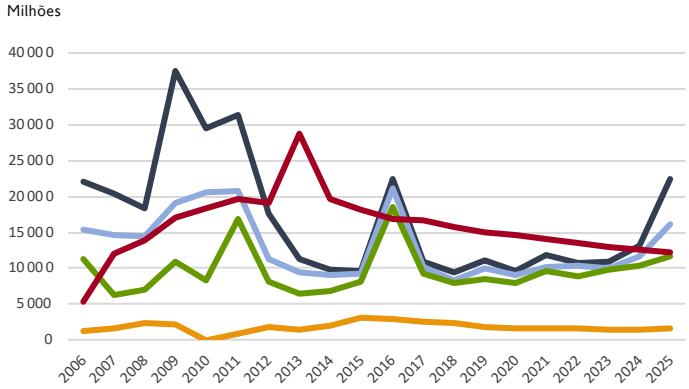


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

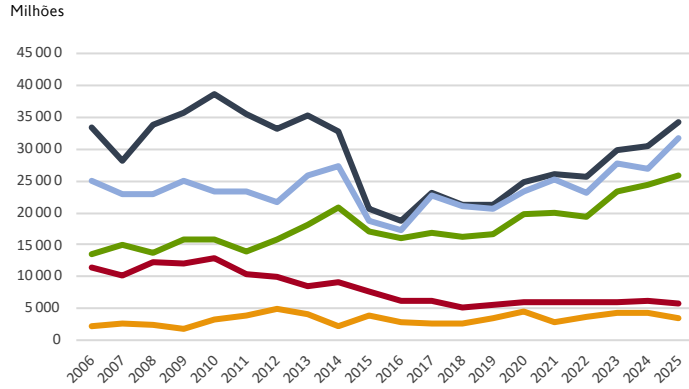
Vila Nova de Poiares

7 507 habitantes



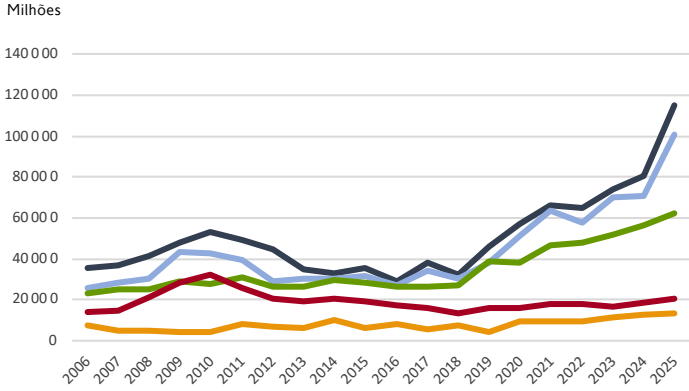
Vila Pouca de Aguiar

11 794 habitantes



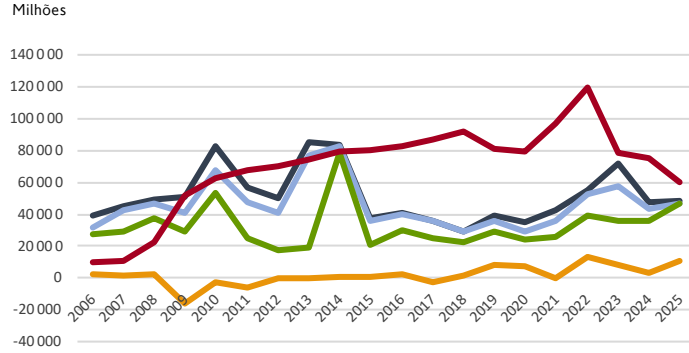
Vila Real

52 964 habitantes



Vila Real Santo António

22 349 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

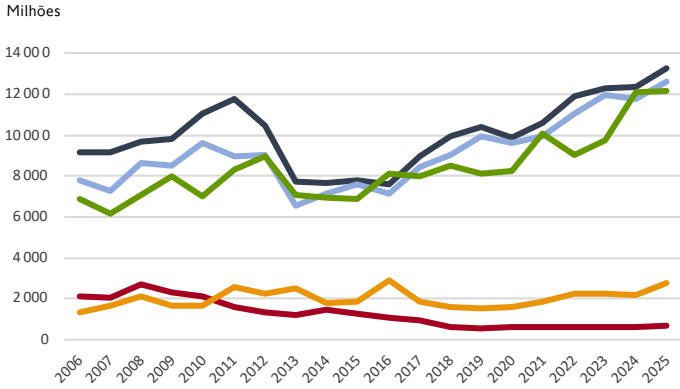
Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.

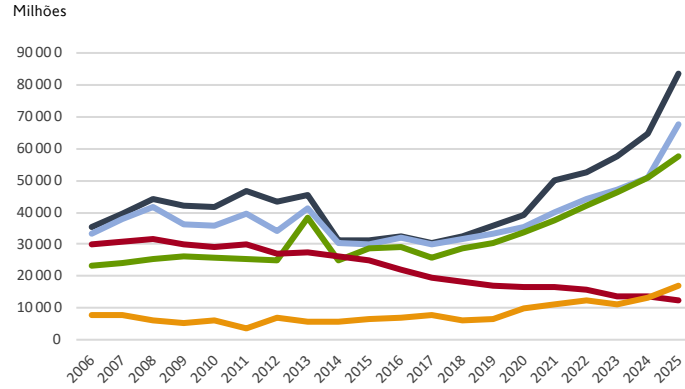
Vila Velha de Ródão

3 418 habitantes



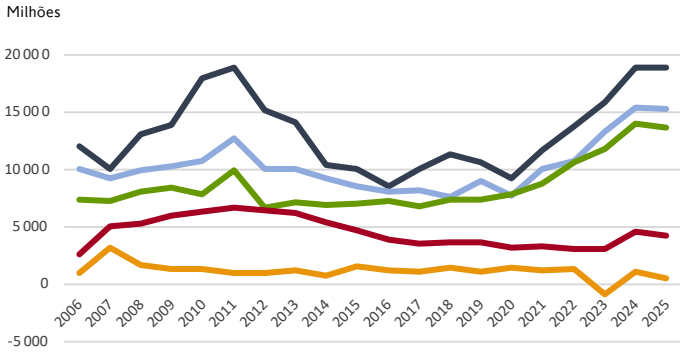
Vila Verde

49 649 habitantes



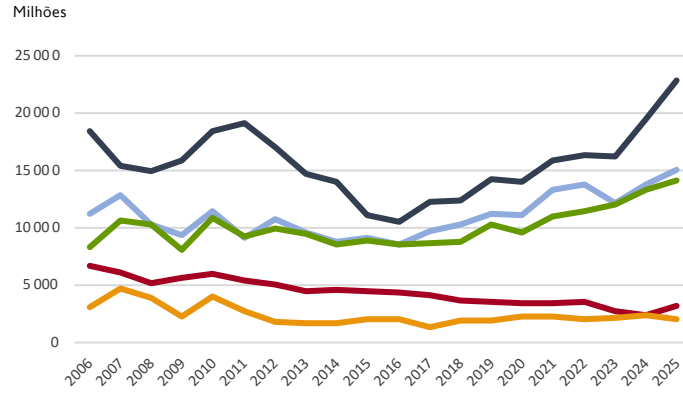
Vila Viçosa

7 368 habitantes



Vimioso

3 716 habitantes

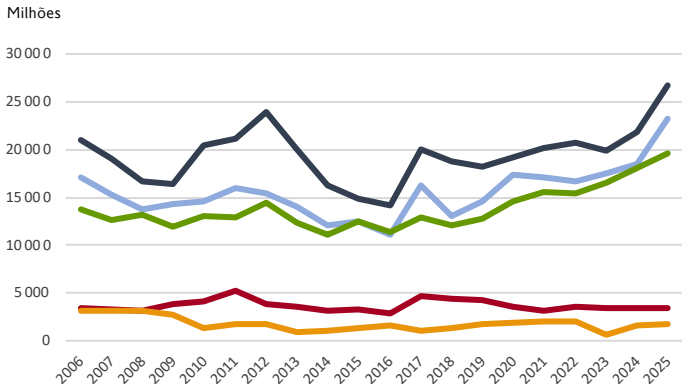


Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

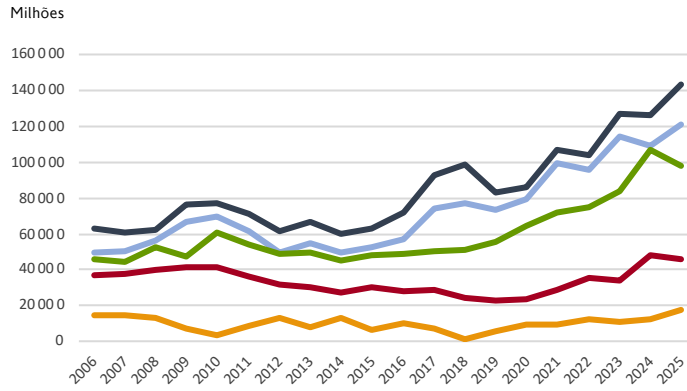
Vinhais

7 223 habitantes



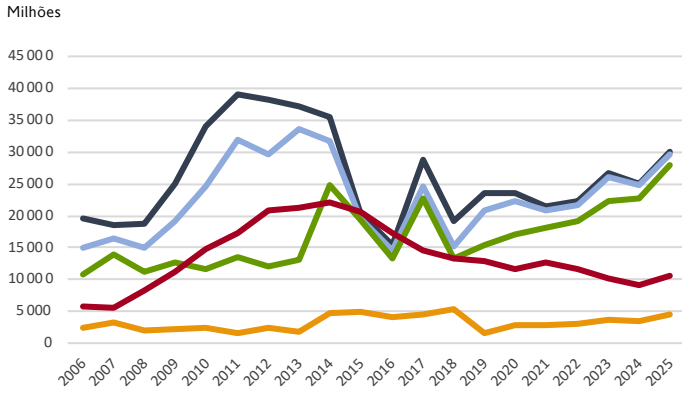
Viseu

109 166 habitantes



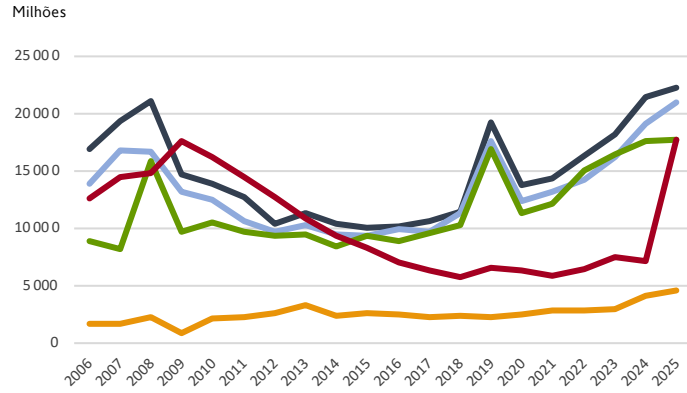
Vizela

25 437 habitantes



Vouzela

9 668 habitantes



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.

Médio <100 000 hab.

Pequeno <20 000 hab.



Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF): Universidade Politécnica do Cávado e do Ave (UPCA)

O Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF), unidade de investigação científica da UPCA criada em 30 de março de 2007, tem como Missão contribuir para o conhecimento nas áreas científicas da Contabilidade e da Fiscalidade, através da produção de investigação aplicada de qualidade e da disseminação e transferência de conhecimento para a sociedade.
O CICF tem relações estabelecidas com outras instituições de investigação científica, nacionais e internacionais, com o propósito de fomentar e melhorar a investigação científica aplicada ao contexto nacional, e mantém também um contacto permanente com agentes económicos, enfatizando a realização de projetos de investigação aplicada às regiões locais. São mantidas relações de cooperação com organizações públicas e privadas para o desenvolvimento destes projetos.
De forma a promover a investigação aplicada e aprofundar o conhecimento nos temas mais relevantes e emergentes da Contabilidade e Fiscalidade, acrescentando valor nas áreas nucleares do CICF, este encontra-se estruturado em quatro grupos de investigação: Contabilidade Pública; Contabilidade e Responsabilidade Social; Contabilidade Financeira e de Gestão; e Fiscalidade.

Investigadora integrada
Maria José Fernandes

Investigadores colaboradores
Pedro Camões
Susana Jorge

Colaboradoras
Ana Maria Teixeira
Ana Rita Abreu

TRIBUNAL DE CONTAS

UNIVERSIDADE POLITÉCNICA DO CÁVADO E DO AVE

CICF CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM CONTABILIDADE E FISCALIDADE